

**II FÓRUM GOIANO DA PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA & XIV SEMINÁRIO DE
PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA UFG/PUC - GO**



A N A I S

**GOIÂNIA
2021
ISSN 2176-6738**

II FÓRUM GOIANO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA & XIV SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG/PUC - GO

Realizado entre os dias 20 e 21 de Setembro de 2021

Fabiana de Souza Fredrigo
Jiani Fernando Langaro
Renata Cristina de S. Nascimento
Thaís Alves Marinho

**GOIÂNIA
2021
ISSN 2176-6738**

ANAIS DO II FÓRUM GOIANO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA & XIV SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG/PUC – GO

Realizado entre os dias 20 e 21 de Setembro de 2021 (Online)

Realização

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG)
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História (Catalão)

Organização Geral

Fabiana de Souza Fredrigo
Jiani Fernando Langaro
Renata Cristina de S. Nascimento
Thaís Alves Marinho

Monitores

Ana Paula Fonseca Silvino Melo
Dávila Resende Ferreira
Ian Lorscheider Freitas Dallavechia
João Victor Nunes Bernardes
Leonardo Barbosa Faria
Mayara Stephane Gomes
Millena Gabrielle da Costa
Pollyana Custódia Ferreira Santos
Taís Nathanny Pereira da Silva
Verônica Teles dos Santos Silva
Wemerson dos Santos Romualdo

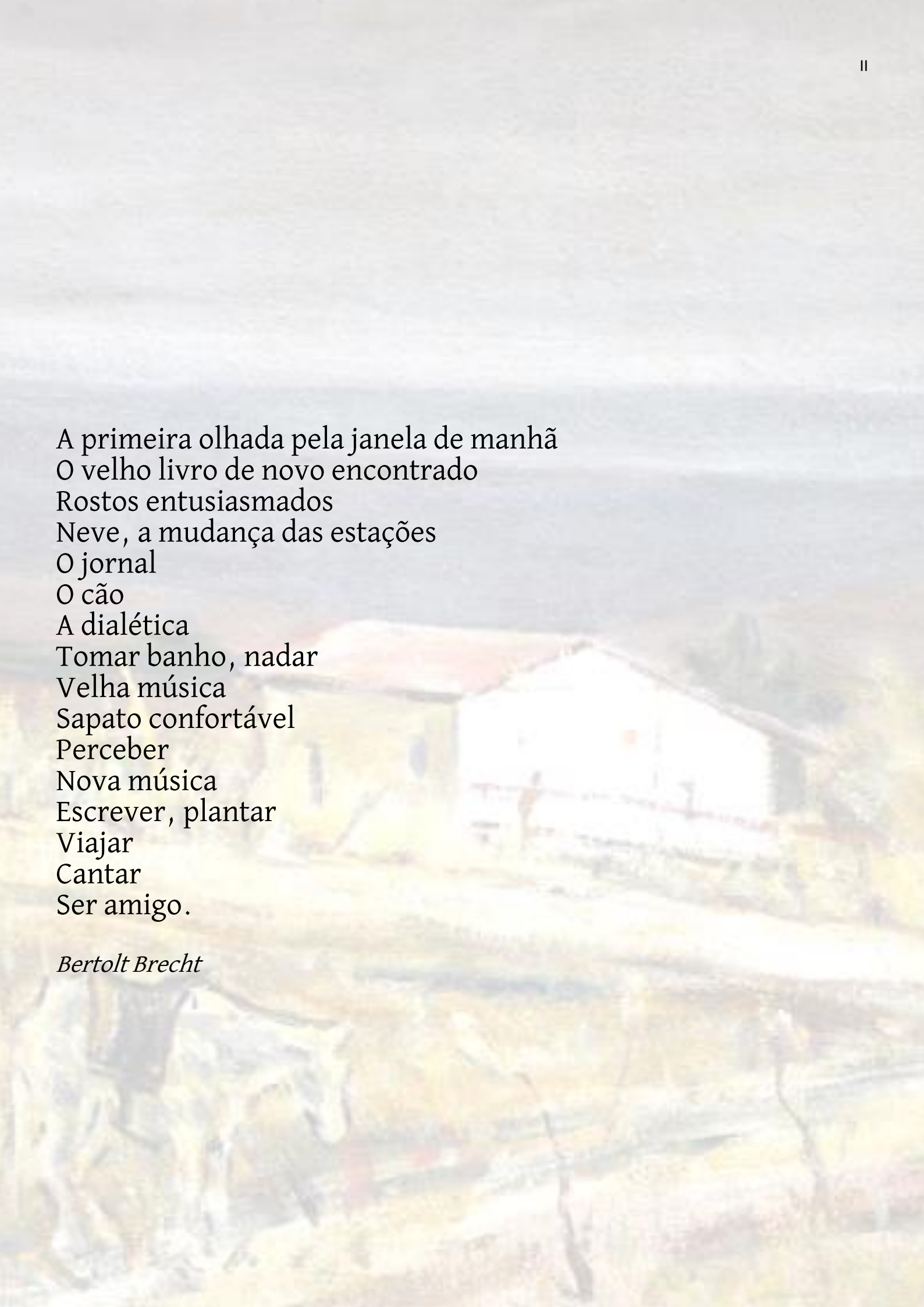


UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores. Os textos foram extraídos dos trabalhos submetidos sem que tenha havido alterações realizadas pelos organizadores desta publicação. A estrutura e a formatação dos textos também foram mantidas.

LANGARO, Jiani Fernando & NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa.
**Anais do II Fórum Goiano de Pós- Graduação em História & XIV
Seminário de Pesquisa UFG/PUC-GO.** Goiânia – UFG/PUC-Goiás,
2021.

ISSN 2176-6738



A primeira olhada pela janela de manhã
O velho livro de novo encontrado
Rostos entusiasmados
Neve, a mudança das estações
O jornal
O cão
A dialética
Tomar banho, nadar
Velha música
Sapato confortável
Perceber
Nova música
Escrever, plantar
Viajar
Cantar
Ser amigo.

Bertolt Brecht

SUMÁRIO

UMA ANÁLISE DOS SOFRIMENTOS DOCENTES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (2020): O EVENTO ESTRESSOR E A DISSOLUÇÃO DE UM FUTURO MELHOR	13
Adriel de Oliveira Dias	13
ABRINDO AS PORTAS DO ARMÁRIO DO DOPS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DAS HOMOSSEXUALIDADES NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1974-1980)	25
Aline Nawara Cintra Silva	25
DER PAPST UND DAS KONZIL: DAS CRÍTICAS DE DOLLINGER AO DOGMA DA INFALIBILIDADE PAPAL AO ANTI-JESUITISMO DE RUI BARBOSA	35
Alexandre Coelho dos Santos.....	35
DO APRIMORAMENTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO A REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO: A HARMONIA ENTRE OS GESTORES E O ESTADO NOVO	49
Alexandre de Paula Meirelles	49
POLÍTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE GOIÁS: RESSIGNIFICAR, IDENTIFICAR E PROTEGER	63
Aline Amaral Di Salvo	63
“NUNCA FUI LIBERAL”: AS DISPUTAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DE HANNAH ARENDT NOS ANOS MCCARTHY.....	77
Álvaro Ribeiro Regiani.....	77
JOSÉ MARTÍ E A EDUCAÇÃO: UMA PEDAGOGIA DE ENSINO DECOLONIAL?	92
Amélia Cardoso de Almeida.....	92
UMA REFLEXÃO ACERCA DO PROBLEMA O NEGRO NA CIÊNCIA MÉDICA DE NINA RODRIGUES	104
Ana Cláudia Costa Pereira.....	104
PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E OS DEBATES SOBRE A MEMÓRIA: AS EXPERIÊNCIAS DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS E DA CIDADE DE BRASÍLIA.....	115
Ana Cristina Alves da Nóbrega.....	115
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN EM GOIÁS: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE AÇÕES EDUCATIVAS	128
Ana Cristina Alves da Silva.....	128
“SENTIR MAL DO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO”: A PUNIÇÃO PARA BÍGAMAS NA AMÉRICA PORTUGUESA SETECENTISTA.....	141
Ana Flávia Crispim Lima.....	141
TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA INTERSEÇÃO ENTRE PRESERVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTABILIDADE	154
Ana Paula Carvalho.....	154

A FIGURA DO FRADE GIROLAMO SAVONAROLA DIANTE DO PANORAMA GERAL DA CIDADE DE FLORENÇA AO FINAL DO SÉCULO XV	168
Ana Paula Teixeira e Santos	168
O ESTUDO DAS TEORIAS DECOLONIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA A COMPREENSÃO DOS ESTIGMAS CARCERÁRIOS.....	181
Anelisa de Souza Melo Oliveira	181
DISPUTAS NA ARS SCRIPTA FRANCISCANA: A CONCEPÇÃO DE POBREZA SEGUNDO AS INTERPRETAÇÕES DE D. ÁLVARO PAIS, BISPO DE SILVES (1270-1349)	192
Bárbara Meireles da Rocha	192
O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-JURÍDICA AO DIREITO À INTIMIDADE E MEMÓRIA	207
Carlos Henrique Miranda Jorge.....	207
ENTRE A PARTILHA E A MENTIRA: A VEROSSIMILHANÇA FICCIONAL EM A CARNE (1888), DE JÚLIO RIBEIRO	219
Clara Luísa Nogueira Gregorim.....	219
O ANSPEÇADA MARCELINO BISPO E O PARADOXO DA EMANCIPAÇÃO .	231
Cláudio Fernandes Ribeiro.....	231
CONCEITOS SOBRE DECOLONIALIDADE: REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS.	243
Crisnamurte Alves Carneiro	243
HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA DE FORMOSA CONSTRUÍDAS NO MUSEU COUROS ENTRE 1996 E 2019	255
Daniel Victor Pereira Goveia da Guirra	255
UM ESTADO DA ARTE DAS E ANÁLISE DAS PESQUISAS ACERCA DO PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO EM GOIÁS	266
Daniel Lucas de Jesus Oliveira.....	266
ORALIDADE E HISTÓRIA “A SABEDORIA DOS GRIÔS” NO LIVRO DIDÁTICO BURITI MAIS HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	277
Daniela da Silva Santos	277
GÊNERO, UTOPIA E FANTASIA: MULHERES ENGENDRANDO MUNDOS (IM)POSSÍVEIS ATRAVÉS DA LITERATURA FANTÁSTICA NO BRASIL ENTRE O SÉCULO XIX E XX.....	291
Danielle Moreira dos Santos.....	291
UM OLHAR SOBRE A ESCRAVIDÃO DE GOIÁS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS.....	305
Débora Oliveira Sousa.....	305
A IMPORTÂNCIA DOS CARTÓRIOS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL	320
Demisley Ferreira de Souza Girão	320
A IDEOLOGIA NACIONALISTA DE AZEVEDO AMARAL: JORNALISMO E MEDIAÇÃO CULTURAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL.....	331
Douglas Pereira Rodrigues.....	331
DOS CAMINHOS HISTÓRICOS AOS DESAFIOS DA PATRONIALIZAÇÃO: ENTRE OS DOIS CENTROS URBANOS NA CIDADE DE GOIÁS	344
Edinéa de Oliveira Angelo	344

CHEGANDO E OCUPANDO: HISTÓRIA ORAL, COTIDIANO E DISPUTAS FUNDIÁRIAS NA PALMAS-TO DOS ANOS 1990.....	358
Eduardo José Silva Lima.....	358
O CINEMA NA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS FILMES O “O ENCOURAÇADO POTEMKIN” (1925) E “O TRIUNFO DA VONTADE” (1935)	372
Elbio Roberto Quinta Junior.....	372
O CRONISTA PORTUGUÊS DIOGO DO COUTO (1542-1616): PRIMEIROS ANOS DE VIDA E A INFLUÊNCIA DA CASA DO INFANTE D. LUÍS	386
Elby Aguiar Marinho	386
CONSTRUÇÕES HUMANAS: COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE RELIGIÃO E CULTURA NAS PROSPECTIVAS DAS INTOLERÂNCIAS PERPETUADAS EM FACE DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRO-BRASILEIRAS	398
Elisaura de Fátima Martins Carrijo	398
O QUE FICOU DO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO	410
Eloah Vargas Ribeiro.....	410
DOGMA 95: BALANÇO BIBLIOGRÁFICO DAS PESQUISAS RELACIONADAS AO MOVIMENTO DINAMARQUÊS E SUAS POSSIBILIDADES PARA A PESQUISA HISTÓRICA.....	421
Felipe Monteiro Pereira de Araújo.....	421
ELEMENTOS DA REVOLUÇÃO LITERÁRIA NAS MEMÓRIAS DO CÁRCERE: GRACILIANO RAMOS, ESCRITURA ÍNTIMA E CONFISSÕES.....	436
Fernando Costa e Silva	436
VEIGA VALLE, O BOM BARROCO GOIANO – A APROPRIAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DE VEIGA VALLE COMO SÍMBOLO DA IDENTIDADE VILABOENSE E DA ARTE GOIANA (1940 – 1979)	449
Fernando Martins dos Santos	449
QUENTIN TARANTINO E A TRANSIÇÃO DE SISTEMAS: SINGOS, CINEMA E PINTURA.....	462
Filipe Artur De S. Queiroz.....	462
TRAVESSIAS DE MULHERES SEM TERRA NA LUTA PELA TERRA EM GOIÁS	475
Flávia Pereira Machado	475
MEMÓRIAS E DISPUTAS POR UM MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO NO VALE DO SÃO FRANCISCO - 1950	487
Flávio Dantas Martins	487
O PAPEL HISTÓRICO DOS INTELLECTUAIS E A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 NO BRASIL	500
Francisca Vilandia de Alencar	500
O TRABALHO FEMININO: ENTRE O PRODUTIVO E O IMPRODUTIVO	513
Gabriella Monteiro Vieira	513
MITO E IDENTIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: NO ESPAÇO CULTURAL VILA ESPERANÇA	524
Haroldo Nélío Peres Campelo Filho	524

ARTE NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: DESAFIO NAS ESCOLAS	534
Hélia Barbosa de Meneses	534
CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HISTÓRIA DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO.....	549
Hellen Pires Carneiro	549
O PAPEL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ENSINO DA ARTE PERANTE A DIVERSIDADE CULTURAL	563
Ismeinem Vieira de Faria Araújo.....	563
ENTRE A HISTÓRIA INSTRUMENTAL E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA CRÍTICA – AS PERCEPÇÕES DE PROFESSORES/AS SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DA REDE PRIVADA DE EDUCAÇÃO DE UBERLÂNDIA/MG (1996-2019).....	580
Israel Carneiro de Aquino.....	580
LUGARES DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS SABERES E FAZERES COMO PILARES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA BIBLIOTECA VIVA NA CIDADE DE GOIÁS.....	591
Jaqueline Moraes Fernandes	591
O CASAMENTO EM MEDEIA DE SÊNECA.....	604
Jéssica Honório de Oliveira Silva.....	604
O PCB E A “QUESTÃO DA MULHER”: A RESOLUÇÃO DE 1979-1982.....	618
Jiordana Branquinho Silva	618
MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL: CAMPOS DE INTERAÇÃO NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA.....	632
Joana D’arc Santos da Silva	632
A GUERRA FRIA RELIGIOSA: O CASO DA TFP CONTRA O GOVERNO DE EDUARDO FREI.....	642
João Paulo Arrais	642
PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA: A INSERÇÃO DO PRESÍDIO SÃO JOSÉ E DA PRISÃO MODELO PANÓPITICA NA PAISAGEM DE BELÉM DO PARÁ.....	651
José Amarildo Pantoja	651
NOTAS SOBRE AS CATEGORIAS DE COLONIALIDADE E INTERCULTURALIDADE: OS DESAFIOS DO COTIDIANO ESCOLAR NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA.....	666
José Luiz Pereira de Moraes	666
LUTAS E CONQUISTAS FEMININAS EM UM COTIDIANO MARCADO POR VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL ATUAL.....	679
Joseângela Oliveira Santana	679
EXPERIÊNCIA E APRENDIZAGEM HISTÓRICA: QUANDO O AUDIOVISUAL E O PATRIMÔNIO SE ENCONTRAM NA ESCOLA	692
Juliana Ribeiro Marra	692
O CASO DO RESIDENCIAL SANTA MARTA EM GOIÂNIA – GOIÁS: O CAPITAL COMO PROJETOR DA INVISIBILIDADE E DA DESIGUALDADE JURÍDICA.....	704
Julianna Fernandes Mendes	704

COFOS E VELAS: TESSITURAS DA MORTE EM DIA DE FINADOS NO CEMITÉRIO SÃO JOSÉ DA CHAPADA, ZONA RURAL DE PINHEIRO-MA ...	718
Julyana Cabral Araújo.....	718
O SAGRADO POPULAR: UM ESTUDO DA FOLIA DE REIS EM IPORÁ-GOIÁS DE 1974 a 2014.....	731
Kelli Cristina Alves de Sousa	731
RELAÇÕES DE PODER, ESTADO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES FREIRIANAS PARA A PRÁTICA DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	742
Kelly Christine de Andrade Oliveira.....	742
JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: ENTRE A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E A IDENTIDADE NACIONAL	756
Krisley Aparecida de Oliveira.....	756
A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	770
Lara Beatriz Pires Pereira Velasco	770
A HISTÓRIA DA LOUCURA NO PERÍODO CLÁSSICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE HIERONYMUS BOSCH.....	779
Laura Beatriz Alves de Oliveira.....	779
O CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	791
Laylla Nyanne Dias Lopes	791
“PASEO DE LA HISTORIETA”: CONFIGURAÇÃO DA CULTURA IMPRESSA ARGENTINA A PARTIR DOS QUADRINHOS (1920-1950)	805
Leonardo Pires Nascimento	805
A PÓS-MODERNIDADE COMO INTERPRETAÇÃO DA CONTEMPORANEIDADE	819
Luan Claro de Lima Mendonça	819
JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI NO GIRO DECOLONIAL: AS NOVAS ABORDAGENS DE FRONTEIRA	830
Luan Frederico Paiva da Silva	830
GERALDINHO NOGUEIRA: UM CAPIRA EM BELA VISTA DE GOIÁS	843
Lucas Pires Ribeiro.....	843
O SURGIMENTO DA MÍDIA COMUNITÁRIA NA AUTOCONSTRUÇÃO DO JARDIM NOVA ESPERANÇA EM GOIÂNIA CONTADA A PARTIR DA COLABORAÇÃO E CO-TEORIZAÇÃO DE SEUS CONSTRUTORES(A) (1979-1983).....	858
Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes.....	858
DECOLONIALIDADE, GÊNERO E MULHERES TRANSEXUAIS ENCARCERADAS.....	871
Ludmila Soares Paiva	871
PELA PÁTRIA E O PROGRESSO: TEORIAS RACIAIS E IMPRENSA NEGRA PAULISTA NO SÉCULO XIX	883
Maria Eduarda Ribeiro da Silva	883

O DESASTRE RADIOLÓGICO DO CÉSIO-137: OS PONTOS DE CONTAMINAÇÃO COMO LUGARES DE MEMÓRIA	894
Maria Isabel Cardoso Teixeira	894
WALTER BENJAMIM E A HISTÓRIA INTELECTUAL: ORIGEM E CONHECIMENTO	905
Michelle Lira Rodrigues Santos	905
A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO GOIANO: A DOMINAÇÃO PATRIARCAL DO IMAGINÁRIO COLETIVO.....	919
Michelle Queiroz De Almeida	919
A IMPRENSA CATÓLICA COMO FONTE DE PESQUISA	934
Mylene Oliveira Gonçalves.....	934
"ANA TURVA, LIÃO E MAGNÓLIA DESMAIADA: FICÇÃO, REALIDADE E O FEMININO NA OBRA AS MENINAS (1973), DE LYGIA FAGUNDES TELLES"	948
.....	948
Natália Peres Carvalho.....	948
AS TENDÊNCIAS RELIGIOSAS DO ROMANTISMO ALEMÃO	959
Nathaly Letticia Ferreira Gonçalves	959
TEMPORADA DE VERÃO: CONTINUIDADES DO DEBATE EM TORNO DA SEXUALIDADE E ESTÉTICA PÓS-TROPICALISTA	971
Nathan Amaral Silva	971
O NÃO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO VIOLAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19.....	981
Nayara Costa Guimarães.....	981
A EDUCAÇÃO E O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES.....	993
Pâmela Cassimiro Soares Macêdo	993
A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO MOVIMENTO CULTURAL DA CONGADA DO MUNÍCIPIO DE ITUMBIARA, GOIÁS	1004
Pâmella Katrianny Souza Pontes Fiuza.....	1004
SUBJETIVIDADES DO TÍTULO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE PARA OS VILABOENSES - PESQUISA EM ESTUDOS CULTURAIS MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	1017
Pedro Augusto Diniz Silva	1017
CINE TEATRO SÃO JOAQUIM:	1028
A IMPLEMENTAÇÃO DO PAC-CIDADES HISTÓRICAS.....	1028
Poliana Alves da Silva	1028
NEOREALISMO: CINEMA E HISTÓRIA NA ITÁLIA NO PÓS SEGUNDA GUERRA.....	1038
Renato Moreira Araújo	1038
"QUERO ÁGUA PARA BEBER" – A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA POTÁVEL NAS DIVERSAS SOCIEDADES: A PRIVATIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL.....	1052
Sara Franciene de Oliveira.....	1052

CIGANOS/ GADJÉS, E SEU CONVÍVIO.....	1072
Sheila Luiz de Sousa.....	1072
FRONTEIRA SANITÁRIA: A PASSAGEM DA COMISSÃO RONDON ENTRE CÁCERES E A CIDADE DE MATO GROSSO (1908).....	1082
Thais Teixeira do Nascimento.....	1082
A ATUAÇÃO PÚBLICA DE LÍVIA NO CONTEXTO DA MORTE: A CONSOLATIO AD LIUIAM, DE AUTORIA ANÔNIMA (SÉCULO I a.C.), EM QUESTÃO	1095
Thiago Silvério Martins	1095
O PARQUE MUNICIPAL MATA DA BICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS CONCEITOS DE RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL DE FORMOSA-GOIÁS	1109
Tiago de Oliveira Ferreira.....	1109
A CONSTRUÇÃO DO BAIRRO PONTAL NORTE: O EMBATE ENTRE ORALIDADES E “MEMÓRIA OFICIAL” NAS PERIFERIAS DE CATALÃO – GOIÁS (1980 - 1990)	1122
Valdivino Nunes dos Santos Junior.....	1122
DE CAPELA A CORETO: A PERCEPÇÃO DOS TURISTAS QUANTO À RESSIGNIFICAÇÃO DA PRAÇA CORONEL CHICO DE SÁ – PIRENÓPOLIS (GO)	1134
Victor Henrique Fernandes e Oliveira.....	1134
ENCANTARIA MARANHENSE: REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A TRADIÇÃO RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA DE CODÓ-MA.....	1146
Victor Hugo Basilio Nunes.....	1146
OSWALD DE ANDRADE, PAU-BRASIL E A CRÍTICA: BALBUCIAMENTO IMBECIL E SUICÍDIO LITERÁRIO.....	1159
Zandélli Lira Cruvinel.....	1159

UMA ANÁLISE DOS SOFRIMENTOS DOCENTES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (2020): O EVENTO ESTRESSOR E A DISSOLUÇÃO DE UM FUTURO MELHOR

Adriel de Oliveira Dias¹

RESUMO: O vírus SARS-Cov-19, desfragmentou muitos sentidos do mundo ético, forçou o isolamento, fechou os espaços educacionais formais e inaugurou a modalidade de Ensino Remoto Emergencial. Frente a esses eventos, nós, professores, buscamos continuar a ensinar e (re)construir sentido, ainda que sofrendo com essas rupturas. Neste artigo, analiso os sofrimentos dos professores em quatro Estados Brasileiros: São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Para isso selecionei as narrativas presentes em artigos publicados em 2020, que abordem tais assuntos: Ensino Remoto Emergencial, os desafios da transição para ciberespaço e as experiências dos professores. Por último, levantei as narrativas dos professores de História da Rede Estadual de Educação de Goiás; suas experiências foram compartilhadas em formato de carta pessoal, trocadas por e-mail no primeiro semestre de 2020. Mesmo nas distâncias geográficas, os professores dos quatro Estados, apresentam sofrimentos similares, como, por exemplo, a I. Desigualdade social dos alunos, que afeta a permanência e o acesso ao ensino; II. Dificuldade em lidar com as ferramentas do ciberespaço; e III. Aumento da jornada de trabalho. Frente a esses pontos objetivo responder: por que os professores sofrem com os mesmos pontos? Para isso utilizo das contribuições da Didática da História, para compreender o sofrimento, expectativas e utopia.

Palavras-Chave: *Ensino de História; Ensino Remoto Emergencial; Sofrimento Docente.*

1. Um evento estressor e suas implicações globais

Por mais que nos esforçamos para prever com exatidão os eventos e dar conta de todos os seus desdobramentos no tempo e no espaço, eles sempre serão surpreendentes. Tentamos de diversas formas não sermos atordoados, organizamos e agrupamos números, conchas; analisamos as experiências do passado buscando encontrar uma lógica e muitos suplicam por revelações divinas. Entretanto, os eventos que estão por vir sempre serão ladinos e irão deixar suas marcas.

Podemos compreender esses momentos indomáveis como “[...] algo que tenha ocorrido, em determinado tempo, em determinado lugar, de determinada maneira, por determinadas razões, é o que se chama[mos] de evento.” (RÜSEN, 2015, p. 44). Quando

¹ Professor de História, formado pelo Instituto Federal de Goiás. Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Goiás. E-mail de contato: adriel.dias@hotmail.com

ocorrem, independente da distância geográfica – e até mesmo temporal – os eventos têm a potência de invadir o nosso íntimo e desagregar as poucas certezas que forjamos ao longo do tempo. Até aquelas interpretações mais antigas, das quais nem lembramos de onde vieram.

As novidades inauguradas pelos ocorridos não podem ser negligenciadas. Elas deixam os seres humanos “[...] inquietos, enquanto não se hajam com ela, de modo a ordená-la em suas vidas. [...]”. A diferença temporal é interpretada quando integrada em uma representação abrangente do processo temporal que determina a orientação cultural da vida humana prática.” (RÜSEN, 2015, p. 47). Há dois anos, somamos esforços para neutralizar as mudanças no mundo humano derivadas de algo invisível, sem cheiro e textura: o SARS-Cov-2.

SARS-Cov-2, é um vírus RNA, da família de sete Coronavírus. Nos últimos 20 anos, os seres humanos estiveram entrando em contato com dois deles, dos quais foram responsáveis por epidemias virulentas de síndrome respiratória aguda grave. Em 2003, experimentamos eventos desencadeados pela epidemia de SARS que emergiu em Hong Kong (China), com letalidade de aproximadamente 10% e a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS), na Arábia Saudita, em 2012, com letalidade de cerca de 30%. Mesmo com essas experiências, os eventos desencadeados a partir de 2020 são únicos e o SARS-Cov-2 trouxe novidades. Uma das várias é a elevada velocidade de propagação, em comparação aos seus familiares. As estimativas iniciais da velocidade de propagação, R_0 variam de 1,6 a 4,1 – bem maior em comparação com A H1N1 (2009), R_0 entre 1,3 e 1,8 (LANA; COELHO; GOMES; CRUZ; BASTOS; VILLELA; CODEÇO, 2020).

Os primeiros casos da invasão do vírus no corpo humano foram notificados em dezembro de 2019, na China. Rapidamente o vírus se espalhou pelo mundo, tomando os espaços públicos e privados das grandes cidades europeias, provocando uma profunda desarticulação nas consciências históricas e óbitos. No dia 3 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria Nº 188, o Brasil declara Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, “considerando que o evento é complexo e demanda esforço conjunto de todo o Sistema de Saúde Único de Saúde para identificação da etiologia dessas ocorrências e adoção de medidas proporcionais e restritas ao risco.” (BRASIL, 2020).

Ao longo de 2020 e 2021, o vírus RNA desencadeou abruptas mudanças nas condições da vida humana. Roubando oxigênio, rompendo laços, restringindo a liberdade e a socialização próxima. O tempo veio constantemente se rompendo, “[...] por assim dizer, divide-se em uma antes e uma depois, em meio aos quais se situa a mudança

experimentada. O caráter desafiador de tal experiência reside na carência cultural do homem de orientar sua vida prática [...]” (RÜSEN, 2015, p. 45). As rotinas passaram a ser modificadas e causaram sofrimentos diversos, pois grande conjunto de expectativas e interpretações do mundo cultural foram desagregadas.

O sentido torna possível a orientação do ser humano no mundo; possui “[...] uma função explicativa; forma a subjetividade humana no construto coerente de um ‘eu’ (pessoal e social); torna o sofrimento suportável e fomenta o agir pelas intenções.” (RÜSEN, 2015, p. 42). Uma ação que deixou nosso cotidiano, devido aos eventos irritantes, foi o tocar do sinal dos colégios. Aquele longo som, marcador do início e término das aulas, deixou de soar por meio da Resolução 02/2020, de 17 de março de 2020, “[...] definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de alunos e professores nas dependências escolares [...]” (GOIÁS, 2020) e assim, todos foram para suas casas.

Em março, professores levaram para seus lares uma tarefa de elevado esforço cognitivo: (re)construir orientações no estranho cenário. Como disse a professora Josilda, da Rede Estadual de Educação de Goiás, “durante esse período inicial não ficamos parados, tivemos reuniões presenciais para nos orientar a respeito das determinações vindas da Seduc e traçar estratégias para enfrentar os novos desafios.”² (IV Carta, 20 de dezembro de 2020).

O impacto das alterações desencadeia crises normais, as quais podem ser superadas com a utilização de modelos interpretativos previamente dados. Também pode gerar, desencadear as crises críticas: experiências que contestam modelos interpretativos estabelecidos. Por último, as crises catastróficas, com potencial de destruir a capacidade interpretativa das consciências e dando espaço para um sentido do tempo que “[...] só poderia ser admitido para além de toda história, ou seja, apocalipticamente, para além do contexto da vida no mundo dos mais diferentes tempos.” (RÜSEN, 2015, p. 57). Os três tipos de crises estão separados apenas com objetivo didático, em nosso cotidiano elas

² Ao longo do segundo semestre de 2020, estivemos trocando e-mails em formato de carta pessoal com professores de História da Rede Estadual de Educação de Goiás. As atividades contaram com a participação de nove professores que ministram a disciplina de História para o Ensino Médio e Fundamental. Os participantes foram divididos em três grupos para facilitar a interação dos cinco e-mails trocados em uma frequência quinzenal. Ao término da dinâmica, foram escritos vinte e oito e-mails, aproximadamente 50 laudas. Alguns temas abordados pelas professoras e professores, foram: quais questões no Ensino de História continuam e mudaram por conta da Pandemia? Como chegamos até aqui enquanto professores? Quais as perspectivas de futuro? O papel do Ensino de História e as suas condições atuais e dentre outros temas. Para mais informações sobre conferir o artigo *Ensino de História em Goiás (2020): experiências “imagináveis apenas em filmes de ficção científica”* (DIAS, 2020).

podem estar presentes em conjunto e na Pandemia do SARS-CoV-19 povoam nossa consciência histórica com bastante vigor.

Todo esse processo desencadeia crises e gera múltiplos sofrimentos. Os professores não caminham mais pelos corredores e os discentes da Rede Estadual de Goiás não vão para o pátio na hora do recreio. Esse assustador torvelinho que vivemos tem causado desorientações, das quais dificultam o agir e buscamos satisfazer essas carências produzindo múltiplas ferramentas, como, por exemplo, as aulas no ciberespaço. Entretanto, as satisfações de “[...] determinadas carências é sempre também um processo de produção de novas carências.” (RÜSEN, 2001, p. 57) e nós professores estamos necessitados de nos compreendermos: quais são os sofrimentos gerados por algo tão pequeno? Pelo que e por que sofrem os professores de História na repentina transição para o ciberespaço, ou seja, Ensino Presencial para o Ensino Remoto Emergencial?

2. Docentes no Brasil e seus três companheiros.

Em dezembro de 1977, em um contexto muito diferente, Raul Seixas sonhou com “O dia em que a Terra parou” e nele “[...] o aluno não saiu para estudar. Pois, sabia que o professor também não estava lá. E o professor não saiu para lecionar. Pois sabia que não tinha mais nada para ensinar.” (SEIXAS, 1977). O que vivemos em 2020/21 não parece com esse sonho. Primeiro, os eventos parecem mais um pesadelo, segundo: as condições do mundo cultural passam a impressão que temos muito para lecionar.

Professora Evânia, da Rede Estadual de Goiás, no dia 6 de setembro de 2020, afirmou que na Pandemia, o Ensino Remoto Emergencial e os desarranjos nas constelações mentais de sentido, “[...] sem dúvida deixa marcas, sequelas terríveis, transtornos são desenvolvidos, como dificuldade para dormir, crise de ansiedade, sensação de incapacidade [...]” (I Carta, 6 de setembro de 2020). No dia 18 de setembro de 2020, o professor Reinilton, também da Rede Estadual de Goiás, narra o impacto desse tempo irritante que o acompanha, ao abrir “[...] olhos pela manhã e ter a sensação de que algo está lhe escapando, e sentir no peito a perda, sem saber exatamente o que se perde, e por outro lado a constante noção de consciência que os momentos vivenciados são únicos [...]” (II Carta, 18 de setembro de 2020).

Pode parecer que o sofrimento exposto nas cartas escritas pelos oito participantes é específico e particular ou uma situação desnecessária de ser abordada por conta do desconforto do assunto. Entretanto, se pesquisarmos pela palavra chave “Ensino Remoto

Emergencial” nos motores de busca do ciberespaço perceberemos que não é algo singular dos professores do Estado de Goiás. Chamo atenção para o artigo “Pandemia da covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica” (RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020). Desenvolvida no Estado de São Paulo, a pesquisa selecionou 170 professores da Educação Básica, do dia 16 até o dia 22 de maio de 2020; assim como o Reinilton e a Evânia, os participantes dessa pesquisa narram seus sofrimentos.

Por meio do Google Forms, os 170 participantes responderam vinte quatro questões objetivas e discursivas, com objetivo de compreender as experiências dos profissionais na modalidade do Ensino Remoto Emergencial (ERE). A pesquisa levantou vários dados pertinentes sobre as ferramentas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem: pacote Office, Youtube, Redes Sociais, Classroom, Meet, Zoom e outros. Afirmaram (70% dos professores) que os eventos são marcantes para o ensino e utilizarão desses recursos após a pandemia. A pesquisa levantou dados sobre avaliação dos professores do seu trabalho no modelo adotado: 41,8% declaram ser mais difícil ensinar no ERE e 22,9% o mesmo grau de dificuldade.

As narrativas dos professores de São Paulo, assim como de Goiás, recorrem ao “[...] constructo mental de um contexto geral de eventos. Trata-se, contudo, de um contexto todo especial: o do processo do tempo, que se entende como e pelos eventos, que não desaparecem nele, mas antes são por ele sustentados.” (RÜSEN, 2015, p. 50). Mesmo com múltiplos eventos estressores e a distância geográfica, os professores compartilham sofrimentos e apresentam em suas narrativas, como, por exemplo, I. a desigualdade social dos alunos que afeta a permanência e acesso ao ensino: “está difícil todos terem os mesmos acessos, alcançar todos os alunos por meio digital, e também ter certeza que eles realmente estão realizando as atividades e aprendendo.” (Participante 84 *apud* RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020, p. 50); outro participante aponta para “[...] o distanciamento dos alunos. O contato presencial faz muita diferença em alguns momentos do ensino aprendizagem.” (Participante 59 *apud* RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020, p. 52).

Outra questão levantada pela maioria dos 170 professores de São Paulo é a II. Dificuldade em lidar com as ferramentas do ciberespaço: “A organização das atividades tem demandando mais tempo, pois, além de preparar o material, tem a necessidade de familiarização com mais de uma plataforma e/ou recursos remotos. E a questão de a internet ser ruim tem colaborado muito para isso.” (Participante 20 *apud* RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020, p. 51).

A rápida transição para o ciberespaço e organização do ensino na modalidade ERE, incidem nas seleções de eventos narrados pelos professores e podemos analisar outro sofrimento: III. Aumento da jornada de trabalho: “[...] a grande demanda em gravar aulas, que acaba tomando muito tempo em termos de regravar, editar.” (Participante 64 *apud* RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020, p. 53). Interessante observar que os três sofrimentos são os impulsos para a construção do artigo analisado, dos quais também estão presentes em outros Estados, como, por exemplo, no Paraná.

No artigo “Currículo de transição: uma saída para a educação pós-pandemia” (SILVA, 2020), o autor propõe caminhos para lidar com os sofrimentos do contexto de migração para o ciberespaço. A vida prática e suas carências incidem profundamente no conhecimento construído pelo autor e em sua narrativa podemos destacar os três sofrimentos supracitados. Um dos primeiros sofrimentos expressado pelo autor é I. A desigualdade social dos alunos que afeta a permanência e acesso ao ensino: “quando se trata das consequências que o vírus causou na educação, podemos constatar que o sofrimento decorrente da ausência de estrutura tecnológica de docentes e estudantes povoaram a agenda da família [...]” (SILVA, 2020, p. 72).

O artigo apresenta os outros sofrimentos (II e III):

a cada instante presenciamos a angústia e a exaustão de professoras/es que precisam garantir empregabilidade, dar conta das tarefas domésticas em um cenário, muitas vezes apocalíptico, dar conta das tarefas domésticas em um cenário, muitas vezes apocalíptico, e ainda: alimentar plataformas digital, blogs, sites, grupos de aplicativos, canais de vídeos, elaborar tarefas e vídeo aulas, atender à chefia imediata, as famílias – igualmente angustiadas e acometidas pelas incertezas que o isolamento social traz [...]. (SILVA, 2020, p. 73).

Os três sofrimentos causados pelo rompimento no tempo, formando um antes e depois da disseminação do SARS-Cov-2, também estão presentes no Estado do Rio Grande do Sul. Com objetivo de lidar com o “medo da doença, medo do desemprego, medo da falta de renda, medo da fome, medo da violência, medo de um devir que se abre sem quaisquer garantias, medo da certeza crescente de que não voltaremos a ser o que éramos.” (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020, p. 3), os autores construíram o artigo chamado “A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente.”. As fontes utilizadas no artigo são as notícias de sites do Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINEPE/RS), Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINPRO/RS) e o Sindicato dos Trabalhadores em

Educação (CPERS/RS); também selecionaram o jornal online Zero Hora. Com recorte temporal do dia 16 de março até 31 de maio de 2020.

Os veículos escolhidos expressam as dificuldades do trabalho docente no modelo Ensino Remoto Emergencial e os sofrimentos. Dentre eles destaco a I. A desigualdade social dos alunos que afeta a permanência e acesso ao ensino: presente na notícia do dia 28 de abril, no CPERS: “[...] tem milhares de estudantes secundaristas desassistidos no RS, não só com a falta de internet e computador, mas com a falta de alimento.” (HARTMANN; BOFF *apud* SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020, p. 11). Notícias, no dia 29 de abril, do SUBEPE/RS também expressam o sofrimento com a situação de “[...] vulnerabilidade social, por parte dos alunos das redes municipais e estadual [que] não têm acesso à internet. Por isso, cada professor tem usado seu próprio método – livros, cadernos, grupos de WhatsApp, páginas no Facebook e blogs [...]’.” (ELY *apud* SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020, p. 11).

Nas publicações dos sindicatos e do jornal, é evidente o sofrimento quanto ao III. aumento da jornada de trabalho. As fontes analisadas pelos autores mostram com frequência a “[...] demanda por disponibilidade irrestrita dos professores nesses tempos de pandemia. O trabalho vai além da carga horária contratada e o professor encontra-se disponível nos três turnos para responder às perguntas e tirar dúvidas por WhatsApp.” (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020, p. 13). A mais ou menos, dois mil quilômetros de distância, em Goiânia, a professora Valdecina experimenta questões similares às levantadas pelo sindicato do Rio Grande do Sul: “Todos os dias tenho que ir atrás dos pais de alunos. [...]. Já desisti de dois cursos de capacitação que estava fazendo [...]. Mesmo assim, geralmente tento priorizar meu trabalho.” (II Carta, 17 de setembro de 2020).

É uma tendência de os artigos considerar a transição do ensino presencial para o ciberespaço como um dos fatores principais para o desencadeamento do sofrimento docente. Realmente, a utilização dessas tecnologias no ensino provoca os professores, questionam suas identidades e gera desconforto (FREITAS, 2009). Se compreendermos o sofrimento decorrente de algo que “[...] acontece e perturba significativamente o ordenamento temporal previamente dado na vida prática.” (RÜSEN, 2015, p. 39), ou seja, os significados e as expectativas que movem o ser humano, perceberemos que os sofrimentos precisam ser analisados com mais atenção. Pois interpretações aligeiradas das experiências dos professores frente à Pandemia e o ciberespaço pode levar a compreensões de profissionais pejorativamente desatualizados e resistentes ao novo.

Desta forma, é fundamental perguntarmos: por que sofrem os professores com esses três fatores identificados?

3. Desagregação de perspectivas: incertezas quanto ao futuro.

Voltemos a canção do Raul Seixas, “O dia em que a Terra parou”. Nesse dia “[...] o aluno não saiu para estudar. Pois sabia, o professor também não estava lá. E o professor não saiu pra lecionar. Pois sabia que não tinha mais nada para ensinar.” (SEIXAS, 1977). O dia sonhado pelo cantor é o começo do fim, se não existe mais nada para ensinar é porque o futuro não é possibilidade. Caso tenhamos certeza de que o amanhã não será um novo dia, grande parte dos docentes não sairão para trabalhar, pois não há a necessidade de fazer a manutenção da própria vida e a formação dos indivíduos que irão povoar o mundo ético, seria realmente o fim.

Em 2020, a Terra não parou de fazer o movimento de rotação e o docente não parou de lecionar. Entretanto, diversas expectativas de futuro foram fragilizadas e é justamente isso que contribuiu profundamente para o sofrimento dos que trabalham mirando um futuro melhor. Pois, o trabalho de ensinar, desde as primeiras formações na licenciatura, é profundamente influenciado por “[...] projeções, uma vez que prevê um fim de atingir com seus alunos, seja de ampliação do conhecimento, seja de formação de valores [...]” (NETO, 2010, p. 222) a médio e longo prazo.

Quando os profissionais fazem a transição para o ciberespaço, um dos pontos de maior destaque em suas narrativas é a perda do contato com o discente; ou seja, I. a desigualdade social dos alunos que afeta a permanência e acesso ao ensino. A situação, para o professor Reinilton, em Goiânia, “chega a ser desesperador quando em uma aula online, onde cinco turmas estão reunidas, em um total de mais de 120 alunos, você só tem, quando muito, 15 alunos. Destes apenas cinco estão realmente imbuídos nos estudos.” (II Carta, 18 de setembro de 2020). O frágil contato com o discente abala toda a sua consciência histórica e, especialmente, suas expectativas de futuro.

O pensamento histórico de muitos professores que ensinam na Pandemia, é influenciado pelas reformas administrativas desenvolvidas em 1990, baseada na concepção de gestão de pessoal que vincula qualidade do serviço público ao desempenho dos servidores. Ao professor é passada a responsabilidade da transformação das escolas e conseqüentemente é construído uma identidade que compreende seus ensinamentos com poder de modificar da sociedade (PACIEVITCH, 2012). Quando impossibilitado de

acessar o educando, os professores sofrem, pois, todo sentido do ensino de História, da sua profissão e expectativas de futuro entram em crise. De acordo ao Rafael,

Como professor, sofremos mais, vemos pessoas que precisam de ajuda e quando vamos ajudar, eles se negam e preferem viver no mundo que estão, por mais que isso incomode, entendo que nem todos estão prontos para encarar a verdade e a liberdade, mas alguns já anseiam por liberdade e isso nos enche de esperança. (III Carta, 18 de outubro de 2020).

A rápida transição do ensino presencial para o ERE e, decorrente dela, a II. dificuldade em lidar com as ferramentas do ciberespaço é um dos eventos estressores mais citados nos artigos anteriormente citados e outros (CARDOSO, 2020), (MOREIRA, HENRIQUE, BARROS, 2020). Realmente, a tecnologia digital transforma a vida de todos os envolvidos e oferece desafios, mas precisamos tomar cuidado com essa questão. Interpretações aligeiradas podem coroar o professor como “estrangeiros digitais”, resistentes e desatualizados frente à cibercultura. O sofrimento dos educadores está para além da dificuldade de lidar com essas ferramentas, os educadores enfrentam a hipertrofia da ação individual (SAFATLE, JUNIOR, DUNKER, 2020), uma ruptura profunda no ensino que afeta sua identidade e suas expectativas de futuro, como aponta a professora Josilda:

Com o cancelamento das aulas presenciais tivemos que nos reinventar [...]. Não tivemos nenhuma orientação de como utilizar essa nova ferramenta. Nosso aparelho celular de uso pessoal se transformou na nossa principal ferramenta de trabalho. Houve uma força tarefa em que professores, grupo gestor e funcionários se uniram para organizar o trabalho de forma que atendesse de forma efetiva os alunos. A escola parece ter entrado para dentro da nossa casa. Nossa privacidade de repente foi invadida com dezenas de mensagens diárias fora do expediente de trabalho, uma verdadeira reviravolta no modo de ensinar. (IV Carta, 20 de dezembro de 2020).

Com objetivo de manusear as ferramentas do ciberespaço com maestria, os professores estavam aplicando muita energia cognitiva a fim de alcançar seu objetivo principal que de acordo com o professor Rafael é “[...] lembrar o que a sociedade deseja esquecer, seja pela conveniência ou dor. [...]”. O papel do professor de História é acordar e libertar para a realidade [...]” (I Carta, 24 de agosto de 2020). A fim de alcançar seus objetivos e para isso eles compreendem a necessidade de manusear as tecnologias do ciberespaço, os professores de Goiás, Paraná e outros Estados executam atividades laborais para além do horário remunerado contribuindo para o III. aumento da jornada de trabalho. Na relação desses dois pontos (II e III), os professores são orientados pelos sindicatos do Rio Grande do Sul que “1. não trabalhe fora do seu horário normal; 2. Não

responda pais ou alunos fora do seu horário normal; 3. Não faça os cursos de formação continuada fora do seu horário normal; [...]” (CPERS/RS *apud* SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020, p. 14).

Os sofrimentos levantados ao longo do artigo estão relacionados com a desarticulação das consciências históricas e, principalmente, do distanciamento do futuro projetado pelos professores. A projeção de um futuro melhor, em outras palavras, as “[...] perspectivas utópicas para o nosso mundo, que vão além de todo o factível e controlável [é fundamental], para dar um sentido sustentável ao nosso agir.” (RÜSEN, 2014, p. 326). A expectativa do amanhã melhor que o hoje, se torna cada vez mais turva com a incapacidade da execução do ensino presencial, situação que desencadeia crises de sentido no trabalho e identidade docente.

Identificadas as carências e a forma como elas têm afetado os professores no Brasil, precisamos de lidar com a questão da utopia. É necessário tratarmos do assunto para além da conotação negativa, como algo impossível e irrealizável, pois os pensamentos utópicos colocam sentido no tempo. “Não podemos imaginar uma sociedade sem utopia, pois isso seria uma sociedade sem desígnio.” (RICOEUR, 2017, p. 330). Logo, perguntamos: quais são as utopias dos professores de História no Brasil em meio a Pandemia do vírus SARS-Cov-19?

4. Uma tópica interrogativa: utopias no sofrimento.

Os três pontos identificados nos artigos selecionados de 2020 e as experiências compartilhadas pelos professores nos e-mails em formato de carta pessoal, estão intimamente relacionados com a singularidade dos eventos, as identidades docentes construídas no Brasil e as suas expectativas de futuro. Obviamente, muitos outros sofrimentos anteriores à Pandemia do SARS-CoV-19, acompanham os professores neste tempo estressor (AGUIAR; ALMEIDA, 2011). Mas precisamos de entender nossos sofrimentos, a forma como eles manifestam em nossas atividades docentes e por que sofremos com os três pontos identificados:

- I. A desigualdade social dos alunos que afeta a permanência e acesso ao ensino;
- II. Dificuldade em lidar com as ferramentas do ciberespaço;
- III. Aumento da jornada de trabalho.

É necessário tratarmos desses pontos desconfortáveis, pois conhecê-los é tornar a vida suportável e possível. Precisamos interpretar esses pontos, as desarticulações das

consciências Históricas dos professores, como afetaram o Ensino de História e as ações tomadas pelos educadores para lidar com os desafios que mesmo com tantos esforços, de acordo a professor Jéssica, do Estado de Goiás, “[...] não foi possível adquirir o sucesso que esperava, é uma visita que chega em casa, um filho que precisa de ajuda nas atividades de escola que é no mesmo horário das minhas aulas.” (I Carta, 23 de agosto de 2020).

A consciência histórica dos professores, do ser humano em geral, sempre tem o futuro como referência, bem como os seus planos de aula e suas atividades avaliativas aplicadas aos discentes. Os professores narram objetivando contribuir para a formação de sentido das consciências humanas, para os afazeres políticos, econômicos, sociais e ambientais (RÜSEN, 2014). O docente interpreta o seu trabalho como fundamental para um futuro melhor e livre das disparidades degradantes. Por isso sofrem quando (I) não tem contato com os educandos, (III) trabalham além do tempo remunerado para executar uma atividade com qualidade e (II) buscam exaustivamente dominar as ferramentas do ciberespaço.

É a utopia que nos impulsiona a agir, a vontade de um futuro melhor nos faz construir conhecimento histórico, lecionar e continuar a lidar com as carências mesmo em Pandemia. O pensamento utópico também é a “[...] ‘inquietação da cultura’, tem um sentido duplo: um sentido perturbador, inquietante, irritante, bem como um sentido mobilizador, estimulante e vivaz.” (RÜSEN, 2014, p. 328). Quando não existe mais o espaço educacional físico, a presença/participação do discente, a utopia é fragilizada. A situação é angustiante e desencadeia uma série de desarticulações das consciências históricas.

Desta forma, se faz necessário voltarmos nossos olhares para as utopias que nos inspiram e perturbam. É urgente falarmos das “[...] perspectivas utópicas para o nosso mundo, que vão além, de todo o factível e controlável, para dar um sentido sustentável ao nosso agir. Precisamos sonhar (durante a noite) para fazer o nosso trabalho sóbrio e despertos (durante o dia).” (RÜSEN, 2014, p. 326). Qual é a nossa utopia? Qual é a utopia que faz os professores continuarem a lecionar mesmo vivendo um pesadelo? São essas perguntas que deverão inspirar os nossos próximos passos.

5. Referências:

AGUIAR, Rosana Márcia R.; ALMEIDA, Sandra Francesca C. de. *Mal-estar na educação: o sofrimento psíquico de professores*. Curitiba: Juruá, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria N° 188, de 3 de fevereiro de 2020*. Brasília: Diário Oficial da União: seção I, edição 24-A, 2020.

CARDOSO, Jane Alves. *Pandemia e o regime especial de aulas não presenciais: analisando o modelo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás - SEDUC*. Revista Aproximação: Paraná, 2020.

CUNHA, Leonardo Ferreira F. da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio P. da. *O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação*. Revista Com Censo: Brasília, 2021.

DIAS, Adriel de Oliveira. *Ensino de História em Goiás (2020): experiências “imagináveis apenas em filmes de ficção científica”*. Perspectivas Web, 2020.

GOIÁS. *Resolução 02/2020, de 17 de março de 2020*. Goiás: Secretaria-Geral da Governadoria, 2020. Disponível em: < encurtador.com.br/itxHV >. Acessado em: 20 jul. 2020.

MOREIRA, José António M.; HENRIQUE, Susana; BARROS, Daniela. *Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia*. Dialogia: São Paulo, 2020.

RICOEUR, Paul. *A ideologia e a utopia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RONDINI, Carina A.; PEDRO, Ketilin M.; DUARTE, Claudia dos S. *Pandemia da covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica*. Interfaces Científicas: Aracaju, 2020.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

_____. *Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAFATLE, Vladimir; SILVA Junior, Nelson; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. *A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente*. Práxis Educativa: Ponta Grossa, 2020.

SEIXAS, Raul. *O dia em que a terra parou*. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1977.

SILVA, Francisco Thiago. *Currículo de transição: uma saída para a educação pós-pandemia*. Revista EDUC Amazônia, 2020.

ABRINDO AS PORTAS DO ARMÁRIO DO DOPS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DAS HOMOSSEXUALIDADES NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1974-1980)

*Aline Nawara Cintra Silva*³

RESUMO: Este trabalho, decorrente do processo de escrita de dissertação de mestrado – ainda em andamento – tem como objetivo central elaborar uma análise acerca das homossexualidades em Goiás durante a ditadura civil-militar, a fim de apontar a existência de uma política moral-sexual conservadora, concentrando-nos nos anos de 1974-1980. Para tanto, debruçaremos-nos sobre a documentação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-GO). Nesta análise, consideraremos os dados encontrados a partir da leitura dos 794 dossiês custodiados no CIDARQ, a análise dos IPM (Inquéritos policiais militares) e, por fim, um contraste com o Jornal Cinco de Março, um dos principais veículos de informação que circulavam em Goiás durante o período selecionado. Desta forma, este trabalho visa, através da análise de informações de órgãos e meios distintos, encontrar as representações sobre a homossexualidade produzidas pelos discursos oficiais do Estado, contrapondo-as com as representações encontradas no principal veículo midiático de Goiás no período, a fim de expor a construção moral-sexual existentes no regime, no início do que seria o processo de abertura política no país (1974-1985).

Palavras chave: *Ditadura civil-militar; Dops; Homossexualidades; Moralidade.*

- **DOPS – As Delegacias de Ordem Política e Social**

As Delegacias de Ordem Política e Social – DOPS, criados durante as décadas de 1920 e 1930 foram órgãos de investigação e repressão. Posteriormente, e com um desenvolvimento ainda mais acentuado, a atuação das DOPS foi fundamental para a manutenção do Regime Civil-Militar brasileiro, que teve início com o golpe de estado encabeçado por grupos militares de alto escalão que, em 1964, destituiu do poder o então Presidente João Goulart e determinou o início do regime de exceção que se manteria pelas próximas décadas. Segundo Duarte (2013), a ditadura civil-militar, implantada no Brasil em 1964, tem características de guerra. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, o regime combate o “inimigo interno”, identificado com setores da oposição, passíveis de infiltração pela ação comunista, direta ou indiretamente. Incluíam-se, na lista, estudantes,

³ Mestranda em História, Faculdade de História - Universidade Federal de Goiás. Correio eletrônico: alinenawara@discente.ufg.br

sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais e os que pudessem provocar “antagonismos” e “pressões” de desestabilização da ordem. Tinha-se a segurança interna como missão comparável à defesa do País, diante de ameaça de invasão de exército estrangeiro, e caberia ao Estado de Segurança Nacional determinar, em última instância, quem era o inimigo e que atividades constituíam ameaças. Segundo a autora, as forças militares foram, nesse contexto, dotadas de “poderes praticamente ilimitados sobre a população” o que era espelhado nos aparelhos de segurança e informações, que agiam de forma preferencialmente violenta, com táticas de guerra e métodos desumanos. Segundo Alves (1984), todos eram suspeitos até prova em contrário. A ação mostra o caráter da ditadura brasileira como de guerra “interna”, “total” e “permanente”, uma vez que fatores possíveis eram colocados à disposição de defensores do regime, inclusive desrespeito a leis ou criação de legislação arbitrária, tortura, mortes, desaparecimentos, vigilância. Neste sentido, podemos afirmar que

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) sobre a qual se construíram as linhas de ação ditatoriais defendia que os antagonismos e pressões externas ou internas provocados pelo “inimigo” poderiam assumir diversas naturezas (política, econômica, psicossocial, militar) e formas (violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania). [...] Nesse sentido, a degradação moral era vista pela Doutrina como uma das armas usadas pelos comunistas para desagregar a sociedade, tornando-a campo fértil para a disseminação de suas ideias. Não só o ideário golpista, mas os governos militares alimentavam-se, nesse aspecto, de elementos do imaginário anticomunista brasileiro disseminado a partir da segunda década do século XX que via, nas ideias comunistas, entre outras coisas, um risco à preservação da moral sexual e da estrutura familiar. Documentos produzidos por serviços de informações da ditadura, analisados por Fico (2003), atribuíam ao suposto Movimento Comunista Internacional (MCI) tentativas de propagar-se por meio do incentivo ao uso de drogas e da valorização da ideia do “amor livre”. (DUARTE, 2013, pg. 02)

De acordo com Rezende (2001), o regime ditatorial implantado em 1964, no Brasil, articulou, via movimento militar, um sistema de valores de suposta “intenção democratizante”, apontando uma intervenção pontual, que deveria permear todas as atividades postas em prática. A busca pelo reconhecimento de suas ações passava por uma disposição para proteger e desenvolver valores relacionados à família, à escola, à propriedade, entre outros, apontando um movimento que se dirige para o centro de um processo moralizador. É nesse sentido que procuramos entender a estratégia de mobilização nacional também como uma mobilização de identidades de gênero, a fim de estruturar e legitimar o regime militar. Segundo Duarte

Consideradas subversivas, inadequadas pelo regime ditatorial e por parcelas da população, como fica explicitado nas mobilizações pró- -Golpe ou mesmo nas manifestações de apoio à censura governamental, as mudanças comportamentais e identitárias deveriam ser enfrentadas por uma “estratégia psicossocial” ainda pouco analisada historicamente. É possível identificar alguns elementos esparsos da ação ditatorial no que diz respeito ao combate do que seriam essas ameaças representadas por “maus comportamentos” de homens e mulheres em suas condutas morais e sexuais. (DUARTE, 2013, p. 03)

Dentro desta estrutura, localizam-se os órgãos de informação e vigilância que sustentam este trabalho. O DOPS, que durante o período de sua criação estava vinculado às Secretarias de Segurança Pública de Estado, passou a atuar como parte do aparato legal do regime militar, se concretizando como base da Comunidade de Informações, ligada diretamente ao Serviço Nacional de Informações – SNI. (SODRE; RONCAGLIO. 2016) Com a promulgação da Constituinte em 1988 e a publicação da Lei nº 8.159/1991, tornou-se legal o acesso à informação contida nos acervos destes órgãos.

Os documentos recolhidos, passariam a estar disponíveis para o acesso amplo, sendo condicionadas em instituições arquivísticas públicas. Estes documentos são acessados com diversas finalidades, inclusive para a elaboração de relatórios produzidos pelas Comissões Nacionais da Verdade, produção de pesquisas acadêmicas e leitura de vítimas e familiares de vítimas que buscam “entre outras finalidades, a fruição de direitos, a reconstrução histórica e a conciliação com a memória de um período que ensejou graves violações aos Direitos Humanos.” (SODRE; RONCAGLIO, 2016, p. 3). No ano de 2009 a Ministra-Chefe da Casa Civil assinou a Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009, criando o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas, com objetivo de

Tornar-se um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil nas décadas de 1960 a 1980. Nele, fontes primárias e secundárias são gerenciadas e colocadas à disposição do público, incentivando a realização de estudos, pesquisas e reflexões sobre o período. (Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas).

A rede de informações onde se constituí o DOPS, é formada por uma série de órgãos e aparatos associados entre si, de forma hierárquica, que tem como objetivo final a vigilância, repressão e perseguição de indivíduos e aspectos das diversões públicas que possam infringir, de quaisquer maneiras o “bem-estar social”. A manutenção de um ambiente que seja fiel as normas propostas pela “moral e os bons costumes”, a fim de promover e garantir a Segurança Nacional é o que justifica estes aparatos, de tal modo

que mostra-nos o exercício de poder que investe, perpassa, atravessa e apoia-se nos indivíduos, promovendo uma teia de relações sempre em movimento, articulada por estes mecanismos de poder, promovendo uma sempre constante sensação de tensão. De tal maneira que

O combate ao que vai sendo construído, nomeado, descrito como “atos subversivos” justifica o uso de um intrincado dispositivo de poder que articula vigilância, produção e repasse da informação por todos os órgãos integrantes daquilo que se autoneia de *rede a serviço da repressão*. “A informação [policial] penal, escrita, secreta, submetida, para construir suas provas, a regras rigorosas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado.” (FOUCAULT, 1993, p. 37). Nesse raciocínio, a informação, ela própria, constitui-se na força motriz das operações preventivas, ostensivas e repressivas dos órgãos de segurança. [...] Toda uma logística a serviço da vigilância e do controle se materializa por meio da censura e repressão que são operadas internamente pela Polícia Federal – encarregada do trâmite informacional no âmbito do governo federal –, cujas informações serão obtidas diretamente nos ministérios, sob a intermediação da agência central do Serviço Nacional de Informações, e através dos demais órgãos de informações e segurança e Centros de Informações das Forças Armadas, com destaque para as unidades DOPS no âmbito estadual. (SILVA, 2007, pág. 100-103)

O Decreto nº 45.040, publicado em 06 de dezembro de 1958, no parágrafo 1º do art. 4º, sobre a obtenção das informações consideradas relevantes à segurança do país, afirma que “as informações [de interesse para a segurança nacional] serão obtidas através dos órgãos de administração federal, estadual, municipal autárquica e paraestatal, das sociedades de economia mista, mediante um planejamento realizado pela junta Coordenadora de Informações.” (ANTUNES, 2002, p. 51). Segundo Silva (2007), esta tendência se intensificará no cenário pós instauração do regime civil-militar, culminando na criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 13 de junho de 1964, que teria como fundamento

Subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contra-informações; estabelecer e assegurar os necessários entendimentos e ligações com os governos de estados, com entidades privadas e quando for o caso com as administrações municipais; proceder à coleta, avaliação, integração das informações em proveito das decisões do presidente da República e dos estudos do CNS; promover a difusão adequada das informações. (ANTUNES, 2002, p. 55).

Este aparato posto em prática no governo Vargas é mantido, ampliado e revitalizado no regime civil-militar, com a integração e associação de todos os órgãos

de segurança (SNI, CENIMAR, CISA, CIE, DOPS estaduais), funcionando como interlocutores de informação, em escalas hierárquicas de níveis locais e nacionais. Estes órgãos foram fundamentais na produção de uma polícia política bem articulada, capaz de manter sob controle as práticas sociais, tendo como base controle, vigilância e perseguição. A criação dos DOPS estaduais se constitui baseada premissa de vigilância ostensiva e permanente, com a finalidade de proceder inquéritos sobre os “crimes de ordem política e social”. Este órgão passa a assumir um papel ainda mais relevante durante a ditadura civil-militar, baseando-se em um princípio de cuidado e soberania Nacional, tendo como base para isto uma articulação meticulosa que busca combater os inimigos internos infiltrados no seio da pátria, exercendo as medidas de polícia preventiva e controle de serviços, para que estes estejam em consonância com a ordem estabelecida (SILVA, 2007). A criação das DOPS está associada à necessidade de estabelecer um organismo capaz de coibir o avanço do comunismo, inflamado pela sensação de necessidade de combate ao inimigo interno, visto como grande ameaça à ordem e soberania nacional.

A DOPS/GO não tem uma data específica de criação. Campos (1998) afirma que os primeiros registros encontrados dos chamados “arquivos DOPS/GO”, remontam à década de 1950 e que a organização desse departamento pode ter sido “produto da modernização administrativa que o Governo Mauro Borges promoveu em Goiás a partir de 1961” (CAMPOS, 1998, p. 85-86). A legislação reguladora deste órgão, aponta sua finalidade como

Art. 197 - Ao Centro de Informações, órgão central da direção departamental, - Elaborar os Planos de Informações a serem desenvolvidos pela SSP, nos diversos setores de criminalidade de sua competência, bem como aqueles que interessam a Segurança do Governo do Estado, submetendo-os a aprovação do titular da SSP;

I - Realizar através de todos os órgãos da SSP ou, quando necessário por intermédio de órgãos a ela estranhos, a busca de informes referentes aos mencionados planos;

II - Executar o processamento dos informes recebidos procedendo a sua avaliação e interpretação;

III - Divulgar, privativamente, para apuração ou para outros fins, os informes ou informações da SSP, interna ou externamente, bem como centralizar o recebimento dos mesmos, qualquer que seja sua origem ou natureza;

IV - Classificar os informes e as informações a serem divulgadas quanto ao seu grau de sigilo;

- V - Centralizar o recebimento de respostas dos pedidos de busca feitos à SSP por órgãos a ela estranhos;
- VI - Organizar e manter atualizados arquivos e fichários especializados sobre assuntos de sua competência;
- VII - Colaborar com outros órgãos de Informações federais ou estaduais, nas atividades de informações em geral e em particular, naquelas que interessem à Segurança Nacional, à Ordem Política e à Ordem Social;
- VIII - Subordinar, doutrinária e normativamente, nas atividades de informações de sua competência, as Divisões de Informações das Secretarias de Estado;
- IX - Manter diretamente as ligações para o melhor desempenho de seus encargos;
- X - Elaborar e expandir, privativamente, normas, ordens e instruções gerais referentes às atividades de Informações da SSP, submetendo-as antes ao titular da SSP;
- XI - Promover o intercâmbio de Informações entre a SSP e outras organizações policiais estaduais, através de sua Divisão de Polícia Interestadual (POLINTER), no tocante à localização e outras medidas legais, referentes a pessoas físicas e jurídicas que interessem à Polícia ou à Justiça, encaminhando, ainda, aos órgãos competentes, as solicitações, relativas às citadas pessoas para o seu devido monitoramento;
- XII - Elaborar boletins diários ou periódicos sobre suas atividades para conhecimento do Secretário de Segurança Pública.⁴

Para Fico, no Brasil, a demanda pela abertura dos arquivos do regime militar assumiu grande centralidade, tornando-se um aspecto decisivo da Justiça de Transição. Os pedidos de anistia também têm sido importantes para ampliar o debate: todos os documentos comprobatórios reunidos por vítimas que pleitearam suas indenizações junto à Comissão de Anistia constituem um acervo documental peculiar, na medida em que cada processo é uma espécie de "antidossiê", o reverso dos velhos dossiês da espionagem ou da polícia política. Para muitas dessas vítimas, a necessidade de reunir documentos para solicitar a devida reparação à Comissão de Anistia foi um processo doloroso. Entretanto, além das reparações materiais, a constituição desses "antidossiês" permitirá outra forma de "justiça", na medida em que, agora, temos a versão dos que foram espionados, presos e torturados e não apenas a dos que espionaram, prenderam e torturaram. Segundo Sodré e Roncaglio (2017), quanto à extinção da DOPS-GO, especialmente no estado de Goiás, não é possível determinar a data da extinção dessa delegacia no estado e

⁴ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n. 7.085. Coleção Fotografias do Acervo DOPS

Considerando que até a presente descrição não foram encontrados documentos dispositivos, como leis ou decretos, que tratem da estrutura e funcionamento da Secretaria de Segurança Pública e/ou do Departamento de Ordem Política e Social que disponham sobre extinção deste Departamento e suas Divisões, definimos como marco de suas extinções e consequentemente da Divisão Central de Informações, a Lei nº 10.160 de 09 de abril de 1987, uma vez que nela o DOPS já não consta na estrutura da Secretaria de Segurança Pública. Sendo assim, até maiores informações, fica definido para presente descrição que a extinção do órgão produtor deste fundo é o ano de 1987. (Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, 2010)

No que diz respeito ao acervo do DOPS/GO, os arquivos foram transferidos em 1995 à UFG – Universidade Federal de Goiás, e supõe-se que a documentação da DOPS-GO, custodiada pela UFG, está incompleta, pois segundo Campos (1998, p. 88)

A UFG recebeu nove caixas de papelão que continham o Arquivo do DOPS. A documentação era composta por 505 pastas, 1.302 dossiês e 7.420 fichas. O acervo estava em desordem, e embora as pastas fossem numeradas, as sequências não foram obedecidas. Não foram encaminhadas todas as pastas e dossiês, muitas são as numerações em falta. As fichas fazem referência a pastas e a dossiês que não foram localizados numa clara indicação que o arquivo está incompleto.

Em mapeamento realizado no ano de 2019 no acervo do CIDARQ, pudemos concluir que dos dossiês numerados, apenas 794 materiais físicos estavam realmente dispostos. A discrepância entre os números aponta que diversos materiais se perderam, ou foram eliminados, no caminho entre as Delegacias e os arquivos após a legislação de acesso à informação e a sua transferência para as instituições custodidoras.

Sodré e Roncaglio (2016) afirmam que quando à documentação da DOPS-GO passou a integrar o Projeto Memórias Reveladas, no ano de 2009, tendo em vista a aplicação de metodologias arquivísticas, a equipe arquivística optou por modificar a nomenclatura do fundo para Divisão Central de Informações do Estado de Goiás - DGO, pois “foi evidenciado que a documentação não se trata do fundo DOPS, mas de uma de suas divisões, denominada aqui Divisão Central de Informações”⁵. Segundo Sodré e Roncaglio (2016):

O fato de o acervo que está sob a guarda do CIDARQ ser constituído por apenas uma subdivisão, a DGO, e não à DOPS como um todo, pode ser explicado por um fato ressaltado por Campos: Em Goiás, em fins de 1982, no governo de Ary Valadão, uma portaria do Secretário de

⁵ Disponível em: <https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/divisao-central-de-informacoes-do-estado-de-goias> acesso em 05/04/2021

Segurança Pública, Jesus Antônio Lisboa, determina a divisão do Arquivo do DOPS: uma parte é transferida para a agência do SNI no Estado e outra é encaminhada para a 3ª Brigada de Infantaria. (CAMPOS, 1998, p. 87). [...] Assim, inferimos da leitura de Campos (1998) e da análise da descrição do acervo no BDMR, que a documentação que está hoje no CIDARQ seja a mesma que foi transferida para a “agência do SNI no Estado”. Utilizando a descrição do fundo DGO no BDMR, tal órgão teve três nomenclaturas diferentes: Divisão Central de Informações, Divisão de Segurança e Informações e Serviço Estadual de Informações.

Estes apontamentos revelam uma face muito importante do processo de abertura dos arquivos. As documentações incompletas, inacessíveis ou inconsistentes são rastros de uma política de apagamento. Diversas são as questões que tangem estas considerações e autores como Carlos Fico apontam que, apesar de acervos muito importantes continuarem inacessíveis – como os dos antigos serviços militares de inteligência do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) – também é certo que podemos contar com um vasto acervo.

- **Jornal *Cinco de Março*: sua fundação e posicionamento em meio às censuras midiáticas**

Dentro da conjuntura autoritária que se instalara no Brasil, Goiás se desenvolvia de forma particular. O então Governador de Goiás, Mauro Borges, foi um dos que participaram das articulações a favor da deposição de João Goulart e tomada do poder pelos militares e, no momento da ruptura da ordem democrática, em 1964, manifestou apoio total. Porém, seu próprio governo foi assolado pelos inquéritos, sob a acusação de infiltração subversiva, sendo o seu mandato cassado ao final daquele mesmo ano (SILVA, 2016). Segundo Silva:

Logo após o golpe o governo Mauro Borges desencadeia intensa repressão sobre a esquerda goiana, mesmo sobre militantes que participavam do seu governo, no intuito de mostrar-se confiável ao governo militar e assim esvaziar as manobras dos que defendiam a sua deposição. Neste momento ocorre “a primeira queda do PCB”, com o “esfacelamento” do partido em Goiás [...]. Nessa conjuntura, muitos militantes e dirigentes da Ação Popular, assim como de outras organizações, foram perseguidos e presos, sendo muitos militantes goianos, principalmente os que atuavam na estrutura governamental, no ICP, inquiridos e presos diversas vezes. (SILVA, 2016, pág. 57)

É neste contexto que a mídia impressa circulará em Goiânia. Dentre os principais periódicos encontravam-se o *Cinco de março*, periódico que constitui fonte de nossos estudos. O Periódico teve duração de 23 anos, tendo sido criado em 1959. O jornal assumia um posicionamento que, segundo Borges e Lima (2008):

teve duas fases: até a década de 1970, com forte ataque aos governos (federal, estadual e municipal), recheado de jargões, vícios e gírias, com foco no jornalismo opinativo; e após 1970, devido inclusive ao endurecimento do regime militar, aproximando-se do conteúdo noticioso, mais ameno, ouvindo os dois lados e analisando as situações com maior cautela. [...] Apesar da censura, do empastelamento e das transformações que o enfraquecimento da vida democrática do Brasil durante o golpe militar de 1964 causou na imprensa em geral, o Cinco de Março continuou mantendo a sua linha editorial voltada para denúncias de corrupção, má prestação de serviços e descuido com o caráter público inerente ao Executivo e Legislativo. Para o professor Joãoimar Carvalho de Brito Neto: “Os jornais da época eram todos jornais conservadores, bem situados. E o Cinco de Março era um jornal semanário. Saía todas as segundas-feiras e seu ponto forte eram as denúncias de noticiário de povão, tinha grande crítica na parte política, incomodava a Deus e todo mundo, o que gerava medo nos políticos (ibidem).

- **Analisando os silêncios: ponderações sobre os dados**

Após realizada a leitura de toda a documentação sugerida, é possível inferir questões relevantes. Dos 794 dossiês disponíveis para análise, apenas 3 dossiês tratam sobre assuntos relacionados a Homossexualidade, e destes nenhum trata sobre lesbianidade ou fazem quaisquer menções sobre o relacionamento entre mulheres. Os pontos desenvolvidos neste trabalho de dissertação se concentrarão no aspecto moral-sexual conservador da ditadura civil militar, apontando de que maneira os grupos homossexuais foram inseridos no discurso oficial do regime, representados como subversivos. Entretanto, estes apontamentos serão contrapostos com outras problemáticas, tocando os aspectos de gênero que permeiam o meio homossexual, apontando como este cenário influenciou a manutenção da invisibilidade lésbica, afirmando e reforçando a segregação dentro das camadas que pertencem às homossexualidades.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do séc. XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BORGES, R; LIMA, A. *Dossiê 200 anos da imprensa no brasil. História da Imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica*. Revista UFG /

Dezembro 2008 / Ano X. nº 5.

CAMPOS, Francisco Itami. Os arquivos DOPS de Goiás: a documentação sonogada. In: ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal, v.1, n. 1. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. MORAL E COMPORTAMENTO A SERVIÇO DA DITADURA MILITAR – UMA LEITURA DOS ESCRITOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

FICO, Carlos. Censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (p. 167 – 201).

_____. Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Dossiê: História e Inteligência • Varia hist. 28 (47) • Jun 2012.

_____. Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1993.

REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil –repressão e pretensão de legitimidade. Londrina: Editora Uel, 2001.

SODRE, Caroline Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. A DIFUSÃO DOS ACERVOS DAS DOPS NO BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. In: Investigación en información, Documentación y Sociedad: Perspectivas e tendencias. Madrid, 2017.

SODRE, Caroline Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. Arquivo, memória e verdade: a contribuição da organização dos acervos DOPS para a constituição da história da ditadura militar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador.

SODRÉ, Caroline Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. Arquivo, memória e verdade: a contribuição da organização dos acervos DOPS para a constituição da história da ditadura militar In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. Anais... Salvador: ANCIB, 2016.

DER PAPST UND DAS KONZIL: DAS CRÍTICAS DE DOLLINGER AO DOGMA DA INFALIBILIDADE PAPAL AO ANTI- JESUÍTISMO DE RUI BARBOSA

*Alexandre Coelho dos Santos*⁶

RESUMO: O presente trabalho tem por escopo uma breve discussão que trata das críticas do teólogo alemão Johann Joseph Ignaz Von Dollinger ao Concílio Vaticano I (1869-1870) e as práticas ultramontanas católicas na Alemanha por meio do livro *Der Papst und das Konzil* e procura analisar como este livro serviu de base para a justificar o as condenações feitas pela Maçonaria a Igreja Católica no período concernente ao fim da Questão Religiosa. Para isso a pesquisa trata do contexto ultramontanismo alemão, destacando a relação conflituosa entre ultramontanos e liberais alemães, posteriormente tem se uma descrição a respeito da relação entre a Igreja e o Estado brasileiro no século XIX e por fim traremos a posição tomada por Rui Barbosa em condenação aos ultramontanos jesuítas, tecendo críticas em relação a essa congregação por meio da uma introdução escrita pelo próprio Barbosa ao traduzir a obra de Dollinger, tradução esta que foi encomendada por maçons e influenciou o pensamento dos membros da Maçonaria em relação aos jesuítas até início da República.

Palavras- Chaves: *Ultramontanismo; O Papa e o Concílio; Anti-jesuítismo*

O movimento ultramontano e a virada fundamentalista da Igreja Católica

Definir o Ultramontanismo é algo caro aos pesquisadores que se dedicam a estudar a Igreja Católica dos séculos XIX e XX, não só no Brasil como também em âmbito mundial. Ítalo Domingos Santirocchi (2010:27), traça os rumos tomados pelo conceito de ultramontanismo⁷ nestes séculos

Segundo o autor nos Estados alemães, a partir do século XVIII, passou-se a utilizar o conceito ultramontano para identificar todo conflito entre os poderes temporais e espirituais. Finalmente, no século XIX, o ultramontanismo passou a denominar uma série de medidas da Igreja Católica na tentativa de frear o avanço de ideais teológicos divergentes dos seus.⁸ O avanço da modernidade, a intensa industrialização no século

⁶ Discente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: alexandrecoelhohist@gmail.com. Trabalho orientado pelo prof. Dr. Phil. Robson Gomes Filho

⁷ Ver SANTIROCCHI, Í. D Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma In- Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010 p. 24-33.

⁸ Faziam parte destes ideais as correntes liberais e a secularização de diversas esferas da sociedade, por exemplo o “galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria,

XIX provocou uma significativa mudança na maneira com que o europeu percebia o passado, gerando posições contrárias na sociedade da época:

De um lado, aqueles que se entusiasmaram com a possibilidade de um futuro radicalmente novo; e, de outro, os que retrocederam ante o avanço da modernidade, depositando sua esperança de futuro em um retorno ao passado politicamente conservador, culturalmente tradicional e religiosamente católico (GOMES FILHO, 2018: 62)

Neste sentido, o ultramontanismo se destaca como representante deste ideal a ser preconizado por aqueles que desejavam a “segurança” da tradição, do conservadorismo e também do catolicismo em detrimento das inovações decorrentes do período, sejam elas materiais, religiosas ou sociais.

Embora houvesse correntes dentro do próprio catolicismo que viam de forma positiva as transformações materiais provocadas pela modernidade,⁹ o catolicismo ultramontano de modo geral condenava as inovações tecnológicas, como meio de garantir a estabilidade e a moral da sociedade, como viria a ser evidenciado no papado de Pio IX.

Na Alemanha a raiz conservadora do catolicismo apesar de não desprezar a modernização, enfatizava sua preocupação com os rumos que a recém-formada nação alemã seguiria. Durante a formação do Estado alemão os ultramontanos tiveram de lidar com várias situações adversas: a ascensão do protestantismo em Estados até então de maioria católica, das ideias liberais, como também de questões internas conflituosas que retardaram sua consolidação do ultramontanismo em território alemão. Uma delas foi a ascensão do chamado catolicismo ilustrado¹⁰, que defendia autonomia da Igreja alemã, embora não o afastamento de Roma. Esta corrente católica pregava a necessidade de reforma do clero nacional para que os eclesiásticos se adaptassem à modernidade em ascensão, superando a religiosidade baseada nas experiências individuais, tida pelo catolicismo ilustrado como superstição e medievalismo.

Para superar os ataques da vertente ilustrada do catolicismo, os ultramontanos contaram com as congregações¹¹ religiosas estabelecendo-se nas camadas menos

deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa” (SANTIROCCHI, 2010: 24)

⁹ “Dentre muitos argumentos teológicos que surgiram, destaca-se, por exemplo, o de que, sendo o ser humano imagem e semelhança do Criador, nada seria mais natural que ele assumisse também sua condição de demiurgo. Segundo Monsenhor Plantier, em sua instrução para a Quaresma de 1860, estávamos de fato em uma ‘segunda criação’, que duplicava e ampliava a primeira. Nesta, entretanto, Deus teria confiado à sua criatura a condição de criador” (GOMES FILHO, 2018: 73)

¹⁰ Ver GOMES FILHO, R. R. Os missionários alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930) Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. Universitat Eichstatt-Ingolstadt-2018

¹¹ As principais congregações a atuarem na Alemanha nesse período foram os Jesuítas, Franciscanos e os

favorecidas da população, abandonando o projeto da ilustração católica que previa aproximação com a burguesia alemã e a superação do “catolicismo borroco”.¹² Assim, o ultramontanismo

viu no catolicismo popular não um adversário, mas um verdadeiro lastro social para seu projeto de expansão do domínio romano e autoridade papal. Em linhas gerais, portanto, enquanto o catolicismo ilustrado lutou contra o catolicismo popular, o catolicismo ultramontano o abraçou e o adaptou aos seus anseios institucionais. (GOMES FILHO 2018: 121)

O catolicismo ultramontano lutava contra a modernização, não contra as formas populares de prática religiosa católica. Neste sentido, ao “acolher” o catolicismo popular, o movimento ultramontano pretendia controlá-lo sob a égide de Roma, pretendendo a aproximação com o papado e a sobreposição da Igreja à nação. Portanto, a Igreja ultramontana abandonou qualquer tentativa de adaptação à modernidade, a fim de garantir apoio do Estado, fazendo ainda valer-se do contexto de ebulição social da época para agir como mantenedora da ordem social (GOMES FILHO 2018:120)

Juntamente com as cidades e a indústria, crescia também a aversão aos ultramontanos que, a partir da unificação do estado alemão, em 1871, tiveram seus privilégios progressivamente cessados à medida que a nova nação ia tomando rumos cada vez mais liberais e, por outro lado, a Igreja passava a ser considerada inimiga do progresso. Mesmo com a derrota iminente, o catolicismo ultramontano insistia em manifestar-se contra seus opositores, dentre eles, a maçonaria.

Contra a Maçonaria os argumentos católicos se concentravam no que fora por séculos comum: a ideia de que os maçons é que conspiravam e estavam por trás de todos os adversários do catolicismo, sejam eles liberais, conservadores ou comunistas. (GOMES FILHO 2018: 171)

Com a perda de espaço não só na Alemanha, como em boa parte dos governos seculares da Europa, algumas congregações ultramontanas decidiram não permanecer em sua totalidade em território germânico e estabelecer-se em outros territórios fora da

Redentoristas (GOMES FILHO, 2018: 134)

¹² Gomes Filho (2018: 94) entende por Catolicismo Barroco “o catolicismo popular que, segundo ele, imperou fortemente nos Estados católicos alemães como principal fruto do Antigo Regime. A força deste catolicismo, entretanto, deriva-se de um duplo aspecto: por um lado, da força da tradição nobiliárquica, que, em geral, se beneficiou da estrutura do *Reichskirche*, dada a maneira como os benefícios foram distribuídos entre nobreza e clero; e, por outro, da pujança da tradição camponesa, que, no outro extremo do espectro social, enraizou práticas de religiosidade e devoções que ainda hoje se fazem sentir no modo como os católicos lidam com seus santos, padroeiros, relíquias, festas.”

Europa, como é o caso do Brasil, que contou com a presença dos redentoristas alemães a partir de 1894

Ultramontanismo e a Igreja Católica no Brasil

O movimento ultramontano ganhou força no Brasil durante o século XIX, introduzido principalmente com as atuações de Dom Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860), 16º arcebispo da Bahia, conde e marquês de Santa Cruz; bem como de Dom Antônio Vicente Ferreira Viçoso (1787-1875), bispo de Mariana, religioso lazarista e conde da Conceição; e ainda Dom Antônio Joaquim de Melo (1791-1861), 7º bispo de São Paulo. Estes prelados iniciaram o ultramontanismo no Brasil, sendo os precursores outros importantes nomes, como de Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e Dom Antônio de Macedo Costa

Suas ideias ultramontanas encontrariam na Maçonaria, cujas ideias liberais divergiam do tradicionalismo católico, ferrenha oposição. Ainda que o imperador D. Pedro II não fosse comprovadamente maçom, seu governo era intimamente ligado à Maçonaria, pois vários componentes da administração imperial eram “pedreiros livres”¹³, dentre eles o chefe de gabinete institucional,¹⁴ José Maria da Silva Paranhos (O visconde do Rio Branco). Paranhos foi nomeado Grão-mestre do *Grande Oriente do Brasil* em 1871, cargo que lhe garantia a liderança de uma das principais vertentes maçônicas do Brasil e grande prestígio no meio maçônico de modo geral. (CASTELLANI, 1993:150)

O clímax das disputas entre maçons, eclesiásticos e o poder temporal do império ocorreu com a chamada “Questão Religiosa” (1872-1875)

A priori, o tratamento da questão religiosa como um embate estritamente entre católicos ultramontanos e maçons não nos parece abranger todos os aspectos deste conflito. Todavia, assumir que a historiografia trata como “Questão Religiosa” a prisão dos referidos bispos¹⁵ de Olinda e do Pará, por ordem do imperador, valendo-se de sua prerrogativa devido ao padroado, implica, em certa medida, em assentir que o desrespeito

¹³ Nome pelo qual os maçons são conhecidos, aludindo à sua possível origem, as corporações de pedreiros formadas no medievo

¹⁴ O Gabinete de Segurança Institucional era o órgão do governo brasileiro responsável pela assistência direta e imediata ao imperador no assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança.

¹⁵ Sobre o assunto ver: MEDEIROS, R. D. de, Dom Vital: **A Questão Religiosa e a Crise Político Institucional no Segundo Reinado** / Dissertação (Mestrado em Ciências sociais) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara) — 2020

à ordem imperial foi o fator preponderante para a prisão dos bispos. Deste modo, cabe-nos admitir a posição de José Castalani (1993), quando este afirma que

a questão toda fora entre o clero e o governo, já que aquele se colocara, frontalmente em atitude de insubmissão à lei, coisa que não poderia ser tolerada por este, se se pretendesse fazer valer a sua autoridade; foi uma queda de braço em que a maçonaria entrou como Pilatos no credo.¹⁶
(CASTELANI, 1993:154)

Um ponto a ser observado é referente à interferência do monarca em uma decisão eclesiástica a fim de favorecer os integrantes da maçonaria, o que revela a relevância política desta instituição no governo imperial: “Para os bispos isso significava a existência de um complô do liberalismo e da maçonaria com o aval do poder monárquico contra a Igreja Católica” (COLUSSI, 2002: 32). Além disso a participação maçônica não pode ser negada neste contexto, pois a condenação dos bispos na Questão Religiosa teve como estopim um discurso proferido por um padre católico¹⁷ pertencente à maçonaria que enaltecia a luta maçônica pela abolição da escravidão e a aprovação da lei Visconde do Rio Branco. Soma-se a isso o fato de que os maçons faziam parte da ala liberal presente em um governo, cuja autoridade a Igreja ultramontana almejava subverter em nome do Papa.

Em síntese, portanto, o ultramontanismo apresentou-se para a Igreja Católica no Brasil como uma forma de reaver seu poder frente ao Estado por meio da influência sobre os fiéis, que garantiam a estabilidade do regime. Já para os liberais, as práticas da Igreja, entrelaçadas ao Estado, representavam uma ameaça à autonomia estatal, como afirma André Luiz Caes (2002: 70): “a questão dos bispos trouxe à tona a fragilidade da união entre os poderes temporal e espiritual.”

Pensada desta maneira, a “Questão Religiosa” pode ser definida como uma disputa entre liberais e ultramontanos em defesa de suas respectivas prerrogativas e ideais, face ao poder imperial. Esta definição, embora simplória, evita que sejamos vítimas de uma armadilha interpretativa em relação ao conflito em questão. Caso optássemos por reduzir esta contenda apenas a um conflito entre a maçonaria e a Igreja Católica

¹⁶ Respeitado no meio acadêmico, todavia José Castellani não esconde sua formação maçônica, e nos parece ter razão, em certa medida, ao afirmar que a questão religiosa fora uma disputa entre o clero e o governo, pois se a condenação partiu do imperador, alheio à maçonaria, contudo, a Maçonaria não está isenta de participação, já que grande parte da máquina administrativa do império contava com integrantes desta instituição

¹⁷ O orador em questão é o padre José Luiz de Almeida Martins, subordinado a diocese do Rio de Janeiro. Não era raro encontrar padres simpatizantes da maçonaria em seus primórdios. No Brasil, podemos citar nomes como, Bispo Azeredo Coutinho, Padre Diogo Antônio Feijó, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca

ficaríamos condicionados a pensar serem os eclesiásticos e maçons mutuamente contrários, enquanto a realidade não se mostrava desta forma, pois havia padres adeptos à maçonaria e maçons que professavam a fé católica e condenavam o ultramontanismo.¹⁸ Embora esta conjuntura fosse censurada pelos bispos envolvidos na “Questão Religiosa”, tais posições eram recorrentes no Brasil, já que as proibições papais à maçonaria não tinham efeito em território brasileiro, pois não haviam recebido o *placet* do imperador.¹⁹

Transpondo as dimensões religiosa e político-social da “Questão Religiosa”, Daniella Miranda Santos aponta para a questão dos bispos como um conflito de dimensões jurídicas que não se restringiu apenas ao iluminismo dos liberais em contraposição ao escolasticismo dos ultramontanos, mas também estendido a uma divergência entre legislações distintas: a canônica e a civil, que até aquele momento agiam em conjunto para a manutenção do *status quo*. Segundo a autora:

É preciso salientar que a Questão Religiosa, compreendida meramente como uma disputa entre Estado e Igreja foi, em sua essência, um conflito jurídico a respeito do que competia julgar e legislar a cada uma das esferas em matéria religiosa. Ademais, a maioria das divergências entre a Igreja e o Estado se voltavam à questão jurídica do ponto de vista formal, tendo a religião como matéria (SANTOS, 2018: 70)

Deste modo, a “Questão Religiosa” verte-se em uma disputa constitucional em que ambas as esferas buscam mútua sobreposição. Por isso, urgia ao Estado brasileiro controlar as ações do clero ultramontano, e este, por sua vez, buscava frear a crescente onda liberal presente no país, almejando, assim, uma aproximação com a Santa Sé, algo que, levado às últimas consequências, tinha como obstáculo principal o padroado.

O padroado, que no século XVI havia garantido a expansão da religião católica sob a proteção do Estado, no século XIX passou a sufocar o clero católico, na medida em que impedia sua liberdade de ação, bem como a aproximação dos clérigos brasileiros com os ideais ultramontanos. A disputa entre os poderes civil e religioso no oitocentos pautavam-se na legitimidade dos documentos papais que, sem o beneplácito do imperador, eram, no Brasil, nulos. Nesta queda de braços entre os dois poderes, a derrota dos eclesiásticos culminou na acusação e condenação dos bispos de Olinda e do Pará por

¹⁸ Ver: TAVARES, K. C. **Padre Eutíquio: clérigo, maçom e político no Pará do século XIX**. 2020 261 fl. Belém. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

¹⁹ Placet, ou Beneplácito Régio, era o preceito de que as determinações da Igreja Católica destinadas ao clero e fiéis católicos luso-brasileiros, para terem validade no território de Portugal e, posteriormente, no Brasil, deveriam receber a aprovação expressa do monarca. Este privilégio foi concedido pela Igreja aos reis ibéricos que, a partir de então, passaram a ser protetores da cristandade em seus territórios.

insubordinação ao estarem obedecendo determinações de uma potência estrangeira²⁰ em detrimento da legislação nacional que não reconhecia as bulas papais.

A “Questão Religiosa” representou o culminar de uma série de desacordos entre Estado e Igreja que tiveram efeitos prejudiciais às duas instituições. A Igreja viu decretada a separação em relação ao Estado poucos anos depois, sendo minados todos os privilégios que a mesma dispunha. Isso fez com que a instituição encarasse uma profunda crise política e econômica, devido à secularização dos cemitérios, registros de nascimentos, óbitos, lei do casamento civil e a livre atuação de outras religiões em território brasileiro. O Estado monárquico por sua vez viu seu fim decretado juntamente com o fim do padroado régio, ambos a partir da proclamação da República, em 1889, e a primeira Constituição Republicana, em 1890.

O Papa e o Concílio: O anti-jesuitismo maçônico

Para estabelecer ligação entre o nosso objeto de estudo e as disputas entre católicos e liberais no século XIX no Brasil é necessário retomarmos o exemplo europeu, haja vista que tal documento (o Texto O papa e o concílio) foi produzido em observação ao contexto alemão de 1870. A vertente liberal do catolicismo alemão, composta por sacerdotes e teólogos alinhados à burguesia alemã, posicionava-se ferrenhamente contra a aprovação da infalibilidade do papa²¹, fazendo intenso uso da imprensa local. Um de seus maiores porta-vozes era o teólogo Johann Joseph Ignaz von Döllinger²². Dentre seus escritos mais controversos, ganhou destaque sua crítica ao papado e aos ultramontanos presente em sua obra *Das Papst und das Konzil*, publicada na segunda metade do século XIX. Segundo Ítalo Santirocchi (2010:26), Döllinger criou o conceito de romanização,²³ como forma de crítica as ações ultramontanas de Pio IX.

²⁰ A centralização hierárquica da Igreja, subordinada ao papado, fazia com que esta fosse encarada como um Estado independente que estava inserido dentro de outros estados-nações. Por isso o Vaticano era tratado como uma potência estrangeira. Assim, ao obedecer às ordens da Igreja em detrimento dos desígnios da constituição imperial, os bispos (funcionários públicos) estariam incorrendo em crime de desobediência, acatando leis de um Estado alheio em detrimento das leis nacionais. Tal configuração, importa dizer, só foi possível com a ascensão das ideias e constituição na “nação”. Sobre isso, ver: OLIVEIRA (1990).

²¹ Dogma aprovado no concílio vaticano I (1869-1870)

²² Foi um importante teólogo, historiador da Igreja e sacerdote católico alemão que rejeitou expressamente o dogma da infalibilidade papal

²³ Em consenso com Santirocchi, Luciano Dutra Neto escreve: Na década de 1870 usado no Brasil para criticar a reforma eclesial em andamento e defender os interesses da maçonaria e do regalismo. Na segunda metade do século XX, sua (re) apropriação aconteceu dentro de um contexto de disputa teológica e eclesial entre a Teologia da Libertação e o Vaticano, e a nível político, entre a mesma Teologia da Libertação e a Ditadura Militar, transformando-se, por extensão, em oposição ao capitalismo, quando se aproximou ao marxismo político. O termo romanização, “que muitas vezes tem sido empregado por um simples modismo, sem dúvida, traz em sua semântica ares pejorativos de imposição e de perseguição, portanto, de

Der papst und das Konzil (O Papa e o Concílio), é sua mais famosa obra. Nela ele “criticava veementemente a proposta de transformar em dogma a infalibilidade papal, sem se esquecer de repetir que ‘o ideal dos ultramontanos era a ‘romanização’ de cada uma das igrejas” (SANTIROCCHI, 2010:27).

Nesta obra o autor trata da ação dos jesuítas no tocante ao Concílio Vaticano I, explanando sobre o mesmo como um projeto jesuítico para a consolidação do ultramontanismo e utiliza-se de vários argumentos e fatos históricos para convencer os próprios prelados de que o dogma da infalibilidade pontifícia mostrar-se-ia prejudicial à própria instituição católica.

Uma das primeiras objeções apontadas pelo teólogo alemão é feita aos escritos do periódico *La Civiltà*²⁴ publicado pelos jesuítas em Roma a partir de 1850. Segundo Döllinger: “Nesse artigo demonstra-se que a Igreja tem necessidade de reprimir os recalcitrantes pelos castigos temporaes, como multas, jejuns, prisão, bordoadas; porque, sem poder coercitivo exterior, não podia a Igreja durar até ao fim do mundo” (BARBOSA, 1877: 323)²⁵. Os jesuítas defendiam que a Igreja, a fim de manter sua hegemonia, necessitava valer-se dos castigos temporais, sobrepondo-se inclusive à autoridade do Estado, à época definidor das penas temporais. O autor enumera alguns pontos importantes na obra utilizando-se de designações papais que, segundo ele, partem do *Syllabus Errorum* de Pio IX. Além do direito a proferir penas temporais, ele destaca que Pio IX defendia o direito de intervenção no Estado, podendo depor e outorgar reis e reinos (BARBOSA, 1877: 326). Portanto, segundo Döllinger, Pio IX reivindicava uma autoridade que remonta o período medieval, não devendo, portanto, ser permitida no seio da modernidade

Outro discurso destacado por Döllinger sobre o jornal jesuíta diz respeito à posição do *Syllabus* em relação à liberdade de culto:

na estimativa do *Syllabus*, a liberdade de cultos e a livre manifestação das crenças geram o contagio do indifferentismo. Hão de demonstrar então como os mais viciosos dos homens são os povos que desfructam essa liberdade, alemães, ingleses, francezes e belgas; ao passo que, pelo

impropriedade (DUTRA NETO2006: 36.)

²⁴ *La Civiltà Cattolica* é um periódico publicado pelos jesuítas em Roma, Itália. É publicado continuamente desde 1850 e está entre os mais antigos periódicos católicos italianos.

²⁵ O trecho citado trata-se de uma tradução feita por Ruy Barbosa em 1877. O texto original cujo título é **Der Papst und das Konzil**, foi escrito pelo teólogo alemão Joseph Ignaz Von Döllinger em 1871 e enviado ao vaticano, mostrando a objeção do autor à aprovação do dogma da infalibilidade Papal em durante o concílio vaticano I (1869-1870)

contrário, os hespanhóes, os napolitanos e os habitantes dos Estados da Igreja, onde domina ainda ou existiu recentemente, a coacção religiosa, reflectem, ao que toda a gente sabe, entre todos os povos da terra, a mais pura imagem da virtude. Fallemos sério: novos esforços hão de continuar o combate, que a Encyclica inaugurou em 1864. Dar-se-ha rebate a todas as forças da igreja, usar-se-hão todos os meios, para ferir a luta contra a consciencia, contra o sentimento do direito dos povos educados na civilização moderna, e contra as instituições que elles têm creado. (BARBOSA, 1877: 332)

A contraposição entre os Estados que contam com influência católica e os que desfrutam da liberdade garantida pela autonomia temporal, traz para o texto uma representação de que a Igreja seria a detentora da virtude, neste caso da moral, que é refutada pelo teólogo alemão, empregando uma fala em que defende a civilização e o direito dos povos.

Döllinger ainda chama a atenção para o fato de que Estado e Igreja agem em paralelo e que seria natural a tentativa de sobreposição mútua entre essas instituições. Além disso, o dogma da infalibilidade inerente ao bispo de Roma denota, segundo o autor, esta tentativa de sobreposição por parte da Igreja, a fim de *romanizar* todas as igrejas e abafar, o quanto se possa, toda a vida eclesiástica em que houver carácter nacional. Assim, “Dogmatisada a infallibilidade, aquelle que ousasse contestar o justo título a qualquer dogma novo, cunhado na casa de moeda do Vaticano, ficaria sujeito, nesta vida, conforme o parecer dos jesuítas, a ser banido da igreja, e, na outra vida, incorreria em condenação eterna”. (BARBOSA, 1877: 349)

As críticas de Johann Joseph Ignaz von Döllinger não tiveram efeito prático para o alcance do objetivo de reprovação da infalibilidade do Papa no Concílio Vaticano I, uma vez que tal dogma foi aprovado e Döllinger acabou sendo excomungado pela Igreja em 1871. Porém, suas críticas aos eclesiásticos ultramontanos e, mais especificamente, aos jesuítas,²⁶ atravessaram o Atlântico e encontraram ressonância nos discursos liberais de carácter regalista do império brasileiro.

²⁶ A posição anti-jeuítica tomada por parte dos alemães no século XIX gerou a expulsão desta companhia eclesiástica do território alemão em 1872. Tal punição aprovada pelo parlamento da Alemanha também estabelecia a expulsão de outras ordens religiosas como a dos redentoristas, cujas práticas em defesa do papado eram associadas ao jesuitismo, deste modo, tanto as críticas como a posterior expulsão dos foram justificadas pela associação de uma a outra estabelecida no imaginário alemão do período. Ver GOMES FILHO, R. R. **Os missionários alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)** Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. Universitat Eichstatt-Ingolstadt-2018

O texto de autoria do teólogo alemão foi traduzido a língua portuguesa pelo maçom, jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador Ruy Barbosa de Oliveira (1849-1923). Segundo Santirocchi (2010: 27)

Ele se serviu do termo romanização para legitimar o regalismo liberal vigente no Império do Brasil. Rui atacou tudo aquilo que supunha ser os sustentáculos da reforma eclesiástica que vinha acontecendo no país – e que tinha rompido com a tradição regalista entre elas, o “jesuitismo”, o “romanismo”, a “repugnante ortodoxia romanista”, e o “sacerdócio romanista”, vistos como manifestações “da doença universal” ultramontana. (SANTIROCCHI, 2010: 27)

Ruy Barbosa não só traduziu *Der Papst und das Konzil* (O Papa e o Concílio) como deu ao texto um novo uso: antes utilizado para criticar a posição da Igreja ultramontana e condenar a aprovação do dogma da infalibilidade, ou, em última instância, dissuadir os clérigos a não aprovar tal dogma, no Brasil, em vistas do consequente insucesso de Döllinger, o texto passou a ser conhecido e difundido pelos liberais com o escopo de defender a submissão da Igreja ao regalismo institucionalizado do Segundo Império. Antes de traduzir o texto, Barbosa escreveu uma introdução com cerca de 300 páginas em que expõe seu ponto de vista a respeito do contexto brasileiro no tocante as pretensões da Igreja e do Estado até aquele momento.

Os ultramontanos buscavam a sobreposição dos desígnios da Igreja ao governo temporal, o que garantiria liberdade de ação e uma aproximação com os ideais romanizantes apregoados pelos ultramontanos, enquanto os liberais tentavam garantir a continuidade da sujeição da Igreja a autoridade temporal. Logo no início de seus escritos Ruy Barbosa revela sua aversão ao ultramontanismo e aos jesuítas:

Se o jesuitismo é uma conspiração permanente contra a paz fundada na liberdade e nas instituições parlamentares, não é senão porque a Igreja do papa infalível odeia as constituições modernas, como incompatíveis com a dominação temporal do clero; não é senão porque a liberdade que ella quer é a liberdade absoluta della só, eliminados à força os cultos dissidentes, e reduzindo o poder secular a subalterno seu. (BARBOSA, 1877: 6)

Ruy Barbosa, importante membro da maçonaria brasileira, mostra-se convicto de que a postura dos jesuítas é reflexo da força adquirida pela Igreja com a aprovação do dogma da infalibilidade papal. Em outras palavras, para o autor, os jesuítas se fortaleceram com a aprovação da infalibilidade do papa e intensificaram em si o sentimento de anti-modernidade, pois a Igreja era anti-moderna e os jesuítas, servidores

incontestes do Papa ultramontano, agiam para garantir o sucesso dos ideais do Papado: “Repudiando todos os escrúpulos de moralidade, subordinando imprudentemente os meios ao fim, essa milícia inumerável e infatigável tem enchido a tetra, ha três séculos, com os seus feitos em prol da supremacia theocratica de Roma.” (BARBOSA, 1877: 23)

Embora alinhados aos interesses do papado no período, segundo Ruy Barbosa, os jesuítas defendiam os ideais de dominação temporal da própria Igreja que àquele momento encontravam na liderança de Pio IX seu arauto, mas ressalta que os sacerdotes da Companhia de Jesus mostraram-se resistentes a vários pontificados, os quais mostraram ser mais flexíveis na condução da Igreja de Roma.

a resistência da Companhia a alguns papas e a condenação proferida por alguns bispos de Roma contra o instituto da Ordem e a sua moral. E' que os papas, nesses lúcidos intervalos, discreparam das tradições do papado, e a Companhia, em quem elles desconheciam assim a divina predestinação que inculca, e que a cúria tantas vezes lhe reconheceu, de incomparável defensora da auctoridade romana, resistia aos pontífices para servir melhor ao pontificado, protestava contra os indivíduos em nome da instituição. D'ahi o recalcitrarem os jesuítas a Paulo IV e a Pio V; d'ahi a advertência ameaçadora de Bellarmino a Paulo V; d 'ahi a opposição delles a Clemente XIV. (BARBOSA, 1877: 25)

Ao ressaltar a resistência dos jesuítas a determinados papados, Barbosa aponta para estes como a “representação do espirito romano, o ultramontanismo em atividade”, representando uma ameaça para a própria Igreja.

A crítica de Ruy Barbosa aprofunda-se ainda mais no tocante às consequências do anti-modernismo jesuítico. O autor chama a atenção para o discurso que ressalta a formação de um “Novo Éden” no Paraguai, exaltando o trabalho executado pela ordem religiosa que “pôde criar uma sociedade modelo, jamais alcançada pela filosofia nos seus povos civilizados”. No entanto, chama a atenção para o que, segundo ele, os soldados brasileiros puderam presenciar nos cinco anos em que estiveram em guerra²⁷ em território paraguaio

Toda a gente sabe o que alli fomos encontrar: uma nação de creaturas aviltadas até abaixo do captiveiro, sem direitos, sem tribunaes, sem governo, sem moralidade social nem doméstica, sem familia, sem instrucção, sem industria, sem commercio uma tribuna de fanáticos,

²⁷ A Guerra do Paraguai foi um conflito que aconteceu de 1864 a 1870 e colocou Brasil, Uruguai e Argentina como aliados contra o Paraguai. Os dois grandes nomes do exército brasileiro na guerra foram **Duque de Caxias e Conde D'Eu. O primeiro (maçom) viria a ocupar figurativamente o Gabinete institucional do Império após a renúncia do Visconde de Rio Branco, com a missão de dar fim as revoltas provocadas pela Questão Religiosa.**

pobre até a penúria, selvagem até a ferocidade. É isso o que o catholicismo jesuítico, o catholicismo romanista alardêa como a mais perfeita imagem do céu na terra, como um ideal superior a todos povos civilizados. É o Paraguay acima da grande Inglaterra, da livre Belgica, da Suissa laboriosa e feliz, da industriosa Bollandia, da prodigiosa Americana, da brilhante França, da Allemanha pensadora e sábia! Nem tão longe carecíamos ir; bastava dizer: é o Paraguay acima de nós. Eis a prosperidade que o nosso partido catholico reserva aos seus conterrâneos. (BARBOSA, 1877: 27)

O exemplo citado na introdução de O papa e o concílio evidencia um discurso temeroso pelo futuro do Brasil caso este cedesse ao tradicionalismo ultramontano e a Igreja conseguisse sobrepor-se ao Estado. É notável ainda o apreço demonstrado pelo autor aos governos da Alemanha, Bélgica e outros estados liberais.

Ao referir-se aos ultramontanos, Ruy Barbosa mostra toda sua repulsa em relação aos Jesuítas, pois, para ele, estes não são uma escola filosófica e nem mesmo conspiradores comuns, são uma das personalidades de Roma. Sendo assim, não bastava que o Estado banisse a Ordem dos Jesuítas, já que esta havia sido banida tantas vezes de diversos estados sem que houvesse um destes que não a readmitisse. (BARBOSA, 1877: 31) Diante deste cenário, Barbosa é enfático:

A consequência a que se há de chegar, pois, é que a seiva ultramontana está hoje incutida na medulla da igreja pontifícia que o jesuitismo não é senão um symptoma, uma parcial expressão dela que, portanto, se a questão houvesse de ser resolvida pelo extermínio do inimigo, a exterminada cumpria que fosse a própria igreja romana. (BARBOSA, 1877: 32)

É necessário refletir a respeito do que seria a “Igreja romana” neste contexto. O século XIX no Brasil fora marcado por uma forte presença de clérigos com tendências galicanas, como o padre Diogo Antônio Feijó,²⁸ que chegou a alcançar o cargo de regente da nação. Estes padres galicanos defendiam que fosse formada uma Igreja nacional que estivesse ligada à monarquia e não centralizada em Roma. A ideia de uma Igreja nacional, com uma estrutura própria e que se mantivesse sob os auspícios do imperador era bem vista por boa parcela dos liberais à época, dentre eles os próprios maçons, que tentavam minar a influência romana/ultramontana no Brasil, mantendo o regime regalista inerente à cristandade brasileira. Destarte, o discurso contra a Igreja romana centrava-se no

²⁸ Diogo Antônio Feijó, também conhecido como Regente Feijó ou Padre Feijó, foi um sacerdote católico e estadista brasileiro, depois de se tornar deputado e ministro da justiça foi regente do Brasil de 1835 a 1837, entre suas propostas estava a criação de uma Igreja nacional e o fim do celibato clerical.

combate ao ultramontanismo, que buscava “romanizar” a sociedade por meio das práticas jesuíticas, e não a Igreja Católica como um todo.

O trabalho de Döllinger influenciou o pensamento maçônico brasileiro no fim do século XIX, porém, ficando aquém do esperado pelos liberais maçons.²⁹ Serviu, entretanto, como base para discursos e exortações maçônicas contra os jesuítas, haja vista que estes eram o “braço operador” mais presente e eficaz da Igreja romanizante no Brasil, já que as exortações papais eram filtradas pelo império. Deste modo, as ações de Roma em relação à doutrina ultramontana eram moldadas no interior das ordens religiosas como a Companhia de Jesus. Embora tenha sido publicado no Brasil após a “Questão Religiosa”, a tradução de Ruy Barbosa permeou os discursos contrários ao ultramontanismo no Brasil até o alvorecer da República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R. **O Papa e o Concílio**. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo, Editores, 1877

CAES, André Luiz. **As portas do inferno não prevalecerão: A espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)** – Campinas: Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado, 2002

CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente do Brasil; A maçonaria na História do Brasil**. Brasília – Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993

COLUSSI, E.L. **A Maçonaria brasileira no século XIX**. São Pulo, Saraiva. 2002

DUTRA NETO, Luciano. **Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas: Uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais**. Juiz de Fora: UFJF, Tese de Doutorado, 2006.

GOMES FILHO, R. R. **Os missionários alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)** Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. Universitat Eichstatt-Ingolstadt-2018

²⁹ Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), o grão-mestre maçom do *Grande Oriente do Vale dos Beneditinos*, no Rio de Janeiro, sabendo do trabalho que estava sendo realizado por Ruy Barbosa, o procurou e lhe ofereceu a cifra de 50 contos de reis e a promessa de adquirir 1500 exemplares da obra para a sua loja maçônica, se ele a publicasse. Ruy Barbosa, então um exaltado jovem de 27 anos, aceitou imediatamente e, em 1877, o livro foi impresso no Rio de Janeiro pela Brown & Evaristo editores. No entanto, não trouxe para a maçonaria os frutos esperados e a Ruy Barbosa trouxe somente desprazeres: Saldanha Marinho não lhe pagou os 50 contos prometidos. A loja maçônica devolveu 350 volumes do total enviado e Ruy Barbosa recebeu a oposição política dos católicos até o final do Império. Reconciliado com o catolicismo, Ruy Barbosa renegou a referida obra, fazendo uma confissão de desconcertante sinceridade: “Escrevi aquilo [*O Papa e o Concílio*] no início da minha vida para sustentar minha esposa. O Saldanha Marinho me prometeu cinquenta contos, que seria uma fortuna para mim. Recebi imediatamente o castigo, já que o Saldanha nunca me pagou” (SANTIROCCHI, 2010: 27)

SANTIROCCHI, Í. D **Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma** In- Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010 p. 24-33.

SANTOS, D. M. **Entre a História e a memória: A Relação Igreja e Estado no Brasil Imperial (1822-1889) e a Transição para o Estado Laico Formal.** Tese (Doutorado) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, Vitória da Conquista- BA, 2018

DO APRIMORAMENTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO A REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO: A HARMONIA ENTRE OS GESTORES E O ESTADO NOVO

*Alexandre de Paula Meirelles*³⁰

RESUMO: Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder no Brasil, as bases econômicas foram reordenadas para uma mudança no padrão de acumulação do capital que desse suporte para que o país alicercesse sua industrialização. Para a realização deste processo também foi preciso um reordenamento administrativo que começou a ser construído desde 1930. Tal reordenamento necessário para a industrialização do país tentava deslocar as antigas oligarquias e a sua influência dentro dos cargos públicos, não apenas os estratégicos, mas na sua totalidade, promovendo então a meritocracia para deslocar do poder antigas elites. O goiano Benedicto Silva foi neste período um dos principais quadros de Getúlio Vargas para realização deste processo, não apenas trabalhando enquanto quadro administrativo em funções estratégicas, viabilizando um grande programa de intercâmbio para funcionários brasileiros nos Estados Unidos, mas também, atuando enquanto um militante da especialização técnica para a ocupação de cargos públicos para uma maior eficiência no serviço público. A Revista do Serviço Público foi um destes instrumentos que os Gestores promovessem seu ideário para deslocar as antigas elites do poder e se organizar enquanto classe no governo varguista.

Palavras-chave: *Benedicto Silva, Gestores, Revista do Serviço Público.*

Introdução

O Estado brasileiro a partir de 1930 avançou seu projeto para constituir um Estado Nacional Capitalista, inscrevendo nos seus aparelhos os diferentes interesses sociais que foram ressignificados em “interesses nacionais” dando substância política ao Estado. Neste processo eram formadas as novas estruturas burocráticas e administrativas. Segundo DRAIBE (2004), estabelecia-se um duplo aspecto, a conformação de um aparelho econômico centralizado que estabelecia suporte efetivo a políticas econômicas de caráter nacional e a natureza capitalista que a estrutura material do Estado vai adquirindo.

A montagem do aparelho econômico estatal centralizada foi acelerada e obedeceu ao princípio de centralização dos comandos e descentralização funcional ou

³⁰ Doutorando em História pelo PPGH sob a orientação de João Alberto da Costa Pinto. Bolsista Capes. profesorspiga@gmail.com

administrativa. A modernização administrativa preocupou os governantes, que trataram de dotar o aparelho de organismos para aperfeiçoar a organização burocrática interna. Desta forma em 1936, criou-se o Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC), sucedido em 1938 pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

Caberia ao DASP a responsabilidade de definir, racionalizar e controlar a carreira do funcionalismo público e a organização da estrutura administrativa. Definiu normas e regras de admissão e recrutamento pelo sistema de mérito e por concursos públicos, competitivos e obrigatórios; estruturou a carreira do funcionalismo e procedeu, uma racionalização operativa, padronizando material e centralizando as compras da administração federal. Cabia-lhe também a responsabilidade pela elaboração e pelo controle orçamentário efetivando no Estado Novo o orçamento do tipo executivo por meio de uma consultoria técnica de assessoria direta da presidência. Também foram criados departamentos estaduais, os “daspinhos” com atribuições correspondentes que juntamente com os interventores e o Ministério da Justiça constituíam a expressão local do poder centralizado no Executivo Federal.

A extraordinária concentração de atribuições do DASP conferiu-lhe num regime autoritário, um grau exorbitante de poder. Além de suas funções normativas e executivas, cumpriu funções legislativas. No plano federal, assessorava o presidente da República na revisão da legislação; no nível estadual levava a extremos esta função. Com autoridade para suspender ou rejeitar decretos de responsabilidade dos interventores. Seja por sua atividade racionalizadora do serviço público, com a introdução de critérios “técnicos”, seja pela abusiva concentração de poder que o regime lhe conferia. (DRAIBE, 2002:77)

Segundo DRAIBE (2002:77) os órgãos criados trariam consigo sua lógica administrativa, no qual sua natureza conferia a habilidades e competências formando uma necessidade de aprofundar em uma nova racionalidade operante. Neste processo o Banco do Brasil teve papel fundamental como núcleo central do sistema de crédito comercial seja como caixa do tesouro e mecanismo operativo direto das transições, dispêndios e receitas de todo o aparelho governamental. No Estado Novo, com o desdobramento das funções que vinham sendo desenvolvidas dentro da estrutura do banco, solidificou-se a aparelhagem de regulação na área monetário-creditícia e cambial que se estruturou com maior grau de diferenciação sem dúvida, com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito.

A par dos organismos e instituições centralizadoras, capazes de implantar políticas de âmbito nacional, estruturaram-se órgãos destinados a elaborar e implementar políticas de regulação e fomento de ramos de produção e comercialização principalmente de

produtos agroindustriais como o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool em 1933, no intuito de ordenar o setor açucareiro e evitar que a expansão da dinâmica agricultura paulista em busca de alternativas para o café, ameaçasse vitalmente a velha oligarquia nordestina.

Na área Industrial foram criadas comissões para responder a problemas concorrentes e oferecer diretrizes de política para o avanço setorial criando as comissões: Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Comissão Nacional de Ferrovias (1941), Comissão Vale do Rio Doce (1942) e Comissão da Indústria de Material Elétrico (1944).

O que importa destacar nesse ponto é que a representação privada ou corporativa de interesses, independentemente de sua natureza mais ou menos autônoma, (autarquia versus organismos de administração direta), esse conjunto de entidades inscreve e corporifica dentro da estrutura estatal a própria regulação da acumulação capitalista, nos seus respectivos setores de atuação. É claro que o grau e profundidade dessas regulações era específico e distinto em cada caso [...] de qualquer forma o que nos interessa ressaltar e que esses organismos, ao estabelecer as políticas setoriais levando em conta o conjunto do respectivo setor em termos nacionais, objetivavam e abstraíam os interesses concretos envolvidos, de tal forma que as relações intercapitalistas respectivas tinham expressão apenas dentro e por meio daquele aparato estatal (DRAIBE, 2002:80).

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com a organização de seus departamentos técnicos, com o Departamento Nacional do Trabalho em 1932 e a instituição do Conselho de Imigração e Colonização em 1938, estabeleceram-se bases institucionais para a regulação das relações de trabalho, que segundo DRAIBE (2002), acarretaria na “estatização econômica da luta de classes”, que era desde então mediada pela ação regulatória do Estado onde o sindicalismo de Estado aprofundará esse movimento.

O caráter tutelar da ação do Estado sobre o mercado de trabalho e as próprias relações trabalhistas, manifesta-se claramente nos instrumentos legais da década de 1930, e completa-se antes de 1945, com a Consolidação das Leis do Trabalho. Esse conjunto de regulações abrange os aspectos trabalhistas, a legislação sindical e a organização da justiça do trabalho. Conformava-se um sistema de “organização” das relações de trabalho eminentemente corporativista, sob a égide do Estado (DRAIBE: 2002: 82).

Dessa forma o Estado passava a organizar as relações trabalhistas e toda a sua base institucional e jurídica colocando os sindicatos sob a sua tutela regularia os salários e as horas de trabalho essenciais para a organização corporativa em uma das suas características fundamentais que é a previsão dos lucros. A concretização desse padrão

de poder tem referências na crise do Estado oligárquico e ao novo campo de forças políticas que então se estruturou. A direção exercida pelo Estado à sua ação econômica contemplou. Desde os anos de 1930, um projeto de desenvolvimento do capitalismo, visando o avanço da industrialização.

A formula centralização mais planificação foi essencial para mudar a dinâmica da economia brasileira e promover a industrialização, o DASP surge no momento em que o Estado toma a sua maior proporção de autoritarismo e um maior grau de centralização do poder, no Estado Novo, a partir do Decreto-Lei 579 de 30 de julho de 1938, foi elaborado em conformidade ao disposto no art. 67 da constituição³¹. Trazia na sua presidência Luís Simões Lopes antigo presidente do CFSPC.

Com a criação do DASP, destaca-se o papel de Luiz Simões Lopes, gaúcho de pelotas, estudou Ciências Agrícolas e Veterinária na década de 1920. Em 1925 começou a trabalhar no Ministério da Agricultura Indústria e Comércio como chefe de gabinete do Ministro Michel Calmon. Foi presidente do CFSPC, e em 1938 se tornou presidente do DASP. O DASP foi criado a partir dos trabalhos já iniciados no Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC), claramente um ajustamento para a fase do Governo Vargas no Estado Novo.

Uma das principais funções do DASP seria disciplinar, criar um modelo de prática que se projetasse para além do próprio órgão e toda máquina administrativa estatal na qual sua criação era uma consequência lógica da doutrina administrativa que fundamentava prática e ideologicamente o Estado Novo.

A célula básica da atuação do DASP, que fundamenta a sua visão de mundo racionalizadora, e que está presente na legislação que orientará a perspectiva de ação, é a perspectiva de eficiência e economia. Este aspecto é destacável pois novamente vincula a função do DASP a um ideal de tecnificação do ambiente laboral, percebido como método pelo qual se pretendia operar a almejada modernização do funcionamento administrativo do Estado. A administração é por eles tomada como ferramenta pela qual se busca operar modificações no modo de funcionamento do Estado, pretendendo com isso um melhor desempenho em suas funções aliado a uma redução de custos de operação. A adoção deste dispositivo não se tratava de espírito cívico, ou simplesmente realização de desígnios de técnicos que dela se valiam, pois, a eficiência alcançada pelo uso deste conjunto de formulações conferia aos agentes do Estado Novo e seus associados uma melhor

³¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Organiza do Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. Site do Planalto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0579.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20No%20579.30%20DE%20JULHO%20DE%201938.&text=Organiza%20o%20Departamento%20Administrativo%20do,Minist%C3%A9rios%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em 13/05/2020.

posição na disputa contra os setores tradicionalmente dirigentes do Estado, sendo, portanto, parte da estratégia dos Gestores para a conquista de parte do poder (ARAÚJO, 2017: 169-170).

Quando ascendeu ao poder, por mais que fosse um oligarca, Getúlio Vargas promoveu o que para muitos pode ser chamado de modernização conservadora, ou que nos termos de Antônio Gramsci pode ser chamado de Revolução pelo alto, o que no caso brasileiro definiria uma mudança de projeto pró industrialização em massa. Porém podemos pensar uma análise sob o ponto de vista das classes sociais pensadas a partir do modelo teórico proposto pelo marxista João Bernardo que diferente das correntes mais tradicionais, analisa que no capitalismo além das classes tradicionais como Burguesia e Proletariado, existem também os Gestores.

Segundo João Alberto, um dos maiores interlocutores de João Bernardo, em seu livro “O Nacionalismo corporativista de Caio Prado Júnior” de 2013, afirma que as políticas de Estado que foram desenvolvidas e promovidas durante as décadas de 1920 e 1940 não foram organizadas a partir de um projeto político da burguesia industrial brasileira, mas pelo contrário, estruturou-se na tentativa de superação das condições geradas pelo antigo modelo agrário-exportador. Os agentes de sua organização como instituição nacional determinaram com suas práticas e perspectivas ideológicas a realidade dos gestores-tecnocratas como classe dominante nacional, já o Exército, por exemplo, era uma organização nacional.

Para João Alberto, a organização nacional do Estado Brasileiro nas décadas de 1920 e 1930 deu-se sem a presença hegemônica de uma classe nacional, o que se definia como Estado era uma entidade de ação a serviço de “burguesias agrárias regionais”. Apenas com a Era Vargas (1930-1945) é que se inaugurariam realidades institucionais e as dimensões nacionais do capitalismo brasileiro, processo que segundo o historiador foi definido de modo irreversível com o Estado Novo (1937-1945).

Os gestores definiram-se como classe porque através do aparelho de Estado puderam ter acesso a partes significativas da mais-valia subtraída da exploração produtiva do complexo agrarista monocultor e da indústria em ritmo de expansão produtiva. Como já afirmei, os gestores são a classe dominante porque organizam o processo de produção da mais-valia obtida nas relações de produção capitalista. Por isso os indivíduos egressos de formas societárias não diretamente vinculadas à produção – as chamadas classes médias – são os quadros de classe dos gestores, como militantes de carreira e/ou a burocracia no comando logístico das ações ministeriais. As práticas de organização das instituições que compunham o “interior” do Estado – na criação e racionalização administrativa dos órgãos públicos que haveriam por padronizar, não apenas o serviço, como também o gerenciamento administrativo de empresas privadas – acabaram por se constituir em

unidade de classe, considerando-se nesse processo as amplas multiplicidades de interesses e funções executadas pelas frações de gestores-tecnocratas, funções quase sempre balizadas por um espectro ideológico nacional-corporativista (ALBERTO, 2013:42).

Se definindo enquanto classe dentro da institucionalidade do governo de Getúlio Vargas, os Gestores se tornaram os principais agentes de organização do capitalismo brasileiro contraditando-se com os projetos das classes oligárquicas com um projeto de poder totalmente distinto tanto do proletariado quanto das demais classes capitalistas. Seus aportes ideológicos baseados na racionalização dos processos produtivos baseados na eficiência, na técnica e na meritocracia precisavam ser articulados para ampliação do seu projeto através de um estado centralizador e burocrático para garantir a sua hegemonia.

DASP e a busca pela especialização.

Criado a partir do CFSPC (Conselho Federal do Serviço Público Civil), o DASP foi um marco na inauguração do Estado Novo e a sua centralização do poder. Ele desempenhava funções como o estudo pormenorizado das repartições e departamentos públicos; a organização de proposta orçamentária de acordo com as instruções da Presidência da República; a fiscalização destas instruções e de sua execução orçamentária; a seleção de candidatos a cargos públicos federais; a promoção, readaptação e o aperfeiçoamento de funcionários civis da União e a inspeção de serviços públicos. Criaram ainda órgãos de controle nos estados da federação, os “daspinhos” cujos diretores ficavam permanentemente em contato com o DASP via interventores. Cabia também ao DASP organizar e direcionar Comissões de Eficiência presentes em cada ministério. Estas comissões poderiam promover qualquer tipo de alteração que considerassem necessárias nos ministérios podendo ainda decidir sobre transferências, remoções, permutas, além de funcionários e medidas que julgassem necessárias à sua racionalização. (RABELO, 2013:3-84).

Por mais que os princípios de racionalização baseados na eficiência e uso de técnicas administrativas adequadas não fosse uma novidade no Brasil, pois como vimos anteriormente era uma dos princípios difundidos por alguns intelectuais como Roberto Simonsen e também através do IDORT em 1931 que já se valia destes princípios utilizando o taylorismo, tanto Getúlio Vargas quanto Simões Lopes entendiam que a difusão deste tipo de conhecimento instrumentalizava uma forma de garantir a eficiência do novo modus operandi do governo e seus padrões de acumulação como lhe dava a

justificativa para eliminar os rivais políticos afiliados do clientelismo. O DASP então assumia o papel não apenas de sistematização dos padrões de acumulação que por sua vez necessitava também que esses novos quadros de técnicos que ocupariam agora as repartições públicas obtivessem um treinamento adequado para viabilizar este projeto. (ARAÚJO,2017:169).

Após a criação do DASP com a lei 776/38 em outubro de 1938, que Simões Lopes instituiu de fato a lei que permitia o aperfeiçoamento de servidores no exterior e através deste intercâmbio procurou qualificar servidores da administração pública e trazer ao mesmo tempo servidores de outros países para estudar a realidade brasileira. Lopes procurava capacitar os servidores que ocupavam cargos de chefia do Departamento, que deveria gerir todos os serviços administrativos federais.

Simões Lopes via a organização do serviço público norte-americano, assim como sua história, como um exemplo para as nações latino-americanas. Modelo de eficiência enxergava as possibilidades que os acordos de cooperação internacional com os Estados Unidos, em pleno andamento à época poderiam gerar em termos de auxílio e cooperação técnica. Simões Lopes abraçou os conceitos de racionalização, eficiência e meritocracia no serviço público brasileiro, defendendo um novo modelo de organização administrativa, pautado em padrões externos, notadamente norte-americanos (RABELO, 2013:85).

Nos Estados Unidos já existia uma forte tradição acadêmica para o aperfeiçoamento do serviço público, e o envio de servidores para este país enquadrou-se como mais um elemento no que ficou conhecido como “política da boa vizinhança”. Na década de 1930 o governo norte-americano buscava alianças na América Latina promovendo um discurso de coordenação nas relações interamericanas. Essa postura aumentou a influência dos Estados Unidos no continente ampliando as possibilidades de intercâmbio técnico. Esta política da boa vizinhança constituiu a principal via de aproximação política e de acordos econômicos e culturais entre as nações. O governo de Franklin Roosevelt ressaltava as vantagens do seu modelo político e social no continente, divulgadas através do cinema e de discursos em encontros internacionais.

O decreto de lei. 7766/38, que permitiu o envio de servidores ao exterior começou a ser engendrado ainda em 1937, quando foi enviada a capital norte-americana uma missão de brasileiros para analisar quais seriam as universidades e as condições ideais de estudos para servidores. A partir desta avaliação foi aberta uma nova forma de cooperação no Brasil, cuja proposta era a formação especializada de funcionários públicos. Essa missão foi fundamental para uma análise das condições das universidades e dos cursos que melhor atendiam aos interesses do DASP. (RABELO,2013:92).

Entre 1937 e 1938 quatro estudantes foram enviados para estudar na American University, estes precursores trouxeram experiências e impressões positivas da instituição, da experiência assinalando que o programa era ideal para os brasileiros. Eram eles: Gilberto da Silva, Elsa Duque-Estrada, Astério Dardeau Vieira e Benedicto Silva³² responsáveis por relatórios que apontavam que a instituição atendia os interesses do DASP, fazendo aumentar de forma considerável a ida de brasileiros àquela instituição. Entre 1939 e 1949 foram 56 alunos brasileiros, mais que o triplo do México que enviou 14³³.

Na passagem pelos Estados Unidos, os quatro brasileiros além de realizar estudos de aperfeiçoamento, deveriam fazer relatórios a respeito tanto do conhecimento e condições de estudos que eles encontraram e também sobre o seu aprendizado. Porém, o goiano Benedicto Silva, que estava entre os daspianos mais próximos de Simões Lopes, foi responsável por escrever um relatório que fora determinante para que Getúlio Vargas se entusiasmasse com a ideia de realizar o intercâmbio de funcionários nos Estados Unidos. O documento produzido por Benedicto Silva, fora entregue para a avaliação do Embaixador Oswaldo Aranha que prontamente recomendou ao Consul Fernando Lobo e enfim encaminhado o relatório para o Presidente³⁴.

O relatório³⁵ de Benedicto Silva intitulado “Treinamento de funcionários nos Estados Unidos” tratava-se de um trabalho minucioso de 21 laudas onde ele demonstra por meio de análises e dados no que a experiência de racionalização do serviço público americano pode servir como espelho para o Brasil. Segundo Benedicto, os Estados Unidos progrediram mais que os outros países nos últimos 50 anos, uma experiência riquíssima na qual a observação direta poderia ser “aproveitada por todo mundo civilizado”.

O relatório realizado por Benedicto Silva foi crucial para que o governo brasileiro investisse neste intercâmbio onde os funcionários além de obterem formação em cursos de administração para atuar nas repartições públicas poderiam também estagiar dentro do serviço público estadunidense. Além de qualificar esse funcionalismo, o conjunto ideológico dos Gestores era reforçado pelo conhecimento técnico produzido nos Estados

³² Todos estes funcionários posteriormente passaram a ocupar cargos de chefia no DASP.

³³ RABELO, Fernanda Lima. “De experts a “bodes expiatórios”. Identidade e formação da elite técnica do DASP e a reforma do serviço público no Estado Novo (1938-1945). Tese de doutorado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013:113

³⁴ Embaixada dos Estados Unidos, 25 de fevereiro de 1938, FUNDO DASP, pasta 665

³⁵ Treinamento de Funcionários nos Estados Unidos. Embaixada de Washington. Fundo DASP, Arquivo Nacional, Pasta 665.

Unidos, o que deu vazão para que os Gestores dentro do governo de Getúlio Vargas intensificassem sua militância e junto com a ampliação do programa de intercâmbio o aumento do controle estatal via instituições burocráticas governamentais. O programa de intercâmbio no final de 1945 já enviava não apenas funcionários federais, mas também funcionários estaduais.

Junto a experiência nos Estados Unidos, o CFSPC e posteriormente o DASP tratou de criar outros mecanismos com o intuito de educar e ao mesmo tempo ampliar a adesão à classe gestorial, tentando oferecer cursos para funcionários estaduais copiando a experiência estadunidense, oferecendo estágios e principalmente criando a Revista do Serviço Público que fornecia conhecimento científico administrativo ao mesmo tempo que exaltava, propagandeava e reivindicava demandas para o ideário administrativo. Benedicto Silva foi um dos autores que mais escreveu para a revista atuando em várias frentes.

A ideologia da administração na Revista do Serviço Público.

A *Revista do Serviço Público* (RSP), foi primeiramente editada pelo CFSPC, passando a ser editada pelo DASP quando da criação do mesmo em 1938. Seu diretor a partir de 1939 era designado pelo DASP e um corpo de redatores constituído por funcionários do Estado ou extranumerários. A orientação da revista competia ao presidente do DASP, a direção técnica e administrativa ao seu diretor e o controle financeiro ao chefe de Serviços Auxiliares. Parte da revista deveria ser distribuída gratuitamente, de acordo com as determinações do presidente do próprio DASP. Seu primeiro número foi publicado em 1937, um ano após a fundação do CFSPC. Simões Lopes destacou que um dos principais objetivos da Revista era “despertar entre o funcionalismo o espírito de classe”³⁶.

Além deste objetivo, pretendiam também que o periódico servisse como meio para informar o público do funcionalismo sobre as mudanças em curso na gestão administrativa do Estado. Outro objetivo era formar uma cultura de natureza administrativa e atingir um público mais amplo que o funcionalismo federal.³⁷

³⁶ ARAÚJO, Rodrigo Oliveira de. Nas engrenagens do Estado Novo: a centralidade do DASP na reforma administrativa e na criação de redes organizacionais de produção (1938-1945). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2017, p.209-210.

³⁷ Idem, p.210.

No seu primeiro editorial de novembro de 1937, estava expresso que a revista seria uma ferramenta para “aperfeiçoar a maquinaria administrativa do Estado”, demonstrando apoio as reformas que se iniciariam no Estado Novo com enfoque aos problemas que a administração apresentava diante de um novo conceito de Estado que estava se impondo em todos os países, já que as ideias tradicionais acerca do servidor público no Estado estavam se tornando obsoletas, uma crítica a ideia de aprendizado apenas pela prática em detrimento do conhecimento. Aprendendo só na prática o funcionário público investia em atividades intelectuais de outra natureza que não para seu aperfeiçoamento. O funcionário precisava então continuar ininterruptamente uma vida de estudo, vigilância e curiosidade intelectual observando tudo o que se prende a organização e ao funcionamento da máquina administrativa em que se acha integrado.³⁸

As ideias tecnocráticas do corporativismo estavam bem claras na revista, mesmo antes da tradução de Manoilescu por Azevedo Amaral. A Revista entendia que o serviço público era parte da extensão e complexidade da esfera Estatal que se aprimorava com o surgimento de novos métodos técnicos dando ao velho trabalho burocrático um semblante racional e científico no qual havia a necessidade constante para que não fosse perdido o progresso teórico e prático dos métodos administrativos do serviço público³⁹.

O aparecimento de uma técnica de serviço público, que já constitui hoje, nos países mais adiantados, ramo de atividade intelectual a que se consagram homens de grande valor sobre a qual já existe bibliografia volumosa e representada por livros e periódicos veio imprimir a profissão de servidor do Estado aspectos donde decorrem, para os que a exercem, responsabilidades idênticas às profissões liberais. Não precisamos levar mais longe estas considerações para tornar bem clara a necessidade iniludível, de estar, o funcionário público, nos dias atuais, ao corrente de tudo que se refere ao progresso dos métodos técnicos empregados para dar maior eficiência ao trabalho por ele realizado. (EDITORIAL RSP, 1937:4).

O Editorial aproveitava para reforçar mais uma vez a ideia de Getúlio Vargas de critérios de mérito na escolha do funcionalismo em detrimento das nomeações feitas pelos “poderosos da política”, como mais uma justificativa para a existência da RSP, o editorial frisava que a revista proporcionaria aos funcionários federais, estaduais e municipais do Brasil os meios de manter um nível intelectual correspondente às exigências da profissão que exercem atendendo uma questão de precípua para todos os que servem o Estado. A revista estaria totalmente missionada a propagar as progressivas reformas e alterações

³⁸ Editorial, Revista do Serviço Público, Ano I, Nº1, p.3, Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro.

³⁹ Idem, p.4.

frequentes nas normas de trabalho administrativo com a organização de material das repartições para atender as exigências de eficiência dos serviços que serão executados. A revista era uma forma de prestar serviço ao funcionalismo público e colaborar com o “novo espírito” que iniciaria com o Estado Novo.

Getúlio Vargas reconhece os intelectuais como agentes de um processo de transformação nacional e os constitui como atores políticos de primeira grandeza ao convocá-los para a tarefa de emancipação cultural e essa simbiose entre políticos e intelectuais é expressa pelo próprio exemplo de Vargas na Academia Brasileira de Letras. Muitos intelectuais brasileiros tiveram grande aproximação com o governo durante a vigência do Estado Novo.

O regime instaurado em 1937 assume como ideário a crença de que cada povo deve construir suas instituições obedecendo as inspirações do inconsciente coletivo do povo. O papel do intelectual. O papel do intelectual enquanto mediador entre as aspirações populares ou nacionais e políticas governamentais tem sido destacado ao longo da história. Os intelectuais, ao atuarem na construção de consciências coletivas nacionais ou não, consideram-se como imbuídos de uma missão, um sentido messiânico da verdade, do conhecimento, encontra-se presente na autoconsciência do intelectual. O aspecto missionário derivado da consciência social leva a intelectualidade a aderir a propostas modernizadoras que rompem com o passado, ou a atuar no sentido de reinterpretar continuamente a tradição. A tradição deixa de ser vista como obstáculo à mudança, tomando-se como elemento essencial a criatividade cultural (Lippi, Lucia, 1999:84).

Segundo Lippi (1999) a função do intelectual na Era Vargas é fazer uso da sua razão em público. Esta função explicita relação intrínseca do intelectual com seu público no sentido de responder e/ou recriar uma demanda pelo trabalho que produz. O intelectual sé um fornecedor de ideias e nesse sentido um organizador de perspectivas. A partir dos anos de 1930, artistas e intelectuais passaram a uma consciência ideológica e um compromisso político, religioso e social com um convívio íntimo entre literatura e ideologias. A Revista do Serviço Público demonstrava nos seus primórdios que a ideologia dos Gestores estava harmonizada com a política do Estado Novo, o ideário de tecnicismo, eficiência e meritocracia se alinhava com a ideia de um poder centralizado.

No quarto número da revista, o artigo escrito por Corrêa Junior, *A orientação administrativa do Estado Novo*, é explicado que o governo federal continuaria a obra de reforma administrativa. O Governo Federal pretendia exercer efetivamente suas funções administrativas e não mais delegar poderes a intermediários indicados pelo critério de prestígio pessoal. Essas atividades abandonadas à iniciativa particular passaram a se

revestir de excepcional importância influenciando sobre a vida nacional, por isso a necessidade de uma administração eficiente capaz de arcar satisfatoriamente com estes novos encargos⁴⁰.

Eis porque vem se multiplicando entre nós os organismos técnicos, funcionando com pessoal altamente especializado e destinados a preencher as necessidades de tal ou qual setor da economia nacional. Por administrar entende-se gerir os interesses da Nação; eis o verdadeiro sentido do velho dogma republicano da Nação representada pelos seus governantes. É a gestão dos negócios públicos que constitui a verdadeira finalidade da função governamental: verdade simplíssima e, no entanto, por largo tempo escurecida e voluntariamente ignorada, enquanto o país debateu em contínuos conflitos de ambições, cuja história é a história do nosso primeiro período constitucional. (CORRÊA JUNIOR, 1938, RSP:8).

Um texto essencial de Urbano Berquó: *O Estado Novo e a eficiência Administrativa*, que o próprio autor colocava enquanto um complemento do artigo feito no primeiro número. Berquó trazia questões imersas do corporativismo para tratar do Estado Novo, que ele caracterizava como “democracia orgânica”, um conceito muito próximo do que Azevedo Amaral colocaria em *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Berquó argumenta a necessidade de criação de um “Departamento Administrativo”, que viria a exercer uma influência considerável sobre a marcha dos negócios nacionais. Esse novo regime tinha como característica a racionalização do próprio sistema presidencialista.⁴¹

A superintendência da administração do Brasil só poderia ser feita de maneira segura por seu governo central se o Estado estivesse convenientemente aparelhado para a execução dessa tarefa de primeira ordem sob o ponto de vista do interesse nacional. Daí a necessidade de se dotar a Presidência da República de um aparelho administrativo por meio do qual possa de forma relevante ser cumprida com total proveito para o país.

O grande economista Mihail Manoileco afirma com razão, em seu excelente estudo sobre “o século do corporativismo” que a conduta do Estado contemporâneo deve subordinar-se sempre aos seguintes imperativos: a) a unidade da ação nacional em seu conjunto; b) a hierarquização das atividades e da sucessão destas, em conformidade com a sua importância nacional; c) a coordenação; d) a continuidade. Disse ainda mesmo esse autor: “Dirigir, eis a função mais alta e a função política essencial do Estado Moderno. É a função mais necessária e a mais negligenciada no Estado individualista. Ora a função de direção tem a sua técnica particular, que a ciência tão recente da organização

⁴⁰ M. Pio Corrêa Junior, Revista do Serviço Público, 1938, Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro n.4, ano I p.8

⁴¹ Urbano Berquó, Revista do Serviço Público, 1938, Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro n.2, ano I p.11

vem elaborando. É essa técnica que imporá a forma nova e seus órgãos novos ao Estado capaz de dirigir” (BERQUÓ, 1938, RSP, n.2, ano I:11).

Nutrindo uma forte admiração pelas ideias de Manoilescu, considerava-as pertinentes para realizar o conjunto de modificações impostas à estrutura estatal pela evolução da economia mundial que seria o “agente permanente da reforma do Estado”. A responsabilidade para tais tarefas estava na administração pública, no qual os dirigentes nacionais teriam que agir afim de que a mesma adquira as características essenciais num regime de feição acentuadamente autoritária.

A Revista do Serviço Público além de demonstrar o pacto entre o Governo varguista e os Gestores, se tornou também naquele período um espaço no qual os Gestores discutiam suas explícitas pretensões de como deveriam ser os ajustes do governo para “melhor administrar” o ajustamento aos padrões de acumulação do capitalismo industrial. Porém, longe de imaginar uma harmonia perfeita, e mesmo sendo porta voz das realizações do Governo, a revista demonstrava de forma apelativa a opinião desta elite técnica de como os ajustes governamentais deveriam ser procedidos, dando a revista um caráter político denso no qual esta elite técnica formada nas instituições varguistas pensava a sua longevidade institucional.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, João. **O nacionalismo corporativista de Caio Prado Júnior**. Goiânia: Cânone, 2013.

ARAÚJO, Rodrigo Oliveira de..**Nas engrenagens do Estado Novo**: a centralidade do DASP na reforma administrativa e na criação de redes organizacionais de produção (1938-1945). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2017.

AZEVEDO AMARAL, Antônio. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Brasília, Editora UNB, 1981.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MANOILESCU, Mihail, **O século do corporativismo**, Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1938.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas: **Os intelectuais e as raízes da ordem**. In: D'Araujo, Maria Celina. As Instituições Brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro, Ed UERJ; Ed Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RABELO, Fernanda Lima. **De experts a “bodes expiatórios”**. Identidade e formação da elite técnica do DASP e a reforma do serviço público no Estado Novo (1938-1945). Tese de doutorado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

Fontes em formato de revistas e periódicos

Revista do Serviço Público, Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro.

AZEVEDO AMARAL, Antônio. **Significação e Alcance do Reajustamento**. Revista do Serviço Público, 1937, ano I, nº1, Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro.

BERQUÓ, URBANO. **Estado Novo e a eficiência Administrativa**. Revista do Serviço Público, 1938, Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro n.2, ano I.

CORRÊA JUNIOR, Manoel Pio. **A orientação administrativa do Estado Novo**. Revista do Serviço Público, 1938, Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro n.4, ano I.

Editorial, Revista do Serviço Público, 1937, ano I, nº1, Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Organiza do Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. Site do Planalto. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0579.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20No%20579,30%20DE%20JULHO%20DE%201938.&text=Organiza%20o%20Departamento%20Administrativo%20do,Minist%C3%A9rios%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em 13/05/2020.

POLÍTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE GOIÁS: RESSIGNIFICAR, IDENTIFICAR E PROTEGER

*Aline Amaral Di Salvo*⁴²

RESUMO: Desde 1933, antes mesmo da organização do Patrimônio Cultural em âmbito nacional, surgiram as primeiras idealizações de um processo de patrimonialização da cidade de Goiás, a antiga capital do estado homônimo. Ao longo do tempo as ações de proteção se sobrepuseram até a obtenção do título de Patrimônio Cultural Mundial, junto à Unesco, em 2001. Embora é sabido que a trajetória preservacionista é longa e recebeu atenção de muitos pesquisadores, entende-se que as reflexões acerca das políticas públicas patrimoniais não devem ser entendidas como esgotadas. Desta forma, a presente pesquisa, em andamento no âmbito do Mestrado Profissional PROMEP-UEG, pretende realizar uma revisão bibliográfica dos estudos acadêmicos que já se debruçaram sobre a temática, com a finalidade de identificar as ações que ainda carecem de atenção e soluções, seja pelos especialistas ou pelos gestores públicos. Posteriormente, guiada pelos princípios da Política do Patrimônio Cultural Material, lançada pelo Iphan em 2018, se pretende ofertar produtos que poderão dar voz à comunidade local, viabilizando a democratização das práticas preservacionistas, através de ações de identificação, seleção e proteção de bens culturais. Para o alcance deste objetivo, pretende-se ofertar à comunidade, um canal acessível e democrático de comunicação entre gestores e comunidade.

Palavras-chave: *Goiás/GO, políticas públicas patrimoniais, democratização.*

I. INTRODUÇÃO

O trabalho que está sendo desenvolvido se propõe a estudar as práticas de proteção do Patrimônio Cultural na cidade de Goiás, desde a década de 1930 até os dias atuais, lançando olhares sobre o histórico das proteções institucionais, sobre as pesquisas acadêmicas que se dedicaram aos processos de patrimonialização e gestão dos bens culturais, agregando ainda conceitos e diretrizes constantes nas atuais práticas nacionais. Desta forma, não será uma pesquisa direcionada aos bens culturais da cidade, e sim às suas formas de identificação, atribuição de valores e proteção. Propõe-se a realização de uma pesquisa que venha a fomentar as reflexões acerca da proteção do patrimônio local,

⁴² Arquiteta e Urbanista. Mestranda do curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) do Câmpus Cora Coralina da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Orientação: Prof. Dra. Raquel Miranda Barbosa – Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: disalvo.arquitetura@gmail.com

ofertando, ao final, produtos que visam instrumentalizar a comunidade e viabilizar sua participação ativa na construção de uma Política Municipal do Patrimônio Cultural.

Goiás é conhecida pela importância de sua história, por suas belezas naturais, suas práticas culturais e também pela relevância mundial de seu patrimônio arquitetônico e urbanístico. Ao se resgatar o histórico de proteções patrimoniais das instituições públicas, verifica-se que não por acaso a pequena cidade do interior do Estado atingiu este mérito. Motivados pelo Governo do Estado, na década de 1940 iniciaram os primeiros estudos que fundamentaram as primeiras proteções pelo governo federal na localidade. Na década de 1960 o Governo do Estado foi o protagonista das ações protetivas ao instaurar leis sobre a temática, com destaque para a Lei nº 5.290/1964 que elevou a cidade enquanto Monumento Estadual (GOIÁS, 1964). Posteriormente, seguindo uma tendência mundial, o foco da preservação do Patrimônio Cultural se ampliou para a proteção de um conjunto. Nesta fase observa-se um trabalho colaborativo entre as três instâncias governamentais. Em 2001, unindo esforços de diversas instituições e com a participação ativa da comunidade, obteve-se o reconhecimento do sítio como Patrimônio Mundial Cultural. Desde então foram observadas ações pontuais locais, como o registro da Procissão do Fogaréu pela Prefeitura de Goiás.

Neste breve histórico de proteção é possível constatar que se trata de uma trajetória de sucesso⁴³. Contudo, embora vitoriosa, entende-se que o debate acerca do Patrimônio Cultural da cidade não deve se esgotar. É de fácil constatação que a cidade mantém práticas culturais riquíssimas, possui lugares fantásticos a serem visitados, acervos arquivísticos de grande relevância nacional, oferta experiências gastronômicas únicas. Tudo de conhecimento e valorização pela comunidade, mas que por algum motivo, não estão protegidos por nenhuma legislação patrimonial.

Esta constatação se originou a partir da vivência do município enquanto moradora aliada ao desempenho de minhas atividades profissionais enquanto servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN⁴⁴. Foram anos de observação deste objeto de estudo. Nas reflexões pessoais, buscava unir as demandas trazidas pela comunidade, às pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre a temática aos debates

⁴³ Cumpre destacar que a Unesco classifica seus bens enquanto Culturais e Naturais. Atualmente, o Brasil conta com 23 bens reconhecidos pela Unesco na categoria Cultural e 7 bens na categoria de Natural. [Patrimônio Mundial no Brasil \(unesco.org\)](https://pt.unesco.org/bemsculturais/). Acesso em 10/07/21

⁴⁴ Desde 2014 a autora é servidora do Iphan-GO, desempenhando ações junto ao Escritório Técnico do Iphan em Goiás.

proporcionados pelos especialistas em seminários ou encontros promovidos pelo Iphan. Em todas as ocasiões ficava evidente a necessidade de uma constante atualização das práticas de proteção e gestão do Patrimônio Cultural.

Não por acaso o Patrimônio Cultural é considerado por diversos especialistas, como um campo de conflito. Em diversas ocasiões foi possível constatar insatisfações da comunidade justamente pelo fato das práticas e recursos públicos federais serem voltados apenas aos bens protegidos do centro histórico. Em outras situações, o fato de possuir o dever de monitorar, analisar e fiscalizar reformas de imóveis privados desencadeou histórias de descontentamento que conduziram à debates acalorados. Algo demonstrava que as práticas necessitavam de uma revisão, afinal o desempenho de uma atividade à serviço público que visa a garantia de direitos difusos e a proteção de bens garantida na Constituição Federal não deveria ser tão conflitante. Diante do cenário, surgiram as primeiras indagações desta pesquisa. Como dar voz a estes personagens? Quais seriam os bens selecionados para proteção pela comunidade se ela tivesse o poder da escolha? Uma política patrimonial desenvolvida à nível local poderia auxiliar na proteção desses bens? Seria menos conflituoso gerir bens reconhecidos e valorados pela própria comunidade?

Com as motivações e as indagações definidas passou-se a traçar as hipóteses desta pesquisa. Foram definidas duas hipóteses que se encontram atreladas a produções externas e internas ao Iphan. (I) O contato com produções acadêmicas que se dedicaram a estudar as políticas preservacionistas implementadas em Goiás propicia o diagnóstico que esta pesquisa necessita. Trata-se da visão externa, com olhar especializado, livre de vícios e isenta de cargas emotivas porventura vivenciadas por esta autora. (II) A implementação da Política do Patrimônio Cultural Material de 2018 pelo Iphan composta de dezoito princípios que devem nortear as práticas preservacionistas proporcionam fundamentos relevantes para a idealização e concepção dos produtos a serem ofertados à comunidade.

E assim, motivado por inquietações originárias junto ao desempenho de atividades profissionais no Iphan, apoiada por um diagnóstico desenvolvido externamente por olhares especializados e norteadada pela implementação de uma política pública à nível nacional, construída de forma democrática e participativa, surge este trabalho, que possui como principal objetivo propiciar reflexões acerca da Política do Patrimônio Cultural da

cidade de Goiás e ofertar produtos que poderão viabilizar a democratização das práticas preservacionistas, através da seleção e proteção de bens culturais.

Após uma breve apresentação do objeto de estudo, este artigo irá investigar as hipóteses levantadas na pesquisa. Para tal, contemplará as reflexões trazidas pela comunidade acadêmica, aliadas à atualização das práticas institucionais do Iphan, incorporadas a partir da Política do Patrimônio Cultural Material. Trata-se, desta forma, de um recorte da pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional PROMEP da UEG, com previsão de término para 2022.

II. GOIÁS-GO E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

A localidade escolhida como estudo de caso desta pesquisa é Goiás. Cidade de pequeno porte do Cerrado Goiano de estreita relação paisagística com a Serra Dourada e com o Rio Vermelho e de relevância histórica para o estado homônimo. O estado da arte sobre a cidade é composto por diversos estudos sobre sua historiografia, evolução urbana, cultura e arte. Como esta pesquisa possui um objetivo diferente, esta parte inicial é dedicada à apresentação de algumas passagens históricas e seu Patrimônio Cultural atualmente protegido.

Segundo Coelho (COELHO, 2001, p.146), ainda no século XVI, entre 1590 e 1593, têm-se as primeiras expedições ao solo goiano lideradas pelos bandeirantes Antônio Macedo e Domingos Grou, que ao explorarem os sertões, chegaram até o Rio Tocantins. No século seguinte há registros de outras Bandeiras e de expedições Jesuíticas, mas ambas possuíram como principal objetivo a captura de índios para comercialização enquanto escravos. O autor narra que esta foi a razão pela qual não se fixaram na região (inclusive este foi o objetivo de Bartolomeu Bueno, o pai, quando percorreu as terras goianas, e retornou com certa quantidade de ouro). Posteriormente, motivado pela notícia do ouro trazida pelo pai, Bartolomeu Bueno da Silva retorna a região e inicia a ocupação do território com a implantação dos primeiros arraiais às margens do Rio Vermelho, a partir de julho de 1726 (COELHO, 2001, p.148). Os arraiais do Ferreiro e da Barra (atual Buenolândia) foram os primeiros a serem implantados, no entanto foi no Arraial de Sant'Anna que a produção aurífera ganhou destaque.

Não se sabe se a escolha do Arraial de Santana, fundado por Bartolomeu Bueno da Silva (o filho) em 1726 foi ou não intencional, mas o local continha uma característica

peculiar: estava localizado em terras da Corte Espanhola. Assim, o histórico de criação da Vila, rompendo pela primeira vez o Tratado de Tordesilhas⁴⁵ atribuiu à localidade uma característica histórica relevante, que séculos depois foi utilizada como justificativa para seu reconhecimento pela Unesco enquanto Patrimônio Cultural Mundial.

Com relação à arquitetura, sabe-se que as principais edificações de uso institucional foram edificadas ao longo do século XVIII. Em ordem cronológica, temos: Igreja Matriz de Santana (1727), Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1734), Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (1749), Palácio Conde dos Arcos (1751), Casa de Fundição (1752), Igreja de São Francisco de Paula (1761), Casa de Câmara e Cadeia (1766) e Igreja de Santa Bárbara (1778-80). Não por acaso o período coincide com o ápice da exploração aurífera, que, segundo BERTRAN (BERTRAN, 2010) ocorreu em meados dos anos de 1700.

No século seguinte, em 1872 tem-se a elaboração de um Plano Urbanístico que incorporou praticamente todas as solicitações da coroa. Este Plano, de autoria de Luís da Cunha Meneses, estabeleceu as formas de ocupação da Vila, traçando ruas retilíneas, formato dos lotes, inserção das residências no alinhamento frontal dos lotes com quintais nos fundos, dentre outras características (DI SALVO, ANDRADE, 2017). Segundo Ramires, houve continuidade das práticas urbanísticas coloniais e do processo de expansão da cidade até a Primeira República (RAMIRES, 2019. p. 65).

Os estudos historiográficos mais recentes, em especial de Nars Fayad Chaul apontam que a exploração econômica do ouro, seguida pela agropecuária, foi determinante para a construção histórico-cultural do estado de Goiás. Foi nesse contexto de transição entre o *boom* minerador e a readaptação e acomodação agropecuária que a cidade atravessa o século XIX marcada por uma grande efervescência cultural e artística. Santos (SANTOS, 2018, p. 20), além de classificar a cidade como “*sintonizada com o que acontecia em regiões do Brasil, principalmente na Corte*”, destaca as seguintes atividades.

A produção agropecuária foi suficiente para garantir uma variedade cultural e artística em Goiás. A produção literária conseguiu avançar principalmente

⁴⁵ Firmado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela (Espanha) em 1494, este acordo possuía como objetivo uma divisão das áreas do Novo Mundo que as duas grandes potências da época poderiam explorar. Foi então estabelecida uma linha imaginária localizada à 370 léguas à oeste das ilhas de Cabo Verde, na qual cada uma das potências detinha uma posse, mesmo que imaginária. Em 1750, devido ao descumprimento do acordo por ambas as partes, foi assinado o Tratado de Madri – que redefiniu as áreas de exploração das duas cortes e estabeleceu, de forma aproximada, o atual mapa do Brasil.

utilizando jornais como veículos de divulgação de autores regionais, nacionais e clássicos da literatura. Nas festas religiosas, principalmente a Semana Santa, a música sacra era bastante apreciada principalmente por meio de bandas e fanfarras. O teatro também estava presente em solo goiano, por meio de peças representativas no Teatro São Joaquim. Nas artes plásticas, o destaque é para as ornamentações das igrejas e para obras escultóricas de Veiga Valle e André Antônio da Conceição.

Além do Gabinete Literário Goyano, existiam na cidade outras sociedades literárias como Club Literário Goyano, a Associação Literária Xavier de Almeida e o Grêmio Literário Goiãno.

Os jornais eram abundantes em Goiás, destacando a Província de Goyas (1869), Tibina Libre (1878), Goyaz (1884), O Libertador (1885), o Publicador Goyano (1885), que em suas edições traziam textos de autores brasileiros (como Castro Alves e José de Alencar) e de autores estrangeiros (como Comte, Shakespeare e Dumas). Justamente nos jornais é que se pode observar a diversidade cultural da cidade, uma vez que difundiam, além das notícias locais, as nacionais e internacionais. A quantidade de jornais que circulavam na cidade contradiz o estigma de decadente e atrasada.

Todas essas características não foram capazes de bloquear os ideais de modernidade e progresso trazidos pelo Estado Novo e assim, em 1932 tem-se a assinatura do Decreto Lei nº 2.737 que sanciona a transferência da sede administrativa do Estado de Goiás para a nova capital. Na sequência deste ato, em 1933, surgem as primeiras reflexões acerca da patrimonialização do Município, provocadas pelo deputado mudancista, Vascos dos Reis (TAMASO, 2007, p. 138). A mudança é estabelecida em 1937 e ainda sob a gestão de Pedro Ludovico Teixeira, em 1942, tem-se a primeira solicitação de proteção, escrita pelo Governo do Estado ao então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

As décadas seguintes foram marcadas por visitas, estudos, relatórios técnicos e processos que fundamentaram os primeiros tombamentos arquitetônicos ⁴⁶. Posteriormente, o valor urbanístico ganhou destaque e assim foi delimitada a primeira poligonal de proteção do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás. Conforme narrado, contando com uma construção coletiva entre instâncias governamentais e comunidade, o Dossiê de Candidatura à Patrimônio Mundial Cultural, que foi apreciado e votado em 2001. Posteriormente, em 2004, a poligonal do Iphan recebeu novos

⁴⁶ Nos anos de 1950 e 1951 se efetivaram as proteções, sendo iniciadas pelas Igrejas, no mês de abril de 1950, inscritas no Livro de Tombo das Belas Artes. Em julho, ocorreu a proteção do Antigo Quartel da Segunda Companhia (também conhecido como Quartel do Vinte) com inscrição no Livro de Tombo Histórico⁴⁶. Em maio do ano seguinte, concluiu-se a proteção dos seguintes bens: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Chafariz, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua João Pessoa (Antiga Rua da Fundação), Casa de Câmara e Cadeira e Palácio dos Governadores, Todos incluídos no Livro de Tombo de Belas Artes e o último também inscrito no Livro de Tombo Histórico.

contornos com a finalidade de englobar o valor paisagístico destacado e reconhecido pela Unesco, representado pelas chácaras urbanas e morros que circundam o centro urbano.

III. OS OLHARES ACADÊMICOS: CONTRIBUIÇÕES DA ACADEMIA

Conforme explicado na introdução uma das grandes motivadoras para o desenvolvimento deste trabalho foi a lida prática na gestão de bens protegidos, junto ao Escritório Técnico do Iphan em Goiás. Aos poucos fui conhecendo algumas produções acadêmicas que abordavam minhas inquietações. Embora possuidoras de objetos e olhares diversificados, elas forneceram bases para a construção do diagnóstico do Relatório Técnico do Mestrado Profissional.

A primeira contribuição acadêmica que este trabalho se baseou foi a tese de doutorado da antropóloga Izabela Tamaso, submetida no ano de 2007 ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Tamaso dedicou anos de estudos ao processo de patrimonialização da cidade de Goiás desde os primeiros tombamentos até o período que sucedeu a obtenção do Título de Patrimônio Mundial e a recuperação do sítio histórico após a enchente de 2001.

Esta pesquisa parte do princípio que existe uma riqueza cultural em meio às práticas, festas, gastronomia, locais e objetos vilaboenses não protegidos por nenhuma das instituições patrimoniais. Uma das hipóteses deste trabalho é que grande parte dos atritos vivenciados na gestão são frutos desse não reconhecimento pelas instituições. Desta forma, a leitura de Tamaso auxiliou no diagnóstico dos atritos, na busca pela origem dos problemas vivenciados na gestão.

Através da realização de entrevistas com a comunidade, Tamaso conseguiu identificar certa dificuldade na caracterização/definição do conceito de patrimônio pela comunidade. Em alguns casos verificou que o título de patrimônio mundial era referido enquanto patrimônio, ou seja, sem definir o patrimônio como um valor e si (TAMASO, 2007, p.214). Em outros momentos identificou que patrimônio também foi definido enquanto cultura:

Nestes casos, o patrimônio é definido como sendo a cultura. Alguns detalham como sendo tradições, a gastronomia, a arquitetura, outros, como sendo o jeito de ser e de viver vilaboense. A cultura vilaboense é essencializada e ganha notoriedade a fim de explicitar o que é patrimônio. Às vezes não é nem detalhada, surge apenas como sendo aquela que dá origem à cultura do estado (TAMASO, 2007, p.216).

A pesquisa também contempla entrevistas que abordam apropriações de patrimônio distintas daquelas relacionadas ao conjunto arquitetônico e urbanístico, como por exemplo: a paisagem cultural, definida pelos morros:

Não é só o centro histórico. É Goiás, Goiás é minha referência, é meu lugar de viver, é meu lugar de morar. [...] Então o lugar que... enquanto eu estava fora, a hora que estava chegando em Areias [povoado próximo da cidade] e começava a ver os morros, eu estava em casa. Então é uma questão assim de referência de família, de casa, de estrutura de vida, de raiz. É isso (TAMASO, 2007, p.67).

Ao narrar sobre a forma da construção da narrativa patrimonial motivada principalmente pelas espoliações vividas, Tamaso reflete sobre o poder simbólico exercido pelos agentes locais e instituições, que, a partir de uma rede dominam a esfera de ação local e patrimonial da cidade (TAMASO, 2007, p.247). É deles o discurso de autoridade no campo das referências culturais. São eles que detêm o poder de nomear os bens culturais a serem preservados, protegidos, restaurados, salvaguardados, comunicados e, por muitas vezes, transformados em bens de valor de troca. Decidem sobre hierarquia do valor dos bens culturais, sobre o que deve ser restaurado, sobre qual a melhor maneira para fazê-lo e sobre o uso ou destino dos bens. Não por acaso, várias entrevistas revelam atritos e insatisfações por parte da comunidade, sempre destacando a característica não democrática da escolha e gestão dos bens (TAMASO, 2007, p.377).

Eu acho que a questão de tombar a cidade pelo patrimônio histórico tem o lado positivo, só porque eu, particularmente, eu sou contra. Eu sou contra porque a cidade, ela está preservando só a vontade de um grupo, a cidade ela está preservando a necessidade de um grupo, de determinadas pessoas. A gente não precisa citar nomes não, porque todo o mundo que está aqui no dia a dia sabe quem está encabeçando isso aí, brigando por isso aí.

Ao longo da tese de Tamaso foram apresentados vários casos nos quais os discursos dos especialistas do patrimônio entraram em conflito com os entendimentos da comunidade (TAMASO, 2007, p.25), comprovando que a “categoria de patrimônio não foi homogeneamente incorporada ao sistema local e nem pacificamente apropriada pelos vilaboenses”(TAMASO, 2007, p.160).

A segunda contribuição acadêmica que este trabalho se fundamenta é na tese de doutorado, da historiadora Keley Cristina Carneiro, submetida no ano de 2014 ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Carneiro dedicou a sua pesquisa ao Programa Monumenta/BID, desenvolvido entre os anos de 1995 a 2013 e a recuperação dos imóveis

privados na cidade de Goiás. Embora seja um objeto de estudo bem específico, um dos documentos analisados pela pesquisadora auxilia na construção do diagnóstico necessário ao Relatório Técnico do Mestrado Profissional. Trata-se do Fluxograma da Carta Consulta, elaborado pela comunidade vilaboense em 2001, antes de ser atingida pela enchente do Rio Vermelho. Ao tratar sobre esta etapa, a autora versa (CARNEIRO, 2014, pg. 97):

O terceiro capítulo da Carta, “Planejamento estratégico do projeto”, merece uma abordagem mais detalhada por ser o único momento, na Carta, em que o Programa Monumenta considerou a situação do patrimônio em Goiás em conjunto com grupos da sociedade vilaboense. O referido capítulo apresenta, ainda, como ocorreu o processo da oficina de planejamento, com alguns segmentos representativos da comunidade. Nas oficinas, foram realizados: a análise da situação do patrimônio, o levantamento dos objetivos e problemas, e de alternativas de preservação do patrimônio cultural de Goiás.

O Fluxograma é composto por cinco colunas que avaliam (I) Espaço Público Desqualificado, (II) Patrimônio Físico parcialmente descaracterizado e mal conservado, (III) Comunidade como um todo não comprometida com a preservação, (IV) Aspectos econômicos e sociais pouco desenvolvidos e culturais pouco apoiados e (V) Gestão do Patrimônio Pouco Eficiente. Para facilitar a compreensão dos aspectos necessários a esta pesquisa, faremos um recorte das três últimas colunas, tendo em vista que as reflexões trazidas pela comunidade⁴⁷ e contemplada no referido documento se aproximam à alguns aspectos relatados por Tamaso.

COMUNIDADE COMO UM TODO NÃO COMPROMETIDA COM A PRESERVAÇÃO	ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS POUCO DESENVOLVIDOS E CULTURAIS POUCO APOIADOS	GESTÃO DO PATRIMÔNIO POUCO EFICIENTE
Comunidade não tem abertura para participar na preservação	Falta de interação entre os serviços prestados aos visitantes	Deficiência na legislação
Falta de comprometimento individual com o processo	Falta de profissionalização	Deficiência na aplicação da legislação existente
Pouca mobilização	Baixo nível salarial	Falta de regulamentação para estacionamento de ônibus turístico
População não consciente da importância do Patrimônio	Mercado de trabalho bastante restrito	Gestão pública insuficiente na utilização, manutenção e conservação do patrimônio.
Pouca interação entre centro histórico e periferia	Pouca organização dos grupos culturais	Pouco preparo gerencial

⁴⁷ Segundo Carneiro, foram convidadas as seguintes entidades para a Oficina de Planejamento que resultou na referida Carta Consulta: Associação de Pequenos Produtores, Seara Empresarial, Associação Amigos da Boa Vista, SEBRAE-GO, Caixa Econômica Federal, Governo do Estado de Goiás através da Agência Goiana de Cultura – AGEPEL e Agência de Turismo de Goiás – AGETUR, Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, Subsecretaria Regional de Educação, Movimento Pró Cidade de Goiás – APROVI, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Finanças e IPHAN.

Dificuldade de acesso a entidades	Apoio financeiro e estrutural às manifestações culturais e locais insuficiente.	Inobservância da forma e das normas no trâmite dos processos
Pouco envolvimento dos profissionais da área	Funcionamento precário dos estabelecimentos turísticos	Pessoal responsável pela fiscalização desconhece a legislação
Má utilização dos profissionais capacitados	Comunicação deficiente entre produtores e promotores culturais	Falta de organização e conscientização das entidades
Informações insuficientes	Inexistência de um calendário cultural que abranja as pequenas manifestações	Falta de mecanismo que possibilite o acompanhamento por parte da população
Inexistência de acompanhamento da execução dos projetos	Deficiente prestação de serviço ao turismo	Falta de integração entre os órgãos responsáveis pelo patrimônio
Exclusão social		População desconhece a legislação
		Trânsito pesado em certas áreas não regulamentadas
		Falta de vontade política dos gestores
		Descontinuidade nos trabalhos de gestão pública
		Não houve orientação quanto à pintura das casas

Quadro I – Recorte do Fluxograma da Carta Consulta realizada em 2001.

Fonte: Carneiro, K.C., página 100

IV. A ATUALIZAÇÃO DOS DISCURSOS E CAMINHOS A TRILHAR:

O Iphan é uma autarquia do Governo Federal que criada em 1937. A análise de sua trajetória, revela que ao longo de todas essas décadas a instituição passou por adaptações com a finalidade de acompanhar os processos de transformações ocorridos na sociedade e nos conceitos norteadores de sua missão: identidade e memória⁴⁸. Na cidade de Goiás, nosso objeto de estudo, percebe-se estas transformações. As primeiras proteções, realizadas da década de 1950, refletiram a busca por bens de natureza material com características excepcionais. Posteriormente, a proposta se ampliou para a proteção de um conjunto e nos últimos anos foram desenvolvidos estudos que buscaram a inventariar os bens de natureza imaterial.

Entende-se que o grande avanço da PPCM foi contemplar dezoito princípios norteadores das ações e atividades institucionais que deverão orientar as ações e a conduta dos servidores e colaboradores do Iphan (IPHAN, 2018a, p. 9). São eles: (I) Princípio da Humanização; (II) Princípio da Indissociabilidade; (III) Princípio da Ressignificação;

⁴⁸ Segundo informações presentes na Carta de Serviços ao Cidadão (IPHAN, 2014) a missão do Iphan é promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

(IV) Princípio da Responsabilidade Compartilhada; (V) Princípio da Colaboração; (VI) Princípio da Participação Ativa; (VII) Princípio da Atuação em Rede; (VIII) Princípio do Desenvolvimento Sustentável; (IX) Princípio da Integração; (X) Princípio do Direito à Cidade; (XI) Princípio do Acesso Equitativo; (XII) Princípio da Precaução; (XIII) Princípio da Prevenção; (XIV) Princípio da Reparação; (XV) Princípio do Respeito às Diversidades locais e regionais; (XVI) Princípio da Transversalidade; (XVII) Princípio do Direito à Informação e (XVIII) Princípio do Direito ao Controle Social. Passaremos a apresentação de cada um dos princípios, que possuem como principal objetivo o aprimoramento de suas práticas a partir de lacunas já conhecidas e refletidas por especialistas.

Entende-se como Princípio da Humanização a necessidade de garantir a cidadania e a dignidade da pessoa humana, ou seja, de deslocar o foco das ações para o homem. Já o Princípio da Indissociabilidade versa sobre a impossibilidade de separação das comunidades locais de seus bens, assim como das naturezas de bens material e imaterial. O Princípio da Ressignificação é o caminho que se tem para atribuição de novos significados aos bens já protegidos, significados contemporâneos, que visam atender os anseios da comunidade. Legalmente, a responsabilidade compartilhada entre as instâncias federal, estadual e municipal se encontra assegurada desde a Constituição de 1934⁴⁹, ou seja, mesmo antes da criação do Iphan. Entende-se como um dos desafios mais difíceis de ser superados. Entendido como cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público e sociedade, o Princípio da Colaboração vai ao encontro da Responsabilidade Compartilhada. Por sua vez, são conceitos que tangem os próximos princípios: o da Participação Ativa e o da Atuação em Rede.

Sobre o desenvolvimento sustentável entende-se como a necessidade da geração atual suprir suas necessidades, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Trata-se de princípio com estreita relação com o princípio da integração, no qual o meio ambiente é entendido como a associação de elementos naturais e culturais. Os próximos princípios, também, estão relacionados entre si, tratam-se do Direito à Cidade e do Acesso Equitativo. Enquanto o primeiro prevê o usufruto da estrutura, serviços, equipamentos e espaços públicos de forma equânime e inclusiva, o segundo versa sobre o direito de utilizar os bens culturais materiais e os recursos do meio ambiente.

⁴⁹ Artigo 10º, inciso III e Artigo 148 (BRASIL, 1934).

Como precaução entende-se a necessidade de entender que uma intervenção não será adversa ao bem. A prevenção é formada pelo caráter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e avaliação das intervenções. Por fim, reparação é o entendimento dado às reversões de danos por vezes cometidos à um bem cultural. O Princípio do Respeito às Diversidades locais e regionais versa sobre a necessidade de reconhecimento e consideração da diversidade geográfica, socioeconômica e cultural. O Princípio da Transversalidade prevê a necessidade de articulação e de envolvimento harmonizado de todas as políticas setoriais que influenciam ou dizem respeito ao Patrimônio Cultural Material.

Listados ao final, têm-se os Princípios do Direito à Informação e do Direito ao Controle Social. Enquanto o primeiro prevê a necessidade de compartilhamento do conhecimento produzido em linguagem e meios acessíveis à sociedade, o segundo legitima a participação do cidadão no monitoramento das ações implementadas pela instituição. Nota-se estreita relação entre eles, afinal, sem o devido acesso à informação, a prática do controle social se torna difícil, quase inviável.

V. CONCLUSÃO

Este artigo se propôs a avaliar as hipóteses levantadas na pesquisa que se encontra em desenvolvimento, a saber: (I) O contato com produções acadêmicas que se dedicaram a estudar as políticas preservacionistas implementadas em Goiás propicia o diagnóstico que esta pesquisa necessita. (II) A implementação da Política do Patrimônio Cultural Material de 2018 composta de dezoito princípios que devem nortear as práticas preservacionistas proporcionam o caminho a traçar na idealização dos produtos a serem desenvolvidos no Mestrado Profissional.

Com relação ao diagnóstico, tanto Tamaso quanto Carneiro, através da Carta Consulta, foram capazes de captar as lacunas deixadas pela Política de Preservação Patrimonial. Conforme demonstrado, é possível verificar insatisfações motivadas por ausências de práticas democráticas; não patrimonialização de bens identificados pela própria comunidade; a não apropriação de bens protegidos; implementação de práticas que acirraram a dicotomia existente entre centro histórico e periferia, dentre outras. Tamaso ainda contempla uma constatação de suma importância a esta pesquisa: a que os

vilaboenses sempre foram agentes da preservação do patrimônio, independente da implementação de ações preservacionistas de instituições públicas.

Com o diagnóstico estabelecido a partir das pesquisas acadêmicas nos conduzimos à etapa de verificação dos tratamentos disponíveis para sanar ou amenizar os problemas constatados. É neste contexto, que verificamos que o texto da Política do Patrimônio Cultural Material e todas as suas diretrizes e premissas são capazes de fundamentar a idealização dos produtos a serem elaborados e ofertados à comunidade pelo Mestrado Profissional.

BIBLIOGRAFIA

BERTRAN, Paulo. **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. 2. Ed. Goiânia: ICBC, 2010.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 06 ago.2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Política pública patrimonial em Goiás-GO: o Programa Munumenta/BID (1995 a 2013) & a recuperação dos imóveis privados**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COELHO, Gustavo Neiva. **O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular**. Goiânia, GO: Editora da UCG, 2001.

DI SALVO, Aline Amaral; ANDRADE, Selma Aparecida Leite de. Morfología y tipología del conjunto arquitectónico y urbanístico em el siglo XVIII: el caso de la ciudad de Goiás/GO. In: CONGRESO ESTUDIOS URBANOS ECUADOR, 1., 2017, Quito. **Memorias [...]**. FLACSO, 2017.p.100.

GOIÁS. Lei nº 5.290, de 18 de setembro de 1964. Erige a Cidade de Goiás em Cidade Monumento, e dá outras providências. Goiânia: Secretaria de Estado da Casa Civil [s.d.]. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/public/arquivos/4565>. Acesso em: 06 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Conjuntos arquitetônico e urbanístico: 1) Largo do Chafariz (Praça Monsenhor Confúcio); 2) Rua João Pessoa (Rua da Fundação); Casa: 1) Câmara e Cadeia (Praça Monsenhor Confúcio); 2) Palácio dos Governadores (Pinheiro Machado); 3) Quartel da II Companhia (Praça Monsenhor Confúcio; Chafariz: Boa Morte; Igrejas: 1) Abadia; 2) Boa Morte; 3) Carmo; 4) Santa Barbara; 5) São Francisco; Imagens: Nossa Senhora do Rosário (Convento dos Dominicanos); Esculturas: 1) Armas de Portugal (Palácio dos Governadores); 2) Bustos de pedra (Palácio dos Governadores, no Município de Goiás, Estado de Goiás**. Processo de tombamento 0345-T-42. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em:

<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/34531?discover?rpp=10&etal=0&q=ery=tombamento+goi%C3%A1s>. Acesso em: 06 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Política do Patrimônio Cultural Material**. Brasília: Iphan, 2018a.

RAMIRES, Tiago Leite. **A cidade além da vila**: uma análise sócio-urbana entre a periferia e o centro histórico da cidade de Goiás. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Escola de Gestão e Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

SANTOS, Fernando Martins dos. **Veiga Valle**: Da morte do homem ao nascimento do artista (1874-1983). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades na área interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2018.

TAMASO, Isabela. **Em nome do patrimônio**: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás. 2007. Tese (Doutorado de Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2007.

“NUNCA FUI LIBERAL”: AS DISPUTAS POLÍTICO- IDEOLÓGICAS DE HANNAH ARENDT NOS ANOS MCCARTHY

Álvaro Ribeiro Regiani⁵⁰

RESUMO: O presente ensaio busca interpretar os debates político-ideológicos que Hannah Arendt participou durante os anos do macarthismo. Objetiva-se analisar neste contexto, a circulação de ideias através dos posicionamentos e refutações de Arendt sobre o conservadorismo e o liberalismo nas páginas da *Review of Politics* e da *Confluence* para interpretar os percursos iniciais da elaboração de conceitos centrais em sua fenomenologia política apresentados nos livros *A condição humana* (1958) e *Entre o passado e o futuro* (1961). Por meio dos quadros teórico-metodológico da história das ideias e de sua correspondência com a história da filosofia, procura-se interpretar e contextualizar este percurso intelectual e ideológico para assim contribuir com a historiografia relativa ao período.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Fenomenologia política; Liberalismo.

Introdução

Neste ensaio interpretou-se o debate teórico que Hannah Arendt travou com intelectuais conservadores e liberais em torno do totalitarismo durante os anos 50 nos Estados Unidos. Esse embate e outras polêmicas político-ideológicas surgiram pelo posicionamento crítico de Arendt sobre as origens e as consequências duradouras do Estado total.

O problema teórico enxergado por Hannah Arendt foi que se um movimento político não possui precedentes, não poderia ser entendido como uma continuidade ou alargamento de um fenômeno anterior. Assim, ela desconfiava de metodologias e teorias que procuravam encontrar analogias, conceitos e categorias já existentes um meio para definir um movimento inédito, embora radical, como o totalitarismo. Por conta dessa forma de conceber o sistema totalitário ela precipitou debates com intelectuais de filiações ideológicas distintas.

⁵⁰ Doutorando em história no PPHIS-UEG; alvaro.regiani@ueg.br; Orientador: Rafael Saddi Teixeira (UEG).

Nos primeiros anos do macartismo, Hannah Arendt se viu obrigada a confrontar teoricamente conservadores, liberais e ex-comunistas dada a maior circulação das ideias liberal-conservadoras do senador Joseph McCarthy⁵¹ nos Estados Unidos. Com a expansão dos governos socialistas no mundo, o anti-comunismo gerou um clima de acusações e denúncias, em especial contra imigrantes. Circulava entre os recém-chegados o medo da deportação, Hannah Arendt e seu esposo Hendrich Blücher, um ex-espartaquista alemão, temiam a concretização dessas denúncias (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 252).

Neste sentido, procurou-se contextualizar este debate por meio de artigos publicados nas revistas *Review of Politics* e *Confluence* e, assim, analisar como começou a ser elaborada a fenomenologia política de Hannah Arendt, presentes nos livros como *A condição humana* (1958) e *Entre o passado e o futuro* (1961). Além da importância desse aspecto relativo a historiografia do período, revisitar a obra de Arendt em meio ao radicalismo e extremismo político do hodierno traz à luz a centralidade de seu pensamento na afirmação pública do direito a ter direitos como a primeira condição para a cidadania em sua pluralidade e diversidade, mas com limitações mútuas entre os cidadãos.

Ideologia e terror

Em novembro de 1951, Hannah Arendt fez uma palestra sobre o seu livro *Origens do totalitarismo* na Universidade de Notre Dame nos Estados Unidos, ela foi a primeira mulher a discursar naquele púlpito. De acordo com a biografia de Elizabeth Young-Bruehl, a fala de Arendt foi um “prelúdio” do que viria a ser o capítulo final de *Origens do totalitarismo*, “Ideologia e terror”, incorporado na segunda edição em língua inglesa (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 233).

O anfitrião de Hannah Arendt em Notre Dame foi seu amigo, o sociólogo Waldemar Gurian. Ele, assim como Arendt, era um recém-chegado da Rússia e foi um importante teórico do totalitarismo, Gurian também foi um dos fundadores da revista norte-americana *Review of Politics* e editou alguns artigos de Arendt e de Eric Voegelin que fez uma resenha negativa do livro *Origens do totalitarismo*. A amizade entre Gurian

⁵¹ É importante ressaltar que o senador Joseph McCarthy perseguiu comunistas no âmbito político e que ele representava demandas liberal-conservadora, mas não era o único político envolvido nessa perseguição. Contudo, isto não foi levado em conta quando marcaram todo um período como um efeito de sua perseguição política.

e Arendt foi registrada no necrológio bastante afetuoso que ela fez após sua morte⁵² (BAEHR, 2010, pp. 99-100).

Em Notre Dame, após a fala de Hannah Arendt, Waldemar Gurian questionou a dimensão espiritual do totalitarismo como “produto lógico do secularismo moderno”. Esta pergunta foi acrescida por outra feita pelo sociólogo David Riesman que interrogou sobre a “inevitabilidade do totalitarismo”. Não ficou registrada as respostas de Hannah Arendt, mas nas páginas de “Ideologia e terror” é possível aproximar sua linha de raciocínio (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 233).

Na época, Hannah Arendt considerava que as filosofias da história, enquanto instrumentos ideológicos, eram extremamente poderosas ao ponto de fabricar uma realidade que poderia mudar a natureza humana. Ela argumentou que “as ideologias totalitárias visam, portanto, não a transformação do mundo exterior ou a transmutação revolucionária da sociedade, mas a transformação da própria natureza humana”. Nessa leitura, o regime totalitário não estaria limitado territorialmente a Alemanha ou a União Soviética, pois sua expansão não pararia até atingir a todos os homens e mulheres do mundo. “Os campos de concentração”, argumentou Arendt, “constituem os laboratórios onde mudanças na natureza humana são testadas, e, portanto, a infâmia não atinge apenas os presos e aqueles que os administram segundo critérios estritamente “científicos; atinge a todos os homens” (ARENDT, 2009, p. 510).

Segundo Elizabeth Young-Bruehl, a perspectiva defendida por Hannah Arendt seria a perda da espontaneidade humana, dado que “tanto a liberdade de pensamento como a liberdade de ação desapareceram” no sistema totalitário. Porém, esta reflexão perturbava, distintivamente, Waldemar Gurian e Eric Voegelin (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 235). Em sua resenha sobre *Origens do totalitarismo*, publicada na *Review of Politics*, Voegelin interpretou que os argumentos de Arendt eram uma grande confusão que não passavam de uma visão liberal:

Refletem uma atitude tipicamente liberal, progressista e pragmática em relação aos problemas filosóficos. Sugerimos anteriormente que os descarrilamentos teóricos da autora às vezes são mais interessantes do que seus *insights*. Essa atitude é, de fato, de importância geral porque revela quanto terreno os liberais e totalitários têm em comum; o imanentismo essencial que os une supera as diferenças de *ethos* que os separam (VOEGELIN, 1953, p. 75).

⁵² O texto “Waldemar Gurian: 1903-1954” foi publicado no *The Gurian Memorial Issue* da *Review of Politics* em 1955 e foi incorporado na edição norte-americana de *Homens em tempos sombrios* de 1970. Infelizmente, esse texto não foi traduzido na versão brasileira, mas recentemente foi traduzido como um capítulo do livro *Liberdade para ser livre* de 2018.

A perspectiva de Eric Voegelin de aproximar o liberalismo do totalitarismo refletia sua visão conservadora do mundo. Embora, neste período, ele ainda não havia sido conhecido como um dos principais ideólogos do conservadorismo norte-americano. Mas, nos anos 50, ele já esboçava reflexões imersas no pensamento conservador. A “natureza” para Voegelin não poderia ser “mudada ou transformada”, pois uma “mudança de natureza” seria uma “contradição de termos” e “adulterar a “natureza” de uma coisa significa destruí-la” (VOEGELIN, 1953, p. 74).

Em síntese, Eric Voegelin criticava a perspectiva de Hannah Arendt sobre a dissolução da personalidade humana pela superfluidade dos homens na sociedade de massas como um “apelo emocional” (VOEGELIN, 1953, p. 70). Entretanto, a recusa de Arendt em compreender qualquer aspecto do totalitarismo a partir de visões conservadoras ou de qualquer outra ideologia partia de seu entendimento sobre a desintegração das sociedades nacionais e a sua transformação para a sociedade de massas como um fenômeno político inédito. Conforme ela respondeu em sua réplica a Voegelin publicada na *Review os Politics*:

O professor Voegelin parece pensar que o totalitarismo é apenas o outro lado do liberalismo, do positivismo e do pragmatismo. Mas, concorde-se ou não com o liberalismo (e posso dizer aqui que tenho bastante certeza de não ser liberal, positivista ou pragmatismo), o importante é que os liberais certamente não são totalitários (ARENDT, 2008c, p. 421).

O ponto divergente entre Voegelin e Arendt estava na mudança pela sociedade de massas, algo que também incomodava outros liberais como David Riesman (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 237). Segundo Hannah Arendt, a atomização da sociedade como um equivalente a perda do “eu” na sociedade de massas foi radicalizada pelos nazistas ao ponto de transformar homens e mulheres em supérfluos: “O sucesso do totalitarismo equivale a uma liquidação muito mais radical da liberdade como realidade política e humana do que qualquer outra coisa que presenciamos antes dele” (ARENDT, 2008c, p. 424).

Em sua análise, a distinção entre a esfera social das pública e privada pelo alargamento causava um desconforto teórico entre conservadores e liberais. Tanto a ampliação da esfera social quanto a condição permanente da fabricação da superfluidade seriam elementos centrais para se compreender a dominação totalitária, pois: “O perigo das fábricas de cadáveres e dos poços do esquecimento é que hoje, com o aumento

universal das populações e dos desterrados, grandes massas de pessoas constantemente se tornam supérfluas se continuarmos a pensar em nosso mundo em termos utilitários” (ARENDT, 2009, p. 510).

A crítica de Hannah Arendt ao utilitarismo como forma de compreender o mundo ganhou uma outra dimensão com a publicação de *A condição Humana* (1958). Com essa publicação ela esclareceu o que seria a esfera social e a desintegração da personalidade pela superfluidade dos homens representados na sua definição de *animal laborans*. Porém, vários intelectuais a criticaram por ser vaga demais, como fez Eric Voegelin ou confusa demais como se posicionou David Riesman.

Em carta, David Riesman perguntou à Hannah Arendt: “Uma coisa me perturba um pouco, explicitamente o *animus* que você parece demonstrar em todos os momentos contra o burguês e o liberal. Clemenceau não era um liberal? Você não é uma liberal?”. Conforme narrou Elizabeth Young-Bruehl, Arendt anotou na carta abaixo do nome de Clemenceau: “Não um radical”. Em sua interpretação, Young-Bruehl ainda afirmou que “e bem que [ela] poderia ter repetido a refutação em sobre seu próprio nome” (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 237).

Religião e política

Um ano depois da controvérsia iniciada em Notre Dame, Hannah Arendt se envolveu em outro debate intelectual sobre as correntes políticas quando trabalhou com Henry Kissinger na revista *Confluence*. O litígio em torno da publicação do artigo “Religião e política” (1954), iniciou-se quando os dois brigaram após alteração do texto por Kissinger. O texto dela foi originalmente apresentado em uma palestra na Universidade de Harvard, em 1953, sob o título de “A luta entre o mundo livre e o comunismo é uma luta basicamente religiosa?” como uma resenha do livro de Waldemar Gurian *Bolchevismo: Teoria e prática* a fim de analisar o conceito de “religião secular” (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 261).

A discussão teórica entre Hannah Arendt e Waldemar Gurian foi respeitosa, na época Gurian ao lado de Raymond Aron, Eric Voegelin, Ernst Cassirer, Jacob Talmon e Norman Cohn, refletiram sobre o conceito sociológico de “religião secular” como uma explicação possível para as sociedades de massas sob o espectro totalitário. De acordo com o sociólogo Peter Baehr, Waldemar Gurian entendeu que as ideologias nazista e a bolchevique eram “religiões seculares” em decorrência das “doutrinas peculiares que

pareciam transcender a política tradicional e os anseios nacionalistas” (BAEHR, 2010, p. 93).

Segundo Waldemar Gurian, o aspecto religioso contido nessas ideologias seria a promessa de uma sociedade radicalmente transformada com a eliminação do mal e da injustiça para “um novo homem digno da nova era”, tal qual explica Peter Baehr:

A obra de Gurian atesta, no entanto, que o termo sempre carregou consigo um certo grau de ambigüidade. Foi o credo bolchevique, por exemplo, uma religião real, uma pseudo-religião, um substituto para a religião, uma igreja sem religião ou uma religião com uma nova igreja? Uma doutrina que envolve a “auto-deificação da humanidade” era uma caricatura da religião como geralmente é entendida. Ainda a tendência salvacionista no bolchevismo sugeria uma “fé viva” com cheiro de religião (BAEHR, 2010, pp. 93-94).

Hannah Arendt, contrária a essa interpretação, entendia que esse conceito foi um efeito colateral da luta entre os mundos livre e totalitário. Em “Religião e política”, ela fez uso de suas distinções conceituais para argumentar que na Idade Moderna, a religião e os assuntos público-políticos não estariam circunscritas na mesma esfera. Pois, a introdução da dúvida cartesiana no mundo moderno aproximou a religião da política que precipitou uma tensão “das crenças religiosas numa era de secularismo” (ARENDT, 2008c, p. 389).

A dúvida interligou as esferas religiosa e política, mas não as uniu. Enquanto na esfera pública, correntes seculares, ateístas, científicas e marxistas criaram um “mundo secular justamente por ser um mundo de dúvida”. Na esfera religiosa, a religião moderna distinguiu-se da religião tradicional porque “a crença religiosa moderna se diferencia da pura fé porque é a “crença de saber” daqueles que duvidam que seja possível algum conhecimento” (ARENDT, 2008c, p. 390).

Em sequência, Hannah Arendt abordou outras análises para também separar a esfera religiosa do conceito de ideologia. Por meio da exposição de vários paradoxos que ela traçou nos argumentos sociológicos, exemplificados pela caracterização do ateísmo como uma religião. Arendt também definiu que o secularismo possuía um duplo significado, um político e outro espiritual, para demonstrar que a crise dos valores públicos também eram religiosos. A crise da fé tradicional tinha as mesmas características da crise atual que ameaçava todas instituições públicas: “[a] falência de qualquer autoridade e o rompimento da tradição”, pois “a nossa vida pública, prova que não vivemos publicamente num mundo religioso” (ARENDT, 2008c, p. 393).

No entender dela, o rompimento moderno com a tradição promoveu o afastamento da política e da religião, porém não da religião em geral e sim com alguns valores instrumentais do catolicismo. As implicações políticas desse afastamento foi a modificação do “próprio caráter de nossa existência pública” com a perda da “doutrina medieval do inferno” e do “castigo após a morte” (ARENDT, 2008c, pp. 400-401).

Na explicação dessas sentenças, Hannah Arendt recuou até o “mito da caverna” para definir que a “doutrina do Inferno em Platão é claramente um instrumento político inventado para finalidades políticas” e que o aprimoramento desse instrumento pela Igreja medieval “consiste justamente em que a punição pode significar algo mais do que a morte eterna” (ARENDT, 2008c, pp. 402-403).

Sobre a perda deste instrumento político na contemporaneidade, Hannah Arendt argumentou que a “principal característica política do nosso mundo” foi “o fato de que um número cada vez maior de pessoas está deixando de acreditar em punições e recompensas após a morte”. Assim, a secularização, “parece consistir em eliminar da vida pública, junto com a religião, o único elemento político da religião tradicional, o medo do Inferno” (ARENDT, 2008c, p. 403).

Desta forma, o medo do inferno como um instrumento político que se perdeu com a modernidade precipitou o fim da tradição na política, sendo um dos elementos da crise da tradição. Mas, no entender de Hannah Arendt, a sua ruptura sobreveio quando os partidários do Estado total inverteram a moralidade cristã para seus próprios fins ideológicos e criaram o “inferno na terra”:

A Alemanha de Hitler demonstrou que uma ideologia que inverte de forma quase deliberada o mandamento “Não matarás” não encontra necessariamente nenhuma grande resistência por parte de consciências formadas na tradição ocidental. Pelo contrário, a ideologia nazista foi amiúde capaz de inverter o funcionamento dessa consciência, como se fosse um simples mecanismo para indicar se alguém está ou não de acordo com a sociedade e suas crenças (ARENDT, 2008c, p. 403).

Na complementaridade de seu argumento, ela também explanou que a ideologia marxista foi originária da filosofia da história cujo fundamento estava contido nas leis da história que “tampouco oferecem o tipo de explicação dado pela teologia”. A partir desse exemplo, ela afirmava que “a expressão “religião política” para designar movimentos políticos expressamente anti-religiosos não era muito mais do que mera figura de linguagem” (ARENDT, 2008c, pp. 390-391).

Após fazer essas distinções, Hannah Arendt passou a argumentar sobre os aspectos teóricos da abordagem sociológica. Ela identificou que “a própria essência da corrente que enxerga religiões por todos os lados” condicionou a religião e a ideologia pela “função social” que exerciam:

Para tomar um exemplo adequado, Max Weber cunhou seu tipo ideal de “líder carismático” pelo modelo de Jesus de Nazaré; os discípulos de Karl Mannheim não sentiram nenhuma dificuldade em aplicar a mesma categoria a Hitler. Do ponto de vista do cientista social, Hitler e Jesus eram iguais porque desempenharam a mesma função social (ARENDT, 2008c, pp. 398-399).

Hannah Arendt entendia que essa “crescente funcionalização” na compreensão sociológica e, em paralelo, a transformação do homem moderno em uma “simples função da sociedade” seria muito mais perigoso do que a “socialização dos meios de produção”. Em seu argumento, o condicionamento dos homens às suas funções e a capacidade ideológica de inverter o funcionamento da consciência humana, como o mandamento “não matarás”, descreviam os riscos da funcionalização, ou seja, de tornar possível a superfluidade dos homens (ARENDT, 2008c, p. 404).

Nesta divergência com as ciências sociais, Hannah Arendt enxergava que o conceito de religião secular era tanto um reflexo da funcionalização quanto a verdadeira “confusão teórica”. Em sua perspectiva, as distinções, os retornos às origens conceituais encobertas pela tradição e a mudança de ângulos proporcionaram a compreensão dos dados históricos concretos. Por isso, em sua análise, o ineditismo totalitário não poderia ser compreendido por categorias anteriores a esse fenômeno:

Diante de uma ideologia em pleno desenvolvimento, nosso maior risco é enfrentá-la com uma ideologia de nossa própria invenção. Se tentarmos imprimir novamente uma “paixão religiosa” na vida público-política ou usar a religião como instrumento de discriminação política, o resultado poderá ser a transformação e distorção da religião em ideologia, e nossa luta contra o totalitarismo será corrompida por um fanatismo de todo estranho à própria essência da liberdade” (ARENDT, 2008c, p. 404).

O importante para Hannah Arendt seria “fazer distinções constantes, e essas distinções devem acompanhar a linguagem que falamos e o assunto que abordamos”, conforme escreveu em resposta à carta de Jules Monnerot (ARENDT, 2008c, p. 406).

Após a publicação do artigo “Religião e política” na *Confluence*, Arendt se envolveu em outro debate com o sociólogo francês Jules Monnerot, ele enviou uma carta ao editor Henry Kissinger em claro desatino com as ideias de Arendt. Monnerot, ao lado

de Georges Bataille, Roger Caillois e Michel Leiris participaram de um projeto para a identificação do caráter sagrado na vida moderna. Segundo Peter Baehr, o sociólogo francês afirmou que “os crentes totalitários, foram “vítimas de paixão. Sustentado por comunhão frequente, inflamou por ritos periódicos, tais como reuniões, procissões e demonstrações, e alimentado todas as manhãs por jornal e rádio na resposta dela há a exposição” (MONNEROT. *Apud*. BAEHR, 2010, p. 94-95).

Na carta que enviou para a *Confluence*, Jules Monnerot atacou a “madame Arendt” por não ter feito definições sobre o que era a ideologia e a religião. Além disso, sustentou a existência de uma correlação entre a ideologia e a religião no marxismo, em suas palavras:

O que esses marxistas colocam acima do homem, não chamam de Deus (chamam-no o mínimo possível, não é muito saudável falar dessas coisas), mas se analisarmos o seu pensamento, chegamos à conclusão de que se trata da Espécie humana, mas configurada como abstração alienante e mistificadora, como diriam os marxistas se aplicassem suas críticas a si mesmos (MONNEROT, 1953, p. 134).

Para o sociólogo francês, a função da ‘espécie’ na filosofia marxista desempenhava um papel que se realizava na História e correspondia ao papel das divindades. Como uma “máquina de fazer história” em direção a um futuro místico. Isto, ao seu ver, explicava porque os “comunistas têm respostas para tudo”, pois “isso é característico de todas as ortodoxias” (MONNEROT, 1953, p. 134).

Na réplica de Hannah Arendt, publicada na edição posterior da revista *Confluence*, ela escreveu que o comunismo só seria uma ortodoxia, se o mesmo fosse um paralogismo:

A falácia desse raciocínio é conhecida desde que os gregos se divertiam com paralogismos e, seguindo um processo lógico semelhante, chegavam com o maior prazer à definição do homem como galinha sem penas. Hoje, infelizmente, esse tipo de coisa não é muito engraçado (ARENDT, 2008c, p.405).

Segundo as historietas da filosofia, quando Platão definiu o homem como um animal bípede e sem asas, Diógenes, o cínico, depenou uma galinha, levou diante dos acadêmicos e disse: “Eis o homem de Platão” (DIÓGENES LAËRTIOS, 2008, p. 162 [40]). Porém, o tom de escracho de Hannah Arendt não terminou com essa narrativa filosófica, ela ainda insistiu que a confusão do ponto de vista desses sociólogos foi porque ele ignoravam “sistematicamente a ordem cronológica, a localização dos fatos, o impacto e a singularidade dos acontecimentos, o conteúdo das fontes e a realidade histórica em

geral”, pois “tudo tem uma função e sua essência é igual ao papel funcional que lhe couber desempenhar”.

Com ironia concluía a réplica destinada aos argumentos de Jules Monnerot:

E mesmo que, em alguma estranha circunstância, duas coisas diferentes viessem a desempenhar o mesmo “papel funcional”, nem por isso eu iria considerá-las iguais, assim como não acho que o salto de meu sapato seja um martelo por usá-lo para fincar um prego na parede (ARENDT, 2008c, p. 406).

Jules Monnerot não respondeu a réplica. Embora, ele ainda não fosse um dos ideólogos da extrema-direita francesa e Henry Kissinger um dos arquitetos do imperialismo norte-americano, a polêmica travada com Hannah Arendt ilustra o papel da imprensa frente às disputas político-ideológicas durante o macarthismo. Entretanto, apesar desses vários debates contra conservadores e liberais, Arendt continuou a ser interpretada como uma filósofa liberal, tal qual fez, em anos recentes, o historiador norte-americano Russel Jacoby.

Para Russel Jacoby, o pluralismo defendido por Arendt foi análogo ao celebrado por intelectuais liberais como Karl Popper, F. A. Hayek, Jacob Talmon e Isaiah Berlin nas críticas tanto ao socialismo quanto ao totalitarismo. Jacoby ainda fez um comparativo entre Hannah Arendt e F. A. Hayek para sustentar que ambos compreendiam que comunismo e o fascismo não passavam de variantes do mesmo totalitarismo: “Assim como Hannah Arendt, cujo livro *Origens do totalitarismo* investia contra os sistemas soviético e nazista por se fundamentarem em ideologias “totalizantes””, e, por fim, igualava Arendt à Isaiah Berlin que “também contribuiu para estabelecer o pluralismo como credo dos liberais” (JACOBY, 2001, pp. 66-67).

Embora Hannah Arendt continue sendo citada recorrentemente como uma autoridade filosófica nos debates sobre as liberdades positiva e negativa, ela não partilhava do entendimento político liberal. Quando ela colaborou com Carl J. Friedrich, outro grande teórico do totalitarismo, na *American Society of Political and Legal Philosophy* com a publicação do texto “O que é Autoridade?” (1954) para a revista *Nomos I: Authority*, Arendt explicou o que significou a perda da autoridade no mundo moderno:

Se estou certa ao suspeitar que a crise do mundo atual é basicamente de natureza política, e que o famoso “declínio do Ocidente” consiste fundamentalmente no declínio da trindade romana de religião, tradição e autoridade, com o concomitante solapamento das fundações especificamente romanas de domínio político, então as revoluções da época moderna parecem gigantescas tentativas de reparar essas fundações, de renovar o fio rompido da tradição e de restaurar, mediante a fundação de novos organismos políticos, aquilo que durante tantos

séculos conferiu aos negócios humanos certa medida de dignidade e grandeza (ARENDT, 2005, p. 185).

Na interpretação de Hannah Arendt a perda do espaço público que outrora era promovido pela *pólis* ou pela *res publica* com as transformações causadas na Idade Moderna marcou o surgimento e o alargamento da esfera social até chegar na era revolucionária obliterando o sentido da política e da tradição. A autora ainda entendia que um dos principais motivos para a aceitação da liberdade moderna foi o ocultamento da esfera política.

Anteriormente a exposição que fez em “O que é a autoridade?”, no livro *A condição humana*, Hannah Arendt faz uma oposição do *Homo faber* (homem que fabrica) e do *animal laborans* (animal de labora) para demonstrar as ambiguidades entre “uso” e “consumo”, bem como para distinguir as atividades humanas do “trabalho/fabricação” e do “labor”. Enquanto a principal característica do *Homo faber* seria a fabricação do artifício humano pelo trabalho, a característica do *animal laborans* seria laborar em completa solidão, apenas para o seu consumo e para suprir suas condições do seu metabolismo.

Essa dicotomia entre as atividades humanas somava-se com a análise que fez sobre a intensificação do capitalismo em *Origens* por meio da compreensão acerca da massificação e da atomização social como um obstáculo à constituição do mundo comum. As atividades humanas do labor, do trabalho/fabricação e da ação distinguiam os homens dos demais animais da natureza. Mas, com a supervalorização do labor na época moderna e contemporânea, o consumo e a futilidade passaram a ser socialmente dominantes:

Em nossa necessidade de substituir cada vez mais depressa as coisas mundanas que nos rodeiam; já não podemos nos dar ao luxo de usá-las, de respeitar e preservar sua inerente durabilidade; temos que consumir, devorar, por assim dizer, nossas casas, nossos móveis, nossos carros, como se estes fossem as “boas coisas” da natureza que se deterioraram se não fossem logo trazidas para o ciclo infundável do metabolismo do homem com a natureza (ARENDT, 2007, p. 138).

Pois:

É como se houvéssemos derrubado as fronteiras que distinguiam e protegiam o mundo, o artifício humano, da natureza, do processo biológico que continua a processar-se dentro dele, bem como os processos cíclicos e naturais que o rodeiam, entregando-lhes e abandonando a eles a já ameaçada estabilidade do mundo humano (ARENDT, 2007, p. 138).

Na compreensão de Hannah Arendt essa condição foi somada à substituição da política pela administração que acarretou a gestão das necessidades biológicas e a maximização do consumo que impedia a fundação e a preservação de novos corpos políticos. Nesta acepção, a vitória do *animal laborans* com a emancipação da esfera social ofuscou os mundos público e privado e sua expansão seguiria apenas a lógica da expropriação, o consumo de tudo e de todos até a perda total da espontaneidade humana. Para Hannah Arendt, nenhuma ideologia política existente como o conservadorismo, o liberalismo ou mesmo o socialismo podiam encerrar por fim a essa lógica utilitária que desemboca na dominação totalitária.

Conclusão

Em novembro de 1972, Hannah Arendt foi convidada para participar de um congresso em sua homenagem, “A obra de Hannah Arendt”. Ela deveria ser o destaque do evento, mas recusou e preferiu discutir com os outros participantes os temas de sua fenomenologia política. Dentre as várias perguntas feitas, o teórico das relações internacionais Hans Morgenthau levantou uma questão: “O que é você? É uma conservadora? Uma liberal? Qual sua posição dentro das possibilidades contemporâneas?” (ARENDT, 2010, p. 157).

Em resposta, Hannah Arendt disse: “Não sei. Realmente não sei e nunca soube. Suponho que nunca tive uma posição como essa” e ponderou que “você sabe que a esquerda pensa que sou conservadora e os conservadores algumas vezes pensam que sou de esquerda, uma dissidente ou Deus sabe o quê”. Segundo Arendt, nenhum desses posicionamentos ideológicos iluminariam qualquer tipo de coisa em sua fenomenologia, mas afirmava que “nunca fui uma comunista” e, principalmente, “*nunca fui liberal*. Quando disse que não fui, esqueci [de mencionar isso]. *Nunca acreditei no liberalismo*” (ARENDT, 2010, p. 157. Grifos nossos).

A sua refutação ao liberalismo e ao socialismo partiam de pressupostas diferentes, como ela explicou em outro momento na conferência: “venho de um contexto socialista” (ARENDT, 2010, p. 157). Sabe-se que os pais dela e seu segundo esposo Heinrich Blücher eram comunistas e a própria Hannah Arendt nutria simpatias por Rosa Luxemburgo e por movimentos revolucionários espontâneos. Porém, como Arendt disse: “Se eu disser que nunca fui socialista ou comunista - algo absolutamente presumível para toda a minha geração, de tal modo que eu raramente conheci alguém que nunca tenha se

comprometido - vocês podem ver que eu nunca senti a necessidade de me comprometer” (ARENDT, 2010, p. 128).

A falta de ‘comprometimento’ dela com o comunismo não estava ligada a uma suposta adesão ao liberalismo e sim por não concordar com seus últimos efeitos, o alargamento da esfera social, a fabricação do mundo e a valorização da atividade laborativa com um fim em si mesmo. Em outra interlocução, a escritora Mary McCarthy, somou a pergunta de Hans Morgenthau e a questionou de forma específica: “Onde você se situa frente ao capitalismo?” (ARENDT, 2010, p. 158).

Com ironia, Hannah Arendt respondeu: “Não compartilho do grande entusiasmo de Marx em relação ao capitalismo”. Admitia, contudo, que “em um sentido Marx estava inteiramente correto: o desenvolvimento lógico do capitalismo é o socialismo”. Mas, como afirmou a expropriação gradual que tornou a lei do capitalismo não teria os mesmos fins ansiados por Marx, pois “o resultado final do processo é o inferno e não o paraíso” (ARENDT, 2010, p. 158).

O ‘inferno’ a que Hannah Arendt se referiu foi o resultado da intensificação do capitalismo com a expropriação das leis e a “ascensão da sociedade de massas”. A expropriação e a massificação, apesar de distintas, constituíram-se como elementos da cristalização totalitária, a primeira pelo aumento da burocracia estatal e, a última, com a impossibilidade da distinção entre as singularidades, pois a pluralidade humana foi reduzida “à imagem de um único homem” (ARENDT, 2010, p. 126).

Ainda nessas considerações, a expropriação e a massificação são efeitos do alargamento da esfera social e a consequente diminuição das esferas pública e privada no início do capitalismo. Com o surgimento da esfera social ocorreu o reposicionamento dos valores hierárquicos das atividades humanas, o labor foi colocado acima do trabalho e da ação. Assim, a política foi substituída pela administração e o mundo comum foi transformado em reino das necessidades onde os homens se tornam supérfluos.

Todos esses fatores minaram a durabilidade do mundo, mas conforme Hannah Arendt se posicionou: “Não podemos permitir que caia em pedaços [o mundo comum]. Isto significa que a “administração das coisas”, que Engels pensou ser uma ideia tão maravilhosa e que efetivamente é uma ideia horrível, é ainda uma necessidade” (ARENDT, 2010, p. 150).

Em síntese, a recuperação do mundo comum foi um dos aspectos centrais na fenomenologia política de Arendt contra o que ela chamou de vitória do *animal laborans*. Na explicação de Adriano Correia: “O *animal laborans*, por sua atividade e suas

aspirações, não sabe como construir um mundo nem cuidar bem do mundo criado pelo *homo faber*” (CORREIA, 2007, p. 43). Porém, o fim da tradição não significou a perda do passado e do futuro, a possibilidade em aberto dada pela ruptura totalitária com a tradição permitiu “abrir a nós com inesperada novidade e nos dissesse coisas que ninguém teve ainda ouvidos para ouvir” (ARENDT, 2005, p. 131).

A fenomenologia política de Hannah Arendt estava fundamentada em um pensar sem corrimões ideológicos atrelada à uma experiência teórica no qual a novidade e a natalidade poderiam ser ferramentas para se pensar novos caminhos políticos:

Viver em uma esfera política sem autoridade nem consciência concomitante de que a fonte desta transcende o poder e os que detêm, significa ser confrontado de novo, sem a confiança religiosa em um começo sagrado e sem a proteção de padrões de conduta tradicionais e portanto auto-evidentes, com os problemas elementares da convivência humana (ARENDT, 2005, p. 187).

Referências bibliográficas:

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **Compreender**: Formação, exílio e totalitarismo (ensaios). Tradução Denise Bottman; Organização, introdução e notas Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

ARENDT, Hannah. Sobre Hannah Arendt. Tradução de Adriano Correia. **Inquietude**, Goiânia, vol. 1, nº2, ago/dez-2010.

BAEHR, Peter. **Hannah Arendt, totalitarianism, and the social sciences**. Stanford, California: Stanford University Press, 2010.

CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

DIÓGENES LAÉRTIOS. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Tradução do grego, introdução e notas Mário da Gama. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

JACOBY, Russel. **O fim da utopia**: Política e cultura na era da apatia. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MONNEROT, Jules. Letter to the Editor. **Confluence**. 1954. 2:131– 134.

VOEGELIN, Eric. The Origins of Totalitarianism. **The Review of Politics**. Vol, 15, No. 1 (Jan., 1953), p. 68-76.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Por amor ao mundo**: A vida e a obra de Hannah Arendt. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

JOSÉ MARTÍ E A EDUCAÇÃO: UMA PEDAGOGIA DE ENSINO DECOLONIAL?

Amélia Cardoso de Almeida⁵³

RESUMO: Objetiva-se com o presente artigo analisar as concepções educacionais de José Martí (1853-1895), intelectual cubano da segunda metade do século XIX. Pretendemos, no espaço que cabe neste artigo, mostrar um pouco do pensamento educacional do referido autor. Este ao escrever sobre a educação, pensava na realidade de Cuba, sua pátria e também nos outros países de colonização espanhola. A educação aparece na vasta obra martiana, como um elemento de luta contra o colonialismo espanhol e as ações neocolonialistas dos Estados Unidos em relação a América Hispânica. A partir da análise das concepções educacionais de José Martí, pretende-se discutir sobre as possibilidades de vislumbrar ou não, as concepções educacionais martianas como uma proposta de ensino que atualmente, a luz da crítica decolonial latino-americana, como uma pedagogia decolonial de ensino.

Palavras-chave: *José Martí; Educação; Colonialismo; Decolonialidade.*

1. Sobre José Martí

Para conseguirmos alcançarmos nossos objetivos será feito uma breve análise sobre o contexto histórico, político e social de formação profissional e intelectual de José Martí. Depois abordaremos sobre o pensamento educacional de Martí. E por fim, a luz de intelectuais como Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Enrique Dussel e Walter Mignolo, buscaremos entender o que é uma pedagogia decolonial. E a partir de então, tentaremos responder a pergunta orientadora do presente artigo: as concepções educacionais de José Martí podem ser consideradas como uma pedagogia decolonial?

José Martí (1853-1895), era cubano, filho de pais espanhóis, sua mãe Leonor Antonia de la Concepción Micaela Pérez y Cabrera, nasceu no ano de 1828 em Santa Cruz de Tenerife, nas Ilhas Canárias e faleceu no ano de 1907 na cidade de Havana. Seu pai Mariano de los Santos Martí y Navarro, nasceu no ano de 1815 em Valência, na Espanha e faleceu no ano de 1887 em La Habana. Do matrimônio entre eles nasceram sete filhas e um filho, José Martí.

A formação educacional de Martí foi realizada em Havana em seus anos iniciais

⁵³ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás-UFG, Goiânia-GO, Brasil E-mail: amelya_500@yahoo.com.br. Orientador: Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva. Bolsista Capes.

e foi concluída na Espanha. Após ser enviado, na condição de exilado a este país. Devido ao seu envolvimento na Guerra dos Dez Anos⁵⁴ (1868-1878), foi condenado a trabalhos forçados em uma pedreira, na qual permaneceu entre os meses de abril de 1870 a agosto do mesmo ano. Seus pais conseguiram que sua pena fosse convertida em exílio na Espanha.

Quando foi enviado a Espanha, lá continuou os estudos e obteve o título de licenciado em letras, filosofia e Direito Civil nas Universidades de Madri e Saragoça. Para garantir seu sustento, ministrou aulas de literatura e espanhol. Após essa temporada de exílio na Espanha, iniciou suas andanças, percorrendo quase toda a América hispanica. Viveu no México, na Guatemala, na Venezuela e conheceu vários outros países hispano-americanos. (RETAMAR, 1983).

A maioria dos escritos de José Martí foi publicada durante a fase em que ele esteve exilado na Espanha e principalmente nos Estados Unidos. Suas andanças pela América e pela Europa lhe possibilitou olhar para seu país a partir de uma nova perspectiva, principalmente enquanto esteve nos Estados Unidos. Podemos constatar que há uma transição no pensamento martiano: o Martí de antes do exílio e de suas viagens pela América e pela Europa, quando seus ideais abrangiam somente Cuba, que ainda não era politicamente e juridicamente independente; e depois desse conhecimento mais abrangente da realidade política e principalmente cultural das nações hispano-americanas, seu pensamento se transforma em defesa da independência cultural das nações da América espanhola que segundo seus escritos, ainda eram colonizadas mentalmente. Ao mesmo tentava precaver Cuba, para que uma vez alcançada sua soberania política e jurídica, também pudesse ter liberdade cultural e se atentasse para os perigos que os Estados Unidos representavam para a soberania de Cuba.

A partir dos anos de 1890, quando já gozava de maior amadurecimento e discernimento a respeito da realidade cubana, Martí se dedicou à tarefa organizacional da revolução. Em 1895, se inicia a revolução cubana contra a metrópole. Precocemente,

⁵⁴ A Guerra dos Dez Anos foi à guerra cubana contra a Espanha, que se iniciou em 1868 e se prolongou por 10 anos. Esse período de revolução é também conhecido como a Grande Guerra ou ainda a Revolução de Yara. Foi liderada pela burguesia açucareira e contou com a participação maciça de escravizados. Nela destacaram-se três personagens: Máximo Gómez, Antonio Maceo Y Grajales, um cubano de origem popular, e o pensador José Martí, que se envolveu na Guerra com apenas 15 anos, quase 16. As principais reivindicações do movimento era a abolição do trabalho escravo e o fim do colonialismo espanhol em Cuba (RETAMAR, 1983).

Martí morreu em combate aos 42 anos de idade. Havia tomado à frente do exército em busca de liberdade.

Após entendermos um pouco sobre quem foi José Martí, abordaremos no próximo tópico um pouco do seu pensamento educacional.

2.O pensamento educacional de José Martí

No que se refere as suas concepções educacionais, Martí enfatizou suas ideias sobre educação principalmente no artigo intitulado “Professores Ambulantes”(1884), na Revista “La Edad De Oro”(1889) e no ensaio político “Nuestra América” (1891). A partir da leitura de tais escritos, podemos inferir que José Martí defendia que a educação deveria ser instrumento de resistência ao colonialismo espanhol e as intenções neocolonialistas dos Estados Unidos em relação aos outros países da América.

Na revista “La Edad de Oro”, percebemos a preocupação de Martí com a educação das crianças, pois para ele, elas representavam a esperança de um futuro melhor. Assim, o pensamento educacional de Martí vislumbrava as crianças como formadoras da consciência nacional, como a esperança da nação. O objetivo desta revista era dialogar com as crianças, instruindo-as para que soubessem o que deveriam fazer para se tornarem homens e mulheres: moralmente bons, inteligentes e ávidos pelo saber: “Você não pode viver sem meninas, como a terra não pode viver sem luz. A criança tem que trabalhar, andar, estudar, ser forte, ser bonita: ou uma criança pode tornar-se bela mesmo sendo feia; criança boa, inteligente e limpa é sempre bonita” (MARTÍ, 2006, p. 83).

Martí se dirige aqui as meninas e aos meninos. Segundo ele, as meninas deveriam receber a mesma educação que os meninos para que crescessem juntos e pudessem conversar sobre os diversos assuntos com as mesmas possibilidades de argumentação. Para Martí, era uma pena que o homem tivesse que sair de sua casa para buscar com quem conversar, pois suas mulheres só sabiam conversar sobre assuntos relacionados à diversão e moda. Percebe-se aqui a preocupação de Martí em valorizar a educação feminina, no sentido de pensar a igualdade de ensino. Muitas nações, mesmo aquelas que haviam se emancipado do colonizador ainda eram patriarcais e, sob o poder econômico e social masculinos, não permitiam, por exemplo, a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Aqui não se pode deixar de mencionar o fato de que quando Martí afirma que a mulher deveria se instruir, ser culta, entendia prepará-la para ser responsável pela educação dos filhos em seus primeiros anos de vida. Assim, segundo Martí elas teriam um papel importante na sociedade, pois contribuiriam para a formação do futuro cidadão da nação. Nesse sentido, Martí defende uma igualdade de ensino para meninas e meninos, mas com finalidades diferentes, já que as meninas deveriam se instruir com a finalidade de educar seus filhos e conversar com seus maridos sobre qualquer assunto. Mas permaneceriam condicionadas ao espaço doméstico, ao contrário dos meninos que deveriam ser instruídos com o intuito de ser o futuro da nação, aqueles que estariam exercendo funções as quais as mulheres eram historicamente afastadas pelo simples fato de serem mulheres. Ou seja, um pensamento machista patriarcal, uma vez que a educação para as mulheres seria a mesma que os homens receberiam, mas a mulher receberia educação com o intuito de servir aos homens e não para ocupar os mesmos espaços sociais.

As publicações de *La Edad de Oro* eram histórias para tocar e aguçar a curiosidade das crianças. Mas Martí não perdia de vista o caráter educacional como provedor da emancipação cultural aliada aos valores morais dos seres humanos. A seguir, serão feitas algumas considerações sobre uma das histórias publicada em *La Edad de Oro* com o objetivo de entendermos um pouco mais sobre o pensamento educacional de José Martí. Trata-se da história intitulada “Tres héroes”. Nela estão representados os três heróis da América hispânica, representantes da elite criolla: Simón Bolívar, Miguel Hidalgo e San Martín. Na história, Martí os apresenta como homens que se rebelaram contra a tirania do colonizador. Que apesar de não serem imunes a erros, o bem que fizeram a América espanhola foi maior, pois não aceitaram que seu povo continuasse a viver sob a tirania dos colonizadores; não se contentaram com o mau governo: “Eles devem ser perdoados por seus erros, porque o bem que fizeram foi mais do que suas faltas. Os homens não podem ser mais perfeitos que o sol. O sol queima como a mesma luz que aquece” (MARTÍ, 2006,p.87).

Percebemos que Martí coloca os três heróis, membros e representantes da elite, como exemplo do empenho deles na luta pela liberdade, mas por outro lado Martí reconhece que eles não eram imunes a críticas, como por exemplo no caso de Bolívar, Martí diz: “Bolívar não defendeu com tanto fogo o direito do homem de se governar, como defendeu o direito da América de ser livre.”(MARTÍ,2006,p.88).

Assim, a exemplo dos três heróis, as crianças deveriam estarem atentas ao que acontece à sua volta, com a preocupação de saber se estão vivendo de forma honrada, para não se assemelharem ao homem desocupado que vive do trabalho do outro, como uma pessoa sem honra. Segundo Martí, existem homens que vivem pior que as bestas, pois mesmo estas necessitam de liberdade para viverem felizes. O homem deveria pelo menos se assemelhar à perspicácia dos elefantes, que não têm filhos enquanto estão presos: “Na América, antes da liberdade se vivia como a lhama, que carrega muita carga. Era preciso retirar a carga, ou morrer ” (MARTÍ, 2010,p.87).

Segundo Martí tal ignorância deveria ser superada por meio da educação, cuidando para que, desde a mais tenra infância, as crianças percebam que viver como homens sem perspectivas de liberdade é ruim; que devem buscar viver como homens inteligentes e honestos no que concerne à sua conduta moral e ética. Os grandes responsáveis pela construção do conhecimento intelectual e moral, segundo Martí, seriam os professores. Para Martí os professores poderiam ser itinerantes ou professores ambulantes, conforme o título do artigo que ele publicou no ano de 1884, enquanto vivia em Nova York. Os professores deveriam andar pelos campos a levar seus conhecimentos, embora não somente o conhecimento mecânico e teórico: “Aí está, pois o que levarão os professores pelos campos. Não só explicações agrícolas e instrumentos mecânicos, mas também a ternura, que faz tanta falta e tanto bem aos homens” (MARTÍ,1983a,p.84).

Se a educação era para Martí um ato de amor, os professores deveriam transmitir também ternura aos educandos. Deveriam transmitir um ensino que propiciasse ao educando utilizá-lo no seu dia a dia, um ensino que caminhasse lado a lado com a realidade dos aprendizes. Assim diz Martí no seu artigo intitulado “Mestres ambulantes”

O camponês não pode deixar seu trabalho e andar milhas para ver figuras geométricas incompreensíveis, e aprender os cabos e os rios das penínsulas da África, e se prover de vazios termos didáticos. Os filhos dos camponeses não podem se afastar léguas inteiras, dias após dias, do lugar paterno para ir aprender declinações em latim e operações matemáticas. Entretanto, os camponeses são a melhor massa nacional e a mais sadia e substancial, porque recebem de perto e em cheio os eflúvios e a amável correspondência da terra, cujo trato vivem. As cidades são a mente das nações; mas seu coração, onde se acumula e de onde se distribui o sangue, está nos campos (MARTÍ, 1983a, p. 84).

Martí fala em despertar a curiosidade dos educandos: aproveitando-se de seus afazeres diários, os professores poderiam instigá-los a querer saber de outros assuntos, aprofundar seus conhecimentos, infiltrando na sua mente uma ciência que serviria aos seus próprios interesses (MARTÍ, 1983a). O receptor desse conhecimento prático e terno seriam o hispano-americano, o sujeito que, através da educação moral e intelectual, construiria uma nova identidade. Algo novo, que seria construído a partir da valorização do passado, anterior a colonização. Segundo Martí, esta interrompeu o desenvolvimento natural de grandes civilizações da América Hispânica: “Roubaram os conquistadores uma página do universo” (MARTÍ, O.C, V.8, 1975,p.335). E esta página roubada deveria ser recuperada, principalmente via educação, para que os hispano-americanos pudessem caminhar rumo a um futuro que valorizasse a peculiaridade da América hispânica em relação aos europeus e aos estadunidenses.

Se aproximando desta perspectiva de Martí, o filósofo argentino Enrique Dussel escreve em sua obra “1492- o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade” (1993), que a cultura que existia na América-hispânica antes da chegada dos colonizadores estava protegida. Após a chegada dos europeus ela foi descoberta e em seguida “en-coberta” pelos conhecimentos construídos na Europa, considerados únicos: “A Europa tornou as outras culturas, mundos, pessoas em objetos: lançados (-jacere) diante (ob) de seus olhos. O “coberto” foi “des-coberto”: ego cogitatum, europeizado, mas imediatamente “en-coberto” como Outro, o Outro constituído como o Si-mesmo” (DUSSEL, 1993,p.36).

Martí defendia a necessidade urgente da América hispânica acordar para a própria realidade, pois viviam imitando o colonizador ao invés de criar, de escrever sua própria história, como afirma em seu ensaio político “Nuestra América”: “ Entende-se que se imita demais e que a salvação é criar. Criar é a palavra chave desta geração” (MARTÍ, 1983b,p. 199). E o despertar da América espanhola aconteceria por intermédio de um ensino que estivesse em sintonia com o cotidiano dos hispano-americanos.

Por meio da educação, os novos governantes seriam conhecedores dos problemas e necessidades patentes do país, uma vez que para Martí, seria mais fácil resolver os problemas enfrentados pelo povo quando o governante os conhecia bem. Mas como se iriam formar governantes cultos e conhecedores da realidade hispano-americana se as Universidades que existiam na América espanhola, de acordo com o

olhar de José Martí, tinham projetos de ensino importados da Europa ou dos Estados Unidos. Assim, os jovens que saíssem para se instruir em um sistema de ensino não condizente com a realidade de seu povo, segundo Martí, não serviriam para governar os hispano-americanos, pois um povo novo necessitava de um governo inovador e criador. Nessa perspectiva, almeja que o ensino se adeque ao novo homem e ao seu tempo cultural e social para que a América espanhola forme seus próprios governantes. Argumenta José Martí: “Conhecer o país e governá-lo conforme o conhecimento; é a única forma de livrá-lo das tiranias” (MARTÍ, 1983b, p. 196/197).

3. Concepções educacionais de Martí: uma proposta ensino decolonial?

Entendemos como um ensino decolonial como aquele que busca superar a lógica universal de conhecimento introduzida pelo Colonialismo e pela Colonialidade. Segundo o semiólogo argentino Walter Dignolo em um artigo intitulado “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade” (2017), a Colonialidade é um conceito que foi desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano entre o final do ano de 1980 e início de 1990: “Desde então, a colonialidade foi concebida e explorada por mim como o lado mais escuro da modernidade” (MIGNOLO, 2017, p.02). Segundo a narrativa europeia a modernidade tem origem na própria Europa, que a constitui como o centro do universo, porém oculta a colonialidade como sendo constitutiva da modernidade.

Quijano em seu artigo “Colonialidade do poder e classificação social” (2010) diz que com a conquista e colonização da América o emergente poder capitalista europeu torna-se mundial e a colonialidade e a modernidade estabeleceram-se como eixo central desse poder:

A colonialidade é um dos elementos Constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal (QUIJANO, 2010, p.84).

Segundo Quijano (2010) em todas as sociedades colonizadas pela Europa foi imposta sua perspectiva cognitiva de conhecimento: o eurocentrismo que foi hegemonicamente imposto aos povos dominados. Os povos colonizados foram aliçados dos seus saberes intelectuais, “foram reduzidos à condição de indivíduos rurais e iletrados” em detrimento de uma hierarquia de conhecimento na qual o conhecimento

européu é tido como conhecimento válido, em contrapartida o conhecimento produzido pelos não europeus eram considerados como conhecimentos de segunda ordem, pois estavam fora da lógica ocidental e moderna de se produzir conhecimento científico.

Segundo Mignolo (2017) como resistência e desobediência, surge a decolonialidade no mesmo momento que surgiu o colonialismo e a colonialidade. Portanto, desde do século XVI, questionando a lógica eurocêntrica, moderna, universal e colonial de agir e de produzir conhecimento, a decolonialidade como resistência e desobediência epistêmica se fizeram presente: “uma visão da vida e da sociedade que requer sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais” (MIGNOLO, 2017, p.06).

Nesse sentido, tendo como base as discussões apresentadas acima, podemos inferir que uma educação que busque superar a colonialidade do saber, que questione a lógica universal de conhecimento de matriz europeia, um ensino que busque a construção de outros marcos epistemológicos que não sejam hierarquizantes, pode ser considerado como uma pedagogia decolonial. Sendo, nesse sentido a pedagogia decolonial presente em todos os ensinamentos dos povos indígenas da América hispânica. Ensinamentos que eram rejeitados pela perspectiva de conhecimento eurocêntrica.

Catherine Walsh, em seu artigo intitulado “Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial, In-surgir, Re-existir e Re-viver” (2009) discute sobre a proposta de uma educação intercultural, na qual propõe uma perspectiva crítica da interculturalidade, uma pedagogia e prática política, social e epistêmica que estejam orientadas para o questionamento da colonialidade, que assumam a perspectiva da decolonialidade. Segundo Walsh, a interculturalidade crítica é uma construção feita por pessoas que sofreram uma história de subalternização, e no caso específico do Equador, a interculturalidade é um conceito, uma aposta e um projeto que surgiu dentro do movimento indígena desde os anos 90:

O fato de que seu sentido vem desse movimento pensado, não só para ele, mas para o conjunto da sociedade, é significativo, tanto pela diferença que marca com o projeto hegemônico dominante e sua ideia de que os indígenas só se preocupam consigo mesmos, como pela aposta, proposta e projeto diferentes que sugerem. É esse movimento que amplia e envolve “em aliança” setores que, da mesma forma, buscam alternativas à globalização neoliberal e à

racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como para a criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes (WALSH, 2009, p.12).

Assim, a proposta da interculturalidade crítica nascida no seio do movimento indígena, é uma proposta que envolve todos os setores da sociedade que buscam a superação da colonialidade, não é uma proposta que se limita a esfera política, social e cultural, também se preocupa com a exclusão e subalternização do ser e de saberes: “(...) com a exclusão, negação e subalternização ontológica e epistêmico-cognitivo dos grupos e sujeitos racializados” (WALSH, 2009,p.13).

Diante do que foi exposto acima sobre a decolonialidade como uma prática, uma ação contra todas as heranças do colonialismo e da colonialidade vigente, nossa hipótese, a partir do que foi pesquisado sobre as concepções educacionais de José Martí, na qual constatamos a presença de uma perspectiva pedagógica que buscava superar a dominação colonial na esfera epistemológica, política, cultural e social. Martí entendia que a educação era o meio mais eficaz para se questionar a dominação para o homem ser livre. Acreditava que as crianças deveriam ser educadas desde a mais tenra infância para serem livres, para aprenderem a lutar pela liberdade, como enfatizou nas publicações que fez na revista “La Edad de Oro”(1889), e no artigo intitulado “Mestres Ambulantes”(1884).

Pode- se assinalar também, que as concepções educacionais de Martí foram pensadas nas últimas décadas do século XIX, como instrumento de luta contra a dominação colonial, como um projeto que despertaria o povo para sua própria realidade social, cultural, e política, pois através dela poderia, por exemplo, formar um bom governante, aquele que governaria os países da América de acordo com métodos e instituições do próprio país.

Para tanto, o ensino na perspectiva de Martí deveria ser de acordo com a especificidade dos povos da América, um ensino que questionasse a imposição dos saberes feita pelos colonizadores. Como foi mencionado acima, segundo Martí, a conquista e colonização da América interromperam o desenvolvimento natural de inúmeras culturas e saberes indígenas, era para Martí como se os colonizadores tivessem roubado uma página da história dos povos indígenas que viviam na América antes da chegada dos colonizadores. No lugar da página roubada impuseram a perspectiva eurocêntrica e universal de conhecimento, questionada pela

decolonialidade. A página roubada, na perspectiva de Martí deveria ser recuperada através de uma educação que percebesse a importância da história da América em detrimento da história da Europa: “A história da América, dos incas para cá, deve ser ensinada minuciosamente, mesmo que não se ensine a dos arcontes da Grécia. A nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. É-nos mais necessária” (MARTÍ, 1983b, p. 197).

Retomando Catherine Walsh e a proposta da interculturalidade crítica como uma pedagogia e prática política, social e epistêmica que se preocupa com a exclusão do ser e dos saberes, a prática pedagógica que foi proposta por José Martí tinha o objetivo também de levar educação a pessoas excluídas pela perspectiva de saber eurocêntrica. Era a sua proposta de professores ambulantes, na qual os professores deveriam andar pelos campos para ensinar os camponeses de acordo com a realidade deles. Martí percebia que se o camponês para ter acesso ao ensino tivesse que deixar os campos e andar muitas léguas até chegar as cidades, ele não teria acesso ao ensino e mesmo os professores indo até eles (MARTÍ, 1983a).

Neste mesmo artigo, Martí diz que tanto nos campos quanto nas cidades era urgente a tarefa de substituição de conhecimentos que não tivessem sintonia com a realidade prática dos educandos, por um conhecimento fecundo, que fizesse parte da realidade deles. O saber contido nos livros importados era para Martí menos importantes que os saberes locais. Para Martí, a educação constituía a essência do projeto de conscientização dos povos hispano-americanos em busca do novo homem que surgiria após a emancipação política e jurídica. Através de seu projeto educacional seriam preparados para, uma vez independentes do colonizador, se libertar mentalmente das amarras culturais da metrópole e estar atentos para não cair nas mãos do “tigre do norte”, os Estados Unidos:

Surgem os estadistas naturais do estudo direto da natureza. Leem para aplicar, não para copiar. Os economistas estudam a dificuldade nas suas origens. Os oradores começam a ser sóbrios. Os dramaturgos trazem os caracteres nativos para o cenário. As academias discutem temas viáveis (MARTÍ, 2011, p.26).

O saber construído a partir de então seria aplicado de acordo com a realidade do dia a dia, sem importar ideias alheias. A América hispânica deveria se abrir para o mundo, mas a valorização de suas raízes históricas e culturais deveria ser o princípio de tudo. Deveria voltar-se para o seu interior e, através da força do saber, também se

tornar um centro irradiador de ideias.

4.Considerações finais

Nesse sentido, mediante ao que Martí nos apresentou em sua obra sobre a educação e de acordo com o que apresentamos sobre a decolonialidade, como sendo uma prática epistêmica e política de questionamento da colonialidade em todas as suas ramificações: colonialidade do poder, do ser, do saber e colonialidade de gênero. E também, entendendo a luz de Catherine Walsh que a interculturalidade crítica e a decolonialidade são projetos que se entrecruzam tanto do ponto de vista conceitual quanto pedagógico, suspeitamos que as concepções educacionais de Martí se aproximam da interculturalidade crítica como uma ferramenta pedagógica, quando esta se propõe a questionar os padrões de poder colonial e criar possibilidades e formas diferentes de ser, de viver e de saber, de buscar conhecimentos outros, além do conhecimento eurocêntrico.

Mas por outro lado, acreditamos também que a pedagogia martiana no que se refere às mulheres, era condizente com práticas machistas que defendem que as mulheres não podem ocupar os mesmos espaços sociais que os homens. Vimos acima que Martí defendia igualdade de ensino para homens e mulheres, mas com finalidades diferentes: o homem deveria ser educado para ocupar os diversos espaços sociais fora do lar, enquanto as mulheres deveriam ser educadas para educar seus filhos em casa, conversar com os homens sobre qualquer assunto, ou seja, a mulher estaria nesse sentido condicionada ao espaço doméstico.

Nesse aspecto as concepções educacionais de Martí não se aproximam de uma pedagogia decolonial, pois esta além de defender ações contrárias a colonialidade do poder, do ser e do saber, é um instrumento de luta contra a colonialidade de gênero, conforme assinala a professora e ativista argentina María Lugones em seu artigo “Feminismo descolonial”: “Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de colonialidade do gênero”. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo descolonial” (LUGONES, 2010, p. 941). Sendo parte da pedagogia decolonial uma práxis e crítica todas as formas de opressão de gênero, que Lugones chama de “Feminismo Decolonial”.

Referências

DUSSEL, Enrique. 1492 O Encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In. Epistemologias do Sul. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (orgs)- São Paulo: Cortez, 2010.

LUGONES, María. Rumo ao feminismo Descolonial. Revista Hypatia, v. 25, n. 4, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em 08/07/2021.

MARTÍ, José. Professores Ambulantes. Roberto Fernandez Retamar (org), São Paulo: Hucitec, 1983a. (Artigo de Martí publicado por Retamar em: Nossa América-Antologia, 1983).

MARTÍ, José. “Nuestra América”. Roberto Fernandez Retamar (org), São Paulo: Hucitec, 1983b. (Ensaio de Martí publicado por Retamar em: Nossa América-Antologia, 1983).

MARTÍ, JOSÉ. La Edad de Oro, Ediciones Cátedra (Grupo Anaya, S. A), 20 Juan Ignacio Luca de Tena, 15.28027 Madrid.

MARTÍ, José. Obras completas. 2.ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975. V.8 e 19, (Primeira edición publicada por La Editorial Nacional de Cuba, en coordinación con la Editora del Consejo Nacional de Cultura y la Editora del Consejo Nacional de Universidades. (Obra Completa).

MIGNOLO, Walter. Colonialidade o Lado mais escuro da modernidade. RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017, DOI 10.17666/329402/2017 . Tradução de Marco Oliveira. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 06/07/2021 .

RETAMAR, Fernández Roberto (org). José Martí- Nossa América, Editora Hucitec, São Paulo, 1983.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social, In. Epistemologias do Sul. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (orgs)- São Paulo: Cortez, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver, 2009. Disponível em: [Revistas2.uepg.br/ojs-new/index.php/praxiseducativa](https://revistas2.uepg.br/ojs-new/index.php/praxiseducativa). Acesso em: 06/07/2021.

UMA REFLEXÃO ACERCA DO PROBLEMA O NEGRO NA CIÊNCIA MÉDICA DE NINA RODRIGUES

Ana Cláudia Costa Pereira⁵⁵

RESUMO: A proposta do artigo é realizar uma breve reflexão, a partir de uma abordagem histórico-epistemológica, a respeito de trabalhos do médico maranhense Nina Rodrigues. Mais do que se debruçar sobre o problema do negro e, conseqüentemente, sobre os estudos dos mestiços e torná-los seus objetos, esse médico realizou análises que demonstram um momento em que a medicina percorria campos ainda por se constituir. O que nos interessa aqui, portanto, é refletir a respeito da tese epistemológica sobre a constituição de objetos científicos, a partir de um caso exemplar no Brasil do século XIX, o negro como problema científico na obra de Nina Rodrigues. Para isso, percorremos alguns de seus textos, como os artigos reunidos em *As Coletividades Anormais*, editada por Arthur Ramos, *Os Africanos no Brasil*, organizada e editada por Homero Pires, em 1932 e *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicado em 1894.

Palavras-chave: *medicina, raça, objeto científico, negros e mestiços.*

Introdução

Vários são os temas que nos chamam atenção nos trabalhos de Nina Rodrigues. Na encruzilhada de outras ciências, como a Antropologia, a Medicina Legal e a Psiquiatria, por essas não estarem ainda bem delimitadas, cabe-nos analisar até que ponto suas preocupações, indagações, hipóteses e resultados contribuem para perceber não só as questões raciais de seu tempo, sem sombra de dúvidas muito importantes, mas também como Rodrigues articulou abordagens tão diferentes para analisar a população mestiça e negra. É interessante destacar a posição pessimista frente a alguns de seus contemporâneos sobre uma das principais questões que preocupavam a intelectualidade brasileira no pós-abolição: a construção de uma nação civilizada. Rodrigues não acreditava no projeto de branqueamento que traria à nação a civilização esperada. Pertencente a um contexto baiano⁵⁶, em que o tema racial apresentava grande relevância

⁵⁵ É graduada pela Universidade Federal da Faculdade de História. Atualmente, é bolsista CAPES e desenvolve pesquisa em nível de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História - UFG, sob orientação do profº Drº Tiago Almeida.

⁵⁶ De acordo com Lilia Schwarcz em seu livro *O espetáculo das raças*: "É só a partir de meados dos anos 80 que uma produção mais propriamente baiana tenderá a surgir. Com relação à epidemiologia, por exemplo, podem-se encontrar algumas especificidades, sobretudo uma especial atenção à questão racial. Sem deixar de publicar as teorias mais consagradas sobre o tema, esses médicos estabelecerão, no entanto,

é que Nina Rodrigues vai produzir e atuar. Tendo com tema principal a questão da raça e, sobretudo, o cruzamento racial é que o autor vai teorizar sobre a capacidade mental de mestiços e negros e sobre a liberdade desses sujeitos dentro da sua condição jurídica de igualdade. Dentro de uma concepção evolucionista e social-darwinista, é que Rodrigues vai tornar mestiços e negros seus objetos científicos. Foi a historiadora Lorraine Daston, uma das principais representantes da epistemologia histórica na atualidade, quem motivou a apresentação de nossa investigação em termos de “constituição de um objeto científico”⁵⁷.

O problema “o negro”

A medicina enquanto prática profissional encontrava-se ainda em processo de construção, sobretudo de suas especialidades, no contexto de produção do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues. Esse momento vai contribuir para colocar o negro enquanto problema social e político e, portanto, também científico. Os trabalhos de Nina Rodrigues, possibilitam testemunhar como o tema foi abordado. Em 1890, os estudos de etnografia e antropometria seriam partes fundamentais da prática médica de Rodrigues, essas voltadas não só para o negro, mas para os mestiços, considerados produtos degenerados do cruzamento racial. A pesquisa científica para o médico teria um lugar privilegiado na definição do povo brasileiro e no próprio destino da nação e, conseqüentemente, da ciência nacional. Em *Os Africanos no Brasil*, por exemplo, obra organizada e editada por Homero Pires, em 1932, Rodrigues declara:

Bem arredio do meu espírito andava, por certo, o pensamento de que os modestos ensaios, tentados em 1890 a benefício da clínica sobre imunidades mórbidas das raças brasileiras e, mais tarde, prosseguidos nas suas aplicações médico-legais às variações étnicas da imputabilidade e da responsabilidade penal, viessem colocar-me um dia face a face com essa esfinge do nosso futuro — o problema “o Negro” no Brasil. Mas a ampliação do quadro não fez ao médico perder de vista o seu objetivo. Ao contrário foi este que, como fio condutor, o levou a sentir e a tocar, no âmago de uma população de aparências juvenis e vigorosas, possíveis germes de precoce decadência que mereciam sabidos e estudados, em busca de

vínculos inusitados entre as doenças e as raças, entendidas enquanto fatores condicionantes para diferentes moléstias.”(1993: p. 207)

⁵⁷A importância de uma pesquisa que abarque esta perspectiva se torna fulcral para pensar as próprias particularidades da constituição do saber no Brasil. Isso é perceptível quando recuperamos produções como as de Nina Rodrigues, para pensar questões que se hoje são repudiadas, foram amplamente veiculadas e entendidas como verdadeiras, e científicas.

reparação e profilaxia. Ao restrito e primitivo intuito do perito, forrava agora uma transcendente questão de higiene social. E numa e noutra face o problema deixava ao médico a sua inteira liberdade de ação. (RODRIGUES, 1932, p.9, ênfase adicional)

Rodrigues refere-se ao seu texto *Os mestiços brasileiros*, publicado em 1890, na revista *Brazil Médico* sob a temática de *Anthropologia Pathologica* e o seu livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicado em 1894. Ambos são fundamentais para Rodrigues, por permitir ensaiá-los em uma aplicação prática na especialidade que se esforçou para constituir, a Medicina Legal e a partir desta a viabilidade de colocar em discussão a imputabilidade e a responsabilidade penal de negros e mestiços. Em *Os mestiços brasileiros*, sistematizou uma classificação racial para a constituição da população brasileira, preocupação essa que lhe rendeu trabalhos sobre a cultura africana no Brasil e o tornou uma fonte referência para os estudos afro-brasileiros⁵⁸. Já em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, tendo como objeto o ensino de Medicina Legal, cadeira que ocupou como substituto de Virgílio Damásio⁵⁹, é que Rodrigues, logo na *Introdução*, esclarece o que o seu livro pretende: “simples ensaio de psicologia criminal brasileira, destinado a ser profundamente retocado.” Ao dedicar-se ao problema “o Negro” no Brasil, assim colocado também por seu principal interlocutor, e possivelmente que o motivou a apresentá-lo nesses termos, Silvio Romero; Nina Rodrigues vai tratar o tema a partir do seu campo de atuação, a medicina. E seus esforços vão em direção a uma associação entre raça, crime e doenças. O autor acreditava que esses temas deveriam ser tratados de modo científico, daí a necessidade de uma classificação racial, que iluminaria o campo médico e o estudo das doenças no Brasil. O negro posto enquanto problema, como apresentado no trecho acima, permitiria “ao médico a sua inteira liberdade de ação.” Liberdade essa entendida por Rodrigues, como uma autorização por parte das questões relacionadas a higiene social que referia-se mais as incertezas quanto a composição da sociedade brasileira e os seus problemas, sobretudo decorrentes de doenças que atingiam a população como a lepra e a beri-beri, dentre outras moléstias; do que a compreensão da possibilidade de colocar em

⁵⁸ Como bem aponta Galdini Oda: “Nina Rodrigues deixou contribuições relevantes na área de etnografia; em seus estudos antropológicos de campo ele estudou exaustivamente aspectos da cultura negra como as línguas africanas, as religiões originais e as suas adaptações ao catolicismo, a história oral de diversas etnias; recolheu ainda alguns cânticos africanos. Fez também levantamentos de fontes históricas sobre o tráfico e as rebeliões escravas baianas.”(ODA,2003,p.231)

⁵⁹ Nina Rodrigues assumiu a cadeira como titular em 1895.

termos raciais patologias, devido ao contexto científico o qual estava inserido. Um exemplo disso, pode ser encontrado também em *Os mestiços brasileiros*, quando o próprio Nina Rodrigues questiona-se, retoricamente, ao abordar o tema sobre a manifestação de lepra, sobre o lugar da medicina e a questão abordada por ela destinadas a transmissão de caracteres patológicos vinculados a raça:

Si já os Srs. Drs. Silva, do Rio de Janeiro, e Castro, do Pará, tinham verificado a manifestação da lepra nos mestiços dos índios brasileiros, cremos ter demonstrado a natural freqüência dessa manifestação com a estatística de que fizemos acompanhar a memória (*Contribuição para o estudo da lepra no Estado do Maranhão, Gaz. Med. da Bahia, vol. VI e VII*), que estamos publicando na Gazeta Medica da Bahia, Erros de composição, desculpáveis em um trabalho cuja publicação não era revista pelo autor, obscureceram um tanto as razões em que procurámos fundamentar as deduções feitas. Entretanto, a esta questão interessante e que está pedir ampla confirmação não presta a estatística do Sr. Dr. Azevedo Lima, aliás tão importante a outros respeitos, o menor subsidio, pois que o autor reuniu n'um mesmo grupo de mestiços, os mulatos e os mamelucos, pelo menos. Desnecessário se nos afigura levar por diante analyse das nossas estatísticas, assumpto a que se destina neste trabalho largo espaço, e temos por muito demonstrada a necessidade de taes classificações. Ou não ha, de facto, nas três raças fundamentais, nem ellas transmittiram aos produtos dos seus cruzamentos caracteres pathologicos diferenciais de valor e em tal emergência cumpre deixar a questão da inteira aos anthropologistas, afim de poupar a¹ nós médicos, o trabalho de uma discriminação perfeitamente inútil e sem significação, e a elles a confusão maior que lhes deve resultar desse modo de proceder. Ou taes caracteres existem realmente e por mais árdua que seja a solução do problema ,temos o dever de cooperar na elucidação de uma questão que affecta com a prática médica a mais estreita relação de dependencia.⁶⁰ (BRAZIL-MÉDICO, 1890, nº8 ênfase adicional)

Parece-nos que a relação estreita de dependência com a prática médica, foi a que Nina Rodrigues apoiou-se, e acreditava. A questão referente à inexistência de caracteres patológicos diferenciais de valor que seriam transmitidos aos produtos dos cruzamentos das três raças fundamentais, segundo o autor, o negro , o branco e o índio, inviabilizaria o estudo médico e caberia deixar a questão a antropologia. No entanto, acreditando na possibilidade desse estudo e na verificação da sua hipótese, devido a um aparato teórico

⁶⁰ Nina Rodrigues, “Anthropologia pathológica: Os mestiços brasileiros”, in O Brazil-Médico, 1 de Março de 1890, nº 8 , ano IV. Ver em: http://memoria.bn.br/pdf/081272/per081272_1890_8-00011.pdf

confiável e a um trabalho de campo assíduo, Rodrigues não só não deixou a questão com os antropólogos, como era o próprio de sua medicina. Os campos que percorreu como a criminologia, a antropologia e a psiquiatria compunham todos, suas análises. É por esse motivo que muitos dos seus trabalhos apresentam essas temáticas de maneira tão intrincada. Uma observação epistemológica importante, demonstrada por Mariza Corrêa em seu clássico *As Ilusões da Liberdade*⁶¹, ao analisar a constituição do campo das ciências sociais no Brasil, especificamente a Antropologia, foi a de que os estudos de caso, os levantamentos genealógicos e o método comparativo, procedimentos comuns ao trabalho científico entre os médicos tornaram-se metodologias utilizadas pelas ciências sociais. Isso justifica-se, justamente, por trabalhos como o de Rodrigues, que priorizava esses métodos.

O problema como objetos científicos?

Michel Foucault é um autor interessante se tencionamos analisar como o negro e o mestiço, constituíram-se enquanto objetos científicos nos trabalhos de Nina Rodrigues. Isso porque instância jurídica e exame psiquiátrico foram temas fundamentais para Rodrigues no campo médico-legal. Ao destacar o seu objeto de estudo, sobre as técnicas de normalização, Foucault mostra como ao apoiar-se nas instituições judiciária e médica e em um mecanismo próprio esse poder de normalização foi capaz de se instalar. A partir de “*Os Anormais*”, que dedicou uma análise sobretudo de exemplos franceses, é possível fazer uma reflexão sobre o próprio caso brasileiro relacionado a esse processo histórico de criação de técnicas de normalização. Cabe destacar, como bem apresentou Ana Maria Galdini Raimundo Oda, em sua tese de doutorado⁶², que a medicina legal foi um dos eixos principais de atuação científica e institucional de Nina Rodrigues, assim como travou discussões sobre a legislação civil e penal brasileira, e se esforçou pela organização de serviços médico-legais e a sua prática médica no ensino de medicina legal da faculdade que atuava.

É aí que a formação de um discurso científico por Nina Rodrigues em relação às capacidades mentais, a degeneração e a imputabilidade das raças, se encontra dentro das

⁶¹ Mariza Corrêa nesse estudo de fôlego analisa a produção teórica e a atuação de um grupo de médicos que se auto designavam como membros da Escola Nina Rodrigues.

⁶² A tese de Ana Maria Galdini Raimundo Oda tem como título: *Alienação Mental e Raça: A psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros nas obras de Raimundo Nina Rodrigues*.

ideias apresentadas por Foucault sobre o ponto em que se cruzam o saber médico e a instância judiciária. A preocupação de Nina Rodrigues com o exame psiquiátrico pode ser vislumbrada sob a perspectiva Foucaultiana, segundo a qual este exame possibilita a transferência do ponto de vista da infração para o ponto de vista psicológico-moral. A categoria de anormais nos é interessante à medida que o exame médico-legal se dirige a um grupo determinado classificado a partir de um marcador social de raça. O estudo das patologias psicológicas às quais o autor se dedicou nos permite colocar os negros e os mestiços dentro desse quadro de análise de normalização. Mas esse processo, como em *Os Anormais*, não é completo, estava ainda em curso, isso porque nem mesmo os campos disciplinares estavam bem delimitados.

A categoria de normal e anormal orientaram as pesquisas de Nina Rodrigues a medida que utilizou métodos que considerava cientificamente confiáveis, como as medidas craniométricas, baseadas no sistema classificatório de Broca⁶³. Os critérios de identificação, segundo esse sistema, eram: o peso do cérebro ou sua estimativa pela capacidade craniana, as medidas craniana - diâmetros ântero-posterior, transversal, vertical, frontal, occipital etc., medidas da face, largura bizigomática, comprimento e largura do nariz, medida do maxilar e da mandíbula, dentre outros. Além disso, fundamentou suas observações na antropologia criminal, cujo representante era o italiano Cesare Lombroso, fundador dessa escola. A partir de um aparato taxonômico baseado em estigmas físicos, era possível detectar traços dos ancestrais primitivos nos sujeitos contemporâneos, que justificariam a tendência à loucura e ao crime. É importante destacar que a categoria de anormal e normal, tomadas, por Nina Rodrigues, como parâmetro para suas investigações científicas, estão relacionados a uma análise psicológica das anomalias mentais, isso contribuiria para “resolução do problema psicológico do criminoso”, que o levaria “a proceder os estudos sobre a criminalidade dos negros brasileiros” (RODRIGUES, 2009, p. 766). Em relação à categoria de normal esta estaria vinculada paradoxalmente a inferioridade do negro, devido a um “fenômeno de ordem perfeitamente natural produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade.” Constituindo-se como uma etapa normal, a inferioridade do negro, Rodrigues travava ao mesmo tempo da anormalidade de mestiços, em seus estudos psicopatológicos. O texto publicado originalmente na Revista Brasileira, em novembro

⁶³ Na França, o médico Paul Broca (1824-1880) criou instrumentos de medida dos crânios humanos, como o cronômetro, o cronógrafo, o celafalógrafo, o estereógrafo.

de 1897, "*A loucura epidêmica de Canudos*", que também apareceu nos *Annales Medico-Psychologiques* de Paris, em 1898 ⁶⁴ é um exemplo desses estudos, voltados especificamente para o que o autor vai denominar de uma *psicologia social*. O primeiro desses trabalhos apareceu em 1890, quando Rodrigues foi chamado para compor a Comissão Organizadora do *III Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia*.⁶⁵ É nesse Congresso, patrocinado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e pela Sociedade Médica da Bahia e realizado na cidade de Salvador, que Rodrigues vai apresentar o seu estudo científico sobre essa nova temática, que vai nomear de "epidemia de loucura" um estudo de caso que ocorreu em Itapagipe em 1882. A comunicação realizada no Congresso, intitulada *Abasia coreiforme epidêmica no norte do Brasil*, apresentava a teoria sugestivo-imitativa, que vai compor o aparato teórico utilizado por Nina Rodrigues para analisar negros e mestiços de um ponto de vista coletivo. Essa abordagem localizada nos estudos do sociólogo Gabriel Tarde e do criminalista Spicio Sighele, vai ganhar complementaridade com os conceitos de "loucura comunicada", de autores como Lasègue e Falret, conhecidos por seus estudos sobre folie à deux, referindo-se a relações patológicas de um delírio compartilhado e "estado de multidão" do antropólogo Gustave Le Bon. Ainda sobre seus trabalhos dedicados a psique de seus objetos de estudo, em "*A paranóia no negros: estudo clínico e médico-legal (1903)*", originamente publicado sob o título "La paranoia chez les nègres", nos Archives d'Athropologie Criminelle, de Criminologie et de Psychologie Normale et Pathologique⁶⁶, o autor destaca:

A convicção de que uma boa análise psicológica de certas anomalias mentais deve ajudar muito na resolução do problema psicológico do criminoso, nos levou a proceder os estudos sobre a criminalidade dos negros brasileiros, tema sobre o qual nos debruçamos há muito tempo, pelo estudo da paranóia na raça negra. (RODRIGUES, 2009, p. 766)

Analisando a existência de paranóia nos negros e seu vínculo com a criminalidade é que Rodrigues localiza a temática dentro de um contexto de discussão geral pelos

⁶⁴ Mais tarde apareceu 1939 em *As Coletividades Anormais*, editada por Arthur Ramos, que reúne artigos de Nina Rodrigues cujo tema principal está centrado na associação entre criminalidade, questão racial e o estudo da psicologia social de mestiços e negros. Os Mestiços brasileiros, mencionados no início do texto, também compõem essa edição de *As Coletividades*.

⁶⁵ O Presidente do Congresso foi o clínico Drº José F. da Silva Lima, que discursou na sessão inaugural.

⁶⁶ La paranoia chez les nègres, Archives d'Athropologie Criminelle, de Criminologie et de Psychologie Normale et Pathologique, Lyon, ano 18, n. 118, p.609-51 e n. 119, p. 689-714.

psiquiatras brasileiros, que negavam a capacidade cerebral de indivíduos de ascendência africana de desenvolverem sintomas mais complexos de patologias mentais, como a histeria e a sistematização de delírios. Com o objetivo de demonstrar o contrário dessa posição, o autor vai dialogar com autores clássicos sobre o assunto como o psiquiatra italiano Eugênio Tanzi e Gaetano Riva. Por meio das observações apresentadas em seu trabalho, de casos brasileiros, Nina Rodrigues vai discordar desses autores e defender que a paranoia que incidia nos negros era a mesma manifestada nos brancos. A preocupação do médico sobre o estudo da paranóia estava diretamente ligado às contribuições para compreender a criminalidade dos negros brasileiros. Sob uma análise médico-legal seria possível proceder em relação a imputabilidade desses indivíduos. É aqui, também, que percebemos a importância que a psiquiatria ganhou nos trabalhos de Rodrigues, principalmente a psiquiatria forense, cuja defesa girava em torno da formação do legista com foco nesta disciplina.

Estes são alguns dos trabalhos em que Nina Rodrigues aborda as questões relacionadas a psiquiatria, a psicologia, a medicina-legal e a antropologia (evolucionista). Trabalhos que perpassam a preocupação com esses sujeitos marginalizados, para classificá-los, medi-los e analisá-los a partir de teorias que fundamentavam o caráter científico dessas abordagens raciais. As discussões travadas sobre a anormalidade ou normalidade pelo médico, estavam dentro da norma estabelecida da existência biológica de espécies superiores e inferiores. E é aqui que a categoria de anormais, tratadas por Michel Foucault nos permite adentrar essas questões de uma perspectiva histórica epistemológica, ao localizarmos na constituição de saberes no Brasil, um preocupação base, isso pelo menos nas ciências humanas e ciências da vida, como é o caso da medicina: o lugar do negro e do mestiço na sociedade. Tratando-se de entender as condições que permitiram que a raça e a mestiçagem fossem pensadas como “objetos científicos” no Brasil do século XIX, é que nos debruçamos sobre os trabalhos de Nina Rodrigues, que dedicou tantas páginas aos “problemas” do negro e do mestiço. É por esse motivo que mobilizamos a tese epistemológica de Lorraine Daston (2000, p. 1-4, *passim*), de que os objetos científicos possuem uma história, que é a do seu vir a ser, a da sua consolidação num campo de teorias e práticas e, frequentemente, a do seu desaparecimento do rol de preocupações dos pesquisadores. Daí ela afirmar que os objetos científicos possuem uma “biografia”, eles nascem e morrem de acordo com condições que são científicas, sem dúvida, mas também políticas ou morais. Portanto, o que percebemos ao analisar as fontes e ao realizarmos uma reflexão sobre estas, é que a questão racial motivou atores como

Nina Rodrigues a tratar o negro e o mestiço, primeiro como objeto científico. Ao tomá-los assim questionou a igualdade jurídica desses sujeitos, julgando a relatividade do conceito de justiça para povos com diferentes graus de evolução mental, é que o médico se contrapõe à uniformidade da legislação. É sob esse ponto de vista que Nina Rodrigues defende a impossibilidade de um Código Penal nacional que abarque toda a população, pois, por serem as raças biologicamente distintas, os sistemas culturais também o são e assim também seria distinta a noção de Justiça. Mobilizando todos os conceitos modernos da psiquiatria e suas variadas classificações, como a teoria da degeneração de Bénédict Augustin Morel, é que Rodrigues vai fundamentar seus resultados de pesquisa na hereditariedade. Sandra Caponi⁶⁷, ao estudar o conceito de degeneração, em seu livro *“Loucos e Degenerados uma Genealogia da Psiquiatria ampliada”*, mostra como este conceito ingressa no âmbito da psiquiatria como saber legítimo e consolidado com Magnan, não por acaso Nina Rodrigues vai utilizá-lo em vários momentos, como em seu texto, *“A loucura epidêmica de Canudos”*, já citado, traçando um diagnóstico para a loucura de Antônio Conselheiro, baseado no delírio crônico de Magnan. No entanto, como na análise da paranóia nos negros, Rodrigues, preocupado com as manifestações mentais patológicas, adota uma abordagem comparativa para estabelecer como essas doenças mentais se dariam de maneira particular no caso brasileiro, é o que o médico vai definir como *etnologia patológica*. É dentro desse quadro de análise que Nina Rodrigues vai se dedicar ao problema o Negro, do produto de seus cruzamentos, os mestiços, e posicioná-los como seus objetos científicos privilegiados.

Considerações finais

Se os objetos científicos possuem uma história e podem desaparecer do rol de preocupações dos pesquisadores, eles também podem ser deslocados. Esses "objetos" os quais Nina Rodrigues se deteve eram sujeitos que deveriam ser estudados a partir de uma análise comportamental e mental que atestaria as suas predisposições a imoralidade, a loucura ou a criminalidade. Se não mais objetos de uma ciência positiva, e posteriormente deslocados de questão racial para os estudos da cultura, o pós-abolição não significou uma verdadeira igualdade, e isso todos nós sabemos, mas demonstrou como o primeiro passo de reconhecimento da população mestiça e negra nem sequer foi enquanto cidadãos,

⁶⁷ Sandra Caponi é doutora em filosofia e professora da Universidade Federal de Santa Catarina.

mas enquanto objetos científicos, dignos de serem estudados para desvendar os problemas da nação. Se é em termos de anormalidade que esses sujeitos são analisados, e de controle que devem estar colocados, talvez podemos também falar que no Brasil a constituição de saberes e a normalização se deram de maneiras simultâneas.

Fontes

NINA RODRIGUES, R. (1939). "A loucura epidêmica de Canudos". In *As coletividades anormais*. Organização, prefácio e notas de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 50-77.

_____(1939). "Os mestiços brasileiros". Op. cit., pp. 195-205.

_____(1939). "A loucura das multidões - nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil". Op. cit., pp. 78-152. (1935).

_____(1939). *Os africanos no Brasil*. 6a ed. Organização e prefácio de Homero Pires. São Paulo: Ed. Nacional (originalmente publicado em 1932).

Bibliografia

DASTON, Lorraine. *Biographies of Scientific Objects*. Chicago: University of Chicago Press, 2000. p.1-4.

DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. Tradução: Farley Menezes Alves e Francine Iegelski (org. Tiago Santos Almeida). São Paulo: Liber Ars, 2017.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Trad. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CANGUILHEM, Georges. "O objeto da história das Ciências". In: _____. *Estudos de história e de filosofia das ciências concernentes aos vivos e à vida*. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense, 2012, pp. 1-16

CAPONI, Sandra. *Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

CAPONI, Sandra. Magnan e A classificação das patologias psiquiátricas. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 167-182, jul | dez, 2011.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2.ed. Bragança Paulista, EDUSF, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade (orgs.). *Médicos intérpretes do Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2017.

ODA, Ana Maria G. R. Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues. 2003. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E OS DEBATES SOBRE A MEMÓRIA: AS EXPERIÊNCIAS DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS E DA CIDADE DE BRASÍLIA

*Ana Cristina Alves da Nóbrega*⁶⁸

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar o significado e consequência da atribuição do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, pelas experiências do Centro Histórico da cidade de Goiás e de Brasília; em relação aos processos de licenciamento urbano e sua relação com a construção da memória histórica urbana de ambas. Pretendemos realizar esta análise a partir do levantamento da literatura especializada, como Françoise Choay, entre outros; numa perspectiva da produção do Patrimônio Histórico, inserido num enredo maior da construção da memória e num constante embate que opõe intencionalidades políticas e estéticas dos múltiplos sujeitos e grupos; dos diversos campos de poder, na concepção de Pierre Bourdier. Concomitantemente, buscaremos catalogar as diversas legislações a respeito da normatização de Patrimônio Cultural e Histórico, desde a convenção da UNESCO sobre o tema, de 1972, até as brasileiras; estabelecendo a forma como essa legislação internacional foi recepcionada no Brasil. Do ponto de vista das cidades analisadas, intentamos compreender quais legislações locais foram criadas, os instrumentos de licenciamento derivados delas e como dialogam com as legislações sobre o tema. Finalmente pretendemos compreender, pelo levantamento das fontes jornalísticas; os discursos e embates na mídia à época das escolhas das duas localidades.

Palavras-Chave: *Patrimônio Cultural, Patrimônio Histórico, Memória, Relações de Poder.*

Introdução

O debate a respeito da relação entre história, memória e patrimônio – histórico e cultural – já vem de uma longa tradição europeia de debates entre passado e presente, antigo e moderno, como ensinado por Françoise Choay (2006). Passa, por exemplo, pela tradição renascentista de olhar o passado como modelo para o presente (*historia magistral vitae*), para demarcar seu distanciamento sobre o passado mais imediato, do qual se queria ter distância. Passa pelas transformações da historiografia do final do século XIX e início

⁶⁸ Arquiteta e Urbanista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG), Câmpus Sudeste/Morrinhos (GO). Linha de Pesquisa: Cultura e Relações de Poder. Orientador: Prof. Júlio Cesar Meira. Contato: acanob.uniplan@gmail.com.

do século XX em que os debates a respeito da Idade Média e do Renascimento foram ressignificados, na tentativa de se demarcar novos parâmetros no mundo pós Revolução Industrial e pós absolutismo monárquico, em que as configurações dos novos Estados Nacionais do momento ainda não estavam claramente definidas.

É nesse ambiente que Jacob Burckhardt, autor da obra “A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio” e Johan Huizinga, em seu “O Outono da Idade Média”, repensam o presente (deles) a partir do olhar ressignificados sobre o passado que lhes volta a partir dos valores e costumes que os monumentos deixam entrever.

Desse ponto de vista, Burckhardt trata da “descoberta” da antiguidade como potencial historiográfico na sua visita à Itália, para ele um cenário que se revelava um verdadeiro museu a céu aberto, que lhe apresentava tanto o período da renascença europeia quanto a própria antiguidade por reflexo, numa crítica aos valores medievais, demarcando seu próprio distanciamento destes.

Por seu turno, Huizinga, décadas depois, apesar de se contrapor à ideia de que o Renascimento era um produto exclusivamente europeu, ainda manteve a tese central de que os valores medievais não podiam se comparar, em termos de artísticos, ao período clássico.

De certo modo essa herança teórico-epistemológica já é a base da tradição da criação da ideia de monumento na virada do século XIX para o século XX, mas o diálogo que Françoise Choay empreende é com outro teórico, Alois Riegl. Da geração intermediária entre Burckhardt (suíço) e Huizinga (holandês), Riegl (austriaco) apõe ao valor artístico e histórico o valor volitivo do monumento, ou valor de rememoração, que coloca o monumento num estado de eterno presente, ou seja, que atribui ao monumento valores imediatistas, ahistóricas, em relação ao valor de uso e valor de arte: a ideia de manter uma integridade incorruptível pela ação do tempo e pelos usos humanos. O valor volitivo do monumento é representado, por exemplo, na ideia de que se pode fazer uso de espaços antigos com usos atuais: adaptações precárias, muitas vezes.

Nessa perspectiva, o monumento cultural adquire um significado histórico, como ensina Choay, no período entre 1820 e 1960, quando as variáveis do monumento por si só (valor de antiguidade e raridade) adquirem a pátina do valor da representatividade comunitária e nacional, extrapolando, a partir daí (Carta de Veneza⁶⁹)

⁶⁹ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em 28 abr. de 2021.

para a ideia de, pelo menos uma pequena parte, se tornar representativa do gênio humano atemporal e universal.

Nesse século e meio, portanto, se vai da atividade meticulosa do antiquário – artefatos preservados mais pelo seu valor de raridade do que antiguidade – ao surgimento da história da arte, em que o monumento passa a ser analisado pelo seu valor estético e artístico, que não é absoluto, pois depende da sensibilidade, apuro e preparo das faculdades estéticas, dos consensos artísticos de cada época; até, finalmente, ao valor histórico, ou seja, a compreensão de que o monumento é produto do fazer humano, das técnicas e conhecimentos, dos usos, do papel de classe que representa – quem construiu, para quem, etc.

Da história da arte para a própria história, deixando de ser nicho especializado para se tornar parte do instrumental de análise do presente-passado, dos processos de irreversibilidade de retorno a tempos anteriores, em que a Revolução Industrial passa a compor o conjunto de marcos temporais por sua drástica destruição dos valores e modos de vida anteriores na Europa e mundo ocidental.

No ano de 1972 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou em Paris a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, definindo marcos regulatórios para a definição de espaços e monumentos que, por seu valor cultural, histórico e ambiental, deveriam ser preservados, tanto no nível nacional quanto mundial. A partir disso surgiu a ideia de Patrimônios – Cultural e Histórico – mundiais, representativos das melhores ações humanas, de seu gênio e valores.

A Convenção, com suas regras e normatizações, foi recepcionada por várias Estados Nacionais, incluindo o Brasil, que passou a organizar sua própria legislação de proteção cultural, história e ambiental, submetendo, desde o início da década de 1980, vários lugares, espaços e monumentos, aos critérios da UNESCO para a definição de Patrimônio Cultural e Histórico da Humanidade. São cerca de 22 desses monumentos reconhecidos até agora, em 2021.

Para essa pesquisa, partimos dos seguintes questionamentos, para orientar seu percurso: quais os princípios básicos de normatização fazem parte da Convenção da UNESCO e até que ponto foram recepcionados na legislação brasileira? No nível local das cidades analisadas – Goiás e Brasília –, quais as legislações e instrumentos de licenciamento foram criados e de que forma dialogam com as legislações nacionais e

internacionais sobre o tema? Finalmente, quais os diálogos, disputas e conflitos marcaram essas escolhas, tanto nas esferas políticas quanto nos espaços da sociedade civil?

Por se tratar de uma pesquisa apenas esboçada, a ser desenvolvida nos próximos três semestres, apenas apontamos os caminhos e as premissas a partir das quais as questões levantadas serão analisadas.

É assim que, como ponto de partida, pretendemos compreender os processos de escolha de duas localidades como Patrimônio Cultural da Humanidade, a cidade de Brasília e o Centro Histórico da Cidade de Goiás, que foram escolhidos em 1987 e 2001, respectivamente, conforme os dispositivos da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), acontecida entre 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em Paris, França.

Nesta direção estabelecemos como objetivo principal da pesquisa, averiguar quais as legislações internacionais e nacionais organizam o debate a respeito da concepção de patrimônio cultural e histórico e como os entes subnacionais investigados constroem sua normatização referente ao licenciamento edilício nesses espaços teoricamente preservados.

A partir desse objetivo principal, intentamos:

- A. Identificar, a partir das concepções sobre História, Memória e Cultura, quais os elementos que foram valorizados na construção de uma ideia de Patrimônio;
- B. Analisar e explicitar os fatores políticos, econômicos e sociais que fizeram parte dos debates e conflitos na época das escolhas das cidades investigadas e na forma como se mantém essa caracterização de Patrimônio Cultural da Humanidade;
- C. Entender os processos de licenciamento edilício nas localidades investigadas e se se baseiam nas normatizações construídas por conta da condição de Patrimônio Cultural.

Esclarecemos que, para a pesquisa, certas noções e conceitos serão empregados e que exigem maiores contextualizações e mesmo definições. O conceito de cultura, por exemplo, será tratado a partir das perspectivas da História Social Inglesa, no bojo dos debates de autores como Raymond Willians, Edward Palmer Thompson, Stuart Hall e Terry Eagleton. Os debates sobre memória e patrimônio levarão em conta as formulações de autores como Paul Ricoeur e Françoise Choay, entre outros. Sobre as noções de Habitus e Campo, partiremos dos ensinamentos de Pierre Bourdieu.

A memória se converteu, nas últimas décadas, em objeto de reflexão teórica de diferentes disciplinas, ressaltando-se, no campo da história, os debates e tensões existentes entre memória e história, memória coletiva e memória individual, memória histórica e terreno comum das memórias compartilhadas. Nessa lida, a relação entre história, sociologia e antropologia se torna fundamental, contribuindo para a compreensão da forma como a memória, as práticas sociais, a experiência e os processos de edificação de sentidos estão imbricados em sua constituição.

Neste cenário, o nexó entre memória e espaço constitui uma veia de exploração teórica de inevitável relevância para o pensamento sociológico a partir de uma premissa seminal: toda memória é uma construção social e em diferentes espaços, os quais, por sua vez, são produto da relacionalidade social, ao tempo que incidem nos próprios laços sociais.

Fazendo uma abordagem de exploração e nexó entre memória e espaço, e como este funciona como a ancoragem memorística que possibilita a ideia de estabilidade e permanência frente à contingência temporal, assim como o modo em que dito nexó está permeando por uma dimensão sensorial e uma simbólica.

Esse debate sobre memória é imprescindível para a compreensão da ideia de Patrimônio. Partimos da premissa de que o patrimônio cultural e histórico, diante de seus diversos conceitos, pode ser entendido aqui como um conjunto de valores, crenças e bens que; conformados e ressignificados social e historicamente, permitem a construção de uma nova realidade como expressão das novas relações sociais que gera. O que se explica porque os bens que consideramos patrimoniais não foram necessariamente concebidos como tal, mas também porque a constituição do patrimônio permite a conformação de uma nova realidade, que pode ser considerada uma segunda natureza.

Entretanto, são os sujeitos e agentes do presente, entendendo-os como aqueles que têm capacidade para avaliar e apropriar-se dos bens do campo patrimonial; que têm capacidade para lhes atribuir valor patrimonial ou caráter de serem, bens patrimoniais.

Em suma, é dar-lhes um novo sentido simbólico, reforçando que quem conseguir exercer essa capacidade de significação fará uso apenas de uma dada capacidade no presente campo de produção. Esses sujeitos e agentes exercem uma arbitrariedade cultural, que quando institucionalizada, perde sua condição de arbitrariedade cultural. Em outras palavras, podemos falar de uma dupla arbitrariedade cultural, no caso de muitas

‘heranças do passado’⁷⁰ serem constituídas por bens de distinção social, que acabam hierárquicos como bens de distinção simbólica.

É nessa perspectiva que o aporte teórico de Pierre Bourdieu contribui para o debate proposto, possibilitando a diferenciação entre um capital simbólico difuso baseado no reconhecimento social e um capital simbólico objetificado. A ideia de patrimônio, caracterizado por ser codificado, delegado e garantido pelo Estado, será o ponto crucial para a compreensão da dinâmica do campo patrimonial aqui analisado. Será, assim, observado como elemento de consagração de uma dinâmica de arbitrariedade cultural e violência simbólica transformada em legitimidade cultural.

Finalmente, se abordará o espaço público como um terreno de heterogeneidade social, política e cultural no qual se desdobra um discurso político que busca inscrever no presente uma visão do passado, para o qual se aludirá a alguns casos nos quais, traga experiências de imposição estatal; onde diversos sujeitos coletivos lutam por marcar no espaço, acontecimentos dignos de rememorar e onde se pode apreciar a memória no campo de confrontação sociopolítica de cidades patrimonializadas, onde se disputa a legitimidade e a hegemonia de conotação axiológica vinculada com o discurso do ser Estado brasileiro: pela manutenção “da memória nacional”, em contraposição histórica a uma memória que deve ser social. Observando que:

A memória social é uma modalidade da memória que se caracteriza por ser a memória de um grupo, de uma coletividade, que tem como referência marcos sociais, ou seja, fenômenos sociais (fatos acontecimentos), que são percebidos pelo grupo e que produzem recordações que podem ser compartilhadas por vários indivíduos ou por toda a sociedade. No entanto, a memória social não é apenas a reunião de várias memórias individuais, assim como uma coletividade não é a reunião de vários indivíduos (FUNARI, 2014: p. 98).

Analisando se entre o capital simbólico difuso e o objetificado haverá uma estreita relação com a memória, seja de exclusão ou de inclusão; pois dependendo das características do processo de patrimonialização, sabemos que certos bens podem passar de um capital simbólico difuso a um objetificado de acordo com o sentimento de uso, mas não temos por que assumir à priori que esta será uma condição única dos bens culturais que hoje chamamos patrimoniais.

Por arbitrariedade cultural, entendemos toda ação social como resultado da relação diferente de poder e capacidade hierárquica que seleciona significados culturais de certos grupos sociais, em detrimento dos significados culturais de outros grupos. Ainda

⁷⁰ Substância viva, ainda que sulcada de cicatrizes. (RIEGL, 2014: p. 21)

por violência simbólica, podemos abarcar nessa discussão, toda ação social expressa nas relações de força que dentro de uma sociedade se expressa em dinâmicas de exclusão, invisibilidade e discriminação de práticas e significados culturais de grupos sociais subalternizados nas relações sociais de poder estruturadas e institucionalizadas. dentro da mesma sociedade. (BOURDIEU e PASSARON, 1992, p.23).

Assim, como os bens patrimoniais, se estabeleceram na história pelas condições de apropriação de alguns, deveriam ser representativos da totalidade de indivíduos dentro de sua estrutura social; onde esses grupos formariam um sistema de significados, um sistema que se tornaria o "código cultural" dessa sociedade. Portanto, o que se buscava era setorizar o sujeito com capacidade de se apropriar dos 'bens patrimoniais', de conceder-lhes o caráter de reconhecimento universal, de uma cultura legítima e perene, ou seja; de uma cultura dotada de legitimidade dominadora, não apenas ré de uma arbitrariedade culturalmente dominante de uma verdade objetiva desconhecida. Essa é a ideia, de se analisar tais espaços patrimonializados e sua recordação memorial; com a vivência de uma sociedade que permanece aí, porém em constante mutação cultural e histórica, que se dá pelo simples ato de viver.

O Patrimônio Cultural e Histórico nas Legislações Nacionais e Internacionais

Funari e Pelegrini (2009, p. 10) explicam que o termo patrimônio vem de uma palavra de origem latina ligada à ideia de propriedade, “Do latim *patrimonium*, propriedade que uma pessoa herdou de seus ancestrais” ou, “bens próprios adquiridos por qualquer título”.

Já o conceito de patrimônio sobre o qual nos referimos é moderno e, não tem muito a ver com o sentido original, mas refere-se a bens e costumes que transmitimos porque neles reconhecemos um valor e lhes atribuímos uma propriedade coletiva. Ao longo do tempo, e principalmente no século XX, o conceito de patrimônio como herança coletiva foi evoluindo e pode-se dizer que mais do que um conjunto de bens é uma construção social (PRATS, 2004: p. 20 e 21). Porque é a sociedade, ou seja, nós que damos sentido e conteúdo ao patrimônio, reconhecendo determinados edifícios, lugares, objetos, costumes e pessoas como signos de identidade coletiva. Mas para chegar aqui já se percorreu um longo caminho.

Mas quando falamos de patrimônio cultural, referimo-nos a bens dos quais não devemos ser os proprietários diretos; mas antes falamos de um bem coletivo da sociedade,

e de que gozamos; inclusive por um direito reconhecido em nossa Constituição, assim como em outras legislações pertinentes. Além disso, devemos lembrar que outras sociedades têm uma outra concepção do que é esse patrimônio comum, e que essa diversidade cultural deve ser respeitada.

Portanto, o patrimônio é o resultado da dialética entre o homem e o meio ambiente, entre a comunidade e o território. Não se compõe apenas dos objetos do passado oficialmente reconhecidos, mas de tudo que nos remete à nossa identidade. O conceito integral de patrimônio tem como dimensão a globalidade do território e de seus habitantes; e, como meta final, a qualidade de vida, como consequência do desenvolvimento econômico e social sustentável. Sua metodologia é a gestão integral dos recursos patrimoniais com base em estratégias territoriais. Mas para isso necessitou ser ordenado por uma proteção legal normatizada, seguida por “todos”; e, para “tudo” que se desejava patrimonializar.

Para isso trataremos de enfatizar referidos instrumentos jurídicos, definidos desde a Convenção da UNESCO em 1972 e como se conformaram dentro do entendimento da legislação brasileira.

Partimos da análise da Convenção do Patrimônio Mundial, fazendo uma abordagem a partir dos anos 70 com a eclosão do desenvolvimento de uma sociedade de consumo, que “ameaçava” o patrimônio cultural; merecendo assim, tratamento sistemático pela UNESCO por meio de uma atitude paradigmática: a Convenção de 1972, sobre a proteção do patrimônio cultural e natural mundial. Nela, como se sabe, existe uma classificação mais precisa dos bens culturais (e naturais segundo o modelo dos anteriores); mas também uma identificação alargada de ameaças e riscos, e um conjunto de medidas de eficácia há muito comprovadas e ainda válidas. As ameaças estão incluídas no artigo 11.4:

Deterioração acelerada, grandes projetos de obras públicas ou privadas, rápido desenvolvimento urbano e turístico, destruição devido a mudanças no uso ou propriedade do solo, alterações profundas por causa desconhecida, abandono por qualquer motivo, conflito armado que entrou em erupção ou está ameaçando explodir, catástrofes e cataclismos, incêndios, terremotos, deslizamentos de terra, erupções vulcânicas, alterações do nível das águas, inundações e maremotos.

As ameaças de destruição não incluem mais apenas as guerras, mas os desastres naturais, o dinamismo cego do desenvolvimento, o abandono e a deterioração do tempo variável permanecem em segundo plano; ora a taxas lentas e ora a taxas aceleradas.

Essa afirmação aparece nos artigos da exposição de uma das medidas de proteção que se tornaram modelo da intervenção da UNESCO no patrimônio, a classificação de bens indicados. Em particular, justificando o estabelecimento de uma “lista de patrimônio mundial em perigo”. Os fatores acima mencionados são gerais e respondem a uma visão que tenta ser abrangente, destacando os agentes naturais (catástrofes por terremotos, inundações etc.) e aqueles que são decorrentes da intervenção humana (obras públicas, desenvolvimento, mudanças de uso, guerras, etc.).

Dito isso, o intuito será analisar se tal preocupação alcança também, a política patrimonialista do Estado brasileiro, que já se conformava anteriormente; oriunda de uma ideologia nacionalista que adentrava o sistema ditatorial à época da Convenção.

Enfatizando que no Brasil, o patrimônio cultural é tanto o conjunto de bens tangíveis (sejam móveis ou imóveis) como o conjunto de bens intangíveis (ideias, costumes, crenças, tradições orais, danças, rituais, saberes e práticas).

É importante sublinhar ainda, que parcela significativa da doutrina brasileira considera que existe um “direito fundamental ao patrimônio cultural”, que pode ser invocado pelos cidadãos ante os poderes públicos nacionais e regionais. Este direito fundamental compreende o cumprimento de três princípios éticos relativos a proteção do patrimônio histórico e paisagístico: a) o princípio da conservação de opções, ou seja, deve assegurar-se as gerações futuras um leque de possibilidades de solução de seus problemas que conserve a diversidade do patrimônio cultural e natural ambiental; b) o princípio da qualidade, é dizer, a geração presente deve transmitir as gerações futuras um patrimônio cultural de igual qualidade ao que possui – o que remite a ideia de sustentabilidade; e c) o princípio da conservação do acesso, segundo o qual deve assegurar-se a igualdade de acesso aos bens culturais entre os diferentes sujeitos de direito existentes.

Apontando que tipo de diálogos se conformam dessa concepção de patrimônio material do colonial brasileiro, bem como o modelo modernista mais contemporâneo.

No intuito de que pela perspectiva da constituição brasileira, as políticas culturais possam superar o modelo influenciado pela economia liberal. Buscando transformar-se numa enunciação de princípios e direitos, por meio de um discurso que produza desde logo uma importante transformação social. Ainda que Estados como o brasileiro pareçam fracassar sistematicamente na proteção cultural e na ambiental (devido sobretudo as exíguas inversões tanto em infraestruturas como em pessoal e atualmente, ideologia política), a força simbólica da proteção constitucional é legal e dotada de poder

que pode transformar as relações históricas de subordinação e exclusão em relações de igualdade e luta, ainda que em meio a antagonismos e conflitos: é o que observaremos.

Apesar dos mecanismos de proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro, serem insatisfatórios em termos de alcance atuarial; efetivamente importantes iniciativas – principalmente no âmbito acadêmico e universitário – são importantes instrumentos de análise e de comparação.

A classificação e preservação de importantes ativos históricos e culturais depende dos significados simbólicos que lhe são atribuídos. Na América Latina ou na Europa, é comum haver perspectivas diferentes. Por muito tempo, o Brasil foi influenciado pelas tendências europeias. Porém, na prática, há muito ecletismo; e situações fora do padrão clássico, ocorrem nas diferentes regiões do Brasil. No caso brasileiro, o objetivo foi estabelecer um vínculo nacional artificial baseado no grupo étnico e cultural dominante - os portugueses. Inicialmente, a valorização dos bens recaiu basicamente sobre o conceito de monumento, quer nos monumentos entendidos como “intencionais” (aqueles que procuram perpetuar a memória de um acontecimento, pessoas), e os “históricos” propriamente ditos (que são aqueles cujo valor excede a intenção inicial devido à sua excepcionalidade histórica) (CAMARGO, 2002, p. 22 e 31).

É um fato que todo monumento tem uma dimensão histórica e uma dimensão estética. Mas a noção de valor histórico tornou-se cada vez mais complexa com o desenvolvimento dos estudos sobre o assunto. Assim, houve uma expansão progressiva do que é considerado um bem com “valor histórico” no Brasil. Essa expansão também foi produzida internamente em diversas cidades e tipologias de patrimônio, como o caso do tombamento de Brasília (cidade modernista, por excelência) e a Cidade de Goiás (exemplar de cidade histórica colonial); o que reflete a forte relativização desse conceito ao longo dos anos.

Prevalecendo a ideia de que certos valores “não explícitos” devem ser considerados como concepções que partem de uma percepção mais intuitiva e menos erudita sobre o que é importante ou não. Neste sentido, parece útil a dicotomia entre “valor antigo” e “valor novidade”, que são conceitos típicos do século XX e se distanciam do mero “valor histórico”, que era o tradicional até o século XIX. Por um lado, a “antiguidade” procurou manter intactas as marcas do processo histórico, que admitia a restauração plena de quase tudo (como se procurasse trazer o bem ao presente). Por outro lado, a “novidade” está ligada ao “valor de uso”. E, neste caso, há também um forte interesse em reformas específicas para se adaptarem às demandas sociais típicas de

consumo, já que na segunda metade do século XX surge um novo fenômeno: o consumo cultural de massa, que aumenta as expectativas do uso ao patrimônio histórico. Retomar esta análise é o intuito desta seção.

No início da década de 1990, a chamada Comunidade Econômica Europeia se dedicava principalmente à política de turismo. O objetivo foi compartilhar o crescimento econômico e a defesa do patrimônio histórico e cultural. Essa necessidade inicialmente ignorou (propositalmente ou não) problemas relativos à desarmonia entre os centros históricos e a comunidade local; como superlotação, perda de identidade, danos à propriedade, entre outros. No entanto, a busca do equilíbrio entre a exploração e a conservação aos poucos passou a ser uma preocupação comum dos setores da economia e da preservação do patrimônio. Muitos debates ocorriam contra e a favor dessa interação.

Procurando integrar o “estado social” à sociedade civil de forma planificada e democrática à preservação do patrimônio cultural, para esse fim mercadológico. O que não impediu o surgimento de novos problemas, como os movimentos de massa típico de consumo exacerbado e a desvalorização de especialistas no campo da preservação, entre outros. Nesse sentido, museólogos, historiadores e arqueólogos perderam espaço para administradores, gestores e relações públicas (considerados essenciais a gestão do espaço pela visão do capital, que se pretendeu). Assim, o conhecimento especializado foi forçado a ceder em função de imperativos econômicos e políticos. Neste contexto, prevaleceram os critérios de eficiência empresarial, para o qual a utilização do espaço, como um ativo urbano - antes acessório - passou a ser a prioridade. Esse embate vem demonstrar que a cidade continua ativa e que os seus usos mais contemporâneos, impelidos pelos sistemas vigentes, devem ser considerados também na preservação destes “monumentos”. Mas a que preço?

Envolver os diversos setores da sociedade e condicionar a formulação de novas políticas públicas, onde novos critérios de classificação e instrumentos de controle e gestão devam ser adequados a estes espaços patrimonializados; de modo que possam coexistir harmonicamente, sem detrimento ou desaparecimento da usabilidade deles, pela sociedade vigente. Embora alguns padrões sejam mantidos em detrimento de outros; por outro lado, por exemplo, pode ser que edifícios e monumentos há muito “abandonados”, obtenham aí um novo valor, reforçado pela necessidade de sobrevivência latente da comunidade e do espaço que habitam. Por sua vez, as ruínas e sítios arqueológicos podem passar a importar mais, reforçando seu valor de antiguidade. Há que se apontar tais panoramas.

Considerando de um lado, o fator econômico que se torna relevante na questão da usabilidade do patrimônio histórico e cultural preservado; e de outro, a forte preocupação social e acadêmica com os esquecidos, com os "forasteiros" da história, como resultado do avanço da historiografia e do (res)significado da memória.

Considerações Finais

Reafirmamos que este texto se refere a uma pesquisa ainda em seu início. Dessa forma, o debate proposto entre patrimônio memória se mostra relevante para a compreensão de forma mais complexa o tema estudado e, sobretudo; como a noção de memória, vem permitindo abrir e realçar a categoria rígida, monumental e elitista das políticas patrimonialísticas. Observando a visão tecnicista típica do aparato público legal; e a aplicação desses conceitos oriundos da memória no debate acadêmico, aplicado aos bens tombados como patrimônios da humanidade pela UNESCO.

Nesse sentido, as abordagens dos casos concretos, da experiência da Cidade de Goiás (cidade colonial e histórica) e de Brasília (cidade modernista), permitem uma ampliação do debate, pelas proximidades e diferenças que as duas localidades permitem apreender, tanto em termos de contribuições ao tema em estudo (pelas inter-relações entre História, memória e cidades patrimonializadas), bem como pelo surgimento do campo patrimonial da memória histórica e dos direitos humanos (nomeadamente com o surgimento destes sítios); por trataram-se de espaços ou locais caracterizados pela influência política e econômica, como monumentos de uma "nacionalidade".

Tal questão proposta poderá se colocar ainda, como base para debates futuros, oriundos desse "renascer e refazer", inerente a dinâmica dos monumentos históricos e a própria história da humanidade. Oriundos do diálogo com os diversos agentes e da riqueza que o tema oferece aos fatores já vivenciados e ainda não vividos pela sociedade que a conforma. Além de lições e contribuições, sejam pessoais ou profissionais, inerentes ao saber-fazer; em que uma pesquisa desse interesse, proporciona.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **"O poder simbólico"**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **"A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino"**, 3ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1992.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **“Patrimônio Histórico e Cultural”**. São Paulo: Aleph, 2002. 0 (Coleção ABC do Turismo). In: <https://www.passeidireto.com/arquivo/52085826/livro-patrimonio-historico-e-cultural-haroldo-leitao-camargo>.

CHOAY, Françoise. **“Alegoria do Patrimônio”**, 2ª. ed. Lisboa, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CERQUEIRA, Fábio Vergara e NOBRE, Chimene Kuhn. **“Arqueologia Histórica, memória e Patrimônio em Perspectiva Multidisciplinar”**. Pelotas: IMP-Instituto de Memória e Patrimônio, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **“Patrimônio Histórico e Cultural”**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. (Coleção Ciências sociais passo-a-passo)

HUIZINGA, Joahn. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 28 abr. de 2021.

PRATS, Llorenç. **“Antropología y patrimonio”**, 2ª. ed. Barcelona, 2004.

RIEGL, Alois. **“O culto moderno dos monumentos”**. São Paulo: Editora Perspectiva, S.A. 2014.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN EM GOIÁS: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE AÇÕES EDUCATIVAS

Ana Cristina Alves da Silva⁷¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar resultados parciais do levantamento e análise das ações de educação patrimonial promovidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Goiás, sobretudo entre os anos de 2009 e 2021. O período inicial do recorte diz respeito a implementação do Projeto Casas do Patrimônio, atualmente denominadas Redes de Patrimônio, considerado um dos marcos institucionais da educação para o patrimônio no instituto. A formulação da proposta de projeto está vinculada às discussões internas do órgão que remontam a 2007, no qual o intuito era ampliar a envergadura institucional do mesmo, assim como conectar espaços que executam práticas e atividades de viés educativo que primem pela valorização do patrimônio cultural. O Estado de Goiás possui três dessas casas: uma em Pirenópolis, uma em Goiás e uma terceira em Goiânia. As duas primeiras, antes mesmo de Casas do Patrimônio são Escritórios Técnicos do Iphan em Goiás e a última sedia o órgão no Estado. Portanto, além de apresentar o levantamento das ações de educação patrimonial desenvolvidas pela Superintendência Estadual do Iphan em Goiás, será realizada análise de alguns destes projetos.

Palavras-chave: *Educação Patrimonial. Iphan. Casas do Patrimônio. Patrimônio Cultural.*

Introdução

O presente artigo objetiva apresentar os resultados do estudo de ações de educação patrimonial promovidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Goiás. A análise da ênfase, sobretudo aos projetos realizados entre os anos de 2009 e 2021. O período diz respeito ao estabelecimento de um dos marcos institucionais da Educação Patrimonial no Iphan: a implementação das Casas do Patrimônio, atualmente, designadas como Redes do Patrimônio.

Desde a introdução do termo no Brasil na década de 80, a educação patrimonial no âmbito do Iphan vem tracejando uma trajetória e estabelecendo referências, sendo a implementação do projeto Casas do Patrimônio compreendida como um destes marcos

⁷¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP/UEG – Câmpus Cora Coralina e bolsista nível stricto sensu do Programa próprio de bolsas da UEG. E-mail: alvessilva.anacristina@gmail.com. Orientadora: Profa Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes

institucionais da Educação Patrimonial no Iphan. Em Goiás, o Iphan conta com três delas: uma em Goiânia, outra em Pirenópolis e a terceira em Goiás, cidade que recebeu em 2001 da Unesco o título de Patrimônio da Humanidade.

O trabalho foi estruturado em duas partes. A primeira aborda a educação patrimonial no Iphan em Goiás e as Casas do Patrimônio. Na segunda, por sua vez, é apresentado o levantamento das ações educativas desenvolvidas pelo Iphan em Goiás e análise do Projeto *Conhecer para Preservar - Preservar para Conhecer*.

Iphan-GO: Educação Patrimonial e as Casas do Patrimônio

O Iphan enquanto instituição responsável pelo patrimônio cultural brasileiro e o trabalho com este em suas diferentes dimensões, seja pela sua salvaguarda, promoção e usufruto pela sociedade, identifica respostas a partir das práticas de educação patrimonial para as necessidades oriundas da sua missão institucional. O conceito e seu uso vivenciaram várias discussões e desta série de debates, o Iphan atualmente passou a entender que Educação Patrimonial consiste em:

Todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (FLORÊNCIO et al, 2014: 16).

Partindo dessa definição atual utilizada pelo órgão, é sugerido que a prática de ações educativas com foco no patrimônio cultural deve acontecer tanto no ensino formal como no informal. Logo, tais ações não necessariamente demandam ligações apenas com a educação na escola, mas a experiência pode ultrapassar os muros das instituições de ensino e voltar-se a outros setores da comunidade local.

Aliás, indica também que as ações educativas centradas no conceito devem para tanto, estabelecer um processo que edifique uma relação entre patrimônio cultural e sujeito mais complexa e íntima, já nas primeiras ações voltadas a valorização e preservação das mesmas. “Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural” (FLORÊNCIO, 2015:23).

Em suma, na definição atual apresentada pelo Iphan para Educação Patrimonial “O ganho está em não conceber o patrimônio como um produto dado, que existe por si só e antes mesmo do sujeito social” (TOLENTINO, 2016: 40). A nova definição utilizada pelo instituto recoloca os sujeitos dentro destes processos e sublinha ainda uma perceptiva de construção coletiva e democrática a partir destes.

Antes mesmo da introdução do termo Educação Patrimonial na década de 80⁷² no país a relevância das ações educativas já eram apontadas. A primeira vez que foi feita citação a importância de ações educativas com foco no patrimônio foi no contexto do anteprojeto solicitado para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Este formulado por Mario de Andrade após pedido de Gustavo Capanema, que se encontrava no momento como Ministro da Educação. Todavia, a proposta foi alterada a época que Rodrigo Melo Franco de Andrade assumi a chefia do órgão e elaborou o Decreto-Lei n.25/1937. A original tendo assim sido implementada apenas em caráter experimental (OLIVEIRA, 2019: 38-39).

Com efeito, mediante pesquisas e levantamentos de algumas ações de educação patrimonial promovidas pelo Iphan tem se a ideia que a prática é vivenciada no cotidiano do órgão atualmente. Mas, não é da sua presença e menção de importância que é resumida a trajetória institucionalmente. Para hoje ser constatada em seu site oficial, primeiramente foi necessário delinear e edificar uma jornada que teve que romper com obstáculos relativos a ideia falta de relevância no tocante a preservação e valorização do patrimônio cultural. O entrave tem uma de suas origens em meio aos profissionais da área. Alguns deles não visualizava ou acreditava que a educação patrimonial poderia exercer importância e peso nos processos:

É muito comum ouvir, nos discursos dos profissionais envolvidos, que a rotina do trabalho de fiscalização e proteção é tão intensa que não sobra tempo para a Educação Patrimonial, o que demonstra o papel secundário e de menor importância conferido às ações educativas dentro do processo geral de proteção (SCIFONI, 2015: 197).

Essa situação apresentada por alguns profissionais do campo patrimonial transparece um pouco a condução do tema e a importância conferida ao processo nos órgãos de proteção patrimonial, por via de exemplo no Iphan durante um período. Nesta perspectiva, em relação à educação patrimonial, compreende-se que “o tratamento que lhe é dado, o lugar que lhe é destinado nas políticas de preservação do patrimônio é o de

⁷² O termo foi introduzido no Brasil julho de 1983 no I Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado no Museu Imperial, em Petrópolis- RJ.

apêndice isolado, atividade em si mesma, desvinculada de um conjunto de estratégias e abordagens” (SCIFONI, 2015: 197). Para sair da categoria de apêndice, ainda que não em sua totalidade foi necessário que a prática de educação patrimonial esperasse o avançar do tempo e a inclusão de novas discussões e uma série de debates serem projetados sobre a temática.

No embalo dos debates promovidos e a introdução de novas discussões, logo, das iminentes transformações, surgiu a proposta das Casas do Patrimônio. O projeto foi elaborado, especialmente a partir das discussões que foram iniciadas institucionalmente em 2007. As conclusões destas foram levadas a público durante a Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, que aconteceu em 2008 na cidade de Pirenópolis-GO. Para tanto, no evento foi discutida e estabelecida as diretrizes gerais. Em 2009, por sua vez, ocorreu o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda (CE), no qual foi formulado um documento denominado Carta de Nova Olinda (FLORÊNCIO, 2019: 73). Na carta, esses espaços são definidos como:

um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009: 04).

As Casas do Patrimônio, portanto, são mais que simples espaços físicos. Elas comunicam um projeto que evidencia o surgimento de uma nova visão do Iphan no trato da educação patrimonial institucionalmente e para mais, uma demanda e no sentido de construir uma renovada relação com a sociedade. Nesse sentido, é um projeto que busca reunir a partir de uma única proposta soluções e/ou atenuações para diferentes problemáticas, porém que podem se satisfazer reciprocamente por meio das suas próprias resoluções. E assim também assegurar no âmbito do Iphan ações de Educação Patrimonial mais eficazes e que priorizem pela coesão com a própria definição apresentada pelo órgão para conceituar as práticas atualmente.

O ano de 2016 apresenta também uma relativa importância no que diz respeito a Educação Patrimonial no cenário institucional. A publicação da Portaria n.137/2016 naquele ano significou no contexto institucional uma conquista expressiva. No documento são instituídas as diretrizes tanto para a Educação Patrimonial no âmbito do

órgão federal de proteção patrimonial, como das Casas do Patrimônio. Estes espaços físicos na portaria são entendidos como estratégicos para a consolidação de uma política de educação patrimonial e para estabelecer uma ligação entre a instituição, a comunidade e os poderes locais em volta de suas referências culturais. Ademais, nela é apresentada como as práticas de educação patrimonial devem ocorrer. De acordo com que é exposto, elas devem acontecer no sentido de uma prática transversal no que tange aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro. Aliás as ações precisam repousar em diálogos constantes com os agentes sociais, na qual notabilize-se uma participação assídua da comunidade local (FLORENCIO, 2019: 85-86; OLIVEIRA, 2019: 50).

Em relação às Casas do Patrimônio, os documentos, a definição apresentada no site oficial do Iphan e a própria proposta do projeto criam a ideia de que na prática estes espaços conseguiriam cumprir um papel estratégico, mas essa expectativa é em parcela frustrada ao se depararem com uma questão de instrução. “O fato de as superintendências poderem ou não aderir e de poderem ou não seguir as diretrizes e orientações da Ceduc faz com que a proposta perca força política e não seja aproveitada em todo o seu potencial” (OLIVEIRA, 2019: 52). Diante disso, alguns Estados da federação não contam com nenhuma Casa do Patrimônio, isto é, levaram em consideração o que estava especificado e assim se valeram da alternativa de tal modo proceder frente a proposta e por fim não aderir à mesma. Por outro lado, outras unidades federativas englobam o projeto com três das denominadas casas. O Estado de Goiás é um exemplo, que compreende o recorte espacial delimitado neste presente trabalho, mais exatamente a jurisdição que ficam ao encargo da Superintendência Estadual do Iphan em Goiás.

Assim como citado, o Estado de Goiás possui três Casas do Patrimônio: uma localizada em Pirenópolis, uma em Goiás e uma terceira situada em Goiânia. Na cidade de Pirenópolis ela está alojada em um edifício que foi construído segundo alguns métodos tradicionais da arquitetura vernácula de Goiás. Apresenta piso de tabuas sobre barrotes e demais outros aspectos que o caracterizam arquitetonicamente. O local oferece para a comunidade biblioteca voltada a Educação Patrimonial, além de sala destinada a exposições. O espaço, entretanto, antes mesmo de ser Casa do patrimônio é ambiente que abriga um dos Escritórios Técnicos do Iphan. Já na cidade de Goiás, a Casa do Patrimônio está instaurada em um prédio denominado Casa do Bispo que diz respeito sobre um exemplar da arquitetura civil. Para sua construção foram usados o adobe e a taipa e incrementado com um telhado em estilo colonial. A edificação fica de frente para o Rio

Vermelho e ao lado da Igreja São Francisco de Paula e como em Pirenópolis no espaço ocorre o funcionamento da Casa do Patrimônio como de mais um dos Escritórios Técnicos do Iphan. As atividades ofertadas também são semelhantes contando com biblioteca, ambiente para exposições e ações direcionadas a educação para o patrimônio (IPHAN, 2010: 34-38).

Por fim, na cidade de Goiânia, capital do Estado, a Casa do Patrimônio está estabelecida na nova sede do Iphan-GO. Em forma de homenagem, o espaço foi batizado de Belmira Finageiv que foi arquiteta pioneira na preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da região centro-oeste. O edifício, antes de abrigar a sede do Iphan em Goiás e a Casa do Patrimônio de Goiânia, primeiro passou por algumas obras de restauro. O prédio é da década de 1930 e apresenta traços do estilo Art Déco que foram preservados durante estas (IPHAN, 2020).

Um ponto em comum entre as Casas do Patrimônio em Goiás e, sobretudo um dos principais a se destacar, é o local em que as mesmas estão situadas, lugares que podem ser entendidos como estratégicos por se tratar do centro das suas cidades. Em Pirenópolis e na Cidade de Goiás, no centro histórico, logo, no sentido de ter sido pensado de forma astuta ou não, os direcionam a proposta do projeto de fazer destes espaços físicos, estratégicos. Para tanto, contam com uma localização que possibilita vivenciar o movimento diário produzido por moradores e turistas e da mesma maneira ser observado e conduzir a atenção destes para o que ali acontece. Do mesmo modo, visa incentivar a população a engajar-se mais prontamente nas ações de Educação Patrimonial e as demais ofertadas para a preservação e valorização do patrimônio cultural no que se refere a seu processo geral, visto que tratam também de escritórios técnicos e a sede do Iphan no Estado.

Ainda sobre a proposta das Casas do Patrimônio são apresentadas inúmeras possibilidades de diálogo entre o Iphan e a comunidade, mas para isso ocorrer dependem inicialmente de interesse político do órgão, bem como de sua envergadura técnica, operacional, orçamentaria e financeira. Além disso, necessita igualmente do interesse e da habilidade de articulação com instituições parceiras para que possam atuar no sentido de colaborar com o desenvolvimento e execução de ações, de acordo com uma concepção de gestão democrática do patrimônio. Cultural. Todavia, nem todas as superintendências manifestaram interesse em fazer parte do projeto até o dado momento (OLIVEIRA, 2019: 51). A proposta tinha potencial para se tornar estratégica para a instituição. Entretanto, como em menção anterior, as superintendências ao poderem optar pela adesão

ou não ao projeto, o enfraqueceu. Dessa maneira, de acordo com o site do Iphan atualmente são dezessete Casas do Patrimônio, das quais três são em Goiás.

Institucionalmente, portanto, os principais desafios identificados no campo da educação patrimonial, principalmente se for encarrado o atual contexto político, é o de conseguir com que os princípios apresentados na Portaria 137/2016 sejam usados para orientar as ações e projetos que prezem pela participação da sociedade e a educação dialógica quer seja no desenvolvimento ou na execução das políticas patrimoniais. Aliás, também nos processos de preservação e valorização. Com efeito, isso sugere que o projeto Casas do Patrimônio, hoje denominado Redes do Patrimônio precisaria passar por uma fase de revitalização. Ademais, uma demanda que se volta também ao reconhecimento da educação patrimonial enquanto processo que produz mobilização social em volta das referências culturais dos indivíduos em seu diferentes locais de vivência ((FLORÊNCIO, 2019:86). A permanente discussão é necessária, tanto quanto também o estabelecimento de novos marcos e maior interesse institucional pelo campo.

Ações de educação patrimonial no âmbito do Iphan-GO

No levantamento prévio, realizado nesta pesquisa, foram mapeadas algumas ações ou projetos de Educação patrimonial, desenvolvidos pela jurisdição da Superintendia Estadual do Iphan em Goiás ou em parceria com outras instituições: Conhecer para preservar-Preservar para conhecer; Viva e reviva Goiás, Cidadão, Concurso de Redação na Cidade de Goiás; Seminário de Educação Patrimonial na cidade de Goiás, Educação Patrimonial: Memória e Identidade da Cidade de Goiás-Patrimônio pra te quero; Ações de Salvaguarda da festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis; Tocando a obra; Porta e janelas vão se abrir; Quintal do Patrimônio; Cine Cult no almoço; Roteiro Cultural Praça Cívica. Alguns destes projetos foram realizados em parceria, por exemplo o *Viva e Reviva* que diz respeito a uma iniciativa da Secretaria Estadual de Educação.

Na relação tem-se o projeto de Educação Patrimonial *Conhecer para Preservar-Preservar para Conhecer*. Trata-se de uma proposta que desfrutou de longevidade, com mais de uma década de implementação e foi coordenado durante uma fase por Salma Saddi que foi superintendente do Iphan em Goiás entre 2000 e 2019.

Contudo, tal proposta foi executada antes do Projeto Casas do Patrimônio. Com efeito, o Conhecer para Preservar – Preservar para Conhecer é a primeira ação que tem

se notícia que foi realizada. Sua execução remota a década de 80, mais especificamente a 1984 na Cidade de Goiás em parceria com o Magali – Centro de Estudos, uma unidade de ensino particular da cidade.

O projeto após as primeiras experiências realizadas com o Magali – Centro de Estudos, foi resgatado institucionalmente pelo Iphan. Em 1994, a época que o supracitado foi retomado, a ação aconteceu mais precisamente em outubro e novembro daquele ano. Para efeito de divulgação da iniciativa foi elaborado um vídeo, uma exposição e uma publicação proveniente da ação. Por fim, foi ministrada uma palestra por técnicos do Iphan. No primeiro momento a proposta foi realizada com estudantes da 3ª série do 1º grau. Já no ano 1994 o público – participante foram discentes da 4ª série do 1º grau da rede estadual de ensino, contabilizando 14 turmas. Durante essa edição, o Museu Casa de Cora Coralina, Museu das Bandeiras e Museu de Arte Sacra colaboraram com as atividades. Sua etapa de implantação em 1994 apresentou cinco programas, sendo que o primeiro foi um percurso a pé pelo centro histórico da Cidade de Goiás (IPHAN: 1995).

Na análise do projeto *Conhecer para Preservar – Preservar para Conhecer*, identifica-se no contato inicial com seu título, um jargão comum no período e que anos mais tarde seria base para uma problemática, discussões e revisões em relação à concepção de Educação patrimonial. No entanto, no que se trata ao seu período de execução configurava em um dos pensamentos em voga e amplamente difundido no momento. Partia-se de falas de indivíduos como Rodrigo Melo Franco de Andrade e que, posteriormente, seriam direcionadas às práticas de educação patrimonial:

Este discurso tinha como fundamento a crença de que o conhecimento sobre o patrimônio levaria a um sentimento profundo de apego aos bens culturais, o que, por sua vez, conduziria necessariamente ao impulso, quase instintivo, da preservação. Nasceu assim, a tríade que fundamentaria a ideia do *conhecer para preservar*: **Conhecimento, apego, preservação** (SCIFONI, 2019: 18).

A ideia central que permeia a máxima é de uma situação imediata, na qual ao conhecer um patrimônio o sujeito já estaria pré-disposto a preservá-lo. Contudo, essa teoria não se aplica na prática como uma regra. Pode-se obter conhecimento sobre determinado bem e, entretanto, não ter interesse pela sua preservação. Conhecer não é suficiente para conservação de um patrimônio cultural. Pode até situações extremistas em que o indivíduo procede com algum tipo de depredação desse bem. Um retrato que ratifica esse pensamento é a ocorrência de algumas pichações que podem ser encontradas em meio às cidades e centros históricos. Durante palestra ministrada no 5º Seminário do

Patrimônio Cultural de Fortaleza, no ano de 2014, Simone Scifoni referiu-se às pichações realizadas no Monumento às Bandeiras, localizado no Parque Ibirapuera em São Paulo. O episódio aconteceu durante as denominadas jornadas de junho de 2013, que levaram a manifestações por todo país, em virtude do aumento das tarifas do transporte público. Nos bandeirantes representados no monumento foi redigida a palavra “assassinos” (TOLENTINO, 2016: 45). É notório que sabiam do que se tratava, assim, ter ou adquirir conhecimento sobre um bem não necessariamente irá produzir um sentimento de apego como pontuado, inclusive por questões de identidade.

Aliás, a máxima também está ligada a noção de levar conhecimento ao outro quando voltada as práticas de educação patrimonial, em um sentido que adquiri aspectos de imposição. Entretanto, não cabe aqui dizer que tal pensamento/jargão configura como errado, mas que seu uso está vinculado e é fruto das concepções e interpretações das discussões que se tinha no momento para a educação patrimonial e relativas ao patrimônio cultural em sua totalidade. Mas, como se sabe tais discussões se aprofundaram e conduziram a expressão a uma fase de questionamento quando empregada em ações atuais. Nesse sentido, deve-se estar a par do movimento conceitual pelo qual o termo educação patrimonial passou.

Ainda em relação ao projeto *Conhecer para Preservar – Preservar para Conhecer*, na publicação técnica da superintendência relativa à edição de 1994, é identificada os procedimentos metodológicos utilizados em sua execução. No projeto analisado, primeiramente, os bens culturais que seriam trabalhados foram pré-determinados por meio do seu significado no tocante ao conjunto sociocultural de Goiás e em função de seus detalhes exclusivos que os diferenciam dentro do contexto arquitetônico da cidade. Foram elencados o Centro Histórico Tombado, Museu de Arte Sacra, Museu das Bandeiras e Casa de Cora Coralina. As ações que foram programadas com os bens consistiam: elucidações preliminares: exposição da proposta nas escolas; trajetos a pé orientados; visitas dirigidas; palestras; exercícios de fixação-artísticas e de elaboração de textos, evento de encerramento com festividade. A metodologia de aplicação era definida mediante o conjunto de etapas da concepção planejamento, organização, implementação e avaliação de desempenho. O trabalho com os bens selecionados assim, foi estruturado e executado em cinco programas (IPHAN, 1995).

No primeiro momento foi realizado um itinerário a pé pelo centro histórico de Goiás em seu perímetro tombado pelo Iphan e deste a observação de alguns elementos, dos quais construções singulares e aspectos arquitetônicos e urbanísticos. Depois do

trajeto, os estudantes foram convidados a reproduzir com argila algo que tinham visto. O segundo momento foi a visita ao Museu de Arte Sacra com palestra proferida pela diretora e monitores do mesmo e novamente exercício de fixação, mas com uso de lápis crayon, giz branco e papel pardo. No terceiro, foi realizado no Museu das Bandeiras um programa semelhante com conclusão deste a partir atividade de expressão artística com giz de cera e cartolina. O quarto momento ocorreu no Museu Casa de Cora Coralina com palestra ministrada pelos recepcionistas e exibição de alguns vídeos documentários. Já no quinto e último, houve a divisão em dois eventos. Uma exposição com amostra dos trabalhos dos estudantes e do registro fotográfico do projeto. Por fim uma festividade de encerramento no Cine Teatro São Joaquim (IPHAN, 1995).

Observa-se a partir do explanado que a metodologia adotada para o projeto na sua edição de 1994 foi pensada em suas várias etapas em torno da ideia de levar conhecimento/informações acerca daqueles bens trabalhados para então produzir nos estudantes o sentimento de apego e cominar por fim na preservação dos mesmos. Ou seja, no que já foi mencionada aqui e que Scifoni (2019:18) chama de tríade que embasaria a concepção de conhecer para preservar. Uma noção formulada e vinculada a fatores próprios do contexto patrimonial no país naquele momento. Entre elas a necessidade de apresentar “uma nova ideia à sociedade brasileira, a da herança coletiva [...] Tudo isso era muito novo para a sociedade brasileira, em geral, e acreditava-se que era preciso ensinar/educar/esclarecer para gerar novos comportamentos frente ao que se entendia como patrimônio” (SCIFONI, 2019: 21). Portanto, a metodologia do projeto analisado, acompanhava tal exigência que se construiu de familiarizar a sociedade brasileira as questões e demandas da preservação e valorização do patrimônio cultural, que a época da proposta educativa vislumbrava a introdução da expressão educação patrimonial.

O projeto *Conhecer para Preservar – Preservar para Conhecer* assinalou a introdução de propostas de educação patrimonial no Estado de Goiás com promoção pelo órgão de proteção e aliado a isso ainda capitaneou algumas parcerias nos diferentes setores da sociedade, representados dentre eles por bancos e museus da cidade. Além disso, se destaca pelo engajamento com a comunidade local e escolar, logo, não se pode negar a sua importância e contribuição. Ademais, deve-se acrescentar que ele foi o projeto da superintendência em Goiás que apresentou maior durabilidade.

Segundo Lisita (2008: 132-137) foram quinze anos de implemento do projeto com intervalos no período de 1986 a 1987 e outro de 1989 a 1993, sendo relançado em 1994, somando 9 edições do mencionado projeto. Os dados foram obtidos mediante

entrevistas, uma delas com Maria Cristina Portugal professora e coordenadora do Magali Centro de Estudos entre os anos de 1981 a 1984 e, posteriormente chefe, do escritório técnico do Iphan na década de 1990 e a partir de análise documental dos projetos relatórios referentes as edições de 1984 e dos de 1994 a 2000. Este teria sido descontinuado quando a secretaria de Estado da Educação deu início ao *Projeto Viva e Reviva Goiás* aqui também citado no levantamento. Assim, o Iphan teria optado em aderir a iniciativa e finalizado o *Conhecer para Preservar – Preservar para Conhecer*. Sua trajetória, portanto, teria sido marcado por algumas discontinuidades ao longo de quinze anos de execução e abertura para outra proposta de ação educativa na Cidade de Goiás com seu encerramento.

Considerações Finais

Em suma, compreende-se a importância da educação patrimonial para os processos de preservação e valorização do patrimônio cultural é inegável e evidente. Nesse sentido, é necessária a realização e ampliação de projetos e ações educativas que sejam norteados pelo conceito em seus desdobramentos atuais que introduziram novas discussões. Diante disso, o Projeto Casas do Patrimônio agrega em sua proposta elementos fundamentais para a otimização das ações de educação patrimonial e para articular uma nova relação do Iphan com as comunidades locais, levando em consideração o próprio propósito destes espaços físicos em serem estratégicos para o órgão na interlocução com a sociedade e autoridades locais, de modo a estabelecer parcerias. Dessa maneira é um projeto que permite estabelecer uma dinâmica essencial quando se fala em patrimônio cultural que é uma aproximação assídua e afetiva dos sujeitos com suas referências culturais, visto que sem esse contato não existe motivos para preservar qualquer bem. O significado que tem para uma sociedade é que faz com que sua preservação seja necessária.

No que se refere ao projeto identificado, levantado e analisado aqui, ou seja, o projeto *Conhecer para Preservar – Preservar para Conhecer* trata-se da primeira ação promovida pelo Iphan em Goiás que se tem notícia. Sua trajetória foi marcada pela longevidade, com algumas discontinuidades ao longo dos quinze anos de execução, parcerias com diferentes setores da sociedade e abertura para outra proposta de ação educativa na Cidade de Goiás com seu encerramento. Ademais, os procedimentos adotados no projeto na edição de 1994 demonstram que havia uma metodologia sendo

desenhada para aplicação das ações educativas desde a introdução da expressão no país na década de 80. Por fim, a iniciativa colaborou para inclusão da educação patrimonial na jurisdição da superintendência Goiás.

REFERÊNCIAS

FLORENCIO, S.R. Política de Educação Patrimonial no IPHAN: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPV**, São Paulo, n. 27 especial, p. 55-89, jun./jul. 2019.

FLORENCIO, S.R.. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S (Org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial**. IPHAN, Brasília, 2015, p. 21-30.

FLORENCIO, S.R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOT, R. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf> Acesso em 30 de setembro de 2019.

IPHAN. **Iphan inaugura nova sede em Goiânia (GO)**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5569>> Acesso em 23 de março de 2021.

IPHAN. Região centro oeste. In: GALVÃO, Marcos Antônio Pereira (Org.). **Casas do Patrimônio**, Brasília, 2010, p. 34-38.

IPHAN. **Carta de Nova Olinda**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_CartaDeNovaOlinda_m.pdf> acesso em 10 de abril de 2021.

IPHAN. In: LEONEL, Maria Elisa de Moraes; VASQUES, Claudia Marina de Macedo; FERREIRA, Maria Cristina Portugal. **Conhecer para Preservar- Preservar Para Conhecer: um projeto de educação patrimonial**. IPHAN, Brasília, 1995.

LISITA, Nilda Lopes de Oliveira. **Educação patrimonial na cidade de Goiás: vinte anos de experiência na escola de ensino fundamental da rede pública estadual**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. Educação Patrimonial no Iphan: análise de uma trajetória. **Rev. CPC**, São Paulo, n.27 especial, p.32-54, jan. /jul.2019.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPV**, São Paulo, n. 27 especial, p. 14-31, jan. /jul.2019.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S (Org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial**. IPHAN, Brasília, 2015, p. 21-30.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. (Org.). **Educação patrimonial:**

políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p.39-48. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf Acesso em 27 de setembro

“SENTIR MAL DO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO”: A PUNIÇÃO PARA BÍGAMAS NA AMÉRICA PORTUGUESA SETECENTISTA

*Ana Flávia Crispim Lima*⁷³

RESUMO: Nossa pesquisa objetiva analisar as leis vigentes na América portuguesa no século XVIII (régias, eclesiásticas e inquisitoriais) a fim de identificar as características gerais dos procedimentos a serem considerados na inquirição da acusação de bigamia, isto é o ato de uma pessoa se casar novamente sendo o seu primeiro cônjuge ainda vivo. Sob orientação teórica da colonialidade de gênero de Maria Lugones, visamos refletir sobre a existência de marcadores de gênero, raça e condição social na época que sentenciavam pessoas sob mesma acusação de maneiras diferentes. Quando essas leis foram implantadas na América Portuguesa? Por que a perseguição à bigamia foi importante na época? Quais das legislações vigentes era responsável por julgar casos relativos à acusação de bigamia? Como deveriam proceder? São indagações que visamos responder aqui.

Palavras-Chave: *Bigamia; América Portuguesa; Século XVIII; Inquisição.*

Introdução

Para uma mulher casada do século XXI, o rompimento do vínculo conjugal reconhecido pela lei, permitindo um novo casamento dos cônjuges divorciados, pode ser requerido a qualquer momento em que sentir a necessidade. É o que o parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal brasileira de 1988 assegura, ao nomear tal ação por pedido de divórcio. Porém, em tempos não tão distantes, as circunstâncias para o rompimento matrimonial seguiam diretrizes bem mais restritas, nas quais a mulher só poderia contrair novo matrimônio caso o cônjuge viesse ao óbito.

Essa foi uma característica da legislação eclesiástica do período da colonização dos portugueses na América, que desde o século XVI foi redirecionado aos lusos que imigraram para essas partes do Sul global, ampliando seu público alvo, inserindo, de forma não opcional, as populações nativas e os moradores dos territórios africanos submetidos a exploração e a escravização, de forma a buscar o controle por parte de todas

⁷³ Estudante de Pós-Graduação em História em nível de Mestrado na Universidade Federal de Goiás. Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História. Orientadora: Dr^a Sônia Maria de Magalhães. Email: limaana@discente.ufg.br

as pessoas do território invadido, perpetuando-se durante todo o processo de colonização, inclusive no século XVIII.

No Brasil vigoravam tríplexes leis durante esse período: leis régias, eclesiásticas e inquisitoriais, que muitas vezes, se misturavam para atender às exigências de dois planos: o da defesa da ortodoxia, da Igreja, e o da defesa da unidade das consciências, do Rei (SIQUEIRA, 1996). Sendo assim, buscaremos analisar as leis vigentes na América portuguesa no século XVIII (régias, eclesiásticas e inquisitoriais) a fim de identificar as características gerais dos procedimentos a serem considerados na inquirição da acusação de bigamia, isto é o ato de uma pessoa se casar novamente sendo o seu primeiro cônjuge ainda vivo.

Como suporte teórico, procuramos suporte nas reflexões de Aníbal Quijano (2010) e Maria Lugones (2008). O primeiro conceito que nos norteará foi cunhado por Aníbal Quijano, a Colonialidade do poder. Esse conceito visa expressar o poder exercido pelo colonizador sob o colonizado, a mundialização do capitalismo e a nova construção da ideia de “raça” em seu sentido moderno. Essa matriz colonial foi classificada por quatro níveis de esferas de controle: Controle da Economia, Controle da Autoridade, Controle do Conhecimento e da Subjetividade e o Controle do Gênero e da Sexualidade.

No texto *Colonialidade y Género*, Maria Lugones amplia o conceito de sistema colonial/moderno de gênero, proposto por Quijano, indicando uma intersecção das categorias raça, gênero e condição social, para que, dessa forma, as mulheres subalternizadas tenham visibilidade e as características de suas próprias lutas fossem reconhecidas. Isso significava dizer que para analisar os conflitos existentes entre as três categorias deveriam ser analisados em conjunto para abarcar o mais próximo possível da totalidade das desigualdades.

Todos esses conceitos nos influenciam no olhar para com as perguntas que surgiram, indicando que no período colonial as leis da época objetivaram criar diferenciações entre o gênero, a raça e a condição social das pessoas. Tais classificações foram utilizadas pelos colonizadores para legitimar a dominação e transformar as estruturas sociais das sociedades colonizadas. Também nos informam sobre o funcionamento do sistema colonial que procurou apagar e destruir identidades para se perpetuar nessas sociedades como sendo a única forma de interpretação e vivência, excluindo e classificando todas as atitudes divergentes como atrasadas e inferiores.

Quando essas leis foram implantadas na América Portuguesa? Por que a perseguição à bigamia foi importante na época? Quais das legislações vigentes era

responsável por julgar casos relativos à acusação de bigamia? Como deveriam proceder? São indagações que visamos responder aqui.

O Código Filipino: Os casos de foro misto

Instituído durante o reinado de Felipe III de Espanha (Felipe II de Portugal), em 1603, constitui o mais duradouro código legal português, permanecendo até o ano de 1916 no Brasil, sendo o primeiro das três leis a ser trazido e instituído na colônia portuguesa da América. Essas ordenações são reunidas em cerca de 1487 páginas e distribuídas em 5 obras. Um ponto que nos chama a atenção sobre o código filipino é que a partir de sua constituição, o direito eclesiástico foi separado dos tribunais civis. De acordo com Hellen Pimentel

Foram criados Tribunais Eclesiásticos que exerceriam essa função, porém, dada a sentença, cessava a jurisdição da Igreja, e a execução dos condenados à pena de morte ou aos demais castigos era feita pela justiça real, que recebia da instância eclesiástica a sentença de condenação (PIMENTEL, 2007: 30).

Ou seja, as sentenças que não fossem de cunho religioso deveriam ser direcionadas aos funcionários civis para a sua aplicação. No Código Filipino, esses casos são chamados de foro misto. Para entendermos sobre seu funcionamento, devemos retomar ao segundo livro, que dedica o 9º título para esse esclarecimento, nos informando que na época

Quando se procede contra públicos adúlteros, barregueiros, concubinários, alcoviteiros, e os que consentem as mulheres fazerem mal de si em suas casas, incestuosos, feiticeiros, benzedeiros, sacrílegos, blasfemos, perjuros, onzeneiros, simoniacos, e contra quaesquer outros, que commetterem públicos delictos, que conforme a Direito sejam Mixti-fori. (ALMEIDA, 1870: 428).

Como vimos, no Código Filipino casos relativos ao matrimônio e as relações conjugais, como o adultério, de barregueiros, concubinários, alcoviteiros, e os que consentissem que as mulheres fizessem mal de si e de suas casas, além dos incestuosos, ambos casos em que fossem reconhecidos publicamente, seriam de jurisdição mista, civil e eclesiástica. Por mais que houvesse casos relativos a práticas conjugais, a questão da

bigamia nessa jurisdição não aparece como um dos casos de foro misto. Seria então de responsabilidade eclesiástica?

Dito isto, outro documento torna-se interessante para analisarmos como as leis eclesiásticas são instituídas no Brasil, quais são suas jurisdições e penalidades, especificadamente relativos à regulamentação matrimonial, defesa da Igreja Católica para organizar as diversas práticas que foram consideradas pecaminosas. Esse documento foi denominado de “Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia”.

Transposição das leis eclesiásticas para a Colônia e a regulamentação do Matrimônio

Assim como as Ordenações Filipinas, as Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia são divididas em cinco livros, somando um conjunto de 279 títulos. Esse documento foi formulado a partir do sínodo de 1707 por meio da iniciativa de um homem, o arcebispo Sebastião Monteiro da Vide, produzido com o propósito da atualização das normas da Igreja católica às condições do território que hoje chamamos de Brasil. Com o intuito de normatizar o Bispado da Bahia, as Constituições acabaram sendo adotadas por todas as dioceses, tornando-se, o Código da Igreja na colônia portuguesa até o século XIX.

Em um contexto em que coexistiam diversos povos com culturas heterogêneas, inclusive no campo que os portugueses chamam de religiosidade, as leis eclesiásticas de Portugal defendiam a existência de um só deus, o deus cristão, como deixa bem explícito já no primeiro título. Para divulgar as normatizações do catolicismo tornando-as inteligíveis a toda a população, foi adotada a obrigatoriedade direcionada aos pais, mestres, amos, e senhores a ensinar a doutrina cristã aos filhos, discípulos, criados e escravos como descreve as Constituições organizadas por Sebastião Monteiro da Vide (VIDE: Livro 1, Título 2, n.º 4, 1707).

Por mais que houvesse o encargo por parte de todas as pessoas subordinadas aos homens de aprenderem sobre as crenças cristãs, havia uma ênfase para as pessoas escravizadas, mulheres e homens, sendo classificadas como pessoas ignorantes, de maus modos. Isso nos mostra que essas leis desconsideravam os saberes de alguns seres humanos, inclusive da capacidade de ser “rude” por não aprovar o modo em que foram tratados neste período. Ou seja, essas leis foram criadas com o objetivo de efetivar mecanismos de diferenciações e exclusões de algumas pessoas.

Dentro desse ambiente marcado pela influência cristã, a mulher também era alvo do controle da Igreja. Considerada perigosa por sua sexualidade, inspirava toda sorte de preocupações dos pregadores católicos, desde o período que convencionalmente chamamos de “Idade Média”. Delumeau faz um apanhado das imagens de mulheres presentes nas obras de vários teólogos e pregadores que escreveram durante a Idade Média e a Moderna, que modelam um estereótipo da mulher cujas características mais fortes são as que revelam as suas fraquezas. “Feminina vem de Fe e Minus, pois sempre tem e conserva menos fé.” Tem “afeições e paixões desordenadas” (DELUMEAU, 1999 apud PIMENTEL, 2007: 17).

Havia a vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes, tudo levando ao mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem da instituição eclesiástica. Para alcançar tais objetivos passou a regulamentar as leis que deveriam ser seguidas por todas as pessoas que residiam na América Portuguesa.

Essas leis foram discutidas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia onde uma das preocupações foi a de normatizar o matrimônio com o objetivo de reafirmá-lo como sacramento e convertê-lo em instituição fundamental da chancela eclesiástica sobre a vida dos fiéis: eliminar os ritos populares de casamento sujeitando-os à cerimônia oficial.

Cabe nos indagar o porquê da importância desse ato para a Igreja Católica. Para entendermos, devemos retomar no contexto de Reforma e Contrarreforma religiosa, que teve como consequência o Concílio Tridentino, quando o matrimônio passou a ser considerado um dos sete sacramentos da Igreja Católica, representando a união entre Deus e a Igreja.

A Igreja Católica, a partir do Concílio de Trento, preocupou-se em reforçar seus dogmas solidificando o sacramento matrimonial, traçando para a sexualidade limites bem rígidos. Para a historiadora Maria da Silva (1984), o Tribunal episcopal procurou, em certa medida, exercer o controle da sociedade a partir da dominação individual dos corpos e das consciências. Para isso, a Igreja criou mecanismos para a delação dos crimes sexuais, organizando a estrutura judiciária de maneira a garantir chegar na intimidade da sociedade.

Dentre as diversas práticas consideradas uma ofensa ao matrimônio, as Constituições também falam acerca da acusação de bigamia. Dentre as Diligências estabelecidas pelas Constituições, esse ato deveria ser observado pelos olhares

eclesiásticos, mas após o diagnóstico deveria ser redirecionado ao Tribunal inquisitorial. Nas palavras do documento: “E os que casarem segunda vez durante o primeiro Matrimonio, porque também ficão suspeitos na Fé, serão da mesma maneira remetidos ao Tribunal do Santo Officio, onde por breve particular, que para isso ha, pertence o conhecimento deste caso (VIDE: Livro 1, Título 69, nº 297,1707)”.

Após identificar que os casos de bigamia eram de jurisdição inquisitorial torna-se importante buscar compreender mais sobre o funcionamento deste na América portuguesa. Por isso, no tópico a seguir entenderemos acerca da instituição da Inquisição portuguesa na América, desde quando começou sua jurisdição em casos relativos ao matrimônio, quais foram suas normas para tais atitudes consideradas incorretas, principalmente suas condenações, à luz de dois Regimentos Inquisitoriais, o de 1640 e 1774, “nervos vitais da inquisição” (SIQUEIRA, 1996).

Penalidades para casos de Bigamia: Regimentos Inquisitoriais de 1640 e 1774

A Inquisição no reino lusitano foi requerida pelo Rei e autorizada a partir da Bula Papal de 23 de maio de 1536, mas só 11 anos após, por meio da Bula *Meditatio Cordis*, de 16 de julho, que o Tribunal foi definitivamente estabelecido em Portugal (NOVINSKY, 1985). Esta instituição, originária da Idade Média, foi criada para combater comportamentos que não estavam sendo seguidos pela população, contrariando os princípios religiosos e morais da Igreja católica, por isso sua jurisdição deveria estar vinculada diretamente à cúria romana.

Porém, a inquisição lusa possui algumas características diferentes, como nos atesta os estudos de Francisco Bethencourt, que ao comparar as inquisições de Itália, Espanha e Portugal, nota que esta última teve “um estatuto particular que se traduz por uma quase completa independência de ação em relação à cúria romana” (BETHENCOURT, 2000: 10), nos mostrando que os interesses do reino estariam diretamente envolvidos na atuação inquisitorial.

O Santo Ofício na Colônia da América Portuguesa ficou na responsabilidade dos bispos, que eram autorizados a ouvir denúncias, abrir devassa, prender suspeitos, receber os presos encaminhados pelos vigários, remetê-los a Lisboa, pois na colônia portuguesa da América não havia um Tribunal Inquisitorial, quando os julgassem afetos à Inquisição, mas não podiam sentenciar nenhuma pessoa. Para Ronaldo Vainfas “a função

inquisitorial dos bispos foi o mecanismo utilizado para suprir a ausência de um tribunal do Santo Ofício na Colônia” (VAINFAS, 2014: 280).

As orientações para a sociedade que serviam mais de baliza para a atuação inquisitorial foram os Regimentos do “Santo Ofício” português, que em geral descreviam as normas para ser um funcionário da Inquisição, os casos de sua jurisdição e quais seriam os procedimentos de inquérito e aplicação das sentenças. Nos seus quase trezentos anos de existência, a instituição teve cinco Regimentos: 1552, 1570, 1613, 1640 e 1774. Aqui analisaremos mais de perto os dois últimos, que compreendem a jurisdição do século XVIII.

A partir do “Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal”, de 1640, estabeleceu-se, ao definir no terceiro título do 12º parágrafo a jurisdição dos inquisidores, sendo exclusivo daquele tribunal o crime de bigamia. Mas o rei, em 1689, declarou-o *mixti fori* no seguinte texto: “sendo certo, e não se podendo duvidar, que eles (inquisidores) são Juizes privativos do crime de heresia, e que por este fundamento podem também castigar os bígamos, como suspeitos da fé, por sentirem mal do sacramento do matrimônio” (SILVA, 1984: 123).

Esse Regimento foi ordenado pelo Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor geral da época. Divididos em três Livros e 72 títulos, descreve suas orientações sobre os funcionários (todos homens) aptos a trabalharem na inquisição, das ordens judiciais inquisitoriais, assim como das penalizações, que deveria haver para as pessoas sentenciadas pelos atos considerados crimes de sua jurisdição.

A primeira vez que se faz referência à bigamia, é no título 2 do segundo livro “Dos apresentados, assim no tempo da graça como fora dele, e da ordem, que se deve guardar em se despacho”. As primeiras orientações consistem em não oficializar a abertura do processo de investigação, mesmo que a pessoa confessasse a bigamia, com os dois matrimônios, sem primeiro terem ao menos uma prova, como pela existência de testemunhas ou certidões dos livros dos casamentos, de forma a demonstrar como era viva a primeira mulher, ou o primeiro marido, no tempo em que se celebrou o segundo matrimônio.

Mas seguidamente traz uma exceção, que era concedida caso a prova estivesse em lugares distantes, requerendo grande período de dilação. Se essa fosse a situação, poder-se-ia registrar primeiro o depoimento da/do ré/réu para a posteriori, buscar a existência de provas para o delito. Em seguida, o regimento nos explica sobre uma possibilidade de evitar a criação de um processo inquisitorial, através da atitude de ir até os funcionários

inquisitoriais e “pedir que o admitam ao Grêmio e união da Santa Madre igreja” (SIQUEIRA, 1996: 766).

Porém, esse “ato de bondade” só seria concedido a pessoas que fossem criadas “entre pais, e parentes hereges e em parte onde não teve, nem podia ter verdadeiro conhecimento da Fé Católica nem suficiente instrução nos ministérios dela (Ibidem)”. Ou seja, a pessoa teria que criticar sua família e/ou parentes mais próximos, negando suas tradições, formas de ser e existir, para evitar ser perseguida pelos oficiais inquisitoriais. Mesmo passando por essa situação, como medida preventiva, as pessoas não escapavam da punição do tribunal inquisitorial, pois a partir do momento em que confessassem “suas culpas” deveriam se distanciar das pessoas que relatou, para evitar “tornarem a cair nas culpas, que confessarão, ou em outras semelhantes (SIQUEIRA, 1996: 830)”.

Também havia as penalizações espirituais, que parecessem necessárias pelos olhares do oficial encarregado, além disso, os funcionários inquisitoriais deveriam garantir que os sobreditos ouvissem as pregações, assistissem aos ofícios da Igreja Católica, e que estabelecessem contato com pessoas consideradas dotas e virtuosas, que pudessem as instruir nos credos religiosos dos cristãos. Em quatro vezes ao ano (nas festas do Natal, Páscoa, Pentecostes e Assunção da Nossa Senhora) as consciências dessas pessoas deveriam ser examinadas através da confissão para certificarem que tais erros não estavam sendo cometidos.

A Excomunhão seria, de acordo com o Regimento de 1640, a penalização de maior impacto na vida das pessoas, mas também havia

outras menos graves como a abjuração, degredo, açoite, reclusão, cárcere, habito penitencial, condenação pecuniária, e penitenciais espirituais. Com umas, e outras se costuma no Santo Ofício castigar os culpados, segundo a diferença dos crimes, estado da causa, e qualidade das culpas, e das pessoas, que as cometerão, e o modo, com que nelas se há de proceder no santo Ofício (SIQUEIRA, 1996: 828).

A partir daí descreve como os inquisidores deveriam proceder de acordo com os delitos específicos. Todo o título 15 do terceiro livro é dedicado em definir aspectos sobre a prática da bigamia tanto na metrópole quanto na colônia portuguesa. As recomendações indicam que os homens, ou mulheres de qualquer qualidade, ou de condição que fosse tendo contraído primeiro matrimônio na forma das leis eclesiásticas, se casado segunda vez, sendo viva a primeira mulher, ou marido, ou sem ter certeza de sua morte, como era o dever da época, se apresentasse para contrair segundo matrimônio, deveria ser indagada pela intenção, e ânimo, com que havia cometido este crime.

Depois das devidas interrogações, da reunião de testemunhas e de documentos que atestassem a prática de bigamia, a pessoa poderia ser condenada em Alto público com

abjuração de leve suspeita na fé; salvo quando a qualidade da pessoa, em circunstâncias da culpa, pedirem maior abjuração/e além disso; sendo pessoa plebeia, será açoitada pelas ruas públicas, e degredada para as galés, por tempo de 5 até 7 anos; e sendo mulher vil, terá a mesma pena de açoites, e será degredada pelo mesmo tempo para o Reino de Angola, ou partes do Brasil, segundo parecer aos inquisidores, com respeito a qualidade da pessoa, e circunstâncias da culpa; e sobretudo terão instrução ordinária, e as penitências espirituais, que parecer que convém (SIQUEIRA, 1996: 857)

Esse regimento também prescreve as orientações acerca das relapsias do crime, isto é, a continuidade da prática da bigamia por pessoas que já foram denunciadas e inquiridas em outros tempos, seja na colônia ou na metrópole. As testemunhas e os clérigos que participassem da cerimônia do segundo casamento, sabendo que não poderia ser realizado por ser ilegítimo, também deveriam ser penalizadas por contribuir com práticas consideradas errôneas, que feriam o sacramento conjugal.

Durante o século XVIII na Europa, houve um movimento intelectual chamado Iluminismo, caracterizado pela centralidade da ciência e da racionalidade crítica no questionamento filosófico, o que implica recusa a todas as formas de dogmatismo, especialmente o das doutrinas políticas e religiosas tradicionais. Dentro de Portugal, e consequentemente das colônias, o responsável pelo governo era Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, que muito influenciado pelo Iluminismo fez diversas modificações nas leis da época, inclusive no último Regimento Inquisitorial, publicado em 1774. Nas palavras de Sônia Siqueira

A inquisição refletiu a mudança do tempo. Tempo em que o principal reformador do Reino – Pombal – pertencia aos quadros do Santo Ofício. A instituição não foi surpresa, e sim reformada na sua estrutura, nas suas bases legais, nos seus procedimentos, nos seus quadros. Esforço de conciliação ideológica onde persistências tradicionais procuravam harmonias com ideias novas que iam sendo absorvidas depois de filtradas (SIQUEIRA, 1996: 504).

No entanto, como nosso foco é analisar a acusação de bigamia, nos atentaremos a observar se houve mudanças na inquirição ou nas sentenças em tais acusações. O Regimento de 1774, formulado pelo Cardeal da Cunha, manteve a estrutura dos 3 livros, mas foi consideravelmente reduzido, contendo 25 capítulos a menos do que o de 1640.

No tocante aos casos de Bigamia, esse regimento dedica 9 parágrafos em um título (12 do 3º livro) para explicar suas normatizações. A princípio explicita que

Todo o homem ou a mulher de qualquer condição , que tendo contraído primeiro matrimônio por palavras de presente na forma do concílio tridentino, se casar segunda vez, sendo viva a primeira mulher, ou marido; ou sem ter legal certeza da sua morte, como de direitos e requer: depois de perguntada pela atenção e ânimo, com quem cometeu este crime, fará a abjuração de leve, se a qualidade da pessoa e da culpa não pedirem maior abjuração: isso é uma pessoa plebeia será açoitada pelas ruas públicas, e degredada para as galés por 5 anos até 7 anos. A mesma pena de açoites terá sendo mulher, e degredo pelos ditos anos será para Angola, ou alguma parte do Brasil; e terão instrução ordinária, e penas penitenciais (SIQUEIRA, 1996: 954).

Todas as pessoas que cometeram este “crime” teriam uma penalização em comum, que seria da abjuração de leve, isto é o ato de renunciar aos crimes e erros contra a fé. Mas dependendo da qualidade da pessoa e da culpa, essa sentença deveria ser agravada. Novamente cabia exclusivamente a pessoas consideradas plebeias ou de mulher, ser açoitada e degredada para as galés. Já refletimos sobre o açoite no tópico anterior, mas ainda falta esclarecer acerca do que consiste esse degredo para as galés.

De acordo com Anita Novinsky, com exceção da morte em fogueira, penalização aplicada geralmente aos cristãos-novos que foram acusados de práticas judaizantes aqui na América portuguesa, o degredo as galés, por ordem de gravidade, estaria em segundo lugar (NOVINSKY, 2009: 47). Ainda afirma que os inquisidores “não aplicavam a pena capital com muita frequência, pois era mais conveniente ter os hereges vivos e sofrendo penalidades para servirem de exemplo” (NOVINSKY, 1985: 64).

Livres da fogueira, nossos réus não se livrariam porém dos castigos físicos e dos sofrimentos pessoais como os açoites, as galés e os degredos. Os dois últimos eram por vezes tão cruéis que ficamos a nos perguntar se “melhor” não seria o cadafalso da Ribeira, morte rápida pelo garrote (...) (VAINFAS, 2014: 389-390).

Mas o que era o degredo para as galés? Segundo Ronaldo Vainfas (2014) consistia no degredo para prestar serviços à Coroa portuguesa, e poderia ser em terra ou no mar: “entre ferros, açoites e doenças, à espera da morte ou da misericórdia do inquisidor. Alguns nem chegavam a cumprir pena, vilipendiados na própria viagem para Lisboa, rumo aos Estaos, e no próprio cárcere do Santo Ofício” (VAINFAS, 2014: 393).

Retomando a citação do primeiro parágrafo referente as sentenças para a prática de bigamia, podemos verificar que a única diferença na regulamentação é de que ao invés

de “mulher vil”, agora os açoites e o degredo as galés poderiam ser aplicados a qualquer mulher, sugerindo que talvez tenha ocorrido uma ampliação dessa penalidade.

Com o benefício de se isentar das “penas vis”, as pessoas consideradas nobres não escapariam dos degredos, sendo inclusive sugerido um tempo maior, entre seis e oito anos, de degredo a eles em relação ao degredo para as galés de pessoas “plebeias” e as mulheres, que variava entre cinco e sete anos. Mas adiante, os casos de relapsia na prática da bigamia são orientados a ter uma penalidade mais rigorosa, permanecendo com a aplicação de sentenças de acordo com a condição social da/do ré/réu (nobre ou plebeia) e na diferenciação de gênero (homem e mulher):

Sendo alguma pessoa castigada pelo Santo ofício e, tornando a cair na mesma culpa ; se no primeiro lapso tiver abjurado de leve segundo abjurara de veemente, e será condenada (não sendo nobre) em açoites e degredo para as galés por 8 até 10 anos; e sendo mulher será pelos mesmos degredada para Angola ou São Tomé ; e aos relapsos neste crime se imporão as penas espirituais mais rigorosas: se no primeiro lapso tiver abjurado de veemente, não abjurará no segundo, mas terá as mais penas de açoites e degredo ; e sendo pessoa nobre, em lugar dos açoites se ele agravará o degredo. (SIQUEIRA, 1996: 954)

Ao analisarmos tais informações podemos ver que esse regimento não se distancia das premissas estabelecidas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, pois permaneceram estabelecendo punições, que é seguido de apontamentos sobre as diferenciações dessa aplicação que variava de acordo com a qualidade da pessoa, podendo agravar para pessoas escravizadas, de condição social considerada inferior assim como as mulheres, ou amenizar tais sentenças para homens considerados nobres, e de cargos valorizados pelas legislações. Os açoites continuam sendo direcionados aos homens pobres e às mulheres, e o degredo permaneceu aparecendo como sentença dos desregradores do matrimônio.

Conclusão

Como vimos, as Constituições Diocesanas e os Regimentos Inquisitoriais de 1640 e 1774 criaram matrizes de sentido que irão nortear a constituição, no Brasil, de uma moral marcada por classificações sociais de gênero, raça e posição social. Neles, práticas ligadas à sexualidade, assim como a regulamentação matrimonial e de casos de bigamia, são definidas em conformidade com os princípios de uma rígida hierarquização social,

racial e de gênero, por vezes enfatizando um caso mais que outro, mas também mostrando o quanto ambos estão interligados.

Visualizamos que para os casos relacionados a acusação de bigamia a jurisdição responsável por inquirir e sentenciar tais casos seria o foro misto, no qual a Inquisição contava com o apoio civil e principalmente eclesiástico para a concretização de tais feitos. Nos Regimentos Inquisitoriais caracterizamos suas orientações sobre as práticas consideradas bígamas que privilegiavam pessoas consideradas de boa qualidade, priorizando a sentença de açoites para homens pobres e mulheres, e utilizando o degredo para todos acusados de tais práticas.

Depois da análise das leis sobre os procedimentos a serem tomados em relação a acusação de bigamia, resta-nos a dúvida acerca da sua aplicação na prática de pessoas que residiam nesse território. Quais são os motivos para tais ações? Questionamentos muito valiosos que serão analisados posteriormente a partir da análise de 18 processos inquisitoriais referentes à mulheres acusadas naturais ou residentes em territórios da América portuguesa no século XVIII.

Fontes:

LEGISLAÇÃO ECLESIASTICA:

VIDE, S. M. da. **Constituições Primeiras Do Arcebispado Da Bahia (1707)**. São Paulo: Typographia, 1853. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291> . Acesso em: 18/09/2020.

LEGISLAÇÃO CIVIL:

ALMEIDA, C. M. de. **Código Filipino: Ordenações e leis do Reino de Portugal**. 14 ed. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562747> . Acesso em: 18/09/2020.

REGIMENTO INQUISITORIAL:

SIQUEIRA, Sonia Aparecida de. **A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 157, n. 392, jul./set., 1996, p. 497-1020.

Referências:

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em 17/09/2020.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A Inquisição**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História)

NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição - Prisioneiros do Brasil: Séculos XVI a XIX**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009

PIMENTEL, Helen Ulhôa. **A ambigüidade da moral colonial: casamento, sexualidade, normas e transgressões**. Universitas FACE (substituída pela Universitas Humanas), v. 3, n. 4, 2007.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, B. S. MENESSES, M. C. (Org.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz – USP, 1984. (Coleção coroa vermelha: Estudos brasileiros)

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA INTERSEÇÃO ENTRE PRESERVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTABILIDADE

*Ana Paula Carvalho*⁷⁴

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa conceitual conduzida acerca do patrimônio cultural e a sua interseção com o turismo. Partindo-se da hipótese de que o turismo cultural funcionaria como um instrumento de preservação, desenvolvimento inclusivo e sustentabilidade, pretendeu-se identificar dinâmicas interacionais entre os conceitos que transitam entre os conflitos inerentes a essa atuação no Brasil. Deu-se especial ênfase às possibilidades de melhoria de aplicação de políticas públicas, por meio das quais a realidade turística pode afetar ou garantir a valorização de identidades culturais, a depender da forma como se estabelece junto à comunidade. O artigo também dialoga com as teorias e os avanços da política de patrimônio cultural conduzida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a fim de compreender as ações dos sujeitos políticos e sociais em sua gestão.

Palavras-chave: *turismo cultural; desenvolvimento sustentável; patrimônio cultural.*

Introdução

O presente estudo parte do binômio Patrimônio Cultural e Turismo, motivado pelas discussões suscitadas diante da migração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, assim como outros órgãos culturais, para o Ministério do Turismo, no âmbito do Governo Executivo Federal, no Brasil. Trata-se de uma reflexão conceitual e prática diante do movimento crescente de políticas públicas direcionadas à inter-relação de preservação do patrimônio cultural com as atividades e políticas públicas para o turismo.

Quando se pensa em patrimônio cultural, em qualquer de suas representações físicas e/ou simbólicas, é crucial considerar o papel e o desenvolvimento das atividades turísticas em torno do bem ou do sítio patrimonial. Ao se pensar nessa relação, a primeira impressão é o conflito entre os benefícios descendentes e a sua descaracterização, ou ainda a sua destruição.

Os maiores debates de políticas que aproximam patrimônio e turismo equiparam-

⁷⁴ Mestranda no Programa de Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio –PROMEP– Campus Cora Coralina, UEG. E-mail: gestaocultural.ambiental@gmail.com Orientadora: Luana Nunes Martins de Lima.

se à relação desenvolvimento econômico versus sustentabilidade. Assim, surge a indagação: como o turismo cultural pode proporcionar melhoria da qualidade de vida e renda da população residente em sítios patrimoniais, gerando empregos, renda, bem-estar, dinamização econômica e social? E ainda, como essa realidade turística, pode afetar/garantir a valorização das identidades culturais, dentro do melhor modelo de diálogo transversal entre os campos do patrimônio e do turismo?

Cabe ressaltar que o fato de um lugar possuir um patrimônio não é suficiente para promovê-lo turisticamente. É preciso gerar condições necessárias para apresentar, acondicionar e interpretar de maneira adequada esse bem, além de garantir a sua acessibilidade, preservação e salvaguarda. Ou seja: é necessária uma gestão adequada, baseada em critérios que permitam o seu uso, a difusão e o intercâmbio de conhecimento, a manutenção e a ampliação dos valores simbólicos nela contidos. Para Brito (2009), em “Las Ciudades Históricas Como Destinos Patrimoniales: Potencialidades Y Requisitos”,

a percepção da atividade turística como um fator de dinamização física, social, econômica e cultural vem se evidenciando, ao longo dos últimos anos, como uma questão recorrente e de importância não desprezível, especialmente, pelos gestores do patrimônio cultural. (BRITO, 2009:16, tradução nossa).⁷⁵

Seguindo o fluxo de outros países, o governo brasileiro tem implementado novas políticas e ações integradas destinadas a promover e difundir boas práticas dessa relação, com foco em ampliar os frutos colhidos pela comunidade local. Por esse viés, considera-se precípua a atuação de diferentes instituições e políticas públicas em conjunto com a iniciativa privada e a sociedade.

Desse modo, dispõe-se aqui a refletir sobre o patrimônio cultural e alguns dos conflitos que elucidaram grandes discussões e consequentes conceitos e políticas em torno de sua preservação. Muitos desses momentos tensos levantaram a questão do patrimônio e impulsionaram a sua garantia de proteção e preservação. Um desses conflitos é a sua relação com o turismo. A questão príncipe é estabelecer uma prática sustentável na forma como o patrimônio é apropriado pelo turismo, reverberando benefícios à sociedade, sem afastar-se do compromisso com a preservação do patrimônio, a sustentabilidade e o desenvolvimento local inclusivo.

⁷⁵ “La percepción de la actividad turística como un factor de dinamización física, social, económica y cultural viene evidenciándose a lo largo de los últimos años como una cuestión recurrente y de importancia no despreciable, en especial, por los gestores del patrimonio cultural.”

Patrimônio cultural: Breve trajetória de conceitos, conflitos e preservação

Antes de correlacionar patrimônio cultural e turismo é preciso reforçar alguns conceitos que envolvem patrimônio cultural, memória e identidade, e, sobretudo, a quem pertencem e em que contexto se é possível preservar, apesar de posicionar-se em um histórico de conflitos diversos, mas que também impulsionam a sua defesa.

O entendimento de conceitos acerca do patrimônio perpassa a cultura de herança, considerando amplamente a vontade de se transmitir conhecimento acerca da história dos povos e seus grandes feitos. Dessa forma, não há como dissociar o patrimônio cultural dos conceitos de memória e identidade cultural. E este é o primeiro campo de conflitos dessa reflexão: Pierre Nora (1993: 13) contrapõe os conceitos de memória e história. Em sua abordagem, o autor pontua que “os lugares de memória são, antes de tudo, restos, e que sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.”

Sobre conflitos que envolvem identidade, o escritor Osvald de Andrade (1928)⁷⁶ opõe a cultura tradicional e primitiva do povo brasileiro à cultura ingerida no processo de modernização e industrialização, ressaltando a importância da reafirmação identitária na manutenção da cultura brasileira. Setenta e três anos depois, Michel Agier (2001: 4) reflete sobre a cultura identitária em um contexto de globalização acelerada. O autor é claro ao dizer que “toda identidade é múltipla, inacabada, instável e será sempre experimentada mais como uma busca que como um fato”.

É notório que esse campo enfrenta muitos obstáculos e discussões desde guerras civis a guerras mundiais, passando pelo entrave político, social e econômico, século após século. Globalmente, os principais atritos relacionam-se com a luta pela valorização dos direitos do homem, sua memória, sua identidade em contraposição ao desenvolvimento econômico, intrinsecamente ligado aos processos de urbanização e industrialização e, mais tarde, da globalização.

Retomando a cronologia histórica, tais formulações foram mais enfatizadas na cultura ocidental, ganhando força à medida que os direitos individuais e coletivos também se fortaleciam dentro da Revolução Francesa (1789). Nesse movimento revolucionário, Pelegrini (2009: 19), lembra os motins e destruições ocorridos e que comprometeram a integridade de vários monumentos que representavam o passado monárquico. Segundo a autora, “tal fato suscitou a necessidade de preservação de testemunhos da história do país,

⁷⁶ Osvald de Andrade. **Manifesto Antropofágico**. (Rio de Janeiro: Revista de Antropofagia, 1928).

levando o Estado a tomar imóveis e obras de arte como bens elevados à condição de propriedade pública”. Em outras comunidades europeias se seguiu o exemplo, ao longo do século XIX.

No Brasil, antecedendo a Semana de Arte Moderna de 1922, no ano de 1916, Alceu Amoroso Lima, escritor, e Rodrigo Melo Franco de Andrade⁷⁷, anunciam, em Minas Gerais, a descoberta do Barroco e proclamam a necessidade de sua preservação. No mesmo ano, Amoroso Lima publica na Revista do Brasil o artigo Pelo Passado Nacional.⁷⁸ Já em 1920, Alberto Childe, então arqueólogo do Museu Nacional, escreve um anteprojeto de Lei de defesa do patrimônio artístico, em especial arqueológicos, o que para Telles (2009: 4) vem a ser uma das pioneiras tentativas de se criar uma legislação protetora do patrimônio arqueológico brasileiro.

De fato, em 1922, a Semana de Arte Moderna destaca Manuel Bandeira e Mário de Andrade, que virão a ter importante papel na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Muitos autores alegam que, pela primeira vez, Mário de Andrade se manifestou acerca da dimensão imaterial do patrimônio. O levantamento de bandeiras sobre essa valorização contrapõe-se ao mais pungente cenário de conflitos no campo do patrimônio cultural à época.

É nesse ano que ocorre o último passo do desmonte do Morro do Castelo, como fruto de uma reestruturação urbanística no centro do Rio de Janeiro. No espaço antes ocupado pelo Morro instalar-se-iam os pavilhões e os palácios da exposição Internacional do Centenário da Independência. O que, segundo Simas (2020) “representava a busca pelo ideal moderno em contraposição ao que era considerado o atraso”. A autora frisa que

Havia muitas controvérsias sobre o desmonte do Morro do Castelo, alguns se valiam dos argumentos da falta de higiene e do atraso que representava, e que devia acabar porque desfigurava a cidade carioca. Para outros, significava a destruição da própria memória da cidade. (SIMAS, 2020).

Esse fato é apenas um de incontáveis exemplos em que o patrimônio cultural fora submergido por políticas desenvolvimentistas, que ignoravam o fato de que ele é, ao mesmo tempo, herança, fruição e memória. É também, “principalmente para os países em desenvolvimento, uma possibilidade de sustentabilidade” (SOARES, 2009: 25).

Mas os conflitos, perdas e discussões não foram em vão. Diante de amplos e

⁷⁷ Presidente do Iphan entre 1937 e 1967.

⁷⁸ Site do IPHAN, Linha do Tempo (2018). Ver ano 1916. Disponível em <http://www.juniornsv.com.br/80anos/>

diversificados movimentos, em janeiro de 1937, o Brasil cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a finalidade de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

A Constituição Federal promulgada em 10 de novembro deste ano, em seu artigo 134, amplia o conceito e a preservação do patrimônio, e apenas 20 dias depois, o Decreto-Lei nº 25/1937 regulamenta o tombamento no Brasil. Embora datem da mesma década as primeiras legislações de proteção ambiental no Brasil, a questão da paisagem ambiental não fica explícita como bem patrimonial, mas de forma análoga⁷⁹.

Já em um momento pós 2ª Guerra mundial, discussões sobre os direitos humanos ganharam grande prospecção. Nesse contexto foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Uma das grandes considerações suscitadas foram os bombardeios que destruíram importantes monumentos de representatividade cultural da humanidade, o que reergueu importantes discussões, que alcançaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Consta em seu texto, Artigo XXII, que todo ser humano, como membro da sociedade, possui direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. (Assembleia Geral da ONU, 1948).

O alcance de tais discussões e reflexões levou à Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (Convenção de Haia), em 1954 e ratificada pelo Brasil em 1958⁸⁰. O documento produzido define conceitos em torno de bens patrimoniais e acorda a tomada de atitudes não apenas durante conflitos armados, mas em tempos de paz. Considera ainda que atentados perpetrados contra os bens culturais, qualquer que seja o povo a quem eles pertençam, constituem atentados contra o patrimônio cultural de toda a humanidade, sendo certo que cada povo dá a sua contribuição para a cultura mundial.

Infere-se, portanto, que houve uma comoção internacional mediante as imensuráveis perdas patrimoniais provocadas pela guerra, atacando os povos em seus bens materiais, ambientais, sociais, econômicos e afetivos, mas também em sua dignidade, identidade, memória e história, o que lhes são tão caros. Contudo, mais uma

⁷⁹ Delphim (2014): “De forma análoga a esses bens, aos quais são equiparados, são considerados os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que foram dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”

⁸⁰ Decreto nº 44.851, de 11 de novembro de 1958: promulga a convenção e protocolo para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, Haia, 1954.

vez, um conflito ideológico e político, com viés econômico, atinge diretamente a sociedade, mas impulsiona políticas de proteção aos bens, dando-lhe mais força e instrumentos.

No tocante ao patrimônio natural, embora date de 1961 o instrumento legal de proteção aos monumentos arqueológicos e pré-históricos (Lei nº 3.924/1961) envolvendo elementos como os sambaquis e equivalentes e jazidas, é em 1964, na Carta de Veneza⁸¹, que se define que “o monumento é inseparável do meio em que se situa”. Essa reflexão viria a ser um marco crucial para as políticas de patrimônio, meio ambiente e turismo que se seguiriam.

Ao considerar o meio, a Constituição Federal Brasileira promulgada em 1967, em seu Art.180 inclui no rol de bens que ficaria sob a égide do Estado as paisagens naturais notáveis e locais de valor histórico ou artístico – além das jazidas arqueológicas. É um momento crucial na construção de um entendimento de inter-relação e mutualismo entre os bens culturais e o meio natural. Para Delphim (2004: 3) “é na natureza que se encontram todas as fontes materiais e imateriais da produção cultural.”

Em busca de desenvolvimento e integração, as políticas econômicas brasileiras, na década de 60 - iniciadas com a Marcha para o Oeste na década de 30 -, investiram na modernização agropecuária no interior do país, na transferência da Capital para Brasília, e na integração do território. Essa política reflete diretamente na demografia e em processos de urbanização acelerada, além de uma corrida comercial e industrial em todo o país. Quanto maior a necessidade de produção, de mais espaço se apropria, e isso atinge diretamente grupos comunitários ribeirinhos e populações tradicionais, modificando a sua condição de vida no meio em que se formaram.

Outros esforços visam colocar o Brasil – em uma fase nacionalista – sob o interesse mundial. Lança-se o Tropicalismo e enxerga-se uma outra oportunidade comercial, a partir da recomendação da UNESCO de se convencionar 1967 como o Ano Internacional do Turismo. Ao longo dessa década, o turismo passa a ser visto como solução para inserir o patrimônio cultural como fator de desenvolvimento econômico dos países, sobretudo dos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. A década de 1970 pode ser simplesmente traduzida na reflexão de Chuva (2012: 163). Para a autora,

⁸¹ Carta internacional sobre conservação e restauro de monumentos e sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório. Maio de 1964.

A noção de referência cultural, formulada nos anos 70, foi fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção do patrimônio cultural. Sem perdê-la de vista, outras noções, como a de paisagem cultural, têm se tornado importantes nesse processo. Originariamente lançada pela Unesco, a categoria de paisagem cultural talvez seja, hoje, um dos principais passos dados no sentido da superação da falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, pela ênfase na relação entre o homem e o meio, especialmente se associada à noção de lugar, não como uma categoria de patrimônio imaterial, mas como um dos elos pertinentes para constituir um patrimônio cultural integral. (CHUVA, 2012: 163).

Como resultado dessas construções, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (artigos 215 e 216) explicita o patrimônio cultural como uma construção coletiva e multifacetada da sociedade em sua íntima relação com o meio. É nesse momento também que se fala em direito e dever – do Poder Público junto com a comunidade – no que tange à sua promoção e preservação.

Nascem, então, instrumentos capazes de justificar a salvaguarda das referências culturais, identidades, celebrações, lugares de memória, saberes tradicionais. E no momento em que passam a ser fomentadas e promovidas, o turismo se oferece para conectar oferta e demanda. Mas como em toda corrida lucrativa, a oferta à revelia – precária em reflexões, adaptações e, sobretudo, participação social – traz consigo danos, apropriação e deformação cultural, além da degradação ambiental.

É importante frisar, ao encerrar esse tópico, que toda uma trajetória de conflitos entre progresso e herança, e entre turismo e patrimônio culmina hoje em movimentos sociais e políticas públicas que clamam por uma gestão colaborativa, uma governança participativa. Para Barquero (2001: 10), “são as iniciativas e o controle exercido pelos atores locais e a sociedade civil, através de respostas estratégicas, que contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões”.

Turismo cultural e patrimônio: Desenvolvimento inclusivo, sustentabilidade e preservação

Como anteriormente abordado, data da década de 1960 o relacionamento do turismo com o patrimônio cultural. Esse envolvimento foi apresentado como proposta e alternativa de desenvolvimento dos países no pós-guerra, por meio de uma série de reuniões e conferências fomentadas pela Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁸². As Cartas Patrimoniais desse período deixam claro a ênfase dada ao turismo como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural. De acordo com Leal (2008: 15) em “As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent”:

A 72ª Reunião do Conselho Executivo da UNESCO, ocorrida em Budapeste em maio de 1966, apresentou um estudo sobre a possibilidade e utilidade de associar a conservação dos bens culturais ao desenvolvimento do turismo, levando-se em conta os valores históricos, artísticos e educativos inerentes a esses bens culturais. (LEAL, 2008: 15).⁸³

Nesse panorama de esforços internacionais pela unificação dos povos, para a promoção da paz e a redução de conflitos, visava-se também o fortalecimento econômico e a promoção da tolerância e do respeito à diversidade dos povos, como forma de dirimir conflitos e influenciar o progresso. Essa questão será ainda mais enfatizada nas Normas de Quito, estabelecidas durante a Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, mas que seguiram as décadas seguintes.

Nesse tempo já se questionava as atribuições que algumas práticas predatórias de turismo poderiam ocasionar ao patrimônio cultural. No entanto, foram e ainda são defendidas estratégias e considerações acerca dos benefícios, ainda maiores. No Brasil, em 1968, Renato Soeiro⁸⁴ defendeu a valorização do nosso patrimônio cultural e sua integração nos planos de turismo e desenvolvimento econômico do país. Seguiu-se, nos anos seguintes, para um estreitamento nas relações entre o atual Iphan e a Embratur, alinhados com o escritório da Unesco no Brasil, para a execução do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas.

Cabe citar Michel Parent, perito da UNESCO, enviado ao Brasil para a realização de pesquisas que pudessem nortear os esforços nacionais, com o apoio de organismos

⁸² A UNESCO foi criada em novembro de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades.

⁸³ *Resolutions et Decisions adoptées par Le Consil Executif en sa soixant-douzième sesssion*, documento anexo a HAGUENAUER, René. Ofício a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 08/08/1966 – Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro, AA01/M066/Cx.59/P0189. Em francês no original; tradução de Claudia Feierabend Baeta Leal.

⁸⁴ Renato Soeiro foi Diretor do então DPHAN (atual IPHAN) entre 1967 e 1969, sendo 1968 um ano importante e controverso, em que foi criado o Museu do Folclore no Rio de Janeiro; instituído o Conselho Federal de Cultura; instituído o AI nº 5 e; ocorre a Conferência Geral da UNESCO, aprovando a Recomendação referente à Conservação dos Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas ou Privadas.

internacionais, com vistas a inter-relacionar turismo, desenvolvimento e a preservação do patrimônio cultural – já considerando a valorização de sítios arqueológicos, históricos e naturais. Em seu relatório – Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico -, Parent foi enfático ao dirigir-se ao turismo como estratégico no processo de proteção dos bens e desenvolvimento econômico. É importante ressaltar que

a noção de patrimônio apresentada por Parent em seu relatório não se limitava ao patrimônio edificado ou natural, mas incluía as tradições, as manifestações culturais, o que aparece também em sua proposta de desenvolvimento do turismo como um processo de intercâmbio cultural, de “compreensão mútua entre os povos e o desenvolvimento e salvaguarda de suas culturas específicas”, beneficiado, no Brasil, pela diversidade do patrimônio, pela amenidade do clima e pela “disposição inata do brasileiro de ser um anfitrião” (LEAL, 2008: 21).

É necessário incluir aqui o contraponto crucial para a delimitação dessa pesquisa: os conflitos entre os abalos ao meio ambiente e às comunidades locais que o turismo pode provocar. O supracitado relatório de Michel Parent, logo em sua Introdução, o articula, demonstrando também sua preocupação. Segundo o relator, (o turismo) na ânsia de satisfazer a uma grande clientela, fonte de lucros, pode, ele próprio, acrescentar danos aos demais fatores de degradação, e, tanto material como psicologicamente, contribuir para degradar os bens naturais e culturais. Gostaria de enfatizar um trecho de seu relatório em que, embora escrito há cerca de cinco décadas, nos remete há uma atual oportunidade de decisão e trajetória. Esse trecho, relacionado ao Brasil, pode ilustrar melhor a diferenciação de resultados esperados pelo turismo, considerando duas vertentes: o turismo de massa ou o turismo de base comunitária. Segundo Parent (2008: 43) “a qualidade sem a quantidade hoje nada mais é do que o sinal de uma cultura voltada sobre si mesma e, no final das contas, vencida”.

Parent anuncia ainda uma reflexão acerca dessa dupla relação, quantitativa e qualitativa, e descreve o Brasil positivando as possibilidades tanto do turismo quanto do seu desenvolvimento, a partir de seus bens culturais manifestados.

Ao estimular essa reflexão acerca da dualidade “quantidade e qualidade”, o pensamento de Parent nos remete à crescente mobilização social – e também mundial – em torno da personificação local do turismo cultural. Percebe-se ao final um alerta urgente sobre as ameaças ao patrimônio cultural imaterial (ou intangível) diante dos claros danos causados pela mencionada ânsia do turismo pelo lucro, assim como diversos outros fatores que oprimem e dificultam as manifestações, ao longo das últimas décadas

no Brasil. Neste momento é possível perceber que o turismo é dotado do que se pode convencionar de diretrizes opostas.

Nesse sentido, é importante frisar que, assim como o comércio, ele é de livre iniciativa, em que o mais forte - ou o maior investidor no ramo – possui maiores e melhores condições de arrematar o público crescente, suprimindo as pequenas iniciativas locais, os pequenos empresários, a população local e até mesmo os detentores de bens imateriais, subordinando-os aos seus regimes de trabalho e aos seus moldes desenhados para atrair melhor o público-alvo.

Tal fato acaba por descaracterizar bens, manifestações e comunidades, recriadas especialmente para atração turística de massa.

Por outro lado, ao investir-se de políticas públicas e fomento social, o turismo não pode ser deliberado apenas como uma atividade econômica com fim em si mesma, vislumbrando unicamente a rentabilidade. Para Parent, é ao contrário:

importa que o turismo não constitua um fim em si mesmo, nem mesmo um meio de satisfazer simultaneamente a curiosidade e o conforto de não-brasileiros ou de uns poucos brasileiros desconectados da realidade nacional, mas que o modelo técnico da infraestrutura associe o modo de conhecer a cultura brasileira à maneira de vivê-la e, desse modo, possa integrar a tradição, a ciência e a salvaguarda dos valores do Brasil antigo ao desenvolvimento do Brasil futuro. (LEAL, 2008: 22)

Apesar dos esforços enveredados, o turismo se instalou no Brasil mediante grandes investimentos internacionais e a criação de uma imagem turística sedutora de atração. Tal fato propiciou a escolha de investimentos em determinados locais de maior potencial comercial em detrimento de muitas comunidades culturais. No entanto, as políticas públicas do Brasil da última década retomam a aproximação de órgãos de patrimônio (IPHAN) e turismo (Ministério do Turismo).

Nesse universo - âmbito governamental - e envolvendo diversos segmentos sociais, identifica-se uma intensa agenda voltada ao turismo cultural. O marco atual dessa aproximação é reconhecido pela campanha “2019: O ano do Patrimônio + Turismo”. Trata-se de conjunto das dez metas que consubstanciam o planejamento de ações integradas que expressam a decisão estratégica para a gestão do turismo cultural.

Tal estratégia é fruto dos Acórdãos nº 3155/2016 e nº 311/2017 do Tribunal de Contas da União, decorrente de auditoria realizada no Ministério do Turismo, cujo objetivo foi de avaliar as prioridades na alocação dos recursos federais descentralizados

aos municípios. Este, “recomenda a elaboração em conjunto entre Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, o então Ministério da Cultura/IPHAN e demais órgãos afins, de uma Política Nacional de Gestão do Patrimônio Mundial. ” (BRASIL, Acórdão nº 3155/2017-TCU-Plenário):

Recomenda à Casa Civil da Presidência da República que elabore uma política nacional de gestão do patrimônio mundial da humanidade, que contemple, entre seus objetivos, a exploração turística adequada e a definição das responsabilidades das instituições em todas as instâncias federativas, na iniciativa privada e na sociedade, com vistas à estruturação do destino, de forma a torná-lo autossustentável.

Em face dessa recomendação, o Ministério do Turismo, o Ministério do Meio Ambiente e o então Ministério da Cidadania/IPHAN, entre 2018 e 2019, estreitaram esforços para consolidar a regulamentação da Lei Nacional do Turismo, no que concerne ao desenvolvimento, estruturação e promoção dos segmentos turísticos relacionados ao Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil, no âmbito da Política Nacional de Turismo.

As metas envolvem, em primeiro lugar, o Decreto Federal para a Política Nacional de Gestão Turística dos Sítios Patrimônio Mundial. Cumprida em abril de 2019, o Decreto nº 9.763 regulamenta o disposto na Política Nacional de Turismo, de 2008⁸⁵. É importante ressaltar que o Decreto nº 9.763/2019 delimita conceitos importantes, dentre os quais são considerados fundamentais para o presente estudo: cidades históricas; destinos patrimoniais; e turismo de base comunitária.

Se em 2018 houve uma aproximação entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – com o Ministério do Turismo, em 2019, o órgão passou a integrá-lo⁸⁶. Diante disso, ratifica-se hoje a interseção entre patrimônio cultural e turismo. Nesta formulação, o Iphan dentro do Ministério do Turismo deverá lançar mão das diretrizes do supracitado Decreto, e nele embasar-se para desenvolver amplamente o turismo cultural, garantindo-lhe o acesso e a congruência de todos os conceitos que os cercam. Notória evolução dessa política diz respeito aos seus conceitos e princípios norteadores, dentre eles: educação patrimonial, economia criativa, gestão compartilhada, participação social, acessibilidade, qualificação profissional, desenvolvimento

⁸⁵ Decreto 9763/2019: Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, ordenar e promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.

⁸⁶ Após a extinção do Ministério da Cultura pelo atual Presidente da República Jair Bolsonaro, o IPHAN foi encaixado no Ministério da Cidadania, até novembro de 2019, quando foi direcionado ao Ministério do Turismo. Nessa transição, o IPHAN foi separado da atual Secretaria Especial de Cultura (antigo Ministério da Cultura). Na virada do primeiro semestre de 2020, a Autarquia retornou para a pasta desta Secretaria.

econômico sustentável e a conservação e a salvaguarda do patrimônio mundial.

É nesse sentido que o presente estudo defende a interseção do turismo com o patrimônio cultural. É possível ainda uma modulação coletiva focada no fortalecimento de uma cultura de turismo que se empenhe e seja apropriado pelas comunidades locais. Diante de movimentos crescentes no tocante à economia criativa e gestão compartilhada, defende-se a adoção de medidas adequadas para garantir disponibilidade de infraestrutura e serviços básicos para comunidades que se encontram e atuam dentro e em torno de bens patrimoniais.

Considerações Finais

Por meio de parcerias público-privadas e da gestão compartilhada (eixos da governança participativa) é possível promover meios de vida sustentáveis para as comunidades locais. Por sustentabilidade, entende-se a propiciação de oportunidades, capacidades e dignidade para todos, a fim de que a população seja capaz não apenas de envolver-se com a preservação do patrimônio cultural, mas por meio dele tecer melhorias em sua qualidade de vida, seu bem-estar e sua relação com o meio natural, do qual provém a matéria-prima de sua expressão cultural.

Dentro da perspectiva da Convenção do Patrimônio Mundial (1972) “qualquer política que vise o desenvolvimento sustentável terá necessariamente que levar em consideração as inter-relações entre a diversidade biológica e o contexto cultural local.”

É precípuo que ações turísticas promovam meios de vida para comunidades locais ao propiciar crescimento econômico duradouro, inclusivo, equitativo e sustentável. Assim, chegamos no escopo de uma das diretrizes principais necessárias ao turismo cultural no momento em que se envolve no âmbito do patrimônio cultural: o desenvolvimento inclusivo – social e econômico. Para Capanema (1979) “a preservação do patrimônio histórico é fator de promoção e harmonização do crescimento urbano na medida em que deve compatibilizar os interesses de crescimento urbano com as raízes culturais que lhe dão origem”⁸⁷.

Dessa forma, todos os direcionamentos sociais e políticos que visem promover o investimento econômico e o turismo devem ser baseados nas comunidades, por meio de

⁸⁷ Exposição de motivos nº 320/79, submetida pelo Ministro Gustavo Capanema ao Presidente da República em 08 de novembro de 1979, transcrita em ***Proteção e vitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória***. SPHAN. (Brasília, 1980). P. 109-110. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)

gestão compartilhada e participação social. É crucial o entendimento de que os benefícios vislumbrados pela cooperação intersetorial devem ser compartilhados localmente. Não se trata apenas de estimular a participação social em momentos pontuais de tomadas de decisões, mas de empenhos em sua capacitação; de fomento à inovação e ao empreendedorismo local. Ademais, a economia criativa local mostra-se capaz de estimular e proteger a diversidade biológica e cultural mais que qualquer outra forma de relação comercial ou política global de proteção e preservação cultural.

A interseção estimada entre patrimônio cultural e turismo é possível quando consideradas nessa relação três dimensões centrais: sustentabilidade; desenvolvimento inclusivo; e preservação do patrimônio cultural, enquanto representação viva de seu povo, por meio de suas memórias, identidade e referências culturais. É essencial que se seja sensível ao meio natural e cultural, pensando em participação e inclusão, em colaboração eficaz com os agentes de patrimônio.

Referências

AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.7, n.2, p. 7-33, outubro de 2001. <http://www.scielo.br/pdf/mana/v7n2/a01v07n2.pdf>

BARQUERO, A.V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.

BRASIL. **Acórdão nº 3155**, de 07 de dezembro de 2016. Auditoria Sobre o Turismo no Patrimônio Mundial da Humanidade no Brasil. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-sobre-o-turismo-no-patrimonio-mundial-da-humanidade-no-brasil.htm> Acesso em 13 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1937) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: 1937.

BRASIL. **Decreto nº 9.763**, de 11 de abril de 2019. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-sset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137356/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-763-de-11-de-abrilde-2019-71137346 . Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm . Acesso em: 10 mai. 2020.

BRITO, Marcelo. **Ciudades históricas como destinos patrimoniales: una mirada**

comparada: España y Brasil. Sevilla: Junta de Andalucía; Consejería de Cultura, 2009.

CARTA DE VENEZA. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236> Acesso em: 4 ago. 2020.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: CHUVA, M. História e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, 2012, p.149-166.
Link: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>

DELPHIM, C. F. M. **O patrimônio natural no brasil**. Rio de Janeiro, 2004.

TELLES, Mário F. P. Direitos culturais e a proteção jurídica do patrimônio arqueológico brasileiro: notas sobre a lei 3.924/61. **Revista Direitos Culturais**, [S.l.], v. 4, n. 6, p. 199-212, Dez. 2009. ISSN 2177-1499. Disponível em:
<<http://srvapp2s.urisan.tcche.br/seer/index.php/direitosculturais/article/view/31/25>>.
Acesso em: 19 Ago. 2020.

NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. SP, 10, dez.1993. p. 7-28 Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>

OEA. **Normas de Quito**. Equador, 1967. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf> Acesso em 11 ago. 2020.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> . Acesso em 13 ago 2020.

PARENT, Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico (tradução de Rejane Maria Lobo Vieira) in: LEAL, Claudia F. Baeta (org.). **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. Rio de Janeiro: IPHAN; COPEDOC, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Cultural: Conhecendo um pouco mais. In: **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. SP: Brasiliense, 2009, p.19-41.

SIMAS, Daniele. O desmonte do Morro do Castelo. **Biblioteca Nacional**: 2020. Disponível em:<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/desmonte-morro-castelo> Acesso em 08 ago. 2020.

SOARES, Inês Virgínia Prado Soares. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009. 478 p.

A FIGURA DO FRADE GIROLAMO SAVONAROLA DIANTE DO PANORAMA GERAL DA CIDADE DE FLORENÇA AO FINAL DO SÉCULO XV

Ana Paula Teixeira e Santos⁸⁸

RESUMO: Tendo como temática central da pesquisa o pensamento político italiano e, especificamente, florentino, frente a situação das entidades político-administrativas da península, sem desconsiderar o quadro mais amplo das convicções, ações, representações, símbolos e ideais políticos europeus do tardo-medieval e constatando a importância dos referenciais ditos religiosos ainda durante o chamado Renascimento, estabelecemos como objeto do nosso trabalho o projeto político-religioso que o dominicano Girolamo Savonarola postulou para Florença nos anos finais do século XV a partir de sua posição de autoridade enquanto profeta cristão. Nesse texto procuramos nos focar de forma mais aprofundada nas duas primeiras partes da dissertação, correspondentes aos dois primeiros capítulos, uma vez que esses já foram produzidos em uma primeira versão, traçando as linhas que nortearão a elaboração do capítulo final.

Palavras-chave: *Florença, cultura política, republicanismo, tirania.*

Introdução:

Como passo inicial de nossa pesquisa, nós compreendemos a validade do estudo das formas de agir, ler e apreender o político em suas diferentes formas ao longo do medieval; o recorte da Itália no momento mesmo da transição entre a assim denominada Idade Média e a Modernidade, nos instigou a entender mais a fundo os referenciais e os valores alimentados naquela região no que diz respeito a esse terreno da vida social. Para tanto, a nossa investigação tem se focado nas avaliações e projeções de um indivíduo em particular a quem é atribuído um papel de relevância nos acontecimentos que marcaram não somente a cidade de Florença, mas que também tiveram grandes desdobramentos para a península como um todo, com a entrada do rei francês Carlos VIII no ano de 1494 nas terras italianas. O pregador vivia na cidade da Toscana há alguns anos e já se colocava como um profeta e teria então supostamente anunciado a chegada do rei, tendo, segundo suas palavras, sido enviado por Deus como um novo Ciro, fazendo assim referência ao imperador persa responsável, de acordo com as Escrituras, pela libertação do povo judeu do cativeiro babilônico, como nos coloca Gabriel Lauter (2015: 40). Savonarola teria aumentado muito sua fama nesse período e a alegada realização de sua profecia

⁸⁸ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), orientada pela professora doutora Armênia Maria de Souza. Bolsista CAPES. Email: anapaulatsantos@outlook.com.

permitira ainda com que ele participasse das negociações do governo florentino com o rei durante sua passagem pela cidade, tendo sido imputada a ele grande influência na tomada de decisões de Carlos VIII, sendo, dessa forma, considerado como fundamental no sentido de evitar um possível ataque francês aos florentinos. (STRATHERN, 2015: 207-208).

É certo que o modo como Savonarola influenciou nesses eventos e o crescimento de sua notabilidade em decorrência deles teriam sido decisivos em duas outras questões: em primeiro lugar na sua capacidade de intervenção nos rumos da nova organização política da cidade, tendo o povo florentino, naquele mesmo ano e às vésperas da entrada do rei, derrubado a família Medici do governo da cidade que já durava cerca de sessenta anos e expulsando seu líder, bem como muitos de seus parentes e aliados. Esse é justamente um dos fatores essenciais que nos ajudam a entender o quadro político de Florença ao final do século XV, sendo, contudo, necessária uma explanação e análise desse quadro a longo prazo. Em segundo lugar, o prestígio conquistado pelo clérigo com seus sermões, predições e, sobretudo, com o encaminhamento dado a esse em suas ações de 1494, criaram condições para a escolha de Savonarola, por parte da *Signoria* (o principal órgão governamental da cidade), como o homem indicado para delinear os princípios e formas de funcionamento do novo governo, o que ele efetivou na escrita de seu “*Tratado sobre o regime e o governo da cidade de Florença*” (1498). Por tais motivos foi que se deu a escolha desse texto como fonte principal de estudo, aliada ainda a alguns de seus sermões emitidos a partir de 1494 e que compõem o livro “*Selected writings of Girolamo Savonarola*”, editado pela Universidade de Yale.

Ao observar tais escritos, podemos notar a presença de algumas ideias e certas categorias de pensamento, conceitos da Antiguidade clássica que vinham sendo retomados, como o ideal do “bem comum”, a noção de “poder” e as definições de “tirania” e de “governo civil”, permeados em seu discurso de preceitos cristãos. Esse último, segundo entendemos e conforme nos aponta a bibliografia seria correspondente a uma forma de governo republicana, precisamente o modelo proposto pelo frade para a cidade através de uma argumentação que especifica o lugar de Florença e de seus homens, diferenciando-os e assim afirmando ser esse modo de governo o escolhido por Deus para seus homens. Para perscrutar o problema sobre como se fez possível a formação do projeto de Savonarola nos baseamos no aporte teórico da História Política de René Rémond (1994; 2003), Jean-François Sirinelli (2014) e tomando como norteador o conceito de “cultura política”, inicialmente usado na historiografia em alinhamento com esse tipo de produção de conhecimento histórico, procuramos aqui fazer alguns apontamentos sobre a possível existência de uma cultura política republicana em Florença tão debatida com relação à todo o território italiano e estabeleceremos então as possíveis ligações

entre essa e a proposta político-religiosa do frade, avaliados ainda como os referenciais e a construção de sua trajetória ao longo de sua história se imiscuíram nessa defendida cultura política republicana apresentada pelo frade para apoiar seu projeto em oposição a ideia de tirania, para ele a deturpação maior do poder político. (SAVONAROLA, 2019).

Cabe registrar ainda a nossa ponderação de que esse trabalho se justifica para contribuir com as discussões sobre o pensamento político medieval que, embora já tenha sido foco de diversos estudos, recebendo alguns diferentes vieses de observação, não é, contudo, um assunto esgotado, estando, pelo contrário, constantemente sendo renovado e, com isso, abrindo novos caminhos de interpretação, revisão e conhecimento profundo. Sendo um tema complexo e significativo, o pensamento político da Renascença italiana é, sobremaneira, um ponto de especial interesse entre os pesquisadores, haja vista ser tido como um período de profícua produção intelectual e de modificações históricas relevantes. A originalidade do trabalho estaria em pensar de forma não superficial a relação desse tipo de pensamento com as prescrições e concepções religiosas dentro mesmo das produções de um homem que seria mais do que um clérigo, um profeta selecionado por Deus, homem que esteve no centro das disputas de ideais políticos de uma das mais ricas cidades daquela época, mesmo no momento em que passou por conturbadas mudanças e enfrentamentos políticos. Além de poder ajudar assim com futuras pesquisas e com o saber já estabelecido, não se pode ignorar as motivações do tempo presente em que muitas vezes o campo político e religioso se misturam e em que o poder político se concentra nas mãos de certos grupos, famílias ou indivíduos particulares.

Tendo por objetivos, portanto, refletir sobre como a perspectiva religiosa do frade foi incorporada em seu pensamento político, investigar como o ambiente de Florença afetou a criação de sua forma de pensar um sistema político para a cidade e interpretar seu projeto entendendo como os conceitos e categorias por ele usados refletiam a época em que viveu, surgem nossas hipóteses. Para começar, acreditamos que seria em razão precisamente da formulação de suas profecias que o frade pôde ser considerado como o homem indicado a fornecer as orientações para o governo da cidade. Depois, supomos que foi por meio da apropriação de temas e termos próprios de seu tempo que ele foi capaz de mobilizar o povo em torno de seu projeto, convencendo da superioridade deste não somente por derivar de uma decisão divina, mas também por ter efetividade prática. Por fim, postulamos que foi a concentração de poder em certos grupos de um determinado estrato social que Savonarola passou a rejeitar tanto o governo de um homem só, que em Florença sempre redundaria em tirania, como o governo dos “otimates”, recomendando para a cidade o governo civil (SAVONAROLA, 2019), ou republicano, que cabe a nós investigar como funcionaria e seria

guiado na prática. Assim, tendo por base os dados já expostos, seguimos para o entendimento de quem foi Girolamo Savonarola, como estava a situação na cidade de Florença quando ele ali se instalou em definitivo e como ele se colocou frente às questões da cidade, sendo esse o estágio mesmo ao qual chegou nossa pesquisa até o presente momento.

1. A especificidade historiográfica no tratamento das cidades medievais

Antes de mais nada, entendemos a importância de entender a cidade de Florença enquanto um recorte espacial de caráter particular, não apenas considerando-a como uma formação social e geográfica de características próprias, como também localizando-a dentro da temporalidade que nos interessa; por outro lado, vislumbrando não somente o modo que esse tipo de espacialidade é entendida pela ciência da História, mas, de forma mais meticulosa como se constituía uma cidade na Europa ocidental da era medieval. Afirmamos a necessidade de um olhar mais metucioso sobre esse tópico justamente pelo fato de Savonarola se debruçar sobre Florença de forma particular e por acreditar que a cidade teria sido especialmente eleita por Deus. Maria Stella Bresciani faz então a distinção de como a cidade tem sido analisada dentro do âmbito do estudo da História, apontando para a fecundidade das leituras mais atuais que pensam a cidade em suas transformações, em sua historicidade, não enxergando-a como algo acabado e redutível a meros critérios objetivos como os que apontam para o dimensionamento de seus territórios. Para ela, a cidade seria um espaço de desapontamento de nova sensibilidade e nesse sentido propõe uma observação das relações intersubjetivas que nela se desenvolvem. (BRESCIANI, 2002). Nesse sentido é que aderimos a observações de certos historiadores para pensar Florença muito mais do que como uma das maiores cidades europeias (TENENTI, 1973: 16-17), dentro da mais vasta gama urbana do continente à época, a italiana. (GILLI, 2011: 207-217). Cercada por muros para garantir a segurança interna como as outras cidades da época, mas que, ao mesmo tempo podiam gerar a sensação de aprisionamento, em especial em períodos de distúrbios militares ou sociais (BARROS, 2013: 12-16) como os que ocorreram na cidade da Toscana no final do século XV, os habitantes de Florença tinham nessas construções fortes símbolos de suas vivências. Jean-Delumeau afirma mesmo que esses representavam uma das formas em que a população da época buscava extirpar o medo. (DELUMEAU, 2009: 11-23).

O fato é que, como diz Jacques Le Goff, convivendo assim uns com os outros em um tipo de “privacidade alargada”, onde todos se observavam mútua e constantemente de tal modo que as interações promoviam vínculos e segregações, funcionando a cidade como um todo

orgânico que sofria alterações na sociabilidade de forma total diante de mudanças sociais (LE GOFF, 2006: 225-232), a presença dos muros não impedia, contudo, as trocas com regiões externas, sendo, na realidade, essa característica um dos demarcadores da definição das cidades de hoje como das de outrora. Essa abertura das cidades medievais para variadas transações, dentre as quais se destacam as econômicas, nas quais o dinheiro ganha um lugar de destaque (BARROS, 2013: 20-21), favorecia ainda a troca e circulação de outro tipo de elemento de cultura: o espiritual. O ambiente das cidades favorecia formas originais de pensamento, o que contribuiu, junto com toda uma movimentação de renovação e alteração das formas de se lidar com o divino tanto entre a comunidade de leigos, buscando um contato mais íntimo com o universo celestial (VAUCHEZ, 1995), como no cerne mesmo do corpo eclesiástico, que procurou também responder a tais demandas com um conjunto de reformas. (BARBOSA; SOUZA, 1997). A instituição cristã e seus integrantes procuraram de um lado se ajustar às novas necessidades da população cada vez mais ligadas aos valores da pobreza e humildade dos primeiros apóstolos e, de outro, adaptar essas a sua doutrina e comportamento. (REBELO, 2018).

Foram então dentro dos limites das cidades, com essas suas experiências, afetividade e sensibilidade próprias, notadamente no âmago do expressivo fenômeno urbano italiano, que surgiram e se disseminaram heresias que não puderam ser reconciliadas à cosmovisão cristã, mas também e principalmente as chamadas “ordens mendicantes” que passaram a um dos grupos da hierarquia de clérigos católicos. Seus membros e suas instalações realizavam verdadeiros “estudos de mercado” das cidades, o que, ao lado dos valores que cultivavam e que eram justamente aqueles da vida apostólica primitiva, buscados pelo povo, os possibilitava a promover os necessários enquadramentos paroquiais dos cidadãos. A equação que relacionava o nascimento e propagação das ordens mendicantes às cidades é então bastante particular (GILLI, 2011: 303-342), “o fenômeno mais estreitamente relacionado ao fenômeno urbano é o da implantação eclesiástica. Ele se manifesta (...) pelo aparecimento de uma nova rede, a dos conventos mendicantes” (LE GOFF, 1992: 43), havendo “uma correlação entre o tamanho das cidades e o número de conventos mendicantes”. (GILLI, 2011: 333). Era por meio das também novas estratégias dos homens que pertenciam a esses grupos: de sua ação pastoral ativa, da ligação próxima com os moradores das cidades e da transmissão de sermões públicos que discutiam assuntos do cotidiano que as ordens mendicantes atingiram seu sucesso em tais ambientes. Em Florença esse processo não foi diferente e, Savonarola, sendo parte justamente da Ordem dos Pregadores ou Ordem de São Domingos, classificada como uma ordem mendicante, conseguiria nessa cidade apreender e comunicar por meio de suas pregações

questões que conversavam com os anseios dos florentinos, sendo capaz até de persuadi-los, ao final de sua vida, com relação aos encaminhamentos políticos melhor indicados para a cidade. É preciso, assim, entender como funcionava a cidade de Florença e quais foram as características que constituíram o estado em que ela se encontra nos últimos anos do século XV, quando o profeta ali se instalou.

2. A cidade de Florença: de seu surgimento até o momento da chegada do frade

No que diz respeito à grande difusão do fato urbano na área italiana, mormente em sua parte norte-central, onde as cidades de fato foram predominantes (GILLI, 2011: 57), existia um aspecto de caráter político de essencial análise no nascimento desses organismos. Nas cidades, pressupunha-se uma relação entre os indivíduos diversa do formato em que tais interações ocorriam no campo, sendo no ambiente urbano em teoria, mais horizontais. (BARROS, 2013: 20-30). Desde os primeiros momentos da existência de certas cidades do norte e do centro da Itália, estabelecidas em meio à disputa por terras entre o Império e o Papado, seus habitantes procuraram afirmar uma suposta igualdade entre si e, acima de tudo, sua independência com relação a essas forças externas. (GILLI, 2011: 23-27) Essa autonomia política teria se dado em Florença por volta de 1138 (LE GOFF, 2006: 225), antes mesmo da assinatura da Paz de Constância pelo Sacro Imperador, Frederico I, que formalizou o status de algumas dessas entidades. Tornada assim uma comuna, Florença seguiu um caminho semelhante ao das outras entidades desse tipo que ocuparam aquela parte da península. Passou em um primeiro momento pela comuna consular, em que se deu a “continuidade em torno da dominação da aristocracia” (GILLI, 2011: 61), contudo, esse grupo, na figura dos líderes políticos, os “cônsules”, termo derivado mesmo dos tempos da antiga República Romana, já se apropriava de ideias e práticas do republicanismo Clássico, sendo que, o próprio nome “comuna” significando “res publica”. (GILLI, 2011: 58-115). Seria o início do desenvolvimento, acreditamos de uma cultura política republicana.

Na segunda etapa das comunas, a fase do governo do *podestà*, iniciada no século XIII, segundo o historiador André Miatello (MIATELLO, 2019: 114), se deu o estabelecimento de um chefe de governo advindo de outras comunas. Nesse momento, ainda não se podia supor qualquer tipo de divisão “democrática” de poder, mas a atividade política deixava de estar restrita ao estrato social dos aristocratas. Por fim, na segunda metade desse mesmo século, se estabeleceu em Florença e nas outras cidades comunais, a chamada comuna popular. Foi o processo de “aburguesamento institucional”. Surgiu em Florença então, o priorado, que será depois chamado de Signoria, órgão máximo do governo (GILLI, 2011: 82-91) e estabeleceu-se

a versão florentina dos *Ordinamenti di giustizia*, leis que determinavam que somente os homens pertencentes às *Arti*, corporações de guildas que reuniam os mercadores e outros trabalhadores de acordo com seu ofício, poderiam ser eleitos para o priorado, realizando a exclusão dos nobres. (TENENTI, 1973: 24). Houve de fato uma ampliação significativa de participação política mais popular, apesar de suas limitações e entendemos que as simbologias, as ideias, os propósitos, os conceitos da época formavam um corpo que poderia de fato ser considerado, de acordo com a definição de Motta (2014: 18-19), como uma verdadeira cultura política, a que acreditamos aqui poder corretamente chamar de republicana.

Ainda que essa efetivação mais contundente da proposta comunal popular tenha durado um tempo relativamente curto, o fato é que algumas vezes mesmo ao longo do século XIV, como por exemplo, durante a Revolta dos Ciompi (movimento ligado aos trabalhadores da indústria têxtil, parte do chamado *popolo minuto*, a camada social mais pobre de Florença) (TENENTI, 1973: 28-31) governos populares se estabeleceram movidos por bandeiras ligadas ao republicanismo. Mais ainda, a elite florentina (que a partir do final do século XIV se modificou, incluindo os antigos aristocratas ao grupo dos grandes burgueses, esses últimos já bastante afastados dos pequenos mercadores e artesãos) frente às mobilizações do *popolo* e as práticas de governos mais plurais foram obrigadas a modificar suas formas de agir e de legitimar o poder. (NAJEMY, 2006: 63-64). Tomando por base de um lado o antigo patrimônio republicano romano e de outro as vivências cidadinas e a ética mercantil que as marcavam, criou-se um modo particular de atuar politicamente. Uma adaptação do modelo romano, tornava necessário que a elite seguisse procedimentos de fundo republicano, abrindo mão de suas antigas tendências de tomada violenta do poder, a política se operava então na “fala pública, [n]o discurso de assembleia, [n]o exercício da argumentação” (MIATELLO, 2019: 119-120), tendo por certo tempo vigorado o valor da eleição pelas guildas como um meio de garantir a continuidade do valorizado sistema comunal.

Ao final do século XIV quando a elite passou à posição de hegemonia política, o fez, portanto, através dos meios institucionais da comuna, teoricamente seguindo as normas tidas como republicanas. Essa hegemonia, contudo, significou o estabelecimento de um governo oligárquico ligado a um conjunto específico de famílias que valorizavam a antiguidade na cidade. Ainda que homens do *popolo* continuassem a fazer parte das fileiras dos sucessivos governos, seu poder se tornava cada vez menor enquanto as redes de clientelismo político se fortaleciam, vigorando as combinações políticas facciosas acordadas de forma particular. Por todo o período aqui analisado da Baixa Idade Média em Florença, de todo modo, houve embates, mas também alianças entre as camadas sociais e no cerne mesmo de cada uma delas,

nas palavras do historiador estadunidense John Najemy. (NAJEMY, 2006, p: 124-125). Em meio aos enfrentamentos entre os grupos, uma família começou a se destacar na cidade, a princípio devido ao sucesso financeiro e comercial adquirido por meio de seu sistema bancário, no início do século XV, os Medici. (NAJEMY, 2006: 250-262). Tendo mesmo sido expulsos da cidade na tentativa de impedir que se tornassem os senhores locais, o líder da família no terceiro decênio daquele século, Cosimo, seria capaz de assumir o posto de poder máximo na cidade, embora de forma mascarada e discreta. Ele garantia seu mando através de suas teias de clientes, sendo reconhecido dentro e fora da cidade como chefe de estado, mas sem ocupar muitos cargos importantes na cidade. Com ele se iniciava então um domínio de cerca de 60 anos da família sobre o território florentino e sobre suas posses para além da cidade, ainda que ele não tivesse prerrogativa legal para tal. (TENENTI, 1973: 80).

De fato, Cosimo atingiu seu êxito político na cidade justamente por adaptar os mecanismos da comuna à seu favor, sem, entretanto, fazer modificações na constituição florentina. Apesar de ter até mesmo realizado um golpe de estado e alterado leis, o sistema institucional da comuna foi mantido, ao menos em teoria, mesmo que os órgãos de origem republicana fossem cada vez mais esvaziados de suas disposições de participação política ampliada. (TENENTI, 1973: 17-42). Esse comportamento foi seguido também por seus descendentes, que o sucederam no poder, Piero di Cosimo, Lorenzo e Piero di Lorenzo, nessa ordem, ainda que, principalmente com Lorenzo, a liderança de um único homem iniciada com seu avô assumisse crescentemente os moldes de um regime principesco, com uma conduta mais extravagante e uma autoridade mais pessoal. Todavia, ao mesmo tempo em que isso ocorria, se faziam presentes na cidade as denúncias dos Medici como tiranos, passando então os florentinos a se utilizar desse conceito de raízes antigas, que seria central no projeto de Savonarola. Para além disso, outros dois pontos são importantes na defesa da ideia da cultura política republicana de Florença. Em diversas circunstâncias de instabilidade social e política na cidade no século XV, os florentinos voltavam a empunhar a frase republicana usada nos tempos da comuna que clamava por “*Popolo e Libertà*” nas lutas locais que ainda mobilizavam a população. (NAJEMY, 2006: 300-356). Ao lado dessas questões, tem-se que nas lutas entre Florença e as outras potências italianas por novos territórios na península houve a defesa das ideias de liberdade republicana, de todo modo inspirados nos escritos dos antigos autores latinos e em parte ligadas ao forte movimento humanista daquele período do Renascimento, (TENENTI, 1973, p. 59), que, a despeito da usurpação de poder dos Medici, ainda estavam vivos em 1494, momento em que a família foi banida de Florença e que Savonarola foi capaz de influenciar de forma mais decisiva nas deliberações políticas da cidade.

3. A formação espiritual e pessoal de Girolamo Savonarola

Para compreender a posição que Savonarola manifestaria nesses eventos, é importante fazer uma exposição ainda que concisa de sua trajetória até chegar na cidade, como também dos princípios morais e religiosos que alimentou e dos conhecimentos que possuía quando de fato se fixou em Florença. Nascido na cidade italiana de Ferrara em uma família de origens aristocráticas, mas que naquela altura era formada basicamente por mercadores, teve em seu avô, Michele, seu tutor durante a infância e início da juventude. (STRATHERN, 2015: 39) O médico da corte dos Este foi quem lhe proporcionou seus primeiros ensinamentos de filosofia, teologia e mesmo de certos pensadores humanistas, mas através dessa relação foi que, principalmente, ele começou a desenvolver seus valores cristãos e aprendeu uma moralidade específica de desprezo ao luxo, aos vícios e aos pecados. Iniciou seus estudos na faculdade de Ferrara para seguir os passos de seu avô, mas com a morte desse (WEINSTEIN, 2011) e após um episódio em que teria ouvido uma pregação de um frade mendicante, cuja mensagem fazia referência à orientação de Deus para Abraão de que ele deixasse seus pais e sua terra para segui-Lo, decide fugir de casa e se encaminha para o convento dominicano de Bolonha em 1452.

Apesar de uma certa animosidade inicial em aderir aos estudos da ordem, pela necessidade que tinha de buscar uma entrega absoluta somente a Deus e renegar a troca do aristotelismo do mundo por aquele do convento, (STRATHERN, 2015: 47) ele não só aprofundou sua adesão aos valores da pobreza e da humildade, nutridos, como vimos, pela ordem; mas também acabou avançando na academia nos anos seguintes, tendo sido escolhido entre muitos por seus superiores para dar continuidade aos seus aprendizados. Antes de atingir o grau de mestre em teologia sagrada, no entanto, foi transferido pela ordem de volta para Ferrara para atuar como *lector* (professor) júnior do convento dominicano local. Essa seria sua primeira mudança de cidade, mas a ela logo se seguiria uma segunda transferência, dessa vez para Florença, realizando sua primeira passagem pelo local. Nessa primeira estadia, apesar de já entrar em contato com a realidade da cidade, Savonarola não deixou grandes marcas no local, mas foi nesse momento, com cerca de 30 anos de idade, em 1482, que lhe foi atribuída pela ordem a função de realizar sermões públicos. Não tendo obtido sucesso com suas falas e tendo chegado a cogitar a desistência das pregações, Savonarola desenvolveria, poucos anos mais tarde e antes de retornar em 1487 para Bolonha na tentativa de concluir seu curso na Universidade, seu dom profético. Assim, ainda que nesse primeiro momento do ferrarense em Florença ele não tenha emitido suas profecias, o dominicano que, desde a juventude produzia escritos atacando o papado corrupto e as deturpações do mundo, a tal ponto que dizia rejeitar

mesmo os saberes dos humanistas em favor da única verdade de fato, aquela contida nas Escrituras, apresentando, portanto, desde cedo uma perspectiva escatológica, passou a acreditar que podia transmitir anúncios advindos de Deus em seu tom apocalíptico. Passariam então oito anos antes de que ele retornasse à Florença, tempo em que foi impedido de continuar os estudos em Bolonha e em que voltou a ser mandado para Ferrara. Foi somente em 1490 que o já então profeta, devido a sugestão de amigo filósofo reconhecido no círculo erudito florentino patrocinado pelos Medici, foi convidado pelo próprio Lorenzo a retornar para a cidade Toscana e ali se firmou definitivamente. (WEINSTEIN, 2011).

4. Savonarola na cidade de Florença no final do século XV

Ao analisar suas produções e comunicados, desde a descoberta de sua capacidade de prever o futuro de acordo com o que seria dito por Deus até esse momento de sua volta, fica claro que o frei Girolamo não fez qualquer menção específica à cidade de Florença e, mesmo depois de seu retorno, não privilegiaria a cidade em suas falas de imediato, “ele era então o profeta de toda a Itália”. (BIGNOTTO, p. 2019: 11). Essa situação mudaria a partir de então. Tendo em seus anos iniciais na cidade feito críticas veladas à Lorenzo, sem mencionar seu nome, lançou sua primeira grande profecia sobre a iminência da morte de três tiranos italianos em 1492, o que pareceu se confirmar parcialmente quando o próprio Lorenzo e o papa da época vieram a falecer, restando vivo somente o terceiro dos supostos tiranos, o rei de Nápoles, ao sul da península. (STRATHERN, 2015: 114-118). Embora não exista qualquer evidência além das próprias declarações posteriores do frade de que o anúncio de sua segunda grande profecia também tivesse sido feito já ao final de 1492, sobre a descida dos Alpes de um novo Ciro, o historiador estadunidense Donald Weinstein afirma que devido à já antiga reivindicação francesa do trono de Nápoles, às condições conjunturais da relação naquele momento entre o reino francês e a região italiana e o conhecimento que o frade teria de todas essas circunstâncias é bastante crível que já então o profeta tivesse feito sua predição. (WEINSTEIN, 2011: 95-96).

Aliás, tendo se tornado cada vez mais famoso dentro e fora da cidade, em especial depois de suas profecias, Savonarola passou a enxergar sua missão como estritamente ligada à Florença. Se nos primeiros anos depois de sua volta chegou a desejar mover os integrantes de San Marco, o convento dominicano local para outra região com o intuito de realizar seus intuitos reformistas, ele mais e mais escolhia Florença como o centro de suas pregações. Assim, se tendo em 1492 se tornado chefe de San Marco, rejeitando, contudo, muitos dos presentes enviados por Lorenzo nessa altura para o convento que tinha forte ligação com os Medici desde

seu estabelecimento e que era fortemente patrocinado pela família, tem-se que no ano seguinte, o filho de Lorenzo e seu sucessor no poder da cidade ajudou Savonarola a promover suas reformas a partir de San Marco que se tornava o centro de correção dos comportamentos dos clérigos, se estendendo pelas fundações dominicanas de outras regiões. (WEINSTEIN, 2011: 83-98). A relação íntima que o ferrarense estabelecia com Florença o levaria a anos depois, ao descrever sua jornada, fazer uma leitura dela como um processo teleológico que o levaria ao seu verdadeiro destino, a cidade de Florença, chegando mesmo a compor uma narrativa mística do momento de sua volta ao local, quando um transeunte o teria fornecido alimento e água, acompanhando-o até os portões da cidade onde teria aconselhado a cumprir ali sua missão divina. (STRATHERN, 2015: 97-98).

Em 1494 se daria então a chegada do rei francês à Itália. Antes mesmo, porém, é importante dizer que no momento do regresso do frade a Florença, apesar de não existir qualquer clérigo que se colocava como profeta, já existia na cidade há séculos uma ampla difusão de textos e ideias apocalíptico-proféticas (WEINSTEIN, 2011: 39-74) o que fez com que sua mensagem não somente se instalasse em terreno favorável, mas se aperfeiçoasse ali. Ademais, há o fundamental fato de que os florentinos também acreditavam há séculos ocupar um lugar especial nos planos de Deus, inclusive devido ao papel ocupado pela liberdade republicana; Savonarola então se aprofundaria nessas noções afirmando que a cidade era especialmente eleita por Deus não apenas no que diz respeito à Sua escolha pelo governo civil para a cidade, quanto também da cidade como uma Nova Roma, de onde partiria a renovação de toda a Igreja. (BIGNOTTO, 2019: 11). A profecia ocupa então uma posição central no discurso de Savonarola e é a partir de sua autoridade como profeta que ele parece ter sido capaz de participar das negociações com o rei Carlos e impactar a política interna de Florença.

Ocorreu então que com a aproximação do rei, Piero de Medici, o governante florentino da época, se opôs a se alinhar com a França em sua reivindicação por Nápoles até o último momento, quando enfim se encontrou de forma particular com Carlos, sem consultar ou avisar a *Signoria* de Florença, fazendo-lhe grandes concessões. A população, encabeçada pelos homens do governo, então, se voltou contra Piero. Os *signori* assim estabeleceram sua própria embaixada com alguns poucos homens entre os quais se encontrava Savonarola (que teve um papel importante na comunicação com o rei, sendo considerado um dos responsáveis pela manutenção da paz em Florença), mas também organizaram a derrubada e exílio dos Medici. Após a saída de Piero, seguida pela do rei francês, a cidade procurou estabelecer um novo tipo de governo, tendo Savonarola influenciado na escolha pelo modelo republicano e pela criação do órgão do Grande Conselho que ajudaria a mantê-lo. Ele que também sugeriu em seus

sermões, sem, no entanto, ocupar nenhum cargo no governo, a passagem de leis de caráter moral, tentou transformar a cidade em um espaço limpo de vícios, luxo e pecado, e a pedido dos governantes escreveu seu tratado com seu projeto político-religioso de fundo cristão e alinhado a uma filosofia política específica que defendia os elementos de uma cultura política republicana que não teria sido totalmente destruída na cidade. Tendo sido considerado por muitos como o verdadeiro chefe de Florença nesse tempo, acabou sendo executado, uma vez julgado herege por afirmar se comunicar com Deus pelo papa a quem tanto atacava em união com os opositores florentinos do frade que o acusaram de traição, de mentir sobre suas profecias e de tentar tomar o poder na cidade. (WEINSTEIN, 2011).

Fontes:

SAVONAROLA, Girolamo. **Selected Writings of Girolamo Savonarola**. New Haven: Yale University Press, 2006.

SAVONAROLA, Jerônimo. **Tratado sobre o regime e o governo da cidade de Florença**. Petrópolis: Vozes, 2019.

Referências bibliográficas:

BARBOSA, João Moraes; SOUZA, José Antônio. Introdução; O período gregoriano. In: _____. **O reino de Deus e o reino dos Homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

BARROS, José D'Assunção. Delineamentos para uma compreensão da cidade medieval. **Revista Alétheia**, v. 8, n. 1, p. 12-32, 2013.

BIGNOTTO, Newton. Introdução. In: SAVONAROLA, Jerônimo. **Tratado sobre o regime e o governo da cidade de Florença**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 2002.

DELUMEAU, Jean. Introdução. In: _____. **A história do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. Editora Companhia das Letras. 2009.

GILLI, Patrick. **Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval: séculos XII-XIV**. São Paulo: Unicamp, 2011.

LAUTER, Gabriel Giroto. Ciro, o ungido do Senhor: um estudo das profecias sobre Ciro presentes no livro do profeta Isaías. **Revista Ensaios Teológicos**, v. 1, n. 2, 2015.

LE GOFF, Jacques. Cidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MIATELLO, André Luis Pereira. Formas de participação política nas comunas italianas medievais. **PHOÏNIX**, v. 25, n. 1, p. 109-123. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução. *In*: _____. **Culturas políticas na História: novos estudos**. 2. ed. Fino Traço, 2014.

REBELO, António Manuel. O apreço da rainha Santa Isabel pela espiritualidade franciscana. **Itinerarium**, LXIV, pp. 73-108, 2018.

RÉMOND, René. Por que a história política?. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p. 7-20, 1994.

RÉMOND, René. Uma história presente. *In*: _____. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. A história política na hora do “transnational turn”: a ágora, a Cidade, o mundo... e o tempo. *In*: _____. **Abrir a História**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

STRATHERN, Paul. **Death in Florence: the Medici, Savonarola and the Battle for the Soul of the Renaissance City**. Random House, 2015.

TENENTI. **Florença na época dos Medici**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

VAUCHEZ, André. O Homem Medieval a Procura de Deus: Formas e conteúdos da experiência religiosa. *In*: _____. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental (séculos VIII a XIII)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

WEINSTEIN, Donald. **Savonarola: the rise and fall of a Renaissance prophet**. New Haven & London: Yale University Press, 2011.

O ESTUDO DAS TEORIAS DECOLONIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA A COMPREENSÃO DOS ESTIGMAS CARCERÁRIOS

Anelisa de Souza Melo Oliveira⁸⁹

RESUMO: O encarcerado, preso, custodiado, enjaulado ou qualquer outro adjetivo que conceitue a pessoa que cumpre pena imposta pelo Estado sofre com a exclusão advinda do estigma criado por uma distorcida representação social, resultado de políticas classificatórias, não inclusivas e deficientes, oriundas do período colonial, resultantes de preconceitos, abuso de poder e incapacidade de ressocialização diante de tantos desafios. O objetivo desse estudo, usando da metodologia de revisão bibliográfica e de relatos de experiência é compreender, por meio da análise das teorias da representação social e dos estudos decoloniais, como os estigmas carcerários sobrevivem e permanecem após tantas mudanças sociais, avanços tecnológicos e alteração do pensamento sobre o indivíduo. Seria o preso, envolto pelo estigma do ser não humano, passível de ressocialização? Como o estudo das teorias supra podem contribuir para a compreensão dos modelos de gestão inseridas no cárcere, uma vez que são pautadas no discurso de poder e opressão de minorias? A hipótese levantada é a de que a exclusão da população carcerária advém de resultados de políticas públicas classificatórias e deficientes, com resquícios do colonialismo com déficit de ressignificação. Serão trabalhados os conceitos de representação social, poder, estigma e a pessoa do encarcerado.

Palavras-Chave: *Estudos Decoloniais. Representações Sociais. Cárcere. Discurso de Poder.*

INTRODUÇÃO:

O fenômeno da pós-modernidade, pertencente à idade contemporânea, convive, de um lado, com a tecnologia, com os avanços da ciência e com expressivos movimentos culturais que vislumbram a inclusão de grupos anteriormente desprezados; e, de outro, com o estigma do preso — pessoa encarcerada e separada da sociedade, para, enjaulada, pagar sua dívida com o Estado. Há uma dissonância entre passado e presente cujo resultado é um enorme incômodo social e a busca por igualdade, respeito e tratamento digno para os encarcerados.

Nesse artigo, pretende-se compreender como os estudos das teorias de representação social e estudos decoloniais podem auxiliar na compreensão do estigma do preso e como o diálogo multidisciplinar entre as ciências Sociologia, História, Filosofia

⁸⁹ Graduada em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas de Anicuns; Pós-Graduada em Ciências Criminas pela UNIDERP; Mestranda em História pela PUC/GO. E-mail: mfescritorio.adv@gmail.com.

e Direito respondem o problema da ressocialização, da inclusão e todos os demais problemas envoltos no cárcere.

Inicia-se a primeira parte do debate teórico com a promoção de um diálogo muito importante entre a Psicologia Social e a História. Nesse debate será visualizada a importância das representações sociais quanto ao estigma do preso. É a multidisciplinaridade convocada a pensar o encarcerado como ser humano verdadeiramente humano. Trata-se de compreender como padrões repetidamente ditos e pensados criaram uma couraça tão difícil de ser penetrada pelos movimentos de inclusão e respeito ao cidadão.

É importante salientar que as representações sociais advindas de paradigmas criados no período colonial sobre a prisão, a ressocialização e a pessoa do encarcerado carecem de um novo olhar, mais amoroso, mais compassivo e disseminador de empatia. Em mencionada perspectiva, é trazida para o texto a posição de autores defensores da mudança de padrões impostos nos períodos pretéritos.

A segunda parte se refere à ressignificação dos objetos que atuam na estigmatização da prisão e do preso, bem como trabalha o conceito do saber local para ser possível refletir sobre as mensagens repassadas de geração para geração, sua origem e sua veracidade.

Uma palavra com intuito de promover a desumanização, tida como verdade absoluta, pois não fora questionada ou pensada na época, pode estar fazendo grandes estragos no presente. É o caso das expressões utilizadas para caracterizar a pessoa encarcerada: preso, bandido, marginal, animal, verme, etc.

Serão relatadas algumas de minhas impressões, como relato de experiência, vez que durante mais de dez anos venho trabalhando no interior das prisões grande parte do Brasil e com bastante assiduidade, no Complexo Prisional do Estado de Goiás, onde colaboro com projetos sociais e atendimento aos custodiados, como advogada criminalista e voluntária. No interior das prisões eu pude ouvir, ver e perceber como a estigmatização do preso é forte e resistente por parte dos servidores, colaboradores e administradores em geral.

Todo o cuidado com a ressignificação e o pensamento são trazidos pelo estudo do saber local e pelo conhecimento dos objetos materiais que receberam uma acepção diversa de sua função originária.

Nesse sentido, busca-se o auxílio da Antropologia, ciência preocupada com a transformação social, para construir uma nova história, mais completa e coletiva, com o mínimo de interferências do monopólio da verdade.

Já a terceira parte tenta concernir como resquícios do período colonial ainda estão presentes no fenômeno organizacional pós-moderno no qual vivemos. Por que os presos ainda são estigmatizados, diminuídos, maltratados, torturados, degradados e submissos?

Quem acolhe e defende que o preso é digno de direitos inerentes à pessoa humana? Como e por que o Estado — que deveria ser democrático e de direitos — reproduz a violência ao invés de combatê-la?

A luta por inclusão das minorias é pautada na fala dos autores citados no corpo desse trabalho, como João Gilberto da Silva Carvalho, Micheal Foucault, Alexandre Bizzotto, José Reginaldo Santos Gonçalves, dentre outros que apresentam suas análises sobre a violência, a exclusão social e as representações sociais. Grande é a demanda a ser realizada, mas o caminho já foi inaugurado por notáveis historiadores, filósofos, sociólogos, antropólogos e operadores do Direito. Não é tarefa fácil mudar o pensamento dominante por séculos na sociedade, mas é possível plantar empatia, para que um dia se possa colher resultados benéficos não só para o encarcerado e para o cárcere, mas também para a própria sociedade que hoje hostiliza o preso.

Por fim, o texto se encerra com as conclusões nas quais são apresentados os principais pontos, resultados de estudo e reflexão sobre a estigmatização do preso e a dificuldade em sua ressocialização. É um chamamento para pensar e olhar o encarcerado de forma diversa da persistente desde tempos coloniais e um grito por movimentos sociais inclusivos inerentes a esse grupo que, enjaulados, estão impedidos de buscar dignidade.

Promoção de um diálogo sobre Psicologia Social e História: as representações sociais e a criação de estigmas do preso

A historicidade é de extrema importância para a compreensão das representações sociais, que se desenvolvem no âmbito da sociologia e da psicologia. Assim, unidas esses campos do saber não se atentam tão somente a dados e documentos, mas observam a história a partir do sujeito, observando também as transformações sociais, o ativismo e a luta pelos direitos das classes subalternizadas, em especial, os encarcerados.

Carvalho e Arruda (2008, p. 445-456), elegem as representações sociais como prisma norteador para descobrir como a união da história com a psicologia social podem

contribuir para a compreensão de certos estigmas. Sob a perspectiva do Sistema Prisional a junção das ciências acima mencionadas pode auxiliar em um movimento de mudança de padrões e conceitos sobre a figura do encarcerado. E é a partir desses conceitos que se torna possível responder ao problema do presente artigo e compreender como a multidisciplinaridade considera o cárcere e a questão da ressocialização.

As representações sociais podem ser compreendidas como paradigmas advindos de práticas e concepções oriundas de rótulos historicamente criados e firmados pela reprodução no meio social. São repetições de padrões anteriormente impostos ou expostos de forma, na maioria das vezes, desorganizada e que permanecem até os dias de hoje e podem trazer prejuízos à inclusão de classes estigmatizadas e inferiorizadas. As representações sociais são marcadoras de identidade e por isso podem ser estigmatizadoras.

Nem sempre a história dialogou pacificamente com a psicologia, porquanto a primeira se pautava em fatos pretéritos e a segunda tinha foco tão somente no indivíduo. Foi a partir das obras de Moscovici, psicólogo social romeno (1978), que esse diálogo passou a ser observado.

A busca por novas perspectivas em representações sociais é a abordagem dos autores Carvalho e Arruda (p. 445-456, 2008) em seu texto “Teorias da Representação Social e História: um diálogo necessário” buscando demonstrar a possibilidade de transformação de um fato histórico em um objeto de análise pela teoria das representações sociais.

Por que o encarcerado recebe tantos adjetivos pejorativos que dificultam seu processo de ressocialização e acabam também por prejudicar sua vida como egresso, tendo em vista que o "extra muros" carrega todo o estigma negativo criado pela sociedade? São justamente as representações sociais que vão nos ajudar a compreender tal estigma, uma vez que elas detêm inúmeras funções na sociedade, permitindo comunicar, entender, identificar e ancorar o sujeito de determinada realidade.

Por meio de uma análise histórica e social, evocando conceitos trazidos desde Foucault, Bentham até autores atuais pode-se ressignificar o que se compreende por pessoa presa, encarcerada, para assim trilhar um caminho diferente rumo à nova identidade de um ser humano cumprindo seu dever para com o Estado e, em um tempo determinado, será devolvido à mesma sociedade que o hostilizou.

Por trás da representação social: saber local e objetos materiais que contribuem para o estigma do preso

Presente nos textos e nos discursos estão as circunstâncias históricas e políticas que atuam em relação a eles. Prezar pela veracidade dos fatos sem influências é evitar que representações sociais estigmatizantes, que não contemplam a dignidade da pessoa humana e que reforçam a colonialidade de poder sejam criadas e disseminadas por séculos.

Biersack (1992, p. 109) traz que “as culturas são teias de mistificação, bem como de significação. Precisamos perguntar quem cria e quem define os significados culturais, e com quais finalidades”. Em uma das versões dos estudos decoloniais, são a elite colonizadora branca e europeia que sustentam suas posições dominantes. (COSTA, 2006, p. 117) “Ainda somos escravos de uma mentalidade colonial dentro de uma lógica contemporânea e dentro de uma sociedade modernizada”.

A colonialidade do poder explica o motivo pelo qual se aceita certos conceitos pejorativos, diminuidores da pessoa humana e degradantes sem atentar-se à pergunta principal: quem os criou? O saber local requer atenção contínua ao contexto histórico que cada conceito opera. É importante prestar atenção no tempo quando cada palavra foi utilizada e por que foi evocada naquele momento.

Inúmeras são as expressões que simbolizam o estado de cárcere encontradas em dicionários, quais sejam: cadeia, cana, cárcere, custódia, enxovia, ergástulo, gaol, grades, jail, jaula, masmorra, penitenciária, presídio, prisão, corró, xadrez, calabouço, ságena, xilindró, dentre outros utilizados por agentes de segurança e pelos próprios reclusos, conforme meu relato de experiência dos mais de dez anos trabalhando no interior dos presídios como advogada criminalista e voluntária em projetos sociais. Todas essas expressões são resultados de lugares que, durante séculos diminuíram a dignidade da pessoa humana, feriram sua integridade e rebaixaram o homem à condição de bicho.

E onde os objetos corroboram para a criação de uma representação social não condizente com a dignidade da pessoa humana? Dentro de um presídio, por exemplo, o mergulhão que fora da prisão é utilizado para a fervura de água, seja para passar o café, seja para outras finalidades culinárias, no interior de uma cela é utilizado como objeto para tortura dos presos. A aba de um boné, utilizada como arrimo para o pano mole, deixando assim a face protegida do sol, no interior de uma cela é transformada em arma branca, vulgarmente conhecida como “chuco” (espécie de pequena faca pontiaguda).

Compreender a importância dos objetos e seu poder de representar um processo social ou simbólico é compreender também como, no interior das prisões, esses objetos recebem uma ressignificação, conferindo-lhes um sentido totalmente diverso do mundo fora dos presídios. De acordo com Weiner (GONÇALVES, 2007, p. 14-21) “os objetos [...] tornam-se tijolos que ligam o passado ao futuro”.

GONÇALVES (2007, p. 14-21) explica que é preciso perceber os objetos, não a partir de sua função, mas sim a partir de suas necessidades e interesses universais, chamadas de concepções estratigráficas. O autor ajuda a levantar questionamentos em torno dos utensílios e de suas ressignificações culminando em representações sociais apartadas do ideal almejado: como a antropologia, por meio de reflexão sobre o sujeito e objeto, classifica os indivíduos e os separa ou intitula de acordo com a cultura, classe social e origem?

Continuando com os questionamentos levantados: como os deslocamentos dos objetos interferem na elaboração de contextos capazes de interpretar a dinâmica da vida social, cultural, seus conflitos, suas ambiguidades e seus paradoxos? Como o indivíduo comum pensa nos objetos que visualiza?

Reclassificar ou ressignificar um objeto é também construir história, utilizando a antropologia como ciência preocupada com essa transformação.

Os muros, as grades, o corredor, a baixa iluminação e uma vigilância benthamiana transformou conceitos de construção em representações de terror. A prisão é vista como um lugar sombrio e os presos como animais não passíveis de ressocialização. Isso demonstra a função negativa da colonialidade do poder, onde são reproduzidas a não dignidade e a não humanidade dos seres.

O estigma do preso em pleno século XXI: resquícios de um período colonial

Segundo o autor Silva, “o criminoso é visto como uma espécie de homo sapiens, um sujeito perigoso, anormal e biologicamente defeituoso”. Neste texto, os autores relatam sobre a política punitivista instaurada e a falta de políticas públicas eficazes, voltadas para a segurança e bem-estar (no município de Goiânia). Finalizam o texto explicando: “a questão de segurança pública tem despertado a atenção e o interesse de vários pesquisadores, da sociedade e do governo. No entanto, ainda são incipientes os planejamentos e estudos sobre a contenção da violência” (SILVA et al., 2014, p. 96).

Para o jurista e professor acadêmico Alexandre Bizzoto, existe a mão invisível do medo que torna o preso submisso e “descaracterizado” dia após dia, no interior do cárcere:

A prisão se configura numa instituição total, apropriando-se do tempo das pessoas ali inseridas com a pretensão de racionalizar suas atividades para direcioná-las aos padrões necessitados pela sociedade. [...] Não bastasse a concreta privação da liberdade, coloca-se o preso em lugares precários e sombrios. Há determinada amálgama de pessoas diferentes obrigadas a conviverem em espaços físicos tortuosos, sem condições mínimas de higiene pessoal. Celas diminutas e abarrotadas, escassas oportunidades de trabalho ou de educação. Ao ser encarcerado, o preso é colocado num mundo que nada mais faz do que reproduzir desigualdades sociais alicerçadas em normas de condutas peculiares. [...] O rol da produção de violência estatal produzida pela prisão sob o pretexto de combater a violência a bens tutelados penalmente é limitado, a ponto de se afirmar que a violência não é um desvio da prisão. Violenta é a própria prisão. No cárcere, o preso perde sua identidade social, podendo tornar-se um monstro fabricado pelo sistema. A pessoa que ali fica sofre processo de descaracterização contínua. É levada a extremos. Aprende a se comportar de forma submissa, o que não é desejado por modelo de sociedade que se diz democrática e que quer fomentar cidadãos participativos (BIZZOTO, 2015, p. 38-40).

Seria possível discorrer por centenas de páginas sobre o quão é depreciada a figura do preso. O cárcere, resquício de um período colonial onde o “diferente” é retirado do convívio social, traz bagagens repletas de preconceito e demonstração de poder. O carrasco, hoje representado pela figura de agente estatal, faz com que o preso pague pelo crime cometido além do imputado através da pena, mas também com a perda de sua dignidade e do sentimento de fazer parte de um todo — o homem em sua unidade.

(BIZZOTTO, 2015, p. 38-40) conclui que para assegurar um pensamento criminal libertário é necessário compreender a complexidade humana e vencer antigos paradigmas, ultrapassando as barreiras impostas pelo punitivismo.

Preso, encarcerado ou bicho? Mesmo com tantos avanços tecnológicos e tanta informação, o custodiado ainda é visto como um animal digno de castigo, tortura e morte. Nas palavras do Promotor de Justiça do Estado de Goiás, Haroldo Caetano da Silva, “a ‘vida nua’ de que nos fala a Filosofia, presenciada ao vivo e em cores, é o que sobra para a grande massa de presidiários, sem direito a direitos, como nas palavras de Hannah Arendt”. (SILVA, 2014, p. 78).

É clara a necessidade da utilização dos estudos decoloniais para a quebra do autoritarismo e da violência estatal cometida há séculos no mundo. Para isso, torna-se imprescindível a ciência Sociologia Pós-Colonial, para compreensão das necessidades dos povos menos privilegiados.

É a partir dos estudos decoloniais que se chega ao entendimento de um passado predominado pela exclusão e martírio, objetivando desconstruir o discurso de poder que domina e degrada, em pleno século XXI, os grupos subalternizados com a intenção também de rascunhar um novo período com mais humanidade e inclusão. Nas palavras de Sérgio Costa, “ainda somos escravos de uma mentalidade colonial dentro de uma lógica contemporânea e dentro de uma sociedade modernizada” (COSTA, 2006, p. 117-134)

Visitando as prisões, fica a forte impressão de que nunca evoluímos, mas sim retroagimos nos açoites e na forma degradante de tratamento do preso. Ali, não é só o preso que é diminuído à condição de animal, mas também parte dos servidores, agentes penitenciários e administradores com contato direto com o encarcerado, pois deixam escapar todo seu potencial de agressividade.

A prisão é um exemplo de instituição que sofre terríveis resquícios do passado, tendo presente a opressão, dominação e vigilância em nome de um Estado “organizado”. Como, em plena pós-modernidade, as prisões ainda possuem aspectos de masmorras, calabouços e seus agentes ainda conservam o pensamento punitivo similar ao do passado?

Presente do colonialismo? A necessidade de demonstração de poder criada pelo patriarcado e pelo “homem viril” certamente contribuiu para que o menos privilegiado, no caso em comento o preso – em sua maioria negros e pobres, nos termos das informações do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), criado pela Lei n. 12.106/2009, CNJ – Conselho Nacional de Justiça – fosse, por todos esses séculos, visto como o marginal, ou seja, à margem da sociedade; indigno de compaixão; um animal carecedor de açoites.

Quintero, Figueira e Elizalde, autores do artigo que trata sobre os estudos decoloniais, consideram que foi por meio dos estudos de Aníbal Quijano, sociólogo peruano, (1928-2018) que as análises sobre colonialidade passaram a retomar questões historicamente problemáticas e dadas por resolvidas, como a inclusão de minorias, preconceito, racismo, gênero, dentre outras.

Os autores também afirmam não haver consenso quanto ao conceito de decolonialidade, entendida como a “dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, disponível em <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZh8Jv.pdf>).

Se a proposta dos estudos decoloniais é fazer existir, reconhecer e respeitar o que não se encaixa como eurocentrismo — o topo da escala de valores dentre os europeus — como incluir uma classe subalternizada, tão prejudicada durante décadas, senão por meio da compreensão do período colonial como algo a ser revisto, repensado e discutido, principalmente no meio acadêmico?

Apesar dos grandes e atuais movimentos inclusivos referentes às questões raciais, de gênero, de religião, indígena e demais classes estigmatizadas, ainda não se viu grande movimento de inclusão e respeito à pessoa presa. O detento continua sendo odiado e hostilizado pelo judiciário, pela mídia e pela maior parte da sociedade, sendo defendido por uma minoria de operadores do Direito, sociólogos e assistentes sociais (na maior parte das vezes criticados por esta bandeira levantada), como é o caso do magistrado Luiz Carlos Valois, Juiz do Tribunal de Justiça do Amazonas e defensor militante dos direitos do preso.

É perceptível que a proposta dos estudos decoloniais tem levado dignidade aos grupos anteriormente ignorados ou diminuídos. Essa proposta foi plantada por muitos historiadores e sociólogos. Em especial pela lenda da justiça social, Lélia Gonzalez (1935-1994): professora, filósofa, antropóloga, intelectual, militante política e mulher negra brasileira.

No entanto, devido a uma resistência de novos paradigmas referentes às pessoas encarceradas, fato observado pelo grandioso e absurdo número de presos em Goiás e no Brasil, surge a necessidade de pensar o preso.

Quando se passa a enxergar o preso como ser humano, digno de direitos, responsável pelos seus atos, tão somente na medida da pena imposta, ele será então respeitado e incluído em uma sociedade que o hostilizou por séculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o significado dos objetos e do local onde os custodiados estão inseridos é o primeiro passo para iniciar um movimento de quebra de antigos paradigmas, rumo a uma sociedade inclusiva e respeitosa.

Viu-se que o preso é hostilizado e estigmatizado por conta de resquícios de um período colonial onde a demonstração de poder estava acima dos direitos da pessoa humana.

As representações sociais se tornaram mantras, repetidos por muitas gerações que insistiram em considerar o encarcerado um animal merecedor de punição. Essas representações advindas de práticas muitas vezes impensadas ou copiadas de modelos arcaicos, resultaram no estigma do preso e no prejuízo que o mundo colhe até hoje, pois este preso, hora ou outra, retorna para o seio social.

Por outro lado, sociólogos, filósofos, historiadores e operadores do Direito lutam para que o estigma do preso não prevaleça, exemplos nítidos de compaixão, humanidade e ética profissional registrados nesse artigo em forma de citações e menções.

É preciso ressignificar os objetos que ganharam cunho algoz. É preciso também analisar o local onde o preso está inserido, buscar melhorias físicas e mentais. Seguir o caminho de muitos que lutaram pelos direitos das minorias, mas já não estão mais aqui nesse mundo fenomênico: Lélia Gonzalez, Betinho, Marielle Franco, dentre tantos outros.

Necessário se perfaz pensar o preso e olhá-lo não como objeto, guardado dentro de muros e grades, apartado da sociedade, mas como parte de nós.

Para pensar o preso, deve-se, em primeiro lugar, reconhecê-lo como ser humano, detentor de direitos e deveres, como qualquer outro. Olhá-lo como pessoa e não mais como animal. Oportunizar, acreditar e acolher sua história de vida que, obviamente, não se resume ao delito cometido.

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO, histórico do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. Disponível em: <https://www.dgap.go.gov.br/historico>. Acesso em 03 jul. de 2020.

BENTHAM, Jeremy. O panóptico ou a casa de inspeção. In: TADEU, Tomaz (Org.) *O panóptico*. Tradução de traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2ª ed., 2008.

BIZZOTTO, Alexandre. *A mão invisível do medo*. Florianópolis: Empório do Direito Editora, 2015.

CARVALHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Angela. *Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário*. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 445-456, dez. 2008.

CNJ, sistema carcerário brasileiro. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/>. Acesso em 03 set. de 2021.

COSTA, Sérgio. *Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 21, n. 60, p. 117-134, fev. 2006.

DICIO, Dicionário On Line de Português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/cadeia/>. Acesso em 05 de jul. de 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 21^a ed., 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 14-21.

BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. SP: Martins Fontes, 1992. p. 97-130.

QUINTERO, Pablo. FIGUEIRA, Patrícia. ELIZALDE, Paz Concha. *Uma breve história dos estudos decoloniais*. MASP/Aferral 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZh8Jv.pdf>.

SILVA, Denival Francisco. et al. *Violência e Exclusão Social e Mídia e Sistema de Justiça e Polícia e Cárcere*. Goiânia: Kelps, 2014.

SILVA, Haroldo Caetano. *Sobre violência, prisões e manicômios. Violência e Exclusão Social e Mídia e Sistema de Justiça e Polícia e Cárcere*. Goiânia: Kelps, 2014.

DISPUTAS NA ARS SCRIPTA FRANCISCANA: A CONCEPÇÃO DE POBREZA SEGUNDO AS INTERPRETAÇÕES DE D. ÁLVARO PAIS, BISPO DE SILVES (1270-1349)

Bárbara Meireles da Rocha⁹⁰

RESUMO: O *Estado e Pranto da Igreja* (1330-1332) foi uma obra enquadrada na literatura canonística do século XIV, tendo sido considerada a obra de maior relevo do franciscano galego Álvaro Pais (1270-1349), redigida enquanto o bispo ocupava a função de confessor em Avinhão, sob a égide do pontificado de João XXII. Ao elencar como fundamentos a Política de Aristóteles e o pensamento neoplatônico-agostiniano, o autor compara a cristandade com o corpo humano, uma unidade, onde estariam alocadas duas *Ordinis*: a *Ordo Clericorum* e a *Ordo Laicorum*. A partir disso, ele vê a necessidade de uma reforma moral no ‘corpo’ da *Ecclesia*, a qual deveria se estender a todos os grupos sociais, em especial, às ordens mendicantes. Desde 1209, a Ordem fundada por Francisco e autorizada por Inocêncio III, encontrava a pobreza absoluta como elemento norteador, mas ao mesmo tempo, problemático da vida menorita. Ao tratar desta questão, o frade posicionou-se sobre as proposições jurídicas e doutrinárias da Regra Franciscana, uma vez que havia contradições interpretativas envolvendo os *menores* no interior da própria Ordem, entre os frades *espirituais* e os de *comunidade*. Por conseguinte, objetiva-se, perceber as condições que permitiram que a pobreza franciscana fosse pensada como um problema político no século XIII.

Palavras-chave: Pobreza; Franciscanos; Política; Poder.

Introdução:

A gênese da Ordem Franciscana nas cidades Italianas remonta um processo de repercussão de novas formas de espiritualidade ⁹¹que vieram a coexistir nas sociedades cristãs a partir do século XII. A *fraternidade* ⁹² fundada por Francisco de Assis

⁹⁰ Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH- UFG), orientada pela Profa. Dra. Armênia Maria de Souza e bolsista CAPES. E-mail para contato: barbara_rocha@discente.ufg.br.

⁹¹ Para Andre Vauchez (1995) ‘Espiritualidade’ é um conceito que começou a ser utilizado a partir do século XIX, e que pode ser definido como uma unidade dinâmica do conteúdo de uma fé, a qual foi vivida na Idade Média de formas distintas por homens historicamente determinados, inclusive pelos leigos. No contexto do século XIV, podemos citar como exemplo a presença marcante dessa dinâmica entre os Beguinos na região de Languedoc, ao Sul da França, bem como no centro-norte da Itália.

⁹² Pode-se dizer que, com o advento das comunas, a ideia de fraternidade paira no ar. A palavra *fraternitas* e a realidade que exprime conhecem então um grande sucesso. As novas formações sociais têm designações como estas: confraria, fraternidade ou comunidade. Por detrás dessas designações, há uma aspiração fundamental que vem à luz e que busca concretizar no tecido social”. Mas, o que diferenciava a experiência de fraternidade dos “primeiros companheiros de Francisco” foi a sua busca por uma dedicação exclusiva ao ensinamento evangélico, a partir de alguns traços inequívocos: pregação, mendicância, frugalidade no uso e ausência de posses. Os primeiros *fratres* (irmãos), elegeram como hospedagem provisória um tugúrio abandonado em Rivo Torto, no vale de Assis, com o objetivo de exercerem essa espiritualidade

originalmente dotada de feições eremíticas foi considerada, ao longo dos séculos XIII e XIV, a expressão máxima de uma vida religiosa cada vez mais participativa. Longe dos muros do claustro, os Menores assumiram, ao lado dos Dominicanos, a vida conventual e uma presença ativa no meio urbano/laico, como confessores régios, inquisidores⁹³, e/ou mestres universitários. (VAUCHEZ, 1995:07; MAGALHÃES, 2014: 61-88; OLIVEIRA, 2007: 02; BOLTON, 1983). O processo de modificação do estatuto do movimento franciscano – de uma ‘intuição’ à uma ‘instituição’ - e sua fixação enquanto Ordem religiosa, perpassou por momentos laboriosos no tocante à produção de sua regra (DESBONNETS, 1987: 34.). Passou-se, portanto, do primeiro documento escrito exposto oralmente ao papa Inocêncio III, pela Regra não bulada (1221), até a Regra bulada (1223). O enquadramento e a iniciativa de institucionalização de um movimento considerado originalmente *outsider* exprimiou o propósito de Inocêncio III de assimilar à serviço da ortodoxia uma vivência que tendia à heresia.⁹⁴ A principal referência que fundamentou a adoção da pobreza como elemento fulcral àqueles movimentos fundados no ideal de *Imitatio Christi* pode ser observada no evangelho de Mateus (MT 16:24): “Se queres ser perfeito, vai, vende tudo que tens e segue-me”. Não obstante, a contradição surgiria nos séculos XIII e XIV sobre o significado prático e os limites da observância dessa pobreza: ela dizia respeito apenas a recusa da obtenção e manutenção de propriedades ou dizia respeito também ao uso das coisas?

Pensando nisso, traçamos como principal objetivo discutir sobre a obra maior de um pensador franciscano, o qual viveu no transcurso dos séculos supracitados, e que demonstra chaves de interpretações sobre a problemática da *pobreza*⁹⁵ que

desenraizada dos mosteiros. (PIVA, 2002: 217; MAGALHÃES, 2016: 315)

⁹³ Magalhães (2014) nos traz a referência do ano de 1229, data que marcou a ocorrência do Concílio de Toulouse no qual foi aprovado a criação do Tribunal da Santa Inquisição. Por intermédio da bula *Illebumani Generis* (1232) Gregório IX confiava aos Mendicantes o *métier* de identificação e perseguição à heresia. Malgrado a bibliografia especializada já tenha enfatizado a presença mendicante neste ofício, para Marina Benedetti (2016), há uma lacuna na historiografia, uma vez que ainda se secundariza a abordagem dos franciscanos na história medieval da Inquisição, ao contrário dos Dominicanos cuja atuação já foi bem ressaltada. A contribuição da autora traz a participação dos frades menores, que foi ativa nas atividades inquisitoriais, o que pode ser observado em sua pesquisa através da análise de casos emblemáticos do século XIII ao século XV, sobretudo na Itália, ou a partir do nascimento da Inquisição para a cruzada contra os Valdenses de 1488, que contou com a presença franciscana.

⁹⁴ Enquanto a *intentio* de Francisco correspondia à criação de uma *fraternitas*, desenraizada da vida monástica, a regulamentação representou uma forma de enquadramento da “irmandade”. Nesse sentido, a partir da segunda metade do século XIII, é possível aferir uma associação entre a tradição monástica e a *renovatio* franciscana. Malgrado os franciscanos partilhassem, a princípio, de uma vida itinerante e desenraizada, o processo de conventualização forjaria a inserção desse grupo nos fundamentos da *viata* religiosa eleitos pela tradição ocidental. (MAGALHÃES, 2019: 79)

⁹⁵ Ressaltamos que a concepção de pobreza passou por modificações desde as primeiras comunidades cristãs. Mas, na Baixa Idade Média, a pobreza tornou-se elemento indissociável de um modo de vida, imprescindível para o alcance da perfeição para o cristão. De acordo com Vauchez (1995) desde o século

circulava naquele *locus*: Álvaro Pais (1270-1349) jurista e franciscano a partir de sua obra *Estado e Pranto da Igreja* (1330-1335). Para isso, buscaremos discutir e analisar problemáticas fundamentalmente vinculadas à trajetória e à figura histórica do frade galego- e, por extensão, as dissensões no interior do movimento franciscano. Ademais, serão abordados o contexto das transformações ocorridas no transcurso dos séculos XIII e XIV, no tocante às discussões teóricas que envolveram a ‘Questão Franciscana’ e seus desdobramentos.

O tema que nos propomos a transformar em problema neste artigo ainda é comumente abordado a partir de uma perspectiva religiosa e/ou doutrinária que dispensa a análise de seu viés político. Apesar disso, consideramos fundamental destacar a historicidade política do documento em epígrafe, uma vez que nele, em suas linhas e entrelinhas, transparecem indicadores de mudanças políticas, institucionais e sociais que incidiam sobre a Ordem dos Frades Menores. Apesar disso, o debate que insurgiu tanto à época do generalato (1257-1274) de São Boaventura de Bagnorégio ⁹⁶ na universidade de Paris, quanto à época de D. Álvaro Pais enquanto este encontrava-se como penitenciário apostólico em Avinhão (1330-1333), gira em torno de questões correlatas: a promessa em torno da vivência da pobreza significava o uso restrito (*usus pauper*) ou apenas a falta de propriedade? O voto de pobreza sobrepõe-se ao voto de obediência? (COLLEMAN, 2009: 67). Nesse sentido, os dissensos sobre a interpretação da prática da *paupertas* no interior da Ordem e em seu exterior, sobretudo em relação às interpretações papais, demonstra que o próprio conceito de pobreza não se reduzia à letra morta e positivada da norma jurídica.

Desse modo, as preocupações presentes no horizonte teórico da Nova História Política contribuem para que superemos um exercício interpretativo tautológico na análise desta questão. O conceito de pobreza, para além de seus desdobramentos, apresenta uma descontinuidade em sua semântica nas fontes documentais de diversas proveniências- na normativa franciscana, nas bulas papais ou nos tratados políticos. Da

XI os reformadores, através da exegese das sagradas escrituras se apropriaram de conceitos como *vita apostolica* e *Ecclesiae primitivae forma*, como eixos que norteavam as novas formas que o homem encontrou para relacionar com o sagrado. Esses termos estavam diretamente ligados à vida de Cristo e dos apóstolos. A pobreza e a mendicância eram palavras chaves para entender a crise de autoridade do papado, visto que seu envolvimento com o poder temporal e sua riqueza, levaram grupos, como os Espirituais, a reformular a própria concepção sobre a *plenitudo Potestatis*.

⁹⁶ Sobre a “Questão Parisiense”, ver: MAGALHÃES, A. P. T. A teologia de Boaventura e a discussão sobre a pobreza: na universidade medieval. VIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais: subtítulo da revista, UEM, v. 1, 2019, n. 1: 1-17. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anaais/2009/pdf/42.pdf>. Acesso em: 22 jun, 2020.

mesma forma, as interpretações papais sobre a norma franciscana, especialmente acerca do conceito de pobreza, são relevantes enquanto meios para apreender o modo como a narrativa jurídica da autoridade papal era interpretada pela sociedade. Essa narrativa, expressa pelas bulas papais, ao contrário de recaírem em uma imposição interpretativa, subsidiavam transformações nos próprios conceitos presentes no léxico franciscano.⁹⁷ Desse modo, entendemos que o conceito de pobreza não se separa do conceito de jurisdição. Naquela sociedade corporativa, prevalece uma noção de autogoverno das partes que coexistem na *societas crhistiana*, enquanto corpo político e social. Dessa noção desdobra-se a “personalidade coletiva” – como as ordens mendicantes e monásticas- na qual há uma relativa autonomia de cada parte do corpo da Cristandade, o que deduz a capacidade organizativa de se autogovernarem (COELHO, 2016: 118; GROSSI, 2016 :58-63). Entretanto, ressalta-se o limite dessas autonomias, que somente coexistem em relação aos outros corpos e, em especial, ao corpo da sociedade cristã em sua completude. Jurisdição, portanto, traduz-se como o *locus* em que cada corpo político pode “dizer o direito” (*iusdicere*) no âmbito de sua relativa autonomia, mas sem que nenhum desses corpos possa almejar o monopólio (COELHO, 2016 : 118-124). Demonstraremos como a ordem menorita, enquanto corpo dotado de jurisdição própria, bem como o papado, não galgaram uma monopolização sobre o conceito de pobreza e os seus desdobramentos teóricos e práticos. Ao inverso, buscaremos enfatizar a plasticidade desse elemento norteador da vida franciscana, a partir dos consensos e dissensos que perfilarão a vasta produção de distintas jurisdições em torno do conceito de *paupertas* no decorrer do século XIII. Por conseguinte, pensamos não ser possível dissociar a problemática da pobreza no discurso franciscano de sua dimensão política. É mister destacar que análise política não se confunde com descrição dos fatos comumente ditos políticos. Concretamente, de acordo com Lenfort (1991) essa análise existe quando associada ao estudo dos comportamentos e das instituições e com a averiguação do discurso e das ideias que veiculam a busca do sistema ou lógica que os anima. A análise política, enfim, é exercida tanto no plano da ação quanto da representação. No contexto e obras que trataremos, o conceito de pobreza e seus vários desdobramentos interpretativos podem ser entendidos como parte da construção e representação da identidade da Ordem Franciscana. Ademais,

⁹⁷ Há, portanto, uma historicidade, isto é, uma fidelidade das representações jurídicas em relação às forças que circulam e agem na sociedade. O direito medieval não se apresenta como instrumento coercitivo, mas como espelho e intérprete, enquanto desvinculado do condicionamento político (GROSSI, 2016: 72-73).

ele também pode ser interpretado como elemento de disputa que não se dissociava dos textos e nem da realidade social e normativa daquele período.

1. Álvaro Pais, franciscano e bispo de Silves (1270-1349)

Álvaro Pais foi um franciscano e jurista que marcou grande presença nas cortes ibéricas e em Avinhão - residência do papado desde 1309, a partir do pontificado de Clemente V (1305-1314)⁹⁸-, e sua produção textual está indissociavelmente inspirada pelos problemas que se instalaram na cristandade latina naquelas centúrias. Envolveu-se nas contendas em torno da pobreza, se posicionando, *a priori*, na defesa do *usus pauper*, bandeira de excelência da luta dos Espirituais. Contudo, diante da querela entre João XXII (1316-1334) e aquele grupo de frades - que terminaria na condenação da interpretação da pobreza absoluta de Cristo e dos apóstolos por meio da bula *Cum inter Nonullos* (1323), tornando-se, portanto, uma compreensão herética -, optou por obedecer ao papa. O apoio à João XXII, expresso tanto em suas ações como em suas produções lhe conferiu já em 1330, a função de confessor apostólico em Avinhão e, em 1332, a dispensa de bastardia⁹⁹. Naquele momento, nosso autor já estava engajado na produção de sua obra maior, a saber, o *Estado e pranto da Igreja* (1330-1335), com o fito de defender o primado da autoridade da Igreja sobre o poder temporal.¹⁰⁰

Durante os 14 anos subsequentes, em que governou a diocese de Silves em Portugal, o autor presenciou uma conjuntura política conflitiva entre esse reino e Castela. As disputas diziam respeito, especificamente, ao monarca português Afonso IV (1291-1357)¹⁰¹ e seu sobrinho, Afonso XI de Castela (1311-1350). Nesse cenário, Pais acabou por enfrentar por correspondência Afonso IV entre os anos de 1336 e 1337, uma vez que esse rei, para financiar as guerras com o rei de Castela, sobretaxava os bens eclesiásticos

⁹⁸ A partir do ano de 1309, Clemente V passou a residir em Avinhão, território sujeito ao controle angevino. Aquela região era geograficamente favorável, uma vez que se localizava no cruzamento entre diversas rotas comerciais. Ademais, em decorrência dos conflitos travados entre Felipe IV da França e seu predecessor Bonifácio VIII, o pontífice buscou uma independência em relação à corte, de modo que aquele lugar de residência não era um território da coroa francesa, mas pertencente à Cúria romana ou ao rei angevino da Sicília. Ver ainda: FERNANDES, F. R.; DIEHL, R. M. A Cúria papal: de Roma para Avignon (c. 1250-1350). *Intus-Legere Historia*, 2017: 21-44. Acesso em: 13 de julho de 2021.

⁹⁹ João XXII concedeu-lhe a dispensa mediante a bula *Libentur Illis*, em 22 de março de 1332 (COSTA, 1996: 75).

¹⁰⁰ A obra foi dividida na tradução portuguesa em oito volumes. Os três primeiros correspondem à primeira parte da obra, na qual se destacam temas vinculados à origem e finalidade do poder secular e espiritual, com o escopo de fundamentar as atitudes decisórias de João XXII frente o imperador do Sacro Império Ludovico da Baviera. Os outros cinco volumes, que perfazem a segunda parte da obra, tratam de maneira enciclopédica dos diversos pecados e vícios que acometeram a sociedade medieval, desde o povos até as dignidades seculares e eclesiásticas e de que forma se devia combatê-los.

¹⁰¹ Sobre esta questão, ver: SOUZA, A. M. de. D. Afonso IV e o gládio espiritual: a coroa portuguesa e as imunidades episcopais (Séc. XIV). *Revista Diálogos mediterrânicos*, n. 5, 2013: 132-152

(SOUZA, 2013:132-152). ¹⁰²Foi nesse momento que D. Álvaro escreveu sua penúltima obra, considerada um manual de conduta para a realeza cristã ibérica, intitulada *Espelho dos Reis* (1341-1344). Esse texto é considerado um espelho de príncipes, onde o autor definiu as virtudes cardeais (Justiça, Temperança, Prudência e Fortaleza) como elementos fulcrais ao exercício do poder governativo, capaz de gerir com justiça a *Societas Christiana*. Lembremo-nos, essa digressão sobre a vida e atuações pregressas são necessárias, pois toda a produção de Álvaro Pais não pode ser desvinculada de seu contexto de invenção. Se o nosso autor expressou sua obediência à João XXII, por intermédio do *Estado e pranto da Igreja*, não devemos classificá-lo simplesmente como um ‘hierocrata’, ou defensor de uma monarquia centralizada do papado, como se ele estivesse a relatar uma verdade absoluta. É necessário, conforme Skinner (2002), compreender esses atos de fala como resposta à um determinado contexto. Esse contexto apresenta-se sob a forma de desavenças no interior da própria Ordem e, sobretudo, de ameaça à unidade religiosa, social e política, tão cara aos medievais ¹⁰³(GROSSI, 2014: 94-101). Ademais, na atitude dos movimentos de pobreza absoluta, há um conteúdo político e, muitas vezes, contestatário. Aparentemente desprovidos de conteúdo político, eles acabaram por atuar de modo a abalar as estruturas políticas vigentes por meio de uma crítica que se pretendia, em suas origens, estritamente religiosa. (MAGALHÃES, 2016: 61)

É mister destacar que a partir do século XII houve uma nova consciência religiosa entre os leigos e a expressão de uma espiritualidade diversificada, como no caso dos Valdesenses e dos Cátaros. Estes movimentos identificados como ‘heterodoxos’ têm em comum com o Franciscanismo o fato de que, em primeiro lugar, possuem origens vinculadas ao ambiente laico, e em segundo, o de que são provenientes de um impulso reformador. De qualquer forma, esses movimentos representam as múltiplas tentativas de

¹⁰² Tal acontecimento violava IV Concílio de Latrão (1215) em seus cânones 44 e 46, onde os eclesiásticos ficavam isentos da cobrança de tributos dos príncipes seculares. Esse e outros privilégios ficaram conhecidos, ao longo do século XIII, como *libertas ecclesiae* (COUTO, 2016: 49- 50).

¹⁰³ A ordem a qual nos referimos diz respeito à concepção neoplatônica que se desenvolve na Idade Média ‘sapiencial’ a partir da Escola de Chartres (séc. XII) e da reinserção na cultura do Ocidente das obras de Aristóteles. Essa noção percorre o bojo da antropologia medieval. Segundo Grossi: “A ordem é precisamente aquele tecido de relações graças ao qual um agregado de criaturas heterogêneas é reconduzido espontaneamente à unidade” (GROSSI, 2014: 100). Não é a alçada deste artigo discutir sobre esta questão, mas vale comentar que a noção de ‘unidade’ esteve presente no discurso eclesiástico da Baixa Idade Média. Os objetivos da utilização da ideia de ‘unidade’ eram variados: seja para se referir à legitimidade de uma só fé, ou, por exemplo, para buscar fundamentar a preeminência governativa dos papas ou reis. Malgrado a dualidade “*Regnum/sacerdotium*” e a ideia de unidade indivisível da fé prevalecessem no léxico das fontes, isso permanecesse, em geral, no plano das idealizações, uma vez que, ao inverso disso, a pluralidade das jurisdições e das expressões da espiritualidade marcam todo o período do medievo tardio.

efetivação do ideal de perfeição cristã pautado, sobremaneira, na *Imitatio Christi*. É preciso enfatizar, a princípio, que a possibilidade de uma prática religiosa ¹⁰⁴distinta do monacato, era uma tônica das reformas que se fortaleceram no século XIII. Cabia à Igreja, naquele momento, a possibilidade de optar entre a assimilação ou a rejeição desses impulsos que acabaram por dar origem tanto às heresias quanto às novas ordens conventuais. De todo modo, as inúmeras dissidências religiosas catalogadas durante esses séculos tinham um eixo em comum: elas propunham a pobreza como virtude *sine qua non* para a perfeição cristã (BOLTON, 1983; MAGALHÃES, 2018: 69-82; MAGALHÃES, 2014: 61-88; BENEDETTI, 2016: 97-100). Dentre esses movimentos, destacou-se a primeira comunidade franciscana - também associada à marginalização social-, a qual foi edificada em Rivo Torto, no vale de Assis, localizado na Itália. Essa fraternidade marcou uma nova práxis social e religiosa, a princípio, incompatível com a *stabilitas* monástica. Ela foi fundada a partir de três eixos de sustentação: a caridade, a pobreza e a obediência. Mas, como desdobramentos dessas virtudes estariam outros dois pilares: a pregação e a mendicância. Como apontam as narrativas ¹⁰⁵sobre a vida do fundador da Ordem e a formação desta, os frades chegaram à Cidade de Santa Maria dos Anjos, na região de Porciúncula, onde instalaram uma igreja (MAGALHÃES, 2018: 79).¹⁰⁶ Com o decorrer da primeira metade do século XIII a fraternidade de Francisco passou por um processo de inserção nos quadros da ortodoxia vigente, período em que a nova Ordem Franciscana passava ao domínio das atividades inquisitoriais, universitárias e, por fim, fora reconhecida como instituição legítima. Mas, esses eventos não podem ser considerados asseguradores da paz no âmbito interno e externo à Ordem. Pois, com a constituição dos primeiros conventos passariam a beneficiar-se de esmolas cada vez mais generosas, que alimentaram a construção, a manutenção e a ampliação dos edifícios

¹⁰⁴ É preciso enfatizar que os monges também vivenciaram um ideal monástico renovado, a partir dos séculos X e XI, com as Ordens de Cluny e Cister. As regras monásticas do século XII em diante, marcam a passagem da participação do mundo leigo na vida religiosa.

¹⁰⁵ As principais narrativas são as *Vitae (prima et secunda)* de Tomás de Celano (1185-1260) escritas entre 1228 e 1240; a *legenda trium sociorum* atribuída aos freis Ângelo, Leão e Rufino e a *Legenda Maior* de Boaventura de Bagnoregio (1221-1274).

¹⁰⁶ Longe de ser somente um acontecimento circunstancial, essa ‘conventualização’ inseriu os frades na vida citadina, enquanto a Ordem perpassara, nos anos subsequentes, por um processo de burocratização e crescimento intermitentes. Este processo acabou por associar cada vez mais os franciscanos ao *modus vivendi* monástico pois, além de sua fixação, também passariam a viver segundo uma regra. A Regra Bulada (1223), finalmente, seria a expressão máxima dos laços jurídicos estabelecidos entre os franciscanos e os sumos pontífices, porém, como já mencionado, isso não significa uma ausência de independência, mesmo que relativa, da ordem franciscana enquanto espaço de jurisdição.

religiosos. Muito rapidamente difundiu-se a prática de se construírem basílicas contíguas aos edifícios dos conventos (MAGALHÃES, 2018: 80).

Estas transformações não passaram despercebidas pelos franciscanos, sobretudo os componentes da *intelligentia* que estiveram em contato com o espiritualismo joaquimista e a espiritualidade beguina da segunda metade do século XIII (GRUNDMANN, 1995: 20- 26). Estes frades, que passaram a compor a vertente dos Espirituais, estiveram ligados à tradição primitiva da experiência franciscana,¹⁰⁷ e alegavam conhecer, verdadeiramente, a *intentio* do¹⁰⁸ santo fundador. Nesse sentido, até então a cristandade conhecera apenas um *modus vivendi* ligado à pobreza de Cristo e reconhecido pela ortodoxia¹⁰⁹: a pobreza individual dos monges. Mas, a partir da aprovação verbal feita por Inocêncio III em 1209, momento fundador da Ordem Franciscana, se apregoava que a vida cristã também deveria se modelar pela pobreza coletiva (DE BONI, 1998: 24). Para os franciscanos, havia um juramento em torno da obrigação da pobreza, o que foi fixado pela Regra de 1223:

Os frades de nada se apropriem, nem casa, nem lugar, nem coisa alguma. E como peregrinos e forasteiros (cfr. 1Pd 2,11) neste século, servindo ao Senhor em pobreza e humildade, vão por esmola confiadamente, e não devem envergonhar-se, porque o Senhor se fez pobre por nós neste mundo (cfr. 2Cor 8,9). Esta é aquela eminência da altíssima pobreza que vos constituiu, caríssimos irmãos meus, herdeiros e reis do reino dos céus, vos fez pobres de coisas e sublimou em virtudes (cfr. Tg 2,5). (REGRA BULADA, 1991:134)

Como podemos perceber, na polêmica assumida entre os conventuais e os espirituais, não se discutiu o fundamento da pobreza franciscana enquanto virtude, e sim, a sua prática na vida cotidiana. Enquanto para os *Fraticelli* tratava-se do compromisso radical de não ter propriedades e usar frugalmente apenas o necessário para a

¹⁰⁷ Os *Zelanti* perfazem essa tradição primitiva como representantes dos primeiros seguidores do fundador que ansiavam por zelar a estreita observância à Regra Bulada de 1223 e, sobretudo ao testamento de Francisco (1226). Eles são considerados hoje, pela historiografia, os principais opositores das modificações na Ordem nas suas primeiras décadas de existência.

¹⁰⁸ Janet Coleman (2009) confere destaque, entre os Espirituais, à figura de Pedro João Olivi (1248- 1298). Este frade em seu tratado *De usu paupere* estabeleceu uma terminologia sintomática das preocupações que tramitavam na ordem. Dentre elas, a principal foi expressa pelo conceito de “*usus pauper*”.

¹⁰⁹ A regra de 1223, foi aprovada oralmente pelo papa Inocêncio III (1160- 1216) e confirmada, posteriormente, pela bula *Solet Annuere* de Honório III (1150-1227). Conforme Paul Sabatier (2006), consiste em uma obra contratual, relativamente mediada pela Igreja. Diferente da Regra não-bulada (1210), na Regra Bulada boa parte das citações evangélicas foram reduzidas, e as passagens líricas que denotavam o ímpeto do amor do homem por Deus, foram substituídas por fórmulas jurídicas. Ademais, tudo o que dizia respeito à obediência do Evangelho e a prática estrita da pobreza, foi resumido. Ainda de acordo com Paul Sabatier, o que salta aos olhos nessa ‘nova regra’ é que da parte de Deus, o chamado para os irmãos servirem é transformado em ordem, trabalho; da parte do homem, o ímpeto de amor é modificado para uma necessidade de submissão à ortodoxia. Podemos atestar essa leitura feita pelo autor quando nos deparamos com as primeiras linhas da regra: “[...] Frei Francisco promete obediência e reverência ao senhor papa Honório e a seus sucessores canonicamente eleitos e à Igreja Romana. [...] E os outros frades estejam obrigados a obedecer a Frei Francisco e a seus sucessores.” (REGRA BULADA, 1991: 131)

sobrevivência – *usus pauper* –, para os Conventuais a pobreza consistia apenas na ausência de domínio jurídico dos bens – *vivere de non próprio*. A querela, à época de D. Álvaro Pais, entre os franciscanos espirituais e o Papa João XXII em torno da pobreza evangélica teve como desfecho a promulgação de duas bulas centrais: *Ad Conditorem canonnum* (1322)¹¹⁰ e a *Cum Inter Nonullos* (1323).¹¹¹ Nessa seara, essa disputa interpretativa no contexto do pontificado joanino, foi trazida pela pena de Álvaro Pais e figurou, sobretudo na segunda parte da sua obra *Estado e pranto da Igreja*. O objetivo de Pais não era só descrever o cenário daquelas controvérsias, mas também conferir possíveis respostas àqueles problemas.

2. Álvaro Pais e a concepção de pobreza no Estado e pranto da Igreja (1330-1333)

Em primeiro lugar, cabe destacar que o bispo de Silves buscou tratar na segunda parte de sua obra, de forma predominante, sobre dois assuntos: a) a denúncia do comportamento da *Ordo Clericorum*, especialmente dos franciscanos, cujas atitudes contrariavam a regra menorítica; b) tratar das controvérsias da ordem em torno da pobreza evangélico- franciscana. Esses dois eixos de análise, estão intimamente associados às transformações – já discutidas por nós – vivenciadas pela Ordem Franciscana no final do século XIII. O distanciamento do *modus vivendi* preceituado na Regra Franciscana e, conseqüentemente, a relaxação do modo de agir dos frades, foi registrada pelo autor e permeia grande parte das lamentações da obra. É necessário destacar que Álvaro Pais, por ser um franciscano inserido nas controvérsias do meio citadino, legou várias citações e referências sobre o ambiente urbano europeu na segunda parte de sua obra. Os locais mais citados por ele foram: a Itália, França, Espanha e Portugal. Segundo Souza (2006), esses eram lugares que já havia visitado, pois nasceu em Salnés na Galícia, Província de Santiago de Compostela; estudou direito civil e canônico na universidade de Bolonha, na Itália¹¹²; foi noviço franciscano em Assis, onde também se tornou *lector*; foi penitenciário da Cúria avinhonense na França e,

¹¹⁰ Nesta bula, conforme Brunner (2006), João XXII declarou que o uso, ainda que estrito, correspondia à um determinado grau de propriedade. Isto é, não era legítimo afirmar que havia distinção entre uso e propriedade. A bula, portanto, concedia propriedades aos franciscanos, ainda que contra os seus votos. Essa atitude, para além da questão normativa, significou um mecanismo da Igreja para limitar o comportamento radical dos Espirituais, e suprimir atitudes consideradas heterodoxas.

¹¹¹ Tratava-se de um documento que buscava colocar um ponto final nas dissensões e afirmava que negar que Cristo e os apóstolos tiveram propriedade de bens, em comum ou em particular, era herético. Essa tese foi sustentada no Capítulo extraordinário da Ordem em 1322.

¹¹² [...] Porque não é o ter estado em Bolonha, mas o bem vier e ter estudado lá que deve ser louvado [...] (EPI II, ART. 34, vol. V., 1995: 329)

posteriormente, bispo da diocese de Silves em Portugal. Nesse sentido, Paris foi associada à Babilônia, cidade dos pecados, uma vez que era para lá que os franciscanos desvirtuados se direcionavam para prevaricar a Regra (EPI II, art. 66, 1997, v. 8 : 241-243). Além das denúncias supracitadas, Álvaro Pais não olvidou de se pronunciar abertamente sobre a conclusão de João XXII,¹¹³ a qual levou a principal assertiva dos espirituais a ser condenada como herética: “[...] afirmar que Cristo e os apóstolos não tiveram algo em comum” (EPI II, art. 60, 1997, v. VII: 21). Nesse caso, os evangelhos são os principais sustentáculos que vão prover as reflexões do frade galego em torno do sentido da propriedade. Ademais, a passagem de Lucas, em que Cristo ordena: “Não leveis nem bolsa nem alforje [...] não leveis nada pelo caminho” (Lc, 10,4; 11,3) é uma assertiva que sustentou boa parte do modo de vida proposto por Francisco na segunda metade do século XIII. No entanto, o problema político- institucional em epígrafe, convergia para a questão de um conceito indeterminado, no sentido prático, pelas Sagradas Escrituras e pela Regra (COLLEMAN, 2009:80). O frade franciscano, diante desta problemática, declarou que os franciscanos não eram hereges ao afiançarem que Cristo e os apóstolos nada tiveram enquanto *dominium*, no entanto, não deixou de ressaltar que Cristo teve *bolsa*. A discussão se relacionava à três noções: o uso (*usus pauper*, *usus facti*), a propriedade e o domínio:

[...] Levando a insensata astúcia dalguns a condenar tão rigorosa expropriação e abdicação com venenosas detrações. Nós, para que a claridade da perfeição dos mesmos irmãos não seja ofendida com as palavras dessas pessoas ignorantes, dizemos que tal abdicação da propriedade de todas as coisas tanto em especial como em comum por amor de Deus é meritória e santa [...] (EPI II, art. 60, 1997, v. 7, : 33). Não errou a santa madre Igreja em Francisco nem por ele foi enganada, e nós seguindo-o também não erramos. Francisco entrou pela porta da Igreja [...]. Primeiramente, prometeu, como vem no 1º ca: da sua regra, singular obediência ao papa Honório por si e pela sua Ordem, mandou por obediência que os frades pedissem sempre ao senhor papa um cardeal que protegesse e orientasse a sua religião e fraternidade, a fim de que, sempre submissos e sujeitos aos pés da mesma santa Igreja e estáveis na fé católica, observassem a pobreza, a humildade [...] (EPI II, art. 61, 1997, v. 7: 79).

¹¹³ “Since among not a few schorlarly men it often happens that there is called into doubt, whether to affirm pertinaciously, that Our Redmeer adn Lord Jesus Christ and His Apostles did not have anything individually, nor even in common, is to be censured as heretical, diverse and opposite things being opined concerning it, We, desiring top ut na end to this contest, after [having taken] the counsel of our brothers [the cardinals] by this perpetual edict to declare that a pertinacious assertion of this kind, when sacred scriptures, which assert in very many places thath they had not a few things, expressly contradict it, and when it supões opnly that the same sacred scripture, through which certainly the articles of orthodox faith are proven in regars to the aforesaid things, contains the fermente of falsehood, and consequently, as much as regards these things, emptying all faith of them, it renders the Catholic Faith doubdful and uncertain, taking away its demonstration, is respectively to be censured erroneou and heretical” Disponível em: <http://www.franciscan-archive.org/bullarium/qinn-e.html>. Acesso em: 15/Set/ 2020.

Fica claro que o posicionamento de Frei Álvaro era favorável ao desprendimento da propriedade material, em prol do zelo e do fiel cumprimento da Regra Franciscana, se isso não implicasse no descumprimento da virtude que elegera como a principal: a obediência. Isso fica claro na seguinte passagem:

[...] Mas que maior tribulação do que esta com o vigário de Deus o senhor papa João XXII de Cahors, a quem pela regra estamos submissos individual e especialmente? Mas esta submissão está de tal modo contida na regra, que não será prevaricação mas cumprimento do Evangelho prometido [...] (EPI II, art. 61, 1997, v. 7: 87)

Nesse sentido, ao defender o simples uso de fato e ao condenar o domínio de propriedades, Álvaro Pais demonstrou que optou por uma via média entre os posicionamentos dos Espirituais e da Comunidade. Pode-se afirmar, a partir disso, que embora defendesse o simples uso das coisas, isso não implicava, necessariamente, no *usus pauperum*. Álvaro Pais advertia baseando na bula *Exiit qui Seminatus* (1279) de Nicolau III,¹¹⁴ que mesmo que houvesse a opção entre os seus confrades pela vivência do ‘uso pobre’, o homem possuía necessidades que demandavam o uso das coisas materiais para a sobrevivência.¹¹⁵ Compreendemos a partir destas reflexões que se torna evidente a disparidade entre a doutrina defendida pelos *Espirituais* e as reflexões de frei Álvaro. Como exemplo disso, temos a questão da submissão ao poder papal: segundo Álvaro Pais, a obediência ao Sumo Pontífice deveria ser estendida a toda a cristandade. Álvaro, portanto, sustenta que o governo dos Sumos Pontífices não era símbolo do desvio da Igreja em relação às primícias do cristianismo, mas uma liderança necessária, instituída pelo próprio Cristo. Nesse aspecto, a ênfase do autor sempre recai, sobretudo, na obediência em relação aos seus superiores:

O vínculo da obediência é, para uma religião, um alicerce e um suporte mais fortes do que a castidade e a pobreza, porque sem a obediência é impossível edificar uma verdadeira religião [...] Também não pode ser verdadeira e perfeita a religião onde não há abnegação de si mesmo e sujeição a um superior. Pelos que tais religiosos se podem dizer acéfalos (EPI II, art. 51, 1996, v. 6: 95).

Ponderamos, à título de conclusão, que submissão àquele que ocupava a cadeira pontifícia, João XXII, na concepção de Pais, deveria ser cumprida para a

¹¹⁴ Ver: AGUIAR, V. A. S. Pequenas considerações sobre o Decreto *Exiit qui seminatus* de Nicolau III: uma nova interpretação legislativa da Regra e Testamento de São Francisco. **Anais, VIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais I jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais**, Universidade Estadual de Maringá, v. 1, n. 1, 2009: 1-13. Disponível em: <http://ppe.uem.br/jeam/anais/2009/index.html>. Acesso em: 21 abr. 2021.

¹¹⁵ O consumo do pão, do vinho, do azeite, vestuário e livros para o estudo traduziu-se no conceito de *usus facti* (uso de fato).

conquista da pátria derradeira. Mas, para além disso, a historicidade de suas argumentações não pode ser olvidada. Nesse sentido, as premissas sobre as quais seu discurso político era efetivado indicam que o autor estava à serviço daquela autoridade em Avinhão, e que dela recebia muitas honrarias- a exemplo da dispensa de bastardia e dos cargos eclesiásticos aos quais teve acesso. Ademais, o autor efetua seu discurso em um momento de condenação de muitos Franciscanos¹¹⁶. Assim, ao obedecer às ingerências da Cúria Pontifícia, embora não olvidasse a tentativa argumentativa de equilibrar ambas as vocações – a pobreza e a obediência –, Álvaro estava a efetivar atos de fala para validar suas intenções, sobremaneira, enquanto sujeito histórico. Assim, o discurso político com estes enunciados vinculados à defesa de um determinado poder – nesse caso, o papal – também nos mostra, ainda que ao avesso, uma realidade de disputas e concórdias entre o papado e os agentes propulsores das ‘novas’ formas de vivência do sagrado.

Considerações Finais

No final do século XIII, na mesma medida em que a aprovação da Ordem representou um mecanismo de regramento de um *modus vivendi* com feições de heterodoxia, essa formalização era entendida como a possibilidade da perpetuação da memória e da experiência de Francisco. Apesar disso, a institucionalização não pode ser associada à uma ideia de pacificação. A complexificação e o crescimento institucional da Ordem, contribuíram para que as oposições entre os Espirituais e Comunidade se intensificassem. A ampla literatura produzida por esses grupos representa, hodiernamente, um conjunto de disputas interpretativas. As dissensões diziam respeito, especialmente, às interpretações em torno do conceito de pobreza, pressuposto teológico fundamental da Regra e pedra angular das discussões que durante muitos anos delinearam a história da Ordem e da Igreja. Nesse sentido, preferimos pensar, sobremaneira, a partir da plasticidade dos discursos que se produziram nas Ordens Mendicantes, a depender de

¹¹⁶ “A repressão oficial contra os Espirituais assumiu um caráter mais violento na Provença, pois ali o referido grupo de frades era muito mais ativo. Alguns deles, que não quiseram aceitar as determinações papais foram encaminhados ao inquisidor Michel le Moine que, após inquiri-los e julgá-los, acabou por condenar à morte na fogueira os seguintes religiosos: João Barrani, Deodato Miquelis, Guilherme Santoni e Ponce Rohce. Os mesmos foram executados em Marselha em 7 de Maio de 1318”. In: SOUZA, José Antônio de C.R. As relações de poder na Idade Média Tradeia, Porto Alegre: EST edições. 2010: 17. Ademais, nesse mesmo ano, João XXII promulgou a bula *Gloriosam Ecclesiam*, condenando a tese atribuída aos Espirituais Franciscanos imbuídos das influências apocalípticas joaquimitas sobre a existência de uma Igreja espiritual, distinta da Igreja carnal, correspondente à realidade eclesiástica corrompida daquele período.

seu contexto de produção. Longe de serem dotados de um modelo unívoco de interpretação das problemáticas daquele momento, as modalidades do pensamento menorita se articularam em uma ampla e variada rede de propostas teóricas, onde o religioso e o político não se dissociam. A partir dos textos de diferentes tipologias que abordamos, contemplamos visões distintas sobre a mesma problemática: as interpretações e conceituações atribuídas à pobreza franciscana. Ademais, buscamos associar diretamente à discussão central ao retrato das contínuas desavenças e conciliações entre a ordem franciscana e o papado à época de João XXII. Momentos de grandes inquietações para a Cristandade e contínua reelaboração das noções sobre o poder e das jurisdições – *iurisdictio*- de seus representantes.

Fontes:

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 4. ed. S. Paulo: Paulus, 2002.

JOHNN XXII. Quum Inter Nonnullos. Extravag. Ioann. XXII. Tit. XIV. De Verborum Significatione Cap V [1]", Decretalium Ccollectiones, Akademische Druck - U. Verlagsanstalt Graz, 1959, which was published as a second volume of a reprint of the work "**Codex Iuris Canonis**", ed. B. Tauchnitz, Leipzig, 1879. Disponível em: <http://www.franciscan-archive.org/bullarium/qinn-e.html>. Acesso em: 15/Set/ 2020.

PAIS, Álvaro. Estado e pranto da Igreja. Trad. Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, volume I, 1988; volume V, 1995; volume VI, 1996; volume VII, 1997.

REGRA BULADA. In: SILVEIRA, Idelfonso; REIS, Orlando dos (org.). São Francisco de Assis: Escritos e biografias de S. Francisco de Assis crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano. 6. ed. Petrópolis:Vozes, 1991. pp.131-139.

Referências:

BOLTON, Brenda. A reforma na Idade Média: século XII. Lisboa : Edições 70, 1983.

BENEDETTI, Marina. Frades Menores e Inquisição. Alguns casos na Itália medieval. Revista Territórios e Fronteiras, UFMT, v. 9, n. 1, 2016, p. 97-111.

BURR, David. The Spiritual Franciscans. From Protest to Persecution in the Century after Saint Francis. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press, 2001.

BRUNNER, Melanie. Pope John XXII and the ideal of absolute poverty. Tese de doutorado. University of Leeds, 2006, p. 17-38.

COELHO, M.F. A jurisdição da aristocracia cristã: monarquia, nobreza e monacato em Portugal (séculos XII-XIII). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora. V. 22, N. 1, P. 117-137, 2016.

COSTA, A.D. de S. Estudos sobre Álvaro Pais. Lisboa: Editoria Verbo, 1966.

COUTO, J. T. do. Antes que houvesse Clérigos, In: SOUZA, José António de C.R.; AZNAR, Bernardo. (Eds.). Igreja e Estado: Teorias Políticas e Relações de Poder no Tempo de Bonifácio VIII e João XXII. 1. Ed., Braga: Axioma - Publicações da Faculdade de Filosofia, 2016, Filosofia 41, pp. 49-66.

DESBONNETS, Theophile. Da intuição à instituição. Petrópolis, Rj: Cefepal, 1987.

COLLEMAN, Janet. Using, not woning-Duties, not rights the consequences of some franciscan perspectives on politics: Defender and critics of franciscan life, U.K, 2009.

FERNANDES, F. R.; DIEHL, R. M. A Cúria papal: de Roma para Avignon (c. 1250-1350). Intus-Legere Historia, 2017, pp. 21-44. Acesso em: 13 de julho de 2021.

GROSSI, Paolo. A ordem jurídica medieval. Tradução de Denise Rossato Agostinetti e revisão técnica de Ricardo Marcelo Fonseca. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

GRUNDMANN, Hebert. Religious Movements in the Middle Ages: The historical Links between the Mendicant Ordes, and the Women's religious Movement in the Twelfth and the Thirteenth. University of Notre Dame Press, 1995.

LENFORT, Claude. Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 117.

MAGALHÃES, A. P. T. Heresia, Marginalidade e Alteridade: apontamentos sobre o exercício da espiritualidade na Baixa Idade Média. Dimensões, Universidade de São Paulo, v. 33, n. 1, p. 61-88, 2014.

_____.Guerra e paz na Ordem Franciscana: o discurso da pobreza como elemento de disputa. In: Baccega, Marcus (org.) Combates e Concórdias: temporalidades do conflito e da conciliação na tradição medieval. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018, pp. 69-82.

_____.Os espirituais franciscanos. In. Os Franciscanos e a Igreja na Idade Média: A Abor vitae crucifixae iesu de Ubertino de Casale. 1. Ed. São Paulo – USP – programa de Pós- graduação em história social: intermeios. 2016, pp. 64-114.

MOORMAN, John. A History of the Franciscan Order. From its Origins to the Year 1517. Oxford: Clarendon Press, 1968.

OLIVEIRA, Terezinha. Os Mendicantes e o ensino na Universidade Medieval: Boaventura e Tomás De Aquino. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007, São Leopoldo -RS,v.1,n.1,p.1-8,2007.

PIVA, E.D. Francisco de Assis., uma nova linguagem. In: et al. A tradição Monástica e o Franciscanismo. Rio de Janeiro: Programa de Estudos Medievais UFRJ, 2002, p. 217.

SKINNER, Quentin. Visões da Política. Sobre os Métodos históricos. Algés: DIFEL, 2002, p. 145.

SABATIER, Paul. Vida de São Francisco de Assis. Trad. Frei Orlando A. Bernardi; apresentação à edição brasileira de Frei Vitório Mazzuco. – Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco: Instituto Franciscano de Antropologia, 2006, p. 80-95.

SOUZA, A. M. de. O ambiente urbano e o ideal de cidade no Estado e pranto da Igreja de Álvaro Pais. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 35, ano 19, p. 43-51, 2006.

_____. O pontificado de João XXII (1316-1334). In. SOUZA, José António de C.R.;

AZNAR, Bernardo. (Eds.). Igreja e Estado: Teorias Políticas e Relações de Poder no Tempo de Bonifácio VIII e João XXII. 1. Ed., Braga: Axioma - Publicações da Faculdade de Filosofia, 2016, Filosofia 41, pp. 211-253.

VAUCHEZ, André. A Espiritualidade na Idade Média Ocidental: séculos VIII a XIII. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-JURÍDICA AO DIREITO À INTIMIDADE E MEMÓRIA

*Carlos Henrique Miranda Jorge*¹¹⁷

RESUMO: O presente trabalho versa sobre tema que se mostra contemporâneo e de suma importância ao cotidiano da população, sendo debatido na maior corte de justiça do País. Para tanto, necessário torna-se como meio comparativo o estudo do direito à intimidade na legislação constitucional e infraconstitucional, assim como o direito a memória contemplada na Constituição Federal para tentar trazer argumentos contrários e favoráveis e ampliar a argumentação em entendimentos contrários e favoráveis sobre o tema, utilizando-se como método de pesquisa o dedutivo-indutivo, desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas e artigos científicos.

Palavras-chave: *Direito à privacidade. Direitos à memória. Direito ao Esquecimento.*

INTRODUÇÃO

O tema memória popular vem sendo debatido em nosso país até os dias atuais em decorrência de todo ocorrido no período militar, fazendo com que legislações sejam elaboradas no intuito de não permitir que o passado nacional seja esquecido e não contado em sua totalidade. Hodiernamente inúmeros debates públicos sobre direito à memória e direito ao esquecimento são trazidos à tona no intuito de não permitir que haja quaisquer meios de controle judicial sobre os veículos de comunicação, garantindo a sociedade o acesso livre a todas informações daquele período, de forma a contribuir com conhecimento ao cidadão dos fatos ocorrido em nosso país em sua totalidade, não permitindo que sejam noticiadas informações apenas de interesse dos governantes e de quem detenha o poder em determinado período.

O texto constitucional traz em suas cláusulas pétreas dispositivos que asseguram a liberdade de informação, vedadas quaisquer formas de censura, assim como capítulo específico sobre a comunicação social no país, abrangendo o direito à memória, onde explicitamente dispõe que em seu art.220 que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, conforme nos traz a Carta Maior.

O Direito ao Esquecimento é um tema que vem surgindo e trazendo inúmeros debates no meio jurídico como um Direito da Personalidade, ao tentar proteger e

¹¹⁷ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Goiás.

resguardar a intimidade e privacidade do cidadão frente a um acontecimento histórico que traz inúmeras consequências e que poderia ser “esquecida” frente aos meios de comunicação por não possuir mais nenhum valor social relevante, deixando que o cidadão permaneça “em paz” em sua intimidade. O Direito ao Esquecimento foi tema da VI Jornada de Direito Civil do Conselho de Justiça Federal, com a finalidade de limitar a divulgação infinita de fatos pretéritos, que muitas vezes causam grandes transtornos aos envolvidos, ferindo o direito fundamental à privacidade e à intimidade por meio do Enunciado 531.

Por esta razão, o presente trabalho pretende demonstrar a importância do resgate à memória nacional e o Direito ao Esquecimento através de análises legislativas e constitucionais, mencionando superficialmente que surgiram para assegurar a memória popular, traçando paralelo com os direitos e garantias fundamentais estampados na Carta Magna de 1988 e os Direitos de Personalidade trazidas pelo Código Civil de 2002, com a finalidade de entrar em contato com o que já foi escrito sobre o tema, constatando-se as novas formas de censura que possa surgir ao tema do presente trabalho, sem pretensão de esgotar debates existentes sobre o tema.

1 DIREITO AO ESQUECIMENTO

O direito ao esquecimento vem ganhando notoriedade nos principais debates referentes ao conflito existente entre direito à memória e informação e o direito a intimidade individual, onde encontra-se entendimento que o cidadão tem o direito de ser “deixado em paz”, sem que notícias que um dia trouxe transtornos em sua vida circule entre os meios de comunicação e a memória de uma nação que não pode ser retirada de circulação em decorrência de um interesse individual, prevalecendo a suprema do interesse público sobre o privado.

Historicamente, acredita-se que esse direito tem sua origem na Alemanha, a partir do “caso Lebach”, sendo, atualmente um dos casos mais conhecidos acerca do tema, julgado pelo Tribunal Constitucional Alemão. O caso Lebach ficou conhecido por se tratar, inicialmente, de um pedido de liminar, interposto por um dos envolvidos no conhecido como “assassinato dos soldados Lebach”. Ao saber de que seria transmitido um filme sobre o ocorrido, um dos acusados entra com o pedido, alegando que a transmissão do filme, além de ferir seus direitos, dificultaria a sua ressocialização.

O pedido não fora acolhido, e os fundamentos dizem respeito ao fato de que, por se tratar de história recente do país, nada se deveria fazer para que se evitasse que o filme fosse ao público, narrando os fatos exatamente da forma com que ocorreram. Entretanto, interposto então o recurso constitucional, a Corte Constitucional, determinou a proibição da divulgação do filme (Mendes, Gonet. 2012.p. 389).

Por essa razão, tem sido abordado como uma espécie de defesa para proteger o indivíduo da invasão de privacidade pelas mídias sociais, *blogs*, provedores de conteúdo ou buscadores de informações, especialmente em relação a fatos públicos referentes ao passado do indivíduo que na era da superinformação pode trazer constrangimentos e inúmeras distorções frente aos conteúdos produzidos de forma desenfreada e muitas vezes sem nenhum respaldo de verificação anterior da veracidade de tais informações.

Assim, surge o conflito de direitos ao garantir ao cidadão à inviolabilidade de sua intimidade, sua honra e o direito a liberdade de expressão e de informação, ambas trazidas na Lei Maior, sendo eles o Direito ao Esquecimento, decorrência dos direitos à honra, à imagem, à privacidade e à intimidade e, de outro, o direito à memória como projeção das liberdades de informação e de manifestação do pensamento.

O direito a ser esquecido é o de não ter sua privacidade histórica devassada, a qualquer tempo, por terceiros. O passado de uma pessoa não pode ser exposto para ser objeto de diversão pública ou de curiosidade alheia. É o direito da pessoa à autodeterminação informativa, ou seja, de controlar seus dados pessoais, de decidir se fatos pretéritos alusivos à sua vida poderão ser, ou não, novamente, alvo de noticiários, comentários, filmagens que possam afetar sua vida presente ou futura (Diniz, 2017, p. 04).

Na VI Jornada de Direito Civil, foi aprovado o Enunciado nº 531, que reconheceu o direito ao esquecimento como uma das formas de expressão do princípio da dignidade da pessoa humana na sociedade de informação, ao mencionar que “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”

Esse direito estaria inserido nos Direitos da Personalidade trazidos pelo Código Civil e que prevê todo tipo de proteção à intimidade e privacidade de um cidadão, reflexos do caráter humanístico característico na Constituição Federal de 1988 que trouxe um avanço frente à proteção do ser humano, inovando comparativamente ao Código Civil de 1916 que não abordava a proteção desse tema e tinha um caráter mais patrimonialista do que humano.

Se o direito ao esquecimento é um direito à personalidade, são cabíveis medidas

judiciais para cessar lesão ou ameaça de direito e também a reparação de danos àquele que se sentir ofendido. Apesar de similar aos direitos da personalidade, em especial aos direitos à honra e à privacidade, não se confunde com estes institutos, sendo, portanto, um direito da personalidade autônomo. Enquanto o direito à privacidade é o direito do indivíduo de não ter, sem seu consentimento, aspectos de sua vida íntimas vasculhadas nem divulgados, o direito ao esquecimento trata de informações verdadeiras que uma vez foram notícias, mas que, em virtude da passagem do tempo, não podem sofrer nova publicidade.

Por esta razão, frente a inúmeros tratados de Direitos Humanos que vinham surgindo em todo mundo e a necessidade cada vez maior de proteção do indivíduo os textos constitucionais começaram a proteger o cidadão de abusos, inclusive em sua esfera privada, fazendo com que a intimidade ganhasse um novo realce de proteção e importância junto ao ordenamento jurídico nacional, permanecendo em consonância com o que estava sendo adotado nos países com maior desenvolvimento legislativo, juntamente com outros temas que vinham ganhando destaque em razão de sua importância histórica e social.

Baseados nos ditames da dignidade da pessoa humana, 28 países da União Europeia já estão averiguando os casos em que há necessidade de conceder o Direito ao Esquecimento, onde a Google pode ser forçada a remover os certos links no site de busca, ação essa que será executada pelas agências regulatórias da privacidade de dados em tais países. Entretanto, o tribunal deu às agências pouca orientação para aplicação da decisão. Tendo em vista o fato de que o assunto é novo, necessitam-se diretrizes para auxiliar na aplicação, para que não seja feita de maneira errônea.

O direito à privacidade teria por objeto os comportamentos e acontecimentos atinentes aos relacionamentos pessoais em geral, às relações comerciais e profissionais que o indivíduo não deseja que se espalhem ao conhecimento público. O objeto do direito à intimidade seriam as conversações e os episódios ainda mais íntimos, envolvendo relações familiares e amizades mais próximas. O direito à privacidade é proclamado como resultado da sentida exigência de o indivíduo “encontrar na solidão aquela paz e aquele equilíbrio, continuamente comprometido pelo ritmo da vida moderna”. A reclusão periódica à vida privada é uma necessidade de todo homem, para a sua própria saúde mental. Além disso, sem privacidade, não há condições propícias para o desenvolvimento livre da personalidade. Estar submetido ao constante crivo da observação alheia dificulta o enfrentamento de novos desafios. A exposição diuturna dos

nossos erros, dificuldades e fracassos à crítica e à curiosidade permanentes de terceiros, e ao ridículo público mesmo inibiria toda tentativa de autossuperação. Sem a tranquilidade emocional que se pode auferir da privacidade, não há muito menos como o indivíduo se autoavaliar, medir perspectivas e traçar metas (Mendes, Bonet, 2012, p.392).

Melhor se afigura, então, adotar a perspectiva de que íntimo é tudo aquilo que o sujeito guarda como estritamente pessoal, mas que divide com uma ou pouquíssimas pessoas nos meios que lhe são mais próximos, como é o caso entre cônjuges ou familiares. Já o privado, ter-se-ia como, na esteira do íntimo, o que de igual forma pertence ao seu titular como confidencial, mas que restou externalizado a uma ou poucas pessoas de círculos sociais próximos como um amigo ou grupo de amigos, o colega de trabalho, o confessor religioso, etc. Em ambos os casos está a se tratar de aspectos particulares da pessoa humana, a mesma já referida como titular de direitos fundamentais recepcionados e protegidos pela Constituição do país (Rosa, Rigo, 2014. p.144).

O texto constitucional abrigou esses direitos, proclamando a centralidade da dignidade da pessoa humana e dedicando dispositivos expressos à tutela da personalidade, dentre os quais é possível destacar o art. 5º, incisos V e X, nos quais declara invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, trazendo proteção dos direitos da personalidade ligados à integridade moral.

Umbilicalmente associada à natureza humana, a honra é um dos mais significativos direitos da personalidade, acompanhando o indivíduo desde seu nascimento, até depois de sua morte. Poderá manifestar-se sob duas formas, objetiva: correspondente à reputação da pessoa, compreendendo o seu bom nome e a fama de que desfruta no seio da sociedade e subjetiva:

Deve-se destacar, é claro, que os direitos à privacidade e à intimidade oferecem uma maior proteção aos cidadãos comuns do que aos homens públicos ou pessoas célebres, porquanto estes voluntariamente se expõem ao público, abdicando em parte de sua intimidade. No entanto, deve-se sempre ter em mente que as pessoas públicas sofrem apenas uma limitação, e não uma supressão de sua intimidade, ou seja, mesmo para aquelas pessoas pertencentes à vida pública, os direitos à vida privada e à intimidade ainda subsistem nas hipóteses em que sua divulgação adentra em suas esferas mais íntimas.

Em suma, o direito ao esquecimento tem como objetos a memória e o esquecimento. O referido direito busca resgatar a ideia do esquecimento social em relação a certas informações do passado de uma pessoa, de forma que estas não sejam

mais divulgadas e acessadas por terceiros. Ainda que tenha nascido no direito penal como forma de ressocialização de um condenado, hoje o direito ao esquecimento assume um sentido amplo, ou seja, busca consolidar-se como um instrumento de autodeterminação de dados.

2. O DIREITO À MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

No período conhecido como Regime Militar foi marcada pela condução do país pelos militares que estavam no governo através de várias legislações e atos institucionais que praticamente legalizaram a censura, cerceando os meios de informação através de perseguição política, suprimindo direitos constitucionais antes previstos, culminando em prejuízo a democracia e a perseguição dos que eram contrários ao regime imposto, iniciando-se no dia de 31 de março de 1964, o que resultou no afastamento de João Goulart, Presidente da República na ocasião, sendo tais atitudes justificadas sob argumentação de ameaça comunista sobre o país.

Durante o regime militar, ocorreu um fortalecimento do poder central, sobretudo do poder executivo, caracterizando um regime de exceção, pois o executivo se atribuiu a função de legislar, em detrimento dos outros poderes estabelecidos pela Constituição de 1946. O alto comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial, indicando um candidato militar que era referendado pelo Congresso Nacional.

Desta forma, o direito à memória e a informação faz com que um país não tenha apagado de sua história momentos que trouxeram sofrimentos e abusos estatais, garantindo a sua população que tais fatos sejam sempre lembrados para que não sejam novamente repetidos.

Como memória e história não estão separadas por uma barreira inultrapassável, mas sim em interação permanente, existe uma relação privilegiada entre memórias «fortes» e a escrita da história. Quanto mais forte é a memória – em termos de reconhecimento público e institucional –, mais o passado de que é vector se torna susceptível de ser explorado e historicizado (Traverso, 2012. p.84).

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, "coletiva", como

sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao "tempo que muda", às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui -eis uma banalidade - um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (Rousso, 2006, p.94).

Pelas razões acima o direito ao esquecimento passa a ser questionado no sentido de ao mesmo tempo em que garante a intimidade de uma pessoa, também ser responsável por retirar da história de uma nação fatos que a marcaram em sua plenitude, não trazendo todas as notícias e momentos decisivos, fazendo com que uma nação seja desprovida de acontecimentos históricos.

O direito ao esquecimento é concebido assim, em última análise, como o direito de não ser citado no corpo de um relato atual sobre eventos pretéritos de caráter público; é o direito de não ser lembrado, de não ter uma passagem ruim da vida - outrora legitimamente tornada pública por sua conexão com fatos terríveis - recontada agora, tantos anos depois, apesar da sua veracidade e desde que a evocação da história se mostre nociva à vida da pessoa implicada (Neto, Denise, 2014, p.811).

Há uma obrigação de omitir, de não informar por completo, que é necessariamente correlativa do direito de ser esquecido. Por isso, nas situações em que seja reconhecido o direito ao esquecimento, revela-se como um direito de calar a imprensa e as emissoras de rádio e televisão, se não os historiadores e os escritores de livros, ao menos em relação a um dos sujeitos envolvidos; é um direito individual cujo reflexo é, para quem está do outro lado, a obrigação de ocultar parte da verdade histórica, sob pena, inclusive, de sanção (pagamento de equivalente pecuniário) (Neto, Denise, 2014, p.811/812).

Sendo assim, a Carta Política trouxe em seu art.216 à memória como patrimônio cultural brasileiro, entre outras inúmeras garantias. Para que ocorra a tentativa de recuperar a memória nacional e seguindo os preceitos constitucionais, houve o surgimento de legislações que vieram com o propósito de que fatos pretéritos não fossem esquecidos e desconhecidos por parte dos brasileiros, trazendo à tona o que ocorreu no período militar e ainda era desconhecido.

Surgiu assim a Lei nº 9.140, de 04 de Dezembro de 1995 que reconheceu como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências, prevendo indenizações e criação da comissão especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que havia como atribuição "I - proceder ao

reconhecimento de pessoas: a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei; b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, tenham falecido por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas; c) que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público; d) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público; II - envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados; III - emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenização que venham a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 desta Lei”.

A Comissão de Anistia do Ministério de Justiça de 2002 criadas com a finalidade de examinar e apreciar os requerimentos de anistia, emitindo parecer destinado a subsidiar o Ministro de Estado da Justiça na decisão acerca da concessão de Anistia Política. O regime da anistia política abrange aqueles atingidos por atos de exceção por motivação exclusivamente política entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Ainda, o Decreto nº 5.584 de 2005, que dispunha sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

A Comissão da Anistia do Ministério da Justiça lançou, em abril de 2008, a Caravana da Anistia, com o objetivo de percorrer todos os estados brasileiros para difundir o conhecimento histórico do passado ditatorial e julgar os pedidos de indenizações de perseguidos políticos, fomentando exposições e debates sobre o tema.

Por meio da Lei n. 12.528/2011, criou a Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, tendo por finalidade, como dispõe o seu art. 1º, “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.”, com vistas a reparar as famílias dos militantes mortos ou desaparecidos.

Direito à memória este consiste, basicamente, no resgate da memória e da verdade dos fatos referentes às trajetórias daqueles que foram perseguidos e/ou mortos pelo regime autoritário vigente; pode-se afirmar que seus objetivos possuem inegável

compatibilidade com uma série de princípios estabelecidos, por exemplo, nas Convenções de Genebra I-IV, editadas em 1949, e nos artigos 32 e 33 do Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, datado de 1977, todos estes textos jurídicos internacionais que, conjuntamente, reconhecem e dão fundamento jurídico ao direito à verdade (AMBOS, 2009: 41-43). O mesmo ocorre com a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, dentre outros, ambos documentos internacionais ratificados pelo Brasil em 1992 (Gallo, 2010, p.136).

No regime militar utilizavam da censura através da prática institucional e enquanto prática social, não permitindo que tais notícias fossem publicadas sob o argumento de que estavam defendendo a sociedade de ideias que iriam pervertê-las. Na prática institucional, situa-se a atuação de órgãos estatais, que se formam através de princípios burocráticos e nas normas vigentes, com a finalidade de controlar o que poderia ou não ser publicado, fazendo com que a população fosse informada apenas do que entendiam ser o melhor a ela através dos meios de comunicação. Com relação à censura social, há uma menor visibilidade, pois trata-se da existência de constrangimentos reais sobre a livre expressão de ideias, que se caracterizam pelo fato de serem difusas e subliminares, como já mencionados anteriormente.

Também houve várias restrições relacionadas à diversão pública, através de seus agentes pode controlar toda informação de uma sociedade, fazendo com quem ela tenha apenas informações que convêm ao governo atual, entretanto, necessário se fazer a diferenciação entre censura à imprensa da censura de diversões públicas.

Em contraponto ao entendimento favorável ao Direito ao Esquecimento, no Parecer do Recurso Extraordinário com agravo 833.248/RJ, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se em relação aos casos, trazendo seu entendimento e visão sobre o Direito ao esquecimento, seguindo alguns aspectos levantados pelo Procurador-Geral da República em sua manifestação.

“Não é possível com base no denominado direito a esquecimento, ainda não reconhecido ou demarcado no âmbito civil por norma alguma do ordenamento jurídico brasileiro, limitar o direito fundamental à liberdade de expressão por censura ou exigência de autorização prévia. Tampouco existe direito subjetivo a indenização pela só lembrança de fatos pretéritos. 2. Há vasta gama variáveis envolvidas com a aplicabilidade do direito a esquecimento, a demonstrar que dificilmente caberia disciplina jurisprudencial desse tema. É próprio de litígios individuais envolver peculiaridades do caso, e, para reconhecimento, desse direito, cada situação precisa ser examinada especificamente, com pouco espaço

para transcendência dos efeitos da coisa julgada, mesmo em processo de repercussão geral. Consectário do direito a esquecimento é a vedação de acesso à informação não só por parte da sociedade em geral, mas também de estudiosos como sociólogos, historiadores e cientistas políticos. Impedir circulação e divulgação de informações elimina a possibilidade de que esses atores sociais tenham acesso a fatos que permitam à sociedade conhecer seu passado, revisitá-lo e sobre ele refletir (STF. Parecer recurso extraordinário com agravo833.248/RJ. p. 01)

Por fim, demonstra-se a necessidade do direito à memória na construção do país e para que a democracia e sua transição sejam efetivadas de forma concreta e de acordo com a necessidade popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à memória é umas das garantias previstas pelo texto constitucional em seu art.216 como forma de proteção do patrimônio cultural e histórico nacional, garantindo a todos o acesso a informações que façam parte da construção histórica da nação e não pode ficar à margem do conhecimento nacional.

Ainda encontram respaldo em cláusulas pétreas dispostas no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV da Carta Magna para que se possa trazer uma proteção ainda maior à informação pública e aos meios de comunicação. Tais proteções advêm em decorrência de um longo período militar em que o direito de informação foi tolhido do seio social, com inúmeras regulamentações e vedações, sob pretexto de proteção da pátria frente ao avanço do comunismo no país.

Em contrapartida ao Direito à memória, o Direito ao Esquecimento vem ganhando cada vez mais notoriedade no meio jurídico nacional, sendo abrangido pelos civilistas como uma forma de Direitos da Personalidade, inclusive sendo debatido durante o VI Jornada de Direito Civil, onde foi aprovado o Enunciado nº 531, que reconheceu o direito ao esquecimento como uma das formas de expressão do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, através de proteção a intimidade e privacidade, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, estampada no art.1º, inciso III, da nossa Carta Política.

Entretanto, tal direito entre em colisão com o Direito à memória e de informação ao fazer com que informações pretéritas não sejam mais noticiadas nos meios de comunicação, como forma de preservar a intimidade de uma pessoa que quer ser esquecida.

Como consequência de se reconhecer o Direito ao Esquecimento como forma legítima de proteção à intimidade seria o impedimento do acesso a informações necessárias a memória do país, refletindo-se na construção e desenvolvimento da nação, correndo-se o risco, inclusive, de se repetir atitudes de governos pretéritos que trouxeram marcas imensuráveis aos Direitos Humanos, através do assolamento de informações que seriam pertinentes a intimidade de determinada pessoa ou grupo que possam ter cometido atitudes contrárias à lei daquele período.

Ainda, tais decisões poderiam ter o condão de fazer com que o passado de determinados grupos políticos que possam ter se envolvido em escândalos de corrupção e demais atos de improbidade que causaram dano ao erário e, conseqüentemente, ao país, possam ter todas as suas informações relacionadas a eles “apagadas”, retiradas de circulação da mídia, atendendo a determinações judiciais, sob argumento de preservar a intimidade, a vida privada, trazendo, assim, uma grave violação ao direito à memória, fazendo com que uma possível proteção aos Direitos da Personalidade se torne uma nova forma de censura, afetando as pesquisas acadêmicas, entre outros setores sociais, pois o confronto entre memória e esquecimento é determinante para a história.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. **Enunciados da VI Jornada de Direito Civil**. Disponível em: http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-vi-jornada/at_download/file. Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005** – Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5584.htm. Acesso em 19-05-21;

BRASIL. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995** – Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em 20-05-21;

BRASIL. **Lei nº 12.528, DE 18 de novembro de 2011**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em 19-05-21;

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406compilada.htm. Acesso em 18-05-21.

DINIZ, Maria Helena. **Efetividade do Direito a ser esquecido.** Revista Argumentum, Marília/SP, v. 18, n. 1, pp. 17-41, Jan.-Abr. 2017, p. 04);

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Coordenadoras). Texto citado Rousso, Henry. **Uso e abusos da História Oral.** 8ª edição. Editora Fundação Getúlio Vargas. Ano 2006. Rio de Janeiro.

GALLO, Carlos Artur. **O Direito à Memória e à Verdade no Brasil Pós-Ditadura Civil-Militar.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 2 Nº 4, Dezembro de 2010. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10406> - Acesso em 18-05-21;

MENDES, Gilmar Ferreira Mendes – BRANCO, Paulo Gustavo Bonet. **Curso de Direito Constitucional** Editora Saraiva – 7ª Edição – Ano 2012 – São Paulo.

NETO, João dos Passos Martins e PINHEIRO, Denise. **Liberdade de informar e Direito à memória - uma crítica à ideia do direito ao esquecimento.** Disponível em <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/download/6670/3805>. Ano 2014.

ROSE, Tais Hemann da. FERRARI, Graziela Maria Rigo, **Privacidade, intimidade e proteção de dados pessoais** (aspectos brasileiros - Argumenta Journal Law: Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica, da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. n. 21 (julho/dezembro) – Jacarezinho, 2014, P.133-166);

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar. História, memória e política.** Lisboa: Unipop. 1ª Edição, 2012;

STF. **Parecer recurso extraordinário com agravo 833.248/RJ.** p. 01. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4623869&numeroProcesso=833248&classeProcesso=ARE&numeroTema=786>>. Acesso em: 20 maio 21.

ENTRE A PARTILHA E A MENTIRA: A VEROSSIMILHANÇA FICCIONAL EM *A CARNE* (1888), DE JÚLIO RIBEIRO

Clara Luísa Nogueira Gregorim¹¹⁸

Introdução

Em 1888 é publicado um romance naturalista de grande polêmica. Se, de um lado, gerou ataques fervorosos, de outro aclamações exaltadas. Trata-se do livro “*A carne*”, do linguista, professor e escritor Júlio Ribeiro. A história de uma jovem moça, Lenita, amante dos livros e desbravadora dos desejos sexuais provocou um grande desconforto social, mas também lucro aos editores, pois integrou a lista de livros naturalistas mais vendidos das editoras cariocas (EL FAR, 2004). À medida que o mercado editorial carioca ampliava a sua gama de leitores e barateava os livros, os romances de sensação¹¹⁹ tornavam-se a “galinha de ouro” dos editores (EL FAR, 2004). Apesar da disseminação do romance na sociedade carioca, a sua chegada, assim como de *A carne*, causou inquietações sociais. Tal questão, de acordo com Márcia Abreu (1999), envolve um determinado percurso da leitura, isto é, as significações do ato de ler algo. A história da leitura, portanto, portadora de uma historicidade própria constitui um campo investigativo propício para compreender questões relacionadas à literatura, política, estética, moral ou religião.

Sobre estética e política o filósofo Jacques Rancière identifica uma base comum entre elas. Essa definição é possível devido a forma como Rancière concebe a estética: “um regime específico de identificação e pensamento das artes: um modo de articulação entre maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento” (RANCIÈRE, 2009:13). Posto isso, dessa relação entre estética e política, define-se o que é visível e não visível no espaço comum.

¹¹⁸ Mestranda em História do PPGH-UFG, orientada pela Prof.Dra. Raquel Machado Gonçalves Campos. Bolsista Capes. E-mail: claragregorim@discente.ufg.br

¹¹⁹ Os romances de sensação, de acordo com El Far (2004:14), referem-se à recorrência do termo “sensação” para se tratar de narrativas de dramas emocionantes e conflituosos.

Nas palavras dele “a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (RANCIÈRE, 2009:17). Assim, a arte ao se ocupar dos modos de fazer do comum intervêm na distribuição dos modos de fazer, ser e do que é visível. O que está sendo afirmado, portanto, é a existência da estética, uma intervenção dessa no campo político. Esse sistema é nomeado como “partilha do sensível”. Desse pensamento ranceriano surge também uma revolução estética, que se dá na passagem de um regime de identificação ao outro, ou seja, na mudança da forma como se concebe a arte de um determinado período. Tais conceitos orientarão a análise desse artigo, pois ao objetivarmos compreender a recepção polêmica de *A carne* (1888) deparamos com a crítica realizada, de mesmo ano de publicação da obra, do paulista Alfredo Pujol. Esse acusa o romance de ser inverossímil. Procuramos, portanto, traçar um diálogo entre a crítica e o pensamento ranceriano. À vista disso, a crítica negativa abre caminhos para refletir sobre as leituras do naturalismo no Brasil.

A historiadora francesa Judith Lyon-Caen (2016:8-9) ao tratar da explosão romance na sociedade francesa do oitocentos enfatiza como esse novo consumo indicava uma virada de costumes dos leitores. Esses apontamentos são realizados a partir do estudo da recepção de *Mystères de Paris*, de Eugenie Sue. A crítica se dividiu entre os que denunciavam a imoralidade e obscenidade do romance e os que viram nas descrições um retrato útil da vida dos trabalhadores. Nesta esteira, essa rejeição para Lyon-Caen (2016:12) deve ser explorada pelos historiadores, pois para ela, no processo de um novo gênero literário cria-se condições para refletir sobre a história literária.

Posto isso, este artigo, primeiro, contextualiza a escrita riberiana no programa naturalista. Para posteriormente, entender como foi possível operar a crítica de verossimilhança ao romance. Como dito, tal percurso se pautará nos conceitos de “revolução estética” e “partilha do sensível” de Jacques Rancière.

Naturalismo e realismo: o entre-lugar de *A carne* (1888)

Além de autor de livro obsceno, Júlio Ribeiro adquiriu a fama de polemista. A sua carreira não se restringe apenas a escrita de *A carne* (1888), ele atuou como jornalista, professor e gramático. E foi no estado de São Paulo, que o mineiro natural de Sabará, construiu sua carreira no mundo das letras. Incluído num movimento político de contestação do regime imperial, Júlio Ribeiro iniciou em 1876 na imprensa paulista e

participou de debates anti-clericais republicanos (SILVEIRA, 2006:32-34). Assim, não é ao acaso que comumente é definido como um “Árdido republicano virulentamente anti-clerical, todo entregue aos conceitos e preconceitos de seu tempo, por impulso natural de seu temperamento extremado [...] batalhou até o fim pelas ideias radicais” (FILHO, AIRES, 1943:23).

A respeito de seu percurso literário, a sua primeira obra é o romance *Padre Belchior de Pontes*, publicado em 1876. Contudo, como aqui muito já enunciado, a sua notoriedade veio com livro *A carne*, romance dedicado ao francês Èmile Zola. Tal oferecimento aproxima o autor do programa literário naturalista. De acordo com Paulo Franchetti (2012), as nuances entre o realismo e naturalismo até meados dos oitocentos eram bastantes frágeis. De primeira, aquelas obras que não se encaixavam nos princípios românticos eram vistas como realistas e, posteriormente, aquelas ligadas ao mestre naturalista Èmile Zola eram definidas como naturalistas. No entanto, veremos que apesar da dedicatória ligando o romance ao naturalismo ele não foi assim apropriado. Ainda citando Franchetti (2012), há, para ele, uma particularidade no naturalismo brasileiro: a confusão gerada pela repercussão da obra *Primo Basílio* no Brasil, do português Eça de Queiros, em 1878. Tal acontecimento envolveu severas críticas de Machado de Assis, pois ele viu “os dois primeiros romances de Eça de Queirós como representantes de uma tendencia literária nociva, capitaneada por Èmile Zola” (FRANCHETTI, 2012:14). Ao mesmo tempo que Machado de Assis teceu severas críticas ao naturalismo, a ele foi atribuído o posto de escritor realista. A confusão está assim feita, uma vez que a atribuição é errônea, pois Machado de Assis não é realista. Assim, considerando as fragilidades da diferenciação naturalismo e realismo, muitos romances naturalistas foram comparados a escrita machadiana de narrador digressivo ou de escrita em primeira pessoa, nada menos naturalista que isso e vejamos por quê.

Sendo Èmile Zola e naturalismo quase um sinônimo, o livro *Romance Experimental* escrito por ele em 1880 assumiu o tom de programa literário (FRANCHETTI, 2012). Grosso modo, Zola inspirado pelas ideias de medicina experimental de Claude Bernard, acreditava ser possível criar, observar e experimentar leis do comportamento humano, para ele a palavra “romancista” poderia ser substituída por “médico”, assim seu método adquiria um rigor científico. Nas palavras de Zola:

“O objetivo do método experimental, o termo de toda pesquisa científica é, portanto, idêntico para os corpos vivos e para os corpos brutos: consiste em encontrar as relações que prendem um fenômeno qualquer à sua causa próxima, ou em outras palavras, em determinar as condições necessárias à manifestação desse fenômeno.” (ZOLA,1982:27)

Ao escrever o romance, o escritor deveria observar os fatos e descrevê-los conforme os vê, dando o ponto de partida para a história, estabelecendo o terreno sobre o qual os personagens agem e os fenômenos se desenrolam; depois é a vez do romancista experimentador, que move os personagens em uma história particular demonstrando a sucessão dos fatos de acordo com o determinismo dos fenômenos (ZOLA, 1982:31). E isso é possível a partir dos conhecimentos das leis gerais e dos pressupostos científicos. Todo esse processo, de acordo com Zola (1982), se resumiria em uma coisa: a busca pela verdade. Nessa esteira, o romance experimental, por meio de prerrogativas científicas, possibilitaria a busca pela realidade e se afastaria dos fatos que não poderiam ser explicados pelas leis gerais. Em outras palavras, houve uma associação entre verdade e ciência no naturalismo e, sendo assim, ele se afastaria “dos escritores idealistas, que se apoiam no irracional [...]” (ZOLA, 1982:35)¹²⁰.

O naturalismo, portanto, de acordo com os pressupostos de Zola, se reconhecendo como o procedimento literário mais verdadeiro e verossímil coloca em discussão o conceito de verossimilhança. Ora, posto assim parece simples que uma das principais acusações à personagem Lenita seja de verossimilhança, mas ao pensarmos que a noção de verossímil não é inata, quer dizer, a literatura nem sempre operou as verossimilhanças com a realidade cabe a discussão de como pôde ser operado tais críticas à personagem.

A revolução estética e a verossimilhança ficcional

A literatura da forma como a conhecemos significando uma “expressão da sociedade” e fruto de um “gênio criador” é uma noção recente decorrente do século XVIII; antes disso, podemos dizer que o que hoje nomeamos de “literatura”, seria melhor

¹²⁰Ver trecho completo: “Resumo, agora, o nosso papel de moralistas experimentadores. Mostramos o mecanismo do útil e do nocivo, definimos o determinismo dos fenômenos humanos e sociais, para que se possa um dia dominar e dirigir estes fenômenos. Em uma palavra, trabalhamos com todo o século na grande obra que é a conquista da natureza, a potência do homem decuplicada. E vejam, comparado ao nosso, o trabalho dos escritores idealistas, que se apoiam no irracional e no sobrenatural, e cujos enlevos são seguidos, um a um, de uma profunda queda no caos metafísico. Somos nós que estamos com a força, somos nós que estamos com a moral.” (ZOLA, 1982:35)

denominado “*Belas-letras*”¹²¹. Ou melhor, poemas como *Ilíada* e *Odisseia* não poderiam ser denominados literatura.

A concepção moderna de literatura dar-se-á com as ruínas do sistema das *belas-letras* (RANCIÈRE, 2009). Essa revolução não apenas destrói um sistema, mas, elabora uma outra interpretação das artes. O acontecimento inaugural, portanto, dessa modificação é o romance, pois a partir dele reinaria a igualdade ficcional, no sentido de um nobre poder sentir medo e praticar atitudes banais, ao contrário da ordenação do sistema normativo das *belas-letras*, as ações deveriam corresponder ao gênero e espaço social ali representado (RANCIÈRE, 2009).

No pensamento ranceriano o sistema das *belas-letras* ou ficção poética clássica é nomeado regime representativo (RANCIÈRE, 2009). O campo da arte, portanto, advém do modo como determinado período histórico concebe a arte¹²². O regime representativo para o referido autor é ordenado por uma lógica representativa assentada na *mímeses* (RANCIÈRE, 2009:30). Daqui é definido o que deve ser e para quem ela é representada, seguindo uma concepção aristotélica de *mímeses*, ela é “o vinco na distribuição das maneiras de fazer e das ocupações sociais que torna as artes visíveis” (RANCIÈRE, 2009:31).

Assim, as obras seguem uma determinada estrutura hierárquica onde as partes se subordinam ao todo e, de modo igual, definem a forma como tais obras devem ser apreciadas. Aqui, ao contrário da noção moderna de semelhança, a *mímeses* é entendida como imitação, ou melhor, a imitação de homens agindo, uma ação em que “os acontecimentos se devem suceder em conexão tal que, uma vez suprimido ou deslocado um deles, também se confunda ou mude a ordem do todo” (ARISTÓTELES, Poética, VIII, 49). Para além disso, a poesia para o filósofo grego não se limita apenas em imitar, ela também é ação criadora de prazer e conhecimento. Nessa ordenação, o elo entre imitação e criação é o verossímil, dele se estabelece os limites do possível da poesia (ARISTÓTELES, Poética. XXV, 117). Desse modo, a definição aristotélica da função do poeta é dizer “o que poderia acontecer e as coisas possíveis segundo o verossímil ou o

¹²¹ Márcia Abreu (2003) ao estudar a circulação de livros no Brasil, entre meados do século XVIII e inícios do século XIX, aponta que utilizar o termo “literatura” seria um anacronismo, assim, o seu trabalho não teria como objeto *obras literárias*, mas as *belas-letras* “que guarda a indefinição do período, permitindo que se considere um conjunto amplo de escritos – poesias, narrativas, peças oratórias e teatrais” (ABREU, 2003:15).

¹²² Jacques Rancière distingue três regimes de identificação das artes: o regime ético das imagens, o regime poético, ou representativo, das artes e o regime estético das artes.

necessário” (ARISTÓTELES, Poética, IX ,5). Parte daí, portanto, uma inverossimilhança da impossibilidade de um nobre ter ações indignas de alguém de baixa posição. Esses elementos aqui referidos são organizados em quatros princípios (RANCIÈRE, 2019).

O primeiro é o “princípio da ficção”, fundamento pela *mímeses*, o poema se define por ser “uma imitação, uma representação de ações” (RANCIÈRE, 2019:320), dessa maneira, ele não seria um modo de linguagem. A possibilidade de sistematizar a ficção provém da ordenação hierárquica dos termos clássicos da poética “a *inventio*, que diz respeito à escolha do tema, a *dispositio*, que organiza suas partes e a *elocutio*, que oferece ao discurso seus ornamentos apropriados” (RANCIÈRE, 2019:319).

Rancière ainda destaca o:

“princípio mimético, no fundo, não é um princípio normativo que diz que a arte deve fazer cópias parecidas com seus modelos. É antes um princípio pragmático que isola, no domínio geral das artes (das maneiras de fazer), certas artes particulares que executam coisas específicas, a saber, imitações” (RANCIÈRE, 2009:30)

Assim, na lógica ranceriana, se a poesia e a pintura podem ser comparadas é porque as duas “narram uma história” (RANCIÈRE, 2019:321). A ficção circunscreve ainda uma verossimilhança ficcional, ela deve responder a um “espaço-tempo específico onde a ficção é dada e apreciada como tal” (RANCIÈRE, 2019:321).

O segundo princípio é chamado de “generacidade”, ele se refere ao encadeamento do gênero do poema e o objeto a ser representado. Na poética aristotélica existem aqueles que são nobres de espírito e os comuns e, por correspondência, suas ações são as grandes e as pequenas, respectivamente. Hierarquiza-se, portanto, os gêneros: tragédia representa os nobres; epopeia os heróis; a comédia e a sátira as pessoas comuns.

De agora em diante as ações devem corresponder a essa “generacidade”, damos sequência ao terceiro princípio: conformidade. Dentro dela o poeta deve determinar as ações e discursos dos personagens de acordo com a natureza do ser representado e do gênero escolhido. Em outras palavras, se o poeta decide pela epopeia, o herói deve ter ações e falas apropriadas a sua elevada natureza humana. Ressalta-se outra vez, essa coerência não se define por uma cópia do fiel, mas, sim, na verossimilhança ficcional (RANCIÈRE, 2019:324). Essa pressupõe quatro critérios: a natureza das paixões humanas; os costumes de um povo ou personagem; acordo aos gostos e decência

apropriados aos costumes; “conformidade das ações e palavras com a própria lógica das ações e das características próprias de um gênero” (RANCIÈRE, 2019:324). Tendo todas essas conformidades em harmonia e unicidade alcança-se a finalidade da ficção: agradar (RANCIÈRE, 2019:323). A partir do prazer gerado pelo poema há a validação da conformidade (RANCIÈRE, 2019:324). Do sentimento proporcionado cria-se uma afinidade do espectador com os personagens e suas ações representadas; define-se, portanto, o modo como a obra deve ser julgada: por aqueles que sentem e se vêm ali representados.

Estabelecida essa igualdade entre autor, personagem e espectador temos o último princípio: atualidade. Nas palavras de Rancière pode ser definido assim: “o que regula o edifício da representação é o primado da palavra como ato, da performatividade da palavra” (RANCIÈRE, 2019:326). Dele temos a reafirmação do princípio da ficção, o poema é feito por ela e não pela linguagem; o poema ao acordar “as ações ficcionais a uma encenação do ato da palavra” estende a sua finalidade para além do prazer, ele tem o propósito de ensinar. A eficiência do ensinamento passa a depender “de uma ideal de palavra eficaz” (RANCIÈRE, 2019:326). Ou seja, da retórica.

O romance realista do século XIX colocou em xeque essa hierarquização, ele inverte todo o sistema poética aqui em cima relatado. Ou seja, àqueles quatros princípios derivados da poética aristotélica são postos em oposição, vejamos: “ao primado da ficção, opõe-se o primado da linguagem. À sua distribuição em gêneros, opõe-se o princípio anti-gênérico da igualdade de todos os temas representados. Ao ideal da palavra em ato, opõe-se o modelo da escritura” (RANCIÈRE, 2019:328). Esses são os princípios da nova poética denominada “poética da expressão”. Entretanto nos atentemos, mais do que uma inversão, ela representa, acima de tudo, um novo princípio de interpretação das artes, a sobreposição de ideais do que elas são e significam.

Na poética da expressividade a potência máxima está na linguagem e por meio dela que as obras podem ser comparadas. Esse realismo romanesco ao colocar em cena temas banais e pessoas comuns estabelece a igualdade de todos os temas (RANCIÈRE, 2009;2019). Não existe mais temas nobres ou banais, nessa nova poética tudo é importante e igualmente significativo, todas as coisas e pessoas carregam em si a potência da linguagem, isto é, qualquer coisa pode ser representada. Nesta lógica ranceriana, as publicações de “*Madame Bovary ou A educação sentimental*” são imediatamente

percebidos como “a democracia em literatura”, apesar da postura aristocrática e do conformismo político de Flaubert” (RANCIÈRE, 2009:19). É, portanto, na descrição da vida e dos objetos cotidianos e sua igual relevância que ascende uma nova poética, um novo regime de identificação.

A partir disso, retomemos ao problema central do trabalho: a acusação de inverossimilhança ao romance naturalista *A carne*. Melhor dizendo, fundamentado em que a crítica acusa Lenita de ser falsa? Para isso, analisemos uma dessas críticas.

Entre as críticas e a partilha do sensível

A historiadora Célia Regina da Silveira (2010) ao empreender um estudo das leituras de *A carne* destaca o papel da crítica literária como produtora de imagens negativas a respeito de Júlio Ribeiro e de sua obra. Porém, não somente isso, para ela muito além de questões estéticas, as críticas se orientaram pela moralidade oitocentista brasileira. Não negamos essa hipótese neste trabalho, mas, propõe-se uma outra análise conjunta à essa. Tracemos, portanto, um diálogo entre o estético e político para analisar a falsidade de Lenita.

Alfredo Pujol, membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, foi um jornalista, advogado, crítico e político brasileiro. Mas, também se tornou conhecido por participar da polêmica da recepção do romance *A carne*. Em 1888, no mesmo ano de publicação do romance, escreve uma carta relatando o alvoroço causado por Júlio Ribeiro.

A narrativa centra-se na história da jovem Helena Mattoso, apelidada de Lenita, criada somente por seu pai viúvo Dr. Lopes Mattoso, ela recebeu uma educação primorosa:

“leitura, escrita, gramática, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história, francês, espanhol, natação, equitação, ginástica, música, em tudo isso Lopes Mattoso exercitou a filha porque em tudo era perito: com ela leu os clássicos portugueses, os autores estrangeiros de melhor nota, e tudo quanto havia de mais seleta na literatura do tempo” (PUJOL, 2002:70).

Ela ainda é descrita como uma moça, que apesar de seu conhecimento vasto, é modesta. Aos pedidos de casamentos havia sempre uma resposta: não. A moça não tinha

pretensão de se casar por enquanto. Mas, infelizmente, a vida a surpreendeu, seu pai após um mal-estar morreu repentinamente. Tomada de uma verdadeira tristeza foi viver com o antigo tutor de seu pai: Coronel Barbosa. É, na fazenda de Barbosa, que Lenita descobre os prazeres da carne. Do encontro com filho divorciado de seu tutor, Manuel, nasce uma paixão. Os dois passam a fazer tudo juntos, estudar, experimentos e sexo. Um dia Lenita encontrou cartas de Manuel à um antigo amor e decide partir mesmo grávida de Barbosa. Após um tempo Manuel ao receber uma carta de Lenita contando que decidirá se casar com outro homem decide se matar.

Ao relatar a sua experiência frustrada e até de nojo ao ler o livro Pujol (2002:328) afirma que ele “é uma obra de escândalo; não visa fim literário”. Destaca a estranheza da educação da moça ao afirmar que a moça possuía mais conhecimentos do que o próprio imperador. Após o relato do enredo da estranha educação, da entrega aos desejos e da morte de Barbosa o crítico afirma o romance ser inverossímil, composto de “personagens fantásticos” e impossível (PUJOL, 2002:330). Para ele:

“Lenita, como um exemplar da moça brasileira, é um tipo falso, absurdo, puro resultado de fantasia, mas de fantasia infeliz, que não conseguiu dar-lhe condições psicológicas que determinassem o fim que chega Lenita” (PUJOL, 2002:331).

Ainda reclama que, dentro da observação e descrição dos fatos, deve existir um tipo de falseamento no naturalismo. Ainda coloca, o seu papel como crítico é explicá-la e entender os meios empregados e os elementos constitutivos do estético. Nesse campo, para ele, não importaria o assunto, mas se na:

“reprodução da natureza, na sucessão das cenas, na fotografia dos caracteres, na pintura, em suma, de todos os elementos orgânicos de uma obra, foi *honesto* e *sincero*, dando medida exata, rigorosamente exata, das coisas exteriores, sujeitas à observação, em relação ao curso psicológico de uma certa ordem de ideias, as quais filiou-se o assunto escolhido” (PUJOL, 2002:332).

Ora, o que está sendo exposto por Pujol é que na estética da arte não importa os meios pelo qual se observa e descreve a natureza, mas a uma verdade que deve residir na base dessa estética. E a realidade contida em *A carne* não atende a essa verdade. Júlio Ribeiro ao mostrar uma moça erudita e entregue aos prazeres, que ao final se casa com

outro; e, ao mesmo tempo, o Barbosa um tipo também visto como anti-natural, um “manequim criado especialmente para prostituir Lenita” (PUJOL, 2002:344), pois ao final se mata por não ter o amor de Lenita, conclui a falta de uma orientação estética na obra riberiana.

A partilha do sensível

Essa ausência e essa inveracidade tão sublinhada por Pujol (2002) está correlacionada a verossimilhança ficcional, na verdade, uma não verossimilhança ficcional. Não há para o crítico uma correspondência entre as ações e discursos dos personagens com as suas naturezas e costumes sociais. Isto é, numa mulher não caberia todo o conhecimento e desejo mostrado por Lenita, que ao fim, como convém a moralidade, se casou. Ainda mais, não caberia a um homem como Barbosa o perecimento. Ao desconforto e desgosto da leitura de Pujol está exposto uma certa familiaridade com as noções da poética aristotélica. Apesar, de o crítico ver nos romances de Flaubert uma maestria, ainda residiria uma resistência sobre o que seria ou não de bom tom ser posto na trama a partir de uma verossimilhança ficcional. Essa crítica não se restringe apenas ao campo da estética, pois como veremos a seguir a estética e a política não são desassociadas.

Dentro do pensamento ranceriano de regimes de identificação há uma investigação sobre a estética e as relações com a esfera política. Na definição que há na estética uma articulação entre maneiras de fazer, ver e julgar a arte, há também uma distribuição das ocupações. Em outras palavras, nessa distribuição tem-se uma definição de quem pode ou não ocupar uma parte do comum em função do que “faz, do tempo e do espaço comum” (RANCIÈRE, 2009:16). Dessa forma, que, por exemplo, para Platão os artesões não podem participar das coisas comuns, pois eles *não têm tempo* para se dedicar a outra coisa que não seja seu trabalho” (RANCIÈRE, 2009:16). Essa determinação do que é visível ou não pelo comum é nomeada por Rancière (2009) como “partilha do sensível” um:

“sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas” (RANCIÈRE, 2009:15).

Há, assim, hierarquias nas possibilidades da estética, essa distribuição forma partilhas exclusivas e comuns. Verifica-se, neste pensamento, uma base comum entre política e estética; ou seja, na política está inerente a questão estética, a partilha do sensível faz ver quem toma parte do comum ou dela é excluído, e essa função política está exposta no estético. Dessa forma, o artista define o visível e o não visível no comum, na comunidade.

Portanto, Júlio Ribeiro ao criar Lenita confronta o comum. *A carne* estabelece uma partilha de sensível, que para Pujol não é aceitável, afinal ela não responde as hierarquias do comum, da comunidade. Visto que, as mulheres por muito tempo foram distintas a educação destinada aos homens e às mulheres. Foi apenas em 1827 criado o primeiro decreto possibilitando um ensino elementar as mulheres (GOTLIB, 2003:23 *apud* GUIMARAES, 2019:40), a essas, eram mais importantes os deveres do matrimônio. Com acesso ao conhecimento negado, não é de se espantar que as suas leituras fossem controladas, a mulher vista como frágil não poderia ler qualquer tipo de livro. Não é sem razão, portanto, que Lenita se feminiza ao trocar as leituras científicas pelo romance. Por fim, neste trabalho, não existe a intenção de apontar uma escrita transgressora riberiana, mas de, por meio do desconforto de Alfredo Pujol, refletir sobre os motivos da rejeição do romance *A carne*.

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia. Prefácio: percursos da leitura. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. – Campinas: Mercado de Letras, p.9-18, 1999.

_____. *Os caminhos dos livros*. – Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

ARISTÓTELES. *Sobre a arte poética*. Trad. CAMPOS, Antônio. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FRANCHETTI, Paulo. Apresentação. In: AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ateliê Editorial, p.9-60, 2012.

GUIMARAES, Veridiana. *As personagens leitoras nos romances Madame Bovary e A carne*. 2019. 119f. Tese (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

LYON-CANE, Judith. História literária e história da leitura. Trad. ALMEIDA, Thomaz. *História e Cultura*, França. V.5, n.2, p.8-19, set. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. NETTO, Mônica. – São Paulo: EXO experimental; Editora 34, 2009.

_____. Primeira parte. De la poética restringida a la poética generalizada. In: _____. *La palabra muda: ensayo sobre las contradicciones de la literatura*. Bueno Aires: Eterna Cadencia Editora, 2009, p.23-72.

RANCIÈRE, Jacques; SILVA, Renan. “Da representação à expressão”. *Rapsódia* n.12, p.313-330, 2019. Disponível em: <
<https://www.revistas.usp.br/rapsodia/article/view/153451>> Acesso em: 06 de maio de 2021.

RIBEIRO, Julio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

SILVEIRA, Cèlia. Fama e infâmia: leituras do romance *A carne*, de Júlio Ribeiro. *ArtCultura*, Uberlândia, v.12, n.21, p.195-209, jul-dez.2010.

_____. *Erudição e ciência: a procelas de Júlio Ribeiro no Brasil oitocentista*. 2006. 241f. Tese (Doutorado em História e sociedade) – Faculdade de Ciência e Letras de Assis, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2006.

FILHO, Aires. Varão de lutas. *Suplemento literário Autores e Livros*. Ed.00016. Domingo, 4 de abril de 1943, p.23.

PUJOL, Alfredo. Apêndice: *A carne* de Júlio Ribeiro. In: RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, p.327-340, 2002.

O ANSPEÇADA MARCELINO BISPO E O PARADOXO DA EMANCIPAÇÃO

Cláudio Fernandes Ribeiro¹²³

RESUMO: O artigo tem como objetivo expor uma parte das reflexões desenvolvidas na pesquisa referente ao atentado que o primeiro presidente civil da República brasileira, Prudente de Moraes, sofreu em 5 de novembro de 1897. Para tanto, optamos por apresentar, num primeiro momento, os principais dilemas que o governo do presidente Prudente teve de enfrentar em seus primeiros anos para, então, num segundo momento, apresentar um problema ao qual chamamos, provisoriamente, de “paradoxo da emancipação”. Esse paradoxo diz respeito à biografia de uma figura central no acontecimento do atentado: o anspeçada do Exército Marcelino Bispo de Melo. Foi ele o autor da tentativa de assassinato contra Prudente de Moraes. Marcelino aprendeu a ler a escrever com muito custo, com o próprio pai, no sertão de Alagoas. Este acontecimento em sua vida (a alfabetização) foi, a um só tempo, sua emancipação e sua perdição. É este o problema que abordaremos com o auxílio de um teórico: Jacques Rancière.

Palavras-chaves: *Atentado contra Prudente de Moraes, Primeira República, florianismo, fanatismo político.*

Introdução

É sabido que o Brasil tornou-se independente de modo *sui generis*, quando comparado com os países da América Hispânica. O poder, nesta última, como diz José Maria dos Santos (SANTOS, 1960, pp. 46-51), foi passado do absolutismo espanhol para os chefes e líderes militares *criollos*, em sua maior parte caudilhos. Aqui, houve a princípio a elevação do Brasil da condição de colônia a parte integrante de um Reino Unido; depois, a constituição de um Império Brasileiro, mediante um arranjo político-jurídico cujo trunfo principal era o dispositivo do Poder Moderador. O Império garantiu a unidade nacional, e papel do Exército nesse processo foi reconhecidamente indispensável. Com o advento da República pelas mãos dos militares, em 15 de novembro de 1889, apareceu um dilema bastante difícil de ser resolvido por parte dos civis (tanto os “históricos” da propaganda republicana quanto aqueles que aderiram ao novo regime): como construir uma nova ordem sem o Poder Moderador, sem o *poder pessoal* plasmado

¹²³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. Orientado pela Prof. Dr^a Fabiana de Souza Fredrigo.

na figura augusta do imperador, e consolidar um rito institucional “civilizado”, livre dos fantasmas do militarismo e do caudilhismo – que rondaram as repúblicas sul-americanas? Como imitar os bons modelos de experiência republicana: Estados Unidos, Suíça e França?

São bem conhecidas de quaisquer estudiosos dos primeiros anos da República brasileira as teses do filósofo político e historiador Renato Lessa, presentes em seu clássico *A invenção republicana* (2015 [1988]). De acordo com Lessa, a Primeira República só conseguiu, de fato, a estabilidade que a fez durar até 1930 com os dispositivos inventados pelo *Modelo Campos Sales*. Isto é, só a partir do quadriênio do paulista Manoel Ferraz de Campos Sales, iniciado em 1898 e terminado em 1902, foi que a República passou a ter uma ordem “rotinizada” e estável. Lessa defende que isto aconteceu porque Campos Sales propôs um modelo político no qual a Constituição de 1891 era negada, posta de lado; isto é, a partir de 15 de novembro de 1898, a República passou a reagir contra o seu passado recente, contra os seus pecados de “infância”. A chamada “política dos estados”, ou “política dos governadores”, também neutralizou as rivalidades partidárias, facciosas. O historiador José Murilo de Carvalho (1987), por sua vez, complementa as teses de Lessa ao afirmar que o projeto da política dos estados era consolidar o poder das oligarquias neutralizando a incipiente “participação popular” e toda sorte de agitação política da capital (Rio de Janeiro).

Mas, a despeito da importância dessas teses, há uma pergunta que merece ser feita. Na verdade, esta pergunta está no cerne das investigações que temos levado adiante de 2019, com nossa pesquisa. Ela diz respeito a um acontecimento específico: o atentado que o antecessor de Campos Sales, seu conterrâneo, Prudente de Moraes, sofreu em 5 de novembro de 1897. Ora, a pergunta que fazemos é a seguinte: será que o atentado contra Prudente de Moraes e os fatos a ele relacionados não tiveram, no processo de consolidação da autoridade civil na presidência da República, uma importância maior do que normalmente a historiografia lhe tem dispensado? O próximo Renato Lessa, no já mencionado *A invenção republicana*, diz o seguinte, ao comentar o ocorrido: “(...) naquela época, até os regicidas eram confusos. Prudente de Moraes escapou ileso, sendo ferido de morte o ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt. O efeito imediato do atentado foi a completa reversão do quadro político.” (LESSA, 2015 [1988] p. 148-149), E complementa com a seguinte observação:

Mas não se deve exagerar o alcance do sucesso final de Prudente de Moraes. A calma política conseguida quase lhe custou a vida, e não há

sistema político conhecido que faça da ameaça de assassinato de seu chefe máximo uma virtude e condição para a paz pública. A República, pois, deveria descobrir fórmulas que garantissem, entre outras coisas, a sobrevida de seus dirigentes. (*Idem*, pp. 151-152).

Acreditamos que — e esta é a nossa hipótese de trabalho — a “calmaria política” foi conseguida por Prudente não apenas devido ao fato de ele não ter morrido na ocasião do atentado (e, portanto, ter tido condições de reagir duramente contra seus adversários), mas, sobretudo, ao fato de o morto ter sido um marechal do Exército, Carlos Machado de Bittencourt, então ministro da guerra. E mais do que isso: Bittencourt foi morto por um soldado raso, um anspeçada, em defesa de um presidente civil. O significado, nem tanto político, mas mais simbólico disto talvez ainda não tenha sido avaliado com a devida acuidade. É necessário que nos atentemos para a seguinte ironia: o gesto deste soldado raso (cujo nome era Marcelino Bispo de Melo), isto é, a tentativa de assassinato do chefe de Estado, constituiu o máximo exemplo de *indisciplina militar* (um dos principais problemas originados no governo Floriano Peixoto, antecessor de Prudente). O gesto do marechal Bittencourt, por outro lado, ao atracar-se em luta corporal contra o soldado Marcelino, constituiu o exemplo máximo *do dever para com a autoridade constituída* e, por extensão, da *disciplina militar*. Modelo cujo contra-modelo era justamente Floriano Peixoto, que estimulava a insubordinação dos oficiais subalternos contra os seus superiores e tornara-se objeto de culto da mocidade politicamente fanatizada. O que propomos é que a “morte heroica”, o “autossacrifício” do marechal Bittencourt (exaustivamente explorado por políticos e publicistas tanto independentes — como Rui Barbosa — como partidários de Prudente) foi decisiva para a transição entre a “República da espada”, a ambiência de rivalidades facciosas carregada de ressentimentos que o governo Floriano Peixoto produziu, para a “República dos oligarcas”, a fase “rotinizada” e relativamente estável, inaugurada por Campos Sales a partir de 1899. Isto ocorre justamente porque tal “autossacrifício”, ao menos momentaneamente, afasta o “fantasma” do militarismo e contribui para o sufocamento da oposição partidária herdeira do florianismo.

Mas outras perguntas também orientam a nossa pesquisa: quem era, de fato, este soldado raso? Quem era Marcelino Bispo de Melo? O que o levou ao fanatismo político, à adoração da Pátria tal como um “ídolo religioso” e à adoração da figura do “marechal de ferro”? O que o levou a fazer o que fez? É o que procuraremos responder neste artigo, mediante a formulação de um uma noção a que damos, provisoriamente, o nome de

“paradoxo da emancipação”. Um teórico será importante em tal formulação: Jacques Rancière.

Comecemos, pois, pela caracterização do momento tenso da história da República que marcou a passagem do governo de Floriano Peixoto para o de Prudente de Moraes.

O dilema do governo Prudente de Moraes (1894 – 1898)

Prudente de Moraes foi eleito em março de 1894, em meio à guerra civil decorrente da Segunda Revolta da Armada, ou melhor, da fusão da Segunda Revolta da Armada com a Revolução Federalista de 6 de setembro de 1893¹²⁴. O país achava-se dividido entre “legalistas”, partidários de Floriano Peixoto, e “revoltosos”, partidários do almirante Custódio de Melo e de Gaspar Silveira Martins. A base política que sustentou a candidatura de Prudente foi construída por outro paulista, Francisco Glicério, que organizou o Partido Republicano Federal (P. R. F.) reunindo praticamente todos os espectros republicanos que se achavam dispersos pelo país, compondo uma estrutura heterogênea, sem forma, um “barril de pólvora” com muito ressentimento e rivalidade concentrados. O primeiro presidente civil da República foi, então, eleito numa situação difícilíssima. O horizonte de expectativas¹²⁵ era radicalmente diverso daquele de novembro de 1889, quando o novo regime foi inaugurado. Agora, havia uma tensão crescente e problemas práticos de difícil resolução, entre eles: terminar a guerra, anistiar os revoltosos e recuperar a saúde financeira do país, debilitada pelo esforço dispendido nos combates. Prudente passou mais da metade de seu mandato travando batalhas contra a oposição herdeira do florianismo, no Congresso, defensora intransigente do legado do “marechal de ferro”. Entre essas batalhas, a da anistia, em julho de 1895, foi uma das mais complicadas, posto que os parlamentares florianistas eram contrários à concessão de qualquer forma de perdão àqueles que haviam participado da revolta.

Terminado o mandato de Floriano, muitos dos herdeiros políticos do “marechal de ferro”, republicanos radicais, dentre os quais jovens militares organizados em torno dos chamados Batalhões Patrióticos, e conhecidos como “jacobinos”¹²⁶, mostravam-se reticentes quanto à ideia de que a república já havia se consolidado. A morte de Floriano, em 1895, como diz Raymundo Faoro, em seu *Os donos do poder* (2000 [1975]), removeu

¹²⁴ Ver: BELLO, 1940, pp. 161-205.

¹²⁵ Ver: KOSELLECK, 2006, pp. 305-327.

¹²⁶ Ver: QUEIROZ, 1986, pp. 99-128.

um obstáculo para Prudente, mas ao mesmo tempo criou um “espectro”, um objeto de adoração. Some-se a isto o fato de que o “testamento político” que deixou, no qual exortava aos jovens que traziam “vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República” o dever de “ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos” (FAORO, 2000 [1975], p. 172), constituiu fator importantíssimo para que o “jacobinismo” se tornasse mais robusto. Para Floriano, o “fermento da restauração” agitava-se em uma “ação lenta, mas contínua e surda”. (*Idem*, p. 172). A ascensão de Antônio Conselheiro no Arraial de Canudos, inflamando um discurso messiânico avesso à República, acentuou ainda mais o culto em torno da figura do marechal. Com as campanhas do Exército — iniciadas, diga-se de passagem, pelo vice de Prudente, Manoel Victorino, que ocupou a presidência de novembro de 1896 a fevereiro de 1897, em razão de o titular ter sido submetido a uma cirurgia na vesícula — sucumbindo uma após outra na luta contra os jagunços no sertão baiano, os florianistas, por meio de seus órgãos de imprensa — como os jornais “O Paiz” e “República” —, passaram a alimentar o rumor de que Prudente de Moraes estaria sendo complacente com a “restauração”, traindo a fé republicana, bem como o rumor de que alguns monarquistas remanescentes, como o coronel Gentil de Castro, dono do jornal “Gazeta da Tarde”, chagavam até a enviar armas para o Conselheiro. Pois bem, em 4 de março de 1897, mais uma expedição foi derrotada em Canudos e, desta vez, o comandante em questão, coronel Moreira César, foi morto em combate. Moreira César era tido pelos florianistas como um símile e um sucessor de Floriano. No dia 7 do mesmo mês, no Rio de Janeiro, as oficinas de “Gazeta da Tarde” e de outros dois jornais monarquistas foram “empasteladas” por turbas de republicanos “jacobinos”. Todo o material foi arrastado para praça pública e queimado. No dia 8, o coronel Gentil de Castro foi linchado, também por uma turba florianista, em um vagão do trem que partia de Petrópolis para a capital.

Paralelamente, outra batalha era travada na Câmara dos Deputados. Em maio de 1897, um deputado da bancada baiana, Joaquim José Seabra, propôs a votação em plenário de uma moção que congratulava Prudente de Moraes pelo sufocamento de uma revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, ocorrida no mesmo mês. A proposta da moção colocava o seguinte problema para a casa parlamentar: ou os deputados aprovavam a moção e, assim, mostravam tanto para o Palácio do Catete quanto para a opinião pública, que estavam de acordo com as ações do presidente da República, ou rejeitavam a moção e, assim, se posicionavam contrariamente ao governo e, por tabela, a favor dos jovens oficiais revoltosos. Como Francisco Glicério e seus correligionários florianistas eram

devedores da política levada a cabo pelo governo anterior, e como a participação dos jovens oficiais da referida escola nas batalhas de 1893 e 1894 foi decisiva para a “consolidação da República”, a moção foi rejeitada por não contar com a maioria dos votos. O resultado foi a cisão do P. R. F. no mês seguinte. Assim, duas facções partidárias se posicionaram abertamente uma contra a outra: a dos “prudentistas” e dos “gliceristas”. A tensão entre as duas escalou ininterruptamente, assumindo um caráter cada vez mais próximo daquilo que o antropólogo René Girard denomina como “reciprocidades violentas”, fruto de rivalidades miméticas. Para Girard, “a principal fonte da violência entre os homens é a rivalidade mimética” (GIRARD, 2012, p. 31), decorrente da concorrência por um mesmo objeto, seja material ou imaterial.

Esse clima de tensão se arrastou até novembro, culminando no atentado contra Prudente, ocorrido no dia 5. O atentado se deu na alameda central, à saída do Arsenal de Guerra, por volta das 13h, quando o presidente e sua comitiva recebiam a expedição militar que regressava vitoriosa da Bahia, após a destruição do Arraial de Canudos. O anspeçada Marcelino, soldado de 22 anos, tentou assassinar Prudente com um tiro de garrucha. A arma falhou. O jovem militar sacou uma faca-punhal e, enquanto esboçava nova investida, foi interceptado pelo marechal Carlos Machado de Bittencourt, ministro de Guerra, com quem passou a travar uma luta corporal. O marechal Bittencourt, além de ministro, tinha sido também o responsável pela logística daquela última campanha militar contra Canudos, fornecendo as condições materiais para seu sucesso. O presidente, como já adiantado, saiu ileso do atentado. No entanto, Bittencourt, ferido pelo punhal, logo expirou.

O paradoxo da emancipação

Como dito, o autor do atentado era um anspeçada do Exército. Marcelino Bispo de Melo chegou na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 1896¹²⁷; foi, portanto, absorvido pela atmosfera de ressentimento e rivalidade política que se tornava cada vez mais densa. É importante ressaltar que a biografia de Marcelino Bispo reúne os principais dramas sociais da transição do Império para a República, a saber: 1) a situação do

¹²⁷ Esse as demais informações biográficas de Marcelino Bispo de Melo retirei de um relatório feito pelo procurador da República de Alagoas, Pindahyba de Mattos, publicado no dia 11 de dezembro de 1897 no jornal “Guttenberg”, de Maceió. É possível acessar a edição do jornal no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN).

"elemento nacional"¹²⁸, isto é, do homem livre, mestiço e pobre, mas que ainda assim busca meios de emancipação, como aprender a ler a escrever por si próprio. O soldado Marcelino fazia parte dessa extração social. Ele havia nascido no interior de Alagoas, em 1875, filho de pais mestiços pobres, mas livres e sem perspectiva de ascensão social. Quando a República foi proclamada ele tinha 15 anos, e já havia fugido de casa e ido morar em Maceió, onde passou a trabalhar num emprego modesto, na estrada de ferro; 2) a busca de ascensão social por meio do Exército, cujo ingresso se deu na capital do estado vizinho, Recife, de onde seguiu para a capital, Rio de Janeiro, que, à época, estava convulsionada pelos processos de modernização: a vida vertiginosa, as leituras contagiosas de panfletos e jornais partidários, os boatos e rumores proporcionados pela proliferação desses impressos baratos, etc.; 3) o contato com os jovens militares (soldados e oficiais de baixa patente) ligados ao jacobinismo e ao florianismo.

No Rio, o anspeçada passou a ser ávido leitor dos periódicos florianistas, em especial de *O Jacobino*, cujo redator, o capitão Diocleciano Martyr, como se descobriu depois, foi quem incitou pessoalmente Marcelino a cometer o ato contra o chefe de Estado. Mas Martyr não estava sozinho. O inquérito policial levado a cabo após o atentado pelo primeiro delegado auxiliar, Dr. Vicente Neiva (NEIVA, 1898), revelou uma ampla conspiração que envolvia desde jornalistas até deputados, senadores e o próprio vice-presidente, Manuel Victorino. Marcelino era alagoano, assim como Floriano Peixoto. Diocleciano Martyr fez questão de frisar tal ligação, quando passou a conversar pessoalmente com o anspeçada. Segundo Bispo, no depoimento que deu ao delegado, Diocleciano teria lhe perguntado se ele, florianista que era, seria “capaz de entrar em uma coivara de fogo para fazer ressuscitar o Marechal Floriano, caso possível?” (*Idem*, p. 56). Além disso, “o capitão Diocleciano lhe disse que a questão de Canudos era feita pelo Governo, com o intuito de fazer voltar a monarquia, e que (...) havia um meio de evitar todos esses males, e era o assassinar o Presidente da República, e que só faltava a ele, capitão Diocleciano, um instrumento para conseguir isso.” (*Idem, ibidem*, p. 56). Marcelino Bispo não tardou em oferecer-se para ser esse “instrumento”. As consequências foram dramáticas, pois Marcelino, passado pouco mais de um mês do ocorrido, suicidou-se em sua cela na cadeia do Arsenal de Guerra.

A devoção do anspeçada ao marechal Floriano era tamanha que, na cadeia, chegou a escrever um soneto intitulado “Jesus Cristo e Floriano”. José do Patrocínio, no editorial

¹²⁸ Sobre esse tema, ver, principalmente: LAMOUNIER (2012) e KOWARICK (2019 [1987]).

que escreveu para o jornal “Cidade do Rio”, em 25 de janeiro de 1898, por ocasião do suicídio, disse o seguinte: “Marcelino Bispo não era um facínora nato, foi arrastado ao crime pela sua ambição demoradamente incitada pela mais perseverante sugestão”. (CIDADE DO RIO, 1898, p.1). Continua Patrocínio: “Disseram-lhe que com o sangue do santo varão, que preside os nossos destinos políticos, se resgataria a memória do Marechal Floriano, que lhe pintaram enxovalhada sistematicamente em benefício da restauração, que lá estava a dizimar o exército em Canudos”. (*Idem*, p1.) A linguagem embebida num vocabulário religioso peculiar procurava significar as violências cometidas em nome de “causas patrióticas”. O sacrifício (no sentido arcaico, cruento) do chefe de Estado, no vocabulário de Deocleciano Martyr, compensaria outro sacrifício (no sentido usual, moderno, de “vítimas do dever cumprido”), o dos soldados mortos nos sertões. Continua o editorialista de “Cidade do Rio”:

[...] E diziam-lhe que estavam sacrificando propositalmente os seus companheiros de armas e que isto seria assim, até o extermínio, enquanto governasse o Sr. Prudente de Moraes! No seu braço, sugestionava-o Deocleciano Martyr, estava a salvação de todos. O sucessor do Presidente aceitava a solução do problema político por este meio; todos os grandes políticos estavam de acordo com a eliminação violenta do traidor da República. (*Idem, ibidem*, p. 1)

No braço de um, “a salvação de todos”, insuflava na alma do anspeçada Deocleciano. Mas José do Patrocínio, no instante em que mostra de forma mais acentuada sua sensibilidade ao drama do anspeçada, faz uma observação curiosa, que sintetiza aquilo que propomos denominar de “paradoxo da emancipação”. Vejamos:

Era preciso que Marcelino não fosse, como era, um homem inteligente para não ler os jornais republicanos o que se dizia do Presidente. Ele, Deocleciano, não era quem pregava isoladamente a morte ao traidor; que Marcelino lesse bem.

E lá ficava para envenenar-lhe os lazes do quartel o que diziam os jornais. (*Idem, ibidem*, p. 1)

“Era preciso que não fosse um homem inteligente”. Esta frase pode ser traduzida por outra, mais simples: “Era preciso que não fosse *alfabetizado*”. Mais ainda: era preciso que não tivesse sido alfabetizado parcamente, desordenadamente, em casa, pelo próprio pai — um sujeito sem muita instrução —, sem a tutela de uma autoridade capaz de dar direção à aquisição de tão precioso conhecimento. Marcelino, alfabetizado daquela forma *irregular*, tornava-se suscetível à retórica demagoga, à leitura dos libelos, dos jornais perigosos, destinados à arraia-miúda das camadas médias da sociedade, *sugestionadores*

de desordens (intelectuais e sociais) e de crimes. Assim, na perspectiva de José do Patrocínio e de tantos outros seus contemporâneos, a emancipação por meio da autoalfabetização, ao invés de proporcionar a Marcelino um “lugar ao sol”, em que não precisasse seguir o destino da família no trabalho da lavoura, no interior de Alagoas, o conduziu ao fanatismo político, ao crime e ao suicídio. Raimundo Nina Rodrigues, neste ponto, é ainda mais incisivo que Patrocínio. No estudo que publicou em 1899, na *Revista Brasileira*, a respeito de Marcelino, Nina anota o seguinte:

[...] O *Jacobino*, de Deocleciano Martyr, tinha o seu público todo indicado pela grande lei da segregação social: era escrito para os Marcelinos Bispos.

Primava por colocar o assunto ao alcance das inteligências acanhadas, das educações incompletas que dificilmente conseguiriam descobrir as alusões veladas dos escritores doutrinários mais violentos. [...].

Acrescente-se a tudo isto que a mais cega confiança nas afirmações impressas, na letra redonda, é o apanágio da ingênua boa fé dos espíritos incultos, como das inteligências fracas, às quais falta a capacidade necessária para discernir o verdadeiro do falso; as metáforas, os exageros de linguagem, os recursos de polêmica dos demagogos, dos fatos possíveis, da realidade prática. (RODRIGUES, 2006 [1899], pp.119-120).

“Inteligências acanhadas”, “inteligências fracas”, “espíritos incultos”, mas de “boa fé”. A incapacidade desse tipo de sujeito, desses “Marcelinos Bispos”, de distinguir o significado das palavras, das palavras em excesso, em constante circulação em cidades como o Rio de Janeiro do *fin de siècle*; a incapacidade desses “seres falantes” que manejam o alfabeto tal como uma criança manaja um sabre; essa incapacidade pode ser caracterizada a partir do fenômeno que Jacques Rancière denomina *literariedade* (ou *literalidade*)¹²⁹. Rancière, no pequeno livro *A partilha do sensível*, diz que “Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real. Definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível”. (RANCIÈRE, 2005, p. 59). De modo que, se o homem é um animal, isso se deve ao fato de que é “animal literário, que se deixa desviar de sua destinação ‘natural’ pelo poder das palavras.” (*Idem*, p. 59). Assim, a *literalidade* “é ao mesmo tempo a condição e o efeito da circulação dos enunciados literários ‘propriamente ditos’” (*Idem*, p. 59). Entenda-se, aqui, “literários” não como sinônimo de “ficcionais”, mas como quaisquer construtos retóricos — inclusive, libelos e artigos de jornais partidários. Para Rancière, num mundo caracterizado pela “historicidade democrática”, isto é, num mundo em que as rígidas mediações sociais do Antigo Regime não estão mais presentes, em que os corpos dos seres falantes são assaltados por estímulos variados, seja visuais ou auditivos, são “os enunciados que se

¹²⁹ O termo original francês é “literarité”.

apropriam dos corpos e os desviam de sua destinação na medida em que não são corpos no sentido de organismos, mas quase-corpos, blocos de palavras circulando sem pai legítimo que os acompanhe até um destinatário autorizado.” (*Idem*, p. 59).

Essa “ilegitimidade” é que espantava intelectuais como José do Patrocínio e Nina Rodrigues. Rancière, em outra obra, *O espectador emancipado*, trata diretamente do problema da emancipação social típica deste período (segunda metade do século XIX). Diz o filósofo que: “A emancipação social, na verdade, significou a ruptura da concordância entre uma ‘ocupação’ e uma ‘capacidade’ que significava incapacidade de conquistar outro espaço e outro tempo”. (RANCIÈRE, 2012, p. 43) Esse período constituiu o “tempo em que a fisiologia descobria a multiplicidade de estímulos e circuitos nervosos, em lugar do que fora unidade e simplicidade da alma, e em que a psicologia, com Taine, transformava o cérebro em ‘polipeiro de imagens’” (*Idem*, p. 46). Época que, também, era a “da multidão popular, sujeito da forma de governo chamada democracia, com a multiplicidade de indivíduos sem qualidade que a proliferação de textos e imagens reproduzidos [...] transformavam em habitantes plenos de um mundo compartilhado de conhecimentos e gozos” (*Idem*, p. 46). No parágrafo seguinte, Rancière resume o tipo de angústia que afetava intelectuais capazes de fazer a “leitura” das mazelas sociais e políticas de que padecia cidades como o Rio de Janeiro daquela época; uma angústia típica de quem via a proliferação dos “Marcelinos Bispos”:

Foi nesse contexto que o rumor começou a elevar-se: havia estímulos em demasia, desfechados de todos os lados, pensamentos e imagens em demasia, invadindo cérebros não preparados para dominar sua abundância, imagens de prazeres possíveis em demasia, expostas à visão dos pobres das grandes cidades, conhecimentos novos em demasia, lançados dentro do crânio fraco das crianças do povo. Essa excitação de energia nervosa era um sério perigo. O resultado é uma explosão de apetites desconhecidos produzindo, em curto prazo, novos assaltos contra a ordem social e, a longo prazo, o esgotamento da raça trabalhadeira e sólida. A deploração do excesso de mercadorias e de imagens consumíveis foi de início um quadro da sociedade democráticas como sociedade em que há em demasia indivíduos capazes de apropriar-se de palavras, imagens e formas de vivência. Foi essa, de fato, a grande angústia das elites do século XIX: a angústia diante da circulação dessas formas inéditas de vivência, apropriadas a dar a qualquer passante, visitante ou leitora o material capaz de contribuir para a reconfiguração de seu mundo vivenciado. (*Idem* pp. 46-47)

É curioso constatar que esse mesmo tipo de angústia não foi privilégio de intelectuais do século XIX. Thomas Hobbes, em sua época, já a sentia, ainda que em menor escala. No capítulo XXIX de *Leviatã*, que trata das causas das sedições e dissoluções de uma República (*Commonwealth*), o filósofo britânico escreveu o seguinte:

A partir da leitura, digo, de tais livros, os homens resolveram matar seus reis, porque os autores gregos e latinos, nos seus livros e discursos de política, consideraram legítimo e louvável fazê-lo, desde que antes de matar o chamasse de tirano. Pois não dizem que seja legítimo o regicídio, isto é, o assassinato de um rei, mas sim, o tiranicídio, isto é, o assassinato de um tirano. A partir dos mesmos livros, aqueles que vivem numa monarquia formam a opinião de que os súditos de um Estado popular gozam de liberdade e aqueles que o são de uma monarquia são todos escravos. [...] em suma, não consigo imaginar coisa mais prejudicial a uma monarquia do que a permissão de se lerem tais livros em público, sem mestres sensatos lhes fazerem aquelas correções capazes de lhes tirar o veneno que contêm: veneno esse que não hesito em comparar à mordida de um cão raivoso, que constitui uma doença denominada pelos físicos *hidrofobia*, ou medo da água (HOBBS, 2005, p. 277, grifo do autor).

O mesmo “veneno” foi visto por José do Patrocínio, brotando das páginas dos jornais lidos por Marcelino, nos momentos de lazer, no quartel. Eis um problema historiográfico que precisa ser mais bem analisado em outras oportunidades, mas que é decisivo para pensar os “acontecimentos políticos” referente à Primeira República fora do quadro tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jornais

Cidade do Rio. “A sentença do suicida”. 25 de janeiro de 1898.

Guttenberg. “**Marcellino de Mello**”. 11 de dezembro de 1898.

Livros

BELLO, José Maria. **História da República. Primeiro Período (1889 – 1902)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro (Vol. 2)**. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

GIRARD, René. **Eu via Satanás cair do céu como um relâmpago**. Trad. Martha Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias e Mercado de Trabalho Livre no Brasil do século XIX**. São Paulo : Edusp, 2021.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem : a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo : Ed. 34 (3º edição), 2019.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, Edur, 2007.

NEIVA, Dr. Vicente. **Attentado de cinco de novembro. Relatório e diversas peças do inquérito**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

QUEIROZ, Suely R. R. de. **Os radicais da República: Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. **O espectador emancipado**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RODRIGUES, Nina. **As coletividades anormais**. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

SANTOS, José Maria dos. **Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.

CONCEITOS SOBRE DECOLONIALIDADE: REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS

Crisnamurte Alves Carneiro ¹³⁰

1- Introdução

A pesquisa acadêmica aqui apresentada busca fazer reflexões acerca da colonialidade, trazendo consigo seu conceito, processo histórico e como a sua prática tem fortalecido a subalternização dos povos da América. A colonialidade é entendida como as práticas coloniais que ainda persistem em existir e estigmatizar grupos humanos subalternos da América, com base em padrões estabelecidos pelos europeus no processo de colonização do continente americano que se iniciou no fim do século XV e que ainda prevalece até os dias atuais. Nessa perspectiva busca-se problematizar a colonialidade e como esta pode ser entendida a partir de uma discussão sustentada com base nos pressupostos epistemológicos dos seguintes autores: Walter Mignolo, Anibal Quijano, Ramon Grossfoguel, etc. Em especial, a pesquisa se volta ao entendimento e análise das categorias de pensamento de Walter D. Mignolo que tem extrema relevância para os estudos do colonialismo e decolonialidade.

Walter D. Mignolo é argentino, licenciado em Filosofia e Literatura, possui doutorado em Semiótica e Teoria Literária pela *École des Hautes Études* - EPHE na VI Seção: *Sciences Économiques et Sociales*, França. Atualmente é professor na Duke University, Estados Unidos. Em seu trabalho, desenvolve categorias de pensamento como colonialidade, descolonialidade global, geopolítica do conhecimento, modernidade e pensamento de fronteira. Ele é considerado um dos mais notáveis intelectuais da pós-colonialidade. A pesquisa de Walter D. Mignolo faz com que nossa “visão” de mundo, sobretudo, enquanto latino-americanos, descentra nossas perspectivas tradicionais a respeito da ciência e do conhecimento, desnaturalizando e desconstruindo a ideia cânone de nossa formação acadêmica, ancorada nos pressupostos ocidentais. Desse modo, essa perspectiva singular de visão de mundo, tem relevado como nossa formação está

¹³⁰ Mestrando do Programa de Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
Email: krisnahmurti@gmail.com. Orientadora: Dr. Sibeli Aparecida Viana.

arraigada num imaginário marcado por uma colonização intelectual e ancorada em fundamentos eurocêtricos.

Sua literatura, num primeiro contato, nos causa um certo desconforto, pois os argumentos que ele propõe nos faz questionar acerca da naturalidade com a qual aceitamos pressupostos de teorias produzidas a partir de lugares geohistóricos – Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos – distantes de nosso contexto latino-americano. Em outras palavras, as concepções teóricas advindas desses contextos remetem a ideia de superioridade do conhecimento, consideradas como “avançadas” e detentoras de valor universal e julgadas por eles como incontestável.

De outro lado, princípios epistêmicos e as teorias advindas deles, construídos, por exemplo, na América Latina – Bolívia, Brasil, Argentina, México – são vistos com desconfiança e sem validade de uma teoria universal. Nessa perspectiva, Mignolo nos questiona o porquê de algumas teorias ancoradas em espaços geohistóricos terem mais validade em relação a outros locais. Seu questionamento segue de forma instigante, por que algumas teorias têm mais alcance do que outras? Para adensar essa problemática, o autor nos traz reflexões embasadas no conceito de colonialidade de poder e na diferença local no lugar de onde essas teorias são concebidas, revelando haver um sentimento/comportamento de privilégio daqueles que estão localizados em locais geohistóricos do globo. O autor analisa como esse imaginário tem sido constituído ao longo da formação do sistema moderno/colonial e demonstra que existe uma colonização epistemológica voltada ao eurocentrismo, sendo este arraigado no seio de modernidade em vários campos das ciências.

2 - A noção de colonialidade e suas interfaces – o desafio de desnudar conceitos

Na tentativa de desnudar aspectos acerca da noção de colonialidade, inicio com o discernimento entre colonialismo e colonialidade. O colonialismo diz respeito a entrada dos europeus aqui na América e como ocorreu a relação entre eles e os nativos que aqui já habitavam o continente. Os “índios”, assim chamado pelos europeus – população nativa da América – foram dominados de diferentes maneiras, fundamentadas na coerção física e cultural. Através de força política, militar e/ou das diferenças culturais foram subjugados, inferiorizados, explorados em prol de um retorno econômico e financeiro dos colonizadores. Não foi difícil para os europeus enxergarem aqui nas terras americanas a

quantidade de ouro existente e a diversidade das riquezas naturais. Pautados de uma perspectiva capitalista, o continente americano seria um espaço propício de exploração e acumulação de capital (QUIJANO, 2007).

A colonialidade por sua vez é entendida em uma perspectiva de como as relações coloniais, de poder e saber —existentes até os dias atuais – inferem nas sociedades americanas com a inferiorização e subalternização de seus povos, em diferentes âmbitos, social, cultural, político, econômico e sexual.

De acordo com Restrepo e Rojas (2012) a colonialidade se define como um fenômeno histórico complexo, que vai além do colonialismo, referindo-se a um padrão de relações de poder que opera pela naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas. Essa naturalização possibilita a reprodução dessas relações entre “dominante x dominados”, o que garante ainda a exploração de seres humanos um com os outros, assim como subalterniza e oblitera os conhecimentos, experiências e formas de vida do grupo que é explorado e dominado (Restrepo; Rojas, 2012).

Nesse contexto, segundo Mignolo (2013) ao tratar de colonialidade é inevitável remetermos à modernidade. A modernidade, nessa perspectiva é considerada como uma narrativa europeia, portanto, ocidental que tem como base de fundamentação a colonialidade, sendo entendida e naturalizada como um projeto civilizatório do ocidente. A colonialidade é considerada, pelo referido autor, como o “lado obscuro da modernidade”, ela é constitutiva da modernidade, ou seja, sem colonialidade não há modernidade, por isso ambos os termos são tratados de forma imbricada “modernidade/colonialidade” ou “moderno/colonial” e, assim por diante. Nessa perspectiva é impossível pensar a modernidade sem a colonialidade, pois nos esplendores e triunfos da modernidade ocidental meiam a ideologia da colonialidade do saber e do poder.

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas - simultaneamente - a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo - todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados - numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é - ou sempre foi - simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal. Nesse período moderno primevo/colonial dão-se os primeiros passos na articulação das diferenças culturais em hierarquias cronológicas e do que Johannes Fabian chama de a negação da simultaneidade. Com os cronistas espanhóis dá-se início a “massiva

formação discursiva de construção da Europa/Ocidente e o outro, do europeu e o Índio, do lugar privilegiado do lugar de enunciação associado ao poder imperial. (LANDER, 2005: 10)

De acordo com Lander (2005), foi a partir do processo de colonização da América que se iniciou o processo de organização do mundo no viés ocidental – uma vez que a Europa desde esse período se considerava centro do mundo – reconhecendo o “novo-mundo”, como as terras “recém-descobertas” e a Europa, como modernidade. Enrique Dussel (1993: 27) discorre sobre a perspectiva do mito da modernidade quando estes europeus encontram os nativos americanos e partem da premissa que eles, os europeus, são o centro da história do mundo. Nessa perspectiva, justificava-se que os demais que não faziam parte deste contexto, deveriam ser colonizados, para alcançar o estado de ‘civilidade’. Logo, fica claro a ideia de que a modernidade da Europa inicia com o advento da colonização dos povos da América.

Quem apresentou o termo colonialidade pela primeira vez foi Aníbal Quijano, sociólogo peruano, sob o termo “colonialidade de poder”. Quijano (2000, 2007) cunha esse termo para explicar as bases epistemológicas da colonialidade e seus desdobramentos capital/trabalho e europeu/europeia/não-europeu/europeia. Suas reflexões críticas nos levam à ideia de raça que, para Quijano, é o princípio organizador da economia, da política e das diversas formas de poder e existência.

Diferente das discussões acerca das relações raciais, presentes na perspectiva de colonialidade de Quijano (2000, 2007), as problemáticas feministas, defendidas dentre outras, por Lugones (2014), McClintok (2010) e Segato (2012), não estão presentes no imaginário da colonialidade desse autor. Essas questões de gênero estão diretamente envolvidas nas noções de patriarcado, machismo, sexismo, heteronormatividade, entre outras. As críticas das teóricas feministas ocorrem de forma a ampliar o pensamento de Quijano, uma vez que ele subordina o gênero à questão da raça. Logo, de acordo com as perspectivas das autoras mencionadas, discutir o patriarcado tem sido uma das tarefas mais difíceis na América Latina contemporânea, visto que a questão da raça vem sendo tratada predominantemente no campo da colonialidade, fazendo com que as problemáticas envolvidas no campo do gênero sejam diluídas no universo de raça.

Seguindo ainda com a questão da “modernidade”, Mignolo (2017) considera que este conceito epistemológico é uma construção de países europeus para justificar seu processo civilizatório em regiões africanas e americanas, visto que essa modernidade tão reproduzida pela epistemologia europeia não se encaixa nos contextos desses lugares.

Nessa perspectiva, Mignolo nessa obra, também destaca não ser coerente falar em “pós-modernidade” para o continente não europeu e, para tanto, elabora uma série de conceitos arraigados à concepção de pós-modernidade, tais como: modernidades periféricas, alternativas ou subalternas. Com isso, Mignolo (2017: 25) propõem rupturas epistêmicas e não paradigmáticas, pois, a modernidade, para ele, não é considerada um desdobramento ontológico da história, mas a narrativa hegemônica da civilização ocidental. A teoria decolonial avança nesse sentido, considerando que não há uma modernidade especificamente nossa, sul-americana. A ideia de modernidade é uma ficção eurocêntrica que reforça o discurso do colonizador, ela pretende que as práticas coloniais sejam continuamente “naturalizadas” por nós, ao invés de nos modernizar:

“... modernidade/colonialidade/descolonialidade são três palavras distintas e um só conceito. Denota uma tríade que nomeia um conjunto complexo de relações de poder. “Colonialidade” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de saber”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade “o relato da salvação, progresso e felicidade” que justifica a violência da colonialidade. E descolonialidade é a resposta necessária tanto as falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como a violência a modernidade”. (MIGNOLO, 2017: 13)

O termo decolonialidade se desenvolve a partir da ideia de colonialidade e se trata de um novo campo de análise, desse período ‘moderno’. Para isso, o caminho encontrado foi a ‘descolonização’. A descolonização em termos históricos é entendida como o período em que os estados que foram colonizados pelos países europeus romperam seus laços políticos com seus colonizadores. Logo, descolonizar o período moderno, seria deixar toda as narrativas epistêmicas europeias acerca da história dos povos americanos de lado e começar a naturalizar a ideia de que devemos entender nossa história a partir de uma epistemologia própria da América e, portanto, não eurocêntrica (SANTOS, 2018). Segundo Mignolo (2017:15), não se tratava de uma “terceira via” ao estilo da obra de *Giddens*, mas de desprender-se das principais macro narrativas ocidentais. Não consiste em ser uma teoria verdadeira e única, mas uma perspectiva comprometida com a igualdade global e a justiça econômica.

As bases históricas da descolonialidade se encontram na Conferência de Bandung de 1955, que reuniu vários países africanos e asiáticos para discutir as bases e construir perspectiva para um “mundo futuro” que não estivesse ancorado na concepção capitalista e, tampouco na comunista.

Esse é o legado da Conferência de Bandung. Quem participou da conferência optou por desprender-se: nem capitalismo nem comunismo. Optaram por descolonizar. O processo é longo, mas continua. A grandeza da Conferência de Bandung consistiu precisamente em ter mostrado que a descolonialidade “é uma “terceira opção” que não resulta da combinação das existentes, mas consiste em desprender-se delas (MIGNOLO, 2017: 19).

Essa conferência é um marco inicial para o processo de discussão acerca da descolonização política/econômica dos países outrora colonizados não se sujeitando a um regime econômico base de seus ex-colonizadores. Desprender-se dessas ideologias da liberdade para que esses estados independentes possam trilhar sua história sem o condicionamento político/econômico de países europeus.

Como enfatiza Mignolo (2017: 2) faz meio século que as bases políticas e epistêmicas da decolonialidade foram projetadas.

O pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados. No entanto, “a consciência e o conceito de descolonização”, como terceira opção ao capitalismo e ao comunismo, se materializaram nas conferências de Bandung e dos países não alinhados Mignolo (MIGNOLO 2017: 2).

Pela análise de Mignolo (2007), o termo decolonialidade ao se desprender do capitalismo e do comunismo, trilhava na construção de bases para um distanciamento da teoria política – liberalismo – e economia política, rumo às fronteiras, às histórias regionais, ao multiculturalismo. De acordo com Spore e Kretzmann (2008), o multiculturalismo está presente na maioria dos países tem uma população heterogênea e que tiveram que se adaptar forçadamente a um modelo colonizador cultural, social e político. Essas minorias foram forçadas a assimilação desse modelo de vida do colonizador e sofreram forte discriminação, diferentes formas de exploração e incorporação de um cenário nacional que considera todos os homens “livres e iguais”. Logo, a necessidade de uma estrutura de pensamento diferente daquele que era pensado pela epistemologia europeia; um pensamento que pudesse afastar dessas teorias europeizadas. Esse processo de afastamento é amplamente discutido por Mignolo por meio da epistemologia fronteiriça (pensamento de fronteira).

O pensamento fronteiriço é dito de outra forma o nosso pensamento, do *anthropos*, de quem não aspira se converter em *humanitas* porque foi a enunciação dos *humanitas*, tornamo-nos epistemologicamente desobedientes, e pensamentos e fazemos descolonialmente, habitando e pensando nas fronteiras e as histórias locais, confrontando projetos globais. (MIGNOLO, 2017: 21)

O pensamento de fronteira é indispensável para entender o colonialismo. Em outras palavras, é o reconhecimento da diferença colonial das perspectivas subalternas que exige o pensamento da fronteira (Mignolo, 2012: 6). Contudo, se faz necessário desapegar de termos da epistemologia europeia como “modernidade” e/ou “pós-modernidade” para pensar fronteiriçamente, uma vez que essa categoria epistemológica impede o desenvolvimento do pensamento fronteiriço.

Para complementar esta categoria de pensamento de Mignolo, trago as ideias de Grossfoguel (2008: 137) ao considerar que até o momento a história do mundo capitalista/patriarcal, moderno/colonial tem privilegiado a cultura, o conhecimento e a epistemologia produzida pelo ocidente a partir de uma posição de superioridade em relação ao que não é ocidental. Grossfoguel (2008) ao temporalizar a violência das ações coloniais aplicadas aos países latino-americanos ao longo dos séculos, como a imposição do Cristianismo no século XVI; a missão “civilizadora” nos séculos XVIII e XIX; o projeto “desenvolvimentista” no século XX e, mais recentemente, o projeto imperial das intervenções militares apoiadas na retórica da “democracia” e dos “direitos humanos” impostos no século XXI, considera que sejam ações fundamentadas no militarismo e na violência sob a retórica da modernidade com apelos para salvar o outro pelos seus próprios barbarismos. Esse autor, fundamentado em Mignolo, nos apresenta como uma solução plausível para o pensamento eurocentrista/colonial, o pensamento de fronteiriço:

... é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica (GROSSFOGUEL, 2017: 137).

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteiras redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizados no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. A opção decolonial está se convertendo em uma forma de ser, pensar e fazer das sociedades políticas de todo o globo, sobretudo aquelas subalternizadas pela

colonialismo. Esta define em seus processos de pensar e de fazer descolonialmente (Mignolo, 2017).

Por esta razão, necessitava criar categorias de pensamento não encontradas no vocabulário da teoria política e da economia política europeias. Precisavam-se desprender e pensar nas fronteiras que habitavam: não nas fronteiras do estado-nação, mas nas fronteiras do mundo colonial/moderno, fronteiras epistêmicas e ontológicas (MIGNOLO, 2017: 20).

Avançando no pensamento de fronteira, “pontos de origem e rotas de dispersão são conceitos chaves para traçar a geopolítica do conhecimento/sensibilidade/crença, tanto como a corpo-política conhecimento/sensibilidade” (Mignolo, 2017: 16) De acordo com o referido autor entende-se por geopolítica do conhecimento/sensibilidade/crença os modos como as pessoas produzem e transmitem ‘saberes’ uns para os outros diante da relação entre modernidade/colonialidade. Tais saberes são pautados numa perspectiva eurocêntrica, uma vez que a produção desses é pensada a partir da epistemologia europeia, que anula e nega saberes que não fazem parte da linha de pensamento europeu. Mignolo (2017) refere-se a Frantz Fanon (2008) em sua obra, “Pele negra, máscaras brancas”, como um autor que busca a percepção racializada que os europeus assumem sobre a comunidade africana. Em sua obra o autor coloca a ideia de ‘homem’ arraigada como o corpo racializado, nas histórias locais marcadas pela colonialidade. Assim como reflete sobre como essa epistemologia subalterniza, oprime e reduz os grupos e comunidades que são consideradas de “terceiro mundo” em relação à Europa.

Logo, entender a obra de Fanon, para Mignolo, faz com que tenhamos ciência que esse autor está dialogando com o pensamento fronteiriço, uma vez que a Conferência de Bandung deixa claro a ideia de descolonização e um posicionamento neutro dos países africanos frente a Europa, abrindo brechas pra que essas comunidades locais africanas possam se expressar de acordo com suas perspectivas, saberes e conhecimento, sustentando e ao mesmo tempo resistindo sobre a ideia de negação a toda epistemologia que ainda estigmatiza as comunidades africanas através do contexto racial.

Ainda no que diz respeito à genealogia do pensamento fronteiriço trazemos novamente Fanon (2008), com o conceito de “sociogênese”. Diferente da filogênese, que estuda a evolução das espécies e da ontogênese que se refere a evolução humana, a sociogênese se volta aos estudos acerca das interações sociais entre os indivíduos. Este conceito desobedece a epistemologia europeia, uma vez que esta perspectiva analítica

está fora de eixo do pensamento europeu, pensamento este que confronta aquele instituído dentro das perspectivas filogênicas e ontogênicas.

Mignolo (2017: 22) ressalta que “este trabalho de Fanon tem como referência na lógica de enunciação e da classificação de quem tem privilégio de classificar e, assim, decretar o racismo epistêmico e ontológico”. O conceito de sociogênese surge com os africanos, considerados “negros”, não por conta da cor da pele, mas por um imaginário que associava africanos ao processo de escravidão que lhes foram impostos no período colonial: “tornar-se negro”, por exemplo, é um discurso cujas regras são incontornáveis e que não deixam espaço para questionamentos. Mignolo (2017: 22) corrobora com a ideia que a sociogênese possibilitou pensar e transitar as fronteiras do pensar descolonialmente. A libertação da epistemologia territorial sobre a qual se apoia a epistemologia europeia, enrustida ao conceito de sociogênese, nos permite desprender precisamente de regras e conteúdo do ocidentalismo epistêmico. Não há outra maneira de saber, fazer e ser descolonialmente, senão mediante um compromisso com a “desobediência epistêmica”, enfatiza Mignolo (2017).

Como é possível constatar, o referido autor analisa a recriação do continente americano a partir de novos significados e imaginários, livre das tendências eurocêntricas. Em seus trabalhos, Mignolo justifica a ideia de que não há, em escala global, um período histórico chamado modernidade; a ideologia da supremacia do pensamento ocidental foi construída a partir das concepções advindas do Renascimento, que agiam em prol de um “modelo civilizatório” do continente americano. Nesse sentido, trago a pesquisadora Manuela Cunha, em sua obra: Índios no Brasil – história, direitos e cidadania (2002: 11) para ressaltar o pensamento europeu etnocêntrico e o seu auge no século XIX, com o modelo evolucionista cultural, proposto por Morgan (2005):

.. é talvez a ilusão de primitivismo. Na segunda metade do século XIX, essa época de triunfo do evolucionismo, prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram, portanto algo como fósseis vivos que testemunhavam o passado das sociedades ocidentais. Foi quando as sociedades sem estado se tornaram, na teoria ocidental, sociedades “primitivas”, condenadas a uma eterna infância. E, porque tinham assim parado no tempo, não cabia procurar-lhes a história (CUNHA 2002: 11).

Manuela Cunha (2002) afirma que, não muito diferente das comunidades africanas que passaram pelo processo analítico da filogênese/ontogênese, as comunidades indígenas americanas também foram analisadas dentro destas perspectivas eurocêntricas

condenadas a seu apagamento e esquecimento. Apesar do avanço das pesquisas arqueológicas, pouco se sabe sobre as origens dos indígenas americanos, não há um modelo único para explicar as rotas de migração à América. Os conhecimentos adquiridos ainda que não sejam suficientes para preencher todas as lacunas necessárias para se ter um panorama completo de suas histórias, os dados têm possibilitado reconhecer uma complexa diversidade cultural muito antes da chegada dos europeus. Assim, trazemos Neves para adensar a dificuldade e o trabalho que as ciências tem feito a respeito da história das comunidades indígenas:

O impacto da conquista européia sobre as populações nativas das Américas foi imenso. Não existem números precisos, mas há estimativas indicando que a população nativa do continente chegava, à época da conquista, a mais de cinquenta e três milhões de pessoas, sendo que só a bacia Amazônica teria mais de cinco milhões e seiscentos mil habitantes (Denevan, 1992: xxviii). Tais figuras não são no entanto aceitas unanimemente, já que os documentos usados para a elaboração dessas estimativas - crônicas de viajantes e oficiais das coroas, relatos de missionários, sítios arqueológicos - dão margem a estimativas bastante diferentes. (...) de fato há atualmente, por exemplo, apenas um grupo indígena numeroso localizado na calha do Amazonas brasileiro, os Ticuna do alto Solimões. No entanto, a falta de pesquisas arqueológicas e bioantropológicas que tenham como foco o impacto do contato sobre as populações impedem que possamos ter no momento uma noção equilibrada sobre as mudanças provocadas pela colonização. Tais pesquisas podem fornecer dados sobre, por exemplo, o tamanho e densidade de ocupação das antigas comunidades, as estratégias de manejo dos recursos naturais e o estado de saúde das populações indígenas nos períodos imediatamente anterior e posterior ao contato. (NEVES, 1995: 176-177)

As concepções e práticas “civilizatórias” do passado – mesmo recicladas e sendo difundidas até a atualidade como fundamentos e legitimados como “verdades científicas”, já não se sustentam mais. Movimentos epistemológicos buscam uma outra visão desse processo de ‘modernidade’, como o da decolonialidade..

Considerações finais

O pensamento decolonial traz uma nova abordagem epistêmica a partir dos estudos apresentados por Anibal Quijano (2014), Walter D Mignolo (2010), Catherine Walsh (2017), Edgar Lander (2005), Maria Lugones (2012), Rita Segato (2012) entre outros, o que possibilitou e ainda propicia a produção de conhecimentos, especialmente os histórico-educacionais; para formas múltiplas de ser e de perceber o universo latino-americano; para a valorização de saberes e fazeres diversos e valorização das experiências vividas. Pensar decolonialmente possibilita as populações que tiveram seu processo histórico subalternizado, vivo e presente em sua própria história, reconhecendo-se como

atuantes na história e como Walter Mignolo afirma, naturalizando-se, uma vez que o viés de modernidade foi utilizado para colonizar e impor toda a epistemologia europeia sobre os subalternizados.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Os conceitos de lugar e território na composição do Patrimônio Cultural: Quilombos e terras indígenas na Constituição Federal brasileira. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 99 - 114, jul./set. 2018

DALMOLIN, G. F. (2003). Colonialismo, política educacional e a escola para povos indígenas. *Tellus*, ano 3, n. 4, p. 11-25, abr. 2003, Campo Grande – MS.

FANON, Frantz. [1963]. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: *Epistemologias do Sul / Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses [orgs]*. São Paulo: Cortez, 2010.

GRUPIONI, L. D. B. Os povos indígenas e a escola diferenciada: comentários sobre alguns instrumentos jurídicos internacionais, In: GRUPIONI, L. D. B.; VIDAL, L.;

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

LUGONES, M. (2014). Rumo a um Feminismo descolonial. *Revista de Estudos Feministas*. 22 (3), setembro-novembro. pp. 935-952.

MCCLINTOCK, A. (2010). *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp.

MORGAN, Lewis Henry. *A Sociedade Antiga. Ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização*. [1877] In: CASTRO, Celso. (Seleção, Apresentação e Revisão) *Evolucionismo Cultural*. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso. Acesso em: maio de 2019.

MIGNOLO, W. D. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. D . Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais Hoje. Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), pp. 12-32, 2017.

NEVES, E. G. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, A. L. da S.; GRUPIONI, L. D. B (Orgs.). Temática Indígena na Escola. de 1º e 2º graus /— Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 171-196.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez
QUIJANO, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: E. Lander (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. pp. 201-245

RESTREPO, E., & ROJAS A. (2012). Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Colombia: Ed. Universidad del Cauca, Popayán.

SANTOS, V. M. D. Notas desobedientes: Decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista á ciência. Psicol. Soc. vol.30 Belo Horizonte 2018 Epub 03-Dez-2018

SCHUCH, V. F. (org). Legislação mínima: da educação no Brasil. 8. Ed. Porto Alegre: Sagra, 1988.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-Cadernos Ces [online], Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: maio de 2019.

SPAREMBERGER, Raquel F. L. e KRETZMANN, Carolina G. Antropologia, multiculturalismo e direito: o reconhecimento da identidade das comunidades tradicionais no Brasil. Florianópolis: Conceito Editorial 2008.

HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA DE FORMOSA CONSTRUÍDAS NO MUSEU COUROS ENTRE 1996 E 2019

*Daniel Victor Pereira Goveia da Guirra*¹³¹

Introdução

Este trabalho contempla as questões desenvolvidas ao longo da pesquisa de mestrado em torno da construção da memória da Cidade de Formosa, interior de Goiás. A pesquisa está em desenvolvimento, portanto, pretendemos aqui elencar discussões em torno das noções de memória e patrimônio, articuladas ao conceito de museu, visto que o objeto da pesquisa se direciona ao Museu Couros de Formosa, instituição pertencente à Fundação Museu Couros, administrada pelo empresário e funcionário público Leônidas da Silva Pires.

As inquietações que dão norte para a pesquisa estão nas representações que são construídas por meio dos objetos e documentos expostos no museu da cidade, em paralelo com os discursos “oficiais” da história de Formosa. Os problemas se referem aos agentes envolvidos no processo de construção dessa memória e a forma como as representações são narradas e construídas. Isto é, pode ser dito que os objetos e documentos reunidos em um espaço com objetivo de contar uma história apresentam elementos do esforço de um grupo para construir memória.

Essas questões possibilitam, até o momento, levantar problemas no que tange aos silenciamentos, ausências e, também, as permanências nas produções que se pretendem historiográficas, mas não o são. Quero dizer, trabalhos que conferem a dita “oficialidade” dos discursos acabam por trazer profissionais de diversas áreas como funcionários públicos, jornalistas, entre outros vários personagens, para elaborarem e publicarem trabalhos memorialísticos, mas com o *status* de pesquisas historiográficas.

Uma questão que nos inquietou, ao nos depararmos com esse fato, foi sobre a força que essas representações têm diante de trabalhos produzidos por historiadores, que de certo modo e, tanto quanto possível, tomam como tema de trabalho a História de

¹³¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). Orientador: Prof. Dr. Rildo Bento de Souza. Agência financiadora: CAPES.

Formosa. Portanto, para além dessa questão, o que vem à tona refere-se à várias outras perguntas como, o que é a instituição Museu Couros? O que a organização dos objetos e documentos revelam sobre o esforço de construção da memória da cidade? Quais e quantos documentos e objetos aludem à História de Formosa? Quais são os personagens históricos envolvidos nesse processo? Dentro das representações que são construídas, quem são os ditos cidadãos e cidadãs ilustres? Mas, sobretudo, quais personagens não compõem este acervo?

Para tanto, os questionamentos aqui suscitados encaminham a pesquisa no sentido de encontrar os espaços de lutas, se assim forem identificados, pela construção de representações que formam a história do município por meio de memórias selecionadas. Com isso, deu-se o início do levantamento de fontes para verificação das hipóteses e análise dos problemas. Assim sendo, este texto será estruturado em três fragmentos do que foi feito até o momento, será abordado um breve levantamento bibliográfico sobre a história da cidade, em um segundo momento abordaremos as discussões que permeiam os conceitos de memória e museu, por fim, discutiremos sobre as representações identificadas, até o momento, dentro do Museu Couros.

Portanto, torna-se necessário dizer que as fontes estão passando pelo processo heurístico. A crítica das fontes está sendo feita de acordo com as etapas de mapeamento de cada uma. Como fontes, temos fotografias, planta baixa do prédio, livro de registro do fluxo de público, bibliografia exposta na biblioteca da instituição, documentos que aludem a um resquício do passado de Formosa, entre outros documentos e objetos pertencentes ao acervo do Museu.

Dito isso, este trabalho foi fundamento na teoria das representações sociais, com base Serge Moscovici (2015), Ecléa Bosi (1987)¹³² e Roger Chartier (2002), no diálogo em torno da noção de memória suscitamos para o debate Michael Pollack (1989), Alessandro Portelli (2006) e Paul Ricoeur (2003), por fim, para o debate sobre o conceito de museu dialogamos com Moana Campos Soto (2014) e Patrícia Tavares Raffaini (1993).

Historiografia Formosense

¹³² No campo da Psicologia Social, abordando também, no caso de Ecléa Bosi, a noção de memória.

Os trabalhos historiográficos sobre a Cidade de Formosa são raríssimos, existem esforços nessa direção, todavia, os trabalhos que podem ser encontrados com maior facilidade compõem o acervo da biblioteca da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Nordeste, especificamente a unidade de Formosa-Go. Esses trabalhos são, em suma, artigos e monografias do curso de história da UEG, isto é, são trabalhos que apresentam como propostas apontar possibilidades de pesquisa e reflexões acerca dos temas onde os documentos podem ser encontrados.

Para além da UEG, existe a dissertação de mestrado de Francisco Paulo Falbo Gontijo. O autor cursou o Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Mato Grosso no ano de 2018, a dissertação intitulada “Guia didático da história de Formosa-Go: entre a história e a memória – releitura para o ensino de história”, propõe discussões acerca da história que é contada por outros autores, isto é, uma história da historiografia formosense. Como o autor alude, “Não há, aqui, muitas revelações ou descobertas - fui mero historiador da historiografia e um esforçado intérprete daquilo que eles, sim, descobriram -, mas uma coleta e uma disposição das informações ali colhidas [...]” (GONTIJO, 2018, p. 5). Dessarte, as pesquisas que são encontradas estão sempre em consonância com os trabalhos de Paulo Bertran (1948-2005)¹³³, Olympio Jacintho (1868-1938) em seu livro pioneiro “Esboço Histórico de Formosa”, Alfredo Antônio Saad (*-2011) com a obra “Álbum de Formosa: um ensaio de história de mentalidades” e entre outros que se aventuraram no empreendimento da escrita da História de Formosa.

Com isso, é importante salientar que trabalhos como o de Olympio Jacintho, pioneiro no que tange pensar a história formosense, traz ao leitor uma reunião de documentos históricos transcritos. O autor apresenta um recorte de documentos das atas da Câmara Municipal desde sua fundação em 1844 e, a partir disso, narra algumas experiências que viveu na cidade. Por exemplo o autor relata que,

Em nossa juventude, nos entretínhamos com as palestras instrutivas do Capitão João Moreira Ribeiro, que, discorrendo sobre diversos assuntos, nos contava o que ouvira, senão dos primeiros habitantes de Couros, ao menos dos descendentes daqueles que levantaram suas tendas no local, ainda desabitado, que hoje é a cidade de Formosa. (JACINTHO, 1979, p. 11)

¹³³ A maioria das pesquisas que foram encontradas estão incluídas em artigos produzidos pelo autor.

Portanto, a obra de Olympio Jacintho forma-se, segundo as intenções do historiador, pode ser instrumentalizada como uma riquíssima fonte de trabalho. Dito isso, faz-se necessário aqui, discorreremos um breve histórico da Cidade de Formosa.

Como foi dito, Olympio Jacintho reuniu em sua obra uma série de documentos da Câmara Municipal em ordem cronológica, a partir do período do Brasil Império até o fim da década de 1930, e após esse período se tem um volume maior de fontes para estabelecer uma historiografia mais robusta. O que vem antes disto nessa região pode ser apreendido em sítios arqueológicos da cidade, contudo, as pesquisas em torno desse campo são ainda mais ausentes, o que nos leva a uma construção mais superficial do período em questão, é possível encontrar indícios das ações dos seres humanos nesse território a mais de 4.500 anos.

O livro de Gustavo Chauvet, “Brasília e Formosa: 4.500 anos de História”, apresenta esse longo recorte temporal para conseguir abranger este período histórico. Gontijo (2018) salienta que,

A história de Formosa remete, ao contrário do que o senso comum possa fazer crer, a mais de 4.500 anos, pelo menos. Vestígios encontrados em sítios arqueológicos demonstram que havia no município, muito antes da chegada dos primeiros bandeirantes, civilizações indígenas habitando o Planalto Central do Brasil, a região onde foi instalada Brasília e, conseqüentemente, se encontra Formosa-GO.

Os sítios arqueológicos citados são, o Sítio Arqueológico Toca da Onça e o Sítio Arqueológico do Bisnau, o primeiro apresenta pinturas rupestres feitas por um grupo ameríndio de caçadores nômades. O segundo apresenta pinturas rupestres e petróglifos que formam figuras geométricas. Gontijo (2018:44) aponta que foi feita uma pesquisa pela Universidade Federal de Goiás em 1977 nesses locais, e foram encontrados fragmentos de cerâmicas, peças ósseas e odontológicas, bem como, vestígios de fogueiras e restos de alimentos. Esse fator, apresenta a presença humana nessa região muito antes de se conhecer o que seria chamado de Arraial dos couros.

Para além desses vestígios, o que se tem sobre a região de Formosa, localizada no Nordeste goiano são os relatos do Alferes Silva Braga, comumente discutido na obra de Gontijo (2018:31-33). Dessa forma, a historiografia sobre Formosa, no período colonial, se pautou nas hipóteses de Paulo Bertran ¹³⁴, produzidas a partir dos documentos do Alferes supracitado. O Anhanguera, o filho, teria chegado nessa região junto com a

¹³⁴ Temos acesso a este fato pela dissertação de Francisco Paulo Falbo Gontijo.

bandeira que comandava e depois de vários dias de uma penosa viagem entre enfermidades e ataques por parte dos ameríndios, não se fixaram, partindo para viagem em direção ao norte. Como é de conhecimento na historiografia sobre as bandeiras, o grupo matou um certo número de ameríndios e levou outros como cativos¹³⁵, assim como saqueou o local onde essa comunidade estava inserida, o Alferes relata que,

Chama-se esse gentio Quirixá, vive aldeado, usa arco e flexa e porretes; é muito claro e bem feito; anda todo nú, assim homens como mulheres. Tinham 19 ranchos, todos redondos, bastantemente altos e cobertos de palmito, com uns buracos juntos ao chão em lugar de portas; em cada um destes viviam 20 a 30 casais juntos, as camas eram uns cestos de buritis que lhes serviam de colchão e cobertas; eram pouco mais de 600 almas; estava situada toda esta aldeia junto dum grande córrego com bastante peixe e bom; no segundo dia que marchamos a buscá-la, encontramos um rio caudaloso em que havia muitos peixes, caju, palmitos e muita caça, que nos serviu de muito. Nesta aldeia achamos 200 mãos de milho, 25 batatais, muitas araras e também alguns periquitos, que nos serviam de sustento e de regalo; tinham também bastante copias de cabaça e panelas e uma grande multidão de cães, que mataram quando fugiram e retiraram de todo, só afim de não serem sentidos das nossas armas, como experimentamos depois nas bandeiras que se lançaram a espiá-los. (GONTIJO apud BERTRAN, 2018, p. 51)

Com base nesses relatos, os Historiadores levantaram as hipóteses de que os Crixás, no qual o Alferes se referia, eram as comunidades que viviam na região onde hoje é Formosa. Com a falta de documentos para apreender evidências históricas, os relatos foram de suma importância para que a tese fosse mantida. Logo, a devoção do Alferes por Santo Antônio, a localização que é citada e as várias enfermidades que os acometeu, de certa forma, e tanto quanto possível, sustentam a ideia de que o povoado de Santo Antônio saiu da região de onde estava para fundar o Arraial de Couros próximo ao Registro da Lagoa Feia. Como sustenta Gontijo (2018),

Diante do exposto, considerando, ainda, a localização e a proximidade das terras Crixás com o local onde se ergueu o povoado de Santo Antônio, comparando a cronologia dos eventos, a promessa à Santo Antônio e demais relatos acima revelados, não seria fantasioso, portanto, supor que da bandeira do Anhanguera filho surgiu o povoado de Santo Antônio, que, por sua vez, transferiu-se para o local onde hoje é Formosa, sob o nome de Arraial dos Couros, que tornar-se-ia Vila Formosa da Imperatriz para, após o advento da República, finalmente chamar-se Formosa. É uma hipótese plausível, a ser considerada no

¹³⁵ Esses fatos são descritos pelo Alferes em seus relatos, publicados em um dos trabalhos de Paulo Bertran em 2011.

intuito de esclarecer o surgimento do povoado de Santo Antônio.
(GONTIJO, 2018, p. 54)

Assim sendo, as hipóteses que Gontijo (2018) sustenta, estão na ideia de que realmente as febres e a facilitação do comércio, pelo registro que ficava próximo, foram motivos consideráveis para o remanejamento daquele grupo.

Após este período a obra de Olympio Jacintho é fundamental para a historiografia de Formosa. O autor faz um trabalho de entrevistas com os moradores do fim do século XIX e início do século XX, reúne fontes da câmara municipal, bem como faz um “dossiê” dos cidadãos que ele considerava como importantes. É nesse aspecto do trabalho que se pode endossar as problematizações feitas anteriormente, Olympio Jacintho como parte da “aristocracia formosense” seleciona indivíduos, “cidadãos ilustres” para compor o seu trabalho, como sendo grandes patriotas. Com isso, definiu-se uma seleção, definiu-se o não dito dessas memórias, os silenciamentos. As memórias de Formosa são contadas a partir desse trabalho, e o que se tem doravante é a verificação das memórias que foram construídas, identificar as permanências desses discursos, bem como, quem são os(as) personagens históricos(as) que não compõem as obras, os discursos, as narrativas do grupo que procura resgatar as memórias da cidade.

Dessa forma, temos o funcionário público Samuel Lucas (1982-) que, em parceria com o Sr. Leônidas Pires, fazem um trabalho de resgate da memória e do Patrimônio de Formosa. Samuel Lucas produziu vários livros com essa finalidade, dessa forma, as suas produções também se configuram como uma fonte para a verificação das representações construídas.

Memória e Museu

A memória se configura como um recurso dos seres-humanos em recordar algo e, a partir disso, podemos construir histórias. Mas a história não é a única a se apropriar da memória, a escrita da história também o faz. O historiador instrumentaliza a memória para reconstruir o passado, isto é, entre usos e abusos, os historiadores se apropriam desse recurso como um vestígio do passado e assim dão corpo ao seu objeto de pesquisa. Assim sendo, Ricouer salienta que, “o historiador empreende “fazer história”, como cada um de nós se dedica a “fazer memória” (RICOEUR, 2007, p. 72). Todavia, a memória também não é de uso exclusivo do historiador, pelo contrário, antes de tudo, a memória pertence

a quem pode recordar, isto significa construir afeto, heróis, inimigos, histórias e, acima de tudo, sinaliza para o direito ao esquecimento.

No exercício das reflexões de Paul Ricouer (2007: 71), ele evoca as abordagens cognitivas e pragmáticas da memória a partir de Platão e Aristóteles, no qual, a noção de memória, como alude Ricouer, não está distante da noção de representação. Isto é, a memória enquanto recurso de trazer à tona uma experiência passada, está fundamentalmente associada à noção de representação, à construção de símbolos e signos que representem à memória aludida. Em consonância ao que foi exposto até o momento, Paul Ricouer (2007) corrobora para as reflexões dizendo que,

O fato notável é que as duas abordagens, cognitiva e pragmática, se reúnem na operação da recordação; o reconhecimento, que coroa a busca bem-sucedida, designa a face cognitiva da recordação, ao passo que o esforço e o trabalho se inscrevem no campo prático. [...] A esse respeito, o ato de fazer memória vem inscrever-se na lista dos poderes, das capacidades, que dependem da categoria do “eu posso” [...] (RICOEUR, 2007, p. 71).

Para tanto, o que foi discutido nos remete à memória individual. No que tange a análise da pesquisa pensamos em uma memória coletiva construída para rememorar acontecimentos, “grandes feitos” e “cidadãos ilustres” da cidade Formosa. Nesses aspectos os museus assumem um papel importante na construção de memórias e histórias, reúne-se um grande acervo em um espaço com o objetivo de contar algo, esse acervo pode ser temático ou não, mas todos têm a pretensão de dizer e preservar os vestígios do passado em nome de uma tradição, de uma memória. O problema é, quais memórias eles pretendem preservar?

Os museus têm suas origens nos gabinetes de curiosidades, que, por sua vez, surgiram no período do humanismo, eram pequenas coleções particulares com pretensão de guardar objetos e documentos que revelavam a história do mundo. Raffaini (1993) disserta que, “existiram centenas, senão milhares, de gabinetes pela Europa, neste período, mantidos por príncipes ou casas reais, humanistas, artistas ou ricos burgueses; elementos representantes da cultura erudita interessada em conhecer e colecionar o mundo que os cercava” (RAFFAINI, 1993, p. 159). Os museus contemporâneos estão na linha de preservar uma memória, dita esquecida, na qual, a sociedade tenha acesso, isto é, os museus passam a ser instituições públicas, de acesso a todos. Para Soto (2014), “o avanço do conhecimento, a influência dos enciclopedistas franceses e os aumentos da

democratização da sociedade provocados pela Revolução Francesa fizeram surgir o conceito de coleção como instituição pública, chamado museu (SOTO, 2014, p. 59). Portanto, os museus, sucessores dos gabinetes de curiosidades, contemplam coleções que pretendem preservar os vestígios do passado, cada qual em sua particularidade, no que tange, a seleção do passado que os organizadores querem trazer à luz da sociedade.

Ao longo da pesquisa, vamos percebendo como o Museu Couros de Formosa vai se aproximando dessas reflexões. Fundado por Leônidas da Silva Pires em 1996, começou com uma coleção particular de objetos e documentos que aludiam ao desenvolvimento tecnológico relacionados as tradições das quais fizeram parte de sua vida, desde telefones, máquinas de datilografia, computadores, celulares a teares manuais e camas construídas com o couro de animais¹³⁶. Em entrevista, o fundador do museu diz que toda a coleção inicial foi comprada entre 1985 e 1996. Depois essa coleção foi toda doada para a Fundação Museu Couros de Formosa, segundo o fundador isso aconteceu para que o museu fosse da Cidade de Formosa. O acervo do Museu se confunde com a história de vida de seu fundador, um ativista pelo incentivo cultural da cidade. Para manter o museu, Leônidas Pires criou o evento “Semana da Moagem” que recebia artistas, artesãos, e pequenos agricultores para venderem seus produtos no evento. Com isso, foi possível manter o museu e divulgar as práticas culturais, tradicionais da cidade.

O museu está localizado no centro da cidade em um prédio construído já no século XX, porém, reformado duas vezes, a primeira para receber o museu, e a segunda para ampliar os espaços para receber novos projetos, como pode ser visto nas imagens 1, 2 e 3. O prédio foi doado pela prefeitura, espaço que servia como depósito, onde foi encontrado uma pilha de documentos do século XIX, entre eles atas da câmara municipal, certidões de óbitos, entre outros documentos avulsos do poder público.

Para tanto, o acervo do museu um inventário, dessa forma é difícil de dizer quantos objetos e documentos possui a instituição. Todavia, é possível dizer que a grande maioria dos objetos e documentos presentes no acervo não aludem à história da cidade, e aqueles que possuem essa finalidade estão presentes em uma sala que nos fundos do prédio. Essa sala, intitulada sala de fotografias, possui imagens dos intendentes e prefeitos da cidade, bem como os ditos “cidadãos ilustres”, homens brancos que fazem ou fizeram parte do poder público, bem como uma elite da cidade. Uma das fotos nos remete a um casal de empresários da cidade na década de 1950 ao lado de Juscelino Kubitschek, no qual a

¹³⁶ Objetos comuns nas histórias do interior de Goiás.

legenda da fotografia é “Geraldo Carvalho de Freitas e Esposa ao lado de Juscelino Kubitschek”¹³⁷, e abaixo da legenda uma breve biografia sobre Geraldo Carvalho. Isto é, ao olhar a imagem, é perceptível o apagamento de Ângela Teresinha de Freitas, que apesar de aparecer na imagem, e estar entre Juscelino e Geraldo, não recebeu homenagem, uma biografia, sequer teve seu nome inscrito na legenda.

Por fim, esse foi um dos vários exemplos da memória que vem sendo construída pela instituição. Não falamos aqui sobre ameríndios, quilombolas, mulheres e homens negros e comunidade LGBTQIA+, que sabidamente fizeram e fazem parte da história da cidade, pois há pouco espaço para uma discussão que exige mais algumas páginas para as problematizações. Michael Pollak (1989) diz que,

“A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.” (POLLAK, 1989, p. 9)

Assim sendo, o que fica claro até aqui é a manutenção da memória por alguns indivíduos para delimitar o que é, ou não, a história de Formosa, estabelecendo fronteiras a partir dos silenciamentos, do “não-dito”, estabelecendo, assim, a permanência dos discursos, isto é, uma memória que tem seu uso na manutenção do *status-quo*.

Bibliografia

GONTIJO, F. P. F. Guia didático da história de Formosa-GO: entre a história e a memória – releituras para o ensino de história. Dissertação (Mestrado em História)—Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2018.

JACINTHO, O. boço Histórico de Formosa. Brasília: Independência, 1979.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1 jun. 1989.

RAFFAINI, P. T. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades . Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 3, p. 159–164, 5 dez. 1993.

¹³⁷ Imagem 4.

RICOEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. 8. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SOTO, M. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. Cadernos de Sociomuseologia, v. 48, n. 4, 2014.

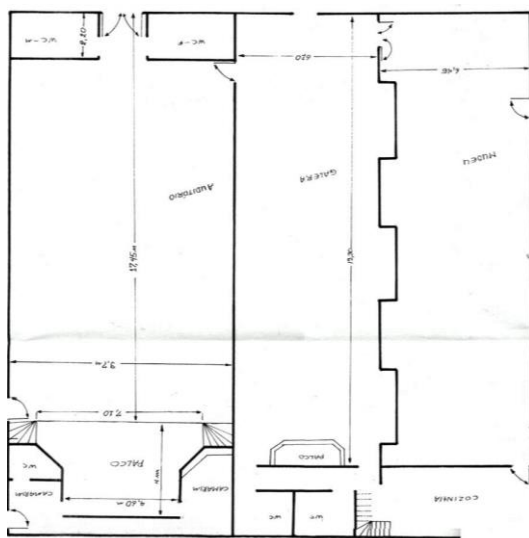
ANEXOS

Figura 1: Fachada do Centro de Cultura, Tradição e Turismo de Formosa (CCTTF)



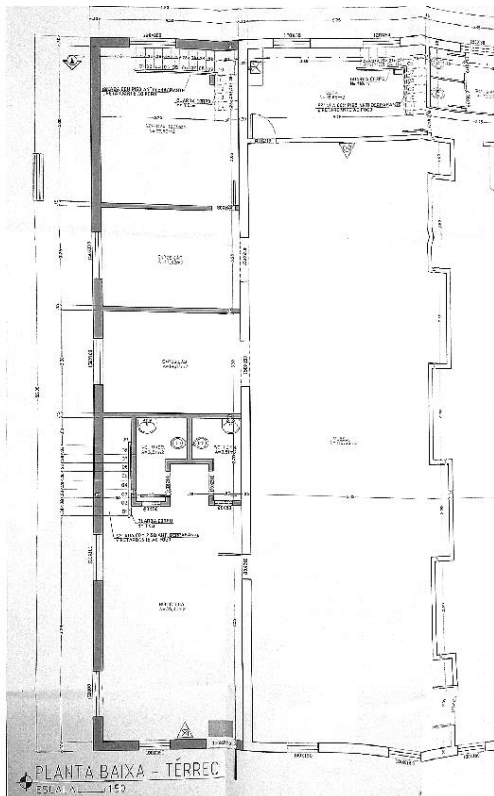
Fonte: Acervo Fundação Museu Couros

Figura 2: Primeira Planta Baixa do CCTTF.



Fonte: Acervo Fundação Museu Couros

Imagem 3: Segunda Planta Baixa do CCTTF.



Fonte: Acervo Museu Couros

Imagem 4: Foto de Ângela e Geraldo de Freitas ao lado de Juscelino Kubitschek.



Fonte: Foto tirada pelo pesquisador.

UM ESTADO DA ARTE DAS E ANÁLISE DAS PESQUISAS ACERCA DO PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO EM GOIÁS¹³⁸

*Daniel Lucas de Jesus Oliveira*¹³⁹

RESUMO: O estudo realizado procurou estreitar-se com a perspectiva de estado da arte. Em síntese, apresenta-se como mais um levantamento e análise acerca das produções acadêmicas sobre o processo. De modo geral, as pesquisas se apresentam como investigações que produzem um conjunto de denúncias em relação à militarização do ensino público e da expansão dos colégios militares em Goiás. Neste sentido, oferecem através de análises de dados, de documentos e de discursos oficiais e não oficiais, além de outras fontes, os elementos gerais que compõem o conjunto de estratégias e limites das tentativas de legitimação da militarização. No entanto, mesmo diante desses esforços, segundo nosso entendimento, ainda não conseguimos compreender a sensibilidade da dinâmica da militarização. Assim, a acepção é que ainda estamos analisando o processo a partir das “ideias” e concepções educacionais, e mesmo que (produzindo) conhecimento empírico, acabamos por permanecer às margens da materialidade do objeto, donde toda a crítica parece estar descolada da experiência real das massas populares, em simultâneo, em que as considerações se fundamentam em valores acadêmicos, políticos e ideológicos, dos quais não se conectam com os interesses objetivos dos indivíduos.

Palavras-Chave: *Pesquisa; Militarização; Colégios Militares.*

O presente estudo se beneficiou das produções acadêmicas já realizadas sobre a militarização do ensino público em Goiás. Acordamos em concentrar as buscas no Banco de Dissertações e Teses do Sistema de Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), e no Repositório Institucional do Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Goiás (UFG). Como critério de seleção, inclusão e exclusão foram definidos os seguintes descritores: a) militarização; b) escola militar; c) militarização em Goiás; d) o processo de militarização do ensino público em Goiás.

A partir do descritor “militarização”, constatamos o total de 10 (dez) trabalhos. Destes, consta o total de 9 (nove) dissertações e 1 (uma) tese. Noutro descritor: “escola militar”, observamos a recorrência de trabalhos identificados a partir da aplicação do primeiro descritor. Entretanto, verificamos a inclusão de mais 5 (cinco) dissertações e 1 (uma) tese. Já no descritor: “militarização em Goiás”, observamos a inclusão de 4 (quatro)

¹³⁸ O texto apresentado é parte constitutiva do primeiro capítulo da tese em desenvolvimento.

¹³⁹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da profa. Dra. Maria da Conceição Silva.

dissertações. E, por fim, a partir do descritor “d”, constatamos a inclusão de 2 (duas) dissertações. Deste modo, a busca realizada no Sistema de Biblioteca da PUC-GO contabilizou o total de 22 (vinte e dois trabalhos) com base nos quatro descritores delimitados.

O método inicial de análise dos 22 trabalhos se deu através da leitura dos resumos e dos sumários das pesquisas, com a intenção de selecionar abordagens próximas aos descritores referenciados. Ou seja, incluiu-se todos os trabalhos que em uma primeira análise apresentaram, de algum modo, discussões sobre o processo de militarização do ensino público em Goiás.¹⁴⁰

Dentre os trabalhos selecionados está a tese de doutorado de Helena Beatriz de Moura Belle, defendida em 2011, intitulada: “*Escola de civismo e cidadania: Ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás*”, a pesquisa trata-se de um estudo de caso do processo de militarização, e da dinâmica administrativa e pedagógica do Colégio Beta, localizado em Goiânia. O trabalho é composto por três capítulos, tendo no primeiro a contextualização social e política da experiência da escola pública brasileira, e que se discute o cenário e a construção das políticas e práticas autoritárias vigentes no período ditatorial (1964 -1985), e os seus desdobramentos na configuração do atual sistema educacional brasileiro. No segundo capítulo, Belle (2011) aborda de fato o processo de militarização do ensino público em Goiás. A autora realiza a apresentação dos pressupostos jurídicos que visam dar sustentação e legitimidade ao processo de implementação do modelo e da atuação do Estado e das instituições junto ao processo de militarização. Adiante:

No Capítulo IV revela-se a concretude da realidade. Tecem-se reflexões acerca da identidade e dos órgãos colegiados do Colégio Beta, para assuntos didático-pedagógicos. A gestão e a participação da comunidade nas ações, o processo seletivo, as matrículas e permanência do estudante, as fontes de recursos, a gestão e os instrumentos normativos da instituição, também são analisados neste capítulo IV. No Capítulo V, denominado ‘Desvendando o ethos do Colégio Beta’ são apresentadas algumas descobertas. Tem por objetivo revelar resultados decorrentes da investigação e os efeitos da pesquisa empírica desenvolvida (BELLE, 2011, p. 29).

Notamos nesta pesquisa a predominância de discussões com ênfase no aspecto rotineiro da escola militar. Todavia, o trabalho de Belle (2011) apresenta dados e

¹⁴⁰ Consequente, foram excluídos os trabalhos que apresentaram como centro das discussões, questões ligadas exclusivamente aos aspectos disciplinares, pedagógicos e do cotidiano das escolas militares.

considerações importantes para a compreensão do processo de militarização do ensino público goiano. No que tange ao capítulo II, e que muito nos interessou, a autora realiza uma consistente “historicização”¹⁴¹ do surgimento e expansão dos colégios militares em Goiás.

A segunda pesquisa que analisamos é a dissertação de mestrado de Rafael José da Costa Santos, apresentada no ano de 2016, com o título: *“A militarização da Escola Pública em Goiás”*. Este trabalho também nos interessou muito, pois a pesquisa explorou o processo de militarização e, a exemplo de Belle (2011), é um dos trabalhos mais referenciados entre as pesquisas sobre o tema. Em Santos (2016), como em outros trabalhos analisados, verificamos o caráter “denunciativo” da investigação, pois explicita por meio da análise de dados e documentos o ritmo ascendente da instalação dos Colégios da Polícia Militar de Goiás, que, para o autor, dentro de uma conjuntura específica, tratou-se de um projeto político promovido pelo governo goiano e que impactou a educação pública no estado. De modo geral, o autor discute as fragilidades dos aspectos jurídicos de suporte da militarização, em simultâneo, assinala para eventuais objetivos políticos imbricados no processo. Não obstante, Santos (2016) salienta o papel social da comunidade escolar nos debates e na resistência à militarização. Todavia, assim como Belle (2011), Santos (2016) também se debruça sobre o aspecto disciplinar-pedagógico do cotidiano destas instituições, sobretudo, ao que tange às reverberações deste modelo de ensino em relação ao controle social através da “tecnologia” de “disciplinarização” e “docificação” dos corpos, com base em conceitos focaultianos.

O terceiro trabalho que analisamos foi a dissertação de mestrado intitulada: *“Militarização das escolas públicas em Goiás: Disciplina ou medo?”*, de Leandra Augusta de Carvalho Moura Cruz. Trata-se de um estudo de caso a partir do processo de militarização do Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos. A pesquisa também conjectura os percalços da educação pública no Brasil e em Goiás. Assim como Belle (2011) e Santos (2016), a autora aponta contradições nos pressupostos jurídicos e institucionais que visam dar legitimidade ao processo. Todavia, assim como Belle (2011) e Santos (2016), Cruz (2017) mantêm a ênfase da abordagem nas relações interpessoais do campo pedagógico e disciplinar. A partir da análise desta pesquisa, constatamos que a autora investiga tanto o processo de militarização, quanto a rotina das instituições; como

141 De modo geral, todos os trabalhos analisados apresentam essa categoria de historicização como aspecto de caráter introdutório e de contextualização.

também questões relacionadas ao currículo e perspectivas pedagógicas; discute as possibilidades e os limites da prática docente; a questão da cobrança da matrícula e demais taxas; do regimento interno e dos aspectos éticos, políticos e filosóficos do modelo e sobre as formas e condições de ingresso nos colégios. Não obstante, a pesquisa dedica um espaço significativo para a discussão acerca da disciplina e do discurso de hierarquia, moral e civismo no interior dessas instituições¹⁴².

Analizamos também a dissertação de Sandra Mara Batista Gomes, apresentada em 2016, e intitulada: *“O regime punitivo do educar: um olhar sobre a educação pública no Estado de Goiás”*, cuja ênfase investigativa repousa nas relações interpessoais das instituições. A pesquisadora procura confrontar os pressupostos da educação de tradição iluminista, de presunção da autonomia e da universalidade, em oposição aos critérios de exclusão e controle das escolas militares, pautados na ideia de hierarquia e disciplinarização dos indivíduos.

Por fim, analisamos a dissertação de Sirley Aparecida de Souza, defendida em 2012, sob o título: *“Violências e silenciamentos: A representação social do fenômeno bullying, entre jovens de uma escola militar em Goiânia”*. Seguindo a dinâmica dos trabalhos anteriores a pesquisa dedica três páginas na discussão acerca do processo de militarização. Como em outros trabalhos, a pesquisadora também se debruça sobre o aspecto disciplinar e pedagógico dos colégios; apresenta discussões sobre temas como da violência na escola e sobre o aspecto comportamental e identitário entre jovens; questões de gênero e étnico-raciais; das questões socioeconômicas e socioculturais dos discentes, e também acerca da hierarquia e a disciplina institucionalizada.

A busca por pesquisa no Repositório Institucional da UFG indicou uma menor quantidade de trabalhos em relação à busca realizada no Sistema de Bibliotecas da PUC-GO. A partir da utilização dos mesmos descritores elencados, foram localizados 24 (vinte e quatro trabalhos). Entretanto, após aplicarmos o primeiro filtro, observou-se que 21 destes trabalhos não possuíam abordagens condizentes com a discussão sobre a militarização do ensino público em Goiás, tampouco sobre os colégios militares.

142 O entendimento da análise desse trabalho ficou a sensação que a autora buscou pensar a militarização a partir da problematização de aspectos históricos, econômicos e sócioantropológicos da experiência histórica nacional, como também de Goiás. Neste sentido, tais aspectos seriam concebidos como fatores influentes na intensificação do processo de militarização do ensino público no estado. Embora acreditemos que esta problematização não é conclusiva no trabalho de Cruz (2017), acordamos que questões de regionalismos, sobretudo das tradições e dos valores aristocráticos, latifundiários, conservadores e autoritários dos grupos historicamente dominantes em Goiás, em certo limite atuam como *modi operandi* na composição da dinâmica do processo de militarização no estado.

Restando 3 (três) trabalhos, os critérios de inclusão e exclusão apontaram que 2 (dois) destes trabalhos discutem o regimento interno dos colégios militares, porém sem dar ênfase ao processo de militarização. Estes trabalhos são dissertações de autoria de Renata Lopes Silva Ribeiro, *“Fundamentos e práticas do Colégio da Polícia Militar de Catalão: entre fardas, manuais e boletins”*, e Raimunda Delfino dos Santos, *“A genealogia dos regimentos internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia”*. Deste modo, foi possível constatar que apenas a dissertação de Neusa Sousa Rêgo Ferreira intitulada: *“Gestão militar” da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia*”¹⁴³, apresenta uma abordagem próxima ao recorte estipulado. Contudo, este trabalho segue a mesma dinâmica de todos os outros analisados. Ou seja, realiza uma historicização do processo, entretanto, como norma predomina abordagens centradas em questões de caráter disciplinar, regimental e pedagógica das instituições.

As conclusões parciais deste estudo apontam para algumas características singulares das pesquisas analisadas. De modo geral, os trabalhos que abordam os aspectos gerais da militarização, são trabalhos oriundos do campo da Educação, sobretudo do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Prevaecem trabalhos na categoria de dissertações de mestrado, tendo o curso de Pedagogia com a maior quantidade de trabalhos publicados sobre o tema¹⁴⁴. Quanto ao período de publicações das pesquisas, identificamos o contexto de 2010, como ano das primeiras publicações, como também pode ser verificado um aumento da quantidade de investigações a partir de 2015. Acerca dos referenciais teóricos, predominam pesquisas que buscam fundamentação a partir dos pressupostos de Michel Foucault. De fato, é uma tendência nas pesquisas referências às obras do autor, principalmente obras como: *“Vigiar e Punir”*, *“Ordem do Discurso”* e *“Microfísica do Poder”*. Predominância que para nós indica a tendência das pesquisas em abordar os aspectos disciplinares e pedagógicos dos colégios militares.

De modo geral, as pesquisas se apresentam como investigações que produzem um conjunto de denúncias em relação ao objeto investigado. Neste sentido, apresentam através de levantamento de caráter qualitativo e quantitativo (análises de dados, de

¹⁴³ Não foi possível acessar este trabalho no Repositório da Biblioteca da UFG. Portanto, a análise teve como base a interpretação apenas do resumo do texto.

¹⁴⁴ Seguindo em menor quantidade, trabalhos oriundos da História, das Letras e Linguística, e da Ciência da Religião.

documentos e de discursos oficiais e não oficiais), os elementos gerais que compõem o conjunto de estratégias e limites das tentativas de legitimação da militarização. A análise dos trabalhos ainda assinala para o fato que não há discrepâncias substanciais entre as pesquisas, quando se tratando das discussões acerca da militarização e dos colégios militares em Goiás. Ou seja, não há discordâncias teóricas ou debates entre as produções, portanto os trabalhos estão em conformidade. Do mesmo modo, não observamos trabalhos que viessem a tratar de um hipotético caráter positivo do processo de militarização e do referido modelo de administração escolar. Pois, a partir deste estudo, notamos que as investigações estudadas tendem a confluírem em pesquisas que denunciam e atribuem um caráter predominantemente negativo (de “negativação” do objeto), tanto no ponto de vista institucional e jurídico, como também do caráter pedagógico e social da militarização e dos colégios militares.

Em síntese, as abordagens se concentram em questões bem definidas acerca dos desdobramentos da militarização. Analisamos os pontos mais discutidos pelos pesquisadores (as) do processo, portanto, pontos em comum nas discussões. Desse modo, destacamos que as pesquisas buscam comumente:

- Contextualizar o surgimento dos colégios militares a partir de um esforço de historicização dos processos de desenvolvimento do sistema educacional e da escola pública no Brasil. Para isso, as pesquisas tendem a problematizar os processos históricos de implementação das políticas educacionais, perpassando pela realidade colonial, imperial e republicana da nossa experiência histórica. Contudo, é sintomática a atenção dada ao período ditatorial 1964 - 1985. Assim, a ditadura militar é um período regularmente explorado pelos pesquisadores(as) quando se têm os colégios militares como objeto de investigação.
- Empenham-se em discutir detidamente os processos de construção da legalidade do referido modelo de escola, problematizando o surgimento e funcionamento dos colégios militares em relação às leis e diretrizes que gestam o sistema educacional brasileiro. Exploram e discutem a mobilização de argumentos jurídicos (projetos de lei e decretos) que buscam sustentar a apropriação das escolas públicas estaduais pela PM.
- Problematicam os discursos e argumentos dos interessados pela militarização (governo, secretaria de segurança pública, sociedade civil, políticos e

empresários), assinalando as contradições entre a propaganda e a realidade do processo.

- Abordam as tensões entre o projeto de militarização e os interesses da comunidade escolar, dos estudantes, dos profissionais da educação, de sindicatos e da sociedade, em geral.
- Discutem de modo suficiente os impactos sociais da cobrança ilegal das taxas, da exigência do fardamento e do caráter excludente impostos pelos critérios das condições de ingressos nas instituições.
- Realizam aproximações entre a realidade das escolas públicas estaduais e as escolas públicas estaduais administradas pela PM, apontando as contradições no que diz respeito a diferença de investimentos entre as instituições.
- Abordam veementemente questões de caráter pedagógico acerca do ensino e aprendizado. Nesse ínterim, a maioria dos estudos conclui que no ambiente dos colégios militares, não há condições de produção e manifestação do pensamento crítico, tanto por parte dos professores, tampouco em meio aos estudantes.
- Se debruçam sobre questões rotineiras dessas instituições, denunciando tensões produzidas a partir da lógica disciplinar da administração militarizada, apontando as condições que se desdobram em práticas autoritárias. Nesse ditame, os trabalhos destacam os pressupostos constitucionais acerca da gestão pública-civil da escola, da gratuidade da escola pública, do livre acesso, do papel social e dos aspectos democráticos da gestão escolar, como também dos parâmetros universais e democráticos de ensino e aprendizado.
- Se debruçam sobre a efetividade da responsabilidade do governo goiano na criação e expansão do modelo. Desse modo, buscam compreender os interesses políticos da militarização e seus desdobramentos.

Somos partidários da compreensão que a apropriação dessas produções possibilita, para aqueles que se interessam, fundamentação e objetividade indispensáveis para os esforços de oposição da massificação desse modelo de escola no estado. Pois, defendemos a tese que a “máquina propagandista” guiada pelos interessados na

militarização, e que mobiliza elementos de caráter político, ideológico e moral, acaba por se beneficiar de uma considerável receptividade da opinião pública pela militarização, se comparado a efetividade pública e social das pesquisas acadêmicas. Neste sentido, acordamos com Saddi (2018), na acepção que os debates de “fôlego” acabam sobrepujando o produto das investigações empíricas.

As conclusões parciais acerca dos estudos do processo de militarização nos impõem algumas questões. Em que medida tudo isso importa? Para quem esses apontamentos são efetivos? Qual a real efetividade das pesquisas perante o processo de militarização do ensino público em Goiás? São efetivas as contribuições dos pesquisadores(as) contra o avanço da militarização? Perdemos o debate?

De modo geral, essas questões devem-se ao fato de suspeitarmos que os pesquisadores tendem a se dirigirem ao objeto com certa “tensão”. O incômodo com questões rotineiras dos colégios militares é um fator que lhes apetece. As tensões sobre a dimensão pedagógica e disciplinar dessas instituições é uma constância nos discursos públicos daqueles que se debruam sobre a militarização. Em síntese, suspeitamos que o peso da experiência autoritária é um elemento que infere nas abordagens. Deste modo, ao remetermos aos aspectos do militarismo, o peso de uma experiência histórica relativamente recente poderia induzir à acepção que os colégios militares são puramente heranças da ditadura. No sentido metodológico, não logramos em “superar” o peso do passado autoritário que transparece condicionar as abordagens. Do mesmo modo, por mais que problematizar as questões rotineiras dessas instituições seja um trabalho imprescindível para podermos apreender os aspectos gerais do processo, é também preciso considerar que a rotina militarista dessas instituições não é a essência da militarização. Pois, a essência da militarização se dá em grande parte de modo sutil, e que não conseguimos captar por alguma razão (que pretendemos discutir).

De fato, os colégios militares se tornaram realidade não apenas em Goiás, mas o modelo também vem se consolidando em outros Estados da Federação. Assim, temos motivos concretos para estarmos convencidos de que a polícia conseguiu tomar conta de uma quantidade significativa de escolas estaduais. Não por menos, é evidente o empenho dos interessados pela militarização no objetivo de superar os números já alcançados. Tal acepção torna-se ainda mais desoladora quando nos parece que esse movimento não será interrompido. Igualmente, compreendermos a pertinência em continuarmos realizando esforços de modo a investigar, debater, produzir e pensar a questão. No entanto, mesmo diante desses esforços, segundo nosso entendimento, ainda não conseguimos

compreender a dinâmica da militarização de modo concreto. Assim, a percepção é que ainda estamos analisando o processo à luz dos “ideias” e das concepções educacionais, e mesmo que (produzindo) conhecimento empírico, acabamos por permanecer às margens da materialidade do objeto, donde toda a crítica parece estar “descolada” da experiência real das massas populares, ao mesmo tempo em que fundamentamos nossas considerações em valores acadêmicos, políticos e ideológicos, de modo que a forma de pensar o objeto não se conectam com os interesses objetivos dos indivíduos¹⁴⁵.

A este respeito, embora ainda não teorizada detidamente, as pesquisas indicam uma significativa aceitação de parte da sociedade goiana em vista da implementação dos colégios militares expressa por meio da opinião pública. Neste sentido, é preciso ir para além das tensões rotineiras das instituições. É necessário buscar poder compreender as motivações concretas que subsidiam o aceite de parte das massas populares pelo modelo, mesmo que o processo se dê em termos contraditórios.

Posto isto, a percepção é que a luta contra a intensificação indiscriminada da militarização da escola pública no estado, pelo menos no que diz respeito a efetividade do produto das pesquisas, transparece “estéril” diante do avanço e da consolidação do processo. Logo, conjecturamos que o intenso apelo afetivo de teor ideológico, quando mobilizado pela propaganda pró-militarização, que inclui a tecnologia discursiva de deslegitimação da escola pública, tem alcançado a opinião pública de forma afetiva e efetiva, sobrepujando as conclusões empíricas das investigações¹⁴⁶. Todavia, mesmo em plena concordância com as pesquisas (acerca dos aspectos negativos da militarização e das instituições oriundas do processo), contudo, entendemos ser preciso considerar que os colégios militares se apresentam com razão para alguns seguimentos das massas populares. E para nós, o aceite popular é o principal elemento que subsidia a legitimação e sustentação do processo. Assim, as discussões alargam-se, porém ainda de modo a não problematizar a efetividade das atribuições subjetivas de sentido daqueles sujeitos que aceitam ou precisam aceitar o produto da militarização, muito pelo fato de se encontrarem fatalmente submetidos a realidade dada pelas contradições entre o cotidiano da escola

¹⁴⁵ Esta leitura pode transparecer desoladora, pessimista, antiacadêmica e até mesmo reacionária. Contudo, adiantamos que o fundamento deste estudo pretende ser materialista. E especificar nossa concepção de materialismo será uma tarefa fundamental para os próximos capítulos.

¹⁴⁶ Não desconsiderando a luta dos professores e estudantes universitários ao lado dos secundaristas e da comunidade escolar. Nesse sentido, concebemos que até o momento os movimentos sociais foram a expressão mais concreta da luta contra a terceirização e militarização do ensino público goiano.

pública, e as urgências, os anseios, as lutas, instintos e paixões emergentes das condições de vida dos indivíduos.

Portanto, para nós é imperativo que se realize esforços no escopo de compreender a dinâmica das estratégias e dos limites das tentativas de legitimação do processo em presença da afetividade, dos interesses concretos e das subjetividades políticas das massas, pois, na materialidade da vida, são questões que extrapolam a militarização e da rotina dos colégios militares. Para isso, propomos não a superação da dinâmica predominante nas abordagens acerca do objeto, mas, uma mudança de ênfase, de enfoque.

Nesse esforço, objetivamos a aplicação de um instrumental que possa dar condições de acessarmos a materialidade da vida de algumas famílias que se relacionam diretamente com o objeto investigado. Como aporte teórico, nos debruçaremos sobre o que chamamos, por hora, de “materialismo sociológico” do anarquista russo Mikhail Bakunin (1014 – 1876). O produto desse esforço será a base de fundamentação para os próximos capítulos.

REFERÊNCIAS

BELLE, Helena Beatriz de Moura. **Escola de civismo e cidadania: ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás** / Helena Beatriz de Moura Belle. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, 2011.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?** / Leandra Augusta de Carvalho M. Cruz.—2017.

FERREIRA, N. S. R. “Gestão militar” da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.

_____. **Microfísica do Poder**. 24. ed. São Paulo: Edições Graal, 2007a.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

Gomes, Sandra Mara Batista. **O regime punitivo do educar: um olhar sobre a educação pública no Estado de Goiás** / Sandra Maria Batista Gomes.- Pontifícia

Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2016.

RIBEIRO, Renata Lopes da Silva. **Fundamentos e práticas do Colégio da Polícia Militar de Goiás: entre fardas, manuais e boletins** / Renata Lopes da Silva Ribeiro / Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2019.

SADDI, Rafael. **Teses e dissertações sobre os Colégios da Polícia Militar em Goiás.** Adunicentro Sindicato dos Docentes, 16 de maio de 2018. Disponível em: <
<https://www.facebook.com/adunicentro/posts/d41d8cd9/1267021166763327/>>
Acessado: 19 de julho de 2021.

SANTOS, Rafael José da Costa. **A militarização da escola pública em Goiás.** Dissertação (mestrado) —Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Goiânia, 2016.

SANTOS, Raimunda Delfino dos. **A genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia** / Raimunda Delfino dos Santos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2010.

SOUZA, Sirley Aparecida de. **Violências e Silenciamentos: a representação social do fenômeno bullying, entre jovens de uma escola militar em Goiânia** / Sirley Aparecida de Souza. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, MEPROS, Departamento de Educação, 2012.

ORALIDADE E HISTÓRIA “A SABEDORIA DOS GRIÔS” NO LIVRO DIDÁTICO BURITI MAIS HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

*Daniela da Silva Santos*¹⁴⁷

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de estudo o livro didático Buriti Mais História do 2º ano do Ensino fundamental. O propósito deste artigo é verificar a partir da lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, se consta no livro didático informações sobre a relevância da oralidade nas comunidades africanas para preservação da memória de seu povo, em especial sobre os griôs. Como referencial metodológico teórico será utilizado Amadou Hampâté Bâ. As análises prévias do material sugerem que houve uma maior abordagem de temas relativos à história africana após a lei, como a sabedoria dos griôs, proporcionando a ampliação de conhecimentos dos educandos na educação básica. Por outro lado, percebe-se que ainda prevalece visões eurocêntricas, como a referência apenas do termo griô e ausência de mulheres griôs no livro didático.

Palavras-chave: *Livro didático, Oralidade, Memória, Griôs.*

Introdução

O trabalho com a oralidade nos anos iniciais do ensino fundamental é de suma relevância no processo educativo, uma vez que permite aos educandos conhecer a herança cultural de outros povos. A oralidade transforma no único meio de compreensão a fundo dessa cultura, porque os educandos conseguem entender a importância que a oralidade tem para esse grupo, até mesmo na prática do dia a dia na escola, em pensar no sentido de comunicabilidade, a maioria das pessoas se comunicam pela oralidade, mesmo na vivência escolar os educandos fazem o seu devido uso, a diferença é que eles não precisam guardar as coisas como esses povos de tradição oral.

É necessário valorizar a tradição oral como método para transmitir conhecimentos entre gerações e para preservar a memória. Desse modo, a oralidade não assume só o sentido de contar história, de recordação, mas sim de reviver a memória, guardar a história daquele povo, por meio de sentimentos e não apenas uma recordação pura, mas de sentir a história em si por meio da oralidade, da transmissão cultural de maneira hereditária.

¹⁴⁷ Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Quirinópolis Goiás. Pós graduada em Cultura, Diversidade e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Quirinópolis Goiás. Mestranda em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Morrinhos Goiás. Email: dannyellasantos25@hotmail.com

Assim sendo, antes da cultura letrada a oralidade se fazia presente e continua sendo relevante. De acordo com Vansina:

A tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra. Suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão, na qual difere das fontes escritas. Devido à sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos. (2010, p. 140)

É importante a construção das noções iniciais de fonte histórica em sala de aula, para que os educandos percebam que, como qualquer outra pessoa, eles também produzem registros e utilizam materiais cotidianamente que podem ser usados como fontes que fazem parte da construção de conhecimento histórico, para que assim possam compreender a si mesmo como sujeitos históricos. A oralidade pode ser instrumento em sala de aula por meio de objetos da família, relato dos avós, relato de pais que remete a uma determinada memória.

É preciso que os educandos compreendam que cada sociedade produz memória, transmite saberes e tradições à sua maneira, que todas elas são legítimas. Dar ênfase aos griôs no ensino de história é essencial para colocar em prática a lei 10.639 que nos remete as temáticas relacionadas a História da África, visando ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Desse modo, a abordagem sobre esses povos permite compreender como se aprende e se ensina entre diferentes povos, valorizando a diversidade. Cabe ressaltar que através dessas tradições percebe-se que o conhecimento passa pela oralidade, antes mesmo da escrita, esses povos possuíam seus conhecimentos, preservados pela memória coletiva que está presente nas práticas e representações de cada cultura.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. [...] (HALBWACHS, 2013, p. 30).

A temática referente aos griôs no contexto escolar apresenta a relevância da tradição oral, da memória, para se entender a diversidade cultural, proporcionando atividades que desenvolvam práticas com a oralidade, para que assim as habilidades trazidas pela BNCC sejam cumpridas, como por exemplo uma delas: selecionar situações

cotidianas que remetam à percepção de mudança, pertencimento e memória, resultando assim em uma aprendizagem significativa.

A tradição oral deve ser valorizada assim como a escrita, dessa forma as atividades dos griôs são exemplos de fontes orais, sendo essencial para preservar as culturas africanas. Trazer esse assunto para a sala de aula é necessário para conhecer mais sobre esses contadores de história em comunidades africanas e compreender a importância das tradições orais através desses povos e, com isso, contribuir para uma educação antirracista.

Entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o principal veículo da herança cultural, durante muito tempo julgou-se que povos sem escrita eram povos sem cultura. Felizmente, esse conceito infundado começou a desmoronar após as duas últimas guerras, graças ao notável trabalho realizado por alguns dos grandes etnólogos do mundo inteiro. Hoje, a ação inovadora e corajosa da UNESCO levanta ainda um pouco mais o véu que cobre os tesouros do conhecimento transmitidos pela tradição oral, tesouros que pertencem ao patrimônio cultural de toda a humanidade. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 167 – 168).

Desse modo, é preciso inserir e problematizar as tradições orais no ambiente escolar com a mesma importância da cultura letrada, deve-se a esses estudiosos a desconstrução de que povos sem escrita, são povos sem cultura. A oralidade através desses povos os griôs, vieram para construir novos conhecimentos e nos mostrar a riqueza de saberes que possuem.

Proporcionar que os educandos tenham acesso as informações sobre o continente africano, através do modo de transmissão de conhecimento dos griôs, possibilitará a reflexão sobre a comunicação oral e o registro de memória. A valorização da tradição oral entre diferentes comunidades revela uma forma de preservar e exaltar a sabedoria ancestral e criar um laço entre a comunidade de ouvintes.

O livro didático apresenta a questão da oralidade como forma de pensar o ensino de História da África, através da temática sabedoria dos griôs, em que permite analisar, conhecer o legado do continente africano, buscando assim desconstruir estereótipos, preconceitos, deixando claro que a África têm cultura. Pode-se perceber que a referida lei 10.639 está sendo aplicada uma vez que está voltada para a pluralidade cultural.

Segundo o autor Amadou Hampâté Bá, os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro do homem, porque todo o saber era categorizado, armazenado, organizado na memória, por isso a tradição é viva, é carregada, a memória e cultura estão sempre se atualizando. Para ele, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima.

Pode-se verificar o quanto de sabedoria, conhecimentos esses povos, tidos como os guardiões da palavra possuíam.

Este trabalho pretende contribuir com os estudos que tratam da implementação da lei 10.639/03, mais propriamente com o conhecimento do modo como as temáticas africanas foram incluídas nos manuais didáticos, tendo como foco “A sabedoria dos griôs”. Articula-se este campo de estudos desenvolvido desde 2003 com as diretrizes constantes na BNCC, aprovada em 2017 e que estabelece conhecimentos, competências e habilidades, orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e, por essa via, se soma aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

O Desafio da inserção da história da África após a lei 10.639/2003

A lei 10.639/03 tornou obrigatória a inclusão de temáticas da história da África e da história e cultura afro-brasileira nos currículos do Ensino Fundamental e Médio das escolas brasileiras. No art. 26 A § 1º percebe-se que os conteúdos a serem trabalhados deverão dar ênfase à História da África e dos africanos e à cultura afro-brasileira, com a finalidade de resgatar a contribuição desses povos em diversas áreas na sociedade.

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

A inclusão da história africana e da cultura afrodescendente, demanda dos movimentos negros desde os anos 1970, também vem ao encontro do conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mais precisamente à defesa da tolerância e do respeito à diversidade como sendo tarefas fundamentais do ensino básico. Em 2008, a lei 11.645 reiterou a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira, incluindo também a história e cultura indígena.

Desse modo, a partir das modificações trazidas pela institucionalização da Lei 10.639/03, foram inseridos conteúdos sobre a História da África, tendo como finalidade apresentar o continente africano em sua diversidade e riqueza, desconstruindo tanto os estereótipos existentes quanto as visões distorcidas trazidas nos manuais didáticos anteriores à lei.

Diante desta nova legislação que adota uma pedagogia multicultural, é altamente relevante uma análise do ensino de história da África no discurso didático presente em manuais de ampla divulgação, de modo a verificar se antigos estereótipos e deturpações ainda se fazem presentes.

Os desafios são inúmeros tais como: falta de formação inicial e continuada sobre as temáticas da história da África e cultura afro brasileira, utilizar o manual didático como único recurso para se ensinar, nos anos iniciais 1º e 2º ano, geralmente tem como finalidade a alfabetização “Língua Portuguesa e Matemática” e acaba esquecendo as demais disciplinas, como a história.

Quanto de nós estudamos a África quando transitávamos pelos bancos das escolas? Quanto tiveram a disciplina História da África nos cursos de História? Quanto livros ou textos, lemos sobre a questão? Tirando as breves incursões pelos programas do National Geographic ou Discovery Channel, ou ainda pelas imagens chocantes de um mundo africano em agonia, da AIDS que se alastra, da fome que esmaga, das etnias que se enfrentam com grande violência ou dos safáris e animais exóticos, o que sabemos sobre a África? Paremos por aqui. Ou melhor, iniciemos tudo aqui. (OLIVA, 2003, p. 3).

De fato, cabe aos educadores em sua prática abordar sobre a história da África, ir além do que é trazido nos livros didáticos que muitas vezes é de forma fragmentada, com estereótipos, ou até mesmo prevalecendo o silêncio sobre o continente africano. Cada educador tem que ser um agente transformador, ver a África com outros olhos, com seu devido valor.

É preciso ações efetivas para que a lei realmente seja colocada em prática para a inclusão da história da África e cultura afro brasileira no currículo escolar, a temática racial não deve ser trabalhada somente em datas comemorativas como 20 de novembro por exemplo, mas todo o ano e não apenas na disciplina de história como em todas as disciplinas.

Pode-se dizer que houve uma maior abordagem sobre a temática relacionada com a história da África nos livros didáticos, mas os desafios ainda existem, percebe-se a presença de visões eurocêntricas, de conteúdos trazidos de maneira superficial, é preciso

reflexão, desconstrução de preconceitos, estereótipos para que a lei seja cumprida de forma eficiente.

O livro didático como ferramenta no ensino de história

Os livros didáticos são relevantes instrumentos pedagógicos usado como ferramenta no processo ensino-aprendizagem. De acordo com Bittencourt: “os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem” (BITTENCOURT, 2008, p. 295).

Pode-se verificar que os manuais didáticos são produtos de grupos sociais que difundiram identidades, tradições, culturas e valores. A partir do livro didático que constrói o que deve ser lembrado, ensinado, legado como memória às gerações futuras.

Sabe-se da relevância dos materiais didáticos no contexto escolar, já que os manuais interferem na formação dos educandos. Para a sua análise, é necessário promover uma reflexão que envolva uma série de questões desde a concepção, uso, produção didática, indústria cultural, formação do educador.

Dessa forma, os livros didáticos produzem o cultural, o político e o social. As memórias passam por processos de rememoração ou esquecimentos que resultam em fortalecimento de determinado grupo. Isso se dá por disputas de apropriações. O livro didático acaba sendo um dos meios de preservação de uma memória considerada como oficial.

Segundo Pierre Nora, estamos vivendo em uma época de desaceleração, em que tudo se transforma rapidamente. Desse modo, para não perdermos contato com o passado, devemos criar e nos apropriar de lugares que remetam à memória individual e coletiva. Segundo o autor:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações são naturais. (NORA, 1993, p. 13).

A memória está marcada por lembranças e esquecimentos, devido ao uso político acaba se tornando um campo de disputa. O conteúdo favorece a perpetuação da memória, em que há um processo de seleção do que deve ser ou não lembrado, sendo transportado como lugar de memória, podendo ser visto como um instrumento de poder.

É necessário pensar o contexto escolar como um espaço de construção de memória, o livro didático é um dos responsáveis pelo conhecimento histórico. Muitos tem uma visão equivocada ao acreditarem que o que é trazido pelo manual didático é a história única, correta. Cabe mencionar que a função do historiador como educador é esclarecer que o manual didático é uma parcela do conhecimento histórico e o que está contido nele foi a escolha de uma perspectiva ao abordar um assunto.

Ao se falar em livro didático, é preciso problematizar algumas questões, tais como: ideológicas, conceitos equivocados, preconceitos das diversas formas trazidas nos conteúdos nas épocas em que foram redigidos. É preciso verificar, ainda, se há ausência de temáticas que foram relevantes na história; se as “minorias” ou grupos oprimidos (às vezes majoritários na população) ficam a margem, aparecendo de forma superficial nesses materiais.

Percebe-se que os livros didáticos têm o papel de controle do ensino por parte dos governantes do Estado e classes dominantes. Nesta perspectiva, há toda uma preocupação sobre a produção, submetendo-a critérios de avaliações. Há, desse modo, interferência de diversos sujeitos na produção, circulação e consumo (BITTENCOURT, 2008, p. 298).

De fato, o livro didático acaba sendo um transmissor de valores, ideologias, proporcionando reproduções na historiografia, dando espaço apenas para fatos consagrados no ensino da história, uma dita visão eurocêntrica. Sendo assim, percebem-se ausências, visões distorcidas, estereótipos da temática da história da África, dentre outras.

Atualmente, os discursos dos textos didáticos têm sido analisados, havendo diversas críticas sobre os estereótipos acerca dos grupos étnicos. Há todo um processo de mudança. Vale ressaltar que o livro didático não dever ser o único material utilizado pelo educador. É preciso buscar outros meios para obter uma formação qualificada para mediar os conteúdos.

O livro didático é visto como um produto da indústria cultural, como uma mercadoria. As editoras oferecem mecanismos para atrair os educadores. Porém, nota-se que o problema sobre os conteúdos históricos são as reproduções, as simplificações e certas representações.

Cabe ressaltar a necessidade de uma reflexão sobre o livro didático, pois é, frequentemente, a partir dele que o educando elabora o seu conhecimento sobre si mesmo e sobre outros povos. Nessa perspectiva, os manuais didáticos envolvem construções de

identidades coletivas e alteridades, mas também podem reiterar preconceitos. O livro didático é também um produto comercial, inserido em políticas públicas de educação nacional. Trazem, portanto, ideologias do tempo em que são produzidos.

Segundo Chartier, não existem discursos neutros, uma vez que os grupos ou pessoas responsáveis pela escrita, edição e impressão dos livros (aqui, especificamente, os didáticos) veiculam – e mesmo impõem –propositalmente como verdades as suas posições políticas, econômicas, sociais e culturais, com a finalidade de serem absorvidas e assimiladas pelo público alvo. Nas palavras de Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (1988, p. 17).

O livro didático é uma ferramenta que contém representações oficiais e dos grupos dominantes e que, assim, visa construir uma hegemonia cultural em torno das visões de mundo desses grupos e, em última instância, a manutenção dos seus valores. Sendo assim, torna-se necessária uma reflexão crítica sobre os conteúdos e as visões de mundo veiculadas nos livros didáticos.

Dessa forma, por ser o recurso mais utilizado pelos professores no ambiente escolar, percebe-se assim diversas críticas em relação aos conteúdos, como a representação dos negros como aptos apenas aos trabalhos braçais, ao machismo, que põem as mulheres em segundo plano, a presença de visões eurocêntricas.

Portanto, as críticas são fundamentais, pois resultam em mudanças na forma da abordagem dos conteúdos, uma vez que os livros didáticos proporcionam construir representações sociais que são tidas como verdade e que influenciam comportamentos e opiniões.

Análise do livro didático Buriti Mais História do 2º ano Ensino Fundamental Anos Iniciais sobre os Griôs

O livro didático Buriti Mais História 2º ano Ensino Fundamental Anos Iniciais é uma obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. Editora responsável Lucimara Regina de Souza Vasconcelos. A presente obra está de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sobre a estrutura do livro, está dividido em 4 unidades cada um contendo 4 capítulos. O referido livro didático é utilizado nas escolas da rede municipal de Querência/MT¹⁴⁸. O foco deste trabalho é a unidade 3 Marcas da história, capítulo 1 Memória e história, em especial o texto “Para ler e escrever melhor referente a sabedoria dos griôs”.

É fundamental a apresentação de conceitos em relação a memória, as fontes históricas, aos tipos de fontes nos anos iniciais, pois permite aos educandos desde cedo compreender que o historiador pode trabalhar com a diversidade de fontes, resultando em informações valiosas no processo da construção do conhecimento.

Cabe ressaltar que essa temática inserida no capítulo referente a memória e história, é relevante pois a partir dos tipos de fontes, destaca as fontes orais e como exemplo dessa, a sabedoria dos griôs, percebe-se que há uma finalidade de tornar a aprendizagem significativa, trazendo uma atividade estimulando a contação de história, uma pesquisa sobre costumes e saberes do cotidiano do educando que tenham origem africana, descrever e registrar a história que o educando descobriu e contar na sala de aula as descobertas da maneira como lembrar, sem consultar o caderno do mesmo modo como os griôs fazem.

No que concerne aos griôs, é apresentado no livro didático um breve texto que os descreve como contadores de histórias que tem papel relevante na preservação da memória de seu povo. No primeiro momento menciona sobre quem eram esses povos e o que tinham de essencial, como argumentos destacados:

Muitos povos da África transmitiam os conhecimentos de uma geração a outra por meio da tradição oral. Em determinadas sociedades africanas, a palavra, nas histórias ou nos cantos, é essencial. É por meio da palavra que temos contato com diferentes saberes e criamos histórias. (BURITI MAIS HISTÓRIA, 2017, p. 74)

Pode-se perceber que o conteúdo abordado no livro didático contempla a lei 10.639, uma vez que insere a África, contribuindo assim para a construção de um conhecimento sem estereótipos, mostrando que África possui história, cultura e deve ser valorizada no ensino de história como nas demais disciplinas.

¹⁴⁸ O motivo da escolha do referido manual didático Buriti Mais História, deve-se ao fato de ser utilizado na rede municipal de Querência/MT, município que atuo como docente.

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África. (HAMPATÉ BÂ 2010, p. 167).

No decorrer do texto é mencionado que as pessoas mais velhas eram e ainda são nessas culturas, muito respeitadas. Pois com suas experiências de vida, elas contribuem para preservar as tradições e as memórias de seu povo. Segundo o livro didático: “Em algumas sociedades africanas, a sabedoria antiga era transmitida às gerações mais novas por meio dos griôs. A palavra griô significa “contador de histórias”. (BURITI MAIS HISTÓRIA, 2011, p. 74)

No que tange a questão da definição do termo griô, pode-se verificar que mencionou de uma forma superficial, não abordou os diferentes tipos e nem a existência de mulheres griôs, uma vez que elas existem e trazem muita maestria em vários aspectos. Dessa forma, é preciso mostrar que existem diferentes mulheres em diferentes épocas, essas diferenças não devem ser entendidas como sinônimo de desigualdade e sim destacar que existem vários povos, línguas diferentes, que diferente não equivale ao desigual.

Dessa forma, é preciso ressaltar que existem diversas categorias para conhecer melhor os griôs, pois estes são considerados a prova viva da força da tradição oral entre os povos africanos. Tidos como contadores de histórias, os guardiões da palavra, são responsáveis por transmitir os mitos, técnicas, tradições de uma geração para outra. O autor Hampaté Ba apresenta em seu texto “Tradição viva” as categorias:

Sempre se supôs – erroneamente – que os *griots* fossem os únicos “tradicionalistas” possíveis. Mas quem são eles? Classificam-se em três categorias: • os *griots musicos*, que tocam qualquer instrumento (monocórdio, guitarra, cora, tantã, etc.). Normalmente são excelentes cantores, preservadores, transmissores da música antiga e, além disso, compositores. • os *griots “embaixadores”* e cortesãos, responsáveis pela mediação entre as grandes famílias em caso de desavenças. Estão sempre ligados a uma família nobre ou real, às vezes a uma única pessoa. • os *griots genealogistas*, historiadores ou poetas (ou os três ao mesmo tempo), que em geral são igualmente contadores de história e grandes viajantes, não necessariamente ligados a uma família. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 193).

Nesse direcionamento pode-se destacar que a temática presente no livro didático referente ao griôs deixa a desejar em alguns aspectos. Assim sendo, é preciso olhar com

mais cuidado os conceitos de representação e apropriação trazidos pelo livro didático, cabendo aos educadores fazer as suas devidas intervenções, não usando o manual didático como único recurso em sala de aula. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1988, p. 17).

É mencionado no livro didático essa importância dos griôs, na medida que destaca que os griôs ensinam os conhecimentos tradicionais de seu povo contando histórias e cantando. A partir daí, eles mantêm vivas as lendas e histórias que explicam as origens familiares, os eventos do cotidiano e os fenômenos da natureza.

Desse modo, nas sociedades orais a ligação entre o homem e a palavra é mais forte. Nas tradições africanas a palavra tem um valor moral, um caráter sagrado, concebe a fala com um dom de Deus, preza o respeito e a herança ancestral, conserva a memória coletiva.

Outro ponto destacado no livro didático foi sobre a atividade dos griôs que foi recriada no Brasil com base nas tradições de origem africana. “Nos dias atuais, os griôs representam a importância de preservar os saberes tradicionais e as heranças culturais africanas”. (BURITI MAIS HISTÓRIA, 2011, p. 14). Cabe destacar que apresentou algumas imagens “Kora e balafo” que são instrumentos musicais criados na costa ocidental africana e utilizados pelos griôs.

Como sugestões de atividade, apresentou “História Oral, um desafio”, propondo uma brincadeira do telefone sem fio, em roda, sussurrar uma frase no ouvido de um educando que deverá sussurrá-la no ouvido do outro seguinte, até chegar ao último da roda, que terá de dizer a frase em voz alta. Destaca que é muito provável que a frase final seja diferente da frase original. A partir dessa brincadeira, sugere uma conversa com os educandos sobre as dificuldades de transmissão oral de conhecimentos e o que isso implica no trabalho do historiador com esse tipo de fonte. É preciso por parte do educador que explique que os historiadores tem de analisar com cuidado os relatos orais, de modo a tentar compreender as transformações pelas quais as histórias que são contadas podem ter passado ao longo do tempo.

Após a análise do livro didático percebe-se a relevância em trazer para sala de aula essa referida temática, que por meio de atividades propõe uma reflexão a cerca desse conteúdo, uma vez que a inserção da história da África, da cultura afro brasileira é importante para a desconstrução de estereótipos, preconceitos, visões equivocadas.

Verifica-se com essa temática a finalidade em propor exercícios de transmissão oral de histórias que retratam costumes, saberes africanos que fazem parte do dia a dia do educando, para que assim possam conhecer o modo de transmissão de conhecimento pelos griôs e reflitam sobre a comunicação oral e o registro de memória.

Pode-se dizer que muito ainda deve ser feito pois prevalece visões eurocêntricas, como no uso da palavra griôs imposta colonialmente, por derivar da transliteração francesa “guiriot” da palavra portuguesa “criado” ou “servo”, não destacou o outro termo que era comum entre eles “Djeli” (Jéli ou Djéli) palavra encontrada na África Malinké (Mandengue), para os Mande esse termo refere-se a sangue, pois eles circulavam pela sociedade tal como sangue, levando a palavra, de fato na África um griô nasce griô, porque descende de uma linhagem de griôs, vem de sangue. Cabe destacar que em cada região africana, os mestres e mestras recebem nomes diferentes.

Portanto, não basta apenas incluir a temática referente a história da África de forma superficial mas é preciso desconstruir totalmente as visões eurocêntricas que de certa forma estão presentes nos livros didáticos, para assim construir novos conhecimentos que dê espaço para figuras ausentes, como no caso da parte analisada as mulheres griôs, que também são importantes na transmissão de conhecimentos.

Considerações finais

Diante do exposto, pode-se concluir que mesmo diante de um avanço após a promulgação da lei 10.639/03, ainda existem inúmeros desafios. É preciso desconstruir estereótipos, visões eurocêntricas e construir novos conhecimentos sobre o continente africano. Trazer para a sala de aula temáticas referentes a história da África e a cultura afro brasileira, como a sabedoria dos griôs, é um grande passo para construir conhecimentos sem discriminação. Não basta apenas apresentar os conceitos, mas mostrar a importância das diversas fontes, dentre elas a fonte oral e como parte desta a sabedora dos griôs, em que se pode perceber a importância da oralidade para a manutenção da história da África. Muitos educandos ainda possuem uma visão negativa sobre a África, prevalecendo uma visão superficial, fragmentada e incompleta sobre a importância do legado africano. Cabe destacar que a história africana é rica, diversificada e heterogênea, o que reflete na própria historicidade dos descendentes africanos no Brasil. É importante que esse processo comece nos anos iniciais, respeitando a diversidade cultural, estudando a história da África e a cultura afro brasileira que mesmo sendo

obrigatório, ainda deixa a desejar. É preciso que nos anos iniciais os educadores trabalhem com essas temáticas, pois alfabetização é a base, deve-se assim estudar sobre as relações étnicas de maneira aprofundada. É necessário que o educador em sua formação estude, conheça, atualize, sobre essa temática, para que assim possa em sua prática ter conhecimento o suficiente para desconstruir as visões eurocêntricas trazidas nos livros didáticos. Que os educadores tenham como prática a contação de histórias, uma vez que esta permite reconstruir saberes, valorizando a cultura afro brasileira. Trata-se, também, de um passo importante no esforço de descolonizar o ensino da história na educação básica, superando a perspectiva eurocêntrica – vigente ainda hoje – por uma perspectiva multicultural. Para tanto, relevante trazer para os livros didáticos as contribuições dos historiadores africanos e africanistas da época da descolonização – presentes na coleção *História Geral da África* (UNESCO). Somente assim será possível garantir uma formação consistente e desmistificadora dos preconceitos concernentes à África e aos africanos.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. Tradição Viva. In: *História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África*. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 167-212.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm acesso em 24/07/2021

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares, *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, 1993. p. 7 – 28.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A História da África nos Bancos Escolares*. Representações e Imprecisões na Literatura Didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n. 3, 2003.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: *História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África*. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 139-166.

Livro didático/Fonte

Buriti Mais: História/Organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Lucimara Regina de Souza Vasconcelos. – 1 ed. São Paulo: Moderna, 2017. Obra em 5 v. do 1º ao 5º ano. (p. 74 e 75).

GÊNERO, UTOPIA E FANTASIA: MULHERES ENGENDRANDO MUNDOS (IM)POSSÍVEIS ATRAVÉS DA LITERATURA FANTÁSTICA NO BRASIL ENTRE O SÉCULO XIX E XX

*Danielle Moreira dos Santos*¹⁴⁹

RESUMO: A maneira como a História da literatura no Brasil foi escrita, promoveu o silenciamento de determinados gêneros literários e modalidades de escrita. Trilhando um caminho parecido, a História política também corroborou fortemente para o apagamento epistemológico de determinados sujeitos e práticas. Além disso, a visão de uma história que enaltece a racionalidade humana e que contempla apenas uma realidade puramente objetiva promoveu a depreciação de temas que se aproximam de questões relativas aos sentimentos, sonhos e fantasias. Pensando em aproximar esses “esquecimentos” e “negligências” historiográficas, me debruço sobre os romances *Rainha do Ignoto* (1899), *Vossa excelência, a presidente da República no ano de 2500* (1929) e o conto *Sonho do Pracinha* (1954). As obras, respectivamente, publicadas por Emília de Freitas, Adalzir Bittencourt e Ada Curado, no auxiliam a perceber as potencialidades da literatura como fonte história e instrumento de intervenção na realidade social e política. Nesse sentido, esse trabalho se propõe a resgatar essas vozes, analisando a atuação política e literária dessas escritoras brasileiras, dentro de uma ótica das relações gênero, a partir de teóricas como Joan Scott e Judith Butler, dialogando também com o conceito de utopia do filósofo Ernest Bloch.

Palavras chaves: *Gênero, política, fantasia, literatura brasileira.*

GÊNERO NA HISTÓRIA E LITERATURA.

A despeito de discursos e práticas que, historicamente, insistiram em inibir a aproximação entre mulheres e escrita, vários foram os nomes de escritoras brasileiras que, desde o século XIX, ousaram em produzir textos. A defesa do direito a palavra escrita, por parte das mulheres, esbarrou em obstáculos como a dificuldade de acesso à alfabetização. A educação formal das mulheres, inicialmente pautada em questões puramente morais e preparação para casamento, avançou vagarosamente ao longo do século XIX e contou com o empenho de mulheres da elite que fundaram jornais que defendiam também uma “emancipação intelectual da mulher”.

Nesse contexto, de publicação de periódicos e debates sobre “o papel da mulher”, a escrita se tornou uma poderosa ferramenta de atuação das mulheres por todo o Brasil,

¹⁴⁹ Doutoranda em História pelo PPGH/UFG. Membro do GEPEG/UFG.

inclusive em Goiás, como pude analisar durante meu mestrado. A escrita das mulheres sempre foi algo visto como mera distração, um processo íntimo ou uma simples aventura do espírito descomprometida com padrões estéticos formais significativos ou desprovida de temáticas políticas relevantes, já a literatura enquanto profissão era uma prática destinada aos homens (TAYASSU, 2015). Isso corroborou para que o cânone literário colocasse inúmeras escritoras no silêncio, diminuindo a importância e o valor de suas produções e interferindo na construção da identidade dessas escritoras, uma vez que, “na modernidade, a institucionalização da função autoral, como sustentáculo da autoridade literária, sempre esteve associada à identidade do autor, lugar da prerrogativa masculina de exercitar o dom da palavra” (SCHMIDT, 2008, p.56).

Nessa pesquisa o meu olhar sobre o passado é orientado pelas concepções teóricas das relações de gênero. Problematizo os cânones literários e historiográficos excludentes e busco resgatar a atuação política dessas mulheres através da literatura. Para analisar esse campo histórico e literário recorri a dimensão sexual e de gênero, a partir de autoras como Joan Scott e Judith Butler, por considerar que as relações de gênero são aparatos teóricos e metodológicos indispensáveis para compreensão da construção de subjetividades políticas e do pagamento epistemológico das mulheres.

O campo da literatura engaja a criatividade, revitalizando a nossa capacidade inventiva de elaborar simbolicamente a realidade, mas também nos coloca o desafio do embate de valores e princípios que dizem respeito às maneiras como os diversos segmentos sociais inventam e criam suas realidades, dispondo de experiências na projeção de seu devir histórico. A literatura é esse território inquietante e instigador que expressa em suas formas os matizes dos conflitos, das tensões e das diferenças que nos constituem como a comunidade imaginada da nação (SCHMIDT, 2008 p.59).

Como qualquer escrita, as produções femininas, independente de pretensões públicas e profissionais, é um fenômeno marcado por relações de poder, condições sociais, culturais, econômicas, linguísticas e geopolíticas, o que transforma esses textos em valiosas fontes documentais que ajudam historiadoras e historiadores das relações de gênero, empenhadas a reescrever a história da literatura e da atuação política das mulheres. No início do século XX, com os efeitos da conjuntura mundial de conflitos, as eventuais fronteiras tradicionais entre o mundo público e o mundo privado foram sendo gradativamente desfeitas e resinificadas. Com a maior participação das mulheres em

atividades externas ao ambiente doméstico, como mercado de trabalho e ensino superior, cresceu o interesse das escritoras em repensar esse mundo que se abria para elas com uma intensidade antes não experimentada.

Essa pesquisa contempla as escritoras Emília de Freitas (1855-1908), Adalzira Bittencourt (1904-1976) e Ada Curado (1916-1999). Essas mulheres foram muito mais que escritoras, o engajamento delas não se limitou a literatura. A cearense Emília de Freitas, seguiu as ideias liberais e republicanas de seu pai, o coronel Antônio José de Freitas. Se posicionou contrária a escravidão, usando sua escrita para expressar seu abolicionismo, pelo qual ficou conhecida como “poetisa dos escravos”. Ela viveu em uma época em que “as ideias científicas pululavam na capital da província cearense, adquirindo destaque não apenas intelectual, mas também servindo de suporte para a consolidação de concepções e de certa “leitura do mundo” realizada por intelectuais, por estudantes e por políticos” (OLIVEIRA, 2007, p. 84). A jovem Emília seguia a doutrina espírita, foi professora, colaborou em vários jornais e mudou-se várias vezes, chegando a viver em diferentes cidades do Nordeste e em Manaus, onde se casou.

Diferente de Emília, que se casou, não consta nenhuma menção a marido ou filhos nos documentos sobre a vida pessoal de Adalzira. O seu estado civil, provavelmente, lhe possibilitou ter uma vida política muito mais intensa, o que pode ser reforçado quando analisamos as várias ações e projetos desenvolvidos por essa paulista de Bragança Paulista. Ela se formou em direito em uma época que pouquíssimas eram as mulheres que concluíam o curso superior. Adalzira fundou também seu próprio jornal *Miosótis* em Piracicaba, publicou em outros periódicos como o *Jornal do Brasil* (1950-1959) e a *Revista Feminina* (1915-1936).

Pouco sobre sua vida familiar e amorosa foi levantado nas biografias consultadas¹⁵⁰, mas sabe-se que Adalzira viajou pela América, Europa e Ásia, atuou também como educadora, escreveu *Mulheres e Livros* (1948), *A mulher paulista na história* (1954), *Dicionário biobibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil* (1969/1970). Abraçou os princípios e valores da modernidade Varguista e esteve diretamente envolvida com projetos voltados para o cuidado com a infância e

¹⁵⁰ Foram consultados páginas, arquivos e textos online como a *Biblioteca digital de Literatura de Países Lusófonos* <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/>; *O dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade* de Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, além do material *As mensagens: Primeiras escritoras do Brasil*, produzido pela Secretária de comunicação social da Câmara dos deputados em 2018, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/lixeria/as-mensageiras-primeiras-escritoras-do-brasil>. Fizemos também alguns levantamos no site do Cartório Bragança <https://www.cartoriobraganca.com.br/framework.asp>.

órfãos, criando, inclusive, uma instituição chamada *Lar das Crianças* (1930). Foi integrante extraoficial de comissões governamentais durante a ditadura de Getúlio Vargas entre 1937 e 1945. Adalzira foi professora em Buenos Aires e organizou a Biblioteca Femininas de Letras no Rio de Janeiro.

Ada Curado foi uma grande incentivadora das “Letras femininas” no interior do Brasil, ajudando a fundar a *Academia Feminina de Artes e Leras de Goiás* (AFLAG), em Goiânia, na década de 1970. Ela também participou da *União Brasileira de Escritores de Goiás* e da *Associação Goiana de Imprensa*. Ada investiu em seus talentos e criatividade, estudou inglês e aprendeu piano no conservatório de música da UFG. Ada também foi homenageada pela antiga Associação Brasileira de Escritores de Goiás¹⁵¹ e em 1954, ela foi convidada para o *Primeiro Congresso Nacional de Intelectuais* em Goiânia e foi convidada para a *Conferência latino-americana de mulheres*, conforme consta nos jornais cariocas da época.

LITERATURA FANTÁSTICA COMO FONTE

As obras dessas autoras dialogam com o contexto de publicação. No Brasil os efeitos das transformações urbanas e políticas, ainda nos anos finais do século XIX, foram sintetizadas no romance “*A rainha do ignoto*” de Emília de Freitas, escrito em 1899. Essa obra que permaneceu esquecida e ignorada pela crítica até o final do século XX, é considerada o primeiro romance de autoria feminina do Ceará (OLIVEIRA, 2007). O romance de características góticas e fantásticas tem como questão primordial a “condição feminina”, Emília descreve uma sociedade secreta localizada em uma ilha no Ceará, composta apenas por mulheres, recrutadas e lideradas por uma rainha misteriosa, o objetivo dessas mulheres é socorrer e amparar outras mulheres que padecem por razões diversas em todo o país.

Anos mais tarde, em 1929, diante de uma euforia modernizante e em meio a conjuntura política de alianças entre paulistas e mineiros, Adalzira Bittencourt escreveu o romance “*Vossa excelência, a presidente da República no ano de 2500*”. Novamente, temos uma figura feminina em um posto de comando, dessa vez a liderança é exercida

¹⁵¹ Criado por lei no fim da década de 1970 e entregue pela primeira vez à poetisa Cora Coralina em 1980, o Troféu Jaburu, escultura em bronze de autoria da artista Neuza Moraes, é a mais distinta comenda que o Governo de Goiás concede aos nomes e valores da cultura goiana (<http://www.goias.gov.br/noticias/26931-entrega-do-trofeu-jaburu-2016-sera-nesta-quinta.html>).

por uma presidente, a primeira presidente do Brasil. Nesse país do futuro a Dra. Mariângela de Albuquerque, médica e advogada¹⁵² lidera a nação. Após descrever detalhadamente como é esse Brasil e o povo brasileiro no ano de 2500, a trama se desenrola em torno dessa personagem que se vê diante de um conflito pessoal, ela precisa tomar uma decisão que coloca em choque seus sentimentos enquanto “mulher” e seus deveres políticos enquanto presidente. Alinhada com o projeto político da época em que foi escrita, a narrativa de Bittencourt foi marcada por princípios eugenistas e feministas. Na mesma época, foi lançado o livro, *O presidente negro* ou o choque das raças (romance americano do ano 2228), de autoria de Monteiro Lobato. Essa obra recebeu mais atenção da crítica e do público do que a obra de Adalzir, apesar de que ambos os textos serem romances utópicos recheados de preconceitos oriundos das doutrinas finais do século XIX sobre raça e sexualidade (QUINLAN; SHARPE; 1996).

O interior do país não permaneceu alheio as mudanças suscitadas pelo avanço da urbanização, aumento do consumo e o desenvolvimento tecnológico. E foi mergulhada na efervescências política desses “anos dourado” que a escritora Ada Curado, produziu em 1954, em Goiás, o conto “*Sonho do pracinha*”. Nesse texto, Ada narra o sonho de um soldado mutilado pela guerra que acorda em um hospital após sonhar com um lugar maravilhoso. Em seu sonho, João estava desertando do campo de batalha quando se depara com uma cidade misteriosa onde a população vive de maneira pacífica e harmoniosa, onde a guerra é assunto apenas para os livros de história. Nessa cidade idílica, o soldado João é acolhido pela população se apaixona por uma das personagens moradoras dessa cidade se surpreende ao descobrir que na verdade ele foi transportado para uma cidade brasileira do futuro. Nesse Brasil do século 40, o sistema político e as instituições democráticas funcionavam perfeitamente para garantir a felicidade e o bem-estar de todos, a cultura é valorizada e ninguém passa fome ou necessidade, ao tentar sair da cidade para contar ao mundo sobre sua preciosa descoberta, o soldado acorda no hospital, completamente transtornado, possivelmente, pelos efeitos psicológicos da guerra.

¹⁵² No Brasil, as mulheres só foram autorizadas legalmente a ingressar no ensino superior, após 1879. Antes da autorização do Ato do Imperador, aquelas que desejavam conquistar uma graduação, faziam isso fora do país, como foi o caso de Maria Augusta Generosa e Josefa Agueda Felisberta Mercedes Oliveira que estudaram medicina nos EUA e chegaram a fundar um jornal em Nova Iorque, intitulado “A mulher”, em 1874. Mas a primeira mulher a se formar em medicina no Brasil foi Rita Lopes, em 1887, na Faculdade de Medicina da Bahia. Já a primeira advogada foi Mirthes Campos, ela não teria sido a primeira a se formar, mas foi a primeira a conseguir exercer a profissão de advogada. Mirthes escreveu várias obras em defesa dos direitos políticos femininos.

Essas obras têm em comum não apenas o fato de abordarem questões políticas inerentes aos anos finais do século XIX e início do século XX, ou terem sido escrita por escritoras, em um espaço de 50 anos, em diferentes regiões do Brasil. Também não se aproximam apenas pelo fato de terem sido esquecidas pelo cânone. O que mais me chamou atenção foi o fato dessas obras, bem como suas respectivas autoras, se envolverem com o que podemos chamar de literatura fantástica ou especulativa. Esse tipo de literatura, que nem sempre é considerado como gênero literário¹⁵³, foge de dicotomias como natural e sobrenatural, lucidez e loucura, razão e desrazão, essa literatura perturba todos os pontos de referência, ao contrário dos mitos fundadores de sentido, a literatura fantástica desestabiliza o sentido, escava e aprofunda a realidade (CAMARANI, 2014).

Essas narrativas que englobam os dois romances e o conto, podem ser analisadas como um tipo de arte que torna a criação imaginativa uma maneira pela qual os leitores e leitoras observam e experimentam a própria realidade de maneira renovada. Essas narrativas especulativas, que contemplam textos de ficção científica, fantasia e horror, esboçam uma realidade alternativa que é, ao mesmo tempo, familiar e estranha aos leitores. E é nessa ruptura da familiaridade que pode surgir novas percepções da realidade que encontram na ideia de utopia um dos seus pilares.

UTOPIAS SUBSIDIAM A HISTÓRIA

Nessa pesquisa, além de refletir rapidamente sobre as bases dessa noção de literatura fantástica, também me atentei para as considerações de Ernst Bloch¹⁵⁴, sobre a utopia, uma vez que, do entendemos que “a utopia, carregada de historicidade, ampara a realização de subjetividades múltiplas, que, coletivamente, encontram cenários para se inscreverem” (FREDRIGO, 2021, p.12). Bloch explica que “a arte como um todo mostra-se repleta de manifestações que se tornam símbolo da perfeição impulsionada para um fim de essência utópica” (2005, p.24), nesse sentido Ada Curado, Adalzira Bittencourt e Emília de Freitas foram escritoras que produziram dentro dos limites de sua época, ao

¹⁵³ Remo Cesarani é um autor que defende que essa literatura seja tomada como “um modo” literário, do que como um gênero, como defende Tzvetan Todorov. Segundo ele, essa modalidade “teve raízes históricas precisas e se situou historicamente em alguns gêneros e subgêneros, mas que pode ser utilizado – e continua a ser, com maior ou menor evidência e capacidade criativa – em obras pertencentes a gêneros muito diversos” (CESERANI, 2006, p.12). Assim a literatura fantástica como sinônimo de “fantasia”, nos coloca diante de uma imensidão de obras, impossibilitando sua delimitação dentro de um gênero específico apenas.

¹⁵⁴ Ernst Bloch nasceu em Ludwigshafen em 1885 e faleceu em Tübingen, onde era professor de filosofia, em 1977 aos 92 anos de idade. Escreveu O princípio esperança entre 1938 e 1947 quando estava exilado nos EUA.

mesmo tempo em que ousaram extrapolar essas fronteiras do espaço e do tempo, confrontando seu público leitor com um estranhamento, um incômodo ou hesitação, como destaca Todorov.

As reflexões sobre os limites da realidade são debatidas por pesquisadores no campo da história, da arte e da filosofia, como Ernst Bloch que nega a proposição de que a realidade seja algo absoluto e estável¹⁵⁵ e elabora uma definição de real que é bastante interessante e pertinente para nosso trabalho. Segundo ele “o real é processo e processo é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível” (BLOCH, 2005, p.194). Nesse caso, as utopias fantásticas engendradas por mulheres no passado são o objeto da minha pesquisa de doutorado. Além dos textos me debruço também sobre alguns jornais e revistas¹⁵⁶ que circulavam no período para refletir sobre os discursos e práticas que estruturam essas narrativas, aparentemente, irrealizáveis.

Os textos fantásticos mantem uma relação peculiar com seu exterior, dessa forma estabelecemos a noção de fantasia como um discurso que estabelece uma relação intertextual com esse outro discurso que é a realidade (ROAS, 2014). “O fantástico explora o espaço do interior; tem muito que ver com a imaginação, a angústia de viver e a esperança de salvação” (SCHNEIDER apud TODOROV, 2003, p.21).

Nossas autoras, politicamente engajadas com as questões políticas e sociais de sua época, atuaram em jornais, fundaram agremiações, condenaram práticas como a exclusão política das mulheres, e fizeram isso através da literatura não realista. Elas se dedicaram a um tipo de literatura que se distanciou da literatura “considerada adequada” para o público feminino, como os folhetins e romances “pedagógicos”. Com olhos no horizonte do futuro, essas mulheres idealizaram suas sociedades, algumas delas,

¹⁵⁵ “Chegou a hora de um novo conceito de realidade, diferente do conceito tacanho e enrijecido da segunda metade do século XIX, diferente do conceito do positivismo avesso ao processo e também do seu correspondente: o mundo ideal descompromissado da pura aparência. Um enrijecido conceito de realidade por vezes penetrou até no marxismo, fazendo com que ele se tornasse esquemático. Não é suficiente falar de um processo dialético, e depois tratar a história como uma série de fatos fixos que sucedem um ao outro ou ainda como “totalidade fechadas” (BLOCH, 2005, p. 196).

¹⁵⁶ Disponíveis na HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA¹⁵⁶ também compõem o acervo de fontes dessa pesquisa. Esse projeto desenvolvido pela Fundação Biblioteca Nacional é reconhecido pelo Ministério da ciência e tecnologia e tem o apoio financeiro da financiadora de estudos e projetos – FINEP, que viabilizou a compra dos equipamentos necessários e a contratação de pessoal foi reconhecida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e tem o apoio financeiro da financiadora de estudos e projetos – FINEP, o que tornou possível a compra dos equipamentos necessários e a contratação de pessoal. Em um contexto que em os financiamentos de pesquisa, que poderiam possibilitam deslocamentos para consulta em arquivos locais, são cada vez mais escassos, e ao mesmo tempo, considerando a pandemia da COVID-19, esses caminhos tecnológicos foram fundamentais para a continuação da pesquisa.

inclusive, governadas exclusivamente por mulheres, misturando ficção, fantasia, ficção científica, sonho e misticismo.

A imaginação humana [...] brinca com os limites que os cientistas sociais estabelecem: o campo da economia nunca se refere apenas a satisfazer as necessidades básicas, o da política nunca se refere apenas às lutas entre atores com interesses próprios racionalmente motivados. Esses domínios também recebem interferências de projeções fantasmagóricas que mobilizam desejos individuais em identificações coletivas (SCOTT, 2019, p.16).

Ao lidarem com essas categorias nossas autoras se encontraram ainda mais distante do cânone, suas obras foram sistematicamente excluídas da noção de literatura como ferramenta política para construção de identidades políticas, uma vez que lidavam de questões “não realistas”. Isso afundou nossas autoras em um limbo literário, do que essa pesquisa pretende retirá-las.

A falta de conhecimento da importância dessa literatura ocorreu em razão de parâmetros canônicos excludente que colocam apenas escritores homens e heterossexuais como aptos a ocupar lugares de prestígio e poder no universo das artes. Por outro lado, a busca por uma identidade nacional, ao longo da segunda metade do século XIX, supostamente reforçou o desprezo pela literatura fantástica e favoreceu as narrativas realistas e de autoria masculina, que se tornaram célebres através de escritores como Machado de Assis e José de Alencar, produtores de experiência narrativas moralizantes, que reforçavam papéis de gênero e, supostamente, refletiam de maneira mais adequada a realidade social e política do país. Conforme explica Júlio Jeha (2001), com o surgimento da filosofia clássica e o desenvolvimento do iluminismo, os mitos e lendas foram rebaixados a um patamar inferior dentro do cenário epistemologia Ocidental moderno e a teoria crítica literária não passou ilesa a influência desses parâmetros.

Tal fato, colaborou para que a crítica não depositasse a devida atenção em textos com características fantásticas. Assim, os textos de Emília, Adalzira e Ada foram duplamente negligenciados, primeiramente, por se tratar de textos de autoria feminina, e em segundo lugar, por lidarem com temáticas fantásticas e utópicas. Esses foram desconsiderados, presumia-se que abordavam “temas femininos” que, aparentemente, não combinavam com a proposta de uma literatura como instrumento pedagógico para viabilização de uma estrutura simbólica que, conforme a concepção romântica, fosse capaz de congrega “todos” em uma só nação (SCHIMIDT, 2019).

Entretanto, as renovações historiográficas originadas no final do século XX, tornaram possíveis novos olhares sobre a história das práticas de leitura e escrita, e nos permitiu olhar para além da dicotomia texto clássicos/texto popular¹⁵⁷, considerando sempre que “os critérios de valor estético não estão isentos de juízos religiosos, políticos ou até mesmo do jogo de disputa ou solidariedade” (FERREIRA, 2009, p.70). Essas mesmas renovações historiográficas, metodológicas e conceituais que resultaram no questionamento da universalidade e neutralidades do conhecimento histórico conduziram a “redefinição do político no âmbito do cotidiano, que contribuiu para o resgate das experiências [políticas] das mulheres” (MATOS, 2013, p. 6). Assim, sugiro a aproximação entre literatura, gênero e política através da linguagem do fantástico e utópico. A literatura, de forma semelhante ao futebol e ao samba, passou despercebida aos olhos de historiadores da história política, que desconsideraram o potencial transformador dessas manifestações culturais. Raquel Soihet enxerga essas manifestações como instrumentos de participação política no início da república. “Segmentos, excluídos de participação política, rejeitaram a segregação que lhes pretendiam impor e, a partir de suas manifestações, desenvolveram formas alternativas de organização vinculadas ao terreno da cultura, através da qual edificaram uma cidadania” (2020, p. 316).

Parto da hipótese que essas escritoras dialogaram com a construção da cidadania das mulheres mesmo em cenários tão excludentes, no qual os direitos políticos das mulheres eram suprimidos. Ana Maria Colling (2000) argumenta que a construção da cidadania política da mulher teve que superar discursos construídos pelo poder masculino, que associavam a feminilidade à inferioridade intelectual e moral, e nesse contexto o Direito e História foram duas fundamentais instâncias discursivas que colaboraram para atravancar qualquer ideal de igualdade das mulheres diante os homens. A superação desses de parte desses discursos foi possível graças à atuação dessas mulheres como Emília, Adalzira e Ada. Afirmamos, tomando como base as considerações da historiadora Joan Scott (2019), que existe sempre pitada generosa de subjetividade, sentimentos, imaginação e fantasias nas estruturas políticas. Dessa forma, nossa pesquisa nasce dos estudos de gênero que se relacionam profundamente com a linguagem, especialmente,

¹⁵⁷ Com base em seus estudos sobre práticas de escrita e leitura Roger Chartier critica essa dicotomia e aponta que é complexo acatar essa distinção, que quase sempre tente a valorizar os “clássicos” em detrimento dos “populares”. Para ele a distinção entre uma suposta cultura de elite e uma outra cultura popular não é pertinente. “Os materiais que transmitem práticas e os pensamentos das pessoas comuns são sempre formas e temas mistos e combinatórios, invenção e tradição, cultura erudita e folclore”. (CHARTIER, 1992, p.230)

nesse caso a linguagem política das utopias que sustentam e organizam o cotidiano político e que as vezes também busca subvertê-lo.

Por fim, destaco que Emília, Adalzira e Ada não foram as únicas que construíram narrativas utópicas, fantásticas, de terror e de ficção científica no Brasil. Outros exemplos são Ercília Nogueira Cobra (1891-) que escreveu *Virgindade Inútil* (1927) e Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982) que escreveu *Margarida de La Roque* (1949), outras autoras, como Albertina Bertha (1880-1953), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) produziram textos de cunho psicológico e de terror. Ainda no século XIX temos Maria Firmina dos Reis com seu romance *Úrsula* (1859), considerado primeira obra de terror escrita por uma mulher brasileira. No mesmo ano também tivemos a publicação de *D. Narcisa de Villar* de Ana Luísa de Azevedo e Castro, além de possivelmente tantas outras que a pesquisa ainda não conseguiu mapear. Na América Latina um nome de destaque foi o da escritora argentina Silvina Ocampo.

Mundo a fora outras escritoras também se dedicaram a criar mundos como a escritora indiana Roquia Sakhawat Hussain com o seu *O sonho de Sultana* (1905) e a estadunidense Charlotte Perkins que publicou *Terra das mulheres* (1915). Dessa forma percebemos o valor político e histórica de tais obras, com potencial transformador. “Os sonhos diurnos nos aparecem nas utopias feministas como uma forma de buscar um outro lugar ainda não existente para as mulheres nas sociedades patriarcais” (DEPLAGNE, 2019, p. 27).

FONTES:

LIVROS:

BITTENCOURT, Adalzira. Vossa excelência, a presidente da república no ano de 2500. In: QUINLAN, Susan C; SHARPE; Peggy. Visões do passado, previsões do futuro: Duas modernistas esquecidas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia, UFG, 1996.

CURADO, Ada. CURADO, Ada. O sonho do pracinha e outros contos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1954.

FREITAS, Emília. *A rainha do ignoto: Romance psicológico*. Revisão e notas por Constância Lima Duarte. São Paulo: 106, 2019.

JORNAIS E REVISTAS:

A FEDERAÇÃO. Manaus, MA. 23 de dezembro de 1899 Edição nº 522, p.2.

BEIRA RIO: Copacabana, Ipanema, Leme, Rio de Janeiro, RJ. 16 de novembro de 1935. Edição nº 487, p.6.

CORREIRO PAULISTANO, São Paulo, SP. 25 de janeiro de 1920. Edição nº 20321, p.7.

DIÁRIO OFFICIAL DO AMAZONAS. Manaus, MA. 7 de novembro de 1897. Edição nº 1129, p.4.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Trocando ideias. Goiânia, GO. 15 de agosto de 1957. Edição nº184, p.3.

O LAR, Cidade de Goiás, GO. Nº1 ao 110, agosto de 1926 até março de 1932.

O PAIZ, Rio de Janeiro, RJ.23 de maio de 1914. Edição nº 10820, p. 6.

REVISTA FONFON. Rio de Janeiro, RJ. 15 de julho de 1916. Edição nº 29 ano 10, p.30.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: UNESP, 2006

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru-SP: Edusc, 2007.

BENTIVOGLIO, Júlio César. *História e distopia: a imaginação histórica no alvorecer do século 21*. 2ª ed. rev. Vitória: Milfontes, 2019.

BITTENCOURT, Adalzira. *Vossa excelência, a presidente da república no ano de 2500*. In: QUINLAN, Susan C; SHARPE; Peggy. *Visões do passado, previsões do futuro: Duas modernistas esquecidas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia, UFG, 1996.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Trad. Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BOBBIO, Norberto (et al). *Dicionário de Política*. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAMARANI, Ana Luiza Silva. *A literatura fantástica: caminhos teóricos*. São Paulo: SP, Cultura Acadêmica, 2014.

CARGNELUTTI; Camila M.; REIS, Marcos. *O gênero como categoria de subversão do patriarcado: diálogos e interseções entre Literatura e História*. Gláuks: Revista de Letras e Artes. Vol 17, nº 2, jul./dez. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAUSO, Roberto de Souza. *Ficção científica, fantasia e horror no Brasil, 1875 a 1950*. Vol. 13. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

- CESERANI, Remo. *O Fantástico*. Trad. Nilton Tripadalli. Curitiba: Ed. UFPR, 2006.
- CHARTIER, Roger. *Textos Impressões e leituras*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- COLLING, Ana Maria. *A construção da cidadania da mulher brasileira: Igualde e diferença*. Tese de Doutorado em História apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. *Sopro em brasas Dormentes: Inventário das precursoras da Literatura em Goiás*. 136f. Dissertação de Mestrado em Letras apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Faculdade de letras, 2003.
- DEPLAGNE, Luciana; CAVALCANTI, Idney. *Utopias sonhadas, distopias anunciadas: Feminismos, gênero e cultura queer na literatura*. João Pessoa: UFPB, 2019.
- FERNANDES, Luiz Carlos. *O fantástico e o maravilhoso da solidão latino-americana*. Itinerários, Araraquara, n.19: 55-65, 2002.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo Oligárquico: Da Proclamação da República à Revolta de 1930*. Coleção O Brasil republicano, v.1. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: LUCA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt*. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 11-37, 2002.
- FREDRIGO, Fabiana. Prefácio. In: PRADO, Maria Lígia. 2021. *Utopias latino-americanas: Política, sociedade e cultura*. São Paulo: Contexto.
- GAMA-KHALIL, Marisa Martins. *A literatura fantástica: Gênero ou Modo?* Revista Terra roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários, v 26. Dez/2013.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JACKSON, Rosemary. *Fantasy: The Literature of Subversion*. Taylor & Francis e-Library, 2009.
- JEHA, Júlio. *A semiose da fantasia literária*. Signotica (UFG), Goiânia, v. 13, n.1, p. 117-136, 2001.
- KARAWCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.
- LUCA, Tania Regina. *Fontes impressas, história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. 2ªed., São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *O inquérito da Revista do Brasil (1940) sobre os rumos da literatura brasileira*. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 9, nº 2, jul/dez., 2016.

MATANGRANO, Bruno Anselmi; TAVARES, Enéias. *Fantástico brasileiro: O insólito literário do Romantismo ao Fantasismo*. Curitiba: Arte & Letras, 2019.

MATOS, Maria Izilda. *História das mulheres e das relações de gênero: Campo historiográfico, trajetórias e perspectivas*. Mandrágora, v.19. n°19, 2013, p.5-15

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. *Uma escritora na periferia do Império: vida e obra de Emília Freitas (1855-1908)*. Tese de doutorado em Literatura Brasileira apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, 2007.

PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Topoi, v. 12, n. 22. P.270-283, jan/jun, 2011.

PROCHASSON, Christophe. *Emoções e política: Primeiras aproximações*. Varia história, Belo Horizonte, vol. 21, n° 34: p.305-324, Jul 2005.

QUINLAN, Susan C; SHARPE; Peggy. *Visões do passado, previsões do futuro: Duas modernistas esquecidas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia, UFG, 1996.

ROAS, David. *A ameaça do fantástico: aproximações teóricas*. Trad. Julián Fuks. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2014. Edição do Kindle.

RODRIGUES, Selma Calasans. *O fantástico*. São Paula: Ática, 1988.

SANTOS, Danielle S. M. *Gênero, cultura política e literatura: fantasias, utopias e esperanças produzidas por mulheres entre o final do século XIX e primeira metade do século XX*. In: XIX Semana de História da UFG, 2020, 2238-071X ISSN. Anais eletrônicos, Goiânia: 2021 p. 375-385. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1-IB97H5B6Z9wNI5M74KhksdUgQTpq-VH?usp=sharing>> Acesso: Mar/2021.

_____. *Construindo o lar e conquistando a rua: discursos e práticas “femininas” no jornal “O Lar” (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás*. 2018. 165 f. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, 2018.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a Literatura?*. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2004.

_____. “Aminadab”, ou do fantástico considerado como uma linguagem. In: _____. Situações I. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 135-149.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Na literatura, mulheres que reescrevem a nação*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs). *Pensamento feminista brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SHARPE, Peggy. *Trinta e sete dias em Nova York com Adalzira Bittencourt*. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3) set/dez, 2008.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Quem reivindica a identidade?* Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 4 - n. 1 - 49-60 - jan./jun. 2008.

_____. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. *Outras reflexões sobre gênero e política*. Crítica Histórica. Ano X, 19/jun/2019. p.10-38.

_____. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. Educação & realidade. V. 20, nº 2. P.- 71-99, jul/dez, 1995.

SOARES, Ana Carolina Eiras C; SANTOS, Danielle Silva Moreira dos. *A intelectualidade telúrica de Ada Curado: uma grande escritora em Goiás no século XX*. Dimensões, v. 45, jul/dez. 2020, p. 284-314.

_____. “Se eu não te amasse, teria realizado os teus sonhos”. Carolina, a mulher que ousou querer ser livre. PEREIRA, Marcos Paulo; LIMA, Francisco Wellington; LEA, Tito Barros (orgs). In: *José de Alencar em cenas: Estudos da dramaturgia alencariana*. Macapá: UNIFAP, 2019.

SOIHET, Raquel. *O povo na rua: Manifestações culturais como expressão de cidadania*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. *O tempo do Nacional estatismo: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Coleção O Brasil republicano, v.2. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SOUZA, Talita Michelle de et al. *A história de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, 2017.

TELLES, Norma. Autor + A. In: JOBIM, José Luis. (org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

TODOROV, T. *Introdução à literatura fantástica*. Coleção Debates 98. 2ª edição. São Paulo, SP: Perspectiva, 2003.

UM OLHAR SOBRE A ESCRAVIDÃO DE GOIÁS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

*Débora Oliveira Sousa*¹⁵⁸

RESUMO: A escravidão no Brasil gerou impactos sociais, culturais e econômicos, responsáveis pelo crescimento da colônia e o desenvolvimento de uma população com uma supremacia do poder eurocêntrico. É indiscutível a atuação dos escravos nas províncias litorâneas e auríferas, as quais necessitavam de mão de obra para agricultura e exploração na constante procura de terras fartas de ouro e prata. A intenção deste presente artigo é demonstrar a formação da Capitania de Goiás, validando a atuação das famílias escravas no processo de exploração deste território a partir da construção historiográfica de autores cruciais para o presente tema desta maneira poderemos compreender os aspectos sociais presentes atualmente no estado de Goiás.

Palavras-Chave: *Escravidão, Abolição, Impactos.*

Introdução

A escravidão no Brasil foi responsável pelo o desenvolvimento socioeconômico do país, desde a descoberta das terras brasileiras houve uma grande necessidade de mão de obra escravista. A exploração de negros africanos se deu ao longo dos séculos XVI a XIX. Os desígnios de trabalhos estavam direcionados para as plantações de cana de açúcar, fazendas de café e serviços domésticos, onde os cativos se tornavam responsabilidades de seus senhores para o que fosse necessário. Com o passar dos anos alguns estudiosos se dedicaram a compreender de fato os lados da escravidão, desde uma visão revolucionária com rebeliões e exposições da forma desumana exposta sobre os cativos quanto às negociações e mudanças adotadas pelos mesmos para tornar uma adaptação mais prudente a sua sobrevivência.

Uma diversidade de etnias presente no Brasil segundo Robert W. Slenes foi capaz de analisar que era possível conhecer mais da África em um território tão pequeno como o Brasil do que explorar a própria África. Slenes em uma análise a obra de Johann Moritz Rugendas “Viagens Pitorescas através do Brasil” compreende que: “Neste país, prosseguia Rugendas, encontravam-se “ membros de quase todas as tribos da África. Num só golpe de vista pode o artista conseguir resultados que, na África, só atingiria através

¹⁵⁸ Mestranda, Programa PPGHIST - Morrinhos – Goiás.

de longas e perigosas viagens a todas as regiões dessa parte do mundo “”.¹⁵⁹ notório o quanto a diversidade cultural é efetiva ao nosso cotidiano justamente por este amalgamado de povos presente no território no período colonial.

A linguagem se tornou crucial para analisar qual etnia africana estava presente no território brasileiro, compreender estas são cruciais auxiliando os donos de escravos para uma análise da cultura dos cativos e conseguiria evitar rebeliões, porém, os escravos tem a facilidade de disfarçar os interesses para que seus senhores não percebesse a insatisfação ou use desta artimanha para beneficiar e se tornar cômodo o domínio mediante a ele. Segundo Slenes:

“Se a África foi descoberta no Brasil pelos cientistas europeus se, antes deles, pelos africanos escravizados, para a (branca) creme e nata dos brasileiros ela permaneceu coberta. Ficou com o véu no rosto em parte porque os escravos, para defender-se de seus senhores, fizeram-se mestres da dissimulação. Por sua vez, os grupos dominantes não mostraram um interesse descompromissado em desvendá-la, não apreciando a cultura africana em si.”¹⁶⁰

Compreendendo que a mão de obra escrava se tornou essencial para a produtividade do Brasil, entre o século XVIII e metade do XIX os cativos africanos foram divididos entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo em 1850 tomando nota que foi ano da Lei Eusébio de Queiroz a qual proibia o tráfico de africanos no império segundo levantamento de dados por Slenes em seu artigo: ““ Malungu. Agoma vem!” África coberta e descoberta do Brasil.” este ano 59% dos cativos da província do Rio de Janeiro estavam divididos em 32% da população era africana e 45% pretos e pardos sendo eles escravos e livres. Em São Paulo as concentrações de escravos estavam presentes nas lavouras assim como em Campinas e Bananais importantes produtores de açúcar e café no ano de 1829 em Campinas compunha um quadro de negros africanos com dados de 80% de escravos adultos. Já em Minas Gerais mesmo explorada logo após Rio de Janeiro e São Paulo esteve presente um significativo números de Africanos, com a indispensável mão de obra dos escravos esta região ao decorrer do século XVIII dispunha de um importante numero de Criolos, porem 50% da população eram de escravos africanos adultos.

¹⁵⁹ SLENES, Robert. Malungu, gnoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. Revista da USP. dez-jan-fev, nº 12. 1991-1992. pp.48.

¹⁶⁰ SLENES, Robert. Malungu, gnoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. Revista da USP. Dez jan-fev, nº 12. 1991-1992. pp.49.

A adaptação dos cativos no “ Novo Mundo” requeria inúmeras maneiras de sobrevivência, com a chegada das graduais leis abolicionistas da escravidão os escravos adotavam maneiras para o ganho da carta de Alforria, desta forma usavam medidas em suas relações com os senhores sejam elas em negociações e relações as quais deveriam manter, desta maneira conseguiria a confiança e o afeto de alguns donos de cativos. Não apenas para a liberdade o qual almejava os cativos, mas era necessário uma grande mudança pois passar pelo processo de aculturação seria a forma mais viável para a sobrevivência da forma escrava, Silva e Reis compreende que:

““ Uns chegam ao Brasil ” escreve Antonil, “ muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos saem ladinos e espertos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscar modo de passar a vida”. Estes, os “ ladinos e espertos”, é que constituíram o vigoroso edifício de sincretismo de que somos herdeiros: o sincretismo religioso, linguístico, culinário, musical etc. “¹⁶¹

Com o cotidiano dos cativos dentre a sociedade sujeitos a tamanha violência era de preferencia dos mesmos o dialogo e a negociação “No Brasil como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema” ¹⁶² desta forma evitaria as torturas e viveria em “harmonia” com a classe dominante. Segue a análise de Silva e Reis referente à Sandra Graham:

“Apesar das Chicotadas, das dietas inadequadas, da saúde seriamente comprometida ou dos esfacelamentos da família pela venda, os escravos conseguiram viver o seu dia-a-dia” conforma analisou Sandra Graham. “Relativamente poucos, na verdade, assassinaram seus senhores, ou participaram de rebeliões, enquanto que a maioria, por estratégia criatividade ou sorte, ia vivendo da melhor forma possível”.¹⁶³.

Possível perceber que estiveram presentes inúmeros fatores da escravidão no território brasileiro, e independente da província a mão de obra escrava estava

¹⁶¹ SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia. In: REIS, João J.; _____. (Orgs.). Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 13

¹⁶² SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia. In: REIS, João J.; _____. (Orgs.). Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 14

¹⁶³ SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia. In: REIS, João J.; _____. (Orgs.). Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 14

indispensável, mesmo a província tardiamente explorada como a de Goiás houve a necessidade da mão de obra escravista explorada dos negros africanos. O presente artigo tem o intuito de demonstrar como se deu os processos de escravidão na Capitania de Goiás a partir das perspectivas de estudiosos cruciais para o determinado assunto.

Escravidão na Capitania de Goiás

O que tange a historiografia da escravidão em Goiás pode-se analisar alguns escritores de grande referencia para o presente artigo, desta maneira, compreender como se deu o processo escravocrata na capitania tem o cunho de acrescentar nas perspectivas socioculturais do estado atual, pois o assunto referente anteriormente não era atrativo para os pesquisadores, os escravos africanos ou ate mesmo a formação quilombola estava presente de forma secundaria em algumas pesquisas.

Um território vasto como a América Portuguesa com cobranças da corte sobre as Províncias faz com que a aliança entre a sociedade goiana trabalhe lentamente frente as determinações reais, em 1850 foi outorgado a primeira lei que abolia o tráfico internacional de escravos, em consequência o Código Comercial e a lei de terras tendo em vista a restrição de habitantes sendo transferido para as principais atividades mineradora em Minas Gerais a qual necessitava de um grande número de escravos para a exploração do trabalho.

As elites Goianas pretendiam permanecer ao poder usando desta forma a política dos pactos, por isso, não acatava de forma agradável as ordens vindas da corte, a política goiana absorvia de ideias externas dando força ao republicanismo, liberalismo e abolicionismo da escravidão. Segundo Sant'Anna alguns jornais da província divulgavam informações referente a tais ideias:

Foram divulgadas na Província pelos viajantes, pelos estudantes, nos livros e na imprensa, e pelos debates nas Câmaras e na Assembléia Provincial. Jornais, como "A Tribuna Livre", "O Publicador Goyano e "Goyaz", disseminaram estas idéias políticas e sociais. Teriam tais instrumentos de difusão de informações, notícias e idéias, papel preponderante no processo abolicionista? Que grupos sociais estiveram envolvidos com a "causa" abolicionista?¹⁶⁴

¹⁶⁴ SANT'ANNA, Thiago F. O, Os abolicionismos na cidade de Goiás: pluralidades e singularidades nos anos de 1880. In: Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.2, n.2, p.93 , jul./dez. 2013

Temos por exemplo o Jornal Monitor Goyano o qual foi divulgado pelo escritor Antônio Felix e Bulhões e Jose Inácio de Azevedo no ano de 1869 que o processo da abolição foi muito clamado pela população, desta forma fez com que houvesse estímulos para que haja a liberdade dos cativos presentes na capitania segundo Silva: “A campanha abolicionista em Goiás deixou aspectos bem significativos, como o de estimular os escravos a continuar adquirindo a liberdade, mediante a pagamento, uma vez que era rara a concessão de carta de alforria..”¹⁶⁵. É compreensiva a necessidade da liberdade dos cativos, pois muitos de seus pedidos não estavam efetivamente ligados ao lado humano dos seus senhores e sim político.

Para uma análise aprofundada sobre como de fato se dava a escravidão é necessário que seja exposto o modo de produção escravista na capitania, Goiás, a mineração começa a se expandir para Goyazes forçando assim um progresso de necessidade da mão de obra escrava sendo assim indispensável, com tudo o início da exploração se dá através dos ameríndios a eles estava atribuído a função de demonstrar as minas de ouro contrapartida essa relação não estava de toda via amigável, os indígenas eram conhecidos como selvagens, pois conhecida o território assim facilitando a fuga e até mesmo ataques contra as bandeiras. A trajetória do escravo africano foi por tanto cômoda para os donos de minas, pois se tratava de uma propriedade assim como uma casa, era necessários registros em cartórios, relatos de compra e venda tendo uma visão eurocêntrica e individualista onde o negro escravizado se torna apenas uma aquisição, o seu trabalho era apenas um adendo para os senhores: “é uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. Ele mesmo é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria”¹⁶⁶ sendo tratado apenas como tal, qualquer ato dos cativos não seria resguardado por nem uma lei a qual toda ação a classe dominante se tornava obtentora de todo poder sobre o escravo, desde a fuga até a desobediência aos seus senhores já abria uma porta para a violência, assim, os escravos se tornavam rebeldes e foram contra o sistema.

A rota do sertão de fato tem sua importância, pois através foram interligados os trajetos das regiões portuárias, desta maneira as mesmas etnias que se encontrava no Rio

¹⁶⁵ SILVA, Martiniano J. Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava. Goiânia: Kelps, 2003. P: 155

¹⁶⁶ SILVA, Martiniano J. Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava. Goiânia: Kelps, 2003. P: 162

de Janeiro, São Paulo ou até mesmo na Bahia fazia presente também em Goiás, os senhores impostavam os cativos da Bahia o qual a região concentrava uma determinada etnia que é a Ioruba.

A autora Mary Karasch usufrui de um termo para se referir às etnias, pois segundo sua análise é como os negros africanos usavam para falar um povo que obtém da mesma cultura, hábitos etc. “... como um termo europeu latino e medieval, o de nação, tenha vindo a ser adorado por africanos no Brasil como “uma palavra favorita” e uma identidade africana.”¹⁶⁷ Nação se torna uma palavra para fazer a separação das etnias “... separava da nação crioula de negros nascidos no Brasil e de outros africanos com quem não se identificavam através da religião, da língua, e com quem não partilhava traços culturais.” Este termo não foi o único a ser empregado para aqueles que não eram portugueses, os indígenas foram denominados de Gentil desta forma quando se referia aos ameríndios o tratamento era de “gente Caiapó” e quando escravizados se tornavam cativos ou agregados, porém mantendo assim sua nacionalidade como referência em Goiás temos os índios Caiapós, Xavantes e Krahós. Além destes referidos foi analisado por Karasch a nação índia dos Canoeiros, denominação transferida pelos colonizadores nesta nação faria parte diversas nações até mesmo africanos foragidos os quais permaneciam em quilombos

Daí em diante, para Goiás, temos de juntar a lista de nações escravizadas na região os seguintes nomes índios: Apunagés, Akroás, Krahós, Xerentes, Xavantes, Xacriabás, Canoeiros, Kayapós, Karajás e Javaés. No século XVIII, as nações de Goiás eram geralmente capturadas por bandeiras e levadas como cativas para São Paulo e no século XIX, para Minas. Eram também marcas com ferro, compradas, vendidas e comercializadas no Norte, em Belém, pela via do Rio Tocantins. “Por isso, um indivíduo identificado como “cativo” ou “escravo da nação Caiapó” era não-africano, mas ameríndio de origem.”¹⁶⁸

O termo nação não estava ligado apenas aos ameríndios de origem, os negros africanos, Goiás usufruíam para que houvesse uma ausência uma distinção entre os crioulos, pois havia resquícios de constantes conflitos entre os mesmos os pardos do mesmo modo estavam separados dos africanos e crioulos. As nações presentes em Goiás segundo Karasch seriam separadas por africanos ocidentais e africanos da África central

¹⁶⁷ Karasch, Mary. Brasil: colonização e escravidão / org. Maria Beatriz Nizza da Silva. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 p. 127

¹⁶⁸ Karasch, Mary. Brasil: colonização e escravidão / org. Maria Beatriz Nizza da Silva. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 p. 135

ocidental para que haja o reconhecimento, desta forma africana da África central ocidental mais presentes era a da nação Angola, a autora discorre uma lista de nações como:

“Os proprietários de escravos podiam distinguir entre Minas, Nagôs (Iorubas), Ussa’s (Haussás), Sabarú (Savarus ou Mahis do moderno Benim), tapas (nupes da moderna Nigeria), Guinés e da Costa (aplicado a uma mulher fora que comprou um escravo Mina em Crixás, a 2 de Julho de 1811)”¹⁶⁹

Entre as importantes nações é exposta também pela autora a “nação Mina, seguida pela Nagô” e por sua análise estas mesmas nações presentes em Goiás são as mesma em Salvador desta forma analisando que a Capitania se tornou um importante compositor étnico. Os africanos os quais fazia presente na capitania de Goiás no século XVIII eram os da Nação Costa da Mina e no auge da mineração fez com que o preço dos escravizados elevasse a cifras exorbitantes, porem houve uma queda brusca nas fazendas de Cana de Açúcar os proprietários de engenho não satisfeitos com o prejuízo o qual poderiam enfrentar venderam seus escravos a elevados custos para as mineradoras. Segundo uma análise Loiola a coroa implementou uma quantidade de escravos que poderia trabalhar nas minas desta forma:

“ Para tentar frear o desabastecimento de mão-de-obra nas plantations açucareiras, a coroa expediu um alvará, em 1701, no qual estipulava em duzentos escravos de angola, a quantidade mínima de escravos para trabalhar nas Minas (Rezende, 2006; SCWARTZ, 1988, p.166) alvará que logo se transformaria em letras mortas (LORENTINO, REXENDE & SILVA, 2005)

“¹⁷⁰

O trafego dos escravizados ate o centro do país não era tarefa fácil, são meses de caminhada para o sertão desde a costa ate a capitania de Goiás muitos não chegavam com vida ou ate mesmo conseguiam a fuga pelo cerrado, “ segundo karasch muitos cativos permaneciam temporariamente na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, antes de serem negociados para Goiás, onde aprendiam os portugueses (2000)” era feita uma coleta de informações referente ao clima propicio para a chegadas desses negros, em tempos secos o prazo estava em torno de três meses com a trajetória da Bahia aos arraiais do norte de Goiás. Pela distancia aos portos litorâneos e a falta de controle por parte da corte aos

¹⁶⁹ Karasch, Mary. Brasil: colonização e escravidão / org. Maria Beatriz Nizza da Silva. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 p. 137

¹⁷⁰ Loiola, Maria Lemke. Trajetórias Atlânticas, percursos para a liberdade: Africanos e Descendentes na Capitania dos Guayazes - Goiania, 2008. P . 24

escravos que passavam na província, os traficantes poderiam contrabandear sem serem descobertos, ainda em uma análise a autora Loiola:

“A título ilustrativo de como a corrupção e a sonegação ocorriam na importação de escravos, basta lembrar que o primeiro registro de comboio oficial de escravos foi feito em setembro de 1752, “do qual não se sabe o número, devido aos interesses dos colonos em sonegarem a capitação” (SALLES, 1992, p. 229).

Ora, os assentos de batismos de Meia Ponte (atual Pirenópolis), sinalizam para a entrada sistemática de africanos em período mais recuado, pois os batismos de escravos adultos datam da década de 1730. O que não poderia ser diferente, pois os anos iniciais da colonização foram os mais ricos em achados minerais.”¹⁷¹

Para que diminua o contrabando e a sonegação de impostos sobre o escravo africano foi criado contagens ou registros em lugares específicos da capitania, pois sem dúvidas era Goiás o principal percurso dos africanos escravizados porem atitude tardiamente efetivada esta ação. Sem esta anteriormente todas as formas de burlar o sistema de trafico dos escravos foi sendo feitas, ate mesmo os próprios africanos conseguiram fugir de seus traficantes ou também fugiam de seus senhores, conseguiam desta maneira encontrar refugio nos possíveis quilombos, a dinâmica quilombola ainda se torna uma incógnita para alguns historiadores mas segundo a analise da autora Karasch o ano de 1720 inicia-se o quilombalismo em Goiás pois os negros que fugiram de Pernambuco Maranhão e Bahia tinham por destino o nordeste e o norte de Goiás. Os homens obtinham de maior chance para a fuga do que as mulheres justamente pelo trabalho o qual exerciam em lavouras, fazendas de gados longe dos olhares de seus senhores, já as mulheres e crianças trabalhavam na casa de seus donos “eram forçadas a viver com os senhores como concubinas e domesticas, ou cultivas alimentos nas fazendas”.¹⁷².

A classe dominante não considerava a extrema necessidade de capitães do mato ou feitores armados, desta forma os escravos mineradores fugiam para os quilombos ou ate mesmo fundava, em Goiás o que favorecia a formação destes era a formação da área

¹⁷¹ Loiola, Maria Lemke. Trajetórias Atlânticas, percursos para a liberdade: Africanos e Descendentes na Capitania dos Guayazes - Goiania, 2008. P. 30

¹⁷² Karasch, Mary, Liberdade por um fio: historia dos quilombos no Brasil / org: João Jose Reis, Flavio dos Santos Gomes – São Paulo: Companhia de Letras, 1994 p. 244

com facilidade de explorar refúgios naturais seja pelo solo ou seja pelos rios “ Os fugitivos encontravam refugio nas ilhas e manguezais formados pelos rios, ou rumavam a oeste do Araguaia, que limitava Goiás e Mato Grosso” a vegetação favorecia que a fuga fosse efetuada com isso conclui-se que os quilombos se concentravam próximo a esses acessos, isto fazia com que fossem atacados frequentemente e por isso tinha um extenso cerrado para se refugiar.

“Os montes Pirineus, Atrás de Meia Ponte (hoje Pirenópolis), a serra Dourada, perto de Vila Boa, e as chapadas perto de Arraias ofereciam possibilidades sem limites de refugio. Embora os cerrados tornassem a fuga mais difícil, se os fugitivos alcançassem as matas, galerias e bosques de buritis que margeavam pequenos córregos, poderiam segui-los para escapar a perseguição dos capitães- do- mato¹⁷³”

Ao analisar as fontes Karasch afirma que as formações quilombolas no século XVIII foi muito provável, porem não existe um numero exato, o que se sabe apenas é que havia inúmeros fugitivos. Estes quilombos não tinham um líder ou rei, não se fixavam em um lugar, pois corriam o risco de serem descobertos, além deste fator era necessária a subsistência dos escravos então se o solo não era mais fértil, a caça não se tornava mais favorável ou ate mesmo o ouro os quais eles trocavam com traficantes para algo de sua necessidade não rentava mais a eles apenas cabia a mudança “Algumas vezes o grupo de escravos garimpeiros não ficavam muito tempo aquilombado porque descobria ouro, negociava o retorno para seus proprietários e compravam deles a alforria.” (Karasch, 1994)

As nações de escravizados seja ela, dos pardos, Mulatos, Negros Africanos e indígenas tem por intuito comum a sobrevivência dentre todas as províncias do Brasil, desta forma procuravam maneiras para se sentir mais próximo de casa e uma destas tentativas de aproximar do seu lar foram as irmandades surgidas em todo Brasil onde a religião que fazia o papel de aconchego. A igreja Católica abre inumas maneiras para que os negros participassem da vida religiosa, com o inicio desde as colônias portuguesas presentes na África ate a vinda destas ate a colônia brasileira o rosário se torna um acessório crucial para os negros: “ Sendo assim, uma irmandade devotada a a Nossa

¹⁷³ Karasch, Mary, Liberdade por um fio: historia dos quilombos no Brasil / org: João Jose Reis, Flavio dos Santos Gomes – São Paulo: Companhia de Letras, 1994 p . 245

Senhora do Rosário era especialmente atrativa para aqueles que vinham de colônias portuguesas na África.”

Em 1586, deu-se início as Irmandades do Rosário composta por índios e negros reconhecido oficialmente pelos jesuítas do Brasil, o Rei de Portugal dispões do dizimo recolhido das igrejas africanas e revertendo para o benefício das mesmas deste então as irmandades do rosário foram tomando força e surgindo no Brasil adentro e em Goiás não foi diferente. A capital do estado, Vila Boa de Goiás destinou a primeira irmandade do rosário em seguida foi construída uma capela em Meia Ponte no ano de 1736 por outros irmãos e irmãs homenageando desta forma Nossa Senhora do Rosário.

A santa não encontrava apenas devotos negros ou partos os brancos se afeiçoaram a devoção do rosário, os mineradores os quais chegaram posteriormente ajudavam com ouro para a construção de oratórios ou capelas em apreço a Nossa senhora do Rosário.

Algumas das irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário dos pretos se estabeleceram nas cidades mineradoras de Bonfim (1791), Carmo, Crixás (1777), Natividade (1786), Pilar (1762), Santa Luzia (1769), e São José do Tocantins (Niquelândia) em 1762. Apesar de terem fundado outras capelas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, os mineiros e seus escravos nunca foram reconhecidos oficialmente pela Igreja e pelo Estado.¹⁷⁴

Para a composição das irmandades era necessário a eleição de membros oficiais denominados de Irmãos e Irmãs, as mulheres faziam parte desta mesa eletiva “ além do rei e da rainha eleitos, os principais oficiais eram juiz e juíza, escrivão, tesoureiro e procurador. Na ausência de oficiais alfabetizados, os homens brancos eram solicitados a servir de escrivão, tesoureiro ou procurador.”(Karasch, 2018), as eleições ocorriam anualmente com em um numero de doze a vinte e quatro eleitos. Em determinados anos a mesa estava composta por mais mulheres, porem não era toda irmandade que aceitava a participação das mesmas.

“Mulheres desempenhavam um papel bem mais significativo nas irmandades dos pretos: as rainhas e juízas contribuíam com recursos financeiros significativos obtidos por meio de levantamentos, organizavam festivais,

¹⁷⁴Karasch, Mary A história escrita : percursos da historiografia goiana / Cristiano Alencar Arrais; Noé Freire Sandes (Org.) – Goiânia : Gráfica UFG, 2018. P .190

cuidavam dos enfermos e eram responsáveis pelas atividades de caridade (Mulvey, 1976, p. 32, 132-3; Nishida, 1998, p. 342; Karasch, 1998)¹⁷⁵.

Nas cidades de Vila Boa, Cocal e Natividades as irmandades exigiam um pagamento anual para os associados uma significativa doação em ouro nas cidades com mineração, a capitania de Goiás não era rígida com seus membros participantes, segundo Karasch os pretos aceitavam até mesmo os indígenas “os bororos”. Não importavam com a presença dos brancos em suas capelas porém estes não poderiam fazer parte da mesa eletiva apenas pretos e pretas vindos de fora ou brasileiros, cativos, forros, pardos e pardas desde que seus senhores os liberassem, porém, a mesa deveria sempre estar composta por homens de cor.

“Em Meia Ponte, por exemplo, a irmandade do Rosário aceitava “brancos, pretos, escravos, forros, casados, solteiros, homens, mulheres e meninos de doze anos para cima”. Linguagem similar aparece no compromisso de 1788 para a irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos cativos de São Joaquim de Cocal: a distinção étnica que este compromisso firmou foi a que o Rei e Rainha deveriam ser pretos (africanos) em um ano e crioulos em outro.”

Mesmo não aceitando os Brancos em suas mesas diretivas, para os cargos de procurador, escrivão e tesoureiro os brancos demonstrava autoridade. Irmandade do Senhor dos Passos do Pilar não admitia o casamento de um branco com uma parda, poderia de fato ingressar apenas os brancos, cada irmandade honrava um santo diferente assim fazia a distinção de regiões como a capitania de Goiás recolheu vários africanos escravizados das costas brasileiras, existe inúmeros santos e devoções de herança cultura semelhante “No norte da capitania (atual estado de Tocantins), os santos lá honrados refletiam as influências religiosas do Brasil costeiro.”.

Desta forma os santos importantes nas regiões de Goiás eram São Benedito e Nossa Senhora Do Rosário na capitania de Natividade, iniciando assim no século XVIII uma grande construção da igreja em honraria a Nossa Senhora do Rosario, porém, construção inacabada em contrapartida a capela a São Benedito é existente até os dias atuais. Na capital de Goiás os negros começaram a construir a igreja para Nossa Senhora do rosário, mas não resistente foi demolida em 1930 desta forma os dominicanos construiriam outra.

¹⁷⁵ Karasch, Mary A história escrita : percursos da historiografia goiana / Cristiano Alencar Arrais; Noé Freire Sandes (Org.) – Goiânia : Gráfica UFG, 2018. P .192

A única igreja atualmente que foi construída pelos negros africanos e considerada por Karasch a maior da cidade de Goiás é a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte “os pardos de Vila Boa veneravam uma imagem de nossa senhora da Boa Morte.”

No ano de 1762, a irmandade dos pardos deu início à construção de uma igreja dedicada a São Gonçalo Garcia que foi concluída em 1779. Daí em diante a devoção a Nossa Senhora da Boa Morte era associada, especialmente, aos Jesuítas, que promoveram a devoção a santa até 1759, quando foram expulsos da capitania. Uma hipótese é a de que a irmandade parda tomou posse da igreja e deu seqüência à devoção na igreja de Nossa Senhora da Boa Morte em Vila Boa.

A devoção a Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem foi honrada em muitas igrejas da capitania, também esteve associada à igreja da Boa Morte. Uma irmandade parda, cujos compromissos dedicados a Nossa Senhora foram aprovados se localizava no centro de Jaraguá.¹⁷⁶

Além de São Gonçalo, Nossa senhora do Carmo, temos outra imagem de evidência na capitania sendo ela Nossa Senhora das Mercês, a irmandade a qual estava devota se encontrava na cidade de Cocal, sendo ela uma cidade mineradora os irmãos tinham a capacidade de fundar igrejas e capelas graças as suas praticas de mineração assim arrecadando fundos para a existência das irmandades e igrejas. “Próxima a Cocal, pretos e pretas organizaram uma irmandade dedicada a Nossa Senhora do Livramento, a Virgem Maria, retratada segurando o Menino Jesus”. (Karasch, 2018),

Estas irmandades demonstravam a importância de homens negros, pardos dentro da província de Goiás, e justamente por esta indispensável colaboração de pardos procuravam constante reconhecimento. O preconceito com homens de cor é algo enraizada desde o processo colônia o qual apenas a classe dominante se torna pura e a nata branca é privilegiada.

A luta com os indígenas por terras faz com que os bandeirantes se tornassem os percursores de uma historia composta por massacres, violências etc. em muitas regiões e não diferente se deu com os homens negros africanos e pardos que estavam na província. Segundo uma analise de Palacin a um requerimento enviado pelos pardos ao Príncipe Regente D. João VI requerendo que os mesmo exercessem qualquer vinculo empregatício

¹⁷⁶ Karasch, Mary A história escrita : percursos da historiografia goiana / Cristiano Alencar Arrais; Noé Freire Sandes (Org.) – Goiânia : Gráfica UFG, 2018. P .202

ofertado pela republica “sem que constitua óbice algum o “ só defeito da cor”” (Palacin, 2018)

Ao levantamento de dados no ano de 1804 a população de Goiás estava caracterizada em escravos e livres sendo que os livres subdividiam em grupos pela sua cor os quais eram brancos, pardos e pretos. “ Os escravos, 19.159, constituíam 37,74% da população. Dos livres, os brancos eram 7.131; os pardos, 16.531; e os pretos, 7.943.” (Palacin, 2018).

Compreendendo estes dados os pardos livres eram o que se fazia mais presente na capitania, os brancos compunha apenas 14% da população desta forma os que predominavam Goiás eram os homens de cor durante o início do século XIX.

O requerimento para o reconhecimento dos Pardos ainda teve apoio de alguns brancos:

“São eles, Soberano Senhor, que nos ataques dos inimigos desta colônia, que têm sido as nações Caiapó e Chavante, os primeiros mandados nas bandeiras, que em diversos tempos se tem despedido a conquista-los. ”

E continua a enumeração de serviços prestados, lembrando a participação dos pardos nos aldeamentos, nos momentos mais difíceis e por longos períodos; a participação na ajuda militar enviada ao Pará e a Mato Grosso; e a não menos importante, na execução das penosas tarefas do cotidiano: “os que diariamente fazem nesta praça, conforme ás ordens do mesmo governador, arregimentados, fardados, disciplinados, prontos para tudo[...]

Estes méritos foram reconhecidos pelos governadores que “os têm condecorado”, reconhecendo sua inteligência, capacidade e boa instrução. São, pois, certamente, capazes de desempenhar qualquer cargo civil, e os mais úteis cidadãos.¹⁷⁷

Mesmo que uma pequena parcela de homens brancos a descriminação ainda era marcante, e não conseguem ocupar as funções publicas, segundo Palacin os homens pardos filhos de forros ou forros nasciam “ com todos os vícios que o preconceito imemorial atribuía a cor preta e a escravidão” (Palacin, 2018) mesmo com atribuição destes preconceitos que acompanham os Pardos para os governantes “ os homens pardos deveriam continuar convivendo com seu ressentimento “.

¹⁷⁷ Palacin, Luiz A história escrita : percursos da historiografia goiana / Cristiano Alencar Arrais; Noé Freire Sandes (Org.) – Goiânia : Gráfica UFG, 2018. P .110

A formação da sociedade da capitania de Goiás é observada por muitos olhares, desde os naturalistas até os pesquisadores acadêmicos, a região de uma expansão territorial facilitada para a sobrevivência de ameríndios e escravizado mesmo que ainda durante o século XIX, alguns pesquisadores atentariam para a solidão do território.

Referencias:

CAMPUS, Maria Yeda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990,

CHALHOUD, Sidney. **Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte** – São Paulo: Companhia das letras. 1990

FRAGOSO, **Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora**. Ed: Goiânia: Kelps, 2003.

Karasch, Mary **A história escrita : percursos da historiografia goiana** / Cristiano Alencar Arrais; Noé Freire Sandes (Org.) – Goiânia : Gráfica UFG, 2018.

Karasch, Mary, **Liberdade por um fio: historia dos quilombos no Brasil** / org: João Jose Reis, Flavio dos Santos Gomes – São Paulo: Companhia de Letras, 1994

Karasch, Mary. **Brasil: colonização e escravidão** / org. Maria Beatriz Nizza da Silva. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

Loiola, Maria Lemke. **Trajetórias Atlânticas, percursos para a liberdade: Africanos e Descendentes na Capitania dos Guayazes** - Goiania, 2008

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. **O deserto dos mestiços: O Sertão e seus Habitantes nos relatos de viagem do início do Século XIX** História (São Paulo), vol. 28, núm. 2, 2009, pp. 621-643

NASCIMENTO, Pedro Luiz. **Famílias em cativeiro**. 1ª Ed. Paco Editorial - 2016

NETO, Pedro Luiz do Nascimento. **Escravos e senhores na província de Goiás: demografia e cotidiano**. São Luiz – MA, v., n., p. 0-0, Jun. 2013

Palacin, Luiz **A história escrita : percursos da historiografia goiana** / Cristiano Alencar Arrais; Noé Freire Sandes (Org.) – Goiânia : Gráfica UFG, 2018

SANT'ANNA, Thiago F. O, **Os abolicionismos na cidade de Goiás: pluralidades e singularidades nos anos de 1880**. In: Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.2, n.2, , jul./dez. 2013

SANT'ANNA, Thiago F. O, **Os abolicionismos na cidade de Goiás: pluralidades e singularidades nos anos de 1880**. In: Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.2, n.2, p.93 , jul./dez. 2013

SILVA, Eduardo. **Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia**. In: REIS, João J.; _____. (Orgs.). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

SILVA, Martiniano J. **Quilombos do Brasil Central**: violência e resistência escrava.

SILVA, Rodrigo. **Pilar de Goiás**: a vila entre a memória, a história e a materialidade, São Paulo, 2017.

SLENES, Robert. **Malungu, gnoma vem! África coberta e descoberta do Brasil**. Revista da USP. dez-jan-fev, nº 12. 1991-1992.

A IMPORTÂNCIA DOS CARTÓRIOS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

*Demisley Ferreira de Souza Girão*¹⁷⁸

RESUMO: O presente artigo aborda a tutela do patrimônio cultural por parte dos Cartórios, utilizando de procedimentos como tombamentos, registros civis e registros de títulos e documentos. Os bens tombados, conforme determina o Art. 13 do Decreto-Lei 25/1937, apresenta o Cartório de Registro de Imóveis como responsável de fazer constar em seu registro o Tombamento. Os Cartórios de Registros Civis das Pessoas Naturais, evidencia a identidade, memória e ancestralidade das pessoas que usam deste serviço. É responsável pelo registro de nascimento, casamentos e óbitos, ficando assim registrados marcos da vida civil das pessoas. O Cartório de Registro de Títulos e Documentos, possui a particularidade de ser um registro residual e nele a possibilidade de registrar saberes e fazeres de uma comunidade local. Percebe-se que os acervos destas serventias extrajudiciais, são ricas fontes que guardam memórias, história e identidade.

Palavra-chave: *Importância, Cartório, Patrimônio Cultural.*

A proteção do patrimônio cultural brasileiro em seu caráter geral e amplo compõe a visibilidade pela coletividade sem as omissões por parte do Estado e do poder público em garantir o acesso a qualquer informação ou relevância quanto o valor cultural, a essência e principalmente sobre a preservação e a conservação de um bem cultural. (MIRANDA, 2017).

Nesse diapasão encontra-se base o que a própria Constituição de 1988, art. 216, § 1º já havia determinado quanto aos procedimentos em face da intervenção na proteção de qualquer patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, mas que de forma alguma pudesse deixar de lado a participação da sociedade na proteção do patrimônio cultural.

Segundo as lições de Miranda, (2017: 4), ao estudar sobre o alcance da Constituição Federal de 1988 na proteção do patrimônio cultural de forma compartilhada com a sociedade, afirma que:

Com efeito, não existe taxatividade acerca dos instrumentos que podem ser utilizados para se proteger o patrimônio cultural brasileiro. Ao contrário, qualquer instrumento que seja apto a contribuir para a preservação dos bens culturais em nosso país (mesmo que não se insira entre aqueles tradicionais) encontrará amparo no artigo 216, parágrafo

¹⁷⁸ Mestrando em Estudos Culturais, Memórias e Patrimônios - Mestrado Profissional, pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, demisley@hotmail.com, Orientadora: Professora Dr^a. Gislaíne Valério de Lima Tedesco

1º, parte final, da CF/88, que instituiu o princípio da máxima amplitude dos instrumentos de proteção ao patrimônio cultural. (MIRANDA, 2017: 4).

Neste sentido, nos deparamos com a possibilidade de utilizar outros mecanismos para maximizar a proteção patrimonial. Fica evidente que as Serventia extrajudiciais, conhecidas popularmente como Cartórios, possuem em seu cerne a proteção patrimonial de forma não institucionalizada, e assim o fazem de forma indireta. A exemplo disso, vimos a estrutura matricial de registro de imóveis trazidos pela Lei 6015/73, bem como o sistema anterior que era feito através das transcrições. Nas serventias de registro de imóveis, é possível descobrir quem são os atuais proprietários, e quem são os anteriores, de forma registrada, com toda a história daquele bem imóvel.

Ante a isso a vislumbramos a necessidade de desenvolver uma pesquisa que se deslinda a estudar o patrimônio cultural brasileiro e seus reflexos mais importantes quanto ao seu registro e tombamento nos Cartórios de Registros de Imóveis da cidade de Goiás – GO. Na oportunidade, após o levantamento feito nesta Serventia, vimos a necessidade de avançar na pesquisa, para realização de tais registros.

Nessa perspectiva, a metodologia a ser utilizada na elaboração deste projeto deslinda-se a possibilitar o acesso da sociedade aos registros e averbações por meio de parcerias com os órgãos competentes que abrirão caminho para adentrar com esse procedimento nos demais bens tombados no Estado. Tais averbações, serão realizadas a requerimento do próprio IPHAN, gozando de isenção quanto ao pagamento dos emolumentos, conforme consta no Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial.

Os Cartórios de Registro de Imóveis traduzem no importante papel do deixar escrito e documentado, toda a cadeia dominial dos bens, e pode ser utilizado para buscar dados históricos e ainda através de restrições administrativas como o tombamento ou ainda pela desapropriação, desempenham um papel relevante na proteção de bens imóveis de interesse para a coletividade, o que demonstra que o registro por parte do cartório é fundamental no respeito ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

Infere-se que a supremacia do interesse público sobre o privado em relação a tutela do patrimônio cultural tem o condão de coibir qualquer forma de arbitrariedade por parte de quem faça uso ou gozo do bem cultural, pois essa supremacia alcança a todos na sociedade sem distinção.

Segundo Diene, (2019: 12), ao estudar sobre a supremacia do interesse público como um dos princípios norteadores para a intervenção do Estado na propriedade privada, afirma que:

A administração pública possui alguns privilégios sobre o particular, sendo base para os atos administrativos como desapropriação, ocupação, requisição, inclusive como base ao poder de polícia, entrelaçado com a realização das finalidades de interesse público e para que a administração pública possa atuar de forma mais independente sem que necessite de autorização do poder judiciário para agir. (DIENE, 2019: 12).

Nesse sentido, o papel do registro tem a sua relevância na forma organizar e proteger qualquer título público ou privado na sociedade, assim como os próprios direitos da personalidade que acompanha a sociedade com base na Lei nº 6.015/73, e na Lei nº 10.406/02 e que por isso requer atenção especial. (BRASIL, 2002)

No que tange o registro em cartório, quanto à vida civil, tratando agora de outra Serventia, ou seja, o registro civil das pessoas naturais, verifica-se que desde o nascimento até o fim da personalidade civil com a morte – real ou presumida – o registro compõe a identidade e essência de tudo o que seja relevante para a sociedade e que de forma alguma poderia deixar de ser mantido por força do papel importante que tem o registro.

Ademais, o próprio direito civil confere a todos os indivíduos, títulos, bens móveis e imóveis, o direito de serem registrados em cartórios competentes exatamente para que nenhum direito público ou privado sofra violação ou arbitrariedade em face de seu uso e reconhecimento.

A organização por parte do cartório de registro é indispensável ao funcionamento do Estado democrático de direito, pois este pode ser considerado como auxiliar do direito civil em relação ao fiel cumprimento da garantia de segurança, autenticidade, publicidade e eficácia aos fatos, atos e negócios, e assim o adequado exercício dos direitos pelos cidadãos. (BRASIL, 1994).

Os serviços notariais e de registros possuem o papel importante na prestação jurisdicional a qualquer cidadão ou situação decorrentes dos atos da vida civil, bem como já preconizava a Lei nº 6.015/73, em seu art. 1º, caput; e a Lei nº 10.406/02, em seu art. 9º, caput, expressando o dever de segurança jurídica e social que mereça atenção e proteção.

Nos termos das citas leis, verifica-se o que os aludidos artigos determinaram em face do dever de registro por parte dos serviços notariais e de registros:

Lei nº 6.015/73 – Lei de Registros Públicos

Art. 1º Art. 1º Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei.

§ 1º Os Registros referidos neste artigo são os seguintes:

- I - o registro civil de pessoas naturais;
- II - o registro civil de pessoas jurídicas;
- III - o registro de títulos e documentos;
- IV - o registro de imóveis.

§ 2º Os demais registros reger-se-ão por leis próprias.

§ 3º Os registros poderão ser escriturados, publicitados e conservados em meio eletrônico, obedecidos os padrões tecnológicos estabelecidos em regulamento. [...]

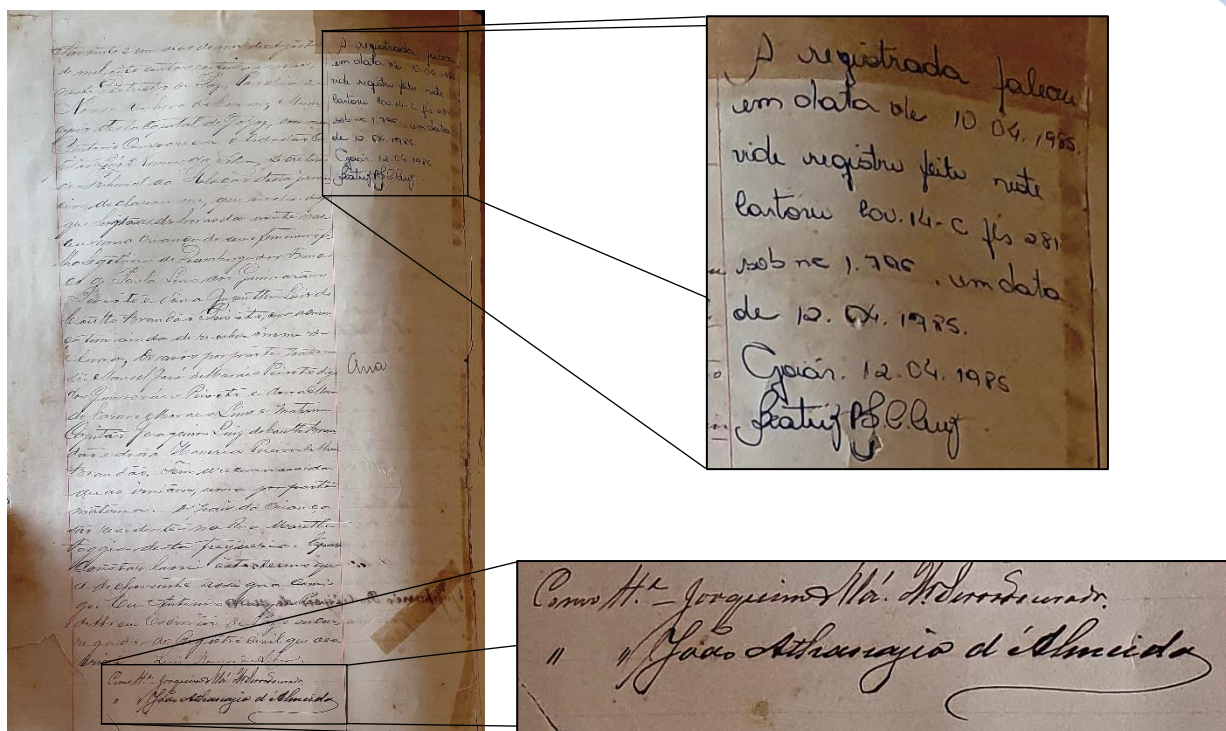
Lei nº 10.406/2002 – Código Civil

Art. 9º. Serão registrados em registro público:

- I - os nascimentos, casamentos e óbitos;
 - II - a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;
 - III - a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
 - IV - a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- (BRASIL, 1973; 2002).

Nesse diapasão o próprio ordenamento jurídico ao conferir a proteção dos direitos inerentes ao ser humano através do registro público, fez com que nenhum direito pudesse perecer com o decurso do tempo, pois com o registro averbado, é possível que o acesso às informações chegue a qualquer interessado.

Para exemplificar e demonstrar a importância do registro por parte do serviço notarial cita-se o registro de nascimento de Cora Coralina, bem como a averbação de seu óbito, cuja foto fora tirada no Cartório de Registro Civil da cidade de Goiás:

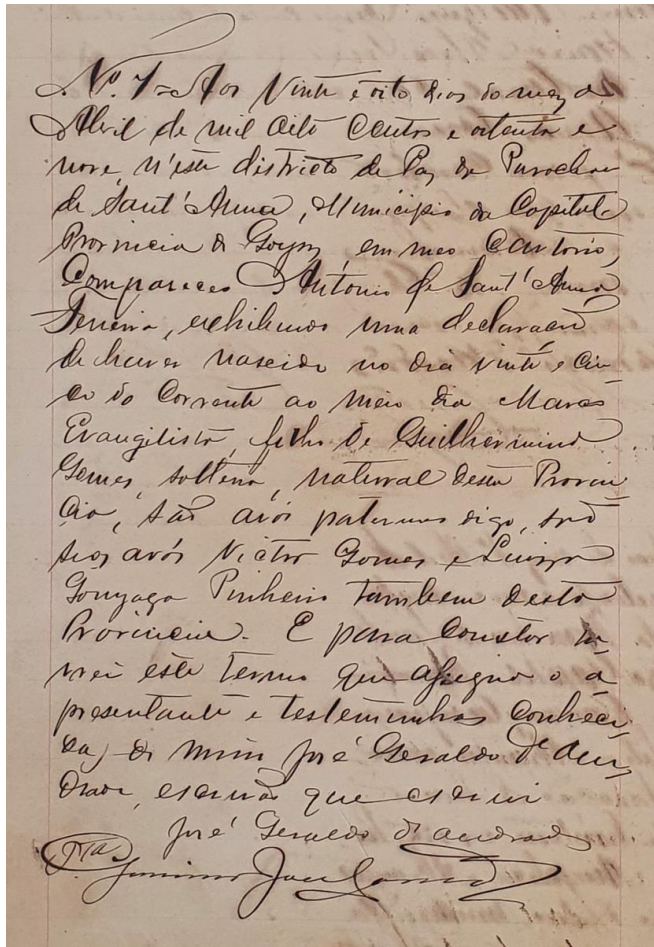


Registro de nascimento de Cora Coralina, anotação do seu óbito e assinatura do Oficial.

Ana Lins dos Guimarães Peixoto conhecida como Cora Coralina, nasceu na cidade de Goiás, no Estado de Goiás, no dia 20 de agosto de 1889. Foi uma poetisa brasileira de muita importância para as vozes femininas da literatura brasileira, tendo o seu primeiro livro – O Poema dos Becos de Goiás e Estórias Mais – publicado em 1965, aos 75 anos de idade, dentre muitos poemas escritos, vindo a falecer na cidade de Goiânia, em 10 de abril 1985. (FRAZÃO, 2021: 1).

Diante disso, fica demonstrado o quão necessário e indispensável o serviço de registro nos cartórios quando é possível acessar dados como os constantes de Cora Coralina e que fazem parte de momentos marcantes para o contexto histórico vivenciado pela cidade de Goiás, por exemplo, assim como, para a literatura brasileira, algo que certamente só é possível com a proteção e a preservação dos registros e averbações por parte dos cartórios de registros.

Ainda em pesquisa junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da cidade de Goiás, no Livro de nº 1, de registro de casamento, faz constar o casamento de nº 1, realizado na cidade de Goiás, no dia 28 de abril de 1.889, conforme visto na certidão abaixo:



Registro de Casamento, nº 1 fls. 1 do RCPN de Goiás

O casamento é um marco na vida civil das pessoas dentro de uma sociedade moderna. Através do registro dos casamentos podemos identificar quais as uniões civis que a pessoa teve, buscar registros e documentos sobre uma determinada pessoa. Ainda possibilita buscas de convívio de determinadas pessoas, tendo em vista que nos registros de casamentos, é possível identificar as testemunhas que declaram que conheciam os nubentes. Uma forma de guardar por escrito memórias e identidade.

Nesse contexto, a própria doutrina caracteriza os serviços notariais e de registros como auxiliar da aplicação do direito civil, embora sejam tais serviços privatizados por parte do Estado, mas que por meio de lei específica – Lei nº 8.935/94 – organiza e sistematiza as suas competências e alcança a segurança jurídica e social necessárias para a averbação e os registros públicos.

Destarte a Lei nº 8.935/94, denominada de – Lei dos Cartórios, os arts. 1º, caput, e 4º, caput, estabelecem o seguinte:

Art. 1º Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

Art. 4º Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos. (BRASIL, 1994).

Tendo em vista que os serviços de registro por parte dos cartórios seguem o disposto no ordenamento jurídico em face da garantia da segurança jurídica quanto o arquivamento, guarda de livros e documentos.

A autenticidade, a segurança jurídica e publicidade alcançam também em detrimento da proteção sobre os imóveis e suas relações e seus efeitos no cotidiano, tendo em vista que é de competência dos serviços notariais e de registros que os imóveis possuam o mesmo cuidado que os direitos da personalidade possuem. Vale destacar que pelo princípio da publicidade supracitado os documentos de tais serventias são de acesso público, ressalvados algumas restrições, sendo assim possível buscar árvores genealógica, ancestralidade, origem e outras buscas pelos antepassados.

O registro de títulos e documentos, amparado pela Lei dos Registros Público, tem como objetivo central dar publicidade a títulos e que estes tenham efeitos contra terceiros, também possui outras funções, tendo em vista o que está previsto no inciso VII da LRP que denota a possibilidade de registrar quaisquer títulos (LOREIRO, 2017: 439), isso não se confunde com os títulos que são registráveis no registro de imóveis, que possui uma função já determinada no ordenamento jurídico brasileiro. O doutrinador ainda salienta que “não apenas os títulos e instrumentos podem ser objeto de registro, mas também todo e qualquer documento, seja qual for o seu conteúdo ou a sua natureza jurídica” (LOREIRO, 2017: 440). O registro de títulos e documentos acaba sendo possível registrar neles quaisquer outros documentos que não possui uma determinação legal de onde o registrar.

O patrimônio cultural não consiste apenas no seu aspecto ambiental, mas exatamente no que representa para compor a identidade e memória local, e que a sua destruição ou violação pode acarretar no perecimento do próprio lugar em que está inserido, por isso é que o dever de guarda, proteção e preservação não poderia ficar a cargo apenas do IPHAN, (SOARES, 2009: 435).

Sob essa premissa, através da possibilidade explicitada por Loureiro e a hipótese de Soares, nos deparamos quanto à possibilidade de salvaguardar os patrimônios imateriais como saberes e fazeres locais, através dos registros nos Cartórios. Com um requerimento dirigido ao Oficial de Registro de Títulos e Documentos, que está presente

em todas as comarcas, é possível registrar documentos diversos, fotos, poesias, letras de músicas, receitas, modos de fazer e quaisquer outras forma e expressões de arte e cultura.

O interessado pode procurar a Serventia de sua cidade, através de um requerimento escrito, solicitando o registro do documento em questão, e declarar que tal registro não tem efeito jurídico e seu registro será feito para mera conservação. Ao momento do registro, este documento ganha publicidade, tendo acesso à certidão deste documento qualquer interessado, e sua conservação será perpétua

A proteção garantida pelo Estado em razão do patrimônio cultural brasileiro, pode ser efetuado nas serventias extrajudiciais, não deixando tal responsabilidade apenas para o IPHAN por se tratar do contexto histórico de um determinado bem cultural.

Vale ressaltar que num contexto histórico e jurídico em relação à proteção patrimonial, o Decreto-Lei nº 27/1937, consagrou em seu Art. 13 os Cartórios de Registros de Imóveis como ferramenta de proteção patrimonial, tipificando que os bens tombados devem ser averbados ao lado da transcrição do domínio. (BRASIL, 1937). As lições de Melo, (2010: 35), nos fazem observar que:

A publicidade registral é tida como um dos tesouros mais preciosos do amadurecimento do espírito jurídico, uma nova forma de ser do direito de propriedade sobre o qual se assentam o sistema financeiro, a tutela do crédito e a segurança das transações imobiliárias. A publicidade registral é a exteriorização continuada e organizada de situações jurídicas de transcendência real para produzir cognoscibilidade geral *erga omnes* e com certos efeitos jurídicos substantivos sobre a situação publicada. (MELO, 2010: 35).

Sob essa premissa, o registro dos imóveis tombados por parte do cartório de registro de imóveis não constitui mera forma de romper a competência estabelecida pelo IPHAN, mas sim auxiliar o acesso da sociedade com vistas ao respeito do princípio da publicidade e máxima transparência.

Sobre a aplicabilidade do princípio da publicidade e máxima transparência que regem o papel do registro de imóveis na proteção adequada e acesso da sociedade, Diene, (2019: 11), nos ensina que:

Os atos praticados pelos agentes públicos devem obter ampla divulgação entre os administrados, a fim de que se possa ocorrer a possibilidade de se controlar a legitimidade, e, ainda, a moralidade da conduta dos agentes administrativos. Apenas com a transparência dessa conduta é que poderão os indivíduos analisar a legalidade ou não dos atos e o grau de eficiência de que se revestem, aceitando-se somente a relativização desse princípio em casos imperativos de segurança nacional, segredo de justiça e ainda situação que possa provocar grave comoção nacional. (DIENE, 2019: 11).

Notadamente, o princípio da publicidade e máxima transparência no alcance do registro de imóveis possui o condão de validade por meio a legalidade em face de todos os registros de imóveis que são realizados em conformidade não só com o ordenamento jurídico, mas com base no respeito ao lugar e a sociedade civil.

A proteção sobre a propriedade imóvel faz jus ao uso em conformidade com a sua finalidade e a sua função social, para tanto, o registro no órgão competente pressupõe a validade e a segurança no atendimento do disposto no art. 1.228, caput, e § 1º, da Lei nº 10.406/02. (BRASIL, 2002).

Registra-se ainda que o papel do registro de imóveis na proteção do patrimônio cultural na cidade de Goiás não tem como finalidade retirar a eficácia do ato administrativo por parte do IPHAN em reação aos procedimentos exarados pelo Dec. Lei nº 25/37, mas sim em garantir a amplitude das informações e potencializando os instrumentos de proteção.

A Lei 6.015/73, demonstra um rol taxativo quanto aos registros que devem ser procedidos no livro de Registro Geral, em seu Art. 167. Neste condão, não há qualquer previsão em face do registro sobre qualquer patrimônio cultural nos livros dos cartórios de registro de imóveis, resultando assim, na falta de amparo legal para a proteção do bem cultural por via do registro de imóveis. Porém essa taxatividade aplica-se apenas aos registros que tem por finalidade mudar a relação jurídica do bem em questão. Já as averbações, consagradas no inciso II do mesmo artigo, o rol é apenas exemplificativo possibilitando assim outras as averbações dos tombamentos.

Com tudo, há de observar que diante de situações que possam interferir no interesse particular ou na modificação jurídica do bem imóvel, é aplicável o alcance do seu dever de averbação e de registro como forma de garantir à publicidade do fato e o acesso às particularidades ou pelo menos deveria ser assim na prática.

Diante disso, compreende-se que os atos auxiliares em razão dessa modificação jurídica do bem imóvel, como por exemplo um tombamento, seja possível levar ao registro de imóveis mesmo que não haja tal previsão na Lei nº 6.015/73.

Elucida ainda o Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial de 2021, da Corregedoria da Justiça do Estado de Goiás, que estabelece os serviços extrajudiciais sobre os imóveis, determina em seus arts. 870 caput e incisos VIII, que serão registrados nos Livros 3, o tombamento definitivo. (GOIÁS, 2021).

Ainda o supracitado citado código em seu Art. 790, inciso II, 31, instrui que nos registros de imóveis, serão feitas as averbações do ato de tombamento definitivo dos bens

imóveis, transcrevendo sua integralidade através de registro no Livro 3, registro auxiliar da serventia, além de averbada a circunstância na matrícula ou transcrição do referido imóvel, com remissões recíprocas. (GOIÁS, 2021)

A proteção patrimonial, busca salvaguardar documentos independente da forma, tendo em vista que o reflete a um passado de várias conquistas e perdas vivenciadas a partir das modificações na forma de vida, não deixando que se esvaia pelo tempo. Sem dúvida alguma os monumentos, bens imóveis, que podem ser visitados até hoje graças à sua preservação e proteção que tem a participação direta das serventias extrajudiciais.

A relevância que possui o contexto histórico do patrimônio cultural ultrapassa a imposição legal para compor parte da vida dos habitantes que fazem questão de enfatizar a importância do constante reforço positivo sobre a identidade e memória local como uma das formas de se promover a solidariedade em toda a coletividade.

Diante disso, compreende-se que a contribuição por parte dos Cartórios de Registros de Imóveis, Registros Cíveis das Pessoas Naturais e o Registro de Títulos e Documentos, foram e são elementos de grande relevância na proteção e preservação do patrimônio, tanto material quanto imaterial.

Referências Bibliográficas

BRASIL. LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências, Brasília, DF, 31 dezembro 1973. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios), Brasília, DF, 18 nov 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8935.htm>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Código Civil, Brasília, DF, 10 janeiro 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 jul. 2021.

DIENE, P. Direito Administrativo. Brasília, DF: Saraiva Jur, 2019.

FRAZÃO, D. Cora Coralina. UFPE, 2021. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/cora_coralina/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

GOIÁS. Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás. Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial, Goiânia, GO, 2021.

LOUREIRO, L. G. Registros Públicos - Teoria e Prática. 8ª. ed. Salvador: Jus Podivm, 2017.

MELO, M. A. S. D. O meio ambiente e o registro de imóveis. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

MIRANDA, M. P. Registro de imóveis é um aliado da proteção do patrimônio cultural, 04 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-fev-04/registro-imoveis-protecao-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SOARES, I. V. P. Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro. Belo Horizonte, MG: Editora Fórum Ltda, 2009.

A IDEOLOGIA NACIONALISTA DE AZEVEDO AMARAL: JORNALISMO E MEDIAÇÃO CULTURAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL

*Douglas Pereira Rodrigues*¹⁷⁹

RESUMO: O objetivo desse texto é apontar algumas considerações sobre o pensamento político e a atuação jornalística de Azevedo Amaral. A tese é que seu pensamento político gira em torno do nacionalismo, pensado nos termos de uma ideologia política. O nacionalismo em Azevedo Amaral abarca em um só conceito, várias questões que estavam em voga nas primeiras décadas do século XX no Brasil, como o autoritarismo, corporativismo, democracia, revolução e antiliberalismo. A perspectiva nacionalista ajudaria a pensar um modelo político fosse adequado a realidade social brasileira. Essa ideologia foi expressa de várias formas em seus textos publicados nos jornais, revistas e livros ao longo de sua trajetória jornalística. Nesse sentido, a ideia desse texto é exemplificar através de algumas fontes, como se construiu seu discurso nacionalista.

Palavras-chaves: *Nacionalismo, intelectual, jornalismo.*

Azevedo Amaral foi um jornalista que obteve grande visibilidade durante as primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro. Formado em medicina, mas sem nunca exercer a profissão, dedicou sua vida ao jornalismo, conseguindo uma grande projeção nacional naquele contexto. Ele nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em março de 1881 e seu primeiro artigo foi publicado no jornal, *Gazeta de Notícias*, por volta de 1900, quando ele era representante dos estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Azevedo Amaral é conhecido na historiografia, por fazer parte de um leque de intelectuais que se dispunham a teorizar e a propagandear o regime político do Estado Novo, que se centrava na figura do presidente Getúlio Vargas. Esses intelectuais, das mais diversas áreas, passaram a identificar na figura do Estado, o cerne da nacionalidade, buscando se inserir na organização política do regime.

Esses intelectuais surgem no início do século XX, em um contexto político marcado por profundas críticas ao paradigma liberal da Primeira República, que se aprofundou com a Guerra Mundial de 1914, e teve seu estopim com a Crise de 1929 e

¹⁷⁹ Doutorando em História pelo PPGH-UFG, email: douglas_historia@yahoo.com.br, Orientador: Jiani Langaro, Agência financiadora: Capes.

com a Revolução de 1930 no Brasil. Definiu-se, nesse momento, uma política de massas que entendia que os pressupostos do liberalismo foi ao fracasso e que não poderia solucionar os novos problemas sociais que surgiam. Diversas correntes intelectuais e políticas, antiliberais e antidemocráticas, de diferentes matizes, revelavam extrema preocupação com a questão social e muito se discutia sobre novas formas de controle das massas. Uma das soluções propostas era o controle social por meio da presença de um Estado forte, comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem.

A afirmação de um Estado forte resultou também na afirmação de uma ideologia nacionalista. Após a Revolução de 1930, o regime de Vargas implementou um projeto modernizante que trouxe tanto a construção de um novo Estado como o da Nação para o primeiro plano. A ideologia nacionalista veio como justificativa tanto para o fortalecimento do Estado como para a incorporação de novos setores sociais que emulavam da sociedade.

A ideologia nacionalista surgiu pautado em uma mudança de mentalidade que se formou a partir de uma crise de representação política. Essa crise teve origem nas críticas a democracia liberal e aos partidos políticos, que segundo uma parcela significativa dos intelectuais da época, não representavam a realidade política e social brasileira. Os postulados liberais eram externos em relação à realidade do contexto brasileiro e, nesse sentido, buscava-se fazer uma análise realística dos fatos sociais, pensando um modelo político e social que se adequaria a especificidades brasileiras.

O estudo da trajetória e do pensamento político de Azevedo Amaral é interessante justamente por representar o grande debate em torno da crítica ao liberalismo e a legitimação de um projeto nacionalista de Estado. A atuação como jornalista proporcionou sua participação em uma ampla rede de comunicação e de produção de bens culturais feitos para distintos públicos no Rio de Janeiro. Podemos citar dois públicos principais: um mais amplo, que eram principalmente os leitores dos jornais periódicos, e um mais restrito, que eram os leitores de suas obras, geralmente intelectuais situados no mesmo campo intelectual que o seu. Por esta razão, Azevedo Amaral pode ser considerado um intelectual mediador por excelência, isto é, um produtor de conhecimento e de comunicação de ideias que esteve vinculado a intervenção político-social de seu tempo.

De acordo com Castro e Hansen (2016), a categoria de intelectual mediador tem como objetivo ampliar e complexificar a figura do intelectual, que foi pensado durante

muito tempo, como aquele sujeito pertencente a uma elite letrada, autor de obras fundamentais “pioneiras” que marcaram uma geração ou um contexto. O intelectual mediador pode ser tanto esse sujeito, autor de obras fundamentais, de amplo reconhecimento pelos seus pares, pertencente a chamada “cultura erudita” ou “alta cultura”, como também um tradutor, divulgador, editor de revistas e jornais, que geralmente atua na esfera definida na contraposição da primeira, comumente chamada de “cultura popular”. De acordo com as autoras, o intelectual mediador é simplesmente alguém que conduz uma mensagem ou produto cultural de um lugar ao outro, é o sujeito que transita entre os espaços da “alta cultura” e da “cultura popular”.

Os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Dessa forma, podem ser os que se dedicam a um público de corte determinado como o escolar, o feminino, os sócios ou membros de uma organização, ou comunidade étnica, profissional, por exemplo; ou a um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação. (CASTRO, HANSEN, 2016: 21)

De acordo com as autoras, essa perspectiva de análise traz algumas implicações, uma delas é que o intelectual pode acumular diversas funções e posições ao longo de sua trajetória profissional, isto é, uma pessoa pode ser, ao mesmo tempo, um cientista renomado e a figura principal de uma série de televisão sobre o tema de suas pesquisas, que, assim, podem ser divulgadas para um público mais amplo. Do mesmo modo, um autor de livros acadêmicos pode se dedicar a escrever sobre divulgação cultural ou livros escolares, que não deixam a dever rigor de sua ciência, assumindo assim, somente outros suportes e linguagens que se dirigem a outros públicos leitores.

A ideia fundamental dessa nova perspectiva, é pensar que o mesmo intelectual pode ser “criador” e “mediador”; ser só “criador” ou só “mediador” ou ser “mediador” em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, tendo seu valor reconhecido, quer pelo público, em geral, ou mais restrito. Nesse sentido, as autoras pontuam que o objetivo é não considerar as posições desses sujeitos, como fixas e imutáveis, do mesmo modo que as identidades pessoais ou profissionais. Tanto a figura do intelectual, como sujeito histórico, como sua função e ação política que desempenha na sociedade, devem ser historicizadas.

Azevedo Amaral, enquanto um intelectual mediador, atuou em diversas frentes, como na editoração de jornais, na divulgação de conteúdos para revistas e na tradução e publicação de livros e resenhas e artigos. Ele transitava entre os campos jornalístico e intelectual, dialogando, negociando e debatendo as questões políticas que estavam na ordem do dia¹⁸⁰.

O pensamento político de Azevedo Amaral expressos nesses meios de comunicação se fundamentava em uma perspectiva nacionalista. Para ele, o nacionalismo enquanto ideologia, seria a solução para a crise de representação deixada pela liberalismo implantado no Brasil e estava fundamentalmente ligado a ação política e a intervenção social. De acordo com o historiador John Breuilly (2000), o mais importante em qualquer estudo ou abordagem sobre o nacionalismo é explicar porque essa ideologia se tornou importante nos contextos em que foi produzida. É justamente esse ponto que nos interessou, isto é, pensar como a ideologia nacionalista, expressa no pensamento político de Azevedo Amaral, contribuiu para o processo de legitimação política do Estado Novo.

Suas ideias nacionalistas eram apresentadas para ambos os públicos e se diferenciavam apenas no modo com eram divulgadas. Nos jornais e nas revistas, por exemplo, sua escrita tendia a ser mais objetiva e clara, com um sentido panfletário e pedagógico, cujo o objetivo era seduzir o público leitor. Nos livros, sua linguagem era muito mais teórica e tinha o objetivo de apresentar um estudo fundamentado cientificamente em conceitos e teorias, o que poderia dar legitimidade às suas reflexões. Nesse sentido, apresentaremos a seguir um pouco de suas reflexões apresentadas no campo jornalístico, através de sua passagem por alguns periódicos e revistas da época.

Depois de passar por vários jornais importantes do Rio de Janeiro durante as décadas de 1910 e 1920, como o *Correio da Manhã*, *O País*, *O Jornal*, *Gazeta de Notícias*, seja como colaborador ou editor-chefe, Azevedo Amaral fundou, em 1933, um periódico chamado *A Nação*, em parceria com o escritor Arthur Neiva. Nesse momento, Azevedo Amaral aparece como um jornalista bastante reconhecido e respeitado na capital

¹⁸⁰ Partimos da teoria dos campos de Bourdieu (1997) para analisar o pensamento político de Azevedo Amaral, que operava a partir de dois polos: o campo jornalístico e campo intelectual. De acordo com Pierre Bourdieu (1997), o campo é um espaço social estruturado a partir de um conjunto de forças variadas. Nesse sentido, o campo jornalístico e intelectual seriam campos heterogêneos que operam a partir de múltiplas relações (de concorrência e poder) entre seus agentes especializados. Azevedo Amaral atuava nos dois campos. Até a década de 1920, se dedicou quase exclusivamente ao campo jornalístico; a partir da década de 1930, intercalava entre a atividade jornalística nos jornais e revistas, com a escrita e publicação de suas principais obras, as quais, por sua vez, se endereçavam principalmente a seus pares, os intelectuais.

carioca. Seu último trabalho foi como diretor do jornal *O Paiz*, um dos periodicos mais conhecidos do Rio de Janeiro da década de 1920, mas que foi incendiado logo após o processo da Revolução de 1930 justamente por fazer críticas a Aliança Liberal. O periódico *A Nação*, surge três anos após o ocorrido, em um contexto de grande agitação política e do surgimento várias correntes ideológicas que ambicionavam a direção do Estado.



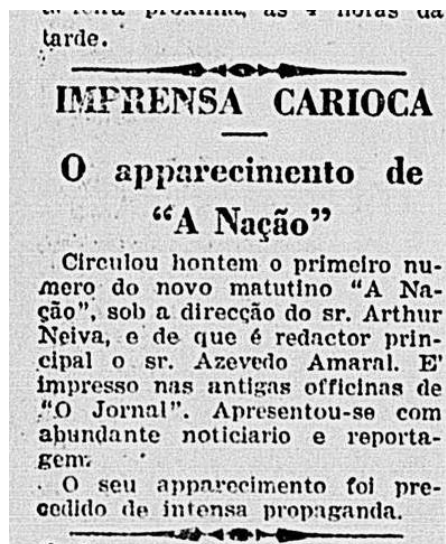
(Capa da primeira edição do periódico *A Nação*)

Em sua primeira edição, o *A Nação* lança uma nota intitulada “Rumos a Seguir” que tinha como objetivo apresentar ao público leitor as premissas ideológicas que iriam permear todas edições do jornal. A nota, escrita por Azevedo Amaral, tentava situar a criação do novo periódico carioca a luz das disputas ideológicas do período, mostrando que a orientação do jornal era fundamentalmente nacionalista e de apoio a causa da Revolução de 1930. Interessante notar a mudança de posicionamento, que antes era de crítica, agora se torna de apoio a revolução. Com o incêndio da sede do *O Paiz*, e consequentemente o apagamento da memória desse jornal, não foi possível verificar os permenores dessa mudança de posicionamento.

A hipótese é que seu apoio se deu na causa da revolução e não nos agentes e nas ideologias que a realizaram. Isso pode ser verificado na sua obra *Ensaio Brasileiro*, publicada meses antes da revolução, em julho de 1930, onde há uma teorização do processo histórico visto por ele como um encadeamento de revoluções que ele denominou de “Revolucionismo”. Nesse sentido, seu apoio parece se dar na ideia de revolução, isto é, como um processo que rompeu com o paradigma liberal da Primeira República que tinha por objetivo regenerar a nação. A nota dizia,

As formas pensantes da nacionalidade pouco a excomungadas do círculo de onde irradiava a direção da vida nacional, em um regime no qual as leis já eram votadas sem debate, e qualquer expressão de crítica inteligente considerada forma perigosa de insubordinação política, retomam, a partir de outubro de 1930, o curso natural das suas finalidades sociais, reaparecendo, nas colunas da imprensa e no livro, como orientadores da obra de reconstrutora da revolução [...] A Nação não traz nem precisa trazer, outras credenciais, além do compromisso, que sua direção assume, de tudo fazer pelo bem do Brasil e de opor-se a realização de tudo que possa prejudicar a marcha evolutiva e vitoriosa da grande pátria, formada a custos de sacrifícios dos nossos antepassados e que os esforços das gerações atuais deverão tornar unida, forte e próspera, para que ela venha a ser, em um futuro próximo, uma das grandes forças do progresso humano. Orientando-se por esse ideal, A Nação, tem seu programa logicamente demarcado pela propugnação de todas as reformas e medidas que concorram para reforçar a coesão nacional, para valorizar o homem brasileiro e para intensificar o aproveitamento do patrimônio constituído pelas riquezas naturais da nossa terra. A defesa da unidade nacional é o dogma sobre o qual baseamos toda a ideologia política que defendemos na nossa ação jornalística. (NAÇÃO, 1933: 3)

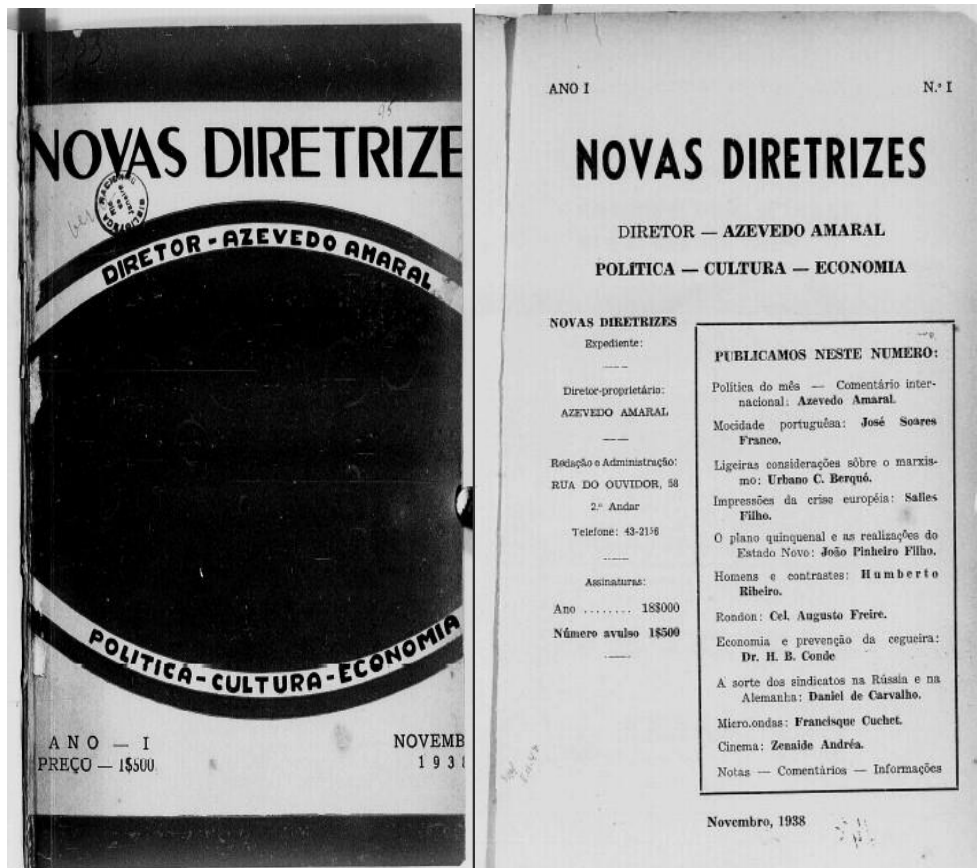
A repercussão do *A Nação* foi positiva no campo jornalístico do Rio de Janeiro naquele momento. Alguns jornais, lançaram notas de boas vindas em seus editoriais falando sobre o novo periódico carioca a exemplo do *Correio da Manhã*.



(Nota do jornal Correio da Manhã)

Vários outros jornais comentaram a estréia de *A Nação*, como *A Noite*, *A Patria*, *Jornal do Comercio*, que foram periódicos que Azevedo Amaral atuou seja como colaborador ou editor-chefe. Isso exemplifica um pouco de como foi sua atuação e sua rede de comunicação no campo jornalístico do Rio de Janeiro na década de 1930.

Além dos jornais periódicos, Azevedo Amaral também escrevia para revistas da época que discutiam principalmente temáticas voltadas a política e a economia. Em 1938, depois de sair da revista *Diretrizes*, do qual fazia parceria com Samuel Wainer, fundou a revista *Novas Diretrizes*, que tinha como objetiva ser um produto de divulgação da ideologia nacionalista do Estado Novo.



(Capa e índice da revista Novas Diretrizes)

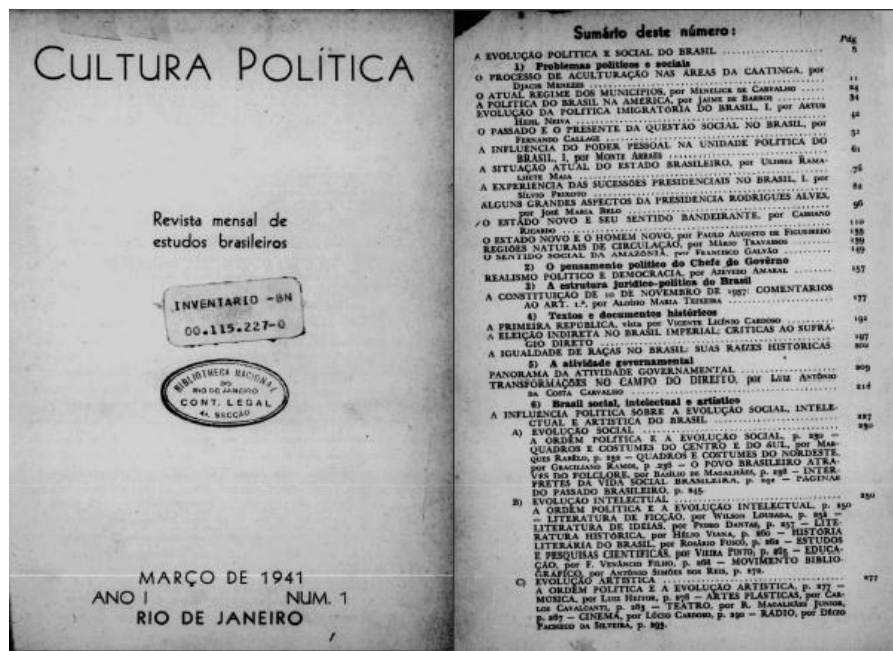
Diferente do periódico *A Nação*, que procurava enquadrar os eventos e os acontecimentos através de uma perspectiva nacionalista, a *Novas Diretrizes*, por outro lado, procurava aprofundar a discussão sobre a ideologia nacionalista e sua relação com a política a economia e a cultura do Estado Novo. Era uma revista que buscava um público que era leitor dos jornais, mas que queria aprofundar seu conhecimento em questões políticas. A revista era composta por uma sessão fixa, intitulada “Política do mês – comentário internacional”, que ficava a cargo de Azevedo Amaral, e o restante era composta por artigos com temáticas voltadas principalmente para a economia e cultura. Em seu primeiro número, Azevedo Amaral escreveu um texto introdutório sobre a perspectiva da revista que dizia,

Seria supérfluo dizer que este periódico não tem ligações partidárias. Mesmo quando na ambiência realística do novo regime não fossem inadmissíveis tendências dessa natureza, o passado jornalístico de quem nunca pertenceu a outro partido senão o do Brasil bastaria para esclarecer os leitores de *Novas Diretrizes* acerca da orientação exclusivamente nacionalista de tudo que se publicar nas suas páginas. O que acabo de afirmar equivale a um programa de solidariedade incondicional com a ordem política de que o Estado Novo é a expressão

orgânica e cuja direção única cabe e não pode deixar de caber ao Chefe da Nação. (AMARAL, 1938:4)

Na ótica da *Novas Diretrizes*, Nação, Estado e Presidente se juntavam em um mesmo plano. Como chefe de Estado, Getúlio Vargas aparece como símbolo da nacionalidade e a expressão da vontade coletiva da Nação. Azevedo Amaral desenvolve esse argumento a partir de uma discussão sobre a perspectiva autoritária, vista por ele como o modelo político de Estado que mais representaria a realidade social do país ao contrário da democracia liberal.

Em 1941, um ano antes de seu falecimento, Azevedo Amaral obteve seu máximo reconhecimento enquanto intelectual, ao ser convidado para publicar um artigo na primeira edição da revista *Cultura Política*, a revista oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo.



(Capa e índice da primeira edição da revista Cultura Política publicada em 1941)

A revista *Cultura Política* foi fundada em 1941 por Almir de Andrade, jornalista considerado um dos principais ideólogos do Estado Novo. A revista contava com uma ampla divulgação nas bancas do Rio de Janeiro e tinha como função ser uma fonte de produção do discurso estado-novista. A *Cultura Política* se configurou, ao longo de sua existência, como uma revista de estudos brasileiros cujo objetivo era mostrar as transformações sociais e políticas do país. Segundo Mônica Velloso (1982), ela incluía diversos assuntos, tais como política, economia, técnica, arte, letras e ciências.

A revista apresentava as seguintes seções: “Problemas políticos e sociais”, “o pensamento político do chefe do governo”, “A estrutura jurídica-política do Brasil”, “Textos e documentos históricos”, “a atividade governamental”, “Brasil social, intelectual e artístico” [...] a defesa da “unificação” da ordem política e social sob a égide do Estado adquire papel fundamental quando, com base neste argumento, se legitima a prática política instituída pelo novo regime (VELLOSO, 1982: 75).

O corpo editorial da revista era composto por grandes nomes do pensamento político da época nas suas diversas perspectivas como Lourival Fontes, Nelson Werneck Sodré, Cassiano Ricardo, entre outros. Apesar da diversidade de correntes e posicionamento, o discurso nacionalista era o fio unificador, isto é, a identidade coletiva deveria sobrepor divergências.

O primeiro artigo de Azevedo Amaral na *Cultura Política*, intitulado “Realismo Político e Democracia”, inaugurou a sessão “O pensamento político do chefe de Governo”. Essa sessão tinha como objetivo interpretar em linhas gerais o pensamento político de Getúlio Vargas, tido com a expressão máxima da nacionalidade e dos novos rumos políticos do Brasil. Nesse artigo, Azevedo Amaral faz uma análise interpretativa da seguinte passagem do livro *A Nova Política do Brasil* de Getúlio Vargas.

"Nada há imutável. A democracia, para sobreviver, necessita de se adaptar aos novos tempos, na procura de um equilíbrio dinâmico entre as concepções políticas que a negam ou querem subvertê-la. O velho conflito da autoridade e da liberdade só admite a sabedoria das soluções concretas e realistas, conforme os sentimentos e as exigências de cada época. Esse oportunismo superior é a suprema inteligência do homem de Estado. "Poderemos formular certas regras, como frutos da experiência do poder. Toda receita seria, porém, precária ou medíocre. "O grande político sempre poria em prática métodos originais ou soluções fora de série. Em minha ação pessoal, nunca deixo de conciliar o Poder com a justiça". (AMARAL, 1941: 157)

Os comentários de Azevedo Amaral sobre essa passagem estão relacionados com conceitos e noções que ele procurou desenvolver ao longo da década de 1930 em suas obras. Todavia, por se tratar de uma revista que tinha como alvo o grande público, Azevedo Amaral simplificava suas análises na medida em que não se preocupava em teorizar e definir muitos dos conceitos e noções presentes no texto. A linguagem do artigo tinha uma função pedagógica com o intuito de apresentar ao público a tese de que ações políticas de Getúlio Vargas seriam dotadas de objetividade e também fundamentadas em

teorias filosóficas que lhe davam legitimidade, e, portanto, não seriam apriorísticas, isto é, sem contado com a realidade nacional.

Sua interpretação girava em torno da crítica a democracia liberal e seus processos de representação política. Sua tese é que a leitura do liberalismo implantada no Brasil se resumiu em uma ficção por não conseguir representar a realidade social brasileira, apenas colocando no poder, as oligarquias regionais. Para Azevedo Amaral, Getúlio Vargas teria dado um novo sentido a democracia dotando-a de realismo político e social.

Para Azevedo Amaral o liberalismo foi uma ideologia que se fundou a partir das necessidades econômicas do capitalismo, representando a vontade das classes econômicas e políticas que aspiravam o poder. Fundada em um caráter fundamentalmente economicista, a democracia liberal com seus partidos políticos não passava de ilusionismo. Na sua perspectiva, a igualdade política da democracia liberal teria se fundado nos ideais da Revolução Francesa a partir de uma ideia de perfeição política. Nesse sentido, caberia aos países conseguir alcança-la através de um processo de evolução lenta e gradual o que ele chamou de cosmopolitismo igualitário.

A partir de 1937, Getúlio Vargas teria dado um novo significado a democracia, ao mudar o sentido da noção de representação política se fundamentando em uma perspectiva nacionalista. O nacionalismo pensado nesses termos, seria uma reação a democracia liberal ao mesmo tempo em que se traduziria em um realismo sociológico.

O nacionalismo, que pode ser considerado o dogma primacial proclamado pelo pensamento político do século XX, contrapõe-se assim em uma posição de intransigente antagonismo à ideia da generalização mundial de instituições padronizadas. O credo da uniformidade política universal promanado do cosmopolitismo humanitário e equalitário do século XVIII. (AMARAL, 1941: 167)

A perspectiva nacionalista apresentada por Azevedo Amaral parte da ideia de que cada nação é uma entidade sociológica singular, e, portanto, deveria elaborar suas próprias instituições políticas a partir de sua realidade social.

Podemos, pois, dizer que o primeiro esforço concreto no sentido da adaptação da democracia aos tempos novos, a que aludiu o Presidente no trecho em torno do qual tecemos essas considerações, tem de consistir no reconhecimento do imprescindível caráter nacional de toda a organização política. (AMARAL, 1941: 168)

Esse novo reajustamento da democracia e sua ideia de representação política tinha como síntese o corporativismo. O corporativismo seria um tipo de sistema político-

econômico realístico na medida em que substituiria a noção individualista da democracia liberal.

A principal causa do desvirtuamento da ideia democrática na democracia moderna foi a heresia da igualdade. Partindo da ideia arbitrária e contraditória à realidade natural e à experiência humana de que todos os homens eram iguais, valendo cada um apenas como unidade numérica no conjunto do corpo nacional, o liberalismo democrático desvirtuou e perverteu todas as instituições, colocando o erro e a ilusão em lugar das realidades, que deveriam ter servido de alicerce à construção do Estado. (AMARAL, 1941:169)

Para Azevedo Amaral, a nova democracia seria a democracia das corporações e do partido único. Segundo ele, o erro do liberalismo econômico não consistiu no valor da iniciativa individual na esfera econômica, mas o exagero desse princípio como manutenção da ordem social e política do Estado. O corporativismo seria espécie de rede de interesse, como núcleos organizados por sindicatos, que, por sua vez, eram representados pelos profissionais de cada área. Nesse sentido, o corporativismo seria um tipo de organização que representaria os interesses do povo na medida em que eles estariam incorporados a máquina pública do Estado.

Azevedo Amaral, enquanto intelectual mediador, fez do jornalismo sua área de atuação e de intervenção política e social. Seus trabalhos tinham como principal objetivo atingir a opinião pública acerca da importância de um projeto político que garantisse unidade nacional. Suas diversas passagens pelos vários jornais periódicos do Rio de Janeiro, desde os anos de 1910, garantiu a ele uma grande notoriedade no campo jornalístico daquele contexto.

O campo jornalístico, de acordo com Traquina (2005), começou a ganhar força nas sociedades ocidentais durante o século XIX com o desenvolvimento do capitalismo e os processos de industrialização, urbanização, educação em massa e com o progresso tecnológico. Para o autor, as notícias se tornaram, simultaneamente, um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital das teorias democráticas, e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social. Para esse autor, essa crescente busca de inovação por parte dos jornais, bem como a consolidação da profissão de jornalista, acompanharam diretamente uma tendência histórica pela modernização e industrialização da sociedade.

Nesse sentido, imprensa periódica situada no Rio de Janeiro, no início do século XX, funcionava como um espaço de disputa pela legitimidade das narrativas e,

consequentemente, pelo poder. Publicar e ter espaço, principalmente nos jornais de grande circulação, era o passaporte para o sucesso profissional, seja como jornalista ou como intelectual. Portanto, foi nesse contexto, marcado por profundas mudanças no campo político, que Azevedo Amaral se consolidou com um dos grandes jornalistas e intelectuais da chamada Era Vargas.

Referências:

CORREIO DA MANHÃ. **Correio da Manhã**, ed. 11392 Jan, 1933.

CULTURA POLÍTICA. **Cultura Política**, ed. 1, Mar, 1941.

NOVAS DIRETRIZES. **Novas Diretrizes**, Ed. 1. Jan, 1938

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BREUILLY, John. BALAKRISHNAN, Gopal (Coautor). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CASTRO, Gomes Angela; HANSEN, Santos Patricia. **Intelectuais Mediadores**: Práticas culturais e ação política. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Uma configuração do campo intelectual**. In: Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro. ed: Zahar editores, 1982, Págs 71-100.

DOS CAMINHOS HISTÓRICOS AOS DESAFIOS DA PATRONIALIZAÇÃO: ENTRE OS DOIS CENTROS URBANOS NA CIDADE DE GOIÁS

*Edinéa de Oliveira Angelo*¹⁸¹

RESUMO: O presente artigo é uma reflexão acerca da complexa relação entre duas centralidades da cidade de Goiás, representadas pelo histórico e o econômico, tendo como eixo principal os aspectos que atuam na composição de uma linha imaginária, “produto de uma divisão” o qual separa o perímetro tombado e os bairros periféricos, por conseguinte afeta as combinações de usos e o convívio social entre os espaços urbanos. A partir dessas considerações, como parte do processo construtivo, foram abordados no artigo a importância de uma gestão compartilhada entre as diferentes instâncias de governo, na preservação do patrimônio histórico, e estudos que fundamentam à qualidade de vida, mobilidade humana e a valorização dos espaços públicos, com vista à possibilidade de uma expressão coletiva e individual. Para tanto se destacou a importância de um planejamento urbano, elaborado cuidadosamente, a fim de obter um equilíbrio os dois centros.

Palavras-chave: *centralidades, gestão compartilhada, convívio social, planejamento urbano.*

Introdução

O tema do presente artigo é o estudo sobre a inter-relação entre os espaços urbanos na cidade de Goiás, destacando a importância da gestão compartilhada como estratégia de integração. Historicamente, as cidades podem ser percebidas como grandes laboratórios de análise das relações sociais, propensas a tentativas e erros, fracassos e sucessos, quando se refere a construções e planejamento urbano. Neste estudo, estão selecionados para análises dois ambientes urbanos presentes e representativos na cidade de Goiás: o Centro Histórico e o bairro João Francisco, o antigo e o atual centro econômico, respectivamente.

O objetivo geral é compreender a complexa relação entre as duas centralidades, envolvendo peculiaridades distintas e princípios derivados do comportamento de uma

¹⁸¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG). Endereço eletrônico: arq.edinea@hotmail.com. Orientador: Prof. Dr. Cristiano Alexandre dos Santos

sociedade seletiva. Assim, no decorrer da produção do artigo, algumas situações de segregação espacial e social serão identificadas, elas dificultam a interação econômica e a combinação efetiva de usos entre os centros.

O problema que guiou a produção deste estudo foi: como a falta de uma gestão compartilhada entre as diferentes esferas do poder público contribui com o distanciamento entre os bairros da cidade de Goiás. Ao refletir sobre a complexa relação existente entre os dois núcleos urbanos, o estudo utiliza secundariamente a problematização construída por Jane Jacobs (2019) em *Morte e vida de grandes cidades: o que faz o centro urbano econômico se deslocar?* A hipótese aqui levantada é que esse processo ocorreu na cidade de Goiás sem um planejamento coordenado e sem a construção de uma estrutura física urbana favorável que, diante de uma mobilidade humana fragilizada, incidiu no afastamento e na instabilidade entre os dois espaços. Embora essa situação tenha ocorrido, ela não impediu o dinamismo econômico dos dois bairros vizinhos, que apesar de individualizados e com diferenças significativas eles preservam alguns vínculos vitais.

Como parte das distinções, é possível perceber que no centro histórico mesclam-se ações promovidas por instâncias governamentais federais voltadas à preservação de áreas públicas e prédios históricos, como estratégia de manutenção e valorização de uma área tombada, desde 1978, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), enquanto no bairro João Francisco, mesmo com sua vitalidade econômica, é notável a ausência de ações do poder público, que acarreta na precariedade das vias essenciais de ligação e lazer, sem as pré-condições para fortalecer a relação entre os centros e os bairros residenciais adjacentes.

Foram formuladas outras questões que, em conjunto ampliam a problematização norteadora deste estudo: de que modo se estabelecem as relações dos moradores dos dois espaços com o sítio tombado? A patrimonialização do centro histórico pode ser um fator de isolamento? Existe alguma dificuldade de entender que o centro histórico e o bairro João Francisco pertencem igualmente à sociedade vilaboense?

As possíveis respostas recaem sobre a falta de uma gestão compartilhada entre as diferentes instâncias de governo, incluindo a esfera municipal, estadual e federal. Essas não promoveram políticas públicas baseadas em um planejamento democrático, coordenado e estratégico que pudesse estar voltado para a interação e integração. Além dessa ausência, construiu-se a noção de que existe uma cisão entre os dois espaços, o que reforça a necessidade de compreender esse processo a partir da análise do contexto

histórico local, sobretudo da evolução urbana resultante de um desenvolvimento, em geral, espontâneo.

Reflexões conceituais

O centro histórico da cidade de Goiás é essencialmente constituído pelo conjunto de espaço e edifícios tombado que integram o patrimônio local reconhecido pela UNESCO como patrimônio da humanidade. No estudo sobre a preservação do perímetro arquitetônico tombado faz-se necessário adentrar a noção de patrimônio cultural. Márcia Chuva (2012, p.147) o classifica como ponto de partida [...] “para orientação das políticas públicas de preservação cultural”.

A definição desse conceito passou por transformações ao longo da história. A noção de patrimônio cultural surge no período de grande desenvolvimento tecnológico, marcado pela Revolução Industrial na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII, a qual ocasionou em escala mundial grandes mudanças sociais, econômicas, políticas e ideológicas. Segundo Françoise Choay (2006, p.127) o processo da industrialização em geral ocorreu de forma natural que [...] “contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico”.

Contudo, o valor histórico atribuído aos edifícios antigos, passa a ser reconhecido no final do século XVIII durante a Revolução Francesa, período que institui [...] “uma nova ordem política e jurídica social econômica, que consolida o conceito de nação e de nacionalidade e reconhece os direitos fundamentais do homem” (TORELLY, 2012, n.p.).

A partir de então, a virada do século XIX marca um período no cenário mundial de inúmeros acontecimentos políticos, em meio a conflitos e [...] “descobertas das ciências físicas e químicas” que somado a novas e sucessivas contribuições de “diferentes países europeus para a teoria e as práticas de conservação do monumento histórico” culmina no chamado “marco simbólico”, momento pelo qual é elaborada a Carta de Veneza, em 1964 (CHOAY, 2006, p.126).

Nas cidades da América Latina, ao adentrar o século XX, o processo histórico e a valorização do patrimônio cultural dar-se de forma tardia em relação ao ocorrido na Europa. No Brasil, por exemplo, através de longo tempo, acreditou-se que o legado europeu era o que se tinha de valor, sem considerar o próprio patrimônio cultural, tampouco a existência de políticas de patrimonialização (PAES, 2015).

Isso, entretanto, tende-se alterar a partir do manifesto-cultural dedicado a Semana de Arte Moderna de 1922, cujo cenário, segundo Luiz Torelly¹⁸² (2012, n.p.) revelou [...] “novos valores estéticos identificados com as vanguardas europeias”. Desta forma os artistas envolvidos com o evento propuseram nova visão artística, afastar dos padrões europeus [...] “para produzir uma arte e cultura genuinamente nacionais”, questionar os padrões impostos pelas instituições e romper com o passado acadêmico, iniciando assim, a partir dos anos de 1930, uma revolução estética e o Movimento Modernista no Brasil.

Em relação a representatividade institucional, foi a partir de diversas ações culturais promovidas na segunda década do século XX que disseminou a ideia de criar [...] “uma instituição nacional de preservação do patrimônio cultural” (TORELLY, 2012, n.p.). Com essa perspectiva, em 1937 sob a estrutura do então Ministério da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, durante o regime autoritário do Estado Novo implantado no Brasil, com o entendimento de que o patrimônio baseava no conceito de um valor inerente aos bens, consolida-se o texto do Decreto-Lei nº 25/1937, proposto por Rodrigo Melo Franco de Andrade, e institui-se naquele ano o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (CHUVA, 2020).

Após 30 anos à frente do SPHAN/DPHAN, Rodrigo Melo Franco nomeia o arquiteto Renato Soeiro, Chefe da Divisão de Conservação e Restauração da DPHAN e colaborador presente nas duas últimas décadas de sua administração, para assumir de 1967 a 1979 a então diretoria, sem apresentar muitas alterações significativas enquanto assumiu o cargo, em termos da política institucional (AZEVEDO, 2013).

Em meio a ascensão econômica e turbulências sociopolítica que o Professor Aloísio Sérgio Magalhães em 1979, após articular politicamente, é nomeado à direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, referência instituída ao órgão desde 1970, o qual passaria, a partir de então, chamar Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (TORELLY, 2012.).

A nova gestão de 1979 a 1982, Aloisio Magalhães idealizava o rompimento com o estabelecido, “tinha como objetivo a conferir às manifestações culturais um carácter dinâmico, processual e transformador” (ibidem, n.p.).

¹⁸² Luiz Philippe Torelly, arquiteto e urbanista, especialista em planejamento urbano e habitacional e preservação do patrimônio cultural.

No ano de 1985 o país completava duas décadas sob uma ditadura militar, nesse período evoluía o processo de redemocratização e a sociedade civil almejava por maior participação. Surge assim, [...] “a necessidade de um longo processo para se estabelecer e consolidar a legislação e as instituições de uma cultura democrática” (SALES, AZEVEDO, 2013, p.151).

A partir de então, os novos cenários da democracia da Constituição de 1988 [...] “ampliou consideravelmente a quantidade das matérias constitucionalizadas, e remeteu à legislação complementar da união a normatização de muitos de seus dispositivos” (SOARES, 2018, p. 86). A dinâmica das políticas urbanas também foi alterada, expandiu a participação dos setores organizados da sociedade e da população, até mesmo na construção do conceito de “Patrimônio Cultural”.

Ainda no contexto da proteção do patrimônio cultural, o 1º parágrafo do art. nº 216 da Constituição Federal de 1988¹⁸³, no que segue ao inciso V, dispõe da competência do “Poder público, com a colaboração da comunidade” (BRASIL, 1988). Nesse trecho, torna-se evidente a presença da sociedade civil como agente integrante da evolução e prática na [...] “preservação do patrimônio cultural brasileiro, junto aos diferentes níveis de governo – união, estado e municípios” (COELHO, 2013, p.57).

Essa referência sobre a “preservação do patrimônio cultural” em esfera municipal, encontra-se mais evidente no inciso IX do art. nº 30 da Constituição Federal de 1988¹⁸⁴, em que estabelece a administração do município a participar da gestão do seu patrimônio cultural em uma ação compartilhada entre a União e o Estado, com atenção indispensável à legislação e ação do órgão fiscalizador: federal e estadual.

Assim como a Constituição Federal de 1988 simboliza a autonomia dos municípios, diante da inclusão de um conjunto de medidas constitucionais e legais, autores como Helena Sales e Nilo de Azevedo apontam que algumas dessas [...] “colaboraram de forma especial para a formação de políticas locais participativas,

³ “Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988).

(...)

⁴ “Art. 30 - Compete aos Municípios:

favorecendo o surgimento dos conselhos municipais, inclusive os de Proteção do Patrimônio Cultural” (2013, p.151).

Por sua vez, a “política de desenvolvimento urbano” na atual história constitucional é citada sem normativas legais, [...]“de controle do uso e ocupação do solo, nem tão pouco de associação e criação de novas práticas de preservação dos sítios históricos urbanos” (BRAZ, 2013, p.130), apesar das diretrizes dessa política urbana estarem conectadas ao ato regulamentar que será aprovado somente em 2001. O então, Estatuto da Cidade¹⁸⁵, assim chamado, provavelmente corresponda a primeira normatização federal que integra o patrimônio cultural como instrução essencial para o desenvolvimento urbano.

Recorte histórico do antigo e atual centro econômico

A incorporação do espaço goiano ao sistema colonial português ocorre em um cenário de buscas mercantilistas que se arrastaram entre os séculos XVI e XVIII, pautada na busca pelas riquezas do garimpo, nas conquistas e desapropriações. Essas possibilidades moviam várias expedições em direção ao interior do Brasil. Segundo a pesquisa de Paulo Bertran (2002), a descoberta das minas de ouro nos sertões brasileiro, ainda no final do século XVII, traria os bandeirantes da Vila de Parnaíba-SP até Goiás, “atravessando os rios Paranaíba, Corumbá e Meia Ponte, montando roça em Anicuns, onde estacionaria até a colheita” (BERTRAN, 2002, p. 14).

Inspirado em relatos de expedições passadas, Bartolomeu Bueno da Silva, sob orientação real, seguindo os desígnios de seu pai, em 1726, estabelece o Arraial de Sant’Ana “para manter a ordem e o arcabouço tributário dos recém-descobertos veios auríferos” (BOAVENTURA, 2007, p. 66).

Assim sendo, observa-se que, desde a fundação do Arraial de Sant’Ana até a sua ascensão à capital Vila Boa de Goiás, muitos dos acontecimentos “como relata-se a seguir” contribuíram para a formação de uma sociedade que se fez resistente e, das tradições, se reinventou no contexto da história. Surge da mineração e com o [...] “êxodo aurífero fez com que um grande contingente populacional abandonasse a província para

⁵ Denominação da Lei 10.257/2001, de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana (BRAZ, 2013, p.130).

se dedicar à lavoura e à pecuária” (CHAUL, 2018, p.104). Atestada por alguns autores como a direção encontrada na tentativa de promover a economia da região, incentivada por autoridades governamentais, ainda que se restringisse à produção de “subsistência” e algo “excedente para aquisição de gêneros essenciais” (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 74).

Fato é que a economia mineradora do arraial, em menos de 20 anos, entrou em decadência, os veios auríferos começaram a apresentar sinais de escassez, o que registrou queda na entrada e saída de mercadorias, afetando muito o comércio local. A sociedade passou por isolamento, seus hábitos e costumes foram esquecidos o que evidenciou uma “defasagem sociocultural” (ibidem, p. 73).

Quanto à economia, da Colônia para o Império não houve nenhuma alteração significativa, em total estado de estagnação a situação começaria a reverter com o início da atividade pecuária (PALACIN; MORAES, 2008, p.87).

A situação seguiria novos rumos após a primeira década do século XX, quando cresceria a produção de café no centro-sul do país e a ferrovia estenderia no território goiano, favorecendo a saída de mercadorias, o que “estimulou o potencial do estado, alimentando e dinamizando a produção existente” (CHAUL, 2018, p.125).

Chega a década de 1930, período impulsionado pelos ideais, a qual refletia mudanças importante no rumo dos acontecimentos históricos do país. Em Goiás, “irá alterar o panorama da época”, “cujo símbolo de maior expressão será encontrado na construção de uma nova capital: Goiânia” (ibidem, p.130).

Em relação à formação do bairro João Francisco, os estudos permeiam aos festejos do Divino e às Cavalhadas existentes no interior goiano, desde o século XVIII, em diferentes formas, revelando que “Desde a segunda metade do século XIX a festa na cidade de Goiás era realizada no Campo do João Francisco” (BRITTO, 2015, p. 192). Contudo, o reconhecimento do bairro como um lugar de referência de produção do legado e das crenças de suas celebrações não sobreviveram até os tempos atuais.

Para Isabela Tamasso (2007) o bairro João Francisco assume maior evidência a partir do processo de expansão urbana na década de 1970 “com a chegada dos imigrantes” (TAMASSO, 2007, p. 59). É o lugar que combina o ritmo de crescimento emigratório com o processo de expansão desigual no tecido urbano, configura uma área compartimentada da cidade, centrada na economia de abastecimento do setor terciário que revela em diversas funções básicas, com variedades de gêneros no comércio e prestadores de serviços, capaz de atender às necessidades usuais dos moradores da cidade. Por meio de

uma malha viária simples, João Francisco conecta com o centro antigo e sua vizinhança que, por conseguinte, conecta às áreas contíguas a ele, predominantemente residenciais. Possui suas especificidades históricas, contudo, mesmo sendo parte da cidade de Goiás, em especial, não participa do conjunto de atividades econômicas que estruturou o centro histórico. Trata-se de um espaço que veio se “(re) organizando dia após dia, produzindo novas formas, novas estruturas e atribuições funcionais” (CORRÊA; LIMA, 2015).

Nesses termos, tanto o “centro antigo” quanto “centro comercial atual” denotam particularidades que originam de tempos de vivência e permanência das pessoas no lugar. Segundo Bonekamper, os “antigos locais” sugerem a continuidade de famílias tradicionais que vivem no lugar por muito tempo e usufrui a construção passada do local, enquanto a ideia de “novos locais refere-se às pessoas vindo de outras regiões ou que estabeleceram ali atraídos por novas oportunidades, e precisam ainda ser aceitos por moradores da cidade (2017, p.67).

A patrimonialização do centro histórico pode ser um fator de isolamento?

A trajetória do processo de valorização, reconhecimento e promoção do patrimônio histórico em território nacional, até os dias de hoje, revela momentos bastante conflitantes de opiniões e de interesses diversos. Nesse contexto, ainda que no século XVIII tenha o registro da “primeira iniciativa oficial que se tem notícia em favor da conservação dos bens culturais brasileiros” (BUENO, p.19, 2005), as discussões em torno à proteção desses bens somente assumem grandes proporções no início do século XX, quando “autoridades das mais diversas áreas do conhecimento e das esferas públicas de poder” avançam em ações de cunho preservacionista, na realização de “congressos internacionais que buscavam soluções para os impasses do crescimento urbano”, os quais resultaram na formatação de recomendações e cartas conclusivas, documentos estes reconhecidos como “Cartas Patrimoniais” (PELEGRINI, 2009, p.20).

Nesse contexto, com vistas à proteção dos bens patrimoniais, o órgão de preservação em sua fase chamada “heroica”, dará início na cidade de Goiás em 1950 o processo de patrimonialização. Assim, registra-se nos livros de tombamento de edificações isoladas baseadas em critérios de valor abrangente, previstos na norma e nos estudos técnicos, de referência do período colonial e representativos da Igreja e do Estado.

O processo de patrimonialização na cidade, portanto, segue conjuntamente com a trajetória implementada pelo órgão, o qual passaria na década de 1970 direcionar os

“debates em torno das possibilidades de articulação entre preservação patrimonial e o fomento turístico”, como também é dessa época a recomendação, “inspirada na Carta de Veneza (1964), que ações preservacionistas fossem “articuladas entre os poderes (federal, estadual e municipal) (PELEGRINI, 2006, p.67).

Diante dos novos rumos institucionais, igualmente, a cidade avança no campo da preservação, segundo Isabela Tamaso no final da década de 1970, em meio a tantos conflitos – a administração municipal com o anseio de preservar o patrimônio histórico, a população dividida entre “os guardiões do patrimônio” (TAMASO, 2007, p. 156) e os estimulados à modernização – o então IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) aliou-se ao grupo favorável à preservação e deu-se por concretizado, em 1978, o processo de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás, abrangendo a área correspondente à primeira formação do núcleo histórico, já reflexo do discurso de que o “domínio patrimonial não se limitava mais aos edifícios isolados; ele agora compreendia os aglomerados de edificações e a malha urbana” (CHOAY, 2008, p. 13).

Na sequência, com ampliação dos debates sobre as políticas de preservação, no começo do século XXI, surgem novas categorias de patrimônio e o conceito de paisagem cultural se mostra uma grande riqueza e variedade de possibilidades de abordagem. “Com base nele, as relações entre o construído e o natural passaram a ser vistas como uma unidade indissociável dotada de valor cultural” (VASCONCELOS, 2012, p. 52).

Desde então, em 2004, o perímetro tombado de 1978 foi rerratificado¹⁸⁶, abrangendo seis chácaras urbanas. Neste momento, a cidade já havia sido reconhecida como Patrimônio da Humanidade¹⁸⁷, título concedido em 2001, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), o que justificou a extensão da proteção instituída pelo IPHAN de incluir as áreas naturais da cidade de Goiás.

Em princípio, o processo de construção da noção de patrimônio cultural local contribuiu ao longo de duas ou mais décadas para ações de revalorização, reconstrução e

¹⁸⁶ A rerratificação do tombamento da cidade de Goiás coloca-se como uma demanda da 14ª Superintendência Regional, que após mais de 20 anos de experiências, estudos e reflexões sobre Goiás, entende que a proteção por meio do tombamento deve estender-se por toda malha setecentista preservada até seus limites naturais, as chácaras urbanas (MARTINS, 2002).

¹⁸⁷ A Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, reunida em Paris, 17 de outubro de 1972, define o patrimônio cultural e natural - os conjuntos: grupo de construções isoladas ou reunidas que em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história ou da ciência. (UNESCO, 2004, p. 3).

ressignificação do espaço físico tombado do antigo centro, contudo os resultados têm demonstrado “conflitos entre interesses exógenos a essa área e às dinâmicas sociais locais, resultando, diversas vezes, em políticas concebidas sem eficiência para atender aspirações ou solucionar problemas societários e citadinos” (CASTRO; TAVARES, 2016).

A respeito das zonas de fronteiras, que possa existir, Jane Jacobs (2019, p. 293) ressalta que o efeito de “Retalhar a cidade nem sempre determina como situação prejudicial”, pois se cada vizinhança formar uma “combinação de usos e usuários” diversificados, a separação não reflete em danos nem prejuízos. As próprias diferenças permitem e estimulam mais diversidade.

Dessa reflexão, há que primeiro distinguir o que estimula a diversidade. Segundo a mesma autora, embora os centros possam ser reconhecidos por sua diversidade econômica, isso não significa que por si gerem diversidade *automaticamente*, pelo simples fato de existirem, e sim por causa das diversas e eficientes combinações de usos econômicas que estabelecem, “Para compreender a cidade, é preciso admitir de imediato, como fenômeno fundamental, as combinações ou as misturas de usos, não os usos separados” (JACOBS, 2019, p. 158).

Outro fator, supostamente, que vem contribuindo para a ausência de misturas de usos básicos para o centro histórico são os reflexos da *sintonia de preservação dos valores patrimoniais*, que afastam pequenos empreendimentos por desconhecer os conceitos e metodologias de normatização empreendidas pelo IPHAN na cidade.

Em se tratando do centro antigo da cidade de Goiás, apesar da implementação de programas de revitalização de espaços públicos e recuperação de edificações localizadas em área tombada, a fim de estimular à preservação do conjunto arquitetônico e atividades relacionadas ao lazer e a cultura, com o alvo principal no turismo, não se pode afirmar que a redução do processo gradual de “evasão funcional e ociosidade” da área, compreendido ao longo de duas décadas.

Por sua vez, o centro comercial do bairro João Francisco, torna-se bastante evidente a combinação de diversidade. Estrategicamente, o bairro é utilizado por muitos e por diferentes grupo de pessoas, incluindo os moradores do próprio *centro histórico*, em busca de oportunidades não mais oferecidas pelo comércio local, portanto, a tendência é se voltar para as áreas de maior diversidade econômica e fundiária¹⁸⁸.

¹⁸⁸ Argumento comprovado através dos questionamentos direcionados na pesquisa que analisa o processo de formação da centralidade na Cidade de Goiás (CORRÊA; LIMA, 2015).

A vitalidade da cidade - entre o histórico e o econômico

Ao abordar questões inerentes aos dois centros urbanos da cidade de Goiás, o histórico e o econômico, percebe-se que ambos sofrem pela falta de vitalidade contínua entre suas vizinhanças; da diversidade mútua; de infraestrutura arrojada e encantamentos urbanos, problemas estes refletidos pela falta de uma gestão pública compartilhada entre as diferentes instâncias de governo, impossibilitada de coordenar planos diferentes sobre mudanças físicas entre os espaços urbanos.

As mudanças físicas ocorrem de um planejamento precedido de um diagnóstico cuidadoso, em lugares específicos, que relacione as deficiências para gerar diversidade. A esse “planejamento para vitalidade deve propiciar uma” inter-relação de vizinhanças, combater a existência nociva das zonas de fronteira e ajudar a promover a identidade das pessoas (JACOBS, 2019, p. 455).

Segundo Jean Gehl¹⁸⁹, a vitalidade dos espaços urbanos pode ser imensamente reforçada quando aumenta-se, por exemplo, a preocupação com os pedestres, no sentido de serem convidados a caminhar, pedalar, “em conexão com suas atividades cotidianas”. Deve-se destacar como prioridade para o futuro a elaboração de projetos urbanísticos que reforçam “As áreas de pedestres como uma política urbana integrada para desenvolver cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis” (GEHL, 2015, p. 6).

Desse modo, planejar os espaços urbanos de convivência e conexão entre os centros requer dos gestores públicos o prognóstico sobre os padrões de atividades das áreas existentes que os urbanistas devem conduzir com muito cuidado. Estudar a vida na cidade, como de fato se apresenta, e ajustar os métodos que podem ser utilizados para revigorar cada área.

Na etapa do planejamento urbano, deve-se adotar soluções de forma confortável e segura, que acolha as crianças, os jovens, os idosos e as pessoas com necessidades especiais. Priorizar ainda investimentos cujos empreendimentos precisam representar vantagens imaginadas para a vida social e para a cidade, propor benfeitorias nas calçadas, remover obstáculos desnecessários, revisar os pisos assentados e plantar árvores de sombra, quando assim for favorável.

Encontrar um equilíbrio entre o histórico e o econômico é indispensável para a vida da cidade. O planejamento urbano deve ser pensado como um todo “Com

¹⁸⁹ Jean Gehl, arquiteto, autor do livro “Cidades para Pessoas”, com a tradução de Anita Di Marco, em 2015.

detalhamento necessário para orientar medidas construtivas e evitar as medidas impensadas, gratuitas, destrutivas”. (JACOBS, 2019, p. 456).

O estudo de implantação das medidas construtivas deve ser visto como importante desafio para garantir a inter-relação entre os centros. Para Jean Gehl (2015, p. 109), a cidade atende uma função democrática onde as pessoas encontram diversidade social e compreendem mais o outro, por meio do compartilhamento do mesmo espaço urbano.

Considerações Finais

Se analisarmos o contexto histórico de uma cidade, iremos observar que as estruturas urbanas e o seu planejamento influenciam o comportamento humano e as formas de funcionamento dos espaços.

Nesse aspecto, da mineração do ouro no século XVIII surge o núcleo urbano da cidade de Goiás, que na atual configuração espacial preserva a malha viária setecentista, calçadas e ruas restritas pavimentadas de pedras; ainda dispõem testadas de lotes estreitos com grandes profundidades, em sua maioria. A feição das fachadas, também não mais relaciona o poder dos moradores como era no período colonial, quando o arranjo das aberturas e elementos decorativos, firmavam o grau soberano constituído das famílias.

Essa estrutura urbana mostra o modo de viver de uma comunidade diferente dos tempos atuais, as demandas e necessidades da população mudaram, contudo, o conceito de qualidade de vida urbana também está em constante transformação. Nota-se que a escala do espaço, ao alcance dos olhos do observador desperta interesse a caminhar, o que torna um diferencial favorável na característica do centro histórico da cidade, podendo ser agradável, igualmente, chegar ao bairro João Francisco que além de exercer um papel de fornecedor de serviços e comércios variados, interliga diversos setores da cidade.

O propósito do tema do artigo foi compreender a complexa relação entre as duas centralidades, envolvendo peculiaridades distintas e princípios derivados do comportamento de uma sociedade seletiva. Assim no decorrer do trabalho algumas características de segregação social foram identificadas que impedem a interação econômica e combinação de usos efetiva entre os centros.

Neste contexto, deve-se destacar como prioridade para o futuro, a elaboração de projetos urbanísticos que reforçam ações de revitalização dos espaços públicos como uma política urbana integrada em busca das relações sociais entre os dois centros.

Referências

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. **Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil**. Coleção Arquivemória IAB-BA, Salvador, v.2, p.19 – 53. 2013.

BERTRAN, Paulo / FAQUINI, Rui. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**, 2001. Brasília – DF e São Paulo – SP, editora: Verano e Takano.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. FAU – USP, 2007.

BONEKAMPER, Gabi Dolff. **Caminhando pelo passado dos outros**. Tradução Calos Szlak. FAESP. Editora Annablume, 1ª ed. p 60-87. 2017

BRAZ, Patrícia Reis de Matos. **A postura da municipalidade do patrimônio cultural urbano**. Coleção Arquivemória IAB-BA, Salvador, v.2, p.127– 150. 2013.

BRITTO, Clovis Carvalho. **Entre mascarados, mouros e cristãos – por uma memória topográfica das cavalcadas no campo do João Francisco em Goiás**. Goiânia. Editora Espaço Acadêmico, p. 177 – 208. 2015

BUENO, Vera Americano. **Patrimônio cultural brasileiro e legislação - um panorama**. Senatus, Brasília, v.4, n.1, p. 18-25, 2005.

CASTRO, Augusto Trindade e TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano**. Sociedade e Território, Natal, vol. 28, N.2, p.117 – 135, 2016.

CASTRO, Sonia Rabello de. **O Estado na preservação de bens culturais - o tombamento**, Rio de Janeiro, Editora Renovar, 1991. 161p.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**, 2018 5. ed. Goiânia, editora UFG

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**, tradução de Luciano Vieira Machado. 4º ed. São Paulo; Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial -historiando concepções e práticas**. In Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020, p. 16-35. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>

CORRÊA, Fernanda Pontes e LIMA, Leandro Oliveira. **A centralidade da cidade de Goiás - o setor João Francisco e o papel da avenida Dário de Paiva Sampaio na estruturação do espaço urbano.** Anápolis, v.4, n.2, p.182 – 95. 2015.

GEHL, Jean. **Cidade para pessoas**, 2015. Tradução Anita Di Marcos, 2015, São Paulo, editora: Perspectiva.

MARTINS, Fátima de Macedo. **Parecer:** Rerratificação do tombamento da cidade de Goiás, 2002, Brasília.

PAES, Maria Tereza Duarte. **As cidades coloniais brasileiras - ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural.** GEOgraphia - Ano. 17 - Nº33 p. 41 – 68. – 2015.

PALACÍN, Luís / MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **História de Goiás**, 2008, Goiânia – GO, editora Vieira e editora UCG.

PELEGRINI, Sandra C. A. **O patrimônio cultural no discurso e na lei - trajetória do debate sobre a preservação no Brasil.** UNESP –FCLAs, v2, p. 54-77, 2006.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação.** São Paulo, editora brasiliense, 2009

SALES, Helena de Motta e AZEVEDO Nilo Lima de. **Democracia, gestão participativa e patrimônio cultural: o caso do Conselho Municipal de Juiz de Fora.** Coleção Arquivemória IAB-BA, Salvador, v.2, p.151 – 175. 2013.

SOARES, Márcia Miranda e MACHADO, José Angelo. **Federalismo e políticas públicas.** Brasília: Enap,.112 p.: il. 2018.

TAMASO, Isabela. **Em nome do patrimônio – representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás.** Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade de Brasília, 2007. p. 768.

TORELLY, Luiz Philippe. **Patrimônio cultural, notas sobre a evolução do conceito.** 2012. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4539>

CHEGANDO E OCUPANDO: HISTÓRIA ORAL, COTIDIANO E DISPUTAS FUNDIÁRIAS NA PALMAS-TO DOS ANOS 1990

*Eduardo José Silva Lima*¹⁹⁰

*Das feridas
Que a pobreza cria
Sou o pus
Sou o que de resto
Restaria aos urubus
Pus por isso mesmo
Este blusão carniça
Fiz no rosto
Este make-up pó calíça
Quis trazer assim
Nossa desgraça à luz
(Gilberto Gil - Punk da periferia- 1983)*

As transformações na ciência histórica foram profundas durante todo o século XX e seguem durante o XXI, as reflexões referentes a estreita relação entre passado e presente interligados pela História e a ruptura da identificação desta com o passado sendo seu objeto oportunizou incríveis novas possibilidades para produção do conhecimento histórico. O historiador francês Henry Rousso inicia seu livro “A última catástrofe” com uma reflexão em cima de “causo”, e certa forma anedótico, mas que permeia uma noção de história limitadora quando ouvimos a frase “Vocês não estavam lá”. Esse questionamento é por si só a histórico, pois se tal questão fosse premissa a ciência histórica seria inviável, mas o que chama atenção são as representações já que a história do tempo presente é marcada por tensões que ainda estão muito presentes na experiência histórica dos envolvidos.

Tais tensões se dão principalmente, porém não unicamente, na conexão entre memória e história. A comunicação entre épocas não se dá naturalmente, é um processo histórico, ainda mais quando pensamos em um período curto historicamente falando que é o nosso objeto de estudo. Tampouco, quando não há um interesse hegemônico nessa memória, já que como diz a epígrafe supracitada traz “nossa desgraça à luz” tocando nas

¹⁹⁰ Professor/pesquisador da Universidade Estadual do Tocantins; Estudante de doutorado em História da UFG; Orientado pelo Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro; Contato: Eduardo.js@unitins.br

disputas fundiárias da cidade de Palmas em sua primeira década de existência, quando a propaganda oficial do estado era de uma terra de oportunidades e de uma cidade sendo construída sob a égide da modernidade do século que vinha a nascer.

A lembrança está sempre sujeita a modificações e transformações, o presente re-significa essas memórias, pois tratam-se de subjetividades dos sujeitos e é com esse entendimento que precisamos trabalhar as fontes orais que são um dos pilares deste trabalho. Ao realizar a leitura do texto *Éramos pobres, mas... Narrar a pobreza na cultura apalachiana*¹⁹¹ (PORTELLI, 2010) do pesquisador italiano Alessandro Portelli percebemos muitas semelhanças com os relatos orais dos migrantes que vieram a habitar na embrionária Palmas dos anos 1990. Os testemunhos trazem consigo uma superação das dificuldades encontradas em um ambiente hostil para os chamados, pejorativamente, de orelhas secas¹⁹², uma cidade que se planejava para um tempo futuro, para uma população específica, mas que não lidava de forma inclusiva com seus problemas presentes e populares. Havia um planejamento físico da cidade, mas não houve uma planificação de como lidar com a imensa migração e crescimento populacional da capital do Tocantins o que gerou um problema que aflige o presente: vulnerabilidade habitacional.

Dentre as necessidades básicas do homem contemporâneo está a moradia. Todavia, uma grande parcela da população palmense não tem esse direito assegurado devido a condições sociais, econômicas e culturais. A cidade torna-se um grande campo de disputas em diversas esferas, nesse texto trataremos de como a luta pela moradia na cidade de Palmas demonstra conflitos socioculturais em uma cidade planejada e construída sob a égide neoliberal. Palmas se projetava, em discursos, como símbolo da modernidade, uma cidade preparada para o século XXI que estava por vir, contudo poderemos observar que a prática divergiu muito da propaganda.

Conflitos e contradições marcam as complexas características do sistema capitalista de produção, não que antes deste não existiam, contudo, a busca essencial pelo lucro e acúmulo de capital tornaram essas diferenças motoras do próprio sistema. A cidade se modifica dentro dessa perspectiva, se tornando, também, uma mercadoria a ser consumida. O território da recente capital foi ocupado por diversos grupos sociais que tinham interesses e planejamentos diversos e, muitas vezes, divergentes para cidade. Essa

¹⁹² Termo utilizado de forma pejorativa para referenciar trabalhadores braçais que serviram de mão de obra para construção da cidade de Palmas.

pluralidade de sentidos marca a história da cidade de muitas formas, para esse trabalho utilizaremos como horizonte norteador as disputas da cidade no tocante à luta pela moradia.

Tais conflitos embora façam parte de nossa realidade histórica e estejam presente em constância não permitem naturalizações, planejar a cidade é pensar nas pluralidades articulando os vários segmentos no caso de Palmas poderia ter sido utilizado como guia a própria Constituição Federal de 1988. Palmas começou sua construção em 1989, após a CF, subentende-se que os direitos previstos pela constituição deveriam ser efetivados, dentre estes o direito à moradia previsto no Art. 6º, ainda mais com o planejamento urbanístico modernista na cidade, no entanto, mesmo com meios para prevenir agravamento em relação a condições de moradia no espaço urbano, a cidade é repleta de problemas habitacionais. Como pontua Brito (2010) Palmas não fugiu à regra da especulação imobiliária, o que gerou um espaço dominado por intervenção política.

Ao relatar sua experiência como recém-chegado a capital do Tocantins em 1993, à época como seminarista, Romeu conta como era a realidade de Palmas nos seus primeiros anos de vida. Seu primeiro local de moradia foi no bairro que se chama Vila União, oriundo de uma ocupação no centro da cidade que subverteu o projeto inicial da cidade que previa para região clubes aquáticos e mansões. Uma preocupação presente é desassociar as ocupações com práticas criminosas.

“Naquela vez a gente andava por tudo que lugar lá na Vila União nos bares, nas coisas que a gente frequentava. Meus colegas faziam umas passeatas, umas coisas lá nos bares, passando num e outro e a gente nunca teve problema com violência, com nada. Mas agora tu tem! Mas naquela época nunca e tinham várias ocupações¹⁹³”

Um cuidado pertinente já que havia uma tática do estado em coligar movimentos sociais com criminalidade no intuito de desmoralizar e enfraquecer a causa na sociedade civil. Em matéria publicada no Jornal do Tocantins em 13 de fevereiro de 2000 intitulada de *Invasões marcaram primeiros anos de Capital* o então presidente da Agencia de Desenvolvimento do Tocantins AD-Tocantins, Alexandre Ubaldo, afirma:

¹⁹³ Entrevista realizada em 17/02/2021.

“Havia uma grande favela na região (Vila União) e um dia me avisaram que estava pegando fogo. Quando chegamos lá com o caminhão Pipa tudo já havia sido destruído pelo fogo, mas ninguém perdeu nada. Ou seja, foi uma armação para invadir toda a quadra já aberta anteriormente¹⁹⁴”

Antes da fala de Ubaldo a matéria faz referência a um grande incêndio ocorrido em 1991 em uma comunidade denominada de Golfo Pérsico que trata-se de uma memória traumática para os remanescentes, pois muitos perderam tudo que tinha. Todavia, a notícia não deixa claro se o caso relatado por Ubaldo trata-se do incêndio no Golfo Pérsico ou um dos vários outros ocorridos em ocupações ao longo da história da cidade, porém há um questionamento necessário, pois a acusação de fraude é feita sem que seja apresentada nenhuma prova.

Vários foram os fatores que contribuíram para que o projeto original da construção de Palmas fosse alterado, atendendo a interesses diversificados. Como parte da cidade, as ocupações urbanas se tornaram o exemplo mais visível de resistência a processos como: grilagem de terras, especulação imobiliária, violência estatal, desigualdades estruturais e insuficiência de políticas habitacionais para população pobre. Quando o planejamento da cidade não inclui pessoas em vulnerabilidade habitacional, essas se unem em torno de movimentos sociais organizados, com objetivo de romper com uma lógica exclusivamente neoliberal da cidade, excluindo quem não tinha condições econômicas de pagar por habitação própria. Segregar via economicamente não é nenhuma novidade no capitalismo, tampouco na formação das cidades modernas, trata-se de um longo processo, a questão é que esse processo secular modificou cidades também seculares, já Palmas nasce em outro contexto histórico, mas dentro de uma epistemologia neoliberal que fez com que repetisse o mesmo padrão.

O processo de urbanização e habitação transpassa por algumas etapas até chegar a de industrialização. O filósofo francês Henri Lefebvre discute que a cidade tem um significativo papel diante da percepção capitalista quanto à acumulação de valor, o que faz com que as cidades sejam alvo de especulações de mercado como qualquer outra mercadoria. Além de produto a cidade passa a centralizar as operações econômicas, por conseguinte será um ambiente atrativo para quem busca oportunidades de trabalho de

¹⁹⁴ Jornal do Tocantins. 1755 a 1779. 1 a 29 de fevereiro. Palmas – TO. 2000. Invasões marcaram primeiros anos de Capital. Palmas, domingo, 13 de fevereiro de 2000.

maior remuneração. Com a migração pessoas que moravam em regiões afastadas e rurais se mudam para as cidades, segundo Lefebvre:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contam apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. (LEFEBVRE, 2008, pg. 20)

Esse núcleo urbano idealizado para promover o progresso e prosperidade acaba por conviver com práticas das quais não condizem com esse ideal de modernidade. De certa forma é na incongruência e na contradição que a ocupação dos territórios fomenta disputas entre os grupos sociais.

O conceito de lugar na contemporaneidade é entendido a partir de cidades que remetessem a ideia de utopia, moldando a um tempo significativo, e ainda hoje, a conformação de cidades e espaços. Ao tratar sobre o caso de Palmas o professor Glaucio Coccozza discorre sobre haver uma contínua necessidade de debater sobre questões urbanas e em como os debates apresentados por escritores urbanistas se sobressaem de acordo com seus posicionamentos em relação à “prática da produção espacial” (COCOZZA, 2007).

As cidades contemporâneas são territórios múltiplos que impulsionam afinidades seletivas e complexas construindo também fronteiras além das espaciais que podem impedir passagens, costumes, práticas culturais dentre outros. Portanto, muitas contradições são insuperáveis, não há pretensão de busca pela homogeneidade territorial. Cidades, como Palmas, que passam por um surto migratório intenso crescendo demograficamente exponencialmente com a incorporação de muitas realidades estranhas entre si gera uma complexificação das relações sociais. Essa intrincada combinação poderia ser tratada por diferentes aspectos sendo aqui utilizado o fio condutor das disputas fundiárias que envolvem habitação.

Ocupar foi para muitos a única alternativa viável para uma moradia, pois os migrantes não contavam com uma estrutura basilar de apoio do estado para sua recepção. Ao ser indagado como se instalou ao chegar na cidade de Palmas em 08 de janeiro 1992 vindo do Pará o senhor Inácio respondeu:

“Quando eu cheguei, na rodoviária tinha uma barraqueira de lona. Ai uns caras chegaram e falaram: você veio pra ficar e tal? Ai eu falei que sim... de tardinha... não... eu cheguei o dia estava amanhecendo alias... ai eles disseram: olha hoje vai ter uma ocupação ali na 12, ali onde fica a igreja São Judas, nós vamos ocupar lá. Se você quiser ir ocupar lá,

marcar um lugar. Ai eu falei, vamo. Para ver se arrumo alguma coisa. Só que chegando lá eu vi que a igreja São Judas era bem pertinho do Palácio ai eu fiquei com medo, falei... eu morava em Belém e lá em Belém a polícia cacetava a gente lá, né? Quando ocupava qualquer lugar, quando invadia qualquer pedaço de chão a polícia vinha e metia o cacete. Ai falei não, não vou ficar aqui não. Ai ele falou: não tem outro lugar aqui bem pertinho, eu tenho um lote lá, eu te levo lá, ai eu vim mais ele, que é a 33, 307 norte, hoje é 33 de novo, lá tava sendo ocupado¹⁹⁵.”

Esses casos, tão comuns, mostram que os sujeitos por vezes foram inseridos num movimento de ocupação assim que chegavam na cidade de uma maneira muito corriqueira para aquela realidade. Na fala do senhor Inácio é muito importante destacarmos a sua experiência vivida anteriormente no sentido de entender áreas que são negociadas, como por exemplo a distância do Palácio do governador, uma representação de poder, poderia se tornar um problema futuro para a ocupação do território.

O processo de construção de uma cidade é contínuo, pois tal fenômeno se dá pela mobilização das pessoas. As construções não têm significado a não ser o que damos a elas, portanto, somos nós que idealizamos no concreto uma função, uma identidade, uma representação. Assim, nos parece importante reconhecer que o espaço na condição original constitui-se em um campo de relações, posto que se trata da existência de coisas ou seres que estão em lugar e podem ser comparáveis. Por isso, a realidade do espaço é pertinente às relações entre objetos e ações.

Se pensava em um crescimento citadino de dentro para fora, humanização das moradias, a familiarização dos moradores das quadras, como uma espécie de minicidades. Contudo, a realidade se mostrou diferente do planejamento. A especulação imobiliária e a sede de lucro atropelou o projeto inicial. Ao invés de se construir uma cidade de dentro para fora, instalou-se “focos” de ocupação, inclusive com o patrocínio governamental. Separaram fisicamente pessoas de acordo com seu poder aquisitivo, os trabalhadores que construíram a cidade foram impedidos de morar no plano diretor. Assim, foram criados bairros fora do perímetro urbano inicial da cidade, como Taquaralto, Jardins Aurenys, Taquari, etc ¹⁹⁶, para a moradia de pessoas de baixa renda.

À medida que a cidade crescia e recebia novos habitantes outros espaços foram sendo ocupados. Por volta de 1993, a região Norte da cidade, posteriormente denominada

¹⁹⁵ Entrevista realizada em 29/04/2021

¹⁹⁶ Jardins Aurenys 1,2 e 3, irmão Dulce, Santa Bárbara, Taquaralto, Taquari dentre outros são bairros criados fora do plano diretor, oriundos de ocupações da população, algumas legalizadas e incentivadas pelo poder público e outras não.

como Vila União, que tinha como objetivo inicial ser o setor de mais alto padrão da cidade, foi alvo de uma ocupação popular. Ao invés de grandes mansões e clubes aquáticos, destinou-se a fins menos segregacionistas, contudo sem um planejamento adequado até os dias atuais. O embate entre classes advém de uma tomada de consciência dos abusos cometidos pelo capital, não sendo guiado por doutrinação, mas sim por uma oposição a uma ordem social injusta pré-estabelecida. Quando trabalhadores decidiram ocupar o centro da cidade, o fizeram por existir vazios urbanos garantidos ao capital em detrimento das pessoas.

Como forma de questionamento de uma hegemonia nasce movimentos contestando esse *status quo*: os movimentos de luta pela moradia. Esses surgem de uma emergência quanto à questão urbana que acompanha as mudanças na cidade, quando há um rápido crescimento em função de uma migração e a busca da capital pela população interiorana. Os questionamentos passam a não se limitar a necessidade de uma casa, mas passa também pelo uso do solo e uma regularização fundiária, grandes demandas do Movimento de Luta pela Moradia em Palmas. Esse foi fundado em 1995, suas lideranças eram ligadas a pastorais sociais da Igreja Católica, as organizações estudantis e aos partidos de esquerda. No ano de 1994, é travada uma luta muito grande pela ocupação do centro norte da cidade, o município não contava com nenhuma política pública de moradia popular, mas apenas com grandes projetos imobiliários. O Movimento de Luta pela Moradia organizou muitas estratégias de organização, de ocupação que resultaram em diversas conquistas. Como, por exemplo, conquista de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates com a população, onde discutiam a conjuntura do município e elaboraram estratégias de resistência.

A partir das informações acima é possível perceber que a segregação social em Palmas não é natural, tampouco obra do acaso. Desde sua planta inicial a cidade nasce para ser desigual, para favorecer automóveis e não pedestres, para favorecer o transporte privado e não público e para atender interesses imobiliários em detrimento da população que a construiu. O desafio está em questionar o que é considerado evidente por um número expressivo de pessoas em dada época, em dado lugar. Desafio este um tanto maior quando se refere a sujeitos simples, às pessoas comuns, que construíram e vivenciaram a construção da cidade, pois se sabe que eram, no geral, analfabetos, iletrados, viviam sob intensa vigilância das autoridades governamentais e dos segmentos sociais dominantes.

Restringindo sua capacidade de se expressarem, de verbalizarem e de registrarem seu fazer, pensar e sentir. Mas que, no entanto, não a inviabilizaram.

O planejamento da cidade, seguindo uma linha do urbanismo moderno do século XX, permitia que sua implantação fosse realizada em dois níveis, um de seu todo, outro das especificidades, permitia também uma articulação entre normas estaduais e federais sobre planejamento urbano, fundamentalmente o exercício das funções, a organização espacial, as obras civis e o controle administrativo. No memorial descritivo do projeto consta ainda dez princípios na qual deu embasamento à construção de seu planejamento, entre eles estão: traços viários que permitiam acessibilidade à cidade de forma que fosse possível alcançar visualmente o Lago e a Serra do Lajeado; preservar ambientes naturais da cidade; fora pensado meios de beneficiar pedestre tanto no caráter urbano (do seu todo), quanto no centro das quadras (especificidade); a urbanização e desenvolvimento da cidade de forma gradual, evitando assim segregação espacial; a quantidade de moradores por quadra, devendo ser 300 habitantes; transporte e desenho urbano da cidade, devendo haver faixas prioritária de ônibus; dentre outros.

Apesar de todo esse planejamento, Palmas é uma cidade desconfortável para os pedestres, com suas enormes quadras, tendo os mesmos que percorrem por grandes caminhos. Ainda que no planejamento da cidade tenha sido pensado na condição do pedestre, Palmas é uma cidade desenhada para os carros, contrariando mais uma vez seu projeto inicial. Com relação à questão ambiental, mesmo que tenha sido pensada para preservar o ambiente natural foram construídos prédios de alto potencial degradante, como o shopping center, próximo ao Córrego Brejo Comprido. Palmas deveria ter sido ocupada de forma gradual, porém diversos fatores contribuíram para que essa idealização não fosse efetivada, o que resultou em diversos vazios urbanos e uma enorme segregação sócio espacial na cidade. O não cumprimento da implantação gradual da cidade fez com que atualmente 40% da população resida fora dos limites do plano diretor, em regiões periféricas.

Uma interrogação que vem a tona é de como foi dividida a cidade e de quem era a responsabilidade de vender ou doar os lotes. Em Boletim Informativo o estado explica como será esse processo:

A venda de lotes da capital definitiva do Estado será efetuada por um pool de empresas, que ainda não foram escolhidas. A informação é do deputado Federal e Presidente da Comissão de implantação da Nova Capital (Novatins), Eduardo Siqueira Campos (PDC), que justificou esta ideia afirmando que o governo não pretende transformar órgãos como a Novatins, Codetins e Sevop em empresas imobiliárias. “A área

é muito grande também, para ficar nas mãos somente do governo ou de uma empresa”, acrescentou¹⁹⁷.

Fica clara a opção por uma gestão privada da expansão urbana da cidade. Os interesses privados falaram mais alto e, com isso, a população mais pobre foi impedida economicamente de habitar o plano diretor da cidade. As áreas centrais foram reservadas para suprir a necessidade de moradia de uma classe alta que até hoje não conseguiu ocupar todo território. Não foi dada à classe baixa a opção de preencher os vazios urbanos, que persistem até os dias atuais. Esses tiveram que lidar com duas alternativas: viver em bairros distantes do centro com uma infraestrutura menos elaborada e bem aquém do ideal urbanístico ou ocupar os vazios urbanos em movimentos pelo direito à moradia.

O pesquisador Francisco Amaral discorre sobre a propriedade imobiliária e sobre o Estado influenciarem na atividade especulativa, implantando e levando recursos públicos para as áreas distantes ocupadas e aumentando automaticamente os custos das cidades. Ao invés de criar mecanismos que possibilitassem essas pessoas com menos condições financeiras a morarem mais próximos do centro. Essa especulação imobiliária faz com que haja uma expansão horizontal, com diversos vazios urbanos, e aumento de custos de caráter social como é o caso de infraestrutura por exemplo. Para que houvesse essa segregação sócio espacial o mercado imobiliário aumentava os preços de imóveis, o Jornal do Tocantins revela que o valor dos mesmos estavam cerca de 25 % a 30% mais caro do que o estivo no início do ano 2000.¹⁹⁸ O presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Tocantins (Creci – TO) discorre sobre a especulação imobiliária em nível abusivo, e sobre o valor de lotes assustar os investidores.¹⁹⁹

No início da instituição da capital, um grande número de pessoas procurou lotes para compra, porém poucas áreas da cidade estavam devidamente regularizadas. Devido a pouca oferta e grande procura de lotes no início da criação de Palmas, houve um aumento bastante significativo no valor dos mesmos, em razão desse aumento o mercado imobiliário começa a ter pouca procura e os moradores a construírem casas e residirem em regiões irregulares, sem a menor infraestrutura digna à moradia.²⁰⁰

¹⁹⁷ Boletim Informativo SECOM-TO 02/06/1989 localizado na Caixa 43 do Arquivo da Fundação de Cultura de Palmas.

¹⁹⁸ Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. 2000. Vendas de imóveis em baixa na Capital. Palmas, quinta-feira, 27 de janeiro de 2000.

¹⁹⁹ Jornal do Tocantins. 1780 a 1805. 1 a 31 de março. 2000. Especulação imobiliária assusta os investidores. Palmas, domingo, 12 de março de 2000.

²⁰⁰ Jornal do Tocantins. 1654 a 1679. 1 a 31 de outubro. 1999. Lotes na Capital têm valorização de até 70%. Palmas, sexta-feira, 1º de outubro de 1999.

Com os obstáculos impostos surgem áreas ilegais/irregulares ocupadas com autoconstruções, muitas vezes precárias. Os loteamentos irregulares têm se tornado cada vez mais frequente desde a década de 1990, decorrente da falta de alternativa da população de baixa renda, que ocupam essas regiões vulneráveis, vivendo com o mínimo de infraestrutura urbana e com ausência de serviços públicos. Tendo sequer alguma documentação básica que poderia garantir, mesmo que minimamente, acesso a direitos e políticas básicas, assim também como assegurar aquela própria terra às pessoas que então habitam.

As ocupações em regiões a espera de regularização dão inacessibilidade à direitos sociais, como de saúde e de educação por exemplo, aumento consequentemente o número no déficit habitacional e na quantidade de famílias em regiões precárias, e havendo por conseguinte segregação espacial.

A instituição de Palmas, segundo Amaral (2009), se deu por meio a uma gestão territorial autoritária e centralizadora que auxiliava na especulação imobiliária, ofertando moradias em regiões distantes para a população mais pobre. Como exemplo disso foi o sorteio de 750 lotes para venda para famílias sem condições financeiras de comprar um lote/moradia no centro da cidade, famílias estas cadastradas na Agencia de Desenvolvimento (AD-TO).²⁰¹ Aproximadamente 200 famílias que estavam ocupadas em um território público à margem da TO-050, foram obrigadas pela prefeitura de Palmas a se retirarem, os responsáveis pela operação não deram informações sobre a realização da mesma.²⁰²

Com a falta de programas habitacionais para a população sem condições financeira de comprar um lote/moradia, a Coordenação Municipal do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLP) decide em assembleia geral que mais de 300 sem tetos ocupariam lotes que não estivessem cumprindo nenhuma função social, um dos membros da Coordenação expõe que foi prometido, em período eleitoral, a doação de lotes para a construção de moradias, e inclusive feito o cadastramento de mais de 20 mil famílias, porém, após o período citado o governo comunica que não tem os lotes para essa população.²⁰³

²⁰¹ Jornal do Tocantins. 1499 a 1475. 1º a 31 de março. Palmas – TO. 1999. AD – TO anuncia entrega de títulos e lotes em Palmas. Palmas, sábado, 27 de março de 1999.

²⁰² Jornal do Tocantins. 1654 a 1679. 1 a 31 de outubro. Palmas – TO. 1999. Invasores são expulsos de uma área municipal. Palmas, quinta-feira, 7 de outubro de 1999.

²⁰³ Jornal do Tocantins. 1629 a 1653. 1 a 30 de setembro. Palmas – TO. 1999. Grupo decide invadir terrenos em Palmas. Palmas, terça-feira, 28 de setembro de 1999.

Ainda nos anos 2000, devido à falta de políticas habitacionais e grande número de sem tetos, há diversas mobilizações dos mesmos objetivando sensibilizar a prefeitura, uma dessas mobilizações se deu na escadaria da Assembleia Legislativa, resultando apenas na promessa do vice-presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Palmeri Bezerra (PL-TO) quanto à convocação da comissão para a discussão do problema.²⁰⁴ O Movimento de Luta pela Moradia organizou muitas estratégias de embate, de ocupação que resultaram em diversas conquistas. Como, por exemplo, conquista de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates com a população, onde discutiam a conjuntura do município e elaboraram estratégias de resistência.

É visível a quantidade de vazios urbanos no centro da cidade e proximidades, então surge o questionamento quanto ao posicionamento do governo após o período eleitoral, para que população não está disponível os lotes não ocupados nas regiões mais centrais?

No livro “Modernidades tardias no cerrado – Arquitetura e Urbanismo na Formação de Palmas” há relatos de moradores quanto à sensação de “cidade fria” sentida pelos mesmos e, ademais, exposição quanto o “novo governador não gostava da ideia de garantir aos pobres terrenos em áreas tão próxima ao Palácio Araguaia, visto que as quadras ocupadas eram próximas ao centro administrativo da nova capital” (REIS, 2018, 164).

No ano de 2010, de acordo com IBGE, a população de Palmas era de 228.332 habitantes, representando 16,5% da população do Tocantins. Já o déficit habitacional, levantado pela Fundação João Pinheiro, era de 12.498 moradias, o que representa 18,2% das unidades habitacionais existentes. É notória a precariedade existente no acesso à moradia, desde a fundação da capital tocantinense até os dias de hoje.

Esse direito não se resume apenas a ter um teto, mas uma habitação digna com todos equipamentos estatais básicos que forneçam serviços de água e esgoto, educação, saúde, transporte e uma acessibilidade que permita uma vida digna. Tais características de moradia podem parecer simples para algumas pessoas, mas para uma parcela significativa de habitantes de Palmas é uma realidade cruel não contar com esses direitos constitucionais.

Entende-se que a regularização de regiões possibilita a efetividade de direitos sociais, abrangendo tanto as políticas de legalização fundiária de regiões ocupadas

²⁰⁴ Jornal do Tocantins. 1985 a 2007. 1 a 29 de Novembro. Palmas – TO. 2000. Sem-teto ocupam escadaria da assembleia. Palmas, quarta – feira, 29 de novembro de 2000.

informalmente, quanto à urbanização de áreas informais, exercendo o direito de todos a viver em condições dignas. Com a temporada de chuva, as periferias da cidade, locais menos desenvolvidos e sem muita infraestrutura sofre com erosões e interrupções de ruas, resultando em ricos para os moradores dessas regiões, dificultando também a circulação de automóveis, sendo o caso dos Aurenys e das Arns²⁰⁵. A falta de energia elétrica também se faz nessas regiões, o que resulta em ligações clandestinas feitas por uma quantidade significativa de moradores, no Jornal do Tocantins há relatos dos moradores da Aurenys III onde os mesmos esclarecem sobre o problema relacionado à energia²⁰⁶. Os moradores de Taquarussu, bairro também localizado longe do centro da cidade, reivindicam por maiores infraestrutura, como policiamento e posto de saúde²⁰⁷. Os habitantes das Arns relatam do total descuido do município em relação à iluminação e local para lazer no bairro²⁰⁸.

É notório, diante tanto relatos e mídias/matérias jornalística, que há uma grande precariedade na implantação de recursos/equipamentos públicos, principalmente nas regiões mais distantes da centralidade da cidade, e mesmo que a habitação (loteamentos e casas) seja assegurada, os outros direitos que integram o da moradia não estão sendo efetivado, o que resulta em déficit habitacional. Rafael Gonçalves (2009) aponta que apesar da constituição promover avanços, os registros em relação a programas relacionados ao solo é negativo e que a efetividade de direitos está caminhando em curtos passos.

O projeto da capital do Tocantins, que objetivava uma boa qualidade de vida para os seus moradores, pretendendo atingir a flexibilidade, qualidade ambiental e viabilidade, idealizava uma cidade que remetesse a ideia de novo e tivesse ainda uma facilitação de acesso ao espaço urbano para toda população. Frente a todo o estudo e apresentações em relação à implantação da cidade, nota-se que essa facilitação de acesso à habitação e boa qualidade de vida não ocorrem para toda a população palmense, mas sim para uma porcentagem possuidora de um maior poder aquisitivo.

²⁰⁵ Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. Palmas – TO. 2000. Erosão provocadas pelas chuvas danificam quadras. Palmas, sábado, 8 de janeiro de 2000.

²⁰⁶ Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. Palmas – TO. 2000. Gambiarra prejudica morador do Aurenys. Palmas, sábado, 15 de janeiro de 2000.

²⁰⁷ Jornal do Tocantins. 2009 a 2034. 1 a 31 de Dezembro. Palmas – TO. 2000. Taquarussu quer mais infraestrutura. Palmas, terça-feira, 19 de dezembro de 2000.

²⁰⁸ Jornal do Tocantins. 1960 a 1984. 1 a 31 de outubro. Palmas – TO. 2000. Praça da Arns 14 está abandonada. Palmas, domingo, 22 de outubro de 2000

A história da cidade de Palmas vista sob o olhar dos que tiveram que lutar pela sua moradia é uma lacuna historiográfica para o Brasil, por vezes, omite-se que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memória. As experiências vividas no presente são fruto daqueles que participaram do seu processo de construção e, portanto, estão relacionadas ao que foi vivido no passado mesmo por pessoas que não participaram dessa experiência. Interessa-me questionar como uma cidade planejada para ser o exemplo de modernidade se transformou em um território segregador e antidemocrático.

Ao tratar a experiência como uma categoria analítica da construção humana, percebemos que a realidade sócio histórica é uma construção alicerçada em práticas culturais. Portanto, cultura e experiência se tornam elementos centrais de análise para a produção do conhecimento histórico. Uma forma de estudar essas categorias é através da coletividade, dar sentido as práticas, inclusive de resistência, unem as pessoas em horizontes semelhantes, os identificando e possibilitando experiências emancipadoras.

Entende-se que por mais que se tivesse um projeto para a implantação da cidade, o mesmo não fora seguido, acredita-se nisso devido tantos problemas habitacionais. Deduz-se ainda, através das fontes e relatos de moradores, que se objetivava executar uma forma de higienização social nas centralidades da cidade. A implantação da capital além infringir o projeto primeiro, desrespeita a constituição federativa de 1988 em relação a questão da moradia e direitos sociais. Em Palmas o direito a moradia é de difícil efetivação, e mesmo quando efetivado o acesso à habitação para pessoas mais pobres, essa “acessibilidade” se dá em locais distantes e sem sua complementação, ou seja, sem infraestrutura, sem postos de saúde, escolas e muitas vezes sem até iluminação pública.

Quando o direito à moradia não é garantido, todos os outros direitos sociais são violados. Portanto, para que se garantam os demais direitos, configura-se fundamental o cumprimento do direito à moradia. Entende-se que não pode se analisar os problemas urbanos sem que haja a análise acerca da política social e econômica.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Francisco Otaviano Merli do. **Especulação imobiliária e segregação social em Palmas do Tocantins: uma análise a partir dos programas habitacionais no período de 2000 a 2008**. Brasília, 2009.

BARBOSA, Fábio. **A formação urbana no município de Palmas (1989-2012) e o direito de moradia**. Goiânia, 2012

BEZERRA, Nilva Aparecida Pacheco. **A migração em Palmas/To: a felicidade no imaginário social**. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2013.

BRITO, Eliseu Pereira. **Planejamento, Especulação imobiliária e ocupação fragmentada em Palmas**. Caminhos de Geografia. Revista Online. Vol.11, n. 34. Uberlândia: Instituto de Geografia, UFU, 2010.

COCOZZA, Glauco de Paula. **Paisagem e urbanidade: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas**. São Paulo, 2007.

GRUPOQUATRO. **Memória do projeto da capital do estado do Tocantins. Palmas/Plano Básico**. Goiânia, 1989 (Mimeo).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª edição. Centauro editora. São Paulo.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada**; Goiânia, Brasília e Palmas. 2. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. **Modernidades tardias no cerrado – arquitetura e urbanismo na formação de Palmas**. Florianópolis. Insular. 2018.

ROUSSO, Henry. **A Última Catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: volume 1 : árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

O CINEMA NA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS FILMES “O ENCOURAÇADO POTEMKIN” (1925) E “O TRIUNFO DA VONTADE” (1935)

*Elbio Roberto Quinta Junior*²⁰⁹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo demonstrar a importância do cinema como objeto de estudo para o conhecimento histórico. O cinema como agente dentro da história (COSTA, 2010). Para tanto, tomamos como fonte os filmes “O Encouraçado Potemkin” (1925), de Sergei Eisenstein, e “O Triunfo da Vontade” (1935), de Leni Riefenstahl. Dois filmes marcantes de seus respectivos regimes políticos, o socialismo soviético e o nazismo alemão. A hipótese aqui testada é a de que ambas as películas são fundamentais para se construir uma interpretação sobre a propaganda de dois regimes que se tornaram marcantes para o século XX. Assim, o eixo norteador para tal debate será o recurso da montagem, entendido aqui elemento fundamental para a construção do discurso que almeja a produção de um sentido dentro do filme (XAVIER, 2017).

Palavras-chave: *Cinema, História, Propaganda, Montagem.*

INTRODUÇÃO

A abordar as possíveis relações entre história e cinema, o historiador italiano Antonio Costa (1987) elenca três eixos possíveis a serem trabalhados: a história *do* cinema, que se centra numa história do desenvolvimento do cinema enquanto meio; a história *no* cinema, que é compreender como a história foi representada no cinema, por meio dos filmes de reconstrução história; o cinema *na* história, que é vislumbrar os filmes como um elemento ativo no processo de cognição sobre o passado, e não mais como meros reflexos. Ao tomarmos como fonte o filme os filmes “O Encouraçado Potemkin”²¹⁰ (1925), de Sergei Eisenstein, e “O Triunfo da Vontade”²¹¹ (1935), de Leni Riefenstahl, percebemos que o último eixo é essencial para o debate que aqui propomos realizar.

Embora venham de regimes políticos opostos, é inegável que ambos, o socialismo soviético e o nazismo alemão, foram precursores no trabalho com o desenvolvimento das

²⁰⁹ Doutorando em História pelo PPGH-UG, sob orientação do Prof. Dr. Carlo Patti, com a pesquisa intitulada “A relação estética entre Sergei Eisenstein e Leni Riefenstahl: uma história comparada entre os cinemas de propaganda soviético e nazista (1925-1935)”. Graduado (2017) e mestre (2019) pela mesma instituição. E-mail para contato: elbioquinta@gmail.com

²¹⁰ *Bronenosets Potyomkin*, no original em russo.

²¹¹ *Triumph des Willens*, no original em alemão.

novas mídias, sobretudo o cinema, como instrumentos de propaganda. Como bem lembra Ferro:

Os soviéticos e os nazistas foram os pioneiros a encarar o cinema em toda a sua amplitude, analisando sua função, atribuindo-lhe um estatuto privilegiado no mundo do saber, da propaganda, da cultura. Eles estavam construindo duas contrassociedades e só sentiam desprezo ou ódio pelo comportamento que estavam substituindo (FERRO, 2010: 52).

Tidos como importantes marcos cinematográficos de seus respectivos regimes, acreditamos ser possível estabelecer uma comparação entre estes, considerando aqui um breve elemento em comum: a montagem. Desta forma, partindo da conceituação do cinema como um discurso produtor de sentido (XAVIER, 2017), em que a montagem torna-se fundamental dentro da produção de um filme, temos como objetivo entender como as duas fontes tomadas para este artigo podem ser utilizadas para a análise dentro deste importante eixo, que é vislumbrar os filmes como um “fator de história” (QUINTA JUNIOR, 2019).

Dado à brevidade deste artigo, não almejamos trabalhar com o recurso da Análise Fílmica, embora o entendamos como fundamental para o campo sobre o qual discutiremos. Nosso debate centrar-se-á em um eixo teórico do campo, buscando almejar questões que nos permitam entender, por meio das obras de Eisenstein e Riefenstahl, como possíveis fontes a serem analisadas por este campo.

Desta forma, o problema central que nos servirá de guia para todo esse debate será: como é possível trabalhar o cinema enquanto elemento participante dentro de uma análise histórica? A hipótese aqui testada é que somos capazes, por meio da importância da montagem para ambos os filmes, de entender o destaque destas duas obras como produtores de um sentido da propaganda²¹² de cunho leninista, no caso de Eisenstein, e na de cunho hitlerista, no caso de Riefenstahl (DOMENACH, 1963).

²¹² Embora tentador, não iremos adentrar ao rico e importante debate do conceito de totalitarismo, como bem trabalhado pela filósofa política Hannah Arendt (2012) por exemplo, dado, mais uma vez, a limitação espacial deste trabalho. Focaremos apenas nas diferenças e similaridades trazidas pela conceituação de propaganda feita, nos anos 60, por Jean Marie Domenach (1963). Segundo este, a propaganda de cunho leninista teria como função a educação das massas para revolução, para adequação ao comunismo. Por outro lado, a propaganda hitlerista teria o objetivo de dominação das massas. Estando consciente de que a ideia de dominação é, para além de generalista, algo problemático, utilizamos esta conceituação apenas como norte para compreender possíveis similaridades e distanciamentos entre os dois filmes e, conseqüentemente, os dois realizadores.

2- O CINEMA NA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO

Iniciado por Marc Ferro (2010), nos anos de 1970, o trabalho do cinema, dos filmes como fonte de entendimento sobre o passado veio, no âmbito da historiografia, como reflexo oriundo de um movimento de quebra dos valores cientificistas do conhecimento histórico, em vigor desde o século XIX. Este cientificismo enxerga as fontes documentais como objetos inquestionáveis ao trabalho do historiador, uma vez que eram vistas como retratos fieis do contexto o qual o historiador se debruçaria para análise.

A fonte, dessa forma, deveria representar a verdade sobre o passado. Logo, um quesito fundamental ao ofício do historiador era a seleção de fontes segundo sua “maior veracidade” quanto ao fato histórico analisado. Tal busca pela veracidade se desenvolveu e, ao mesmo tempo, legitimou a busca de um “passado em comum”, fundamental para os movimentos nacionalistas europeus do século XIX.

Autores como Nietzsche e Burckhardt, antes dele, alertavam para a “perda de funcionalidade” do conhecimento histórico para a vida (GUIMARÃES, 1996), a perda da sua pragmaticidade, em razão de um fortalecimento metodológico que permitiu o desenvolvimento de uma “monumentalização do passado”. A história passou a se cristalizar em torno de verdades intransponíveis. Monumentaliza-se determinada interpretação à medida que se torna impossível criticá-la ou mesmo desconstruí-la posteriormente.

Com o advento do século XX, surgem correntes contrárias a este fenômeno, podendo ser divididas em dois movimentos de maneira extremamente sucinta: os *Annales*, corrente historiográfica francesa que teve como principais expoentes Marc Bloch e Lucien Febvre, e conjunto de ensaístas alemães como Walter Benjamin, Siegfried Kracauer, Theodor Adorno e Max Horkheimer. Visando o objetivo proposto neste trabalho, focaremos em dois autores: Ferro (2010) e Benjamin (2012).

Já exposto no início deste tópico, Ferro (2010), que infelizmente faleceu este ano, foi um dos grandes representantes da terceira geração dos *Annales*. O objetivo fundador desta corrente era quebrar a perspectiva oficialista da história política. Em “Cinema e História”, uma coletânea fundamental para aqueles que almejam compreender um pouco sobre as imbricadas relações entre história e cinema, o autor nos demonstra o quão trabalhoso é optar tomar filmes como fontes históricas. Apesar de aparentemente termos

superado o cientificismo de dois séculos atrás, ainda é difícil para muitos historiadores o trabalho com o cinema como agente do passado.

A preferência por fontes escritas é justificada por Ferro através da identificação de uma mentalidade acadêmica, ainda em voga, da necessidade de verdade ou, ao menos, uma pretensão disso, na base do trabalho historiográfico – as fontes. Ao selecionar um filme como fonte, o historiador enfrenta diversos desafios, sobretudo no quesito de lidar com a “menor veracidade” que as obras fílmicas, em tese, possuem. Obviamente, trabalhar com cinema envolve o conhecimento da linguagem do mesmo²¹³ o que acaba por ser um desafio para aqueles acostumados estritamente com a linguagem escrita.

Contudo, são inúmeras as riquezas e possibilidades trazidas ao trabalhar com o cinema. E não nos referimos apenas à simplificada e ultrapassada discussão sobre o cinema como representante do passado, de uma época, mas sim entendê-lo como parte integrante de diferentes objetos e acontecimentos possíveis de serem analisados pelo historiador desde o desenvolvimento desta mídia, aos finais do século XIX. Tais possibilidades podem ser encontradas desde um estudo sobre o papel da indústria fílmica na cultura, como o caso de Hollywood, passando por questões intrínsecas à produção de um filme, como angulação, tipos de montagem, até ocupar-se de questões didático pedagógicas.

Quando entramos em um contexto de autoritarismo, as perspectivas possíveis de serem trabalhadas aumentam ainda mais. Desde banimentos, passando por movimentos de censura, obras de propaganda até filmes de reconstrução histórica, que oferecem uma visão sobre o passado.

Ao pensarmos a relação entre cinema, século XX e autoritarismos, não falar sobre Benjamin é impossível. Um ensaísta autor de textos que perpassam os mais variados campos das ciências humanas, torna-se fundamental ao nosso objeto por refletir sobre os possíveis usos políticos das imagens pelos movimentos políticos fascistas²¹⁴. O autor constrói tal reflexão por meio do conceito de *aura*.

²¹³ Deixamos claro ao leitor que não reduzimos a riqueza do cinema apenas a também rico campo da linguagem. Contudo, para o objetivo e hipótese aqui almejados, enxergamos como pertinente

²¹⁴ Entendemos a amplitude que este conceito pode ofertar e, da mesma maneira, compreendemos o seu distanciamento com o regime soviético que, dado à sua durabilidade (1922-1991), guarda diversos momentos que são consideravelmente diferentes do contexto que Eisenstein, por exemplo, produziu seus filmes. Logo, guardas às devidas proporções de similaridade e diferença, entendemos a importância das

Benjamin (2012) a entende como um diálogo entre espectador e imagem. Muito presente durante o período nomeado como tradição, onde a pintura era o meio de reprodução artística dominante. Tal fenômeno pode ser entendido a partir de três eixos bem definidos: *autenticidade*, por meio das técnicas primárias de reprodução; *distância*, pelo cunho sacro das imagens, uma vez que as mesmas, na tradição, não são dissociadas da religião; *valor de culto*, em razão desta sacralidade intrínseca à imagem (PALHARES, 2006).

O fenômeno aurático²¹⁵ pode ser rastreado pelo seu auge na tradição, com a valorização de técnicas de pintura e reprodução rudimentar, até o seu gradual desaparecimento com a fotografia, passando pelo seu desaparecimento com o advento do cinema, até o seu ressurgimento significado para a política. O cinema, antes pensado como instrumento de libertação por meio da difusão democrática de ideias, passou a ser utilizado por determinados regimes políticos como instrumento de propaganda. A intercalação de planos, possibilitada pela montagem permitiu diversas construções de sentido passíveis de serem utilizadas em prol da defesa dos ideais de um determinado movimento político.

Desnecessário reafirmar que as diferenças dos regimes soviético e nazista são evidentes. Contudo, nestas diferenças, é possível encontrar similaridades, sobretudo quando consideramos o uso político dos meios midiáticos e artísticos, que podem se conjugar ou não, em prol da defesa dos ideais políticos dos respectivos movimentos. O uso da montagem para fins de produção de sentido propagandísticos mostra-se, para nós, evidente nas obras fílmicas selecionadas como fonte para este artigo.

3- EISENSTEIN E RIEFENSTAHL: A MONTAGEM COMO CENTRO DA PRODUÇÃO FÍLMICA

Sergei Eisenstein, em “O Encouraçado Potemkin”, reconstrói a revolta de um grupo de marinheiros de 1905, em Odessa. O inimigo é representado como uma caricatura

considerações de Benjamin para captar o fenômeno da relação cinema e política na primeira metade do século XX (SUNY et al, 2006).

²¹⁵ O conceito de *aura* é trabalhado em três ensaios “Pequena Historia da Fotografia” (1931), “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica” (1935) e “Sobre alguns temas em Baudelaire” (1939). Neste último merece um comentário a parte, uma vez que Benjamin realiza a extensão do conceito de *aura* para além da imagem, chegando ao texto escrito. Importante comentar que as considerações de Benjamin sobre *aura* não podem ser pensadas separadamente da modificação de experiência, do contato sobre o passado, levantadas pelo mesmo por meio dos conceitos de *Erfahrung* e *Elebnis* (QUINTA JUNIOR, 2020).

burguesa de soldados com botas e atitudes esmagadoras. Uma das cenas mais marcantes é a repressão de soldados contra os manifestantes na escadaria do porto de Odessa, admirada por ser uma bela sequência de propaganda e, ao mesmo tempo, um perfeito exemplo da exposição da teoria de montagem, defendida pelo realizador (FURHAMMAR e ISAKSSON, 1976). É uma das obras mais conhecidas do cineasta soviético Sergei Eisenstein (1898-1948). Dentre as demais obras produzidas durante o regime soviético, cabe-se destacar “A Greve”²¹⁶ (1924); “Outubro”²¹⁷ (1928), marcado pela ideia de “montagem intelectual” ao tentar fazer um comentário visual sobre os acontecimentos da revolução russa de outubro de 1917; “Alexandre Nevsky” (1938); e sua tentativa mal sucedida de filmar “O Capital”, de Karl Marx.

Eisenstein notabilizou-se como um dos grandes cineastas soviético, juntamente com Pudovkin e Vertov. Baseado, mesmo que de maneira crítica, às experiências de Kulechov²¹⁸, Eisenstein tinha como foco principal, na sua teoria cinematográfica, a montagem. Sendo ele um versado teórico que influenciou, de maneira marcante, os movimentos cinematográficos dos anos 60²¹⁹, conforme destaca Ismail Xavier (2017).

Enxergando o cinema como um discurso, produtor de sentido, o cineasta soviético procurava se contrapor ao modelo pseudo-realista burguês, que enxergava o cinema como um reproduzidor da realidade. O que era captado pela câmera, representava a realidade impressa e, por sua vez, transposta ao espectador (XAVIER, 2017). Algo similar, em uma perspectiva mais ampla, com a maneira como os historiadores lidavam com as fontes durante o século XIX e primeira metade do século XX.

²¹⁶ *Stachka*, em russo.

²¹⁷ *Oktyabr*, em russo.

²¹⁸ Fazemos referência o “Efeito Kulechov”, que consiste em “intercalar o mesmo plano de um ator (portanto, a mesma expressão facial) com três imagens diferentes, de modo a “provar” que, induzindo pela imagem acoplada, o espectador daria um significado diferente à mesma expressão facial, o que seria uma demonstração radical do predomínio absoluto da montagem sobre cada imagem singular” (XAVIER, 2017, p. 48). Ressaltamos, segundo Ismail Xavier (2017), que o objetivo das experiências era a identificação de uma fórmula para explicar e reaplicar o sucesso de público dos filmes americanos no cinema revolucionário soviético.

²¹⁹ Fazemos referência ao movimento da *Nouvelle Vague*, um movimento artístico francês que visava a afirmação de um novo tipo de cineasta, atribuindo maior consciência crítica do meio expressivo usado, no caso o cinema, e uma reflexão sobre a natureza deste. Os filmes produzidos por esta corrente procuravam ser, dentre outras coisas, um ensaio sobre a natureza deste. Os filmes produzidos por esta corrente procuravam ser um ensaio sobre imagens e cinema (COSTA, 1987). Cineastas de grande envergadura como Truffaut e Godard participaram deste movimento. As teorias da montagem elaboradas por Eisenstein encontram grande ressonância na *Nouvelle Vague*.

Ao priorizar e refletir teoricamente sobre o elemento da montagem, Eisenstein se mostrava crítico a perspectiva do cinema realista. Advindo do teatro (FURHAMMAR e ISAKSSON, 1976), ele expressa essa experiência na formulação do conceito de “montagem de atrações”. Adaptando o conceito de “atração” do teatro, entendido como qualquer elemento que submete o espectador a um impacto sensorial e psicológico previamente e matematicamente calculado (XAVIER, 2017), Eisenstein nos oferece uma base para entender o cinema como um discurso produtor de sentido, ao enxergar a montagem como uma possibilidade de atração.

Ao conceituar montagem de atrações como combinação de elementos e comentários em torno de um elemento factual (XAVIER, 2017), o cineasta oportuniza entendermos a ferramenta de montagem não apenas como uma interligação de planos²²⁰, como defendia a decupagem²²¹ clássica, mas também como uma possibilidade de alteração espaço-temporal produtora de sentido. Consequentemente, Eisenstein afirma que a montagem de atrações serve como método de produção para o cinema proletário (XAVIER, 2017).

Através disso, ele elabora o conceito de montagem figurativa, que funciona como uma interrupção do discurso, onde o sujeito insere planos que destroem a continuidade da ideia, produzindo uma nova ideia, com efeito psicológico previamente calculado. Eisenstein tinha preferência de falar em “justaposição de planos” ou invés de simples encadeamento. Ele enxergava opções diversificadas na construção de um filme, tentando fugir à estética fechada do cinema americano que, outrora, havia inspirado Kulechov em suas experiências.

A montagem figurativa, ao objetivar a produção de um efeito ao espectador, deveria funcionar segundo duas perspectivas básicas: da “disjunção” e da “representação dos fatos” (XAVIER, 2017). Na disjunção, durante a evolução de determinado acontecimento narrativo, abre-se uma brecha na cadeia narrativa, permitindo a inserção de planos de outros espaços de ação, viabilizando construções de metáforas e produções de sentido que extrapolam as possibilidades oferecidas pelo cinema realista burguês.

²²⁰ Seguimos a conceituação de *plano* proposta por Ismail Xavier (2017) como correspondente a um determinado ponto de vista, no sentido de posição da câmera (distância e ângulo) do objeto filmado.

²²¹ Conceito este fundamental para o objeto que propomos neste trabalho. *Decupagem* pode ser entendido como o processo de decomposição do filme (ou seja, das sequências e das cenas) em planos (XAVIER, 2017).

Por outro lado, na representação dos fatos, foge-se aos critérios do cinema naturalista. A representação dos autores é estilizada para, juntamente com a montagem, compor uma descontinuidade com as repetições do mesmo gesto, oferecendo multiplicações de detalhes e, com isso, distende a temporalidade do acontecimento (XAVIER, 2017). Em suma, para Eisenstein, a realidade no cinema sofre uma manipulação pela montagem, em torno de um fato concreto, buscando o significado desejado.

Contudo, em seu contexto de produção fílmica, Eisenstein não possuía uma boa reputação tanto entre o público que assistia a seus filmes, quanto à alta burocracia do partido comunista russo. Seus filmes, devido à alta complexidade de produção e construção, no sentido técnico do termo, não eram compreendidos pelas grandes massas. Como ressalta Furhammar e Isaksson (1976), Eisenstein atuava mais como “engenheiro”, dentre os demais diretores revolucionários, onde seus filmes possuíam uma preocupação maior nas possibilidades expressivas do cinema, do que no problema específico de transformar um determinado personagem compreensível, ou explicar reações e esclarecer situações políticas.

Com o avanço do regime stalinista, na década de 1930, o “realismo socialista” foi transformado na forma artística oficial da União Soviética. As artes de vanguarda como o formalismo, o simbolismo e a experimentação foram boicotados. Cineastas como Eisenstein, Pudovkin e Dovjenco, outrora grandes nomes do cinema russo, caíram no ostracismo. Suas obras, consideradas exageradamente intelectuais, não eram vistas como funcionais, no sentido da propaganda, pelo partido.

Nesse contexto, o realismo socialista, com o avanço do processo de censura institucional do cinema, começou a tomar atitudes cada vez mais totalitárias (FURHAMMAR e ISAKSSON, 1976). O cinema deveria representar o futuro pretendido pelo estado soviético sob o controle de Stalin. Com a censura, eliminou-se a liberdade criativa dos diretores, sendo estes submetidos às decisões da cúpula burocrática do partido.

Se na União Soviética, as obras de Eisenstein não conseguiram um desempenho forte, seja na audiência, quanto nos meios políticos, na Alemanha, foram um grande sucesso. Apesar de diversas tentativas de censura, por parte do governo de Weimar (FURHAMMAR e ISAKSSON, 1976), o filme foi uma aclamação de público e crítica.

Tanto é fato que, após a chegada dos nazistas ao poder, o ministro para esclarecimento popular e propaganda, Dr. Paul Joseph Goebbels listou “O Encouraçado Potemkin” (1925) como uma das obras referenciais para o Novo Cinema do Reich. Em discurso para representantes da indústria fílmica alemã, em março de 1933, Goebbels enxerga o filme de Eisenstein como uma incomparável obra de arte cinematográfica, distinguível pela sua qualidade (LEISER, 1974).

Era um filme que poderia, para o titular da pasta de propaganda, transformar qualquer pessoa sem firmezas ideológicas, em um bolchevique. Goebbels toma como exemplo o filme de Eisenstein para defender o alinhamento de obras de arte com ideologias políticas. Tanto era a sua admiração por este filme, que o sonho de Goebbels era a produção de uma versão nacional socialista de “O Encouraçado Potemkin” (LEISER, 1974). Para ele, seu programa de propaganda política, pautado em uma propaganda que trabalhasse de maneira insidiosa, só teria vida se provesse os conteúdos dos filmes. Os filmes que deveriam servir de base para o novo cinema alemão, além da já referida película de Eisenstein são: *Os Nibelungos* (1924), de Fritz Lang; *O Rebelde* (1934), de Luis Trenker; *Anna Karenina* (1935), de Clarence Brown, com a singular performance de Greta Garbo (LEISER, 1974).

Ao saber desta admiração, Eisenstein publicou uma carta aberta no *Literaturnaja Gazeta*²²², em 22 de março de 1934. Entre outras coisas, o importante cineasta soviético destacou:

Como você se atreve, dentre todas as pessoas, a falar sobre vida – você quem está infligindo morte e exílio sobre todas as coisas vivas e boas em seu país com o machado e a metralhadora; você quem está executando os melhores filhos do proletariado alemão, quem está forçando o orgulho da verdadeira ciência alemã e cultura universal para a dispersão pelo mundo? Como você chama seus próprios produtores para uma verdadeira reprodução da vida sem também requerer deles, como primeira obrigação, gritar para o mundo os sofrimentos de milhares de pessoas definhando nas catacumbas subterrâneas de suas cadeias, torturadas até à mortes em seu quartel de prisão? (LEISER, 1974, p. 14).²²³

²²² Jornal semana de política e cultura publicado na Rússia e, posteriormente, na URSS.

²²³ Texto no original: “How dare you of all people talk about life – you who are inflicting death and exile on all things living and good in your country with the axe and the machine-gun; you who are executing the finest sons of the German proletariat, who are forcing the pride of true German science and universal culture to scatter all over the world? How dare you call on your film-makers for a true representation of life

Isso serve como base para um caráter marcante da indústria fílmica durante o período nazista: todos os filmes produzidos sob a égide do nazismo foram filmes políticos (LEISER, 1974). Ao contrário do cinema soviético, que visava à homenagem de anônimos revolucionários e para os movimentos de massa no qual o indivíduo pode mostrar sua face, no cinema nazista, sobre o controle de Goebbels²²⁴, eram feitos filmes para glorificar a figura do herói, dentro da história nazista. O *Führer* era tudo enquanto o individual nada (LEISER, 1974)

Dentro deste contexto, identificamos o filme “O Triunfo da Vontade” (1935), produzido pela cineasta alemã Leni Riefenstahl (1902-2003), que documenta o VI congresso do partido nazista, realizado em 1934, na cidade de Nuremberg. Marcado por sua técnica diferenciada, sobretudo às montagens de *fusão*²²⁵ e primeiro plano²²⁶ dos símbolos do partido, e/ou de Hitler, o filme foi produzido para representar o nascimento de uma nova Alemanha sobre o governo nazista. Conforme ressalta Kracauer (1988), Adolf Hitler é o protagonista do filme, representado como um deus, em meio à exaltação das massas, descendo dos céus (cena do avião) para ser aclamado por um mar de suásticas, saudações e diversos outros elementos da estética política nazista (BENJAMIN, 2012).

A bibliografia estrangeira (LEISER, 1974; TAYLOR, 2009; WELCH, 2011), como a bibliografia nacional (LENHARO, 2001; ROVAI, 2005) enxergam “O Triunfo da Vontade” como um dos melhores exemplos da estetização da política, promovida pelo NSDAP. Fenômeno fundamental para o nazi-fascismo (BENJAMIN, 2012), este filme também é conhecido, inclusive para além dos meios acadêmicos, como um dos principais

without also requiring them, as their very first duty, to cry aloud to the world the sufferings of the thousands of people languishing in the underground catacombs of your jails, tortured to death in your prison barracks” (EISENSTEIN APUD LEISER, 1974, p. 14).

²²⁴ Em Welch (2011), encontramos um estudo pormenorizado da estrutura da máquina burocrática da indústria fílmica alemã, durante o governo nazista (1933-1945). Através da criação da câmara de cultura e, com isso, das sete câmaras adjacentes, responsáveis por cada área da vida cultural alemã, Goebbels centralizou toda a produção cultural no Ministério da Propaganda. Em complemento a isso, a concessão de crédito público à produção de novos filmes também se dava mediante a aprovação dos escritórios censura. Desse modo, o governo nazista foi capaz de controlar toda a produção fílmica, permitindo que apenas filmes alinhados com os ideais nazistas fossem produzidos e lançados. Todo este processo, aqui explanado, ficou conhecido como *Gleichschaltung*.

²²⁵ Técnica de montagem onde o progressivo apagar do último enquadramento da cena A funde-se com o progressivo aparecimento da cena B onde, em determinado espaço de tempo, as cenas se fundem (COSTA, 1987).

²²⁶ Quando a posição da câmera está próxima à figura humana, apresentando apenas um rosto ou detalhe qualquer capaz de preencher, quase que por completo, a tela (XAVIER, 2017).

exemplos da indústria fílmica de propaganda alemã, durante o governo nacional socialista (1933-1945).

Ao contrário de Eisenstein, Leni Riefenstahl gozava de forte influência na alta cúpula do partido nazista. Apesar de não ser bem relacionada com Goebbels, tinha influência pessoal com diversos líderes do NSDAP²²⁷, inclusive com o próprio Hitler. Esta influência, por sua vez, permitiu à cineasta acesso único a recursos extraordinários à execução de seus projetos fílmicos. Segundo Erwin Leiser (1974), Riefenstahl teve à sua disposição uma unidade de 120 pessoas, incluindo 16 cinegrafistas e 16 operadores assistentes com 30 câmeras, 4 sets de equipamento sonoro, luzes, 22 carros com motoristas, seguranças da SA²²⁸ e SS²²⁹.

Para além de “O Triunfo da Vontade” (1935), Riefenstahl produziu, como cineasta ligada ao Terceiro Reich, outros três filmes: “Vitória da Fé”²³⁰ (1933), onde documentou-se o V Congresso do Partido Nazista, também em Nuremberg”, sendo considerado este filme um ensaio para o que viria a ser “O Triunfo da Vontade” (1935); “Dia da Liberdade”²³¹ (1935) foi realizado como uma resposta às críticas da *Wehrmacht*, o exército alemão, sobre sua pouca aparição em “O Triunfo da Vontade” (1935) em contra posição ao protagonismo da SS; “Olympia” (1938), um grande documentário sobre os jogos olímpicos de Berlim, em 1936, que, dividido em duas partes: “Festival das Nações” e “Festival da Beleza”, seria para apresentar a “Nova Alemanha” para o mundo.

O último filme de sua carreira cinematográfica, “Terra Baixa”²³² (1954), foi filmado durante os anos finais do nazismo. Com o fim da guerra, os negativos do filme foram apreendidos pelas forças aliadas. Após uma intensa batalha judicial, Riefenstahl consegue reaver a propriedade intelectual e, finalmente, lançar o filme. Entretanto, o filme foi um fracasso de público e crítica. Para além de ser visto como excessivamente estético,

²²⁷ Sigla do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, em alemão: **Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei**.

²²⁸ Abreviação de *Sturmabteilung*. Foram as “Tropas de Choque” do Partido Nazista, a principal milícia do NSDAP até a “Noite das Facadas Longas”, um expurgo organizado por Adolf Hitler e outros membros do alto escalão do partido nazista, em 1934, onde vários de seus líderes foram executados, como Ernst Röhm. Após este expurgo, a SS firmou-se como a polícia oficial do regime e principal órgão de inteligência.

²²⁹ Abreviação de *Schutzstaffel*. Foram as “Tropas de Assalto”. Inicialmente apenas uma força que visava à segurança de Adolf Hitler, com a administração de Heinrich Himmler, tornou-se a principal força de segurança do governo nazista.

²³⁰ *Sieg des Glaubens*, no original.

²³¹ *Tag der Freiheit*, em alemão.

²³² *Tiefeland*, em alemão.

quanto à técnica utilizada, o filme acabou por relembrar o debate sobre a associação de Riefenstahl com o nazismo (BACH, 2007).

Logo, a questão da montagem para ambos é de fundamental importância. Embora servindo a ideias e movimentos políticos diferentes, e mesmo pertencendo a gêneros fílmicos diferentes²³³, duas questões nos parecem claras: a importância do cinema como arma propagandística e o uso da montagem como elemento de produção basilar para a construção de sentido almejado pelos respectivos sistemas políticos.

4- CONCLUSÃO

Por meio do debate aqui construído, entendemos que o cinema mostra-se como fundamental ao ofício do historiador. Através das fontes analisadas por meio do conceito de montagem, do que é a montagem dentro da produção de um filme, e do entendimento do filme como um discurso produtor de sentido (XAVIER, 2017), somos levados a entender a possibilidade de relação entre a Rússia Soviética e a Alemanha Nazista. A importância da propaganda e, por consequência, da arte nos dois regimes é marcante. Tal constatação é possível a partir do pressuposto teórico metodológico de aproximação do campo história e cinema.

São inúmeras as possibilidades trazidas por este campo e, com o advento das audiovisualidades, cada vez mais presentes em nosso cotidiano, essa aproximação é imperiosa. Não almejamos esgotar aqui as possibilidades de debater, mas justamente o contrário: demonstrar por meio de uma modesta comparação, que está sendo melhor desenvolvida no doutoramento, uma rica possibilidade em meio a um campo extremamente fértil.

5- BIBLIOGRAFIA

ANGERMAN, Erich. Challenges of Ambiguity: Doing Comparative History. *In*: German Historical Institute Washington, D.C. Annual Lecture Series No. 4. New York: Berg Publishers, Inc., 1991.

ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²³³ Apesar da problemática em torno da classificação de filmes a partir de gênero, acreditamos ser necessário distingui-los enquanto a isso para tornar mais claro ao leitor a importância da dicotomia similar/diferente, tão fundamental para a compreensão das duas obras. Ao propor esta discussão, entendemos o filme de Eisenstein como pertencente ao gênero de drama histórico, ao reconstruir, com fins totalmente propagandísticos, um episódio de revolta na cidade de Odessa. Em outro campo, Riefenstahl enquadra-se no campo do documentário, muito debatido sobre suas problemáticas (ROSENSTONE, 2015), ao registrar, também com fins propagandísticos, o congresso do NSDAP, em Nuremberg.

BACH, Steven. Leni – A Vida e Obra de Leni Riefenstahl. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2007.

BARROS, José D'Assunção. Origens da História Comparada: As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n. 25, p. 141-173, jul. 2007.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

COSTA, Antônio. Compreender o cinema. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

DOMENACH, Jean Marie. A propaganda política. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

FRANCO, Renato. 10 lições sobre Walter Benjamin. Petrópolis: Vozes, 2015.

FERRO, Marc. Cinema e História. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FURHAMMAR, Leif & ISAKSSON, Folke. Cinema e política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GARRATY, John A. Comparative History: Beyond Description to Analysis. In: German Historical Institute Washington, D.C. Annual Lecture Series No. 4. New York: Berg Publishers, Inc., 1991.

HITLER, Adolf. Minha Luta. São Paulo: Centauro, 2005.

LEISER, Erwin. *Nazi Cinema*. New York: Macmillan Publishing Co., 1974.

KRACAUER, Siegfried. De Caligari a Hitler – Uma História Psicológica do Cinema Alemão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LENHARO, Alcir. Nazismo “O triunfo da vontade”. São Paulo: Editora Ática, 2001.
PALHARES, Taisa Helena Pascale. Aura: a crise da arte em Walter Benjamin. São Paulo: Editora Barracuda, 2006.

QUINTA JUNIOR, Elbio Roberto. Imagem e História: a relação entre o conceito de aura e a teoria da história em Walter Benjamin. QUINTA JUNIOR, Elbio Roberto *et al* (org.). Teoria e História da Historiografia no século XXI: ensaios em homenagem aos dez anos da Revista de Teoria da História. Serra: Editora Milfontes, p. 149-168, 2020.

_____. Leni Riefesntahl (1935): o cinema documental de propaganda nazista. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História – UFG, 2019, 141p.

ROSENSTONE, Robert. A história nos filmes, os filmes na história. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

ROVAI, Mauro L. Imagem e Técnica como Itinerários das Ciências Sociais – Considerações sobre o Cinema de Leni Riefenstahl. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.24, p.95-103, 2009.

_____. Riefenstahl e Oliveira – Do Inferno das Imagens as Imagens do Degredo. In: Sociologia, Problemas e Práticas, n.51, pp. 11-27, 2006.

_____. Sociologia e Cinema: Reflexões Sobre o Gesto e o Rosto na Tela. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, pp.1-30, 2005.

SUNY, Ronald Grigor *et al.* The Cambridge history of Russia – volume III: The Twentieth Century. New York: Cambridge University Press, 2006

TAYLOR, Richard. Film propaganda: soviet russia and nazi germany. London: I. B. Tauris & Co Ltd, 2009.

XAVIER, Ismail. O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

WELC, David. Propaganda and the german cinema (1933-1945). London: I. B. Tauris & Co Ltd, 2011.

O CRONISTA PORTUGUÊS DIOGO DO COUTO (1542-1616): PRIMEIROS ANOS DE VIDA E A INFLUÊNCIA DA CASA DO INFANTE D. LUÍS

*Elby Aguiar Marinho*²³⁴

Acompanhou Diogo do Couto, desde seus primeiros annos, hum grande zelo do Bem público da Patria, que junto com o entendimento e experiência, de que era dotado, lhe fez considerar as causas de alguns inconvenientes, que havia no Governo da Republica, e principalmente no Estado da Índia, onde elle assistia, e onde por ausência dos Reys, e excesso dos Ministros, hião as desordens em maior crescimento.
Manoel Serafim de Faria (FARIA, 1624, p. 155).

RESUMO: Diogo do Couto (1542-1616) é conhecido em Portugal como sendo o grande historiador do Império Português no Oriente. Sua produção fora gigantesca e muito variada. Peças de oratória, tratados, biografias, literatura trágico-marítima, cartas e discursos são alguns exemplos. Destacam-se a produção de seus dois diálogos do *Soldado Prático*, os quais lhe garantiram fama como escritor político de intervenção, e seus nove volumes das *Décadas da Ásia*, obra de grande extensão e inestimável valor documental-histórico sobre as ações portuguesas e os povos naquela vasta região. Em toda a sua escrita, de maneira direta ou indireta, nos chama a atenção um discurso sempre recorrente do autor: o “abandono” da Índia e o sério risco que o domínio português enfrentava de perder todas aquelas regiões. Nesse trabalho, o objetivo é identificar como sua vivência na corte do Infante D. Luís (1506-1555), marcada pela forte valorização da cultura e dos estudos, influenciou na formação humanista do cronista das Índias.

Diogo do Couto (1542-1616) é conhecido em Portugal como sendo o grande historiador do Império Português no Oriente. Sua produção fora gigantesca e muito variada. Peças de oratória, tratados, biografias, literatura trágico-marítima, cartas e discursos são alguns exemplos. Destacam-se a produção de seus dois diálogos do *Soldado Prático*, os quais lhe garantiram fama como escritor político de intervenção, e seus nove volumes das *Décadas da Ásia*, obra de grande extensão e inestimável valor documental-histórico sobre as ações portuguesas e os povos naquela vasta região.

²³⁴ Aluno do Doutorado pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Email: elbygode@yahoo.com.br

Orientadora: Prof^a Dr^a Dulce Oliveira Amarante dos Santos.

Em toda a sua escrita, de maneira direta ou indireta, nos chama a atenção um discurso sempre recorrente do autor: o “abandono” da Índia²³⁵ e o sério risco que o domínio português enfrentava de perder todas aquelas regiões.

Sua importância em terras lusas é tamanha que fez Rodrigues Lapa, na edição do segundo *Soldado Prático*, de 1937, considerar esta obra como um dos mais honestos livros da literatura portuguesa, afirmando que sua leitura complementar a de *Os Lusíadas* para a boa compreensão da História de Portugal no Oriente. As obras dos amigos Camões e Couto se complementariam por meio de sua oposição: “uma canta as glórias antigas da pátria, num frenético esquecimento do presente; outra analisa impiedosamente as vergonhas desse presente e mostra-nos o país e o Império afundados num tremedal de infâmias: por toda a parte a ambição da riqueza, o amor do luxo e o roubo” (LAPA, 1937: 28).

Na Ásia, ele viveu por duas vezes, totalizando 57 anos dos 74 de sua vida. Quando mais jovem, fora soldado e, posteriormente, após inúmeras experiências, executaria diferentes atividades no aparelho administrativo-militar do Estado, dedicando-se, mais ao fim da vida, ao importante cargo de guarda-mor da Casa do Tombo, em Goa, e o de cronista do Estado da Índia.

Todas as suas vivências, como também o respeito que percebemos ter ele por aquelas regiões, carregam sua escrita de denúncias sobre a corrupção da política e dos costumes portugueses na Ásia. Consequentemente, essas revelações lhe serão muito caras, provocando por vezes seu isolamento social, sérias dificuldades financeiras e até mesmo a perseguição e censura de parte considerável de sua produção, já que muitos poderosos se sentiam ameaçados.

Como afirma Maria Augusta Lima Cruz, uma das principais estudiosas dos assuntos coutianos,

Ele sentia, na sua qualidade de “casado”²³⁶ de Goa, [a Índia como] a sua segunda pátria, podendo, por isso, ser considerado um dos mais indiáticos autores portugueses do seu tempo [...] na Índia portuguesa se enraizou e desenvolveu toda a sua produção e projecto de vida. Nessa qualidade, assumiu-se como a voz dessa Índia: narrou-lhe

²³⁵ Diogo do Couto se refere ao que hoje entendemos ser a presença portuguesa nas diferentes regiões asiáticas e na costa leste africana simplesmente como Índia. Percebemos que seu carinho pela parte indiana do império português, fazia com que nomeasse toda aquela região oriental, muito vasta e diversificada, com apenas o termo Índia.

²³⁶ Eram assim referidos os homens portugueses que contraíram matrimônio, com portuguesas nascidas no Reino ou na própria Índia, estabelecendo atividades e moradia fixa naquelas terras.

os sucessos, criticou-lhe os desvios, alvitrou-lhe os remédios, guardou-lhe o espólio documental. Numa palavra, preservou-lhe a memória. (CRUZ, 2019²³⁷: 8)

A maior parte de sua produção escrita deu-se já em sua velhice. Foi um homem de muitos livros, seja os escrevendo ou lendo, nos fazendo acreditar que passara largos anos de sua vida acumulando e trabalhando sobre numerosas obras impressas ou manuscritas, as quais utilizaria em larga escala em sua própria produção (LOUREIRO, 1998: 73).

Neste primeiro capítulo, nosso foco é compreender a sua biografia. Isso proporcionará entendermos o seu perfil psicológico e compreendermos suas experiências, algo de grande importância para uma melhor análise de sua perspectiva de escrita. Posteriormente, constataremos sua concepção especial de cronista e historiador, já que aliava a descrição detalhada de acontecimentos, a análise dos costumes e dos relacionamentos sociais, além da interpretação das características econômicas, políticas e culturais dos diferentes personagens presentes em seu campo de análise.

Não são fartas as informações biográficas e profissionais sobre Diogo do Couto nas chancelarias reais ou documentações oficiais do Reino, podendo existir sérias razões para isso²³⁸.

Ainda em vida, Couto teve um esboço biográfico preparado em Lisboa pelo padre jesuíta Sebastião Gonçalves. Couto constava em sua obra *Primeira parte da Historia dos religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos*

²³⁷ Por conta dos 400 anos da morte de Diogo do Couto, ocorrida em Goa a 10 de dezembro de 1616, se deu, em Lisboa, um importante congresso científico internacional sobre ele e a sua obra. Os mais importantes estudiosos coutianos se fizeram presentes, renovando os diálogos e interpretações. O evento foi organizado pelo CHAM (Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores) e pelo ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Desenvolveu-se nas dependências da ANTT, entre os dias 16 e 17 de dezembro de 2016. No mesmo grande evento, fez-se uma mostra documental acerca de Couto; uma leitura encenada de partes do Soldado Prático pelo teatro MAIZUM; o lançamento da obra *Diogo do Couto orador: Discursos oficiais proferidos na Câmara de Goa*, organizada por Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro e Nuno Vila Santa. Nesse livro, foram publicadas e comentadas as orações elaboradas por Couto para solenidades, em especial nas posses de vice-reis ou governadores, ocorridas em Goa, entre 1597 e 1614. Posteriormente, nos debruçaremos acerca dessa documentação, que em grande maioria ainda se encontrava inédita. O citado trecho de Maria Augusta Lima Cruz está faz parte de um livro criado para apresentar os textos das principais palestras do evento de 2016.

²³⁸ Diferentes estudiosos de Diogo do Couto apontam a possível censura, roubo ou mesmo a destruição de suas produções escritas e registros documentais no Estado. Mas, essa é uma questão que por agora não iremos aprofundar. Chama atenção também a grande quantidade de obras produzidas e que ainda se encontram desaparecidas.

*infieis a nossa sancta fee catholica nos reynos e provincias da India Oriental*²³⁹, produzida entre 1604 e 1614. No terceiro volume, seu autor já apontava o reconhecimento que existia em Portugal sobre a produção de Couto²⁴⁰ (LOUREIRO, 1998: 55).

Porém, o primeiro texto completo de fato dedicado à biografia do cronista foi escrito pelo renomado escritor, Chantre e Cônego na Santa Sé de Évora, Manoel Serafim de Faria (1583-1655), que em suas próprias palavras, afirma ter desenvolvido um frutífero contato com o cronista, por meio de cartas, chegando a considerá-lo um amigo. Essa biografia seria publicada junto com outras pesquisas na obra *Discursos vários políticos*, impressa por Manoel Carvalho, da Universidade de Évora, em 1624, que ajudaria todos os próximos estudiosos coutianos no desenvolvimento de suas pesquisas²⁴¹.

Nela, Serafim de Faria trata de diferentes temas, tais como vestuário, análise política do território imperial, a língua portuguesa e biografias. São três as biografias existentes: João de Barros, Camões e Couto, que segundo o autor seriam os maiores nomes da escrita em Portugal. O título do capítulo dedicado à Couto anuncia sua grande autoridade: “*VIDA DE DIOGO DO COUTO, Chronista do Estado da India & Guarda mor da Torre do Tombo*”. Logo de início, Manoel Serafim de Faria explica que seu interesse pessoal pela história do poder dos portugueses lhe

fizerão procurar, com cartas deste Reyno, a amizade de Diogo de Couto na India, e agora me obrigão a que ponha em lembrança a noticia que alcançei de suas cousas, assi por cumprir em parte neste officio com o que lhe devo, como por entender, que com isso faço huma obra agradável a todo este Reyno, de que pelo muito, que trabalhou no serviço público, com razão he tido por merecedor de outras avantajadas memorias (FARIA, 1624: 148).

Percebemos pelo tom desta primeira biografia, que o objetivo era reconhecer Couto como um dos maiores expoentes da literatura e historiografia portuguesas. Perceberemos também alguns exageros normais típicos do período, sobre os quais, com o passar dos séculos, novas pesquisas e análises trariam outras opiniões e visões acerca do cronista. Porém, é indiscutível o valor histórico do levantamento de informações feito

²³⁹ Permaneceu apenas em manuscrito durante séculos, tendo sua edição apenas entre 1954 (primeiro volume) e 1962 (terceiro e último volume), pela editora Atlântica, em Coimbra, com organização de [Josef Wicki](#), que utilizou o manuscrito original pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal (Fundo Geral, 915).

²⁴⁰ Segundo Loureiro: Sebastião Gonçalves, *História*, volume 3, p. 118.

²⁴¹ Prova disso é o fato do texto de Serafim de Faria sempre aparecer republicado em edições mais modernas das obras de Diogo do Couto, tal como ocorreu na edição da *Década IV*, de 1778, e nas *Obras inéditas de Diogo do Couto*, de 1808.

por Serafim de Faria, algo que se faz mais interessante se levarmos em conta que ambos eram contemporâneos e desenvolveram relações diretas.

Longos anos se passariam até que a biografia de Diogo do Couto fosse novamente abordada em duas importantes obras enciclopédicas, que traziam, entre vários temas, informações das maiores personalidades da história portuguesa. A primeira foi elaborada pelo padre Carvalho da Costa (1650-1715), em sua *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, publicada entre 1706-1712²⁴².

A segunda foi *Retratos e elogios dos varões e donas que ilustraram a nação portugueza em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionais, como estranhos, tanto antigos, como modernos, oferecidos aos generosos portugueses*, produzida por Pedro José de Figueiredo (1762-1826) e publicada em 1817²⁴³. Porém, esta última se destaca por trazer resultados mais amplos sobre a vida do cronista.

Essas três obras, somadas com documentações avulsas e apontamentos dentro da própria produção de Couto, em especial em suas *Décadas VII e VIII*, são as principais fontes antigas de informações sobre sua biografia.

Já no século XX, o historiador António Baião foi o responsável por reunir novas informações obtidas em arquivos portugueses, além de elaborar um importante levantamento histórico das obras coutianas, publicados na parte introdutória das *Décadas de Diogo do Couto*, por ele organizadas²⁴⁴.

Logo de início, Baião esclarece a filiação de Couto por meio da análise de um documento encontrado na Torre do Tombo²⁴⁵, datado de 2 de março de 1614, e escrito pelo Bispo D. Francisco de Castro. Vejamos:

Vio-se nesta mesa uma petição que V. Magestade a ela remeteo de Diogo do Couto, coronista, guarda-mór da Torre do Tombo do Estado da India em que diz que V. Magestade lhe fêz mercê do habito da ordem de Christo com trinta mil réis de tença e porque está nas ditas partes da India e neste Reino não tem quem corra com sua abonação e possa fazer as provanças que se requerem. Pede a V. Magestade mande passar provisão para na India onde, ha cinquenta anos, lhe conheceram

²⁴² Publicada em Lisboa, na oficina de Valentim da Costa Deslandes.

²⁴³ Publicado em Lisboa, pela oficina de Simão Thaddeo Ferreira.

²⁴⁴ Impressas pela Coleção de Clássicos Sá da Costa, em Lisboa, a partir de 1947.

²⁴⁵ Segundo Baião, publicado na *Revista de História*, 13. p. 88.

pae, mãe e parentes o suprir na abonação de seus avós Gaspar do Couto, que foi do Infante D. Luiz e Vasco Serrão de Calvos, juiz que foi do Terreiro do Trigo d'esta cidade de Lisboa que ha mais de cem anos que são falecidos e com ele ser de setenta os não conheceu e não haver hoje quem se lembre deles e constando seu pae Gaspar do Couto e sua mãe Isabel Serrã de Calvos serem nobres e sem raça alguma de mouros nem de judeus e pela opinião que deles ha em toda a India lhe seja lançado nela habito e dispensa na idade que o Regimento manda.

[...]

Conformome com esta consulta em Lisboa, II de março de 1614 – O Bispo, D. Francisco de Castro, presidente. (Copia *ipsis verbis*) (apud BAIÃO, 1947: 11-12)

O documento acima traz como tema central um dos pagamentos solicitado por Couto à sua majestade, o que foi tardiamente atendido²⁴⁶. Além disso, esclarece sobre a sua origem familiar, atestando serem todos de origem nobre e não descendentes de mouros ou judeus²⁴⁷. Sua mãe foi Isabel Serrão de Calvos e seu pai Gaspar do Couto.

Sua mãe fora filha de Vasco Serrão de Calvos, o que fazia dele primo do famoso pregador e religioso Padre Luiz Álvares, da Companhia de Jesus (FARIA, 1624: 148).

Couto nasceu em Lisboa no ano de 1542, informação por ele mesmo atestada em carta de 16 de dezembro de 1607²⁴⁸, onde escreve ter sessenta e quatro anos. Seus primeiros biógrafos apontam a sua naturalidade na Freguesia de Santa Justa, algo que é impossível ter certeza, já que os assentos paroquiais só passaram a ter regularidade após o Concílio de Trento (1545-1563) (BAIÃO, 1947: 13).

Seu pai trabalhou para o Infante D. Luís, irmão de D. João III. Junto do Infante, ele participou da expedição de Túnis, em 1535, sendo armado cavaleiro por conta de sua brava atuação (LAPA, 1937: 10). Por conta disso, Diogo do Couto não era fidalgo de nascimento, já que seu pai se tornou cavaleiro às pressas, algo que o impedia de ingressar na Ordem de Cristo ou em cargo mais relevante. Percebemos sua insatisfação com essa situação manifestada em toda a sua vida e obra.

Seus primeiros anos são pouco documentados, sabendo-se que acompanhou seu pai nos serviços na casa do Infante D. Luís, vivenciando ótimas experiências neste ambiente de enorme riqueza cultural. Sendo filho de D. Manuel I e irmão de D. João III, acredita-se que a formação do caráter de Couto teria sido muito influenciada pelo seu contato direto com o Infante. O seguinte trecho, da *Década VII*, é bem esclarecedor disso:

²⁴⁶ Posteriormente, este tema será bastante trabalhado.

²⁴⁷ Alguns de seus estudiosos chegaram a acreditar que ele teria origem judaica, o que explicaria em parte seus baixos pagamentos e pouco reconhecimento por parte das autoridades da época. Mas, tal hipótese nunca fora comprovada e o estudo de Baião finalizou essa discussão.

²⁴⁸ Torre do Tombo, caixa I9 – Tomo II, E – pág. 381, apud BAIÃO, 1947: 69-74.

Foi este Príncipe por sua boa e real natureza muito amado de todos, não só dos naturaes, que o tinham em conta de pai, mas ainda dos estrangeiros [...] porque toda a honra, ser, e criação que tenho, me veio delle; porque de idade de dez annos o comecei a servir, e me achei na casa em que faleceo com huma tocha nas mãos; o por ficar desamparado por sua morte; me passei á India, onde atégora servi, e militei. (*Década* 7, vol. 1, 1782: 236²⁴⁹)

D. Luís fora homem reconhecido e cultuado pela sua valorização das armas e da cultura, por quem Couto nutria um amor e respeito filial. O Infante o protegeria e lhe proporcionaria uma educação de ótima qualidade para aquela época, pois nele já devia identificar qualidades intelectuais superiores. D. Luís se tornaria um ótimo exemplo do ideal de cavalaria, nobreza e intelectualidade para o jovem estudante. Sua personalidade se tornou o protótipo de perfeição, a partir do qual julgaria os reis, vice-reis, governadores, capitães de armadas, capitães de fortalezas, comerciantes e burocratas.

D. Manuel I escolheu o mestre Lourenço de Cáceres para cuidar da educação de D. Luís, introduzindo-o nos estudos humanistas e de cunho cristão, apoiando-se na farta literatura pedagógica e normativa daquele período, muito presente nos espelhos de príncipes. Estes eram fontes inesgotáveis de valorização das virtudes, destacando-se

[...] o domínio estoico das paixões, a sabedoria e a prudência no governo da *res publica*, a justiça e a isenção para com os súbditos, a liberalidade na distribuição de mercês, como manifestação da ligação afetiva que deveria existir entre senhor e vassalo. De notar, que a defesa destes princípios como base de uma harmoniosa relação de interdependência social já havia sido largamente exposta pelo Infante D. Pedro de Avis no seu *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. (MONIZ, 2019: 16)

Com o incentivo do Infante, Couto foi estudar em Lisboa no Colégio de Santo Antão²⁵⁰, em 1553, com cerca de 11 anos, justamente quando esta instituição pertencente à Companhia de Jesus iniciou suas atividades escolares. Lá, possuiu entre seus mestres algumas das mentes mais influentes e reconhecidas daquele período.

²⁴⁹ Como é usual entre os demais historiadores coutianos, usaremos como fonte de referência de sua *Décadas* as edições produzidas pela Regya Officina Typografica de Lisboa, entre os anos de 1778 (*Década IV*) e 1788 (*Década XII*). Trata-se da única publicação completa de todas as suas *Décadas*, que saíram com o título: *Da Ásia de Diogo do Couto – dos feitos, que os portugueses fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente*.

²⁵⁰ Foi também a primeira instituição de ensino da Companhia de Jesus na Europa (FARIA, 1624: 148-149).

Por dois anos, teve aulas de latim com o padre Manuel Álvares, humanista, gramático e famoso autor de *De insitiutione grammatica libri tres*, editada em Lisboa no ano de 1572 e adotada pelas universidades portuguesas da época. Segundo o próprio Couto, fez também os cursos de *Rhetorica* e de *Esfera* com o “padre Francisco Rodrigues, o Manquinho, mui douto em *Canones*, e muito acceito *Prégador*²⁵¹”. Estudou literatura clássica com o padre Cipriano Soares, escritor da obra *De arte rhetorica libri tres*, publicada em Coimbra em 1562, e que viria a ser adotada também pelos demais colégios da Companhia.

Por um certo período, Couto paralisou os estudos, já que naqueles tempos não se estudava em Lisboa mais do que as Letras Humanas, continuando a serviço do Infante. Mas, algum tempo depois, o Infante enviaria seu filho, D. António, futuro Prior do Crato, para estudar no Convento de São Domingos de Benfica, partindo Couto em sua companhia.

Lá estudou Filosofia com o Frei Bartolomeu dos Mártires, um dos maiores sábios daquele tempo e futuro Arcebispo de Braga. Além disso, Couto deve ter se beneficiado muito da companhia do também estudante Luís de Camões e de D. António, que se tornou condiscípulo de Frei Bartholomeu, já que estudava com ele desde 1551, em Évora. Nessa época, o filho do Infante já possuía o grau de Mestre das Artes, acompanhando o famoso religioso quando fora para Benfica cuidar da direção daquele convento e lecionar o curso de Artes (AVELAR, 2019: 46; LOUREIRO, 1998: 56).

Esses aprendizados em Benfica lhe despertariam princípios morais que seriam testados no Oriente. Tais princípios tornaram-se marcas do cronista, sendo visto por seu primeiro biógrafo como incorruptível, apesar de todas as delícias da Índia. Fruto de sua identidade e da boa educação:

Aprendeu Diogo de Couto deste insigne Mestre não sómente as Artes Liberaes & em que elle foi eruditíssimo, juntamente as virtudes que nelle mais resplandecião, como bem o mostrou depois na temperança, modestia, e piedade, que em toda sua vida guardou, assi no estado de Soldado, como no de Cidadão, sem lhe as dilicias da índia, poderem fazer per mudança nos costumes em tão largos annos, como teve de vida (FARIA, 1624, p. 149).

²⁵¹ Década 7, vol. 1, p. 156.

Diogo de Couto tornou-se também um grande conhecedor das Matemáticas e da Geografia, dominando bem o latim e o italiano “nas quaes compoz alguns Poemas, e assi na nossa vulgar, em que teve particular graça, tudo Obras Lyricas, e Pastoris, de que deixou hum grande tomo de Elegias, e Eglogas, Canções, Sonetos, e Trovas” (FARIA, 1624: 150-151). Apesar dessa menção a uma grande produção literária coutiana, que Serafim de Faria afirmava possuir em sua biblioteca pessoal, não temos notícias de sua real existência em tempos mais modernos.

Sua vida em meio ao círculo intelectual proporcionado pelo Infante e o contato com importantes humanistas nos colégios que frequentou, com certeza, despertaram em Couto o gosto pelos estudos e pesquisas ainda em tenra idade. Porém, quando contava com 13 anos de idade e finalizava seus estudos de Filosofia, D. Luís faleceu no dia 27 de novembro de 1555, seguindo-se também a morte de seu pai apenas dois anos depois, o que colocaria a vida de Couto em rumos totalmente diferentes.

Por agora ficar desamparado, ainda em 1555 decidiu passar para a Índia. Mas, sua partida só ocorreria quatro anos depois, tempo em que prosseguiu seus estudos em Benfica e passou dois anos no serviço de moço da câmara de D. João III²⁵². Acredita-se que nessa época o seu sentimento era de total desamparo, pois agora circulava em um ambiente que, segundo Rodrigues Lapa, era

maior, mais buliçoso, onde a insignificância do seu nascimento se tornava ainda mais reparada. O rapaz de grandes olhos vivos que era Couto, ouvia por vezes nas práticas do Paço falar das coisas do Oriente: a sua imaginação representava-lhe um mundo novo, cheio de estranhos encantamentos, onde um rapaz pobre e não fidalgo poderia tentar fortuna (LAPA: 1937, 12).

Assim, logo percebe que o elitismo do paço não lhe daria espaço para crescimento, tal como seu protetor idealizara. Consequentemente, Couto abandonou o sonho da carreira das letras e migrou para o sonho coletivo voltado à Índia, local em que os mais humildes poderiam conquistar reconhecimento real, honra e glória pela via militar.

Para a Ásia fora com dezessete anos, bem mais jovem do que Fernão Mendes Pinto e Camões, outros grandes escritores que por lá viveram bastante tempo. Como militar, serviu por dez anos consecutivos, com várias narrativas de suas atividades

²⁵² *Década 7*, vol. 2, p. 184.

aparecendo nas *Décadas*, atitude que tinha o claro objetivo de intervir na narrativa da história.

Sua partida ocorreu em março de 1559²⁵³, na armada de Pedro Vaz de Serqueira, em que também iam D. Fr. Jorge Themudo, para o cargo de Bispo de Cochim, e D. Fr. Jorge de Santa Luzia, para bispo de Malaca, ambos dominicanos, sendo vice-rei do Estado da Índia D. Constantino de Bragança.

Outra confirmação de sua ida para a Ásia em 1559 vem do jesuíta Sebastião Gonçalves, que estava na Índia desde 1594. Ele escreveu em 1607:

ajudando-me também do que o cronista-mor Diogo do Couto escreve na sétima Década, o qual também foi do serviço del-rei Dom João e veio à Índia no ano de 1559, em a nau chamada *Flor de la Mar*, de modo que há quarenta e sete anos que anda na Índia, na qual também serviu a el-rei com a espada na mão na flor de sua idade e depois de entrar na mercê que por seus serviços el-rei lhe fez, o serviu na derradeira idade com a pena, consagrando sua velhice pera escrever os ilustres feitos de sua nação, dando vida aos mortos que per sua Historia vivem nas memórias dos viventes, fazendo aos ânimos generosos umas santas invejas pera com elas se animarem à imitação de seus antepassados (GONÇALVES, 1962: 118, apud GARCIA, 2019: 29).

Sua viagem até Goa ocorreu de maneira tranquila, lá alistando-se como soldado. Porém, esses dez anos que esteve pela primeira vez no Oriente são muito ricos de informações, a não ser por dispersos registros existentes ao longo das *Décadas*. Basicamente, realizou atividades militares pelas costas do Índustão, estendendo-se pelos governos de D. Constantino de Bragança, D. Francisco Coutinho, D. Antão de Noronha e D. Luís de Ataíde.

Logo no início, participou da expedição do vice-rei a Chembé²⁵⁴, próximo de Cochim, em janeiro de 1560, acompanhando o capitão Gonçalo Pires de Alvellos²⁵⁵. No mesmo ano, em fins de março, partiu para Surate²⁵⁶, “sendo de dezoito annos e desejo

²⁵³ *Década 7*, vol. 2, p. 184-185.

²⁵⁴ *Década 7*, liv. 9, cap. 10, p. 372: “[...] até que o diabo deparou aquele Rey hum dia de bom agouro, que senão sou mal lembrado, porque me achei nessa jornada, foi quarta feira de Cinza, que he pera todos os Christãos o de melhores, e mais necessarios sinaes que póde ser, porque nelle nos desengana a Santa Madre Igreja de nossas vaidades, e nos mostra que somos lodo, e terra”.

²⁵⁵ *Década 7*, liv. 8, cap. 3, p. 192: “[...] porque não houve povoação, que não sentisse a ira, e o açoute Portuguez [...] onde estava Gonçalo Pires de Alvellos, com a sua caravela perto da terra, com quem eu estava embracado, sendo moço, que costumava mandar todas as noites os navios de remo a vigiar a boca do rio, pera não sahirem os ladrões”.

²⁵⁶ *Década 7*, liv. 9, cap. 11, p. 387.

de ganhar honra”²⁵⁷, acompanhando D. Jorge de Menezes. Essa expedição foi liderada pelo capitão-mor D. Antônio de Noronha, que teria sido o herói culto e ardido a quem Camões endereçou as célebres oitavas de *Os Lusíadas*. Posteriormente, invernaram em Diu²⁵⁸.

Acerca deste episódio em Surate, conta que ao ir na galeota de D. Jorge de Menezes, foram fortemente atingidos por uma bombarda, forçando seu capitão que a levasse às pressas para a terra, momento que os soldados tiveram que saltar e enfrentar ferozmente os inimigos:

[...] eu hia com eles, que era então de dezoito anos e desejoso de ganhar honra, chegando á estancia dos Mouros achei uma carreta de campo com uma formosíssima peça de artilharia e dois bois muito grandes que a tinham; e lembrando-me de uma machadinha de Rumes que levava na cinta (que os soldados então costumavam) com ella charretei os bois pelas pernas e, depois de cahirem e com alguns companheiros dos que se ali achavam, virámos a peça de artilharia para o campo onde os Mouros estavam em hum mui formoso esquadrão e varejamo-los com ella mui arrezoadamente e os bois, que eram maiores que os de Alemtejo, metemos na nossa fusta, que nos foi boa matalotagem. (*Década 7*, liv. 9, cap. 12, p. 396)

Daí por diante, Diogo do Couto correria por várias regiões asiáticas como militar por dez anos. Teria um retorno curto ao Reino após esse período, mas rapidamente regressaria para o Oriente. Daí até o final de sua vida, ele faleceria em Goa, no ano de 1616, desenvolveria diferentes atividades no aparato militar e administrativo no império português, destacando-se o cargo de guarda-mór da Casa do Tombo da Índia e o de cronista oficial da Ásia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVELAR, Ana Paula Menino. Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto: Vivências e contingências na modelação da escrita de uma História da Ásia e dos seus actores. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): **Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico**. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 43-54.

²⁵⁷ *Década 7*, liv. 9, cap. 12, p. 396.

²⁵⁸ *Década 4*, liv. 9, cap. 3, p. 324.

COUTO, Diogo do. **Da Ásia de Diogo do Couto: dos feitos, que os portugueses fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Quarta**. vol. 2. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1778.

COUTO, Diogo do. **Da Ásia de Diogo do Couto: dos feitos, que os portugueses fizeram na conquista, e descobrimento das terras e mares do Oriente – Década Sétima**. vol. 1. Lisboa: Regya Officina Typografica, 1782.

COUTO, Diogo do. **Décadas da Ásia**. Seleção, prefácio e notas de António Baião. vol. I. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1947.

COUTO, Diogo do. **O soldado prático**. Texto restituído, prefácio e notas pelo Professor M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1937.

CRUZ, Maria Augusta Lima. Nota de abertura. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): **Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico**. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 7-10.

FARIA, Manoel Serafim de. **Discursos Vários Políticos**. Évora: Impressor da Universidade, 1624.

GARCIA, José Manuel. Diogo do Couto cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): **Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico**. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 27-42.

LOUREIRO, Rui Manuel. **A biblioteca de Diogo do Couto**. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998.

MONIZ, Maria Celeste. Diogo do Couto: Percurso de uma vida e perfil de uma identidade. In: LOUREIRO, Rui Manuel; CRUZ, Maria Augusta Lima (Coords): **Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico**. Lisboa: Edições Húmus, 2019. p. 13-26.

CONSTRUÇÕES HUMANAS: COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE RELIGIÃO E CULTURA NAS PROSPECTIVAS DAS INTOLERÂNCIAS PERPETUADAS EM FACE DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRO-BRASILEIRAS

*Elisaura de Fátima Martins Carrijo*²⁵⁹

RESUMO: A religião encontra-se presente na história da humanidade, desde as origens remotas das sociedades. Em forma da magia praticada pelos povos antigos, ou em formato moderno de seitas, misticismos e nova era. Fato é que a incógnita continua pairando sobre sua definição. Não distante também se busca a compreensão do conceito de Cultura. Religião e Cultura são conceitos que se confundem para alguns, porém, se distinguem nas concepções traçadas por várias ciências que os interpretam. O presente trabalho apresenta a compreensão dos conceitos de religião e cultura no contexto do estudo das intolerâncias religiosas praticadas em face das religiões de matrizes afro-brasileiras. Adota-se para a pesquisa o conceito de religião de Hanegraaff que firma-se em divisão tríplice de religião, religiões e espiritualidades. Bem como no conceito de cultura de Geertz, que delineia a cultura na simbologia, na historicidade e na transmissibilidade de memórias herdadas em determinado grupo. Assim, as intolerâncias religiosas no Brasil com ênfase as religiões afro-brasileiras se constituem intrínsecas a própria estruturação social, emolduradas no Brasil a partir da colonização, com as repressões advindas com a escravidão no âmbito religioso e que permanecem impregnadas na realidade cultural contemporânea.

Palavras chave: *religião; cultura; intolerâncias; religiões afro-brasileiras.*

INTRODUÇÃO

Conforme dispõe a doutrina Cristã, todo ser humano tem um vazio exatamente do tamanho de Deus. Em um posicionamento mais neutro, diria que cada ser humano tende ao vazio existencial, o qual procura preencher-se de alguma forma, e neste intento caminha em diversas direções. Tais preceitos remontam as civilizações mais antigas. Nos primórdios a história nos demonstra que as sociedades sempre estiveram edificadas ao redor de pensamentos religiosos, como Mauss nos traz (2003, p. 47) o pensamento mágico esteve por muitos séculos na formatação do mundo, e de sua ruptura ocasionada de seus erros e fracassos, deu-se então lugar a segunda etapa, a religião. Neste sentindo temos que a religião é uma construção social, e enquanto expressão coletiva

²⁵⁹ Mestranda da PPGHIS – UEG – Campus Sudeste – Morrinhos/GO.
e-mail: lisa_dra@hotmail.com
Orientador Professor Doutor Haroldo Reimer.

agrega fenômenos que falam da realidade social de determinada sociedade, relativos a determinado tempo (DURKEIM, 2009, p.32).

Mas como definir o que é religião? Verifica-se que, as pessoas por diversas vezes, confundem ou tornam os conceitos de religião e cultura adstritos em um mesmo conjunto de significações. Os quais apesar de possuir relações intrínsecas, não se tornam único. Razão pela qual, em primeiro momento será traçado os referidos conceitos de forma distinta. O que permitirá analisar suas aproximações, buscando compreender se a cultura encontra-se originada na religião, ou se a religião encontra-se contida na cultura. Neste intento, o presente trabalho visa trazer os conceitos de religião e cultura, inter-relacionando-os e vislumbrando suas aplicabilidades e quais conceitos serão adotados no estudo das intolerâncias religiosas em face das religiões afro-brasileiras. Posto que, verifica-se que as religiões afro-brasileiras originaram-se de uma estrutura cultural extremamente diversa da cultura cristã à qual sempre foi dominante no Brasil, desde o período colonial. A proposta, portanto, busca avaliar o pano de fundo em que as intolerâncias religiosas direcionadas as religiões de matrizes afro-brasileiras se desenvolveram e qual o lugar em que se encontram na realidade social contemporânea. Para isso, serão trabalhadas as bibliografias clássicas e recentes para através de uma abordagem qualitativa, construir um estudo analítico e dedutivo voltado à compreensão dos conceitos referendados no bojo do fenômeno das intolerâncias religiosas e como estes se relacionam na contemporaneidade, com os diversos ataques as religiões afro-brasileiras.

1 – CONCEITO DE RELIGIÃO E CONCEITO DE CULTURA E SUAS INTER-RELAÇÕES

Certamente não é tarefa fácil, traçar o conceito de religião. Na visão comum religião seria a forma de chegar ao sagrado, de relacionar-se com o transcendente. Algo relativo ao espiritual, ao mágico, uma escada que encaminharia o homem ao seu deus, uma forma de materialização de sua fé, àquilo que torna o ser humano sensível e o compraz em alma. Visão está trazida das raízes da sociedade ocidental, onde a religião sempre esteve ligada ao *numinoso*²⁶⁰. A religião segue marcada pela intrínseca capacidade

²⁶⁰ O termo foi firmado por OTO (2007, p. 38) e tem sua origem no termo latino *numen* significa deus ou divino. Categoria numinosa de interpretação e valoração bem como a um estado psíquico numinoso que sempre ocorre quando aquela é aplicada, ou seja, onde se julga tratar-se de objeto numimoso. Otto propõe que única forma de se compreender o irracional no sagrado é ter tido uma experiência pessoal com o sagrado. Para melhor entendimento do numinoso sugiro verificar a obra completa.

do ser humano que simboliza e cria coisas sagradas. Porém, as ciências trazem construções mais complexas sobre o que seria religião. Observa-se que no campo das ciências humanas, seja da filosofia, da história, das ciências da religião, da antropologia, os conceitos são construídos conforme o olhar de cada autor, sofrendo também influências do momento histórico no qual é proposto. Diante disto, quanto ao conceito de religião vários autores cuidaram por abordar a temática. Em um contexto sociológico Peter Berger define:

A religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Ou por outra, a religião é a cosmificação feita de maneira sagrada. Por sagrado entende-se aqui uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e, todavia relacionado com ele, que se acredita residir em certos objetivos e experiência (1985, p. 38).

Berger emerge o entendimento da religião observada como um fenômeno empírico, enquanto empreendimento humano. Segue os caminhos levantados pelo sociólogo Émile Durkheim o qual concebe religião como “[...] um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a elas aderem” (2009, p. 32). Assim, a religião apresenta-se como um fato social, para o qual não cabe provar se determinada religião é falsa ou verdadeira. Do conceito Berger, ressalta-se presente a dicotomia construída por Durkheim entre o Sagrado e o Profano. Extraindo-se do conceito proposto por Berger à projeção do cosmos, do sagrado e da cosmificação advindos das concepções atribuídas a Mircea Éliade, em sua obra *O Sagrado e o Profano* (1992), onde o mesmo firmando que o homem religioso tem necessidade de construir ritualmente um espaço sagrado apresenta que o cosmos nas sociedades tradicionais é o mundo em que se habita, o território, o espaço sagrado revelado; trazendo também a noção da cosmogonia que é a ação de criar, implantar o cosmos, o espaço sagrado. Já a definição do sagrado apontada no conceito em análise, vem da obra *O Sagrado*, de Rudolf Otto (2007), onde se observa que o sagrado tem uma qualidade de poder misterioso e temeroso, salientando-se que esta ideia é mais bem compreendida ao analisar o termo muninoso proposto por Otto em sua obra.

Verifica-se que o conceito de religião abrange vários pontos de relevância que devem ser averiguados para sua adequada construção. A religião engloba crenças, símbolos, ritos, mitos, o que Croato (2001, p.10, 209) identifica como as linguagens da experiência do sagrado, onde o mesmo destaca o símbolo como a linguagem mais densa

e também constitutivo de outras linguagens, acompanhado do rito e do mito. No rito convergem-se o espaço e o tempo sagrado produzindo impacto para a recitação do mito, o qual se trata para o autor de um relato originário onde os deuses agem com a finalidade de dar sentido a uma realidade significativa.

Realizando uma análise a diversos conceitos emoldurados sobre religião, Hanegraaff propõe uma definição tríplice para sanar faltas averiguadas, e trazer uma definição geral e inclusiva. Define religião, entendendo ser necessário definir a pluralidade religiões, ou o singular uma religião, bem como uma terceira categoria espiritualidades, ou no singular espiritualidade.

Religião é qualquer sistema simbólico que influencie as ações humanas, fornecendo possibilidades para manter contato ritualisticamente entre o mundo cotidiano e um quadro meta empírico mais geral de significados.

Uma religião é um sistema simbólico, incorporado em uma instituição social, que influencie as ações humanas, oferecendo possibilidades para manter contato ritualisticamente entre o mundo cotidiano e um quadro metaempírico mais geral de significados.

Uma espiritualidade é qualquer prática humana que mantenha o contato entre o mundo cotidiano e um quadro metaempírico mais geral de significados por meio da manipulação individual dos sistemas simbólicos (2007, p. 239).

O autor busca então trazer um conceito operacional de religião, mesmo sem o detalhamento do estudo histórico. Considerando que, a religião enquanto sistema não pode ser comprovado empiricamente, apresenta dentro da história das religiões o presente desafio. O que se identifica com a proposta da Escola Italiana das Religiões²⁶¹, a qual tiraria a religião do singular, passando a projetá-la e estudá-la no plural, religiões. Tem-se então a revisão do conceito de religião, que partiu do momento em que se conheceu o farto material em termos etnográficos da diversidade de culturas. A proposta da Escola Italiana faria com que a categoria do religioso se tornasse um elemento analítico arbitrário em oposição ao cívico como é na cultura ocidental. Diante disto, cabe considerar que o conceito de religião é concebido no ocidente, o qual idealiza a civilização e a religião como construção cultural (SILVA, 2011, p. 230). Não havendo que se falar em aplicação

²⁶¹ “Em 1925, com a Revista *Studi e Materiali di Storia delle Religioni* (SMSR), nasce na Itália, através da obra de Raffaele Pettazzoni, o endereço de estudos histórico-religiosos. Através da comparação que produziu os estudos antro-po-etno-lógicos, este endereço de estudos se propõe ressaltar a historicidade dos fatos religiosos, isto é, “des-ontologizá-los”, tanto a partir do pressuposto fundamental de sua possível e necessária redução à razão histórica, quanto pela necessidade de acolher e definir, nesta perspectiva, aqueles fatos que não resultassem redutíveis aos modelos analógicos (isto é, constituídos ao redor de denominadores comuns) sugeridos pela pesquisa comparada” (AGNOLIM, 2008, p. 21).

do termo religião como conhecemos em outras culturas. Por sua vez a Escola Italiana pesquisando o que a cultura ocidental entende como religião, alvitra um conceito funcional que abarca outras culturas, contido na percepção arraçoada por Hanegraaff.

Adentrando a explanação sobre o conceito de cultura, tem-se que este é amplo, atingindo várias áreas, a pluralidade de ideias que dela surgem, bem como as teorias que fundamentam nunca foi objeto de consenso dentro da antropologia. A antropologia procura perceber a religião como um fenômeno cultural. Lembrando que, no ocidente o termo cultura possui uma aura religiosa. Assim o antropólogo norte-americano Geertz conceitua a religião como

(1) um sistema de símbolos²⁶² que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrante, e duradoras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas (2008, p. 67).

O autor emoldura também o conceito de cultura:

Um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (2008, p. 103).

Ao avaliar estes conceitos, tem-se que o autor ao longo de sua obra, a *Interpretação das Culturas*, traz que a interpretação da cultura deve ser realizada pela antropologia através de uma descrição densa, entende que para avaliar uma cultura, o processo seria como da análise de um texto, assim cada cultura estaria inserida em sua estrutura e deveria ser hermeneuticamente compreendida; entendida pelo autor como uma produção própria e assim deveria ser analisada. Destaca-se do conceito analisado, a teia simbólica da cultura, dentro da qual se encontra contida a religião.

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. Todavia, essa afirmativa, uma

²⁶² Geertz (2008, p. 67) aduz que a palavra símbolo tem sido utilizada de forma ampla. Adotando para a abordagem a concepção de que ele é usado para qualquer objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve com o vínculo a uma concepção, que é o próprio significado do símbolo.

doutrina numa cláusula, requer por si mesma uma explicação (2008, p. 4).

Enfatiza-se que a cultura, condiciona a visão do mundo ao homem. Este, enquanto ser simbólico criador de teias que agregam várias tramas, redes e sistemas de regras de relações, de códigos de conduta, de gramáticas de relacionamentos, assim como de contos, cantos, mitos, poemas, ideias, ideologias, visões de mundo, religiões. Participa individualmente da construção estrutural social, apresentando-se de formas diferentes, conduzidos conforme cada cultura. Brandão (2009, p. 8) preleciona que:

A cultura é e está, portanto, nos atos e nos fatos através dos quais nos apropriamos do mundo natural e o transformamos em um mundo humano, assim como nos gestos e nos feitos com que nos criamos a nós próprios ao passarmos de organismos biológicos a sujeitos sociais, ao criarmos socialmente nossos próprios mundos e ao dotá-los e a nós próprios – nossos diversos seres, nossas múltiplas vidas e nossos infinitos destinos – de algum sentido.

Assim, identificam-se a religião e a cultura, ambos como sistemas simbólicos, criados pelo ser humano, no mesmo patamar que a linguagem. De forma, que como está não é universal, e se diversifica em diferentes contextos, da mesma forma a religião e a cultura, se amoldam conforme as implicações de seu contexto social e temporal. O conceito de religião é edificado conforme o conceito de cultura vivenciado em cada sociedade. Assim se justificam as diversas religiões, as quais derivam de inúmeras culturas existentes no mundo. Coadunando no pluralismo religioso²⁶³ que encontra estreito contato com o multiculturalismo²⁶⁴. Assim, como se demonstraram as inter-relações de proximidade da cultura e da religião.

Diante das conceituações esplanadas, conclui-se pela aplicabilidade ao presente trabalho do conceito de religião tríplice emoldurado por Hanegraaff e do conceito de cultura elucidado por Geertz. Tais conceitos tornam-se funcionais à proposta, uma vez que o conceito de religião abordado estende-se a percepção da religião no plural, bem como agrega a concepção de uma espiritualidade, de forma que o conceito abrange de forma clara e adequada à perspectiva traçada para a pesquisa das intolerâncias

²⁶³ Pollack diz que segundo Berger a modernidade produziu dois tipos de pluralismo: por um lado, o pluralismo religioso, consistindo de uma diversidade de tradições religiosas diferentes; e, por outro lado, um pluralismo de discursos religiosos e seculares (2017, p. 218).

²⁶⁴ “A expressão multiculturalismo designa, originariamente, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio das sociedades modernas (...). Existem diferentes noções de multiculturalismo, nem todas no sentido emancipatório. O termo apresenta as mesmas dificuldades e potencialidades do conceito de cultura, um conceito central das humanidades e das ciências sociais e que, nas últimas décadas, se tornou terreno explícito de lutas políticas”. (D’ÁVILA LOPES *apud* SANTOS; NUNES, 2012, p. 68-69).

religiosas em face das religiões afro-brasileiras, diante da projeção de que nenhuma religião é verdadeira, no entanto, todas têm padrões existências fundamentados na igualdade de direitos. Cabendo enfoque o entendimento de Silva (2011, p.225) que diz que o termo religião, com frequência utilizado no singular, apresenta-se quase como sinônimo de cristianismo. “Sua generalização como à religião foi geradora de códigos culturais das relações entre os homens e a (as) divindade(s), como ordenadora hierárquica entre os homens, a vida social e política, a natureza”. Ressalta-se que o conceito de cultura adotado também se faz funcional, uma vez que identificam as construções simbólicas de cada sociedade, oriundas da historicidade e das heranças comunicadas e vinculadas nas memórias de cada grupo. Assim, tais conceitos se farão eficazes na elucidação da abordagem que segue.

2 – VISUALIZANDO OS CONCEITOS DE RELIGIÃO E CULTURA NA ANÁLISE DAS INTOLERÂNCIAS RELIGIOSAS EM FACE DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Para abordar as intolerâncias religiosas, é imprescindível o conceito de religião. Do contexto histórico as intolerâncias religiosas emanam de confrontos que remontam aos primórdios das civilizações. No Brasil, tem-se que a cultura africana com seus símbolos, história e heranças trazidas com os negros, no processo de colonização. Trouxeram consigo também suas religiões, fundadas em símbolos, ritos, mitos, crenças. Surgindo, desde então, a perpetuação das intolerâncias religiosas. Exteriorizadas no cerceamento da liberdade religiosa, e nas repressões e discriminações que se davam as religiões dos negros e seus atributos, bem como aos próprios.

Sobre este aspecto Prandi (1998, p. 151-152) preleciona que:

A história das religiões afro-brasileiras pode ser dividida em três momentos: primeiro, o da sincretização com o catolicismo, durante a formação das modalidades tradicionais conhecidas como candomblé, xangô, tambor de mina e batuque; segundo, o do branqueamento, na formação da umbanda nos anos 20 e 30; terceiro, da africanização, na transformação do candomblé em religião universal, isto é, aberta a todos, sem barreiras de cor ou origem racial, africanização que implica negação do sincretismo, a partir dos anos 60.

Até os anos 1930, as religiões negras poderiam ser incluídas na categoria das religiões étnicas ou de preservação de patrimônios culturais dos antigos escravos negros e seus descendentes, enfim, religiões que mantinham vivas tradições de origem africana.

O Brasil, enquanto colônia refletia os padrões políticos, sociais e jurídicos de Portugal. Pelo que perpetuou durante séculos a dominação da Igreja Católica, até a

secularização da Igreja – Estado em 1890²⁶⁵. Assim a história demonstra que as lutas pela liberdade religiosa, bem como o alcance da laicidade foram alçados de forma lenta. Períodos pelos quais as religiões de matrizes africanas sofreram várias limitações ou proibições em seus direitos de crença e culto. Pelo que, Prandi (1998, p. 157) entende, “assim, até o final dos anos 50, a história das religiões afro-brasileiras é uma história de apagamento de características de origem africana e sistemático ajustamento à cultura nacional de preponderância europeia, que é branca”.

O conceito de intolerância religiosa teve suas origens nas batalhas pela tolerância ocorridas na Europa, advindas de inúmeros empasses travados entre o Cristianismo ao longo dos séculos. Na modernidade o conceito encontra-se delineado no ordenamento jurídico nacional e em tratados internacionais, dos quais destaco o conceito contido na Declaração Sobre a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções, datada de 1981²⁶⁶ que dispõe:

Artigo II

§2. Aos efeitos da presente declaração, entende-se por **"intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções"** toda a distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o fim do reconhecimento, o gozo e o exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. (Grifei).

Portanto, verifica-se que as intolerâncias são quaisquer atos de distinção, exclusão, restrição ou preferencia fundados na religião. Ocorre que, tais intolerâncias religiosas tem sido crescentes no Brasil. A cada ano aumentam o número das violências estruturadas pelo discurso de ódio, de integrantes de religiões fundamentalistas. Sendo as práticas intolerantes integradas por vezes no proselitismo de doutrinas cristãs, sobretudo dos Neopentecostais, as quais se julgam como religião verdadeira. Através da mídia televisiva e internet, bem como em publicações de jornais e revistas. Até a prática de xingamentos, violências in loco, ataque aos símbolos da herança africana no Brasil, mesmo que não sejam exatamente religiosos, mas de alguma forma aludem às religiões afro-brasileiras, mesmo que de cunho cultural; bem como na desqualificação dos

²⁶⁵ Ressalte-se que uma separação entre o Estado e a Igreja por meio do Decreto 119-A, de 17 de janeiro de 1890 já havia ocorrido durante o governo republicano provisório, seguindo como norte para as formulações na primeira Constituição republicana em 1891 na qual o Estado tornou-se laico (BARBOSA *apud* REIMER, 2013, p. 56).

²⁶⁶ Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 25 de novembro de 1981 - Resolução 36/55.

símbolos e a sua incorporação nas práticas evangélicas, porém dissociando-os de sua relação com as religiões afro-brasileiras, tais como a capoeira de Cristo, evangélica ou gospel, em cujas letras não há referências aos orixás ou aos santos católicos; ou nas apropriações do acarajé do Senhor feito por mulheres evangélicas dissociando das religiões afro-brasileiras (Silva, 2007, p. 216).

Percebe-se que a cultura brasileira ainda tem resquícios da colonização. Formou-se em meio ao sincretismo religioso²⁶⁷, entretanto, possuem impregnados em suas estruturas as conotações de valores éticos e morais deturpados. Em padrões culturais diria que o *ethos*²⁶⁸ no Brasil não possui o sentido apropriado, não fundamenta a conscientização de igualdade de direitos e da projeção da tolerância entre as religiões e, muito menos emoldura uma concepção de qualidades morais entre sua cultura. Razões que demonstram a relevância do conceito de cultura para o estudo das questões levantadas. Saber sobre quais teias simbólicas, históricas e quais as heranças consagradas no contexto da sociedade, se faz de grande valia para compreender o fenômeno das intolerâncias religiosas como fator cultural.

Para assegurar a liberdade religiosa e combater as intolerâncias, a Constituição Federal de 1988 trouxe a liberdade religiosa como direito e garantia fundamental, previsto em seu artigo 5º, VI²⁶⁹. Bem como prevê na legislação esparsa normas protetivas. Construindo um sistema legal de aparato aos intolerados, e repressor da prática de intolerâncias que são caracterizadas como crime. Porém, o problema não se resolve simplesmente com a intervenção jurídica, é preciso que sejam traçadas políticas públicas que visem conscientizar e rever os valores culturais da sociedade. Demonstrando que tanto a cultura, como a religião são norteadas por diversidades e pluralismo, e que no campo dos fundamentalismos, as razões se perdem quando uma cultura tenta impor à outra suas concepções.

CONCLUSÃO

²⁶⁷ “Desde o seu início, as religiões afro-brasileiras formaram-se em sincretismo com o catolicismo e em grau menor com religiões indígenas. O culto católico aos santos, de um catolicismo popular de molde politeísta, ajustou-se como uma luva ao culto dos panteões africanos” (PRANDI, 1998, p. 153).

²⁶⁸ “O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete” (GEERTZ, 2008, p. 93).

²⁶⁹ “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias” (CF/1988).

Os conceitos de religião e cultura são intensamente vastos. Para compreender suas amplitudes é preciso conhecer as diversificadas conotações elencadas por diferentes campos de estudo e pela diversidade de autores que os compõem. Conforme, o tempo e olhar, religião e cultura são enxergados de várias formas diferentes, e podem conter diferentes características. Desta forma, conclui-se pela interligação entre os conceitos de religião e cultura. Verifica-se que, em algumas culturas a religião se apresenta como projetor de regras, condutas e até mesmo valores. Em outras culturas, a religião é agregada as construções culturais da sociedade, de forma que às vezes até mesmo se adequam aos padrões traçados, sejam por usos e costumes, sejam por normatizações legais.

Dos conceitos analisados, fixou-se para o presente trabalho o conceito de religião proposto por Hanegraaff, o qual destrincha o conceito em três concepções, de religião, uma religião, e uma espiritualidade. E na projeção do autor, complementando pela Escola Italiana das Religiões, de entender a religião como plural, abrangeu a necessidade culminada no presente trabalho, que entende as religiões afro-brasileiras como uma religião, dentre tantas, existentes no bojo do pluralismo religioso brasileiro, não havendo que se interligar o conceito de religião ao cristianismo, apesar de tal percepção ocidental. Quanto ao conceito de cultura, vislumbrou-se que o conceito construído por Geertz, projeta-se na inclusão do objeto trabalhado, posto que, distingue a cultura enquanto um sistema simbólico de construção social, que carrega valores morais contidos em seu *ethos*, construindo-se da historicidade e da herança das memórias herdadas em cada sociedade.

Conclui-se que as intolerâncias religiosas no Brasil, em face das religiões afro-brasileiras, se apresentam como fruto de um passado escravista, de dominações do cristianismo e dos resquícios culturais deixados. Traços de desavenças religiosas, refletidas das perseguições históricas, aos quais ainda se refletem na cultura de classes dominantes, e minorias dominadas. O Brasil, enquanto Estado laico, possui legislações eficazes e vigentes, produzidas no âmbito constitucional e penal, que podem exteriorizar conscientizações e repressões, através da promoção de políticas públicas e da aplicação da justiça. Contudo, impõe-se que o problema, encontra-se intrínseco na sociedade, o problema é cultural. Razão pela qual, medidas educacionais precisam ser colocadas em prática, promovendo debates inclusivos. Ao contrário da realidade fática, onde a promoção política expropria a neutralidade do Estado, na figura do próprio Poder Executivo.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L. **Múltiplos Altares da Modernidade**. Rumo a um paradigma da religião em uma época pluralista. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

_____. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

BRANDÃO, Carlos. (2009). Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. **Cadernos De Pesquisa**, v. 39, n. 138, set./dez. 2009. Disponível em <https://url.gratis/IJU16k>. Acesso em 27 de jul. 2021.

CROATO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa**: uma introdução a fenomenologia da religião. Tradução: Carlos Maria Vásquez Gutiérrez. São Paulo: Paulinas, 2001.

D' ÁVILA LOPES, Ana Maria. DA COEXISTÊNCIA À CONVIVÊNCIA COMO OUTRO: entre multiculturalismo e a interculturalidade. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 20, núm. 38, jan-jun, 2012, pp. 67-81.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

L. STERN, F. HANEGRAAFF, Wouter J. Definindo religião, apesar da história. **Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 202–247, 2017. DOI: 10.22478/ufpb. 1982-6605.2017v14n1.37583. Disponível em: <HTTPS://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/37583>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MIRCEA, Éliade. **O sagrado e o profano**. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

OTTO, Rudolf. **O Sagrado**: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. Tradução: Walter O. Schlupp. Petrópolis: Vozes, 2007.

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 151-167, 1998.

REIMER, Haroldo. **A liberdade religiosa na história e nas constituições do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

SILVA, E. M. Entre religião, cultura e história: a escola italiana das religiões. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3474>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. **MANA** 13(1): 207-236, 2007.

O QUE FICOU DO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO

*Eloah Vargas Ribeiro*²⁷⁰

RESUMO: A memória da ditadura civil militar brasileira perpassa por caminhos ainda hoje pouco explorados. A anistia ampla, geral e irrestrita, foi responsável por negar e diminuir os feitos e efeitos da ditadura na história brasileira, oferecendo impunidade aos que cometeram crimes no interior dos aparelhos de Estado, forçando silêncios e consternações. Ao falar do Brasil dos anos militares e no Brasil de hoje, de certa forma, é possível dizer que tudo mudou e não mudou, tudo passou e não passou. É evidente, que a memória da ditadura civil militar brasileira perpassa por vários caminhos pendendo para a questão do esquecimento. Reflexo que está intrinsecamente ligado a como os brasileiros foram ensinados sobre esse período, como as bibliografias oficiais retrataram a história e como o Estado atuou para a reparação e absolvição de suas ações. Outrossim, também há o trauma, que engloba outros indivíduos para além daqueles que estavam presentes durante os anos beligerantes do país. É preciso avaliar como a memória pode ter assumido um caráter transgeracional. Dessa forma, políticas de memória efetivas se mostram como ações fundamentais para a caracterização de um processo coletivo de significação do passado recente e assim, tentar produzir orientações para a compreensão do período que passou mas ainda permanece.

Palavras chave: *Ditadura, memória, trauma.*

A ditadura civil-militar brasileira marcou perduravelmente os anos entre 1964 e 1985. Para aqueles que a viveram e aqueles que indiretamente sentiram seus efeitos, esses vinte e um anos foram um período de dura repressão exercida pelos governantes contra a população em defesa da suposta “moral e dos bons costumes” e da segurança nacional (VIEIRA, 2010). Muito se sabe sobre as instâncias organizacionais de controle desenvolvidas pelos militares que possibilitaram sua permanência no poder. Os Atos Institucionais, a implantação do sistema DOI-CODI, os centros de informações dos ministérios militares e a fundação de departamentos estaduais de repressão (DOPS), são bons exemplos dos mecanismos de controle responsáveis pela perturbação social daqueles que se vestiam como resistência para combater as atrocidades perpetradas pelo regime (FICO, 2004: 6).

Um dos aspectos destacados pela bibliografia brasileira, que ficou como herança do golpe de 1964, foi a alteração decisiva da função política dos militares no Brasil. Muitas produções destacam que o objetivo da ação militar extravasava uma operação

²⁷⁰ Aluna de mestrado do programa de pós graduação da Universidade Federal de Goiás. PPGH-UFG.
Email: eloh3@icloud.com

intermitente das Forças Armadas, indo mais além doE que o simples combate à “desordem”, ao “comunismo” ou à “corrupção”. Estudos evidenciam como o aparelho militar, como um todo, passou a controlar o governo, o Estado, seus aparelhos e toda a cena política (CODATO, 2005: 86). Coletâneas focam no aparato político e estratégico do regime, apontando como os militares justificaram suas medidas de controle adotadas em função da crise política na década de 1960, sua estratégia de modificação do regime ditatorial nos anos 1970, a forma de governo desejada ao final dessa modificação na década de 1980, e a preservação da sua autonomia política e institucional nos anos 1990 (CODATO, 2005: 87).

De fato, o controle militar resultou em vicissitudes específicas ao aparelho político brasileiro que culminaram em uma salvaguarda das atividades públicas dos oficiais para sua permanência no aparelho político de Estado, além da não culpabilidade social dos envolvidos nas atrocidades do período. Muito se fala das heranças políticas da ditadura, mas há outros aspectos a serem lembrados. Foi um tempo de experiências-limite, onde pessoas viveram na clandestinidade, adotaram novas identidades, viveram uma situação existencial limite entre a vida e a morte, sentiram na pele os horrores da tortura. Pessoas que poderiam vir a ser dissidentes potenciais, em razão do descontentamento com o regime, também sofreram com a imposição por meio do medo, do conformismo e do silêncio (CHAUÍ, 1987: 33). Quais foram os impactos que o golpe militar e seus vinte e um anos de governo causaram naqueles cuja memória permanece manchada? O que ficou do período ditatorial brasileiro?

As memórias da ditadura, a maior herança

Sabe-se que é a partir do processo de abertura política, coordenada pelos militares, que ocorre um surto memorialístico no país, reflexo do afrouxamento do sistema controlador e homogeneizador da memória histórica, vivenciado nos anos anteriores (CARDOSO, 2012: 17). Segundo Carlos Fico, há uma sucessão de circunstâncias que levaram à constituição de uma memória relativamente dominante sobre a ditadura militar brasileira. O que vem à tona é sempre a perspectiva do confronto entre luta armada e repressão, o aparelho controlador desenvolvido pelo Estado e o jogo político. O autor reitera que não é possível considerar o fenômeno da memória em parâmetros de veracidade ou falsidade, mas que a memória atual que se tem sobre o período ditatorial brasileiro desempenha consequências significativas no imaginário

social, principalmente em duas vertentes, a do enfrentamento dos passivos que o regime deixou e do processo de justiça de transição iniciado nos anos 1990 (FICO, 2012: 28).

O caso brasileiro perpassa por parâmetros de transmissibilidade da memória da ditadura de forma bem menos contundente quanto em países como Argentina e Chile, que também viveram períodos ditatoriais. Aqui, a noção criada acerca da ditadura apresenta duas faces bem distintas: de um lado as ações executadas durante o período ditatorial são muito minimizadas e indiscriminadas, de outro tem-se a memória frustada da resistência e dos presos políticos que ainda sentem a história inacabada.

De fato, a memória desse período, excepcionalmente, não é vista como traumática, as atrocidades cometidas pelo Estado são minimizadas, havendo até quem diga ter havido uma “ditabranda”²⁷¹. Esse imaginário está intrinsecamente ligado a como os brasileiros foram ensinados sobre esse período, ou seja, como as bibliografias oficiais retrataram a história.

A memória da ditadura sofre uma grande influência com a promulgação da lei da Anistia, moldada e planejada conforme a conveniência dos militares²⁷². A anistia ampla, geral e irrestrita, foi responsável por negar e diminuir os feitos e efeitos da ditadura na história brasileira, oferecendo impunidade aos que cometeram crimes no interior dos aparelhos de Estado, impedindo acesso aos documentos das Forças Armadas, forçando o silêncio das vítimas e de seus familiares, ou da maioria dos cidadãos, os quais se sentem um pouco autor, um pouco cúmplice do regime (DALTOÉ, A. MARQUES, J., 2017: 74). Os trabalhos e os poucos projetos de manutenção da memória do período também não contribuem para a produção de uma reparação histórica, nem o Estado brasileiro se responsabiliza pelas mortes e desaparecimentos. Por muitos anos, não houve nenhuma retratação, ou elucidação desse passado por parte do governo²⁷³, ficando o brasileiro refém da desmemória, forjada durante o processo de redemocratização, arquitetada pelos militares e resultante da “ideologia da reconciliação”, que seria:

²⁷¹ No editorial de 17 de fevereiro de 2009, o jornal Folha de S. Paulo chamou a última ditadura brasileira (1964-1985) de “ditabranda”. O intuito da utilização de tal adjetivo era fazer um contraponto entre os regimes da década de 70 e 80 na América Latina e a situação política que acontecia na Venezuela.

²⁷² A liberalização controlada da abertura foi elaborada pelo general Golbery do Couto e Silva em 1980, através do denominado “Plano Mestre”, permitindo que o governo Figueiredo “criasse mecanismos suficientemente flexíveis para cooptar os setores de elite da oposição organizada, mas coercitivo o bastante para frear a “permissividade” no tocante ao crescente movimento social” (ALVES, 1984: 267).

²⁷³ A Comissão Nacional da Verdade foi instalada em 16 de maio de 2012. Ela teve um prazo de dois anos para apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, que inclui a ditadura (1964-1985).

“Baseada na premissa da equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada – o que permitia responsabilizar a todos pela violência do período e, assim, incentivar o esquecimento recíproco, através da desmemória e do silêncio, mas também da decretação da superação dos conflitos reais e simbólicos” (VINYES, 2009a apud BAUER, Caroline, 2015, p. 118).

Desenvolve-se portanto, entorno da memória da ditadura, uma história incômoda. Uma memória marcada pela frustração, que muitas vezes é ocultada sob o manto de uma memória conveniente, que tenta acreditar principalmente no discurso de que a pressão exercida por parte da resistência democrática, durante os onze anos de redemocratização, foi decisiva para a abertura política. A realidade é que essa pressão não foi determinante sendo evidente que a redemocratização foi conduzida tal e qual os militares planejaram (FICO, 2012: 31). Carlos Fico acredita que compreender essa “visão pessimista do período” é, na verdade, um exercício de desencantamento, por mais que seja decepcionante é a única forma de afastar as ilusões criadas pela memória confortável. A frustração desse entendimento, não paliativo e real, do que houve no processo de redemocratização é a chave para entender essa história "que não terminou", que "não está fechada". Vários autores consideram o trauma diante da violência o traço mais marcante de muitos episódios do século XX, mas deve-se também compreender o papel da frustração nesse processo de construção da memória e superação dos traumas, principalmente no caso brasileiro (FICO, 2012: 31).

O que houve em 28 de agosto de 1979 foi um dos pontos que reafirmam a manutenção da “ideologia da reconciliação” e o sentimento de frustração no Brasil. A promulgação da Lei da Anistia, foi uma medida jurídica que prejudicou o julgamento penal, instituiu a absolvição punitiva, possibilitando a todos os envolvidos um perdão recíproco (BAUER, 2015: 118). Esse grande impasse impediu, portanto, o resgate da memória política por meio de processos mais incisivos, pois foram impedidos de acontecer, diferentemente dos casos do Chile e da Argentina onde, de fato, ocorreram processos penais e condenações por torturas e crimes contra a humanidade praticados pelo agentes e governantes envolvidos (SILVA FILHO, 2009:161). Habermas (1987), classificaria o projeto de Anistia como “neutralização moral”. Os militares exerceram o controle do passado a partir de sua interdição, igualando as responsabilidades pela

violência, impossibilitando a ascensão da verdade e, dessa forma, impedindo o conhecimento dos fatos relacionados à ditadura civil-militar.

Nos dias atuais, a ditadura brasileira passa por uma incessante atividade comparativa para com as outras ditaduras ocorridas no Cone Sul. Essa comparação tende a ranquear as ditaduras a partir da violência executada pelos militares sustentando equívocos reducionistas. Tende-se a contabilizar o número de mortos, de presos políticos e exilados, premissa que sustenta a alegação de uma suavidade por parte do regime brasileiro. Deixando de lado as especificidades de cada país e cada trauma, por exemplo, o ponto mais marcante da transição argentina é definido como o trauma diante da violência, em contrapartida, as grandes marcas da transição brasileira são a impunidade e a frustração. Carlos Fico reitera “A frustração diante da impunidade e da ausência de uma verdadeira ruptura torna a transição brasileira um processo que não terminou, uma transição inconclusa” (FICO, 2012: 29).

Ao mesmo tempo em que há uma memória frustada acerca da ditadura brasileira, há também uma tendência à mitificar e estereotipar esse período. De um lado, classificam os militares como os “bandidos” e do outro a heroificação da resistência, vistos como “mocinhos”. Essa leitura reducionista tem dois problemas bem evidentes: primeiro, ela tira a culpa de outras categorias da sociedade imputando a responsabilidade da repressão apenas aos militares, como se fosse praticada exclusivamente por eles, o que não é verdade, visto que, havia empresários torturadores, leigos que reanimavam presos torturados, senhoras de Santana²⁷⁴ que exigiam a censura, além de outras participações civis por meio de cartas de delação e apoio político; segundo, a tentativa de tornar herói os mártires do regime, principalmente os participantes da luta armada que não sobreviveram, propende a um protagonismo exacerbado desses sujeitos construindo uma memória romantizada em torno de suas ações e lutas (FICO, 2012).

Ao falar do Brasil dos anos militares e no Brasil de hoje, de certa forma, é possível dizer que tudo mudou e não mudou, tudo passou e não passou. Fica evidente, diante do exposto, que a memória da ditadura civil militar brasileira perpassa por vários caminhos pendendo para a questão do esquecimento, vagando entre três pontos principais:

²⁷⁴ Grupo brasileiro formado no começo da década de 1980 que protestava contra a sexualidade e sua discussão na televisão, defendendo a censura. Ao lado da organização Tradição, Família e Propriedade, foi um dos primeiros grupos católicos tradicionalistas e conservadores a conseguir maior visibilidade nacional no século XX.

“o de um passado que não se torna passado - a dificuldade de sua simbolização ou representação; o da interdição mesma do passado - a anistia proposta a partir da restrição da exumação do passado e a prática da normalização da sociedade e da política que daí decorre; o do esquecimento como método mesmo de sobrevivência social e individual dos "tempos da violência” (CARDOSO, 1990: 103).

A herança do trauma

Para avaliar o peso de um trauma, é necessário englobar outros indivíduos para além daqueles que estavam presentes durante os anos beligerantes do país. Também é preciso avaliar como a memória pode ter assumido um caráter transgeracional. É evidente que o acontecimento traumático afeta a vítima de forma inimaginável, contudo, também atinge quem com ele entra em contato de diferentes formas: autor, colaborador, testemunha, resistência, nascidos depois do acontecimento. Dominick LaCapra certifica que o trauma produz nas vítimas um lapso de memória ou uma interrupção da continuidade do passado, pondo em questão sua identidade a ponto de modificá-la. Contudo, o trauma também pode causar os mesmos efeitos nos sujeitos que o sofreram indiretamente (LACAPRA, 2009: 21).

Quando a memória traumática é evidenciada e transmitida por aqueles que a viveram para aqueles que não a viveram, mas sentiram os reflexos da violência, repressão e cerceamento da liberdade no regime, o trauma passa a ter um caráter coletivo. Os métodos de manipulação e produção do medo, que foram utilizados pelos militares como forma de dominação política, basearam-se principalmente em métodos de terror físico, ideológico e psicológico. O conjunto dessas práticas pode ser entendido como uma estratégia de implantação do terror, que funcionou, e funciona até os dias atuais e teve, como consequência, a criação da “cultura do medo”. Os reflexos dessa experiência não acabaram com a redemocratização, e principalmente não se mantiveram restritos aos que sofreram direta ou indiretamente essas estratégias sendo transmitidos às gerações subsequentes (BAUER, 2014:116).

LaCapra é um dos primeiros autores a falar sobre a dimensão social e coletiva do trauma (LACAPRA, 2009). No caso da memória das ditaduras do Cone Sul, o trauma é um levantamento histórico delicado, resultado de um conjunto de construções sociais que se retomam ao longo do tempo. A força do discurso coletivo entorno da ditadura

continua a existir no presente, nos países da América do Sul. Tal discurso permeia a ideia de que o trauma das ditaduras sulamericanas não se limita apenas àqueles que foram infligidos diretamente com os desaparecimentos forçados de uma geração, com a violência e a repressão. Mas que, além de tudo, está presente nas prerrogativas que são consequência direta do funcionamento das estruturas de poder e da reflexividade e capacidade discursiva dos diferentes atores sociais (SABAN, 2020: 399).

“Quando se trata da transmissão de traumas de militantes e vítimas da repressão ditatorial para seus filhos ou de traumas para filhos de desaparecidos durante as ditaduras da década de 1970 nos países do Cone Sul, tal abordagem poderia lançar luz sobre as formas ambíguas que a memória assume. A relutância que existe em alguns setores das sociedades argentinas e chilenas, por exemplo, em abordar a questão dos afetos associados à perda dos pais, no caso dos filhos dos desaparecidos, ou das consequências individuais e familiares da violência, no caso dos filhos de sobreviventes, está relacionado a uma série de problemas de vários tipos. Por um lado, com o receio de que a experiência revolucionária dos anos 70 pudesse ser banalizada e, por consequência, mitigar o alcance violento dos acontecimentos históricos nas mãos do terrorismo de Estado. Por outro lado, ele faz séries com os temas da fidelidade ou da traição, do silêncio e do preconceito moral que as novas gerações aparentemente carregariam” (SABAN, 2020: 399).

Dessa forma, aqueles indivíduos que estão sob o desamparo da pós-memória, aqueles que nasceram sem poder conhecer seus pais ou aqueles que estavam presentes quando criança e experienciaram os eventos traumáticos, embora sem muita compreensão, tiveram essa memória armazenada em seus próprios corpos, todos esses indivíduos elencados carregam, hoje, a maior herança da ditadura (SABAN, 2020: 399).

Em 2010 o Supremo Tribunal Federal decidiu por não revisar a Lei da Anistia, mantendo a absolvição legal dos responsáveis pelos crimes hediondos, de lesa-humanidade, que são imprescritíveis. Frei Betto, em um comunicado contra essa decisão relata a persistência e a transmissão da memória frente ao trauma: “Assim como 60 anos depois a memória do sofrimento dos judeus por causa do nazismo continua viva, daqui a duzentos anos a memória do sofrimento das vítimas da ditadura militar também estará. Quer dizer, é um equívoco do STF, governo, dos militares pensar que essa memória se

apaga”. (BETTO, 2010:13). Assim, o combate pela memória continua sendo a principal arma na luta contra a produção do esquecimento. Dentro dessa premissa, há que se questionar quando a memória da ditadura perpassa a categoria do esquecimento, e como a ideia do “não poder esquecer” se torna uma luta diária insistindo na permanência desse passado que não passou. E quando, na realidade, o esquecimento é utilizado como cicatrização. (CARDOSO, 1990: 104).

O papel do Estado

Diante dos fatos mencionados acima, é notório que o regime militar ainda permanece no imaginário popular e, muitas vezes, desencadeando traumas e frustrações nos indivíduos que sofreram diretamente os horrores do Estado bem como naqueles que viveram indiretamente o período. Diante disso, o Estado desempenha um papel essencial para a tentativa de superação e justiça. Contudo, a história política pós regime militar é bem menos justa que se imagina. Os primeiros anos pós ditadura foram praticamente ignorados. Sarney, Collor e Itamar Franco passaram pela presidência com olhos exclusivamente voltados para o futuro e o passado tão próximo sequer foi mencionado. Jorge Zaverucha examina uma série de privilégios institucionais castrenses de 1985 a 1996, mas a conclusão, sem surpresas, foi que nada de fundamental havia mudado (ZAVERUCHA, 1997).

Dez anos após o fim do regime, em 1995, fala-se do tema pela primeira vez na cena política. O governo de Fernando Henrique Cardoso, cria a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos²⁷⁵, tomando extremo cuidado para não desagradar os militares que se valiam da égide da anistia. Os primeiros passos para o enfrentamento desse passado, iniciam-se, portanto, timidamente nos governos FHC e Lula, com ações mais contundentes no governo Dilma. As dificuldades que circundaram a criação desses institutos de remissão e reconhecimento das atrocidades do período militar foram

²⁷⁵ No dia 4 de dezembro de 1995, por meio da Lei nº 9.140, o Estado brasileiro, após 30 anos da instauração da ditadura civil-militar, reconheceu como mortas dezenas de pessoas que, em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, encontravam-se desaparecidas. A mesma Lei previu a criação de uma Comissão Especial que, entre outras atribuições, tinha as seguintes competências: proceder ao reconhecimento de outras pessoas desaparecidas; proceder ao reconhecimento de pessoas que, por terem participado ou terem sido acusadas de participação em atividades políticas, faleceram, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas; localizar os corpos de pessoas desaparecidas no caso da existência de indícios quanto ao local de ocultação ou sepultamento. BRASIL, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP, 2018, disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/cemdp/comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-cemdp>>

evidentes tanto da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, quanto das comissões da Anistia e Nacional da Verdade. Os obstáculos impostos evidenciam a dificuldade que os governos civis, pós-regime militar, tiveram para impôr a necessária proeminência civil do governo democrático (FICO, 2012:33). O Estado brasileiro, portanto, assumiu minimamente, suas responsabilidades em relação à ditadura militar, através das comissões de justiça, ao passo que as Forças Armadas ainda não reconhecem seus erros do passado, ainda não pediram o devido perdão à sociedade brasileira e tampouco foram responsabilizadas por seus crimes²⁷⁶ (Idem).

Ainda no início dos anos 2010, alguns protestos contra a ditadura foram promovidos pelo Levante Popular da Juventude²⁷⁷, evidenciando as frustrações para com o período inconcluso. Naqueles anos, a juventude assumiu como sua a memória marcada pela questão da violência durante a ditadura militar. Porém, de uns tempos pra cá, nuvens obscuras começaram a cercar o Brasil novamente: a ditadura militar e uma possível retomada desse regime voltou a ser palco de discussões, cogitando ser uma opção nos últimos anos, reflexo de uma crescente onda conservadora que aumenta gradativamente não só o Brasil como em todo o mundo. No caso da história brasileira, recuperam uma memória em específico, a do golpe de 1964 (OLIVEIRA; VERONESE. 2019).

Essa retomada de discursos fascistas é um reflexo da falta de efetivas políticas de memória no país. Essas políticas de memória seriam um conjunto de ações promovidas pelo estado na tentativa de garantir meios individuais e coletivos de reparação baseados nos parâmetros éticos e morais basilares de governos democráticos, objetivando o combate à qualquer violação aos Direitos Humanos cometidas no passado bem como aquelas que ainda teimam em permanecer no presente. Caroline Bauer diz que as políticas de memória atuam com objetivo retroativo e, no caso brasileiro,

“Direcionado à ditadura civil-militar, reconhece o terrorismo de Estado e as suas consequências para a coletividade, permitindo que distintas memórias sobre o passado traumático ganhem espaço público e legitimidade e fazendo com que setores da sociedade possam elaborar seus lutos”. (BAUER, 2014: 120).

276 Até o ano de 2012, existiam atos de comemoração nos quartéis pela “Revolução de 64”. Dilma Rousseff as proibiu durante seu governo.

277 Organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação estrutural da sociedade brasileira. Autointitulados como a juventude do Projeto Popular, propõem projetos e lutas em prol da massa de jovens do país. Antigamente conhecidos como Consulta Popular, que também se caracterizava por ser uma organização política e movimento social de cunho socialista.

Dessa forma, estabelecer políticas de memória efetivas pode ser fundamental para a caracterização de um processo coletivo de significação do passado recente. Produzir orientações para a compreensão das ações e investigações entre “futuros passados”, “passados presentes” e “passados que não passam”. Caroline Bauer apela para esse tipo de política no intuito de propor a compreensão sobre o terrorismo exercido por parte do Estado e como seus efeitos traumáticos podem alterar as estruturas básicas de definição de passado, presente e futuro daqueles envolvidos (BAUER, 2014: 121).

Para que seja possível virar a página desse passado, é necessário compreender seus traumas, suas heranças e as memórias que ficaram. O Estado tem um papel importante para a produção dessas memórias, aqueles que viveram esse passado merecem o fim dessa história. A memória da ditadura civil militar tem muitas vertentes e muitas omissões, permanecendo o Brasil sem saber seu passado ao passo que a ala conservadora segue dominando boa parte do imaginário popular em que figuras folclóricas da extrema direita voltam a fazer parte da política brasileira.. A premissa de “deixar que a história julgue” fez o tempo passar, todavia, a história não julgou, o Estado não penalizou os culpados, as vítimas não tiveram o apoio necessário, a ditadura e outras memórias traumáticas foram subjugadas. Enquanto o país não acertar as contas com esse passado sombrio e não reescrevê-lo, não será capaz de promover a devida reparação àqueles que sofreram as agruras do regime.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a Comissão da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. Anos 90. Porto Alegre, v.22, n. 42, p. 115-152, dez.2015.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2): 101-112, 2.sem. 1990.

CARDOSO, L. Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012.

CHAUÍ, Marilena. Um regime que tortura. I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais - Depoimentos e Debates. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 28-37.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Rev. Sociologia Política, Curitiba, 25, nov. 2005.

DALTOÉ, A. MARQUES, J. "A im(p)unidade parlamentar: ditadura e memória" *Revista Memore*, 4(3): 61-77, 2017.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In:___; ARAUJO, Maria Paula;GRIN, Monica (orgs). Violência na História: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. HABERMAS, Jürgen. Nenhuma normalização. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18 set. 1987.

LACAPRA, Dominick. Historia y memoria. A la sombra del Holocausto. In: Historia y memoria después de Auschwitz. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

OLIVEIRA, G. M.; VERONESE, M. V. Brasil y el "fenómeno Bolsonaro": un análisis preliminar. *Rev. mex. cienc. polít. Soc. México*, v. 64, n. 237, p. 245-267, dic. 2019.

SABAN, Karen. De la memoria cultural a la transculturación de la memoria: un recorrido teórico. *Revista Chilena de Literatura*, n. 101, 2020.

VIEIRA, Nayara da Silva. Entre o imoral e o subversivo: a divisão de censura de diversões públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979). Brasília, 2010.

ZAVERUCHA, Jorge. "Prerrogativas militares: de Sarney a Cardoso". *Monitor Público*, 4(12) (jan/fev/mar 1997): 35-41, 1997.

DOGMA 95: BALANÇO BIBLIOGRÁFICO DAS PESQUISAS RELACIONADAS AO MOVIMENTO DINAMARQUÊS E SUAS POSSIBILIDADES PARA A PESQUISA HISTÓRICA

*Felipe Monteiro Pereira de Araújo*²⁷⁸

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo fazer um levantamento bibliográfico das pesquisas relacionadas ao movimento cinematográfico dinamarquês Dogma 95. Para tanto, o presente texto estará dividido em duas partes. A primeira dedicada a algumas matrizes interpretativas centrais sobre o estudo do Dogma 95 e a segunda dedicada aos olhares nacionais direcionados ao movimento dinamarquês e temas circundantes a ele. Ao fazer isso, serão apresentados, em concomitância, os principais problemas das respectivas pesquisas, bem como os espaços abertos deixados por elas e as possibilidades de se explorar estes espaços por meio da pesquisa histórica, quais sejam, o estudo da especificidade da unidade estilística dos filmes dogmáticos, perfazendo uma estética dogmática própria, bem como o estudo da recepção ao Dogma 95, escapando à uma abordagem fenomenológica desta recepção.

Palavras-chave: *Dogma 95; cinema; história; pesquisa.*

Introdução

O Dogma 95 é um movimento dinamarquês de cinema criado no ano de 1995, ano em que se comemorava o centenário do surgimento do cinematógrafo, aparato que possibilitou o surgimento da Sétima Arte. Criado pelos dinamarqueses Lars von Trier e Thomas Vinterberg, o movimento teve início numa cerimônia em Paris, no Teatro Odeón, onde os criadores realizaram uma performance pública e publicaram um manifesto, denominado Manifesto Dogma 95, criticando o status da arte cinematográfica daquele período, apontando, em um texto irônico e ácido, o caráter falso do cinema da época, em especial àquele tipo de cinema moldados segundo os princípios da indústria hollywoodiana e do autorismo da Nouvelle Vague francesa, criticada pelo movimento pelo seu “romantismo burguês”. Em companhia ao Manifesto Dogma 95, Trier e Vinterberg também publicaram um anexo, denominado Voto de Castidade, no qual estabelecem, em uma paródia aos Dez Mandamentos do Cristianismo, dez regras que os realizadores ligados ao Dogma 95 deveriam seguir para atingir o seu ideal de um cinema mais próximo do real.

²⁷⁸ Mestrando em História pelo PPGHIS/UEG (Campus Sudeste) na Linha 1: Cultura e Relações de Poder. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4863736106054270> Correio eletrônico: feh_mj@hotmail.com

Em síntese, essa é a biografia do movimento dinamarquês, que desde o seu surgimento tem instigado debates no campo dos debates realizados ao cinema, de modo a compreender a gênese deste movimento, bem como suas facetas e idiosincrasias. Dentre tais debates, muitos deles se encontram em áreas alheias ou perpendiculares à História, mas constituem-se, ainda assim, em importantes referências no debate a respeito do Dogma 95. Neste sentido, a fim de traçar um panorama deste debate, o presente artigo será dividido em duas seções, sendo estas dispostas, no que tange os seus conteúdos, da seguinte forma: 1) algumas matrizes interpretativas relacionadas ao Dogma 95; 2) os debates nacionais relacionados ao Dogma 95. É importante ressaltar, contudo, que estas categorias não são estanques, de modo que, em muitos momentos, elas apresentam intersecções entre si. Contudo, no fito de tornar este panorama mais inteligível, optamos por realizar esta esquematização, apontando, no transcorrer dos debates a seguir, as possíveis intersecções existentes entre estas distintas matrizes interpretativas, quando elas existirem; bem como, também, apontar os principais problemas circundantes a tais estudos, que se concentram em dois aspectos: 1) a ausência de uma abordagem que focaliza o Dogma 95 de maneira particular, visto que, em sua grande maioria, os estudos relacionados ao movimento o incluem em uma lógica histórica maior, seja ela a carreira do seu idealizador ou o processo histórico do cinema nacional dinamarquês; e 2) a pouca presença de abordagens que refletem sobre o movimento focalizando o impacto de sua recepção, haja vista que grande parte destes estudos focam principalmente nas suas influências e intenções iniciais como objeto de estudo, relegando a esse impacto receptivo um papel secundário. Diante disto, portanto, ao realizar este balanço historiográfico, este artigo pretende fornecer algumas bases para se pensar, do ponto de vista histórico, o movimento cinematográfico Dogma 95, de modo a interpretá-lo em suas diversas facetas.

As matrizes interpretativas do Dogma 95

Buscaremos agora voltar o nosso olhar para reflexões mais aprofundadas sobre o movimento. Tal fortuna crítica, indispensável para o estudo do movimento, apresentam chaves interpretativas caras ao estudo relacionado ao Dogma 95 que, na busca por historicizar o movimento, servem de base teórica para pensar vários aspectos do movimento. Em primeiro lugar, dentre os debates que aqui elencamos, trazemos à baila o ensaio de Lars Tønder (2016, p. 247-265) que, em suas linhas, discute os filmes do movimento (principalmente o longa de Lars von Trier) a partir de seu discurso filosófico,

ressaltando a influência do filósofo existencialista dinamarquês Søren Kierkegaard. Tal influência, sugere o autor, se apresenta, primeiramente, a partir da tentativa de apropriação, por parte do movimento, da crítica à modelos estigmatizados de uma cultura engessada. Sobre isso, argumenta o autor

Revelando estruturas ocultas de estigmatização em vários lugares, incluindo um restaurante antigo, uma fábrica moderna, uma piscina pública e um escritório local do município, Os Idiotas vincula a imagem e a prática do spazzing – agir de uma maneira que sugere que alguém não está no controle de suas faculdades mentais ou corporais – a uma crítica iniciada por Kierkegaard 150 anos antes: a democracia dinamarquesa, incluindo seu famoso estado de bem-estar social, é baseada em uma cultura nacional que exalta o bem da comunidade às custas de indivíduos singulares que divergem da norma e não assinam a autoimagem ideológica da Dinamarca como mais igual e mais liberada do que qualquer outro país do mundo. [...] Kierkegaard desenvolve sua versão dessa concepção de regra seguindo um registro filosófico que destaca o poder incorporado no cômico. Para isso, von Trier acrescenta sua própria reviravolta cinematográfica: é necessário espantar – que é uma experiência incorporada – para desvendar a hierarquia que trai o igualitarismo dinamarquês e liberar a energia necessária para desenvolver outro conjunto de relações. (TØNDER, 2016, p. 249)

A partir dessa aproximação entre Kierkegaard e von Trier, a proposta do movimento se clarifica e se insere em uma tradição de resistência perante uma cultura nacional dominante que é criticada a partir de uma política que o autor denomina de Regra Cômica. Esta política leva em consideração o aspecto do cômico como ponto-chave da denúncia perpetrada à esta cultura dominante. Contudo, de modo a compreender melhor o que se entende aqui por cômico, o autor prossegue

O cômico não é simplesmente um termo genérico que representa a soma de ironia e humor; ao contrário, ele se apresenta como um conceito independente que vai além da ironia e do humor, incorporando dois aspectos concomitantemente – um relato da condição humana e uma maneira de responder a essa condição. O cômico combina dois opostos em uma estrutura [...] e implementa essa incongruência para interromper e revelar lacunas na experiência vivida, permitindo que novos modos de pensamento e ação se apoderem de nossa existência. Assim, o cômico se transforma em uma condição de pensar e agir. Sem ele, argumenta Kierkegaard, nenhuma passagem para um nível superior de ser é possível. (TØNDER, 2016, p. 252)

Desta forma, Kierkegaard estabelece uma percepção afirmativa do cômico, à medida que ele se estabelece na interação com o espectador e o imbuí de um engajamento que o coloca em uma determinada direção ou propósito, a partir da interlocução entre as

inquietações do existente do cineasta e da subjetividade com a qual o espectador se defronta com elas. Todo esse processo, por fim, construiria uma ponte entre os pressupostos do filósofo dinamarquês e o Dogma 95, que com isso estabelece uma maneira de tornar possível essa “passagem” de que fala o autor. Portanto, trata-se de “[...] uma condição sine qua non da contestação política e da transformação social, que não apenas interrompe, mas também acelera nossa capacidade de pensar e agir, pondo em movimento novas formas de explorar a condição humana em toda a sua riqueza e profundidade” (TØNDER, 2016, p. 259).

Em segundo lugar, tem-se o estudo de Jan Simons (2007) que, ao analisar o cinema de Lars von Trier, volta o seu olhar para o Manifesto Dogma 95 e tenta entendê-lo a partir de uma reflexão que enfoca as aproximações e distanciamentos do movimento com o vanguardismo e o pós-modernismo nas artes. Neste sentido, a primeira consideração a respeito dessa interligação diz respeito ao caráter paródico presente no Manifesto Dogma 95, confesso pelos seus próprios idealizadores.

A confissão subsequente de von Trier e Vinterberg de que o manifesto fora redigido em 25 minutos e “sob continuas gargalhadas” contribui muito para confirmar a impressão de que o Manifesto e o Voto de Castidade não passavam de um gesto irônico, um pastiche pós-moderno da tradição do manifesto modernista – dos quais Paris, que havia a chamado de “a capital do século XIX” e que era amplamente considerada no século XX como a capital do cinema, era o berço. (SIMONS, 2007, p. 12)

Ante o exposto, o autor argumenta que o efeito da ironia paródica coloca o Dogma 95 e, mais especificamente, o seu manifesto, em uma posição alocada dentro da discussão envolvendo a teoria pós-moderna, dada a ironia crítica trazida por ele em relação à cultura fílmica dominante de seu período. Além disso, para ressaltar isto de maneira mais explícita, argumenta que a própria opção pela utilização de uma tradição característica do objeto de denúncia perpetrado pelo movimento dinamarquês constitui, per si, um *logos* de atuação inerentemente pós-moderno, vide a ironia paradoxal da adoção deste comportamento. Nesse sentido, pode-se dizer que o “[...] Dogma 95 não emula o modernismo no cinema, mas o parodia e abertamente o rejeita” (SIMONS, 2007, p. 14). Não obstante, essa aproximação com a teoria pós-moderna, segundo o autor, começa a esmaecer a partir do momento em que as diretrizes do manifesto tomam forma e se materializam em suas primeiras obras. Contudo, apesar deste esmaecimento, o tom de ironia não desaparece completamente, sempre servindo de base para o aparato discursivo do movimento dinamarquês. Nesse sentido, o autor infere que muitas críticas foram feitas

em relação ao Dogma 95 no sentido de sua aproximação com a vanguarda modernista, em especial no que tange a relação do movimento dinamarquês com as mídias digitais e o processo de produção do filme. Tais críticas teriam redirecionado a discussão no sentido de apontar para a aproximação do Dogma 95 com a estética de destruição que ficou marcada no movimento de vanguarda modernista. A premência pelo néscio constitui, dentro desta lógica, um fundamento para apresentar o choque como um elemento poético e infundir a reflexão a partir da afetação do espectador frente a isto. Contrariando esta posição, Simons (2007, p. 20) argumenta que “[...] Vinterberg diz que ‘os dois instrumentos mais essenciais para o diretor [são] a ‘história e o talento do ator’. Portanto, o Dogma 95 está menos interessado na ‘realidade’ ou ‘verdade’ do processo de produção do filme em si do que na ‘verdade’ de ‘personagens e cenários’, ‘história e talento do ator’”.

Tal concepção, contudo, parece-nos contraditória, de forma que há uma clara intenção por parte do manifesto *Dogma 95* em determinar uma política de coerção com relação ao filme que demarca um *logos* comportamental para o diretor que, envolta à discussão da teoria pós-moderna, constitui uma espécie de narrativa-mestra na determinação do fazer fílmico do movimento, que é reafirmado pela própria elaboração burocrática que envolve a legitimidade de um filme pertencer ao movimento dinamarquês. Ainda sobre esta negação de um sentido diretivo por parte do Dogma 95, o que se argumenta é que “a maioria das estéticas clássicas e modernas questionam “o que é o filme?” e usam a resposta para determinar como o filme deve ser. Uma definição ontológica do filme é usada para derivar uma deontologia que prescreve os dispositivos estilísticos que o cineasta deveria idealmente usar” (CASETTI, 1993, p. 15-16 apud SIMONS, 2007, p. 20). Nesse sentido, a esfera de atuação do Dogma 95, segundo o autor, estaria distante desta característica tipicamente modernista, pois ela opera de maneira não-ontológica, dissociando-se da pergunta “o que é o cinema?”. O que o autor parece não perceber, contudo, é que a aparente indiferença do Dogma 95 pela questão antológica da referência identitária de um filme não o exime de intencionalidades que estão inerentes na sua proposta, posto que, como já falamos, suas regras impõem uma lógica determinada que deve ser seguida (mesmo que, por vezes, uma ou outra regra seja desobedecida). É partindo deste enunciado que, em suma, a interpretação de Jan Simons nos parece ganhar uma reflexão mais interessante, posto que o autor fecha sua argumentação demonstrando como o movimento dinamarquês conduz a um tipo de purificação processual da produção fílmica, abrindo margem para um alargamento de possibilidades no modo de produção

do filme. De fato, o ponto-chave do Dogma 95 é que ele “[...] tem um efeito terapêutico em cineastas profissionais que querem se purificar das práticas cinematográficas convencionais, abrindo caminho para um conceito de filme aceitável mais amplo do que o que prevalece hoje” (SIMONS, 2007, p. 22). A partir disto, portanto, o autor elabora que o que o Dogma 95 faz é elaborar a si mesmo como um jogo, cujo funcionamento é constituído a partir da sua base discursiva e demarca uma posição numa arena de possibilidades do fazer fílmico.

Uma outra matriz interpretativa importante para se pensar a historicidade do movimento dinamarquês diz respeito ao debate travado por Angelos Koutsourakis (2013), que interpreta o movimento dentro de uma tradição da dramaturgia pós-brechtiana. Para aprofundar um pouco mais no que diz respeito a extensão da influência brechtiana no Dogma 95, é preciso, contudo, determinar as bases fundamentais da fortuna crítica do teórico alemão. Nesse sentido, ao escrever a respeito da Sétima Arte (traçando um paralelo com os seus escritos sobre teatro), Brecht denuncia o ilusionismo inerente do modo de produção cinematográfica dominante que, pautado em uma metódica bastante intrincada e engessada, sob a qual – segundo o autor – as bases ideológicas da sociedade burguesa estão assentadas, transmite os vícios desta cultura dominante. Em razão disto, Brecht apresenta seu *Verfremdungseffekt*, técnica sob a qual os fragmentos de construção da narrativa são expostos, desmantelando a consciência de unidade ilusória do produto final da obra, posto que os próprios processos de produção da narrativa são expostos ao espectador durante o desenrolar da trama. Ao utilizar do *Verfremdungseffekt*, portanto, a proposta brechtiana aloca o foco do espectador para a representação subliminar presente na narrativa, de tal modo que “em muitos aspectos, essa preferência pelo fragmento indica um interesse no processo no lugar do produto” (KOUTSOURAKIS, 2013, p. 7). Trata-se, portanto, de colocar em xeque as próprias bases constituintes do aparato de produção da arte em questão, dando contornos reflexivos à própria relação entre obra e espectador, que interagem de maneira subjetiva a partir do exposto na narrativa. Isto posto, as próprias palavras do Lars von Trier, principal idealizador do Dogma 95, quando perguntado a respeito da política de seus filmes e do Dogma 95, deixam claro o crédito concedido à crítica brechtiana no seu discurso, quando este diz “este é meu *Verfremdungseffekt*, porque eu forço a história para tão longe que todos podem ver do que ela é feita” (SCHEPELERN, 2005 apud KOUTSOURAKIS, 2013, p. 1). Com isto, o cineasta se filia à crítica brechtiana, apropriando-se dela no campo cinematográfico.

A proposta brechtiana, contudo, traz em sua concepção original um forte vínculo ideológico com políticas identificadas com as teses marxistas, o que não é observado na mesma latência com os debates posteriores sobre a fortuna crítica de Brecht no transcorrer dos anos. Nas palavras do autor: “muito esquematicamente, o termo “pós-brechtiano” descreve um repensar pós-moderno de Brecht que compartilha sua preferência por uma representação fragmentada e uma abstração formal, mas não suas certezas políticas” (KOUTSOURAKIS, 2013, p. 12). Em razão desta distinção, a presença de uma “incerteza epistemológica” torna-se ponto-chave para se compreender a proposta performática da crítica pós-brechtiana em sua apropriação na Sétima Arte pelo movimento dinamarquês. Nesse sentido, ao discorrer sobre os filmes de Lars von Trier (inclusive aquele pertencente ao movimento discutido no presente estudo), o autor aponta que o movimento dinamarquês ancora-se na crítica pós-brechtiana, levando em consideração o aspecto da relação subjetiva estabelecida entre o autor e o receptor da obra; relação esta que estabelece um vínculo existencial, em que a prioridade se aloca nas inquietações existenciais do sujeito, tendo, por fim, um desgarrar intenso no que tange a produção de metanarrativas de orientação política, como no caso da crítica brechtiana em sua originalidade.

Uma quarta – e talvez a mais importante – matriz interpretativa a respeito do Dogma 95 está presente nos estudos realizados pela pesquisadora Mette Hjort (2003, 2005, 2007) em que esta focaliza o movimento dinamarquês dentro de uma dinâmica mais ampla do processo histórico da indústria cinematográfica dinamarquesa. Em linhas gerais, ao visualizar de maneira panorâmica o cenário do cinema dinamarquês, a autora define o movimento como “a resposta de uma pequena nação à globalização” (2003, p. 31-47). Nesse sentido, argumenta a autora

[...] o Dogma 95 evita o tipo de investimento nostálgico no local, que é uma característica dos tipos dominantes de filmes patrimoniais e, portanto, surge como uma atraente resposta não-nacionalista à globalização. A discussão do Dogma 95 como resposta à globalização envolve, então, um contraste implícito com os filmes de herança nórdica e dinamarquesa. Enquanto os filmes patrimoniais pertencentes a uma tradição de pertencimento nacional ou transnacional em primeiro plano de “qualidade”, o Dogma 95 insiste na participação nacional – no mundo da arte e na renovação das tradições artísticas internacionais. Uma diferença fundamental tem a ver com a participação em oposição à pertença, com o acesso ao mundo da produção de filmes, e não a algum conteúdo semântico de primeira ordem. O Dogma 95 [...] é uma tentativa de resistir à dinâmica de um localismo intensificado alimentado pelo globalismo, concentrando a atenção, não na herança e

na etnia, mas na própria definição da arte cinematográfica e nas condições de produção dessa arte. (HJORT, 2003, p. 38)

A fortuna crítica de Mette Hjort, para o historiador que se interesse pelo Dogma 95, é indispensável, pois, de todos os estudos relacionados ao movimento, a autora é a que produziu reflexões que melhor se aproximam de um trato propriamente histórico, posto que a autora erige sua discussão sobre a resposta à globalização partindo da contextualização da indústria cinematográfica dinamarquesa com o passar das décadas, demonstrando como esta partiu da segunda maior indústria do mundo, no começo do século XX, para uma indústria de impacto basicamente local, em meados dos anos 70. As razões para isto, segundo a autora, giram em torno de duas questões fundamentais: 1) em função da maior parte dos filmes até então serem filmados no idioma dinamarquês, o que dificultava o acesso a falantes de outras línguas e, portanto, dificultando a comercialização internacional destes filmes; e 2) a mudança de direcionamento das temáticas dos filmes que, a partir do final dos anos 50 em diante, adotam uma abordagem primordialmente *kitsch* e nacionalista, muito em função do amplo apoio e interesse estatal nestas produções culturais e no que elas poderiam contribuir para a composição do imaginário dinamarquês. É frente a este contexto histórico que os debates travados por Lars von Trier e sua postura rebelde para com muitas das convenções que eram características destas produções – que vinham sendo delineadas nos seus primeiros filmes e nos manifestos publicados em companhia ao lançamento desses filmes – contribuem largamente para abrir o espaço para uma inflexão na indústria cinematográfica dinamarquesa que, segundo a autora, é levada à cabo pelo surgimento do Dogma 95 e os desdobramentos que dele fizeram parte, como a ampliação da Zentropa (produtora criada por Lars von Trier) e o apoio financeiro de instituições voltadas para a renovação da produção fílmica dinamarquesa, como a DFI (Denmark Film Institute). Contudo, se, por um lado, seu estudo é seminal para se pensar o movimento dinamarquês, por outro, ele não parece dar cabo da pluralidade de elementos que compõem a historicidade do movimento, algo que, em verdade, é ainda mais sintomático nos demais estudos que aqui elencamos anteriormente.

Neste sentido, percebe-se que as abordagens estéticas, que focalizam mais detidamente os filmes, invariavelmente recorrem à inserção dos filmes na trajetória cinematográfica de seus idealizadores, perdendo de vista a especificidade estilística dos filmes dogmáticos. Já as abordagens que ressaltam as condições produtivas da indústria

cinematográfica dinamarquesa, invariavelmente passam ao largo das dimensões estéticas e discursivas do movimento. Da mesma forma que as que enfocam o caráter discursivo e propagandístico do movimento, acabam relegando um papel pequeno à outras dimensões. Nem mesmo trabalhos de maior fôlego, como as coletâneas de ensaios *Purity and Provocation: Dogma 95* (2003), organizada por Mette Hjort e Scott Mackenzie e *Dogma 95 im Kontext: Kulturwissenschaftliche Beiträge zur Authentisierungsbestrebung im dänischen Film der 90er Jahre* (2003), organizada por Matthias N. Lorenz, se apresentam como estudos acabados sobre a temática, posto que deixam de lado diversas questões relacionadas ao movimento, em especial naquilo que diz respeito ao impacto receptivo deste. Isto não quer dizer, contudo, que tais estudos não sirvam como ferramentas teóricas para se pensar o movimento, muito pelo contrário. Tais estudos incorporam uma série de discussões que, em maior ou menor medida, se tornaram cânones no debate sobre o movimento dinamarquês. O que aqui queremos argumentar é que, ao se cristalizarem como debates concluídos, tais debates engessam a reflexão sobre o Dogma 95, fazendo recuar outras perspectivas e dificultando uma compreensão mais ampla da historicidade do movimento. Com isso, inclusive, fazendo respingar em outros estudos os mesmos vícios, o que poderemos ver nos olhares nacionais que foram emprestados a este objeto de estudo.

Os olhares nacionais para o Dogma 95

No âmbito nacional, alguns trabalhos acadêmicos se voltaram para o estudo do Dogma 95, embora grande parte deles não o tenha como o principal objeto de estudo destes trabalhos, tocando-o de maneira transversal às discussões travadas por seus autores e, por vezes, aparecendo apenas de maneira pontual. Esta opção por inserir o Dogma 95 em uma dinâmica mais ampla de discussão, como já apontamos anteriormente, é uma herança de outros trabalhos que, da mesma forma, ou inserem o Dogma 95 no processo de compreensão da carreira do seu principal idealizador, o cineasta Lars von Trier, ou procuram entender o movimento a partir de uma lógica comercial, no que tange o seu reflexo para a indústria cinematográfica dinamarquesa em um mundo globalizado, ou mesmo reforçam o papel do Dogma 95 em uma dinâmica maior concernente ao processo de revolução digital pelo qual a sétima arte passou em meados dos anos 90. A diferença, a que aqui precisamos aludir, reside principalmente na perspectiva que tais estudos se utilizam para visualizar o movimento, priorizando (embora não somente) o aspecto

estético como espaço de investigação. É diante destas considerações que o cenário relacionado às pesquisas sobre o Dogma 95 se apresentam.

Já no ano de 2003, uma Dissertação de Mestrado denominada *A imagem fundamental e o traumático: possibilidades de sentidos em “Festa de Família” e na Trilogia Coração de Ouro, de Lars von Trier*, foi defendida por Edna Furuiti. Em sua dissertação, a autora defende a ideia de que os filmes ligados ao movimento, bem como os outros dois componentes da chamada Trilogia Coração de Ouro, quais sejam, *Ondas do Destino* (1996) e *Dançando no Escuro* (2000), visam alcançar um efeito traumático no espectador, que a partir da acepção desta abordagem desnudada que é proposta pelo movimento, a partir de seus dogmas, coloca o seu interlocutor contra a parede, conduzindo-o, tanto por meio da narrativa dos seus filmes quanto pelos próprios meios de produção que se utilizou para criar estes filmes, a uma extensão reflexiva do olhar. Entende este trauma, portanto, como “um mau funcionamento do processo perceptivo-cognitivo realizado pelo espectador, um paradigma que sobredetermina a enunciação” (FURUITI, 2003, p. 46). Também no ano de 2003, outra Dissertação de Mestrado denominada *Por uma representação verdadeira: o caso do manifesto cinematográfico Dogma 95* foi defendida por Eliska Fritzpatrick Altmann. Nela, a autora faz uma análise do texto do movimento, ressaltando como a questão da verdade e da autoria é elaborada no manifesto, em especial no que tange a contraposição entre o ideal platônico de verdade como algo transcendente e a concepção nietzscheana de verdade fragmentada e multifacetada. Ao fazer isto, portanto, traz à tona a aproximação ou o deslocamento do movimento em relação a conceitos de outras teorias do cinema.

No ano de 2006, outro trabalho que toca em aspectos do movimento dinamarquês foi apresentado, a Dissertação de Mestrado denominada *Coração de Ouro: o cinema melodramático de Lars von Trier*, escrito por Virgínia Jorge Silva Rodrigues. Nela, a autora se volta também para a trilogia Coração de Ouro, mas direciona o seu olhar, em seu estudo, para a compreensão de como nos três filmes pertencentes a trilogia (sendo um deles também pertencente ao movimento: *Os Idiotas*) absorvem aspectos de uma tradição de gênero melodramático. Para tanto, a autora se utiliza de ferramentas ligadas à análise fílmica, de modo a elencar os pontos que reforçam a presença do melodrama como um dos fundamentos do cinema de Lars von Trier.

Já em 2007, um outro trabalho que se dedicava especificamente a refletir sobre o Dogma 95 era defendido por Sávio Leite e Silva, em uma Dissertação de Mestrado denominada *Dogma 95: tudo é angústia*. Em seu texto, o autor realiza uma análise fílmica

dos 4 primeiros filmes do movimento dinamarquês, pertencentes a chamada Era Dinamarquesa, ou seja, aos filmes que foram produzidos na Dinamarca pelos pais-fundadores do Dogma 95 (Lars von Trier e Thomas Vinterberg) e seus correligionários (Kristian Levring e Søren Kragh-Jacobsen). Embora este trabalho mereça o reconhecimento do mérito do seu olhar específico voltado para o movimento, a fraqueza da análise realizada pelo autor o descarta, em alguns sentidos. Em especial, pelo fato da análise fílmica realizada por este, em muitos momentos, apresentar linhas apenas descritivas e pouco críticas dos elementos formais/estéticos e diegéticos/narrativos das obras sob as quais se debruça. Neste sentido, soa mais como uma espécie de sinopse ampliada do que, propriamente, um debate sobre os meandros estilísticos que constituem a mise-en-scène dos filmes.

Em 2008, um ensaio dedicado ao Dogma 95 é escrito por Maurício Hirata Filho e incluído na coletânea *Cinema mundial contemporâneo (2008)*, organizada por Fernando Mascarello e Mauro Baptista. Neste ensaio, resultante da Dissertação de Mestrado defendida por ele no ano de 2004, denominada *A imagem digital e o cinema de ficção contemporâneo: duas possibilidades estéticas a partir do Dogma 95*, o autor discute de que maneira o movimento dinamarquês se insere em um processo de revolução digital da indústria cinematográfica²⁷⁹, que já vinha grassando desde meados dos anos 90. Com isto, reforça que o paradigma trazido pelo movimento dinamarquês tenha conduzido a um novo status para a produção dos filmes, que estariam, agora, abertos para a utilização de novos mecanismos para a sua realização. Em que pese a recorrência do autor em também incluir o movimento em uma dinâmica mais ampla (o processo de revolução digital do cinema), vale ressaltar sua qualidade principal, qual seja, a de também partir, assim como o estudo anterior aqui citado, de um olhar que se volta diretamente ao movimento. Um outro trabalho importante – que, em certo sentido, caminha na mesma direção do citado anteriormente – foi apresentado no ano de 2010 e diz respeito a Dissertação de Mestrado defendida por Márcio Corino Lantelme de Silva, intitulada *Realismo e vanguardismo no Dogma 95: o lugar do movimento na história do cinema e suas implicações estéticas e tecnológicas*. Nela, o autor volta o seu olhar para o movimento no fito de entender como este se associa com outras escolas cinematográficas, de modo a compreender como esta filiação é (re)formulada pelo movimento a partir da utilização do vídeo digital, em

²⁷⁹ Uma outra Dissertação de Mestrado, defendida no ano de 2017 por Luís Fernando Severo e intitulada *Castidade e transgressão: a influência do movimento Dogma 95 na aceitação e consolidação do cinema digital*, reforça muitos dos argumentos trabalhados por Maurício Hirata Filho.

especial no que tange o aspecto da corporeidade da câmera no processo de filmagem dos filmes.

Por fim, temos ainda dois estudos de fôlego que, em maior ou medida, apontam para questões similares, quais sejam, os fundamentos filosófico-estéticos do movimento e as implicações que estes têm no processo de espectralidade. No caso do primeiro, Tese de Doutorado defendida por Emilia Maria da Conceição Valente no ano de 2015, intitulada *O efeito choque e os problemas da afetação do espectador no cinema de Lars von Trier*, a autora volta seu olhar para a filmografia do cineasta Lars von Trier para compreender como o preceito estético de seus filmes se filia à uma tradição (considerando, claro, as particularidades e inovações que o movimento também traz à baila) de provocação e choque no espectador. Esta poética do choque presente na filmografia do cineasta dinamarquês, da qual o filme *Os Idiotas* (1998) – que pertence ao movimento – também faz parte, se apresenta como uma busca por colocar o espectador em posição de desconforto perante os temas ou mesmo a abordagem dos temas em suas películas. Argumento semelhante, embora com o trabalho de proposições e óticas distintas, é realizado por Fransmar Barreira Costa Lima em sua Tese de Doutorado defendida em 2018, intitulada *Inquietações do existente: cinema como filosofia em Lars von Trier*. Nela, o autor também se volta para a filmografia do cineasta dinamarquês e seus preceitos estéticos, mas para compreender como este se apropria de elementos filosóficos para fundamentar uma comunicação existencial com o seu inspetador²⁸⁰, tornando-o agente ativo no processo da espectralidade fílmica. Ambos os trabalhos, portanto, tateiam, em alguma medida, uma abordagem fenomenológica da relação entre o espectador e os filmes, incluindo, também, o supracitado filme do cineasta pertencente ao movimento. Contudo, se, por um lado, Galvão (2015) procura entender como o pensamento, ou seja, um ideal estético (a qual a autora chama de poética do choque) se materializa no filme, por outro lado, Lima (2018) procura entender como o cinema, ou seja, os filmes do cineasta, se materializam no pensamento (aqui entendendo-se a apreensão do filme pelos espectadores na relação comunicacional e existencial que

²⁸⁰ Ao se referir ao inspetador, o autor busca conceituar uma experiência de espectralidade própria dos filmes de Lars von Trier, em que, segundo sua perspectiva, o Indivíduo Singular (categoria presente na filosofia existencialista kierkegaardiana) se insere em uma relação comunicacional que se apropria das inquietações existenciais do seu interlocutor. Trata-se, portanto, de uma outra forma de experiência de espectralidade, que não compreende um espectador passivo e que apenas recebe as informações dos filmes, mas um inspetador que, a partir da sua singularidade, se apropria e interioriza estas inquietações existenciais do outrem e as dá um sentido próprio, tornando-o, portanto, um agente ativo no processo de espectralidade. (LIMA, 2018).

fundamenta, segundo o autor, as bases deste cinema). Para o interessado no estudo do Dogma 95, contudo, muitos destes estudos servem apenas como um parâmetro norteador, posto que não focalizam (afinal, não é a intenção de seus autores) o movimento em sua especificidade. Ainda assim, oferecem algumas chaves interpretativas que são caras para a reflexão sobre o Dogma 95.

À guisa de (in)conclusão

Não obstante, apesar da excelência de muitos destes trabalhos, o que fica claro para nós é que, em muitos deles, por não se tratarem de trabalhos propriamente historiográficos, a discussão em relação à historicidade do movimento em específico acaba por escapar, seja pela fraqueza da análise, em alguns casos, ou pela necessidade de circunscrever o movimento em uma dinâmica mais ampla, colocando em segundo plano as dimensões específicas relacionadas ao seu próprio lugar. É verdade também que é papel do historiador saber inserir os eventos específicos em totalidades mais abrangentes, mas não sem considerar a escala pormenorizada da análise. Ainda mais considerando o caráter multifacetado das perspectivas e dos lugares e não-lugares que o Dogma 95 perpassa, se apresentando como algo rizomático²⁸¹. Foi neste sentido que o trabalho realizado por Araújo (2020) buscou caminhar, tentando compreender as mediações existentes entre estas diversas facetas e perspectivas presentes no estudo do Dogma 95. E também é neste sentido que este estado da arte aqui realizado aponta, buscando sinalizar um caminho e algumas possibilidades em aberto. Em primeiro lugar, ao ressaltar estas lacunas em relação à historicidade do movimento, da qual já dedicamos extensas linhas neste artigo. Em segundo lugar, pela fraqueza da análise fílmica dos filmes do movimento que, ao não serem congregados em conjunto, perdem de vista uma unidade estilística própria do movimento. E em terceiro e último lugar, pela escassez de óticas que se voltem para o estudo da historicidade da recepção aos filmes do movimento, sem cair em uma abordagem fenomenológica desta recepção.

Referências bibliográficas

ALTMANN, Eliska Fritzpatrick. **Por uma representação verdadeira**: o caso do manifesto cinematográfico Dogma 95. Mestrado (Comunicação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

²⁸¹ cf. DELEUZE; GUATTARI (2011).

ARAÚJO, Felipe Monteiro Pereira. **Dogma 95**: itinerários da Sétima Arte e a proposta dinamarquesa. Monografia (História). Morrinhos: Universidade Estadual de Goiás, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

FURUITI, Edna. **A imagem fundamental e o traumático**: possibilidades de sentidos em "Festa de Família" e na Trilogia Coração de Ouro, de Lars von Trier. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Estética do Audiovisual). São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2003.

GALVÃO, Emília Maria da Conceição Valente. **O efeito choque e os problemas da afetação do espectador no cinema de Lars von Trier**. Tese (Doutorado em Comunicação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

HIRATA FILHO, Maurício. **A imagem digital e o cinema de ficção contemporâneo**: duas possibilidades estéticas a partir do Dogma 95. Dissertação (Comunicação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. O Dogma 95. In: BAPTISTA, Mauro & MASCARELLO, Fernando (orgs.). **Cinema mundial contemporâneo**. Campinas (SP): Papirus, 2008, p. 121-136.

HJORT, Mette. Denmark. In: _____ & PETRIE, Duncan. **The cinema of small nations**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2007, p. 23-42.

_____. Dogma 95: a small nation's response to Globalisation. In: _____ & MACKENZIE, Scott. **Purity and provocation: Dogma 95**. Londres: British Film Institute, 2003, p. 31-47.

_____. **Small nation, global cinema**: the new danish cinema. Minnesota: University of Minnesota Press, 2005.

KOUTSOURAKIS, Angelos. **Politics as form in Lars von Trier**: a post-brechtian reading. Londres: Bloomsbury, 2013.

LIMA, Fransmar Barreira Costa. **Inquietações do existente**: cinema como filosofia em Lars von Trier. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018.

LORENZ, Matthias N. (org.). **Dogma 95 im Kontext**: Kulturwissenschaftliche Beiträge zur Authentisierungsbestrebung im dänischen Film der 90er Jahre. Wiesbaden: Deutscher Universitäts-Verlag GmbH, 2003.

SIMONS, Jan. Manifesto and modernismo. In: _____. **Playing the waves**: Lars von Trier's game cinema. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2007, p. 11-31.

RODRIGUES, Virgínia Jorge Silva. **Coração de Ouro**: o cinema melodramático de Lars von Trier. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

SEVERO, Luís Fernando. **Castidade e transgressão**: a influência do movimento Dogma 95 na aceitação e consolidação do cinema digital. Mestrado (Comunicação e Linguagens). Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2017.

SILVA, Márcio Corino Lantelme. **Realismo e vanguardismo no Dogma 95**: o lugar do movimento na história do cinema e suas implicações estéticas e tecnológicas. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

SILVA, Sávio Leite. **Dogma 95**: tudo é angústia. Dissertação (Mestrado em Artes). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (Escola de Belas Artes), 2007.

TØNDER, Lars. “At the fringes of one’s consciousness”: Kierkegaard, The Idiots, and the Politics of Comic Rule Following. In: HONIG, Bonnie & MARSO, Lori J. **Politics, theory, and film**: critical encounters with Lars von Trier. Nova York: Oxford University Press, 2016, p. 247-265.

ELEMENTOS DA REVOLUÇÃO LITERÁRIA NAS MEMÓRIAS DO CÁRCERE: GRACILIANO RAMOS, ESCRITURA ÍNTIMA E CONFISSÕES

*Fernando Costa e Silva*²⁸²

RESUMO: Apresentando um relato do período em que Graciliano Ramos esteve preso, acusado de compor o movimento que deflagrou a Intentona Comunista de 1935, as *Memórias do Cárcere* foram publicadas postumamente em setembro de 1953. O presente artigo estabelece um debate entre Alfredo Bosi e Antônio Cândido, intérpretes da obra de Graciliano Ramos, e propõe uma nova perspectiva: o autor alagoano manipulou elementos da escritura íntima e desenvolveu um testemunho que antes de ser manual de militância ou discurso ideológico, expõe realisticamente a fragilidade humana diante do medo da prisão, do Estado opressor e da necessidade de sobrevivência. Graciliano Ramos não teorizou sobre a resistência e a revolução operária como um Gramsci, mas expôs o terror psicológico e suas consequências em um texto íntimo e confessional.

Palavras-Chave: *texto memorialístico; ficção; militância; ideologia.*

Literatura é a arte que fundou um próprio da linguagem escrita ao tornar-se livre da correlação entre tema e modo de representação. Historicamente constituída entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX na Europa, se trata de um fenômeno moderno que passou dos grandes acontecimentos e personagens à vida dos anônimos e se propôs a “identificar os sintomas de uma época, sociedade ou civilização nos detalhes ínfimos da vida ordinária” (RANCIÈRE, 2005: p. 49).

A viragem histórica que tornou possível o nascimento da Literatura na modernidade é resultado de um processo que pôs em cena os anônimos e a vida privada. Antes do século XVIII, atos cotidianos eram registrados em diários íntimos e *livres de raison*. Textos memorialísticos e autobiografias objetivavam o relato de grandes personagens históricas e sua influência sobre grandes acontecimentos. A Literatura foi se fazendo a partir do momento em que a vida privada deixou de se limitar aos textos íntimos e contaminou o romance e o texto memorialístico.

No texto literário predominam a distinção entre ficção e falsidade e a indistinção entre os modos de inteligibilidade apropriados à construção de histórias e àqueles que

²⁸²Doutorando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal, sob orientação da Profa. Dra. Raquel Gonçalves Machado Campos Salomon. E-mail: fernando.zappa@hotmail.com

servem à inteligência dos fenômenos históricos. As ordenações das ações são um jogo de saber dado em um espaço e em um tempo determinado. Como se pode ler na *Poética*, as estruturas inteligíveis elaboradas em um poema estão longe de ser um simulacro por haver uma lógica causal que ordena os acontecimentos da trama. Para Aristóteles, a poesia seria superior à história, fadada a relatar fatos tais como realmente aconteceram.

Rancière ressalta que uma cisão entre realidade e ficção inviabilizaria a racionalidade da ciência histórica. Como demonstrado em *A Partilha do Sensível*, a revolução estética tornou solidárias a indefinição das fronteiras entre a razão dos fatos e a razão das ficções e o novo modo de racionalidade da ciência histórica. Indo além de Aristóteles, os românticos declararam que o princípio da poesia não é a ficção, mas um ordenamento específico dos signos da linguagem. A revolução estética indefiniu a fronteira que isolava a arte da jurisdição dos enunciados ou das imagens e o limite que separava a razão dos fatos e a razão das histórias. Desde então, a linguagem foi compelida a penetrar na materialidade do real sob a mudez das coisas e as cifras das imagens.

A partir dos românticos, a ficção deixou de ser o encadeamento causal aristotélico das ações “segundo a necessidade e a verossimilhança” (RANCIÈRE: 2005, p. 55). A ficcionalidade da era estética, portanto, se desdobrou entre dois polos: a potência de significação das coisas mudas, de um lado, e a potencialização dos discursos e dos níveis de significação de outro. Para Rancière, a soberania da literatura não é, portanto, o reino da ficção, mas um progressivo regime de indistinção entre a razão das ordenações descritivas e narrativas da ficção e as ordenações descritivas e interpretativas dos fenômenos do mundo real.

Como Rancière demonstra, a revolução estética fez com que o testemunho e a ficção pudessem pertencer a um mesmo regime de sentido. Enquanto o “empírico” expõe vestígios do verdadeiro, “o que poderia suceder” deixou de ser apenas uma ordenação de ações. A história poética passou a articular o realismo dos rastros poéticos inscritos na realidade com um “artificialismo que monta máquinas de compreensão complexas” (2005: p. 57). O real, portanto, necessita ser ficcionalizado para se tornar inteligível.

A subversão das hierarquias temáticas e a evidenciação da vida privada promoveram uma transformação no texto escrito que possibilitou a emergência de novos gêneros literários e a conceituação da ideia de autor como artista. Antes da revolução literária, porém, a vida privada não era objeto de arte. Para Madeleine Foisil (2009), pesquisar a vida privada ou a vida íntima em memórias, diários e *livres de raison* visa não a reconstruir uma vida privada contida no relato, mas ao entendimento de como

mentalidades a perceberam. O trabalho fita menos a vida privada e mais a atitude ante a vida privada numa narrativa e em seus silêncios.

Memórias, diários e *livres de raison* foram os principais textos de escritura privada no final do século XVII e durante o século XVIII. Segundo o *Diaionnaire* (1690), tais gêneros podem ser definidos da seguinte maneira: memórias "diz-se dos livros dos historiadores escritos por aqueles que participaram dos fatos ou foram suas testemunhas oculares ou que contém sua vida e suas principais ações". *Livre de raison* é o registro "no qual um bom chefe de família ou um comerciante anota tudo que recebe e gasta a fim de manter um controle de todos os seus negócios".

Durante o século XVII, memórias são resultado da escritura de grandes personalidades sobre a repercussão de suas ações ou o relato de testemunhas privilegiadas sobre grandes eventos e grandes sujeitos. Para Marc Fumaroli (*apud* Foisl), as memórias de final do século XVI e durante o século XVII assemelham-se à narrativa histórica de maneira deliberada, havendo nenhuma ou pouca vida privada nesses textos.

A propósito de Bassompierre, escreve Margaret Mac Gowam (*apud* Foisl) que o relato não é o de uma testemunha analista de si mesma, mas de um autor que descreve o que todos podem ver. Não há, portanto, uma consciência do eu privado tal como se entende atualmente. Não se pode, entretanto, opor memórias históricas e memórias da vida privada, como se pode perceber em textos históricos marcados pela individualidade de seu autor. Philippe Lejeune (1971) define autobiografia como "o relato retrospectivo em prosa que alguém faz da própria existência quando coloca a ênfase principal em sua vida individual, sobretudo na história de sua personalidade" (*apud* Foisl, p.).

O diário e o *livre de raison* fragmentam o tempo e a ação em instantes imediatos sequenciais. Sua unidade máxima é o dia que se passou e as ações fragmentadas ali registradas dispensam a narração e a descrição. A literatura não os reconhece e, como escreveu Elisabeth Bourcier, "em nenhum momento aqueles que praticaram a escritura cotidiana no século XVII se defrontaram com o problema da criação literária" (*apud* Foisl). Diários e *livre de raison* foram relegados às traças até o momento em que se tornaram fonte documental para o historiador e o etnólogo.

Nos *livre de raison*, o espaço privado só é mencionado quando se relaciona diretamente com a experiência vivida relatada. Alusões lançam luzes sobre o interior de uma casa ou sobre o que acontece na rua, cabendo ao leitor captar a menor expressão e fazê-la reviver. Fatos inesperados, como um incêndio, planejados, como uma reforma, ou diretamente envolvidos com a rotina de um príncipe, como um passeio no jardim, revelam

vestígios de espaços que mereceram registro nos *livre de raison* porque indissociáveis do gesto privado descrito.

No texto *A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere*, Alfredo Bosi questiona: “como a memória de fatos históricos se fez construção literária pessoal sem descartar o seu compromisso com o que vulgarmente se entende por *realidade objetiva*?” Partindo do pressuposto de que a memória possui uma obrigação com o real, Bosi entende que haveria um risco da construção literária desobrigar o memorialista de seu compromisso com o *verdadeiro*. Entretanto, o crítico atesta que nas *Memórias do Cárcere* são apresentados elementos de um realismo ciente da inviabilidade da totalização. O *real* seria apenas parte de um todo que não se dá aos sentidos inteiramente. A memória, por conseguinte, procederia de uma seleção do que pôde ser lembrado. Por último, a construção literária condensaria um sentido às lembranças transformadas em texto.

Bosi define o testemunho como um tipo de escrita que se situa na “intersecção de memórias e engajamento”. Não sendo “nem pura ficção nem pura historiografia”, o testemunho apresentaria duas faces: a que aspira à veracidade e a um certo grau de objetividade, de um lado, e a do “foco singular de visão e elocução” subjetivo e exposto como “narrativa literária em primeira pessoa”. Estabelecido em uma zona de fronteira, o testemunho ora realiza “a *mimese* de coisas e atos” apresentando-os segundo a fórmula rankeana, ora exprime “determinados estados de alma ou juízos de valor” associados pelo autor às situações evocadas. As *Memórias do Cárcere* estariam repletas de exemplos da “complexidade textual” que leva o leitor à reconstituição da rotina de Graciliano Ramos na prisão ao mesmo tempo em que o submerge na “metamorfose dessa matéria em uma prosa una e única” presente na “palavra do narrador” (BOSI, 2002: p. 25).

A “ausência quase completa de discussão ideológica” foi entendida por Bosi como parte constituinte do gênero autobiográfico, no qual “a testemunha é “antes um observador arreado e perplexo do que intérprete empenhado em dar uma explicação articulada”. Essa “voz-em-situação” sente solidariedade por seus antagonistas e é a “expressão de uma razão modesta que o tolhimento da cela tornara ainda mais ciente dos próprios limites” (2002: p. 26). Ponto de vista semelhante pode ser lido em Ana Maria Oliveira, para quem a experiência do autor de *Angústia* foi humilhante, mas aparece primeiro em *Ficção e Confissão* (2006), de Antônio Cândido. Segundo o crítico carioca, o encarceramento fez com que Graciliano Ramos questionasse a desesperança com a qual

estava habituado antes da prisão. Como os filósofos da noite de Jacques Rancière²⁸³, relações contraditórias entre o revolucionário e seus ideais são reveladas numa confissão testemunhal que escancara a espiral íngreme da resistência e torna questionável a “boa identidade de soldados do grande exército militante” (RANCIÈRE, 1986: p. 12).

Tomando de empréstimo uma definição de Otto Maria Carpeaux (*apud* Bosi, 2002), para quem o realismo de Graciliano Ramos é *problemático*, Bosi defende que a perspectiva dominante em *Memórias do Cárcere* “vai da interrogação à estranheza e, nos casos extremos, fecha-se na recusa” como um “realismo plúmbeo” (p. 27). Fruto de um “recorte do pormenor”, por meio do qual tipos e ocorrências eram percebidos em fragmentos por um espírito com “lucidez esquisita”, nas *Memórias* estão supostas uma “confissão honesta” da inviabilidade da totalização no texto e sua incompatibilidade com os “limites da testemunha” (p. 28). Graciliano Ramos teria descartado o tom jornalístico e exposto não somente o aspecto fragmentário de sua narração, prejudicada pela alternância entre lapsos de lucidez e sandice, mas também a impossibilidade de uma subjetivação do real que aspire à totalidade.

Entretanto, a suposta perplexidade arredia ciente de sua percepção restrita talvez queira dizer mais através de antífrases despercebidas. Para Ana Maria Oliveira (2014), a construção do discurso irônico nas *Memórias do Cárcere* serviria como um mecanismo de defesa contra a melancolia presente na escrita de Graciliano Ramos. O discurso irônico pode ser definido de diferentes maneiras. Segundo a tripartição proposta por Berrendonner (*apud* Oliveira, 2014), a ironia pode ser a contradição que explicita o conteúdo literal do enunciado, o desmentido de uma declaração pregressa ou uma inferência contendo duas contradições evidentes. Para Sperber e Wilson (*idem*), seria o resultado de uma metacomunicação que se refere à realidade de modo alusivo, como o eco de um enunciado que serve para evocar uma lembrança. Em Ana Maria Oliveira, as expressões de Graciliano Ramos resguardam diferentes sentidos e uma perspectiva traumática em relação ao mundo, do qual o autor se defende com recursos linguísticos..

Admitida a incerteza dos alcances da realidade, Graciliano Ramos revisou certos juízos de valor que lhe causavam constrangimento. Para Bosi, o encarceramento desperta “o lado vil” daqueles que em liberdade costumam ser “indefectivelmente briosos”. Entretanto, nos marginalizados provoca “inesperada dignidade humana e compaixão”. O

²⁸³Expressão usada por Jacques Rancière para se referir aos trabalhadores franceses que usavam seu tempo de descanso para desenvolverem ofícios quase nunca associados à cultura operária, tais como a pintura, a poesia e o debate filosófico. (*A noite dos proletários*. São Paulo: 1986, Companhia das Letras).

crítico então questiona: “que será o preconceito se não a generalização abusiva de alguma experiência, real sim, mas singular e descontínua em relação a outras de que a aproxima o nosso arbítrio?” (200: p. 30). O crítico paulista enxerga um cruzamento raro e moderno entre “análise psicológica e interpretação cultural” no episódio do soldado que oferece água a Graciliano Ramos e naquele em que o bacharel Nunes Leite chora copiosamente porque remédios constitucionais como o *habeas corpus* foram negados a seus clientes presos. Para Bosi, esse cruzamento produz um “efeito de densidade” que faz o texto de Graciliano Ramos transpor o limiar memorialístico ao propor uma reflexão sobre a relação indivíduo/sociedade.

Bosi questiona: “até que ponto o autor-testemunha se mostra consciente de que o filtro subjetivo é tão relevante para a construção do seu texto quanto as situações objetivas que ele se propôs representar?” Declarando-se alheio à “escrupulosa análise do pormenor” de textos especializados escritos por aqueles cujos olhos são afeitos a “investigações em profundidade”, Graciliano Ramos se desobriga de “exames vagarosos” e de uma eventual necessidade em sujeitar seu texto a “dimensões regulares” (2002: p. 31).

Para Bosi, “a escrita do testemunho deve dispor de uma considerável margem de liberdade”, de modo que o autor sinta-se à vontade para vagar pelo texto como um vagabundo e a escrever “como se enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo”. Para o crítico paulista, há uma teoria da prosa memorialista no primeiro capítulo das *Memórias do Cárcere*. A hipótese lá apresentada considera que há uma “larga distância” entre o narrador que se supõe neutro e aquele que “contrai ou expande a seu critério a matéria recordada” (2002: p. 32).

Para Bosi, há nessa concepção de texto memorialístico uma subordinação do realismo ao perspectivismo. Outra justificação do “à vontade criativo” de Graciliano Ramos estaria no que o autor chamou de “verdade superior”, atingida pelo “exercício da intuição pessoal”. Para Bosi, o que importava a Graciliano Ramos era a constituição de uma “versão aderente às suas lembranças insubstituíveis do vivido”, em detrimento de uma interpretação consensual e universal que seria meta da História científicista.

Para Antônio Cândido (2006), *Memórias do Cárcere* revela “nítido processo de descoberta do próximo e revisão de si mesmo” (p. 76). A avidez da escrita pode ser explicada por um provável intento de Graciliano Ramos em completar “pela própria vivência o panorama que antes havia elaborado no plano fictício” (idem). O desencanto de um “pessimista insigne” apresentado em *Angústia*, cuja primeira edição veio a lume

quando seu autor estava preso, tomou novo sentido face à estupefação de Graciliano Ramos diante de solidariedade alheia.

Brutalidades e castigos relatados em *Infância* aparecem como causa provável de “melindres bestas” que faziam o autor de *S. Bernardo* encabular “sem motivo” e “procurar intenções ocultas em gestos e palavras”. O espanto diante do Capitão Lobo, oficial do quartel em Recife que lhe oferecera dinheiro, revelou tamanha suspeição e hostilidade que um capítulo inteiro das *Memórias do Cárcere* foi dedicado a este episódio. Entretanto, o impacto provocado pelas “descobertas de caracteres estranhos” permitiram exames oriundos de “comparações muito penosas”, com as quais Graciliano Ramos se avaliava e, por isso, sofria (p. 77).

Graciliano Ramos enxergava benevolência em capitão Lobo, aquele que, fora do regulamento, “desviava da justiça” (1971: p. 68). O autor alagoano se sentia preso e ouvia resignado a propósitos rabugentos, mas sem se sentir humilhado. Percebia naquele que poderia ser seu antagonista um “desejo de ir além das aparências” e “tentar descobrir nas pessoas qualquer coisa imperceptível aos sentidos comuns” (idem). Aos olhos de Graciliano Ramos, Capitão Lobo compreendia que diferenças não constituem razão para ódio, enxergava pedaços de verdade e sabia que uma pessoa nunca está totalmente certa. Disse não concordar com ideias que sequer foram mencionadas pelo autor de *Caetés*, mas as respeitava. Essa “admirável tolerância imprudente” e a singularidade de sua persona produziram em Graciliano Ramos uma admiração e o interesse em divisar “embriões de atos generosos” no âmago daquele oficial (ibidem).

Como se somente uma experiência no inferno ou um mergulho nos “subterrâneos sociais” permitissem que atos compassivos, tidos pelo autor como “obras de misericórdia”, fossem melhor avaliados, Graciliano Ramos enumerou episódios do cárcere por ele considerados estranhos demais e desprovidos de razão, como aquele em que um soldado lhe estendia incessantemente um copo com água. Se na “vida comum” há “carência de oportunidade” e as boas intenções embotam-se e se perdem, o ato gratuito, realizado pelo carcereiro através da escotilha do navio, deixaria qualquer “frase conveniente”, como um muito obrigado, “isenta de significação”. Afirmou Graciliano Ramos que “nunca percebera, em longos anos, casos semelhantes”, tendo se insensibilizado e se habituado perante a brutalidade. Porém, e por mais que quisesse, não poderia esquivar-se “àquela piedade que ali espreitava o fundo do porão”, à procura de “sofrimentos remediáveis” vivenciados pelo encarcerado.

O “desencanto do pessimista” prevalece na interpretação de Graciliano Ramos sobre o altruísmo daquele soldado. Antônio Cândido afirma ser marca do romancista o ponto de vista de Sirius e a “vocação do espetáculo”, atrelados a uma indisposição para “aceitar a existência do bem” (p. 79). Comparando a atitude solícita de seu carcereiro com a rudeza de outro soldado, que na noite anterior lhe encostara um cano de arma, Graciliano Ramos concluiu que em ambas as situações predominou um “proceder mecânico de funcionário”. Ao conjecturar desta maneira aquela “contingência miserável”, o autor de *Angústia* reduziu a grandeza do benefício do segundo soldado para justificar a impossibilidade do primeiro, a quem chamou de o “selvagem de bugalho vermelho”. Em vista disso, Graciliano Ramos compreendeu ser ingrato e refém de um “jogo mental” que o despojava dos “impulsos mais sãos” e acentuava sua dificuldade em admirar e aceitar a benevolência humana.

Essa indisposição para o bem do autor de *Caetés* “não representa mesquinharia, pois corresponde a uma severidade constante para consigo” (CÂNDIDO, Ant nio. *Ficção e Confissão*. 2006, p. 80). Para Graciliano Ramos, “  o exame do procedimento alheio que às vezes revela as nossas misérias íntimas” (*Memórias do Cárcere*, p. 121). No interior do espírito, tudo   “confuso, ambíguo, contraditório”, e somente as ações evidenciam sentimentos indignos que uma incessante vigília de si estaria reprimindo. Decorre daí a surpresa que “nos faz querer afastar-nos de nós mesmos” ao nos vermos “fazendo coisas e dizendo palavras que nos horrorizam” (idem).

Toda a experiência registrada nas *Memórias do Cárcere*   examinada minuciosamente segundo uma “autoanálise sem complacência” que deseja condicionar “um traçado límpido e nobre de comportamento” no plano dos atos (CÂNDIDO, Ant nio. *Ficção e Confissão*. 2006, p. 80). Esse processo teria transformado Graciliano Ramos, que sa ria da prisão “mais capaz do que nunca de encarar a vida com amarga retidão” e disposto a testemunhá-la por escrito “sem ira nem disfarce” (idem). A humanização, engendrada no espírito do autor de *S. Bernardo*, teria superado o matiz político ao reconhecer qualidades e defeitos inclusive entre os seus ergastul rios. Tal exemplo de civilidade não pode, entretanto, ser entendido como resultante da readaptação que o encarceramento condiciona, pois, segundo Graciliano Ramos, a cadeia nos impõe outra transformação: a quebra da vontade do indivíduo (*Memórias do Cárcere*, p. 27).

Ao entender que a sujeição ao cárcere transtornava mentalmente Graciliano Ramos, Alfredo Bosi apresenta interpretação diversa do ocorrido com dois guardas que o vigiavam em turnos distintos. Para o crítico paulista, o “anonimato do cárcere” dá margem

para a irrupção de ações que ora podem ser violentas ou solidárias. O preso passa de sujeito a objeto devido à opressão decorrente da imprevisibilidade da ação a que pode ser submetido. Além de não mencionar que os dois guardas eram negros, Antônio Cândido prefere salientar a angústia vivenciada por Graciliano Ramos ao não se julgar merecedor da compaixão do guarda que lhe estendia um copo d'água. O ceticismo perante o mundo gerou no autor alagoano uma desconfiança até então inabalável, combustível que o fazia crer e lutar em prol de uma transformação política e econômica.

Antônio Cândido certifica-se de que o respeito à observação e o amor pela autenticidade eram qualidades fundamentais de Graciliano Ramos, escritor compelido por uma vocação imperiosa a “registrar os frutos da observação segundo os princípios da verdade” (p. 81). Ao tecer um elogio a José Lins do Rego, o autor de *Vidas Secas* ressaltou verossimilhança entre a narrativa presente em *Moleque Ricardo* e o sofrimento de “meninos nascidos e criados na lama e na miséria” (idem). Enquanto o autor de *Menino de Engenho* se valia exclusivamente da imaginação para criar conflitos e personagens, Graciliano Ramos se considerava “incapaz de semelhante proeza” por se arriscar a expor somente “a coisa observada e sentida” (p. 82), nada fora dos acontecimentos.

Em *Ficção e Confissão*, Antônio Cândido mapeia na obra de Graciliano Ramos o problema do bem e do mal arrostado sob um ponto de vista materialista. Para o crítico carioca, este maniqueísmo foi proposto em função da vida do autor, como se pode ver em *Infância* e nas *Memórias do Cárcere*. A obra de Graciliano Ramos seria sustentada por dois pilares estruturantes: um de “lucidez e equilíbrio”, outro de “desordenados impulsos interiores” (p. 83). Apesar da tendência dominante do primeiro, é possível perceber “correntes profundas” de desespero e desvario recalçados, mas prestes a escancarar as portas do subconsciente (idem). Estes pilares sustentariam o “caos organizado” e o “delírio submetido à análise minudente” que dariam forma à obra do autor de *Memórias do Cárcere* (p. 84). A resultante deste sustentáculo seria a alternância entre uma “narrativa equilibrada” e “visões de desordem e degradação” (idem) escancaradas no desprezo às normas de convivência. Essa ojeriza operaria uma subversão nas relações humanas análoga à operada pelos recalques na consciência.

Para Antônio Cândido, a ponte que vincula a obra ficcional de Graciliano Ramos com a autobiográfica está pavimentada na aceitação de uma coexistência de opostos, como a ordem e o caos, “tanto no plano da vida quanto da criação” (p. 85). A grande contribuição do autor de *S. Bernardo* seria a dedicação em construir uma linha de coerência entre delírio, desordem e “vontade de lucidez” (idem). O rumo traçado

sobrevém na obra literária através do estilo do autor, reflexo da “vida profunda do espírito” (ibidem), e, na vida, pela integridade humana contestada e condicionada a desconfiar da esperança.

Um segundo aspecto da obra de Graciliano Ramos seria o que Antônio Cândido chamou de “sentimento ateu do pecado” (p. 85): uma inclinação ao ascetismo e a crença na possibilidade de redenção que, juntas, teriam possibilitado “corajosa amargura” para encarar a vida interior e a vida social, focalizadas de modo objetivo. Ao confrontar seu modo de ser com o de seus antagonistas, como visto em *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos consolidou uma perspectiva produtora de paradoxos como “pessimismo e imparcialidade” e “condenação e confiança no homem” (p. 86) que veio sendo delineada no desenrolar de seus romances, aonde o pessimismo adornava homens mesquinhos ao mesmo tempo em que abria caminho para um “desvendamento completo” do comportamento humano.

A “amargura cortante” de Graciliano Ramos pode ser explicada por sua “permanente desconfiança em face das normas que lhe regem a conduta” (p. 86). Tangenciando sua obra, tanto ficcional quanto autobiográfica, a uma negação obstinada dos valores da sociedade, esse traço da personalidade do romancista alagoano pode ser resultado de um embate mal resolvido entre a “virtude teórica e a conduta como realmente é” (p. 87) ocorrido durante os primeiros anos de sua adolescência. Conduzindo a si e a seus personagens a “dramas orientados” em busca de rotas alternativas, o “pessimismo desencantado” (idem) de Graciliano Ramos permite a compreensão de outros dois aspectos presentes em seus textos: “o papel da vontade e a oposição ao mundo” (p. 88).

Resistindo às determinações impostas durante o encarceramento, o autor de *Angústia* fez valer sua “autonomia espiritual” redigindo notas que apesar de perdidas, serviriam de inspiração para as *Memórias do Cárcere*. Para Antônio Cândido, escrever enquanto esteve aprisionado se tornou o modo de Graciliano Ramos “manifestar a reação contra o mundo das normas constritoras” (p. 89). A “fuga da situação por meio da criação mental” (idem) serviria para se sentir no mundo e definir-se nele. O testemunho teria sido expresso também na sua obra ficcional, pois o autor alagoano interpretou o mundo segundo seus problemas pessoais e projetou em seus personagens a sua “substância” (p. 90). Entretanto, as limitações formais do romance teriam estrangulado seu “desejo de sinceridade”, o que fez Graciliano Ramos abandonar a ficção após a publicação de quatro romances e partir para textos onde pudesse “retratar-se no mundo real em que se articulam as suas ações” (idem), doravante sem subterfúgios.

Por não encontrar toda a sua verdade no romance, o autor de *Viagens* manifestaria pouco interesse pelos seus personagens, chamados por Antônio Cândido de “intermediários insatisfatórios” (p. 91). Graciliano Ramos seria menos criador de caracteres do que de “situações por meio das quais se manifesta o personagem” (idem). A importância de seu elenco provém de uma rede de “circunstâncias, valores e problemas humanos” (ibidem) nos quais se enquadram e por meio dos quais são definidos. Quando a ficção deixou de ser suficiente para que pudesse se exprimir, o romancista alagoano passou naturalmente para o caminho da autobiografia. As reminiscências apresentadas em *Infância* e nas *Memórias do Cárcere* são, portanto, parte integrante de sua obra, pois são indispensáveis para a compreensão dos “processos literários” primeiramente desenvolvidos em seus romances. A autobiografia de Graciliano Ramos não constitui “atividade complementar” e conclusiva da trajetória bem-sucedida de um artista, mas parte fundamental de uma “ordem de sentimentos e ideias” (p. 93) que vieram à lume em seus textos ficcionais e desabrocharam nos textos memorialísticos.

Quem espera ler um manual sobre militância nos tomos das *Memórias do Cárcere* encontrará um texto confessional que muito diz sobre as agruras encaradas pelos que decidem ser de resistência. A opressão e a desigualdade tuteladas pelo Estado transparecem não só na prisão ocorrida sem o devido processo legal, mas na perseguição infligida no ambiente de trabalho do funcionalismo público. Graciliano Ramos desnudou o terror psicológico vivenciado por aqueles que se opõem ao *status quo* e militam por modos de organização social mais justos. As *Memórias do Cárcere* são testemunho das consequências nefastas da costumeira injustiça do autoritarismo, mas sobretudo um relato íntimo dos conflitos sofridos por um intelectual que sentiu na pele a opressão.

Essa confissão, portanto, possibilitaria uma revisão de comportamentos e atitudes que Graciliano Ramos tomou posteriormente como desproporcionais. Suas memórias forneceram material para uma revisitação ao passado contaminada por juízos do presente. O autor de *Angústia* revelou muito mais sobre o contexto histórico contemporâneo da rememoração transformada em escrita do que sobre o período no qual esteve encarcerado. Como o alfaiate Martin Rose, o fabricante de medidas Vinçard e o marceneiro Gauny, anônimos que protagonizam as páginas de Rancière (1988) sobre o tempo diariamente roubado dos trabalhadores, Graciliano Ramos insurge não como o teórico da revolução

tão desejado pelos companheiros de partido²⁸⁴, mas como um ateu com fortes sentimentos cristãos de compaixão e suplício.

Os filósofos da noite de Jacques Rancière representavam um risco aos intelectuais que asseguravam seu ofício limitando as ações dos trabalhadores e delineando antagonistas como o Estado burguês, a Igreja e os capitalistas dentro do processo de transformação social. Em *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos foi pintado tal qual um messias indeciso que vacila, repensa e reconsidera seu papel devido ao sofrimento infligido em razão de sua postura ideológica. Em seu testemunho, o autor de *Infância* se desobriga do papel de escritor para a revolução e prefere um relato desprovido de parâmetros que limitam as ações.

Bosi (2002) ressalta o esforço de um Graciliano Ramos consciente da inviabilidade da totalização em se ver livre de quaisquer parâmetros limitadores de sua escrita. Antônio Cândido (2006), por sua vez, traça uma linha entre a obra ficcional e os textos autobiográficos do escritor alagoano ao afirmar que o pessimismo de Luís da Silva e Paulo Honório²⁸⁵ desabrocham na estupefação diante dos atos compassivo dos carcereiros de Graciliano Ramos rememorados em *Memórias do Cárcere*. Tanto em Bosi quanto em Cândido são destacados aspectos da obra do autor de *Vidas Secas* que remetem à constituição da escritura íntima, até o século XVII não considerada literatura, e da revolução literária desenvolvida entre a segunda metade do século XVIII e o século XIX, quando a vida privada se tornou objeto artístico. Por terem sido publicadas postumamente e dezoito anos depois da prisão ocorrida em 1935, as *Memórias do Cárcere* poderiam servir para um projeto político ou de sacralização de Graciliano Ramos, mas em verdade apresentam a confissão atemorizada de um homem comum aterrorizado com as possíveis consequências de suas escolhas perante o autoritarismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Aracy A. *Arte Para Quê? – A preocupação social na arte brasileira, 1930-1970*. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. 1ª edição. Companhia das Letras, 2002.

_____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 47ª edição. Cultrix, 1994.

²⁸⁴Em carta endereçada à esposa, Graciliano Ramos revelou o desejo de dirigentes do PCB pela concepção de uma obra literária que servisse como propaganda partidária. Disponível em: *Cartas*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

²⁸⁵Protagonistas dos romances *Angústia* (1936) e *S. Bernardo* (1934), respectivamente.

_____. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. *Estudos Avançados*. São Paulo: novembro de 2002. ISSN da versão impressa: 0103-4014. ISSN da versão digital: 1806-9592.

CÂNDIDO, Antônio. *Ficção e Confissão*: Ensaio sobre Graciliano Ramos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In.: *História da vida privada - da Renascença ao Século das Luzes*. CHARTIER, Roger (org.). Tradução de Hildegard Feist. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA, Ana Maria Abrahão dos Santos. *Memória, testemunho e escrita melancólica em Memórias do Cárcere e Infância, de Graciliano Ramos*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2014, 197 fls.

RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. Livraria Martins Fontes Editora. São Paulo, 1962.

_____. *Viventes das Alagoas*. Posfácio de Hélio Pólvora. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. *Cartas*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. *S. Bernardo*. Posfácio de Godofredo de Oliveira Neto. 93ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. *Angústia*. Posfácio de Otto Maria Carpeaux. Rio de Janeiro: Record, 2014, 69ª edição.

_____. *Vidas Secas*. Posfácio de Hermenegildo Bastos. Rio de Janeiro: Record, 2015, 127ª edição.

_____. *Conversas*. Organização: Thiago Mio Salla, Ieda Lebensztayn. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____. *Memórias do Cárcere*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Monica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

_____. *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramallete *et al.* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. *A noite dos proletários*. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VEIGA VALLE, O BOM BARROCO GOIANO – A APROPRIAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DE VEIGA VALLE COMO SÍMBOLO DA IDENTIDADE VILABOENSE E DA ARTE GOIANA (1940 – 1979)

*Fernando Martins dos Santos*²⁸⁶

Atualmente José Joaquim da VEIGA VALLE é considerado o principal artista goiano do século XIX e o mais destacado artista sacro de Goiás. No entanto, para isso, um longo e planejado caminho foi percorrido. É a respeito desse caminho que o presente texto terá como direção principal: pensar como um artista, que ficou silenciado após sua morte em 1874, se tornou a principal representação da identidade²⁸⁷ vilaboense a partir de 1940. Em concordância com esse fato, a relevância do artista fica evidente com a intensa divulgação de sua obra dentro de um contexto de “invenção da tradição” (HOBSBAWN; RANGER, 2008).

Veiga Valle foi objeto de vários estudos. O primeiro deles é o de João José Rescala, que escreveu *Relatório sobre Veiga Valle* (1940), quando fazia estudos sobre a possibilidade dos primeiros tombamentos na Cidade de Goiás, nos quais destaca as obras do artista e organiza sua primeira exposição, ainda nessa cidade. Já o primeiro estudo acadêmico sobre o artista, *Veiga Valle – o genial santeiro de Goiás*²⁸⁸, foi realizado em 1972, por Bruno Corrêa Lima, no qual se fez uma breve biografia a partir do que Rescala havia escrito. A tese se concentra em descrever e fazer uma breve análise da iconografia de obras atribuídas ao Veiga Valle por Goiás.

Outro destaque dos estudos sobre Veiga Valle é a obra de Heliana Angotti Salgueiro, *A Singularidade da obra de Veiga Valle* (1983), onde ela organizou uma vasta documentação para fazer uma biografia do artista. Nessa pesquisa, ela desconstrói a ideia, muito propagada, de que Veiga Valle seria um autodidata. Além disso, fez um estudo de

²⁸⁶ Doutorando em História pelo Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), estando inserido na linha de pesquisa Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História. Orientado pela prof^a Dr^a Heloisa Selma Fernandes Capel. Bolsista Capes. Email: fernando_martins@discente.ufg.br

²⁸⁷ A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade então costura (ou, para usar a metáfora médica, “sutura”) o sujeito à “estrutura”. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2006, p.11 e 12)

²⁸⁸ O estudo fez parte da disciplina de Plástica, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da UFRJ.

critérios científicos que possibilitaram uma metodologia de atribuição e autoria às obras do santeiro. Ademais, o livro de Elder Camargo de Passos, *Veiga Valle – seu ciclo criativo* (1997), mesmo não sendo da academia e, sim, memorialista, realizou uma biografia e construção de uma árvore genealógica do artista e se colocou, a partir da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), como principal divulgador e organizador das exposições das obras de Veiga Valle.

Nos estudos mais recentes, em 2011, O artista plástico Wolney Unes, organizou um catálogo²⁸⁹ em que apresenta um novo texto de Heliana Angotti Salgueiro, que retoma o assunto sobre Veiga Valle, reafirmando suas posições, e acrescentando que novos olhares a partir história cultural deveriam ser aventados (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2011). Na linha acadêmica, Raquel de Sousa Machado (2016), em sua dissertação de mestrado intitulada *A imaginária religiosa de Goiás: O reconhecimento de Veiga Valle e o anonimato dos santeiros goianos (1820 – 1940)*, fez um trabalho bibliográfico sobre outros santeiros em Goiás e as motivações que os levaram a ficar à sombra de Veiga Valle. Além disso, em 2018, defendi minha dissertação de mestrado, intitulada *VEIGA VALLE: Da morte do homem ao nascimento do artista (1874-1983)*, onde trabalhei a ideia da invenção do artista, visto que Veiga Valle depois de sua morte (1874) se torna um artista esquecido e, somente a partir de 1940, ele se torna um artista prestigiado. Com questionamentos ainda abertos, o artista seguiu como objeto de estudo, pensando sua importância para a identidade vilaboense.



Imagem 01: José Joaquim da Veiga Valle. Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

²⁸⁹ Por ocasião de Veiga Valle ser homenageado no XIII Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) da Cidade de Goiás, em 2011.

José Joaquim da Veiga Valle nasceu em 09 de setembro de 1806, na cidade de Meia Ponte (atualmente Pirenópolis). Era filho do capitão Joaquim Pereira Valle e Anna Joaquina Pereira da Veiga, membros da elite meiapontense. Veiga Valle possuía o título honorífico de Capitão da Guarda Nacional, foi vereador da Câmara Municipal de Meia Ponte, juiz de paz, nomeado Juiz municipal do primeiro distrito de Vila, membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Meia Ponte e da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

Veiga Valle, em 1841, aos 34 anos, mudou-se da cidade de Meia Ponte para a Cidade de Goiás, então capital, em razão do seu casamento com Joaquina Porfíria Jardim, filha do então presidente da província, José Rodrigues Jardim. Na capital sua atuação política foi mais ambiciosa e conseguiu se eleger inúmeras vezes como deputado provincial. Apesar de Veiga Valle ter ocupado cargos políticos, sua atuação não foi de projetos relevantes, porém serviu para abrir portas para que suas obras fossem encomendadas pelas irmandades e pela elite. Veiga Valle era um membro da elite que também praticava um ofício popular, o de santeiro, sendo essa uma de suas singularidades (SALGUEIRO, 1983).

Toda a produção artística de Veiga Valle foi relacionada com a arte sacra, espalhadas pelas igrejas e oratórios particulares por toda a Província de Goiás e Mato Grosso, porém as regiões que mais se concentraram encomendas de suas obras foram em Meia Ponte e na Cidade de Goiás. Essas produções foram compostas por uma variedade de santos, com destaque para as madonas, representadas principalmente por Nossa Senhora d'Abadia, da Conceição, da Guia, do Bom Parto, do Rosário, da Penha, das Mercês, do Rosário, entre outras. Além das madonas, ele produziu imagens de São Sebastião, Cristo em Agonia, Sant'Ana, Santa Bárbara, São Miguel Arcanjo, São José de Botas, São Joaquim Meninos-Deus, entre outros.



Imagem 02 – Veiga Valle. Século XIX. *Nossa Senhora*. Escultura em madeira dourada e policromada, 35cm. Museu de Arte Sacra da Boa Morte, Cidade de Goiás – GO. Foto: Fernando Santos, 2020.

Na composição de suas obras, o artista obedecia a modelos, repetia atitudes e atributos, mostrando que conhecia os códigos iconográficos da arte sacra. Os mantos esvoaçantes em forma de “S” ou “V”, mangas parcialmente superpostas e sucessivas, cabelos partidos ao meio e com grossas mechas que caem pelo ombro, véus que aparentam se movimentar com o vento, a encarnação e o douramento. O que mais se destaca nas obras de Veiga Valle é seu acabamento, sua policromia, como afirma Heliana Angotti Salgueiro: “É muito difícil ver-se numa imagem em madeira (sem policromia) e caligrafia escultórica de um artista, que em geral obedecia a modelos, repetindo atitudes e atributos. É principalmente o acabamento que distingue as imagens, não a entalhadura” (SALGUEIRO, 1983, p. 61).

As peças de Veiga Valle não eram inteiriças, as mãos e as faces eram esculpidas separadamente. Como a maioria da arte sacra brasileira, as suas obras eram feitas em madeira cedro, mas ele também utilizou outras, como: casca de cajá, maminha de porca, jatobá e bálsamo, sendo os dois últimos para esculpir outras partes do corpo por serem mais fáceis de entalhar. A madeira deveria ser cortada no tempo certo, normalmente na lua minguante, pois sua seiva estaria mais baixa e com os veios quase fechados, o que dificultaria futuras rachaduras e, depois de cortadas, ficariam depositadas em local seco (SALGUEIRO, 1983). Na etapa seguinte, as peças esculpidas eram devidamente lixadas e recobertas com finas camadas de gesso, para que fossem retiradas todas as imperfeições da madeira, que, após esse processo, seriam mais uma vez lixadas e limpas. Em seguida, finas camadas com gesso-crê e cola eram aplicadas de forma sobreposta sobre a peça e,

quando totalmente seco, se fazia um polimento. Assim, estavam prontas para o processo chamado de carnação²⁹⁰.

Uma das especialidades de Veiga Valle é a carnação, que é um rosa pálido ou amarelada, brilhante e luminosa. Já na etapa da douração da peça, as folhas de ouro ou prata, sendo as mais utilizadas por Veiga Valle as folhas de ouro, eram fixadas nos mantos ou nas regiões que teria esgrafiado. Depois de cuidadosamente coladas, eram espanejadas para tirar qualquer resquício de sujeira e, estando completamente seco, se fazia a brunidura²⁹¹, processo que fazia as folhas de ouro aderirem mais e servindo como polimento, deixando o ouro mais luminoso.

A última etapa acontecia com a pintura e o esgrafiado (ou estofamento). As tintas utilizadas por Veiga Valle provavelmente já eram sintéticas e vinham do Rio de Janeiro, como as folhas de ouro e prata. Quanto a pintura, uma fina camada de tinta era passada na peça, inclusive por cima das folhas de ouro. Quando a tinta estava seca, eram feitos os elementos decorativos e, quando fosse o caso, o esgrafiado²⁹², que tinha como principais estilos os medalhões ovais, ramagens, buquês de flores, conchas, folhas de acanto, pérolas, palmas e plumagens.

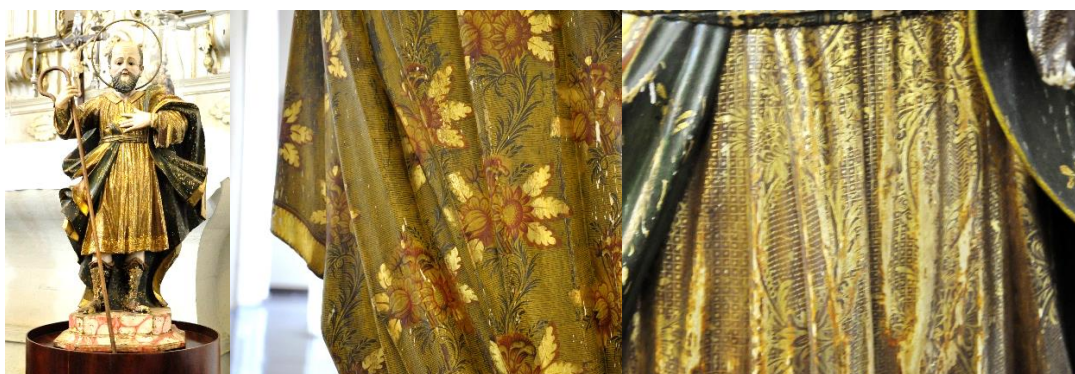


Imagem 03 – Veiga Valle. Século XIX. *São Joaquim e detalhe do floral e esgrafiado*. Escultura em madeira dourada e policromada, 80cm. Museu de Arte Sacra da Boa Morte, Cidade de Goiás – GO. Foto: Fernando Santos, 2020.

Segundo Heliana Angotti-Salgueiro, nas obras de Veiga Valle existe o que ela chama de “hibridismo” ou “estilo misto”:

Confirmando o hibridismo de muitas imagens, dispositivos formais como as *peanhas* (dos Meninos Jesus, da Nossa Senhora das Mercês e da Nossa Senhora da Conceição) são típicas da escultura profana do

²⁹⁰ Partes do corpo que ficam expostos, como: rosto, braços, mãos, pernas, pés etc.

²⁹¹ Para se fazer a brunidura, passava-se um pouco de gordura sobre as partes para que a “pedra de ágata”, apropriada para o polimento, pudesse deslizar melhor. (SALGUEIRO, 1983, p. 66)

²⁹² Os desenhos são feitos calcando-se com o esgrafito, espécie de estilete, a camada externa tinta seca, de modo que a camada interna, o “pão de ouro” brunido, apareça evidenciando os ornamentos. (SALGUEIRO, 1983, p. 71)

século XIX que, no Brasil, ainda está à espera de estudos aprofundados. O estágio da reflexão sobre as categorias de estilo então, limitada à bibliografia dos anos 1960-70, levava-nos a reconhecer linhas da composição como “barrocas” e “neoclássicas” – no entanto não me escapou o fato de estar diante de um “estilo misto”, terminologia que encontrei mais tardes nos textos do século XIX referente às associações ou combinatória própria a um tempo de pluralidade estilística. Pluralidade de que a obra de Veiga Valle é uma manifestação a mais para afirmar que o século XIX é artisticamente complexo e não permite o estabelecimento de normas gerais estilísticas devido à diversidade e natureza de suas linguagens (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2011, p. 30).

Quando Veiga Valle morreu, em 1874, suas obras continuaram sendo usadas nas celebrações das igrejas da Cidade de Goiás, no entanto, ainda não se fazia a relação das obras com o artista. Dessa forma, foi possível chegar a duas conclusões: na época em que viveu, os seus pares não o reconheciam como artista, mas sim como um político; ou que sua vida e obra ficaram silenciadas por muitos anos (SANTOS, 2018).

As obras de Veiga Valle apenas foram reconhecidas quando se efetivou a transferência da capital da Cidade de Goiás para Goiânia. Nesse contexto turbulento, parte da elite, ressentida com a mudança, se mobilizou para pensar e criar uma identidade vilaboense que afirmasse sua importância para o cenário cultural goiano. Para tal feito, foi realizada uma busca ao passado para resgatar elementos que iriam legitimar a ideia de que a Cidade de Goiás era berço da cultura goiana, sendo um dos elementos resgatados Veiga Valle e sua obra. Nesse sentido, é perceptível que houve uma “invenção das tradições”, que, de acordo com Eric Hobsbawn e Terence Ranger “Inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição” para se ter “uma continuidade em relação ao passado”. Na medida em que se tem uma referência a um determinado passado histórico, essas tradições inventadas devem ser vistas como reações a novas situações.

No caso de Goiás, esse algo novo foi a mudança da capital, que acabou destituindo ou debilitando a sociedade com a perda de referencial simbólico valorizado socialmente. Para contornar a situação, uma nova tradição foi inventada, já que “sempre se pode buscar no passado os elementos para inventar as tradições” (HOBSBAWN e RANGER, 2008, p. 14). Sendo assim, Veiga Valle foi reapresentado aos vilaboenses a partir dos anos 40, momentos em que o barroco mineiro estava sendo valorizado como um dos principais elementos para se pensar uma arte genuinamente brasileira e paradigma para se conceber uma arte merecedora do *status* de patrimônio histórico e artístico nacional (CHUVA, 2017).

O artista João José Rescala²⁹³, que estava na Cidade de Goiás a pedido do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para fazer um levantamento para se colocar a possibilidade de tombamento da cidade, percebeu que as igrejas da cidade tinham obras muito semelhantes entre si e que poderiam ser de um mesmo artista. Em busca de mais informações sobre esse fato curioso, descobriu que as obras eram de autoria de José Joaquim da VEIGA VALLE. Com apoio do então prefeito, Edilberto Veiga (neto de Veiga Valle), Rescala conseguiu organizar uma exposição das obras de Veiga Valle, que aconteceu no Liceu da cidade.

A exposição organizada por Rescala à Cidade de Goiás foi de grande importância para reforçar e valorizar a tradição vilaboense. O seu grande feito foi ter quebrado o silêncio sobre Veiga Valle, apresentando-o como artista à sociedade, oferecendo aos vilaboenses um trunfo para reivindicarem o título de “berço da cultura goiana”. Dessa forma, com João José Rescala, Veiga Valle “renasce” como artista (SANTOS, 2018).

A partir dessa primeira exposição e do movimento para que a antiga capital fosse reconhecida como berço da cultura goiana, a obra de Veiga Valle passou a ser exposta e divulgada nesse sentido, reafirmando que era o início da arte em Goiás, a representação de uma arte tradicional e ligada a antiga capital.

Quando se criou a Escola Goiana de Belas Artes (EGBA), em 1953, tiveram como uma de suas propostas instalar o modernismo em Goiás. Assim, Veiga Valle passou a ser o representante do passado da arte goiana e, até mesmo, comparado com Aleijadinho. Como mostra a reportagem abaixo:

Pode-se, perfeitamente, estabelecer um paralelo entre os dois escultores. Igualaram-se na produtividade; assemelharam-se na espiritualidade das formas; amoldaram que cada um, a seu modo, conseguiu imprimir algo de novo no amontado de curvas e contracurvas do “barrôco português”, produzindo peças que são inconfundíveis por traços personalísticos; o mineiro, com arte decorativa e arquitetônica; o goiano, com uma arte escultória e pictória. No Aleijadinho, à harmonia das curvas ornamentais sobrepõe-se o cunho monumental de suas obras. Em Veiga Valle, o inegável valor escultório é sobrepujado pelo inimitável pictorismo de suas tintas.
(...)

²⁹³ João José Rescala nasceu no Rio de Janeiro em 1910, era pintor, restaurador e professor de Teoria, Conservação e Restauração da Pintura na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. Em busca de um melhor direcionamento à arte que vinha praticando, Rescala frequentou o Curso de Pintura da Escola Nacional de Belas Artes, aliou-se a um grupo de alunos que propuseram a formação de um movimento em prol ao modernismo carioca: O Núcleo Bernadelli. (BALTIERI, 2014)

Aleijadinho é estrela de primeira grandeza na constelação de artistas de sua terra; Veiga Vale é astro único nos céus da arte goiana. Entretanto, se aquele é mundialmente conhecido o nome deste até hoje não pertence à história (RENOVAÇÃO, janeiro de 1955, p.28).

Membros da EGBA foram convidados, em 1954, para organizar a parte artística do I Congresso Nacional de Intelectuais, onde Goiânia vivenciou um dos eventos mais audaciosos: realizado entre os dias 14 e 21 de fevereiro, que foi “resultado da reação de intelectuais goianos ao isolamento cultural da jovem metrópole do oeste” (FIGUEIREDO, 1979, p. 94). A exposição organizada pela EGBA contou com mais de 300 obras²⁹⁴ de artistas goianos e de outras regiões do país. Além disso, o Congresso tinha como uma das suas características pensar as inovações de uma arte definida como modernista. O evento contou com várias seções, como a dos indígenas Carajás, expondo suas cerâmicas, ornamentos e armas; arte popular com peças de Maria Beni²⁹⁵ e Sebastião Epifânio, peças de ex-votos da Sala de Milagres de Trindade. No entanto, uma das seções que mais se destacaram foi a que estava exposta 20 peças de Veiga Valle (*Esculturas do Goiano Veiga Valle*). Assim, a recepção de suas obras é, novamente, comparativo aos grandes mestres da arte na Europa:

Chegamos assim ao grande Veiga Vale, que dispensa apresentação, pois sua obra fala por si mesma. Artista nascido em Pirenópolis, na sua mocidade transferiu-se para a Cidade de Goiás, onde viveu, trabalhou e morreu, deixando centenas e centenas de obras, das quais bem poucas ficaram no Estado e destas, muitas já estragadas pelas “incarnações”. Veiga Vale viveu o clima social e político quase patriarcal do 1.800 goiano.

(...)

Veiga Vale tem técnica e sabedoria compositiva dos grandes mestres das boas épocas da Europa.

Temos o dever de ampará-lo. Sendo o artista demais destaque da terra goiana, é um dos melhores no plano nacional (RENOVAÇÃO, janeiro de 1955, p.29).

A primeira vez que Veiga Valle teve suas obras expostas fora do estado foi no 1º Festival do Barroco Luso brasileiro, na cidade de Salvador (BA), de 16 a 25 de setembro de 1968. Mesmo enfrentando dificuldades para o transporte e segurança das peças em Salvador, a exposição com o título “*O Barroco de Goiás*”, realizada na Capela

²⁹⁴ Alguns nomes que tiveram obras expostas foram: Carlos Scliar, Oswaldo Teixeira, Georgina de Albuquerque, Quirino Campofiorito, Sérgio Milliet, Mario Zanini, Djanira, Reboló Gonçalves, Bruno Giorgi, Mestre Vitalino, Luiz Curado, Gustav Ritter, frei Confaloni, entre outros. (MENEZES, 1998, p.44)

²⁹⁵ Maria Fleury. Nasceu em Pirenópolis em 1919. Escultora e ceramista, trabalhava com entalhes em madeira e figuras em cerâmica, representando as cenas folclóricas e religiosas da cidade, principalmente as celebres cavalhadas de Pirenópolis. (MENEZES, 1998, p.179)

do Solar do Unhão, teve uma boa repercussão segundo o relato de Regina Lacerda²⁹⁶ que foi a responsável por levar as obras:

E a impressão causada pelo nosso Veiga Valle perguntará agora os goianos. Posso dizer que foi de surpresa e encantamento. Pouca gente sabe da existência desse ilustre brasileiro na história da arte barroca do Brasil, por isso foi o maior entusiasmo que estudaram as criações do escultor goiano. Analisaram seus planejamentos, discutiram seus anjinhos, estudaram o estofamento primoroso feito pelo próprio escultor, coisa não muito comum entre os artistas da época, pois muitas vezes um era o escultor outro o pintor e dourador. (LACERDA, 1968, p. 6)

Essa primeira exposição fora de Goiás foi o marco de início de uma série de exposições que foram realizadas na década de 50, em que Veiga Valle foi consolidado como o principal representante da cultura vilaboense até aquele momento. Posteriormente, na década de 60, foi criada na Cidade de Goiás a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT) que se auto instituiu a “guardiã da memória vilaboense”. O principal lema de suas ações era “o futuro da Cidade de Goiás era o passado” e, com isso, ela passou a organizar, pesquisar, valorizar e divulgar a tradição cultural e artística da Cidade de Goiás. Um de seus feitos mais lembrados foi a divulgação e reestruturação da Semana Santa, tendo como destaque a Procissão do Fogaréu.

Quando a OVAT projetou a valorização e divulgação da arte, novamente, as obras de Veiga Vale foram apropriadas. A Organização seria a principal articuladora da criação do Museu de Arte Sacra da Boa Morte, local que reuniu as obras de Veiga Valle tiradas dos altares das igrejas para a exposição, fato que se pode entender como um “lugar de memória”²⁹⁷ (NORA, 1993). Além da criação do museu, a OVAT também foi responsável pelas principais exposições do artista na época: Exposição do Centenário da morte de Veiga Valle (1974); Semana de Arte Vilaboense (1974); Exposição no Masp (1978); Exposição no Palácio das Esmeraldas (1978).

A exposição das obras de Veiga Valle no Masp foi um dos maiores momentos de sua consagração como artista, afinal, suas obras estariam no mesmo local de grandes

²⁹⁶ Nascida na Cidade de Goiás em 25-6-1919, foi uma das pioneiras da nova capital, residente em Goiânia desde o início da década de 40, até o seu falecimento em 14-2-1992, (...). Formada em pintura pela Escola Goiana de Belas-Artes (EGBA), era pintora, desenhista, professora e escritora. Foi uma dedicada pesquisadora do folclore goiano e brasileiro (MENEZES, 1998, p.219).

²⁹⁷ O Museu de Arte Sacra da Boa Morte pode ser considerado um lugar de memória pois cria “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1993, p13).

mestres da arte brasileira e mundial. Sendo assim, ao divulgar a exposição, novamente, o artista foi destacado com um dos principais expoentes da arte barroca brasileira:

VEIGA VALLE, O BOM BARROCO GOIANO

O nosso barroco colonial seguidamente tem características particulares, com certa rudeza de aparência, uma solução formal menos elaborada e a contribuição de uma vida cotidiana e popular. É possível dizer que no barroco brasileiro os modelos são, com frequência, os da existência terrena. Veiga Valle tem um surpreendente requinte na sua elaboração e é o escultor de uma cidade importante, uma cidade do ouro (...). (O ESTADO DE SÃO PAULO, 22 de setembro de 1978, s/p)

Além da divulgação das exposições, as obras de Veiga Valle ganharam destaque em vários periódicos da época, sendo o período que sua obra foi amplamente divulgada com mais de 30 reportagens vinculando seu nome a identidade vilaboense e a arte goiana. Para ilustrar esse momento destaquei duas reportagens, uma da revista *O Cruzeiro* e outra um catálogo sobre arte brasileira.

Na revista *O Cruzeiro*, na edição 21 (19 de maio de 1970), foi publicada uma reportagem sobre Veiga Valle e sua obra, intitulada *Goiás Velho: a Vila Boa de Goiás*. Na publicação foi noticiado sobre a história, o cotidiano e os principais monumentos da cidade, ressaltando o abandono pelo IPHAN, que direcionava suas verbas prioritariamente para Minas Gerais e Bahia. A matéria destacou a igreja da Boa Morte, onde há obras e entalhes da “arte excepcional de Veiga Valle”.



Imagem 04 – Revista *O Cruzeiro*, 19 de maio de 1970, p.49. Fonte: Acervo: Fernando Santos

Já em 1979, a Editora Abril lançou uma coleção sobre a arte brasileira em 48 fascículos que seriam lançados semanalmente, compondo dois volumes (o primeiro volume com 27 fascículos e o segundo volume com 21 fascículos). No 15º número, Goiás foi representado com o título *Encravado no sertão bruto, onde o ouro reinou fugaz, um*

Barroco tosco e singelo vive seus dias de glória. O fascículo foi iniciado com a história de Goiás, com destaque para a arquitetura, ressaltando e descrevendo igrejas das cidades de Pilar, Goiás, Pirenópolis, Luziânia, Ferreiro e Cidade de Goiás. Assim, compôs a biografia de Veiga Valle, a técnica utilizada na produção das suas obras e que ele “poderia assinar quaisquer das imagens brasileiras ou portuguesas do século XVIII, que não diferem de suas magníficas peças” (ARTE NO BRASIL, 1979, p. 311). O fascículo traz 14 fotos das obras de Veiga Valle, no qual a capa do fascículo é a imagem de São Miguel Arcanjo (SANTOS, 2019).

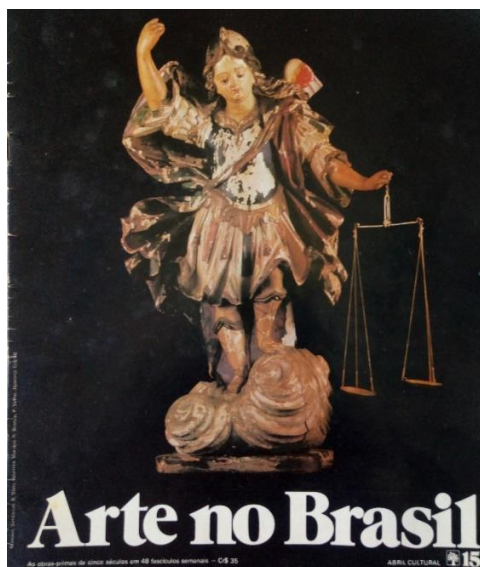


Imagem 05 – Capa do fascículo 15 da coleção *Arte no Brasil*, 1979. Fonte: Acervo: Fernando Santos

Como visto, apesar das obras de Veiga Valle se tornarem afamadas e valorizadas, sendo referência quando se trata de obras sacras em Goiás, por muito tempo o artista permaneceu silenciado, sendo apenas reconhecido anos depois de sua morte, no processo de transferência da capital. O percurso de resgate à Veiga Valle foi longo e aconteceu a partir da busca da elite por uma tradição vilaboense, como forma de validação do status cultural de Goiás, que consolidou o artista por meio do contexto da implementação do turismo.

Ao analisar esse tempo histórico que colocou Veiga Valle como expoente da arte goiana, é preciso lembrar que o tempo não é algo natural e sim uma construção cultural, que foi determinado entre o que já se conhece e o que já foi experimentado e o que se tem como expectativa. Esse tempo vem associado a ações sociais, políticas e de pessoas que agem e sofrem com as consequências das ações. (KOSELLECK, 2006)

Contudo, para concluir, se deve considerar que toda obra tem seus próprios códigos e eles não mudam com o tempo, na verdade o que muda é seu receptor com suas vivências individuais e coletivas, fazendo com que a obra ganhe vida e passe a dialogar com a sociedade (JAUSS, 2011; ZILBERMANN, 1989). Dessa forma, esse texto propôs mostrar como Veiga Valle foi apropriado e amplamente divulgado e, a partir disso, identificar como se deu a recepção do artista e sua obra no decorrer do seu processo histórico, tornando a principal representação que cumpriu o papel de projetar e fortalecer uma identidade vilaboense.

Referências bibliográficas

ANGOTTI-SALGUEIRO. Heliana. Diante das imagens de Veiga Valle: Questões colocadas, questões retomadas. In: UNES, Wolney (Org.). **VEIGA VALLE**: catálogo. Goiânia, ICBC, 2011.

BALTIERI, Rosana. José Rescala. In: FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro; HERNANDEZ, Maria Herminia Oliveira (Orgs). **Dicionário Manuel Querino de arte na Bahia**. Salvador: EBA-UFBA, CAHL-UFRB, 2014. Disponível em: <<http://www.dicionario.belasartes.ufba.br>>. Acesso em: 20 julho de 2019.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória** – sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FIGUEIREDO, Aline. **Artes Plásticas no Centro Oeste**. Cuiabá: Edições UFMT/Museu de Arte e Cultura Popular, 1979.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós – Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JAUSS, Hans Robert. A Estética da Recepção: colocações Gerais. In: LIMA, Luis (org.). **A literatura e o leitor** - textos de Estética da Recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACERDA, Regina. O barroco de Goiás na Bahia. In: **Folha de Goiaz**, Goiânia, p. 06. 06 de outubro de 1968.

LIMA, Bruno Correia. **O genial santeiro de Goiás**. Relatório para o Conselho de Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), 1971.

MACHADO, Raquel de Sousa. **A imaginária religiosa de Goiás**: o reconhecimento de Veiga Valle e o anonimato dos santeiros goianos (1820-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MENEZES, Amaury. **Da Caverna ao Museu** – Dicionário das Artes Plásticas em Goiás. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, São Paulo, s.n, 1993.

PASSOS, Elder Camargo de. **Obras de Arte da Cidade de Goiás**. Goiânia: Gráfica Oriente Irmão Oriente Ltda, 1968.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **A singularidade da obra de Veiga Valle**. Goiânia: UCG, 1983.

SANTOS, F.M. **Veiga Valle**: Da morte do Homem ao Nascimento do Artista (1874-1983). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades na área interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2018.

_____. O descobridor de artista: João José Rescala e o (re)descobrimento de Veiga Valle. In: **Revista Nós** [on line], vol.03, nº03, set-2018, pp.27-45.

UNES, Wolney (Org.). **VEIGA VALLE**: catálogo. Goiânia, ICBC, 2011.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da Recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

Arquivo da Fundação Frei Simão Dorvi – (AFFSD) Cidade de Goiás – GO

Fascículo “*Arte no Brasil*”. Fascículo 15, 1979.

Jornal “*O Estado de São Paulo*”. São Paulo, 02 de outubro de 1978, s/p. Caixa II sobre Veiga Valle. Documento avulso.

Relatório João José Rescala. 1940. Caixa II sobre Veiga Valle. Documento avulso (Cópia).

Revista “*Renovação*”. Goiânia, Ano III, n.01, janeiro de 1955. Caixa II sobre Veiga Valle.

Revista “*O Cruzeiro*”. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1970, p.49

QUENTIN TARANTINO E A TRANSIÇÃO DE SISTEMAS: SINGOS, CINEMA E PINTURA

*Filipe Artur de Sousa Queiroz*²⁹⁸

INTRODUÇÃO

Primeiramente se deve aqui destacar quais são, afinal, o contexto e as reais pretensões deste trabalho. Pois toda a empresa reflexiva que a seguir se desdobra, busca se qualificar como esforço intelectual para resolução de demandas da história da arte. As linhas que se seguem, ambicionam condensar momentos de profícua reflexividade em uma sala de aula virtual, do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Goiás (nível doutorado), a respeito das validades e potencialidades do olhar crítico da arte – na formação de uma perspectiva sociológica. Neste momento não se procura pensar nos rigores e ditames até mesmo burocráticos para a consolidação de uma crítica especializada. Procura-se apenas sintetizar elementos de cunho teórico, para uma interdisciplinaridade entre campos artísticos: o cinema e a pintura. O nome da disciplina da supracitada pós-graduação foi, “Como se pensar as imagens: no universo da sociologia da arte, da história da arte e da história cultural” – ministrado pela professora Dra. Maria Elizia Borges. No itinerário reflexivo da turma, de maneira geral, buscou-se desenvolver vivências de contemplação estética, associadas a reflexões teóricas do campo da história da arte. Neste fluxo reflexivo, destacou-se momentos oportunos que viabilizaram a consolidação de uma visão sociológica da arte. Uma experiência no mínimo marcante e fundamental para o desenvolvimento, seja da valorização ou consolidação da crítica e do saber especializada da arte.

Neste sentido, a reflexão aqui consolidada busca exprimir um esforço intelectual de conectar pontos e procedimentos – tarefa nada fácil, vale ressaltar. Localizando em objetos de análise elementos que se afinizam e que possam, por fim, ser significados e compreendidos dentro do contexto teórico apresentado no curso. Ou seja, o que se busca nestas linhas é articular uma proximidade entre o objeto de pesquisa pelo autor trabalhado

²⁹⁸ Integrante do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da UFG, nível doutorado. Orientando do professor Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva. Bolsista CAPES.

(cinema) já há algum tempo, com os elementos e escopo teórico da pintura e da história da arte – componentes tão debatidos no curso.

Nesta direção, buscando atender critérios de esclarecimentos a respeito do objeto de pesquisa, deve-se questionar o que especificamente no cinema se busca refletir? O que na variedade de temas, tipos, formas (e até diretores) a cinematografia se dedica a discussão deste texto? Especificamente, o cinema de Quentin Tarantino. Uma breve discussão e apresentação sobre a obra deste cineasta se faz inteiramente relevante, portanto. Visto que no final das contas, o detalhamento daquilo que se fala e se pesquisa se faz como inteiramente fulcral. Sendo assim, passa-se, agora, para a apresentação da obra de Tarantino, destacando não somente aspectos biográficos, mas também enfatizando o que em suas obras se constitui como relevante para aspirações reflexivas.

O OBJETO DE REFLEXÃO: PORQUE O CINEMA DE QUENTIN TARANTINO?

Para alguns, quando se depara e observa dentro de um curso de doutoramento em história, pesquisando sobre o cinema de Quentin Tarantino, é mais que natural o questionamento sobre como afinal chegou-se até aqui. Não se trata de pensar sobre a caminhada intelectual e crítica que até aqui se estabeleceu. Mas sim em refletir como se consegue sustentar por algum tempo, nalgumas dinâmicas as potencialidades do próprio cinema. Algo no mínimo a se discutir. Neste sentido, se faz inteiramente compensativo justificar a obra de Tarantino para os critérios de reflexão deste trabalho, iniciando por meio do encanto que sua cinematografia imprimir e emitir nos expectadores – sobretudo nos aficionados pela sétima arte. A justificativa pela escolha da obra de Tarantino não se desenvolve por meio de uma simples escolha. Há (existiu) todo um processo para isso. E que vale a pena remontar, mesmo que de uma maneira rápida e exclusivamente contemplativa, no intuito até mesmo de melhor contextualizar o objeto de pesquisa em si. Para tanto, acredita-se que a aproximação com outras fontes cinematográficas possa se consolidar como um salutar viés explicativo.

Há uma série de autores e diretores que produzem imagens como as de Tarantino, como é o caso dos filmes de Ethan e Joel Coen. Em “Onde os fracos não têm vez” (2007) Anton Chigurh (Javier Bardem) é um insano sociopata que choca a todos com sua crueldade e ausência de empatia. O espectador é constantemente impressionado e, conseqüentemente, interpelado sobre os quaisquer reais critérios ou motivos que possam, afinal, justificar a sanguinária trajetória do personagem. Uma cena que muito se destaca

é sem dúvidas a cena da moeda. Que de maneira geral se trata da resolução de um impasse (o destino dos personagens da trama) por meio da escolha de um dos lados da moeda (cara ou coroa). Não se vê qualquer emissão de valores éticos ou até mesmo morais numa encenação como aquela, apenas a aleatoriedade que os tempos atuais podem causar a qualquer tentativa de interação social. É deixar a decisão da vida de outrem no mero acaso do lance de moedas.

Tarantino se caracteriza por sua estética, sua maneira própria de compor cores e enquadramentos e principalmente pela concepção de suas trilhas sonoras. Esta última que, diga-se de passagem, é uma de suas marcas registradas por combinar elementos supostamente destoantes e quase impossíveis de se imaginar juntos – e tudo isso quase sempre articulado como comentário ao que se encena. Mas em se tratando de aspectos estético, delineia-se também outros diretores e outras experiências cinematográficas. Como é o caso da cena de abertura da obra *Anticristo* (2009) de Lars Von Trier. Trier com este tipo de cena certamente deseja colocar, entre inúmeras outras coisas, o cinema no centro da discussão entre publicidade e arte e ainda reforçar todo o seu potencial representativo (iniciando pelo título, passando pela cena de abertura e depois pelas cenas simbólicas e emblemáticas sobre a história da mulher no ocidente). Mas Von Trier não se encerra apenas em uma obra ou até mesmo em uma única cena, quando na comparação com outros cineastas como Tarantino. O dinamarquês sempre possibilita mais, apesar das questões políticas que o envolve evidenciando, assim, a tênue linha entre posicionamento político-intelectual de um diretor/autor e o alcance de sua obra²⁹⁹.

Lars Von Trier busca retratar, nalguns casos, não um esvaziamento reflexivo e apelativo da imagem que inocentemente podem supor. Mas o contrário: reforça valores crítico, estéticos, sociais e até mesmo existenciais em suas obras fílmicas como por exemplo em *Ninfomaníaca Vol. I e II* (2013) podem conter³⁰⁰. Quentin Tarantino, por outro lado, numa outra ponta da reflexão, parece zombar o tempo todo ao pensar no alcance reflexivo de certos elementos da cultura de massa estadunidense. Em suas obras

²⁹⁹ <https://veja.abril.com.br/cultura/lars-von-trier-classifica-comentario-sobre-hitler-como-piada-estupida/>

³⁰⁰ Há uma cena específica em que a protagonista Joe (Charlotte Gainsbourg) afirma, lembrando de suas falhas tentativas de tratamento de seu distúrbio sexual em sessões de terapia em grupo, que talvez o seu único pecado “tenha sido querer mais do por do sol”. Esta frase parece tocar dentro do espectador, que constata a cada cena que a trama do filme trata da saga de uma mulher por assegurar seu direito ao gozo sexual. E que o espectador é imediatamente levado a uma reflexão sobre a condição humana de articulador e operador de signos, buscando construir sentidos para se orientar no tempo e no espaço. E a demanda em exigir em demasia da existência, sobretudo da natureza uma beleza que conceda saciação, não gera apenas expectativa, mas (principalmente) dor e sofrimento – elementos que conduzem o ser humano a se enveredar em buscas e experiências chocantes, abusivas e autodestrutivas.

é difícil sacar de imediato uma frase, uma cena ou algum ensinamento moral ou até mesmo existencial que traga em si uma compreensão forte sobre o mundo – afinal, o diretor parece justamente saber do estigma que permeia a produção em larga escala do cinema (em especial o hollywoodiano). Mas tudo isso se encerra sob o ponto de vista das aparências.

Diante deste breve quadro comparativo de produções cinematográficas se faz fundamental um questionamento central: o que especificamente (qual elemento) na obra de Tarantino mais se destaca que faz justificar sua escolha como objeto de análise – já que é justamente isto que contextualiza a aproximação do cinema com a pintura aqui pretendida? Objetivamente: o deslocamento de categorias e/ou sistemas de signos do fazer cinematográfico (WALIGORSKA–OLEJNICZAK. p. 74 e 75. 2012) – que se evidencia na rememoração dos procedimentos do cinema marginal como o blaxploitation e o western spaghetti. Por exemplo, quando em *Django Livre* (2012) se protagoniza um personagem negro como caçador de recompensa, num contexto inteiramente escravocrata e racista³⁰¹. Neste sentido, percebe-se que Tarantino se articula numa forma e estilo de produção cinematográfica únicos. Talvez um dos primeiros movimentos de um pesquisador sobre cinema, ao lidar num primeiro contato com suas obras seja localizar onde e como, afinal, o diretor consegue produzir algo como aquilo – a quantidade de violência e sangue, a maneira de contar uma história ou mesmo o ato em desprivilegiar certos aspectos da trama que outrora foram tão relevantes. Contudo, quem estuda cinema e com certeza já se consolidou como um cinéfilo, certamente consegue reconhecer alguma quantidade de referências que o diretor traz em seus contextos cinematográficos. Seja como na desfiguração dos personagens no contexto do western clássico, ou como nas trilhas sonoras do western spaghetti, ou na dança e coreografias dos filmes asiáticos de kung fu ou mesmo nos heróis e heroínas tão celebrados e homenageados do blaxploitation, tudo isso é visível e belamente contemplado pelos amantes da sétima arte nos filmes de Tarantino. Esta forma de rememorar a história do cinema, trazendo uma infinidade de referências fílmicas para se contar uma história, é sem dúvida uma marca registrada do cineasta em todos os seus trabalhos.

A “estilística” do diretor tenessiano que ele, inclusive, diz não tratar necessariamente de um “tarantinesco” ou “tarantiniano” (“T` word”) (PEARY. p. 201. 1998) é dificilmente localizável noutros diretores. Evidentemente que se compreende que

³⁰¹ Algo bem semelhante se constata quando se observa o western blaxploitation protagonizado por Fred Williamson *Os Poderosos Também Caem* (Boss Nigger, Jack Arnold, 1974).

todo trabalho artístico preze e busque por alguma originalidade em sua criação, porém, sempre se busca na ação crítica algum tipo de aproximação ou similitude (paralelismo) nas formas e nas problemáticas produzidas. Neste sentido, encontra-se em Tarantino um artista que realiza problematizações de enredos, personagens e heróis do cinema (seja ela em suas várias formas, categorias ou tipos: clássico, marginal ou moderno) como se opera nas produções dos irmãos Joel e Ethan Coen, por exemplo. Contudo, a forma de expressar e elaborar tudo isso na trama faz Tarantino destoar na forma e na estilística. Como quando da inserção de uma postura humanística de matriz europeia no personagem Dr. King Schultz em *Django Livre* (2012), num contexto escravocrata da pré-guerra civil americana. Pode-se encontrar também uma proximidade no estilo de Tarantino na representação e encenação agressiva que Lars Von Trier produz ao tratar assuntos tabus da atualidade – como a supressão do corpo e do prazer feminino na consolidação da hegemonia masculina na história do ocidente europeu, temas presentes tanto em *Ninfomaníaca Vol I e II* (2014) quanto em *Anticristo* (2009). Estas representações violentas e agressivas que se observa nas obras destes diretores se configuram, para alguns, como alternativa encontrada para tratar de assuntos da (e na) contemporaneidade – como sugere Beata Waligorska-Olejniczka (2018) em se tratando especificamente de Tarantino. Mas em se tratando deste, essa verborragia e agressividade tomam caminhos diferentes.

DJANGO A CAVALO: TRANSIÇÃO DE SISTEMA DE SIGNOS

E é justamente neste ponto que se pode reforçar o recorte específico de toda a reflexão do trabalho. Ou seja, o que especificamente na obra de Quentin Tarantino se busca analisar, para pretensões de um trabalho que busca privilegiar uma conexão entre a pintura e o cinema? Questionamento que se buscará responder a partir da construção de uma trajetória de raciocínio. E o primeiro ponto a se considerar é que o recorte na obra de Tarantino para a ocasião recai sobre o filme *Django Livre* (2012). Este filme que de modo geral se firma como uma homenagem satírica à categoria dos filmes de western spaghetti, uma espécie de subgênero de filmes, que também são conhecidos como filmes do tipo B no contexto da linha de produção cinematográfica hollywoodiana. De maneira específica, ainda, *Django livre* (2012) se configura como uma espécie de ode à obra de Sergio Corbucci de 1966 intitulada *Django* (1966). Para a ocasião, não se considera em nenhum sentido positivo ou mesmo proveitoso alguma discussão sobre Tarantino operar de maneira plagiadora de enredos, nomes e forma de produção cinematográfica. Deve-se

ter em mente que o diretor estadunidense em questão se faz como um cinéfilo por natureza, trazendo à tona sempre que possível a história do cinema para, no mínimo, potencializar as capacidades narrativas e representativas do próprio cinema – o que o faz se configurar como uma postura metacinematográfica, inclusive.

Django Livre conta a história do escravo liberto Django (Jamie Foxx) e sua jornada de resgate por sua esposa. A trama ainda conta com o personagem Dr. King Schultz (Christoph Waltz), que ao longo da trama vai se traduzindo como comparsa de Django, representando, assim, a figura do europeu branco alemão em meio ao cenário estadunidense. Brunhilde Von Shaft (Kerry Washington), esposa de Django, ainda escravizada, se encontra sob a tutela de Calvin Candie (Leonardo DiCaprio). Desta forma, o enredo da trama se caracteriza por uma “troca de assistências”: Django auxilia Schultz, um caçador de recompensa e, em troca, ganha sua carta de alforria. Schultz, contudo, acaba se afeiçoando pela figura e história de Django, decidindo, assim, auxiliá-lo na busca por sua amada. E é justamente num episódio desta relação que surge o elemento fundamental para a nossa jornada reflexiva: a história da captura dos irmãos Brittle – personagens da trama de Django livre (2012). Assim que Schultz e Django estabelecem suas relações de parceria no desenrolar da história, logo no início da obra, tratam de rumar em direção à propriedade de Spencer "Big Daddy" Bennett (Don Johnson), para capturar o bando dos irmãos Brittle (Big John Brittle (M. C. Gainey), Lil Raj Brittle (Cooper Huckabee) e Ellis Brittle (Doc Duhamel)).

É neste contexto diegético que se articula a problemática central: ao adentrar na propriedade do personagem Spencer "Big Daddy" Bennett, Django o faz montado num cavalo, a frente da diligência de seu parceiro Dr. King Shultz. Tal comportamento faz impressionar todos os negros escravizados que trabalham na plantação de algodão. Mas não apenas os negros que se impressionam e se espantam, mas, principalmente, os brancos donos da propriedade. Inclusive, muitos dos personagens negros sentem dificuldades em compreender como um negro no sul das Treze Colônias é autorizado a andar a cavalo, dentro de uma propriedade baseada no uso e abuso da mão de obra escrava. A cena ainda é complementada de forma magistral pela trilha sonora (espécie de comentário – outra marca registrada de Tarantino) “His name is king” – referência ao western italiano de Giancarlo Romitelli de 1971. De imediato os protagonistas são interpelados pelo dono da propriedade que dentro daquele território, negros não andam a cavalo. Mas para os critérios da relação Django e Shultz, o primeiro se configura como Valete e não como escravizado. Tudo isso gera um frenesi por parte de todo o elenco,

demonstrando toda a capacidade humorística e ácida de Tarantino em refletir a respeito de temas problemas como o racismo e suas raízes no processo de escravização do negro.



Django livre (2012). Django (Jamie Foxx) a cavalo pela propriedade de Spencer "Big Daddy" Bennett (Don Johnson). Na direção da arte da cena, observa-se a referência do figurino do protagonista ao quadro "The Blue Boy" (1770) de Thomas Gainsborough (1727-1788)

O que se busca evidenciar nesta narrativa não é a questão do potencial criativo e inventivo que Django e Shultz articulam para adentrar na propriedade de Spencer "Big Daddy" Bennett (Don Johnson), e matar de forma violenta e sanguinária os irmãos Brittle. O que se busca trazer à tona é justamente elementos específicos que operam por meio de contraste, a partir da intencionalidade do diretor em deslocar categorias e transitar sistemas de signos, para problematizar e, ao mesmo tempo, viabilizar discussões de assuntos outrora recalcados na história do cinema americano. Como é o caso do protagonismo de um personagem negro em condições de embate, articulando um tipo de revanchismo em relação ao processo de escravização por meio da ação individual e não coletiva. Mas tudo isso é ainda mais potencializado quando, do ponto da história da arte (na pintura, em especial), Tarantino opta por colocar Django montado em um cavalo. Ou seja, protagonizar um tipo de comportamento que era "historicamente" não aceito pela comunidade branca – ao menos do ponto de vista diegético. Deve-se dizer isto pois negros a cavalos impressionarem e assustarem a comunidade branca, em pleno século XIX, se trata mais de um artifício do diretor em se portar como impreciso historicamente (WALIGORSKA–OLEJNICZAK, p. 77. 2012) – vide alguns outros exemplos em outras de obras suas que são marcantes, como a violenta morte de Hitler em Bastardos Inglórios

(2009). Contudo, o que se deve especificar para o momento é precisamente nem tanto a vestimenta branca e pomposa de Django, mas, sim, justamente sua postura imponente montando um cavalo. Representando, assim, um posicionamento de poder. E é justamente aí que se busca centralizar toda a ligação lá no início do texto apresentada: a conexão entre cinema e pintura.

O CAVALO COMO SÍMBOLO NO INCONSCIENTE (E NA HISTÓRIA DA ARTE)

Observa-se que a figura do cavalo se desdobra como um elemento fortemente catalisador na diegese de Django Livre (2012). O animal não é apenas um elemento aleatório que conduz e locomove os aparatos físicos humanos. Ele é também um elemento (símbolo) que gera, reforça e instrumentaliza a ação de um personagem negro livre ceifador de homens brancos. Observa-se diante disto que Tarantino busca não apenas expor de maneira aleatória todos estes componentes, mas, sim, desenvolver algum tipo de intencionalidade simbólica na transmissão de uma mensagem. Essa mensagem, vale destacar, para os padrões do diretor quase sempre buscam, por meio da transição de sistema de signos, deslocar categorias problematizando o próprio fazer cinematográfico. Historicamente a existência do cavalo (*Equus caballus*) remonta a cerca de sessenta milhões de anos atrás. Tal animal articula uma relação com a humanidade iniciada pelo interesse do humano em suas potencialidades de força e capacidade de resistência física. Surgindo daí, portanto, o anseio e a vontade por sua domesticação. Neste processo que envolve o avanço de milhares de anos, remontando desde tempos pré-históricos e seus fluxos migratórios a partir das eras glaciais (teoria do estreito de Bering), por exemplo, a figura do cavalo extrapola os critérios de utilidade práticas da vida material.

Em conjunto com o processo de preservação de parte da mente originária, o inconsciente, Jung, por meio da teoria freudiana defende a existência do símbolo como linguagem do inconsciente. Neste sentido, o cavalo que representa justamente o esforço humano em civilizar, por meio do controle e racionalização das pulsões, da força e das dimensões mais orgânicas, é transformado em um aparato simbólico. Símbolo que representa liberdade, purificação, força, virilidade e triunfo na superação das dificuldades e obstáculos físicos. Tais significados derivados do símbolo “cavalo”, portanto, foram operados nalguns momentos na representação artística como um sentido de poder. Ou seja, o uso do cavalo em pinturas sendo montado e adestrado pela força humana, acabam por implicar não apenas na questão da liberdade. Mas, também, por sinalizar poder dentro

da esfera material. Eis o que se observa no emprego do quadro abaixo de Pedro Américo (1843 – 1905):



“Imaginando o grito do Ipiranga” (1888), de Pedro Américo.

Observa-se que na representação pictórica acima postada a figura do cavalo se faz presente numa interatividade direta com o ser humano. E o que se evidencia é uma efetiva intencionalidade política pelo uso do símbolo em questão: imprimir a ideia de movimento, virilidade, triunfo e, acima de tudo, poder. Este tipo de compreensão é sustentada pelos escritos de Ana Paula Garcia Boscatti e Miriam Adelman em seu texto “De cavalos e homens: história, poder, estratégia e representações” (BOSCATTI; ADELMAN. 2020). A análise das autoras consiste em discutir a dimensão representacional de gênero no emprego do cavalo como símbolo de poder e virilidade masculina. Para tanto, partem da atualidade contextualizada pelo governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 – atualmente) e sua busca performática em protagonizar representações hegemônicas elitista sobre raça, classe e masculinidade. Num dos recortes operados pelas autoras para expressar a situação-problema que as conduz à reflexão sobre sua temática, utilizam-se de uma performance de 2020 em que o atual presidente do país desfila montado a cavalo em Brasília, cumprimentando e celebrando apoiadores de seu governo³⁰². Para tratar dos aspectos históricos do uso e emprego do cavalo como símbolo que constrói e denota poder, triunfo e virilidade do masculino, Boscatti e Adelman recorrem à análise do quadro de Pedro Américo “Imaginando o grito do Ipiranga” (1888).

A partir das perspectivas das autoras desnuda-se no supracitado quadro de Pedro Américo o específico e intencional emprego do cavalo como símbolo na construção e

³⁰² Conferir em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-vai-a-manifestacao-e-cumprimenta-apoiadores-montado-em-cavalo,70003320313> Acessado em 22/08/2021

reforço de poder, força e vitória em torno tanto da figura do Imperador D. Pedro I, quando da data de independência (7 de setembro de 1822). O emprego do cavalo no quadro, neste sentido, faz produzir e suscitar uma narrativa do grito de independência: o Imperador ao centro, empunha para o alto sua espada, proclamando a independência do Brasil e acaba por receber apoio e legitimidade de diversos setores da esfera social. E é justamente na seleção da representação do elemento simbólico “cavalos” que se desdobra, segundo as autoras, a construção do imaginário de um evento marcado pela presença do viril, másculo, racista e classista (elitizado) ideário de nação brasileira imperial.

A tradição monárquica nacional e seu poderoso sistema de representação conduzidos por artistas financiados pelo Império cultivava a ilusão nacional em garantir a ordem masculina nacional, a pureza racial e os privilégios de classe através das representações épicas da guerra. Nessas obras, cavalos negociam imaginários de batalhas, vitórias, massacres e força física sem deixarem de sutilmente reforçar uma estrutura de poder assentada em questões de gênero e suas intersecções. Neste sentido também, o cavalo se mostra um agente da história, um ator não humano que participa ativamente da composição de narrativas de soberania nacional, mas que –como veremos no final deste artigo –participa também da reinvenção de relações e significados sociais. (BOSCATTI; ADELMAN. p. 227. 2020)

Observa-se, desta forma, que o emprego do cavalo se faz de forma intencional e dotado de aspirações políticas específicas: Pedro Américo, inserido em seu contexto histórico de construção de um imaginário monárquico grandioso, a partir da construção heroica do marco de independência do Brasil (1822), faz evidenciar que o símbolo do cavalo nas representações pictóricas e artísticas são utilizadas como meio para imprimir poder, força, triunfo e masculinidade.

Alguns desses homens levantam seus chapéus a fim de saudar a ação de Pedro I, reforçando os vínculos políticos e alianças de poder no momento da independência. Nesse sentido, o quadro busca mostrar que o Brasil, recém-independente teria suas próprias elites nacionais e estruturas de poder organizadas que dariam suporte a gestão do Imperador brasileiro. Os apoiadores do Império estão todos montados em cavalos, inclusive D. Pedro I que estaria conduzindo um “cavalo alazão”. Mas segundo contam relatos da época como o do padre mineiro Belchior Pinheiro de Oliveira¹¹, Pedro I na verdade, montava uma mula de carga que era o animal mais usado na época para percorrer os caminhos íngremes e enlameados. A imagem busca reforçar essa distinção, onde o cavalo parado e orgulhoso exibe a sua glória física, semeada em gerações de relações de parentesco forjadas para a glória do seu pedigree, assim como costumam fazer as monarquias. (BOSCATTI; ADELMAN. p. 231. 2020)

A partir de todas estas reflexões, percebe-se que enquanto o símbolo do cavalo se liga constantemente ao exercício do poder, nalguns contextos da história da arte, percebe-se que em Tarantino, em contrapartida, ao transitar sistemas de signos e/ou deslocar categorias importantes de várias esferas da arte (literatura, pintura e cinema), o cineasta reforça e enfatiza a ideia de poder, mas utilizando o símbolo do cavalo associado à figura de Django. Isto é, um protagonista negro, num contexto escravista da Guerra Civil Americana, montado em seu cavalo para caçar brancos em troca de recompensa, é o que faz o personagem Django ser um símbolo de poder, triunfo e masculinidade. Vale destacar que o cavalo como um elemento que exemplifica procedimentos de transição de signos, é apenas um componente entre vários outros que se pode considerar para a discussão sobre a questão do deslocamento de categorias em Quentin Tarantino. Existem outras questões que podem ser levantadas, como por exemplo a escolha do contexto e/ou pano de fundo de Django (2012): o conflito entre as colônias do Norte contra as colônias do Sul, dois anos antes (1858) da Guerra Civil Americana (BORGES. p. 425. 2017). Ou seja, ao contrário do que é reforçado pela grande maioria dos filmes de western americano até meados da década de 1980 (BORGES. p. 430. 2017), do enredo da trama se passar no contexto da fronteira leste *versus* oeste (continuidade da *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner), Tarantino em Django (2012) viabiliza caminhos alternativos e viáveis para discutir e tratar questões fulcrais e problemáticas à história americana (WALIGORSKA–OLEJNICZAK. p. 71. 2012): os embates raciais originários entre norte e sul são elementos centrais na discussão sobre a identidade estadunidense, e não o conflito entre selvagens e civilizados do leste e oeste.

Observa-se que Tarantino, neste sentido, resgata toda uma série de procedimentos consagrados e amplamente reforçados por práticas cinematográficas tradicionais, como as temáticas de enredo dos westerns clássicos, bem como a protagonização de elementos raciais articulados pelos cinemas dito marginais (*blaxploitation* e *western spaghetti*). Sua intencionalidade certamente gira em torno de viabilizar meios e condições favoráveis para a discussão de assuntos e comportamentos tidos como problemáticos na contemporaneidade (racismo, holocausto, etc.) – mesmo que por vias hiperbólica, violenta e as vezes bem-humorada. O fato do diretor trabalhar a todo instante na referenciação de procedimentos fílmicos de outros tempos e até mesmo de várias escolas cinematográficas, além de compor um tipo de imagem abarrotada de referências fílmicas, tudo isso ainda faz a produção fílmica de Tarantino se consolidar como procedimento

artístico e conceitual do tipo metalinguístico – discute as potencialidades narrativas e até mesmo reflexivas do cinema, por meio da referência ao próprio cinema.

A partir disso, consegue-se melhor compreender como que a escolha do cavalo como elemento simbólico é o que reforça a estranheza na diegese, ao colocar um negro em pé de igualdade com um branco. Assim como na história da arte, de uma maneira geral, e no caso da obra de Pedro Américo, em específico, o cavalo é operado simbolicamente como agente fundamental na legitimação de poder – e até mesmo de reforço de masculinidade (recorte de gênero) e classe (recorte de classe). Esta mesma operação fora amplamente explorada por Tarantino ao representar um de seus protagonistas montado num animal de maneira elegante e bastante aristocrática, inclusive – vide a roupa que usa Django e sua referência à obra *The blue boy* de Thomas Gainsborough. Mas o que se buscou reforçar aqui é que o diretor em questão não busca copiar e reproduzir integralmente símbolos, procedimentos e recursos imagéticos do tipo fílmico (apenas) para compor esteticamente enquadramentos. Tarantino recorta, revive, traz à tona e resgata processos de vários nichos de produção cultural, potencializando, assim, as possibilidades de narrar cinematograficamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEELMAN, Miriam; BOSCATTI, Ana Paula Garcia. De cavalos e homens: história, poder, estratégia e representações. Revista Semestral do Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais FCL–UNESP–Araraquara–v.25–n.49–2º semestre de 2020.

BORGES, Rafael Gonçalves. A antítese da fronteira: o western de Quentin Tarantino e o seccionalismo. Revista de História das Ideias.. v. 35. 2 serie. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra. 2017.

(filme) CORBUCCI, Sergio. Django. 1966.

(filme) COEN, Ethan; Joel. No country for old man (Onde os fracos não tem vez). 2007.

JUNG, Carl Gustav. A prática da psicoterapia. 12a ed. Petrópolis: Vozes; 2009

PEARY, Gerald. Quentin Tarantino: Interviews. University Press of Mississippi: Oxford. 1998.

(filme) ROMITELLI, Giancarlo. His name is king. 1971.

(filme) TARANTINO, Quentin. Inglourious Basterds. 2009.

(filme) TARANTINO, Quentin. Django. 2012.

(filme) TRIER, Lars Von. Antichrist. 2009.

(filme) TRIER, Lars Von. Nymphomaniac Vol I e II. 2014.

WALIGORSKA–OLEJNICZAK. Quentin Tarantino's Django Unchained (2012) and the Afterlife of the Western. In: LE JUEZ, Brigitte. SHIEL, Nina. WALLACE, Mark. Re)writing without borders : contemporary intermedial perspectives on literature and the visual arts. Champaign, IL: Common Ground. 2012

TRAVESSIAS DE MULHERES SEM TERRA NA LUTA PELA TERRA EM GOIÁS

*Flávia Pereira Machado*³⁰³

RESUMO: Esta comunicação é parte da minha pesquisa de doutoramento em andamento sobre as trajetividades e narrativas de mulheres sem terra em Goiás. A proposta é identificar nas travessias de onze mulheres sem terra, as práticas feministas em seu cotidiano de luta pela terra e na terra. Para tanto, me utilizo da imbricação de três metodologias: metodologia da história oral com a coleta de entrevistas orais temáticas e histórias de vida; a metodologia da proximidade que parte de uma perspectiva decolonial de desconstrução da relação entre sujeito e objeto e no transbordamento da pesquisa etnográfica ou de observação participante, haja vista que a inserção nas comunidades se dá de maneira dialógica e a construção da pesquisa no sentido de uma interação em que se delineia o desenho da mesma por meio do diálogo entre o eu-pesquisadora e as interlocutoras da pesquisa; e a metodologia participativa feminista por meio das rodas de conversa. Me interessa, desta maneira, investigar em suas narrativas os entrecruzamentos entre os diversos eixos de subordinação (gênero, raça, classe, geração e desterramento) e as formas como esses potencializam suas agências enquanto “mulheres de luta” no enfrentamento das desigualdades históricas e de suas subalternizações.

Palavras-chave: *mulheres sem terra; trajetividades; narrativas; feminismos.*

Um panorama da pesquisa, para início de conversa

As mulheres sem terra ocupam a cena pública e política a partir dos anos 1980, com a efervescência dos movimentos sociais de luta pela terra e suas novas estratégias de mobilização, as ocupações de terras. Nas marchas e acampamentos, as mulheres sem terra protagonizam a luta pela terra e a luta na terra³⁰⁴ em diferentes regiões do país, ainda que não visibilizadas e/ou representadas no interior dos movimentos sociais e nas negociações frente ao Estado e a mídia, devido às relações de força e poder que as (re)colocam em lugares de subalternidade por serem mulheres, pobres e territorialmente vulneráveis.

³⁰³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG); orientadora: Prof^a Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares (PPGH/UFG); Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Campus Goiânia); Membro do GEPEG/FH/UFG; Pesquisadora do Anômalos/ UFGat/CNPq; email: flavia.ifg.machado@gmail.com.

³⁰⁴ Esta identificação é apropriada de Marisa de Fátima Lombas de Farias (2011), mulheres na luta pela terra são aquelas demandantes ainda da gleba, na condição de acampadas; enquanto as mulheres na luta na terra se referem às mulheres já assentadas, mas que permanecem na militância no interior do movimento.

Soma-se a estes processos de subordinação e subalternização, o ocultamento e/ou silenciamento de suas narrativas no cerne das teorias feministas e das produções historiográficas. Apesar de suas vozes potentes ressoarem nas ruas e nos diferentes espaços públicos, suas resistências e (re)existências cotidianas, juntamente com uma heterogeneidade de sujeitas do campo, das águas e das florestas que habitam o universo rural, as mulheres sem terra foram e são, muitas vezes, negligenciadas pelas narrativas históricas, principalmente no que tange a história rural, agrária e do campesinato, a história dos movimentos sociais e mesmo a história das mulheres.

Ainda que a história das mulheres e os estudos das relações de gênero, bem como as epistemologias feministas, tenham ampliado a escrita da história e a produção científica, por meio do questionamento dos fundamentos sexistas, masculinistas e androcêntricos em que estas eram produzidas (cf. MUNIZ, 2015), a incorporação das sujeitas às margens se deu de forma lenta e parcial, haja vista a universalização das experiências de mulheres brancas, ocidentais, classe média, letradas em detrimento de uma diversidade de condições, localizações e atravessamentos de “outras” mulheres. Por meio das inferências de mulheres negras, lésbicas, indígenas, camponesas, quilombolas, trans, entre outras, a necessidade de se pensar os entrecruzamentos entre os eixos de subordinação, para além do gênero, se colocaram como uma premissa e uma demanda urgente e necessária (VEIGA, 2020).

Frente a estas questões, a intenção em realizar a pesquisa junto às mulheres sem terra em Goiás entre os anos 1990 e 2020, emerge desse cenário em que as vozes insurgentes dessas mulheres “transbordam” os cânones historiográficos e científicos, bem como os discursos e práticas feministas e dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. Das suas subordinações cruzadas, são potencializadas resistências e (re)existências no cotidiano de vida, trabalho e lutas, que as transformam em sujeitas políticas, com histórias e identidades constituídas em suas trajetórias diversas e ao mesmo tempo comuns entre si. Desse modo, não é possível estabelecer com essas mulheres uma relação de distanciamento enquanto sujeita cognoscente (a eu-pesquisadora) e as sujeitas objeto (as mulheres sem terra). É preciso transcender a essa forma de produzir ciência ocidental, moderna e colonial, para que haja um processo de interrelação e interlocução na construção da investigação, sendo assim o propósito é de descolonização da ciência, da história e dos feminismos (cf. MALDONADO-TORRES, 2018; CURIEL, 2020; MIÑOSO e CASTELLI, 2011).

Para tanto, minha prática investigativa e minha escrita são realizadas na encruzilhada de teorias feministas e decoloniais com metodologias de pesquisa posicionadas, situadas e localizadas a partir da proposição de um diálogo entre as sujeitas que compõem essa empreitada. Em termos teóricos e metodológicos, dessa maneira, me oriento por meio de uma perspectiva decolonial, em que se propõe uma flexibilidade metodológica ao considerar a complexidade de sujeitos, espaços e situações diante de um mundo em crise na contemporaneidade (SUÁREZ-KRABBE, 2011). Neste sentido, entrecruzo três metodologias de pesquisa: primeiro, a metodologia da história oral, compreendida como um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas estimuladas, testemunhos, versões, interpretações” (DELGADO, 2006, p. 15) da história, da memória e das experiências que foram marginalizadas, esquecidas e/ou silenciadas. Em segundo, a metodologia da proximidade identificada como a imersão no universo de relações sociais, políticas e cotidianas das interlocutoras da pesquisa, não se restringindo ao processo de pesquisa e coleta de dados, mas na construção de interconexões e diálogos que não se encerram na pesquisa de campo (SUÁREZ-KRABBE, 2011). Por fim, me aproprio da metodologia das rodas de conversa utilizada principalmente na Psicologia Social e em Metodologias Feministas. As rodas de conversa são uma metodologia participativa com uma proposta dialógica (cf. AFONSO; ABADE, 2008; FIGUEIRÊDO; QUEIROZ, 2013) que visa identificar como os sujeitos se posicionam e interagem entre si a partir de determinadas temáticas em discussão ou no relato de suas vidas.

Consideradas as questões teóricas e metodológicas, é importante elucidar que as travessias dessas mulheres sem terra se entrecruzam com a história de continuidades e rupturas do mundo rural, a partir das transformações ocorridas e em movimento no campo em Goiás. Tais transformações são marcadas pela crescente concentração fundiária; pelos conflitos agrários; pela reestruturação da economia agropecuária, comumente chamada, de “modernização agrícola” ou como intitulada por José Graziano da Silva (1999) “modernização conservadora”; pelo êxodo rural; pela emergência de movimentos de luta pela terra; pela expropriação de camponeses e camponesas, entre outros elementos.

Sendo assim, as narrativas das onze mulheres sem terra³⁰⁵ entrevistadas nesta pesquisa, evidenciam como estas transformações atravessam seus corpos e trajetórias, as

³⁰⁵ Inicialmente a proposta da pesquisa era de entrevistar cerca de 150 mulheres sem terra em Goiás, distribuídas em onze municípios, nas diferentes regiões. Com a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, SARS-COV2, em março de 2020 no Brasil, houve um redesenho da mesma, me restringindo

impulsionando para a luta pela terra e luta na terra. São marcadas, neste sentido, por experiências pessoais, ao mesmo tempo que coletivas, o que me possibilita compreender como constroem sentidos próprios, individuais e coletivos à história da luta pela terra e reforma agrária, dos movimentos sociais e do campo em Goiás no tempo presente.

Como recorte da minha pesquisa de doutoramento, delimito para a presente comunicação algumas considerações já alcançadas a partir da análise das entrevistas com estas onze mulheres sem terra em dois municípios de Goiás, Palmeiras de Goiás e Santa Helena de Goiás. No intuito de identificar em suas narrativas e trajetividades, as práticas que se aproximam dos feminismos contra hegemônicos, evidencio como as intersecções de classe, gênero, geração e desterramento se imbricam e impulsionam suas vivências, resistências e potências de lutas cotidianas.

1.1. Quem são essas mulheres insubmissas e rebeldes na luta pela terra e luta na terra em Goiás? Cartografias das mulheres sem terra em Goiás

(Às mulheres que ousam sonhar projetos)/ A forma suave da mais pura rebeldia traduz os traços deste Ser mulher./ Desmedidamente ousada, inconfundivelmente capaz./ transpira coragem, inspira unidade/ conspira coletivamente a construção de caminhos/ que rompem com a acomodação cotidiana./ Março traz consigo o aroma incomparável dos dias de confronto./ Das lutas, do campo, da camponesa. (“Aromas de Março”, Diva Lopes, 09 de setembro de 2021³⁰⁶).

Dois eventos de significativa importância para o tema de nossa pesquisa, serão o ponto de partida para identificar quem são essas mulheres sem terra. O primeiro destes eventos ocorreu em 13 de março de 2019, quando mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento Camponês Popular (MCP), romperam as cercas da propriedade “Agropastoril Dom Inácio”, em Anápolis, Goiás, pertencente ao latifundiário e “médium”, João “de Deus”³⁰⁷. Mulheres de diferentes

às entrevistas já coletadas entre novembro de 2019 e março de 2020. Foram assim entrevistadas uma (01) mulher sem terra assentada no Projeto de Assentamento Canudos em Palmeiras de Goiás; e dez (10) mulheres acampadas no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás.

³⁰⁶ Lançamento da Coluna “Aromas de Março” na página oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), identificada como espaço de reflexão coletiva das mulheres Sem Terra, <https://mst.org.br/2021/09/09/aromas-de-marco/>.

³⁰⁷ De acordo com o Jornal “Brasil de Fato”, publicado em 13 de março de 2019, a ocupação contou com a participação de cerca de 800 mulheres trabalhadoras rurais, cf. <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/13/pela-vida-das-mulheres-entenda-porque-650-militantes-ocupam-fazenda-de-joao-de-deus>.

idades e localidades ocuparam as instalações, como estratégia de denúncia contra o proprietário de terras preso e condenado por violentar mais de 500 mulheres. Dessa maneira, as mulheres do MST anunciaram que a luta pela reforma agrária popular passa também pelo enfrentamento do capitalismo e do patriarcado (cf. GODINHO, 2020). Um ano após a ocupação, grande parte dessas mulheres envolvidas na ocupação, se fizeram presentes junto à 3500 mulheres de 24 estados brasileiros, no I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra, em Brasília, Distrito Federal, entre os dias 05 e 09 de março de 2020³⁰⁸. Sob o lema “Mulheres em luta, semeando resistência”, essas mulheres sem terra fortaleceram as diretrizes e os princípios de luta do movimento, bem como demandaram que “sem feminismo, não há socialismo”, articulando, desse modo, a luta pela reforma agrária popular com as agendas do feminismo camponês e popular³⁰⁹.

O que há de comum e relevante nestes dois eventos? De um modo geral, identifico um alinhamento entre a luta pela terra e reforma agrária com as agendas feministas de enfrentamento às relações patriarcais, ao machismo, sexismo e as diversas formas de violências contra as mulheres. De modo específico, a participação de algumas de nossas interlocutoras nas duas mobilizações, me possibilita evidenciar a construção de práticas e estratégias individuais e coletivas de lutas e reflexões, que posicionam as mulheres sem terra em Goiás como protagonistas no processo de luta pela reforma agrária e de constituição das comunidades.

Assim, a mobilização é uma constante em suas narrativas, haja vista que “entre as lutas que venceram, os territórios que granjearam, a vida que conquistaram, refletem aqui sobre as batalhas que nunca acabam, e têm ideias sobre o mundo e a vida, a sua, a da sua família, e a da sociedade” (GODINHO, 2020, p. 38). Nas palavras de Dona Anilda, nossa interlocutora do Acampamento Leonir Orbak, em entrevista no dia 12 de janeiro de 2020, sobre a coragem para o enfrentamento: “O medo acaba. Você não tem medo de nada, sabe se for preciso da gente ir pra qualquer lugar, a gente vai, qualquer hora a gente vai. Então assim, acho que nossa vida a gente resguarda, mas falar assim eu não vou porque vou levar um tiro, de jeito nenhum” (ANILDA, 2020). Entre o medo e o sonho, essas mulheres resistem nas glebas e nos barracos.

Cartografando de uma maneira geral, as minhas interlocutoras são mulheres migrantes em sua maioria, entre estados, cidades de Goiás ou da zona rural para a zona

³⁰⁸ Cf. <https://mst.org.br/2020/03/09/mulheres-sem-terra-um-mar-de-bandeiras-enfurecidas-contr-o-capital/>.

³⁰⁹ Sobre o feminismo camponês e popular, cf. LORENZONI et al. (2020); LONGO (2016).

urbana; com faixa etária entre os 29 e 71 anos de idade³¹⁰; solteiras, casadas e viúvas; com diferentes profissões e formações; todas são mães de dois filhos e filhas ou mais; duas se auto identificam como mulheres negras³¹¹. São elas: Maria (49 anos); catarinense; casada; produtora rural; mãe de 1 filho e 1 filha; Coordenação Nacional do MST em Goiás; assentada no P.A. Canudos em Palmeiras de Goiás (entrevista concedida em 19 de novembro de 2019). Dona Natalina (Vó; 71 anos); mineira; viúva; aposentada; mãe de 1 filho e 1 filha; Coordenação Local do Acampamento; acampada no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás (entrevista concedida em 10 de janeiro de 2020). Dona Delaídes (62 anos); goiana; solteira; aposentada; mãe de 2 filhos e 1 filha; acampada no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás (entrevista concedida em 10 de janeiro de 2020). Dona Anilda (58 anos); goiana; divorciada; servidora pública municipal (serviços gerais); mãe de 1 filho e 1 filha; acampada no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás; Setor de Saúde do acampamento (entrevista concedida em 12 de janeiro de 2020). Dona Elba (60 anos); goiana; aposentada; casada; mãe de 2 filhos e 1 filha; acampada no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás (entrevista concedida em 11 de janeiro de 2020); Dona Graça (64 anos); paraibana; aposentada; casada; mãe de 3 filhos; acampada no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás (entrevista concedida em 10 e 11 de janeiro de 2020). Dona Érica (37 anos) goiana; casada; dona de casa; mãe de 1 filho e 1 filha; acampada no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás (entrevista concedida em 10 de janeiro de 2020). Dona Ivanilda (45 anos); goiana; casada; formada em Libras; trabalhadora dos serviços gerais; mãe de 1 filha e 1 filho; acampada no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás; Setor de Infraestrutura do acampamento (entrevista concedida em 11 de janeiro de 2020). Dona Suélia (60 anos); baiana; casada; dona de casa; mãe de 3 filhos e 1 filha; acampada no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás (entrevista concedida em 12 de janeiro de 2020). Mayara (29 anos); goiana; casada; dona de casa; mãe de 1 filha e 3 filhos; acampada no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás; Setor de Disciplina do acampamento (entrevista concedida dia 12 de janeiro de 2020). Eliane (Vítória; 42 anos); goiana; pedagoga; desempregada; divorciada; 3 filhas; acampada no Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás; Coordenação Regional do MST

³¹⁰ Para fins de identificação, opto por citar as idades em que as mesmas tinham no ato da entrevista.

³¹¹ Como não foi perguntado a elas como se auto identificam em questão de raça, apenas considerarei aquelas que evidenciaram isso na entrevista concedida. Apesar que não se restringe a elas apenas.

em Goiás e do Setor de Gênero Nacional do MST (entrevista concedida em 12 de janeiro de 2020).

1.2. Conformação e transgressão das normativas de gênero, classe, geração e desterramento: práticas feministas nas narrativas das mulheres sem terra em Goiás

Nos limites deste texto, não me aprofundarei em cada história de vida a mim narrada por essas onze mulheres. É preciso apenas afirmar que são narrativas de travessias marcadas por dores, sofrimentos e dificuldades, mas também por sonhos, esperanças e alegrias. Neste sentido, minhas interlocutoras se deslocam do lugar de subalternidade a elas determinado pelas estruturas sociais, políticas e culturais que compõem essa matriz de poder colonial, heteropatriarcal e excludente dos corpos dissidentes da colonialidade de poder e de gênero (cf. LUGONES, 2020). Compreendo que se constituem enquanto mulheres subalternizadas que, para além de se limitarem por esses eixos de subordinação que as atravessam, transformam suas dores e dificuldades em agências para a luta não apenas pela terra e pela reforma agrária, mas de um outro mundo mais igual para homens, mulheres e as dissidências, para as diversas etnias/raças, para as classes desfavorecidas, enfim para uma vida descolonizada e não capitalista. Estas mulheres compõem as resistências decoloniais, haja vista que “as populações subalternizadas e colonizadas não se sujeitaram passivamente ao padrão de poder que as inferiorizavam, ao contrário, elaboraram projetos de resistência e de ressignificação da vida” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 154).

Dessa maneira, me aproximo do conceito de interseccionalidade emancipadora mobilizado por Joaze Bernardino-Costa (2015). Em análise à formação dos sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil, o autor evidencia um profícuo diálogo e articulação com os movimentos sindicais, feministas e negros, o que é nomeado por ele como interseccionalidade emancipadora. Neste sentido, raça, classe e gênero nem sempre devem estar associados à opressão e à desigualdade, haja vista que:

[...] em algumas situações raça, classe e gênero podem ser mobilizadas para o estabelecimento de solidariedade política em torno de projetos decoloniais. Muitas vezes e, dependendo do contexto histórico, as categorias sociais de diferenciação que fundamentam a noção de interseccionalidade podem resultar em formas democráticas de agência política. (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 154-155).

Portanto, o autor afirma que ao considerarmos o poder como uma relação, aos moldes foucaultianos, a depender da contextualização, o conceito de interseccionalidade, enfatizado por Kimberlé Crenshaw³¹², não apenas expressa uma dimensão negativa, de opressão e desempoderamento, mas também pode ser evocado para se pensar a emancipação e a mobilização política. Dessa maneira, ao me apropriar do conceito de interseccionalidade emancipadora, identifico que as intersecções de classe, gênero, raça, geração, desterramento e outras marcações que atravessam os corpos das mulheres sem terra com quem dialogo, projetam suas ações e agências em face do movimento a que se vinculam e das estruturas de poder conflitivas e opressoras. Suas ações e narrativas evocam, assim, essa interseccionalidade emancipadora, haja vista não se conformarem com a imposição das normatizações e subalternizações. O que é identificado na fala de Eliane (Vitória), sobre a participação das mulheres no MST e seu próprio processo de afirmação enquanto “mulher de luta”.

Eu pra mim, ser mulher e tá participando do movimento MST, e aí não só quem tá no movimento, acho que todas as mulheres que tem essa participação no movimento social, é uma libertação. Eu me sinto uma mulher mais forte, com condições de lutar pelos meus direitos, o meu lugar na sociedade, com condições de enfrentar a dificuldade que vem, de enfrentar as barreiras que nos é colocada. Antes eu não tinha, eu acho, essa força que hoje eu tenho. Sabe, eu não tinha essa, eu falo que eu hoje, minha mãe costumava dizer parece que você é de bronze, eu falo que hoje eu acho que eu sou de ferro. Eu acho que eu tenho uma grande resistência, eu aprendi isso. Eu aprendi a resistir, sabe, não abaixar a cabeça e valorizar quem somos. Isso é muito importante. Não ter vergonha de onde eu moro e não ter vergonha de quem eu sou, da mulher que sou, de onde eu venho e do que eu faço. Isso eu acho que é uma lição. (Eliane – Vitória, entrevista concedida em 12 de janeiro de 2020)

Assim, a constituição da “mulher de luta” no interior do movimento, evidencia um processo de formação política e de ruptura com as subordinações como limitadoras das ações dessas mulheres. Identifico estas agências como rebeldias feministas, o que é constantemente evocado nos relatos de Dona Natalina (Vó) e de Dona Anilda. Ao mesmo tempo que, grande parte das narrativas das onze mulheres, é possível perceber a conformação aos discursos que delimitam o lugar social para homens e mulheres, há também uma transgressão às normativas de gênero, classe, geração e desterramento. Essas mulheres invertem a ordem e os padrões de colonialidade de gênero

³¹² Sobre o conceito de interseccionalidade, cf. CRENSHAW (2002; 2016); COLLINS; BILGE (2021); AKOTIRENE (2019).

para darem sentido às suas permanências nas mobilizações e nas lutas. Como é presente na narrativa de Dona Delaídes, aos 60 anos, nunca se casou e foi mãe solo.

Daí voltei pra cá pra Santa Helena pra apanhar algodão, meu padraсто morreu, nós mudou pra Santa Helena e eu fui pra pau de arara pra panhar algodão. Eu criei meus filhos desse jeito na roça de algodão. Sei que a vida não foi batalha pouquinho não, sofri demais, mas tá tudo criado, graças a deus. Tem bem uns seis bisnetos, tá tudo criadinho já”. Eu acho que não tinha diferença nenhuma, porque igual o homem, porque toda vida eu trabalhei de arrancar toco, catar raiz, panhar algodão, de cortar arroz, panhar feijão, tudo isso eu fazia. O que o homem fazia nós tínhamos que fazer também, e não tinha filho homem, era só duas meninas mulher e tinha que ajudar meu padraсто. Assim foi na vida. (Dona Delaídes, entrevista concedida em 10 de janeiro de 2020)

Apesar das agruras narradas, das dificuldades enfrentadas e dos sofrimentos ainda presentes nas suas travessias, essas mulheres articulam-se em solidariedade nos espaços em que ocupam, com projetos de transformação da vida, sua e de sua família, projetos estes que se articulam também com a construção de projetos decoloniais de uma outra sociedade. Assim, é possível identificar o entrecruzamento entre projetos individuais e coletivos na consolidação das agências feministas e decoloniais de mulheres que nem sempre se identificam como tal. Como narrado pela minha interlocutora mais jovem, a Mayara.

O sonho de terminar minha faculdade, porque porventura tive filho, não querendo que eles são um peso, nada, mas como a minha mãe que me criou, na verdade minha vó, nunca disponibilizou em olhar eles pra que eu terminasse minha faculdade, mas eu pretendo ainda, não estou tão velha assim, ainda pretendo terminar. Ainda tem muito chão. Meu sonho é se tornar um policial, meu sonho, porque, talvez, talvez por não conseguir ver tanta injustiça. Eu quero ainda me tornar uma policial feminina exemplar, por uma corporação de homem machista ter a consciência de que uma mulher pode tá onde ela quiser. Esse ainda é o meu sonho”. (Mayara, entrevista concedida em 12 de janeiro de 2020).

Assim, as histórias de vida e corpos das mulheres sem terra são atravessados por violências múltiplas, por eixos inter cruzados de subordinação (raça, gênero, classe, geração e outras), mas também por sonhos e utopias. Apesar das relações de gênero, raça, classe e territorialidade serem assimétricas, mobilizam resistências por vezes “silenciosas” na tessitura de suas trajetividades. Neste sentido, compreendo que tecem feminismos contra-hegemônicos, populares e decoloniais em suas comunidades, mobilizações e enfrentamentos diários. São mulheres às margens da cultura urbana e letrada, racializadas, localizadas espacial e socialmente em “não-lugares” (a sem terra).

São, desse modo, trajetórias de vida marcadas pelo diálogo entre a norma e a transgressão, já que, ao engendram “resistências femininas no cotidiano, tanto nos embates diretos, como nas formas sutis de enfrentamento às desigualdades de raça e gênero, são parte constitutiva da história das mulheres em condição de subalternidade” (VASCONCELOS, 2019, p. 205).

Referências Bibliográficas

Fontes

DONA ANILDA. [58 anos]. [jan. 2020]. Entrevistadora: Flávia Pereira Machado. Acampamento Leonir Orbak, Santa Helena de Goiás, 12 de janeiro de 2020.

DONA DELAÍDES. [64 anos]. [jan. 2020]. Entrevistadora: Flávia Pereira Machado. Acampamento Leonir Orbak, Santa Helena de Goiás, 10 de janeiro de 2020.

ELIANE (Vitória). [42 anos]. [jan. 2020]. Entrevistadora: Flávia Pereira Machado. Acampamento Leonir Orbak, Santa Helena de Goiás, 12 de janeiro de 2020.

MAYARA. [29 anos]. [jan. 2020]. Entrevistadora: Flávia Pereira Machado. Acampamento Leonir Orbak, Santa Helena de Goiás, 12 de janeiro de 2020.

Referenciais

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019 (Col. Feminismos Plurais).

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 30, n. 1, janeiro/ abril 2015, pp. 147-163. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 13/08/2021.

COLLINS, Patrícia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol. 10, n. 01, pp. 171-188, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 14/08/2021.

_____. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra as mulheres não-brancas**. Tradução de Carol Correia, 2016. Disponível em <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contras-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em 14/08/2021.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 121-138.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FARIAS, Marisa de Fátima Lombas de. Mulheres no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308085912_ARQUIVO_MARISA_LOMBA_DE_FARIAS_14.06.2011.pdf. Acesso em 13/06/2021.

GODINHO, Paula. Introdução. In: GODINHO, Paula. GONÇALVES, Adelaide.

VICENTE, Lourdes (orgs.). **Entre o impossível e o necessário: esperança e rebeldia nos trajetos de mulheres sem-terra do Ceará**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, pp. 17-41.

LONGO, Roxana. Mujeres Sin Tierra: um feminismo campesino y popular. Diálogo com Etelvina Masioli, dirigente del MST de Brasil. In: KOROL, Claudia (comp.). **Feminismos populares: pedagogías y políticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; Editorial Chirimbote; America Libre, 2016, pp. 157-170.

LORENZONI, Carmen *et al.* Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (orgs.). **Feminismo camponês e popular: reflexões a partir das experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2020, pp. 13-31.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 52-83.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, pp. 27-53 (Col. Cultura Negra e Identidade).

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. CASTELLI, Rosario. Colonialidad y dependencia en los estudios de género y sexualidad em América Latina: el caso de Argentina, Brasil, Uruguay e Chile. In: BIDASECA, Karina. LABA, Vanesa Vazquez (comps.). **Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Godot Argentina, 2011, pp. 161-181.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologia feminista e história das mulheres: leituras cruzadas. **OPSIS**, Catalão, vol. 15, n. 2, p. 316-329, 2015. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/34189>. Acesso em 13/07/2021.

SUÁREZ-KRABBE, Julia. En la realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales. **Tabula Rasa**. Bogotá-Colômbia, nº 14, 183-204, enero-junio, 2011. Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n14/n14a08.pdf>. Acesso em 29/04/2021.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Entre a norma e a rebeldia: rastros de feminismos no sertão baiano. **Saeculum – Revista de História**, vol. 24, n. 41, João Pessoa, pp. 204-216, jul./dez. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/47673>. Acesso em 13/06/2021.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, vol. 12, n. 29, p.e 0101, 2020. Disponível em <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101>. Acesso em 13/07/2021.

MEMÓRIAS E DISPUTAS POR UM MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO NO VALE DO SÃO FRANCISCO - 1950

Flávio Dantas Martins³¹³

RESUMO: Este trabalho investiga a formação de uma memória oficial sobre o Rio São Francisco nos anos 1950 à partir de um documento do governo federal que visava disciplinar o planejamento econômico regional do vale. O trabalho analisa a formação do documento pelos técnicos da Comissão do Vale do São Francisco, autarquia federal criada para planejar o aproveitamento econômico do São Francisco, a sua adesão a um consenso de pesquisa existente sobre a necessidade de suprimir a economia camponesa da região e substituí-la por uma economia de mercado. A expectativa dos técnicos - e a justificativa da ação - era da criação de um meio técnico-científico que criaria uma terra da promessa. O documento possuía também uma justificativa baseada num projeto étnico-político de preservar determinadas características da raça, que seria um mestiço sertanejo. A metodologia usada se baseia na história da historiografia, especificamente na discussão sobre conflitos de memória e uso público de memória.

Palavras-chave: Rio São Francisco - Memória - Meio Técnico-Científico

O objetivo deste texto é analisar o documento *Plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco* (BRASIL, 1950) e levantar algumas reflexões acerca das seguintes perguntas: há uma memória oficial sobre o rio São Francisco? Existindo esta, à partir de quais tradições ela foi construída? Como a história é apropriada pela memória e com quais fins? Para pensar sobre essas perguntas, recorreremos a textos correlacionados ao *Plano*, bem como a uma metodologia de pesquisa de história da historiografia, mais especificamente às reflexões sobre o uso público da memória. A hipótese defendida é que o governo federal, em 1950, produziu um documento com uma proposta de planificação econômica regional que continha uma memória sobre o papel do rio São Francisco na unidade nacional brasileira. Essa memória oficial era apenas uma das várias presentes na disputa de memórias que fazia parte da diversidade de interesses envolvidos no controle do espaço e das pessoas do vale no período.

Planejamento do vale do rio São Francisco

³¹³ Doutorando em História no PPGH da FH-UFG. Professor do CEHU/UFOB. Mestre e graduado em História pela UEFS. Orientador: Jiani Fernando Langaro. E-mail: flaviusdantas@gmail.com

O *Plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco* foi um documento legislativo e diretivo produzido pela - e para a - Comissão do Vale do São Francisco. Ambos atendem o artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1946 que instituía não menos que um por cento da receita da união para aproveitamento econômico do vale do rio São Francisco. Após formação de uma comissão parlamentar especial para debater o projeto de planificação, foi debatida e aprovada a Lei nº 541 sancionada em 15 de dezembro de 1948 que criou a Comissão do Vale do São Francisco, autarquia federal responsável por estudar o vale, produzir o plano de aproveitamento econômico e executá-lo após sua aprovação no Congresso. A primeira diretoria da CVSF era composta por Paulo Peltier de Queiroz, Lucas Lopes e Oscar Espínola Guedes. Ao contrário daquilo que preconizavam os proponentes de uma entidade autônoma aos moldes da estadunidense Tennessee Valley Authority, que pensavam em uma gestão técnica, os primeiros diretores, engenheiros civis e um agrônomo, eram indicações políticas com relações com o PSD.

Após dois anos de estudos, foram apresentados em 1950 o *Plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco*. O documento tem uma justificativa, um projeto de lei, cartografia, tabelas, quadros e em anexos, 35 volumes de estudos, 3 de coleções de atas que configuram os antecedentes da CVSF e 32 de subsídios (BRASIL, 1950, p. 27).

A mensagem presidencial n. 548 de 15 de dezembro de 1950 de Eurico Dutra abre o documento. Nela se afirma que o *Plano* era fruto de trabalho de servidores da CVSF a partir de elementos de “vários serviços públicos federais e estaduais que executaram ou executar tarefas na região” e “cientistas e viajantes, que, muito antes de nós, percorreram o vale e se detiveram sobre os seus problemas”. Tratava-se do “primeiro esforço brasileiro de planejamento regional”. O presidente da república fez questão de demarcar a novidade da CVSF. A seguir, ele responde aos argumentos neoliberais que vinculavam o planejamento aos planos quinquenais do comunismo. Segundo a mensagem presidencial, não havia oposição entre planejamento e democracia (BRASIL, 1950, p. 2), identificada como sinônimo de capitalismo e o oposto do par autoritarismo/comunismo.

A seguir, o presidente Dutra afirmou que a “continuidade da ocupação territorial e de civilização, a ser estabelecida entre o Centro e o Nordeste do Brasil, representa, hoje em dia elemento essencial dessa unidade e da nossa defesa” (BRASIL, 1950, p. 5). Aqui nota-se o recurso à memória que encontra-se mais desenvolvido nos antecedentes. O vale do São Francisco seria um elemento que no passado realizava a conexão entre o centro e

o Nordeste do Brasil. O recurso ao argumento da defesa nacional também fazia referência ao passado, quando, durante a segunda guerra mundial, a navegação de cabotagem encontrava-se comprometida pela guerra submarina. Então o rio São Francisco foi o principal caminho de circulação entre as várias regiões do país, inclusive de tropas. Mas havia também, nos debates do congresso, referências ao papel que os currais e ribeirinhos tiveram no abastecimento e participação militar em acontecimentos da história do país como a expulsão dos holandeses de Pernambuco, a conquista da independência nas guerras da Bahia e Piauí. A memória do papel do Vale na defesa e na unidade nacionais era estratégico no planejamento.

Na mensagem presidencial de 1949, o texto fazia referência a outro tema que o aproveitamento do São Francisco costumava ser relacionado, às secas e migrações de flagelados. Segundo a mensagem, as “dolorosas migrações nordestinas revelam desajustamentos perigosos, que urge corrigir”. A noção de defesa, apresentada acima, é distinta da noção de perigo, pois a primeira refere-se a um inimigo externo - a entende na Segunda Guerra - enquanto aqui o inimigo é interno - o perigo é a agitação social e dos “desajustamentos” causados pelas migrações nordestinas. Para atender a esses migrantes internos, o São Francisco tem “possibilidades excepcionais com relação ao aproveitamento de um potencial hidrelétrica” que “prefixa” industrialização dos produtos regionais” (BRASIL, 1950, p. 13).

Outro elemento memorial que aparece na mensagem presidencial é uma passagem em que, tratando dos habitantes do vale, o presidente afirmou que a prioridade era “estabelecer um padrão de vida decente para suas populações (...) que têm conversado, através dos tempos, as melhores características da raça” (BRASIL, 1950, p. 13). O texto ecoa os debates parlamentares e públicos ocorridos nas duas décadas anteriores no qual se considera ser o são-franciscano o mais característico tipo racial do Brasil, a “rocha máter” da civilização brasileira. Conforme José Carlos Barreto de Santana, Cunha comparou uma nação à geologia e a diversidade racial seria a superfície da terra, enquanto seu núcleo mais fundamental, a *rocha máter*, seria caracterizada pelo tipo racial mais característico desta nação, o sertanejo mestiço de índio, europeu e um pouco africano (SANTANA, 2001, p. 124-125). Euclides da Cunha comparou os “primeiros grupos fixos” como o caipira no sul, o tabaréu ao norte, onde são raros o negro, o branco e o índio puros, superfície, após os quais está “Por fim, a rocha viva - o sertanejo” (SANTANA, 2001, p. 125). As ideias de Euclides da Cunha foram adaptadas para o contexto do debate hidráulico sobre o Rio São Francisco por Geraldo Rocha (1940), que

considerava que a sub-raça sertaneja era um dos principais recursos com que o Brasil podia contar para construir uma agricultura industrializada nos sertões centrais. Embora os paradigmas biológicos de raça houvessem entrado em declínio antes da década de 1930, e mesmo as ideologias supremacistas brancas tivessem perdido força na cena pública após a derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial, um tipo de discurso racializante ainda era veiculado oficialmente (SKIDMORE, 2012; ALBUQUERQUE, 2009; MBEMBE, 2013). O governo democrático de Dutra dava continuidade à promoção de ideias de mestiçagem do período fascista do Estado Novo.

Após as mensagens presidenciais, os demais textos do *Plano* foram assinados por Paulo Peltier de Queiroz. Tal qual na mensagem de Dutra, *ipsis litteris*, Queiroz afirmou que a CVSF trabalhou sob “influxos das ideias e teses que nortearem os Constituintes de 1946 e todos aqueles que estudaram a região em épocas remotas ou recentes”, estabelecendo uma linearidade entre os naturalistas da colônia e do império, os engenheiros da república e os técnicos da CVSF que redigiram o *Plano*. Essa linearidade teleológica é útil para conferir aos técnicos da comissão à autoridade de engenheiros e naturalistas que possuíam aura de pioneiros em seus campos. Queiroz considera que o *Plano* foi feito a partir de “investigações científicas, técnicas e culturais”, do “contacto direto com o ambiente regional” e “estudo de quase tudo o que se escreveu sobre a bacia” (BRASIL, 1950, p. 33-34). Queiroz não precisava dizer quem foi lido, apenas dizer que se leu tudo o que foi escrito. Lucas Lopes chegou a quantificar, afirmando que havia um cadastro bibliográfico de 2.000 referências usadas pelos técnicos da CVSF e citou em seu livro mais de uma centena (LOPES, 1955, 113).

Para justificar o *Plano* do rio São Francisco Queiroz afirmou que “convém deixar de lado uma série de considerações de sentido histórico, os quais, explicando a evolução social pretérita da região, poderiam indicar rumos de uma desejável evolução futura” e se concentra em fatores geográficos. Num texto que pretende planejar, portando organizar uma ação com objetivos futuros - em outras palavras, que constrói um guia para realização de um objetivo - é estranho que seja “conveniente” ignorar o passado e possíveis tendências futuras de “evolução”. Ainda assim, Queiroz não abandona o discurso histórico, possivelmente pela impossibilidade de se falar do futuro sem remeter ao passado. O principal problema, destacou ele, seriam os mil quilômetros de margem ribeirinha “quase vazias de população” que ameaçavam a unidade nacional. Aqui, Queiroz colocou que a “unidade nacional” era mais um projeto que um legado: o rio São Francisco “precisa transformar-se, realmente, no rio da unidade nacional” através da sua

transformação em uma terra de “promissão” (BRASIL, 1950, 25-36). O uso de uma imagem religiosa da tradição judaico-cristã em um texto que se pretende técnico-científico é no mínimo inusitado, mas compreensível já que seu efeito de estratégia retórica do recurso ao mito.

Também é notável que a unidade nacional do rio deixou de ser um elemento do passado e se tornou uma promessa para o futuro a se realizar pelo planejamento que tem como tarefa “consolidar a unidade nacional” através da “ocupação efetiva do Vale e seu desenvolvimento econômico [que] eliminarão o vazio que separa o nordeste do centro e do sul”. Queiroz pretendia que o *Plano* conseguisse “implantar uma civilização ribeirinha que seja uma síntese; uma transição, uma ligação entre as civilizações que se constroem no nordeste e no centro do país” (BRASIL, 1950, 25-36). Aqui nota-se a influência de um raciocínio dualista (DÓRIA, 2007; BIELSCHOWSKY, 2004; FERNANDES, 2011) do Brasil que nega a existência de uma “unidade” e afirma a divisão, característico do discurso regionalista que emergiu com a questão Nordeste (PERRUCCI, 1984; OLIVEIRA: 2008; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009; DÓRIA, 2007). Caberia, aliás, questionar em que medida o discurso são-franciscano é ambíguo na medida em que argumenta que é preciso investir recursos públicos no rio da “unidade nacional” que foi garantida historicamente pelo aspecto geográfico de seu curso que unia sul e norte ao mesmo tempo em que é urgente intervir no rio e efetivar essa unidade que é mais prometida, um dever, do que dada. A ambiguidade pode ser uma impressão de leitura se entendermos que a unidade histórica no passado se deu em termos de unificação política, enquanto a unidade futura seria econômica, na qual o planejamento realizaria essa união através da supressão do atraso de uma das partes, atraso que produz um dualismo e ameaça a permanência do uno. A recuperação da unidade consistia na supressão da economia autônoma dos camponeses e na sua integração à economia capitalista de mercado.

O *Plano* e o consenso de pesquisa sobre o rio São Francisco

O texto do Plano pode ser considerado como adepto de um consenso de pesquisa sobre o rio São Francisco. Por consenso de pesquisa se define um “processo de acumulação seletiva, deslocamento, eliminação, rearranjo e insistência” que não é apenas “aditivo ou acumulativo” (SAID, 2007, p. 245). No Império, especialmente após a viagem de D. Pedro II às províncias do Norte, o rio São Francisco entrou com força para o

imaginário político como elemento de unificação do país - a viagem do imperador visava acalmar ânimos exaltados e insatisfações de políticos do norte agrário - especialmente tornando como símbolo da grandeza do império a cachoeira de Paulo Afonso (ARAÚJO, 2016). As várias viagens científicas que estudaram o rio o tornaram um elemento essencial da cultura brasileira. Sobre ele escreveram relatos de viagens e observações náuticas, botânicas, geológicas, econômicas, etnográficas, geográficas e históricas autores como von Spix e von Martius (1854), Saint-Hillaire (1847), Emmanuel Liais (1865), Orville, George Gardner (1849), Richard Burton (1896), Henrique Halfeld (1860), Krauss, Milnor Roberts (1880) que chefiava a equipe de Teodoro Sampaio (1936), Paul Walle (1910) e Thomas Paranhos Montegro (1875). Ao final do século XIX, João Ribeiro, em importante livro sobre história do país o chamou de “grande caminho interior da civilização brasileira”, palavras elogiadas e citadas *ipsis litteris* no muito influente livro *Os Sertões* de 1902. Algumas décadas depois, Vicente Licínio Cardoso (1933) retomou o tema e foi além: o rio era fator de unidade política graças ao tablado geográfico fornecido para o país. O elemento unificador em Euclides da Cunha era étnico, em Cardoso tornou-se geográfico e político, criando uma mística da terra como elemento de nacionalidade (MAIA, 2008) e formando um epíteto que destinaria a ser sinônimo de Rio São Francisco, o rio da unidade. À partir do pós-Segunda Guerra, os principais livros citados sobre o tema já consolidam o epíteto de rio da unidade nacional, Geraldo Rocha (1940), Agenor Miranda (1941), Orlando Carvalho (1937) e Luís Flores de Moraes Rego (1945), entendendo essa unidade como étnica-racial ou política-geográfica ao mesmo tempo em que trazia a essa unidade a ambiguidade já que tratavam de isolamento geográfico no rio da integração, diferenciação étnica em relação aos mestiços do interior. O *Plano* ao tratar rapidamente do tema da unidade tem a vantagem de inferir sobre uma polissemia de sentidos ao epíteto graças à variada tradição narrativa sobre o rio São Francisco.

O *Plano*, assim como a CVSF, eram instrumentos políticos e visavam definir as práticas de transformação de um espaço e de um tempo com visas a realizarem suas projeções no objeto de planejamento, envolvendo interesses de grupos sociais envolvidos nas disputas em torno do *Plano* e da CVSF. Elson Assis Rabelo (2016), Dilma Andrade de Paula (2012, 2015, 2017) e Laurindo Mékie Pereira (2015 e 2017) discutiram o tema do rio São Francisco, da CVSF e a produção científica sobre ele com relativa profundidade. Pode-se destacar que a CVSF, e em decorrência o *Plano* produzido para ser executado por ele, expressa conflitos sociais e políticos. Sociais porque a visão de

espaço e tempo são burguesas: o rio assim como seus habitantes são representados no texto como recursos a serem utilizados em prol da acumulação de capital privado, com apoio do Estado. Os camponeses do Vale são apenas objeto do conhecimento e não sujeito e toda sua visão de mundo e cultura são sumariamente ignorados ou tidos como folclore, uma peça morta de museu etnográfico para contemplação saudosista. O homem e a mulher, assim com a terra e a água do Vale, foram representados como um recurso a ser conformada pelos planejadores. Para usar os termos do historiador do Rio Colúmbia R. White (1995), tratava-se de disciplinar o trabalho humano e a energia do rio e explorá-los.

O *Plano* expressa também um conflito político porque, uma vez que há um consenso sobre o planejamento capitalista a ser realizado, restava definir qual grupo político seria beneficiado. Embora se atribua a indicação de Paulo de Peltier de Queiroz para a direção da CVSF a Geraldo Rocha, por ocasião da visita de Eurico Dutra a Barreiras, o *Plano* era desfavorável às propostas desse engenheiro e latifundiário baiano. Em seu livro de 1940, Rocha defendia a construção de eclusas de compensação à perda de água do rio ao longo do vale, com destaque para uma grande barragem na foz do rio Preto no rio Grande, afluentes da margem esquerda do rio São Francisco. A projetada barragem inundaria, segundo ele, parte de suas terras, o que era visto por ele como desinteresse, mas indicam, tratava-se de beneficiá-las (PEREIRA, 2015). A indicação de Queiroz não o favoreceu, pois o *Plano* refutava a barragem do Boqueirão e definia como prioridade a barragem de Três Marias (PAULA, 2017). Sabe-se que essa beneficiaria os grupos modernizantes mineiros já que a barragem realizada às expensas da CVSF, a CEMIG faria apenas a usina hidrelétrica que necessitava para atender a crescente demanda mineira por energia elétrica, colocada como prioridade por Juscelino Kubistchek desde seu governo estadual em Minas Gerais (COELHO, 2005).

Outro conflito presente no *Plano*, ainda não indicado pelos historiadores, é entre os defensores do monopólio energético nas mãos do Estado contra os grupos privados que se opunham à medidas como a Eletrobras. A CVSF dirigiria a construção de duas grandes barragens, a de Três Marias e a de Paulo Afonso, colaborando com a CHESF, isso ia de encontro ao projeto privatista da Amporf e Light que conseguiram entrar durante anos a criação da Eletrobras (CORREIA, 2003), proposta logo após o Plano da CVSF.

Outra discussão importante sobre o papel da CVSF e sobre o *Plano* é a respeito de sua eficácia e de sua postura frente aos grupos dominantes regionais. Alberto Hirschmann e Paula defendem a tese que a CVSF, tal qual o DNOCS, acomodou-se frente à estrutura

social local, diferente da SUDENE que entrou em confronto com grupos dominantes na zona da mata pernambucana com vistas a realizar seus projetos (HIRSCHMAN, 1965 e PAULA, 2015). A leitura do *Plano* indica justamente aquilo que os dois autores destacam, a vastidão de objetivos da CVSF e a dependência dos recursos de negociações políticas entre executivo e Congresso facilitava que seus objetivos planejadores fossem obliterados em prol de benefícios aos grupos políticos regionais capazes de se articularem para conseguir esses recursos. Questiona-se em que medida havia um projeto que foi corrompido, já que o *Plano* preconizava uma modernização capitalista e a mesma se realizou, ainda que na forma em que se realizam nas periferias. O meio técnico-científico não se efetivou, mas os resultados alcançados foram capitalistas, ainda que periféricos. Nesse sentido, o *Plano* foi realmente mal-sucedido? Esta opinião se aproxima da de Marco Antonio T. Coelho, para o qual o *Plano* desvirtuou a ideia de planejamento integral da região em prol da prioridade da eletricidade (COELHO, 2005). Pode-se questionar o escritor em que medida o planejamento de 1948 perdeu sua virtude no *Plano* de 1950, já que ambos tinham como objetivo a acumulação de capital e as usinas hidrelétricas cumpriram sua função.

O que o *Plano* projetou era um meio técnico-científico (SANTOS, 2017), cuja legitimidade é tanto científica, pois seria a transformação do espaço pela tecnologia e ciência disponíveis, quanto religiosa, pois as imagens do futuro a ser criado remetem à “terra da promessa” da tradição judaico-cristã. A criação de pólos de produção de riqueza sem resolver problemas de desigualdade, empobrecimento dos pequenos proprietários e acesso dos habitantes a direitos, revela que as políticas executadas em quase setenta anos estão longe de ter atingido objetivos de justiça social e acesso à cidadania.

Considerações finais

A leitura do *Plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco* inserida na intertextualidade de um consenso de pesquisa dado por uma tradição narrativa sobre o rio São Francisco, revela que o texto, técnico e legislativo, baseia-se em dois pressupostos: a ideia de nação, cuja unidade deve ser garantida pelo Estado através de ação pública no vale do São Francisco cuja historicidade, no passado e no futuro, relaciona-se com a nacionalidade. Essa unidade nacional é ambígua. Embora em uma passagem breve o texto defina que no vale se conservou uma raça dando a entender que a unidade seria étnica-racial, a leitura do texto permite interpretar que havia

ainda de se realizar a unidade econômica do país. É possível concluir que a noção de unidade nacional é ambígua, dando a entender que é algo que está no passado, mas também no futuro enquanto projeto, como também refere-se a unidade política, econômica e racial.

Esse destaque ao aspecto racial no texto, quando se considera que no rio se formaram as “melhores características da raça”, demonstra que mesmo trabalhos embasados técnico e cientificamente dos anos 1950 ainda se sustentavam em pressupostos de racialização. A racialização aqui é uma tecnologia de controle de poder - que visa definir uma população, no caso os ribeirinhos, e delimitar o seu papel no projeto construído exteriormente a eles e para eles - e uma ideologia da nação. Temos, portanto, o uso público pelo Estado de conceitos de racialização para formulação de políticas públicas. Obviamente o *Plano* não é responsável pela criação do racismo. Ele, todavia, incorpora o racismo nos pressupostos de uma política pública de planejamento econômico regional.

Outro aspecto importante que permite ser lido no texto é que a linguagem científica e técnica mesclada com a religiosa, justificam a implantação de um meio técnico-científico. As águas, os habitantes e as terras do vale são vistos no texto como uma matéria-prima à qual a técnica moldará em uma sociedade racional, produtiva - no sentido capitalista - e que realizaria intercâmbios com os demais mercados do país e do mundo. Esse projeto do meio técnico-científico era disputado por grupos sociais capitalistas de várias partes do país e excluía as perspectivas, interesses e intenções dos habitantes camponeses, indígenas e das pequenas cidades do Vale que posteriormente, emergiram como sujeitos políticos com suas reivindicações e projetos alternativos para seus territórios. Essas divergências e a oposição dos habitantes do Vale à utopia do meio técnico-científico capitalista se expressou em inúmeros conflitos ocorridos posteriormente na construção de barragens e projetos de irrigação.

É possível falar em memória oficial na medida em que o *Plano* contém vários documentos do poder executivo nacional com referência a aspectos memoriais do vale do São Francisco, seu papel no passado do Brasil, sua relação com a unidade nacional e na preservação de determinadas características raciais desejáveis. Todavia, trata-se de um documento que justificava um projeto de lei e de circulação restrita. Embora contivesse uma memória oficial e tratava-se de um uso público, ele era extremamente limitado em termos de produzir um consenso amplo na sociedade, embora suas concepções sustentassem ações públicas que teriam impacto profundo na vida de milhões de pessoas

que habitavam o vale e que teriam que sofrer as consequências não desejáveis por elas e previstas e decididas pelo Estado de construção de barragens, desapropriação e expropriação de terras e águas, desarticulação de uma economia de policultura de autoabastecimento, além da própria mudança dos ciclos de pesca e vazante do rio, devido às barragens. O *Plano* mais refletia do que produzia uma memória que girava em torno de um consenso de pesquisa sobre a necessidade de criação de um meio técnico-científico no espaço do São Francisco, que era oficial, pois promovida pelo governo, e hegemônica, não porque era amplamente compartilhada, mas porque era justificativa de ações públicas decididas por um punhado de agentes, mas que tinham ampla repercussão social pelo seu poder.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAÚJO, Giovanna Gobbi Alves. **A pintura das águas: um estudo da visualidade poética em A Cachoeira de Paulo Afonso de Castro Alves**. 2016. (Mestrado em Letras) Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRASIL - COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

BURTON, Richard. **The Highlands of the Brazil**. London: Tinsley Brother, 1869. 2 vols.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CARVALHO, Orlando M. **O Rio da unidade nacional: o São Francisco**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CORRÊA, Maria Letícia. **O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)**. 2003. (Doutorado

em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. In: _____. **Obra completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1966.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 3: Teorias. Interpretações. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

DÓRIA, Carlos Alberto. **O Nordeste**: “problema nacional” para a esquerda. In: MORAES, João Quartim de; ROIO, Marcos Del (org.). **História do marxismo no Brasil**. Vol. 4. Visões do Brasil. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2007.

FERNANDES, Arissane Dâmaso. **Ignácio Rangel**: história, política e tecnocracia no Brasil (1930-1960). 2011. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil, principally through the northern provinces, and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841**. 2 ed. London: Beham and Reeve, 1849.

HALFELD, H. G. F. **Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlantico**. Rio de Janeiro: Georges Bertrand, 1860.

HIRSCHMAN, Albert. **Política econômica na América Latina**. Rio de Janeiro/São Paulo/Lisboa: Editora Fundo de Cultura, 1965.

LIAIS, E. **Hydrographie du haut San-Francisco et du rio das Velhas**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1865.

LOPES, Lucas. **O vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1955.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Terra como invenção**: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MBEMBE, Achille. **Critique de la raison negre**. Paris: La Decouverte, 2013.

MIRANDA, Agenor Augusto de. **O Rio São Francisco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

MONTENEGRO, T. G. P. **A província e a navegação no Rio São Francisco**. Bahia: Imprensa Econômica, 1875.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião/A Noiva da revolução**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

PAULA, Dilma Andrade de. Estado brasileiro e desenvolvimento regional: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, 2012.

PAULA, Dilma Andrade de. (Des)Venturas do desenvolvimento: a Comissão do Vale do São Francisco sob a ótica de Alfred Hirschman. In: PAULA, Dilma Andrade de; CORRÊA, Maria Letícia (orgs.). **Intelectuais e desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em História**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

PAULA, Dilma Andrade de. Sob o “domínio das águas”: as hidrelétricas de Três Marias e Paulo Afonso como expressão das disputas no interior das Comissões do Vale do São Francisco. In: PAULA, Dilma Andrade de; PEREIRA, Laurindo Mekie (orgs.). **Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PEREIRA, Laurindo, Mékie. Em nome do Vale e da nação: a intervenção de Geraldo Rocha, Manuel Novais e José Maria Alckmin nos debates sobre o desenvolvimento do vale do São Francisco. In: PAULA, Dilma Andrade de; PEREIRA, Laurindo Mekie (orgs.). **Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PEREIRA, Laurindo, Mékie. Geraldo Rocha e os projetos de desenvolvimento do Vale do São Francisco. In: PAULA, Dilma Andrade de (org.); CORRÊA, Maria Letícia (org.). **Intelectuais e desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em História**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). **A questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RABELO, Elson de A. **A visão em deslocamento: uma história de palavras, figuras e paisagens do São Francisco (1930/1070)**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016.

REGO, Luís Flores de Moraes. **O Vale do São Francisco (ensaio de monografia geográfica)**. São Paulo: Editora Renascença, 1945.

ROCHA, Geraldo. **O Rio de São Francisco**. Factor precípua da existência do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SAID, Edward. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Voyage au sources du Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyaz**. Paris: Arthus Bertrand, 1847. Deux tomes.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco**. Trechos de um diário de viagem. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1936.

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e arte**: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana, UEFS, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco**: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPIX, Johann Baptist.; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Reise in Brasilien**. Augsburg: George laquet's verlagsbushhandlung, 1854.

ROBERTS, W. M. **Relatório da Comissão Hydraulica sobre o exame do Rio S. Francisco**: desde o mar até a cacheira de Pirapora. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880.

WALLE, Paul. **Au Brésil de l'Uruguay au Rio São Francisco**. Paris: E. Guilmote, 1910.
WHITE, Richard. **The organic machine** - the remaking of the Columbia River. New York: Hill and Wang, 1995.

O PAPEL HISTÓRICO DOS INTELLECTUAIS E A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 NO BRASIL

*Francisca Vilandia de Alencar*³¹⁴

RESUMO: Para Gramsci, os intelectuais possuem um papel histórico central na construção e/ou desconstrução de consenso social sobre a dinâmica entre classe dominante e dominada, de modo que, para ele, reverbera na alienação dos indivíduos como barreira a uma democracia “de baixo para cima”. Nesse sentido, o objetivo central para este trabalho consiste em interpretar a Reforma Trabalhista brasileira de 2017 à luz do pensamento gramsciano para identificar algumas das centralidades históricas, culturais e de poder que possibilitaram um processo legislativo de aprovação de uma reforma que suplanta direitos, mas que emergiu sorrateiramente e sem que fosse votada pela população. Obviamente Gramsci não testemunhou os acontecimentos de 2017, mas seria possível ler tais fatos à luz de seu pensamento, a partir de suas categorias e diagnóstico da sociedade capitalista? É com esta problemática que a presente pesquisa cria corpo através de um referencial teórico temático marxista.

Palavras-chaves: *Gramsci. Reforma trabalhista de 2017. Intelectuais em Gramsci.*

INTRODUÇÃO

Antonio Gramsci (1891-1937) possui uma ampla contribuição intelectual para diversas áreas do conhecimento e suas concepções de mundo difundidas sobretudo através dos cadernos do cárcere que nos ajudam a compreender diversos e sutis aspectos da estrutura das relações de poder que se materializam em uma sociedade capitalista. O autor nos possibilita compreender as conexões que se dão na sociedade a partir de um complexo simultâneo de múltiplas articulações que podem ser compreendidas a partir de seu processo histórico, cultural e suas relações de poder.

Nesse sentido, nosso objetivo central para este trabalho consiste em interpretar a Reforma Trabalhista brasileira de 2017 à luz do pensamento gramsciano para identificar algumas das centralidades históricas, culturais e de poder que possibilitaram um processo legislativo de aprovação de uma reforma que suplanta direitos, mas que emergiu sorrateiramente e sem que fosse votada pela população.

³¹⁴ Mestranda em História pela Universidade Estadual do Goiás – UEG. E-mail: vilandiaalencar01@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves. Bolsista CAPES DS.

Obviamente Gramsci não testemunhou os acontecimentos de 2017, mas seria possível ler tais fatos à luz de seu pensamento, a partir de suas categorias e diagnóstico da sociedade capitalista?

Deve-se pontuar, de início, que a questão da consciência de classe exaustivamente trabalhada por Karl Marx no contexto de seu extenso e denso estudo em envolvimento a luta de classes, assim como discutida por Antonio Gramsci, é central para refletir a situação do Brasil hoje, pois vivemos sob um capitalismo dependente que reitera a superexploração do trabalho com escassez de direitos, salários super baixos e um governo de extrema direita historicamente conivente, mas cuja ação silente da classe trabalhadora é que foi determinante para alteração das leis trabalhistas em 2017.

Demonstraremos a seguir uma percepção de que a essência do que compõe o conceito de *classe* que é *identidade* e *consciência*, na verdade, vem transmutando-se para um novo identificador que é a questão do poder aquisitivo e Gramsci nos ajuda a compreender esse processo quando explica e exemplifica outros momentos, como por exemplo, como o fordismo e o americanismo ascenderam, a questão sutil da produção do intelectual na sociedade, reformas pelo alto e como o consenso da classe trabalhadora é operado para a manutenção do poder dominante.

A metodologia escolhida para a construção deste trabalho foi a de caráter exploratório, pois visa compreender o problema proposto a partir dos resultados obtidos pelos autores escolhidos e listados no tópico das referências bibliográficas. Em relação ao objetivo central adotamos o método de revisão de literatura, pois se apresenta como sustentáculo mais adequado para extrair considerações a partir dos teóricos escolhidos e que representam um referencial teórico temático no que tange a relação com o tema proposto, mas, ao mesmo tempo, também um referencial teórico autoral por ter como autor base Antônio Gramsci.

Gramsci, os intelectuais, suas funções na cultura e o Brasil

[...] No Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até agora, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas –, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas. Mas essa modalidade [...] de transição ao capitalismo não significa que a burguesia brasileira não tenha levado a

cabo sua “revolução”: fez isso, precisamente, através do modelo da revolução passiva. (COUTINHO, 1992: 126).

A priori, vale ressaltar que os aspectos destacados por Coutinho denotam que o Estado brasileiro não é moldado por obra do povo ou tão somente pela burguesia do tipo clássico, mas a partir do “acordo” entre diversas frações dominantes e a grande figura do Estado. Em Karl Marx, o Estado é repressivo. Em Gramsci, o Estado até é repressivo, mas também o é consenso, sendo que este, primeiro é construído pelos diversos aparelhos de hegemonia (escolas, igrejas, lugares de convívio em massa para algum de tipo de orientação) para depois se tornar espontâneo. (GONÇALVES, 2017: 41).

Resumidamente, em Gramsci, a concepção de Estado seria a junção entre sociedade civil e sociedade política, sendo necessário ainda apresentar a complexidade de cada eixo, pois o lugar onde o consenso será construído é a sociedade civil, de modo que o que se torna hegemônico emerge do consenso e da força, que, por sua vez, sempre foi instrumento de dominação, mas que com a presença da concordância cria sistemas de dominação e exploração muito mais duradouros.

Assim, o processo de construção do consenso vem de forma coletiva, de modo que a classe dominante precisa organizá-lo na classe dominada para que reverbere pelas próprias massas e por isso prescinde de materialidade. Esse processo se prolifera com facilidade porque é justamente a classe dominante que tem a direção moral e intelectual da sociedade, cuja explicação é trazida por Gramsci quando aborda a história dos intelectuais e demonstra de onde vêm e a quais interesses servem os consensos de uma sociedade capitalista.

Historicamente temos inúmeros exemplos de tentativas de dominação pela força, opressão e exploração apenas, mas, fadadas ao fracasso, porque, segundo Gramsci, todos os homens são intelectuais e por isso nenhuma classe conseguirá dominar tão somente pelo uso da força, mas, sobretudo, pelas ideias. Essa forma de dominação exige domínio da formação dos intelectuais (no sentido de quem produz o conhecimento e a quem ele serve), uso das formas de produção do capitalismo, como por exemplo nos Estados Unidos da América (relativo à questão do americanismo e fordismo abordado por Gramsci) e outras questões que desenham consensos para a superexploração do ser humano. (GRAMSCI, 2007: 13).

Quando nosso autor escreve o *caderno 12 (1934): apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, seu objetivo óbvio é a

revolução e o socialismo, mas a grande questão é como ele quer chegar nesse socialismo, que, em linhas gerais, seria a partir de uma classe trabalhadora mais culta e menos ignorante, pois tudo no sistema capitalista é pensado para a produção operada a partir da exploração. Percebe-se que nem mesmo o estilo de vida do trabalhador é neutro, pois é voltado para a produção e para o consumo, conforme identifica Gramsci. Nisso, o autor inicia suas reflexões a partir da seguinte problemática: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria especializada de intelectuais?” (GRAMSCI, 2007: 13).

A partir disso, surge aqui o questionamento: o que elevaria a cultura da classe trabalhadora? O conhecimento mescla-se a vida e cada grupo social vai criar os seus identificadores e divisores. No capitalismo são basicamente dois: burguesia e proletariado. Ocorre que os intelectuais da burguesia são mais numerosos, justamente porque o processo de formação dos intelectuais não é democrático. Cabe refletir, quem forma os intelectuais? Há classes sociais que tradicionalmente produzem os seus intelectuais que no caso do Brasil, em regra, é classe média e por isso sempre haverá um conjunto de intelectuais que transportam as ideias da classe dominante as classes baixas, assim como a cultura que chega ao burguês não é a mesma que chega ao proletariado, pois a escola também é dívida pelo capitalismo.

Considerando esse contexto, no capitalismo há uma imensa rede de intelectuais, de modo que a figura principal é a do empresário, sujeito que já tem capacidade técnica para organizar pessoas, massas, que, por sua vez, também são preparados para governar a sociedade pela própria natureza de sua formação e do tipo de conhecimento ao qual têm acesso, que não é meramente o conhecimento técnico, mas o intelectual capaz de criar e disseminar determinados consensos. Logo, o capitalismo cria seus intelectuais orgânicos de forma muito mais espontânea do que a classe trabalhadora.

Alguns intelectuais vão trabalhar na sociedade civil e outros na sociedade política, mas em todo caso, os formuladores do consenso espontâneo são os intelectuais. No sistema capitalista, a categoria dos intelectuais é crescente porque a necessidade de se criar consenso é cada vez maior, pois visa, sobretudo, coibir greve e revoluções que, por sua vez, ocorrem pela luta por mais direitos e condições mais dignas de trabalho. GRAMSCI afirma que “Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações

mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.” (GRAMSCI, 2007: 18-19)

Percebe-se que uma tendência sustentada por esse tipo de consenso até aqui apresentado no sentido de crer a classe trabalhadora que com legislações trabalhistas mais “flexíveis” e com menos encargos/obrigações trabalhistas para o empregador será gerado mais emprego e mais salários, concedendo assim mais poder aquisitivo ao trabalhador. É por isso que nosso escritor sardo afirma “Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.” (GRAMSCI, 2007: 19).

Nesse diapasão, Gramsci quer mostrar como os intelectuais participam das transformações históricas e como é necessário que a classe trabalhadora crie seus próprios intelectuais para pensar o mundo a partir de si. A grande questão é a de que o capitalismo não oferece condições para isso, logo, seria necessário superar o próprio sistema. No entanto, o que a lógica do capital opera é a criação de um tipo próprio de intelectual: o técnico, através do ensino profissional, pois gera mão de obra barata sem estrutura para o desenvolvimento do pensamento/crítica política.

Compreende-se então que a grande preocupação é a de que no capitalismo há uma divisão bem definida entre quem projeta e quem constrói. O ideal de Gramsci seria o de que o trabalhador manual e o intelectual estivessem no mesmo indivíduo, porque essa divisão é outra forma de dominação. Uma burocracia de carreira que cria a dominação. Tecnocratas que atravessam governos, pois o intelectual também produz formas de dominação. Para este tipo de acesso ao conhecimento Gramsci vai chamar essa escola na qual o filho do trabalhador teria acesso ao mesmo conhecimento que o burguês de escola única e unitária.

O silêncio da classe trabalhadora e a Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil

O termo “revolução passiva” cunhado por Gramsci possui características muito peculiares, que segundo COUTINHO (1992: 122), além de estar no pólo contrário ao das revoluções populares, “implica sempre a presença de dois momentos: o da ‘restauração’ (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical

‘de baixo para cima’) e o da ‘renovação’ (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes).

Por isso é que entendemos que a Reforma Trabalhista brasileira de 2017 não foi manifestação de uma revolução passiva, pois, muito embora tenha sido impulsionada e efetivada pela classe dominante, nenhuma demanda popular foi assimilada por esta classe. Disseminou-se um consenso de que apenas a aprovação dessa reforma geraria mais emprego e reestruturaria a economia do país após o governo Dilma Rousseff, e assim foi possível um processo legislativo de aprovação de uma reforma que suplanta direitos, mas que emergiu ante o silêncio da classe trabalhadora.

Nesse diapasão, é possível ler os acontecimentos de 2017 à luz do pensamento gramsciano porque sua leitura de sociedade está em eixos centrais de cultura e poder que não se desligam da sociedade capitalista. Segundo Coutinho

O Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribui ao Piemonte, ou seja, o de substituir as classes sociais em sua função de protagonistas dos processos de transformação e o de assumir a tarefa de “dirigir” politicamente as próprias classes economicamente dominantes. E mais: o resultado desse processo, no caso brasileiro, tem fortes analogias com a situação que Gramsci descreve para a Itália, quando afirma: “É um dos casos em que esses grupos têm a função de ‘domínio’ e não de ‘direção’: *ditadura sem hegemonia*. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre o conjunto do grupo, não deste sobre outras forças a fim de potenciar o movimento, de radicalizá-lo, etc., segundo o modelo ‘jacobiano’”. (COUTINHO, 1992: 126).

É interessante reiterar que a Reforma Trabalhista de 2017 representa um retrocesso legislativo no âmbito dos direitos trabalhistas, mas que foi aceito passivamente por uma população que é maciçamente proletária no Brasil e isso vem no bojo de transformações multifacéticas no mundo do trabalho que remontam às décadas anteriores, como o que ANTUNES (2020) chama de “uberização” do trabalho.

Em momento anterior a aprovação da Reforma, a qual foi sancionada em 13 de julho de 2017 pelo então Presidente Michel Temer, muito se disseminou através de canais de TV aberta como o SBT e Record, redes sociais, diálogos de empregadores com seus empregados e diversas outras formas para construir um consenso de que a dita “atualização” das normas trabalhistas seria benéfica ao trabalhador e isso reverberou de tal forma que o trabalhador em nenhum momento se perguntou de quais direitos abriria mão, pelo menos não ao ponto de ir às ruas lutar e manifestar por direitos ou pelo menos pela manutenção deles. O argumento era de que somente a aprovação da reforma

geraria mais emprego e reequilibraria a economia do País, supostamente destruída pela ex-presidente Dilma.

Para não nos estendermos demasiadamente, elencaremos algumas das principais alterações que foram tanto da ordem do direito material quanto processual. Assim, a alteração mais significativa no que tange ao processo do trabalho foi relativa a Justiça Gratuita para o trabalhador, o qual pode ter inúmeras razões para ingressar com um processo trabalhista, mas a principal delas é o não pagamento de verbas rescisórias. Ocorre que o processo normalmente tem um custo e os benefícios da gratuidade da justiça é que possibilitam pessoas de baixa renda demandarem em juízo, pois ficariam isentas, caso sucumbam no processo.

Há que se ressaltar, também, o fato de que a justiça gratuita no Direito do Trabalho depois da Reforma possui aspectos bastante prejudiciais que acabam por barrar o trabalhador de ingressar com a demanda por medo de perder a causa. Antes era possível que o benefício fosse concedido a todos pelo juiz mediante declaração formal de insuficiência de recursos para arcar com custas processuais sem prejuízo próprio e de sua família, ao passo que o novo texto não prevê mais esta possibilidade, restringido apenas a quem possuir renda não inferior a 40% do teto da previdência.

Ainda como consequência das novas nuances no processo do trabalho diz respeito ao pagamento de honorários do perito. Ocorre que alguns processos só podem ser julgados mediante a produção de prova pericial e alguém terá que pagar os honorários do perito, por isso, agora o reclamante só deverá fazer um pedido que dependa de prova pericial se tiver certeza de que ganhará, porque se perder no pedido, mesmo que beneficiário da justiça gratuita, deverá pagar os honorários, inclusão do artigo 790-B da CLT. Os casos mais comuns que necessitam de perícia são o pedido de adicional por insalubridade, adicional por periculosidade, acidente de trabalho. Após a reforma, o número de ações trabalhistas com esses pedidos caiu drasticamente.

Outra consequência das novas diretrizes da justiça gratuita (JG) é quanto aos honorários de sucumbência. Quando uma parte perde em algum pedido da ação deverá pagar honorários advocatícios chamados sucumbenciais ao advogado da outra parte que venceu. Antes, se alcançado pela JG não pagaria, após a Reforma esse pagamento ficará em condição suspensiva, de modo que em até dois anos após a sentença o advogado da parte vencedora poderá executar o valor se demonstrar mudança na situação econômica do devedor. Ou seja, o trabalhador poderá sair do processo devendo.

Assim, mediante tais pressupostos, torna-se imperioso ressaltar que mudanças na ordem dos direitos materiais atingiram, por exemplo, aspectos da remuneração, pois no caso do ganho por produtividade era previsto um pagamento base obrigatório sendo referência o piso da categoria ou o salário-mínimo, assim como qualquer variável como comissões, premiações e gratificações seriam incorporados ao salário, o que é relevante para efeitos previdenciários e rescisórios. Agora o trabalhador tem a pseudo possibilidade de negociar com o empregador como a base será paga e se incorporada ou não ao salário base.

Para a maioria dos trabalhadores a jornada de trabalho poderia se dar em 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, com o máximo de 2 horas extras por dia, em regra (artigo 58, CLT). Agora a jornada diária poderá atingir até 12 horas de trabalho, com 36 horas posteriores de descanso. A carga semanal (44 horas) e mensal (220 horas), bem como a quantidade diária de horas extras permitida (2 horas), continuam iguais.

O trabalho por tempo parcial também sofreu alteração, pois possui jornada de 25 horas por semana, sendo proibidas as horas extras. Agora a duração poderá atingir até 30 horas semanais ou 26 horas semanais com possibilidade de até 6 horas extras. Nessa modalidade de trabalho não se poderia “vender” as férias, agora poderá vender até um terço dos 18 dias de que tem direito.

A legislação anterior não previa a possibilidade de trabalho intermitente, sendo incluído pela reforma que possibilita o trabalhador ser remunerado por período, cujo recebimento será tão somente pelas horas trabalhadas ou diárias. Outra modalidade que também não tinha previsão legal era o teletrabalho, também chamado de trabalho remoto ou *home office* (art. 75-E, CLT), tais modalidades poderão gerar inúmeros pontos a serem debatidos nos processos trabalhistas, especialmente porque no teletrabalho insumos como energia, alimentação, internet, podem ficar a cargo do empregado, o que significa arcar com o custo do trabalho, situação prejudicial ao trabalhador. No caso do trabalho intermite o lumpem de pessoas aceitando trabalhar por menores salários aumenta, especialmente se considerarmos a taxa de desemprego, o que, por sua vez, aumenta a superexploração da mão de obra com baixos salários.

Outra categoria não prevista e inaugurada na legislação trabalhista pela reforma foi o dito autônomo, tipo de contratação que permite a contratação de um trabalhador por determinada empresa, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, de modo que o indivíduo somente receberá pelos serviços prestados, sem direito a férias, 13º ou FGTS.

Quem pagará por direitos tão importantes que inclusive tem natureza de saúde e segurança do trabalho? Caso queira, o próprio empregado.

Sobre o descanso intrajornada, antes, para uma jornada comum de 8 horas diárias, o trabalhador tinha direito ao mínimo de 1 hora e o máximo de 2 horas de descanso, para repouso e alimentação. Agora esse período poderá ser de 30 minutos. Um período extremamente pouco para alimentação, descanso e higiene. Isso certamente contribui para aumentar o número de acidentes no trabalho.

Como dissemos, as férias têm natureza de saúde e segurança do trabalho e por isso antes o trabalhador tinha direito a 30 dias de férias, podendo fracioná-las em dois períodos, sendo que um não poderia ser inferior a 10 dias. 1/3 do período total poderia ser pago em forma de abono pecuniário. Agora as férias poderão ser fracionadas em até três períodos, sendo um período de 14 dias corridos e os demais não inferiores a 5 dias corridos.

Outros pontos como transporte, banco de horas, plano de cargos e carreiras, convenção e acordo coletivo, validade das normas coletivas, contribuição sindical, representação de empregados, demissão, rescisão contratual (homologação), atividade insalubre para mulheres grávidas e lactantes, terceirização e o trabalho temporário também sofreram alterações negativas para o bem-estar físico e mental do trabalhador, cujos aspectos serão abordados em pesquisa mais extensa.

Desta maneira, podemos perceber que com a reforma inúmeros direitos foram suplantados e nada foi oferecido em substituição, assim como a economia não se reergueu e mais empregos não foram criados. Mas a classe trabalhadora segue trabalhando e se conformando. Por isso, buscamos compreender o processo histórico do que está sendo, de contextos vivos enquanto estão acontecendo, e entendemos que a luta de classes não venceu ou foi vencida em dado marco temporal, mas, necessita de renovação hodiernamente porque a dinâmica capitalista perpétua a exploração e se sustenta pela cultura simbólica da dominação.

Há ainda que mencionarmos que este período foi influenciado por duas crises: (I) uma política, que tem nas manifestações de junho de 2013 seu marco, passando pela deposição de Rousseff, cassada em 31 de agosto de 2016, e pelo governo de Temer, que tinha baixíssimos índices de aprovação, sendo responsável pela Reforma Trabalhista; (II) a crise econômica internacional, que atingiu a economia do país de forma mais contundente a partir de 2015 e acabou desacreditando o projeto “neodesenvolvimentista”, abrindo espaço para o retorno do neoliberalismo que marcaria o governo de Temer.

Todas essas questões estabelecem certa complexidade em se trazer para os dias atuais o conceito de consciência de classe à maneira de Marx e isso denota bem como vem sendo construído um consenso para um tipo de "consciência de consumidor", pois a sistemática atual denota uma população preocupada em ter poder aquisitivo para consumir mais, tanto que vemos isso na fala da presidenta Dilma, quando postou publicamente em seu Facebook o seguinte:

Nos últimos 13 anos, nós tiramos 36 milhões de pessoas da pobreza e elevamos 40 milhões à classe média. Isso significa que transformamos milhões de pessoas que estavam excluídas em consumidores.

Como nós sempre dizemos, o fim da pobreza é só o início - início do quê? -, da cidadania do consumidor. E, por isso, a regulamentação das relações de consumo é parte intrínseca da agenda de desenvolvimento econômico e social que implementamos no Brasil.

Ao construirmos e tornarmos milhões e milhões de pessoas consumidores, ao terem acesso a serviços e bens, essas pessoas passam a ter de fato a plena cidadania. Mas elas só têm seus direitos assegurados se elas tiverem acesso a todos os processos que implicam esta relação, inclusive, e fundamentalmente, o direito de defender o que querem enquanto consumidores. (ROUSSEF, 2015, Facebook)

Assim, vemos um discurso de quem tenta corresponder aos anseios da sociedade reverberando a ideia do consumo, fazendo crer que todos podem consumir e se tornar “classe média”. No momento em que a promessa não é cumprida e o imaginário de ascensão a classe média é ameaçado pela “má gestão” da presidenta, vale tudo para manter a narrativa capitalista de que “todos podem ser um milionário”, inclusive silenciar frente a supressão e retrocesso a direitos.

Tudo isso, nos leva a afirmar que a reforma trabalhista de 2017 representa muito mais do que uma alteração à Consolidação das Leis do Trabalho em vigor no Brasil desde 1943. A superexploração do trabalhador com mínimo de direitos e dignidade marca as relações latino-americanas desde a época colonial, tendo a escravidão e o subassalariamento por fundo histórico. No Brasil, a própria CLT é um ato de concessão do poder dominante inspirada na legislação trabalhista da Itália Fascista que segundo ANTUNES (2020) e GONÇALVES (2017) trata-se de uma mudança “pelo alto”.

Percebe-se ainda, a partir da narrativa exposta, que existe um enfraquecimento da consciência de classe e o surgimento de uma nova classe média com "consciência de consumidor", que se evidencia a partir dos governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e de Michel Temer (2016-2018) e que pressupõe um enfraquecimento a luta por direitos.

É bem verdade que a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) houve uma ascensão de uma classe empobrecida no que tange a capacidade aquisitiva que a colocou como consumidora. A realidade era de uma maioria da população que mal tinha acesso a bens de uso e consumo essenciais à sobrevivência básica, ao passo que ascende para consumir bens e utilidades não essenciais. Essa ascensão foi acompanhada de um sentimento de patriarcado, ou seja, sentimento de que as novas políticas públicas instauradas estavam sendo concedidas gratuitamente pelo governo, diferente do sentimento de ascensão pela luta que conquista direitos.

Ressaltamos que não advogamos contra os programas desenvolvidos nesse governo, pois é a função de fato de o Estado desenvolver políticas públicas e projetos que visem a justiça social, a dignidade humana para todos e a igualdade de oportunidade, porém, necessário analisar como isso reverbera na sociedade a longo prazo. A partir daí há a representação de uma nova classe imbuída de outra consciência a qual passa a se ver e representar-se de outra forma, assim como passa a ser vista e representada pelas classes que já eram dominantes também sob outras óticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classe, em Marx, é o sujeito histórico e a luta de classes seria o motor da história, sendo também o sujeito que promove a mudança. A ideia de classe que o precursor do marxismo está elaborando a seu tempo está impregnada de seu tempo presente, contemporâneo aos eventos revolucionários de 1848 na França, a comuna de Paris em 1871 e tantos eventos que marcam sua presença em um mundo que estava mudando e construindo uma consciência de classe com a ascensão da classe operária da época. Tal ponto é importante ser mencionado porque o estudo aqui proposto teve por eixo transversal um conceito já mastigado pelo marxismo clássico, mas que também é elemento cultural da sociedade e que não só permanece no seio social, como se altera, podendo, inclusive moldar uma nova consciência de classe, como é o caso do Brasil.

Percebemos que a essência do que compõe o conceito de *classe* que é *identidade* e *consciência*, na verdade, vem transmutando-se para um novo identificador que é a questão do poder aquisitivo e Gramsci nos ajuda a compreender esse processo quando explica e exemplifica outros momentos, como por exemplo, como o fordismo e o americanismo ascenderam, a questão sutil da produção do intelectual na sociedade,

reformas pelo alto e como o consenso da classe trabalhadora é operado para a manutenção do poder dominante.

Essa aludida transmutação da consciência de classe entendida à maneira de Karl Marx, por uma nova consciência que seria o que aqui chamamos de *consciência de consumidor*, pois ante a emergência de uma nova classe média, tudo que tende a importar é o poder aquisitivo, ainda que o custo sejam os direitos trabalhistas históricos.

Em vista dessas referências estudadas, pode-se destacar que alguns eventos são fundamentais para desenhar este cenário que são a relação com os governos de Lula (2003-2010) e o lulismo; os “PACs” (Programa de Aceleração do Crescimento 1 e 2); o surgimento da chamada “nova classe média”; o junho de 2013 (um despertar interrompido da classe trabalhadora?) e crise do capitalismo; as eleições presidenciais de 2014 (a plataforma político-eleitoral de Dilma × a de Aécio Neves-PSDB) e outros marcos que nos propõem compreender a nova organização do trabalho no século XXI.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo et al. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 23 de jul. de 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo**. In: _____. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. Bauru: Edusc, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Epistemologia pós-moderna e conhecimento: visão de um historiador**. In: _____. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. Bauru: Edusc, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira**. In: _____. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Teoria “ampliada” do Estado**. In: _____. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. SP: Atlas, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais.** In:_____. Cadernos do cárcere, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno 22 (1934): Americanismo e fordismo.** In:_____. Cadernos do cárcere, volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LAKATOS, Eva e Marconi, Marina. **Metodologia do Trabalho Científico.** SP: Atlas, 1992.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica. Guia para eficiência nos estudos.** 4. ed. SP: Atlas, 1996.

O TRABALHO FEMININO: ENTRE O PRODUTIVO E O IMPRODUTIVO

*Gabriella Monteiro Vieira*³¹⁵

RESUMO: Sabe-se que as mulheres, historicamente, ocupam os piores ambientes de reprodução do trabalho, sendo este, em sua grande maioria, precarizado, marginalizado e mal pago. Os fatores capazes de explicar esse antagonismo conferem análises em direção à chamada “dupla jornada de trabalho”, responsável por exigir de grupos femininos um empenho, tanto no espaço familiar privado, como a realização das tarefas domésticas, quanto no setor do mercado, vendendo sua força de trabalho à sociedade competitiva. Nesse sentido, a mulher migra constantemente entre a esfera da produtividade e da improdutividade, transformando sua dupla jornada em dupla vantagem ao sistema do capital, levando em consideração duas questões: o baixo custo que o trabalho produtivo desse grupo exige e a importância de sua atuação no setor improdutivo para continuidade do projeto de acumulação capitalista.

Palavras-chave: *Trabalho feminino; Trabalho produtivo; Trabalho improdutivo; Trabalho precarizado.*

A ocupação histórica da mulher no trabalho improdutivo

Ao analisar a história das mulheres no mundo do trabalho torna-se possível compreender os espaços de ocupação em que estas têm atuado, recebendo destaque as atividades realizadas no seio familiar, marcadas pelos serviços domésticos, de modo geral, como a limpeza, o preparo dos alimentos e o cuidado dos outros membros do grupo. Esse tipo de serviço, tidos como “tipicamente femininos” são, na verdade, feminizados, socialmente observados enquanto atuações mais adequadas às mulheres, pois se aproximam ao que seriam suas “funções naturais”.

Tais ocupações, porém, não se constituem enquanto trabalho produtivo pois, como aponta Christine Delphy (2015, p. 102), o serviço doméstico é mediado pela relação de dominação do marido à esposa no espaço individual privado, não havendo a compra de sua força de trabalho, portanto, não gera valor de troca. Entretanto, todo o conjunto de esforços desempenhados pela mulher na estrutura familiar compõe valores de uso, o que confere a esta atuação a condição de “trabalho gratuito”.

Dentre as diversas estruturas sociais, a família se mantém enquanto a esfera que mais afeta a existência feminina, pois apesar das mudanças observadas ao longo dos

³¹⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História-UFG
Orientador: David Maciel
E-mail: gabriellamonteiroo@discente.ufg.br

diferentes períodos, sua configuração desigual permanece subordinando a mulher a "condições precárias de funcionamento" (SAFFIOTI, 2013, p. 34). Nestas, se realiza o trabalho gratuitamente, o que permite reafirmar o argumento exposto por Engels (2021), ao destacar que a família se constitui enquanto unidade econômica da qual a mulher se torna instrumento de trabalho, porém sem remuneração.

Quanto ao homem, figura de caráter absoluto na estrutura doméstica, este fica à cargo apenas da manutenção das condições de trabalho da mulher, garantindo os meios de existência a mesma e ao restante dos membros do grupo, financiando a alimentação, vestimenta, bem como outras benfeitorias. No caso de propriedades rurais, como exemplifica Delphy (2015, p. 105), o conjunto de atividades não pode ser realizado por apenas um indivíduo, demandando uma força de trabalho mais extensa. Tendo em vista que a contratação de funcionários exigiria maiores custos, o proprietário passa a buscar uma relação matrimonial, garantindo mão de obra gratuita.

Ainda que a unidade familiar comporte todos os membros do grupo, aos filhos é "aceitável" a exigência de uma remuneração pelos serviços prestados no espaço privado rural, o que, em contrapartida, não é permitido às mulheres. Estas não possuem autonomia sobre sua força de trabalho, pertencente ao marido e às demandas de suas tarefas. Assim, torna-se possível compreender que, enquanto o trabalho gratuito masculino é rejeitado, o feminino é "institucionalizado" (Ibidem, 2015, p. 105).

O caráter econômico da esfera familiar, ao instituir uma organização laboral das atividades desempenhadas, expropriar a força de trabalho de seus membros, em geral, e da mulher, em particular e angariar lucros ao "chefe da família", atua em função da camuflagem das relações de produção, interagindo de maneira mais próxima da sociedade do capital do que comumente se avalia (SAFFIOTI, 2013, p. 77). Há quem diga, porém, que a organização do trabalho doméstico se relaciona a outra esfera de dominação, como evidencia o excerto abaixo:

"O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte da produção social. (...) A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais." (2021, p. 89).

A associação entre a dimensão do trabalho doméstico e do trabalho escravo é mediada, principalmente, pelo caráter de gratuidade e de superexploração de ambos, além da subordinação de todo o grupo à figura de liderança de um patriarca, detentor do

domínio da força de trabalho total desempenhada em sua propriedade. A comparação desenvolvida por Engels também foi feita por Marx, ao descrever a condição de mulheres e crianças que possuíam sua força de trabalho vendida pelo “chefe de família” na Inglaterra industrial do século XVIII, em que escreve “Antes, o trabalhador vendia a própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora, ele vende a mulher e o filho. Torna-se mercador de escravos.” (2013, p. 469).

Os trechos citados evidenciam uma tentativa de expressar a intensidade do aspecto degradante sobre os quais vivenciavam a mulher imersa na estrutura doméstica de subordinação à dominação masculina, seja no que se refere ao trabalho desenvolvido no interior do espaço familiar, ou mesmo na atuação externa a este, como o setor produtivo. A dominação masculina na relação marital, porém, não se dá apenas pelo controle e mando do trabalho, mas pelas diversas configurações antagônicas condicionadas pelo fator sexo, o que significa afirmar que algumas situações de desigualdade subordinam a mulher justamente por esta ser mulher.

Mesmo fora da estrutura privada rural e nas relações familiares mais modernas, a mulher segue compondo um papel de importância reduzida em relação às funções desempenhadas pelos homens. A manutenção da tradicional divisão de papéis por sexo ditam as atividades em que as mulheres seriam mais “aptas” a realizar, de acordo com argumentos que as associam a suas especificidades biológicas, como a questão da maternidade. Esta é evocada como um “instinto feminino”, um “dom natural” do qual as mulheres são dotadas, cabendo a elas o papel de cuidado.

Nessa medida, se constrói o estigma dicotômico marcado pela noção de que a mulher precisa cuidar, enquanto o homem há de prover. Evidencia-se, assim, onde as mulheres estão socialmente localizadas: no lar, às margens da esfera produtiva, secularizada ao trabalho gratuito. A insistência desse discurso voltado para intensificar a noção de “mulher cuidadora” foi bastante difundida pela burguesia enquanto estrutura ideológica da classe dominante (SAFFIOTI, 2013, p. 95).

Cabe, dessa forma, questionar até que ponto a atividade improdutiva, principalmente àquela gratuita, realizada no espaço doméstico, beneficia o sistema de capital, na medida em que é reivindicada e defendida pela classe burguesa. Para tanto, é necessário destacar a perspectiva de cunho materialista definida por dois aspectos: a produção e a reprodução. A primeira diz respeito à criação de insumos necessários à manutenção da vida, enquanto a segunda é a própria conservação da existência humana.

“De acordo com a concepção materialista, os fatores decisivos na história são, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; do outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou de determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro.” (ENGELS, 2021, p. 8).

O caráter da produção e reprodução elucidam os fatores que dividem homens e mulheres na realização de funções produtivas e improdutivas, respectivamente. Nesse sentido, nota-se, mais uma vez, a binariedade: homem provedor e mulher cuidadora. Contudo, os dois aspectos são interdependentes, pois não há reprodução sem produção, e vice-versa. O que possibilita a ênfase na necessidade do trabalho improdutivo feminino para a sobrevivência do regime produtivo .

Para melhor compreender a afirmação acima, é preciso analisar como o trabalho gratuito da mulher influencia no serviço remunerado do homem. Ora, é ela quem torna possível a atuação dele, na medida em que a mesma dispõe de seu empenho físico para preparar a refeição que irá alimentá-lo, lavar a vestimenta que irá vesti-lo e prover as condições de higiene e saúde que irá manter sua existência. É somente graças a essas atividades que o homem tem plenas condições de deixar a estrutura familiar todos os dias para vender sua força de trabalho ao sistema produtivo. Logo, ainda que a atuação feminina, tida como improdutiva, não gere bens de consumo imediatamente valoráveis, é ela quem mantém a reprodução da vida dos trabalhadores, consequentemente, sua atuação é essencial para a intensificação da mais-valia (GRECCO, et al 2018).

“O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças - futura mão de obra -, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritório e minas.” (FREDERICI, 2021, p. 29).

No entanto, o capital não se beneficia apenas do trabalho reprodutivo da mulher, como também do produtivo. A mística de que esta deve se manter exclusivamente na

unidade doméstica constrói a noção de que a mesma de fato esteve presente apenas neste espaço. Porém, a história possibilita a constatação de que grupos femininos nunca estiveram completamente exilados do trabalho, tendo em vista suas atuações já na economia pré-capitalista (SAFFIOTI, 2013, p. 62). A busca por esses trabalhos ocorriam de acordo com suas distintas condições sociais, responsáveis pelo desenvolvimento de uma necessidade, ou não, de dividir-se entre o trabalho gratuito e o remunerado fora do espaço privado do lar.

A penetração feminina no mercado produtivo a partir da segunda metade do século XX

Ainda que as mulheres tenham ocupado atividades laborais antes mesmo do desenvolvimento das relações capitalistas de produção mais modernas, essa presença não era muito expressiva, o que pode ser observado na manutenção dos estigmas que secularizava as mulheres à exclusividade do espaço doméstico privado, ambiente do qual estas não poderiam abandonar. Contudo, o século XX contou com um conjunto de fatores responsáveis por modificar esse cenário.

Segundo Marx (2013, p. 468), houve uma forte introdução feminina na organização fabril britânica entre 1780 e 1850, graças ao desenvolvimento automotivo do maquinário, passando a não exigir intensa força física para a realização das atividades. Nesse sentido, grupos burgueses se aproveitaram da presença feminina para oferecer uma remuneração menor do que normalmente era paga aos homens, mesmo realizando as mesmas funções.

O mesmo quadro ocorreu na França, durante a segunda metade do século XIX, quando a mão de obra masculina passou a ser substituída pela feminina, já que esta possibilita a intensificação da mais-valia por intermédio da redução de gastos com a compra de uma força trabalho mais barata. Tal fator, contudo, gerou uma série de reivindicações por parte de grupos masculinos que protestavam pelo retorno da mulher à estrutura doméstica (SAFFIOTI, 2013, p. 75-80).

Embora algumas inserções de mulheres tenham ocorrido em determinados países e períodos distintos do desenvolvimento capitalista, é apenas na segunda metade do século XX que esse grupo passa a acessar a esfera produtiva de maneira massiva e permanente. Saffioti (ibidem) destaca o espaço temporal em que ocorreu a segunda guerra mundial como um marco desse processo, na medida em que a referida conjuntura

exigia que grupos masculinos migrassem para fora do país para compor as forças militares guerrilheiras.

Nessa perspectiva, a mão de obra que permaneceu na ocupação industrial não era mais suficiente para suprir as demandas da produção. Assim, passou-se a investir na atração de mulheres para a esfera laboral, como forma de manter o funcionamento do sistema, o que confere à força de trabalho feminina o caráter secundário, visto que esta foi solicitada por uma questão de extrema necessidade por parte da sociedade do capital.

Esta, porém, não se eximiu dos projetos táticos de intensificação da mais-valia, integrando as novas trabalhadoras em espaços laborais em que se desenvolviam as piores condições de realização das atividades, sendo estas mais mecânicas, insalubres e menos qualificadas, além de manter a faixa salarial mais baixa que a dos homens. Fatores que elevaram os níveis de acumulação, para o regime de produção, e ampliaram a superexploração do trabalho para as proletárias (Ibidem, 2013, p. 92).

“As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos (...)” (Ibidem, 2013, p. 67).

Entretanto, o projeto de atração feminina para o setor da produtividade foi substituído por uma campanha contrária, principalmente com o fim da segunda guerra. O retorno dos homens aos seus países de origem provocaram a necessidade da volta das mulheres à exclusividade de suas funções domésticas, já que seus esforços fabris não eram mais necessários para a manutenção da produção (PRIORI 2004, p. 637).

O projeto de retração dos grupos femininos do trabalho remunerado faz parte da concepção burguesa responsável por priorizar a mão de obra masculina, já que a esta cabe o papel de prover as condições materiais para a reprodução da vida. Desse modo, surgiram uma diversidade de campanhas publicitárias na tentativa de incitar o retorno feminino à unidade familiar, resgatando a mística da “mulher cuidadora” (Idem ibidem).

Porém, o projeto não pôde se manter, pois a experiência capitalista com a compra da força de trabalho feminina trouxe um conjunto de benefícios à sua acumulação, principalmente no que tange ao barateamento da remuneração desse grupo. Não obstante, o presente estudo permite a observação de uma gama de aspectos inerentes à condição da mulher, das quais o regime competitivo tira proveito.

Para compreender tais aspectos é necessário analisar a década de 1970 enquanto um importante marco temporal, pois foi a partir deste período que as mulheres passaram a integrar o sistema produtivo de maneira massiva e permanente. Os aspectos que explicam esse processo podem ser expostos pelos seguintes pontos analíticos: a queda da fecundidade, a ampliação da escolaridade e do acesso universitário para mulheres (Cristina Bruschini apud NEVES, 2013); o desenvolvimento da estratégia burguesa em atrair a mão-de-obra feminina, mais uma vez, para o mercado produtivo pois esta é mais benéfica para o capital (SAFFIOTI, 2013, p. 22).

De fato, como aponta Bruschini, a década de 1970 marcou uma série de mudanças políticas, como a ascensão do sistema educacional, responsável por ampliar a escolarização de mulheres no Brasil. Contudo, Saffioti discorre sobre a possibilidade desse projeto de ensino ter sido forjado como forma de preparar as mulheres para compor o mercado de trabalho, levando em consideração que sua mão de obra, nesse período, passa a ser considerada indispensável ao mercado capitalista.

Além disso, os anos que sucedem 1970 demonstram um grande abalo na organização produtiva, principalmente com a crise estrutural do capital que emerge enquanto um reflexo da supereacumulação de mercadorias, exigindo um novo modelo de racionalização da produção. Inicia-se, a partir de então, um processo denominado “reestruturação do capital”, cujo objetivo é flexibilizar o desenvolvimento de mercadorias a partir da reorganização do trabalho, da modernização do maquinário e do desenvolvimento de novos setores voltados para o advento tecnológico (ANTUNES, 1999).

Essas transformações abriram espaço para o desenvolvimento de novas atividades e técnicas de trabalho, impondo um regime de modernização do mercado e elevando a produção nacional a outros níveis. Porém, o processo irrompeu com as lutas coletivas por melhores condições trabalhistas, intensificando a precarização das funções e a superexploração do proletariado. A divisão técnica passa a ser ainda mais hierarquizada, dividindo os funcionários em qualificados e desqualificados e, conseqüentemente, melhor e pior remunerados (Idem *ibidem*).

Não obstante, as mulheres não estavam presentes na diversidade das funções, mas em espaços específicos de reprodução do trabalho. Encontravam-se, majoritariamente, em ocupações menos qualificadas, menos intelectualizadas, menos remuneradas e mais mecânicas (MESZÁROS, 2002). Tal condição é evidente em toda a trajetória histórica feminina no mundo do trabalho, assim, embora reorganizada e racionalizada de acordo

com as demandas dos diferentes regimes de produção capitalista, a marginalização e a desvalorização da mão-de-obra de mulheres se mantém, inclusive, até o tempo presente.

Um dos fatores que atestam a afirmação acima é, por exemplo, a manutenção da desigualdade salarial por sexo. De acordo com dados do IBGE de 2018 (EU ESTUDANTE, 2021), as mulheres brasileiras recebem, em média, cerca de 77,7% que os homens, ou 23,3% a menos. Como justificativa para tal antagonismo, o patronato insiste no argumento determinista voltado para os aspectos biológicos femininos, afirmando que as mulheres se absteriam mais de suas atividades produtivas pois precisa se dedicar às imprevisibilidades da maternidade, bem como dos outros afazeres imersos na esfera familiar.

Além da desigualdade salarial, outro aspecto vivenciado pelas trabalhadoras é a precarização de suas funções. O precariado, de acordo com Braga (2012), denomina o grupo proletário que realiza os serviços mais precários na relação de produção, principalmente a partir da nova configuração laboral desenvolvida pelo processo reestruturador do capital a partir de 1970. O autor ainda discorre sobre a composição dos grupos afetados por essa condição de trabalho, sendo eles, em sua maioria, mulheres, negros, jovens e migrantes.

A precarização do trabalho feminino, sua superexploração, bem como o mal pagamento por seus empenhos laborais, evidenciam que a penetração desses grupos no mercado produtivo se deram com base na manutenção das condições em que estes estão socialmente inseridos na esfera da reprodução, de maneira subordinada, desigual e marginalizada. Portanto, a sociedade capitalista se apropria dos antagonismos estruturais anteriores a seu desenvolvimento para intensificar ainda mais seus lucros.

Considerações finais

A intensa entrada de mulheres no mercado de trabalho durante as últimas décadas do século XX, resultou em um panorama geral no qual elas compõem a maioria dos trabalhadores ocupados mundialmente (MESZÁROS, 2002). Fato que, entretanto, não promoveu o afastamento destas das atividades gratuitas desempenhadas no lar, intensificando ainda mais sua jornada de trabalho, passando a ser dupla, tripla ou múltipla, em alguns casos.

A mulher, nesse sentido, passa a buscar uma remuneração para garantir os meios materiais para a manutenção da existência de si e do restante do grupo familiar, penetrando-se na produção. Mas é ela mesma quem utiliza dos meios que seu trabalho

possibilitou comprar para prover a reprodução da vida naquele espaço. Portanto, ela se mantém na esfera produtiva e na improdutiva, atuando na produção e na reprodução da vida, aí está o cerne de sua duplicidade de funções, que deixam de ser duas e se tornam diversas.

"As mulheres, portanto, por nunca prescindirem de exercer as tarefas reprodutivas na esfera privada, condicionam sua inserção na esfera produtiva a possibilidade de conciliação da carga de trabalho no âmbito doméstico. Esta realidade acaba sendo usada de forma intencional pelo próprio processo de acumulação de capital, segundo Federici (2017 [2004]), a exploração e a expropriação do trabalho feminino são uma constante acumulação primitiva. Como resultado, o que vemos é uma histórica condição de vulnerabilidade social e econômica a qual as mulheres estão submetidas, sendo as maiores entre a população mais violentada, pobre, desempregada, trabalhando na informalidade e, que detém os menores rendimentos." (MARTUSCELLI, 2020, p. 72).

Portanto, como discorre o excerto acima, a sociedade competitiva não apenas se beneficia com o trabalho feminino, seja ele produtivo ou não, como também se apoia neste para garantir sua manutenção, sobrevivência e expansão. Pois é a mulher quem fornece a mão de obra do futuro, promovendo a continuidade da humanidade, desenvolve as condições de existência dos trabalhadores do presente, realizando as atividades domésticas, além de compor a maioria do proletariado mundial, vendendo sua força de trabalho ao sistema produtivo.

A história do trabalho feminina, contudo, incide de uma situação relacional de grande intensidade, não podendo esta ser enxergada de maneira individualizada, separando a esfera reprodutiva da produtiva. Sua compreensão está na análise dialética entre as distintas dimensões da vida. Nesse sentido, o trabalho feminino não nasce nas fábricas, assim como sua marginalização social. O capitalismo não é o responsável pelo desenvolvimento da desigualdade de gênero, mas é ele quem promove sua manutenção e reorganização.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Laís. Introdução. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios. Brasília: OIT, 2010.

ARAÚJO, Angela Maria e LOMBARDI, Maria Rosa. “TRABALHO INFORMAL, GÊNERO E RAÇA NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XXI”. In: Cadernos de Pesquisa v.43 n.149 p.452-477. 2013

BOTTINI, Luciana Mamus. “O TRABALHO DA MULHER NAS FÁBRICAS DURANTE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, NA INGLATERRA DE 1780 a 1850”. In: *OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE Produções Didático-Pedagógicas V II*. ISBN 978-85-8015-075-9 Cadernos PDE. 2013.

COSTA, Albertina Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos p. 267-311. 1992

DELPHY, Christine. “O inimigo principal: a economia política do patriarcado”. Revista Brasileira de Ciência Política, nº17. Brasília, 2015, p. 99-119.

EU ESTUDANTE. “Desigualdade salarial entre gêneros ainda é um problema no Brasil”. 23/05/2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/05/4926384-desigualdade-salarial-entre-generos-ainda-e-um-problema-no-brasil.html>> Acesso em: 27/07/2021.

FEMINISMO E MARXISMO: Opressão e Exploração. Locução de: Diana Assunção, 5 de março de 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3yudDa03yX98Et8SaiK8kA?si=-NsxCaajT-GliLANt6mi1w&utm_source=whatsapp&dl_branch=1>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GONÇALVES, Renata. “Quando as mulheres se levantam contra a nova máscara da velha exploração de classe”. Lutas Sociais, São Paulo, n.25/26, p.297-300, 2011.

GONÇALVES, Renata. Sem Pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. Lutas Sociais, n. 21/22, São Paulo, 2009.

GUEDES, Moema de Castro; ALVES, José Eustáquio Diniz. “A população feminina no mercado de trabalho entre 1970- 2000: particularidades do grupo com nível universitário”. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, MG, 2004.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: Cadernos Pagu, 2004: pp.201-246.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “OS DESAFIOS DO FEMINISMO MARXISTA NA ATUALIDADE”. 1. ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

MARX, K. O Capital – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. “A liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva”. In: *Para além do Capital*. Boitempo Editorial, 2002

MESZÁROS, Istvan. A Crise Estrutural do Capital. Boitempo Editorial. SP, 2020.

MOTTA, Daniele. Desvendando o nó: A Experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis no Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. A propósito da controvérsia marxismo/feminismo.GT: Mulher e Política. ANPOCS, 1985.

RECCO, Fabiana Sanches. FURNO, Juliane da Costa. TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Por uma ciência econômica feminista. In: Temáticas : revista dos pós-graduandos em ciências sociais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. vol. 1, n.1. (1993 -). Campinas, SP : UNICAMP/IFCH, 1993. p.11-21

RODRIGUES, Vivianne Oliveira. “Movimento feminista e marxismo: uma concubinação (in)feliz? Retratos desta tensa relação nas revistas Cadernos Pagu e Crítica Marxista”. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, p. 81-90. 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Editora expressão popular, São Paulo, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 2ª edição, são Paulo: Expressão popular: fundação Perseu abramo, 2015

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

MITO E IDENTIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: NO ESPAÇO CULTURAL VILA ESPERANÇA

*Haroldo Nélio Peres Campelo Filho*³¹⁶

RESUMO: Os Mitos são iniciáticos e nos abrem o conhecimento das culturas. São imbuídos de simbologia, metáforas, poesia, verdades e exemplos para repensarmos nossa própria existência. Neste trabalho recorro aos Mitos africanos iorubás com o objetivo de compreender como eles tem sido usados no processo educativo, cultural e identitário tomando como referência a proposta do Espaço Cultural Vila Esperança na cidade de Goiás (GO). Na Vila Esperança o trabalho com as identidades brasileiras é constante. Desta forma, a ancestralidade africana se faz presente como coluna principal, junto com a ancestralidade indígena, no processo educativo. A referência maior das culturas africanas na Vila Esperança é a tradição Iorubá. Para compreender mais sobre os Iorubá são utilizados neste estudo “Ogum: Dor e Júbilo nos Rituais de Morte” do nigeriano Síkírù Sàlámì (1997), o Babá King, doutor em Sociologia pela USP. Como referência nos estudos de identidade temos Stuart Hall (2007) e Kabengele Munanga (2005). Esta pesquisa almeja contribuir e estimular quem pretende estudar Mito ou mesmo aliar este estudo à prática educacional tendo como exemplo a experiência exitosa alcançada pelo Espaço Cultural Vila Esperança.

Palavras-chave: *Cultura. Educação. Identidade. Mito.*

1. Introdução

A História é composta por cíclicos que se repetem, o passado é presente e o tempo é algo além de uma compreensão linear repartido entre ontem, hoje e depois. Estudar os Mitos significa procurar nas origens ancestrais as respostas para o agora, compreendendo os ciclos da vida e o retorno ao passado, percebendo que aquilo que a História apresenta atualmente já ocorreu diversas vezes, de outras maneiras, com diferentes pessoas, em diferentes espaços e culturas. Saber como os entes míticos lidaram com as situações próprias da vida nos possibilita enfrentar melhor o que se “reapresenta”, tomando nossas próprias decisões que podem ser iguais ou contrárias, de acordo com o êxito ou fracasso alcançado nas experiências vividas a muito e muito tempo.

Os Mitos, transmitidos oralmente, são iniciáticos e nos abrem o conhecimento para adentrarmos nas culturas. Carregam em si história, memória, ética, filosofia e uma

³¹⁶ haroldocampelo@hotmail.com Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, orientado pelo professor Dr. Elias Nazareno eliasna@ufg.br

série de elementos que colaboram para a constituição de identidades. Iniciar nas culturas originais, indígenas e africanas, é apropriar-se de nós mesmos enquanto brasileiros.

O Mito se apresenta dentro da proposta educativa e cultural do Espaço Cultural Vila Esperança e de sua escola, a Escola Pluricultural Odé Kayodê, localizada na periferia da cidade de Goiás, no estado de Goiás. Desde 1989, a Associação Espaço Cultural Vila Esperança desenvolve atividades educativas e eventos com temas que envolvem a questão indígena, africana e afro-descendente, educação ambiental e ecologia humana. A Escola Pluricultural Odé Kayodê atende crianças da primeira fase do ensino fundamental na cidade de Goiás. A ideia começou a tomar forma em 1995 através da colaboração oferecida a três escolas públicas. A Vila Esperança ofereceu nesta ocasião, gratuitamente, seu espaço e atividades lúdicas, artísticas e culturais interligadas ao currículo escolar através do planejamento feito com as professoras. A dezenove anos a Odé Kayodê³¹⁷ atua como Escola reconhecimento pelo MEC - Ministério da Educação.

A escolha do Espaço Cultural Vila Esperança e Escola Pluricultural Odé Kayodê como campo de pesquisa para este estudo foi definida pela importante presença dos Mitos neste espaço como ferramenta educativa e cultural. A pluriculturalidade da proposta da Vila Esperança tem como matrizes principais as culturas indígenas e africanas, tendo como referências principais o tronco Tupi-Guarani e os Iorubá. Se destaca também Congo-Angola como importante referencial de inúmeras manifestações culturais brasileiras.

Percebemos que o trabalho da Vila Esperança (em uma cidade colonial como Goiás que ainda hoje vive sob o peso da construção histórica de uma identidade branca, coronelista e que enaltece o “herói” Anhanguera) busca a descolonização dos saberes, a conquista da autoestima e do reconhecimento e valorização das origens indígenas e africanas do Brasil.

2. Mito e Identidade

Na Vila Esperança existe uma marcação forte dos elementos das culturas indígenas, africanas e afrobrasileiras com ações de valorização da arte e estética por meio

³¹⁷ O nome Odé Kayodê é uma homenagem a Maria Stella de Azevedo Santos, Mãe Stella de Oxóssi, Odé Kayodê, (Salvador, 2 de maio de 1925 – Santo Antônio de Jesus, 27 de dezembro de 2018) quinta Iyalorixá do Ilê Axé Opó Afonjá em Salvador, Bahia e iniciadora de Robson Max, Odé Ofalomi, fundador do Espaço Cultural Vila Esperança.

dos discursos e também das imagens que se apresentam em elementos e nas construções de todo o espaço.

No entendimento da educadora da Odé Kayodê Adriana Rebouças o “Espaço Cultural Vila Esperança carrega em sua filosofia o tripé da educação, cultura e da arte. Quem entra nesse espaço percebe que toda a sua estrutura física faz relação e é carregada de símbolos das culturas africanas e indígenas” e complementa:

Acredita-se que é por meio dos sentidos que se constrói aprendizagens significativas. Tem-se as vivências culturais como a engrenagem de uma educação pautada nas relações étnico-raciais. São atividades cotidianas que visam contribuir para educação patrimonial em Goiás. Propaga valores herdados pelo povo brasileiro dos ancestrais africanos através do toque, da dança, da comida e dos diversos saberes. Os quais proporcionam o encontro das pessoas, devolvendo-as a si mesmas, e as legitimando a sua própria identidade. É também um mecanismo de instrumentalização contra o racismo, vivenciando se conhece [...] (CAMPELO, 2017: 42)

No Espaço Cultural Vila Esperança os Mitos são disparadores para as atividades e estudos e colaboram com o sentimento de coletividade e de identidade. Para Hall (2007) o conceito de identidade é "estratégico e posicional" e as identidades não são unificadas, sendo construídas e reconstruídas na relação entre os indivíduos, em sua similaridade e na diferença. Segundo Stuart Hall:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”. “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. (Hall, 2007:108)

As identidades também são construídas nos discursos e nas relações de poder e sabemos muito bem em que posição as culturas africanas e indígenas foram postas no processo de constituição do Brasil. Em Goiás, cidade colonial, coronelista e interiorana, as marcas da negritude sofreram diversas tentativas de apagamento com o processo de afirmação cultural das tradições familiares, brancas e patriarcais vilaboenses.

Munanga (2005) fala em três aspectos de identidade: identidade legitimadora, usada pelos dominantes a fim de legitimar de forma racional os seus direitos como dominadores; identidade de resistência, construída pelos atores sociais para resistir à

imposição dos dominantes; e identidade-projeto que é além do resistir, utilizando a cultura com intuito de construir uma nova identidade redefinindo sua posição e propondo a transformação do conjunto da estrutura social.

As ações do Espaço Cultural Vila Esperança, fundamentadas nas identidades culturais de origens indígenas e afrodescendentes, compõe um projeto de pertencimento, de identificação do próprio patrimônio (material e imaterial), de reconhecimento e valorização das culturas originárias.

Vivenciar os Mitos, culturas e aspectos de identidades afrodescendentes e indígenas implica em reafirmar um papel de não subalternidade na medida em que se recorre à mitologia na educação para fortalecer traços de identidades coerentes com as origens brasileiras não europeias. “O contato com a Ética e a Estética africanas necessariamente induzem sentimento de orgulho e pertença étnica e racial nos afrodescendentes e nos brasileiros em geral” (RIBEIRO, 1998: 65).

O Mito, neste processo, traz consigo história, cultura, ética e estética ancestrais para fortalecer nas identidades de cada um os traços fortes que possibilitam o respeito, a valorização e o empoderamento. Para Ribeiro “a identidade e a cidadania, não apenas dos afro-descendentes mas de todos os brasileiros, constróem-se a partir de importantes elementos de cosmovisões africanas” (RIBEIRO, 1996: 255). Segundo a autora:

“Há um forte liame entre ancestralidade africana e construção das identidades individuais nos países de expressiva diáspora africana, ainda que essa diáspora tenha sido forçada por circunstâncias históricas. A ancestralidade africana determina significativamente a constituição da identidade nacional brasileira, apesar da negação desse fato, imposta pela ideologia do branqueamento que determina como modelo identificatório para o desenvolvimento das identidades individuais, o europeu. No entanto, como o que vive clama por expressar-se, a força vital da alma africana, presente no grupo brasileiro, contida por tanto tempo e através de tantos recursos e estratégias do poder branco, terminará por romper a espessa casca em torno dela construída”. (RIBEIRO, 1996: 255)

Para estudo dos Mitos é fundamental recorrer a Eliade (2011) com “Mito e Realidade”, uma referência geral no assunto. Especialmente em se tratando de Mito Iorubá é necessário a obra “Exu e a ordem do Universo” produto das pesquisas do

nigeriano Sikiru Salami, o Babá King, doutor em Sociologia pela USP, a partir de suas diversas viagens à África coletando informações junto à babalaôs nigerianos e outras fontes orais, bem como este trabalho é também fruto do diálogo com Ronilda Iyakemi Ribeiro, doutora em Antropologia da África Negra e em Psicologia, pela Universidade de São Paulo.

Falar de Mito como História é reconhecer saberes outros. Segundo Salami (1997) a arqueologia tem comprovado os relatos orais em locais apontados pelas narrativas. Toda a história antiga dos Iorubás foi passada pela oralidade, sem datação precisa, acontecida num tempo muito remoto.

A noção de tempo, tanto para africanos quanto para indígenas, é concebida de uma maneira diferente da linearidade proposta pela colonialidade eurocentrada. Nas culturas ancestrais o tempo não se prende ao passado, presente e futuro. É um tempo além do tempo. E o passado é reatualizado constantemente por meio dos ritos e dos Mitos.

Segundo Candau (2012) para Walter Mignolo as ciências, entre elas a história, criaram uma ideia de progresso na qual a Europa aparece como superior. Compreendemos então que passa a existir uma linha temporal em que os povos não-europeus estão em um período anterior ao presente. Trata-se de uma escala de evolução em que o topo é a Europa Moderna, onde a cultura é definida a partir do pensamento europeu.

A colonialidade permanece presente ainda hoje, mesmo após o colonialismo. Ela continua nos livros didáticos, na cultura pop, na maneira de se contar a História oficial e nas escolhas de quais histórias se quer contar. Está presente nas construções das identidades e na imposição de padrões estabelecendo como superiores os pensamentos hegemônicos, onde de um lado existem as ciências, a História e os conhecimentos alternativos como filosofia e teologia, e do outro, subalternizados, estão as crenças, magia, idolatria, Mitos, conhecimentos populares, separados por uma linha abissal como apontado por Santos (2010).

Orientados pelo conceito de colonialidade do saber percebemos que a produção de conhecimento não-europeia tem sido negligenciada. A sabedoria de indígenas e africanos é visto como primitiva e irracional. Para Quijano (2010) a colonialidade faz parte da constituição do padrão mundial do poder capitalista. A autoridade, o sexo, a subjetividade estão sob a primazia da modernidade num formato Estado Nação/família burguesa/razionalidade moderna em que prevalece a identidade europeia branca, mesmo num país como o Brasil, altamente plural em termos étnicos e culturais.

Catherine Walsh, tendo como referência os movimentos sociais indígenas equatorianos e dos afro-equatorianos, afirma que decolonialidade implica em visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas, como citado por Candau (2012). Para Walsh interculturalidade significa um processo constante de aprendizagem entre culturas com respeito, simetria e igualdade. É um conceito que questiona a colonialidade do poder, do saber e do ser. A interculturalidade, segundo Candau (2012) reconhece o direito à diferença e a luta contra as discriminações. Valoriza as diferenças e o diálogo igualitário, numa relação democrática entre os grupos.

No Espaço Cultural Vila Esperança o Mito é instrumento de valorização dos saberes indígenas e afrobrasileiros. Ele direciona, por exemplo, as atividades do Ojó Odé (estudos e vivências das culturas africanas e afrobrasileiras) e Porance Poranga (relacionado às culturas indígenas), sendo o condutor central das vivências e apresentando elementos necessários para as oficinas que são realizadas nas tardes culturais. Segundo Babá King “a narrativa remete o ouvinte ao universo onde o mito se constitui” (SALAMI, 1997) e completa: “De fato, para os africanos de modo geral e para os iorubás em particular, o mito é uma narrativa sagrada ligada à memória de sua ancestralidade e, conseqüentemente, aos fundamentos da identidade individual e grupal”.

Segundo Hall (2011: 12) a identidade, na concepção sociológica, “costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que habitam”. Stuart Hall é referencial básico para a compreensão da identidade, ou identidades (muitas delas conflitantes) do sujeito; na concepção de identidade como “produção”; e para compreender as identidades culturais como pontos de identificação nos discursos de cultura e história, tendo o passado sendo construído por meio da “memória, fantasia, narrativa e mito” (HALL, 1996: 70).

Quando falamos de cultura e identidade, principalmente afrocentrada, enfrentamos o racismo. Para Grosfoguel (2019) na colonialidade o racismo é estruturante das configurações sociais e das relações de dominação. Segundo Grosfoguel:

“O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres

superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano)”. (GROSFOGUEL, 2019: 59)

Neste país em que ainda vivemos o “mito” de uma democracia racial, que temos um racismo institucionalizado, a promoção de ações para a superação do racismo é fundamental.

É preciso superar o racismo na escola com a certeza de que a “inserção política e pedagógica da questão racial nas escolas significa muito mais do que ler livros e manuais informativos. Representa alterar os valores, a dinâmica, a lógica, o tempo, o espaço, o ritmo e a estrutura das escolas” (GOMES, 2008:148). É fundamental identificar, analisar e divulgar as práticas capazes de alterar a lógica escolar, práticas pautas na circularidade, na coletividade, ressignificando o tempo e os espaços, valorizando a oralidade e a ancestralidade.

A presença do Mito na Vila Esperança representa uma dessas práticas criativas e transformadoras, contado prioritariamente em roda, no Quilombo³¹⁸, reunindo crianças, jovens e adultos. O reconhecimento do poder dos Mitos é, na Vila Esperança, uma ação de valorização dos saberes ancestrais, de reconhecimento da importância histórica e cultural das origens africanas da população brasileira. Quando as pessoas se reúnem no Quilombo, em roda, para ouvir o Mito, o tempo e o espaço se tornam outros, mais amplos do que as paredes e cadeiras das escolas podem proporcionar.

Que identidade de grupo é construída na experiência de viver coletivamente o encontro com os Mitos? Quais as lembranças ficam e como a memória coletiva constrói a imagem dessas tardes de Mito? Estas e outras perguntas se apresentam dentro de um novo contexto, em que a Pandemia impediu os encontros presenciais. O ano de 2020 foi de adaptações, incertezas e de realizações mais limitadas das variadas ofertas culturais que a Vila Esperança proporciona. Neste contexto o Mito, que é contado olho-no-olho, presencial, em roda, ficou mais tímido, mais adormecido, num tempo em que ele se tornou ainda mais necessário.

³¹⁸ O Quilombo é uma das primeiras construções da Vila Esperança. Trata-se de um salão em formato circular que faz referência às aldeias africanas, bem como aos locais de resistência dos africanos e seus descendentes no contexto da escravidão no Brasil. É um dos principais espaços na Vila Esperança para realização de eventos coletivos como palestras, oficinas e o Ojó Odé.

No entanto, por um pedido das crianças e educadores, o ano de 2021 iniciou com o Mito dos Ibejis que enganam a morte, sendo contado diretamente do Quilombo da Vila Esperança, como em uma tarde de Ojó Odé. Porém, desta vez, as crianças assistiram de casa, ouvindo o Mito contado pelo Tio Robson³¹⁹ (Babá Fatoki) por meio de uma gravação disponível no canal Rádio da Vila Esperança³²⁰ no YouTube. A experiência de assistir todos juntos (cada um em sua casa) o Mito filmado, se repetiu por mais alguns meses e, em junho, ocorreu a primeira experiência de um “Ojó Odé on-line”³²¹, em que todos se reuniram por chamada de vídeo na plataforma google meet e assistiram ao vivo o Mito contado por Robson Max diretamente do Quilombo.

Neste encontro on-line as crianças puderam fazer perguntas relacionadas ao Mito e conversaram um pouco sobre a relação daquela história com suas próprias vidas. Das reflexões surgiram questionamentos e afirmações muito perspicazes, como a de uma criança negra de oito anos que perguntou/afirmou: “Então quer dizer que os Mitos vão formando os nossos caminhos?”. Tal conclusão surgiu como reflexão de uma resposta anterior dada por Robson em que ele afirmava não ter um Mito do qual gostasse mais, pois, cada um fala de uma parte da vida que é formada de muitos trabalhos, muitas escolhas e muitas pessoas. Segundo ele cada situação tem um Mito que ensina dizendo como fazer ou não fazer, se quem fez teve sucesso ou não e através destas situações e das reações dos outros podemos refletir na nossa própria vida.

Podemos perceber como a contação do Mito na modalidade videochamada é mais atrativo, mais vivo, do que na modalidade gravada e assistida posteriormente. A recepção dos espectadores influenciou diretamente no ritmo da contação do Mito, mesmo que por meio de pequenas telas naquele mosaico de crianças na janela do computador.

3. Considerações

³¹⁹ Robson Max é mestre em Antropologia, Babalorixá e presidente fundador do Espaço Cultural Vila Esperança. A trinta anos ele é a referência na Vila Esperança da contação e dos estudos relacionados às mitologias, em especial as africanas e principalmente iorubás.

³²⁰ A Rádio da Vila surgiu em 2006 no Espaço Cultural Vila Esperança como forma de proporcionar espaço e instrumentos de veiculação da comunicação para valorização da expressão das crianças e adolescentes. O conteúdo produzido pelas crianças é utilizado internamente na Escola Pluricultural Odé Kayodê e veiculado diariamente na rádio comunitária Vila Boa 87,9 FM. Por um desejo das próprias crianças em 2018 foi criado o canal Rádio da Vila Esperança no YouTube.

³²¹ Assista o vídeo do Ojó Odé on-line contendo o Mito “Como a Fome foi Vencida” e a participação das crianças no link <https://youtu.be/SOUwfsiksDo>

Para realizar uma pesquisa na e com a Vila Esperança faz-se necessário fundamentalmente ter esperança como preconizou Paulo Freire. É encontrar o significado de cada coisa, pois tudo o que é feito neste espaço é carregado de símbolo, sentido e significado. Como nas palavras de Esteva trazidas por Walsh e por Escobar: “La esperanza no es la certeza de que algo pasará, sino de que algo tiene sentido, pase lo que pase” (ESTEVA in ESCOBAR, 2017: 74). Para Haber (2011: 15) a esperança é “menos una cuestión de ideales que un hueco que se nos forma en la carne, un vacío que no podemos llenar ni subjetivamente ni en nuestras relaciones objetivas; la esperanza es un vacío que nos lleva a transformarnos subjetiva y objetivamente en lo que somos como ser y como mundo”.

Finalizo com algumas certezas, porém, com mais perguntas e pontos de reflexões do que com respostas prontas e acabadas. Penso que fui “iniciado” no caminho da busca por metodologias e práticas outras, dando os primeiros passos para construir um trabalho de reflexão e autocritica coletivo, decolonial e que tenha sentido, significado e esperança.

4. Referências

CAMPELO, Adriana Ferreira Rebouças. **O Jogo Africano Ayó: semeando com a etnomatemática para uma educação étnico-racial no Espaço Cultural Vila Esperança.** Interfaces do gênero I : cultura, educação e étnico-racialidades. Organizadoras: Lilian Marta Grisolio, e Luciana de Oliveira Dias. Goiânia: Gráfica da UFG, 2017.

CANDAU, Vera Maria (Organizadora). **Didática crítica intercultural: aproximações.** Petrópolis: Vozes, 2012.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** 06.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ESCOBAR, A. **Desde abajo, por la izquierda, y con la tierra. La diferencia de Abya Yala/Afro/Latino/América.** In WALSH, C. Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO II. Ediciones Abya-Yala, Serie Pensamiento decolonial, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação.** In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada.** In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramon (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HABER, A. **Nometodología Payanesa: Notas de metodologia indisciplinada**. Revista Chilena de Antropología, Vol. 23, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 103-133.

_____. **Identidade Cultural e Diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.68-75, 1996. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8697>>

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Movimento - revista de educação - FEUFF-PPGEUFF – n.12, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, B. V de S. MENESSES, M: P. (Orgs.) Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. **Alma Africana no Brasil. Os iorubás**. São Paulo: Oduduwa, 1996.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. **De boca perfumada a ouvidos doces e limpos. Ancestralidades africanas, tradição oral e cultura brasileira**. Itinerários, Araraquara, n.13, 1998.

SALAMI, Sikiru. **Ogum. Dor e Júbilo nos Rituais de Morte**. São Paulo: Oduduwa, 1997.

SÂLÂMÌ, Sikiru; RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. **Exu e a ordem do universo**. São Paulo: Oduduwa, 2011.

SANTOS, B. V de S. **Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In: SANTOS, B. V de S. MENESSES, M: P. (Orgs.) Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

ARTE NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: DESAFIO NAS ESCOLAS

*Hélia Barbosa de Meneses*³²²

RESUMO: A educação em direitos humanos como criação da sociedade civil faz parte do processo da transição democrática, onde ocorre o avanço com a instauração do Estado Democrático de Direito, para a institucionalização enquanto política pública. Desde 1996, com a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos, o país começou a traçar metas de ações focadas na educação em direitos humanos para educação. Os Direitos Humanos foram elaborados pela Organização das Nações Unidas em 1945, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Esta pesquisa tem como objetivo, promover reflexão sobre Arte na Educação em Direitos Humanos, tendo como o lócus a instituição escolar. Para tanto, irei utilizar o levantamento teórico de autores (as) que trabalham com questões sobre Arte na Educação em Direitos Humanos. A arte contribui muito para educação em Direitos Humanos, serve como inspiração, formação e motivação para o comportamento dos indivíduos, contribui para a cognição, fortalecendo laços e renovando a auto estima, com intuito de qualificar formação profissional, ações e relações para a emancipação dos sujeitos e fortalecer espaços para a cocriação de estratégias de superação e compreensão da história dos povos em cada período, por meio de suas crenças, desejos e sonhos.

PALAVRAS-CHAVE: *Educação em direitos humanos. Arte. Instituição Escolar.*

INTRODUÇÃO

Esse texto se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica que visa explorar as contribuições da arte para a construção de direitos humanos na sala de aula. Para isso, faremos uma breve contextualização sobre o tema em discussão para posteriormente apresentarmos a importância da arte na educação dos direitos humanos e os desafios na escola.

³²² Graduada em Artes Visuais – Licenciatura – UFG. Especialização em Arte, Cultura e Criação – SENAC/GO. Pós Graduação em Arte terapia – Faculdade de Ciências da Saúde - SP. Professora Tutora de Artes Visuais – Licenciatura – EAD/FAV/UFG (2008 a 2018), Especialista em Docência do Ensino Superior e Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás- Escola de Formação de Professores e Humanidades - Orientadora: Prof.^a Dra. Deusa Maria R. Boaventura. Servidora Pública efetiva no cargo: Profissional de Educação II – Professora de Artes. <http://lattes.cnpq.br/3935256433595608>. E-mail: hbmfarm@yahoo.com.br

Os direitos humanos têm como marco importante a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, de 1948, a qual preconiza que todo indivíduo, em qualquer lugar, deve “ser reconhecido como pessoa perante a lei”. Afirma o reconhecimento do instituto de “pessoa” como o elemento intrínseco à dignidade de todos (ONU, 1984, artigo VI).

Os direitos humanos podem ser classificados em três gerações, a primeira se caracteriza pelas liberdades individuais ou os direitos civis e sociais; a segunda refere-se aos direitos econômicos, sociais e culturais, originados dos direitos ligados ao mundo do trabalho ou àqueles de caráter social e a terceira geração diz respeito aos direitos coletivos da humanidade, desta e de gerações futuras, aludindo ao meio ambiente, à paz, à partilha do patrimônio científico, cultural e tecnológico, à democracia, entre outros (BENEVIDES, 2007).

A educação em Direitos humanos como criação da sociedade civil faz parte do processo de transição democrática, onde ocorre o avanço com a instauração do Estado Democrático de Direito, para a institucionalização enquanto política pública. Entretanto, no contexto neoliberal, dissonante com o avanço da conquista de direitos, a educação em direitos humanos se situa como parâmetro ético e político que serve de crítica aos valores, práticas e cultura. Ocorrendo desde a experiência não formal no contexto dos movimentos até a inserção no processo formal de ensino, onde a educação encontra várias formas de resistência para os direitos humanos, desde a cultura autoritária e excludente, até os antigos vícios colonialistas.

Candau (2007), discute sobre a problemática em Direitos Humanos hoje na América Latina, fazendo um balanço crítico nos anos de 1980 e 1990, onde em 1980 a autora enfatiza os processos de transição democrática, depois de traumáticas experiências de ditadura em 1990, onde cita o sentido da educação em Direitos Humanos no novo marco político, social, econômico e cultural, isto é, na transição modernidade/pós-modernidade, no contexto de democracias débeis ou de “baixa intensidade” e de hegemonia neoliberal.

Portanto, no contexto neoliberal, dissonante com o avanço da conquista de direitos, a educação em direitos humanos se situa como parâmetro ético e político que serve de crítica aos valores, práticas e cultura. Sendo assim a necessidade de construção de uma cultura, requer a sua inserção no sistema formal de ensino desde a educação básica até o ensino superior. Desde 1996, com a criação do Programa Nacional de Direitos

Humanos, o país começou a traçar metas de ações focadas na educação em direitos humanos para educação básica, o sistema de segurança e justiça e a educação não formal.

Com a democracia houve o período de florescimento da educação popular ou educação libertadora, inspirada na obra de Paulo Freire. Da dor, da necessidade de preservar a vida humana, a educação em direitos humanos nasceu no seio da sociedade civil, ainda em tempos de ditadura, como resistência e sinalização das mudanças políticas em andamento. Por isso, situamos o direito à resistência como um dos princípios fundantes da Educação em Direitos Humanos na América Latina no período da transição democrática (ADORNO, 2003; BITTAR, 2011; VIOLA, 2009; ZENAIDE, 2012).

Contudo a arte neste contexto apresenta uma grande contribuição para a educação em direitos humanos, podendo promover grandes transformações na vida de muitas pessoas, sobretudo na infância e adolescência.

É absolutamente importante o contato com a arte por crianças e adolescentes. Primeiro, porque no processo de conhecimento da arte são envolvidos, além da inteligência e do raciocínio, o afetivo e o emocional, que estão sempre fora do currículo escolar. Além disso, grande parte da produção artística é feita no coletivo. Isso desenvolve o trabalho em grupo e a criatividade. (BARBOSA, revista Época, 2016).³²³

Assim, toda a forma de representação artística somente acontece em um ambiente em que o indivíduo pode expressar-se por meio de suas produções.

A arte também é produzida, acima de tudo, por uma necessidade de expressão. Segundo Fischer (1987: 20), “A arte é quase tão antiga quanto o homem.” Nesse sentido, Duarte Júnior (1994: 136) complementa “A arte está com o homem desde que este existe no mundo, ela foi tudo o que restou das culturas pré-históricas.”

Sendo assim, durante o desenvolvimento da pesquisa, utilizo como recurso metodológico para a elaboração deste estudo a pesquisa qualitativa com levantamento teórico de autores (as) que trabalham os conceitos de arte na educação e direitos humanos no contexto escolar, para promover uma reflexão sobre: Qual a contribuição da arte para educar em Direitos Humanos? Onde abordo nesta pesquisa três tópicos, no primeiro tópico abordo os Direitos Humanos na Educação, no segundo tópico: Arte e formação

³²³ Ana Mae Barbosa – Entrevista para revista ÉPOCA/2016. A Impotência do Ensino das Artes na Escola – Texto Beatriz Morrone. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002791326.pdf> . Acesso em: 20/02/2021.

humana, o terceiro tópico: Arte em um processo Sócio-Educativo Escolar. Contudo, com alguns levantamentos bibliográficos, apresento os seguintes conceitos.

CONCEITUANDO DIREITOS HUMANOS NA ARTE EDUCAÇÃO

Candau (2007), descrevendo sobre a apresentação do documento final da Conferência Regional acerca dos Direitos Humanos que ocorreu em 2001, onde ocorre um cenário desfavorável à afirmação de uma cultura dos Direitos Humanos a subordinação dos direitos humanos a política de segurança nacional. Afirma que não afetam, igualmente, a todos os grupos sociais e culturais, nem a todos os países, onde dentro de cada país, existe diferentes regiões e pessoas. E que estes considerados “diferentes”, tanto por suas características sociais, étnicas ou por serem pessoas com “necessidades especiais”, apresentam dificuldade em se adequar a uma sociedade cada vez mais marcada pela competitividade, sendo os “perdedores” e os “descartáveis”, onde a cada dia, é negado o seu direito.

Os Direitos Humanos são entendidos como meios que buscam assegurar as necessidades básicas do ser humano e, portanto, sua dignidade. A condição para ser humano está imbricada nos direitos fundamentais³²⁴ que ultrapassam a sua natureza biológica. Estes direitos, baseados nos princípios dos Direitos Humanos, devem garantir a liberdade, a vida, a igualdade, a educação, a segurança, a saúde, entre outros.

Desde 1998 a área da educação é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como LDB nº 9.394. Em seu artigo 26, é exposto que : “a arte é um patrimônio cultural da humanidade, e todo ser humano tem direito ao acesso e a esse saber”. A partir dessa determinação, a legislação dita que “o ensino da arte constitua componente curricular obrigatório em todos os níveis de educação básica, promovendo assim o desenvolvimento cultural nos alunos. Esses alunos poderam aprender, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais as quatro linguagens: artes visuais, dança, música e teatro. Propiciando o desenvolvimento do pensamento artístico, crítico e estético, caracterizando um modo próprio de ordenar e dar sentido as suas experiências humanas, estimulando o aluno desenvolver sua sensibilidade, percepção e imaginação.

³²⁴ Direitos fundamentais são interpretados como de caráter nacional, pois estão relacionados com as garantias fornecidas por determinado Estado aos seus cidadãos.

Educar em direitos humanos, é educar em valores coerentes aos princípios que fundamentam os direitos humanos como a dignidade humana, contribuindo na formação para cidadania. Portanto educar em direitos humanos é educar pensando em promover a capacidade e a dignidade de cada pessoa, onde cada pessoa deve respeitar também a dignidade das outras pessoas com quem compartilha o mundo e no sentido de transmitir valores, é buscar compreender o porque é necessário respeitar todas as pessoas em sua dignidade. E nessa busca é que está o desafio da educação em direitos humanos.

A educação na atualidade, é um dos mais importantes instrumentos no combate às violações dos Direitos Humanos, sendo assim o caminho para qualquer mudança social que se deseje realizar dentro de um processo democrático. Enquanto a educação em Direitos Humanos, por sua vez, é o que possibilita sensibilizar e conscientizar as pessoas para a importância do respeito ao próximo.

Candau (2007), frisa sobre o sentido da educação nos Direitos Humanos, onde reforça três dimensões da educação dos Direitos Humanos: a formação de sujeitos de direito - onde o processo de educação em Direitos Humanos favorece processo de formação de sujeitos de direito; o empoderamento - trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados, etc, favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil e educar para nunca mais - para resgatar a memória histórica, romper a cultura do silêncio e da impunidade que ainda está muito presente em nossos países.

A educação em Direitos humanos, estabelece conexões que geram algum tipo de comprometimento, uma mudança de pensamento, possibilitando as pessoas que olhem para o mundo para além de sua própria vida. Sendo portanto uma das tarefas mais importantes e mais árdua da educação e mais difícil também para quem pretende educar com valores que fogem às visões de mundo individualista, onde a arte pode contribuir, com o imaginário, o lúdico, a criatividade e forma de expressão, podendo ser mediada nas escolas por professores que antes de educar os seus educandos devem educar-se.

Arte é toda e qualquer forma de expressão que instigue os sentidos e sentimentos humanos, seja pela visão, olfato, paladar ou audição e nos emociona fazendo-nos lembrar que somos humanos e temos capacidade cognitiva e sensorial. Assim como direitos humanos são todos os direitos inerentes a toda e qualquer pessoa para a construção de uma sociedade onde todos sejamos livres para coexistirmos de forma igualitária e respeitosa.

Na concepção filosófica de John Dewey (2010: 45) “a arte como experiência exige do seu autor, um constante moldar e remoldar”. O fazer chega ao fim quando seu resultado

é vivenciado como bom – e essa experiência não vem por um mero julgamento intelectual e externo - mas na percepção direta. O artista, comparado aos seus semelhantes, é alguém não apenas simplesmente dotado de poderes de execução, mas também de uma sensibilidade inusitada às qualidades das coisas e esta sensibilidade ajuda a orientar os seus atos e criações.

DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO

Os Direitos Humanos têm caráter atemporal, valendo para todas as pessoas no mundo, independente da sua nacionalidade, posição social, orientação sexual, etnia, cultura, raça ou credo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (1948:1) anuncia que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência, e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Deste modo, a inserção dos Direitos Humanos na escola tornou-se fundamental, visto que, a educação é um processo de formação humana. No cenário da redemocratização e da promulgação da Constituição Federal de 1988, são produzidas as primeiras propostas educacionais desses direitos. Assim, no período de 1996 a 2002 são elaboradas as versões iniciais do Programa Nacional de Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012).

A partir de 2003 a Educação em Direitos Humanos conquista o Plano Nacional (PNEDH), o qual expressa a sistematização da educação multidimensional orientando a formação do sujeito de direitos. O Plano apresenta vários documentos, desde a Declaração Universal, a Constituição (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direito articulando as dimensões de apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos; a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos; a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivos, sociais, éticos e políticos; o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva; o fortalecimento de práticas individuais e sociais geradoras de ações e instrumentos a favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, assim como da reparação de suas violações (BRASIL, 2009: 25).

Nesse contexto que esta sendo pesquisado em Direitos Humanos, deve se observar o outro, onde nem todas as pessoas são iguais, as realidades existentes são

diversas, pautadas em classes sociais, etnias, gêneros, raça, crença, religiosidades, costumes, territórios diferentes e vários outros aspectos da vida.

Silva (1999), afirma que os Direitos Humanos estão sendo violados constantemente a partir da ampliação de políticas neoliberais que promove-se a manutenção da desigualdade social, fator que se constitui em um sério entrave à expansão e efetivação desses direitos.

Especificamente a discussão sobre o direito à educação escolar já se colocava na perspectiva de Bobbio (1992) como direito à diferença, em que se mesclam as questões de credo, etnia e gênero, entre outras.

As escolas em seu cotidiano, acaba revelando grande dificuldades no atendimento das demandas que esta diversidade provoca. Sendo assim, D'almeida, Eying e Hanna (2009) nos alertam que: as escolas devem tornar-se um lugar plural e dialógico, onde os estudantes não sejam levados apenas para ler textos, mas sim para entender contextos. Infelizmente as atividades escolares giram em torno da necessidade de reproduzir aquilo que é ditado pelos grupos dominantes. Direta e indiretamente, as escolas acabam reforçando em suas ações exclusões e injustiças às classes, raças e gêneros. (D'ALMEIDA, EYING e HANNA, 2009: 8-9).

Portanto, a educação como Direitos Humanos, torna-se instrumento de redução das desigualdades e discriminações, promovendo possibilidades de aproximação entre as pessoas, podendo mudar a visão histórica e culturalmente de mundo dos educandos. Benevides (2000) esclarece esta intenção de mudança quando afirma que a cultura de respeito à dignidade humana dirige-se à finalidade de eliminar preconceitos arraigados.

ARTE E FORMAÇÃO HUMANA

“Todas as artes contribuem para a maior de todas as artes: a arte de viver” (Bertolt Brecht)”.

A arte mostra-se presente na história da humanidade desde os tempos de outrora, sendo considerada uma necessidade de expressão do ser humano da relação homem/mundo. Por meio da arte o ser humano expressa suas necessidades, crenças, desejos e sonhos, onde a representação artística nos oferece elementos que facilitam a compreensão da história dos povos e de cada período.

O ato de se construir, fazer, produzir arte é um processo que passa pela mente, pelos sentidos e emoções que ao chegar em mãos e concretizar o trabalho, envolve um campo de conhecimento até mesmo inatingível pela lógica científica, tornando mais

completa por envolver o homem em todas as dimensões: cognitiva, social e afetiva. Pela arte o homem constrói sua cultura, transformando a natureza tanto no caráter técnico, racional e estético, fundando o trabalho. A arte capacita o indivíduo a interpretar ideias através de diferentes linguagens e formas, onde por meio da cultura pode se conhecer sua história, assim a arte na educação colabora com a formação do pensamento, da imaginação, da percepção e da sensibilidade do aluno. Ela tem o poder de transformar e humanizar o indivíduo, tornando-o crítico e consciente do seu papel social, onde o fazer criativo transforma não só a arte criada, mas o seu criador. Segundo Ostrower (1978:166), “ao exercer o seu potencial criador, trabalhando, criando em todos os âmbitos do seu fazer, o homem configura a sua vida e lhe dá um sentido.”

Quero afirmar, com todas as forças, que sem emoção, alegria, afetividade e senso de humor, não há possibilidade de crítica, de autocrítica e de transformação. Num país como nosso, marcado por desigualdades e injustiças devastadoras, não podemos sucumbir ao ceticismo ou à melancolia dos conformistas. Há que se ter uma pedagogia da indignação – porém, livre de ressentimentos, que só causam amargura estéril; há que se ter, como mostrou Paulo Freire, uma pedagogia da construção, do assombro e da admiração diante de tudo o que afirma a vida, que seja um permanente convite para compartilhar a alegria de viver (BENEVIDES, 2007: 349).

A produção do artista, representa a visão que vive em determinado tempo, as ideologias de classe e grupos, o espírito da época, os valores presentes no caráter intelectual e emocional, na criação, onde revela a idéia de que a arte é um conhecimento que provoca reflexão e crítica.

Conhecimento este que não deve ser considerado como um “meio” para as outras áreas do saber e sim como um “fim”, com seus próprios objetivos e conteúdos, envolvendo a simbologia, beleza e diversidade de linguagem, sendo considerada uma área que aborda o emocional. Portanto, repensar o aprendizado artístico, envolve vários tipos de conhecimentos, criando uma rede de significados, sendo de grande importância e transformação do ser humano. Onde, “Sem a nova arte não haverá o novo homem” (Vigotsky 2001: 329).

Vigotsky afirma que a arte é como uma técnica criada pelo ser humano que dá uma existência social objetivando aos sentimentos, podendo possibilitar assim que os indivíduos se relacionem com esses sentimentos, como algo externo que se interioriza por meio da catarse:

O social existe até mesmo onde há apenas um homem e as suas emoções individuais. Por isso, quando a arte realiza a catarse e arrasta para esse fogo purificador as comoções mais íntimas e mais vitalmente

importantes de uma alma individual, o seu efeito é um efeito social. A questão não se dá da maneira como representa a teoria do contágio, segundo a qual o sentimento que nasce em um indivíduo contagia a todos, torna-se social; ocorre exatamente o contrário. A refundição das emoções fora de nós realiza-se por força de um sentimento que foi objetivado, levado para fora de nós, materializado e fixado nos objetos externos da arte, que se tornaram instrumento da sociedade. A peculiaridade essencialíssima do homem, diferentemente do animal, consiste em que ele introduz e separa de seu corpo tanto o dispositivo da técnica quanto o dispositivo do conhecimento científico, que se tornaram instrumentos da sociedade. De igual maneira, a arte é uma técnica social do sentimento, um instrumento da sociedade através do qual incorpora ao ciclo da vida social os aspectos mais íntimos e pessoais do nosso ser. Seria mais correto dizer que o sentimento não se torna social, mas, ao contrário, torna-se pessoal, quando cada um de nós vivencia uma obra de arte, converte-se em pessoal sem com isto deixar de continuar social. (VIGOTSKI, 1998: 315).

Toda obra artística reflete a visão de mundo do seu criador, servindo como testemunho do seu tempo, na medida em que demonstra pontos de vista da sociedade. Porém a liberdade de expressão é um dos fundamentos da arte duradoura e que reflete a sociedade e mexe com a vida das pessoas, fazendo alguma diferença. Segundo Fischer (1987: 231), “[...] uma das grandes funções da arte numa época de imenso poder mecânico é a de mostrar que existem decisões livres, que o homem é capaz de criar situações de que precisa, as situações para as quais se inclina a sua vontade.” No mundo globalizado, o homem está passando por um processo de transformação, mudando hábitos, conceitos, pensamentos, porém é indispensável que aproveite a liberdade para se expressar, e o artista, sendo livre, deve usar da liberdade para desempenhar o seu papel social.

Para Vigotsky (2001: 339-340), o efeito moral da arte existe, sem dúvida e se manifesta em certa elucidação interior do mundo psíquico, em certa superação dos conflitos íntimos e, conseqüentemente, na libertação de certas forças constrangidas e reprimidas, particularmente das forças do comportamento moral. Portanto ele não desconsidera a importância dos efeitos morais da vivência estética, mas enfatiza que somente pela mediação da relação do indivíduo com a obra é que a arte pode exercer um papel formativo.

ARTE EM UM PROCESSO SÓCIO-EDUCATIVO ESCOLAR

Em sala de aula o estudo da arte é importante para o educando compreender a arte como sendo o resultado da relação do ser humano com a sociedade em que vive. Segundo

Ferreira (2001: 15), “As artes são produções culturais que precisam ser conhecidas e compreendidas pelos alunos, já que é nas culturas que nos constituímos como sujeitos humanos”. Somente a criança compreendendo o sentido dos seus hábitos, crenças, valores é que terá condições de os interligar às representações do homem.

A arte contribue para o ensino aprendizado, incentivando a busca do conhecimento nas diversas áreas, promovendo e desenvolvendo os processos históricos e científicos. Assim com a experiência que apresento como professora em sala de aula, percebo a grande contribuição da disciplina de artes no desenvolvimento emocional dos alunos e afirmação dentro dos ambientes de trabalho deles. Essa pesquisa tem o intuito de conscientizar sobre a importância deste aprendizado na formação do indivíduo, onde tudo se faz com arte, que também poderá estar relacionada com outras disciplinas.

A metodologia do ensino de artes deve ser reestruturada para um bom desenvolvimento do aluno, pois a arte tem um papel importante para a sociabilização e desenvolvimento do indivíduo, mas percebe-se também a necessidade do aperfeiçoamento constante não só do educando como também do educador, porque a arte está sempre em desenvolvimento e os seus estudos não são estáticos, se modificam e aperfeiçoam sempre. Onde por meio da arte o aluno adquire uma educação que torna efetivo o conhecimento e a cultura.

O professor tem papel de grande importância na formação dos indivíduos. Para Fuzari e Ferraz (1993: 34) “A educação escolar deve assumir, através do ensino e da aprendizagem [...] a responsabilidade de dar ao educando o instrumental para que ele exerça uma cidadania mais consciente, crítica e participante.” Segundo Barbosa (1990), o papel da arte na educação é grandemente afetado pelo modo como o professor e o aluno vêem o papel dela fora da escola, o professor precisa compreender qual o seu papel junto à comunidade educacional. Cabe a ele, transformar a atual visão que se tem da disciplina de Artes. Segundo Barbosa (1990: 46), “Todos os professores de arte sabem da necessidade de estudar e conhecer a teoria da percepção, a criatividade, a antropologia, a sociologia e a estética, mas poucos são os realmente empenhados nisso.” O educador em sua função tem a responsabilidade de oferecer ao educando experiências que lhe permitam compreender a arte como elemento presente em seu cotidiano, elemento este em que os desejos e a criatividade se unem em uma representação, assim como coloca Best (1996: 48), “As artes são emocionalmente criativas.”

O educador pode trabalhar com a arte de forma lúdica e interessante em sala de aula, trazendo a opinião, o contato entre si e a vivência do educando, utilizando para sua criação artística na sala de aula. Paulo Freire (1987: 78) escreveu que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, ou seja, a educação acontece do contato com os outros. O ensino acontece quando os adultos e as crianças ou jovens transitam pelo conhecimento e criam teias de relações entre o que é conhecido e o que há para conhecer.

Na concepção filosófica de John Dewey (2010: 45) “a arte como experiência exige do seu autor, um constante moldar e remoldar”. O fazer chega ao fim quando seu resultado é vivenciado como bom, onde essa experiência não vem por um mero julgamento intelectual e externo, mas sim na percepção direta. O artista, comparado aos seus semelhantes, é alguém não apenas simplesmente dotado de poderes de execução, mas também de uma sensibilidade inusitada às qualidades das coisas e esta sensibilidade ajuda a orientar os seus atos e criações.

O ensino da arte é compreendido pelos alunos, professores, pais e sociedade como sendo também uma disciplina importante e fundamental para a formação do aluno, de acordo com Buoro (2000: 36) “[...] também os pais colocam o trabalho de artes plásticas na escola em segundo plano, pois se sentem ansiosos com a alfabetização dos filhos e não sabem muito bem a finalidade das aulas de artes.” É importante e indispensável que toda a comunidade escolar tenha ciência do real objetivo do estudo de artes em sala de aula, valorizando a disciplina da mesma forma que as demais. Conforme Duarte Jr. (2003), alguns educadores entendem que o raciocínio lógico, a sensibilidade, a percepção estética estejam separados, isso está acontecendo na atualidade. Raciocínio e sensibilidade nunca estiveram tão separados como agora, porém essa separação é só aparente, pois na realidade o homem é um conjunto de sentimento e razão.

A arte permite um trabalho tanto coletivo como individual, que pode promover a autoconfiança e a coragem de se mostrar. Geralmente, essas competências são ignoradas na escola, aparecendo em momentos pontuais e como decoração do ambiente, dificultando o trabalho do professor. O campo das artes é visto como um campo teórico-prático, onde se trabalha razão e emoção, não consumindo somente a teoria, que logo poderá ser esquecido após as provas, mas sim juntamente com o trabalho prático, orientado para a ação, juntar o conhecimento sensorial que envolve todos os sentidos: visão, tato, olfato, audição, gustação, trabalhando a experimentação dos materiais de artes

nas suas produções em sala de aula. Onde o ensino tradicional promove o pensamento linear, causal, a arte oferece o pensamento em rede, discursivo e trabalha com a inteligência emocional, que supera assim um discurso modernista em que razão/sentimento, corpo/alma são tratados de uma forma dicotômica. Vale ressaltar que a instituição escolar tem também uma grande responsabilidade para que a Arte não se torne somente uma ilha criativa no conjunto de disciplinas.

Várias práticas de ensino de Arte foram adotadas com a aprovação da Lei 9394/96. Levando em conta os poucos profissionais com habilitação na área, o pouco interesse e conhecimento das escolas e os escassos recursos para a área, onde muitos professores ainda apresentam dificuldades em tornar aptos para concluir os objetivos propostos nos documentos curriculares sugeridos pelo MEC.

Contudo o processo de ensino, proporciona aos educandos os meios para assimilarem alguns conhecimentos adquiridos onde o docente tem a função de atuar na mediação entre o educando, a didática de ensino, os métodos e o conhecimento. Para Fuzari e Ferraz (1993) não é suficiente dizer que os alunos precisam dominar os conhecimentos, é necessário mostrar-lhes o caminho, isto é, investigar os objetivos e métodos seguros e eficazes para que o educando tenha condições de assimilar os conhecimentos.

“Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada.” (BARBOSA, 2003: 18).

Ana Mae Barbosa, afirma que a arte leva o aluno a construção, expressão, experimentação e reflexão de si mesmo e do mundo que o cerca, caminhando para um desenvolvimento de uma sociedade, onde há um equilíbrio entre a emoção e a razão que a muito tempo tem sido ignorado no processo ensino aprendizagem.

Assim entende se que a arte fornece um dos mais potentes sistemas simbólicos das culturas, auxiliando o educando a criar formas únicas de pensamento, aprendendo até mais do que o educador quer ensinar, buscando na sua vida e seu cotidiano informações que pode ser trabalhado em sala de aula.

De acordo com Fischer (1987: 51), “[...] o artista continua sendo o porta voz da sociedade.” Ainda nos dias atuais o artista tem uma função social indiscutível: ser um representante da sociedade, relatar em suas obras a realidade pela qual ela passa. Fischer (1987: 51-52) ainda manifesta “A tarefa do artista é expor ao seu público a significação profunda dos acontecimentos, fazendo-o compreender claramente a

necessidade e as relações essenciais entre o homem e a natureza e entre o homem e a sociedade”

Sendo assim, a escola é um ambiente que permite ao aluno compreender a arte como sendo uma forma de expressão do seu universo, onde ela apresenta como fruto das vivências, da relação e compreensão de todo o meio que o circula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E por fim, conclui, que ao pesquisar acerca das contribuições da arte na Educação em Direitos Humanos mesmo sendo um desafio nas escolas, percebe que a arte sendo fiel as suas significações sempre representará o indivíduo em sua relação com o mundo, estando este eternamente em evolução. As atividades vivenciadas em artes proporcionam ao educando o desenvolvimento da criatividade, tornando-o um ser crítico, pensante e atuante, porém com respeito ao próximo. Somente assim se tornará cidadão ativo e participante na sociedade em que estiver inserido. Relacionando portanto a arte com os caminhos que foram construídos na Educação em Direitos Humanos , percebe se que todos os seres humanos têm o direito a ser igualmente respeitados pelo simples fato de sua humanidade. Acredito que o educador em Direitos Humanos tem uma grande responsabilidade, pois antes de tudo precisa educar-se, para depois educar os demais com base no respeito, na solidariedade, na compreensão e na aceitação das diferenças. Assim acredito que para que o desenvolvimento da Educação em Direitos Humanos ocorra de fato, é preciso que as práticas educacionais sejam dialógicas e participativas, dando oportunidades a todos. Portanto, a educação em Direitos Humanos e a cidadania é uma conquista, no qual os direitos se consolidam e se concretizam a medida que se luta por eles.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BARBOSA, Ana Mae. **A Imagem no Ensino da Arte**. 2ª editora. - São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996.
- _____. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998. 200p., (Arte & ensino).
- BARBOSA, Ana Mãe Tavares Bastos. (Org.) **Inquietações e mudanças no Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2003. 184p.

BENEVIDES, M.V. **Educação em Direitos Humanos: Do que se trata?** In: Seminário Nacional de Educação em Direitos Humanos, São Paulo:[s.n.], 2000.

BITTAR, Eduardo C. B. **Democracia, justiça e direitos humanos. Estudos de teoria crítica e filosofia do direito.** São Paulo: Saraiva, 2011.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB.** Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União de 30 mai. 2012, p. 33. Seção 1.

BRASIL. **Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** 5. tir. atual. Brasília: MEC/SEDH, 2009.

BRECHT, B. **Teatro dialético: ensaios.** Seleção e introdução de Luiz Carlos Maciel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BUORO, Anamélia Bueno. **Olhos que pintam.** São Paulo: Editora PUC, 2002, 252 p.

BUORO, Anamélia Bueno. **O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola.** 4º edição. São Paulo: Cortez, 2000.

CANDAU, V. Maria. **Educação em direitos humanos: desafios atuais.** In: SILVEIRA, R. M. Godoy *et al.* Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológico. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

D'ALMEIDA, M.L.P.K. EYING, A.M. HANNA P. C M. **Diversidade e Direitos Humanos: A escola como espaço de discussão e convívio com a diferença.** In: IX Congresso Nacional de Educação, EDUCERE. Comunicação. Curitiba, 2009.

DEWEY, John. **A arte como experiência.** Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Editora Martins, 2010.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **Fundamentos estéticos da educação.** 3. ed. Campinas: Papirus, 1994.

FERREIRA, Sueli. **O ensino da artes: construindo caminhos.** 3º edição, Campinas: Papirus, 2001

FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte.** 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987. 254 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUZARI, Maria Helismina; FERRAZ, Maria Heloisa. **Metodologia do ensino da arte**. São Paulo. Cortez, 1993, 2º edição. 135p.

ONU. **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**. *Declaração Internacional dos Direitos Humanos*. 1948.

OSTROWER; Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. 2ª ED. Petrópolis: Vozes, 1978.

POLONIA, A. C. ; Soares Filho, M. M. **Desafios para uma Educação em Direitos Humanos no Brasil**. *Hegemonia* (Brasília) , v. 25, p. 4-29.

SILVA, K. S. **Neoliberalismo e Direitos Humanos: Trajetórias opostas**. *Revista Sequência – Estudos Jurídicos e Políticos*, UFSC, Florianópolis, v. 20, n.39, p. 96 – 113, dez. 1999.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

VYGOTSKY, L. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Políticas de extensão universitária e a disputa pela hegemonia: a questão dos direitos humanos na UFPB**. João Pessoa: Programa de PósGraduação em Educação (Tese de Doutorado), 2010, 417fls.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HISTÓRIA DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO

*Hellen Pires Carneiro*³²⁵

RESUMO: A Educação de Jovens e Adultos apresenta-se como uma alternativa de aprendizado da educação básica para aqueles que, por algum motivo, não puderam cursar o ensino regular dos 6 aos 14 anos. Diversas são as causas que levam o aluno a abandonar o ensino básico durante sua infância. Entender essas razões e os motivos que os trazem para a escola é de extrema importância para contornar tal realidade. O método de ensino aplicado à esses alunos também deve ser diferenciado, pois são indivíduos heterogêneos, com realidades diferentes e com histórias que devem ser exploradas de forma a tornar o aprendizado mais eficiente e atrativo. Vale destacar que o desenvolvimento de políticas públicas que abordem essa área da educação é recente e sua instalação ocorreu de forma distinta em cada município. Sendo assim, foi feito um levantamento bibliográfico a fim de compreender a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Ipameri-GO; analisar a evolução do método de alfabetização utilizado na EJA ao longo do tempo; enumerar as causas que levaram os alunos a abandonar os estudos na idade adequada e, apresentar os motivos que os levaram a retomar os estudos.

Palavras-Chave: *Educação de Jovens e Adultos (EJA), Alfabetização, Ensino de História, Experiências.*

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos tem conquistado adeptos a cada ano que passa por sua estrutura que contempla uma formação rápida, dando oportunidade de estudo para as pessoas que não tiveram chance de obtê-lo com a idade adequada. O acesso à educação é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 que prevê ensino obrigatório e gratuito a toda população. Esses pontos também estão previstos na Constituição Federal de 1988 no seu art. 37, parágrafos 1º e 2º, dispostos a seguir:

Art. 37º - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular,

³²⁵ Mestrando do Programa Pós-Graduação, Mestrado Profissional em História – 2021/Universidade Federal de Catalão-GO – UFCAT / E-mail: hellenpirescarneiro@gmail.com / Orientador: Prof. Dr. Ismar da Silva Costa.

oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996, p. 13).

O retorno desses sujeitos à escola ocorre na tentativa de resgatar sua dignidade e melhorar sua condição de vida, pois estando inseridos em um mundo globalizado, repleto de tecnologias e descobertas científicas, faz-se necessário o aprimoramento do indivíduo para acompanhar as evoluções que o cercam. Esse aprimoramento inicia-se com o retorno a escola para adquirir cada vez mais conhecimento que poderá ser utilizado, dentre outros lugares, por exemplo: no mercado de trabalho ampliando suas possibilidades de mudar de vida.

A falta de estudo da população aumenta a desigualdade social, pois sem estudo as pessoas não conseguem um bom emprego, como menciona Souza, et al (s/d, p. 3)

O mercado de trabalho é muito reduzido para os indivíduos apenas alfabetizados, [...] esses costumam inserir-se no emprego doméstico. Jovens e adultos com baixo nível de escolarização não conseguem empregos com salários razoáveis, para os quais são exigidos certificados de estudos.

Esses indivíduos têm uma inserção marginal à sociedade, podendo ser alvo de preconceitos por fazerem parte da parcela mais pobre da população. Ipameri, que será o *Lócus* de nossa pesquisa, vivenciou pós seu apogeu nos anos 50 do século passado, uma onda migratória com a chegada das agroindústrias, capitaneadas principalmente pela soja.

Migrações estas que fazem as pessoas abandonarem os estudos muito cedo, retornando quando estão mais velhas, muitas vezes para elevar sua autoestima conseguindo a tão almejada independência, quando se aprende a ler e escrever, como descreve Barbosa (2015, p. 30) “a capacidade de juntar as sílabas e formar palavras é uma atitude de liberdade, na idade adulta, após passar um longo período da vida sem saber ler, significa uma vitória de vida.”

Pode-se afirmar que a maioria das pessoas que não tem estudo dependem de alguém para auxiliá-los em atividades que exigem a leitura ou a escrita, como por exemplo uma simples ida ao supermercado pode se tornar um problema que deve ser enfrentado, como continua Barbosa (2015, p. 30) “é de extrema importância ser conhecedor das palavras, pois é através dessa aprendizagem que os alfabetizados passam a entender o mundo.”

O aluno necessita desenvolver uma consciência crítica para orientá-lo no convívio em sociedade. Isso ocorre quando o professor utiliza mecanismos para a obtenção e construção do conhecimento, possibilitando ao indivíduo compreender o meio no qual está inserido. Assim, a aprendizagem, de acordo com Gago (2016, p. 161) “é um processo mental em que as competências necessárias são capturadas para orientar a sua própria vida através da consciência histórica que foi previamente dada pela cultura histórica da sociedade de cada um.” O desenvolvimento do conhecimento histórico (crítico) contribui para a inserção do indivíduo na sociedade, bem como auxilia na compreensão da necessidade de ser alfabetizado mesmo que tardiamente para obter uma melhora na sua qualidade de vida.

Diante do exposto, esse trabalho tem por finalidade conhecer a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Ipameri-GO; analisar a evolução do método de alfabetização utilizado na EJA ao longo do tempo; enumerar as causas que levaram os alunos a abandonar os estudos quando estavam na idade adequada e; apresentar os motivos que levaram os alunos da EJA a retomarem os estudos.

Entretanto, como a pesquisa ainda está em andamento, neste artigo apresento apenas os resultados iniciais, limitando-me a uma discussão bibliográfica sobre os autores já estudados até o momento.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO

A Educação de Jovens e Adultos é um mecanismo utilizado para reduzir os índices de analfabetos no país, sendo considerados analfabetos as pessoas que não aprenderam o funcionamento do código alfabético que envolve a leitura e a escrita (OLIVEIRA, 2015). Segundo estimativas do último censo, realizado em 2016, cerca de 7,2% da população acima de 15 anos de idade continua analfabeta, uma estimativa de 11,8 milhões de pessoas (IBGE, 2016). Esses dados tem um ligeiro aumento quando se refere aos analfabetos funcionais que conforme Oliveira (2015, p. 14) trata-se da “pessoa que mesmo sabendo ler e escrever um enunciado simples, como um bilhete, por exemplo, ainda não tem as habilidades de leitura, escrita e cálculo necessárias para participar da vida social em suas diversas dimensões.” Um problema social preocupante para o país, pois existem muitas pessoas que não são capazes de se desenvolver sozinhas, não conseguindo relacionar o que leem e escrevem com o seu cotidiano sem o auxílio do professor. Esse público é

classificado pelo senso como as pessoas que possuem menos de quatro anos de estudos (MARQUES, 2012).

Na tentativa de reduzir estes índices o governo criou ao longo dos anos metas para tentar erradicar o analfabetismo no país como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, que dentre suas metas pretendia alfabetizar as pessoas no prazo de três meses (PAIVA, 1987). Os programas de alfabetização e educação popular de Paulo Freire, em 1960, que tinha como meta a educação de adultos no Brasil (BRASIL, 2017).

O MOBRAL, em 1967, que pretendia acabar com o analfabetismo em apenas 10 anos. Tinha como método alfabetizar através de palavras chaves do cotidiano do povo. Este movimento chegou ao município de Ipameri na década de 70, sendo a primeira iniciativa que se preocupava em alfabetizar os adultos da cidade (BRASIL, 2017). Em 1985, foi substituído pela Fundação EDUCAR que apoiou financeiramente e tecnicamente a educação de adultos no Brasil (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Por meio deste programa a cidade de Ipameri recebeu verbas para pagamento de funcionários e custeio de materiais para manter funcionando a modalidade de ensino EJA.

Com o fim da fundação EDUCAR alguns estados e municípios assumiram a responsabilidade de manter funcionando a modalidade de ensino EJA, a cidade de Ipameri foi uma delas, intervindo junto ao MEC para continuar ensinando seus jovens e adultos (BRASIL, 2017).

No ano de 2002 a Educação de Jovens e Adultos foi regularizada no município e nos anos de 2005 e 2006 recebeu uma verba específica para poder melhorar suas condições de funcionamento adquirindo materiais adequados para o ensino da EJA. Porém, a instituição só começou a ganhar recursos próprios para se manter (PDDE e Merenda Escolar) a partir do ano de 2010, com a promulgação da Lei Municipal nº 2.750 (BRASIL, 2017).

O MÉTODO DE ENSINO NA EJA

Ao longo do tempo houve muitos estudos que se preocuparam com o método de alfabetização utilizados na modalidade de ensino EJA, determinando a melhor forma de se ensinar os alunos a ler e escrever. A esse respeito Frade (2005, p. 35) menciona que:

O método de alfabetizar é uma expressão que pode designar: um método específico, como o silábico, o fônico, o global; um livro didático de alfabetização proposto por algum autor; um conjunto de princípios teóricos-procedimentais que organizam o trabalho pedagógico em torno da alfabetização, filiado ou não uma vertente teórica explícita ou única; um conjunto de saberes práticos ou de princípios organizadores do processo de alfabetização, criados ou recriados pelo professor em seu trabalho pedagógico.

Pontos que norteiam a prática do professor dentro de sala de aula permitindo a escolha dos caminhos a serem trilhados no processo de ensino-aprendizagem para que juntos se consiga chegar à construção do conhecimento. Neste sentido, para Paulo Freire o processo de alfabetização está longe de ser uma mera repetição mecânica dos signos linguísticos, muito menos a memorização de símbolos. De acordo com o autor, trata-se de “um ato político que pode contribuir para a transformação social e a libertação do oprimido” (FREIRE, 1996, p. 39). Em outras palavras, a alfabetização é uma forma de despertar a capacidade do indivíduo para fazer a leitura do mundo que o cerca.

O método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, um dos mais influentes pensadores do campo educacional, ficou conhecido em todo mundo e pode ser dividido em três diferentes etapas, sendo elas:

1) Etapa de investigação: aluno e professor buscam, no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele vive as palavras e temas centrais de sua biografia; 2) Etapa de tematização: aqui eles codificam esses temas, buscando o seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido; 3) Etapa de problematização: aluno e professor buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica do mundo, partindo para a transformação do contexto vivido (OLIVEIRA, 2015, p. 20).

A primeira etapa propõe que o professor, através de seu papel de mediador, busque utilizar no processo de alfabetização de jovens e adultos palavras que se aproximam do cotidiano do aluno para facilitar seu reconhecimento e entendimento, respeitando sua história de vida. Dessa forma, o professor consegue prender a atenção do aluno e transmitir um conteúdo novo caminhando em direção a formação de sua consciência crítica. A segunda etapa ocorre quando o aluno assimila o conteúdo novo em sua mente e decodifica, agregando um significado para o que foi ensinado pelo professor. A terceira etapa acontece com o estabelecimento da relação professor-aluno, onde o professor se junta com o aluno para a formulação do conhecimento que levará para sua vida. Considerando que o ato de educar é muito mais do que a simples imposição do conteúdo,

requer a troca de experiências entre o aluno e o professor para a obtenção de um bem maior, a construção do saber.

Seguindo este raciocínio Soares, Pedrosa (2013, p. 252) afirma que:

[...] não se pode desconsiderar que esses alunos jovens e adultos possuem uma bagagem de conhecimentos, construída ao longo de suas histórias de vida. Eles trazem consigo saberes, crenças e valores já constituídos, e é a partir do reconhecimento do valor de suas experiências de vida e de suas visões de mundo que cada aluno jovem ou adulto pode apropriar-se das aprendizagens escolares de modo crítico.

Esta proposta de alfabetização de Paulo Freire possibilita uma aprendizagem libertadora abrindo espaço para os jovens e adultos da modalidade de ensino EJA poderem problematizar sua realidade e se posicionarem diante dos fatos, obtendo as condições necessárias para o exercício da cidadania.

Entretanto, para ocorrer a formação da consciência crítica no aluno, o processo de aprendizagem deve perpassar pelos quatro estágios de Habilidades, descritos a seguir:

- a capacidade de vivenciar a experiência histórica;
- a capacidade de interpretação de experiência histórica;
- a capacidade de usar a experiência histórica interpretada (conhecimento histórico) para orientar a sua própria vida no quadro de uma ideia corroborada empiricamente no decurso do tempo das vidas humanas – esta orientação inclui um conceito de identidade histórica;
- a capacidade de motivar as nossas próprias atividades de acordo com a ideia do nosso lugar nas mudanças que ocorrem no tempo (GAGO, 2016, p. 161).

Deve-se considerar que o sujeito possui histórias de vida que precisam ser respeitadas pelo professor e mediadas para a construção do conhecimento, pois a aproximação do conteúdo com o cotidiano do aluno facilita sua assimilação e compreensão. Dessa forma, o aluno consegue utilizar o conhecimento adquirido para auxiliá-lo em ações indispensáveis à sua rotina diária, contribuindo para formar sua identidade e melhorar sua qualidade de vida.

A partir dessas definições pode-se perceber que o uso do método de alfabetização proposto por Paulo Freire possibilita ao aluno fazer uma leitura da sociedade na qual está inserido e estruturar sua consciência crítica. Fator que depende do fazer (mediação) do professor que está alfabetizando o aluno da EJA, pois adquire a função de historiador quando relaciona o conteúdo com o cotidiano do aluno, através do uso de palavras geradoras. A esse respeito Rusen (2007, p. 33-4) afirma que a ação do ensino de história

“tem por objetivo, pois, extrair do lastro do passado pontos de vista e perspectivas para a orientação do agir, nos quais tenham espaço a subjetividade dos agentes e sua busca de uma relação livre consigo mesmo e com seu mundo.” Ou seja, ao analisar um documento (neste caso, palavra geradora) o historiador (professor) interpreta os fatos ocorridos no passado buscando responder as ações do presente, fazendo uma ligação da forma de ensinar com o conhecimento prévio do aluno e promovendo uma aprendizagem que o estimule a desenvolver sua capacidade mental.

Através do uso de palavras geradoras, o professor consegue problematizar acontecimentos do cotidiano do aluno proporcionando a construção de sua consciência crítica. Uma forma de ensino que interliga os métodos de alfabetização existentes com o conhecimento cotidiano do aluno para poder consolidar um ensino-aprendizagem de qualidade. Estimulando a compreensão da realidade vivida pelos próprios alunos.

Assim, para Reis (2020), o sentido histórico ocorre quando o aluno consegue refletir sobre os acontecimentos no presente através da compreensão do passado. Uma maneira do indivíduo se orientar no tempo para construir narrativas que tenham significados. Proporcionando a estruturação de sua própria identidade social.

Reis (2020) aponta o impacto que as obras de Rusen causam para o ensino-aprendizagem ao colocar em discussão o conceito de consciência histórica (crítica). Um conceito que favorece a prática do professor considerando-o como mediador do conhecimento dentro da sala de aula. O professor passa a ser o responsável por conectar conceitos como identidade, competência e cultura histórica. Itens que necessitam da comunicação, do questionamento e da negociação com a história. Uma forma de gerenciar as ideias obtidas pelos alunos, pois quando o professor interliga o conhecimento prévio do aluno com o conteúdo ministrado estimula a capacidade do indivíduo pensar historicamente, orientando sua vida prática.

Nessa perspectiva, a teoria histórica de Rusen propõe um ensino voltado para a formação da cidadania, com a existência de uma articulação entre o conteúdo teórico e a prática cotidiana do aluno. Trata-se de uma pesquisa importante para a educação de uma forma geral, pois contribui com debates a respeito do processo de ensino-aprendizagem e sobre os mecanismos necessários para obtenção da consciência histórica do aluno. Contribuindo com a formação de indivíduos cada vez mais críticos e participativos na sociedade.

O PROCESSO DE EVASÃO

Diferentes causas podem levar ao desligamento do aluno do ensino em sua idade regular. Para Ferreira (2011), as principais causas da evasão escolar estão relacionadas a escola, devido a ser não atrativa, ter professores despreparados, ser insuficiente, autoritária e não despertar motivação; ao aluno que é desinteressado, indisciplinado, possui problemas de saúde, gravidez, entre outros; aos pais e/ou responsáveis que deixam a desejar em relação ao cumprimento de seu pátrio poder, possuem desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc; por fim, causas sociais como o trabalho, com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues e etc.

Segundo a visão de Arroyo (1997, p. 23):

Na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de apontar a desestruturação familiar, e o professor ao aluno que não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabe-se que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta e, para isso é preciso professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador.

Entender os motivos relacionados a evasão escolar é o primeiro passo para tentar reverter essa situação, através do emprego de técnicas que contornem tais problemas e mantenham uma maior quantidade de alunos na escola. Não se deve elencar os culpados da evasão, mas entender as limitações existentes para permanência do aluno. É importante que, tanto o professor quanto a escola, tenham a sensibilidade de compreender o contexto em que o aluno vive, bem como suas necessidades educacionais, e busquem estratégias para que o aluno se perceba como ser ativo e importante no processo de aprendizagem escolar.

De acordo com a Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas públicas (GESTA, 2017), a evasão nas escolas se dá, principalmente, pelo acesso limitado dos alunos, as necessidades especiais, gravidez e maternidade, criminalidade, inserção no mercado de trabalho, pobreza, violência, dificuldade no processo de aprendizagem, má qualidade da educação ofertada e questões emocionais.

Diversos autores deram sua contribuição ao tema elencando hipóteses para a afastamento do aluno da educação regular. Oliveira (s/d) menciona que a evasão se dá no momento em que aluno começa a atuar no mercado de trabalho; ou quando não há condições de acesso e segurança; por incompatibilidade de horários; pela falta de vagas

na escola, falta de professor e falta de material didático; ou, ainda, por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa. Para Queiroz (s/d) a evasão se deve à exaustão do aluno, pois são obrigados a trabalhar para garantir o sustento dele mesmo e da sua família. Corroborando com esses autores e indo um pouco mais além, Digiácomo (2011) aponta que a evasão tem se tornado algo comum no ambiente escolar e ao invés de adotarem medidas para reduzir os índices de evasão são fornecidas vagas em número superior ao suportado, contando com a porcentagem de desistência ao longo do ano letivo.

Segundo os dados do Censo Escolar, levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) entre os anos de 2014 e 2015, a taxa de evasão escolar para alunos do 9º do ensino fundamental é de 7,7%, sendo presente em todo o território nacional. Nos últimos 10 anos os governos federal, estadual e municipal vêm adotando medidas para reduzir a taxa de evasão, visando combater em sua totalidade o abandono escolar, entretanto o ensino continua perdendo estudantes, sendo essa uma realidade nacional, com projeção de pequena melhora para os anos subsequentes (INEP, 2017).

Isso mostra que ainda há muito o que ser melhorado na Educação de Jovens e Adultos para que esses se sintam confortáveis a retornarem para sala de aula. Sabe-se que o aluno da EJA possui baixa autoestima, resultado da sua eventual passagem anterior pela escola, que foi marcada pela exclusão e pelo insucesso escolar. Devido a essa passagem anterior, esse estudante volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, demonstra insegurança e desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem (CUNHA et al., 2018). Dessa forma, cabe aos professores e gestores promoverem atitudes e estratégias que motivem essa classe de alunos a permanecerem na escola e a concluírem seus estudos. Se faz necessário, também, mais políticas públicas que favoreçam e incentivem os alunos a continuarem na vida escolar.

O RETORNO DO ALUNO A EJA

A heterogeneidade presente entre os alunos torna a sala de aula um lugar propício ao diálogo e trocas de saberes, devido serem pessoas repletas de conhecimento, experiências, vivências e anseios. São distintos em termos culturais, sociais e políticos, podendo enriquecer sobre maneira todo o conteúdo trabalhado em sala de aula. Entretanto, a singularidade de cada aluno deve ser trabalhada pelo docente, sendo importante a valorização da fala do educando, explorando tais conhecimentos, buscando

relações entre eles e incentivos para o aprendizado escolar (TAMAROZZI; COSTA, 2009).

O ambiente a que estes sujeitos estão sendo expostos deve ser pensado e adequado a sua condição, que conforme Arroyo (2007, p. 21) “será necessário começar por vê-los como passageiros, continuando passagens iniciadas bem cedo, na infância. Mas de onde, para onde? Por que e para que ou na espera de quê? Caminham pelo direito à educação,”. A abertura ao diálogo e a associação do ensino ao cotidiano do aluno faz com que eles se sintam valorizados e respeitados no contexto escolar, mantendo o interesse e a vontade de prosseguir neste caminho.

O sujeito que retorna à sala de aula vem com a esperança de garantir para si e sua família uma vida mais justa e humana, conquistando o direito de igualdade perante os demais. Há também a necessidade de se afirmarem capazes e serem reconhecidos por seus méritos, aumentando a confiança e autoestima do indivíduo quanto a sua condição.

Vale destacar que o aluno que cursa a EJA está ali por vontade própria e não por obrigação e essa iniciativa deve ser valorizada e incentivada, de forma a estimular que o aluno conclua o ensino básico nesta segunda tentativa. Deve ser mostrado que após a conclusão novos caminhos podem se abrir, permitindo que essas pessoas tenham o direito de escolher seu futuro, trabalhando com o que gostam, cursando a faculdade ou algum curso técnico, ter promoções, conquistar um novo emprego com melhores condições, entre diversas outras oportunidades.

O professor inserido na EJA deve fazer papel de mediador e incentivador desses jovens e adultos, cabe a ele mostrar a esses indivíduos todas as oportunidades que o ensino pode promover. De acordo com Nogueira (2009, p. 2).

Cabe ao professor perceber o que os alunos almejam com os estudos e com base nessa informação ele deve construir uma prática para atender às diferentes necessidades de aprendizagem. Deixar que cada aluno contribua com suas lembranças e experiências é fundamental para que todos se sintam inseridos neste processo. Nesse caso, deve-se priorizar o que é relevante de fato para a turma, ao mesmo tempo repensar as formas de mediação dos conteúdos e de avaliação da EJA.

O discente da EJA não deve ser visto de forma marginalizada ou ser tratado como alguém que não tem opções devido a ter uma condição de vida mais avançada com trabalho, filhos e obrigações. Ao contrário disso, deve ser destacado que essa situação pode ser passageira, que há possibilidade de um futuro diferente fornecido pelo ensino, assim com destaca Arroyo (2009, p.16),

Ver os jovens como trabalhadores exige não vê-los apenas como estudantes em percursos escolares truncados a serem supridos. Nem sequer vê-los como estudantes que trabalham. Ser trabalhador não é um acidente a mais na sua condição de estudantes. Como ser pobres e lutar pela sobrevivência em trabalhos formais ou informais não é um acidente dos jovens-adultos estudantes na EJA.

Reconhecer os jovens e adultos da EJA como estudantes é dar a eles uma segunda chance, mostrar que seu esforço pode dar resultados. A busca por uma vida mais digna e reconhecimento da sociedade e do próprio aluno como um ser capaz é o que faz com que o indivíduo retorne para a sala de aula. Contudo, ele permanece na EJA até a sua conclusão pelo incentivo e esperança dados ao longo do trajeto, sendo o professor e a instituição pontos-chaves neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos chegou ao município de Ipameri a pouco mais de 50 anos e, desde então, vem promovendo a formação de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino básico no período regular. A didática tratada na sala de aula da EJA deve ser compatível com o nível heterogêneo dos alunos, sendo importante vincular e inserir a teoria com vivência prática dos estudantes, dando margem para que eles contribuam com o ensino através de suas histórias e vivência, enriquecendo ainda mais o ambiente escolar.

Diversos são os motivos que levam um aluno regular a abandonar os estudos, dentre eles a necessidade de trabalhar, ter constituído família, incompatibilidade de horários, dificuldade de acesso, entre outros. Entretanto, quando esse aluno retorna a sala de aula vem em busca de melhores condições de vida, de ser reconhecido pela sociedade e de aumentar sua autoestima provando ser capaz. Cabe ao docente incentivar essa iniciativa do aluno, fazendo que ele continue frequentando a escola até sua conclusão, e mostrar o amplo caminho que esse indivíduo tem pela frente através das oportunidades geradas pelo ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. História dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: contexto, 2005.

ARROYO, M. G. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

ARROYO, Miguel G. **Reinventando a EJA**. Projeto de Educação de Trabalhadores-PET. In: NUNES, A. M. M. & CUNHA, C. M. (orgs.). Projeto de Educação de Trabalhadores: pontos, vírgulas e reticências- Um olhar de alguns elementos da EJA através do ensimesmo do PET. Belo Horizonte: PET, 2009.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**: itinerários pelo direito à uma vida justa. Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

BARBOSA, Rosimeire. Os desafios da alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. **TCC de Especialização**. Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15366/1/2015_RosimeireBarbosa_tcc.pdf> Acesso em: 05 mar. 2021.

BOGDAN, R. C.; BILKEN, S. K. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos – José Pedroso de Deus, Ipameri-GO, 2017.

CUNHA, A. C.; FARIAS, P. S.; FRANCISCO, A. F. A vida é um desafio: como a desigualdade social e a evasão escolar caminham juntas no município de Volta Grande. **EJA em Debate**, v. 7, n. 12, p. 1-13, 2018.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar**. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-825.html>> Acesso em: 11 mai. 2021.

FERREIRA, L. A. M. **Evasão Escolar**. 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/18021439-Evasao-escolar-luiz-antonio-miguel-ferreira-promotor-de-justica-sp.html>>. Acesso em 11 mai. 2021.

FRADE Isabel Cristina Alves Silva. **Métodos e didáticas de alfabetização**: histórias características e modos de fazer de professores: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2008%20Metodos_didaticas_alfabetizacao.pdf> Acesso em: 06 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAGO, Marília. Entrevista – Jorn Rusen: Algumas ideias sobre a interseção da meta-história e da didática da história. In: **Revista História Hoje**, Porto-Portugal, v. 5, n. 9,

2016. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/245/163>> Acesso em: 22/03/2021

GESTA - Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas. **Engajamento escolar**, Brasil, 2017. Disponível em: <<http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/#bibliografia>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. **Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora**: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos**. São Paulo: CEDI, Ação Educativa, 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1720/23.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 07 jun. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **PNAD 2016**: Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=52969&view=detalhes>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar da educação básica, dados sobre a evasão escolar no Brasil**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206>. Acesso em: 11 mai. 2021.

MACCALI, N.; et al. História de vida: Uma possibilidade metodológica de pesquisar os aspectos subjetivos no processo de tomada de decisão. In: **Anais – XXXVII Encontro da ANPAD, ENANPAD**. Rio de Janeiro – RJ, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ1312.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

MARQUES, Bárbara Charlois. O processo de alfabetização de jovens e adultos. In: **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. São Roque, FAC, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v3-n1-2012/Barbara.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2021.

NOGUEIRA, Renata Coelho. **A perspectiva do ensino de história na EJA**: a partir dos instrumentos avaliativos. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/a-perspectiva-do-ensino-de-historia-na-eja-a-partir-dos-instrumentos-avaliativos/3731>>. Acesso em: 09 jun, 2021.

OLIVEIRA, P. C. S. “Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA. **DOCPLAYER**. s/d. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/5539195-Evasao-escolar-de-alunos-trabalhadores-na-eja.html>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

OLIVEIRA, Shirllene Ferreira Simplicio. Alfabetização, Letramento e Educação de Jovens e Adultos (EJA): caminhos e descaminhos. **Trabalho de Conclusão de Curso**

(Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande – PB. 2015. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7958/1/PDF%20-%20Shirlene%20Ferreira%20Simpl%C3%ADcio%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 05 mar 2021.

PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1987.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar:** para se pensar na inclusão escolar. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.Rtf>. Acesso em: 11 mai. 2021.

REIS, Aaron Serra Cerqueira. A teoria de Rusen e o ensino de história: possibilidades de pesquisa a partir da consciência histórica. In: BUENO, A.; CAMPOS, C. E.; GONÇALVES, D. P. (org.). **Ensino de História: Teorias e Metodologias.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens – UFMS, 2020. Disponível em: <<https://muarq.ufms.br/files/2021/03/Ensino-de-Histo%CC%81ria-Teorias-e-Metodologias-2020-Livro.pdf>> Acesso em: 22 mai. 2021.

RUSEN, Jorn. **História viva:** teoria da história III – formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão Rezende Martins. Brasília: ed. UnB, 2007.

SOARES, L. J. G.; PEDROSO, A. P. F. Dialogicidade e a Formação de Educadores na EJA: as contribuições de Paulo Freire. **Educação Temática Digital**, Campinas-SP, v. 15, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/view/3063>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SOUZA, F. P. DE; et al. Educação de jovens e adultos: processo de alfabetização na EJA. In: **Anais – VIII Fórum Internacional de Pedagogia, FIPED,** s/d. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD4_SA20_ID2634_28092016151013.pdf> Acesso em: 12 mar. 2021.

TAMAROZZI, E.; COSTA, R. P. **Educação de Jovens e Adultos.** 2. Ed. Curitiba: IESDE Brasil. S. A., 2009.

O PAPEL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ENSINO DA ARTE PERANTE A DIVERSIDADE CULTURAL

*Ismeinem Vieira de Faria Araújo*³²⁶

RESUMO: Versando acerca da Teoria das Representações Sociais (TRS) e seu pertinente empenho para o Ensino da Arte, perante a questão da diversidade cultural, o presente artigo objetiva compreender e perceber o importante papel das Representações Sociais no Ensino de Arte. Apresentamos a problemática apontando em que a TRS se caracteriza como relevante e quais contribuições pode fornecer. A apresentação e o estudo de textos, ensaios, artigos e livros demonstraram que a metodologia aplicada na construção deste artigo aponta, no decorrer de toda discussão feita por meio da revisão bibliográfica, que se justifica utilizar amplamente as Representações Sociais. Atualmente, elas são uma forma de comunicação da sociedade, sendo fundante e primordial para o processo de construção do indivíduo. É importante se observar quais TRS estão sendo postas no Ensino de Arte em Goiás e se elas dialogam com as culturas, imagens e símbolos do nosso mundo tão diversificado.

Palavras-chave: *Diversidade Cultural, Ensino de Arte, Teoria das Representações Sociais.*

“Dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos”³²⁷

INTRODUÇÃO

Realizar uma pesquisa é tarefa complexa e não é à toa que os manuais de metodologia têm seu *altar* cativo nas livrarias. (Arruda & Carvalho, 2008: 447)

A proposta do presente artigo está na discussão, entendimento e compreensão acerca das teorias das Representações Sociais, seu empenho como elemento relevante para o Ensino da Arte perante a diversidade cultural. Destacamos a importância das representações sociais como veículo de comunicação da sociedade e o importante diálogo

³²⁶ Arte Educadora, Especialista em Arte Educação e Docência do Ensino Superior, mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás- Escola de Formação de Professores e Humanidades. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros. Servidora Pública efetiva na Secretaria do Estado de Educação no cargo: Tutora Educacional. <http://lattes.cnpq.br/0702502218983744>. E-mail: ismeinem.vieira@seduc.go.gov.br

³²⁷ Renato Ortiz, (1994: 7).

existente no Ensino de Arte e a questão da diversidade cultural, observando sua multiplicidade.

Na citação inicial, Carvalho e Arruda (2008) destacam sobre a complexidade da realização de uma pesquisa e o atento olhar no debruçar e no folhear as páginas de diversos livros, artigos, ensaios e textos. É o que faremos a seguir, de modo a incluir essa teoria na temática de dissertação. Ela tem por tema a Arte e a Diversidade: Um Estudo a partir da Consciência Histórica na prática dos docentes do Ensino de Arte da Rede Estadual Pública em Trindade, na qual a mesma segue em construção e pesquisa.

Defende-se que tanto os autores como os livros, textos, ensaios e artigos, trazem considerações exitosas, notáveis e significativas na pesquisa sobre diversidade cultural. O trabalho no ambiente da escola e os diálogos com os discentes quanto a um modelo ideal do ensino de arte deve voltar-se para a diversidade cultural, trabalhando com múltiplas e diversas representações sociais. Salienta-se neste sentido considerar a abordagem de Ana Mae Barbosa (1998), no que se refere ao papel das representações sociais existentes nas artes. A autora destaca,

Através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. A arte, como uma linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursiva e científica. Não podemos entender a cultura de um país sem conhecer sua arte. Sem conhecer as artes de uma sociedade, só podemos ter conhecimento parcial de sua cultura. (BARBOSA, 1998: 16)

A busca desse conhecimento apontado pela autora Mae Barbosa (1998) e a compreensão das representações sociais, múltiplas e diversas favorecerá e fortalecerá não só nós pesquisadores, mas os docentes e discentes na compreensão das múltiplas e diversas culturas bem como na construção da identidade, da subjetividade e no entendimento sobre as culturas locais e variadas de nossa sociedade. Objetiva-se assim nesse texto, a importância de se compreender, entender e perceber o significativo papel das representações sociais no Ensino de Arte perante as diversidades culturais.

Uma problemática se evidencia ao tecer a construção dessa escrita/narrativa: de que forma as teorias das representações Sociais se caracterizam como relevantes no Ensino de Arte perante a diversidade cultural? Quais contribuições podem fornecer? Na hipótese de elencar o diálogo existente entre as teorias das representações sociais e o

ensino de arte, buscando e investigando compreender e perceber as formas que as teorias das representações sociais empenham nesse ensino e se os indivíduos procuram uma ancoragem identitária, lembrando que para Moscovici (2003) a ancoragem é “uma forma de classificar ou dar nome a alguma coisa” por meio das representações Sociais, e se essas ancoragens possibilitam os sujeitos ou indivíduos construírem sentidos sobre si mesmo, aos outros e o mundo, sendo assim, estabelecer que o ensino de arte dialogue com as TRS para que as múltiplas identidades dos sujeitos sejam contempladas, e para que sejam reforçadas representações positivas sobre os grupos historicamente subalternizados, como mulheres, negros, indígenas, entre outros.

Um segundo passo é apontar o pertinente papel para o ensino de arte perante a diversidade cultural. Essa proposta se pauta na compreensão de as representações sociais são fundantes, elementos primordiais para o processo de construção identitária, logo para a caracterização de múltiplas e diversas identidades. As representações sociais já estão postas no Ensino de Arte bem como o diálogo com as distintas culturas, imagens e símbolos de nosso mundo. A proposta aqui, no entanto, é fazer um uso reflexivo de tais representações.

A metodologia aplicada na construção deste artigo se pauta em revisão bibliográfica buscando perceber e compreender as relações entre a Teorias das Representações Sociais (TRS), o ensino de arte e a diversidade cultural. Sendo assim, ressalto a importância da incessante busca sobre a discussão teórica dos conceitos apresentados, realizando positivamente uma avaliação de sua aplicação.

CONCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Antes de inserir a discussão sobre a temática abordada no presente artigo, se faz necessário apresentar as concepções das representações, dos conceitos evidenciados nessa produção. Apontamos a observação de Angela Arruda, “Perceber uma representação social é fácil, mas defini-la, nem tanto” (ARRUDA, 2002: 138). Arruda e Carvalho (2008) apresentam alguns conceitos significativos ao articularem a psicologia social e a história no artigo sobre a Teoria das Representações Sociais.

Os autores analisam essa concepção, abordando a corrente inaugurada por Moscovici³²⁸ e apresentam em seu artigo que a Teoria das Representações Sociais se refere a “uma escola” de pensamento. Carvalho e Arruda (2008) afirmam que a teoria das Representações Sociais não apresenta uma definição nova, não é uma roupagem moderna, mas apresenta-se como tendência na psicologia social a partir dos estudos de Moscovici (1978). É uma corrente flexível inaugurada pelo psicólogo que permite a análise não apenas o “estranhamento” como a “naturalização” dos fatos que se tornam históricos.

Portanto, as Representações Sociais podem ser consideradas como o conjunto de conhecimentos, imagens, opiniões que permitem aos indivíduos memorar pessoas, acontecimentos ou objetos, sendo essas representações resultantes da interação social e também comuns a um determinado grupo de indivíduos. Arruda (2002) destaca que a Teoria das Representações Sociais tem ganhado destaque em áreas distintas e diversas nesses últimos anos e apresenta que o conceito que oriunda da “sociologia de Durkheim³²⁹”.

Denise Jodelet (2009) afirma que a noção acerca das representações fora iniciada e elaboradas pelo “precursor”, Durkheim (1895), retomadas por Moscovici (1961, 1975), que renova o conceito de Durkheim sobre as representações, sendo para ele sociais, e não coletivas como indicara Durkheim. O surgimento do conceito se inicia no século XX no qual o sociólogo Émile Durkheim denomina como “Representações Coletivas” ao desenvolver sua teoria sobre as Representações. Durkheim apresenta o homem como um ser sociável devido a sua convivência em grupo, aprendendo acerca dos costumes, hábitos, reproduzindo mitos, saberes de uma sociedade “regida por uma religiosidade unificadora”. Carvalho & Arruda (2008) apresentam em seu artigo a abordagem do conceito de Representação Coletiva na definição do sociólogo Durkheim,

O conceito de representação coletiva de Durkheim procura dar conta de fenômenos que caracterizam e mantêm a vida em sociedade. Mas ao priorizar os processos de manutenção das instituições sua sociologia se mostra pouco preocupada em explicar a mudança. Evidentemente seu projeto era consolidar

³²⁸ Serge Moscovici, um estudioso Psicólogo Social Romeno (1925-2014). Foi diretor e cofundador do Laboratório da Psicologia Social em Paris-(1975). Realizou obras, trabalhos, estudos e sua Teoria das Representações Sociais (TRS).

³²⁹ David Émile Durkheim (1858-1917). Um grande estudioso Francês. Foi sociólogo, filósofo, cientista, psicólogo social e político. Durkheim tornou a sociologia uma ciência, sendo muito citado como um dos principais arquiteto da ciência social moderna e também considerado o “pai da sociologia”. O vocábulo “Consciência Coletiva” é um termo “durkheimianos” que entraram no léxico popular, Durkheim desenvolveu sua teoria acerca das Representações denominando o termo Representações Coletivas.

a sociologia como uma ciência nos moldes estabelecidos pela corrente positivista do século XIX. (ARRUDA & CARVALHO, 2008: 449)

Considerando o artigo de Arruda & Carvalho, os autores alertam que a representação só tem sentido na relação com o outro e consideram que o tripé sujeito/objeto/produto compõe “a tríade do conhecimento” apresentando um relacionamento diário entre a tríade e a “natureza social da vida humana”. Os autores manifestam quanto ao termo representações considerando-o como “polissêmico”, dispondo “longa tradição e uso”, indicando que “algo” se insere entre “um sujeito e um objeto” traduzindo para os autores à uma dualidade básica da existência humana”, sendo assim, destacam:

São imagens, palavras, símbolos, ações e expressões, enfim, decorrentes das atividades e interações humanas – o ser no mundo que se faz no tempo. Assim, utilizada como expressão vaga por diferentes correntes de pensamento, a representação em seus múltiplos usos torna a coexistência possível (e mesmo impossível), de acordo com o contexto histórico. (ARRUDA & CARVALHO, 2008: 448).

Evidencia-se na teoria das representações sociais acalorada pela psicologia social uma ampliação na aplicação, mas se observa também tendências divergentes, surgindo críticas (internas) no seio da psicologia social, em destaque a ausência de uma definição(conceito) da representação social.

Denise Jodelet³³⁰, em concordância com a TRS do sociólogo Serge Moscovici, diz que “toda representação social é relacionada a um objeto e a um sujeito” (JODETET, 2009: 696). O sujeito para Jodelet está situado no mundo com participação ativa, referente ao corpo físico, sua subjetividade, pensamentos, ideias que se pode, afirmando a autora, integrar em uma análise das Representações Sociais, fatores identitários e emocionais interligando e pertencendo a um lugar social e destaca considerando possível compreender uma importante função das representações,

As representações, que são sempre de alguém, têm uma função expressiva. Seu estudo permite acessar os significados que os sujeitos, individuais ou coletivos, atribuem a um objeto localizado no seu meio social e material, e examinar como os significados são articulados à sua sensibilidade, seus interesses, seus desejos, suas emoções e ao funcionamento cognitivo. (JODELET, 2009: 697)

330 Denise Jodelet é professora Emérita da École des Hautes Études en Sciences Sociales – França e também consultora do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/pesquisador-col/denise-jodelet>. Acesso em: 11 jan.2021. Citação retirada do seu artigo: O Movimento de Retorno ao Sujeito e a Abordagem dos Sujeitos das Representações Sociais. Disponível em: <<file:///C:/Users/vieir/Downloads/04.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2021.

Considera Jodelet (2009) que no estudo das representações sociais, “falar de sujeito” é “falar de pensamento”, implicando as dimensões cognitivas, físicas e reflexivas. Barbosa (1998) afirma sobre a representação simbólica existente na arte e as Representações Sociais sendo consideradas como o conjunto de conhecimentos, saberes, imagens, símbolos, expressão, opiniões que permitem ao sujeito a se reconhecer e se compreender no mundo, no espaço, no tempo, no contexto histórico e na sua história.

Para Oliveira³³¹ (2004) o psicólogo Moscovici é um estudioso conceituado, autor cuja suas obras são relevantes tanto para história quanto para ciências sociais, apresentando em sua Teoria das Representações Sociais (TRS) influencias significativas para estudiosos e pesquisadores das últimas quatro décadas. Pode-se considerar que as obras de Moscovici estejam inseridas no campo da Sociologia do conhecimento, Oliveira destaca que o psicólogo não só demonstrou interesse em compreender a forma da produção do conhecimento mais principalmente “em analisar seu impacto nas práticas sociais e vice-versa” (OLIVEIRA, 2004: 181).

Em sua narrativa, Oliveira (2004) afirma que Moscovici sempre teve a preocupação em compreender a respeito da produção do conhecimento e na análise deste conhecimento e seu impacto nas práticas sociais. O Psicólogo Moscovici interessou-se no “Poder das ideias”, a forma que os indivíduos “partilham o conhecimento” constituindo “sua realidade comum” e como essas ideias podem ser transformadas “em práticas”, ou seja, a preocupação de Moscovici se manifesta em sua tese de doutorado (1961) no qual elencou a preocupação na compreensão entre os grupos, atos e ideias “constituem e transformam a sociedade”. Sendo assim, procurou compreender a produção de conhecimento plurais, constitui e reforça a identidade, os grupos, como influi em suas práticas e como estas reconstituem seu pensamento:

...as representações são *ambientes de pensamento*, sua força reside nos processos de socialização que as tornam uma forma independente de conhecimento e modificação da realidade. Nas sociedades em que são criadas, a partir de um imaginário que se perde no tempo, as representações circulam e se chocam em constante atrito com a própria dinâmica do dia-a-dia. (ARRUDA & CARVALHO, 2008: 449).

Em sua obra “Representações sociais: um domínio em expansão”, Denise Jodelet (1993) aborda sobre a necessidade que nós temos de reconhecer, compreender e identificarmos no mundo. A busca por uma orientação no tempo, espaço e contexto

³³¹ Marcio S. B. S. de Oliveira, é doutor em Sociologia e professor/coordenador do programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFGP. Autor da resenha: Representações Sociais e Sociedade, 2004: 180-185.

histórico manifesta como argumento no qual Jodelet refere o “porquê construímos representações” e a importância de “compartilharmos o mundo com outro”. Jodelet elenca assim o porquê “as Representações são sociais” e o motivo de sua importância na vida habitual, destaca a autora,

Por isso as representações são sociais e são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la. (JODELET: 1)

A autora ainda considera o reconhecimento preciso acerca das Representações Sociais “como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais” (JODELET: 5). A autora pontua destacando a relevância das representações sociais no cotidiano dos indivíduos, de forma que nos direciona em nossas diferentes realidades e diversas formas de interpretar essas realidades.

Ao destacar os estudos de Moscovici, os autores Arruda, Carvalho, Denise Jodelet e Oliveira oferece-nos uma instigante abordagem sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS) e salienta-se manifestando a presença da Representação no cotidiano, na mente e no mundo, sendo imprescindível o seu papel para o Ensino de Arte. Claro, para reconhecer a diversidade cultural é necessário compreender as formas de representações dos indivíduos, o contexto histórico de mundo em que vivem e se relacionam.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O ENSINO DE ARTE

O Ensino de Arte é considerado como uma disciplina educativa, uma área do conhecimento que oportuniza ao ser humano o acesso à arte como linguagem expressiva e forma de conhecimento. Ana Mae Barbosa afirma que “Sem conhecimento de arte e história não é possível a consciência de identidade nacional”, (BARBOSA, 1996: 33). Percebe-se, portanto, que os componentes de Arte e História têm grande potencial de promover identidades. Daí a necessidade de se pensar quais representações sociais sobre os sujeitos, e quais tipos de sujeitos são representados, durante o ensino de Arte.

Considerando as pesquisas e estudos a Arte promove grande aprendizado na vida do indivíduo, compreendendo que a arte como um universo rico e amplo de significados. Sendo a arte um extenso campo de magnitude em conhecimentos, seus surgimentos, suas origens, abordagens teóricas e seus indícios estão desde o surgimento das pequenas

civilizações. No livro “Iniciação à História da Arte” os autores abordam sobre a capacidade de comunicação do homem por meio da arte, “A arte nos dá a possibilidade de comunicar a concepção que temos das coisas através de procedimentos que não podem ser expressos de outra forma” (JANSON,1996: 7). Berg, nos traz uma reflexão de peso ao afirmar:

A ARTE é um rio cujas águas profundas irrigam a humanidade com um saber outro o estritamente intelectual, e que diz respeito à interioridade de cada ser. (...) A obra de arte só pode ser entendida como tal enquanto ela puder ser assim definida pelo homem, aqui e acolá, ontem, hoje ou amanhã. A obra de arte cristaliza a substância social e sua perenidade vem, justamente, da grande importância de que se reveste para nosso reconhecimento como seres humanos, inseridos num determinado espaço (físico, cultural, ideológico) e numa temporalidade específica. (BERG,1996: XII)

Evelyn Berg realizou a apresentação do livro de Ana Mae Barbosa (1996) intitulado *A Imagem no Ensino da Arte*, apontando contribuições satisfatórias. Para Barbosa, a arte é um instrumento do desenvolvimento e um componente da herança cultural para todos nós. Barbosa afirma, “se a arte não fosse importante não existiria desde o tempo das cavernas, resistindo a todas as tentativas de menosprezo” (BARBOSA,1996: 27). Ana Lima Frazão (2013) destaca as definições da palavra arte como “peculiar ao homem”, e que a arte “é primordial” propiciadora no “desenvolvimento crítico” e sendo também a arte “uma maneira de linguagem e comunicação”. Elizabeth Prosser (2012) enfatiza que o estudo da arte sempre esteve "presente em todos os momentos e épocas da história" oportunizando tanto a "fixação" como a "conexão dos conhecimentos" inseridos nas diversas áreas do saber. A autora afirma da “constante presença da arte” no cotidiano de cada um de nós e a participação inalterável da arte em nossas vidas (PROSSER, 2012: 15).

É importante ressaltar que no Brasil, os PCNs, a LDB, a BNCC e CNE nos oferecem subsídios para compreender a caminhada do ensino de arte no contexto histórico brasileiro e no ensino de arte. A lei 9394/96 no Art.26³³² contemplava a Base Nacional

³³² Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. ([Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em:09 jan. 2021.

Comum do ensino fundamental e médio e, em uma redação dada pela lei 12.796/2013, passou a contemplar a base curricular da Educação Infantil. Para o Ensino Fundamental e Médio estabelece que no § 2º “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da Educação Básica”, lei 13.415/2017.

No volume 6 dos PCNs, a Arte é revelada como destaque e sua importante contribuição quanto ao conhecimento no processo de ensino aprendizagem e o desenvolvimento da sensibilidade, percepção e imaginação dos indivíduos, abordando que ao conhecer a arte o indivíduo “estabelece relações mais amplas quando se estudo um determinado período histórico”. (PCNs, 2001: 19). Na introdução dos PCNs (volume 6) é apresentado um notável parágrafo acerca do conhecimento sobre a arte e limitada aprendizagem do indivíduo “que não conhece a arte”, assim no documento afirma,

O conhecimento de arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar a cada momento, ser flexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender. O ser humano que não conhece arte tem uma experiência de aprendizagem limitada, escapa-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos à sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas, dos gestos e luzes que buscam o sentido da vida. (PCNs, 2001: 20 e 21)

Argumenta-se em todo documento um valioso significado do conhecimento do componente arte, sua importância na aprendizagem e funcionalidade. O Documento Curricular para Goiás Ampliado, o DC-GO, autuado em 2018 apresenta a Arte como um componente curricular inserida na área de linguagens (DC-GO, 2018) e demonstra sua apreciável importância na forma de comunicação, interação e expressão do ser humano. O documento considera um desafio “uma tarefa complexa” falar do termo, do significado, do conceito da palavra Arte. Abordando alguns autores, busca-se a definição sintética:

Nesse contexto repleto de possibilidades, arriscamos a dizer que as artes são experiências que ampliam a percepção de nós mesmos, dos outros e da vida, ao possibilitar, por meio da expressão de sentimentos e emoções e da comunicação de pensamentos e ideias, os discursos poéticos, políticos, ideológicos, científicos, religiosos, por exemplo, velados e desvelados nas representações artísticas, com as quais interagimos e/ou produzimos na escola e fora dela. (DC-GO, 2018: 519)

O componente Curricular de Arte inserida na área de linguagens aborda a Educação Básica privilegiando, de acordo com a legislação, a Arte e suas linguagens,

sendo artes visuais, dança, música e teatro. Mesmo sendo expressões hegemônicas, não inviabilizam as demais expressões artísticas como moda, audiovisual e artes circenses. É imprescindível o conhecimento, saberes e informações no campo das artes para viabilizarmos o importante papel das Representações no Ensino de Arte a fim de compreender a complexidade do campo das Artes.

Ao pensar sobre a compreensão do conhecimento, do saber e sobre a formação de identidades se notabiliza o importante papel da TRS no Ensino da Arte, pois como consta no trabalho apresentado por Azevedo e Padro (2011), as Representações Sociais além de mediar em nossa forma de pensar interferem também em nosso próprio ambiente tanto social, quanto cultural. Barbosa afirma que “a arte tem enorme credibilidade na mediação entre os seres humanos e o mundo” (BARBOSA, 2009:13) e ainda destaca sobre a importância do conhecimento e da compreensão da arte para entendermos a cultura de um país, de um determinado lugar e local, as características de uma sociedade, seu modo de vida, valores, tradições, dentre outras.

Ressalto a eficácia de sublimar novamente uma importante afirmação de Barbosa:

Não podemos entender a cultura de um país sem conhecer sua arte. Sem conhecer as artes de uma sociedade, só podemos ter conhecimento parcial de sua cultura. (...) Através das artes é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (BARBOSA, 1998: 16)

Nos estudos tanto a respeito do conceito de representações quanto da arte, certifica-se a necessidade que temos de uma orientação, conhecimento e saber. Como diz Jodelet (1989) e Barbosa (1998), o localizar, o conhecer e compreender a cultura, a arte, a vida “o mundo que nos cerca”. Jodelet (1989: 5) apresenta reconhecer, “que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os demais, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais”.

Atenta-se, então, que as Representações Sociais são um fenômeno que se relaciona com a forma particular de entender e de compreender a realidade, de se comunicar, possibilitando maneiras de germinar saberes e conhecimentos consensuais e

reificados sobre a realidade. Frazão aborda a forma de linguagem no qual a Arte potencializa a comunicação e articula os códigos das linguagens no mundo das representações,

A arte é uma maneira de linguagem, de comunicação, e o mundo das representações pode organizar-se e edificar-se em sistemas estáveis, coerentes e lógicos. A representação materializa o processo da construção dos significados por meio da articulação dos códigos das linguagens artísticas, no qual é possível reconhecer elementos da identidade do aluno. (FRAZÃO, 2013: 75)

Assim, viabiliza-se o pertinente papel das Representações Sociais na Arte e no Ensino de Arte, principalmente nas relações individuais ou coletivas, nos ambientes sociais, escolares ou culturais, pois, ao nos relacionarmos com o mundo e com outras pessoas/indivíduos, buscamos compreender, interpretar e entender. Essa é a forma principal de facilitar o processo comunicação, orientação, identificação e reconhecimento do “mundo que nos cerca”.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ENSINO DE ARTES E O DIÁLOGO RELEVANTE PERANTE A DIVERSIDADE CULTURAL

A Educação poderia ser o mais eficiente caminho para estimular a consciência cultural do indivíduo, começando pelo reconhecimento e apreciação da cultura local. (Barbosa, 1998: 13)

Considerando a respeito do eficiente caminho da educação quanto ao estímulo da consciência cultural para o indivíduo, Barbosa aborda a educação europeia “dominada pelos códigos norte-americano”, na qual nós brasileiros somos inseridos, valorizar e reconhecer nossa própria cultura, nossos próprios valores a busca e a liberdade de uma identidade cultural ainda é assunto misterioso, criterioso e elenca diversas pesquisas e estudos. É notável a busca acerca do conhecimento da história e da cultura o leque de conhecimento fortalece o indivíduo na compreensão de mundo e do seu país, considerando que a história e a arte contribuem para esse conhecimento, alargando as possibilidades interculturais diferenciando os “códigos culturais”. Para consolidar essa explanação, é válido apresentar as considerações e afirmações da autora explicitando seu diálogo em uma entrevista à revista *Época*³³³ em maio de 2016, Barbosa falou sobre as

³³³ Revista *Época*; Entrevista com a Arte Educadora e escritora Ana Mae Barbosa, sob o tema: A Importância do Ensino das Artes na Escola em 16 de maio de 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/vieir/Desktop/LIVROS%20IMPORTANTESMESTRADOJULHO/a%20importancia%20

contribuições que o Ensino de Arte. A aprendizagem leva ao desenvolvimento da capacidade de interpretação:

A arte como cultura trabalha o conhecimento da história, dos artistas que contribuem para a transformação da arte. É muito importante que o aluno tenha um leque de conhecimento acerca do seu próprio país e do mundo. Não se conhece um país sem conhecer a sua história e a sua arte. Além disso, as artes alargam a possibilidade de interculturalidade, ou seja, de trabalhar diferentes códigos culturais. A escola deve trabalhar com diversos códigos, não só como europeu e o norte-americano branco, mas com o indígena, o africano e o asiático. Ao tomar contato com essas diferenças, o aluno flexibiliza suas percepções visuais e quebra preconceitos. (BARBOSA, revista Época, 2016)

Ao elencar essas considerações acerca da cultura, da identidade, o conhecimento e o saber do indivíduo, se evidencia a importante relação e o papel considerável que as representações sociais possuem no Ensino de Arte e nas Artes. Jodelet (2009) aponta que as representações são de algum indivíduo e sempre irá pertencer a alguém tendo função expressiva, sendo necessário entender e ter a positiva ciência da responsabilidade do docente/educador nessa inserção e mediação do conhecimento para o discente/estudante. No relacionar e na mediação dinâmica da aprendizagem haverá o processo da transformação do indivíduo, acontecerá ganhos e aquisição de conhecimentos/saberes. Considerando fundante a afirmação do filósofo alemão Jörn Rüsen³³⁴ (2011: 82) afirma que “Aprender é um processo dinâmico em que a pessoal que aprende é transformada. Algo é ganho, algo é adquirido - conhecimento, habilidade ou mistura de ambos”. Ainda considera o autor,

...aprende-se com o que se encontra ou com quem nos encontramos; inversamente, aprendem conosco aqueles com quem convivemos e, a partir de nossas ações concretas, produz-se no mundo vivido realidade transformada. (RÜSEN, 2011: 9)

A aquisição desse conhecimento/saberes - sendo dinâmico, aplicável e explícito – como aprendizagem acontecerá nos encontros com o outro, no convívio social, podendo considerar-se o quão é importante trabalhar em relação a essa compreensão e a esse reconhecimento. A importância de se conhecer e compreender a história, a cultura, a riqueza da diversidade cultural e suas representações existentes. No mundo contemporâneo, é fundamental identificar, compreender e reconhecer o que é do outro,

do%20ensino%20de%20arte-ANA%20MAE.pdf>. Acesso em 12 jan. 2021.

³³⁴ Jörn Rüsen, filósofo alemão, historiador e professor universitário sendo que também estudou literatura e pedagogia na Universidade de Colônia onde realizou o doutorado em 1966. Os seus textos e investigações e pesquisas abrangem os campos da teoria e metodologia da história, história da historiografia e da metodologia de ensino de história.

suas diferenças existentes no contexto social, familiar, escolar no qual se viabilizará a caracterização das realidades transformadas.

O apreciar de uma cultura local e regional estará interligada ao identificar e conhecer para compreender. Trata-se de um estímulo que para Barbosa, e demais autores, se pautará no precioso “caminho da Educação”. A palavra “Cultura” e “Diversidade Cultural” são sinônimos do conhecer, do perceber e compreender aquilo que é diferente, diverso e variado. Santos afirma que a “cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação” ou então de grupos no interior de uma sociedade” (SANTOS, 2017: 20). Ao abordar sobre o termo da palavra “Cultura”, Santos nos leva a uma interessante reflexão e apresenta uma definição e origem da palavra, assim o autor destaca,

Cultura é palavra de origem latina e em seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo latino *colere*, que quer dizer cultivar. Pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e a usaram para se referir ao refinamento pessoal, e isso está presente na expressão cultura da alma. Como sinônimo de refinamento, sofisticação pessoal, educação elaborada de uma pessoa, cultura foi usada constantemente desde então e é até hoje. (SANTOS, 2017: 23).

Para além desse significado, Santos argumenta ser a cultura, “um produto coletivo da vida humana”, o “produto da história de cada sociedade”. Escritos que viabiliza uma atenção evocando sua descrição,

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é “algo natural”, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. É uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade. (SANTOS, 2017: 39)

Compreender sobre o conceito de “Cultura” e “Diversidade Cultural” é importante, pois norteará as formas existentes das representações do indivíduo e no meio de vivência social. A diversidade cultura nos remete a uma grande diversidade ou variedades de culturas, com suas diversas formas de manifestações reveladas na linguagem, comunicações, danças, vestuários, religiões, culinárias entre outras. A diversidade cultural é extremamente importante de ser trabalhada, compreendida e abordada nas práticas, conteúdos e atividades pedagógicas dos docentes do ensino de arte,

pois visa contribuir no processo dinâmico e diversos da nossa sociedade, e, claro no conhecimento histórico.

Em toda a construção de conceitos evidenciados na escrita desse artigo, intentamos viabilizar com clareza o porquê utilizar amplamente as Representações Sociais como um papel significativo no Ensino de Arte. É necessário se observar quais TRS estão sendo postas no Ensino de Arte em Goiás e se elas dialogam com as culturas, imagens e símbolos do nosso mundo tão diversificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trilhar os caminhos da descoberta científica exhibe-se a riqueza no focar das leituras, pesquisas e debruçar nos estudos tornando-o muito profícuo e inusitado. O Ensino da Arte elucida esse caminho o torna bem prazeroso. Minayo (2016: 9) em sua abordagem referindo a ciência e a cientificidade apresenta uma considerável afirmativa, “A poesia e a arte continuam a desvendar lógicas profundas e insuspeitadas do inconsciente coletivo, da vida cotidiana e do destino humano”. Buscamos por informações, orientações e histórias, investigamos perceber/compreender o que realmente nos representa e é dentro dessa inserção do conhecimento e saber individual e coletivo que se construiu esse artigo.

A escolha do tema acerca da Relação do Ensino de Arte com a Teoria das Representações Sociais se torna apropriado tanto para a escrita deste artigo quanto para minha temática de dissertação de mestrado, parte da extrema importância de se compreender os termos Cultura, diversidade cultural, ensino de arte, arte e suas representações no contexto escolar e da aprendizagem.

No desenrolar do presente texto identifica-se e considera-se que as Representações Sociais como a forma de comunicação da sociedade e o conhecimento e saber favorecido no ensino de arte são primordiais para o processo de construção identitária, para Minayo (2016: 12) “cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outros”.

Jodelet (2009) pontua que as representações sociais desempenham um relevante papel, primeiro pelo indivíduo, no qual se tem um importante interesse, e depois no que o indivíduo constrói. Prado e Azevedo consideram que a TRS não só interfere em nossa

forma de “pensar” como também interfere em nosso próprio ambiente social/cultural. Sendo assim, podemos responder afirmativamente ao problema sobre as possibilidades de uso da TRS no Ensino de Arte, destacando o foco na percepção da diversidade cultural. Visivelmente em toda a construção do artigo pode-se perceber o significativo papel das Representações Sociais no Ensino de Arte elucidadas na forma de comunicação e linguagens da sociedade e que é primordial no processo de construção identitária como também na preservação de múltiplas identidades.

Se faz necessário ainda uma profunda compreensão, um melhor entendimento não só das definições como também acerca das funções e benefícios, tanto na área de Representações Sociais quanto no Ensino de Arte perante essa gama de diversidade cultural existente, não só em Goiás. A busca, a investigação por essa compreensão e conhecimento/saber nos tornará aptos em reconhecermos a imensidão de representações sociais, existentes nas histórias, nos lugares, nos espaços, nos grupos e no universo rico chamado “indivíduo”, levando em consideração que a “Arte” pode tornar possível essas importantes conexões.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Angela. *Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero*. Caderno de Pesquisa, n.117, São Paulo, nov. 2002, p. 127-147. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742002000300007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 08 jan. 2021.

BARBOSA, Ana Mae. *A Imagem no Ensino da Arte*. 2ª editora. - São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996.

_____. *Tópicos Utópicos*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998. 200p., (Arte & ensino).

_____; COUTINHO, Rejane Galvão (orgs.). *Arte/Educação como Mediação Cultural e Social*. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Arte / Ministério da Educação*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 3ª Ed. Vol. 6 MEC/SEF, 2001. p.19.

CARVALHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Angela. *Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário*. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 445-456. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300003>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

DC-GO. *Documento Curricular para Goiás*. Conselho Estadual de Educação em Goiás. Autuado em 2018, p.705. Disponível em: <<https://cee.go.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Documento-Curricular-para-Goi%C3%A1s.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

FRAZÃO, Ana Maria Lima. *Educação e Arte*. Uma Nova Maneira de Ensinar Biblioteca 24 horas, 2013- 89 p. ISBN- 978 – 8068-1499.

JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F. *Iniciação à História da Arte*. [tradução Jefferson Luiz Camargo]. 2ª ed.-São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JODELET, D. *O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, DF, v.24, n.3, p. 679-712, set/dez. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/vieir/Downloads/04.pdf>. Acesso em 11 jan. 2021.

JODELET, D.: *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In D. Jodelet (Ed.) *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith AlvesMazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993, p.1-21. Uso escolar, proibida a reprodução. Disponível em: <file:///C:/Users/vieir/Downloads/Representacoessociais_umdominioemexpansao.Denis eJodelet_.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Série, Manuais Acadêmicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. *Representações Sociais e Sociedades: a contribuição de Serge Moscovici*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.19, n. 55, jun. 2004, p.180-185. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092004000200014>. Acesso em: 06 jan. 2021.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ª ed. São Paulo-Editora Brasiliense, 1994.

PRADO, Alessandra Elizabeth Ferreira Gonçalves; AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. *A Teoria das Representações Sociais: Revisitando Conceitos e Sugerindo Caminhos*. PUCPR/Curitiba de 07 a 10 de nov. de 201, p. 5093-5104. Disponível em: <file:///C:/Users/vieir/Desktop/DISCIPLINAS%20DO%20MESTRADO2020/Prof.%20Thais/RS-ARTIGO.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

PROSSER, Elisabeth Seraphim. *Ensino de artes*. 1ª Ed. revisada-Curitiba, PR – IESDE - Brasil, 2012. 76p. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/22417863-Elisabeth-seraphim-prosser-ensino-de-artes-edicao-revisada.html>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

REVISTA ÉPOCA. Entrevista com a Arte Educadora e escritora Ana Mae Barbosa, sob o tema: *A Importância do Ensino das Artes na Escola*. Entrevista realizada em 16 de maio de 2016, texto de: Marrone, Ed. Flávia Yuri Oshima. Disponível em: <<file:///C:/Users/vieir/Desktop/LIVROS%20IMPORTANTESMESTRADOJULHO/a%20importancia%20do%20ensino%20de%20arte-ANA%20MAE.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2021.

RÜSEN, Jörn, *E o Ensino de História*. Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão Martins, (orgs.) - Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. Coleção Primeiros passos. Ed. Brasiliense, Tatuapé-São Paulo. 1ª ed. eBook-2017.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. Émile Durkheim. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89mile_Durkheim>. Acesso em: 08 jan. 2021.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. *Representações Sociais*. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Representa%C3%A7%C3%B5es_sociais#:~:text=Repr%20Sociais%20s%C3%A3o%20o%20conjunto,um%20det%20grupo%20de%20indiv%C3%ADduos>. Acesso em: 08 jan. 2021.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. *Serge Moscovici*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Serge_Moscovici>. Acesso em: 06 jan. 2021.

ENTRE A HISTÓRIA INSTRUMENTAL E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA CRÍTICA – AS PERCEPÇÕES DE PROFESSORES/AS SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DA REDE PRIVADA DE EDUCAÇÃO DE UBERLÂNDIA/MG (1996-2019)³³⁵

*Israel Carneiro de Aquino*³³⁶

RESUMO: O presente texto é um recorte da pesquisa que desenvolvemos no mestrado. A proposta é refletir sobre as percepções dos/as professores/as sobre o ensino de História, nas fases do Ensino Médio e cursinhos pré-vestibulares, na rede privada de Educação de Uberlândia-MG. Nosso objetivo é analisar como esses/as professores/as de História contribuem para uma consciência histórica mais crítica em seus/suas jovens estudantes. Como pressuposto teórico assumimos a perspectiva do historiador Jörn Rüsen (2001), que define a consciência histórica como sendo “[...] a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. Nosso corpus documental é composto por normas legais e entrevistas com docentes que trabalharam ou trabalham na rede privada de ensino na cidade de Uberlândia/MG. Os primeiros resultados permitem compreender parcialmente sobre as formas como os/as professores/as da rede privada de ensino inserem processos de formação da consciência histórica em meio as demandas mercadológicas. Os dados até agora coletados permitem também comparar o processo de instrumentalização da disciplina no Ensino Médio e cursinhos pré-vestibulares, cuja “eficiência” é medida por aprovações dos/as alunos/as nos processos seletivos.

Palavras-chave: *Consciência histórica – rede privada de ensino – história instrumental.*

1. Professores/as de História da rede privada de ensino de Uberlândia-MG

O presente texto, produzido a partir de resultados parciais, pretende refletir sobre as percepções dos/as professores/as sobre o ensino de História, nas fases do Ensino Médio e cursinhos pré-vestibulares, na rede privada de Educação de Uberlândia-MG. Nosso objetivo é analisar como esses/as professores/as de História conseguem aliar as exigências de instrumentalização da disciplina, objetivando as aprovações em processos seletivos, com o processo de estímulo a uma consciência histórica mais crítica e genética em seus/suas jovens estudantes. Como pressuposto teórico assumimos a perspectiva do historiador alemão Jörn Rüsen (2001), que define a consciência histórica como sendo “[...] a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência

³³⁵ Pesquisa orientada pela Prof^a. Dr^a. Eliane Martins de Freitas.

³³⁶ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História, Cultura e Formação de Professores da Universidade Federal de Catalão (PPGMPH-UFCAT). E-mail: israelcarneiro.aquino@outlook.com

da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2010: 57). Neste sentido, conforme Martins (2018), é preciso ter claro que

[...] “aprender-ensinar História não se restringe à aquisição de conteúdos programáticos nem se esgota nela”, visto que a constituição da consciência histórica “é um *factum vitae* dinâmico e evolutivo”, donde resulta que o fundamento do conhecimento histórico é a “reflexão temporal sobre a experiência vivida individual e socialmente” (MARTINS, 2018: 40).

Ao mesmo tempo, concordamos com Schmidt (2009) quando afirma ser

Um dos desafios (...) no ensino de História atualmente (...) oferecer, a professores e alunos, condições para uma prática de ensino que possibilite a aquisição de elementos fundamentais para uma visão crítica da realidade em que vivem. A perspectiva de uma visão crítica não exclui, pela sua própria natureza, a necessidade de que a educação histórica instrumentalize para uma participação consciente e ativa na realidade local, nacional e mundial. (SCHMIDT, 2009: 203)

Para melhor compreensão das percepções desses/as professores/as tentamos analisar a forma como as mudanças nas políticas educacionais brasileiras, em específico as reestruturações da disciplina de História, ocorridas a partir da década de 1990 (Lei 9394/96, PCNs, dentre outras) até os dias atuais (Lei n. 13.415/17, BNCC, dentre outros), chegam dentro das escolas privadas e afetam a relação ensino-aprendizagem em História no cotidiano desses/as professores/as. Outra análise que fizemos no processo de pesquisa foi verificar a forma como as mudanças nos sistemas de seleção para o Ensino Superior impactam as aulas de História na rede privada de ensino.

A delimitação do campo de pesquisa na cidade de Uberlândia-MG levou em consideração o fato da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) ter preservado o

sistema tradicional de vestibulares no meio do ano, tornando os colégios privados de Uberlândia referências nas aprovações em sistemas de seleção para o Ensino Superior.

Os resultados parciais das entrevistas permitem observar o impacto das mudanças nos sistemas de seleção para as Universidades públicas brasileiras, principalmente com a adesão destas ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sobre os processos de ensino e aprendizagem da disciplina de História rede privada de ensino. Buscamos elucidar, com as entrevistas, de que forma as mudanças nas políticas educacionais e a cobrança das novas diretrizes do Ensino de História nos sistemas de seleção para as universidades afetam a realidade e cotidiano dos processos de ensino e aprendizagem da História.

Nosso *corpus documental* foi composto por normas legais, que nos auxiliam na compreensão do funcionamento das escolas da rede privada e na forma como os professores percebem os impactos gerados por elas, e entrevistas com docentes que trabalharam ou trabalham na rede privada de ensino na cidade de Uberlândia/MG. Essas normas aparecem de forma a elucidar certas ações e práticas feitas por esses/as professores/as, não sendo feitas análises e debates aprofundados sobre elas.

As pesquisas recentes sobre o ensino de História partem da ideia de uma consideração maior do conhecimento trazido pelos alunos e alunas para o processo de formação, não entendendo a didática como mera transposição e simplificação de conteúdo (FERNANDES, 2018; BITTENCOURT, 2011; CERRI, 2014; SCHMIDT e URBAN, 2018; MEDEIROS, 2006). Nesse processo a consciência histórica é entendida como fenômeno do mundo vital, ou seja, como uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática (RÜSEN, 2001: 57). A grande questão em torno das pesquisas recentes passa pelos objetivos na relação de ensino e aprendizagem da disciplina escolar de História. Assim, temos como referência teórico-metodológica os estudos e reflexões de Schmidt e Urban (2018), feitas a partir das pesquisas realizadas por Lee (2011), que definem a literacia (maneira como aprendemos alguma coisa) histórica como um conjunto de competências e de interpretações e compreensões do passado que permite ler o mundo historicamente.

Apesar das muitas concordâncias sobre a relação entre o ensino escolar de História e a consciência histórica, os/as pesquisadores/as que discutem o assunto percebem problemas diferentes nessa relação. Percebem, por exemplo, a força exercida pelos

sistemas de ensino sobre a atuação do/a professor/a, que retira, em muitos casos, sua liberdade de estabelecer um currículo mais adequado para cumprir seus objetivos (MEDEIROS, 2006; BITTENCOURT, 2011). Outros levam ainda em consideração o fato de que a “[...] produção dos saberes não se dá numa escola idealizada para o bem ou mal, dá-se com sujeitos reais em condições idem, que frequentemente não são as ideais” (CERRI, 2014: 112).

Para a realização das entrevistas, entramos em contato com professores/as que estão na rede privada, assim como aqueles/as que saíram recentemente de alguma instituição privada de ensino em Uberlândia/MG. Em decorrência da pandemia da COVID 19, as entrevistas foram realizadas pelo *Google Meet*, sendo gravadas e posteriormente transcritas.

Até o presente momento fizemos entrevistas com quatro pessoas que exercem, ou exerceram até recentemente, a docência em História na rede privada de ensino de Uberlândia, sendo todas do gênero masculino. Como não conseguimos autorização para pesquisar as instituições da rede particular de Ensino de forma individualizada, optamos então por preservar as identidades de nossos/as entrevistados/as, com o intuito de possibilitar maior liberdade durante as entrevistas para relatarmos sobre suas atuações, levando em consideração algumas das dificuldades e evitando uma exposição que poderia trazer consequências mais graves em relação aos seus empregos. Para isso, optamos por nomear de *professor/a A, B, C e D*, levando em consideração a ordem de realização das entrevistas. Obviamente as instituições para qual trabalham também serão mantidas no anonimato, nos interessando aspectos gerais dessas instituições, buscando encaixá-las no contexto da rede privada de Ensino de Uberlândia-MG como um todo e não em particularidades. Reforçamos sobre o foco de nossa pesquisa, pois ela não centraliza nas instituições e sim na atuação desses/as professores/as de História na rede privada de ensino.

1.1. Ser professor/a de História na rede privada de ensino de Uberlândia-MG.

Como o foco de nossa pesquisa são as percepções de professores/as sobre o ensino de História da rede de ensino particular, procuraremos compreender, a partir das análises das entrevistas coletadas, como eles/as se percebem nesse universo. Assim, objetivamos responder alguns questionamentos: como eles enxergam o ensino na rede privada? Quais

são os papéis sociais que esses/as professores/as de História entendem cumprir? Quais são suas angústias e frustrações? O que esperam enquanto professores/as de História da rede privada de ensino? A proposta é tentar entender a consciência que esses/as professores/as têm diante dos desafios dos processos de ensino e de aprendizagem de História na rede privada.

“(…) É treinamento, não é mais educação” (PROFESSOR A, 08/06/2020). Essa é a fala do *Professor A* sobre sua percepção em relação ao Ensino Médio na instituição privada onde trabalha. Percebemos, a partir das conversas com os/as entrevistados/as, um processo de instrumentalização³³⁷ do ensino de História na rede privada. Nos três relatos notam-se as exigências de cumprimento do sistema apostilado e conteúdos voltados para atender às demandas impostas pelos sistemas de seleção para o Ensino Superior, sobrando pouco ou quase nenhum tempo para uma relação de ensino e aprendizagem voltada ao desenvolvimento de uma consciência histórica. “Tá na apostila, desculpa aí, mas é f***-se, dá aquela parada lá. Entendeu? Independente se você tem uma aula ou duas aulas, se vai acabar o semestre daqui dois dias, você tem que dar os capítulos em dois dias (…)” (PROFESSOR A, 08/06/2020).

Apesar das instituições cobrarem de forma incessante o cumprimento dos conteúdos programados pelas apostilas, os/as entrevistados/as alegam não desistir de aprofundar os temas que julgam ser mais pertinentes. Mesmo sabendo das cobranças, esses/as professores/as se colocam como protagonistas dos processos de ensino e aprendizagem, lembrando o que afirma Bittencourt (2011) sobre o papel do professor como

(…) o sujeito principal dos estudos sobre o *currículo real*, ou seja, o que efetivamente acontece nas escolas e se pratica nas salas de aula. O professor é quem transforma o *saber a ser ensinado* em *saber aprendido*, ação fundamental no processo de produção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se

³³⁷ Partimos do conceito de *razão instrumental* de Horkheimer, entendendo que “a neutralização da razão, que a despoja de qualquer relação com o conteúdo objetivo e de seu poder de julgar este último, e que a reduz ao papel de uma agência executiva mais preocupada com o como do que com o porquê, transforma a cada vez mais num simples mecanismo enfadonho de registrar fato. A razão subjetiva perde toda espontaneidade, produtividade e poder para descobrir e afirmar novas espécies de conteúdo – perde a própria subjetividade”. (HORKHEIMER, 2000, p.62)

nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos.
(BITTENCOURT, 2011: 50)

Será que estes/as professores/as percebem as intervenções feitas em meio às cobranças por acúmulo de conteúdo, oriunda da instrumentalização da disciplina, como suficientes para mudanças significativas nos níveis de consciência história dos/as jovens estudantes? O depoimento do Professor C mostra uma percepção crítica das limitações estabelecidas nos processos de ensino e aprendizagem em História na rede privada de ensino. Segundo o professor, “[...] tem hora que eu fico frustrado, fico pensando: putz! Eu não tô contribuindo em nada, olha o que que tá acontecendo, tá tudo repetindo” (PROFESSOR C, 29/08/2020). Como o professor tem uma longa experiência na rede privada de ensino, sua frustração é por perceber poucas mudanças ao longo do tempo. Mais a frente, quando questionado sobre as influências dos discursos reacionários dentro das aulas, o professor C desabafa dizendo que:

[...] esses meninos conservadores eles são filhos dessa classe média que a gente deu uma aula mais crítica, né? É muito maluco isso, os pais tiveram uma escola extremamente crítica e tal. E aí eu já até andei pensando um pouquinho nisso, né? Vendo aí, conversando inclusive com alguns pais que hora que os filhos tem umas atitudes a gente chama pra bater um papinho, né? E os pais dizem: *não, é, acho que meu filho tá certo porque quando eu fui aluno eu era obrigado a aguentar a doutrinação de professor de esquerda*. Aí você vai buscando as raízes e tal [...] (PROFESSOR C, 29/08/2020)

Nos questionamos, ao analisar as trajetórias, rotinas de trabalho e percepções desses/as professores/as da rede privada de ensino, até que ponto as contradições observadas em seus relatos sobre as imagens projetadas sobre si e a ideia em relação ao ensino de História na rede privada, apontam para dificuldades distintas postas aos/as professores/as da rede pública? Inseridas em universos distintos, com problemáticas também distintas em vários momentos, as frustrações e angústias, entretanto, apresentam convergências inerentes aos profissionais da educação na sociedade capitalista. Falamos

de professores/as reais possuidores de preocupações relacionadas ao processo de transformação social a partir da educação.

Ouvir esses/as professores/as é importante para sabermos distinguir entre as críticas dirigidas ao processo de mercantilização da educação que é realizada pelas instituições de ensino administradas por empresários e o exercício da docência realizado por trabalhadores da educação dentro dessas instituições. Não devemos negar a importância e o peso da rede privada de ensino em nosso sistema educacional. Reconhecer seu papel dentro da realidade educacional não significa concordar com o processo de sucateamento do ensino público e supervalorização da iniciativa privada, mas abre a possibilidade de refletir também sobre a existência desses/as professores/as dentro do universo educacional, em especial do ensino de História.

1.2 Considerações finais sobre os resultados parciais da pesquisa

Até o presente momento, a partir dos relatos dos/as professores/as entrevistados/as, fica evidenciado para nós que os/as professores/as de História da rede privada de Uberlândia tem consciência da mercantilização do ensino realizado pelas instituições nas quais trabalham. Mesmo com essa consciência, esses/as professores/as são categóricos em afirmar que não se furtam de seu papel social, ou daquilo que compreendem ser a função social da História, tentando encontrar brechas para inserir um ensino de História com sentido, voltado para o desenvolvimento da consciência histórica genuína em seus/suas alunos/as. Talvez a atuação não seja suficiente para a ruptura necessária, mas não podemos negar as tentativas realizadas por esses/as professores/as.

Sabemos que as escolas privadas de Uberlândia-MG são voltadas para o mercado, entendendo a educação como produto a ser consumido. Isso tende a um ensino voltado para regras mercadológicas. Apesar disso, os/as professores/as de História dessas instituições, em vários momentos, usam essa lógica a seu favor para inserir conteúdos e debates significativos para a formação de cidadãos mais críticos e capazes de agir sobre sua realidade.

Os resultados parciais nos mostram também uma triste realidade, pois as atuais propostas de leis para a Educação pública tendem a favorecer a ampliação do ensino privado no país. Nesse sentido, concordamos com Toledo (2017) quando afirma que a Reforma do Ensino Médio, pela Lei 13.415/17, favorece as escolas privadas, uma vez que

a reforma do Ensino Médio pouco afeta essas escolas, permitindo a permanência de seu “sistema” de ensino. Na avaliação de Toledo (2017), enquanto as escolas públicas estariam submetidas a um currículo voltado para o “ler-escrever-contar-trabalhar”, as escolas privadas continuariam a oferecer seus cursos propedêuticos e a preparar seus/suas jovens para o Ensino Superior (TOLEDO, 2017: 193-194). Para a autora, as alterações no Ensino Médio mantêm a “[...] reprodução da estratificação social, por meio da institucionalização de currículos também estratificados, desenhados de acordo com as diferenças econômicas de classe social” (TOLEDO, 2017: 198). A pesquisadora percebe que a atual reforma deixa evidente a formação de três modelos de escolas de Ensino Médio: de cursos propedêuticos, de cursos técnicos profissionais e escolas de trabalho. Nessa perspectiva, fica subtendido que as escolas privadas, que em sua maioria atendem as classes mais favorecidas, continuariam com o propedêutico, preparando seus/suas alunos/as para o Ensino Superior, enquanto os demais modelos formariam as “escolas para os pobres”.

O *Professor C*, por exemplo, foi categórico ao dizer que a disciplina de História só estaria ameaçada na rede privada de ensino se os sistemas de seleção para o Ensino Superior não cobrar mais os conteúdos. Caso contrário, as escolas particulares tendem a oferecer justamente o que as escolas públicas não possuem. Em suas palavras,

(...) Tirar não, diminuir a carga horária como ela tem feito sim, mas tirar não. Tirar não, não porque tá preocupada com a formação intelectual do aluno, mas por causa do vestibular. Só, as escolas particulares só vão tirar isso da grade curricular o dia que o vestibular parar de cobrar. Se o vestibular parar de cobrar, elas tiram. (...) (PROFESSOR C, 29/08/2020)

Esperamos ter contribuído de alguma forma na compreensão sobre a forma como os/as professores/as de História atuam na rede particular de ensino de Uberlândia para podermos refletir sobre limites e possibilidades de um ensino de História cada vez mais significativo.

Referências

ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa Histórica: teoria e método. Bauru – SP: EDUSC, 2006.

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História. São Paulo: Vozes, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História – fundamentos e métodos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: ??????. Acesso em 20 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2017/1996. Disponível em?????. Acesso em 20 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/bncc>>. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

BRASIL. Projeto de Lei n. 867, de 2015 (Do Sr. Izalci). Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola Sem Partido”. Disponível em: <<https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, nº 55, p. 153-170.

CÁSSIO, Fernando (Org.). Educação contra a barbárie – por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boi Tempo, 2019.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e consciência histórica – implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERRI, Luis Fernando. Os saberes escolares e o conceito de consciência histórica. Revista Educação e Fronteiras On Line. Dourados/MS, V. 4, n. 11, p. 110-125, mai/ago. 2014. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4367>>. Acesso em: 08 de jun. de 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. História do Tempo Presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/146273621/Dosse-Francois-historia-do-tempo-presente-e-historiografia-Florianopolis-v-4-n-1-p-5-22-jan-jun-2012>>. Acesso em 19 de jul. de 2019.

FERNANDES, Aurélio Silva. Consciência histórica e suas implicações no ensino de História: uma pesquisa didático-histórica com alunos do 3º Ano do Ensino Médio Regular. Educação Básica Revista, vol.4, n.1, p. 147-165, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi [online]. 2002, vol.3, n.5, pp. 314-332.. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003006013>>. Acesso em: 20 de jul. de 2019.

GUIMARÃES, Selva. Didática e prática de ensino de História. 13ªed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

HOBBSAWN, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HORKHEIMER, Max. Eclipse da Razão. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. Educar em Revista [online], Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006. Disponível em:<<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5543>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

LEE, Peter. Por que aprender História?. Educar em Revista. [online]. Curitiba, 2011, n.42, pp.19-42. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000500003>>. Acesso em 16 de abril de 2019.

MARTINS, E. C. R. História: Aprender o quê, por quê, para quê? In: URBAN, A.C; Martins, E. C. R. e CAINELLI, M. (org) (2018) Educação Histórica: ousadia e inovação em Educação Histórica (pp. 35-44). Curitiba: W.A. Editores, 2018.

MEDEIROS, Daniel Hortêncio. Manuais didáticos e formação da consciência histórica. Educar em revista. n. 1, p. 73-92, especial 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5547>>. Acesso em 18 de jun. de 2019.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RÜSEN, Jörn. História Viva: teoria da História. Brasília: Ed. UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. Teoria da História – Uma teoria da história como ciência. Curitiba-PR: Editora UFPR, 2015.

SCHMIDT, M. A.; URBAN, A. C. Afinal, o que é Educação Histórica? Revista Ibero-Americana de Educação Histórica - RIBEH, v.01, n. 01, p. 07-31, Ago-Dez/2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Área de Sociedade, Cultura e suas tecnologias: algumas contribuições para sua organização (História). In: KUENZER, Acacia (org). Ensino Médio – construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.p. 203-232.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. 4ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Org.). Golpes na História e na escola: o Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez, 2017. p. 233-246.

Fontes

A, Professor. Entrevista I. [junho de 2020]. Entrevistador: Israel Carneiro de Aquino. Caldas Novas/GO, 2020. 1 arquivo de vídeo mp4 (98 min.).

B, Professor. Entrevista I. [junho de 2020]. Entrevistador: Israel Carneiro de Aquino. Caldas Novas/GO, 2020. 1 arquivo de vídeo mp4 (122 min.).

C, Professor. Entrevista I. [fevereiro de 2021]. Entrevistador: Israel Carneiro de Aquino. Caldas novas/GO, 2021. 1 arquivo de vídeo mp4 (168 min.).

D, Professor. Entrevista I. [fevereiro de 2021]. Entrevistador: Israel Carneiro de Aquino. Caldas Novas/GO, 2021. 1 arquivo de vídeo mp4 (132 min.).

LUGARES DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS SABERES E FAZERES COMO PILARES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA BIBLIOTECA VIVA NA CIDADE DE GOIÁS

Jaqueline Moraes Fernandes³³⁸

RESUMO: A temática do patrimônio, por ser ampla, possibilita que o conhecimento sobre determinado bem ou referência cultural gere reconhecimento, promovendo a formação de identidades e valorização de saberes e fazeres locais. As bibliotecas apresentam as concepções de cultura, saber e memória, e sua história, no Ocidente, é ligada a cultura e pensamento. Ao ajudar na promoção de referências culturais, a biblioteca será um meio essencial de disseminação e democratização do conhecimento e gestão de saberes, além do acervo físico contido no espaço. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é apresentar a relevância do trabalho das bibliotecas em relação ao patrimônio cultural e como o bibliotecário pode desempenhar a função de mediador da educação patrimonial, tendo a biblioteca como *lócus* de toda a ação. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, por meio de uma pesquisa-ação, que permitirá trabalhar com os saberes e fazeres das sociedades tradicionais em ações a serem promovidas no ambiente da biblioteca. O produto proveniente da pesquisa-ação será uma biblioteca de memórias, um repositório com registros destas oficinas, aproximando a comunidade dos saberes e fazeres destes detentores, focando nas habilidades que são intrínsecas em patrimônios culturais imateriais: as vivências e experiências a serem compartilhadas entre ambos.

Palavras-chave: *Bibliotecas. Educação Patrimonial. Patrimônio cultural.*

Percebemos por meio da história a modificação das formas de registro do pensamento humano, elevando a produção e tornando necessária sua preservação. O ato de reunir documentos para torná-los testemunhos da história, permitiu a construção de arquivos e bibliotecas, tornando o documento um monumento e não apenas um material. Esta é uma expressão do poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro, ampliando sua área de abrangência, visto que atualmente, os documentos abrangem palavras, gestos e são até arquivados em computadores e na internet (LE GOFF, 1990).

A memória é um fenômeno sempre atual e um elo vivido no eterno presente, ou seja, ela remete a aquilo que foi vivido, e precisa ser registrada. Assim, a biblioteca, como

³³⁸ Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP, Câmpus Cora Coralina) – Universidade Estadual de Goiás (UEG), jmoraes@ufg.br. Orientador: Dr. Neemias Oliveira da Silva, neemias.oliveira@ueg.br.

os museus, dicionários, comemorações, festas, monumentos, são instrumentos de base do trabalho histórico e objetos simbólicos da nossa memória, definido por Nora (1993: 13) como “lugares de memória”.

A pluralidade cultural existente no Brasil se reflete nas formas de expressão que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira, conhecido como patrimônio imaterial, representada pelo artesanato, modos de pesca, caça, plantio, cultivo e colheita, o uso de plantas como alimentos e remédios, o modo de construir moradias, a culinária, danças e músicas, as formas de vestir e de falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares revelam muitos aspectos que assumem a forma da cultura viva e presente de uma determinada sociedade (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Logo, a ideia do patrimônio imaterial possibilita uma ação inclusiva e transformadora, visto que explicita, valoriza e oficializa a pluralidade e diversidade cultural brasileira, objetivando não só os produtos culturais materiais, mas os seres humanos e agentes do conhecimento, as condições e os processos de produção e reprodução dos bens culturais patrimonializáveis. Quanto mais conhecer uma referência cultural, mais conhecimento haverá sobre ele, bem como os significados e a importância dele para as pessoas (IPHAN, 2016). Estas questões fazem parte da Educação Patrimonial, um processo educativo, participativo e dialógico com foco no patrimônio cultural.

Contudo, como o bibliotecário pode auxiliar na promoção de indivíduos ou grupos sociais por meio da educação patrimonial? Esta indagação levantada se dá ao fato de que o bibliotecário, além de ser um profissional agente de inclusão social, democratização da informação e da mediação da informação e conhecimento, deve também ser um agente de educação patrimonial, promovendo as referências culturais locais, possibilitando a inclusão dos detentores dos saberes tradicionais e a participação da comunidade na produção destes bens, dentro do ambiente da biblioteca.

A presente pesquisa tem como foco de análise central a relevância do trabalho das bibliotecas em relação ao patrimônio cultural e como o bibliotecário pode desempenhar a função de mediador da educação patrimonial, tendo a biblioteca como *locus* de toda a ação. Este, por meio de um trabalho conjunto, pode incluir os grupos sociais detentores de saberes tradicionais no ambiente da biblioteca, promovendo seu reconhecimento e valorização na comunidade.

Consiste em uma pesquisa de mestrado, de caráter exploratório, por meio de uma pesquisa-ação. A princípio, será realizada uma revisão teórica e documental para obter subsídios para construção do estudo. Após a pesquisa bibliográfica, partiremos para a pesquisa-ação: será realizado o contato e convite com um grupo social, detentor de saberes tradicionais da cidade de Goiás, esclarecendo os objetivos do projeto de educação patrimonial no ambiente da biblioteca. A partir deste contato, serão traçadas as metodologias iniciais para a execução de uma oficina, pautando-se no objetivo de apresentar e aproximar a comunidade dos saberes e fazeres do grupo em questão.

O produto proveniente da pesquisa-ação será uma biblioteca de memórias, e os materiais que povoarão este repositório serão oriundos das oficinas oferecidas pelos detentores de saberes tradicionais em parceria com a biblioteca e mediadas pelo bibliotecário, tendo como proposta aproximar a comunidade, interna e externa, dos saberes e fazeres destes detentores, focando nas habilidades que são intrínsecas em patrimônios culturais imateriais: as vivências e experiências a serem compartilhadas entre ambos.

Ao evidenciar a atuação do bibliotecário para distintas ações, neste caso, como mediador da educação patrimonial, proporcionará novas abordagens na área, que é tão pouco retratada no ambiente acadêmico - e quando realizado, refere-se a conservação preventiva de acervos -, bem como uma maior percepção dos profissionais para a importância de apresentar e promover o patrimônio cultural de sua comunidade.

Bibliotecas e patrimônio: aspectos teóricos e metodológicos

Ao abordar as relações da biblioteca com a temática do patrimônio, convém primeiramente contextualizar sua concepção histórica. A palavra biblioteca vem do grego *biblionthéke* e do latim *bibliotheca*; *biblion* significa livro, de raiz latina *liber* que remete as entrecascas de alguns vegetais em que se fabricava o papel na Antiguidade. *Théke* é qualquer estrutura que protege: um cofre, um edifício, uma caixa, uma estante. Portanto, em seu sentido etimológico, a biblioteca é um local onde se guarda livros (FONSECA, 2007).

Araújo e Oliveira (2005) conceituam biblioteca como uma coleção de documentos bibliográficos (livros, periódicos etc.) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, CDs, etc.) organizada e administrada para formação, consulta e recreação do público ou de

determinadas categorias de usuários. Desta forma, podemos afirmar que além de livros, a biblioteca deve possuir em seu acervo diversos suportes que atendam seu público.

Também contribui Jacob (2008) que a biblioteca é um espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico. Para ele, a biblioteca é um teatro de uma alquimia complexa, onde a leitura, escrita e a interação entre estas liberam forças e movimentos do pensamento, permitindo diálogos com o passado, criação e inovação. Por fim, a biblioteca dá sentido aos saberes e conhecimentos da coletividade, através da conservação dos materiais disponíveis em seu acervo.

As bibliotecas apresentam as concepções de cultura, saber e memória, e sua história, no Ocidente, é ligada a cultura e pensamento. Não apenas como lugar de memória, em que os vestígios do pensamento humano através da escrita são depositados, mas também como um espaço dialético, em que cada etapa da história são negociados os limites e funções da tradição, as fronteiras do que é dizível, legível e pensável, a continuação das genealogias e das escolas, bem como o que é acumulado com o tempo nos campos do saber, suas rupturas e reconstruções. Possuem o papel de transmitir a cultura e os saberes, pois são lugares de continuidade, mas também de rupturas de tradições (JACOB, 2008).

Desse modo, de acordo com Araújo (2014), o pensamento funcionalista no campo da biblioteconomia argumenta que, inicialmente, as bibliotecas eram instituições voltadas unicamente para a guarda e conservação de livros, e passou ser instituições pedagógicas ativas, como universidades populares. Para ele, houve uma evolução do conceito de biblioteca, saindo de depósito de livros para tornar-se a ‘mais democrática’ das instituições ao sair da posição passiva de aguardar os usuários para assumir a tarefa de buscar o que é adequado a cada leitor, de forma eficaz e no menor tempo possível. Além disso, o bibliotecário é visto não mais como um conservador do ‘museu do livro’, de braços cruzados, olhando como os usuários usam os livros, mas sim como um agente propulsor de cultura.

No século XX, a informação passou a ser um bem de grande valor e acumulável, em que o saber e o poder andam paralelamente. A necessidade de informação torna-se algo prioritário, e as bibliotecas recebem uma nova função: sistematizar o acesso às informações. Para Milanesi (2002), as grandes revoluções sociais possibilitaram o crescimento acelerado dos acervos, permitindo a disponibilização da informação ao tornar a biblioteca mais acessível. Ao juntar todos os documentos em um só lugar, havia a preocupação de preservar as memórias ali contidas com a formação de coleções.

Contudo, quanto maior a produção de documentos e sua disponibilização, maior se torna a exigência de uma organização.

Atualmente, percebe-se a grande evolução dos elementos tecnológicos e o aumento no acesso e uso da informação na sociedade. Quase tudo gira em torno de três elementos: informação, conhecimento e tecnologia. Há uma revolução na forma de viver, pensar, agir e comunicar em nossa sociedade e percebemos que a informação muitas vezes está aliada às tecnologias de informação e comunicação (TIC). O uso da informação de forma eficiente e eficaz é a melhor forma de tornar um cidadão ativo dentro da sociedade. Com base nisso, as bibliotecas adaptaram-se a essa nova realidade, apresentando novas possibilidades aos seus usuários, como interações e mediações, somadas às tecnologias digitais.

Entendemos que a biblioteca surgiu da grande produção dos registros informativos, visando a guarda, organização e preservação destes suportes. Graças a preservação desses registros históricos, grande parte da história foi construída e constitui-se em uma memória nacional. Para os gregos antigos, a memória era pré-condição do pensamento humano, personificada em *Mnemosine*, a deusa da memória, sabedoria e progenitora de todas as artes e ciências, entre elas a história, e também em *mnemônica*, a ciência da recordação e a base do processo de aprendizagem (SAMUEL, 1997).

Conforme Pollak (1992), a memória possui grande ligação com a identidade, principalmente com a memória nacional. Ela parece ser um fenômeno individual, próprio da pessoa. Porém, deve ser entendida também como um fenômeno social e coletivo, passível a mudanças e transformações constantes. As memórias são elaboradas por meio de pontos de referência e são inseridas na memória da coletividade a que pertencemos: os lugares de memória que nos acompanham por toda a vida, a importância de datas e personagens históricos que somos constantemente lembrados, as tradições, costumes, regras, a culinária, folclore e música são indicadores da memória coletiva (POLLAK, 1989).

Não obstante, a biblioteca, assim como os museus, dicionários, comemorações, festas, monumentos, são instrumentos de base do trabalho histórico e objetos simbólicos da nossa memória. São marcos, testemunhas de uma outra era, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993: 13).

O patrimônio cultural forma-se a partir das referências culturais, representadas pela história de um grupo, constituindo algo coletivo e que faça sentido, uma vez que estas referências ligam as pessoas aos seus pais e antepassados e são transmitidas às gerações futuras, constituindo a cultura de um lugar. Quando estes elementos possuem grande importância a um grupo, torna-se um bem cultural, e é por meio deste bem que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros (IPHAN, 2016).

De acordo com o manual do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), falar em referências culturais é dirigir o olhar para as representações que constituem uma identidade para os habitantes de uma determinada região, e remete à uma paisagem, uma edificação, um objeto, aos saberes e fazeres, crenças e hábitos: “Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica” (IPHAN, 2000: 14).

Essas referências culturais, na maioria das vezes, são repassadas por grupos ou indivíduos detentores do saber. Por detentores, entende-se:

[...] às pessoas que integram comunidades, grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica de produção e reprodução de determinado bem cultural imaterial e/ou de seus bens culturais associados, para as quais a prática cultural possui valor referencial por ser expressão da história e da vida de uma comunidade ou grupo, seu modo de ver e interpretar o mundo, ou seja, sua parte constituinte de memória e identidade. Os detentores possuem conhecimentos específicos sobre esses bens culturais e são os principais responsáveis pela sua transmissão para as futuras gerações, pela continuidade da prática e dos valores simbólicos a ela associados ao longo do tempo (IPHAN, 2017: 11).

A educação patrimonial é uma iniciativa que permite o reconhecimento e apropriação de bens culturais pela comunidade, por meio de ações educativas. Ao se trabalhar os processos educativos referentes ao patrimônio cultural, deve-se ter em mente que estes são mais efetivos quando são incluídos nas diversas dimensões das vidas das pessoas. Como explica Florêncio (2012), o patrimônio deve fazer sentido e ser percebido nas práticas cotidianas dos sujeitos. Por isso, faz-se necessário associar, de forma contínua, os bens culturais e a vida cotidiana por meio da criação de símbolos ou atribuição de valores a eles.

Em outras palavras, para se alcançar os objetivos da educação para o patrimônio cultural, é necessário que os bens culturais tenham valor, atribuídos pelos próprios

indivíduos ou comunidade. Nesse sentido, a meta do processo educativo, com foco no patrimônio cultural,

[...] é de despertar no educando a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, e de levá-lo a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimoram sua qualidade de vida, e que contribuem para seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadão, em suas atividades profissionais, de lazer, de criação e de interrelação com os outros e com o mundo. Desse processo é que decorre o compromisso com a preservação (LONDRES, 2012: 16).

A educação patrimonial não possui uma metodologia pronta, pois enquanto um processo, recorre a várias metodologias de aplicação. Contudo, há dois pressupostos fundamentais para se pensar uma educação patrimonial libertadora e emancipatória, citada por Scifoni (2012) e baseada na proposta de Paulo Freire.

Em primeiro lugar, deve-se entender que as comunidades em que atuamos serão sujeitos do processo, ou seja, não são apenas receptores de ações. Os projetos devem ser pensados e planejados juntamente com estes e não de cima para baixo, devendo-se levar em consideração as demandas e necessidades por eles levantadas, bem como conhecer o local, as pessoas e realizar um diagnóstico prévio.

O segundo pressuposto apresentado pela autora diz respeito à construção de uma nova relação entre a população e o seu patrimônio cultural. Porém, é preciso garantir a participação social de forma efetiva na construção das políticas de proteção da memória e do patrimônio, pois somente através disso é que a população se reconhece e se enxerga no patrimônio e na memória oficial. Contudo, deve-se considerar no processo de valorização além dos valores estéticos e formais, os laços afetivos, sociais e simbólicos, não se esquecendo da grande desigualdade existente no patrimônio cultural, referente aos grupos sociais marginalizados, ora excluídos dessa memória nacional.

Entretanto, a tarefa da Educação Patrimonial também é questionar estas desigualdades presentes no campo do patrimônio, apresentando a perspectiva libertadora e emancipatória por meio da decolonialidade, ou seja, desmistificando o patrimônio a partir de outras perspectivas, ou como Scifoni (2012) cita, escovar a história a contrapelo. Especialmente quando um bem cultural se refere a um patrimônio marginalizado ou esquecido, a educação patrimonial torna-se um instrumento de valorização das diversidades culturais, que busca fortalecer as identidades e particularidades contemporâneas, afirmando as diferentes maneiras de ser e estar no mundo.

Desta forma, atividades que englobam temáticas do dia a dia podem ser incluídas no contexto da biblioteca, possibilitando maior envolvimento com a comunidade local e apreensão de conhecimentos, identificações e saberes. Dar foco ao patrimônio cultural é uma das possibilidades de trabalho que abrangem a mediação e a oportunidade de trabalhar a competência informacional, contribuindo com a construção e compartilhamento de conhecimentos, entendendo e transformando a realidade através de trabalhos de educação patrimonial.

Ação de educação patrimonial na biblioteca e concepção do produto educacional

Diante de toda explanação teórica levantada, verificou-se a importância de apresentar à comunidade tudo o que existe ao seu redor, principalmente no campo cultural e artístico, que é o meio comum de se proporcionar entretenimento. Reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco em 2001, a cidade de Goiás possui muitas manifestações culturais, e como observado por meio das pesquisas realizadas para composição do relatório técnico da pesquisa, a grande maioria são relacionadas ao campo religioso e cultural.

No entanto, dentro dessas manifestações, há o silenciamento de outras. A história brasileira é marcada pelas lutas de direitos e conquistas de igualdades, principalmente dos povos considerados marginalizados - negros, indígenas, rural, periférico. Os estereótipos construídos historicamente e as visões eurocêntricas contribuem fortemente para o distanciamento das comunidades com as expressões julgadas como diferentes, como é o caso das culturas afro-brasileiras.

A biblioteca, enquanto local de difusão de informação, conhecimento e memórias, é um excelente aparato para tentar aproximar a comunidade destes grupos sociais marginalizados. Por isso, deve expandir os serviços oferecidos, principalmente os que se referem às ações de extensão e cultura, para trazer a comunidade e os detentores para dentro do espaço de forma que haja disseminação de saberes, fazeres e conhecimento que não estejam em um livro, mas em relatos orais ou práticas artísticas presentes no patrimônio imaterial.

Partindo para a parte prática da ação, reconhecemos que a melhor maneira de inserir a comunidade no espaço da biblioteca é a partir de ações de ação cultural. Como estratégia principal, pode-se abordar um determinado assunto por meio de palestras, cursos, oficinas, teatro, filmes abertos à comunidade, exposições temáticas, dentre outros.

Logo, ao se pensar em um trabalho de educação patrimonial na biblioteca, o melhor meio de atuação é baseado nesta estratégia: levar o indivíduo ou grupo social que detém um conhecimento para o ambiente da biblioteca. Geralmente, o convite de participação como preletor da ação é direcionado a um indivíduo ou grupo que possui propriedade e conhecimento na temática proposta, e assim, é delineada uma metodologia de aplicação dialógica para, então, realizar a captação dos participantes. Diante disso, chegou-se à conclusão de que uma oficina aberta ao público é uma excelente forma de unir os conhecimentos, saberes e fazeres dos detentores e a comunidade e, como isso, aproximar estes dois ao espaço físico da biblioteca.

O critério de seleção da escolha deste(s) detentor(es) na pesquisa serão: aceitar participar da pesquisa como voluntário; residir na cidade de Goiás-GO; ter saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano da comunidade; ter participação social na comunidade através da referência cultural que apresenta, permitindo o conhecimento e transmissão de saberes/fazeres através de gerações; a referência cultural deve apresentar características da diversidade cultural brasileira.

O trabalho ora exposto terá como *lócus* as instalações da Biblioteca Seccional Campus Goiás – Cajui, da Universidade Federal de Goiás (CG/UFG), pautando-se no objetivo de apresentar e aproximar a comunidade da cidade dos saberes e fazeres do indivíduo ou grupo participante, no ambiente da biblioteca. Desta forma, para a execução de todo o trabalho, faz-se necessário no primeiro momento, o contato com o grupo social ou indivíduo a ser escolhido, esclarecendo os objetivos do trabalho, a importância da biblioteca como mediadora das ações de educação patrimonial e a ideia da criação da biblioteca de memória e seus objetivos. O momento de socialização permitirá que as ideias e conceitos chave da pesquisa, como patrimônio, memória, identidade, cultura, sejam trabalhados e assimilados por todos, para então dar prosseguimento ao trabalho.

Porém, ao se pensar em um produto em que se relacionaria a biblioteca, os detentores de saberes tradicionais e a comunidade, dever-se-ia pensar uma ferramenta eficaz na transmissão dos conhecimentos. Levando em consideração a importância das TIC's na sociedade, surgiu a ideia de construir uma biblioteca de memórias, consistindo em um repositório *online*, produzido através do trabalho do bibliotecário e dos detentores do saber, firmando a proposta da biblioteca como um lugar de memória, saindo do que já está posto: o acervo físico.

Os materiais que povoarão este repositório serão oriundos das oficinas de educação patrimonial, oferecida pelos detentores de saberes tradicionais em parceria com

a Biblioteca Cajuí. Estas oficinas serão mediadas pelo bibliotecário, realizadas em um único dia, tendo como proposta aproximar a comunidade, interna e externa, dos saberes e fazeres destes detentores, focando nas habilidades que são intrínsecas em patrimônios culturais imateriais: as vivências e experiências a serem compartilhadas entre ambos.

As memórias e troca de saberes serão primordiais neste trabalho de educação patrimonial, pautando na construção da memória e identidade cultural destes detentores do saber, no ambiente da biblioteca. As interações entre o grupo social e os participantes serão registradas através de fotos, vídeos, relatos, dentre outros suportes, dando formato ao produto da pesquisa: a biblioteca de memórias. Esta iniciativa proporciona que diferentes grupos e pessoas, de diversas idades, conheçam e participem das atividades do referido grupo, sendo também uma fonte de pesquisa e um instrumento de memória, pois a preservação destes registros é um fator de manutenção do grupo na sociedade.

Importante enfatizar que os detentores do saber irão conduzir toda a proposta da biblioteca de memórias, tendo total liberdade na formulação, implementação e execução das ações, pois conforme Florêncio et al. (2014: 20), na educação patrimonial “o que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, [...] e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única”. Ao ministrarem as oficinas no ambiente da biblioteca, os conhecimentos ali realizados serão registrados, para que a comunidade conheça o trabalho e seja também uma fonte de pesquisa e um instrumento de memória, pois a preservação desses registros é um fator de manutenção do grupo na sociedade.

Considerações finais

A temática do patrimônio, por ser ampla, possibilita que o conhecimento sobre determinado bem ou referência cultural gere reconhecimento, promovendo a formação de identidades e valorização de saberes e fazeres locais. A criação da biblioteca de memórias, proposta por meio deste trabalho, será uma fonte de pesquisa e instrumento de memória, promovendo a preservação e propagação dos ofícios dos detentores de saberes tradicionais da cidade, tendo o bibliotecário como mediador de toda a ação.

Constata-se que as bibliotecas são espaços que remetem à preservação e disseminação do conhecimento, independentemente de seu suporte. Possibilitam, por meio de seu acervo, um genuíno “lugar de memória” da sociedade ou de uma instituição, que contribuem para a produção e resgate de memórias, muitas vezes esquecidas,

possibilitando a construção de uma memória coletiva. Porém, as ações da biblioteca devem ir além do que já está posto – seu acervo –, propondo novas ações que englobam os usuários e as novas narrativas dialógicas de conhecimento e informação, principalmente as que envolvem a compreensão de referências culturais.

O bibliotecário, frente a essas novidades, tem o papel de ajudar no progresso das sociedades, proporcionando condições de envolvimento e participação desta por meio do acesso à informação, facilitando a produção de conhecimentos. Enquanto gestor da informação, deve buscar a ampliação dos espaços de diálogo sobre patrimônio e educação patrimonial na biblioteca em que atua, contribuindo para a formação de consciência crítica de uma determinada comunidade, para que estes se enxerguem como sujeitos do mundo; além de buscar capacitação e formação permanente para atender os campos científico, técnico e humanístico da profissão.

Além disso, deve reconhecer as comunidades como sujeitas de sua cultura, produtora dos saberes e participantes ativas das ações educativas, visando a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento dos vínculos com o seu patrimônio cultural. Ou seja, as comunidades detentoras são protagonistas de toda a ação, realizada de forma dialógica e participativa, e o bibliotecário, enquanto agente de educação patrimonial, será um mediador deste processo, ao possibilitar que este conhecimento seja disseminado dentro do espaço da biblioteca.

O que se pretende com a pesquisa-ação e produto educacional é fazer com que os detentores do saber, neste caso o grupo social escolhido para participar da ação, sejam ouvidos e (re)conhecidos, estendendo à comunidade esta oportunidade: através de um repositório com acesso público e gratuito, disponível via *web*, permitindo que as identidades de luta sigam lembradas durante as gerações e que possibilite também o resgate destas tradições, pelas gerações futuras.

Por fim, a maior intenção na criação da biblioteca de memórias é que ela seja o pontapé inicial para instituir novas abordagens relacionadas ao patrimônio cultural no ambiente das bibliotecas, evidenciando a atuação do bibliotecário para distintas ações, neste caso, como mediador da educação patrimonial. Além disso, proporcionará novas pesquisas na área da Biblioteconomia, que é tão pouco abordada no ambiente acadêmico, bem como uma maior percepção dos profissionais para a importância de apresentar e promover o patrimônio cultural de sua comunidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília/DF: Briquet de Lemos; São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), 2014.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene de (org.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim *et al.* **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2.ed. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático, 2).

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2.ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico da educação patrimonial**. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação patrimonial: inventários participativos - manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Iphan, 2000.

IPHAN. **Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento**. Brasília/DF: Iphan, 2017. (Patrimônio cultural imaterial: para saber mais, 2).

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990.

LONDRES, Cecília. O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático, 2).

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.10, p. 07-28, dez. 1992.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Proj. História**, n. 14, p. 41-81, 1997.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático, 2).

O CASAMENTO EM MEDEIA DE SÊNECA

Jéssica Honório de Oliveira Silva³³⁹

RESUMO: O artigo analisa o casamento na tragédia *Medeia*, de Sêneca, escritor do I século d. C. no Império Romano. Investigamos como Sêneca reconstrói a narrativa do mito da feiticeira e quais significados imprime nos casamentos da tragédia. Para isso, analisamos excertos da obra relacionando-os com o contexto da época de Sêneca por meio da historiografia antiga. Apontamos para a hipótese de que, ao dar ao mito grego uma forma romana, Sêneca avaliou as práticas das aristocracias imperiais referentes ao matrimônio: o casamento ilegítimo, o adultério, o divórcio e a abstenção de autoridade do *paterfamilias*. Entendemos que o casamento era uma parte da legitimação e consolidação do poder político no Império Romano sem a qual o exercício do poder não seria possível.

Palavras-chave: casamento; tragédia; Sêneca; Império Romano.

O mito de Medeia ficou conhecido e recebeu versões na literatura e no teatro. A feiticeira impactou as diferentes culturas em distintos formatos porque foi uma mãe assassina dos próprios filhos. Sêneca, do século I d.C., produziu uma Medeia romana. A forma que os romanos elaboravam textos era particular: imitar e emular eram princípios da literatura latina, formas de exercitar a retórica. Em intenso contato com a cultura grega, os escritores latinos exercitavam a escrita com o intuito de superar e imitar os gregos. A ideia moderna de originalidade e propriedade de um texto não encontra correspondência no mundo antigo. Assim, há Medeias de Eurípedes, de Sêneca, de Ênio e tantos outros. Cada Medeia em seu tempo e de acordo com os valores, interesses e recursos discursivos de sua época.

Mas qual seria o tempo de Sêneca? Era o século I da Era Comum, no Império Romano, nos governos de Cláudio e Nero. Chamamos de Império Romano o período que sucedeu a República e começou com o governo do imperador Augusto. Foram cinco os imperadores da primeira dinastia: Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. Sêneca nasceu no ano 1, em Córdoba, na Hispania, e morreu em 65 d.C, no governo de Nero. Viveu, portanto, sob os cinco imperadores da primeira dinastia. Poderia ter sido

³³⁹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás sob orientação da Profa.Dra. Luciane Munhoz de Omena na linha *História, Memória e Imaginários Sociais*. Bolsista CAPES. E-mail: jeshonorio@gmail.com

considerado um simples provinciano já que não nasceu em Roma, porém era de origem familiar rica, considerada intelectualmente e politicamente, vinha dos *Annaeus*. Ele foi um provinciano rico em Roma.

Consideramos que ele tenha escrito Medeia e suas outras tragédias (*Hércules Furioso*, *Troianas*, *Fedra*, *Agamemnon*, *Édipo*, *Tiestes* e *Fenícias*) entre 41 e 65 d.C. Filósofo estoico, compôs discursos em diversos gêneros literários da Antiguidade: escreveu cartas consolatórias, diálogos, epístolas, tragédias, tratados e até uma sátira. Igualmente diversos foram seus temas de análise: da ira ao ensino de como governar.

Sua personagem Medeia foi uma mulher apaixonada, esposa traída, sacerdotisa, maga, nobre e exilada. Filha de Eetes, o rei da Cólquida, a sacerdotisa de Hécate conheceu Jasão quando este chegou no reino de seu pai. Jasão pertencia a uma família nobre, de Iolcos, na Tessália, mas perdeu seu reino porque seu tio usurpou o poder. Ambicioso por poder, Jasão aceitou uma proposta do tio de fazer alguns trabalhos entre eles pegar o Velo de Ouro, que encontrava-se com Eetes.

Com a ajuda de Afrodite, Jasão seduziu Medeia a fim de que ela se tornasse uma aliada em suas tarefas. Prometendo-lhe casamento e a volta para Iolcos, alcançou seus objetivos graças aos feitiços de Medeia. Mas Jasão não contava apenas com Medeia: ele comandava a nau Argo, e os argonautas, seus tripulantes.

O pai de Medeia enfureceu-se com o êxito do herói e tentou incendiar sua nau. Jasão, Medeia e os argonautas decidem fugir. Na fuga, a maga leva seu irmão, Apsirto, que é morto por ela e tem partes de seu corpo espalhados pelo reino a fim de dispersar o rei Eeteu. Em Iolcos, o tio de Jasão, Pélias, recusa-se a entregar o poder e frustra o sobrinho. Medeia mata o tio do marido e fogem para Corinto.

A esta altura, Medeia já era esposa de Jasão e tinha com ele dois filhos. A escolha de Sêneca para iniciar a narração do mito tange ao momento em que eles chegam em Corinto, Jasão rende-se a proposta de Creonte, o rei, de casar-se com sua filha Creúsa. Jasão aceitou a oportunidade de, por fim, governar como um nobre. Enfurecida, movida pelo ódio e pelo amor, Medeia planeja uma ação contra os noivos.

Prometendo a vingança da traição, a maga envia à Creúsa, pelos filhos, um diadema enfeitiçado. Ao vesti-lo, Creúsa, a virgem prometida, desmancha-se em fogo juntamente com seu pai, o rei Creonte. Ainda com o propósito de atingir Jasão – que, segundo a maga, merecia algo pior do que a morte –, além de deixá-lo viúvo, a sacerdotisa de Hécate mata seus dois filhos sendo um deles diante do pai.

Na narrativa de Sêneca, existem particularidades: o elemento retórico forte que determina seu discurso e a corrente filosófica de Sêneca, o estoicismo. Segundo Cardoso:

A linguagem das tragédias é bem característica da época em que viveu o escritor. Tem traços acentuadamente retóricos, o que lhe confere, ao lado da solenidade própria do gênero, um tom artificial e, por vezes, pedante. Mestre da língua e conhecedor do material que reelaborou, sobretudo nos pormenores, o poeta se valeu a todo momento de figuras de estilo e das variações formas que o período latino admitia. À extensão dos monólogos se opõe muitas vezes a vivacidade dos diálogos, vazados em frases curtas, lacônicas e incisivas. (CARDOSO, 2005, p.36)

Considerando que o filósofo estoico, como tragediógrafo, materializou o estoicismo em versos e como bom orador fez uso de recursos retóricos, algumas questões ainda são importantes como “por que Sêneca recontou a história da maga Medeia?” e ainda “como o casamento pode ser objeto de análise no texto trágico?”

Estas são as perguntas que direcionam nossa análise da fonte. Para traçarmos os caminhos de possibilidades de respostas, são inevitáveis as considerações acerca do casamento no Roma Antiga.

Casamento na Roma Antiga

O casamento, na Roma Antiga, era mais que um costume, uma prática social, política e religiosa.³⁴⁰ À época de Sêneca, eram válidas as leis augustanas sobre o casamento. As leis (*Lex Iulia de adulteriis*, *Lex Iulia de maritandis ordinibus*, *Lex Papia Poppaea*) se destinavam, sobretudo, a controlar o comportamento feminino, mas não deixaram também de impor regras aos homens. Azevedo explica:

Estas leis representavam um sistema de penalização e recompensa com objetivo de estimular ou inibir determinados comportamentos. Em suma, os principais objetivos da legislação, como um todo, era: incentivar casamentos entre a aristocracia, promover a natalidade, e inibir adultérios. Entre outras medidas, a legislação declarava que todos os cidadãos com a faixa etária entre vinte e sessenta anos deveriam estar casados. Os celibatários e aqueles casados, mas que não tinham filhos, eram penalizados financeiramente. Os que tinham no mínimo três filhos gozavam de privilégios: eram agraciados com *ius trium liberorum*, que,

³⁴⁰ Não temos aqui a intenção de esgotar o assunto, pois não seria possível considerar todas as variações do casamento levando em consideração a prática em diversos contextos, governos, quadros culturais e classes sociais de todo o Império Romano. Nossa discussão de maneira alguma alcança uma explicação definitiva do casamento na Roma Antiga já que se delimita a uma época e a um tipo de fonte histórica, qual seja, a da tradição escrita. Não ignoramos, deste modo, as variações que podem ser apresentadas nas fontes materiais.

dentre outras prerrogativas, permitia a liberação da mulher da tutela masculina, concedendo-lhes mais autonomia, por exemplo, em transações financeiras e na gestão de seu patrimônio, e conferia privilégios políticos e econômicos aos homens, como, por exemplo, a aceleração do *cursus honorum* por meio da possibilidade de se candidatar e assumir cargos políticos antes de alcançar a idade requerida para tal cargo. Poderiam também se eximir de um determinado prazo entre um ofício e outro, e se abster de algumas obrigações civis. (AZEVEDO, 2017, p.66)

Embora as leis definissem os costumes, não correspondiam às práticas da vida cotidiana, isto é, o que era determinado na lei não refletia inteiramente nas práticas sociais. O próprio imperador Augusto, quem intentava instituir uma ordem moral, tropeçava em seus costumes. O biógrafo Suetônio, do século II d.C., conta que o filho adotivo de Júlio César era um adúltero e seus amigos ignoravam tal fato justificando que o imperador, na verdade, tinha intenções políticas com a traição “pois, interrogando as esposas, podia mais facilmente descobrir os desígnios dos maridos” (Suet. *Aug.* 69).

A manutenção dos casamentos relacionava-se com a dinâmica política imperial nos diferentes níveis das aristocracias e, principalmente, com a casa e a corte imperial. Não por acaso nenhum imperador da primeira dinastia – que data especialmente de um momento político de construção e tentativa de permanência do poder de um só – não se casou, pelo contrário, casaram-se, divorciaram-se e cometeram adultério.

Tácito demonstra a desaprovação romana do celibato ao contar que libertos se ocuparam do segundo casamento do imperador Cláudio porque, ao morrer Messalina, sua terceira esposa, “os libertos disputavam entre si sobre quem daria uma nova esposa a Cláudio, que não podia viver celibatário, e tinha por sorte ser governado por mulheres” (Tac. *Ann.* XII, 1).³⁴¹

Tratando-se da casa imperial, o casamento era uma obrigação inegociável porque nele deveria refletir os costumes que se esperavam dos romanos. Estando no alto das classes sociais, os membros da família imperial tinham suas vidas e ações expostas e, sem exceções, usadas por inimigos políticos. Tácito noticia sobre o quarto casamento de Cláudio³⁴² :

³⁴¹ O fato de o historiador Tácito afirmar que Cláudio era governado por mulheres imprime uma má fama à figura do imperador. Naquela época, um homem com autoridade política ser “governado” por mulheres era um sinal de fraqueza masculina e ausência de autoridade.

³⁴² Cláudio se casou com sua sobrinha, Agripina, filha de seu irmão Germânico, irmã do imperador Calígula e mãe de Nero, quem seria imperador depois de Cláudio.

Uma coisa, em verdade, bem digna de estimar-se, e em que visivelmente se manifestava a providencia dos deuses era, que ela estava viúva, para assim se poder casar com um príncipe, que nunca tinha cobiçado as mulheres alheias. Teriam eles ouvido dos seus antepassados, e ainda visto com os seus mesmos olhos como os Césares, segundo os seus caprichos, roubavam as mulheres dos outros: mas era isto o que agora não se via, nem era conforme a modéstia do imperador, que antes queria deixar um exemplo para o futuro de como convinha que os príncipes fizessem os seus casamentos (Tac. *Ann.* XII, 6).

O relato do historiador Tácito torna conhecida a intenção de Cláudio de, apesar dos erros de seus antepassados, ser um exemplo como um imperador casado. O que é absolutamente curioso é que Cláudio se casou quatro vezes, foi traído por sua terceira esposa, Messalina, o que lhe rendeu a fama de fraco. Vê-se, portanto, que o adultério era uma prática masculina e feminina.

Se as leis inibiam a prática do adultério, o celibato, também proibido por lei, não era falta menos grave. Tácito expõe sua indignação em relação aos hábitos dos membros da ordem equestre. Algumas vezes celibatários e outras sem casamento legítimo, os militares romanos não eram bons exemplos. Para ele, os veteranos “longe de cumprir o que se lhes ordenava, espalharam-se quase todos pelas províncias aonde haviam terminado o serviço; e não afeitos a casamentos legítimos, nem a educarem seus filhos, morriam sem deixar posteridade” (Tac. *Ann.* XIV, 27).

Outra importante fala sobre o celibato e o casamento é a de Augusto. Em Dião Cássio (Dio, 56, 2-4), é ilustrada uma situação: Augusto reuniu homens casados e celibatários e ao confrontá-los, disse que o casamento e a procriação aproximam os homens dos deuses e demonstra respeito na reprodução do comportamento dos pais. O casamento e a procriação tinham suas vantagens políticas: assegurariam a existência das cidades com um número grande de homens. Repreendeu então os celibatários questionando-os se seriam homens, cidadãos ou romanos já que não cumpriam nenhuma de suas funções. Zelar pelos interesses do povo e da cidade significaria aumentar o número da população. Continuou a repreensão afirmando que a adoção do celibato destruiria os nomes das famílias aristocráticas romanas.

Esse era o cenário no qual estava inserido Sêneca, partícipe e, ao mesmo tempo, crítico dos costumes aristocráticos. O que nos interessa, para a análise da fonte, é que havia uma correlação entre matrimônios e a *res publica* (coisa pública, interesse políticos) e não foi por acaso que, ao pensar na manutenção e estabilidade do governo imperial ³⁴³,

³⁴³ Não defendemos a ideia de que o Império foi uma criação de Augusto. O Império, como forma de

Augusto priorizou a união entre cidadãos, sobretudo entre aqueles de mesmas classes e de famílias aristocráticas. Se a *res publica* representava também a união de famílias aristocráticas para o exercício do poder, o casamento oferecia a possibilidade de manutenção do poder quando promovido entre famílias aliadas e, por outro lado, também a possibilidade de destruição dessas posições políticas em casos de divórcios e novos casamentos.

Casamentos na tragédia Medeia

O adultério é o tema de início do monólogo de Medeia. A maga invoca forças sobrenaturais exigindo uma punição àqueles envolvidos na causa de sua dor: Jasão, Creonte e Creúsa. “Ó deuses conjugais; ó Lucina, guardiã do leito nupcial” (Sen. *Med.* 1-2).³⁴⁴ Em seguida, Medeia suplica forças que a desafrontassem:

Agora, agora, vinde ó deusas vingadoras, com desgrenhada cabelereira de serpentes; vós que levais nas mãos cruentas tochas negras, vinde horrorosas, como outrora vos quedastes junto ao meu leito: levai morte à nova esposa, ao sogro e a toda estirpe régia (Sen. *Med.* 13-18).

Medeia procura a reconciliação de sua dor causada pelo novo casamento de seu marido. Intenta uma saída agressiva: almeja a morte dos envolvidos. Mas, antes disso, lembra que as deusas vingadoras outrora consentiram sua união. Reclama seu direito de esposa, qual seja, o de não ser traída porque considera seu casamento legítimo.

A feiticeira não demonstra critério ao anunciar malefícios a quem lhe tivesse feito mal. O adultério de Jasão gerará consequências à família de Creonte, isto é, também ao espaço político de Corinto já que morto o rei e sua filha virgem a cidade ficará sem descendentes para governar.

Ainda no mesmo monólogo, ela lembra a maneira como seu casamento foi concebido: por meio de crimes. “Como abandonas teu varão? Como o seguiste! Rompe as demoras indolentes: este lar por crime havido, em crime deve ser desfeito” (Sen. *Med.* 53-55). Sua casa (*domus*) foi construída com ilegalidades e deficiências morais. Deste modo, apesar de inicialmente reclamar ajuda aos deuses na posição de mulher traída,

governo, teve um processo de construção que o antecede com as figuras históricas Pompeu e Júlio César. Augusto não inaugura o governo de um só, mas dá forma àquilo que já existia em outro modelo.

³⁴⁴ Lucina era a deusa dos partos e protetora das gestantes, filha de Juno e Júpiter.

Medeia sabe que seu casamento não tinha autenticidade. Por que isso é destacado por Sêneca?

Segundo as leis romanas que regiam à época em que Sêneca escreveu a peça, o casamento só seria considerado legítimo com o consentimento e reconhecimento do pai da noiva, mas, no caso de Medeia, houve um atentado de sua parte à casa paterna a qual pertencia quando matou seu irmão e cometeu outros crimes para ajudar Jasão na tentativa de retomada do poder. Portanto, um casamento ilegítimo, na narrativa de Sêneca, não encontra outro caminho se não o de sua destruição. A ausência de reconhecimento é o castigo para a união de Medeia.

Mas a personagem prefere culpar Creonte, quem desmanchou seu casamento sem considerar que “separa u’a mãe dos filhos e rompe um pacto firmemente combinado. Rogo que tenha só os devidos castigos; cumularei de altas cinzas seu palácio” (Sen. *Med.* 143-147). Desta vez, a colca refere-se aos filhos porque como divorciada perderia também os filhos posto que pertenciam à família do pai. Outra vez Medeia lembra a traição e a vingança prometendo destruir a casa (*domus*) imperial (*alto cinere cumulabo domum*).

Na iminência de outro casamento, Jasão encontra maiores seguranças sociais e políticas já que era estrangeiro e exilado em Corinto. Na narrativa senequiana, a composição da personagem principal masculina é apoiada na fraqueza da própria personagem que não condiz com o gênero que ocupa. O coro confirma a legalidade do segundo matrimônio quando diz “que ao casamento real, os deuses favoráveis, que governam o céu e o mar, venham co’o povo que assiste ao rito” (Sen. *Med.* 56-58). Então, o consentimento das novas núpcias não era apenas do pai da noiva, nesse caso, mas também do povo e dos deuses.

Adiante, o coro confronta a realidade passada e a realidade futura de Jasão, pois “tirado ao leito tenebroso de Medeia, acostumado a, co’a forçada mão, tocar com medo o corpo da mulher desenfreada, feliz agora toma a moça eólia e casa-se pela primeira vez com a bênção dos sogros (Sen. *Med.* 102-106).” Para autenticar o novo casamento, a narrativa atribui a Jasão fraqueza dada sua posição de obrigatoriedade matrimonial no passado.

A abdicação de Jasão da relação matrimonial motivada pela ascensão política e social aponta uma crítica aos costumes dos romanos à época de Sêneca. Apesar de as leis inibirem tanto o divórcio quanto o adultério, ambos aconteciam comumente nos grupos

aristocráticos. Não raro tais práticas aconteciam por razões políticas, intenções de poder ou de destruição de inimigos políticos como já mencionamos.³⁴⁵

Tácito (Tac. *Ann.* IV, 3) notícia que, sob Tibério, Sejano, pretor sem nobreza familiar, seduziu Livila, esposa de Druso, filho do imperador. Casado e homem de confiança do imperador, desonrou sua nora a fim de alcançar uma posição de poder. Suspeita-se que ele pode ter assassinado Druso com a ajuda de Livila. Prometeu-lhe casamento, mas não chegou a realizar o contrato. O historiador faz seu julgamento sobre o caso:

Assim esta mulher, que era sobrinha de Augusto, nora de Tibério, e com filhos de Druso, se manchava a si, os seus antepassados e vindouros com um adúltero, que nem sequer era romano; e queria trocar a fortuna actual tão brilhante por destinos incertos e atrozes! (Tac. *Ann.* IV, 3)

Tácito lembra a estirpe de Livila, quem tinha raízes nobres e avalia sua falta de moral que as ofenderia. Sejano, além de adúltero, não era romano. Mas, se Sejano era tão próximo assim do imperador,³⁴⁶ por que optou pelo adultério e divórcio como caminhos para obtenção de poder? Na Roma Antiga, o poder pela força ou bajulação não se sustentava sem outros elementos, como um casamento nobre, o pertencimento à família imperial ou a outras famílias aristocráticas.

Em vista disso, a disposição da personagem Jasão, quem se casa por ambições tanto no com Medeia quanto com Creúsa, reflete a dinâmica das relações políticas romanas ilustrando como o casamento cumpria não apenas obrigações sociais e morais, mas também de cunho político. Neste cenário, o casamento com mulheres aristocráticas oferecia um caminho para o apoio ao poder e a família era uma célula de sustentação da ordem, a *res publica*.

Em suas falas, Medeia não somente retoma o assunto do adultério, que é a razão das expressões de suas emoções, como também relembra sua origem. No segundo episódio da peça (Sen. *Med.* 505-520), em diálogo com Jasão, Medeia responde que sua linhagem é mais nobre do que a de Creúsa. Medeia era da geração do Sol.³⁴⁷ Para Jasão, a maga seria sempre considerada uma exilada, pois perdeu o direito de pertencimento à

³⁴⁵ Sêneca foi um forte crítico aos costumes dos membros da aristocracia. Uma obra que ilustra sua crítica é a sátira *Apocolocintose do Divino Cláudio*.

³⁴⁶ Em *De Beneficiis*, Sêneca se ocupa do tema da prática de troca de favores (clientelismo) entre os grupos aristocráticos incluindo os imperadores.

³⁴⁷ Medeia era neta do deus Hélio, personificação do Sol, pai de seu pai Eetes.

própria linhagem ao se casar e ele, ao casar-se com Creúsa, deixaria de ser um exilado em Corinto.

Em diálogo com sua ama, a feiticeira afirma não temer estar desprotegida em terras estrangeiras, pois, ela era ainda de uma estirpe real.

Ama: Distante é a Cólquida e infiel é o teu esposo. Nada mais resta para ti de tuas riquezas.

Medeia: Resta Medeia. Nela vês o mar e as terras, o ferro e o fogo, as divindades e os trovões.

Ama: Assustador é o rei.

Medeia: Meu pai também foi rei (Sen. *Med.* 164-168)

Se Medeia foi quem cometeu crimes em razão de sua paixão e perdeu seu direito de pertencimento à própria casa (*domus*), Jasão, por sua vez, é uma personagem sem autoridade. Enquanto Medeia era forte, fazia feitiços, ameaças e destemida, Jasão era medroso. Ele justifica sua escolha por Creúsa dizendo ser pressionado por Creonte. Em diálogo no Segundo Episódio, Medeia diz a ele: “o verdadeiro amor não pode temer nada. Mas se à força cedeu e, obrigado, rendeu-se, decerto poderia ir dizer à mulher u’último adeus. Mas o fero amedrontou-se!” (Sen. *Med.* 416-419). O tessálio não corresponde aos desejos de Medeia em ser complacente com a situação de separação dos filhos. Jasão assustava-se com Creonte, mas Medeia não.

O tessálio admite não poder cumprir os votos conjugais que fez com Medeia por causa de seu medo: “se eu quisesse cumprir os votos conjugais, seria entregue à morte minha cabeça. Mas eu não quero morrer!” (Sen. *Med.* 435-437). Em seguida, Medeia cede anunciando seu novo exílio “parto, parto, Jasão! Não me é novo mudar – embora seja nova a causa desta fuga: fugia antes por ti. Vou-me embora, me afasto. Obrigas-me a deixar teu penates.”³⁴⁸ (Sen. *Med.* 447-450)

Sem possibilidade de restar em Corinto com os filhos e o marido, exilada, sem família e estirpe régia, Medeia mostra sua força e anuncia “que seja erguido o altar e queime-se o palácio!” (Sen. *Med.* 578) Seus filhos levam à Creúsa o presente e a faz queimar junto de seu pai. Instaura-se o cenário de vingança onde Medeia faz medo ao povo de Corinto e a Jasão. No Quarto Intermédio da peça, o coro questiona “quando a nefasta colca deixará a terra grega e livrará do medo os reis e o reino juntos?” (Sen. *Med.* 870-873). Nota-se que há uma crítica ao poder: se as mulheres, nas sociedades antigas,

³⁴⁸ Penates eram os deuses domésticos responsáveis pela proteção e bem estar das famílias. Cada família adorava dois penates.

encontravam-se em posições rebaixadas, uma personagem trágica que afronta os reis e os fazem temer exibe uma imagem de desequilíbrio da ordem natural.

Destarte, a passionalidade de Medeia e a deslealdade de Jasão implicam politicamente na cidade de Corinto. No Terceiro Episódio, o mensageiro, em diálogo com o coro, anuncia a desgraça.

Mensageiro: Tudo foi destruído, o reino sucumbiu. Jazem a filha e o pai nas cinzas misturados.

Coro: Que fraude os enganou?

Mensageiro: A que aos reis sempre engana: os presentes! (Sen. *Med.* 879-881)

A morte simbólica do reino deu-se com a morte do rei e de sua filha. A concepção de poder que Sêneca imprime na peça é a do equilíbrio político em torno do governante: na figura do rei, encontra-se toda a unicidade do Império, ele seria como a cabeça de um corpo.³⁴⁹ Em seguida, o julgamento senequiano aponta para outro costume do cenário político imperial: a corrupção do poder em forma de trocas de favores ou presentes.

Ainda sobre concepção do poder em Medeia, uma imagem de uma insígnia real é evocada quando a maga diz após as mortes “já recebi o cetro, o irmão e o pai, já a Cólquida tem de volta o tosão do carneiro dourado; de novo encontrei o reino e a virgindade. Ó deuses, enfim, bons, ó dia afortunado, ó festa conjugal” (Sen. *Med.* 982-985). Primeiro, criminosa, quando escolhe ajudar Jasão, na Cólquida; depois, esposa traída, exilada e sem família; agora, após uma parte de sua vingança consumada, Medeia purifica-se e julga ser capaz de retomar à sua condição de vida já que a razão de sua indignidade não mais existe. Desta vez, Medeia não ameaça o poder, ela o detém.

O fato de Medeia afirmar que recebeu o cetro (*sceptrum*) novamente mostra uma inversão da ordem natural, que era a de que mulheres não exerciam poder político oficialmente. Na narrativa senequiana, Creonte morre, Jasão é covarde e Medeia triunfa – não sem ações de horror. A personagem de Medeia seria, então, masculinizada? Parece que sim.

A vingança continua quando mata os filhos. Para Jasão, Medeia não escolhe a morte física, mas a moral e um dano emocional. “Acertarei a espada onde mais te machuca. Vai, soberbo, e procura um leito virginal. Abandona esta mãe” (Sen. *Med.* 1006-1007). Novamente, a narrativa alude a um símbolo do poder masculino, a espada (*ferrum*), que, metaforicamente, vai machucá-lo e está em poder de Medeia. Há um

³⁴⁹ Em Sobre a Clemência (Sen. *Cl.*, I, V,1), Sêneca diz que o rei é a alma da *res publica* e esta é seu corpo.

exemplo particular de matrimônio na peça: o esposo tem pouco poder do próprio destino e praticamente não controla a esposa; a companheira, no que lhe concerne, comporta-se de maneira afrontosa e radical.

O comportamento das esposas, no Império Romano, era tema de atenção. Tácito (*Tac. Ann.* III, 33-34) conta que, no governo de Tibério, Severo Cecina, senador romano, propôs que magistrados enviados para os governos de províncias não levassem suas esposas. As esposas aumentavam a licenciosidade nas províncias e eram capazes de acumularem aliados entre as tropas (inclusive seus líderes) e até conseguirem comandar o exército. Em suma, dividiriam o exército e angariariam aliados.

O império das mulheres era sempre mais atrevido e caprichoso; e apesar de haver já sido limitado pela lei Ópia, e outras mais que depois se publicaram, como todas agora já estejam postas em desuso, tornamos a vê-las governar as casas, os tribunais, e até os mesmos exércitos. (*Tac. Ann.* III, 33.)

O historiador anuncia a aparente preocupação dos romanos com a possibilidade de obtenção de poder por parte das esposas – e esta era uma preocupação especial da retórica de Tácito porque, como já vimos, o historiador utilizou das figuras femininas para criticar os imperadores e os aristocratas à época da primeira dinastia.³⁵⁰ Entretanto, mulheres da casa imperial como Agripina agiram politicamente sem cargos ou poder institucionalizado.

Continuando a cena, Valério Messalino, filho de Messala, responde a Severo Cecina que a moral dos antigos não se aplica mais e que as mulheres possuem o que é comum aos maridos. As mulheres não atrapalhavam no campo de batalha, pelo contrário, eram um alento após os embates. Segue dizendo que os crimes das mulheres (avareza e ambição) são os mesmos dos magistrados e questiona se os homens casados são influenciados pela perversidade das mulheres, os celibatários são excessivamente probos.

Valério Messalino nega a responsabilidade feminina nos fracassos morais masculinos e faz o Senado desconsiderar a proposta do opositor. Para ele, a vigilância moral que gera o equilíbrio da casa é papel dos homens.

e se a mulher se não comporta como deve, é sempre a culpa do marido;
e pela fraqueza de um ou outro indivíduo não devem ficar todos

³⁵⁰ Em sua dissertação de mestrado, Sarah Fernandes Lino de Azevedo discorre sobre as figuras femininas e a imagem de Nero na obra de Tácito defendendo que o historiador valeu-se das figuras femininas para compor um retrato negativo de Nero.

privados de suas esposas, esta companhia interessante tanto nas desgraças como nos prazeres da vida. Seria igualmente a maior imprudência do mundo desamparar um sexo por sua natureza tão frágil, e expô-lo ou aos seus caprichos, ou às seduções dos estranhos. Se, apesar do recato em que as conservamos, tanto nos custa ainda a guardar ileso a sua fidelidade, que será se por muitos anos estivermos longe delas em uma espécie de divórcio? Se quisermos pois obstar aos males que se podem originar em países distantes, comecemos primeiramente por dar providências para impedir os que nos podem acontecer dentro de casa. (Tac. *Ann.* III, 34)

Como este cenário pode contribuir para analisarmos a narrativa? Defendemos que, ao percebermos o contexto de escrita da narrativa, as composições das personagens denunciam o comportamento de aristocratas da época de Sêneca. Temos uma crítica à autoridade, que era essencialmente masculina. Ao não cumprir sua função de esposo – proteger a esposa e os filhos, dirigi-los, ser *dominus* (o senhor da casa) e *paterfamilias* –, Jasão desequilibrou a ordem do matrimônio.

Portanto, esposos aristocratas que exerciam seu *dominium* (desonrosamente, desestabilizavam não somente sua *domus* (casa), mas, por conseguinte, o espaço político. Para Sarah:

a família era parte ativa e responsável no que diz respeito à segurança de toda a comunidade. Este exercício do poder paternal atribuía um equilíbrio à *res publica* porque situava deveres públicos nas mãos de indivíduos, e, portanto, fazia parte da noção de *civitas* romana. (AZEVEDO, 2017, p.59)

No Império de Sêneca, aquele do I século de nossa Era, a família e o casamento compunham imagens de uma aristocracia equilibrada e, por isso, Augusto concentrou-se tanto nos costumes da vida privada. Não havia vida íntima independente da vida pública. O direito à privacidade é assunto moderno.

A Medeia de Sêneca exerceu sua função de esposa em desacordo com a expectativa do comportamento feminino na Roma Imperial, mas em acordo com alguns casos da vida real. Medeia e Jasão eram apenas personagens míticas, entretanto, adultérios, assassinatos, novos casamentos e mulheres exercendo poder preencheram a vida política romana. Casamentos ilegítimos, governantes viciosos e mulheres engenhosas também foram mais presentes do que as leis romanas podem nos informar.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. Poética. In: ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A Poética Clássica*. São Paulo: Cultrix, 2014.

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino. *Consilium muliebre ac deterius* (Tac. Ann., XV, 54,4): As personagens femininas e a construção da imagem imperial no principado de Nero. (Dissertação de mestrado). Mariana: UFOP, 2011.

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino. *O adultério, a política imperial, e as relações de gênero em Roma*. (Tese de doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2017.

BARTSCH, Shadi. Senecan Selves. In: BARTSCH, Shadi. SCHIESARO, Alessandro. (ed.) *The Cambridge Companion to Seneca*. New York: Cambridge University Press, 2015.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Estudos sobre as tragédias de Sêneca*. São Paulo: Alameda, 2005.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Estudos sobre o teatro antigo*. São Paulo: Alameda, 2010.

DIO CASSIO. *Roman History*. (Vol.VII e VIII). Translated by Earnest Cary. Harvard University Press. Loeb Classical Library, 1955.

EDER, W. Augustus and the Power of Tradition: The Augustan Principate as Binding link between Republic and Empire. In: RAAFLAUB, Kurt A. TOHER, Mark. (org.) *Between republic and empire: interpretations of Augustus and his principate*. University of California Press: London, 1990.

FAVERSANI, Fábio. Qual é o Império de Sêneca? In: FAVERSANI, Fábio. JOLY, Fábio Duarte. (org.). *As formas do Império Romano*. Mariana: UFOP, 2014

FOLEY, Helene P. *Female Acts in Greek Tragedy*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. BELO, Taís Pagoto. As romanas e o poder nos *Anais* de Tácito. *Revista Clássica*, 2017. v.30, n.2,. p.75-90.

GRIFFIN, Miriam. *Seneca: a philosopher in politics*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

GRIFFIN, Miriam. *Seneca on Society. A guide to De Beneficiis*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GRUBBS, Judith Evans. *Women and the Law in the Roman Empire: a sourcebook on marriage, divorce and widowhood*. London: Routledge, 2002.

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

SÊNECA. *De Clementia*. (Tradução e introdução de Ingeborg Braren). SALUSTIO. *A conjuração de Catilina. A guerra de Jugurta*. (Tradução e introdução de Antonio Mendonça). Petrópolis : Vozes, 1990.

SÊNECA. Medeia. In: *Medeias Latinas: Medeae Romae*. Tradução de Márcio Meirelles Gouvêa Júnior. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SÊNECA. *Tiestes*. Tradução, notas e estudos José Eduardo S. Lohner. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SÊNÊQUE. *Des bienfaits*. 2 v. Texte établi et traduit par François Préchac. Paris: Les Belles Letres, 1926-1927.

SILVA, F. S. *Apocolocintose do Divino Cláudio*. Tradução, notas e comentários. (Dissertação de mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

STALEY, Gregory Allan. *Seneca and the idea of tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SUETONIO. *Os Dozes Césares*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Guarulhos: Editora Germape, 2003.

TÁCITO. *Anais*. Tradução de J. L. Freire de Carvalho e prefácio de Breno Silveira. São Paulo: Editora Brasileira. Coleção Clássicos Jackson, 1957.

VIZENTIN, Marilena. *Imagens do poder em Sêneca: estudo sobre o De Clementia*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

O PCB E A “QUESTÃO DA MULHER”: A RESOLUÇÃO DE 1979-1982³⁵¹

Jiordana Branquinho Silva³⁵²

RESUMO: A presente comunicação tem como objetivo discutir como o Partido Comunista Brasileiro tratou a questão da mulher a partir da Resolução de 1979 e sua reformulação em 1982. Para isso, será traçado uma relação sobre como a questão da mulher é tratada pelos autores clássicos da teoria marxista; Karl Marx, Engels e Lênin, na intenção de perceber quais as ressonâncias disso nas ações e posicionamentos do PCB.

Palavras-Chave: *PCB, Questão da Mulher, Resolução de 1979-82.*

A situação social das mulheres é pauta presente na teoria marxista, mesmo que de forma superficial, desde o século XIX, em que teóricos como Karl Marx e Engels já discutiam a respeito das opressões vivenciadas pelas mulheres. Porém, o próprio termo “questão da mulher” utilizado por essa corrente de pensamento, traz em sua definição as ambiguidades do projeto comunista em relação às mulheres. Pois, ao passo que consideram importante discutir dentro do aporte teórico essa problemática, ela é relegada à segundo plano frente a um problema social maior; a desigualdade de classes (BETZAIDA, 2003, p.31). Isso se expressa na forma em que o movimento comunista lidou com as mulheres, desde as resoluções até a incorporação feminina nas fileiras da organização.

O PCB por adotar uma linha marxista-leninista, tem como base teórica os escritos de Marx, Engels e Lênin na formulação de seu plano de ação. A condição de opressão das mulheres segundo esses autores sempre esteve resumida à opressão capitalista, e acreditava-se que ao superá-lo, as desigualdades entre os sexos seriam extintas. Por terem uma visão estritamente pautada na ordem das desigualdades materiais, as análises acabam por ignorar outros aspectos dessa subordinação vivida pelas mulheres, como por meio da sexualidade, da reprodução, das relações maritais e do trabalho doméstico. Logo, é importante compreender como a mulher aparece na obra desses autores para que

³⁵¹ O presente artigo parte de uma pesquisa de mestrado em curso intitulada “A mulher militante no imaginário anticomunista: Ditadura Militar e o PCB em Goiás (1964-1985)” vinculada ao Programa de Pós Graduação em História da UFG (PPGH-UFG) sob orientação da Profª Drª Alcilene Cavalcante de Oliveira.

³⁵² E-mail: jiordanabranquinhosilva@gmail.com

possamos melhor analisar a Resolução de 1979-1982. A partir disso, compreender as relações entre a teoria marxista clássica e a ressignificação dela pelo PC brasileiro, as influências que guiaram a visão de mundo dos comunistas no país, e os avanços propostos pelo documento.

A primeira versão da resolução aprovada em 1979 pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, ainda no exílio, denominada “A Condição da Mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão política do PCB” e uma “Plataforma de Luta pela igualdade de direitos da mulher”, reeditadas em 1982 e publicadas como livro³⁵³, tem como objetivo apresentar uma orientação política “global” sobre a condição das mulheres no Brasil e a ação do partido frente a isso. O documento apresenta novos temas como contracepção, aborto, prostituição, dupla jornada de trabalho, propõe a divisão igualitária dos afazeres domésticos, além de apresentar uma breve auto crítica sobre como essa discussão foi, durante anos, omitida dentro do partido (ABREU, 2008, p.7). A autocrítica também inclui a reflexão sobre como o Partido lidou com a questão das mulheres dentro de suas próprias fileiras, onde o “*machismo, paternalismo, o patriarcalismo milenares refletiram-se em nossa concepção sobre o papel da mulher na sociedade, o que levou à subestimação de suas potencialidade políticas e à aceitação da velha divisão por sexo também dentro do próprio Coletivo*” (p. 64).

Dessa forma, a presente comunicação tem como objetivo analisar a Resolução do PCB de 1979-1982 sob o prisma das relações de gênero. Enquanto uma categoria de análise, gênero é entendido aqui como um elemento constitutivo de relações sociais, construído historicamente, que implica relações de poder implícitas nos papéis atribuídos socialmente aos homens às mulheres. Trata-se da compreensão de que gênero não está inscrito em qualquer determinismo biológico, isto sim, é uma construção social (SCOTT, 1991, p. 21). Dito isso, o objetivo é analisar, a partir da Resolução de 1979-1982, os papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres, e como, historicamente, o Partido Comunista lidou (ou não) com as desigualdades de gênero existentes na sociedade e no interior do próprio movimento. Ademais, o trabalho encontrou um diálogo frutífero entre

³⁵³ Os comunistas e a questão da mulher. Apr.: Zuleika Alambert. São Paulo: Cerifa – Novos Rumos, 1982, 90p.

as feministas marxistas, como Juliet Mitchell³⁵⁴ e Silvia Federici, que se propuseram discutir e avançar nas análises da teoria em relação às desigualdades de gênero.

A MULHER NA TEORIA MARXISTA

Mesmo que a questão da mulher tenha sido tratada nos textos clássicos que orientaram a ação dos Partidos Comunistas pelo mundo, a situação de opressão vivida pelas mulheres é sempre resumida à ordem material e a subordinação às instituições da propriedade privada. O que é elementar, visto que se trata de uma perspectiva que visa denunciar as desigualdades existentes entre as classes sociais, porém, esse olhar que se reduz a um tipo de opressão, incorre em reducionismos. Questões como a sexualidade, a reprodução, e sobretudo, a desigualdade entre os sexos são postas em segundo plano, sendo vistas inclusive como segregadoras do objetivo central; a luta de classes. “*A libertação das mulheres permanece como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela*” (MITCHELL, 2006, pág. 5). A questão da mulher era diluída na questão de classes, sem que pensassem em instrumentos específicos para a superação da opressão que incide sobre as mulheres.

Segundo a teórica feminista marxista Juliett Mitchell (2006), nos escritos de Marx existe uma mudança de perspectiva em relação a questão da mulher ao longo da vida do autor. As preocupações do jovem Marx se fundaram numa visão ontológica, pautada numa concepção do que é “natural” ao humano. Na obra *Propriedade Privada e Comunismo* (1884 apud MITCHELL, 2006, p.205), ao falar sobre o progresso humano sobre o animal, do cultural sobre o natural, ele afirma: “*A relação do homem para a mulher é a relação ‘mais natural’ de um ser humano com respeito a outro. Indica, por esta razão, até onde o comportamento ‘natural’ do homem tornou-se humano, e até onde esta essência ‘humana’ tornou-se ‘natural’.*”. Tratar as relações entre homens e mulheres na ordem do “natural” e não como relações construídas socialmente, que historicamente colocam a mulher numa condição subalterna, naturaliza também as desigualdades de

³⁵⁴ Juliet Mitchell é uma psicanalista britânica que atuou no movimento conhecido como Nova Esquerda. Considerada a teórica mais importante do Marxismo Feminismo na década de 70 – ela aponta que o “oprimido” da teoria marxista é oprimido da mulher. A autora se insere em um debate de crítica ao comunismo e questionamento sobre a condição da mulher, com um olhar que partiu de dentro do Marxismo durante a década de 1970.. As análises da autora são muito ricas, porém, no artigo citado aqui, é evidenciado um caráter conservador, o que provavelmente tem relação com o período histórico em que escreveu e com suas filiações políticas, mas que não são cotejados por nós, como por exemplo, a concepção de que a poligamia e a liberdade sexual poderiam representar uma fonte de opressão às mulheres.

gênero. Logo, a mulher nos escritos do jovem Marx é entendida como entidade antropológica, abstrata, e não como sujeito inserido no tempo e no espaço (MITCHELL, 2006, p.205).

Em seus escritos posteriores, como em *A ideologia Alemã* ou *O Capital*, a questão da mulher foi deslocada do âmbito filosófico para pontuações mais específicas, entendendo-a como um fenômeno segundo sua época e lugar, porém, ela foi anexada às reflexões sobre a família. Apesar da mudança de enfoques, o terreno comum continua sendo, evidentemente, a economia. Contudo, as opressões sofridas pela mulher no âmbito familiar no que tange os papéis de gênero assimétricos esperados das esposas e dos maridos não são discutidas com profundidade. A solução proposta, de maneira demasiadamente abrangente, para a superação da condição subalterna da mulher é a abolição da família tradicional burguesa e a incorporação da mulher ao trabalho remunerado (MITCHELL, 2006, p.206).

Silvia Federici (2017), ao analisar as questões de gênero em *O Capital*, reitera as contribuições de Marx no que se refere à análise do desenvolvimento do capitalismo e a exploração do trabalho operário feminino, mas destaca os limites da obra em relação ao gênero. O ponto discutido pela autora em que a comunicação se debruça é a omissão no trabalho de Marx sobre o “trabalho reprodutivo” para o desenvolvimento da sociedade capitalista. O trabalho reprodutivo estaria relacionado a “*esfera de atividades e relações pelas quais nossas vidas e a força de trabalho são reproduzidas, começando pela sexualidade, a procriação e, primeiro e principalmente, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres*” (FEDERICI, 2017, p.86). Destrinchando essa afirmação, ao falar de reprodução e sexualidade, a autora aponta que o sexo heteronormativo com finalidade de procriação é posto em *O Capital* como algo “natural” para a reprodução geracional, e neste ponto, não é descartada a possibilidade de decisão por parte das mulheres para a procriação (FEDERICI, 2017, p.97). Em relação ao trabalho doméstico não remunerado - cozinhar, lavar a roupa, a criação dos filhos, que historicamente fora relegado à mulher, ele não é reconhecido como relevante para a reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2017, p.96). Não é anacrônico esperar que o autor tenha feito menções sobre o peso do trabalho doméstico nas relações de produção, visto que esse debate já era realizado entre os anos 1850 e 1860 no movimento socialista, anarquista e no movimento feminista emergente (FEDERICI, 2017, p.100).

Já Engels, em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, reitera, assim como Karl Marx, que o ponto nevrálgico da situação das mulheres seria a força de trabalho. O autor pensa a herança, que passa a advir dos meios paternos com o aumento da riqueza, como o maior retrocesso da mulher. A fidelidade da esposa em relações monogâmicas é posta de maneira irrevogável na família tradicional burguesa, tornando-a dependente à figura patriarcal, já que nesses moldes desempenha trabalho doméstico e não remunerado. Já na família comunística, a esposa passa a ser um servidor público, e não mais um servidor particular relacionada ao trabalho doméstico. Reduzindo o problema da mulher à capacidade de trabalho. Logo, a emancipação das mulheres e igualdade perante os homens se tornaria possível com a tomada da produção, saindo da exclusão do trabalho social produtivo e da restrição ao trabalho doméstico (MITCHELL, 2006, p.206).

Lênin, por sua vez, possui uma quantidade maior de sugestões mais específicas, mas herda parte desta tradição de pensamento associando a libertação feminina à clássica equação da inserção de mulheres na vida política e no serviço público, mas sem mostrar concretamente como transformar a condição da mulher (MITCHELL, 2006, p. 207). O destaque aqui é para a legislação social aprovada na década de 1920 durante o governo Lênin na União Soviética. As medidas promulgadas visando a libertação das mulheres avançaram consideravelmente no campo sexual, a liberação do divórcio automático para ambas as partes e a liberação do aborto são exemplos disso. Mesmo com as medidas revolucionárias tomadas, Lênin possuía uma posição conservadora no tocante à liberdade sexual;

Quão bravia e revolucionária possa ser (a liberdade sexual), ainda é na verdade bem burguesa. É, principalmente, um hobby dos intelectuais e das áreas mais próximas a eles. Não há lugar para ela no partido, na consciência de classes, na luta, no proletariado. (ZETKIN, Clara. Reminiscence of Lênin (1925). 1929. p. 52-53)

As questões relacionadas à sexualidade eram entendidas como burguesa, pois estariam vinculadas ao ócio, o que destoava da luta proletária, logo, não deveriam receber atenção na agenda comunista.

Ainda sobre o contexto soviético, cabe destacar a forma como a questão da mulher foi abordada pela Internacional Comunista, que, por sua vez, exercia forte influência nas deliberações e posicionamentos adotados pelo PCB. Foi somente na 3ª Conferência da III

Internacional, realizada entre 1919 e 1923³⁵⁵, que trataram do tema de forma mais específica. O principal interesse expresso nas atas do encontro consistia em impedir que as mulheres se aliassem a movimentos que não fossem o comunismo, alertando os riscos de os PC's não atuarem politicamente junto às mulheres. O texto deixa claro que as mulheres comunistas deveriam se abster de colaborar com as feministas burguesas, neste período se referindo às sufragistas. O objetivo principal do trabalho político da III Internacional relacionado às mulheres seria resgatá-las para o comunismo, cabendo aos PC's de todos os países a responsabilidade de fazer esse trabalho por meio da “concessão” às mulheres de títulos, direitos e deveres iguais a todos do Partido, também como o reconhecimento da importância da mulher em todas as áreas da organização (MORAES, 2007, p.345). Fica evidente que era reservado às mulheres o papel de “colaboradora” na luta pelo fim da sociedade de classes, mas não de uma militância em situação de igualdade com homens. Era essencial buscar a colaboração das mulheres para que elas não se filiassem a outros grupos, em especial, o feminismo.

A intenção em apresentar as reflexões desses autores clássicos e da menção feita pela III Internacional Comunista em relação às mulheres não é fazer uma problematização vazia e anacrônica sobre a ausência das discussões de gênero. Mas sim, apontar os limites em relação à questão da mulher, e pensar como o Partido Comunista Brasileiro incorporou a teoria, e em quais pontos avançou com a Resolução de 1979-1982.

A RESOLUÇÃO SOBRE A CONDIÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS - 1979-1982

O Partido Comunista Brasileiro seguiu durante décadas as mesmas fórmulas que se cristalizaram no movimento internacional; a mulher só se libertaria das opressões quando se tornasse parte do trabalho produtivo e quando chegasse o fim da propriedade privada. As proposições de Marx, Engels, Lênin e as deliberações da III Internacional Comunista sobre a questão da mulher foram seguidas no contexto brasileiro sem inovação

³⁵⁵ Na I Internacional Comunista a menção a mulheres consistia na recomendação para a formação de seções de mulheres operárias. Na II Internacional, a questão aparece na pauta dos Congressos em especial na Conferência Internacional de Mulheres Socialistas. Contudo, a III Internacional – que nos interessa mais particularmente, dada a influência que exerce sobre a política do Partido Comunista do Brasil (PCB) (ABREU, 2008).

teórica até 1979 quando é publicada a “Resolução sobre a condição das mulheres brasileiras e as lutas femininas para transformá-la”. Em decorrência da efervescência do movimento feminista, dentro e fora do país, e a crescente problematização feita por parte das próprias militantes sobre a secundarização da condição das mulheres, isso leva o Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, ainda no exílio, a aprovar a Resolução em 1979 (ABREU, 2008, p.3). A Resolução publicada pelo PCB assume que a questão das mulheres não poderia continuar sendo adiada até que chegasse o fim da sociedade de classes.

No ano de 1982 a Resolução é revisada, onde é possível notar um aprofundamento da discussão sobre sexualidade, pílula anticoncepcional e reprodução, em comparação a versão de 1979 que tem o foco no contexto das condições de trabalho. Ambas são perpassadas pelos anseios daquele contexto político: o fim da Ditadura Militar e o retorno à democracia.

Na primeira versão de 1979 a questão do trabalho é amplamente discutida. A partir de dados sobre a ocupação de mulheres em diversas áreas como na indústria, na agricultura, no setor terciário como em cargos administrativos, no magistério ou como empregada doméstica³⁵⁶. O documento destaca que apesar da crescente inserção de mulheres no mercado de trabalho no Brasil, isso não levou a condições de igualdade perante os homens. “Quando se trata de analisar as condições de trabalho para as mulheres, essa luta apresenta problemas específicos ligados à condição da mulher e que interferem diretamente no pleno exercício de um direito elementar: o direito ao trabalho” (p.18). As desigualdades descritas referem-se aos salários menores de mulheres em relação aos homens, mesmo desempenhando as mesmas funções. Além das barreiras para

³⁵⁶ Em relação às condições de trabalho das empregadas domésticas, as menções feitas na Resolução de 1979 são precursoras, considerando que as reivindicações feitas no documento só se tornaram leis no país 33 anos depois. De acordo com a Resolução, esse setor comportava 27% da força de trabalho feminina economicamente ativa em 1979. Contudo as condições de trabalho “*aproximam-se muitas vezes daquelas observadas no regime escravista*” (p.20), onde mulheres chegam a trabalhar em troca de alimentos e roupa. O documento reivindica à classe o recebimento de 13º salário, FGTS, regulamentação da jornada de trabalho e o direito à sindicalização. Essas solicitações só começam a ser atendidas em 2012 com a promulgação da Emenda Constitucional 72, mais conhecida como a PEC das Domésticas (PEC66/2012) que regulamenta a jornada de trabalho de 8 horas por dia e direito à hora extra. E somente em 2015, após a aprovação da Lei Complementar nº 150, foi estendido às empregadas domésticas os direitos dos demais trabalhadores registrados em regime CLT, como o direito a pausa para alimentação e adicional noturno. Para mais informações: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/empregador-domestico/orientacoes/direitos-do-trabalhador-domestico>.

a profissionalização, pois mesmo que as mulheres procurem cursos para tal, são sempre conduzidas a aperfeiçoamentos ligados às suas supostas “inclinações naturais”, como corte, costura, secretária, ou até o magistério, o que se apresenta como empecilho para que as mulheres possam alcançar altos cargos nos ambientes de trabalho.

Outro aspecto salutar no documento é a menção a ausência de “equipamentos sociais”, oferecidos por meio de políticas públicas, para que todos, e em especial as mulheres, possam trabalhar. Nesse tópico está inclusa a reivindicação por creches para que as mulheres possam deixar seus filhos, além de habitação, legislação trabalhista, previdência social e uma “*política de planejamento familiar que possibilite a maternidade consciente, que implica o direito de decidir em liberdade o número de filhos que deseja ter*”. O documento não menciona a opção por não ter filhos, naturalizando a procriação como algo imposto biologicamente, e não como escolha. A afirmação dialoga com as proposições de Marx sobre a reprodução geracional da força de trabalho como “*crescimento natural da população*”. Ele comenta que “*o capitalista pode tranquilamente deixar o cumprimento desta condição ao instinto de autopreservação e ao instinto de perpetuação dos trabalhadores*” (MARX, 1990, p. 718). Com isso, é possível notar a aproximação das duas perspectivas sobre a naturalização da procriação como algo compulsório, sem considerá-la como uma opção, especialmente por parte das mulheres.

Contudo, na reformulação feita em 1982 esse aspecto da Resolução é modificado ; “*não existe o reconhecimento do direito à maternidade consciente - direito do casal escolher livremente se não deseja ter filho, ou quando e quantos deseja ter*” (p.53). Mesmo que aqui, a decisão ainda seja condicionada ao casal, e não a mulher, é possível inferir uma modificação no pensamento, ao menos dos e das dirigentes comunistas que redigiram o documento, sobre a possibilidade de mulheres não optarem pela maternidade.

Um dos pontos contidos na Resolução que avança em relação à teoria marxista clássica é a abordagem da dupla jornada de trabalho. O documento aponta como extenuante o fato de mulheres, após as oito horas de trabalho remunerado, ainda terem que enfrentar sozinhas o trabalho doméstico;

Consideradas pela ideologia dominante como ‘naturalmente’ inerente à mulher, as tarefas domésticas significam uma sobrecarga adicional, completando assim o que se denomina sua dupla jornada de trabalho. Essa segunda jornada, extenuante e embrutecedora, que a espera a cada dia, tende a impedir a trabalhadora de participar nas lutas de sua classe, cerceia seu direito de descanso e a uma maior participação na vida

política, social e cultural do país. A responsabilidade do trabalho doméstico, do cumprimento dessa segunda jornada de trabalho não pode dizer respeito à mulher somente. (...) A organização dos trabalhos domésticos é de responsabilidade coletiva dos componentes da família e isso requer um reconhecimento do trabalho da mulher não como complemento, mas como usufruto de um direito fundamental - o direito ao trabalho. (p. 27)

É possível traçar uma comparação desse trecho com as proposições teóricas de Marx discutidas nessa comunicação, em que o tema do trabalho reprodutivo, aquele que oferece suportes para que o trabalho produtivo ocorra, especialmente no tocante às atividades domésticas, não mereceu atenção do autor. Dessa forma, é inegável o avanço expresso pela Resolução sobre o reconhecimento da dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres. Além de problematizarem as expectativas de papéis de gênero que incidem sobre elas, de que a limpeza da casa estava condicionada a uma característica “natural”. Apontam também como essa dupla carga de trabalho atrapalha a atuação política das mulheres por seus direitos, visto que não possuem tempo para se dedicar a tantas atividades. Por fim, sugerem como solução do problema destacado a divisão do trabalho doméstico a todos os membros da família, não só as mulheres.

O documento reitera em muitos pontos a necessidade de libertar as mulheres da “escravidão” que é a dupla jornada de trabalho “*abrindo-lhes novas possibilidades de um trabalho produtivo - caminho essencial para sua emancipação*”. Esse trecho está em consonância com as pontuações de Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, onde o autor considera que o caminho para libertação da mulher é a inserção de sua mão de obra no trabalho social produtivo e o abandono da restrição ao trabalho doméstico. A entrada de mulheres no mercado de trabalho, de fato, propicia maior autonomia financeira e a dissolução de laços de dependência com figuras masculinas, como maridos e pais. Contudo, apontar como solução a todas as opressões sofridas pelas mulheres a simples inserção no trabalho produtivo e no fim da sociedade de classes é bastante simplista.

O último tópico a destacar a respeito da Resolução de 1979 é a forma como tratam sobre os “movimentos femininos” que se formaram no Brasil. Apontam que a conceituação da problemática feminina

Volta-se fundamentalmente para as reivindicações específicas, mas liga a luta pela emancipação da mulher às lutas gerais de todo o povo. Não constitui guetos femininos, pois procura somar-se a outras forças progressistas para desenvolver determinadas ações comuns. (...)

Entretanto, o problema mais sério que enfrenta é a falta de clareza sobre as formas de organização, o que tem levado a subdivisão dos grupos (p.44)

O documento de 1979 não menciona a palavra feminismo, mas a partir desse trecho é possível inferir que é a ele que se referem indiretamente quando falam sobre o problema de subdivisão de grupos. Especialmente no trecho em que citam a necessidade de unir a luta pela emancipação da mulher à pautas progressistas, o que parece uma crítica velada ao movimento feminista que fora historicamente descrito pelos comunistas como burguês. Vide as formulações da III Internacional mencionadas aqui, em que os Partidos Comunistas deveriam trazer as mulheres para o comunismo e afastá-las do movimento feminista. A interpretação possível é de que os comunistas reconheciam a existência de grupos muito distintos politicamente que lutavam pela emancipação da mulher, sugerem até a união de pautas em comum para alcançar o objetivo final: a libertação das mulheres. Porém, ainda parece haver certo receio e distanciamento com o feminismo, tanto que nem o mencionam.

Havia dentro do partido uma visão, correlata à lógica mencionada pela III Internacional, de compreender o feminismo e as pautas específicas sobre as mulheres como algo que fragmentaria a luta de classes. Segundo Iracélli (2020), por conta da carga pejorativa que o termo feminismo obteve no PCB, durante muito tempo foi evitado seu uso, assim como a adesão de mulheres comunistas à causa. Para explicar isso, a autora aponta a existência de uma “cultura comunista”, utilizando o conceito da historiadora, ex-militante da ALN, Dulce Pandolfi³⁵⁷ que define essa cultura comunista como uma forte identificação com o modelo soviético implantado na URSS após a Revolução Russa de 1917, o que tornava difícil assumir outro pertencimento político. Se sentir parte do Partido Comunista implicava em tornar secundária ou até desnecessária a identificação com outros grupos. Aderir a outras pautas provocaria, nessa concepção, o divisionismo e o enfraquecimento da luta de classes. Ademais, o feminismo era entendido como um movimento de caráter político liberal.

Contudo, isso mudou na reformulação da Resolução feita em 1982 e o feminismo é, pela primeira vez, reconhecido dentro do partido como aliado na luta comunista em prol da emancipação das mulheres. Logo nas primeiras páginas o documento propõe

³⁵⁷ PANDOLFI, D. C. Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB. RIO DE JANEIRO: RELUME DUMARA, 1995.

Iniciar uma renovação em todo o Coletivo comunista, tanto em relação à sua maneira de pensar como na forma de organizar seu trabalho para levar à prática sua política para a mulher, a fim de que todo o Coletivo, reconhecendo o caráter específico e autônomo do movimento feminista, possa desempenhar um papel efetivo na mobilização de amplas massas femininas e manter-se vinculado a elas, exercendo um papel de orientador e organizador permanente. (pág. 46)

A diferença de abordagem nos dois documentos em relação ao feminismo caberia uma pesquisa mais aprofundada sobre como essa mudança de perspectiva se deu no interior do Comitê do partido, mas que a presente comunicação não possui espaço para tal. Cabe ainda destacar que a Resolução de 1982 compreende que o feminismo abarca não só mulheres trabalhadoras mas como de diversas classes, e afirma que isso deve ser respeitado pelo partido; *“Seu caráter pluralista e a especificidade da questão feminina fazem dele, um movimento autônomo, condição que deve ser respeitada pelas diferentes forças político-partidárias que dentro dele atuam”* (pág. 60).

A reformulação de 1982, além de tratar sobre o feminismo, se aprofunda em questões que historicamente o movimento comunista deixou de lado, como a sexualidade. Chegam a mencionar a importância da educação sexual nas escolas, não como tabu, mas como uma necessidade para o planejamento familiar na vida adulta. Falam brevemente sobre a luta de homossexuais pelo fim das opressões enfrentadas, porém há uma certa contradição, pois reforçam os binarismos biológicos; *“Ao contrário da classe, da qual teoricamente, se pode passar para a outra. Se uma pessoa nasce mulher, jamais poderá ser homem”* (pág. 61). A afirmação ignora a existência de pessoas que ao longo da vida não se identificam com seu sexo biológico, como transexuais. Mesmo que a pauta LGBT não fosse amplamente discutida no período, como é hoje, é necessário pontuar-lá. O trecho citado, entra ainda em contradição com as próprias referências bibliográficas do documento, já que mencionam *“O Segundo Sexo”* de Simone de Beauvoir como leitura básica para o estudo da condição da mulher. Nessa obra é encontrada a frase clássica da autora *“Não se nasce mulher, torna-se mulher”*, onde Beauvoir compreende que, para além do sexo biológico, existem construções sociais em torno do que é considerado ser mulher. Dessa forma, é notável que há uma tentativa do PCB, ao menos no âmbito do discurso, em ser mais inclusivo e dissolver os sexismos dentro da estrutura partidária, porém, ainda reverberam um discurso marcado pelos determinismos biológicos.

Há ainda pontuações feitas pelo documento sobre discussões que estavam em voga no contexto político da década de 1970 no Brasil: o divórcio e as pílulas anticoncepcionais. O divórcio havia sido promulgado no país em 1977, aprovado em

decorrência das mudanças no processo de votação do Congresso, que passava a exigir maioria simples para a aprovação de leis, e não mais $\frac{2}{3}$ dos parlamentares como antes. Essas mudanças ocorreram a partir do Pacote de Abril, medidas arbitrariamente aprovadas por Geisel (FÁVERI; TANAKA, 2010, p.363). A reivindicação do Partido era para que o divórcio se tornasse irrestrito, sem cláusulas sobre tempo de separação, desquites anteriores ou número de casamentos. A questão das pílulas anticoncepcionais se inserem em um contexto de ampla venda e distribuição na década de 1970 (PEDRO, 2003, p.255). A crítica feita pelo Coletivo comunista é a ausência do oferecimento de políticas públicas que incluíssem o atendimento e a prescrição médica. Segundo o documento, essa distribuição de anticoncepcionais não acarretou em uma libertação das mulheres, mas sim, como medida de controle de natalidade pensada pela Ditadura Militar.

O aborto não era uma pauta nova no comunismo, visto que já havia sido inclusive implementado na União Soviética durante o governo Lênin, mas para o contexto brasileiro o tema era, e ainda é, um tabu. A reivindicação para a descriminalização e posterior legalização se amparava no argumento de que o aborto já era amplamente realizado por mulheres de classes sociais mais ricas, então, continuar como crime, só puniria mulheres pobres que não tinham acesso à clínicas clandestinas. O aborto, nessa visão, também era uma questão de classes.

CONCLUSÃO

O Partido Comunista Brasileiro, tendo uma perspectiva marxista leninista, seguia as deliberações das Internacionais Comunistas e as proposições dos teóricos clássicos como Karl Marx, Engels e Lênin. Isso reverberou na forma em que o partido lidou com a questão das mulheres, entendendo-a como pauta secundária, que só seria resolvida com o fim do modelo capitalista. Essa perspectiva tendeu a considerar a discussão pela igualdade e emancipação das mulheres como divisionista da luta pelo fim da sociedade de classes. Tanto é, que o movimento feminista foi, durante muito tempo, rechassado pelo partido. A concepção que se tinha era de que pautas que versavam sobre liberdade sexual eram burguesas e não mereciam compor a agenda comunista.

Esse quadro só enfrentou mudanças teóricas no ano de 1979 quando foi publicado “A Condição da Mulher no Brasil e a luta para transformá-la” pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, ainda no exílio. O documento é fruto de questionamentos feitos pelas mulheres militantes do partido, aliado a efervescência do movimento feminista e o

retorno de militantes exiladas que tiveram contato com essas questões em outros países. A resolução publicada em 1979 tem como foco as opressões enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho, como a desigualdade salarial, dificuldade de acesso à profissionalização e as agruras da dupla jornada. A resolução é atualizada em 1982, e aqui é possível notar o avanço em discussões que vão além do mundo trabalho, como sexualidade, reprodução, contracepção, educação sexual, aborto, prostituição e divórcio.

Mesmo que nesta comunicação não tenha sido possível abordar todos os tópicos pelo curto espaço, o que se pretende afirmar é a clara tentativa, mesmo que no plano teórico, de abertura do PCB à questão da mulher. Avançam em muitos temas se comparado à teoria marxista clássica, da qual são vinculados. Algumas das reivindicações feitas nesta resolução só ocorrem no Brasil décadas depois, e algumas delas seguem como tabu até os dias atuais, como é o caso do aborto. Porém, apesar dos significativos avanços, em alguns momentos a resolução acaba por reverberar um discurso marcado pelos determinismos biológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. O PCB e a questão feminina (1970-1979). Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

ALVES, Iracélli da Cruz. FEMINISMO ENTRE ONDAS: mulheres, PCB e política no Brasil. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, 2020, 360.

FÁVERI, Marlene; TANAKA, Teresa Adami. Divorciados, na forma da lei: discursos jurídicos nas ações judiciais de divórcio em Florianópolis (1977 a 1985). Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. Trad. Giovanna Henrique. Cadernos Cemarx, nº 10 p.83-111. 2017.

MARX, Karl. O Capital. London: Penguin, 1990.

MITCHELL, Juliet. MULHERES: A REVOLUÇÃO MAIS LONGA. Trad. Rodolfo Konder. Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006

MORAES, Maria. Lygia Quartim de. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.) História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PANDOLFI, D. C. Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB. RIO DE JANEIRO: RELUME DUMARA, 1995

SOIEHT, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. Cadernos Pagu (40), janeiro-junho de 2013:169-195.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS corpo, 1991.

TAVARES, Betzaida Mata Machado. Mulheres comunistas: representações e práticas femininas no PCB: 1945-1979. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2003.

ZETKIN, Clara. Reminiscence of Lênin (1925). Trad. Inglesa, 1929. p. 52-53

MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL: CAMPOS DE INTERAÇÃO NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA

*Joana D'arc Santos da Silva*³⁵⁸

RESUMO: O artigo trata sobre reflexões acerca da memória e identidade cultural no meio da pós-modernidade e suas possíveis relações. Através de reflexões e conceitos, a discussão permeia por estudos de grandes teóricos que contemplam suas análises, tais como Ecléa Bosi (1994), Joel Candau (2001), Maurice Halbwachs (1990), Stuart Hall (2000), Fernando Pinheiro Filho (2004), Michael Pollak (1992) e Kathryn Woodward (2007). A partir disso, pretendemos evidenciar as argumentações bibliográficas dos temas, buscando evidenciar a importância da memória e identidade nesse cenário de concordância entre ambos.

INTRODUÇÃO

O trabalho busca um diálogo sobre identidade e memória na sociedade pós-moderna e suas possíveis relações no decorrer da história. Os estudos entre as duas correntes trazem suas especificidades que se consolidaram através do tempo e por meio das interações entre os indivíduos nas sociedades. Desta forma, a pesquisa sobre identidade e memória estão correlacionadas na construção de diversas áreas de significado na vida dos indivíduos em mais diversos grupos culturais e organizações.

É necessário compreender a devida importância da memória como um fator historiográfico por meio das vivências entre os grupos sociais e reconstruções dos fatos que influenciaram e se consolidam. A partir das explanações, Maurice Halbwachs que foi um sociólogo de bastante influência é utilizado na exposição desse trabalho buscando explicitar principalmente os efeitos da memória coletiva e seus processos na sociedade.

As considerações sobre memória ainda visam o estudo ao individual, que está em pauta e mostram algumas divergências entre alguns teóricos citados. Sabendo que a memória tem uma maior atenção em um aspecto coletivo por meio de Halbwachs (1990), existe o individual que consolida as lembranças através do meio social, segundo Bosi (1992), por exemplo. Assim, os contextos citados consideram reflexões dos parâmetros

³⁵⁸ Mestranda do Programa PROCADI em Culturas Africanas, da Diáspora e Povos Indígenas. Especialista em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Cândido Mendes. Graduada em Letras pela Universidade de Pernambuco (UPE).

individuais e coletivos e travam embates necessários a análises acerca dos apontamentos e ponderações entre os autores.

A identidade por si só traz uma grande complexidade em seus conceitos e que precisam ser debatidos, nesse caso, no contexto pós-moderno. Utilizamos com grande vigor Stuart Hall (2000) nas considerações levando em conta suas influências nos estudos identitários culturais na modernidade tardia, baseado em teorias e categorias analíticas. Hall apropria-se dos seus conceitos e discute o sujeito iluminista, sociológico e pós-moderno, reforçando as interações dos indivíduos nas sociedades, provocando principalmente os avanços do sujeito cartesiano numa sociedade ligada a modernidade.

Baseando-se na complexidade em um todo, é necessário colocar em pauta os estudos identitários, pois devem ligar-se à cultura e ao status histórico do sujeito, utilizando também da raça, etnia, e suas ancestralidade. Assim, a pesquisa propõe o aprimoramento dos estudos identitários culturais utilizando-se da memória e suas significações para a reflexão de um sujeito moderno e histórico.

CONCEPÇÕES E ESTUDOS SOBRE A MEMÓRIA

Sendo memória uma grande vertente nos estudos históricos, consolidou seus estudos no século XX, permeando-se nas ciências biológicas e sociais, como a sociologia e psicologia. Adentrando nos aspectos sobre memória coletiva, é um campo da ciência social marcada pela interação com os indivíduos da mesma sociedade ou em diversos grupos sociais. Existe a necessidade de reconhecer a sua importância nos meios constituidores da identidade, pois a memória coletiva é um fator essencial para sua formação.

Dentre muitos estudiosos da área, Maurice Halbwachs possui grande influência nos estudos sociais, sendo influenciado por Durkheim que foi responsável pela fundação da sociologia e estudo relacionado ao funcionalismo, trazendo os “fatos sociais”, onde o comportamento de cada indivíduo está relacionado ao meio externo. Ele turbinou os estudos sobre memória trazendo conceitos relacionado ao coletivo, divergindo de Henry Bergson que pauta a memória como aspecto individual, excluindo o social. Halbwachs conseguiu consolidar a memória coletiva, sendo um instrumento de poder na constituição historiográfica das sociedades em geral.

A memória é aspecto coletivo e social de acontecimentos e vivências que podem ser evocados por meio das relações sociais, sendo ela construída em grupo e de forma individual. Por meio do convívio com outras pessoas, a memória será resultado das

interações por diversos grupos sociais em que o indivíduo participa. A memória baseia-se em imagens de acontecimentos passados e desta forma, dar-se o processo de reconstrução e ressignificação de uma determinada lembrança. Para Maurice Halbwachs (2006) a memória individual está intrínseca à memória coletiva, pois nunca estamos sozinhos, divergindo do senso comum da época e também da filosofia.

Desta forma, o autor está sempre em consonância aos aspetos sociais da memória, já que a consciência não é solitária porque somos levados a manter contato entre os indivíduos e demais grupos sociais na nossa vida. As lembranças serão constituídas por meio das interações e pertencimento aos grupos, assim sendo, a memória coletiva será a memória de um grupo. Para o autor:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p.30)

Desta forma, a memória individual sempre será ligada a coletiva, pois as lembranças não se sustentam por muito tempo sem o apoio dos testemunhos da comunidade ou dos seus grupos. É necessário a rememoração e apoio social para o sustento das memórias e assim, propagar as experiências e situações que foram vividas pelos indivíduos. O autor revela que “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação”. (HALBWACHS, 2006, p. 29)

Desta forma, Bosi (1994) que é influenciada por Maurice Halbwachs afirma que a memória individual consolida as lembranças através do meio social, que as reativa e assim, também recebe interferências das mais variadas lembranças que estão no seu grupo social. Segundo a autora:

“Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos verdadeiros “universos do discurso”, “universos de significados” que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada de acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história” (BOSI, Ecléa, 1994, p.67)

Assim, também de acordo com os estudos sobre memória, Le Goff (2003) nos diz: “A memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas” (LE GOFF, 2003, p. 447). Desta forma, podemos afirmar

que a memória é a história que arquiteta sobre o futuro. O depoimento dos outros são necessários para reconstruir uma lembrança, pois elas complementam e se ajustam no meio social. Essa reconstrução deve ser operada a partir de informações que estejam em comum acordo com seu grupo e assim, rememoram as lembranças.

O autor confirma que existe a necessidade de comunidades afetivas para a continuidade das memórias dos seus grupos para que não sobrevenha o apagamento ou esquecimento. Halbwachs define a partir de quadros longínquos e meio próximos que o homem precisa saber que ele é um personagem histórico, o qual participa de diversos grupos sociais, sendo de maiores e menores proporções, os quais influenciam no seu modo de vida e pensamento e desta forma, esses grupos se correspondem por inteiro. Os quadros da memória são fornecidos de maneira individual com influência do coletivo e são dirigidos para a constituição das lembranças que incluem o tempo e espaço, servindo para organizar os grupos da sociedade. Segundo o autor:

Cada grupo, aliás, se divide e se restringe, no tempo e no espaço. É no interior dessas sociedades que se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantêm por algum tempo a lembrança de acontecimentos que não têm importância senão para elas, mas que interessam tanto mais que seus membros, que são poucos numerosos. (HALBWACHS, 1990, p. 54)

Nas perspectivas de Michael Pollak (1992), o mesmo não rompe com os ideais sobre a coletividade de Halbwachs, o qual também é influenciado por ele. A memória é um fenômeno social e coletivo, sendo também variável. Para ele, a memória reforça um sentimento de pertencimento através de suas interpretações sobre o passado que é guardado e assim, reflete na sua própria individualidade ou coletividade.

Os estudos sobre memórias e identidade ainda se constroem por meio das bases historiográficas que reconstituem o seu passado na atualidade. Pollak (1992) impõe que a memória deve não apenas ser entendida como busca de informações sobre o seu passado, mas também para praticar o processo de rememoração.

Halbwachs e Pollak afirmam a memória como um objeto social e coletivo que constitui o passado através do presente, porém, Pollak não se desvirtua de que a memória também tem características individuais importantes, pois o indivíduo pode participar, formar e ter acesso as constituições das memórias dos grupos e também colaborar ativamente construindo suas próprias recordações.

A partir dessas reflexões, é perceptível que em alguns momentos os aspectos de memória tenham algumas divergências e confronto, levando suas considerações coletivas

e individuais. A memória não é inteiramente coletiva ou individual e desta forma, permite-nos observar a conexão entre o indivíduo e a sociedade. É uma representação do passado que pode realizar-se no presente utilizando de artifícios de construção e combinação do indivíduo ou diferentes grupos sociais.

O estudo dos elementos que estabelecem e constituem a memória se torna muito importante porque está inerentemente conectado ao processo de construção das identidades. Dessa forma, eventos passados podem ser identificados e as informações relacionadas à preservação e memória ainda podem ser mantidas. O conceito de memória segundo Pierre Nora (1993) explicita que:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9)

Partindo dos pressupostos sobre memória, a temática sobre identidade pode relacionar com os aspectos de memória de modo em que as identidades se constituem como uma herança de significados, ligados à construção de uma memória e de uma narrativa que certifique a ideia de pertencimento e assim, tem-se valor considerável no processo de formação identitária coletiva e individual, o que nos leva a conhecer e reconhecer como determinado processo histórico se encontra no interior de um processo ainda mais amplo.

IDENTIDADE CULTURAL NO CONTEXTO PÓS-MODERNO

Levando em consideração os estudos sobre identidade, a mesma tem um conceito bastante complexo. Ela está passível a transformações por meio das reflexões e contextos das ciências sociais. No caso da sociologia, a identidade vai estar ligada a um grupo no qual as características serão adquiridas pelos sujeitos e desta forma, vai ser veiculado ao sistema social. Já a psicologia social revela que a identidade é um resultado de diversas combinações, totalidades contraditórias, mutável e imutável. A identidade vai determinar o ser, [...] diferenciá-lo e singularizá-lo em meio às singularidades alheias. Segundo Woodward (2000):

A identidade é relacional. A identidade [...] depende, para existir de algo fora dela: a saber, de outra identidade (...), de uma identidade que ela não é, que difere da identidade (...), mas que, entretanto, fornece condições para que ela exista. (...). a identidade é, assim, marcada pela diferença. (2000, p.9)

Mediante aos estudos acerca da identidade, o sociólogo e teórico cultural Stuart Hall foi uma das figuras mais importantes nos debates identitários no contexto pós-moderno. Dentre os seus trabalhos, *“A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”* tem grande relevância na discursão sobre identidade, baseado em teorias e categorias analíticas. Segundo Hall (2000), as identidades são formuladas através dos processos históricos e o sujeito pós-moderno está passível de transformações por meio dos sistemas culturais que entram em contato com ele.

O autor coloca em questão três tipos de concepções sobre os sujeitos, sendo intitulados de sujeito iluminista, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. O primeiro referindo-se ao indivíduo que não possui sua identidade alterada, pois é centrado em seu interior. O segundo é pautado nas interações entre sujeito e sociedade que passa a alterar a sua identidade com o mundo cultural. O sujeito pós-moderno é composto por várias identidades não fixas que ainda podem ser totalmente contraditórias. Sendo esta uma desordem das identidades que estiveram estáveis, abrindo lacunas para novas identidades culturais.

Nos argumentos em que o autor trabalha, traz alguns avanços e deslocamento sobre o sujeito cartesiano. A primeira utiliza-se do pensamento marxista, no qual o homem constrói sua história a partir do que é oferecido a ele. O segundo freudiano, o qual afirma que as identidades são constituídas por processos ligados ao inconsciente. Nesse caso, o indivíduo vive a identidade para a identificação, pois indica um processo de construção e ela será preenchida pelo exterior. O terceiro baseado na linguagem, por Ferdinand Saussure no qual podemos afirmar os significados por meio das regras da língua e ativar significados da língua nos sistemas culturais. O quarto pensamento corresponde ao Foucault que criou a “geologia do sujeito moderno” para a regulação do sujeito por meio das instituições e manter a sanidade mental, moral e física dos indivíduos. E o último pelo Movimento Feminista que trouxe através de contestações políticas a partir da vida social como crítica teórica e movimentos sociais. Foi um evento que marcou a modernidade tardia que tinha um grande impacto cultural, focando nas identidades da minoria.

A discussão sobre a identidade resultou no propósito de certos elementos que, em termos de composição, tentam explicar como caracterizar o sujeito de uma maneira que não se desvie do status histórico desse mesmo sujeito, levando em consideração a sua ancestralidade, questões culturais, raciais, entre outros. Segundo Hall (2011):

[...] somos sempre diferentes e estamos sempre negociando diferentes tipos de diferenças – de gênero, sexualidade, classe. Trata-se também do fato de que esses antagonismos se recusam a ser alinhados; simplesmente não se reduzem um ao outro, se recusam a se aglutinar em torno de um eixo único de diferenciação. Estamos constantemente em negociação, não com um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros, mas com uma série de posições diferentes. Cada uma delas tem para nós o seu ponto de profunda identificação subjetiva. Essa é a questão mais difícil da proliferação no campo das identidades e antagonismos: elas frequentemente se deslocam entre si (HALL, 2011, p.328)

Stuart Hall (2000) revela que em suas argumentações sobre a identidade na contemporaneidade torna-se uma “celebração móvel”, que é transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que está em volta de todos nós. Diversas identidades estão em consonância com o mesmo sujeito. A modernidade tardia é apresentada como uma necessidade, pois apenas uma identidade será insuficiente para às necessidades das pessoas inseridas. A politização dessa identidade é compreensível como política que corrobora para a diferença. Para ele, as identidades devem ser construídas no interior da representação, através da cultura, sendo resultantes de um processo de identificação que permite existir um posicionamento no interior das definições dos discursos culturais. Para Hall (2000) “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.” (p. 9)

A globalização está deslocando as identidades nacionais. Os fatores globais desestabilizam as identidades, pois quando são expostas, mais mutáveis serão, gerando o enfraquecimento em escala global, pois divide-se entre si. Existem debates que revelam as identidades regionais e locais como importantes, porém, perdendo-se em meio a esse processo globalizante. Com o avanço da globalização, as identidades na sociedade atual se encontram muitas vezes delimitada devido ao capitalismo crescente e de forma desenfreada no mundo, podendo assim influenciar os sujeitos por meio do consumo. Nesse contexto, as identidades caminham pelo crescimento da globalização. Sendo a mesma distribuída de forma desigual e desequilibrada, mostrando que é cada vez mais um processo ocidental

O desenvolvimento global do capitalismo não é obviamente, novo, mas o que caracteriza na sua fase mais recente é a convergência de culturas e estilos de vida nas sociedades que, ao redor do mundo, são expostas ao seu impacto. A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade (WOODWARD, 2000, p.21)

Tendo em vista que a globalização tem dominado toda a modernidade, conectam as sociedades por meio do espaço-tempo e a década de 70 como influência da integralização as nações, a sociedade se desagrega pelo crescimento da homogeneização cultural e fazendo com que as identidades nacionais estejam em declínio, mas hibridizando, pegando o seu lugar, a mesma colocar-se além da cultura nacional, causando apagamento, efeito pluralizante e colapso entre as identidades. Stuart Hall (2000) complementa que:

[...] parece então que a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas. Entretanto seu efeito geral permanece contraditório. (Hall, p. 87)

Ainda sobre Stuart Hall (2000), o multiculturalismo é parte de um processo identitário do sujeito pós-moderno. Assim, podemos refletir que a identidade é elaborada através das historicidades, símbolos, datas, tradições, das imagens e rituais, ou seja, um conjunto de elementos que representam experiências partilhadas pelo grupo sendo estes que dão sentido a essa identidade.

MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL: POSSÍVEIS RELAÇÕES

Os conceitos de memória e identidade estão sendo trabalhados com maior consistência desde o século XX, e teve grande influência nos estudos das ciências sociais e demais áreas do conhecimento. Trazendo ao campo das identidades, os aspectos sobre a memória adentram nos estudos identitários, pois ela pode captar e conservar as experiências dos seres humanos por meio do processo interacional entre eles. Assim, as identidades são construídas por vários processos históricos que definem as (re)existências na contemporaneidade.

A memória é uma base para a identidade e os dois conceitos estão estritamente ligados sobre a ideia de um sujeito social e sendo referência, deve-se aos atos memoriais presentes que serão aceitos pelos indivíduos. Para Candau (2011) “a memória é a identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade.” (p.18). Ainda sobre o autor, ele afirma que “as ideologias que prevalecem nas memórias migrantes jogam com as fronteiras da alteridade para produzir, pela distinção, as identidades sociais.” (2011, p. 17)

A memória coletiva é um dos pontos mais essenciais para a constituição das identidades, pois elas estão em consonância com os grupos sociais e trajetórias dos indivíduos construído pela coletividade, tendo em consideração que “toda representação é produto de uma síntese” (PINHEIRO FILHO, 2004, p. 14). Cada indivíduo, independente da sociedade, vive em busca de novas identidades, mesmo que de maneira inconsciente porque existe uma carência em evocar memórias, como discute Maurice Halbwachs (2006) “no momento em que examina seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.”

A regeneração da memória para construir a identidade terá um impacto conciso no coletivo e individual. A interseção de memória e identidade são variáveis como tempo, espaço e movimento geram muitas possibilidades de estudo dos grupos sociais na contemporaneidade. Desta forma, existe uma ligação entre identidade e memória que deverá contribuir na formação das identidades culturais. Para Kathryn Woodward (2000):

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. (...) Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, Kathryn. 2000, p. 17)

Os estudos sobre memórias e identidade ainda se constroem por meio das bases historiográficas que reconstituem o seu passado na atualidade. Pollak (1992) impõe que a memória deve não apenas ser entendida como busca de informações sobre o seu passado, mas também para praticar o processo de rememoração. Desta forma, podemos verificar que a identidade e memória estão em sintonia e se relacionam na construção de diversas áreas de significado na vida dos indivíduos em mais diversos grupos culturais e organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, a respeito das identidades, pudemos observar que elas são utilizadas a partir da representação e processos culturais, que são resultantes de uma análise de identificação que existe um direcionamento sobre as definições dos discursos culturais. Utilizando desse gancho, a memória entra em conversação e constrói sentidos em diversas sociedades que serão refletidas nas identidades coletivas e individuais.

A modernidade discutida por Hall (2000) é esclarecida e mostra como é um fenômeno transformações por meio dos sistemas culturais que entram em contato com o

sujeito pós-moderno. Apesar de alguns contratempos entre teóricos, fica evidente a sintonia entre o sujeito e sociedade, como utiliza Halbwachs de um discurso voltado a sociedade e memória coletiva.

O trabalho buscou trazer discursões e reflexões acerca de memória e identidade na pós-modernidade e investigar a partir da base bibliográfica relações entre ambos. Ficou notório que principalmente o fator social evidenciado nas duas vertentes é importante para a sua conjuntura. Cada indivíduo dependerá de novas identidades para reconstituir-se e utilizará dos aspectos sobre memória para sua constituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo. Edições Vértice, 1990, 2006

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Pós Modernidade**. 4ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PINHEIRO FILHO, Fernando. **A noção de representação em Durkheim**. Lua Nova, São Paulo, n. 61, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social. Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5,n. 10, 1992.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: **uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

A GUERRA FRIA RELIGIOSA: O CASO DA TFP CONTRA O GOVERNO DE EDUARDO FREI

*João Paulo Arrais*³⁵⁹

RESUMO: O presente artigo tratará das ações da extinta TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade) dentro da conjuntura historiográfica da Guerra Fria Latino-americana. Evidenciando as movimentações, independência institucional e redes de sociabilidade da TFP, na conjuntura regional da Guerra Fria, pretende-se demonstrar como grupos religiosos integristas brasileiros agiram internacionalmente contra reformas, propostas e políticas, democrata-cristãs no intuito de barrar modelos modernizantes que dialogassem com os setores de esquerda do continente. Com base em documentação e bibliografia especializada, o artigo demonstra como a TFP brasileira boicotou o governo de Eduardo Frei Montalva e produziu movimentações e materiais que geraram desconfiança da ditadura militar brasileira em relação ao Chile como uma possível “Cuba do Pacífico” que desestabilizaria o equilíbrio continental querido pela ditadura militar brasileira.

Palavras chave: *Guerra Fria, América Latina, TFP, Chile.*

INTRODUÇÃO

A maior parte da produção historiográfica acerca do período tende a mostrar o Brasil como um ator dependente dos EUA na Guerra Fria e através das mãos, exclusivas, de agentes estatais – como militares e diplomatas. Por essa razão, os trabalhos de Harmer (2012;2014), Simon (2021) e Cowan (2021) nos ajudam a refletir o papel do Brasil como agente desestabilizador e contrarrevolucionário no âmbito sul-americano e as relações dos diversos atores internos do Brasil e do Chile em uma rede anticomunista regional. Desta maneira, é evidenciada uma atuação direta da sociedade civil e grupos religiosos brasileiros em uma ingerência interna na realidade política da República do Chile.

Assim, o foco deste trabalho será direcionado à ação da extinta Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) contra o governo democrata cristão de Eduardo Frei, evidenciando como setores religiosos e culturais do

³⁵⁹ - Mestrando em História, na linha de Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História, pelo PPGH – UFG, tendo como orientador o prof. Dr. Carlo Patti e financiamento de pesquisa bolsa CAPES.

Brasil agiram para conter processos de reforma agrária, reformas políticas e revoluções no continente latino.

A GUERRA FRIA GLOBAL E O CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Nas últimas décadas os governos americanos desclassificaram diversos documentos referentes ao período da Guerra Fria. Instituições governamentais como o FBI³⁶⁰, por exemplo, reconheceram atividades de interferência do Estado americano no processo eleitoral e político de outros países no intuito de combater a “cubanização”, em seus territórios de interesse internacional. Parte dessa documentação inédita confirma e nega teses antigas, mas também dá luz a uma nova interpretação dos fatos ocorridos no passado. É nesse ensejo que, através da documentação reunida e publicada pelo projeto National Security Archive³⁶¹, historiadores iniciaram uma nova abordagem do período da Guerra Fria. O mais destacado, e pioneiro, estudo sobre essa nova abordagem historiográfica da Guerra Fria foi desenvolvido por Odd Ame Westad (2000, 2010) onde o autor inicia o que conhecemos como *Global Cold War*. Para Westad (2000), as novas documentações demonstraram que a Guerra Fria não foi apenas um processo estanque entre dois polos hegemônicos (capitalismo X comunismo) liderados pelos Estados Unidos e União Soviética, mas algo literalmente global. O autor, baseando-se em farta documentação, mostra como o então intitulado Terceiro Mundo participou ativamente neste processo, barganhando interesses e realizando ações de acordo com as expectativas dos atores políticos e elites locais. Alguns exemplos, como o caso de Nasser no Egito, de Perón na Argentina, dos militares brasileiros e a construção do golpe militar e do projeto de desenvolvimento econômico, ou os embates na sociedade política chilena anteriores ao golpe de Pinochet, são bem ilustrativos em relação a essa não passividade do Terceiro Mundo perante a bipolaridade.

Por conta dessa globalidade da história da Guerra Fria, e a ação de seus agentes de forma triangular, que historiadores como Mark T. Gilbderhus (1992) afirmaram que a história da Guerra Fria foi fragmentada por regionalidades, cada qual tendo suas especificidades. Tendo em vista este panorama de uma história fragmentária, e também

³⁶⁰ - Ver mais em: <https://www.cia.gov/readingroom> Acesso 15/01/2021.

³⁶¹ - NATIONAL SECURITY ARCHIVE (GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY) Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/> Acesso 15/01/2021.

global (vide Westad), que historiadores como Tanya Harmer (2014) e Vanni Pettinà (2018) defendem a tese de que a América Latina possui uma história da Guerra Fria com peculiaridades próprias.

Tanto para Pettinà (*idem*) quanto para Harmer (*idem*), os processos e dinâmicas internos, os anseios e disputas das elites locais, da América Latina acabaram sendo entrecruzados com os interesses globais da bipolaridade característica da Guerra Fria. As elites e atores latino-americanos negociavam, barganhavam, de acordo com as próprias demandas e as ofertas dos blocos hegemônicos. Essa dinâmica mudará, de acordo com os autores citados acima, com o início do processo revolucionário cubano que, para Pettinà (2018), será um ponto de inflexão naquilo que os historiadores especializados chamam de Guerra Fria Latino-americana. Diz Pettinà que a “alianza de Castro con la URSS, después del triunfo de la revolución cubana, tuvo como premisa central el giro de la política exterior soviética hacia el Tercer Mundo y América Latina entre 1953 y el final de los años cincuenta” (PETTINÀ, 2018, p.99). Esse fato gerou, assim, a primeira grande ruptura do continente latino-americano com o espaço de influência americano desde a criação da Doutrina Monroe (*idem*, p.100). Desta maneira, diz Pettinà, que os “barbudos” de Cuba levaram não só uma onda incendiária nos movimentos socialistas do continente como também deram uma outra alternativa de modernização aos Estados e elites locais (*idem*, p. 117).

Para Tanya Harmer (2014), a Guerra Fria começa a definir-se ideologicamente dentro do continente latino, de forma mais clara, quando os cubanos trazem a revolução para o hemisfério americano. Assim, as elites locais iniciam um processo de ajustes e negociações com as demandas anteriores e dividem-se, internamente, em blocos a serem defendidos seus próprios interesses. De tal modo, a Guerra Fria na região latino-americana também se torna uma Guerra Fria Interamericana (HARMER, 2012). Historiadores como o francês Olivier Compagnon (2003), a chilena Sofia Correa Sutil (2001, 2004) e o brasileiro Rodrigo Patto Sá Motta (2002) mostram que os projetos de modernização dos Estados latino-americanos, e seus movimentos socialistas e anticomunistas, são de certa forma anteriores ao processo da Guerra Fria. Sendo assim, essas temáticas, presentes no passado latino-americano, existiam e moldavam-se de acordo com as conjunturas globais de cada época. Pelo que demonstram Compagnon (2014) e Patto Sá Motta (2002) a batalha intelectual acerca do modelo a ser seguido pelos países latino-americanos já existia e possuía forte influência francesa. Como indicado por Garate (2012), Latham (2000) e Boschi (2011) com o fim da Segunda Guerra, o início da

Guerra Fria e a avalanche causada pelo processo revolucionário cubano, as elites locais voltaram seus olhares ao modelo americano ao mesmo tempo em que americanos desenvolviam um projeto “civilizador” do continente, através da criação de institutos culturais e acadêmicos, do financiamento de universidades e pesquisas, como forma de barrar a “cubanização” do hemisfério protegido pela Doutrina Monroe.

A TFP BRASILEIRA NA GUERRA FRIA LATINO-AMERICANA: UM GOLPE CONTRA FREI

Dentro deste processo existiram diversas nuances como econômica, social, política, internacional, mas pouco estudada foi a dinâmica religiosa da Guerra Fria latino-americana. Em uma crítica aos estudos clássicos da história das Relações Internacionais, tanto Petit (HATZOUPOLOS; PETITO, 2003) como Jeffrey Haynes (2007, 2013, 2016) mostram como a religião sempre foi uma “força profunda” na história das Relações Internacionais pois, não só como fato social, também é força motriz de políticas, culturais, filosofias e visões de mundo civilizacionais. Assim sendo, a religião também teve um importante papel no contexto da Guerra Fria latino-americana - para além dos componentes sociais, políticos, econômicos e culturais. Em um clássico livro sobre a temática chilena, o historiador Moniz Bandeira mostra como o então grupo tradicionalista católico TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade) agiu, sob a liderança do *capo* Plínio Correa de Oliveira, internacionalmente no contexto da Guerra Fria. Para Rodrigo Coppe Caldeira e Víctor Almeida Gama (2019), especialistas na temática da TFP e direitas católicas brasileiras, a expansão da TFP e da sua luta anticomunista e antirreformista deu-se na Guerra Fria como forma de combater todas as visões religiosas que fugissem da tradição (idealizada pelo *capo*) católica levando à Revolução. Moniz Bandeira diz que a TFP agiu contra o processo de reformas implementadas pelos democratas-cristãos do governo de Frei, no Chile, por estes dialogarem com socialistas e defenderem um modelo político-religioso diametralmente oposto ao da TFP (MONIZ BANDEIRA, 2008, págs. 122-123).

Assim, a antiga visão das elites locais, influenciada pela hegemonia cultural francesa da virada do século 19-20, entre modernistas e tradicionalistas (COMPAGNON, 2003) acabou adaptando-se ao contexto e demandas da Guerra Fria entre reformistas e antirreformistas, comunistas e anticomunistas, dentro do espectro religioso, também. Os especialistas (COPPE CALDEIRA; GAMA, 2019) demonstram que movimentos criados

no seio da burguesia paulistana e de movimentos conservadores da Igreja católica do Brasil – como a TFP – produziram uma rede de sociabilidade internacional que agiu na formação de um bloco anticomunista e antirreformista no intuito de engajarem grupos católicos conservadores de todo o continente em uma luta contrarrevolucionária, no âmbito religioso, contra o “progressismo católico”, os católicos reformistas e comunistas (idem, p. 317).

Como demonstrado anteriormente, dentro da imaginação do senso comum brasileiro, e de certa historiografia do período da ditadura militar e da Guerra Fria em geral, há a mentalidade de que o golpe militar e as ingerências da ditadura militar brasileira no exterior foram pensadas, calculadas e orquestradas por Washington. Contrariando estes fatos, estudos baseados em novas documentações, como os de Harmer (2012) e Simon (2021), desenham um quadro mais complexo. Harmer alega, em artigo sobre a atuação do Brasil na Guerra Fria Latino-americana (2012), que os militares brasileiros trabalharam, juntamente com Washington, na contenção do processo revolucionário através de uma triangulação entre Washington, Brasília e capitais de países que passavam por eminências revolucionárias. Para Harmer, o Brasil exerceu um subimperialismo que fornecia para as elites locais sul-americanas apoio, treinamento e até um modelo, para golpes anticomunistas e autoritários (2012, p.21). No esteio destas documentações e contextualização, Roberto Simon amplia o espectro de análise e demonstra que os militares, diplomatas, empresários e a mídia do Brasil trabalharam ativamente, com setores anticomunistas chilenos, no golpe contra o governo constitucional de Allende. Para Simon, existia no Brasil, em todos os setores, um terror generalizado de que o Chile representava um perigo, com a possibilidade de que se tornasse uma “Cuba do Pacífico” (2021, p. 57).

Entretanto, as redes de sociabilidade anticomunistas, em nível continental, também operaram dentro do espectro religioso e cultural. Em recente livro, Benjamin A. Cowan afirma que no Brasil existiram grupos políticos e religiosos que agiram de forma independente dos EUA – ao ponto, como no caso da TFP, de influenciar a direita americana – no quadro da Guerra Fria (2021). Para Cowan, a antiga Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) nasceu de uma resposta reacionária contra a teológica abertura ao mundo realizada pelo Concílio Vaticano II nas mãos do então Papa Paulo VI. A “cultura” tradicionalista e reacionária da direita católica brasileira, através das ações de Plínio Corrêa de Oliveira contra a “modernização” da Igreja católica, passou a ser monopolizada, em grande medida, pela organização brasileira TFP (COWAN, 2021,

págs. 16-38). Esse ideário antimoderno, antirreformista e integrista da TFP foi combinado com o clima anticomunista da Guerra Fria na América Latina e lançado a níveis continentais desde os anos 60 do século passado (idem págs. 173 – 180).

A doutrina tradicionalista de Plínio Corrêa de Oliveira, condensada em seu livro “Revolução e Contra-Revolução” (1998), demonstra os processos reformistas e revolucionários como forças desagregadoras, anárquicas, que atuam contra as bases da civilização ocidental - que para Plínio é uma criação do medievo católico. Deste modo, Plínio defende que contra a marcha histórica dos processos revolucionários só é possível o contrário de uma Revolução, ou seja, uma Contra-Revolução (idem, págs. 89 – 91). A ação contrarrevolucionária, para o líder e criador da TFP, deveria combater os filhos da Revolução, da modernidade, fragmentados no comunismo, no liberalismo e na democracia. Essa leitura tefepista da história acabou enxergando a reforma agrária como uma ferramenta do processo revolucionário, em defesa dos grandes latifundiários brasileiros. Em livros como “Sou católico: posso ser contra a reforma agrária?” (1981) e “A reforma agrária socialista e confiscatória” (1985), Plínio Corrêa de Oliveira defende, em uma leitura conciliatória do reacionarismo cristão com a visão liberal de mercado, que a propriedade privada além de ser um direito natural estava, naquela época, em risco de ser destruída pois os indivíduos e grupos que a defendiam era comunistas em busca de destruir a ordem vigente.

Foi nesse contexto ideológico, inserido na Guerra Fria Latino-americana, que a TFP brasileira mandou Fabio Vidigal Xavier da Silveira, um fazendeiro e empresário paulista, ao Chile para observar o processo de nacionalização de empresas e de reforma agrária - feito pelo Partido Demócrata do Chile sob a presidência do Ex-presidente Eduardo Frei Montalva. Chegando ao Chile, Fabio Vidigal Xavier da Silveira entra em contato com grupos católicos contrários, em nível teórico e político, à democracia cristã de Eduardo Frei e os condensa em uma ação de pressão contra o governo democrático de Frei. As bases dessas ações foram realizadas *pela Sociedad Chilena de Defensa de la Tradición, Familia y Propriedad*, homóloga da TFP brasileira, e pela revista *Fiducia*, através de campanha contra o processo de reforma agrária implantado pelo Partido Demócrata Cristão do Chile. Por esta razão, Fabio Xavier da Silveira é expulso da República do Chile, a pedidos de Eduardo Frei, e retornando ao Brasil escreveu um importante livro (MONIZ BANDEIRA, 2008, págs – 122-123) para a compreensão do período e das ações da TFP brasileira na Guerra Fria. O livro em questão é “Frei, o Kerensky chileno” (1967). Neste livro, Xavier da Silveira afirma que os ideais

modernizantes dos democratas cristãos e da cúpula de governo de Eduardo Frei eram, na verdade, um desvio esquerdista da doutrina católica. Para o empresário paulista, os democratas cristãos do Chile implementariam reformas socializantes que encabeçariam a então República chilena em um processo revolucionário, ao estilo cubano, que destruiria todas as bases da tradição chilena. Seguindo as reflexões do então colega de organização, Plínio Corrêa de Oliveira também fez denúncias contra o clero católico do Chile como coniventes com a “ameaça comunista” (CORRÊA DE OLIVEIRA, 1976, p.119). Assim, as obras de Xavier da Silveira e Plínio Corrêa de Oliveira foram proibidas de circulação no território chileno apesar dos membros da antiga TFP chilena contrabandearem livros e materiais da TFP via fronteira argentina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações da TFP, na década de 60 do século passado, na República do Chile, foram uma antessala ideológica e religiosa para a ação da ditadura militar brasileira contra Frei e Allende.

As argumentações messiânicas de Xavier da Silveira contra Frei fundamentaram, no Brasil e em setores anticomunistas da América do Sul, a ideia de que os processos de reformas e nacionalização iniciados pelo Partido Democrata Cristão do Chile poderiam ser a causa de um processo de mudanças sociais que gerassem uma possível revolução comunista.

No ideário da TFP, democratas cristãos como Frei eram tão perigosos para o continente e a civilização ocidental como o antigo político russo Alexander Kerensky que, após implementar uma série de reformas na Rússia czarista, deu origem ao ambiente necessário para o nascimento da Revolução russa. Deste modo, diversas atuações, sejam elas panfletárias, editoriais, religiosas e políticas foram feitas pela TFP brasileira afim de combater reformas sociais que gerassem ambiente necessário para a “cubanização” do continente e do clero.

Tamanha influência da TFP no combate ao comunismo e democratas cristãos no período da Guerra Fria que o membro da TFP brasileira Fabio Vidigal Xavier da Silveira foi expulso do território chileno a pedidos do presidente Eduardo Frei (MONIZ BANDEIRA, 2008, págs 122 – 123), além, claro, do apodo “Kerensky chileno” ter sido usado por Médici em relação a Eduardo Frei e a desestabilização que o mesmo gerava para a ditadura militar brasileira em nível continental (SIMON, 2021, p. 17).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHI, Renato R. (Org.). *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte, Humanitas, 2011.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo; BOISARD, Stéphane (Org.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo, Alameda, 2019.

COMPAGNON, Olivier. *Jacques Maritain et l'Amérique du Sud: le modèle malgré lui*. Villeneuve d'Ascq Cedex: Presses Universitaires Septentrion, 2003.

_____. *O Adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro, Rocco, 2014.

CORREA SUTIL, Sofia. *Historia del siglo XX chileno*. Santiago de Chile: Editorial Sudamericana, 2001.

_____. *Con las riendas del poder: la derecha chilena en el siglo XX*. Santiago de Chile: Editorial Sudamericana, 2004.

COPPE CALDEIRA, Rodrigo; GAMA, Víctor Almeida. *As relações da TFP com o movimento conservador americano*, in BOHOSLAVSKY, Ernesto; PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo; BOISARD, Stéphane (Org.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo, Alameda, 2019.

COWAN, Benjamin A. *Moral majorities across the Americas; Brazil, the United States, and the creation of the religious right*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2021.

DA SILVEIRA, Fabio Vidigal Xavier. *Frei, o Kerensky Chileno*. São Paulo, Editora Vera Cruz, 1967.

DE OLIVEIRA, Plínio Corrêa. *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista: apelo aos bispos silenciosos*. São Paulo, Editora Vera Cruz, 1976.

_____. *A reforma agrária socialista e confiscatória*. São Paulo, Editora Vera Cruz, 1985.

_____. *Minha vida pública: compilação de relatos autobiográficos de Plínio Corrêa de Oliveira*. São Paulo: Artpress, 2015.

_____. *Notas Autobiográficas*. São Paulo: Editora Retornarei, 2008.

_____. *Revolução e Contrarrevolução*. São Paulo: Artpress, 1998.

_____. *Sou católico: posso ser contra a reforma agrária?* São Paulo, Editora Vera Cruz, 1981.

GILDERHUS, Mark T. *An Emerging Synthesis? U.S. – Latin American Relations since the Second World War*, in *Diplomatic History*, vol. 16, nº3, 1992

HARMER, Tanya. *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*. S/L: The University of North Carolina Press, 2014.

_____. *Brazil's Cold War in the Southern Cone, 1970-1975*. S/L: Cold War History, 12:4, 659-681, 2012, DOI: 10.1080/14682745.2011.641953.

_____. (Org.) *Chile y la Guerra Fría Global*. Santiago de Chile: RIL Editores, 2014.

HATZOPOULOS, P; PETITO, F. (Org.). *Religion in International Relations: The Return from Exile*. Londres, Palgrave Macmillan, 2003.

HAYNES, Jeffrey. *An Introduction to International Relations and Religion*. New York, Routledge, 2013.

_____. *Religion and Development: Conflict or Cooperation?* New York, Palgrave Macmillan, 2007.

_____. *Religion and International Relations: What Do We Know and How Do We Know It?* Basel, Religions 12:328, 2021.

_____. *Religion, Globalization and Political Culture in the Third World (Org.)*. New York, Saint Martin's Press, 1999.

_____. *Transnational Religious Actors and International Politics Author (s)*. Third World Quarterly, Vol. 22, nº 2, págs 143 – 158, Taylor & Francis, 2001.

JOSEPH, Gilbert M. *Lo que sabemos y lo que deberíamos saber: la nueva relevancia de América Latina en los estudios sobre la guerra fría*, págs. 67 – 92, in SPENSER, Daniela (Org.). *Espejos de la guerra fría: México, América Central y Caribe*. Ciudad de México: CIESAS, 2004.

LATHAM, Michael E. *Modernization as ideology: America social science and "nation building" in the Kennedy era*. S/L: The University of North Carolina Press, 2000.

_____. *The Right Kind of Revolution: Modernization, Development, and U.S. Foreign Policy from the Cold War to the Present*. New York, Cornell University Press, 2011.

MCMAHON, Robert J. *Guerra Fria*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

PETTINA, Vanni. *Historia mínima de la Guerra Fría en América Latina*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2018.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J.B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.

SIMON, Roberto. *O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

WESTAD, O. A. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. (ed.) *Reviewing the Cold War: Approaches, Interpretations, Theory*. London: Frank Cass Publishers, 2000.

PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA: A INSERÇÃO DO PRESÍDIO SÃO JOSÉ E DA PRISÃO MODELO PANÓPTICA NA PAISAGEM DE BELÉM DO PARÁ

*José Amarildo Pantoja*³⁶²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o apagamento da memória marginal, por meio de um processo que consiste em destruir, modificar ou destinar a outras finalidades o patrimônio arquitetônico belenense ligados a história das prisões. Nessa perspectiva estamos verificando como ocorreu a inserção dos presídios que datam do século XIX, na paisagem da cidade e como se encontram atualmente, bem como, as escolhas das áreas, em que essas prisões foram edificadas, para que possamos estabelecer a intervisibilidade, a visualização e a visibilidade nos períodos correspondentes e contemporâneos. Nesta etapa foram realizadas pesquisas bibliográficas relacionadas com o tema da dissertação, escolha dos pontos de observação e analisadas algumas bases cartográficas com vistas a obtenção de informações relacionadas com a implantação dos presídios. A partir desses documentos analisados do Presídio São José e da Prisão Modelo Panóptica não indicam, até o momento, se foram utilizados critérios técnicos na escolha dos lugares para as edificações ou se foi pela disponibilidade das áreas.

Palavras-chave: *Memória, Patrimônio Cultural, Intervisibilidade, Presídio.*

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a escolha dos locais e a intervisibilidade entre o antigo Presídio São José e a Prisão Modelo Panóptico, objetos da pesquisa, na paisagem da cidade de Belém do Pará, na virada do século XIX para o século XX. Utiliza-se também de dois outros pontos de referência, a Praça da República e o Porto de Belém. Os resultados são preliminares e estão relacionados com a pesquisa de Mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de PósGraduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob orientação do professor doutor Júlio Cezar Rubin de Rubin. Assim, sistematizamos, algumas questões mais pontuais dos resultados obtidos até o momento. Considerando o Presídio São José e a Prisão Modelo Panóptica como Patrimônios Culturais, o objetivo principal da

³⁶² Graduado em História (2005) e Especialista em Educação de Jovens e Adultos em Situação de Privação ou Restrição de Liberdade, ambos pela Universidade Federal do Pará (2016). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: amarildopantoja62@yahoo.com.br. Orientador: Dr. Júlio Cezar Rubin de Rubin.

pesquisa é analisar como ocorreu a inserção do presídio e da prisão na paisagem nos períodos correspondentes e como se encontra atualmente. Os específicos são: analisar as escolhas das áreas considerando a geologia e a altitude, estabelecer a intervisibilidade, a visualização e a visibilidade nos períodos correspondentes e contemporâneo, analisar a paisagem urbana de Belém do Pará e o apagamento das memórias do presídio e da prisão. Nos resultados parciais são discutidas as escolhas das áreas com base na geologia e na altimetria, além da intervisibilidade a partir de perfis topográficos e altimetria.

1. OBJETOS DE ESTUDO

A história das prisões, em Belém do Pará, está ligada à ocupação da região Amazônica pelos colonizadores portugueses e pelas disputas territoriais, que resultou na instalação de uma base militar às margens da baía de Guajará para proteger a entrada do Amazonas, onde os holandeses, franceses, ingleses e irlandeses mantinham contato com as populações indígenas de Cametá e de Bragança, os Caetés e os Pacajá, e outras regiões. Essa base militar, denominada Feliz Lusitânia, atualmente chamado de Forte do Castelo, teve início em 12 de janeiro de 1616 e deu origem a cidade de Belém do Pará (ANTUNES, 1925: 183).

Mariano Antunes (1925: 179) destaca que lançado os fundamentos da cidade de Santa Maria de Belém foram construídas as primeiras e ligeiras fortificações, que nada mais eram que extensas e circulares paliçadas, feitas de pau a pique, onde eram colocados os canhões que haviam sido trazidos pelos colonizadores. Portanto, as primeiras habitações erguidas pelos colonizadores portugueses, que deram origem à cidade de Belém, nada mais eram que bases militares e, consequentemente, prisões. O autor ressalta que:

O assassinato do bravo e estimado Capitão Álvaro Neto, do qual foi autor o Capitão Antônio Cabral, e a proteção afrontosa que a este foi dispensado, levou a guarnição do forte a tramar a prisão de Francisco Caldeiras Castelo Branco, fundador e primeiro Capitão-Mor do Pará, que, afinal, foi preso, em 18 de novembro de 1619, metido em ferro e recolhido numa das habitações existentes no recinto fortificado. Foi este, pois a primeira prisão que teve a cidade (ANTUNES, 1925: 179).

A partir de 1617, um ano após a fundação da Feliz Lusitânia, os franciscanos de três províncias começaram a chegar aqui. A primeira, a de Santo Antônio chegou

em 1617, era uma província brasileira fundada na Bahia; a segunda foi a de Nossa Senhora da Piedade, que era portuguesa, chegou em 1693, e a terceira a de Nossa Senhora da Conceição da beira do Minho, que também era portuguesa. Os religiosos eram parte da organização colonizadora portuguesa, suas obrigações eram fundar as missões e catequizar os índios (DA MATTA, 2010).

Estabelecidas na região Amazônicas as missões começaram a construir os chamados conventos ou, como eram conhecidos na época, hospícios, o nome fazia referência a hospedaria, lugar que servia de moradia para os frades e até mesmo a catequização.

O convento erguido pelos franciscanos, da província de Santo Antônio, fica onde hoje o prédio do colégio Santo Antônio, no bairro da Campina. Já os religiosos, da conceição da beira do Minho fundaram o convento, São Boaventura, atual Arsenal da Marinha, na Praça Tamandaré; e os de Nossa Senhora da Piedade, fundaram o convento de São José, atual polo joalheiro (DA MATTA, 2010).

Segundo o historiador Jorge Hurley, em sua obra *Belém do Pará sob Domínio Português* de 1925, o prédio onde se acha instalado o presídio São José data de 1706, construído que foi pelos religiosos da Conceição da beira do Minho, destinado ao convento ao qual deram o nome de São Boa Ventura. Escreve: A edificação surgiu no então sítio denominado “Porto Tição” local doado por Jose Velho, das sessenta braças contadas do Igarapé da comédia dos PeixesBois, posteriormente denominado São José, igarapé hoje desaparecido com a construção da rua Brito. A construção, por falta de apoio legal não obteve consentimento e foi interrompida.

Mariano Antunes (1925: 186), em sua obra *Penas e Sistemas Repressivos*, conta que em 1749 os religiosos de nossa senhora da Piedade começaram um convento, sob a invocação de São José, na cidade próximo ao igarapé da comédia dos peixes-fois, que perdeu essa denominação depois de levantada uma parte desse convento.

Presume-se que os Franciscanos ocuparam o prédio antes construído pelos religiosos da Conceição da Beira do Minho, terminando a construção permaneceram ali até 1758, quando em virtude das ordens regias de 5 de fevereiro e 12 de abril regressaram a Portugal, os referidos religiosos da piedade, missionários de Porto de Moz e com convento em São José, na cidade, e para o Maranhão, os religiosos da Beira do Minho, que também tinham o convento de São Boaventura,

de cujos edifícios tomou conta o Governo para servidão pública e do Estado (ANTUNES, 1925: 186).

De acordo com a *Relatório informativo exercício de 1975*, a então Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará (SEGUP) descreveu:

Em 1767, funcionou no edifício do convento dos religiosos da piedade, uma olaria, fazendo-se o transporte de telhas, tijolos etc. em canoas que viajavam pelo igarapé já mencionado. Foi depois, sucessivamente, quartel de uma companhia pedestre, de um corpo de artilharia, de um esquadrão de cavalaria, depósito de pólvora e, finalmente, prisão de criminosos. Passou a servir de cadeia pública em substituição a que funcionava no edifício do Senado da Câmara, sito a rua que hoje se chama Conselheiro João Alfredo (SEGUP, 1976: 125).

Entretanto, no contexto da virada do século XIX, para o século XX, a cidade de Belém vivenciou uma realidade completamente nova, marcada por uma série de transformações urbanas na capital paraense, especialmente a partir do ano de 1897, iniciada no governo provisório de Huet Bacelar e levada às últimas consequências na administração de Antônio Lemos (1897-1911). Do relatório de SEGUP destacamos:

Em 1891, o governador provisório Huet Bacelar cogitou da edificação de uma penitenciária na Praça de São José, lançada a pedra fundamenta do alicerce.

Todavia, só em 8 de marco de 1892, foi autorizada, pela administrador Dr. Lauro Sodré, o lançamento da “pedra fundamental” e a construção foi autorizada pela lei número 101 de 22 de junho de 1893. A obra se resumia em prolongar a área que abrigava o antigo convento e na adaptação deste ao sistema de prisão com grades, tudo modelado pela Sancté de Paris, notandose até hoje estas características básicas. A obra, todavia, foi abandonada em 1896, quando já funcionava como penitenciária (SEGUP, 1976: 126).

O jornal *O Estado do Pará*³⁶³ de fevereiro de 1893 destacava com detalhes a construção da referida penitenciária.

Em terrenos comprados pelo governo na rua municipalidade, situado no bairro que estende-se da pitoresca Estrada de S. Joao, acha-se em construção a grande obra da penitenciária auctorizada pela lei n. 101 de 22 de marco de 1893. Esta importante edificação obedece a um plano inteiramente novo e adaptado aos modernos systemas de penalidade. O edifício é modelado pela Santé, de Paris. A parte já em construção comprehende quatro

³⁶³ Jornal O Estado do Pará, fevereiro de 1892.

secções: o corpo central da administração, em que estão a sala da diretoria, a biblioteca, de inspecção e registros, o parlatório, a farmácia e outras dependência. A torre central compõe o compartimento de depósitos, rouparias, cozinha e padaria; os dois raios celulares com três pavimentos cada um e 24 celas em cada pavimento, sem contar as células de banheiros, quartos para guardas e salões oficinas; finalmente a secção posterior com salões de Pharmacia³⁶⁴.

No entanto, no relatório apresentado em 3 de janeiro de 1898, pelo secretário-geral as obras foram interrompidas.

Acha-se paralizados os trabalhos deste edificio deste edificio (penitenciária), de cuja terminacao depende a adocao do regime penal a que nao pode prestar a atual cadeia. A importancia despendida até a cessacao dos trabalhos e depois da 32ª prestacao é de Rs 213:013\$561. Parados os trabalhos, foram conservados dois guardas para zelar pela conservacao dos materiais, percebendo cada um a mensalidade de 120\$000³⁶⁵.

O governador Antônio Lemos implementou uma renovação estética e higienista da cidade que tinha como referência o *Nascimento da Medicina Social* especialmente a vertente francesa, “uma medicina social que não parece ter por suporte na estrutura do Estado, como na Alemanha, mas, em um fenômeno inteiramente diferente: a *urbanização*” (FOUCAULT, 2002: 166).

Neste sentido, o remodelamento da capital paraense, no contexto temporal, conhecida como *Belle Époque da Amazônia* (1870 e 1912), marca um conjunto de transformações orientada por um projeto urbanístico inspiradas na cultura europeia, especialmente a francesa, que visava, entre outros aspectos, melhorias nos serviços de infraestrutura e proporcionava o embelezamento da paisagem urbana. Neste contexto, foi implementada reformas no presídio São José e inserido na prisão o modelo Panóptico na paisagem belenense.

O modelo Panóptico idealizado por Jeremy Bentham em 1785, jusfilósofo inglês, é a arquitetônica de um mecanismo de poder e de controle. Em síntese, uma penitenciária ideal que permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. Disto decorre “o

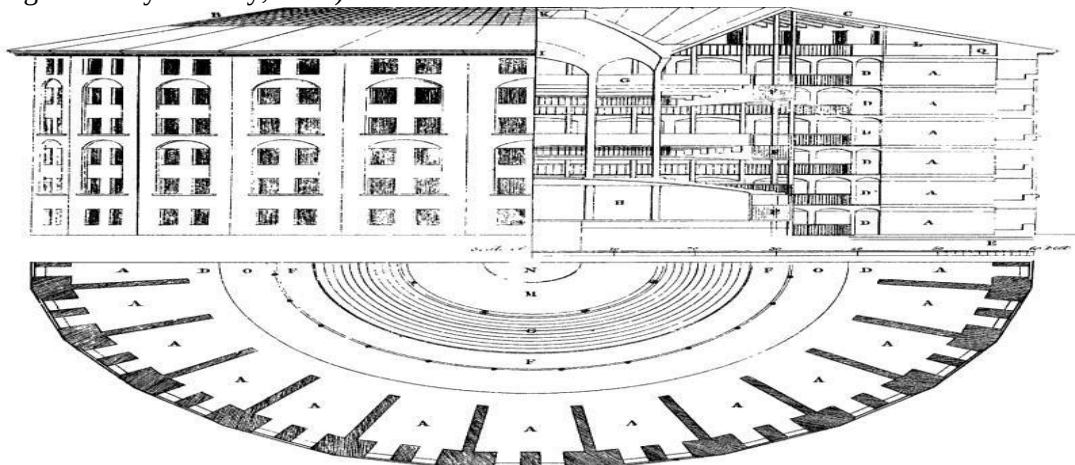
³⁶⁴ Jornal O Estado do Pará, fevereiro de 1893.

³⁶⁵ Relatório apresentado em 3 de janeiro de 1898, publicado no jornal O Diário do Pará.

efeito mais importante do Panóptico, induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 2002: 225). A prisão no dispositivo Panótipo é descrita por Foucault (2002: 223-224) nos seguintes termos:

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades especiais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder - só conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.

Figura 1 - Planta da estrutura do Panóptico idealizado por Bentham (desenho do arquiteto inglês Willey Reveley, 1791)



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-%C3%B3ptico>.

A penitenciária do Estado do Pará foi projetada em seu modelo panóptico clássico. Sua construção se iniciou em 1893 durante o governo do intente Lauro Sodre (1891-1897), sob a direção do Engenheiro Henrique Américo Santa Rosa,

porém sofreu diversas interrupções, adaptações e usos: serviu de hospedaria do pessoal jornalero, da comissão de profilaxia, da febre amarela, chefiada por Osvaldo Cruz, em 1911. Na segunda administração de Lauro Sodre (1917-1921), o espaço penitenciário transformou-se por adaptação em uma hospedaria para imigrantes, apelidada de hospedaria dos fragelados (FAUITEC, 2019).

Figura 2 - Planta da prisão modelo panóptica implementada em Belém do Para, 1893.



Fonte: FAUITEC (2018).

Conforme vimos a penitenciária modelo panóptica teve sua construção iniciada ainda no governo Lauro Sodré, sendo a obra interrompida na gestão Lemos. Ize Sena (2016: 18-19) relata a trajetória história mais recente do velho casarão:

As obras só foram retomadas em 1932 para ser um grupo escolar, mas logo desistiu-se dessa ideia e quando pronto passou a funcionar como Batalhão de Caçadores da Polícia Militar. Em 1956 o prédio passa a abrigar a Imprensa Oficial do Estado (que imprime até hoje o Diário Oficial), mas já em 1962 passa por nova reforma para abrigar (dessa vez sim) uma escola. Em 1984 passa para as mãos da Fundação Educacional do Pará que oferta o curso de Pedagogia. Com a criação da UEPA em 1993, o edifício passa a ser usado pela universidade, finalidade que possui até hoje. O prédio, em um bairro de casas baixas e que por anos ocupou um terreno limpo (o chamado campos do diário), com a exceção do prédio histórico da, hoje reitoria (e que já foi escola e sede do Tribunal de Constas do Estado), passando décadas inacabado, sem uso ou em ruínas, tornou-se mítico na região, o “Castelo do Telégrafo”, de forma que hoje é conhecido dentro da universidade por “Castelinho”.

O escritor Dalcídio Jurandir (1909-1979) escreveu sobre o prédio e sua mitologia no livro *Primeira Manhã* de 1968:

entre as (...) cadeiras forradas de branco na sala aberta sobre a José Pio e o largo onde jazia, inacabado, com toda a feição de ruína histórica, coberto cercado de mato, o casarão da Penitenciária. Tinha sido velho sonho dos governos dotar Belém de uma cadeia senhora cadeia orgulho do Pará como pedia o progresso, a boa educação, os preços da borracha. Mas esta, águas abaixo, deixou foi a Penitenciária Modelo do Norte do Brasil agasalhando flagelados do sertão (*apud* CCSE, [20-]).

2. MÉTODOS

3.1 Etapa inicial para a confecção dos mapas

Para a confecção dos mapas foi realizado o georreferenciamento da imagem fornecida pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM, para que a base dos dados que constavam no documento fosse aproveitada, como curvas de níveis e demais informações sobre a delimitação metropolitana de Belém e as áreas de pesquisa.

3.1.1 Mapa com a imagem de satélite

O mapa Satélite utilizou como *basemap* as imagens provenientes do satélite ESRI e sob a área da cidade foi adicionada a imagem georreferenciada fornecida pela CODEM (2014), com pequenos ajustes de transparência e saturação de cores. Também foram definidos pontos de interesse: Presídio São José, Prisão Modelo Panóptica, Porto de Belém e Praça da República. Além disso também foi utilizada as informações hidrográficas provenientes da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.1.2 Mapa de Elevação

Para gerar o mapa com dados de elevação do terreno, utilizou-se a base de dados proveniente da SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*) com resolução espacial de 90m² por pixel. Para suavizar a imagem, realizamos uma interpolação por Krigagem dos dados reduzindo a resolução do pixel para 10m². Após esse tratamento, ainda no ambiente Qgis, realizamos uma classificação do *raster* em contínuo com as cores amarelo, laranja e marrom.

3.1.3 Mapa de Geologia:

Os dados da geologia foram obtidos no mapa geológico da Serviço Geológico do Brasil - CPRM (2011) com escala de 1:100.000.

3.1.4 Mapa Geral:

O mapa geral contém apenas o *basemap* da ESRI e dados hidrológicos, com o recorte da cidade evidenciando algumas drenagens na escala de 1:42.000.

3.2 Geração dos perfis topográficos:

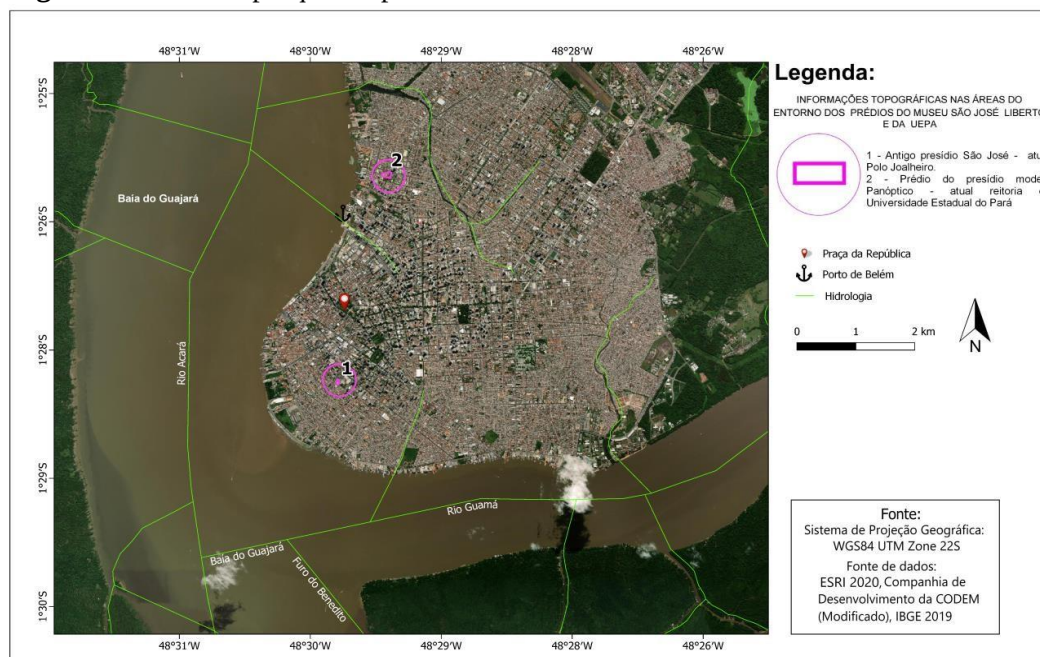
Com auxílio do complemento *Profile Tools* disponível no Qgis, ajustamos a escala da área de modo a compreender todos os pontos a serem amostrados. Após esse ajuste, inserimos os dados de elevação que foram anteriormente trabalhados no mapa de elevação, onde foram elaboradas as linhas retas entre os pontos amostrados com equidistâncias de 1 metro. Cada ponto extrai o valor de elevação da camada resultando no perfil topográfico do terreno em forma gráfica. Foram elaborados os seguintes perfis: Presídio São José (PSJ) – Presídio Modelo Panóptico (PMP), Praça da República (PR) – Presídio São José (PSJ), Praça da República (PR) – Presídio Modelo Panóptico (PMP), Porto de Belém (PB) – Presídio São José (PSJ) e Porto de Belém (PB) – Presídio Modelo Panóptico (PMP).

3.3 Gabinete:

Nesta etapa foram realizadas pesquisas bibliográficas relacionadas com o tema da dissertação, escolha dos pontos de observação (Porto de Belém e Praça da República) e analisadas algumas bases cartográficas para a obtenção de informações relacionadas com a implantação dos presídios. O mapa de altimetria e os perfis topográficos foram utilizados para as análises da intervisibilidade entre os pontos (Figura3). Cabe ressaltar que os procedimentos relacionados com intervisibilidade, visibilização e visualização foram ajustados com base em Criado-Boado (1991, 1995, 1997 e 1999), a partir do Método de Análise Formal ou Morfológico, sendo:

- a) intervisibilidade: analisada entre os dois pontos, a partir de cada um deles, com base no mapa de altimetria, perfis topográficos e os dados de campo;
- b) visibilização: o que se observa a partir do presídio, da prisão e dos postos de observação, com base no mapa de altimetria e nos dados de campo;
- c) visualização: como o presídio e a prisão são vistos a partir de dois pontos de observação: a Praça da República e o Porto de Belém;

Figura 3 - Áreas de pesquisa e pontos de referência.



3. RESULTADOS PARCIAIS

Nos resultados preliminares são discutidas as escolhas das áreas com base na geologia e na altimetria, além da intervisibilidade a partir de perfis topográficos e altimetria.

A escolha do local para uma obra envolve diversas variáveis, como aspectos geotécnicos, topografia, paisagem, política e mesmo simbólicos. A *geotécnica* se fundamenta nas condições geológicas do terreno, levando em consideração também a profundidade do lençol freático, inundações, escoamento superficial, erosividade e erodibilidade. A *topografia* leva em consideração o posicionamento da edificação quanto à altitude. Em relação a *paisagem*, o aspecto visual é uma das variáveis que se destaca. Quanto ao aspecto *político*, uma obra pode ser edificada com a intensão de demonstrar poder, sendo um marco a ser visto pela população. O Império Romano, por exemplo, utilizou-se muito dessa alternativa, bem como na América espanhola com as Plaza de Armas. O *simbólico*, muitas vezes associado ao político, pode ser exemplificado pela posição de algumas igrejas em pontos mais elevados da topografia das áreas urbanas.

Os documentos analisados do Presídio São José e da Prisão Modelo Panóptica não indicam, até o momento, se foram utilizados critérios técnicos na escolha dos lugares para as edificações ou se foi pela disponibilidade das áreas. Entretanto, com base nas informações sobre a geologia e a topografia das áreas é

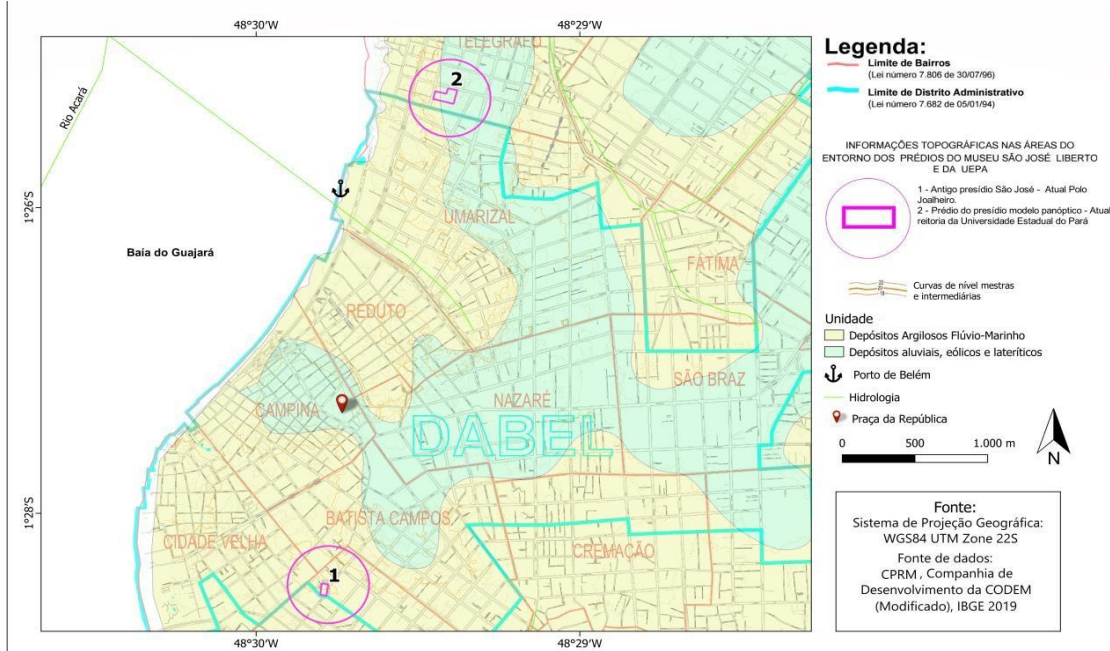
possível estabelecer algumas considerações sobre as áreas, bem como em relação a inserção na paisagem, a partir da qual se pode analisar variáveis como visualização, intervisibilidade, visibilização, tomando como referências, além das duas áreas de pesquisa, a Praça da República e o Porto de Belém.

4.1 Aspectos Ambientais

De acordo com a CPRM (2011) a cidade de Belém está implantada basicamente sobre a Unidade Barreiras, constituída de sedimentos argilosos, arenosos e conglomeráticos depositados entre aproximadamente 23 e 2,5 milhões de anos (Período Geológico Terciário), Depósitos Aluviais, Eólicos e Lateríticos de idade entre 2,5 milhões de anos e 11.000 anos (Período Geológico Quaternário/Pleistoceno) e Depósitos Argilosos Flúvio-Marinhos depositados nos últimos 11.000 anos (Período Geológico Quaternário/Holoceno). Explique-se:

Depósitos Argilosos Flúvio-marinhos: sedimentos lamosos, silticos argilosos com presença de fragmentos vegetais, impregnação de matéria orgânica fina e camada de turfa, associada às planícies flúviomarinhas. *Depósitos aluviais, eólicos e lateríticos:* depósitos aluviais, coluviais e eluviais; depósitos eólicos e fluviais; Formação Superficial Intempérica (Formação Laterítica). *Unidade Barreiras, sedimentos argilosos, arenosos e conglomeráticos:* pelitos maciços, ou laminados com presença de restos vegetais e icnofósseis de ambiente estuarino e planície de maré; arenitos, arenitos conglomeráticos e conglomerados ferruginosos às vezes com icnofósseis de ambiente fluvial e estuarino; sedimentos areno-argilosos, arenosos a areno-conglomeráticos friáveis associados a sistemas fluvial; associação de ritmitos de planície de maré (estruturas wavy, lisen e icnofósseis) e canal de maré. (CPRM, 2011: 25-32) [grifos nosso].

Figura 4 - Mapa geológico de parte do município de Belém abrangendo as áreas de pesquisa.



Fonte: CPRM (2011).

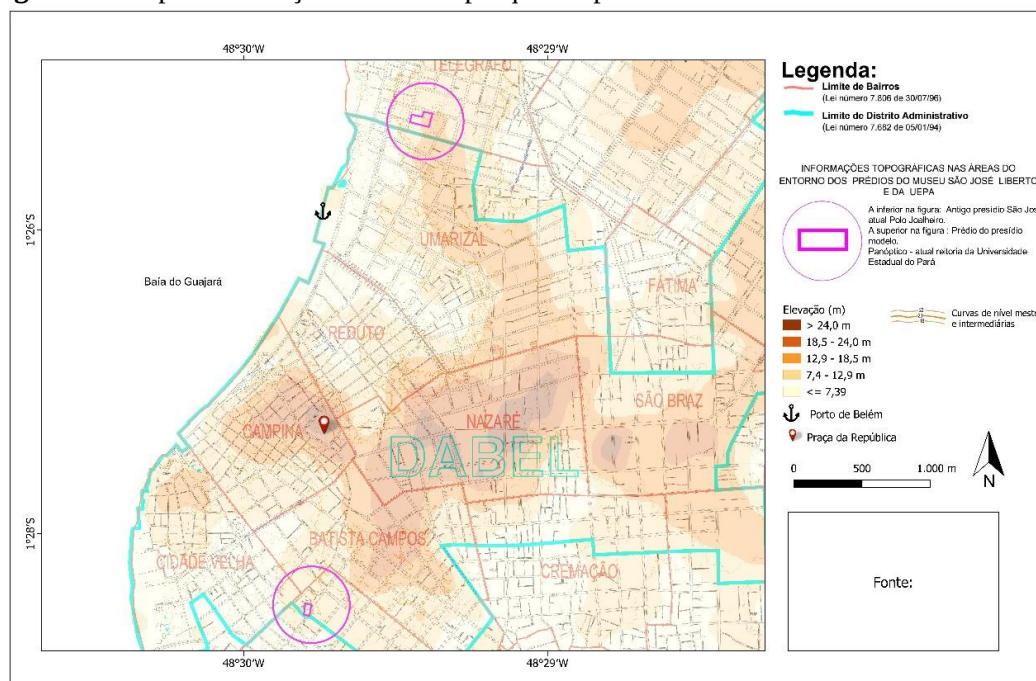
A Figura 4 evidencia que o Presídio São José se encontra sobre Depósitos Argilosos Flúvio-marinhos (DAFm) e o Presídio Modelo Panóptico sobre os Depósitos aluviais, eólicos e lateríticos (Dael), próximo ao contato com a unidade anterior. A unidade Dael é a que apresenta as melhores condições geotécnicas principalmente em decorrência do processo de laterização, de forma resumida, um processo geoquímico que resulta na cimentação mais acentuada dos sedimentos. Deve-se considerar também que a unidade DAFm contém matéria orgânica e camadas de turfas. Nesse contexto, o embasamento rochoso sobre o qual se depositaram os sedimentos também deve ser considerado, bem como o tipo de edificação.

Com base no exposto, as edificações foram realizadas em unidades geológicas e geotécnicas diferentes, em que pese a localização do Presídio Modelo Panóptico mencionada, que pode ser em decorrência da escala do mapa. A etapa de campo poderá elucidar essa questão. Deve-se considerar que as duas unidades apresentam condições geotécnicas favoráveis as edificações, sobre as quais se distribui grande parte da área urbana de Belém de Pará.

Na Figura 5 verifica-se que em relação a elevação, o Presídio São José (PSJ) encontrase em um segmento entre cotas de 7,4 e 12,9 metros e o Prisão Modelo Panóptico (PMP) entre 7,4 e 12,9 metros, próximo ao segmento com variação entre

12,9 e 18,5 metros. A cota obtida em campo para o PSJ é de 8,2 metros, enquanto para PMP é de 9,5 metros. A diferença de 1,3 metros coloca os dois no mesmo nível ou mesma altitude.

Figura 5 - Mapa de elevação da área de pesquisa e pontos de referência.

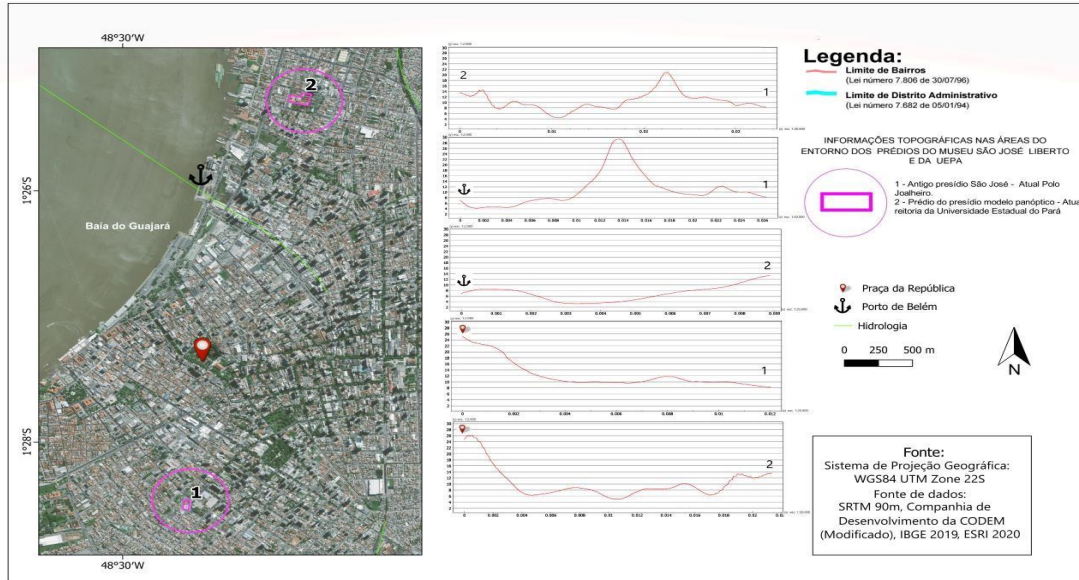


Fonte: CODEM (2014).

A intervisibilidade foi analisada a partir dos seguintes perfis topográficos PSJ – PMP, PR – PSJ, PR – PMP, PB– PSJ e PB – PMP (Figura 6).

De acordo com a Figura 6, a intervisibilidade entre PSJ e PMP, em linha reta, não era possível em decorrência da elevação da área onde se encontra a Praça da República, a qual também era um empecilho entre PB e PSJ. As demais intervisibilidades não apresentavam interferências.

Figura 6 - Áreas de pesquisa, pontos referência e perfis topográficos.



Os resultados parciais ao mesmo tempo em define questões, também indicou a necessidade de inserir um terceiro ponto de referência, Forte do Castelo.

Cabe destacar que a análise a partir do mapa de altimetria e dos perfis topográficos deve ser utilizada em conjunto com a ocupação urbana das áreas, o que está sendo averiguado. O conjunto de informação apresentados e discutidos é a etapa 1, enquanto a pesquisa de campo é a etapa 2, as quais fornecerão as bases para abordar o apagamento na paisagem urbana de Belém do Pará do Presídio São José e da Prisão Modelo Panóptica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Mariano. **Penas e Sistemas Repressivos**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1925.

CCSE – Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará. **Castelinho**. Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará, [20-]. Disponível em: <https://ccse.uepa.br/ccse/?page_id=500>. Acesso em: 6 ago. 2021

CODEM – Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém. **Levantamento Aerofotogramétrico**, 2014.

CPRM – Serviços Geológicos do Brasil. Geologia e recursos minerais da Folha Belém - SA.22X-D-III, Estado do Pará, escala 1:100. – Belém: CPRM, 2011.

CRIADO-BOADO, Felipe. **Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje**. *Boletín de Antropología Americana*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, n. 24, 1991.

_____. The visibility of the archaeological record and the interpretation of social reality. In: HODDER, Ian *et. al.* **Interpreting Archaeology**. Londres: Routledge, 1995.

_____. Combining the different dimensions of cultural space: is a total archaeology of landscape possible? In: BOADO, F. C.; PARCERO, C. (eds.). **Tapa-Landscape, archaeology, heritage**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, n. 2, 1997.

_____. **Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje**. CAPA 6: Criterios y Convenciones em Arqueología del Paisaje. 1. ed. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueologia del Paisaje Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

DA MATA, Raimundo Possidônio Carrera. Diário On-line. “**São José...Liberto**” (part.1-5).

Youtube, 9 ago. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PfcIBmQvvcI>>. Acesso em: 5 ago. 2021

FAUITEC – Instituto de Tecnologia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. **O Plano Panóptico de Santa Rosa; por José Maria Coelho Bassalo**. FAU - Laboratório Virtual - ITEC/UFPA, 2018. Disponível em: <<https://fauufpa.org/2018/04/28/oplano-panoptico-de-santa-rosa-por-jose-maria-coelho-bassalo/>>. Acesso em: 6 ago. 2021

_____. **Reitoria da UEPA é o Velho Casarão da Penitenciária**. FAU - Laboratório Virtual - ITEC/UFPA, 2019. Disponível em: <<https://fauufpa.org/2019/06/10/reitoria-da-uepa-e-ovelho-casarao-da-penitenciaria/>>. Acesso em: 6 ago. 2021

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002.

HURLEY, Jorge. **Belém do Pará sob o domínio português 1616 a 1823**. Belém: Oficinas Gráficas da Livraria Clássica, 1940

SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Relatório informativo exercício de 1975**: relatório técnico. Belém: IDESP, 1976.

SENA, Ize. Um patrimônio no coração do bairro do Telégrafo. **Revista Saber Amazônia: Revista da Universidade do Estado do Pará**, n. 6, 2016. Disponível em:

<https://issuu.com/ascom.uepa/docs/revista_janeiro1>. Acesso em: 6 ago. 2021

NOTAS SOBRE AS CATEGORIAS DE COLONIALIDADE E INTERCULTURALIDADE: OS DESAFIOS DO COTIDIANO ESCOLAR NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA

*José Luiz Pereira de Moraes*³⁶⁶

RESUMO: O presente artigo trata das configurações de uma escola situada em contexto amazônico caribenho, a partir de arranjos territoriais e socioculturais que problematizam o campo da educação em regiões de fronteira. Assim, o pensamento se volta para o Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (Cemeja), instalado na cidade de Bonfim, em Roraima, na fronteira Brasil-Guiana, por meio da articulação entre os desafios da aprendizagem em um cenário de intenso processo de multiculturalidade. Para orientar a elaboração desse escrito, indaga-se: De que forma as categorias de colonialidade e interculturalidade oferecem sentidos para a análise e compreensão do cotidiano escolar na divisa Brasil-Guiana? Como esse cenário constituído por matrizes culturais plurais é interpelado pela escola, considerando seus sujeitos constitutivos e suas diretrizes pedagógicas? Para tal objetivo adota-se um levantamento documental e bibliográfico, elaborando uma reflexão em dois momentos: um que apresenta a escola na interface com o local em que se encontra constituída; e outro em que são arrolados os conceitos de colonialidade e interculturalidade como forma de potencializar as características, cruzamentos e singularidades desse cotidiano escolar.

Palavras-chave: *Cemeja; Fronteira Brasil-Guiana; colonialidade; interculturalidade; cultura escolar.*

Introdução

O presente artigo trata das configurações de uma escola situada em contexto amazônico caribenho, a partir de arranjos territoriais e socioculturais que problematizam o campo da educação em regiões de fronteira. Assim, o pensamento se volta para o Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (Cemeja), instalado na cidade de Bonfim, em Roraima, na fronteira Brasil-Guiana, por meio da articulação entre os desafios da aprendizagem em um cenário de intenso processo de multiculturalidade. Todavia, para que se possa desenvolver as especificidades em torno dessa construção espacial e simbólica do referido colégio é necessário apresentar inicialmente algumas marcas que tensionam esse contexto contemporâneo.

³⁶⁶ Acadêmico do Programa de Mestrado em História na Universidade Federal de Goiás, email: zecamoraes25@gmail.com, orientador: Leandro Mendes Rocha.

O primeiro destaque traz a Amazônica para o centro da análise, buscando desviar-se de um viés homogêneo, uma espécie de padrão de significado sobre a região. Nessa seleção, a região Amazônica, em sintonia com os signos de sua grandiosidade e riqueza natural é também analisada na perspectiva dos históricos sinais da devastação sofrida pelo acirramento de investidas econômicas que avançam sobre a floresta, o agronegócio, a presença de grandes mineradoras e hidroelétricas, com impacto sobre o vasto bioma e as comunidades ribeirinhas e indígenas. Esse panorama exploratório, extrativista e monocultor une-se às ideias de “progresso”, numa perspectiva desenvolvimentista, que ganham força no contexto atual.

O segundo destaque associa e aprofunda a crise em cenário regional. Trata-se do fenômeno em curso da pandemia provocado pelo novo coronavírus, (COVID-19). Esse vírus, com alta capacidade de contaminação, que se alastrou a partir do final de 2019 por praticamente todo o globo, põe em relevo as discrepâncias e contradições na Amazônia, de modo particular pela conjugação da ameaça que o vírus representa à existência das populações indígenas com as frágeis ações governamentais para enfrentamento dessa tragédia. Um exemplo de como essa conjugação opera na prática está associado ao acirramento das invasões em várias localidades dessa região, por garimpeiros e grileiros, mesmo no intercurso dos grandes desafios sanitários da pandemia. A Fundação Nacional do Índio (Funai) emitiu em março de 2020 portaria suspendendo autorizações de entrada em terras indígenas, mas essa ação tanto não encontrou correspondente que de fato inibisse a presença dos invasores quanto gerou uma instrução normativa mais flexível em abril, permitindo a presença de não indígenas³⁶⁷. Os próprios indígenas, organizados em suas comunidades, passaram a montar barreiras para tentar controlar o trânsito de pessoas e a disseminação do vírus.

Essa moldura, por mais que os prejuízos ecológicos e humanos transbordem para outras regiões do Brasil, em muito se aplica à região Amazônica e às fronteiras Norte do país. Roraima é proporcionalmente o estado mais indígena do Brasil, ao apresentar o percentual de 11,01% de povos de diferentes etnias no corpo total da sua população, segundo o caderno temático do Atlas Nacional Digital do Brasil do Instituto Brasileiro de

³⁶⁷ Trata-se sequencialmente da portaria 419 da Funai, de 17 de março de 2020 que suspende por trinta dias as autorizações de entrada em terras indígenas devido a pandemia do novo coronavírus e a Instrução Normativa Nº 9, da Funai, de 22 de abril de 2020 que dota o órgão da capacidade de certificar imóveis para posseiros, grileiros e loteadores de terras indígenas, procedimento administrativo que favorece a invasão de suas áreas.

Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 2016. Assim, para refletir sobre os desafios educacionais nesse horizonte é imperioso acionar essas condições como ainda mais problematizadoras pela maneira como a pandemia acentua abismos.

Boaventura de Sousa Santos afirma que a pandemia não alterou uma lógica mundial de prosperidade, o mundo vive o que Boaventura chama de “normalidade da exceção” (SANTOS, 2020, p.5). Desde a década de 80 e o esplendor das políticas neoliberais na lógica econômica mundial, vive-se em estado permanente de crise, condição que apoia os cortes salariais, o desdém com políticas sociais, a negação de direitos fundamentais para com as sociedades que não se enquadram na lógica capitalista ocidental e incontáveis mazelas que o fazer e o não fazer dos Estados-nações nos impõe (SANTOS, 2020).

Essa nova doença viral, escancarou as consequências dessa lógica. O líder indígena Ailton Krenak, no seu livro “O amanhã não está à venda”, afirma que essa doença carrega a resposta da terra ao mundo ficcional criado pelo homem branco “[...] o vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise (KRENAK, 2020, p.7).”

Essas situações mencionadas reiteram a necessidade e urgência de se recorrer à educação em seu sentido lato, como uma estratégia a fazer frente aos problemas a serem enfrentados por todos, fora e dentro dos contextos escolares. Todavia, a universalidade ética desse enfrentamento não exclui, antes demanda, um conjunto de intervenções locais. E é nesse recorte que se volta a problematizar o papel da escola como um espaço de promoção das discussões críticas sobre os desafios prementes, onde os processos de aprendizagem se ancorem em perspectivas efetivamente transformadoras dessa realidade.

Assim, o presente artigo objetiva analisar os desafios do cotidiano do Colégio Militarizado Aldébaro José Alcântara mediante o seu contexto de instalação na fronteira Brasil-Guiana. Interdepende a esse objetivo mais amplo busca-se verificar a dimensão de um processo educacional fortemente entrelaçado por diferentes grupos socioculturais e as assimetrias da região.

Para orientar a elaboração desse escrito, indaga-se: De que forma as categorias de colonialidade e interculturalidade oferecem sentidos para a análise e compreensão do cotidiano escolar na divisa Brasil-Guiana? Como esse cenário constituído por matrizes

culturais plurais é interpelado pela escola, considerando seus sujeitos constitutivos e suas diretrizes pedagógicas?

Com base em levantamento documental e bibliográfico, esta reflexão se estrutura em dois momentos: um que apresenta a escola na interface com o local em que se encontra constituída; e outro em que são arrolados os conceitos de colonialidade e interculturalidade como forma de potencializar as características, cruzamentos e singularidades desse cotidiano escolar.

O colégio estadual militarizado Aldébaro José Alcântara e o contexto sociocultural em Bonfim – Roraima

Bonfim está localizado a 130 km de Boa Vista, capital de Roraima. O município possui 12.557 pessoas e ocupa a oitava posição em termos populacionais dentre os 15 municípios de Roraima, segundo estimativa do IBGE, em 2020. A sede do município brasileiro faz fronteira com a cidade de Lethem, que é a capital da região 9 da Guiana (o país vizinho é subdividido em 10 regiões administrativas). A cidade de Bonfim e a de Lethem são separadas apenas pelo rio Tacutu, sendo que em 2009 foi inaugurada a ponte sobre o rio que passou a permitir a ligação terrestre entre os dois países.

No quesito educacional, de acordo com dados do IBGE³⁶⁸, o município conta com 40 estabelecimentos escolares, sendo 31 escolas de nível fundamental (com 3.317 matrículas) e nove de ensino médio (com 452 matrículas).

A escola foi fundada em 11 de junho ano de 2001, por meio de decreto-lei número 4381 e se chamava oficialmente Escola Estadual Aldébaro José Alcântara, em homenagem ao contador do um ex-prefeito do município, Alfredo Gadelha. De acordo com a pesquisa e dissertação desenvolvidas por Gildete Martino (2016, p. 42), a escola foi criada com “o principal objetivo dar suporte a outra escola existente no Município, a ‘Argentina Castelo Branco’, já que a mesma não dispunha de mais espaço físico para acolher o quantitativo de alunos que crescia a cada ano”. Esses 20 anos de história envolvem um conjunto de mudanças, tanto na parte estrutural quanto na parte didática.

A alteração de status de escola para colégio militarizado na fronteira Brasil-Guiana é recente, remete ao decreto-lei 25974 E, de 24 de setembro de 2018, em que se aprova o Regimento Geral da Rede de Colégios Militarizados de Roraima. No texto do

³⁶⁸ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/bonfim/panorama> Acesso em 7 de set 2020.

decreto, assinado pela então governadora Suely Campos, a rede se baseia “nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade oferecer ensino público gratuito e com qualidade, com a participação da família e da comunidade escolar”³⁶⁹. Entretanto, trata-se de um movimento político-administrativo educacional que ocorre por todo o país, especialmente na região Norte e Centro-Oeste, com o fundamento de reduzir a violência e aumentar a disciplina estudantil, para assim conseguir melhorar índices nas avaliações nacionais. Esse ponto voltará a ser desdobrado quando da análise da interculturalidade na esfera educacional.

O Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (Cemeja) é um lugar de recombinações com alunos de outras nacionalidades e de diferentes etnias indígenas que vivem de um lado ou outro da fronteira. Esse arranjo cultural plural se apresenta inicialmente nas formas multilíngue que compõe o cenário. O colégio pratica o ensino em língua portuguesa, mas há de fundo uma polifonia assegurada pelo inglês (e seus “dialetos” usados em Lethem), o espanhol (língua praticada na Venezuela e que diante do processo migratório forçado desencadeado desde 2015 se estende pelos deslocamentos de sua gente a todos os municípios de Roraima) e as línguas indígenas, a exemplo das duas etnias predominantes na região, Macuxi e Wapichana.

Tomando apenas por parâmetro o corpo de estudantes atendidos pelo Cemeja, tem-se a co-vivência de diversos perfis socioculturais, ora representados pela classificação mais geral de alunos indígenas e não indígenas, brasileiros e estrangeiros, da cidade e da zona rural. Acontece que essas unidades de agrupamentos sociais guardam em si outras importantes e profundas combinações que movimentam e deslocam as identidades. O estudante brasileiro, guianense, venezuelano, macuxi e wapichana no interior desse processo pedagógico demanda de partida o reconhecimento e a valorização das diferenças.

Sobre o planejamento educacional, Gildete Martino aponta que o Projeto Político Pedagógico da então escola Aldébaro José Alcântara não se encontrava concluído no ano de sua pesquisa, em 2016. A autora, contudo, reforça que através do seu estudo e indicações obtidas no trabalho de campo, as diretrizes de planejamento escolar estavam em conformidade com as estruturas dos parâmetros curriculares nacionais.

³⁶⁹ Disponível em http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/Decretos_Estaduais/2018/25974_e.pdf
Acesso em 15 de outubro de 2020.

[...] a sua estruturação é construída com base nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), ou seja, obedece a uma hierarquia curricular nacional. Cada disciplina é organizada de acordo com os conteúdos. Porém, esta organização da estrutura curricular faz parte de uma realidade nacional, ou seja, a escola em questão não se diferencia das demais instituições escolares do país em relação a estrutura curricular (MARTINO, 2016, p.48).

Martino oferece, ainda, indícios que permeiam o campo da indiferenciação e da padronização no ambiente escolar da Aldébaro José Alcântara.

[...] durante as nossas entrevistas com esses estudantes e nas observações de campo foi perceptível o comportamento diferenciado desses alunos em relação aos demais. A escola aponta esse comportamento como “timidez”, mas será mesmo timidez ou como mencionado nas análises, será que esses alunos se retraem, se fecham por não se sentirem confortáveis na escola? (MARTINO, 2016, p. 93)

Essa perspectiva lembra o conceito de Daltonismo Cultural, utilizado pelos autores Stephen Stoer e Luiza Cortesão (1999). Valendo-se da obra de Boaventura de Sousa Santos (1995) e seu debate sobre o “arco-íris de culturas” e de possibilidades, Stoer e Cortesão nos apresenta uma analogia, afirmando que “[...] algumas pessoas, apesar de disporem de um aparelho visual morfológicamente bem constituído, não são capazes de discernir toda uma gama de tonalidades que compõem o arco-íris”(1999, p.56) Esse grau de daltonismo que limita a visualização das cores em tons de cinza, é proposto como analogia para apontar a inabilidade na compreensão da diversidade cultural em múltiplas instâncias da vida social, inclusive no contexto escolar de fronteiras.

Esse Daltonismo Cultural, segundo Vera Candau (2012), é favorecido pelo modelo de escola monocultural e que acaba por resultar em experiências cruéis dentro do espaço escolar, como afirma a autora:

Uma das implicações mais perversas para os alunos/as, principalmente aqueles oriundos de contextos culturais habitualmente não valorizados pela sociedade e pela escola, é a excessiva distância entre suas experiências e a escola, o que se traduz em elevados índices de fracasso escolar e na multiplicação de manifestações de desconforto e mal-estar em relação à escola (CANDAU, 2012, p. 75-76).

A referida “timidez” apontada pelos profissionais da educação na Aldébaro José Alcântara, durante a pesquisa de Martino, denota a falta de planejamento regional/intercultural que dialogue com os sujeitos desse espaço de fronteira.

A lei 21/2014 da Câmara de Vereadores do Bonfim, constitui-se formalmente um marco importante de valorização dessa consciência interétnica no município. O ato tornou

Bonfim o primeiro município de Roraima a ter línguas indígenas co-oficiais, além do Português, o município adota as línguas Macuxi e Wapichana. A medida é parte do Programa de Valorização das Línguas e Culturas Indígenas do curso de Gestão Territorial Indígena, do Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima³⁷⁰. Todavia, a ação ainda não foi plenamente efetivada, transcorridos seis anos de sua aprovação.

As intencionalidades de construção de uma sociedade mais intercultural seguem também por outras vias, como aponta Everton dos Santos, no seu trabalho de dissertação sobre os estudantes guianenses no Bonfim, realizado em 2019. O Programa Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF), que incentiva o diálogo intercultural nas escolas de fronteira do Brasil desde 2005, tem por finalidade a formação integral de alunos das nações em fronteira, por meio de atividades que visam a integração regional das escolas públicas nesse espaço, ampliando a oferta de saberes para essas populações e sua coerente integração (BRASIL; ARGENTINA, 2008).

Santos afirma que o projeto chegou a ser debatido na fronteira Brasil-Guiana, mas não chegou a ser consolidado:

No final de 2014, aconteceram dois encontros para capacitação com os professores das escolas de Bonfim e Lethem, porém, devido à falta de recursos e às dificuldades dos professores para organizarem os questionários, imprimirem e compararem materiais, além de recursos para se deslocarem de um município para o outro, o programa não teve continuidade (SANTOS, 2019, p.40).

A assessora pedagógica do Cemeja, Ednalva da Silva, em entrevista constante na dissertação de Everton Santos, reitera a preocupação com o debate intercultural dentro da escola, ao tempo em que aponta para as dificuldades de efetivação de políticas públicas.

[...] tenho certeza de que os estudantes e nós professores teríamos ganho com o projeto. Pois podíamos construir um projeto político pedagógico junto às comunidades escolares, tendo como projeto norteador a interculturalidade. Seria muito bom, porque temos muitas crianças, adolescentes, guianenses e agora venezuelanas matriculadas nas escolas da rede estadual e municipal de Bonfim. Além da Língua Portuguesa, temos a Língua Inglesa, Língua Espanhola e as línguas Macuxi e Wapichana, que contribuiriam não somente para o desenvolvimento linguístico, mas para o convívio social estabelecido a partir do momento em que esses estudantes chegassem às escolas, pois teríamos elementos para analisar a realidade sociolinguística de nossos alunos e professores que estão inseridos nesse contexto. (SANTOS, 2019, p.42)

³⁷⁰ A Universidade Federal de Roraima é pioneira no Brasil na oferta de cursos superiores de formação indígena. Desde 2001, por meio da Resolução nº 015 do Conselho Universitário, o Insikiran vem enfrentando o desafio de realizar um ensino em bases diferenciadas e intercultural com os povos indígenas de Roraima.

Tamanhos desafios educacionais agravam-se com a pandemia de COVID-19, forçando uma reconfiguração na educação no Brasil e no mundo. Segundo diretrizes do plano de implementação de atividades não presenciais para as escolas de rede pública estadual de Roraima, as aulas passaram para o modelo de educação a distância³⁷¹.

Colonialidade do poder e Interculturalidade na fronteira: as dinâmicas do processo educativo Brasil-Guiana

Os registros de relatos de viajantes e as cartografias fluviais holandesas do século XVII têm sido fontes de pesquisa para estudiosos dessa região mais ampla que recebe a denominação de Amazônia Caribenha. Essa categoria de análise se refere ao Norte da América do Sul e as ilhas do mar Caribe. Os estudos do historiador Reginaldo Oliveira (2011) apontam para uma relação identitária e cultural que reelabora um mapa seguindo os deslocamentos dos índios Karib e Arawak na região das antigas Guianas e que hoje compreendem as fronteiras Brasil, Venezuela, Guiana, Suriname e Departamento Ultramarino da França.

A visão hegemônica que hierarquiza as instâncias do viver dentro da racionalidade, advém de um processo histórico amplamente discutido pelos estudos dedicados à colonialidade/ modernidade/ decolonialidade. A retórica estruturada esse campo de investigação afirma ser a invasão europeia às sociedades do outro lado do atlântico, o marco inaugural da modernidade.

Essa denominada colonialidade do poder sustenta as bases do pensar, do agir e do educar dentro das sociedades ocidentais. O sistema capitalista, com sua complexidade e hegemonia, reconfigura essas experiências de poder da colonialidade nas bases da sua manutenção do agir, pois como afirma Aníbal Quijano, sociólogo peruano dos estudos decoloniais, “O capitalismo foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado.” (QUIJANO, 2005, p.120).

É nesse contexto que podemos entender as bases desse pensar, nas estruturas dentro da nossa realidade latino-americana e amazônica. A modernidade e a racionalidade, guiadas diretamente pela visão linear de progresso, promovem uma hierarquização dual, por meio de categorias, como afirma Quijano, que nos imprimem uma violência no olhar

³⁷¹ Disponível em <https://seedrrblog.wixsite.com/seed/plano>. Acesso em 14 out de 2020.

ao diferente, uma ordem que divide Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno (QUIJANO, 2005).

Essas classificações sedimentam a exploração e “justificam” as desigualdades.

A prática dessa hierarquização dualista alimenta interpretações de baixa empatia e a não valorização de outras formas culturais, práticas e saberes. No processo de colonização se “descobriu” um grande número de povos, com culturas, memórias e identidades particulares. Os mais conhecidos podemos citar: Maias, Incas, Astecas e Chimus. Posteriormente todos esses povos foram reduzidos a uma única identidade: índios, imprimindo a estes um valor colonial, racial e negativo. (QUIJANO, 2005, p.15).

A limitação das identidades originárias de Abya Yala e África refletem as metodologias construídas na instituição escola. Esse espaço passa a ser o ambiente de direcionamento desses ideais colonizados. A interculturalidade surge aqui como um caminho de ruptura, uma fissura aberta dentro de um sistema que busca a homogeneização. Um caminho para *sembrar* alternativas na construção social e educacional dos nossos sujeitos Latino-americanos.

Catherine Walsh (2017), importante pedagoga dos estudos decoloniais, utiliza as abordagens de Maldonado-Torres, para apontar o indeclinável movimento de construção de ressonância dos gritos e *grietas* decoloniais, ressoando a voz ativa na política, na cultura e na educação.

Los principios del giro de-colonial y la idea de de-colonización se fundan sobre el “grito” del espanto del colonizado ante la transformación de la guerra y la muerte en elementos ordinarios de su mundo de vida, que viene a transformarse, en parte, en mundo de la muerte, o mundo de la vida a pesar de la muerte [...]. Son muchos los tipos de intervenciones críticas de los colonizados/racializados [...]. La orientación fundamental de este tipo de intervenciones, y la actitud correspondiente, se remiten al espanto y al grito de la subjetividad viviente y donadora frente a la modernidad/ colonialidad (Maldonado-Torres, 2007: 159-160 apud WALSH, 2017, p.25).

Ainda conforme a autora não se trata de gritar pelos indígenas, negros, mulheres e etc, O movimento preterido é o de escutar e fazer ouvir esses saberes outros nos mais diversos campos, ressoando de forma relacional com a luta empenhada em conjunto e com a voz ativa desses sujeitos (WALSH, 2017).

A colonialidade de poder conduz, então, a uma reflexão sobre a interculturalidade que nos propósitos deste artigo se volta para o ambiente escolar e que recebe as

contribuições dos estudos sistematizados de Vera Candau, pesquisadora da educação intercultural.

Falar em interculturalidade pressupõe a afirmação de diferenças. No contexto de uma sala de aula é possível contemplar diferenças de gênero, nações, de caráter religioso, de orientação sexual, diferenças étnicas, além de diferenças internas às múltiplas formas de expressão. Na esteira das diferenças, os preconceitos e discriminações e outras tantas formas de violência que interferem no processo de ensino-aprendizagem e nas relações socioculturais..

Candau (2012, p. 237) afirma a necessidade de inserir “o reconhecimento e à valorização das diferenças culturais em contextos escolares”. Tal urgência se ramifica, portanto, para os conteúdos de diferentes disciplinas, currículos e práticas pedagógicas, uma vez que a afirmação da diferença está entre os sujeitos da aprendizagem. Assim, diferente da interculturalidade funcional que é incorporada pelo discurso oficial dos estados e que tem por objetivo a harmonização e o equilíbrio da vida social, conformando os grupos subalternos à cultura hegemônica, a interculturalidade crítica parte

[...] da afirmação de que a interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, o que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados (CANDAU, 2012, p. 244)

Considerando as formas seculares de hierarquização e classificação que são construídas nos mais diversos cenários da vida social, o mais recorrente tem sido o contexto escolar se converter em um ambiente de proliferação de preconceitos e violência contra os que são considerados diferentes, estigmatizados por uma posição de inferioridade.

Diferentes são aqueles que apresentam baixo rendimento, são oriundos de comunidades de risco, de famílias com condições de vida de grande vulnerabilidade, que têm comportamentos que apresentam níveis diversos de violência e incivilidade, os/as que possuem características identitárias que são associadas à “anormalidade” e/ou a um baixo capital cultural. Enfim, os diferentes são um problema que a escola e os educadores têm de enfrentar, e esta situação vem se agravando e não sabemos como lidar com ela. Esta é a tônica que predomina nos relatos dos educadores. Somente em poucos depoimentos a diferença é articulada a identidades plurais que enriquecem os processos pedagógicos e devem ser reconhecidas e valorizadas (CANDAU, 2014, p 239)

Diante desses apontamentos e em articulação com as categorias de interculturalidade e colonialidade do poder, é possível indicar, em síntese, que há um vigoroso processo constituído por múltiplos arranjos culturais no Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara na cidade fronteira de Bonfim, em Roraima, pelas próprias condições de formação de diferentes grupos socioculturais (professores, alunos e corpo pedagógico administrativo) em intensos contatos que dinamizam as culturais identitárias (brasileiros, estrangeiros, migrantes, indígenas e não indígenas).

No entanto, o cenário multicultural não implica numa realidade de educação intercultural. A perspectiva intercultural crítica de-colonial demanda um conjunto de práticas de construção do conhecimento e da valorização das diferenças que não encontra correspondente, de forma preliminar, nas leituras e pesquisas passadas em revisão neste artigo. A Cemeja, por mais que seja constituída por diferentes grupos socioculturais, não indica, especialmente considerando a sua recente fisionomia militarizada, alterar a matriz de seu planejamento pedagógico.

Esse estudo inicial aponta para o predomínio de característica de funcionamento da escola que não se distancia do longo alcance do exercício da colonialidade do poderes ambientes. Como afirma o antropólogo Patricio Guerrero Arias a colonialidade

[...]Es una realidad de dominación y dependencia a escala planetaria y universal, que sobrepasó el periodo colonial, se mantuvo en el periodo de surgimiento de los Estados nacionales y continúa operando en la actualidad con el capitalismo global-imperial (ARIAS, 2010, p.85).

A recente militarização entra como uma modalidade de compreensão educacional aportada nas bases hierarquias e homogeneizadoras, pois como afirma Vera Candau, valendo-se de Forquin,

Um ensino pode estar endereçado a um público culturalmente plural, sem ser, ele mesmo, multicultural. Ele só se torna multicultural quando desenvolve certas escolhas éticas ou políticas. Isto é, se na escolha dos conteúdos, dos métodos e dos modos de organização no ensino, levar em conta a diversidade dos pertencimentos e das referências culturais dos grupos de alunos a que se dirige, rompendo com o etnocentrismo explícito ou implícito que está subentendido historicamente nas políticas escolares ‘assimilacionistas’, discriminatórias e excludentes (FORQUIN, 2000, p.61. Apud CANDAU, 2012, p.76).

O conceito de corazonar as epistemologias, construído por Arias (2010), é trazido em tela para refletir a construção de saberes em outras matrizes, decoloniais, pela prática do fazer sentir. Pois uma das formas mais perversas que a colonialidade do poder e do ser

nos imprime, é a negação da afetividade no conhecimento, ao fragmentar a dimensão humana em nome da razão cartesiana (ARIAS, 2010, p. 84).

Enfim, a construção de uma educação intercultural crítico de-colonial compartilha a razão com o afeto, pois sabemos hoje que existimos não só porque pensamos, mas porque temos a capacidade de amar (ARIAS, 2010). Uma consideração valiosa em direção ao desenvolvimento da habilidade de reconhecer e valorizar o outro em suas diferenças, especialmente nesse contexto de pandemia e do agravamento das contradições regionais e das assimetrias sociais. De modo que não somente se tenha a clara consciência das diferenças culturais, mas que saibamos, de fato, apreciá-las.

Bibliografia:

ARIAS, Patricio Guerrero. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existência. Calle14: revista de investigacion en el Campo del arte, Bogotá, Colômbia, vol. 4, número 5, 2010, pp. 80-94

CANDAU, Vera. *Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos*. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012.

CANDAU, Vera. Didática crítica intercultural: aproximações. Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17 edição, 1987.

FORQUIN, J-C. Escola e cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artmed, 1993.

KRENAK, Ailton. O amanhã não está a venda. Companhia das Letras. 2020

MARTINO, Gildete Nunes de Sousa. Educação na fronteira: desafios e perspectivas da educação escolar na fronteira Brasil-Guiana. Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. UFRR, 2016.

_____, Gildete Nunes de Sousa; SOUSA, Ana Lúcia de. Os desafios da educação na fronteira Brasil/Guiana. In: Além das fronteiras e da interdisciplinaridade dos temas amazônicos. Org: Maxim Repetto. Boa Vista. Rev, Sociedade & Fronteira, vol.3, 2018, p. 39-61.

OLIVEIRA, Reginaldo. A presença holandesa na Amazônia Caribenha entre os séculos XVI e XVII: da Costa Selvagem ao rio Branco. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes &

IFILL, Mellissa (Orgs.). *Dos Caminhos Históricos aos Processos Culturais entre Brasil e Guyana*. Boa Vista-RR: EdUFRR, 2011a.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina in: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2005

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, M.P (orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CIES, 2009.

SANTOS, B. de S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. RJ: civilização brasileira, 2003;

SANTOS, Everton José Gomes dos. *Estudantes guianenses na escola em Bonfim: identidade em construção* / Everton José Gomes dos Santos. – Boa Vista, 2019.

LUTAS E CONQUISTAS FEMININAS EM UM COTIDIANO MARCADO POR VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL ATUAL

*Joseângela Oliveira Santana*³⁷²

RESUMO: A situação atual das mulheres frente a sociedade e mercado de trabalho no Brasil, não é fácil, não que tenha sido algum dia, porém as desigualdades são cada dia mais marcantes. As mulheres sempre trabalharam, quer nas tarefas domésticas ou na complementação da renda familiar, no entanto seu trabalho sempre foi visto como secundário e menos importante que o do homem. As desigualdades entre homens e mulheres sempre foram um forte motivo para as lutas feministas em busca por seu lugar não como uma auxiliar dos homens, mas como donas de sua própria história. O feminismo e suas ondas mostram a forte consciência das mulheres para lutarem para conquistar e permanecer nos seus espaços. A violência seja ela física ou simbólica também estão presentes nesse cenário de luta e não só para as mulheres, mas para transexuais, lésbicas, travestis, negras e pobres. A cada característica a mais em relação ao gênero, raça e classe social a violência se torna mais forte e evidente. A questão de gênero amplia as discussões sobre igualdade, uma vez que o gênero é uma construção social.

Palavras-chaves: *Mulheres. Desigualdade. Violência de gênero.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa discutir as vivências femininas nos variados cenários de produção social, bem como sua participação em movimentos para permanecer no mercado de trabalho, apresentando suas dificuldades em relação ao cotidiano do lar e atividades relativas aos filhos. Apresenta as desigualdades entre homens e mulheres em várias esferas sociais, marcadas por uma sociedade patriarcal e machista que designou o homem como superior e dono das mulheres, dos filhos, dos saberes e dos poderes tudo isso na esfera pública e privada sendo motivadora, muitas vezes da violência contra as mulheres, seja essa violência física, ocorrendo no meio doméstico ou mesmo a “violência simbólica” por meio de estereótipos, preconceitos e discriminações que chegam a ser naturalizados muitas vezes até pelas vítimas.

³⁷² Mestranda em História pela Universidade Estadual de Goiás-UEG. E-mail: profjoseangela@hotmail.com Orientador: Dr. Hamilton Afonso de Oliveira.

Relata ainda as desigualdades de gênero expressas desde as revoluções e avanços do feminismo, bem como na ocupação feminina do mercado de trabalho como mão-de-obra complementar e secundária em relação a masculina, sendo essa uma motivação para justificar seus baixos salários. Relatando as marcas sociais expressas na sobrecarga do trabalho doméstico, do ponto de vista que a mulher não está dispensada das funções do lar, mesmo ela dividindo com o parceiro as despesas da casa, ainda recai sobre ela todas as funções domésticas, do lar e cuidados com os filhos ou idosos e doentes. De forma que se ela por algum motivo não pode realizar essas atividades é ainda a responsável pela administração das mesmas, terceirizando esse trabalho que será realizado por uma outra mulher, que geralmente quando saem de casa para trabalhar também é em atividades domésticas.

A condição das mulheres na sociedade brasileira

Igualdade é uma busca muito antiga das mulheres, já durante a Revolução Francesa as mulheres lutaram lado a lado com os homens por igualdade, porém ao final das lutas perceberam após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento culminante da revolução e que define os direitos individuais e coletivos dos homens como universais, que a igualdade entre os cidadãos não incluía as mulheres. A partir disso Olympe de Gouges, que foi uma dramaturga, ativista política e abolicionista francesa, escreveu em 1791 a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, documento que mostrava que as mulheres haviam sido esquecidas pela revolução no tocante à liberdade e igualdade.

Todavia, a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão cujos interesses residiam, de um lado, na eliminação dos privilégios feudais e, de outro, na manutenção das regalias masculinas. Em outros termos, a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina. Frustram-se pois os esforços de Olympe de Gouges e ela encontra a morte no cadafalso. (SAFFIOTI, 1976: 58)

Olympe de Gouges terminou sendo guilhotinada, porém o desejo de liberdade e igualdade feminina não morreu com ela, muitas mulheres continuaram lutando, porém mais de dois séculos depois da Revolução Francesa a luta continua como um processo que avança e retrocede ao mesmo tempo, como se fosse tão natural e ainda hoje no século XXI as mulheres buscam manter a igualdade.

Em 2019, o nível de ocupação de mulheres de 25 a 49 anos vivendo com crianças de até 3 anos de idade foi de 54,6% e o dos homens foi de 89,2%. Em lares sem crianças nesse grupo etário, o nível de ocupação foi de 67,2% para mulheres e 83,4% para homens. As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7% em 2019. Em relação a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, as mulheres dedicaram quase o dobro do tempo que os homens: 21,4 horas contra 11 horas semanais. A proporção em trabalho parcial (até 30 horas semanais) também maior: 29,6% entre as mulheres e 15,6% entre os homens. (IBGE, 2021)

Dessa forma, vemos que para as mulheres são maiores as dificuldades em relação ao mercado de trabalho devido às funções do lar e da maternidade destinadas a ela desde sempre, segundo os dados acima em lares com crianças menores de 3 anos as mães encontram-se sem ocupação, uma das dificuldades encontradas por essas mães é ausência de creches para os filhos, isso ainda é uma realidade no Brasil. Com as desigualdades no país não param por aí mães de classe mais elevada pagam creches particulares para manter seus filhos enquanto trabalham.

Mesmo as mulheres de classe média que podem pagar e terceirizar as atividades domésticas, é dela ainda a responsabilidade por sua administração, mesmo trabalhando fora de casa e arcando também financeiramente com as despesas da casa ela não está dispensada do serviço doméstico, portanto se não é ela que faz, ela paga outras mulheres para realizarem essa atividade. Diante das informações apresentadas pela mesma fonte de dados, percebemos que para os homens o resultado é diferente, vistos como provedores do lar, seu trabalho entra nas despesas domésticas com primordial, então homens que vivem em lares onde há crianças de até 3 anos de idade, a maioria desses homens estão ocupados.

Para os homens o trabalho é visto em primeiro lugar e o tempo que sobra para ele geralmente é gasto em outras atividades e não são atividades domésticas ou o cuidado com os filhos, muitas vezes esse tempo ocioso é dedicado ao lazer, ao futebol com os amigos, um encontro no bar para um bate-papo descontraído, diferentemente das mulheres que gastam um tempo bem maior cuidando do lar e dos filhos, mesmo em “tempo livre”, por isso, sua mão-de-obra é secundarizada, justificando sua baixa remuneração. A questão sexual não é o único fator discriminatório na sociedade brasileira, por isso para as mulheres negras essas questões se tornam mais difíceis e envolvem também questões raciais como mostra nos dados já apresentados acima.

Feminismos e a busca por conquistas pelas mulheres

O feminismo é uma expressão da continuidade das lutas femininas ao longo dos anos, apresentando-se em ondas e debatendo pautas atuais para cada momento e necessidade. Para Michelle Perrot “em sentido muito amplo, “feminismo”, “feministas” designam aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos.” (PERROT, 2019: 154).

O feminismo nem sempre goza de boa reputação. Muitas mulheres se defendem, como se fosse uma ruga no rosto: “Eu não sou feminista, mas...”, dizem algumas conscientes, apesar de tudo, do que elas devem a esse movimento. A esses movimentos, deveria eu dizer, de tanto que o feminismo é plural e variado (PERROT, 2019: 153-154).

Podemos ver que havia preconceito em relação ao feminismo e as feministas, questionaram-se sobre sua infelicidade e se eram mal amadas, ou se queriam ser iguais aos homens, dessa forma muitas mulheres tinham receio de assumir que eram feministas ou que concordavam com suas reivindicações, até porque traziam questionamentos de todas as mulheres, em ondas e formas diferentes foram sendo discutidas pautas que alcançavam no mínimo os anseios da maioria das mulheres.

A primeira onda do feminismo se deu durante o século XIX e início do século XX em todo o mundo, o que marcou esse primeiro período de atividade feminista foi a reivindicação por direitos iguais de cidadania como educação, divórcio, propriedades e posses de bens e outros, além da luta sufragista pelo direito ao voto feminino, que aconteceu em vários países de forma gradativa. No Brasil o voto feminino foi definido pelo Código Eleitoral de 1932 somente para as mulheres que possuísem formação acadêmica, incorporado à Constituição de 1934 quando foi regulamentado no governo Vargas. O movimento decisivo para a conquista do voto pelas brasileiras chegou com Bertha Lutz, liderança dos ideais sufragistas que fundou em 1922 a Federação pelo Progresso Feminino.

Já a segunda onda do feminismo, é continuidade da primeira onda, compreendida entre as décadas de 1960 e 1980 e ganhou o slogan “o pessoal é político”, as feministas nesse período preocupavam-se especialmente com o fim da discriminação e a completa igualdade entre os sexos. A terceira onda do feminismo tem início na década de 1990 enfatiza a percepção de que as mulheres são de “muitas cores, etnias, nacionalidades, religiões e origens culturais.” Expandindo os temas feministas para incluir um grupo

diversificado de mulheres com identidades variadas. Não vamos entrar em detalhes nesse trabalho sobre os tipos de feminismos, porém ressaltar que além das ondas feministas também apresentaram-se variados feminismos, como o feminismo marxista, feminismo radical, feminismo abolicionista e outros, tão importantes para as lutas e conquistas das mulheres ao longo dos tempos.

Atualmente fala-se de uma quarta onda do feminismo, que estaria ligada às tecnologias e caracterizado pelo uso das redes sociais, além de blogs que contestam violências de gênero. Outra questão para esta onda do feminismo é a incredulidade quanto a persistência de fatos que continuam acontecendo com as mulheres, como violências e discriminações.

Apesar de anos de luta elas permanecem e muitas são permeadas por atitudes persistentes. O uso das redes sociais, que muitas vezes não dá cara às pessoas, encoraja muitas homofobias e discriminações, dá uma maior mobilidade e a agressão pode se espalhar muito rapidamente assim como o dano dessas agressões às vítimas. Existem algumas delegacias especializadas em crimes cibernéticos, porém os crimes mostram o quanto o preconceito é destruidor e que as redes sociais nesse contexto possuem um poder que invade as vidas das pessoas, lembrando-as que existe um padrão social e que não se encaixar a ele será no mínimo incômodo.

As discriminações aos grupos minoritários, não em número no caso do Brasil, mas em privilégios, possui também baixa representatividade política, mesmo sendo as mulheres a maioria das eleitoras no Brasil, o que pode constatar que nem mesmo esse grupo busca mudança diante desse cenário ou ainda não há essa consciência.

De acordo com pesquisa do IBGE, apesar de as mulheres serem maioria na população brasileira e mais escolarizadas, somente 16% dos vereadores eleitos no país em 2020 foram mulheres. Comparado com 2016, houve aumento de menos de 3 pontos percentuais. (IBGE, 2021)

Dessa forma, podemos notar que não é a escolaridade o fator que dificulta a ascensão feminina no mercado de trabalho, pois as mulheres têm um maior nível de escolaridade que os homens, segundo a pesquisa. As mudanças no cenário brasileiro estão ocorrendo, porém muito modestamente se considerarmos o início das lutas e que elas nunca pararam.

De fato percebemos que é necessária uma maior representatividade feminina, principalmente na política, por serem as mulheres maioria de eleitoras ainda não possuem uma representatividade equivalente, mesmo boa parte tendo consciência de sua extrema

necessidade. As lutas são constantes, e é intrigante o fato de persistimos nas mesmas lutas por igualdade, claro que muitas foram as conquistas diante das revoluções das mulheres em busca de igualdades desde seu início. E essas lutas existem porque as mulheres ainda hoje assim como no início das lutas são consideradas como “o outro”.

As mulheres entram no mercado de trabalho

Na segunda metade do século XVIII, a Revolução Industrial foi um marco para o trabalho da mulher no mundo da fábrica, importante separação entre trabalho doméstico e trabalho remunerado fora do lar. A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril, inserida na dinâmica produtiva, a mulher passou a ser obrigada a cumprir jornadas de até 17 horas de trabalho em condições insalubres e ainda eram submetidas a humilhações e salários inferiores aos dos homens. As mulheres passaram a organizar manifestações operárias reivindicando principalmente a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias.

Foi a industrialização que colocou a questão do trabalho das mulheres. A manufatura, a fábrica, eram uma mudança perturbadora, mais aguda para elas do que para seus companheiros. Como conciliar o trabalho doméstico, sua tarefa mais importante, com as longas horas na fábrica? (PERROT, 2019: 119)

Além disso, mão-de-obra feminina era preferida por ser mais barata e elas foram acusadas pelos homens de roubarem seus postos de trabalho. Segundo Saffioti “o processo de industrialização e de urbanização concentravam nas áreas urbanas numerosos problemas sociais dentre os quais surgia, de modo explícito o problema da mulher.” (SAFFIOTI, 1976: 36). Às mulheres cabia cuidar da prole, dos afazeres domésticos e do trabalho remunerado. Essas dificuldades em cuidar dos filhos, das atividades domésticas e do trabalho remunerado, levou as mulheres a lutarem por escolas e creches para seus filhos.

Vemos dessa forma que para as mulheres tudo sai muito caro dentro da esfera capitalista, não restando escolha para aquelas que trabalham fora de casa, pois não são dispensadas de suas atividades domésticas e sentem-se obrigadas a produzir tanto quanto as que não tem filhos, por exemplo, para que sua possível falta de produção não seja atribuída a maternidade.

Observamos que diante da necessidade cada vez maior de produção para esse sistema capitalista nascem estereótipos que não parecem negativos a mulher, porém a oprimem como outro qualquer. A sociedade atual vem ressaltando a existência de uma “supermulher”, uma “mulher maravilha”, ela dá conta de suas atividades domésticas, cuidar da prole, cumpre sua agenda referente ao trabalho remunerado e precisa apresentar-se sempre linda, saudável, forte e corajosa. As propagandas de cosméticos, produtos de beleza em geral, comidas fitness massacram sua existência, ela não falha, não erra nunca e se cobra, para manter-se impecável e cada vez mais profissional. Todas essas investidas de propagandas e frases bonitas e encorajadoras para essas supermulheres não passam de dispositivos de controle criados pela sociedade para assegurar a produtividade do indivíduo em questão.

Igualdade e desigualdade de gêneros

Para Heleieth Saffioti, “rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. E através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto socialmente construída.” (SAFFIOTI, 1987: 10) Também chamada de igualdade sexual, a igualdade de gênero é considerada a base para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e discriminações. Essa igualdade de gêneros significa que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos e deveres. A Constituição Federal assegura que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988: 13)

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” — a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o sexo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1990: 7)

Vemos que igualdade de gêneros é uma busca social muito antiga, porém não alcançada atualmente, pois a sociedade brasileira ainda é tão marcada pelo patriarcalismo e o machismo, em questão falamos especificamente do Brasil, porém isso não quer dizer

que essas diferenças também não estejam presentes em outros países, só não vem ao caso nesse estudo.

A fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. (CARDOSO, 1997: 402)

Como construções sociais entram os interesses das mulheres negras, das mulheres lésbicas, mulheres transexuais, mulheres pobres, constituem uma variedade também de grupos, que não são homogêneos e apresentam suas peculiaridades.

A maioria das sociedades são patriarcais e assim seus sistemas já construídos favorecem aos homens, que ficam numa posição de superioridade em relação às mulheres. Tanto os homens quanto as mulheres são produto do meio, por isso sua condição é variável. Nascer homens e mulheres não significa que seja essa a constituição social, não necessariamente se comportam homens como homens e mulheres como mulheres. Podem adotar e conviver com outros nomes e não vestir-se como pede a sociedade, que busca controlar seus indivíduos. Vemos então que gênero dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres incorporando a dimensão das relações de poder.

Gênero e violência

A Lei nº 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, foi um marco importante no enfrentamento das violências cometidas contra as mulheres no Brasil, mesmo que não seja ainda uma garantia de que elas terão fim, contudo já trazem benefícios para as vítimas que antes não existiam, visto que os agressores são geralmente pessoas que convivem com as vítimas.

Essas violências não são apenas físicas, atualmente convivemos com a “violência simbólica” que é um tipo de violência que vem ocorrendo com frequência e é uma violência que passa despercebida, porque tornou-se “natural” e ocorre através de preconceitos e estereótipos. Esse tipo de violência simbólica é geralmente empregada através de um poder também simbólico. Para Pierre Bourdieu: “O poder simbólico não

pode se exercer sem a colaboração dos que são subordinados e que só subordinam a ele porque o constroem como poder.” (BOURDIEU, 2002 : 49).

Até pouco tempo a violência contra as mulheres era vista como “natural”, algo “normal”, tanto pelos homens quanto pelas próprias mulheres, por ter essa violência raízes nos costumes e valores da nossa sociedade histórica e culturalmente machista e patriarcal. Não são apenas as mulheres, mas também lésbicas, transexuais e travestis vítimas de violência.

Enquanto mulheres são vítimas de 67% das agressões físicas no Brasil, o cenário de vulnerabilidade é ainda maior para trans e travestis. A própria residência é o lugar mais perigoso para elas (como para a maioria das mulheres), segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan, parte do Ministério da Saúde), compilados pelo **Mapa da Violência de Gênero**. Neste local, entre 2014 e 2017, foram cometidas 49% das agressões a esse grupo. (Gênero e Número, 2019, on-line)

Dessa forma podemos entender que a vulnerabilidade desses grupos ocorre também dentro de suas casas, locais onde eles deveriam estar seguros, porém sofrem violência assim como fora do lar. A sociedade em questão já está adaptada a controlar as mulheres pelos homens. De forma que esse controle se estende também aos transexuais e travestis, ou seja, à todos que representam uma minoria em privilégios e direitos no Brasil.

Dia 29 de janeiro marca o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Apesar da data, não há o que comemorar, o Brasil está no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de **transgêneros**. De janeiro a setembro de 2018, foram assassinadas 369 pessoas trans. no mundo, apenas por serem transexuais, segundo dados do projeto Trans Murder Monitoring. Deste total, 45,3% (167) das mortes foram no Brasil, a maioria das vítimas eram mulheres trans e travestis negras, trabalhadoras sexuais e indígenas. (EXTRA CLASSE, 2019).

Em se tratando de construções sociais, homens e mulheres, biologicamente não necessariamente carregam essas identidades sociais. O não controlar os indivíduos pode resultar em tantos casos de homofobia e violência. Mulheres e homens são educados de forma diferente em várias esferas da sociedade. O corpo feminino que “decide” vestir-se como homem ou assumir nome masculino e vice-versa, pode incomodar em demasia uma sociedade que está preocupada em controlar seus indivíduos dentro de uma dinâmica que um sempre é superior ao outro, o novo incomoda até por não se saber a dimensão que pode alcançar. “Em junho, o Supremo Tribunal Federal permitiu a criminalização da

homofobia com base na Lei do Racismo. Trata-se de uma decisão provisória, pois a decisão vale enquanto o Congresso não legislar sobre o tema.” (FUNDAÇÃO FHC, 2019)

Vemos que diante das desigualdades a população LGBT sofre mais com as discriminações, o Estado ainda é omissos em relação a esse grupo, sem as leis específicas esse grupo termina sendo lesado em relação as punições de crimes cometidos contra eles. Recentemente a criminalização contra a homofobia foi permitida pela Lei do Racismo, mas não existe uma legislação própria. O judiciário parece agir de acordo com o que vai ocorrendo na sociedade, não estava preparada para tais processos sociais. Não porque nunca existiram esses grupos, mas talvez por ser mais fácil decidir que a população seria composta por homens e mulheres, até chegar a um ponto de não poder mais ignorar uma existência, pois essa liberdade há muito tempo estava sendo violada.

Subordinação além do sexo/gênero

A sociedade não está dividida entre homens e dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira. (SAFFIOTI, 1987: 16)

Vemos que a questão da dominação masculina mesmo apresentando várias formas, não é a única forma de dominação social. As divisões de classes e as questões raciais legitimam a dominação de uns grupos sobre os outros. O capitalismo como sistema vigente desde os seus primórdios explora a mão-de-obra de um grupo pelo outro, que com a Revolução Industrial explora o trabalho assalariado possibilitando a concentração de riquezas de um determinado grupo.

A sociedade brasileira não é estruturada apenas como um único princípio o patriarcado, mas também as classes que são desiguais quanto às oportunidades e representam outra forma de dominação, considerada legítima agrega-se ainda a raça e etnia.

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. (SAFFIOTI, 1987: 11)

As sociedades capitalistas estão divididas em classes sociais, formando-se de forma a hierarquizar e separa as pessoas em classes sociais, geradas por uma distribuição desigual de riquezas, saber, poder e prestígio contribui para promover a discriminação social de grupos menos favorecidos. Somados ao racismo que exclui pessoas do acesso a riquezas e ao poder, sendo responsáveis por sua exclusão social. Criam também mitos depreciativos ao outro, além de reforçar sua condição de inferioridade social. Segundo Saffioti “quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições por baixos salários.” SAFFIOTI, 1987: 23)

Então percebemos que para as mulheres negras e pobres as dificuldades são além, não são iguais às das mulheres brancas. A raça ainda é um papel relevante na conservação do domínio do homem branco, sobre as minorias. Quanto mais características consideradas inferiores uma mulher reúne mais dificuldades ela encontra socialmente ou no mercado de trabalho. A vida de uma mulher branca em relação a vida de um homem branco é difícil, porém se ela é negra, pobre e transexual, suas dificuldades serão triplamente difíceis.

Discutir sobre o assunto não é necessariamente encontrar soluções, mas chamar a sociedade a pensar sobre assuntos que despertam muitos incômodos por já estarem assim definidos. Todos os cidadãos, embora acreditando que para o masculino as amarras impostas as mulheres são muito benéficas, devem insistir nas igualdades de direito, elas expressam uma negação a um sistema tão atrasado que limita também os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas das mulheres para conquistar e permanecer ocupando cargos políticos ou no mercado de trabalho não são atuais, elas vêm desde a Revolução Francesa, até mesmo antes, porém as conquistas ainda permanecem tão necessárias, por não significarem garantia para todas as mulheres em seus grupos não homogêneos.

As mulheres superaram os homens em relação ao nível de escolaridade, porém ainda recebem menos para ocupar os mesmos cargos que eles, o que denuncia a desigualdade em relação ao gênero explícita muitas vezes através de estereótipos e preconceitos que inferiorizam as mulheres, bem como as violências vivenciadas por tantas delas seja física ou simbólica, ainda fazem parte do cotidiano de mulheres cada vez mais cultas e em qualquer classe social.

No mercado de trabalho as mulheres sofrem pressões diante de uma sociedade capitalista que leva em consideração a produção mais do que quem a produz, quem não é dono dos meios de produção é explorado por ele, nesse caso, as mulheres não são as únicas, estão nesse grupo os negros, homossexuais e outros grupos vulneráveis. No trabalho ainda estão tão marcadas as violências simbólicas cheias de racismo, estereótipos e preconceitos de toda forma para tentar inferiorizar os grupos que não fazem parte dos privilegiados, geralmente machos brancos.

Socialmente as diferenças ainda não são aceitas e de acordo com a visão de uma sociedade histórica e socialmente marcadas pelo machismo patriarcal até os grupos desprivilegiados por não se “enquadrarem” aos padrões dessa sociedade aceitam muitas formas de discriminação por terem absorvido como “normais” e “naturais”. As discriminações estão expressas desde o Estado até na esfera familiar, existe um controle de um grupo que é determinado como superior aos outros, essa superioridade além de fortemente marcada pelo poder do homem sobre mulher vai além, chegando às questões também de classe e raça.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Branca Moreira & PINTAGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 11.340, **Lei Maria da Penha**, de 7 de agosto de 2006.

CARDOSO, Ciro. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). “Capítulo 12: História das Mulheres”. In: __ **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CORREIO DO POVO. <https://www.correiodopovo.com.br>. **Ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos, diz IBGE**. de março de 2021.

EXTRA CLASSE. <https://www.extraclasse.org.br>. **Brasil registra mais de 45% dos assassinatos de transexuais no mundo**. Jan. 2019.

FARIA, Nalu & NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1997.

FUNDAÇÃO FHC. <https://fundacaoofhc.org.br>. **Homofobia: A criminalização é o melhor caminho para reduzir o preconceito e a violência?** 24 de jun. 2019.

GÊNERO NÚMERO MÉDIA. <https://www.generonumero.media/maior>. **Violência contra mulheres trans e travestis começa em casa e continua de fora**. 28 de nov. 2019.

IBGE. <https://www.ibge.gov.br>. **Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2021

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história, Mulheres, operários e prisioneiros**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação Realidade. 16 (2). Porto Alegre: jul/dez. 1990.

SOIEHT, Rachel; SOARES, Rosana; COSTA, Suely Gomes. **A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia**. Revista Gênero, Niterói (RJ), v. 2, n. 1, 2001, pp. 7-30.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n° 54, 2007, pp. 281-300.

EXPERIÊNCIA E APRENDIZAGEM HISTÓRICA: QUANDO O AUDIOVISUAL E O PATRIMÔNIO SE ENCONTRAM NA ESCOLA

Juliana Ribeiro Marra³⁷³

RESUMO: O texto busca analisar como narrativas audiovisuais podem ser reais condutoras do processo de produção de conhecimento e aprendizagem histórica. Ao mesmo tempo, busca-se jogar luz sobre a primeira etapa do aprendizado histórico (RÜSEN, 2010), qual seja, a experiência. Muitos estudiosos pontuaram a relação entre o cinema e a experiência, porém aqui, voltamos o foco para sua função na etapa da produção audiovisual, permitindo estendê-la ao ensino de História. Partindo do pressuposto de que as mídias visuais devem ser entendidas enquanto obra ou bem cultural, pois buscam um modo de pensar e uma leitura a se dar no tempo e no espaço, a diversidade dessas mídias proporciona, por sua vez, ampla variedade de apropriações e representações temporais e identitárias. Compreende-se também que “a história deve ensinar mais a partir de múltiplas perspectivas e deveria iniciar a partir das necessidades e experiências dos próprios alunos” (BORRIES, 2016, p. 171), de maneira que as narrativas audiovisuais parecem se configurar na atualidade, sobretudo após a situação pandêmica, como importantes aliadas no desenvolvimento do processo de aprendizagem histórica. Sejam elas relacionadas à história pública, com obras que enfocam a memória e o patrimônio, ou produções audiovisuais e digitais realizadas pelos próprios estudantes.

Palavras-chave: *Produção audiovisual estudantil; aprendizagem histórica; experiência; patrimônio.*

Introdução

Os processos de construções identitárias locais e a constituição do pensamento histórico na vida prática e cotidiana são investigados nessa análise a partir de experiências e projetos de ensino de História desenvolvidos a partir de narrativas audiovisuais e/ou digitais. Assim, partindo do conceito de cultura histórica, que amplia questões relacionadas à memória social e evoca outras formas de atribuição de sentido ao passado – como a arte e outras manifestações culturais (ABDALA JUNIOR, 2017), busca-se relacionar experiências de tempo, patrimônio, lugar e identidades vivenciadas e compartilhadas no audiovisual e na aprendizagem histórica.

³⁷³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Goiás. Orientador: Roberto Abdala Junior. Bolsista CAPES/DS. julianamarr@gmail.com

Com o objetivo de compreender como as narrativas audiovisuais podem ser integradas e até mesmo condutoras do processo de aprendizagem histórica, acabamos por nos deparar justamente com o papel da **experiência** nesse processo. Ela seria o ponto de partida – mas não necessariamente o ponto final, sobretudo a se considerar os anos finais da Educação Básica – dessa história/História a ser ensinada. Nesse sentido, as experiências vividas e compartilhadas do local e do regional se apresentariam como o caminho mais viável a tal projeto de ensino.

Segue-se então a hipótese de que, se “a história deve ensinar mais a partir de múltiplas perspectivas e deveria iniciar a partir das necessidades e experiências dos próprios alunos” (BORRIES, 2016, p. 171), as narrativas audiovisuais podem se configurar como importantes aliadas no desenvolvimento do processo de aprendizagem histórica. Sejam elas relacionadas à história pública, com obras cinematográficas que enfocam a história, a memória e o patrimônio, ou produções audiovisuais e digitais realizadas pelos próprios estudantes.

O cinema no ensino de História

Infelizmente, na contramão dessa proposta, vemos cada vez mais os conteúdos sobre o local e o regional serem subsumidos das escolas³⁷⁴ e, nesse mesmo sentido, é possível afirmar que

Na escola, nos materiais didáticos, nas propostas de intervenção pedagógica ainda temos, majoritariamente, uma relação operacional das áreas da Ciência com as linguagens da Arte. A obra de arte fica reduzida à dimensão dos recursos, apropriada pelo saber sistematizado produzido pelas ciências em todas suas áreas. E as ciências, por vezes, se colocam como superiores. Arte não é recurso. Os recursos, também historicamente condicionados, são os instrumentos, os aparelhos, as coisas que se usam para acessar e disponibilizar, por exemplo, Arte e Ciência. Um tratamento não operacional das relações entre Arte e Ciência na prática educativa reconhece, tanto a Ciência quanto a Arte, como fontes para a produção coletiva do conhecimento, objeto de problematização do mundo e desnaturalização da condição humana. (RIBEIRO, 2020, p. 31)

³⁷⁴ O professor e historiador Luís Fernando Cerri (UEPG) apresentou dados impressionantes nesse sentido na palestra “Função Empírica da Didática da História: o exemplo do Projeto Residente”, atividade realizada remotamente pelo iTemnp/PPGHIST em 25 de novembro de 2020 (Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=SSkKRX1mV5E&t=15s>>, acesso 29 jul 2021). Da mesma forma, a professora Miriam Bianca Ribeiro (2020, p. 34) apresenta: “Nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, isso nem mesmo compõe programas e diretrizes curriculares. Esse quadro foi agravado com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, que diluiu o pouco que existia sobre o local e o regional como conteúdos a serem trabalhados na escola.

Nesse sentido, entendendo e ensinando o cinema como Arte, podemos evoluir e começar a compreender as maneiras como a complexidade da linguagem audiovisual colabora para que os estudantes possam constituir não só experiências estéticas, mas também atuem como sujeitos produtores de cultura, conhecimento e pensamento histórico. Jorge Larrosa Bondía (2002) propõe um saber de experiência, sendo a arte possivelmente o campo mais significativo para que emergjam processos de subjetivação e socialização. No artigo intitulado “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”, o filósofo da educação,

propõe pensar-se a educação a partir do par experiência/sentido, contrapondo-se ao modo de pensar a educação como relação entre ciência e técnica, ou entre teoria e prática. (...) Afirma que o saber da experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana, singular e concreta” (BONDÍA, 2002, p. 168).

Ainda segundo o autor, mesmo que historicamente a escola tenha surgido com o papel de preparar pessoas para solidificarem um mercado onde o eixo central é o capital, a dinâmica atual da escola permite, em meio a protestos e resistências, possibilidades para incorporar outras demandas, inclusive a de contribuir para a alteridade dos sujeitos. É por esse viés que o educador argumenta a favor da experiência na escola e, conforme ele propõe, baseio-me também em minha experiência de ensino e pesquisa para defender que “o ensino [de história] na escola precisa basear suas práticas na promoção dessa experiência, e o cinema, assim como outras criações humanas, pode proporcionar esse acesso a ela” (ROCHA et al, 2020, p. 66).

A experiência seria, portanto, a condição fundante para aprofundar a linguagem cinematográfica em sala de aula, pois os procedimentos estéticos do cinema podem tornar visíveis planos e enquadramentos que normalmente passariam despercebidos. Supõe-se que o fato de os alunos serem convidados a construir imagens audiovisuais permita um protagonismo, nem sempre estimulado pela escola. É por meio de projetos diversos que se pode lançar mão dos meios audiovisuais na formação de crianças e jovens, contudo, para alcançarmos o tratamento não operacional nas relações entre arte e ciência na prática educativa, cumpre observarmos com os estudantes aspectos básicos do audiovisual, como história e linguagem. A partir disso, narrativas audiovisuais e digitais que possam trazer cotidianos, vidas e questões dos estudantes tornam-se realizáveis.

Há de se considerar que a tendência de conceber o cinema como invenção tecnológica que registra uma realidade, tal como se acreditava no início dos primeiros registros cinematográficos dos irmãos Lumière, ainda hoje encontra ressonância na escola. Observa-se que, embora o cinema esteja contemplado em vários momentos na escola, tem sido mais usado como um instrumento didático qualquer, como um meio de transmitir algum conhecimento e/ou como ilustração do mundo. Trata-se de um procedimento que pode produzir uma conteudização e didatização do discurso cinematográfico, gerando efeitos que negam a originalidade e a potencialidade do cinema. Conforme observa o cineasta, crítico de cinema e professor francês Alain Bergala (2007, p. 31-32), podemos falar de cinema de uma maneira muito simples, sem temores, desde que adotemos a postura de bem tratar nosso objeto de pesquisa/ensino, isto é, desde que abordemos o cinema enquanto Arte.

Experiência e História?

De uma determinada perspectiva historiográfica, é possível dizer que as operações que conferem sentido às experiências do tempo se efetivam em um campo de interpretação, do mundo e de si mesmo, que se configura no conceito de **cultura histórica**. Prosseguindo no diálogo com a historiadora e educadora Miriam Bianca Amaral Ribeiro, a autora esclarece que a cultura histórica “pode envolver a História como ciência, elaborada pelos historiadores, mas nos parece ultrapassar esse limite e se ocupar de elementos que estão dispersos, mas organizados sob uma identidade, um projeto, uma hegemonia, na vida social” (RIBEIRO, 2011, p. 15). Nesse sentido, existe um saber do passado que pertence ao indivíduo comum, que se desenvolve como conhecimento científico, mas também como manifestações e práticas sociais diversas, que são encontradas no cotidiano.

É também a partir desse olhar que compreendemos a ideia segundo a qual as mídias audiovisuais são performances, formas comunicativas, que devem ser encaradas como bem culturais e práticas sociais. Assim como outras linguagens da arte, as narrativas visuais e digitais privilegiam a experiência e, ao serem forjadas “pelos sujeitos e/ou agentes sociais e difundidos na cultura numa época definida (...), alimentam a cultura histórica e influenciam as memórias coletivamente compartilhadas” (ABDALA JUNIOR, 2017, p. 38). Desde a cultura histórica, crescem os processos sociais de “evocação do

passado”, pois todas as formas expressivas da cultura que atribuem sentido ao passado passam a ser consideradas em sua composição. A noção de cultura histórica amplia

(...) de forma significativa noções como as de memória coletivas e sociais, mais usualmente empregadas, de modo que essas e outras formas de evocação e atribuição de sentido ao passado – como historiografia, a arte e outras manifestações culturais – sejam contempladas por ela. (...) Sendo fiel a esse recorte teórico o objeto da análise deixa de ser o passado e converte-se nas formas de representação que estão em circulação na cultura que visam a infundir-lhe sentido (ABDALA JUNIOR, 2017, p. 41).

Nessa análise, compreendo que esse “pensar coletivo sobre o passado”, que ocorre no presente, compõe-se em um campo de disputa no qual as relações entre tempo passado e tempo presente emergem como componentes de um mesmo projeto. Porém, não se trata exclusivamente da escrita da história, mas de experiências de tempo e consciência histórica, a desenvolver-se na produção, circulação e recepção das mídias audiovisuais. Assim, tanto as análises dos autores em questão quanto a pesquisa aqui apresentada acabam por convergir rumo às pesquisas e conceitos consolidados pelo historiador alemão Jörn Rüsen, que vêm permitindo o aprofundamento do debate acerca da cultura, consciência e aprendizagem históricas, especialmente por trazer à luz suas dimensões política, estética e histórica.

Cumprе pontuar, portanto, como a argumentação teórica e conceitual do historiador acerca do ensino e aprendizagem de história vem se configurar como eixo central dessa pesquisa. Em linhas gerais, o aprendizado histórico é apresentado como um processo de mudança estrutural na consciência histórica que ocorre por meio do desenvolvimento da competência narrativa e pelo qual transformamos as maneiras pelas quais tratamos as experiências passadas. Na abordagem do autor, o processo de aprendizagem histórica é composto por três dimensões: experiência, interpretação e orientação.

A grande questão, em sua teoria, é demonstrar a necessidade da consciência histórica para tratar os valores morais e o raciocínio moral. Ela é um pré-requisito necessário na mediação entre valores e realidade orientada pela ação. Rüsen defende que a consciência histórica oferece “uma orientação que pode guiar a ação intencionalmente, através da mediação da memória histórica” (RÜSEN, 2010, p. 58), isto é, ela tem uma

função prática, na vida material e cotidiana que confere uma direção temporal à realidade. Assim,

A consciência histórica serve como um elemento de orientação chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do “curso do tempo” que flui através dos assuntos mundanos da vida diária. Essa concepção funciona como um elemento nas intenções que guiam a atividade humana, “nosso curso de ação”. A consciência histórica evoca o passado com um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente, e suas características temporais são, do mesmo modo, reveladas (RÜSEN, 2010, p. 56).

De maneira geral, historiadores interessados nas relações entre o cinema e a história defendem que o âmbito da questão da utilização de fontes audiovisuais na pesquisa histórica seja o discurso sobre o presente. Nesses estudos, chamam atenção para a importância em reconhecer esses meios em suas estruturas internas de linguagem, questionando a postura de pesquisadores que se enveredam pelo caminho fácil da análise textual, subestimando todo o código visual presente nas obras analisadas. Portanto, também para a História, a primeira decodificação de uma obra audiovisual deverá implicar na análise dos mecanismos formais específicos mobilizados por essa linguagem artística: enquadramentos, ângulos e movimentos de câmera, cor, sons, etc. Essa análise é, portanto, de natureza técnico-estética (NAPOLITANO, 2014; ROSSINI, 2006).

Contudo, é justamente a articulação dessa linguagem com as representações da realidade histórica ou social, materializada por meio dos códigos internos da obra, que vai interessar aos historiadores. Isso significa dizer que, ao articular a estrutura interna da linguagem com os mecanismos de representação da realidade em uma obra audiovisual, se torna possível ao pesquisador analisar uma dada experiência histórica e social afastando-se do “efeito de real”, frequentemente atribuído às imagens audiovisuais.

Nem suportes adicionais das fontes escritas, nem autenticação da realidade imediata, nem ilustração de contextos, as fontes audiovisuais constituem um campo próprio e desafiador, que nos fazem redimensionar a permanente tensão entre evidência e representação da realidade passada, cerne do trabalho historiográfico (NAPOLITANO, 2014, p. 280).

Lugar: espaço de experiência

Por outro lado, mas não tão distantes, as reflexões acerca dos processos de mudanças da paisagem e sociedade mundial desde a segunda metade do século XX permitem especificar as possíveis razões para o desenvolvimento do interesse pelo lugar

e pela preservação do patrimônio, cultural e natural. Por ser entendido como fenômeno da experiência, o lugar passou a ser fonte e expressão da diferença. Ele se configura como a particularidade e a conectividade com a qual é possível experimentar o mundo. Devido a essa característica, tornou-se apropriado abordar o lugar por meio de análises fenomenológicas, como espaço de confluência da experiência cotidiana, e sendo também como essa experiência se abre para o mundo. Em resumo, é por meio do lugar que cada um de nós, que os indivíduos e as sociedades se relacionam com o mundo – e é também onde o mundo se relaciona conosco (RELPH, 2012, p. 21).

A abordagem da chamada Geografia Cultural – que se desenvolveu no esteio dos Estudos Culturais – é contributiva para a compreensão das identidades no que se refere e as vinculam ao território habitado por determinado grupo. O território é o espaço onde as relações entre os indivíduos são estabelecidas por meio das relações de poder e pertencimento, destacando sua dimensionalidade vivida e representada e se caracterizando por ser o espaço utilizado para a experiência humana – se aproximando, nesse aspecto, do entendimento do lugar, sobretudo aquele proposto pelo geógrafo Yi-Fu Tuan (1983).

As práticas humanas e seus desdobramentos constituem referenciais que são territorializados por meio de símbolos, ritos, performances. Analisar os sistemas de projeção de um lugar ou de um conjunto de lugar implica reconhecer que as “imagens” ou modelos, as construções da realidade pelos atores, são instrumentos de poder. A representação passa a ser um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator.

Não se trata pois do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RASFFETIN, 1993, p. 147).

Assim, torna-se importante considerar que lançar mão de imagens – sobretudo em movimento, como as audiovisuais – para pensar a história e a memória e, portanto, também ensinar História, solicita uma reflexão acerca das relações que os indivíduos estabelecem com o lugar e, no caso de algumas mídias específicas, com o patrimônio cultural. Do ponto de vista do aprendizado histórico, torna-se importante considerar as experiências, apreendidas e compartilhadas, de tempo, lugar e identidades em narrativas

audiovisuais de caráter regional e nacional, com vistas a integrar não só a experiência, mas também as outras dimensões do processo de aprendizagem.

Retomando então a ideia de que as mídias audiovisuais devem ser entendidas enquanto obra ou bem cultural, considerando que buscam um modo de pensar o tempo e o espaço e uma leitura a se dar, nos mesmos, é possível começarmos a apreender a diversidade e possibilidades que esses meios proporcionam nessas experiências de ensino/aprendizagem.

O documentário estudantil “O vale da desigualdade”, de Gabriel Rodrigues e Kaio Régis³⁷⁵, foi realizado em 2018 tendo em vista o processo de desigualdade social no qual os próprios alunos estavam inseridos. Kaio, um dos estudantes realizador do filme, cuja montagem foi realizada por ele, é morador do residencial Vale dos Sonhos, em Goiânia-GO, bairro surgido ao final dos anos 1990 com o objetivo de legalizar uma ocupação habitacional na região leste da cidade. Os estudantes se dispuseram a refletir e representar sua realidade em contraste ao luxuoso condomínio Aldeia do Vale, vizinho ao residencial, mas que apenas o mesmo vale possuem em comum, embora dividido pela rodovia BR-153. O documentário dos estudantes é de grande qualidade, não apenas no que diz respeito à produção de conhecimento e pesquisa, seu objetivo primeiro, mas também no aspecto técnico e acreditamos ser umas das fontes audiovisuais mais ricas para o objetivo de investigar as relações entre o lugar, a memória, o patrimônio e a aprendizagem histórica.

Performances Culturais: interfaces entre o cinema, o patrimônio e o ensino de História

Muitos pontuaram a relação entre o cinema e a experiência, mas é importante abordar esse fenômeno não apenas do ponto de vista do espectador da obra cinematográfica, como também no âmbito do produtor da narrativa audiovisual. Nessa expansão, a experiência nos possibilita um debate em via aberta com um conceito

³⁷⁵ Entre 2017 e 2018 a autora do presente texto atuou como professora de História no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE/UFG), ocasião em que – além de desenvolver a disciplina eletiva História e Cinema em parceria com a professora e pedagoga Maria Alice Rocha Carvalho, na qual os estudantes foram convocados à produzirem curtas sobre a escola – orientou dois TCEM que apresentaram suas pesquisas em formato de mídia audiovisual, um filme documentário (O vale da desigualdade) e o outro uma ficção documental (Seja realista, exija o impossível, de Isadora Malveira). Os TCEM devem ser apresentados no terceiro ano do colégio, como requisito para a conclusão do ensino médio. O vale da desigualdade foi premiado no Festival Audiovisual Vera Cruz, Goiânia-GO, em 2019, tendo recebido os títulos de melhor filme do júri oficial e também do júri popular. O filme está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=GPKH549KcpM&t=1s>>, acesso 30 jul 2021.

metodológico que permite progredir tanto na análise do cinema e dos meios audiovisuais quanto do patrimônio e do lugar (local). As performances culturais, conceito essencialmente interdisciplinar, é também um procedimento metodológico que ressalta um aspecto específico da experiência social, a experiência estética. É, portanto, por meio da experiência que as performances culturais trazem para primeiro plano a forma, o movimento e o processo.

Por meio da poética da performance, de sua forma específica de comunicação, focada na comunicação visual, verbal e sonora, é possível entrever que seu objeto é a prática linguística na conduta da vida social. A linguagem, no entanto, não é compreendida aqui apenas como um sistema formal abstrato, embora essa ainda seja considerada sua função primária. Ao contrário, interessa-nos os repertórios de meios discursivos, as estruturas formais, funcionais e orientadas ideologicamente da prática discursiva, bem como o envolvimento e competências dos participantes na produção, recepção e circulação do discurso. A perspectiva de compreender a performance como texto implica em justamente reconhecer sua coerência interna, algo tão coeso semanticamente que se torna possível destaca-lo de seus arredores discursivos, extrai-lo de seu contexto de produção originário e recontextualizá-lo para outros fins funcionais (BAUMAN, 2008, p. 6).

O texto brota e se constitui em relações interativas, sensórias, temáticas, e poéticas, é nesse sentido ampliado que as narrativas cinematográficas também são performances. É essa constituição das narrativas como textos, no sentido apontado por Bauman, que irá permitir que as performances audiovisuais possam ser empregadas, por exemplo, como ferramentas didáticas para o ensino de História ou corpus documental para a pesquisa em [ensino de] História.

Bauman (2008) defende que a performance pode exercer também uma ou várias funções práticas na vida dos indivíduos e das sociedades, ou seja, a performance pode ser vislumbrada como um recurso, ou uma ferramenta. Em seus estudos, o autor analisa a inter-relação entre a função poética e outras funções práticas, de maneira que podemos entrever uma infinidade de fins sociais práticos para os quais as performances são realizadas, como vender – como no estudo do autor, que aborda a poética prática das propagandas nos mercados públicos, protestar e/ou resistir ou, como proposto nessa pesquisa, aprender e ensinar História.

No sentido da resistência, conforme pontua Jorge Larossa (2002) acerca das funções atuais que a escola assume, é importante destacar os aspectos performativos do patrimônio cultural. Tanto quanto o cinema, também o patrimônio é performance, ao ser entendido e considerado como um conjunto de práticas comunicativas (WEST; BOWMAN, 2010, p. 278). A abrangência do conceito de performance oferece instrumentos metodológicos para se pensar o patrimônio em sua variedade e natureza conflitante, às vezes complementando o patrimônio oficial, noutras opondo-se a ele e construindo seu próprio sentido de patrimônio, como apresentei no documentário estudantil “O vale da desigualdade”.

À título de comparação, no caso do projeto de formação Histórias na Praça³⁷⁶, da Associação Ao Norte³⁷⁷, Portugal, de onde advém algumas das fontes (fílmicas) dessa pesquisa, a hipótese que se levanta é que o aprendizado histórico ocorra nas produções audiovisuais mais aos níveis dos tipos tradicionais e exemplares (RÜSEN, 2010). Segundo Laurajane Smith (2006), não devemos considerar que a leitura que o público/visitantes/usuários fazem do patrimônio é sempre acrítica ou passiva. Para ela, o patrimônio só tem sentido quando se parte das práticas das pessoas, não podendo ser “ensinado” de outra maneira.

Ainda assim, é a reprodução do “discurso autorizado do patrimônio” que parece predominar nas produções audiovisuais dos estudantes portugueses. A partir de uma análise direcionada para o filme *Caramuru* (2004) identificamos a filmagem de uma teatralização, na Praça da República de Viana do Castelo, que encena o texto adaptado de “Caramuru. Poema Épico do Descobrimento da Bahia” de frei Santa Rita Durão, escrito em 1781. A mudança não se destaca como fator de importância nesta narrativa, pois a própria linguagem – do texto épico histórico –, a forma como é narrada e a performance do patrimônio representam uma permanência. Assim, “a consciência histórica provê de tradições, faz recordar as origens e a repetição de obrigações” (RÜSEN, 2010, p. 64). Porém, indo além, o filme também apresenta estereótipos historicamente construídos

³⁷⁶ “O projeto Histórias da Praça, integrado nos Encontros de Cinema de Viana, realiza-se anualmente desde 2001. As histórias traduzem-se como experiências cinematográficas escritas por alunos e acompanhadas por professores. Os participantes são sensibilizados para o processo de criação cinematográfica através de uma análise das estratégias e métodos escolhidos na adaptação do imaginário da história”. Documento Orientador – Histórias na Praça 2018.

³⁷⁷ A AO NORTE - Associação de Produção e Animação Audiovisual foi fundada em Dezembro de 1994 e é uma associação sem fins lucrativos. Tem por fim a produção e a divulgação audiovisual, bem como a cooperação para o desenvolvimento na área do ensino, educação e cultura. <<http://www.aonorte.com/aonorte.php>>. Acesso 30 jul 2021.

acerca do “outro”, ressaltando a representação que faz dos indígenas brasileiros: as relações colonialistas emergem com vigor na narrativa, figurinos, planos e enquadramentos³⁷⁸.

A partir dos casos analisados nas fontes apresentadas é possível reconhecer que, além das distinções, semelhanças e vínculos relativos ao processo histórico e de produção audiovisual na escola entre os dois países, muitos aspectos também podem ser observados do ponto de vista do aprendizado histórico nos projetos estudados, sejam eles de educação formal ou não-formal. Se por um lado é fato que no Brasil não existem projetos educacionais consolidados que vinculem a história e o patrimônio à produção de vídeo estudantil, por outro, pesquisas anteriores, como de Isabel Barca e Maria Auxiliadora Schmidt, apontam resultados de um processo comparativo das narrativas – escritas, porém – de jovens portugueses e brasileiros. No texto em que as autoras abordam o significado do pensamento de Jörn Rüsen para investigações na área de educação histórica, é apresentado brevemente que “se os dois grupos (jovens portugueses e brasileiros) partilham uma ideia de progresso, os jovens portugueses veem-se como espectadores da história, enquanto os jovens brasileiros se integram na história como agentes de mudança, perspectivando o futuro” (SCHMIDT et al, 2010, p. 18). Apesar das escassas fontes disponíveis no Brasil para essa pesquisa, elas existem e, até o momento, apontam para resultados semelhantes aos indicados pelas professoras.

BIBLIOGRAFIA

ABDALA JUNIOR, Roberto. **A história em cena: uma teoria sobre as narrativas audiovisuais e seus “diálogos” com a cultura histórica**. In: Memória da ditadura, TV e os “rebeldes” anos 1980. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

BAUMAN, Richard. **A Poética do Mercado Público: Gritos de Vendedores no México e em Cuba**. In: Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC / Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2008 - v.103, p. 1-23.

BERGALA, Alain. **La Hipótesis del Cine, pequeño tratado sobre la transmisión del cinema en la escuela y fuera de ella**. Barcelona: Laertes Educación, 2007.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28. Jan/Fev/Mar/Abr/2002.

³⁷⁸ Caramuru. Pedro Sena Nunes (Coordenação e Realização); AO NORTE (Produção). Viana do Castelo, Portugal, 2004. 10 min. Disponível em <<http://lugardoreal.com/video/caramuru>>, acesso 30 jul 2021.

BORRIES, B. von. **Competência do pensamento histórico, domínio de um panorama histórico, ou conhecimento do cânone histórico?** Tradução de Marcelo Fronza. In: *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 171-196, abr./jun. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **Fontes audiovisuais: a História depois do papel.** In: *Fontes históricas* / Carla Bassanezi Pinsky (org.). 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **O que é o território?** In: *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

RELPH, Edward. **Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar.** In: MARANDOLA, Eduardo Jr. et. al. (orgs.) *Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás (1846-1934).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011.

_____, GOMIDE, Cristina Helou. **Ensino de História Regional e as Linguagens da Arte.** Goiânia: SemiBreve, 2020.

ROCHA, Maria Alice; MARRA, Juliana; LEMOS, Santiago. **O cinema na escola: o fazer como prática curricular.** In: *Encontros de Cinema - 7ª Conferência Internacional de Cinema de Viana 2018*. Viana do Castelo: Ao Norte - Associação de Produção e Animação Audiovisual, 2020, p. 64-75. Disponível em <<http://www.aonorte.com/img/recursos/publicacoes/conferencia2018.pdf?v=20.30.04>> Acesso em 30 jul 2021.

ROSSINI, Miriam de Souza. **O lugar do audiovisual no fazer histórico: uma discussão sobre outras possibilidades do fazer histórico.** In: *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S. J. (orgs.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o ensino de história.** SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. (orgs.). Curitiba: Editora UFPR, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____, **Space and context.** In: SCHECHNER, Richard and APPEL, Willa (Orgs.) *By means of performance: intercultural studies of theatre and ritual*. Cambridge University Press.

WEST, Susie; BOWMAN, Marion. **Heritage as Performance.** In: WEST, S. (Org.) *Understanding Heritage in Practice*. Manchester/New York: Open University Press. 2010. p. 277-311.

O CASO DO RESIDENCIAL SANTA MARTA EM GOIÂNIA – GOIÁS: O CAPITAL COMO PROJETOR DA INVISIBILIDADE E DA DESIGUALDADE JURÍDICA

*Julianna Fernandes Mendes*³⁷⁹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo demonstrar a dinâmica que movimentou a região leste de Goiânia com área limítrofe ao município de Senador Canedo - Goiás. A priori, a dinâmica refere-se ao afastamento dos trabalhadores e pobres do centro de Goiânia ainda na década de 1930, pra ocupar, em especial, a região leste, especificamente o local compreendido na GO 403, Km 08. O estudo da história urbana e da geográfica crítica devem permear a discussão, principalmente diante das condições históricas da construção de Goiânia que sempre foram pautadas na apropriação do espaço e do território, visando uma especulação imobiliária - não só imediata, mas também futura - arquitetada tanto pelo capital agrário como, posteriormente pelo capital imobiliário urbano em conluio com o Estado. Tem, portanto como objeto específico, o estudo de caso do Residencial Santa Marta, situado em Goiânia - Goiás, assim denominado pelos moradores locais que ocupam uma área próxima à antiga Colônia Santa Marta, já que o território nos mapas da prefeitura local, recebe o nome do Conjunto Residencial Araruama II. Por fim, atenta-se para o fato de que a identidade de um povo ou comunidade também é formada pelo reconhecimento público, pois a estratégia do não reconhecimento, impossibilita a inserção desta comunidade dentro de uma estrutura mínima de dignidade.

Palavras-chaves: *Goiânia, urbanização, residencial Santa Marta, ocupação.*

Introdução

Para compreensão do estudo, é necessário a retomada da história da formação de Goiânia, pois o Residencial Santa Marta está inserido na região da grande Goiânia, sofrendo influência direta e recíproca da capital. Sendo assim, Goiânia ainda em fase de construção, se deparou com diversos problemas econômicos, políticos, sociais. Dentro do aspecto social, a problema da habitação em condições sub-humanas passou a ser constante na jovem capital. Entretanto, o problema da moradia, passa a ser analisada também do ponto de vista da saúde, no caso na perspectiva higienista, a moradia precária não é

³⁷⁹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, email: juliannafernandes@gmail.com. Tendo como orientador o Prof. Dr. David Maciel.

analisada com foco na dignidade humana, mas sim com o objetivo primário de proteger a ideologia elitista da ordem e o progresso.

Este pensamento foi cunhado no final do século XIX no Brasil, ainda encontrase presente e enraizado na cultura política e elitista do país e de Goiânia, a pobreza é vista como perigosa, marginal, espalhadora de doença e promíscua. É de conhecimento que a caminhada higienista foi uma política adotada pelo Estado brasileiro e, conforme o espaço urbano foi sendo organizado, pode-se inferir que, em muitos casos, foi uma política baseada no racismo, preconceito e exclusão, beirando a eugenia, conforme afirma Faria (2014):

A discussão sobre eugenia no Brasil é propagada pelos médicos higienistas, que divulgam os preceitos eugênicos com as reformas causadas pela ocupação desenfreada da população em grandes cidades em busca de emprego... Os médicos higienistas associavam a disseminação das doenças infecciosas (tuberculose, sífilis, dentre outras) aos pobres negros e mulatos, acusados pelos médicos de serem sujos, ignorantes e anti-higiênicos. A pobreza, a migração, a imigração e o desemprego favoreciam a crescente instabilidade social e política do início do século XX. Nesse contexto, os médicos higienistas encontraram “argumentos” para a defesa da construção de uma nação brasileira que fosse forte, saudável e limpa (FARIA, 2014, p.32)

Neste sentido, durante a fase de construção de Goiânia, apareceram diversos problemas, como habitação, moradia digna e doenças, dentre elas a hanseníase. Com a influência da política higienista, iniciada ainda no Rio de Janeiro, os interventores buscaram resolver problemas sociais da jovem cidade afastando oficialmente os portadores de doenças contagiosas para longe do centro da capital ou dos bairros que cresciam no entorno. Para tanto, houve a construção da Colônia Santa Marta, hospital conhecido por abrigar portadores de hanseníase.

Da construção da Colônia Santa Marta à ocupação da área

A Colônia Santa Marta³⁸⁰ foi construída na década de 1940 em região de fronteira, entre Goiânia e Senador Canedo, distante 12 km da praça cívica de Goiânia.

³⁸⁰ A Colônia Santa Marta foi substituída pelo Hospital de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta - HDS, localizada na Rodovia GO 403, Km 08, via Senador Canedo, Goiânia – GO, e teve a sua

Por certo, o tempo de locomoção tendia a ser de horas já que o local era de difícil acesso e a locomoção na maioria das vezes era a pé ou cavalgando em animais. O fato é que diversos pacientes do hospital e alguns familiares foram residir na região, iniciando assim as primeiras ocupações em torno da Colônia. As condições precárias de moradia, a carência de recursos para área de saúde e a demora na construção de um hospital que atendesse a demanda, acarretaram picos de epidemia e sofrimento para a população carente:

Um dos focos da malária estava justamente às margens do rio Meia Ponte, “local de extração de areia destinada à construção da Escola Técnica Federal, no atual bairro da Vila Nova, em Goiânia” (GALLI, 2007, p. 34.). O problema maior da epidemia era aquele local que estava com o meio ambiente degradado, com pessoas residindo perto das margens do rio, com moradias precárias... Em meios às construções Pedro Ludovico convidou profissionais de outros estados para a empreitada médica, como o fez através do convite ao médico Andrade Câmara, que estava no Estado do Mato Grosso. Tivera que vir às pressas para Goiânia para tratar os operários que construíram a Escola Técnica Federal a tempo para o Batismo Cultural... Muitos doentes, que não estavam nas obras e, residiam às margens dos rios e córregos, como no Botafogo, aparentemente, não tiveram esta ação estadual de convidar médicos com tanta rapidez para trata-los de suas enfermidades. Um exemplo, fora a lentidão da conclusão da Colônia Santa Marta, com o início em 1937, “a inauguração só ocorreu no ano de 1943”. (SILVA, 2008, p. 178 *apud* PAULA, 2016, p.10)

Vale ressaltar que as terras em que fora erguida a antiga Colônia Santa Marta e local da ocupação do Residencial Santa Marta atualmente, pertenciam a Antonio Amaro da Silva Canedo (1844-1985)³⁸¹. Inclusive, o nome do município de Senador Canedo se deu em homenagem ao influente fazendeiro, primeiro representante de Goiás junto ao

fundação em 1943, sendo denominado na época Leprosário Colônia Santa Marta.

Em consequência da política de atenção a pessoa com hanseníase e as diretrizes nacionais de desospitalização para estes pacientes, em 1943 foi transformado em Hospital de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta – HDS, e atualmente é um unidade de atendimento ambulatorial de média complexidade com objetivo de prestar assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS e aos ex-pacientes da extinta Colônia Santa Marta que moram no Residencial Santa Marta instalado em área circunvizinha e aos 22 (vinte e dois) pacientes residentes. (HDS, 2017, p.4)

³⁸¹ Antônio Amaro da Silva Canedo nasceu no município de Bonfim, atualmente Sylvania (GO) em 15 de janeiro de 1844. Vivia com conforto em um sítio com oito escravos. Em 1975 assumiu o cargo de subdelegado de polícia no arraial de Bela Vista (GO). Filiado ao Partido Conservador, destacou-se como importante líder nas lutas políticas de sua terra e foi eleito deputado provincial em diversas legislaturas. Em marco de 1883, foi nomeado por Dom Pedro II comandante do 1 Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional, da comarca de Corumbá, em 1887 foi promovido a coronel. Em 1888, foi nomeado vice-presidente da província de Goiás. Após a proclamação da República, foi eleito em setembro de 1890 senador constituinte por Goiás e foi um dos signatários da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. (STEMMY, 2009, p. 2)

senado federal (IBGE, 2018)³⁸². Especula-se que até o início do século XX toda a região pertencia ao político e sua família que posteriormente foi vendendo ou loteando, ganhando impulso principalmente com a chegada da estrada de ferro da década de 1930. Cabe lembrar que a região é objeto de disputa judicial, envolvendo a família Canedo que se declara proprietária da terra e o Estado que ora diz ter comprado, ora diz que recebeu a área de doação.

Quanto a discussão de doação ou compra das terras da Colônia Santa Marta ainda carece de maiores pesquisas. De antemão, as autoras Letti e Brito (2010, p. 49) afirmam que “como o Senador Canedo era um homem rico e possuía muitas terras, vendeu essa área para o Estado, firmando um acordo: eles construiriam a colônia ali e ele não precisava ir para outro lugar para se internar, permaneceria em sua fazenda, que era naquela região”. Já o diretor da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP, afirmou em 2017, que a área é objeto de disputa judicial³⁸³ com a família Canedo. Os moradores do Residencial Santa Marta, segundo relatos, creem na disputa judicial, tenho em vista que alguns já foram abordados pelos herdeiros que ainda residem nas proximidades.

O afastamento dos trabalhadores para as periferias da cidade e a política higienista

A proposta de resolução do problema da falta de moradia aos trabalhadores e da questão higienista foi pela opção de afastamento dos doentes e seus familiares, bem como dos trabalhadores, do centro da cidade de Goiânia para um local distante e ermo. Percebe-se que a estratégia de construção da Colônia Santa Marta preenche tanto os requisitos de política pública higienista quanto as necessidades do interesse privado, conforme expõe Sobrinho (2013) ao analisar a cidade de São Paulo:

A cidade demanda uma intervenção da ordem e disciplina das condições de vida e do próprio trabalho por meio da higiene pública. Utiliza-se dos discursos do progresso como uma utopia para que se possa disciplinar os espaços e corpos. Também a pobreza é associada às doenças causadas pela falta de higiene em moradias insalubres e aos odores exalados pelos ambientes

³⁸³ Fato discutido em audiência pública realizada em 7 de novembro de 2017 na Escola Estadual Santa Marta, promovida pela comissão de habitação, reforma agrária e urbana da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com o objetivo de discutir a regularização do Residencial Santa Marta, tendo mediadora a Deputada Estadual Isaura Lemes. Disponível em <https://portal.al.go.leg.br/arquivos/comissao/415.pdf>. Acessado em 21-02-2018

propícios a propagações e manifestações perigosas de todo tipo, inclusive doenças contagiosas. Por isso, o estudo pela medicina será tão importante para compreender o corpo nos mínimos detalhes, para além da aparência. Geralmente, nesses ambientes, ocorre a degeneração do corpo físico e social. Um exemplo comum são os cortiços e as emanções de ratos, micróbios e contaminações perigosas do homem degenerado. Motivo de preocupação das elites e autoridades. Representa também uma ameaça à própria moralidade burguesa cristã da família, em especial os locais lascivos e destruidores de lares, como os prostíbulos, geralmente localizados em áreas deterioradas da região central. Os cortiços representam, portanto, uma ameaça à noção de civilidade; as greves, uma ameaça à ordem burguesa de cidade limpa, disciplinada e livre das imundícies e de manifestações turbulentas dos operários; a rua será objeto da disciplina devido à ameaça à própria ordem que mantém desigualdades. As doenças que se espalhavam pela urbe, do ponto de vista ideológico, teriam como foco de proliferação justamente as áreas pobres (SOBRINHO, 2013, p. 213-214)

Quer dizer que a decisão de construção do hospital naquele local, ainda na década de 1930, também passou pelo crivo do capital que em um primeiro momento era denominado de capital agrário. Uma das estratégias preponderantes do capital agrário ou fundiário e do capital imobiliário urbano goiano, era reservar áreas próximas ao centro do município de Goiânia para posterior valorização. Dessa forma, a população de baixa renda foi sendo alijada para as franjas periféricas da cidade e a privatização do espaço urbano com grandes loteamentos vazios foi se expalhando.

Para compreensão da dinâmica de formação do capital imobiliário urbano goiano, a análise deve remontar as definições de capital agrário e capital imobiliário. Para tanto, é imperiosa a leitura de conceitos apresentados na obra *A revolução burguesa brasileira* de Florestan Fernandes. Para Florestan (1976) a formação da burguesia brasileira se inicia com a formação da oligarquia rural que posteriormente será conhecida como burguesia agrária agindo em prol da concentração de terras de onde retira sua renda. Portanto, apropriando deste conceito, definimos como capital agrário goiano, a renda advinda da concentração de terras, nas mãos de poucas famílias, que antes mesmo da formação da cidade de Goiânia, eram donas das fazendas³⁸⁴ que circundavam a região.

Ademais, o cerne da formação de Goiânia se deu com a política de troca de terras e privilégios. Os fazendeiros faziam negociações, doações, permutas ou vendas de parte de suas terras com o poder público e, desta forma, garantiam para si lotes ou grandes áreas para futuros loteamentos com objetivo de especulação³⁸⁵, geralmente esta parte reservada

³⁸⁴ As terras especificadas para a edificação de Goiânia eram compreendidas pelas fazendas Crímeia, Vaca Brava, Botafogo, Caveiras e Macambira. (MENDES, 2013, p. 48)

³⁸⁵ Os especuladores ganharam maior força a partir de 1947, período em que o Estado sofre diversas

se encontrava perto do novo centro urbano. Com estes futuros loteamentos dar-se-á a transição do capital agrário goiano para o capital imobiliário urbano, agora já voltado para a produção e apropriação do espaço urbano.

A ocupação denominada de Residencial Santa Marta é um dos casos de expulsão dos trabalhadores das áreas apropriadas pela especulação imobiliária, além de ser refúgio da política higienista. No local, atualmente, reside mais de 100 famílias³⁸⁶. De maneira geral, são famílias desprovidas de assistência pública ou privada, em sua maioria trabalhadores do terceiro setor e da construção civil, que não conseguem pagar sequer um aluguel. Seus lotes não foram legalizados perante as autoridades competentes, portanto não possuem registro de propriedade, mesmo as famílias vivendo ali a mais de 30 (trinta) anos e outros ao menos 5 (cinco) anos. O ponto que surpreende é que esse Residencial nem ao menos é citado como bairro no município de Goiânia ou de Senador Canedo. Aliás, se verificarmos os planos diretores das cidades restará cristalino que essas famílias são invisíveis aos olhos do poder público. São invisíveis a administração pública pois a região não consta nos mapas ou no plano diretor das cidades e não contam com infraestrutura como correios ou transporte público. Por outro lado, conta com uma escola, energia elétrica e água (ambas ligações irregulares, conhecidas como *gato*) e dois cemitérios³⁸⁷.

A invisibilidade seletiva

É importante salientar que os moradores do Residencial Santa Marta, além de serem invisíveis ao Poder Público também não são reconhecidos pela burguesia (apesar de Estado e burguesia estarem imbricados), a qual vem se aproximando do local com maior intensidade nos últimos 5 (cinco) anos, principalmente adquirindo imóveis para

pressões para a criação de novos loteamentos, deixando de regular e interferir no planejamento urbano da cidade. Era a deixa que a especulação imobiliária e a iniciativa privada esperava para poder parcelar as áreas adjacentes ao núcleo original da cidade e expandir suas propriedades. O núcleo original é o centro administrativo da cidade, todos os prédios públicos se encontravam ali, fato que comprova que o esquema burocrático crescia envolto e em volta da necessidade da elite (MENDES, 2017, p. 6). Já na década de 1950 há um crescimento exponencial do número de loteamentos, isso se deu pela desobrigação legal de construção da infraestrutura às custas do empreendedor.

³⁸⁶ Somente no dia da audiência pública realizada em 2017 compareceram mais de 200 pessoas interessadas no assunto. (AUDIENCIA PÚBLICA, 2017)

³⁸⁷ Muitos dos pacientes da Colônia Santa Marta, bem como seus parentes, foram ali enterrados e agora segundo o governo por intermédio da AGETOP, as ossadas devem ser transferidas para outro cemitério, pois existe o risco de contaminação do lençol freático, fato que causa maiores transtornos às pessoas que visitam seus entes e moram na região. (AUDIENCIA PÚBLICA, 2017)

construção de casas de médio e alto padrão. Quanto ao não reconhecimento do outro ou torná-lo invisível, a filosofia problematiza a questão:

Baseado em Hegel, Ricoeur explica que os três modelos de reconhecimento são o amor, o direito e a estima social... O segundo modelo, o reconhecimento jurídico, traduz-se pelos direitos civis (a proteção da pessoa), pelos direitos políticos (participação na democracia) e pelos direitos sociais (justa distribuição dos bens elementares). A recusa dos direitos civis provoca humilhação, a rejeição dos direitos políticos causa frustração e a recusa dos direitos sociais traduz-se pela exclusão. A luta pelo reconhecimento desponta quando se chega ao estado de indignação. O combate torna-se então numa luta pela dignidade humana. (TOMÁS, 2012, p.4)

A teoria do reconhecimento do outro é amplamente difundida pelo Axel Honneth³⁸⁸ que assevera que a percepção do outro também passa por questões de poder, “os dominantes exprimem a sua superioridade ao não verem aqueles que eles dominam” (HONNETH *apud* TOMAS, 2012).

Honneth assinala três tipos de desprezo baseado nesta teoria. A violência física representa a forma extrema de desprezo e provoca um desmoronamento psicológico dramático para a vítima resultando na confiança em si e no seu mundo afetivo. O segundo tipo de desprezo é a exclusão jurídica que provoca uma experiência de humilhação moral como, por exemplo, quando os direitos fundamentais são recusados à vítima. Honneth considera estes direitos como “as exigências que uma pessoa pode legitimamente pedir à sociedade na medida em que ela faz parte de uma comunidade e participa à ordem constitucional” (*ibidem*). A terceira forma de desprezo é a desconsideração cultural de um modo de vida. Esta forma de desdém é avaliativa pois a vítima é julgada pelos seus valores sociais. (TOMAS, 2012, p. 6)

Nesta situação, analisamos o materialismo dialético da problemática que primeiro faz o reconhecimento utilitário do outro para depois a não o perceber, principalmente por suas características ou qualidades. Ou seja, a elite, atualmente, tem se apropriado da região leste da cidade de Goiânia (vide a quantidade de condomínio horizontais de alto padrão) e tem visto o Residencial Santa Marta e as proximidades como região de grande expansão de especulação imobiliária. Entretanto, as pessoas pobres que ocupam essa região é um grande entrave para a expansão do capital especulador. Assim, reconhece que há pessoas ocupando a área, mas não as enxerga como sujeito de direito

³⁸⁸ Axel Honneth, atual diretor do Instituto de Pesquisa Social e Crítica de Frankfurt. Os seus estudos concentram-se nas áreas: filosofia social, política e moral, tratando, principalmente, da explicação teórica e crítico-normativa das relações de poder, respeito e reconhecimento na sociedade atual (SALVADORI, 2011)

ou cidadãos envolvidos em um sistema democrático, haja vista a ausência de títulos de propriedade ou pelo simples fato de serem desprovidas financeiramente, transformando-as em classes subalternas.

A ocupação territorial é menosprezada tanto socialmente quanto juridicamente. A manutenção da ideologia do pensamento burguês quanto a propriedade privada está difundida e enraizada no senso comum da consciência coletiva. Juridicamente, a ocupação passa ser discutida com mais afinco na Constituição Brasileira de 1988 com o advento do instituto da função social da terra³⁸⁹ e da reforma agrária. Entretanto, devido ao pensamento burguês, a ocupação é tratada como invasão de propriedade privada e combatida pelo Estado com reforço policial altamente agressivo, opressor e destruidor. Consequentemente, a reprovação pública definida ideologicamente, afeta e nega aos grupos sociais subalternos à dignidade humana.

Mesmo a propriedade privada ter sido relativizada pela constituição democrática brasileira de 1988, e não sendo mais uma propriedade absoluta, os princípios da função social da terra e da reforma agrária, ainda estão longe de serem uma realidade fática. Isso pode ser explicado pelo modelo autocrático de Estado burguês-capitalista que conferiu as classes burguesas e as suas elites o poder:

O Estado se diferencia e, ao mesmo tempo, satura sua estrutura constitucional e funcional de uma maneira tal que fica patente ou que se pratica, rotineiramente, uma democracia restrita ou se nega a democracia. Ele é, literalmente, um Estado autocrático e oligárquico. Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam, simultaneamente, o poder econômico, o poder social e o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças a qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante. (FERNANDES, 1976, p. 350)

Nesta conjuntura, a luta pelo reconhecimento social e jurídico abre caminho para a insegurança, violência e aproveitadores de todas as espécies. Como exemplo³⁹⁰ de

³⁸⁹ A Constituição federal define quais os requisitos da função social da terra: Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

³⁹⁰ Esses exemplos foram escutados em visita realizada ao Residencial Santa Marta, em 2017, para a

proveitadores, temos o caso da senhora moradora do Residencial Santa Marta que recebe todas as cartas e encomendas dos correios de todos os moradores, já que ela vive na única moradia que tem o endereço reconhecido publicamente, e ainda cobra, de cada pessoa, o valor de cinco reais para entrega das correspondências. Ou o caso do pastor que cobra mensalmente alugueres de alguns moradores, pois diz que aquele lote é propriedade dele. Diante de todos os abusos, a resignação prevalece.

O espaço geográfico do Residencial Santa Marta faz divisa com Goiânia e pode ser considerada uma região dormitório, bem como área de fronteira. Por certo, vários trabalhadores que participaram da construção de Goiânia, foram aqueles que moraram as margens do córrego Botafogo e migraram para a região de divisa, acarretando nas primeiras ocupações da região leste. Aliás, região de fronteira é área de conflito social e subjugação do outro pelo dominante. José Martins de Souza (1997) preceitua essa situação:

...o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no genocida desencontro de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo abismo histórico que as separa...E subjugado por formas de poder e de justiça que se pautam por códigos e interesses completamente distanciados de sua realidade aparentemente simples, que mesclam diabolicamente o poder pessoal do latifundiário e as formas puramente rituais de justiça institucional. (MARTINS, 1997, p. 15-16)

Deste modo, a região estudada é de conflito entre classes sociais. De um lado temos os moradores invisíveis e do outro a burguesia fissurada por um bom negócio imobiliário que surge principalmente por uma boa campanha de vendas e apoio irrestrito do Estado. De fato, algumas novidades apareceram naquela área e despertaram o desejo de consumo da mercadoria (imóvel), principalmente no tocante a infraestrutura pública. A duplicação da GO 403 e sua rápida ligação com a GO 060 é um exemplo de novidade e para outros de modernidade. Esse discurso de moderno ou de “Goiás na frente”, beira ao absurdo, primeiro que não é possível tratar construção de obras públicas como modernidade - talvez possa se dizer que a técnica utilizada na construção de determinada via é recente ou que se aplicou novas tecnologias - devido ao caráter corriqueiro e obrigatório diante do emprego do dinheiro do contribuinte, depois é impossível dizer que

prestação de serviço comunitário pela autora que à época foi advogada popular de alguns moradores, em defesa do reconhecimento da propriedade aos moradores perante o Estado.

o Estado de Goiás está na frente de outros, no máximo dizer que ele está empregando os impostos devidamente.

O questionamento se desemboca no porquê a administração pública está migrando para região ou o que ambiciona o capital imobiliário a investir na região leste. E por que tríade capital, Estado e economia querem a expulsão dos moradores do Residencial Santa Marta?

Se abriremos um mapa do local, veremos claramente o motivo de tanta cobiça na região. As duas rodovias estaduais GO 403 e GO 020 correm em paralelo e entre elas há uma enorme área de condomínios fechados de alto e médio padrão prontos e outros disponíveis para venda. Ressalta-se que não há somente condomínios, mas uma série de benesses como clubes, campo de golfo, diversos prédios burocráticos da administração pública, acesso rápido ao aeroporto, shopping center. Neste ponto nos deparamos com a disputa entre as classes: para a burguesia é inaceitável a ocupação de uma área tão nobre por pessoas tão pobres, é inaceitável que pessoas que tenham determinadas características sejam vizinhas de condomínios de alto luxo e se beneficiem da estrutura pública ou, principalmente, dificultem as negociações imobiliárias simplesmente pelo fato de existirem.

Portanto, é prudente dizer que o Estado, apoiando o capital, não abrigaria sujeitos invisíveis em uma região transformada em moderna e de alto nível. De todo modo, as forças que ocupam essa região de maneira irregular, aos olhos do direito burguês, são inexpressivas perante o poderio estatal-econômico-financeiro:

Há uma estreita ligação entre o poder político e o poder econômico e imobiliário na produção da porção leste da RMG alterando leis que favoreceram diretamente determinados atores políticos. Assim, se percebe as discrepâncias da função social do espaço no contexto metropolitano. (LIMA, 2014, p.132)

Corroborando com o discurso de Lima (2014) a tríade do poder político, econômico e imobiliário caminham conjuntamente na construção da região. O que se percebe é a visão unívoca do interesse privado sobre o interesse coletivo. Aliás, fica clara a distorção do princípio básico da administração pública em que o interesse público deve sempre prevalecer sobre o interesse privado, um princípio que somente é válido dentro da ficção jurídica.

Karl Marx e Engles, na obra *Ideologia alemã*, relata que:

Pela emancipação da propriedade privada com relação a comunidade, o Estado adquire uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas tal Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses adotam, tanto para garantir reciprocamente a sua propriedade e a de seus interesses tanto em seu interior como externamente. Neste sentido, o direito privado se desenvolve ao lado da propriedade privada, como decorrência da desintegração da comunidade natural. (MARX, 2007, p.98)

Em soma a todos os entraves inseridos pelo próprio sistema burguês narrado, a luta pela ocupação no residencial Santa Maria se tornou ainda mais complicada com um novo fator que será inserido na região e tem o empenho máximo do governo do Estado. O governo planeja transformar a área em um complexo hospitalar e para tanto necessita da remoção das famílias ocupadas. Hoje o Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta é administrado por uma Organização Social denominada de AGIR (Associação Goiana de Integralização e Reabilitação), a qual promove a gestão financeira e comandará o processo licitatório de construção do complexo.

Sabemos que as organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, que segundo a legislação não tem fins lucrativos³⁹¹ e portanto, pode receber mensalmente verba pública para gerir algum setor que deveria constitucionalmente ser administrado pelo Estado, no caso específico da AGIR trata-se de verba para saúde pública. Geralmente são contratos multimilionários³⁹², no caso específico da AGIR e o Estado de Goiás assinado em 2013, prévia inicialmente o repasse mensal de R\$ 654.113,46 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, cento e treze reais e quarenta e seis centavos). Passados cinco anos, o contrato aditivo de 2018 já previu o repasse mensal no valor de R\$ 1.345.301,11 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e dois reais e onze centavos). Assim, são vários os fatores que impedem a legalização da ocupação do Residencial Santa Marta e o preponderante é o fator econômico.

A construção deste complexo coloca os moradores da ocupação em linha de frente com o Estado de Goiás que já determinou por intermédio da AGETOP, a desocupação da área e inclusive já conseguiu no poder judiciário da comarca de Senador

³⁹¹ A Lei 9.637-1998 dispõe no artigo primeiro que o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, a pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, a proteção e preservação do meio ambiente, a cultura e a saúde.

³⁹² Termo de transferência de gestão n. 2-2013 celebrado ente o Estado de Goiás e a Associação Goiana de Integralização e Reabilitação – AGIR e aditivo disponíveis <http://www.osstransparencia.saude.go.gov.br/> Acessado em 25-03-2018.

Canedo, liminar de desocupação imediata, ou seja, não houve nem ao menos oitiva dos moradores que lá residem ou do morador que foi vitimizado pela ordem judicial. O processo em questão é uma ação de reintegração de posse que tramita no Fórum de Senador Canedo, na vara da fazenda pública, registro públicos, ambiental e 2 vara cível sob o número 201403053396 e tem como autor a AGETOP e como réu o Sr. Olair Pereira da Silva, o qual segunda análise processual, o réu não é morador da unidade objeto da reintegração. A partir desta liminar que prejudicou sobremaneira o réu e o real morador, abriu-se o precedente para que outras liminares sejam expedidas em desfavor de outras famílias que ocupam o Residencial.

Conclusão

Trazendo à tona o pensamento crítico, temos que as mudanças sociais trazidas pelo Estado democrático de direito reafirmou os ideais do liberalismo (liberdade, igualdade e propriedade), quanto a positivação das normas jurídicas preconizando a falsa consciência de que o poder emana do povo, de que o poder judiciário é igualitário e que todos tem direito a defesa. Flagrante contradição ao caso da liminar expedida em que o morador terá direito a defesa, mas somente depois de ter desocupado e demolido sua casa. O poder estatal possui componente autoritário, mais propenso a tiranias do que a uma democracia. Diante da necessidade do magistrado decidir entre propriedade privada e direito à moradia frente a constantes ocupações organizadas por diversos movimentos sociais, a tendência do judiciário é optar pela propriedade privada.

Infelizmente, a organização dos moradores do Residencial Santa Marta ainda é precária, não dispondo de um movimento organizado, contando somente com a boa vontade de voluntários que se propõem chamar a atenção do poder público para a necessidade de se garantir a dignidade daquelas pessoas.

Em conclusão, temos que a ideologia liberal de garantia a propriedade privada, é maior que os direitos sociais fundamentais, como o direito a moradia. A ideologia permanece ao longo dos séculos utilizando-se do direito para trazer a falsa consciência de que todos podem ter propriedade e os entes públicos mantêm-se servos desta falácia e guardiões da propriedade privada, sempre diante da dialética da existência do ser e a negativa de reconhecer sujeito de direito.

Referências Bibliográficas

AUDIENCIA PÚBLICA. *Residencial Santa Marta*. Disponível em <https://portal.al.go.leg.br/arquivos/comissao/415.pdf>. Acessado em 15-02-2018.

BRASIL, Lei 9.637-1998. *Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19637.htm. Acessado em 25-03-2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CONTRATO AGIR. *Termo de transferência de gestão n. 2-2013 celebrado ente o Estado de Goiás e a Associação Goiana de Integralização e Reabilitação – AGIR e aditivo*. Disponível <http://www.osstransparencia.saude.go.gov.br/> Acessado em 25-03-2018.

FARIA, Kalya Ynanhiá Silva de. *Da dignificação dos filhos de Lázaro: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950*. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 2 Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

GRAMSCI, A. *Às Margens da História (história dos grupos sociais subalternos)*. Cadernos do Cárcere, vol. 5, Caderno 25. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HDS. *Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas*. Goiânia, 2017. Disponível em: https://www.agirgo.org.br/wp-content/uploads/2019/02/7rel_circu_ativ_desen_julho_17.pdf. Acessado em: 30/07/2021

IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/senadorcanedo.pdf>. Acessado em 20-02-2018.

IBGE. *A história de Senador Canedo – Goiás*. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/senadorcanedo.pdf>. Acessado em 25-02-2018

LETTI, Carla Julia; BRITO, Ligia Valle. *Colônia Santa Marta Goiânia – Goiás*. Projeto Acervo – Pela recuperação e preservação dos registros históricos dos hospitais-colônia. Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN). Departamento de Formação Projetos e Pesquisas: Rio Grande do Sul, 2010.

LIMA, Leandro Oliveira. *A metropolização e o mercado imobiliário: análise da produção do espaço a partir dos condomínios de chácaras da RMG*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sócios Ambientais. Universidade Federal de Goiás, 2014

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007

MENDES, Julianna Fernandes. *Uma cidade para o capital: especulação imobiliária e déficit habitacional em Goiânia (1933-1964)*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. *São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade*. Sociologias [online]. 2013, v. 15, n. 32 [Acessado 30 Julho 2021], pp. 210-235. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000100009>>. Epub 18 Abr 2013. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000100009>.

PAULA, Thiarlles Elias. *Sanitarismo, saúde e cultura: a construção e a concepção ambiental em Goiânia durante o surgimento da cidade (1933 – 1942)*. Congresso Internacional de História. Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí, 2016.

SALVADORI, Mateus. *HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Conjectura, Caxias do Sul, v. 16, n. 1, jan./abr. 2011

SETEMY, Adrianna. *Antonio Amaro da Silva Canedo*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CANEDO,%20Antonio%20Amaro%20da%20Silva.pdf>. Acessado em 12 de marco de 2018.

TOMÁS, Júlia. *A invisibilidade social, uma construção teórica*. Colóquio “Crise das Socializações”. Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade. Universidade de Minho, 2012.

COFOS E VELAS: TESSITURAS DA MORTE EM DIA DE FINADOS NO CEMITÉRIO SÃO JOSÉ DA CHAPADA, ZONA RURAL DE PINHEIRO-MA

*Julyana Cabral Araújo*³⁹³

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar o ritual funerário do Dia de Finados na zona rural do município de Pinheiro -MA, especificamente no cemitério São José da Chapada. Para tanto, utiliza-se de métodos etnográficos e históricos para analisar as fontes coletadas durante a pesquisa de campo no referido cemitério. O estudo do ritual funerário perpassa pela ideia de memória tal como proposto por Halbwachs (2003) e Catroga (2015), cuja memória em relação aos mortos é compartilhada historicamente e alicerçada na cultura de um grupo. A partir disso, questiona-se: em que medida os rituais funerários e objetos utilizados nesse contexto representam a cultura funerária de uma dada localidade? Assim, o trabalho discute a análise de diários de campo, fontes orais e visuais e posteriormente faz a analogia com as relações vivenciadas entre pessoas e objetos no espaço cemiterial em Dia de Finados. Por isso, tais produções visuais propiciam aos visitantes dos cemitérios a prática de um exercício de memória sobre essas imagens, mensagens simbólicas e o contato com lembranças que geram afetividades para com os mortos. Por isso, tais produções artísticas de cunho popular e de matriz rural materializadas nos artefatos funerários enfatizam as sensibilidades diante da morte no contexto local.

Palavras-chave: *Arte Funerária; Cemitério; Memória; Ritos.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo compõe parte da pesquisa para a dissertação de mestrado em História pelo PPGH-UFG (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás), tendo como agência de fomento à FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão).

Esse estudo tem por objetivo analisar os ritos funerários ocorridos no Dia de Finados que se articulam com práticas artísticas de cunho popular materializadas nos adornos funerários. Dentre os ritos ocorridos nessa data específica é comum observar o processo ritual como: limpeza e pintura dos túmulos no dia anterior e usos de artefatos

³⁹³ Mestranda em História (PPGH-UFG), E-mail: julyanacabral@discente.ufg.br, orientadora: Maria Elizia Borges, Agência de Fomento: FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão).

funerários de caráter transitórios nos túmulos como por exemplo, flores e objetos feitos em fibras vegetais a partir da vegetação do entorno do cemitério.

Este trabalho, se justifica na medida em que visa conhecer a região por caminhos desconhecidos pela historiografia. Vale ressaltar que dentro das referências de pesquisadores locais não há trabalhos que se dedicam a cultura funerária e aos cemitérios de matriz rural, por isso, este estudo pode ser pertinente também para as pesquisas futuras. A ênfase nos estudos sobre os cemitérios da região da Baixada Maranhense, uma microrregião que se destaca pela dinamicidade das paisagens naturais, teve início com os projetos de iniciação científica (PIBIC)³⁹⁴ desenvolvidos pela Universidade Federal do Maranhão sob orientação do Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro, pesquisador dessa temática desde o ano de 2006 e autor do livro: *Cemitérios Sem Mistérios: a arte tumular do Sul de Minas – 1890 a 1925 – região dos Lagos de Furnas* (2006).

E como fruto de pesquisas realizadas por esses projetos e dentre os 21 municípios que compõem a Baixada Maranhense destaca-se o recorte espacial desse estudo: parte da zona rural da cidade de Pinheiro MA³⁹⁵, denominada de Chapada. De acordo o dicionário Histórico e Geográfico de Marques, a Chapada é localizada e descrita como: campos em planície de bom capim, árvores de grande porte e que se diferem do restante dos campos de Pinheiro por estarem em um terreno mais alto e mais seco (MARQUES, 1970)

E é nessa paisagem destacada do restante dos campos alagados de Pinheiro que está localizado o cemitério São José, conforme a figura 1, feita via satélite com a finalidade de demonstrar as veredas que levam ao local e a mata da palmeira do babaçu atrás do cemitério. Este cemitério rural denominado São José, atualmente recebe sepultamentos de pessoas da zona rural e de cidades vizinhas de acordo com critérios de parentesco e ligação com o lugar.

³⁹⁴ Primeiro com o Plano de Trabalho intitulado: **Arte Cemiterial: História, Iconografias e Devoções na Baixada Maranhense** e depois como bolsista no Programa Foco Acadêmico por meio do Plano de Trabalho intitulado: **Arte cemiterial: iconografias e devoções no Centro Sul da Baixada Maranhense**.

³⁹⁵ O município de Pinheiro-MA, localizado na região da Baixada Maranhense que formação histórica e cultural trás marcas de interculturalidade que interferem no modo de ver a arte funerária da região.

Figura 1: Imagem aérea do Cemitério São José, Chapada pinheirense.



Fonte: <https://earth.google.com/web/search>.

O cemitério São José, objeto desse estudo, tem suas peculiaridades pela distância da zona urbana e pela tradição no Dia de Finados de visitas e ritos funerários em homenagem aos mortos. Dentre os ritos funerários que envolvem objetos e interação com as pessoas podemos destacar o uso do “cofo³⁹⁶ de cemitério” e velas ligados a memória do ente querido falecido (conforme figura 2, representada abaixo). Diante disso, cabe a seguinte problemática, que será debatida ao longo da pesquisa: Em que medida os rituais funerários e objetos utilizados nesse contexto representam a cultura funerária de uma dada localidade?

³⁹⁶ Segundo um estudo sobre os usos do cofo no Maranhão, o cofo é uma cestaria de natureza utilitária, confeccionadas manualmente com folhas de palmeiras nativas e para atender a tantos usos variados são os tamanhos, modelos e tipos de trançados, no entanto, todos eles refletem o modo de vida do homem em interação com o meio ambiente natural e cultural (GONÇALVES; LIMA; FIGUEIREDO, 2009, p. 11)

Figura 2: Cofos e Velas



Fonte: Foto de Julyana Cabral Araújo, 2020.

Segundo os estudos de Bellomo (2008) muitas e variadas são as linhas de pesquisas que podem ser acrescentadas em relação aos estudos cemiteriais como por exemplo: a etnicidade, a memória familiar, a arte e demais percepções sobre o morto. Assim, pode-se perceber a forma com que a sociedade encara, classifica e entende a morte de entes queridos registrados principalmente através da cultura visual, viés pelo qual esse estudo se debruça.

Esse estudo se inscreve no campo da História Cultural³⁹⁷ como uma reinvenção do passado através da ligação entre História e Antropologia. Tendo em vista a proposta abordada este é um estudo interdisciplinar, tanto pelo seu viés epistemológico, quanto pela metodologia adotada, pertinente por lidar com a complexidade do objeto de estudo associado a cultura material e as suas relações com grupos humanos e as práticas culturais que se articulam com diferentes suportes de memórias e subjetividades locais.

A metodologia que será utilizada nesta pesquisa se pautará no método histórico e etnográfico, tendo como centralidade a descrição da cultura funerária de um povo, buscando assim, a compreensão das manifestações sociais e culturais da morte na localidade pesquisada. Como vertente antropológica apresenta-se a técnica da “descrição

³⁹⁷ A proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo (PESAVENTO, 2013, p.35)

densa”³⁹⁸ de Clifford Geertz (1976) baseadas no método etnográfico e como aliada as técnicas de História Oral, por considerar a voz do ator social no campo empírico analisado em meio a um cenário ativo (MACEDO, 2010).

O trabalho com História Oral em andamento consiste na gravação de cunho histórico e documental com egressos da zona rural de Pinheiro-MA (região da Chapada), moradores atuais, visitantes do cemitério São José no Dia de Finados e artesãos de artefatos funerários feitos em fibras vegetais: “cofos de cemitério”. Dessa forma, a História Oral surge como aliada à disposição do pesquisador por oportunizar o encontro com a memória das pessoas, testemunhas vivas dos acontecimentos (HALBWACHS, 2003, p. 62).

Nesta perspectiva, o presente estudo estabelece relações e confrontos entre o passado e o presente da memória coletiva e individual, levando em conta também os esquecimentos e silêncios da história, pois a memória está “exposta às ameaças do esquecido”³⁹⁹ (RICOEUR, 2007, p.18). O estudo do ritual funerário perpassa pela ideia de memória tal como proposto por Halbwachs (2003) e Catroga (2015), cuja memória em relação aos mortos é compartilhada coletivamente e historicamente alicerçada na cultura de um grupo. Conforme reafirma a ideia de Catroga, a memória do ontologicamente ausente, o morto, age através de traços materiais e da “exteriorização das representações do tempo e do espaço pelo rito” (CATROGA, 2015, p.25).

Ao passo que se vivencia as experiências de campo observa-se também as sensibilidades como categoria de análise indispensável no estudo da morte, pois, essas refletem o mundo cognitivo, pois lidam com as emoções, sensações e subjetividades. O estudo de Pesavento, nesse sentido, nos ajuda pensar as sensibilidades expressas em atos, ritos e imagens, em objetos da vida material e em materialidades do espaço construído (PESAVENTO, 2013, p.50).

Nesta ótica, esse estudo estabelece relações e confrontos entre o passado e o presente levando em consideração as tensões da escrita do passado que perpassa por

³⁹⁸ entende-se por “descrição densa”, o método de observação de cunho etnográfico/etnológico que consiste na relação do pesquisador com o campo pesquisado, rompendo com a noção de distanciamento do objeto e pesquisador uma vez que, a imersão do cientista no local de pesquisa é consideravelmente importante, o fato de “estar lá” confere autoridade para reconhecer o “saber local” dentro da dinâmica de interações, observações e análise de fenômenos ao mesmo tempo passíveis de alterações com a presença do pesquisador (GEERTZ, 1978).

³⁹⁹ A temática da morte ainda é um tabu e em alguns casos a morte gera traumas e rompimento da ordem social vigente, portanto, narrar sobre a morte para alguns depoentes pode ser traumático gerando alguns esquecimentos ou até omissão de informações. Conforme Ricouer (2007), os fios da memória enfatizam um fato propositalmente em detrimento de outro.

esquecimentos e silêncios (LE GOFF, 1996). Tudo isso, na intenção de entender o espaço cemiterial em sua capacidade de refletir a memória dos mortos e a identidade dos vivos. Dentro desse contexto, a arte tumular podem ser consideradas pistas das sensibilidades perante a morte.

Ao longo da escrita da dissertação, produto final, pretende-se logo no primeiro capítulo: analisar a construção histórica do local estudado, em seguida, no capítulo dois, discute-se os ritos funerários, em específico o Dia de Finados no Brasil e em outras localidades, nos tópicos seguintes desse capítulo cabe a análise dos objetos funerários com ênfase na arte funerária de caráter efêmera. E por fim, apresenta-se o Dia de Finados na região da Chapada, pinheirense, com base nas fontes coletadas durante a pesquisa de campo entre os anos de 2018 à 2020.

DIA DE FINADOS: dinâmica entre pessoas e objetos no Cemitério São José, Chapada pinheirense.

Em Crônica da escritora Pinheirense, Graça Leite a região da Chapada é descrita como um lugar dos “campos altos de Pinheiro”, com abundantes pastagens naturais e onde se concentram a maior parte das fazendas de gado. Na composição da vegetal o local apresenta uma vegetação rasteira, principalmente de gramíneas tendo destaque para as árvores pau d’ arco (ipê) de flores coloridas, “onde se impõe a majestade da palmeira do babaçu” de onde é retirada a folha para feitura de cofos, meançabas⁴⁰⁰ e cobertura de casas. (LEITE, 1989, p.28)

Na ocasião do Dia de Finados, esse local ganha um cenário diferente, pois, as pessoas percorrem longas distâncias, passam por caminhos estreitos até chegarem ao espaço dos mortos, um cemitério rural chamado São José, na região da Chapada, cuidado pela comunidade local, especificamente por pessoas que moram nos povoados São Paulo da Chapada e Campo Novo, ambos próximos ao cemitério. Este cemitério apresenta uma composição de “patrimônio modesto” (ESCOBEDO, 1992) por serem construções funerárias construídas por pedreiros da comunidade, na maioria covas de alvenarias, sem inscrições, sem lápides e pintados em cores celestiais: azul ou branco apresentando formas peculiares ao passo que se diferenciam na decoração e por aproximarem do gosto e percepção local sobre a morte.

⁴⁰⁰ As meançabas são esteiras feitas a partir das folhas da palmeira do babaçu, depois de secas e abertas. A peça é tecida em forma de plana e tem diversas utilidades.

Na **figura 3** pode-se perceber que os túmulos foram construídos de forma aleatória, alguns pintados e outros mal preservados em contraste com a vegetação rasteira dos campos da Chapada, sob os túmulos podem ser observados cruzeiros de madeira ou de ferro retorcido e coroas florais, já na parte lateral de um deles é visto um cofo de palha provavelmente já utilizado conforme demonstrado abaixo:

Figura 3: Cemitério São José e objetos efêmeros.



Fonte: Foto de Julyana Cabral Araújo (2018).

Ainda sobre o cemitério São José, este é um lugar de memória e o fato de não ter inscrição nos túmulos não dificulta a localização das pessoas falecidas, pois, os visitantes passam a conhecer após sucessivas visitas ocorridas no dia de Finados o lugar onde foi enterrado cada pessoa que na maioria tratam-se de parentes e amigos. O local apesar de estar distante da zona urbana ainda recebe sepultamentos até os dias de hoje, tanto de pessoas dos povoados vizinhos como de cidades próximas pelo fato de ter algum ente querido enterrado no local.

Esse cemitério tem como peculiaridade a prática de colocação de cofos feitos com a palha do babaçu e confeccionados no próprio local com materiais encontrados na mata do entorno e após a tessitura, os cofos são colocados na lateral ou sob cada túmulo, acompanhados de velas no espaço oco do objeto que não possuem uma tampa ou fundo, sendo sempre de formato circular, com a base maior que a parte superior da peça, podendo variar no tamanho, conforme visto na figura 4, abaixo, cujo fogo das velas ainda acesos demonstram bem a finalidade do objeto.

Figura 4: o cofo e a vela.



Fonte: foto de Julyana Cabral Araújo (2020).

O uso desses artefatos funerários de caráter efêmeros e artesanal circulam em cada túmulo até cumprirem o seu papel ritual, após a queima das velas esse mesmo cofo é repassado para outro túmulo ou colocado em um local onde outras pessoas podem pegar e reutilizá-lo, na maioria dos casos não é vendido e é emprestado para o “vizinho” do túmulo. Desse modo, esses objetos tem uma função de colocar velas e servem como um presente ao morto sendo não só capazes de representá-lo, mas de trazer aos vivos a lembrança de quem está recebendo as velas acendidas em cada túmulo como forma de interação entre as pessoas que celebram o dia de Finados.

Na figura 5 representada abaixo, a senhora acende velas para parentes falecidos. Dona Diló tem 87 anos e desde criança visita o cemitério São José da Chapada nessa data, lembra também da prática de trazer os cofos para o cemitério com a mãe e por isso, continua vindo ao local acompanhada dos filhos e netos para manter a tradição. A imagem representada abaixo, mostra uma mulher negra, estatura baixa, cabelos brancos e para além das características físicas é perceptível a devoção às práticas religiosas próprias da

região e o semblante triste e contemplativo de Dona Diló esperando a queima das velas enquanto faz suas rezas para os seus entes queridos.

Figura 5: Cofos e túmulos no Cemitério São José.



Fonte: Foto de Julyana Cabral Araújo (2018).

Os objetos usados nessas práticas fúnebres como cofos, velas, e flores além de serem efêmeros e utilizados nesse momento em particular se reintegram na vida social a partir das narrativas do cotidiano, dos contextos sociais e simbólicos, capazes de produzir efeitos na subjetividade individual e coletiva, sendo assim, o entendimento de quaisquer formas de vida social e cultural implica necessariamente na consideração de objetos materiais (GONÇALVES, 2007).

Nesse sentido, as cofos de cemitério ganham um significado de circularidade, ou seja, todos os anos são repostos, essas peças tem uma vida útil efêmera, na sua concepção material se expostos ao tempo perdem logo sua cor natural, não perdendo com o tempo a “autenticidade do ofício da produção artesanal que traz consigo marcas da tradição local” (BENJAMIN, 2012, p.182).

O ato de tecer o cofo como visto na imagem abaixo é uma prática apreendida no seio familiar como no caso de dois parentes e artesãos que juntos compartilham o momento de tessitura de um cofo, sentados sob as sepulturas aparentemente abandonadas por não terem recebido nesse ano a pintura que antecede o Dia de Finados e nesse contexto cada um tece o seu cofo destinado ao túmulo de um ente querido.

Figura 6: artesãos tecendo o cofo, Cemitério São José da Chapada.



Fonte: Foto de Josinelma Roland (2020).

Algumas das entrevistas foram conduzidas durante a pesquisa de campo no local do estudo: o cemitério São José, através da interação entre entrevistador e entrevistado é passado as narrativas de experiências do passado e ações do presente (ALBERTINI, 2004). Conforme reafirma Portelli,

Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores a entender representações (PORTELLI, 2004, p.111).

A relação dialógica entre o trabalho de campo e a História Oral utilizada nesse estudo demonstra a riqueza das entrevistas como fontes capazes de captar gestos verbais e as subjetividades do passado tomados no momento que acontece a narrativa e capazes de agir sobre nosso entendimento dos fatos do passado. Dessa forma, faz se necessário “ouvir contar” uma vez que as narrativas se tornam fontes apresentadas como pistas em forma de relatos do passado (ALBERTINI, 2004, p. 42).

Dentro dessa perspectiva, os cofos de cemitérios analisados se moldam às práticas de celebrações do Dia de Finados estabelecendo ligação entre os vivos e os mortos demonstrando a importância deste último na comunidade pesquisada, pois os mortos e os objetos depositados nos túmulos são carregados de sentidos sagrados, despertam tanta

veneração quanto o homem poderia ter por qualquer outra divindade, os túmulos por sua vez, podem ser vistos como a morada desses seres divinos.

Pode-se dizer também que o túmulo e o cemitério devem ser lidos como totalidades significantes que articulam dois níveis diferenciados: um *invisível* e outro *visível*. E as camadas semióticas que compõem este último têm papel de *dissimular* a degradação (o tempo) e, simultâneo, de *simular* a não morte, transmitindo aos vindouros uma semântica capaz de individuar e de ajudar à *re-presentação*, ou melhor, à *re-presentificação* do ontologicamente ausente (CATROGA, 2015, p.62).

Nesse sistema de ritos os objetos utilizados adquirem um poder significativo, eles circulam, se desgastam, e neste fluxo são reclassificados de acordo com seus significados, dependendo dos seus deslocamentos carregam consigo elementos de contextos sociais e simbólicos os mais diversos, sendo importante acompanhar o fluxo desses objetos de forma descritiva e analiticamente através dos contextos em que estão inseridos (GONÇALVES, 2007).

Como exemplo disso, podemos encontrar o cofo sendo utilizado nas feiras e galinheiros com outros formatos e finalidades sendo um objeto que permeia a vida e morte das pessoas do local, com pode ser observado nas imagens abaixo:

Figura 7: Cofos com camarão na Feira Municipal de Pinheiro-MA.



Fonte: Foto de Julyana Cabral Araújo, 2020.

A **figura 7**, representa parte do cotidiano das pessoas que em suas necessidades básicas se deslocam às feiras para comprar alimentos e os cofos nesse contexto são utilizados como medidas ou depositário desses alimentos, no caso específico da foto os três cofos contém camarão e tem um formato diferente do cofo apresentado no cemitério, pois, tem uma “boca” mais larga e tem uma trança que fecha a peça no fundo. E nesta estética das formas e dos estilos de trançados pode-se revelar um dado importante sobre a sociedade, sendo interessante também perceber a tessitura das narrativas na trama social dos artesãos, e das pessoas envolvidas no uso desses artefatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, esse estudo em andamento, caminha pelos espaços de entrelaçamento entre o homem e seus símbolos produzidos através da memória coletiva e individual. Durante a produção dos artefatos funerários utilizados no espaço cemiterial percebe-se traços das tradições passadas de geração em geração e as concepções em relações a vida e a morte na região da Baixada Maranhense.

A partir disso, a compreensão dos ritos e objetos utilizados perpassam os objetivos centrais desse estudo. Podem-se dizer que, os espaços da morte e os adornos tumulares são reveladores de como a população local ritualiza o momento de finitude e como o morto é visto pelo grupo social e familiar.

As representações da morte materializadas em ritos e objetos demonstram as subjetividades humanas. Por isso, cada gesto deve ser observado como indício de um passado ressignificado por sucessivas práticas rituais. A tessitura do cofo de cemitério, por exemplo, demonstra não só uma reprodução de uma tradição, mas, os sentimentos, envoltos em noções de crenças e sensibilidades em torno da morte.

Portanto, o Dia de Finados, 2 de novembro, sintetiza as sociabilidades em torno da morte na região em paralelo com as práticas rituais e artísticas de cunho popular. Acrescenta-se que a perpetuação da memória dos mortos é, nesse caso, possível pelas relações entre vivos lembranças e ritos de homenagem aos entes falecidos. Nesse caso, vida e morte se entrelaçam na intenção de aliviar o caos deixado pela perda, dor e saudade.

REFERÊNCIAS

ALBERTINI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BELLOMO, Hanry Rodrigues. **Cemitérios do Rio Grande do SUL: arte, sociedade e ideologia**. 2 ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ESCOBEDO, HELEN. **Monumentos mexicanos: de las estatuas de sal y piedra**. México: Conaculta-grijalo, 1992.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GONÇALVES, Jandir; LIMA, Weeslem; FIGUEIREDO, Wilmara. **Cofó: tramas e segredos**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio De Janeiro, 2007. **Disponível em:** https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3753385/mod_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf. **Acessado em:** 12 de março de 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LEITE, Graça. **Bem-te-vi, bem te conto: crônicas pinheirenses**. 2ª edição. São Luís: Estação Gráfica, 1989.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. 2ª. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

Marques, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico Geographico da Província do Maranhão**. São Luís: Typografia do Frias, 1870.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3 ed. Belo Horizonte: Minas Gerais: Editora Autêntica, 2013.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de CIVITELLA Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

RIBEIRO, Dimas dos Reis. **Cemitérios sem mistérios: a arte tumular do Sul de Minas – 1890 a 1925- região dos Lagos de Furnas**. Alterosa, MG: 2006.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2007.

O SAGRADO POPULAR: UM ESTUDO DA FOLIA DE REIS EM IPORÁ-GOIÁS DE 1974 a 2014

*Kelli Cristina Alves de Sousa*⁴⁰¹

RESUMO: A Folia de Reis é uma manifestação popular que carrega consigo um arcabouço, tanto de possibilidades de análise teórica, quanto de vivência e experimentação. O intuito é pesquisar tal temática no Município de Iporá-Goiás, em específico uma família que no início da década de 1940, passa a promover o giro de folia que mais tarde passaria a ser chamada de Folia dos Lourenço. Foi possível observar que ao longo do tempo algumas mudanças significativas e em comum acordo entre os organizadores acabaram por alterar algumas questões ligadas aos rituais e simbolismo da festa. A pesquisa procura analisar as modificações, seus contextos e possíveis consequências tanto para a festividade, quanto para as pessoas nela envolvidas. Serão utilizadas como referência autores como BARROS (2004 e 2019); BRANDÃO (1986); CHARTIER (1995); COELHO & MAIA (2011), MORAIS F^o(1980); PESSOA (2005 e 2007); MATA (2010) e por fim a obra de LOURENÇO (2016). O período escolhido foi de 1974 até 2014, marcado por mudanças em alguns aspectos da tradição da folia. A metodologia utilizada será o levantamento bibliográfico, análise de documentos e Entrevistas/Oralidade. É possível afirmar que se trata de uma manifestação religiosa e cultural muito importante na região, que luta pela manutenção da tradição que é algo tão importante para essas pessoas.

Palavras-chave: *Cultura, Religião, Tradição, Folia de Reis.*

APRESENTAÇÃO

A cultura popular e a religião são dois aspectos intimamente ligados, tratando-se de uma condição que plasmou alguns dos traços mais marcantes da identidade do povo brasileiro. De maneira geral, as festividades do catolicismo popular, como Folias de Reis e romarias definiram um modo particular de crer que escapou dos esforços de conformação institucional da fé.

O município de Iporá faz parte deste contexto. As inúmeras festividades religiosas ao longo do ano realizadas principalmente na zona rural constituem um caleidoscópio

⁴⁰¹ Universidade Estadual de Goiás – PPGHIS – Campus Sudoeste Sede Morrinhos

kellialvessousa@gmail.com

Orientadora: Dr^a. Ordália Cristina Gonçalves Araújo

cultural da região. De forma geral, esses eventos importantes envolvem as comunidades locais, promovem o conagraçamento e a transmissão de valores religiosos e culturais.

Dito isso, o interesse desta proposta é fazer uma análise da Folia de Reis no município de Iporá, que se destaca como manifestação cultural religiosa, praticada pelos adeptos e simpatizantes do catolicismo popular. Almejando compreender essas festividades no sentido de enfatizar sua relevância na cultura popular e na religiosidade daqueles que vivenciam tais experiências e que carregam estas manifestações como parte de sua história.

O conceito de Folia de Reis é trabalhado por Pessoa (2008), ele destaca diferentes grupos, características e locais no Brasil onde elas acontecem e por fim define que:

No essencial do ritual, elas são coincidentes, no sentido de se referirem à folia como um ritual itinerante do catolicismo popular, atualizando a memória da narrativa bíblica da visita dos Reis Magos ao Menino Jesus, oferecendo cânticos e preces e pedindo ofertas para os festejos finais do giro de cada ano. (p.70)

Em específico, a pesquisa visa dar enfoque à Folia dos Lourenço, que é vista por seus integrantes como exemplo de resistência cultural, de celebração da fé e renovação de laços de amizade e vizinhança, como destaca o Senhor Dorivaldo Lourenço, autor da obra “Folia dos Loureço 1944-2013, que registra importantes informações e que impressiona pela riqueza de detalhes no resgate histórico e cultural.

A Folia dos Loureço, teve sua origem por volta do início da década de 1940, graças à um compromisso com os Santos Reis, feito pela matriarca da família Sousa, a Senhora Faustina Emília de Jesus, pois sua filha Maria Emília de Jesus, casada com Francisco José de Souza (Chico Gordo) estava de mudança da cidade de Monte Santo de Minas Gerais para Goiás. Seu anseio era que tudo corresse bem nessa nova empreitada de parte da família e como forma de agradecimento, estariam incumbidos de promover a tirada de uma folia de Santos Reis em seu novo local de Moradia. O compromisso começou a ser cumprido por Chico Gordo e sua família no ano de 1944. A família Souza, com o apoio de outras famílias mantiveram a tradição entre os anos de 1944 até 1959. A partir do ano de 1960, a Folia passa para o comando da família Lourenço, tendo como embaixador o Senhor Geraldo Lourenço de Oliveira, que veio a falecer em 1964, e em 1965 quem assume a função é o Senhor Romão de Freitas Silva. O Sobrinho do falecido Senhor

Geraldo Lourenço, o Senhor José Lourenço de Oliveira, permanece na direção da folia por 47 anos, conduzindo a festividade até o ano de 2013, pois em 2014, já debilitado por conta de um tratamento oncológico veio infelizmente a falecer no mesmo ano, como relata Lourenço (2016).

Como recorte temporal iremos nos ater ao período de 1974 a 2014. Mas porque essas datas em específico? Pois 1974, se trata do ano em que, conforme Lourenço (2016), foi acordado entre os foliões importante mudança em relação à quantidade de dias de duração do giro da folia e do uso de uniformes, prática essa que permanece até os dias atuais. O autor também destaca que no ano de 1998, outra importante alteração ocorreu, com o intuito de não oneração em relação aos custos financeiros, gerados para os anfitriões com estadia e alimentação e, principalmente pela rapidez e agilidade de deslocamento por conta das novas tecnologias nos meios de transporte, fica acordado que cada folião faria as refeições e dormiria em sua própria casa. Em 2003, ficou decidido entre os organizadores que a entrega da folia (encerramento) que sempre acontecia no dia 5 de janeiro, passaria a acontecer no primeiro sábado do ano, buscando maior comodidade para os foliões que poderiam assim descansar o domingo e retornar às suas atividades laborais normalmente. A pesquisa visa propor o período de análise até o ano de 2014, pois foi o ano da morte do Senhor José Lourenço de Oliveira (Zezão), embaixador da folia, fato esse que segundo Lourenço (2016) se trata do fim de uma era para o grupo.

Ao observar essas mudanças surgiram alguns questionamentos por parte da pesquisadora. Dentro da religiosidade, tradição, ritos e símbolos o que essas mudanças representam? Como elas são vistas pelos foliões e participantes da festa? Estaria ocorrendo uma descaracterização dos festejos? E, até que ponto é possível flexibilizar fatores tão importantes na estrutura da realização da Folia?

Tal proposta se faz relevante diante da necessidade de compreensão e valorização da tradição e da religiosidade como componente cultural, haja visto que se trata de um fenômeno importante que conta com a participação e envolvimento de parte da população local. O acontecimento de festividades religiosas é algo cotidiano no contexto regional, devendo ser analisado com o intuito de se conhecer tais manifestações e as mudanças pelas quais elas veem passando ao longo do tempo. Cultura e religiosidade, manifestas pelo povo e para o povo, que serão observadas e discutidas, analisando a manutenção e a não manutenção, e o repasse de tradições que compõem a história da população local.

Ancorado na perspectiva da história cultural, o interesse em pesquisar o resultado da junção de cultura e religiosidade popular, se pauta no argumento de Silveira e Reimer ao afirmarem que:

A cultura passou a ser vista de forma ampla, englobando, além das materialidades históricas, também ideias, mentalidades, representações, maneiras de ser e de sentir” [...]. A religião é um conjunto de representações que torna a realidade inteligível para que homens e mulheres possam habitar nela.” (2012, p.65)

Norteando assim a busca pela compreensão dessa força que é a cultura popular que segundo Chartier (1979) se trata de a um sistema simbólico coerente e autônomo, vinculado a religiosidade e que pode facilmente ser percebido através das manifestações festivas que expressam e misturam tais elementos.

Em grande medida, a identidade do povo brasileiro, sobretudo a mulher e o homem sertanejo, foi composta a partir da religiosidade popular (BRANDÃO, 1986). As festividades do catolicismo popular, em especial as Folias de Reis, constituíram e ainda constituem uma religiosidade mais fluída, polissêmica e lúdica que escapa do controle estrito da religião institucional e de seus agentes responsáveis pela ortodoxia.

Situada na região Oeste do Estado de Goiás, a cidade de Iporá, com cerca de 32 mil habitantes abriga tendências religiosas distintas, a despeito da hegemonia da narrativa cristã. Suas inúmeras festividades de religiosidade populares são realizadas ao longo do ano, em destaque as folias em povoados rurais do município, e em regiões urbanas, não necessariamente periféricas, que são influenciadas pela cultura sertaneja. De forma geral, esses eventos importantes envolvem as comunidades locais, promovem o conagraçamento e a transmissão de valores religiosos que estruturam a vida dos devotos e definem em grande parte a cultura sertaneja dessa região.

Partindo desses pressupostos, essa proposta de pesquisa procura compreender a cultura e a tradição religiosa dos participantes das Folias de Reis em Iporá. Essa escolha se justifica a partir da necessidade de lançar luzes de forma reflexiva sobre as diversas formas de manifestação religiosas e culturais que organizam a experiência de vida dos sujeitos. Ao nos debruçarmos sobre esse objeto, damos voz e visibilidade social e histórica aos grupos e indivíduos que geralmente são ignorados por narrativas totalizantes comumente comprometidas com ideologias etnocêntricas que relegam as manifestações da religiosidade popular ao terreno do obscurantismo e da absurdidade.

Sua justificativa também se baseia em indagações da pesquisadora que assim como os habitantes da região onde vive, procura compreender a respeito das nuances e sutilezas que constituem a cultura regional em que ela habita. Nesse sentido, esse projeto materializa o interesse de uma parcela da sociedade do Oeste Goiano na compreensão de aspectos da cultura local através das manifestações culturais e religiosidade popular.

As pesquisas sobre cultura, religião e tradição se tornam cada vez mais presentes e relevante nos estudos históricos, permitindo um olhar voltado para especificidades de manifestações religiosas e festivas que compõem o cotidiano de comunidades, que por muito tempo estiveram apartadas do processo histórico, mas que agora possuem visibilidade no meio acadêmico e principalmente podem se reconhecer como agentes históricos que participam e fazem a história de um povo, a partir de suas manifestações de fé e tradição.

Assim, ao discutir cultura, religiosidade e tradição espera-se contribuir não apenas com o registro histórico de tais manifestações populares, mas principalmente fortalecer a temática nas discussões acadêmicas. Com bem explicita Pessoa:

Enquanto objeto de pesquisa, a folia de reis já viveu dias melhores do que os deste início de século. Fazendo parte de um contexto mais amplo da cultura camponesa, ela já foi mais pesquisada e discutida por historiadores, sociólogos e antropólogos praticantes de um conjunto de ciências interessadas no mundo rural, francamente desmobilizado desde o início dos anos de 1990. O rural não tem mais o mesmo charme que a academia lhe devotava nas duas ou três décadas anteriores. Paradoxalmente, os grupos de folia estão tendo não apenas maior renovação dos seus quadros, com o ingresso de jovens e adolescentes, como também maiores oportunidades de se reproduzir, tanto no campo como nas cidades e, inclusive, de se apresentarem em público, fora do giro, especialmente nos Encontros de Folias, como acontece em Ribeirão Preto (SP), em Brasília, em Aparecida do Norte (SP) e em Goiânia. E esses encontros começam a conquistar a atenção de outros observadores vindos do teatro, da dança, da fotografia. A essa novidade, em termos de pesquisa sobre folia de reis, entendo estar acrescentando também o presente exercício, procurando pensar a própria reprodução do ritual como constituição de um campo de práticas educativas. (2007, p.69)

Com o debate estabelecido com a pesquisa busca-se compreender a importância da Folia de Reis partindo dos conceitos de cultura e religiosidade popular, observando as mudanças e permanências ocorridas ao longo do tempo, tendo como objeto o grupo de Folia de Reis denominada “Folia dos Lourenço”, no período entre 1974 e 2014.

Em específico, propõe-se discutir os conceitos de cultura e religiosidade popular, contextualizando as folias de Reis no Município de Iporá. Fazendo a análise da história da Família dos Lourenço, sua importância para a cultura, a religiosidade e a tradição para a comunidade local, com o intuito de compreender as especificidades e significado da Folia de Reis e sua contribuição para a cultura e a religiosidade de pessoas que participam de um momento tão importante, que faz parte da existência de pessoas que nasceram e cresceram vivenciando essa tradição. Assim se propondo a analisar o significado das mudanças nos ritos e símbolos e o que elas representam dentro da tradição.

MATERIAIS E MÉTODOS

Ao discutir Religiosidade e Cultura, a oferta de material teórico permite um amplo acesso a posicionamentos e perspectivas das mais variadas, porém trata-se de um trabalho que destina boa parte de seus esforços para o conhecimento, participação e coleta de dados sobre as festividades locais, visando a exploração e a obtenção de dados que podem vir a auxiliar novos estudos dentro da perspectiva proposta.

A pesquisa se sustenta a partir de levantamentos bibliográficos, estruturada em autores que discutem importantes teorias acerca da religiosidade, cultura e história. Mas além disso, a essência se dará principalmente a partir de fontes orais e produções locais que buscam manter viva a história e a tradição de pessoas que tem na religião não apenas uma expressão de fé mas um contexto de vida e de identidade como sujeitos históricos.

Barros, nos traz o conceito de Fonte Histórica destacando que:

é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história (2019).

Partindo de tal pressuposto é que iremos basear nossa pesquisa, com a coleta de informações, depoimentos e vivências nas comunidades para que seja conhecer *in loco* a dinâmica e a importância de tais manifestações de fé, religiosidade e festividades.

Ao falar de religiosidade e cultura é possível se ter acesso á importantes autores que discutem e embasam teoricamente tal temática, são muitas possibilidades. Aqui

iniciaremos a partir da compreensão da crença e do fenômeno religioso que possui a capacidade de interferir de tal forma na vida e na conduta das pessoas, produzindo efeitos sociais práticos e concretos direcionando as relações dos indivíduos com o mundo a sua volta. Sobre religião, Mata (2010) destaca que se trata de:

uma força capaz de gerar efeitos sociais concretos, de regular com maior ou menor êxito uma conduta de vida, de moldar com maior ou menor sucesso algumas das estruturas de pensamento por meio das quais aprendemos a nos relacionar com o mundo. (p.22)

Mata (2010), aborda a abrangência da religião nas muitas esferas da vida, em aspectos que transcendem questões de fé ou salvação. Ele destaca a força dos mitos, a relação entre o sagrado e o profano, o surgimento de religiões monoteístas e as relações religiosas no contexto histórico, sendo assim fonte primordial para os estudos que estabelecem essa relação entre sociedade, cultura e história.

De natureza qualitativa, nossa reflexão também está em afinidade com a produção de Carlos Rodrigues Brandão (2007) e Jadir de Moraes Pessoa (2005) no que toca ao lugar ocupado pela religiosidade popular na cultura brasileira. Brandão (1986) acredita que a religião é uma senda reflexiva fundamental para compreendermos a colcha de retalhos cultural de nosso país. Para o antropólogo, a religiosidade do povo brasileiro, sobretudo aquela de matiz popular experimentada pelas camadas sociais proletárias que habitam o sertão e as periferias, é vívida e dinâmica, composta de nuances complexas que estão muito além de leituras simplistas que situam a fé do povo a partir dos significantes estigmatizantes “crendice” e “superstição”. Para esse autor,

O catolicismo camponês que aprendeu com a Igreja, reage sobre o que aprende e recria combinações. [...] O trabalho recriador de rezadores, capelães e agentes de cura transfere, sem quebrar a lógica, os símbolos e combinações de uma mesma tradição cultural de fé. [...] cada agente de qualquer comunidade pode acrescentar os casos próprios do estoque local a um repertório comum de crenças (BRANDÃO, 2007, p. 366).

No sentido das recriações, nossa lente teórica considera que a religiosidade popular que aqui discutimos é resultado da apropriação da religiosidade institucional. Essa apropriação, diga-se, favorece seus agentes na medida em que seus conteúdos atuam como atenuadores da experiência de urbanização – há também um matiz de resistência.

Em outras palavras, as recriações que engendram as Folias que acontecem até hoje em Iporá mantêm viva através da fé, da cantoria e das rezas a memória a identidade sertaneja.

De maneira semelhante, Pessoa (2005, p.51) explica que “o que chamamos de cultura popular nasce em grande medida de uma vivência prática ou de lembranças ou ainda de imagens recebidas ligadas ao cultivo da terra”, confirmando assim essa característica intrínseca das manifestações culturais e religiosas, que se mantém viva nas comunidades rurais do município de Iporá. O autor ainda ressalta que a contribuição do rural é muito expressiva e que este é um aspecto observado em praticamente todas as cidades brasileiras. Mesmo diante dos avanços tecnológicos, da globalização excludente, da valorização do novo, essa ligação com o campo se fortalece, se renova e se mantém. Para o autor, “mesmo no contexto urbano, há muitas pessoas que elaboram sua compreensão de mundo, com as referências do mundo rural” (PESSOA, 2005, p.51).

O tema, festividades populares, com raízes rurais, é abordado por Coelho e Maia (2011) em artigo que enfoca os movimentos de saída da bandeira de Santos Reis do Jardim das Aroeiras em Goiânia, Goiás, discutindo a interação espacial, as influências culturais no deslocamento, na mobilização e na circulação de pessoas, abordando o início de uma jornada ou giro de folia de Reis. Aspectos esses que apresentam semelhança com algumas festividades no município de Iporá, com isso é possível relacionar tais fenômenos religiosos e culturais a outras manifestações em local distinto e assim buscar entender o resgate de tradições rurais da relação casa-rua não somente na zona rural, mas também no contexto urbano.

Melo Moraes Filho (1880) nos fala da importância dessas Festas Populares e Religiosas, destacando a forma como tais eventos interferem na vida e nas necessidades que o povo carrega em seu ser.

Há dias em que o povo precisa fazer-se criança. Contrariar esta lei, é torna-lo triste, desgraçado. Essa bem aventura popular, esse esquecimento momentâneo das lutas pela vida, só a religião largamente proporciona, visto como exclusivamente ela algema as dores que as sociedades desencadeiam nas contingências imediatas, nos acontecimentos decisivos. (MORAES FILHO, 1880, p.103)

A presença de tais manifestações na vida das pessoas, a manutenção de uma tradição que tem em suas origens raízes tão profundas, permitem que essas práticas se mantenham firmes e presentes no cotidiano de boa parte da população. Diante de tamanha

riqueza cultural e religiosa manifestada através das Festas de Folia de Reis no município de Iporá, percebe-se a oportunidade de explorar, registrar e compartilhar as informações que podem vir a ser levantadas diante de um estudo que busque não só analisar, mas também documentar a expressão de um povo que nem sempre consegue divulgar e demonstrar suas riquezas vivenciadas cotidianamente.

Nossa pesquisa será de natureza qualitativa já que nos preocupamos com a compreensão da identidade religiosas dos agentes sociais inscritos nas festividades de Folia de Reis. A partir das observações de Marconi e Lakatos (2009) a respeito da pesquisa qualitativa, entendemos que a imersão nas atividades religiosas – pesquisa participativa – será fundamental para entendermos não apenas as sutilezas da festividade religiosa em seu aspecto mais interior, mas também os aspectos devocionais mais interiores que só serão acessíveis na medida em que nos envolvermos com o ambiente folieiro.

Além da imersão nessas atividades, lançaremos mãos de entrevistas semiestruturadas que nos ajudarão a recolher dados úteis para historicizar as folias de reis realizadas no município de Iporá. Essas entrevistas também serão plausíveis para compreender a maneira que os sujeitos estruturam suas vidas a partir das folias e os processos de transmissão geracional dos saberes que constituem a religiosidade folieira, para isso é imprescindível a autorização e acompanhamento do Conselho de Ética para garantir o academicismo e a prevalência da ciência.

Como qualquer questionário semiestruturado, as perguntas serão dispostas de forma a garantir alguma flexibilidade de acordo com o ritmo da entrevista, que durará cerca de uma hora. Os entrevistados serão maiores de idade, dos gêneros masculino e feminino, com ênfase àqueles/as com mais experiência com folias.

RESULTADOS ESPERADOS

A ciência se coloca como o melhor caminho para a obtenção de respostas confiáveis acerca de diferentes questões que inquiete o ser humano. Ao seguir essa orientação básica, a pesquisa procurará investigar, levantar documentos e abrir caminhos para a discussão acerca de uma temática tão presente no dia a dia das pessoas, como a cultura, religiosidade e tradição. Espera-se ter acesso a respostas ou direcionamentos sobre os seguintes aspectos: Como se deu a forte presença da religiosidade na cidade de Iporá, se foram importantes as contribuições da Família dos Lourenço, qual sua

importância para a cultura, a religiosidade e a tradição para a comunidade local? Diversas festividades religiosas populares são realizadas ao longo do ano, dentre elas a Folia de Reis, que faz parte da cultura, religiosidade e tradição local, é de nosso interesse saber como ela influencia e é influenciada pelo modo de vida daqueles que a vivenciam e a mantém? De forma geral, esses eventos importantes envolvem as comunidades locais, promovem o conagraçamento e a transmissão de valores religiosos que estruturam a vida dos devotos e definem em grande parte a cultura sertaneja dessa região. Discutir os conceitos de cultura e religiosidade popular, contextualizando as folias de Reis no Município de Iporá. Para isso é preciso analisar o significado das mudanças nos ritos e símbolos e o que elas representam dentro da tradição.

O desenvolvimento da pesquisa é um processo árduo, construído com esforço e dedicação, fatores esses que não serão vistos como obstáculos, mas como incentivo à busca constante do crescimento intelectual e evolução como cientista. Isso só se torna possível, diante das trocas acadêmicas que permitirão o amadurecimento e produção de uma pesquisa séria, de qualidade e relevante. Para isso ocorra efetivamente, a produção de artigos científicos e a participação em congressos, que promovam o debate e contribuição à produção científica, é algo imprescindível. Por esses meios, será possível a disseminação de resultados e compartilhamento do conhecimento produzido. A avaliação se dará seguindo critérios rígidos pré-estabelecidos para a produção científica, com a verificação da proposta de pesquisa e os resultados alcançados, a relevância do tema e sua contribuição para o Programa de Pós-Graduação de História, para a Universidade, a agência de fomento à pesquisa e principalmente para à sociedade, que custeia o curso e a pesquisa, promovendo a educação e a ciência em Goiás.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. A. O campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

_____. Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos. ANPUH RJ, 2019. História e Parcerias.

BRANDÃO, C. R. Os deuses do povo – um estudo sobre a religião popular. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger, "'Cultura popular': revisitando um conceito historiográfico". Revista Estudos Históricos (Rio de Janeiro), vol. 8, n. 16 (1995).

COELHO, T. O.; MAIA, C. E. S. (2011). Rituais de saída da bandeira na folia de Santos Reis do Jardim das Aroeiras em Goiânia, Goiás. *Agrária (São Paulo. Online)*, (15), 126-144.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURENÇO, D. Folia dos Lourenço – 1944 a 2013. Goiânia: Mundial Gráfica, 2016

MATA, Sérgio da. História & Religião. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

MORAIS Fº, Melo. Festas e Tradições Populares do Brasil. Coleção Brasileira de Ouro. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráficas, 1880.

PESSOA, J. M. Saberes em Festa: Gestos de ensinar e aprender na Cultura Popular. Goiânia: Editora da UCG, Editora Kelps, 2005.

_____. Mestres de Caixa e Viola. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 63-83, jan./abr. 2007

RICOEUR, Paul. “Objetividade e subjetividade em história”. In: _____. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p. 23-44.

SILVEIRA, J. P.; REIMER, H. Prolegômenos para uma história cultural das religiões. In: REIMER, H; SILVEIRA, J. P.; PROTO, L. V. P. (Orgs.). Primeiros Diálogos: uma introdução a reflexão histórica. São Leopoldo: Oikos, 2012.

RELAÇÕES DE PODER, ESTADO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES FREIRIANAS PARA A PRÁTICA DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

*Kelly Christine de Andrade Oliveira*⁴⁰²

RESUMO: Este artigo apresenta algumas considerações sobre a perspectiva dos estudos realizados para construção da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG). Para respaldar a proposta de pesquisa nos ocupamos de uma revisão bibliográfica com o intuito de apontar as relações de poder entre o Estado e a educação assentadas na análise de obras acadêmicas que apresentam considerações sobre a manifestação da força do Estado, a expansão universitária e a importância da docência crítico-reflexiva. Destacamos o diálogo que envolveria relações na perspectiva de compreender as imposições da sociedade capitalista e o papel do Estado. A presente e breve exposição nos permitiu refletir sobre uma dinâmica de avanços e retrocessos sobre a temática estudada inserida no contexto histórico-político brasileiro que marcam a educação superior e as relações de poder por meio da intervenção do Estado em defesa dos interesses da classe dominante.

Palavras-Chave: *Ensino Superior. Educação. Relações de Poder. Universidade.*

Introdução

Ao que se refere as políticas públicas, devemos apreender o entendimento como ações do Estado em materializar os direitos sociais, os quais, em cada governo, a necessidade de pensar em uma oferta que prime à qualidade do ensino oferecido a classe trabalhadora que sustenta nas universidades a busca da autonomia e do crescimento intelectual. Uma qualidade prevista por lei – Art. 205: II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei (BRASIL/CF, 1988, p. 57) –, mas que não é, em muitos casos, consolidada na realidade.

Nos últimos dois anos, o cenário político brasileiro tem passado por muitos questionamentos no que faz referência ao campo educacional. Observa-se em noticiários apreensão de falas ideologizadas e fomentadas em um discurso carregado de

⁴⁰² Mestranda do curso de História pela UEG, licenciada em química pelo Instituto Federal de Goiás, pedagoga pela Universidade Paulista, professora especialista em inclusão e em docência do ensino superior. E-mail: secretariaeskelly@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos

anticientificismo⁴⁰³ firmado em declarações polêmicas sobre a representatividade e importância das universidades públicas, em especial, dos cursos da área de humanas. É nesse cenário que devemos buscar estratégias para compreender o papel do Estado e a função primordial da implementação de políticas públicas, que de fato, façam o Brasil seguir com respeito e valorização da educação.

É certo que não se tem uma educação pública de qualidade se não consideradas as diferentes condições econômicas, tal como, sociais e culturais das populações a que essa educação se destina. E a defesa de uma educação pública de qualidade parte de um enfrentamento ao contexto social capitalista neoliberal e neoconservador, que prioriza os préstimos à classe dominante.

Cabível de discussão por uma defesa ao ato democrático da educação far-se-á necessário refletir sobre os cortes de verbas para as universidades públicas, tal como, discutir a importância da construção do pensamento científico e as colaborações ímpares do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que foi alvo de declarações⁴⁰⁴ notáveis de pouco e/ou nenhum conhecimento sobre a sua produção e fundamentação acadêmico-científica.

Nesse prisma, este trabalho direciona-se para as universidades públicas e o papel do professor na formação discente. Para ancorar a proposta de pesquisa, trar-se-á ao cunho de conhecimento, o levantamento bibliográfico de obras de autores insígnies na compreensão da relação de poder na sociedade, tal como, obras acadêmicas (artigos, dissertações, teses) que apresentam considerações sobre a manifestação da força do Estado, a expansão universitária e a importância da docência crítico-reflexiva.

Procuramos reverberar sobre as noções das relações de poder do Estado enquanto Aparelho Ideológico para a determinação da atuação de professores em sua prática cotidiana, salientar a importância das contribuições de intelectuais (pesquisadores) que se dedicaram à ruptura da propagação da dominação da classe opressora, e consequentemente, evidenciar a função política do professor no exercício de suas

⁴⁰³ Para refletir sobre o anticientificismo consultar A Nova Era e a Revolução Cultural: “nem as ideias de Capra nem as de Gramsci necessitam de refutação. Sua interpretação ordenada e clara já vale como refutação. O simples desejo de compreendê-las basta para exorcizá-las. São ideias que só podem prosperar sob a proteção de uma névoa de ambiguidades, e só encontram terreno fértil nas almas que anseiam por ilusões lisonjeiras, em cujo colo macio possam esquecer sua própria miséria, a miséria de toda vaidade” (CARVALHO, 2013, p. 92). Carlos Zacarias de Sena Júnior da Universidade Federal da Bahia aponta em seu artigo para o Cadernos GPOSSHE On-line, Fortaleza, uma reflexão no qual o anticientificismo como fruto de uma crítica ao racionalismo pode-se compreender algumas “correntes tidas por irracionaisistas” que vão impor ao intelectual e política, abrindo uma configuração descrita em crítica como “barbárie promovida pela razão e ao seu cientificismo atávico”(JUNIOR, 2019, p.34).

atividades docentes, bem como apontar a reflexão das concepções teóricas de Paulo Freire, que podem contribuir para a emancipação do oprimido.

Relação de Poder entre Estado e Educação na Conformidade das Fundamentações Teóricas Marxistas

Na compreensão da relação entre poder do Estado e educação, direcionamo-nos primeiramente ao essencial conhecimento das obras de Karl Marx, que traz a perspectiva do processo de submissão de uma grande parcela social (uma classe dominada) à pequena e prestigiada parcela social (a classe dominante), no qual, a segunda impõe a sua dominância com o uso dos meios de produção (por serem detentoras deles), na exploração da primeira, que apresenta no quadro dessa relação apenas sua força de trabalho que lhe permite a subsistência, em contrapartida, o enriquecimento da outra. Realizamos uma análise bibliográfica com uma visão voltada à discussão da produção de ferramentas do Estado (no centro da discussão a educação) para intervir na sociedade, pois entendemos ser de precípua relevância.

Procuramos destacar que para a existência de um diálogo que envolva as relações entre o poder do Estado e a educação, temos que ter uma preocupação, antes de tudo, com a compreensão da sociedade capitalista e o papel do Estado. Com a finalidade de entender o contexto exposto ao longo desse trabalho, propomos o entendimento das ideias de Karl Marx.

Com a leitura cuidadosa do Livro 1/Volume I de O Capital é perceptível que Marx (1980) desenha o aspecto social da política, assim sendo de uma relação de dependência das condições advindas dos meios de produção. Nos escritos descobrimos a relação de duas classes que sustentam a sociedade capitalista e faz com que haja uma relação de poder do opressor sobre o oprimido e nos meandros da relação entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, o uso da força pela classe proprietária e engrenadora do capital para a manutenção de sua hegemonia.

Temos a construção de uma análise crítica na qual a sociedade em sua manutenção é voltada à questão de que toda especificidade de cada época sócio-histórica quanto à política do Estado no papel que ocupa, adapta-se às necessidades da classe dominante. Em sentido amplo, Marx (2013) aponta o descaso com os operários e explícita a exploração da força de trabalho no processo produtivo como forma de se afirmar as desigualdades de classes em busca do capital, que garante benefícios para os detentores dos meios de produção.

Na luta pela manutenção da dominação, os trabalhadores⁴⁰⁵ ao longo da história são submetidos aos préstimos da sociedade capitalista e a excludente atuação do Estado para com eles, uma vez, que são postos a situações de aceitação, condicionando-os as formas já inexistentes de trabalho autônomo tornando-os reféns do sistema. Como descreve Marx (1996, p. 110): “o que melhor poderia caracterizar o modo de produção capitalista do que a necessidade de que lhe sejam impostas, por meio de coação legal do Estado, as mais simples providências de higiene e saúde”?

O que se nota indiscutivelmente nesse processo de análise é que Marx revela o Estado como parte do desenvolvimento e preservação da classe dominante, sendo uma ferramenta indispensável ao processo opressor sobre a classe dos trabalhadores. Ao longo dos escritos, os operários, se revelam como objetos de utilidade e de descarte, sem que se hajam condições libertadoras para a situação de oprimidos submetidos ao sistema⁴⁰⁶ e toda a articulação de sua teia.

Nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos, Marx (2010) se manifesta contra o capitalismo, preocupando-se em apontar a importância do homem (essência humana) no interior da sociedade capitalista não reduzido a mercadoria. Nessa obra Marx (2010, p. 104) denuncia um sistema que valoriza o mundo das coisas e reciprocamente desvaloriza os seres humanos e destaca que dentro do capitalismo a comunidade⁴⁰⁷ é vista apenas como “uma comunidade do trabalho e da igualdade do salário que o capital comunitário, a comunidade enquanto o capitalista universal, paga”.

A unidade mútua que nos precede como seres humanos, mesmo quando afirmamos nosso particular, nosso “ser genérico”, as relações pensadas pela a sociedade, quando uma existência de uma totalidade constitui a vida humana, nos levam a ser seres coletivos. Em necessidade, o homem deve ser visto em sua essência sensível da vida do

⁴⁰⁵ Marx (2013, p. 980) descreve: “expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes ‘voluntários’ e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes”.

⁴⁰⁶ “O capital, assim que fica sujeito ao controle do Estado apenas em alguns pontos da periferia social, se ressarcia tanto mais desmesuradamente nos outros pontos; segundo, o clamor dos próprios capitalistas por igualdade nas condições de concorrência, isto é, limitações iguais à exploração do trabalho” (MARX, 1996, p. 118).

⁴⁰⁷ “Como consciência genérica o homem confirma sua vida social real e apenas repete no pensar a sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser pensante, para si” (MARX, 2010, p. 107).

que é obra humana e pelo homem constituído, não podendo ser posto como uma propriedade privada. O homem que é colocado como mera parte de um sistema de reprodução, sem que seja vista nele a essência humana e sua coletividade se achará “simultaneamente o objetivo para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranhando e não humano” (MARX, 2010, p. 108).

Karl Marx e Friedrich Engels (2007) trazem a exposição da história em sua composição materialista, em uma reflexão crítica sobre as ideias filosóficas que se firmavam em seu tempo. Em uma construção posterior aos Manuscritos Econômico-Filosóficos, a obra se articula de maneira magistral na exposição do idealismo alemão com tom de crítica, em face de construção da análise marxista da sociedade estabelecida com o modo de produção, aponta o trabalho e a força produtiva dos trabalhadores em estado de alienação consolidados por uma falta de consciência da relação de poder existente entre as classes. Com uma forma de constatar que existe uma pressão ideológica a qual estamos submetidos e controlada pela classe dominante, são colocadas as ideologias alemãs no centro da crítica por terem conceitos que não levam à luta contra a barbárie do sistema.

Harvey (2005) descreve em sua obra, a importância de se entender os processos de produção em circulação, tal como, compreender o capitalismo no qual Marx descreve em “O Capital”. Harvey (2005) aponta o papel do Estado como uma forma da manutenção do capitalismo por meio de suas ações, manifestado em uma ativa repressão social e consciente no seu direcionamento à classe burguesa e encontra no Estado a firmação oficializada da reprodução da divisão de classes e da hegemonia dos dominadores.

O Estado, mesmo com toda autonomia que pode apresentar ofertando uma liberdade para a classe dominante, impõe a sua força por meio da “autonomia relativa” e essa forma de exercer seu poder é colocada em um jogo político que reflete para sociedade um “interesse geral ilusório” (HARVEY, 2005, p. 79). Além de desdobrar em sua obra uma compreensão de extrema relevância dos pensamentos marxianos, Harvey (2005) afirma que:

[...] frequentemente vemos Marx descrito como um autor que retrata homens e mulheres como seres dominados por cálculos econômicos racionais, quando, na realidade, Marx assinala que é o modo capitalista de produção que força tal racionalidade, contra todas as evidências quanto ao que os seres humanos são na realidade. Vimos Marx descrito como um determinista econômico, quando, na realidade, assinala que o reino da liberdade começa onde acaba o reino da necessidade, sendo apenas por meio da luta política e pessoal, que podemos obter o domínio

sobre nossa existência social e física, produzindo essa liberdade (HARVEY 2005, p. 78).

Essas argumentações de Harvey são fundamentais para a análise e para o diálogo que realizaremos sobre a educação, pois expõem o Estado em suas manifestações como instrumento de coerção e extensão da hegemonia das reproduções capitalistas em um governo para poucos e não para o povo.

Estudos sobre a Universidade Estadual de Goiás: A Importância da Divulgação Científica

O papel do Estado como propagador de mecanismos ideológicos geradores da manutenção de classes, o maior trunfo da narrativa⁴⁰⁸ que lhe proporciona a hegemonia, temos a educação submetida às fundamentações teóricas que dialogam com as ferramentas usadas pelos órgãos públicos de ensino do Estado, por meio do seu aparelho administrativo-burocrático.

Apontamos para o entendimento das relações de poder ora pesquisada, três categorias: o Estado, a educação e as práticas dos professores na possibilidade de rompimento com os paradigmas da educação que são perpetuados pela sociedade capitalista. Observa-se que nada se constrói na sociedade sem que se tome em notoriedade o tripé da estrutura em discussão em termos de considerar que há uma ligação, que por meio de ações permitem a relação cíclica⁴⁰⁹, com necessidade de ser rompida, em que se tem um impacto semiótico⁴¹⁰ na construção da ideologia e modo de agir da sociedade,

⁴⁰⁸A classe burguesa convence a classe trabalhadora, e consequentemente, o Estado impera no meio do poder com a expansão da opressão simbólica. Uma “proclamação teórica da consciência correspondente a práxis burguesa, da consciência da exploração recíproca como relação universal de todos os indivíduos uns com os outros, foi, igualmente, um audacioso e nítido progresso, um esclarecimento profanador do atavio político, patriarcal, religioso e benevolente da exploração sob o feudalismo; um atavio que correspondia à forma de exploração daquela época e que fora sistematizado sobretudo pelos teóricos da monarquia absoluta” (MARX, ENGELS, 2007 p. 396-397). Ideia essa, que se gemina na terra fértil dos dias de hoje, na qual a narrativa da exploração passa a ser tomada como relações universais e de aceitação propagada pelos grandes empresários que é aceita e estendida pelo Estado, todos em submissão global as “nações poderosas”.

⁴⁰⁹ É importante deixar claro que a ideia aqui não é afirmar que há um ciclo permanente entre as ideias ou ações que fundem as três estruturas, mas uma ligação correspondente e cíclica em periódico, no qual o jogo de poder que envolve as normatizações do Estado afeta diretamente a educação, que por sua vez é reproduzida e propagada em relação as posturas que são tomadas pelo docente. A ruptura prevista nesse momento se dá pela tomada de consciência, que é descrita com maior detalhamento a posteriori, ao se entender Freire (2013).

⁴¹⁰Em termos de análise, o trabalho não busca apenas limitar a educação no campo da sala de aula, mas trazê-la como uma parte fundamental na interferência no mundo, quando por meio dela, há uma emancipação do pensar e uma criação da autonomia como defende Freire (2013). Assim sendo, toda a esfera

mediante o estabelecimento de relações e acordos sutis, onde o ganho é o poder hegemônico do dominante sobre o dominado.

Essas ações são expostas por Poulantzas (1980, p. 14), ao descrever que o Estado como núcleo de difícil acesso de seu controle, no qual a classe dominante aponta a forma de imposição para o “resto”, não proporciona a participação da classe dominada nas tomadas de decisões, que poderia (pode) interferir nessa ação de controle. Para o entendimento das relações de poder entre as classes, o autor coloca o poder político do Estado diretamente afiliado ao poder econômico e social da classe burguesa, no qual o Estado capitalista é uma ferramenta de manifestação das ações dominantes, que recorre ao mesmo não somente para a preservação de sua continuidade, mas para garantia da legitimidade de suas ideias que são proporcionadas historicamente, por meio da produção de leis por parte do Estado (POULANTZAS, 1980).

Dentro desse diálogo, Saviani (2011, p. 80) descreve que a educação “não é determinada de forma absoluta pela sociedade”, pois há seguimentos de ações recíprocas; uma ação retomando a outra. As ações são, de uma parte, providas pelo Estado (educação, enquanto sistema de ensino) e outra pela sociedade (educação), podendo ser contribuintes de mudanças acerca da ação e da reação manifestada.

Tal como posto por Saviani (2011, p. 80) “o determinado reage sobre o determinante e, por consequência, a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação”. Em complemento, Mészáros (2008, p. 65) destaca que “o papel da educação é soberano para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução e para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente”.

Não podemos ser ingênuos em acreditar que a classe dominante não trata de criar os mecanismos, instrumentos e ferramentas necessárias para perpetuar a sua dominação, ou seja, impõe ao dominado as restrições de acesso à formação escolar/acadêmica de boa qualidade, especificando aquilo que pode e aquilo que não pode ser disponibilizado à classe trabalhadora, que lhe permita ou não tomar a consciência de classe e, nessa direção,

da compreensão dos significados que a relação de poder do Estado e educação se estende em impactos de representações sociais definidas em todo seu sistema de significação, que marca a comunicação perpassada por essa relação, seja em leis ou em afirmações propagadas por meio de notícias. Constroem uma relação de impacto que envolve o compreender de cada indivíduo e assim da sociedade.

“a educação, que poderia ser a alavanca essencial para a mudança, torna-se instrumento estigmatizante da sociedade capitalista” (MÉSZÁROS, 2008, p. 16).

Em termos de construção epistemológica, que demanda de uma maior confiabilidade, plaina as pesquisas científicas (artigos, dissertações e teses) e é nesse campo que buscamos o que de relevante se produziu nas últimas décadas em estudos sobre a Universidade Estadual de Goiás – esclarecemos que realizamos uma filtragem e tomamos, entre os muitos escritos, o que é relevante para análise dessa relação de poder. De maneira sucinta, observamos que ao buscar pesquisas sobre a Universidade Estadual de Goiás (UEG), os temas direcionam-se à relação de poder do Estado sobre a sua consolidação e extensão, as práticas docentes e os desafios que enfrentam em reciprocidade à ação estatal.

A UEG apresenta em sua organização uma estruturação multicampi, situação que permite a interiorização e a ampliação da oferta do ensino superior para cidades do interior do estado. Os pesquisadores Abreu Junior (2017), Ribeiro (2016) e Carvalho (2013) apresentam discussões sobre as relações de poder que se estabelece entre o Estado e a oferta do ensino superior em Goiás. Os pesquisadores constatarem que a organização multicampi apresenta falhas em sua estrutura, tendo em cada campus dificuldades específicas e problemas advindos de uma não assistência estrutural geral, que interfere no que diz respeito à produção acadêmica e material, sem que o Estado abrace uma referência de qualidade para todos os campi.

Abreu Junior (2017) investiga as dificuldades que uma universidade multicampi enfrenta em seu desenvolvimento institucional, tal como a gestão, a autonomia e o esfacelamento da mesma nos diversos campi. O autor aponta em sua pesquisa como a descentralização e o financiamento para as unidades compõem relações de causa e efeito à composição do quadro docente, à infraestrutura e à oferta de cursos.

O autor expõe que a estruturação e a expansão da UEG se caracteriza por sua burocracia sob o pressuposto da implementação de políticas direcionadas para o alcance social, contudo, associada aos interesses de governabilidade e oferta de cargos para o atendimento dos interesses de determinados grupos políticos. Dentro de sua análise, denuncia que os requisitos para acesso dos representantes nos processos decisórios não levam como referência a qualificação acadêmica.

Na perspectiva de destacar a importância da pesquisa e sua contribuição para a construção do saber crítico, tal como, para a emancipação de alunos e professores que compõem os campi da Universidade Estadual de Goiás, Silva defende (2014) a

universidade como aliada do desenvolvimento local e a importância que os polos/campus apresentam para a oferta do ensino superior. A autora constata que os estudiosos que pesquisam sobre a UEG apontam a sua importância para o desenvolvimento local, enquanto formadora de recursos humanos e reprodutora de conhecimentos.

De acordo com Silva (2014) o estado de Goiás, na década passada, vivenciava um fenômeno crescente de interesse e expansão do ensino superior proporcionando uma maior oferta de vagas. Alinhada às argumentações de Carvalho (2013), Silva (2014) aponta a dificuldade enfrentada pela UEG na produção de conhecimento científico por não oferecer programas de pós-graduação em todos os campi, sendo mais divulgadora do que criadora de conhecimentos científicos.

Alves (2019) nos disponibiliza a importância dos movimentos sociais no processo de construção da Universidade Estadual de Goiás por meio dos embates existentes na prática educativa, a partir das discussões realizadas no Fórum de Defesa da UEG e no Mobiliza UEG, considerando as possibilidades da consolidação de ideologias para materializar ações coletivas de mudança nos campi e fora dele, em uma criação de novos *habitus*.

Nesse prisma, a educação apresenta o ensino nas universidades, tanto no nível de gestão dos conteúdos ministrados e suas estratégias do que ensinar, tal como orientações para os educadores, partindo de diretrizes, decretos e leis como guias para as práticas docentes na busca da autonomia política construtora de regulações e regulamentações que permeiam a democracia e as aplicações ideológicas do poderio dos governantes. Tendo em reflexão, por parte das pesquisas a importância dos intelectuais⁴¹¹, temos a necessidade de romper com a dominação exclusiva do Estado, na qual a pesquisa se faz como arma de conhecimento e meio de intervenção social.

O Fazer Docente nas Universidades Públicas: Um Diálogo Freireano

Refletir os saberes para prática educativa com autonomia propostos por Paulo Freire (2013), que se faz necessário para todos os professores, independentemente de seu

⁴¹¹Os intelectuais que percorrem ideias políticas em sua construção e na perspectiva de Pierre Bourdieu (1998), revelam-se em uma intenção, vontade de reunir os elementos de reflexão que são necessários para a atuação em ação política em uma sociedade democrática. Esses intelectuais apresentam-se participativos aos movimentos, fazendo-se ouvir dentro de seu campo de atuação. Com tudo fomenta a capacidade de intervir no campo político, podendo desempenhar sua manifestação e / ou ação de maneira direta e indireta, confirmados em sua legitimidade.

posicionamento político, pois se trata da prática na essência dela mesma, no fazer docente com projeção de transformação na vida do indivíduo e para uma postura profissional progressista⁴¹² ou liberal⁴¹³.

Paulo Freire (2007, 2007, p. 20) entende que ideologias de esquerda e direita aparentam uma predominância cientificista e não científica, estando em tênuelimite da verdade defendida, assim, nega o que é contrário sem alçar possibilidades de acerto; conferindo que após-modernidade com caráter progressista vem “romper as amarras” no sedentarismo dos interesses das políticas públicas, fazendo-se radical em suas manifestações.

Segundo o autor, a educação canaliza a manifestação do poder, pois é por meio dela que há a formação do indivíduo. Durante os séculos o poder público confere a manipulação dentro de regulações e regulamentações que norteiam a igualdade, mas não diminui efetivamente a desigualdade que fomenta a formação do educando de maneira não crítica e deriva da manipulação do Estado.

A educação quando reconhecida no seu papel de poder ideológico amplia um horizonte de possibilidades para que o professor se manifeste dentro de suas práticas em sala de aula e não apresente “cabresto” em totalidade do que lhe é imposto como

⁴¹² Para compreensão do termo exposto, tomemos como conhecimento que respectivamente se trata de dois grupos, no qual Luckesi (1994) ao estudar a forma de se organizar as concepções pedagógicas e a forma da manifestação na relação do professor e aluno, ele coloca em grupos e suas subdivisões que apresentam características específicas, sendo assim dividido em: Pedagogia liberal, que engloba as tendências tradicional, renovada progressista, renovada não-diretiva e tecnicista, e a Pedagogia progressista, na qual são incluídas a tendência libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos. Sendo a segunda, progressista, uma forma de pedagogia voltada para a transformação social. Ressaltamos aqui, que a pedagogia vem no sentido de práticas pedagógicas e do pensar a pedagogia em sua forma de ensinar e manifestar-se na sociedade. A Pedagogia Progressista é um ato de liberdade de saberes Saviani descreve: “O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (SAVIANI, 1995, p. 17).

⁴¹³ No grupo da pedagogia Liberal ou doutrina liberal apresenta-se como uma manifestação do sistema capitalista, no qual a predominância é a ideia de liberdade justificada pelo Sistema, este pautado em interesses individuais (LUCKESI, 1994). Essa tendência é associada nas suas formas, conservadora, pois na Pedagogia Liberal é sustentada a ideia de que a escola compreende o papel de adaptar o aluno a valores e às normas, preparando-o para a vida, sendo essas ditadas pela sociedade. Nesse sentido ela oculta e propaga a realidade das diferenças de classes, porque mesmo estabelecendo em discurso a ideia de igualdade de oportunidades, não se posiciona em considerar a existência das desigualdades sociais e econômicas, sem propor assim, uma forma de intervir e romper com a propagação das desigualdades sociais existentes e toda sua especificidade (LUCKESI, 1994). Em complemento e cunho reflexivo, Saviani descreve a Pedagogia Liberal como responsável pela formação de indivíduos que refletem a sociedade dentro de cada momento histórico inserido, assim sendo, a pedagogia nas práticas educativas: “[...] chegam à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade que ela se insere” (SAVIANI, 2001, p.16).

fundamental no ato de ensinar, pois segmentado às cegas tal postura desconstrói o conhecimento antecedido vivenciado na sala e formações contínuas.

É por meio da autonomia docente que se estabelece o discurso do ensinar na construção do conhecimento pertinente a uma real troca de conhecimentos, de crescimento individual e coletivo, tal como a valoração das diversas especificidades de conhecimento do aluno. Ao recuar diante dos ranços histórico-culturais discriminatórios e excludentes, o professor se empossa da pós-modernidade progressista que reconhece a sua necessidade fundamental (FREIRE, 2007, p. 20-21).

No entendimento de Freire (2013), apreender a realidade é estabelecer claramente que a educação é uma manifestação do poder por ser ideológica. Contudo, essa ideologia se torna “armadilha” que faz cair o professor, pois está diretamente ligada com a “ocultação da verdade dos fatos”, manifestada no uso da linguagem que disfarça a realidade fazendo com que a realidade seja difícil de ver, levando o professor a se “tornar míope”.

Essa miopia relatada por Freire (2013) acaba fazendo com que se aceite docilmente as ideologias que não se revelam de maneira clara. Estar condicionado a essa miopia o torna “amaciado” a aceitar certa orientação política que é ditada por aqueles que detêm o poder. Nesse proposto, o autordesencadeia em suas obras a importante frutificação de ideias libertadoras de condicionamentos sociais no fazer docente autônomo dentro das universidades.

Portanto, a educação se consolida como instrumento ideológico no qual há uma disputa de poder em suas aplicações que vai direcionar (ou não) o professor com autonomia, reconhecer como ser capaz “de observar, de comparar, de avaliar, de escolher de decidir, de intervir, de romper, de optar” (FREIRE, 2013, p. 98).

Mas, é um erro tomar a educação como mera reprodutora das ideologias dominantes ou tomá-la como uma força de “desocultação” da realidade no “atuar livremente” sem obstáculos (FREIRE, 2013, p. 96-97). Assim sendo, é o não cruzar dos braços, é o assumir do papel de importância no processo no qual o professor se deve achar capacitado para ensinar bem os conteúdos que os confere, mas não minimizar a prática docente ao simples ensino de disciplinas.

Considerações Finais

A breve exposição ora realizada nos permite refletir sobre uma dinâmica de avanços e retrocessos ao longo dos anos inseridos em contexto histórico-político brasileiro que marcam a educação superior e as relações de poder por meio da interveniência do Estado em sua condução, considerando a sua ação enquanto instrumento político em defesa dos interesses da classe dominante. Nessa direção, destacamos a importância da consciência do professor enquanto formador de opiniões, tendo em vista as possibilidades de mudanças por meio de sua ação educativa no interior da Universidade Estadual de Goiás que sofre com os interesses políticos locais.

É de grande importância que a prática educativa e a educação propriamente dita em nível superior se desenvolva de forma dialética e contestadora para a promoção de mudanças acerca da conscientização das realidades que enfrentam nos diversos campi da UEG, pois as transformações somente ocorrem por meio da contestação e expressão de uma postura baseada por uma epistemologia crítica no desenvolvimento da prática docente. Ao considerarmos os pressupostos teóricos de Paulo Freire, temos a possibilidade de refletir sobre a importância do professor enquanto ser político que se opõe às determinações hegemônicas do poder do capital que encontra no Estado o seu mais efusivo defensor.

Nessa direção, tanto o ensino público superior quanto a atuação dos professores precisam tomar a defesa convicta “de que a mudança é possível”, diretamente relacionada ao saber de que a história é uma possibilidade e não uma determinação, na qual o mundo não se restringe às imposições do sistema econômico capitalista.

Em suma, a atividade docente deve ser entendida e praticada como ação de produção direta, indireta e intencional para cada sujeito social, levando em conta que a humanidade é (re)produzida historicamente pela coletividade e pelo conjunto dos homens para romper com os mecanismos de sujeição impostos pela ideologia burguesa.

Referências

- ABREU JÚNIOR, Nelson de. **Universidade multicampi e sua gestão acadêmica: o caso da Universidade Estadual de Goiás**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES Maria de Lourdes. **Movimentos sociais e práxis educativa na construção da Universidade Estadual de Goiás**. Tese (Doutorado em Educação/DINTER) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

BRASIL DE FATO. **Ciências humanas na mira de Bolsonaro**: “Censura e perseguição”, diz especialista. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/02/ciencias-humanas-na-mira-de-bolsonaro-censura-e-perseguido-diz-especialista>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 de junho de 2021

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **Universidade Estadual de Goiás: histórico, realidade e desafios**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática docente. 47 ed. Rio de Janeiro, 2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Política Educação**. 8 ed. São Paulo: Vila das Letras, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. Brasília, 2013

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas/SP: Alínea, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. Volume I. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MENDONÇA, Sonia. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1., 1996.

POULANTZAS, Nicos. **O estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RIBEIRO, Idelma Lúcia Chagas. **A expansão da educação superior e sua interface com a produção do conhecimento**: concepções e condições de produção na Universidade Estadual de Goiás/campus Porangatu. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 19 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2001

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 5 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **História e história da educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. Obscurantismo e anticientificismo no Brasil bolsonarista: anotações sobre a investida protofascista contra a inteligência e a ciência no Brasil. **Cadernos GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 2, n. Especial, 2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Yara Fonseca de Oliveira e. **Universidade e desenvolvimento local**: o caso da Universidade Estadual de Goiás. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TV Cultura. **Marco Antonio Villa sobre o ataque feito por Bolsonaro a Paulo Freire**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aSSmhWhaqGU>>. Acesso em: 13/05/2021.

UOL. **MEC estuda reduzir investimento em faculdades de humanas, diz Bolsonaro**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/26/bolsonaro-faculdades-humanas-investimento.htm?cmpid=copiaecola> para as universidades públicas no ano de dois mil e dezenove. Reportagem e vídeo>. Acesso em: 16 mai. 2021.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: ENTRE A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E A IDENTIDADE NACIONAL

*Krisley Aparecida de Oliveira*⁴¹⁴

RESUMO: O presente texto em exposição terá como objetivo fazer uma breve análise acerca da interpretação do intelectual carioca José Honório Rodrigues (1937 – 1987) sobre a influência de como ocorreram os processos de construção da consciência histórica do povo brasileiro, passando por seus principais aspectos, como, a presença dos portugueses, dos indígenas e dos negros escravizados, bem como a maneira como a historiografia brasileira foi produzida durante anos, levando em consideração ainda tanto o trato e o manejo da documentação histórica produzida sobre o país e a formação dos professores/historiadores do país e a relação que isso possui com a formação da identidade nacional, forjada sobre insígnias que, muitas vezes, para ele, foram determinadas intencionalmente por classes e elites dominantes com interesses e objetivos particulares. Dessa maneira, a intenção é analisar a interpretação de Rodrigues acerca do processo de construção da identidade nacional, pensando as contribuições do intelectual enquanto um projeto de modernidade.

Palavras-chave: *José Honório Rodrigues; Identidade nacional; Consciência histórica; Historiografia brasileira.*

*Nem a vida, nem a história são processos
muito lógicos.
José Honório Rodrigues*

Primeiramente, para que possamos compreender não apenas a estrutura do texto, mas também o porquê de sê-la assim, é necessário que façamos apanhados acerca de quem foi José Honório Rodrigues, e quais foram os caminhos que ele trilhou, uma vez que, apesar de ter volumosa obra dividida em textos que tratam de diversos temas da história geral e brasileira, e, deixar claro em seus escritos e entrevistas a vontade que possuía de figurar a história do país, com seu nome marcado como um dos principais intérpretes de nossa história, Rodrigues não é um intelectual tão (re)conhecido na academia e as pesquisas e trabalhos acadêmicos que se dedicam a sua obra ainda são escassas. Outra razão pela qual é indispensável tratar da vida e formação de Rodrigues é que, para compreender quais são as concepções de consciência histórica e identidade nacional, bem

⁴¹⁴ Doutoranda em História pelo PPGH-UFG sob orientação do Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon. Professora do curso de história da Universidade Estadual de Goiás – Campus Sudoeste. E-mail: krisleyrv@gmail.com

como perceber dentro de seus escritos os caminhos que levam aquilo que acreditamos se tratar de um projeto de modernidade, é imprescindível que se saiba quais foram os caminhos trilhados pelo autor.

Concordamos com a análise de Francisco Iglésias (1988), ao afirmar que a carreira de Rodrigues se confunde com sua vida pessoal, uma vez que ela foi dedicada a um propósito: o cultivo da história. Viveu para a história e consumiu-se nela. Dessa forma, não se pode esperar encontrar feitos pomposos, momentos de aventura e atitudes estrondosas por parte de Rodrigues.

José Honório Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1913. Saiu do Rio de Janeiro ao longo de sua vida em determinados momentos, na maioria das vezes, a trabalho. Ainda quando viajava a passeio, não deixava de visitar bibliotecas, arquivos e museus. Passou algumas temporadas mais longas no exterior, com bolsas de estudo e pesquisas ou enquanto professor convidado. Mas foi no Rio de Janeiro, cidade que amava e fazia questão de falar, que passou maior parte de sua vida, o que lhe agradava bastante, fazia questão de falar da cidade com exaltação, fosse o centro antigo, rico de passado, ou Ipanema, em seu apartamento próximo à praia. No exterior, ficava quase sempre deslocado, renegando os hábitos ou comidas, nostálgico da paisagem habitual. Entusiasmado referia-se à condição de carioca, das raízes materna e paterna (IGLÉSIAS, 1988). E é justamente esse amor por sua terra que, sob a nossa perspectiva, dentro de uma análise da história intelectual do autor, que não pode ser separada de sua biografia, o levou a se dedicar aos estudos acerca de seu povo e país.

Cursou bacharelado em Direito em 1937, como muitos brasileiros naquele período, no Rio de Janeiro. Foi parte de uma turma brilhante e teve professores notáveis, dos quais guardaria boas recordações. Todavia, não se dedicou à advocacia. O direito lhe tocava pouco à sensibilidade, assim, o universo jurídico, preso mais ao ideal do que ao real, não era provocante para a sua inteligência. De acordo com Leda Boechat, sua companheira:

Seu espírito crítico e sua língua afiada lhe grangearam primeiro a simpatia e depois a amizade do professor Edgardo de Castro Rebello, que lecionava uma cadeira do primeiro ano. Castro Rebello era o papa da Faculdade, muito respeitado e dono de vasta cultura humanística. Influenciou muito José Honório, mas, *malgré lui*, não conseguiu torná-lo marxista⁴¹⁵. O futuro historiador estudava as cadeiras jurídicas

⁴¹⁵ Edgardo de Castro Rebello, junto a dois professores, Hermes Lima e Leônidas de Rezende, formaram pela primeira vez, em uma instituição acadêmica, um grupo com o posicionamento marxista, na década de 30, o que muito influenciou em sua difusão. No entanto, após a intentona comunista em 1935, o governo temeroso, afastou esses professores da faculdade e, todos somente foram readmitidos com fim do Estado

apenas para passar de ano. Interessava-se sobretudo pelas ciências sociais e por história. Tornara-se leitor onívoro e incansável de livros referentes a esses temas, assim como de literatura (BOECHAT, 1994: 18).

Entre os anos de 1939 e 1944 trabalhou no Instituto Nacional do Livro (INL), junto a Sérgio Buarque de Holanda, na função de auxiliar técnico. Dentre algumas das atribuições da instituição, estava a edição de obras literárias consideradas de interesse para a formação cultural da população, a criação de uma enciclopédia e um dicionário da cultura brasileira e o investimento no crescimento, por todo o território nacional, da quantidade de bibliotecas públicas. A criação de uma enciclopédia e um dicionário da língua brasileira eram partes fundamentais desse projeto estadonovista de construção de uma identidade cultural brasileira.

Em 1940, trabalhando no INL, Rodrigues publica seu *Civilização holandesa no Brasil*, e a partir disso continua publicando artigos e resenhas sobre o tema, esses textos possuíam um eixo em comum: deixar claro que se tratavam de pareceres e textos emitidos por um especialista no que se referia a documentação que fora produzida acerca do tema. Essa é uma das preocupações de Rodrigues que podem começar a ser observadas desde esse período. Rodrigues defende a ideia de uma formação que permita que o intelectual se dedique a uma área e se torne especialista nela.

O cargo que Rodrigues ocupou no INL e consequentemente a experiência adquirida nele fez com que sua percepção fosse aprofundada em relação às práticas que envolviam a elaboração de comentários críticos, o que ele compreendia como um grande diferencial entre um historiador autêntico, verdadeiro, um cientista, e as reconstruções vazias e especulações amadorísticas. Portanto, é interessante pensar como os interesses técnicos e especializados se uniram aos outros horizontes de Rodrigues acerca da renovação dos estudos históricos no país. De acordo com André Freixo:

Dos diálogos com as “ciências vizinhas”, sociologia, antropologia, economia, geografia, psicologia, demografia e folclore, Rodrigues começava valorizar também os procedimentos técnicos e os rigores metodológicos aplicados sobre a documentação que surgia à luz das interrogações que a pesquisa histórica mais atualizada trazia a lume. O grande diferencial que um trabalho histórico deveria apresentar em relação aos textos considerados amadorísticos repousava, sem dúvida, sobre o caráter inovador de suas reflexões teóricas, mas, no que tange ao trabalho específico dos historiadores, o peso do tratamento crítico das fontes crescia. Ao lado da renovação documental, temática e conceitual, ele começava a defender uma renovação dos procedimentos técnicos e metodológicos com os quais se poderiam validar documentos

novos e fiéis, a partir dos quais a nova História do Brasil, autorizada pelo seu estudo de documentos novos e fidedignos, poderia ser escrita (FREIXO, 2012: 97).

Dessa maneira, conforme apontado por Freixo, podemos afirmar que é a partir de sua experiência de trabalho no INL que sua escrita se tornou mais voltada para um horizonte de pesquisadores e leitores específicos e especializados. A partir do momento em que Rodrigues percebe que poderia contar com certo amparo institucional, ele começa a se colocar enquanto um especialista e em defesa da especialização nos estudos históricos. Essa especialização seria o resultado do estudo e conhecimento de procedimentos e normas metodológicas para o tratamento e crítica de documentos de época. Já pode-se perceber que Rodrigues começa a pensar na maneira a qual a história do Brasil era escrita, partindo da maneira a qual a documentação era gerida e tratada.

Por conta de suas atribuições enquanto auxiliar técnico, Rodrigues tornava-se o responsável por legitimar e validar ou não, textos manuscritos como merecedores do *status* de um documento histórico. Seu respeito e atenção em relação aos cuidados técnicos em muitas edições, principalmente as que envolviam publicação de textos raros e manuscritos antigos, inéditos ou não, assumia também um lugar central na construção de um público leitor especializado, de historiadores novos.

Outro ponto que merece atenção para que se possa fazer a análise da obra de Rodrigues, ainda em relação à sua passagem, pelo INL, é que dentro da instituição ele encontra amparo para a organização de uma nova publicação em livro: uma bibliografia especializada acerca do domínio holandês. E dentro desse escopo é fundamental que compreendamos que não se tratava de uma simples bibliografia, mas de uma bibliografia que tinha pretensão de ser a mais autorizada e especializada sobre o tema. Dessa maneira, o que queremos mostrar, por enquanto, é que compreender o caminho trilhado por Rodrigues durante esse período em que esteve no INL é fundamental para o entendimento de como ocorre a construção de uma concepção histórica de consciência e identidade em sua obra, e a maneira como isso é elaborado. Esses aspectos, como mencionamos anteriormente em relação a importância de acompanhar os caminhos que Rodrigues trilhou com suas experiências profissionais e de pesquisa, são fundamentais, não apenas no INL, mas como veremos, em locais fora do país do também, que lhe permitiram traçar paralelos de comparação.

Rodrigues permanece constantemente escrevendo sobre a presença dos holandeses no Brasil até 1943, quando tem a oportunidade de, por meio de uma bolsa de

estudos na Universidade Rockefeller, ir estudar no Estados Unidos: “Afora 1937 e 1969⁴¹⁶, três outros momentos marcaram de modo indelével a vida do historiador: a bolsa de estudos da Fundação Rockefeller (1943-1944), a bolsa do Conselho Britânico (março de 1950) e o curso da Escola Superior de Guerra (1955)” (BOECHAT, 1994: 19). E assim, entre 1943 e 1944, quando estudou nos EUA, as pesquisas que Rodrigues desenvolveu, lhe mostraram a riqueza dos arquivos estadunidenses e a importância dos estudos acerca da metodologia, que no período eram praticamente ignorados entre nós, e para nós, esse momento, foi fato decisivo em sua carreira e mesmo na história da documentação no Brasil.

Entre os anos de 1946 a 1958, Rodrigues foi diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, outro aspecto notável em sua biografia e obra. Ao longo do exercício da função, teve conhecimento do que eram as obras mais importantes na bibliografia brasileira. Como habitual, leu o quanto pôde, preparando-se para tornar-se um erudito, futuro autor de livros fundamentais para domínio da historiografia, da qual veio a ser o mais completo conhecedor. Conforme aponta Boechat (1994), foi nesse cargo que ele se tornou responsável pela edição e publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* e da importante *Série de Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, dinamizando as divisões e desempenhando excelente trabalho.

De maneira concomitante ao trabalho na Divisão de Obras Raras, ele inicia sua carreira enquanto professor, lecionou de 1946 a 1956 no Instituto Rio Branco, para formação de pessoal do Itamarati. Permaneceu na seção de pesquisas do mesmo Instituto entre 1949 e 1950, trabalhando no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, que era no período, um dos mais ricos do país. No preparo de suas aulas, escreveu uma história diplomática do Brasil, que não chegou a publicar. A história diplomática foi uma dentre tantas de suas preocupações mais constantes, o que o levou a dedicar mais de um livro às relações exteriores. Desenvolveu também outras atividades durante esse período. Em 1950, recebeu uma bolsa do Conselho Britânico, como parte de seu empenho e trabalho desenvolvido na Biblioteca Nacional, e realizou uma proveitosa viagem à Inglaterra. Por conta ainda do apoio do Ministério das Relações Exteriores, e do Instituto Rio Branco, bem como do Ministério da Educação (representado pelo Diretor da Biblioteca Nacional) e do patrocínio do Instituto do Açúcar e do Alcool, Rodrigues pôde também visitar outros

⁴¹⁶ Em 1937 falamos da conclusão do curso de Rodrigues e em 1969, Rodrigues foi eleito por unanimidade para a Cadeira nº 65 da Academia Brasileira de Letras, ocupada anteriormente apenas por Rodrigo Otávio e Rodrigo Otávio Filho.

centros, como Portugal, Espanha, França, Itália e Países Baixos, tendo tido a oportunidade, portanto, de conhecer arquivos e mais instituições dedicadas à história. As visitas tinham por finalidade o reconhecimento da documentação referente a temas e assuntos variados acerca da História do Brasil.

De volta ao Brasil, ainda em 1950, Rodrigues publica *As fontes da história do Brasil na Europa*, que é um relatório de sua viagem. De acordo com o intelectual, o intuito de suas visitas aos arquivos, bibliotecas e universidades dos países pelos quais passou, eram:

- 1 – pesquisar o material brasileiro ali existente;
- 2 – esforçar-nos pela organização de inventários destes documentos, para no futuro microfilmá-los ou copiá-los fotostaticamente, enriquecendo enormemente a documentação sobre o Brasil em nosso poder;
- 3 – estabelecer o sistema de intercâmbio entre as instituições brasileiras e as europeias;
- 4 – conhecer os professores universitários e as instituições históricas (RODRIGUES, 1950: 09)

Podemos ir percebendo os contornos que Rodrigues vai dando ao longo de suas viagens e pesquisas, focando em aspectos que giram em torno da produção da história e que, conseqüentemente, coloca em questionamento a maneira como a recepção dessas histórias, desde a chegada dos portugueses é recebida pelo povo e, dessa maneira, eles constituem a consciência e identidade nacionais. Já nos relatórios que Rodrigues fazia das viagens, sua intenção era, para além de descrever aquilo que vira, pensar em aspectos que pudessem ajudar o país, que para ele era atrasado – veremos mais sobre isso um pouco a frente – a se modernizar historiograficamente. Suas análises e discursos procuraram sempre apresentar sugestões de caráter nacional e oficial. Ou seja, as soluções e medidas para o melhor desenvolvimento das políticas públicas de administração dos documentos, arquivos e bibliotecas em território nacional deveriam partir de iniciativas do governo brasileiro (RODRIGUES, 1950: 41-42).

No ano de 1955, Rodrigues fez um curso na Escola Superior de Guerra. Nesse momento, passou a interessar-se mais pelo período em que vivia do que pelo período colonial. Conforme vemos com Boechat (1994), Rodrigues teria ficado impressionado com o curso desde o início, sempre comentando entusiasmadamente com ela tudo o que ali ouvia e sobre todos os professores. Todos os estagiários da ESG tinham que apresentar trabalhos de peso ao término do curso. Rodrigues ficou com o tema “Caráter Nacional” e produziu um ensaio que posteriormente tornou-se um livro, o *Aspirações Nacionais. Interpretação*

histórico-político, traduzido para o inglês e o japonês. Segundo Boechat (1994) ele empenhou-se profundamente no ensaio que se tornou o livro *Aspirações Nacionais*: “As *Aspirações Nacionais* iniciam uma nova fase de José Honório como historiador interpretativo” (ibidem, p. 25). Esse é momento em que Rodrigues passa a se preocupar com as explicações da realidade nacional, procurando compreender as atitudes brasileiras, levantando questões ideológicas da interpretação histórica. Para Glezer (1976: 64) é a partir desse momento que Rodrigues passa a ser citado como um historiador que tece reflexões críticas acerca da realidade brasileira que estuda.

Alguns questionamentos foram levantados em relação a associação de Rodrigues a ESG. Carlos Guilherme Mota questiona Rodrigues (1986) sobre seu nacionalismo associado a um “jacobinismo nacionalista”, que se manifestaria como um pensamento radical de classe média. Sob a perspectiva de Mota, Rodrigues afirmou que em primeiro lugar que não era alguém que atuava diretamente na política, mas que sua luta se dava no campo da história, através de textos, livros e docência e que seu maior empenho era fomentar, a partir da sua forma de luta, um revisionismo da historiografia brasileira, que estava marcada por uma visão tradicional, conservadora e nostálgica, que sempre se negou a responsabilizar as classes dominantes e, essa mentalidade tradicional, sob sua perspectiva, impedia o desenvolvimento da história vivida no país.

Dessa maneira, sob a nossa perspectiva, a maneira como Rodrigues interpretou esse momento histórico busca compreender a construção da noção de nacionalismo e revisionismo que perpassa toda sua obra. Revisionismo nesses termos: repensar toda a estrutura de como os historiadores vinham trabalhando com a historiografia brasileira, passando pelos métodos de pesquisa até as formas de disseminação do conhecimento histórico que era produzido. Ainda sobre as características do revisionismo, Rodrigues (1986) afirma que existia um nacionalismo de esquerda dentro do “revisionismo” e que sua vinculação à ESG teria sido um marco em sua vida intelectual, afirmando que no ambiente, ao menos até 1964, existiam as mais diversas formas e vertentes de pensamento.

Rodrigues era sempre taxativo ao afirmar que (1981: 19) o historiador carrega a ideologia de sua época ou de seu grupo social, e que nossa historiografia estava permeada de uma ideologia colonizadora e absolutista, extremamente voltada para o Brasil português, justificadora do poder das minorias dominadoras. Para ele, essa historiografia conservadora e tradicional deveria ser combatida com uma historiografia nacionalista e libertadora. Isso está refletido em sua produção historiográfica e no modo de se colocar

enquanto um historiador combatente, em luta pela representação da História do Brasil, uma história nacionalista.

Para com José Otávio de Arruda Mello (1994: 194)⁴¹⁷, Rodrigues defendia que o revisionismo deveria voltar-se para os aspectos principais do processo histórico, que eram habitualmente desmerecidos pela historiografia nacional e oficial e, tal como fizera Capistrano de Abreu entre outros, Rodrigues tentou sistematizar as tendências revisionistas da historiografia brasileira. Para Rodrigues, a historiografia, além de combater pelo povo, pela liberdade e pelas aspirações nacionais, deveria julgar as classes dominantes:

José Honório revela-se historiador do tempo presente e não de um passado morto e santificado pela tradição, é ativista de uma História que se propõe a combater pelas mudanças e reformas na sociedade, pelos interesses da maioria. [...] José Honório não foi apenas teorizador, mas também praticante desta História (MELLO, 1994: 194).

Com o golpe civil-militar de 1964, Rodrigues adota uma postura de enfrentamento, deixa de ter uma participação tão grande nos seminários, como tinha até então, dentro da Escola Superior de Guerra, e começa a tecer duras críticas aos militares, que em seu entendimento, rompem com sua história que era sempre de aproximar-se do povo. Rodrigues torna-se ativo opositor ao sistema presidencial com generais e considera que, novamente na história do Brasil, os interesses do povo foram descartados em prol dos interesses da elite. O nacionalismo que apontamos em Rodrigues, ganha força para identificar o atraso do país durante a ditadura militar. Sobre a ESG, ele diz:

Em 1955, sem a implantação do regime autoritário, a liberdade na escolha dos conferencistas era muito grande e assisti a esplêndidas conferências com uma visão muito crítica da situação brasileira. Com o AI-5, os conferencistas críticos deixaram de ser convidados (alguns estavam cassados, outros exilados, e outros, como eu, congelados). Nunca aceitei, nunca aceitarei, sejam quais forem as razões, regimes ditatoriais, em nome do proletariado ou em nome dos militares, ou seja, o generalismo, que é o abuso do poder pelos generais, como o imperialismo foi chamado no Brasil pelos liberais, durante o Império, como o abuso do poder imperial. Assim, fiquei, de 1965 até a abertura, *esquecido*. Voltei a ser convidado com a abertura (grifo do autor) (RODRIGUES, 1985: 130 – 131).

Pensamos que essa citação acima serve para apontar o posicionamento de Rodrigues no quadro social e político criado pelo golpe civil militar de 1964 e a posição contrária e crítica que ele assumiu em relação ao regime instituído pelos militares. A

⁴¹⁷ A referência aqui trata-se da mesma já utilizada, (BOECHAT, 1994). O livro fora escrito por Leda, companheira de Rodrigues, e Mello, seu amigo.

política feita no Brasil a partir de então é de caráter conservador e tradicional, procurando sua justificação no passado.

As explicações para a ação institucional estão ligadas a uma sociedade que procura indicadores de poder que beneficiam os setores da burguesia e de classes detentoras de poder e, como Rodrigues vinha pontuando, desde a colônia, privilegiando as minorias dominadoras. Dessa forma, notamos uma crítica de Rodrigues à ditadura militar, que dá visibilidade ao seu nacionalismo liberal (fonte de suas críticas ao governo) e, que podemos notar ao longo de sua obra, como já mencionado, em relação ao seu posicionamento quanto à historiografia brasileira. Com esse exemplo da postura de Rodrigues em relação ao período ditatorial, podemos perceber que ele tem objetivos que visam o rompimento com o modo de pensar e, principalmente, fazer historiografia, presa a aspectos e características do passado:

É um imperativo de nossa época agônica ganhar novas perspectivas no reexame do passado, desfazendo mitos, tendo o senso da falência da tradição e mostrando a necessidade da ousadia e da novidade na concepção política do presente e do futuro. [...] A visão retrospectiva deve servir para mostrar que certas feições características de nossa história não são nem acessórias nem fortuitas, pois estão enraizadas no nosso passado (RODRIGUES, 1965a: 11).

Para Rodrigues (1985), não apenas nesse período que se refere a ditadura militar, mas também em outros da História do Brasil, o povo passara por uma espécie de apatia social, em que o povo conseguia pensar apenas em problemas imediatos e sobreviver: “Fica sem condições de reagir. Não pode pensar em política. E o alívio para as situações difíceis ele busca nas formas lúdicas: futebol, carnaval, música popular” (ibidem: 128).

Ao longo da obra de Rodrigues e de suas falas em relação não só ao período Vargas ou à ditadura militar, mas também acerca da relação do Brasil com Portugal e com outros países, ele aponta esse caráter cruento da história do país. Isso nos leva a concluir que Rodrigues colocava-se como confesso defensor do liberalismo político. Possuía uma prática que representava “a mais antiga e atual aspiração do povo” (RODRIGUES, 1982), ou seja, apoderava-se das formas legítimas de organização popular: a liberdade política e a garantia dos direitos civis. No caso da ditadura militar, ele aponta que:

Os militares não escondem o caráter ditatorial do governo com o rodízio dos ditadores, pois ele é generalizado em toda parte, nos regimes comunistas e militares; nem a existência de assembleias e judiciários limitados no seu poder ou submissos, pois igualmente os têm a União Soviética e seus parceiros, a China, a Nicarágua e Uganda. O partido oficial único, ou os dois Partidos oficiais dão apenas o caráter atual às ditaduras comunistas e militares. Uma ditadura não deixa de ser

ditadura porque os ditadores se revezam, se auto escolhendo no poder, e escolhendo seus auxiliares (RODRIGUES, 1982: 166).

A criticidade de Rodrigues em relação ao governo militar aponta para a face democrática do intelectual carioca. Demonstrando-se um defensor das “aspirações legítimas do povo” no que diz respeito ao funcionamento da “sociedade de direito”, Rodrigues propõe o término do governo que, sob sua perspectiva, “trava qualquer possibilidade de conquistas sociais” (Rodrigues, 1965a: 240).

Rodrigues fora professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, e também na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas não por períodos longos ou com continuidade. Deu aulas por certo tempo na Universidade de Brasília, mesmo permanecendo no Rio de Janeiro. Foi também professor-visitante na Universidade do Texas, em Austin, em 1963, 1964 e 1966, bem como na de Colúmbia, em Nova York, em 1970. Recebeu ofertas para ficar nos Estados Unidos na década de 1960, mas recusou-as, pois, ele não se sentia bem fora do Brasil e argumentava que, para que um intelectual escrevesse sobre a história do Brasil, seria necessário que ele vivesse no Brasil, para poder ver de perto e compreender as mazelas no interior da produção da consciência histórica.

No ano de 1982⁴¹⁸, Rodrigues concedeu uma entrevista para John D. Wirth, da Universidade de Stanford, da Califórnia. Quando inquirido acerca de sua carreira, aspirações e oportunidades, Rodrigues respondeu o seguinte:

Sim, durante a década dos 1960 quase cada ano eu recebia convites para lecionar, dirigir seminários, ou dar cursos em universidades dos Estados Unidos, e fui professor visitante da Universidade do Texas em Austin em 1963-64 e 1966, e na Columbia University em 1970. Eu costumava dizer a Lêda, minha mulher, que as universidades norte-americanas, e o governo norte-americano estavam preparando futuros brasilianistas e que mais tarde os convites não viriam tão facilmente porque eles já teriam seus próprios especialistas. Em 1966, ao terminar meu curso no Texas, recebi pelo telefone certa manhã, dois convites. Um era da SUNY-Stony Brook Universidade de Nova York, para ser professor titular, com estabilidade, e o salário de US\$ 22.000 (vinte e dois mil dólares). Quando, à tarde, contei aos meus estudantes essa oferta, um deles, capitão do exército, exclamou: ‘Ui! Professor. Esse é o salário de um general de quatro estrelas nos Estados Unidos!’”. Recusei, julgando que, sendo um historiador brasileiro, deveria morar em meu próprio país, acreditando que este seria o único modo de ser capaz de compreendê-lo e sua evolução. O que eu não podia prever e não levei em conta foi que o Brasil começara em 1964 uma ditadura militar que durou quase vinte anos. Se eu gositasse dessa possibilidade jamais teria

⁴¹⁸ A Entrevista foi traduzida por Leda Boechat Rodrigues e publicada em 1984 na Revista do IHGB.

hesitado em ser professor titular nos Estados Unidos, com estabilidade [...] (RIHGB, 1984: 163).

A necessidade dessa longa citação é demonstrar como Rodrigues se sentiu afetado pela ditadura militar. Rodrigues foi um intelectual confessadamente apreciador de seu país, como apontamos ao início e, como pode-se perceber nessa mesma citação, na qual ele afirma que preferia viver em seu país, pois somente dessa maneira acreditava que poderia compreender melhor todos os processos históricos ali ocorridos.

Demonstrou ao longo de sua vida seu nacionalismo de forma clara, afirmando que a historiografia brasileira deveria ser feita sob esse viés, nacionalista, apesar de amentar não ter saído do país nesse período de cerceamento de liberdades individuais. Ao mesmo tempo, é importante que ressaltemos que, apesar de ter ficado “congelado” durante esse período ditatorial, quando não foi mais convidado para palestras e demais atividades no Brasil, seu forte nível de criticidade e sua postura combatente fizeram com que em momento algum, diante dessa conjuntura ele se deixasse abalar, continuou escrevendo com o mesmo rigor de crítica e acidez que lhe foram sempre presentes, em todos os campos nos quais produziu conhecimento.

No prefácio da 3ª edição do livro *A pesquisa histórica no Brasil* (1978), Rodrigues afirma que sonhou com a obra tripla⁴¹⁹ desde 1944, ano em que retorna da já mencionada oportunidade que recebeu de ir pesquisar nos Estados Unidos, já com esse plano, que fora sugerido pelo contato com os grandes livros, as excelentes bibliotecas e arquivos universitários e os grandes professores do país.

Essas viagens de Rodrigues foram fundamentais para a elaboração de um projeto de modernização da historiografia brasileira. Com o contato que Rodrigues teve com a maneira como documentos históricos, bibliotecas, universidades e centro de pesquisa era tratadas em outros países, ficou evidente que o Brasil era um país frágil e carente de organização, e que isso estava diretamente ligado aos interesses de classes dominantes, como viemos mencionando ao longo de nossa exposição, e que afetava diretamente na maneira como a consciência histórica da população era constituída e, consequentemente, como forjou-se a identidade nacional.

⁴¹⁹ Conforme aponta Marques (2000), o projeto de Rodrigues era publicar três livros referentes à história, colocando a serviço das aspirações nacionais uma sistemática teórico-metodológica. Tinha a ambição de contribuir para os estudos históricos da história do Brasil e ter seu nome colocado ao lado daqueles da envergadura de Varnhagen e Capistrano.

Rodrigues argumentava ainda que a pesquisa dependia muito do Estado e do cuidado que ele dedicava à preservação documental, que no caso brasileiro, era quase nulo, da mesma maneira que, de forma moderna em países capitalistas, necessitava da assistência da iniciativa privada, seja diretamente ou por meio de instituições, e demonstrava que, no Brasil, não se podia contar com a ajuda da iniciativa privada e que o Estado conserva mal o patrimônio histórico documental e não prestava auxílio quanto a investigações privadas ou particulares, e complementava dizendo ainda que: “A Universidade, especialmente a federal, desconhece a pesquisa histórica” (RODRIGUES, 1978: 22) e que “[...] a deficiência de técnica, a insuficiência metódica e teórica são responsáveis pela fraqueza da pesquisa. (RODRIGUES, 1978: 22-23).

Dessa maneira, Rodrigues apontava o ensino universitário como o principal responsável pela pouca, embora débil pesquisa histórica no Brasil. Sob a perspectiva crítica de José Honório Rodrigues, a pesquisa histórica no Brasil, até aquele momento, ainda possuía largo campo e pouca preocupação em ocupá-lo.

Rodrigues não almejava com seu projeto somente interpretar novamente a História do Brasil, seu desejo era transformá-la, fazendo dela um instrumento de formação da consciência nacional, de integração e identificação nacional e social, fator que ele considerava decisivo para o desenvolvimento e progresso. E isso estava diretamente ligado as formas como a história era ensinada nos cursos superiores e como os professores secundários estavam sendo formados, porque o principal mecanismo de difusão da história crítica era por meio da educação, e com uma má formação superior, o Brasil estaria fadado a continuar refém das minorias dominadoras.

Suas preocupações em relação ao método histórico e como isso deveria ser ensinado nos cursos superiores vem desde a primeira edição do livro *Teoria da história do Brasil* (1949), período onde ele já havia frequentado muitas instituições da América e, essa preocupação fica clara no livro *A pesquisa histórica no Brasil*, quando ele dedica parte grande do livro a pensar as origens das questões teóricas.

A noção de Rodrigues acerca dos cursos universitários no Brasil era de que eram ultrapassados, com o sistema de cátedra que remontava aos tempos medievais, com um formato de exames que pertenciam, no mínimo, ao século XIX. Todavia, o principal ponto da análise de Rodrigues, sob nossa perspectiva, que faz a questão tornar-se política, é que a reforma universitária exigia uma reforma social, porque se a sociedade continuasse a mesma, com todos os seus históricos e tradicionais privilégios, e seu exagerado e notável

consumo para as elites, uma reforma no ensino não afetaria em como a consciência histórica poderia tomar novos contornos.

Dessa maneira, Rodrigues acreditava que a Universidade deveria ser a matriz da sociedade, uma instituição que produzisse lideranças e seus objetivos, e, ainda que a reforma universitária não conseguisse, como almejou Rodrigues, resultar em uma reforma social, para nós fica claro que, a noção de Universidade e a profissão de um historiador estavam organicamente ligadas à transformação do mundo.

O combate de Rodrigues em favor do Brasil vai desde a renovação dos processos historiográficos até a reforma universitária. E para nós, isso se dá em função de Rodrigues possuir uma concepção de história que a considera sempre viva, em uma realidade sempre presente, passível de ser transformada pelo povo, desde que ele possua consciência dessa história. Os agentes responsáveis pelos mecanismos de construção e disseminação dessa consciência são os historiadores. Por isso Rodrigues insiste em uma reforma universitária em caráter de urgência.

E dentro das propostas de Rodrigues de rever como a historiografia vinha sendo escrita e dominada por pequenas minorias que conseguiam perpetuar suas imposições e manter uma história tradicional e conservadora, Rodrigues vem com a concepção de história sempre presente, que entendemos que marca sua produção, passa a ter um caráter de militância marcada pelo exercício do próprio ofício de historiador. As questões formuladas pelo historiador às fontes a partir das necessidades do presente é que proporcionam uma história com potência de transformação.

Referências

Hispanic American Historical Review (HAHR). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro**, 344: pp. 157-172, jul.-set., 1984. Entrevista concedida ao professor John D. Wirth, em 1982 e traduzida por Lêda Boechat Rodrigues.

BOECHAT, Lêda; Melo, José Otávio de Arruda. **José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

FREIXO, André de Lemos. **A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues**. 2012. 417 f. Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, 2012.

GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**. 1976. 241 f. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 55-78, 1988

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, José Honório. **As fontes da História do Brasil na Europa**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico político**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965a.

RODRIGUES, José Honório. **Filosofia e História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981

RODRIGUES, José Honório. **História Combatente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982

RODRIGUES, José Honório. **História Viva**. São Paulo: Global, 1985.

RODRIGUES, José Honório. **Tempo e Sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica** – 3.ed. São Paulo, Editora Nacional, 1969.

A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

*Lara Beatriz Pires Pereira Velasco*⁴²⁰

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de desenvolver uma reflexão sobre a estratificação social por meio das reflexões das autoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi no livro “Sociologia Geral” (1999) através de um viés classista na implantação da educação na Primeira República. As autoras analisam que quanto mais há evolução na sociedade, mais há diferenciação dos indivíduos por diversos fatores sociais, econômicos e políticos, isso gera uma grande desigualdade e ocasiona a estratificação social. A sociedade não possui a mesma característica, todos são diferentes, com posições e privilégios incomuns, ela está sempre em transformação, passando por algumas dimensões como a de ordem econômica pela classe, ordem social pelo status ou Estado e a ordem política pelo partido, cada uma possui uma estratificação própria. Neste estudo será feito uma análise da educação na Primeira República, neste período ela passa por alterações e transformações, mediante reformas feitas pelos governantes. O poder era centralizado pela burguesia, havia um modelo de sociedade que era ilustrado somente para as elites, deixando o proletariado a mercê dos governantes, sem nenhum benefício. Os textos e investigações estudados abrangem, sobretudo os campos das classes sociais, do poder, da política do sistema econômico perante uma sociedade capitalista.

Palavras- chaves: *Educação, Sociedade, Poder.*

INTRODUÇÃO

O presente estudo vai analisar o texto da autora Eva Maria Lakatos “Estratificação Social” (1999), em que evidencia uma sociedade capitalista, que visa o poder, onde há diferenças de classes, de riqueza e privilégios. Será discutido a educação na Primeira República com análise de alguns artigos que abordam esse período, no qual a educação passou por algumas reformas.

Lakatos menciona em seu texto uma estratificação na qual a sociedade se impõe em várias maneiras, por meio de um grupo com diferenças de classes, poder e riqueza com grandes privilégios. A sociedade está em constante alteração em seu desenvolvimento, há uma diferenciação entre os grupos sociais de forma desigualitária. Eva Lakatos cita vários autores em seu texto, um deles é Weber, ele conceitua três

⁴²⁰ Graduada pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba/ FESG-FAFICH
Especialista em Inclusão pela FESG-FAFICH
Aluna do curso de Pós Graduação Stricto Sensu em História/ Linha de pesquisa: Cultura e Relações de Poder
e-mail: larabppv_gtba@hotmail.com

dimensões da sociedade: a ordem econômica pela classe, ordem social pelo status ou Estado e a ordem política pelo partido, e cada um possui uma estratificação própria, tendo um processo próprio.

A autora em seu texto cita outros autores como: Sorokin, que mostra as formas da estratificação em alguns estágios: Estratificação Econômica- a desigualdade da situação econômica ou financeira do indivíduo, a Estratificação Política- a diversidade política em uma mesma sociedade, decorrente da distribuição não uniforme de poder, Estratificação Profissional- diferentes ocupações dos indivíduos como o privilégio. (LAKATOS, 1999, p.236).

Outro autor que Lakatos cita é Freyer, ele menciona sobre a dominação, a sociedade passa por vários fundamentos sociais, tornando um sistema de desigualdade de direitos e deveres, seriam as atividades dos indivíduos, com privilégios composto pela sociedade. "Essa estruturação da sociedade, segundo privilégios específicos atividades atribuídas, se realiza naturalmente 'de cima para baixo'; isto é, é estabelecida por aqueles que detêm a dominação" (LAKATOS, 1999, p.246).

Lakatos menciona Marx que conceitua as classes sociais, no caso seriam os proprietários simples que vinham da sua força de trabalho, os proprietários do capital e os proprietários de terras. São fontes de ingresso do salário, do rendimento, cada um tinha perante as atividades que faziam os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários formam as três grandes classes da sociedade. (LAKATOS, 1999).

Assim como a sociedade era dividida, mantendo privilégios a uns e outros não, na educação não foi diferente. Na Primeira República a educação é marcada pela presença forte das elites nas tomadas de decisões, o ensino era para poucos, poucas pessoas sabiam ler e escrever, somente as classes sociais mais evoluídas recebiam as melhores instruções, as camadas populares recebiam noções básicas de ensino.

Através de estudos feitos de artigos da revista Nova Escola, foi evidenciado que com a Proclamação da República, o Brasil adotou o federalismo, desta forma o poder era centralizado no imperador e dividido entre os governantes, que passaram a ser responsáveis pela Educação nesse período.

O artigo da Nova Escola de Paula Calçade (2018) aponta que o desenvolvimento da indústria, a imigração europeia e a urbanização marcam a Primeira República. No mundo, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa enchem as pessoas de ideias e reivindicações. Essas transformações tiveram ecos na Educação. A proposta do ensino como direito público começa a ser desenhado.

Os artigos das autoras Alessandra Schueler e Ana Maria Magaldi na Educação escolar na Primeira República, desenvolve uma reflexão sobre como foi essa educação nesse período, enfocando os debates voltados para a educação com relação as classes sociais, voltadas para a escola. Também será articulado o artigo de João Filho, a República e a Educação no Brasil, no qual o autor apresenta o quadro educacional brasileiro com a abertura do regime republicano a partir dessa época.

Diante dessas reflexões, o presente artigo analisará o processo de desenvolvimento que a educação teve, evidenciando a relação das classes de poder, dos privilégios de acordo com a estratificação social.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi estruturada através da leitura de artigos e livros sobre a estratificação social de Lakatos, Marconi e a Educação na Primeira República de João Filho, Alessandra Schueler e Ana Maria Magaldi.

Eva Maria Lakatos reflete sobre a estratificação social, a autora expõe os grupos sociais de indivíduos que diferenciam por suas hierarquias e posições, através de várias camadas sociais, ela relata que os indivíduos e grupos de uma sociedade possuem posições e privilégios diferentes e acabam diferenciando entre si, portanto, inexistem sociedades igualitárias puras e esta diferenciação de indivíduos e grupos em camadas hierarquicamente sobrepostas é que denominamos de estratificação. (LAKATOS, 1999, p.235).

A autora menciona Weber que aborda o conceito sobre a estratificação, por meio de dimensões da sociedade na ordem econômica, social e política:

Cada uma das três dimensões possui uma estratificação própria: o interesse econômico e fator que cria uma classe, podendo-se até considerar que as classes estão estratificadas segundo suas relações com a produção e a aquisição de bens; a estratificação econômica e, portanto, representada pelos rendimentos, bens e serviços que o indivíduo possui ou de que dispõe. A dimensão política manifesta-se através do poder; a estratificação política e assim, observada através da distribuição do poder entre grupos e partidos políticos, entre indivíduos no interior dos grupos e partidos, assim como entre os indivíduos na esfera da ação política. (LAKATOS, 1999, p.236).

Lakatos aponta Sorokin que tem um conceito da estratificação social por meio da economia, política e da profissional, sendo interdependentes. No texto ele diz a

estratificação econômica vem por meio da desigualdade por sua situação econômica de cada indivíduo se ele é rico ou pobre. A estratificação política também é pela desigualdade, porque a diversidade política da mesma forma do que na econômica, devido a distribuição de poder exercido na sociedade, por meio de prestígios. Na estratificação profissional surge pelas diferentes ocupações dos indivíduos na sociedade, cada profissão e exercida de uma forma variando pelos proprietários de altos níveis, empresas, indústrias e cada um tendo uma valorização melhor e tendo um maior ou menor prestígio social. (LAKATOS, 1999, p.236).

Em suas considerações a autora esclarece em seu contexto, uma fala de Tumin sobre o poder na estratificação social, que está bem relacionado com a sociedade em questão:

Poder: capacidade de obter a realização dos objetivos; propriedade: direito a bens e serviços; valorização: julgamento ou consenso de opinião do grupo acerca do prestígio, honra e importância de determinada posição ou status; satisfação psicológica: todas as demais fontes de prazer, contentamento e satisfação, excluindo propriedades, poder e valorização. (LAKATOS, 1999, p. 237).

Por meio dessa reflexão Lakatos cita o autor Freyer que também fala da estratificação social, como uma forma de dominação da sociedade onde tem sistemas de parcelas desiguais de direitos e deveres. Os grupos que compõem uma sociedade desenvolvem privilégios e atividades sociais. Essa dominação da sociedade vem por privilégios feitos através de cargos públicos, proprietários de terras, com base em atividades diversas como o trabalho e o comércio. (LAKATOS, 1999, p.246). Esse contexto veio mostrar que as dominações das classes sociais estão bem presentes através do poder exercido sobre eles.

A autora também cita Marx, fala sobre o seu pensamento e conceito das classes sociais são grandes grupos de pessoas que diferem uma da outra, por meio do sistema ocupado por cada uma delas. O seu pensamento vem que as classes sociais possuem relações com as propriedades, e por meios de produções que cada indivíduo pode exercer. Marx também expõe que a dominação econômica está relacionada com a política o controle que ela tem. Neste sentido a dominação seria de explorados e exploradores, numa sociedade a classe subordinada acaba aceitando tal situação. Dessa forma a classe social vem por meio de um esquema funcional de classes não trabalhadoras, classes de

trabalhadores assalariados, classes de trabalhadores, classes proprietárias e entre outras, tudo isso é um conjunto composta pela sociedade. (LAKATOS, 1999, p.253).

Lakatos mostra com esses diversos pensamentos, de vários autores citados em sua obra, que cada um diferencia a sociedade de uma forma, mais todos tem o mesmo sentido. A sociedade é composta por várias classes sociais, o poder, as riquezas, os privilégios e a dominação social estão presentes entre ela e no processo de desenvolvimento a sociedade vai se fragmentando, se estratificando.

A partir das leituras será discutida a educação no período republicando que passou por várias mudanças ao longo do tempo. O modelo de educação nesse período privilegiava uma educação da elite, ficando a educação popular a mercê, reforçando a desigualdade social, no qual de um lado estava a classe pobre, sempre deixada de lado e do outro lado a classe dominante, se expandindo cada vez mais de privilégios.

Segundo Alessandra e Ana Maria, no artigo Educação Escolar na Primeira República, a educação passou por alguns processos históricos, preocupados em compreender a República os historiadores da educação vêm reconstruindo o processo tenso de disputas internas e externas, decorrentes da crescente especialização e legitimação do campo educacional. (SCHULER, 2008, p.34).

As autoras em seu artigo mostram como a educação passava por algumas transformações, elas citam Jorge Nagle que evidencia e questiona:

A pertinência de uma classificação que tendia a enfatizar mais supostas rupturas, ao invés de problematizar a complexidade dos processos históricos de mudança social, cultural e política, as continuidades e as permanências e os jogos de disputas e tensões, imbricações e apropriações mútuas entre representações do novo e do velho, do moderno e do antigo, da inovação e da tradição. (SCHULER, 2008, p.36).

Nesse período de República, a educação foi vista como uma forma de disputa de poderes, de classes e dominação as autoras Alessandra e Ana Maria mostram que:

Esquecer a experiência do Império: este era o sentido da invenção republicana. Para realçar o tempo presente e a modernidade de suas propostas, o novo regime apagava os significados políticos e sociais do estabelecimento do princípio da gratuidade da instrução primária, aos cidadãos, na Constituição de 1824, e as suas repercussões nas disputas pelos significados, extensão e limites dos direitos de cidadania¹¹ – disputas que se refletiram na restrição do direito de voto aos analfabetos, transformada em lei pela reforma eleitoral de 1881, que

aboliu o voto censitário, mas impôs o critério da alfabetização para o pleno exercício dos direitos políticos, pela primeira vez, no Brasil. (SCHULER, 2008, p.37).

Com essa análise sobre a educação na Primeira República percebe-se que a educação era direcionada para as elites, pelo poder central e dos estados. Joao Filho, em seu artigo, sobre a república e educação, apresenta um estudo no qual, a primeira república era considerada a república dos coronéis, onde quem mandava era a classe social dominante, de acordo com o autor, na época houve algumas reformas educacionais. João Filho pretendia mostrar uma educação de liberdade, em que o ensino fosse gratuito para todos na escola primária. Em seu contexto ele cita:

Essa crença exagerada nas possibilidades da educação, sem se preocupar com transformações sociais mais profundas na sociedade brasileira, característica do ideário liberal dessa época, é típica de uma sociedade que vive um momento de “[...] passagem do sistema agrário comercial para o sistema urbano industrial” (PALMA FILHO, 2005, p.9).

A educação neste período não era para todos, só para os filhos de elite, dos grandes empresários e proprietários de terra, pessoas de alto nível, a classe dominante, eles tinham o poder sobre o proletariado. Essa pesquisa evidenciou que no período republicano, os coronéis tinham o poder centralizado em suas mãos, eles decidiam tudo, os governantes estavam sobre o poder deles. Alessandra e Ana Maria em seu artigo comentam sobre a imposição de poder que as elites mantinham sobre a educação:

O processo de descentralização na gestão da instrução pública, provocado pelo Ato Adicional de 1834, tem sido interpretado por parte da historiografia da educação como um obstáculo ao desenvolvimento da educação escolar no Brasil imperial, devido às diversidades regionais e à insuficiência de recursos destinados ao ensino nos orçamentos provinciais, ou ainda, em razão do desinteresse das elites políticas provinciais na difusão da instrução primária e secundária. (SCHULER, 2008, p.39).

Nesta época o analfabetismo era um problema para as elites políticas e também para os intelectuais. Após várias lutas eles conseguiram criar a Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo, em que havia sedes em vários estados. A educação era então problema central da sociedade, sendo, ao mesmo tempo, uma solução compreendida

como caminho mais importante para a superação dos males do país e como passaporte essencial para o progresso almejado pelos ideais republicanos. (SCHULER, 2008, p.47).

Analisando os assuntos relacionados sobre a educação na Primeira República e a estratificação social, verifica-se que ambos estão ligados ao poder, as riquezas, as classes sociais dominantes, os indivíduos de uma classe mais baixa sem estruturação e sem conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa pode se perceber que a estratificação social é um processo relacionado à sociedade, às diferenças de classes sociais e dos indivíduos a que cada um pertence. O poder que a classe dominante, os proprietários de terra, empresários, tem sobre as instituições públicas. Conclui-se sobre este estudo, que a estratificação social e a educação tiveram uma correlação entre si, devido ao movimento das classes sociais, das elites, o poder que eles exerciam sobre as classes populares, que eram desfavorecidas perante a sociedade. Para a classe baixa estudar e ter direitos era muito difícil, pois a educação era influenciada pelos coronéis, nessa época a educação era visada por movimentos político-sociais e correntes de ideais, sendo eles o socialismo que concebiam uma visão de mundo diferenciada.

A Estratificação social é uma forma de se entender a sociedade e os grupos de indivíduos, como mostrou Lakatos, é um fato observado em todas as comunidades, onde os cidadãos não possuem o mesmo posicionamento e os mesmas atribuições, eles são diferentes entre si. Uma sociedade não é igualitária, possui uma grande diferenciação, classes sociais mais baixas, classes mais altas, isto é uma estratificação, pessoas com mais privilégios que outras, à proporção que a sociedade se desenvolve, as diferenças ainda continuam aumentando.

Entende-se que a sociedade é composta por grupos não igualitários, a estratificação social e a educação na primeira república são formadas por diversas classes sociais, relacionadas à política, ao poder e ao sistema econômico, a sociedade é composta por grupos de indivíduos que diferenciam entre si, que pensam e agem de formas distintas

Tendo em vista os aspectos observados sobre os artigos da educação na Primeira República, percebe-se que a educação era para poucos, somente para os grupos da elite, os grupos de poder econômico mais dominante. Na educação da Primeira República, o

desenvolvimento de ideais relacionados a educação partia de concepções diferentes, os grupos conflitavam-se, as bandeiras defendidas por cada um eram distintas e para dar continuidade às causas relacionadas à educação era um obstáculo a ser vencido, tornando o acesso à educação mais difícil para alguns. (SCHULER, 2008).

De acordo com a pesquisa feita por SCHULER (2008), pode-se perceber que a educação na primeira república passou por amplo processo de formação e solidificação do estado imperial, em que aconteceram várias reformas desde a época do imperialismo até a república.

Pode-se perceber que nos anos de 1889 a 1930 a educação na primeira república foi uma fase de descobertas com várias tentativas de se pensar a educação. O pensamento era prover um ensino além da leitura e escrita, pois a educação era para poucos nessa época, as classes mais populares só recebiam instruções básicas para trabalhar nas fábricas e nos campos.

Com as reformas, a busca pelo ensino gratuito sem relação ou vínculo com nenhum tipo de religião, ensino laico da escola primária, começava-se a ter um entusiasmo com a educação, um pensamento de educação para todos e com qualidade, transformando a sociedade através da liberdade de escolha e a participação no ensino, acrescentando as ciências e a literatura para preparar os alunos e a consciência da necessidade de formar cidadãos e não só a preparação para o trabalho.

Identifica-se com essas mudanças um sistema federal integrado para o ensino, escolas com vários tipos e graus, com as reformas nos estados houve uma força maior para efetivar o processo educacional. Esses procedimentos ao longo da história deram ênfase na amplificação da rede escolar e na inserção da alfabetização para toda população, buscando uma reestruturação interna da escola e dos padrões didáticos pedagógicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALÇADE, P. Como era a Educação na primeira República? Rev. **Nova escola**, 2018. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/12652/como-era-a-educacao-na-primeira-republica-veja-infografico>. Acesso em set.2020.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Estratificação social. In: **Sociologia Geral**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999, p. 242-276.

PALMA FILHO, J.C. A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). **Pedagogia Cidadã -Cadernos de Formação – História da Educação**, 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60. Disponível em

<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>. Acesso em set.2020.

SCHUELER, A. F.M., MAGALDI, A.M.B. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Rev. **Tempo**, n. 26, p. 32-55, ano 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>. Acesso em set. 2020.

A HISTÓRIA DA LOUCURA NO PERÍODO CLÁSSICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE HIERONYMUS BOSCH

*Laura Beatriz Alves de Oliveira*⁴²¹

RESUMO: Através do método da Revisão Bibliográfica, elucida-se que o mecanismo de Foucault para analisar a história da loucura, consiste em: perguntar o que em um determinado período é considerado sanidade ou insanidade, como doença mental ou comportamento normal, aqui representados nas obras de Bosch. A intenção deste artigo é compreender como a loucura está representada nas obras do artista. Pois, o elemento da loucura em Bosch transcende ao seu significado de ser “apenas louco”. Aqui a loucura não pertence ao sujeito que está sendo representado. A loucura nas obras de Bosch é representada pela natureza oculta do homem no final do século XV que reconhece seus medos, aflições e sua entrega ao Profano.

Palavras-chave: *Foucault, loucura, Hieronymus Bosch.*

1- INTRODUÇÃO

Michel Foucault (1926 – 1984) é uma das figuras mais importantes na Teoria Crítica, onde tem se preocupado em grande parte com os conceitos de poder, conhecimento e discurso. Sua influência é clara em uma grande parte dos pós-estruturalistas, pós-modernistas, nas teorizações feministas, pós-marxistas e estudos pós-coloniais. O impacto do seu trabalho também foi sentido em uma ampla gama de diversos campos disciplinares, desde a sociologia e antropologia até aos estudos de História inglesa. Contudo, a natureza iconoclasta e desafiadora das teorias de Foucault continuam significando que suas ideias não foram simplesmente acomodadas. Muito pelo contrário, causam até a contemporaneidade um debate acalorado e muito produtivo. Debates que vem se desenvolvendo desde os anos 1960 e 1970, quando ele emergiu como um teórico-chave.

A obra “A História da Loucura”, pode ser vista como uma análise histórica das condições mentais. Onde se analisa o desenvolvimento da distinção entre Loucura e Razão. No entanto, para Foucault não é simplesmente se preocupar em analisar as condições sociais e mentais. Mas ao mesmo tempo deve-se fazer uma arguição das bases

⁴²¹ Arquiteta Urbanista, Pós-Graduada em História da Arte, atual Graduanda em História e Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Escola de Formação de Professores e Humanidades. Email para contato: oliveiraurabeatriz.alves@gmail.com

sobre as quais pensamos analisar estas condições sociais. Desta forma, a maneira como abordamos tais análises, determina em grande medida, o que descobrimos e o que podemos saber. Deve-se analisar as perspectivas que assumimos sobre o assunto que estamos investigando, quando fazemos uma análise de tais aspectos sociais. Assim, sua obra não é apenas uma análise da diferença entre a Loucura e a Razão, mas também é uma análise da maneira como pensamos sobre a insanidade e até que ponto cada sociedade vai para regular esta distinção e manter esta diferença conceitual no seu “devido lugar”.

No primeiro capítulo estudado para este presente artigo tem-se como título “Um olhar sobre a história da loucura na Idade Clássica”. Aqui se busca expor os fatos iniciais da loucura na sociedade já dita como Moderna e o seu olhar experiencial sobre o louco. Trata-se de uma análise sobre a loucura que não tomará um rumo de prová-la cientificamente, mas sim, de abrir os horizontes da questão num sentido histórico de exclusão e reclusão. Assim sendo, este capítulo será dedicado aos questionamentos das próprias intuições impostas pela sociedade/ciência sobre a insanidade. A loucura, recebe um respeito, como tentação e liberdade ilusórias. Em contraste, na visão clássica proto científica, a loucura é externalizada, isolada e investigada neste capítulo. Onde, através deste artigo tem-se o objetivo de demonstrar o método apresentado por Foucault sobre a história da loucura e a razão numa perspectiva elucidativa através das obras do pintor Hieronymus Bosch.

2- A HISTÓRIA DA LOUCURA NO PERÍODO CLÁSSICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE HIERONYMUS BOSCH

Começou a evidenciar a partir da Idade Média, principalmente, uma exclusão social. Onde primeiro surge os leprosos, depois os loucos. No classicismo surge os mendigos e depois os preguiçosos. Os loucos mantidos e alojados com o subsídio da municipalidade não eram tratados. Eram simplesmente jogados na prisão, onde a cura e exclusão estavam englobados em um só sentido. A ação que escorraçava os doidos da convivência cotidiana, o seu embarque para fora do espaço da cidadania, não tinha apenas um sentido prático, de garantir segurança aos cidadãos. Nela estava implícita, também, um sentido simbólico. Alheio ao mundo real e às suas formas, o insano pertence a uma geografia semirreal e semi-imaginária, a um lugar de passagem, situado entre este e um

mundo paralelo: essa é a posição que ocupa a loucura nas preocupações da sociedade medieval quase “moderna”.

Na retrospectiva histórica Foucault chega até à Nau, pois, se trata de uma imagem amplamente difundida na Idade Média, inspirada nas concepções gregas do Ciclo dos Argonautas⁴²². Uma embarcação que navegava pelos rios da Renânia e nos canais Flamengos. Tais embarcações foram uma dura condição para os sujeitos considerados loucos. As pessoas eram despachadas em navios ao mar numa viagem sem retorno. Na Idade Média o louco veio substituir os leprosos, e estes eram pessoas que não tinham um lugar na sociedade, eram colocados à deriva das margens sociais. Assim como os loucos, não se sabia o que fazer com eles na Idade Média. Onde, também foram colocados à deriva, mas agora no sentido literal, na *Nau dos Loucos*.

O status dos loucos fica no meio-termo de não se saber o que fazer com eles. Eram criaturas imprudentes e, por outro lado, eram criaturas da revelação. Na Idade Média a loucura era considerada uma desmedida. O louco surge como aquele que profere uma revelação. Pois, o período é considerado muito revelador aos sujeitos no aspecto de se ouvir vozes, ter visões com seres sagrados da perspectiva cristã, serem possuído por espíritos, etc. A igreja Católica queria que toda a crença da antiguidade, todo o culto à mitologia caísse por terra. Onde, gradualmente foi se substituindo a imagem da Vênus pela imagem da Virgem Maria, por exemplo. Era considerado Profano os objetos da mitologia aumentando o status daquilo que a Igreja considerava sagrada, como a cruz. Então o discurso do louco e suas “revelações” cabiam no imaginário e nas expectativas da igreja do período, mas não significava que eram aceitos e compreendidos. Pois, poderiam representar ameaças e tentações Profanas vindas do diabo.

Um das primeiras obras de Bosch com a temática da Loucura foi “*A Extração da Pedra da Loucura*” (1480 – 1488). O tema da extração da pedra da loucura foi reproduzido também por outros artistas do início da Renascença que retrataram tais operações para a retirada de pedras da cabeça, nas quais estas, foram supostamente removidas cirurgicamente para um tratamento de doenças mentais.

⁴²² Segundo a mitologia grega os Argonautas eram tripulantes da nau Argo que, segundo a lenda, foi até a Cólquida (atual Geórgia) em busca do Velo de ouro (ou Velocino de ouro). Disponível em: OS ARGONAUTAS. **A Mitologia dos Argonautas**. Disponível em: <https://www.osargonautas.com.br/single-post/2016/12/26/a-mitologia-dos-algonautas>. Acesso em: 20 jul. 2021.

A pintura retrata um cirurgião, vestido com a túnica avermelhada, característica que marcava sua profissão, removendo algo da cabeça de um homem sentado. O processo é testemunhado por um monge e sua companheira, uma freira, que repousa com as mãos na mesa, equilibrando um livro sobre a cabeça. A estranha atividade ocorre em uma das paisagens tipicamente de Bosch. Toda a cena está contida dentro de um círculo, e o espaço escuro do painel retangular ao redor é coberto com letras douradas intrincadas e flores entrelaçadas. As escritas estão em uma caligrafia elaborada em flamengo onde dizem: “Mestre, remova a pedra rapidamente” e em baixo “Meu nome é Lubbert Das”.

Os charlatões médicos itinerantes enganavam as pessoas fazendo-as acreditar que poderiam curar doenças mentais e Sintomas "psicossomáticos", removendo pedras da cabeça. Era feita uma incisão no couro cabeludo e, em seguida, fingia-se remover as pedras. A pintura também é interpretada como uma alegoria da extrema estupidez, da loucura e credulidade dos humanos, temas recorrentes nos trabalhos de Bosch.

Outra obra de Bosch que representa a loucura é “*A Nave dos Loucos*” (1490 – 1500). Que condena as atitudes sucumbidas dos frades e freiras em relação à loucura dos prazeres. A pintura mostra dez pessoas à deriva em um barco, outras duas ao mar. No centro do grupo está uma freira tocando alaúde. À esquerda da imagem, uma mulher parece estar prestes a bater em um homem que está arrastando uma jarra na água. À direita da imagem, outro homem parece estar vomitando na lateral. Acima dele, um homem vestido claramente como um bobo da corte está bebendo de uma xícara. Um dos barqueiros está usando uma enorme concha em vez de um remo, o outro tem uma jarra na ponta do remo.

Pendurada no mastro está uma panqueca, ou um pão, que o grupo principal está tentando comer. Isso pode ser uma referência a um jogo ou costume folclórico tradicional. Subindo no mastro está outro personagem que está prestes a cortar um pouco da carne de um pássaro assado amarrado ao mastro.

O mastro em si, é semelhante a uma árvore e coberto de flores e folhas, o que para o autor Bosing, significa talvez “a árvore de Maio das festas de primavera nas aldeias, onde o povo e os clérigos se juntavam para se divertirem e se dedicarem a devassidões”. (BOSING, 2006, p.6). No alto do mastro está hasteada uma bandeira com uma lua crescente, talvez um símbolo de “loucura” derivada da palavra latina “luna”. Ou se trata também, de uma representação da bandeira da atual Turquia, pois, os turcos e os

seguidores do “falso” profeta Maomé, “[...] dominavam a maioria dos santuários da cristandade e eram, para os contemporâneos de Bosch, o símbolo dos inimigos de Cristo.” (BOSING, 2010, p.18). No alto da folhagem do mastro está uma coruja, que parece quase um crânio à primeira vista. A coruja, nos tempos medievais, era um símbolo de azar e associada inúmeras vezes ao conhecimento oculto.

A imagem geral é de um grupo de tolos à deriva no mar da vida, comendo e bebendo em excesso. Eles estão sem moral e sem leme, apesar de representantes da igreja estarem a bordo, todos eles estão sem rumo na vida e alheios aos vícios e pecados da humanidade. A alusão ao pecado da luxúria e da gula são apoiados por símbolos como: o prato com cerejas, o jarro metálico de vinho, que remetem para os tradicionais jardins do amor, o animal assado no mastro, o homem indisposto e a colher de remo. A ganância é apresentada e associada à gula na figura dos dois sujeitos nus implorando para que sua malga de vinho fosse enchida.

A figura do louco remete implicitamente para a imoralidade que tinha lugar na Nau. Para Bosing, “[...] durante séculos os bobos da corte gozaram da liberdade de poder censurar, sorrindo ironicamente os costumes nas litografias e pinturas do século XV”. (BOSING, 2006, p.6). Os loucos, aqui os entregues ao mundanismo, se encontram frequentemente entre os bêbados e pares amorosos, saltitando rumo à luxúria.

Além dos pecados serem associados à loucura, a *Nau dos Loucos* carrega mais metáforas da Idade Média. Para Foucault (2008), o louco é o prisioneiro da passagem, é o passageiro por excelência. Não se sabe de onde vem e nem quando desembarca em Terra. Sua sina é se afogar na sua própria loucura e sua morada é a imensidão das águas. Estas metáforas estavam presentes por muito tempo na imaginação do homem europeu. Nos séculos finais da Idade Média, a sociedade assistiu a difusão de dois pensamentos influenciados aos moldes eclesiásticos sobre: o *otimismo* e o *pessimismo*. Para Le Goff:

Um otimista, que acreditava na proximidade do advento de uma idade de paz e felicidade, depois das atribulações da grande peste e do grande cisma e de algumas provações finais, em especial uma batalha decisiva contra os turcos; outra, pessimista, que pregava a iminência do castigo e o fim do mundo, não deixando escolha, além de um urgente arrependimento. (LE GOFF, 2010, p.350)

É esse o contexto, segundo Foucault (2008), que vai favorecer a expansão dos fenômenos de loucura. A loucura indica que o fim dos tempos e do mundo está próximo, que a humanidade está próxima do seu último ato: “É a demência dos homens que a

invoca e a torna necessária” (FOUCAULT, 2008, p.17). A Nau, a água e a loucura, segundo Foucault, “[...] Fechado no navio, de onde não se escapa, o louco é entregue ao rio de mil braços, ao mar de mil caminhos, a essa grande incerteza exterior a tudo.” (FOUCAULT, 2008, p.16). Assim, a loucura e os seus loucos, simbolizam toda uma inquietude construída subitamente no horizonte da cultura europeia por volta do fim da Idade Média.

A loucura e o louco tornam-se personagens maiores em suas diferenças: ameaça e ironia/razão e loucura. Durante o Renascimento, período cronológico artístico associado à Bosch, a loucura é submetida a razão crítica, mas o louco é visto com maus olhos. Foucault (2008), afirma que:

Mas se o saber é tão importante na loucura, não é que esta possa conter os segredos daquele; ela é, pelo contrário, o castigo de uma ciência desregrada e inútil. Se a loucura é a verdade do conhecimento, é porque este é insignificante, e em lugar de dirigir-se ao grande livro da experiência, perde-se na poeira dos livros e nas discussões ociosas; a ciência acaba por desaguar na loucura pelo próprio excesso das falsas ciências. (FOUCAULT, 2008, p.29).

Se trata de um período científico, onde tudo é colocado à prova por meio da razão. Para a razão crítica a loucura era uma razão incomum, era uma razão que vai à contramão da maioria (não é necessariamente algo positivo no período, ressaltando que se trata de uma época que a razão estava em seu “auge”). E, ao mesmo tempo dentro do viés religioso ela é entendida como uma manifestação satânica. “A loucura é um momento difícil, porém essencial, na obra da razão; através dela, e mesmo em suas aparentes vitórias, a razão se manifesta e triunfa. A loucura é, para a razão, sua força viva e secreta.” (FOUCAULT, 2008, p.41). Temos então a loucura como duas faces de uma moeda= Loucura/Razão.

Com o advento da Idade Moderna, observaremos o surgimento de um novo ideal que consistirá na exaltação da razão. É a partir deste ideal de racionalidade, que o louco acaba se tornando um sinal de contradição nestes meios, de modo que já não será tratado apenas como um mero erro, mas, também, como uma ameaça à razão. Pois, “a loucura fascina o homem”. (FOUCAULT, 2008, 27). Este fascínio para Foucault (2008):

Por certo, a loucura atrai, mas não fascina. Ela governa tudo o que há de fácil, de alegre, de ligeiro no mundo. É ela que faz os homens "se agitarem e gozarem", assim como os deuses; foi ela quem originou "Gênio, Juventude, Baco, Sileno e esse gentil guardião dos jardins”.

Tudo nela é uma superfície brilhante: não há enigmas ocultos. (FOUCAULT, 2008, p.29).

O louco libera a animalidade, já domesticada pelos valores e símbolos humanos, a loucura enfeitiça, pois, “o homem com sua desordem, seu furor, sua riqueza de monstruosas impossibilidades, é ela quem desvenda a raiva obscura, a loucura estéril que reside no coração dos homens” (FOUCAULT, 2008, p.20). Para Foucault (2008), por outro lado, a loucura pode ser tomada como um saber. Um saber difícil, confiado aquele que pode deter em sua inocência. Enquanto o homem sábio apenas reconhece partes do saber, o louco o carrega por inteiro. “Uma vez que é o saber proibido, prediz ao mesmo tempo o reino de Satã e o fim do mundo; a última felicidade e o castigo supremo, o todo poder sobre a terra e a queda infernal” (FOUCAULT, 2008, p. 21). O saber do louco então, consiste em que a humanidade ainda não tem a possibilidade de entender e suportar como a morte, as pestes: sendo estes, os infortúnios que nos circuitam. Este é o fardo para os pobres de espírito.

Segundo Foucault (2008), até a segunda metade do século XV, o tema da morte impera sozinho. Nenhuma época impôs a toda população a ideia da morte continuamente e com tanta ênfase quanto o século XV. “Ininterruptamente, o chamado do memento mori (lembança da morte) ressoa pela vida”. (HUIZINGA, 2010,p.221).

O fim dos homens e o apocalipse trazendo o fim dos tempos assume a face das pestes e das guerras. O que domina a existência humana é este fim e esta ordem à qual ninguém escapa. A presença do fim que é uma ameaça no interior do mundo é uma presença inevitável. Para Huizinga (2010):

O pensamento religioso do final da Idade Média, no que diz respeito à questão da morte, conhece apenas os dois extremos: o lamento pela perecibilidade, pelo fim do poder, da honra e do prazer, pela decadência da beleza; e, por outro lado, o júbilo da alma que foi salva. Tudo o que fica no meio permanece não dito. Na representação perene da dança macabra e do esqueleto horrendo, as emoções vivas ossificam. (HUIZINGA, 2010,p.243).

Nos últimos anos da Idade Média esta grande inquietude do fim gira sobre si mesma: o desatino da loucura substitui a morte e a seriedade que a acompanha. A loucura torna-se então a presença vencida da morte. Uma vitória que transcende a sanidade abrandando o destino inevitável do homem.

A substituição do tema da morte pelo da loucura não marca uma ruptura, mas sim uma virada no interior da mesma inquietude que o fim traz. Trata-se ainda do vazio

da existência individual ou coletiva. Para Foucault (2008), é um vazio que não é mais reconhecido como termo exterior e final, simultaneamente é “ameaça e conclusão”. É uma lacuna que é sentida no interior, como uma forma intrínseca e constante da existência humana. A loucura vem para mostrar que a morte não pode ser evitada. E é necessário trazer o homem à luz da consciência, da sabedoria, através do espetáculo da morte que a loucura está por toda parte através do medo do final. E ela vem ensinar aos homens que eles não são mais que mortos afinal. E que se o fim está próximo e é inevitável, é na medida em que a loucura universalizada e instituída formará uma só dentre os homens através do fim com a morte.

Segundo Foucault (2008), a ascensão da loucura ao horizonte da Renascença é percebida, de início, através da ruína do simbolismo gótico: como se este mundo, onde a rede de significações espirituais era tão tênue que começou a se embaralhar, deixando aparecer figuras cujo sentido só se deixa apreender sob a face do insano. As figuras simbólicas facilmente se tornam silhuetas de pesadelo. A loucura fascina o homem porque é um saber. E o homem é seduzido pelo desconhecido, pelo diferente.

Quando o homem desdobra o arbitrário de sua loucura, encontra a sombria necessidade do mundo; o animal que assombra seus pesadelos e suas noites de privação é sua própria natureza, aquela que porá a nu a implacável verdade do Inferno. As vãs imagens da parvoíce cega são o grande saber do mundo; e já, nessa desordem, nesse universo enlouquecido, perfila-se aquilo que será a crueldade do fim. (FOUCAULT, 2008, p. 27).

As obras de Bosch “*O Jardim das Delícias Terrenas*” (1490 – 1515) e “*O Juízo Final*” (1500 – 1510), entram exatamente neste contexto citado por Foucault. Nestes trípticos, todos os seus monstros, criaturas medievais e simbolismos representam esta natureza oculta do homem que foi seduzida pela loucura, pelo pecado, pelo Sagrado e Profano. Logo suas obras são moralizantes. Mas é uma moral representada de forma em que a loucura faz sentido para quem a observa, logo interpretando os erros da humanidade em meio a esta loucura. E de modo geral, a loucura não está ligada ao mundo e a suas formas subterrâneas, mas sim ao homem, a suas fraquezas, seus sonhos e suas ilusões. “[...] A loucura não diz tanto respeito à verdade e ao mundo quanto ao homem e à verdade de si mesmo que ele acredita distinguir”. (FOUCAULT, 2008, p. 30). A loucura deságua então num universo inteiramente moral. O Mal não é o castigo ou o fim dos tempos, mas apenas erro e defeito. Bosch expõe os sujeitos sem fantasias românticas, trazendo luz a sua real natureza interna secreta.

Com esta temática presente da morte e do fim, podemos verificar as possíveis influências do “*Ar moriendi*” (A arte de morrer) nas obras de Bosch. O livro mais conhecido é “*Opusculum Tripartitum*”, do teólogo Gean Gerson (1363 – 1429). Os *Ars moriendi*, se tratam de uma coletânea de livros de devoções que preparavam os seguidores de cristo para uma melhor aceitação da morte. Como também acentua Delumeau (2003), sobretudo a partir de meados do século XV, “[...]esse documento tinha pretensões de ser um manual técnico para o bem morrer [...]”. (DELUMEAU, 2003, p. 109).

A preocupação com a morte se fortaleceu na Idade Média devido às epidemias, como a peste-negra, durante o século XIV que eram uma constante no cotidiano da Europa. As obras de Bosch apresentam os desdobramentos sociais dessas inquietações como na obra “*A Morte do Avarento*” (1490 – 1510). “Um pincel preparado de Jérôme Bosch, representando a morte do Avarento, é uma variação sobre a tentação da cobiça das Artes moriendi”. (DELUMEAU, 2003, p. 110).

Neste quadro é mostrado um sujeito que mesmo à beira de sua morte, onde oscila entre o paraíso e o inferno, e continua insistir na sua loucura. Vemos o homem deitado em sua cama com a morte ao seu lado esquerdo adentrando o quarto, e seu anjo da guarda praticamente implorando que ele olhe para o crucifixo na janela e aceite a salvação de Cristo.

A morte representada por um esqueleto, foi possivelmente inspirada na “*Macabré la Danse*”, uma alegoria artístico-literária do final da Idade Média sobre a universalidade da morte. A visão total da morte pode ser resumida na palavra *macabro* no significado que atualmente damos. Este significado é sem dúvida o resultado de um longo processo. Mas o sentimento que ele encarna, algo horrível e funesto, é precisamente a concepção da morte que surgiu durante os últimos séculos da Idade Média. Para Huizinga (1999), a origem da palavra:

Esta estranha palavra apareceu na França no século XIV sob a forma de macabré e, qualquer que seja a sua etimologia, como substantivo. Um verso do poeta Jean Le Fèvre, Je Fust de Macabré la Danse, que podemos datar de 1376, continua a ser para nós a certidão de nascimento da palavra. (HUIZINGA, 1999, p.74).

Por volta de 1400 a concepção da morte na arte e na literatura revestiu-se de uma forma espectral e fantástica. Um novo e vivo arrepio veio juntar-se ao primitivo horror da morte. Segundo Huizinga (1999), a visão macabra surgiu das profundidades da

estratificação psicológica do medo com o pensamento religioso. E imediatamente a reduziu a um meio de exortação moral.

Ao analisar esta obra de Bosch, percebemos que certas tentações prendem e distraem o moribundo. Como, quase que automaticamente ele estende sua mão para o saco de moedas oferecido pelo pequeno demônio. E ainda se observa que era um sujeito apegado aos seus bens materiais e ao seu prestígio social. Nesta pintura se encontra a representação do bem e do mal e as tentações que perseguem os sujeitos mesmo em seu fim. Como salienta Bosing (2010):

A luta dos anjos e dos diabos pela alma do moribundo também aparece a figura tradicional da morte armada com uma seta. Parece que as duas representações foram inspiradas a partir de um livro de devoção do século XV muito difundido na Alemanha e nos Países Baixos: *Ars Moriendi* ou arte de morrer. Este pequeno e estranho manual conta como os diabos reunidos à volta da cama do moribundo, uns atrás dos outros, se dirigem para ele com as suas tentações, e como um anjo o consola e o apoia nesta agonia. Neste livro, o anjo ganha por fim e leva triunfantemente a alma para o céu, enquanto os diabos gritam desesperadamente em baixo. (BOSING, 2010, p.32).

Aqui, o fim da luta se mostra incerto. As linhas entre a salvação, entrega ao pecado e morte, são tênues. Na frente da cama vê-se uma arca com pertences e demônios, e um velho debruçando-se nas moedas de ouro e não se interessar e nem se importar com o rosário pendurado em sua cintura.

Como defende Hitner (1998), as fontes estilísticas e inspiradoras de Bosch foram as xilogravuras, iluminuras e esculturas de conteúdos escatológicos. No seu período de atuação essas inspirações artísticas vinculavam amplamente o tema do *Ars moriendi*. E ao observar suas obras vemos concludentes evidências de que seu estilo teve influências diretas destes. E Bosch ainda desenvolveu em suas obras elementos próprios, características tão únicas de representar os vícios e decadências de seus contemporâneos, que não encontramos em outros pintores do final do medievo. Algumas de suas características não estão presentes no *Ars moriendi*, como as representações antropomórficas e zoomórficas. Que para Vargês (2015), tem intenções de dar forma a um mundo intenso e complexo, tangível apenas pelo imaginário.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como as contradições sociais mudam de era para era, Foucault estudou a loucura como sendo construída em um ponto particular na história. A loucura é constituída para

cercar a razão ou sanidade e para criar distinções claras entres estes. A loucura também é construída como parte de um processo mais amplo de desenvolvimento da modernidade e, portanto, como parte de um processo pelo qual a episteme se move em explicações baseadas na sociedade, comportamentos, religião.

O método de Foucault para analisar a história da loucura, em sua obra explanada neste artigo, consiste em: perguntar o que em um determinado período é considerado sanidade ou insanidade como doença mental ou comportamento normal. Questiona-se como essas divisões são operadas dentro da sociedade. Assim, como no caso de sua análise da constituição da verdade e do conhecimento, ele está interessado em como a loucura é mantida no lugar, quais ferramentas são usadas para manter a loucura em circulação como uma categoria, e quais processos são usados para distinguir entre o louco e o são. Em vez de defrontar a loucura, Foucault traça o caminho que a loucura foi construída de diferentes formas e julgada de diferentes maneiras através da história. E como esta loucura passa a ser entendida como intrínseca ao ser humano através de seus medos, temores, e sua entrega aos pecados. Pois, a loucura vem para mostrar que a morte e a condenação de nossos atos não podem ser evitados.

O foco de Foucault é a mudança na forma como a distinção entre a loucura e a sanidade são feitas, e a invenção da doença mental sobre os sujeitos nos faz analisar o processo de sujeição e resistência em ação na relação entre as instituições, o governo, família e sujeitos individuais. Sua postura anti-psicanalítica é produtiva ao nível teórico, fazendo com que reflitamos ver o assunto mais como um efeito das relações de poder do que como algo que precede essas relações e que é restringido por elas. Foucault é o único teórico que analisa a doença mental sem se preocupar com o desenvolvimento de um sistema alternativo para analisar a psique e sofrimento emocional, em alguns sentidos, para ele, o eu e o indivíduo não são de interesse e, de fato, restringem nosso pensamento sobre o assunto.

Ao analisar o primeiro capítulo de História da Loucura de Foucault percebe-se então que o elemento da loucura em Bosch transcende ao seu significado de ser “apenas louco”. Aqui a loucura não pertence ao sujeito que está sendo representado. A loucura nas obras de Bosch é representada pela natureza oculta do homem do final do século XV que reconhece seus medos e aflições. Apesar de todas as tentativas de interpretação, a obra do pintor continua sendo um mistério para os modernos. E não era isso o que ocorria

nos séculos XV e XVI. A intenção principal de Bosch não era dirigir-se ao inconsciente de seu observador, mas, pelo contrário, transmitir-lhes certas verdades espirituais e é exatamente por isto que foi muito compreendido em vida. Bosch não pretendia apresentar o abismo da alma humana, mas a ação humana.

4- REFERÊNCIAS

BOSING, W. **Bosch, A Obra de Pintura**. Taschen. 2010.

DELUMEAU, Jean. **O Pecado e o Medo: a Culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)**. Tradução de Álvaro Lorencir. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (v. I).

FOUCAULT, M. **História da Loucura: Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva. 2008.

HITNER, Sandra Daige Antunes Corrêa. **Jheronimus Bosch e As Tentações de Santo Antônio**. – MASP. 1998. 213 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte). Instituto de Artes, Programa de Pós-Graduação em História das Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**. Braga: Ulisseia, 1999.

HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

JANSON, H.W. **Iniciação à História da Arte**. (2º ed.) São Paulo: Editora Martins Fontes. 1996.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP. 2010.

OS ARGONAUTAS. **A Mitologia dos Argonautas**. Disponível em: <https://www.osargonautas.com.br/single-post/2016/12/26/a-mitologia-dos-algonautas>. Acesso em: 20 jul. 2021.

VARGES, Tiago. **O Pecado no cotidiano medieval: As obras moralizantes e sociais de Hieronymus Bosch. (1485-1516)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015.

O CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

*Laylla Nayanne Dias Lopes*⁴²³

RESUMO: Poucos trabalhos foram encontrados sobre os lugares de memória do Judiciário brasileiro. Dos trabalhos descobertos, nenhum se debruçou especificamente a investigar o que propomos, isto é, as questões que abrangem o preservacionismo relacionado às estruturas de poder. Isso não deprecia a importância deles, mas demonstra que o tema proposto é original e ainda incipiente. Partindo desses pressupostos discutiremos o “enquadramento” da memória em âmbito institucional e as relações de poder que envolvem essa escolha. Abordaremos os desafios e as perspectivas desse “lugar de memória” em contribuir não só para tornar ainda mais legítimas as ações da própria instituição, mas também como um mecanismo de promoção de cidadania. Para tanto, nossa hipótese é a de que o Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás deve estabelecer uma relação dialógica com a sociedade por meio da divulgação de seu acervo.

Palavras-chave: *Lugar de Memória. Centro de Memória. Memória. Poder Judiciário.*

INTRODUÇÃO

No Brasil, as instituições judiciárias tiveram início com a colonização portuguesa em 1530 e foram organizadas a partir de preceitos normativos lusitanos⁴²⁴ vigentes no período adaptados ao contexto brasileiro. Nos acervos judiciais podem, portanto, ser encontrados registros materiais e imateriais significativos da memória brasileira, posto que o direito, enquanto produto social, acompanha os anseios, os interesses e as mudanças da sociedade para o qual foi criado e o Judiciário produz e guarda informações dessas transformações.

Nessa direção, o Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de

423 Mestranda em Estudos Culturais Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Bacharelanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG); pós-graduada em Neuroaprendizagem e Cultura Afrobrasileira e Africana (UNIFAN); Graduada em Pedagogia e História pela União das Faculdades Alfredo Nasser (UNIFAN); Pedagoga no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás lotada no Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás (CMC – TJGO); e-mail: laylla.lopes@hotmail.com; Orientador: Dr. Eduardo Gusmão de Quadros.

⁴²⁴ Importante ressaltar que o direito brasileiro, por meio do direito português, sofreu ainda influência do direito romano-germânico e do canônico.

Goiás, localizado no antigo Tribunal da Relação da Província de Goyaz instalado na primeira capital do Estado em 1º de maio de 1874 via decreto Imperial de Dom Pedro II, um dos dez tribunais mais antigos do Brasil e que também integra o conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO⁴²⁵ em 2001, é patrono de um acervo de evidente relevância cultural da sociedade brasileira.

Pelo exposto compreendemos que os bens materiais, incluindo tanto o próprio espaço de funcionamento do Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás, quanto aquilo que constitui e pode vir a compor o seu acervo, transcendem a natureza tangível da instituição dado o valor cultural e histórico que eles têm e que não se restringe somente ao órgão a que estão vinculados.

Partindo desses pressupostos, essa pesquisa pretende analisar os desafios e as perspectivas da reconstrução e divulgação da memória do Judiciário goiano por meio da criação do Centro de Memória e Cultura (CMC) de modo que não seja um lugar meramente celebrativo, vazio de sentido, acrítico e, por isso mesmo, a-histórico. Nesse caso, o diferencial está em reconhecer o poder da memória em colocar-se a serviço do desenvolvimento social, isto é, como ferramenta de intervenção social.

Para tanto, utilizamos os pressupostos sobre “a memória”, “a história” e o “esquecimento” em Nora (1993) e em Ricoeur (2007) e os conceitos de “patrimônio” da Constituição Federal de 1988; de “lugares de memória” de Nora (1993); de “enquadramento” definido por Pollak (1992); de “poder simbólico” cunhado pelo sociólogo francês Bourdieu (1989); de “hibridismo cultural” de Canclini (1997); de “identidade” de Hall (2019) e de “interdisciplinaridade” conferido por Leis (2005).

Para uma melhor apreensão do objeto, aliamos a pesquisa documental à bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, pois este trabalho se afasta de uma análise meramente quantitativa e busca a interpretação dos fenômenos, ou seja, a apreensão dos significados das relações humanas e de suas ações. Uma pesquisa com essa abordagem, visa “compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos” (MINAYO, 1994: 24).

Os seguintes procedimentos metodológicos foram utilizados: (1) Levantamento bibliográfico da produção acadêmica acerca de Centros de Memória em espaços judiciais; (2) Análise da legislação, documentos e normativas referentes à Gestão da Memória no

425 Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

âmbito do Poder Judiciário e, em especial, no Judiciário goiano, tais como: resoluções, portarias, decretos, atas de reunião e pareceres; (3) Pesquisa histórica do bem cultural analisado “in loco”, no Fórum da Cidade de Goiás, na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e na revisão bibliográfica; (4) Observação técnica realizada cotidianamente enquanto servidora do local; (5) Análise e apresentação dos dados obtidos; (6) Proposta de elaboração de catálogo (material de divulgação) com vistas a demonstrar a riqueza do acervo do Centro de Memória e Cultura do Judiciário goiano ainda pouco explorado pelos pesquisadores e sociedade em geral.

1 O CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A escolha do Centro de Memória e Cultura do Judiciário goiano como tema para a realização desta pesquisa pretende contribuir para a ampliação da produção do conhecimento no campo da Memória e, mais especificamente, da Memória em órgãos jurisdicionais, assim como subsidiar o complexo trabalho realizado pelas equipes que atuam nesses locais.

A opção por esse lugar justifica-se ainda por outros fatores, dentre eles a sua localização, fator de especial relevância, tendo em vista que os bens culturais se situam em determinados espaços geográficos que influenciam a sua ocupação e exploração lhes conferindo características próprias, algumas delas de importância singular, como é o caso do edifício escolhido para a instalação do referido centro.

O Centro de Memória e Cultura do Judiciário goiano está localizado no edifício nº 1 do Largo do Rosário, local em que foi instalado, na primeira capital do Estado de Goiás – Vila Boa, atual Cidade de Goiás⁴²⁶, em 1º de maio de 1874, via decreto Imperial de Dom Pedro II, o Tribunal da Relação de Goyaz⁴²⁷ - primeira sede do Tribunal de

⁴²⁶ Também conhecida como: Goiás, Goiás Velho e Vila Boa de Goiás; a depender do agente referidor. A esse respeito, Tamaso (2007: 60) explica que o toponímico (1) Cidade de Goiás é utilizado quando “o agente é goianiense e/ou ligado às instituições públicas goianas”; (2) “Goiás, quando o agente é o próprio vilaboense (nascido na Cidade de Goiás); (3) Goiás Velho, quando o agente está mais distante da cidade – não necessariamente geograficamente –, como, por exemplo, goianos de outras cidades do estado, inclusive Goiânia, ou pessoas de outros estados, que não mais desconhecem a cidade, mais a ela se referem como “Goiás Velho”; e (4) Vila Boa de Goiás, usado por não vilaboenses, ou por vilaboenses que não residem mais na cidade. De longe, com olhar distanciado, valorizam a tradição do nome “Vila Boa de Goiás”.

⁴²⁷ Grafia original.

Justiça do Estado de Goiás⁴²⁸; o décimo mais antigo do Brasil.

A opção por esse bem não foi fruto do acaso. Nele encontramos indícios da história, do passado e da tradição, que são como âncoras para as lembranças, um apoio à memória que falha, um auxílio na luta contra o esquecimento e até mesmo uma suplementação tácita de uma memória que já não existe. (RICOEUR, 2007)

Sendo assim, a nova função do edifício se insere em um contexto construído anteriormente, trazendo consigo a marca de várias histórias e práticas sociais constitutivas e constituídas culturalmente, ao mesmo tempo em que introduz nesse mesmo espaço novas atribuições, mudando a relação das pessoas com o lugar.

A sua terminologia destaca, define e indica a singularidade desse espaço dentre os demais espaços da Instituição e evidencia o valor de sua diferença e de sentido social para a sociedade. Cada um de seus termos – Centro, Memória e Cultura – devem, pois, ser entendidos como qualidades atribuídas ao espaço, valores estabelecidos e fixados ao lugar. Contudo, será o trabalho desenvolvido no local que poderá (ou não) consolidar esses valores referenciais.

Apesar da diferença entre os três códigos, teoricamente nenhum deles possui precedência sobre o outro. Entretanto, acreditamos que é em função da categoria “memória” que um deles pode assumir uma hegemonia sobre os demais, posto que é por meio dela que será possível ressignificá-lo e descobrir nele, inclusive, a sua essência, fundamental para o presente e o futuro do lugar.

Para Nora (1993) a memória se caracteriza pela sua dinamicidade, por permitir a dialética da lembrança e do esquecimento, por estar em constante transformação. Por isso ela é espontânea, coletiva, plural, múltipla e individualizada.

[a] memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993: 9).

Para tentar agrupar e representar sua memória, na medida em que apaga aquilo

⁴²⁸ Com a Proclamação da República no Brasil em 1889 e a instituição do regime federativo pela Constituição de 1891, em Goiás, o Tribunal da Relação passou a ser denominado Superior Tribunal de Justiça em 1º de janeiro de 1893, nomenclatura que foi novamente alterada pela Constituição de 1934, passando a se chamar Corte de Apelação e, posteriormente, Tribunal de Justiça, conforme a Constituição de 1945, que permanece atualmente.

que se deve esquecer, os grupos sociais elegem “lugares de memória – são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993: 21).

O Centro de Memória e Cultura é, assim, um “lugar de memória” nos três sentidos atribuídos por Nora (1993) – é suporte material da memória da instituição e ainda do lugar em que está localizado; ao mesmo tempo em que é lugar no qual a memória se ancora simbolicamente fazendo uma ponte com o passado; e ainda funcional, útil aos fins institucionais a que se destina.

Recorremos a Ricoeur (2007) para compreender a relevância dos lugares para a memória. Segundo ele, o corpo é nossa memória mais arcaica. É experiência vivida. No corpo tudo é lembrado. Registrado na pele, na carne, no sangue. Quando deixamos de viver na intimidade dessa memória, lhe consagramos lugares onde possamos acreditar que não somos feitos de esquecimentos, mas, de lembranças.

A transição da memória corporal para a memória dos lugares está ligada a um momento particular da nossa história. Segundo Nora (1993) as sociedades pós-industriais, tendo perdido a memória como suporte de continuidade e preservação do social, deram início à criação de “lugares de memória” para que neles ela fosse recuperada; o que ratifica o aumento demasiado dos arquivos e dos lugares nos quais a memória se materializa.

Em síntese, os lugares de memória resultam “do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais” (NORA, 1993: 13). Essas ações são feitas também em nome da própria história, que passa tudo historicizar.

A história, por sua vez, cuida de reconstruir o que já não é mais. Proporciona sair do particular ao geral, do específico para o universal por meio de uma operação intelectual que recria memórias por meio da narrativa histórica, reconstruindo o passado com análise e discurso crítico de um determinado tempo presente. (NORA, 1993)

A noção de “lugares de memória” abrange, portanto, marcas, rastros, objetos simbólicos de memória (arquivos, bibliotecas, monumentos, construções, festas, dentre outros), isto é, “inscrições, no sentido amplo atribuído a esse termo” (RICOEUR, 2007: 415), que, apreendidos pela história podem ser uma outra história.

Por isso mesmo, eles são, antes de tudo, um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de

identificar uma origem, um nascimento, algo que relegue a memória ao passado, eternizando-a de novo.

As representações construídas pela historiografia, assim como a memória, têm marcas dos processos ambíguos do lembrar e do esquecer, ou seja, são seletivas, falhas e “esquecem” fatos (CANDAU, 2011: 57). O esquecimento, entretanto, não é somente um empecilho da memória e da história. Ele é um aspecto natural da vulnerabilidade humana, da temporalidade e da história da vida de modo geral e, enquanto construção social, pode ser ainda um esforço para adequar o tempo decorrido aos interesses do presente.

Nesse viés, se os lugares de memória são criados, é porque estão sempre presentes uma complementariedade/oposição entre memória e esquecimento que não pode ser desprezada. Eles são, portanto, espaços de disputa, seletivos e contraditórios, trabalhando diretamente em um processo de “enquadramento” (POLLAK, 1992) do que deve ser celebrado ou esquecido.

Esse processo ocorre sempre que indivíduos ou grupos procuram destacar elementos que concorrem para a formação de uma identidade positiva, auxiliando a manutenção de uma posição privilegiada de poder por meio da reprodução do capital – econômico, cultural e/ou social, que o seu “campo” possui.

O campo representa um espaço marcado por hierarquias sociais e lutas internas e externas entre os grupos sociais com o intuito de competirem pela posse de bens simbólicos que lhes proporcionam legitimidade e prestígio (BOURDIEU, 1989).

Nesse contexto, a criação de um “lugar de memória” não é, portanto, desinteressada. É de se esperar, que haja sempre uma “vontade de memória”, uma “intenção de memória” que oriente o trabalho memorial (NORA, 1993). Assim, “por mais liberal que seja a operação de reunião e de preservação de rastros de sua própria atividade que uma instituição decida preservar, ela é inelutavelmente seletiva” (RICOEUR, 2007: 352) e, frequentemente, opera exclusões sociais.

Por conseguinte, a produção dos discursos também não ocorre de modo desinteressado, mas sim como resultado de interesses de certos grupos, detentores de um “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989). Entretanto, isso não significa que os lugares de memória estejam fadados à mera reprodução de modelos hegemônicos que eliminam a participação social.

“Para o bem e para o mal não são blocos homogêneos e inteiramente coerentes. Ali mesmo em suas veias circulam corpos e anticorpos, memória e contramemória, seres vivos e mortos” (CHAGAS, 2002: 54). Logo, se onde há memória há poder, onde há

poder existe sempre a possibilidade de resistir. Com efeito o discurso é provisório, incompleto, marcado pelas tensões entre os diversos campos onde se legitimariam as suas respectivas práticas.

Sendo assim, o Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário assume ainda um caráter de “bem simbólico”, cuja elaboração pressupõe a seleção de elementos representativos da trajetória da instituição que fortalecem a identidade (institucional) e a sua legitimidade e prestígio entre seus membros e junto à sociedade em geral. Em suma,

[a] seleção empreendida pela instituição cumpre, portanto, o papel de garantir o sentido ou a própria possibilidade de determinação daqueles bens escolhidos para representarem o passado, a história e a memória. O restante, não contemplado, fica sujeito a possíveis descartes (TAMASO, 2007: 171).

Dada a impossibilidade da memória total, o desafio é, então, encontrar um caminho entre a inviabilidade prática de tudo preservar e ao mesmo tempo evitar o lugar do nada, meramente celebrativo, vazio de sentido, acrítico e, por isso mesmo, a-histórico. Nesse caso, o diferencial está em reconhecer o poder da memória das instituições de memória em colocar-se à serviço do desenvolvimento social, isto é, como ferramenta de intervenção social.

Como o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história, esse material pode ser interpretado, reinterpretado e combinado inúmeras vezes; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las (POLLAK, 1992).

Trabalhar com essa possibilidade, além de afastar a percepção de que a memória é algo coisificado, imutável ou, ainda, que funcione apenas como elemento de coesão social (HALBWACHS, 2006), passa a ser, também, fator de enriquecimento de perspectivas, posto que, não havendo uma memória única e universal, é possível narrá-la de outra forma, incluindo ou excluindo sujeitos, reconfigurando a narrativa de outro modo.

Problematizar essas questões é reconhecer que os lugares de memória devem ser observados como espaços complexos e analisados dentro de contextos histórico-sociais específicos, imersos em disputas envolvendo questões de linguagem, legitimidade, identidade, oposição/complementaridade entre lembrança/esquecimento, e poder.

Sobre o poder em exercício, Chagas (2002: 56) alerta que ele

[...] empurra a memória para o passado, subordinando-a a uma

concepção de mundo, mas como o passado é um não-lugar e o seu esquecimento é necessário, as possibilidades de insubordinação não são destruídas. O tesouro perdido não está no passado, está perdido no presente, mas importa lembrar (ou não esquecer) que ele pode surgir abruptamente incendiando os vivos.

Não obstante a clara dimensão de poder que tem a questão judiciária e os atores nela envolvidos, os usos da memória pressupõe cuidados. Pois, ao mesmo tempo em que o acesso à memória é fundamental para a construção histórica do Poder Judiciário, o trabalho de reconstituir a memória exige em alguns casos revisitar os fragmentos que compõe um passado marcado por violação de direitos, violência e mortes.

Nesse caso, cabe ao projeto de memória institucional abordar os conflitos havidos durante a sua trajetória, muitas das vezes silenciados, mas com a devida contextualização e sem exposição desnecessária de determinadas pessoas e gestões (AXT, 2002).

Para Zaffaroni (1995) é exatamente o apagamento da memória histórica do Judiciário que tem impedido a crítica e permitido a reincidência nos mesmos erros. Assim, com frequência, o dever de memória poderá retomar uma memória reconstruída pela história e ferida muitas vezes por ela. No entanto, a ferida que se abre sobre determinados passados pode ser um recurso utilizado para a “reconciliação” com ele.

Em Ricoeur (2007: 179) encontramos a possibilidade de “uma memória instruída, esclarecida pela historiografia, bem como uma história sábia, tornada capaz de reanimar uma memória em declínio” por meio do perdão. Para o autor, perdoar é uma forma de reconciliar-se com o passado, não de esquecê-lo ou disfarçá-lo.

Um Centro de Memória exitoso deve, portanto, pressupor a promoção problematizada da memória. Nesse caso, não a memória cristalizada da trajetória institucional ou de agentes considerados relevantes nessa trajetória ou ainda um repositório de documentos e objetos relevantes para o conhecimento da história institucional, mas buscar certa integração e interação entre passado, presente, futuro e sociedade.

Sob essa perspectiva, o Centro de Memória precisa prestar um serviço, primeiramente, à instituição que o organiza, mas, também, se possível, à coletividade. Para tanto, poderia iniciar pelo debate em torno dos aspectos identitários da instituição e de sua relação com a sociedade na qual se insere.

Bourdieu (1989: 216) explica que “a retórica da autonomia, da neutralidade e da universalidade, expressão de todo o funcionamento do campo jurídico”, ensejou uma cultura organizacional em que vigora o distanciamento da sociedade. Além disso, o

desequilíbrio de representatividade, provocou e provoca, por sua vez, uma crise de legitimidade e, conseqüentemente, uma baixa identificação da população com o ente estatal.

A superação desse distanciamento torna, portanto, imprescindível uma aproximação e a divulgação da memória pode ser um importante recurso para que isso aconteça. Desse modo, acreditamos que as ações desenvolvidas no Centro devem ser caracterizadas pela diversidade, guiadas por uma política cultural híbrida.

O termo híbrido, para Canclini (1997), tende a comportar melhor a ideia de mescla cultural entre tradicional e moderno, entre o popular e o culto. Construir um ambiente cultural híbrido implica em criar espaços de exploração e compreensão das inúmeras possibilidades culturais que se manifestam através da memória e da história no meio social.

Porém, essa construção não estaria de modo algum isenta de conflitos. É nesse espaço que aconteceria a negociação de sentidos e de significados entre visões de mundo diferentes, fazendo emergir novas compreensões sobre a realidade, além de estimular a diversidade, elemento fundamental para a construção de uma sociedade efetivamente democrática.

Em síntese, adotar esse caminho significa

[...] não apenas ampliar o acesso aos bens culturais acumulados, mas, sobretudo, em socializar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, neste caso, não é com o ter, acumular e preservar tesouros, e sim com o ser espaço de relação, capaz de estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais. (CHAGAS, 2002: 55)

Em outros termos, o Centro de Memória e Cultura deve estabelecer uma relação dialógica com a sociedade. Ou seja, esse lugar não pode “se converter em um espaço estanque de coleção de resquícios ou fragmentos de memória, mas deve facilitar a criação de entornos criativos e interativos de participação social e comunitária, afirmando-se como agente educador” (AXT, 2002: 230).

Ao se afirmar enquanto um lugar de educação não-formal⁴²⁹ comprometido em oferecer aos usuários os conteúdos que dispõe, poderá possibilitar a construção de novas memórias que consigam impactar o ser humano e levá-lo a agir de forma diferente, com

429 Aquela realizada em instituições não escolares e que possuem certo grau de sistematização e estrutura.

mais consciência e mais responsabilidade. Assim, contribuirá não só para tornar ainda mais legítimas as ações da própria instituição, mas também como um mecanismo de promoção da cidadania.

A preocupação patrimonial não deve estar, portanto, orientada para a proteção de um passado morto, mas sim interessado nas dinâmicas da vida. Em outras palavras, “o interesse no patrimônio não se justifica pelo vínculo com o passado seja ele qual for, mas sim pela sua conexão com os problemas fragmentados da atualidade, a vida dos seres humanos em relação com outros seres, coisas, palavras, sentimentos e ideias” (CHAGAS, 2002: 61).

A complexidade do trabalho realizado nesse lugar chama a atenção para outro aspecto relevante – a importância da interdisciplinaridade da equipe que atua em Centros de Memória e Cultura que pode reunir historiadores, arquivistas, museólogos, pedagogos, revisores, jornalistas, bacharéis em Direito, dentre outros. Na perspectiva de Leis (2005: 9)

[a] interdisciplinaridade pode ser definida como um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes. Ela tem a ver com a procura de um equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora (Jantsch & Bianchetti, 2002). Ela tem a ver com a procura de um equilíbrio entre as visões marcadas pela lógica racional, instrumental e subjetiva (Lenoir & Hasni, 2004). Por último, ela tem a ver não apenas com um trabalho de equipe, mas também individual (Klein, 1990).

Por essas características e pelos nexos realizados com a memória serem ricos de significação, entendemos que o trabalho interdisciplinar é necessário porque tem maior potencial de superar uma visão limitada sobre o acervo e de consolidar o Centro de Memória e Cultura como um espaço formativo.

O acervo, que ainda está em processo de estruturação, deve ser composto por “processos findos, documentos, livros, armas, móveis e utensílios que, de algum modo, interessem à história do Poder Judiciário do Estado de Goiás” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS, 2018: 2). Ademais, “O Museu Maximiano da Mata Teixeira, criado pelo Decreto Judiciário nº 1.132/90, situado no Palácio da Justiça, e seu acervo”, também passaram a integrar o Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

Tudo que possa contribuir para reconstruir a memória da instituição pode, portanto, compor esse acervo. Isso é admissível porque as informações de um centro de memória

transcendem a sua natureza institucional, sendo agregado a elas um valor cultural e histórico que não se restringe somente ao órgão a que o centro está vinculado. Trata-se, portanto, de algo que vai muito além do próprio objeto. “Todos esses elementos, arquivísticos ou não, são iguais fontes a serem utilizadas pelo historiador” (BELLOTTO, 1991: 183), pois reúnem fragmentos sociais, detalhes da vida cotidiana, experiências, hábitos, costumes que, uma vez reconstruídos, potencializam sentidos simbólicos, identitários.

“A identidade costura o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quantos os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2019: 11). Ou seja, proporciona ao indivíduo e ao grupo, um sentimento de segurança, de estabilidade, frente às acelerações do mundo globalizado e à consequente fragmentação identitária que nos impõe.

Assim sendo, não apenas a memória coletiva está estreitamente ligada à lugares, mas também a identidade. E neste sentido vale lembrar a importância da memória para o sentimento de unidade e coerência de um grupo social, necessários ao trabalho identitário que devem empreender para a construção de si (POLLAK, 1992). Como a atribuição de sentidos aos lugares é uma prática que envolve relações de poder, nem todo patrimônio constrói identidade, bem como nem toda identidade dá origem a um patrimônio.

Por todo o exposto, compreendemos que a terminologia “Centro de Memória e Cultura” além de ancorar os desafios básicos do lugar, é também de alta complexidade. Primeiramente, porque a memória não é um todo homogêneo, ao contrário, é composta de orientações e interesses múltiplos, muitas vezes conflitantes. Por conseguinte, é um lugar que também não tem uma identidade única, nem homogênea e está cheio de conflitos internos. A falta de consenso conceitual na literatura e a diversidade de características atribuídas aos Centros de Memória corroboram essa afirmação.

Durante a pesquisa tivemos dificuldades em encontrar uma conceituação de Centro de Memória, tendo em vista que na maioria das tentativas de conceituação há uma predominância do aspecto empresarial destacando a importância de se preservar a memória da instituição. Encontramos ainda os são relatos de experiência de criação desses centros de memória e/ou memoriais, no entanto, Camargo e Goulart (2015: 13) reiteram que “não há consenso sobre o seu formato, alcance e significado, mas centros de memória – esses lugares que tanto se parecem com arquivos – estão em toda parte”.

Por não haver concordância sobre o conceito, compreendemos que o “Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário” pode ser definido como um lugar, de natureza

educativa, social e cultural, que tem como objetivo mobilizar afetos por meio da promoção da memória. Isto é, dialogando permanentemente com os diversos atores sociais, onde os acervos possam ser explorados e reinterpretados potencializando a elaboração de uma multiplicidade de narrativas que de fato contemplem a diversidade brasileira.

Costa (2019) aponta que o afeto é fundamental para a construção de memórias estáveis de longa duração que consigam impactar o ser humano e levá-lo a agir de forma diferente, com mais consciência e mais responsabilidade. Memória é, nesse sentido, instrumento de construção do futuro. Inserir-se no futuro é inclusive contribuir para um presente mais digno para a humanidade.

Os Centros de Memória judiciais precisam, portanto, avançar na direção de sua singularidade em possibilitar a ampliação da solidariedade, da cidadania, dos direitos humanos e da justiça, temas caros ao dever ser do Poder Judiciário. Sendo assim, a reconstrução e divulgação da memória, significa também, a ideia de outra construção: a de um conhecimento sobre este poder, até então inexistente, a não ser em suas jurisdições e praxes cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução e divulgação da memória do Judiciário goiano, a partir da criação do Centro de Memória e Cultura (CMC), foi o recurso utilizado para a reinserção da Justiça na memória coletiva, buscando tornar ainda mais legítima as ações no interior de seu respectivo campo. Entretanto, ele também pode prestar um serviço à coletividade, ou seja, ele pode expandir suas ações para além da temática específica da memória da própria instituição, dependendo da amplitude do debate identitário proposto e de sua relação com as mais variadas esferas da gestão cultural.

Para tanto, o projeto de memória deve transgredir as fronteiras institucionais, dialogando permanentemente com os diversos atores sociais, onde os acervos possam ser explorados e reinterpretados potencializando a elaboração de uma multiplicidade de narrativas que de fato contemplem a diversidade brasileira. Não se trata, portanto, de petrificar uma memória, imobilizando-a no tempo presente. Trata-se de propiciar uma releitura diversa daquilo que foi oficializado, estabelecendo uma relação com a vida social e simbólica das pessoas de agora.

Ademais, enquanto espaço educativo, deve ainda buscar informar a sociedade

sobre os seus direitos, possibilitando a ampliação da solidariedade, da cidadania, dos direitos humanos e da justiça, destacando a importância do Poder Judiciário não só na construção de um Estado Democrático de Direito, mas também em sua manutenção.

REFERÊNCIAS

AXT, Gunter. Justiça e memória: uma experiência do memorial do judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. In: **Justiça e memória**. V. 2, n. 3. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. 2002.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 1989.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: [s. n.], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. Centros de memória: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

COSTA, Heloísa Helena. Museus se expõem: Diálogo ou Contemplação? In: **Arte Contemporânea**: ações expositivas e estratégias museais. Santa Maria: Rio Grande do Sul. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2019.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**. Nº 73. FPOLIS, agosto, 2005. Disponível em: <http://ppgich.ufsc.br/files/2009/12/TextoCaderno73.pdf>. Acesso em 30 jul. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade.

Petrópolis: Vozes, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

TAMASO, Izabela Maria. **Em nome de patrimônio**: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1995#:~:text=Refer%C3%A2ncia%3A,2007>. Acesso em: 10 out. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (Goiás). **Resolução nº 97**, de 12 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Poder judiciário**: crise, acertos e desacertos. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

“PASEO DE LA HISTORIETA”: CONFIGURAÇÃO DA CULTURA IMPRESSA ARGENTINA A PARTIR DOS QUADRINHOS (1920-1950)

Leonardo Pires Nascimento⁴³⁰

RESUMO: Durante o período de Guerra Fria, a hegemonia política e cultural norte-americana estava presente em vários estratos sociais ao longo do mundo ocidental. A influência e reciprocidade cultural em diversos países assumia uma característica singular da apropriação do american way of life. A este ponto, é perceptível a hibridação de fatores simbólicos e iconográfico, sobretudo no uso da cultura de massa através das histórias em quadrinhos, que se alinham a esta perspectiva do forte imperialismo capitalista a fim da planificação sociocultural destes mesmos países periféricos. A América Latina é ponto determinante destas políticas ostensivas de reconhecimento internacional das políticas de invasão e desconstrução da cultura local. Entretanto, o movimento organizado como coletivo e cooperativa de vários artistas/quadrinistas locais na Argentina, tem como fundamento a resiliência e resistência do traço característico nacional. A singularidade da arte argentina tem como função a representatividade da cultura nacional, bem como suas percepções históricas de se valorizar enquanto autônomos. A produção artística/comercial no país durante a década de 1920-1950 é um meio de se colocar ativo em busca da formação cultural, autonomia e identidade cultural na Argentina.

Palavras-chaves: *História cultural; Quadrinhos Argentinos; História da Argentina.*

Introdução

A trajetória das Histórias em Quadrinhos (HQs) tem vínculo fundamental quanto ao desenvolvimento industrial de prensa. Desde a necessidade de tecnologias quanto a qualidade das matérias primas para os impressos, a evolução narrativa pauta-se na excepcionalidade industrial para caracterizar-se. Assim, considerando o início do século XX, a ascensão midiática e o desenvolvimento do mercado impresso, condicionou, em diversos lugares do mundo, a prevalência imagética em jornais e *magazines*, que diretamente potencializaram os quadrinhos aos primeiros anos do novo século. De interesse inicial ao desenvolvimento da mídia em quadrinhos, percebemos a potência das *historietas* argentinas como meio de realizar-se nelas as primeiras tensões socioculturais no país sul-americano.

⁴³⁰ Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Orientado pelo professor Doutor Ivan Lima Gomes, atualmente é bolsista CAPES e participa em nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da mesma faculdade. Tem como interesse objetos na área da História Cultural, História Editorial e História da Leitura. E-mail para contato: lpieres@discente.ufg.br.

Em um ambiente de diálogo internacional e principalmente a partir da cultura de prensa, a influência estrangeira caracterizou os passos e influenciou os meios e métodos para que a Argentina desenvolvesse, durante a década de 30 e 40, a historieta enquanto mecanismo de entretenimento popular. Apesar de não se realizarem no sentido clássico da alta cultura, o desenvolvimento industrial proporcionou aos quadrinhos argentinos a característica massiva com alto grau de receptividade e tornou, junto a orientação do gosto social, um meio midiático de grande extensão e portador de identidade própria. Comumente, a história das *historietas* mescla-se quanto aos valores do nacionalismo argentino e, por vezes, espalham ideais identitários. A identificação da indústria cultural a partir dos quadrinhos é um meio de compreender o movimento de formação da Argentina enquanto nação e dos quadrinhos como parte deste movimento de identificação ainda mais abrangente.

Entretanto, neste ponto é de interesse profundo a este texto o reconhecimento de práticas e mecanismos que ajudaram a formalização do campo editorial a partir das *historietas*. Ao início do século, influenciado pelo estímulo da industrialização e da valorização do produto nacional, editoras como Columba, Dante Quinterno, Abril e Frontera percebem na arte um meio de valorização dos conceitos políticos contemporâneos ao seu período e métodos de diálogo entre produto impresso e leitor para estabelecer este campo fortificado no imaginário popular. Assim, quadrinhos, para além de um objeto artístico, passam a ser também um produto Argentino.

A popularização dos impressos e o desenvolvimento da historieta enquanto arte: o caso Columba

Além do aprimoramento de prensa em produção de imagens como forma narrativa, já comumente retratado em *magazines* ao estilo *Caras y Caretas* (1898), os jornais argentinos reconheceram nos Estados Unidos da América uma ruptura metodológica de produção diária. O impulso criativo decorrente da modernidade em ascensão, obrigavam os jornais a se modernizarem. Nas palavras de Marcela Gené (2012, p. 204), “W.R. Hearst ou seu colega Pulitzer eram os espelhos onde deviam olhar os empresários do periodismo se queriam ser ‘modernos’”. E Buenos Aires, ao início do século, apresentava-se como modernista. Por se tratar de uma modernidade periférica desde a arquitetura e a característica cosmopolitana, a cidade abraçava o multiculturalismo crioulo, europeu e estadunidense como meio de aprimoramento

cultural próprio. Com Beatriz Sarlo (2003, p. 16), vemos que “Buenos Aires havia crescido de maneira espetacular nas primeiras décadas do século XX”, ao ponto em que estas diversas formas de narrar o cotidiano se encontram, Gené continua: “a inclusão de materiais visuais nos diários, como fotografias, publicidades, ilustrações ou tiras cômicas, eram de rigor a fim de dinamizar a leitura, de acordo com os novos tempos de intensa apelação sensorial”.

A partir desta localização simbólica e do poder da visualidade sobre os periódicos, abrem-se margem para a publicação e divulgação das primeiras *historietas* do século XX na Argentina. A esta realização devida a inovação e intrínseca a evolução da prensa gráfica, mas também como forma de narrar o cotidiano, os quadrinhos vinculados aos jornais se realizavam em duas estirpes: a *family strip* e o humor caricatural político. Neste segundo lócus encontra-se Ramón Columba e a editora Columba.

Columba, taquígrafo do Senado argentino, preenchedo pela verve artística e um sentimento intrínseco ao movimento modernista em efervescência em Buenos Aires, lança, em cargo dos periódicos, charges e pequenas narrativas ilustradas para localizar o cotidiano da cidade portenha. Publicou em *magazines* e diários como *El Nacional*, *La Razón*, *La Vida Moderna*, *Crítica* e, ao fim, criou *Páginas de Columba* (1923) como projeto editorial consistente para divulgação de charges e quadrinhos em periodicidade bimestral.

Ramón Columba possuía vínculos direto quanto a política argentina. Neste sentido, pautou sempre seu trabalho como ilustrador a fim de promoção de diversos tipos políticos relacionados a comunidade artística: com seu próprio projeto editorial, firmou um dos principais meios de divulgação de novos artistas argentinos; enquanto ao parlamento, foi criador e presidente da *Asociación Argentina de Editores de Revistas* e presidente da *Asociación de Dibujantes*. Através de suas características legislativas, mas também do ofício artístico e fundamentalmente de seu trabalho como desenhista, Columba serviu como intersecção entre o Estado e o Mercado para solidificação do campo cultural artístico e impresso argentino.

Laura Vazquez (2013, p. 6) pontua que, “em efeito, Ramón Columba poderia ser lido como um expoente do artista profissionalizado que experimentou as transformações de um país que o brindou, ao mesmo tempo, com oportunidades e desvantagens”. Isto pois, através da característica profissional e o auxílio de medidas legislativas, Columba implementou uma série de artifícios para realização de seu projeto editorial através da melhoria vertical da modernidade de Buenos Aires. Continua Vazquez (2013, p.7)

dizendo: “no imaginário editorial de Columba convive um modelo de ascensão social baseada em destrezas técnicas e saberes não tradicionais com o culto a argentinidade e ao discurso próprio de um crioulismo conservador”.

É nestas contradições em que Columba está inserido. Junto ao pensamento de Néstor García Canclini (2019, p. 69), os países latino-americanos possuem dificuldades nas estratégias de saída e entrada na modernidade. Segundo o autor, “modernização com expansão restrita do mercado, democratização para minorias, renovação das ideias mas com baixa eficácia nos processos sociais” é um meio de conter a totalidade dos processos modernistas”. O modernismo, referenciado no desenvolvimento de prensa e consequentemente no *status* alienado a condição social dos leitores, sem modernização é “uma modernidade latino-americana reprimida e postergada, realizada com dependência mecânica em relação às metrópoles, é tão verdadeira e tão pouco funcional como os estudos sobre nosso ‘atraso’ costumam declarar” (CANCLINI, 2019, p. 71).

No contraste entre o modernismo e a inflexão social, limitante quanto ao quesito cultural e econômico da grande população de Buenos Aires, o mercado editorial se fazia mais representativo do que institucional. Isto pois, a insurgência moderna e a comunhão cultural entre diversos países que resultaria na característica base do portenho e o conflito social de estrutura política que estavam estampadas nas páginas impressas. Ramón Columba transitava entre estas disputas por espaços sociais. Ao apresentar *Páginas de Columba*, o cartunista e agora editor pretendia a democratização da leitura através do desenho. Acerca da leitura visual, iconográfica e simbólica, Columba apostou na distribuição de massa para localização de um público diverso e estratificado.

Em entrevista à revista *Dibujantes* em 1954, Columba cita a intenção de publicação através de um álbum de caricaturas (em diversos temas) comercializado para livrarias. Entretanto, ao passo do sucesso da recepção calorosa do público leitor por conta de se tratar de uma revista essencialmente *criolla* e o apoio de mercado, Columba complementa: “fiz a revista popular”. Ao remeter a expressão “popular”, o editor refere-se também a descentralização do comércio intelectual de revistas e *magazines*.

A revista que comungava com artistas nacionais, aproveitava-se de duas posições de privilégio: a preocupação quanto a alfabetização e a distribuição de revistas na periferia. Em primeiro lugar, a alfabetização na Argentina participa do mesmo local de conflito do modernismo latino-americano: dentro de uma camada exclusiva da cidade, grande parcela dos cidadãos foram abandonados pelos aparatos de Estado e permaneceram na ignorância intelectual por certo período. Entretanto, ao avanço e

esforços por democratização (mesmo que parcial) da alfabetização no país ao início da década de 1920, o levantamento de Eva Mara Petitti (2012, p. 375) em seu artigo diz: “entre 1921 e 1946, as escolas dependentes do governo provincial passaram de 1.695 a 2.460, dando-se este crescimento principalmente na década de ‘20”. Ainda que estes crescimentos, nos primeiros anos, estivessem alheios ao número de alunos matriculados, a preocupação quanto a causa alfabetizadora na província de Buenos Aires estava latente durante a década referenciada.

Da indústria ao nacionalismo político: em defesa da cultura enquanto produto mercadológico em Dante Quinterno

O mercado argentino de quadrinhos ganhava espaço gradualmente aos anos seguintes. A mídia idealizada por Ramón Columba como meio democrático de inserção a leitura e alfabetização em Buenos Aires, acaba por desenvolver novos *status* de arte ao passo de novos artistas e editores adentrarem a cena. Neste caso, identificamos a presença difusa de Dante Quinterno ao início dos anos de 1930, sobretudo, quanto ao seu personagem e revista Parotuzú. Quinterno se aproveita do meio de proliferação de revistas e periódicos e, também, a oportunidade de trabalho em ascendência como desenhista para publicar nos mais diversos editoriais. Entre ele, temos a reconhecida passagem pelas *Páginas de Columba*, mas, com mais tenacidade, *La Razon* e *Crítica* onde apresentou, pela primeira vez, o índio Patoruzú.

A trajetória de Quinterno frente ao mercado econômico e cultural da Argentina mescla-se várias vezes entre o trabalho editorial e o nacionalismo conservador. Diante da face empresarial do editor e desenhista, a ânsia pela mercantilização da cultura através da apresentação de seu produto artístico impresso para além das fronteiras argentinas, convulsionam em tensão constante entre a desterritorialização da cultura e a defesa da identidade nacional nas historietas. Quinterno, como estratégia de preservação de direitos autorais, mas como instituição para distribuição das mais diversas historietas argentinas, criou em 1935 o primeiro sindicato argentino de distribuição de historietas: *Sindicato Dante Quinterno*. A este movimento, que convergia para uma única figura representativa no mercado nacional, apresenta-se a iconografia política dos quadrinhos na Argentina durante a década de '30: ainda que por influência do *modus operandi* importado dos Estados Unidos da América, Quinterno desprende-se da sombra (quase) onipresente de

Walt Disney para tornar-se marca registrada do nacionalismo em quadrinhos em seu próprio país.

A vontade por detenção dos meios de produção da arte que circulava pela argentina ao princípio do século XX faz parte indissociável da característica editorial de Dante Quinterno. Inicialmente, o uso da sindicalização e distribuição das historietas pelo desenhista, restituía na figura do referenciado autor o direito de comercialização e distribuição do personagem sob sua imagem. Desta maneira, preservando a funcionalidade base de seus próprios personagens, Quinterno preserva também seus direitos de criador e reprodução da arte enquanto mercadoria. Como apontam Laura Vazquez e Roberto Elísio dos Santos (2013, p. 175-6), a capacidade empresarial de Quinterno o destaca dos demais editores contemporâneos ao seu tempo para viabilizar uma terceira rota de agregar ao seu projeto editorial; pois, como continua os autores, a restituição dos *copyrights* dos personagens possibilitou a expansão multimídia e a rentabilização dos meios de produção e comunicação.

O momento de centralização da produção nacional era bem-vinda. Ao passo da crise econômica ocorrida em cadência do *crash* de 1929, obrigou a Argentina a identificar e valorizar a produção local. Em face ao valor depreciativo dos produtos internacionais e as implicações em suas importações, os governos que deram cabo da revitalização nacional ao início da década de 30 optaram por políticas de centralização econômica e da supra valorização da produção interna (ROCK, 2018, p. 43). Este movimento de reconhecimento da produção interna parte desde as *commodities* até o cultural. Aproveitando-se deste momento de demasia, a produção editorial de Quinterno realizada desde sua percepção sindicalista até a comercialização de seus produtos e imagens realizam-se dentro de uma produção nacionalista e o protecionismo do produto enquanto mercadoria a ser divulgada em diferentes níveis. A partir deste ponto, “a indústria nacional teve que se preocupar primeiramente sobre o mercado interno, e ao caso da indústria de entretenimento, devia dialogar o mesmo idioma, os mesmos códigos” (GANDOLFO. TURNES. VILCHES, 2017, p.112).

Como mencionado anteriormente, Quinterno aproveita a produção de seus estúdios em lógica industrial para potencialização da cultura enquanto mercadoria para ser disputada em lógica internacional. Compreendendo este ponto seguido às perspectivas de mercado na década de 30, Quinterno fixou sua lógica de produção e comunicação a partir da revista *Patoruzú* (fig.). Diferente de *El Tony*, *Patoruzú* era uma publicação dinâmica de periodicidade mensal, a qual agregava diferentes tipos de conteúdo. Esta

lógica de divulgação e popularização da publicação impressa se reconhece ao público destinado: “*para grandes y chicos*”. Compreendendo a necessidade de abranger público e estabelecer-se como meio de comunicação massivo e popular, *Patoruzú* agregou em suas páginas a organização editorial de uma revista de entretenimento, mas também de viés fortemente político.

Assim como Columba, Quinterno, ao criar seu projeto editorial, participa do momento de êxtase modernista na Argentina. Entre as oposições e contradições de sua personalidade enquanto artista, o tradicionalismo em seu discurso político refletido desde os mecanismos editoriais referenciados e em seus personagens narrativos, agregam-se como usufruto do progresso e, fundamentalmente, aliado a industrialização e o projeto burguês em curso na Argentina (VAZQUEZ, 2012, p. 23). Isto pois, desde a página de inauguração da revista em dezembro de 1936, o editorial de abertura grita as palavras do próprio personagem título da publicação: “*ya me tenís, chei, jineteando una revista, criouya hasta los caracuses, como ansina hasta di ser los que se se priendan a eya en el pueblerío*”⁴³¹. Em flexão, *Patoruzú* compreende, desde a primeira página, o seu local de distribuição e recepção: certificando-se da criação cem por cento nacional, ainda destina aos seus leitores o reconhecimento desta nacionalidade e identidade. Nas páginas editoriais e narrativas da publicação impressa, o esforço de Dante Quinterno faz-se presente na necessidade de reafirmação do local de produção e divulgação daquele material.

Mediante a importância do local de distribuição através do nacionalismo argentino, Quinterno viu-se na necessidade de mecanização da arte enquanto produto através da lógica industrial nacional. Neste momento, como sugere Laura Vazquez (2012, p. 25), o lado empresarial de Quinterno entendeu que “posicionar-se na indústria significou deixar de lado a evocação nostálgica e afirmar sua carreira em progresso. Sua reação nacionalista não iria contra: cuidar da herança e defender a terra também implicava confrontar o gringo com ‘paixão *criolla*’”.

Entre Itália e Argentina: a transposição dos valores narrativos desde a Editora Abril até a criação da Editora Frontera

⁴³¹ Patoruzú nº 1, Sindicato Dante Quinterno, dezembro de 1936.

Forçados a saírem de casa em decorrência de conflitos políticos e econômicos que marcaram as Grandes Guerras europeias, o fluxo de migração da Europa para a América é evidente e determinante. Em perspectiva cultural, a movimentação internacional de pessoas de sociabilidade e costumes diferentes, deve-se nos países anfitrião o acolhimento e integração destas pessoas ao longo das décadas de 20 a 40. O movimento de migração é marcado (quase) exclusivamente por necessidades étnicas e raciais conforme a ascensão de partidos nazifascistas na Itália e Alemanha. É neste movimento que a Argentina marcada pela característica cosmopolita recebe grande número de imigrantes europeus, o que marcou profundamente a disponibilidade cultural híbrida entre dois lugares distintos.

É nesta esteira que segue o caso do judeu-italiano Césare Civita. A partir das redes e apontamentos políticos, Buenos Aires aparece como ponto de acolhimento migratório e de integração cultural e social, principalmente, de exilados europeus. Neste sentido, Civita parte da Itália em alvoroço pela ascensão do Fascismo de Mussolini e passa pela França e Estados Unidos até desembarcar com segurança na Argentina. Civita, que já tinha experiência no mercado editorial, detinha os direitos de publicação dos personagens de Walt Disney em formato impresso. Com a experiência empresarial e a segurança particular da sociabilidade disponível através das redes, Civita, em 1941, parte para a inauguração da editora Abril na Argentina. Com o pensamento referenciado na apropriação cultural desde a reprodução das revistas norte-americanas e a divulgação a partir da indústria cultural de massa, o projeto editorial da Abril se reconhece na publicação infanto-juvenil realizada na distribuição da revista *El Pato Donald* em 1945.

O mercado de historietas argentinas, que já estava em profusa ebulição, aceitou tão receptiva o projeto da editora Abril como os italianos. Em lançamento concomitante com *Patoruzito* da editora de Dante Quinterro, *El Pato Donald* alcança o público infanto-juvenil tão facilmente como as produções cinematográficas da Disney. A reprodução em papel permitiu a aceitação do produto estrangeiro de forma passiva e massiva. A revista com grande tiragem, propiciou o aprofundamento do projeto editorial original: Abril publicou *Salgari* (1947), *Misterix* (1948), *Rayo Rojo* (1949) e *Cinemisterio* (1950).

Entretanto, diferentemente dos projetos editoriais mencionados anteriormente, a editora Abril aproveita-se da estabilidade das redes supracitadas para conclusão deste novo empreendimento editorial baseada nas quatro revistas de aventuras. Ao passo, a partir da criação de sociabilidade temática de impressos compartilhadas entre Argentina e Itália e atenuada pelo final da Segunda Guerra Mundial em 1945, a importação e criação *in loco* de quadrinhos italianos é o meio de suplementação base destas publicações. Isto

pois, as aventuras de personagens consagrados no país europeu comum a Césare Civita, torna-se um meio de adequação e inserção da cultura italiana dentro do nacionalismo argentino; em vitória por vias democráticas, general Juan Domingo Péron assumiu em 1946 o poder argentino através de um governo pretensamente autoritário. Em desaprovação do modelo de importação, o governo peronista viu nas redes de sociabilidade um modelo de engrandecimento nacional através da parceria obreira migratória sobre a autonomia soberana da Argentina no desenvolvimento industrial (SCARZANELLA, 2009, p. 71-72).

A este momento do pós-guerra de migrações para conclusão de uma indústria fortificada na Argentina, a editora Abril aproveita-se do momento fortuito de pavimentação editorial na década de 40 para importar artistas italianos. Desenhistas e roteiristas como Sergio Tarquinio, Guglielmo Lettieri, Ivo Pavone, Hugo Pratt, Alberto Ongaro e Mario Faustinelli, contribuíram para a transnacionalização de vários personagens italianos para sobreviverem na produção em revistas argentinas semanais do tipo *continuará* em periodicidade semanal. A esta transposição de realidades editoriais, os artistas italianos junto a editora Abril realizaram uma nova etapa do mercado industrial argentino, possibilitando novas potencialidades de estudos narrativos e simbólicos nas páginas impressas.

A narrativa disponibilizada por estes autores, marca mais uma vez a intersecção cultural entre a cultura europeia e argentina. Este sentido conclui-se nas recentes vicissitudes da guerra e a inovação bélica realizada nos gêneros narrativos que marcaram a revista. Desde a imaginação em um futuro distante no *sci-fi* até o velho-oeste norte-americano, as aventuras comumente realizavam historias baseadas ou derivadas do contexto armamentista. Influenciados pelo passado recente, entretanto sem tocar diretamente no cenário europeu como foco narrativo, títulos como *Misterix* (M. Garnier e P. Campani), *As de Espadas* (A. Ongaro, H. Pratt e M. Faustinelli), *Pantera Rubia* (G. Dalmasso e E. Magni) e outros, possibilitaram ao leitor argentino diferentes narrativas do que já haviam sendo publicadas no país.

Quadrinhos próximos a Frontera: a revista *Suplemento Semanal Hora Cero* como projeto de formação editorial argentina

A construção do cenário industrial de historietas na Argentina estabeleceu-se de forma concreta e obtusa. Os mecanismos de publicação das revistas e a estrutura de

distribuição formada ao longo das décadas de 30 e 50, estabeleceram a mídia impressa como meio de formação da identidade nacional, mas também como entretenimento barato de massa. Os fatores midiáticos e políticos mesclados a narrativas desenhadas, ofereceram aos argentinos possibilidades imaginativas para além da realidade. Entretanto, apesar da qualificação industrial e boa recepção, as historietas ainda estavam ligadas diretamente ao ritmo obreiro e aos vínculos estrangeiros. A apresentação de *kitsch* ligados a produção exponencial conforme a demanda, criou relapsos de reprodução e autolimitação criando um lugar comum no desenvolvimento narrativo das historietas.

É neste ponto em que se encaixa a produção da editora Frontera. Mesclado com um sentimento de desenvolvimento da linguagem em quadrinhos e aspirações quanto a alta cultura (direcionados a literatura desenhada), os quadrinhos publicados pela editora estabelecem um novo padrão de diálogo com a arte do período. Ignorando o valor pejorativo dos quadrinhos na década de 50 e salientando a necessidade cultural de apresentação de novos temas e gêneros em revistas para o grande público, o grupo Frontera ostenta em seu catálogo diálogos com a historieta realista. Cabe-se pontuar a realidade a partir da necessidade de discussões temáticas em torno de conflitos políticos nacionais e internacionais em voga. Além, as representações das historietas tangem ao contemporâneo como forma de sociabilizar ideias e pensamentos sobre a sociedade como um todo.

Ao localizar as historietas enquanto valor social e cultural significativo, transcendem os pequenos quadros para explorarem, no projeto editorial disponível pelas revistas em publicação, uma forma de comunicação e sociabilidade tanto de obras quanto de leitores. Aproveitando o momento político de ascendência democrática em Buenos Aires ao princípio dos anos 1958, a ausência do clichê maniqueísta e da super valorização da coletividade, as revistas da editora Frontera, com olhar especial a *Suplemento Semanal Hora Cero*, tendem na especialização narrativa das historietas e a formalização de um mercado editorial/cultural prático através das revistas. Isto pois, mediante a conclusão de editores e artistas, as revistas a serem tratadas fazem, em sua existência, a permanência de valores simbólicos e estéticos para a continuidade do progressismo narrativo.

Entretanto, a editora Frontera faz um levantamento desta moral popular através da solidificação de narrativas inéditas permeadas na recepção calorosa de um público entusiasmado. Considerando o avanço das políticas públicas da alfabetização em Buenos Aires, a educação de leitores de quadrinhos das editoras predecessoras (ao caso de Columba, Quinterno e Abril), a subversão da linguagem conforme o hibridismo narrativo

(na contração de gêneros comumente estrangeiros – *western*, *noir* e outros) e o fomento da arte local, Oesterheld e a editora Frontera oferecem, nas palavras de Juan Sasturain (1995, p. 104), “uma identidade e uma comunicação genuína”.

Para Jesús Martín-Barbero (2015, p.117), a formação da imprensa popular e da distribuição de valores narrativos através das páginas das revistas, tornam-se possível através da “relação entre a forma de leitura popular e a organização social da temporalidade, o lugar de onde vêm os modos de narrar assimilados por essa imprensa e as formas de sobrevivência e comercialização da cultura oral”. A realização das necessidades de contextualização da produção cultural e midiática em características de massa passa pela necessidade de representação da realidade do leitor/espectador e da classificação das narrativas aos interesses deste mesmo público. Conforme na queda de prestígio social argentino ao enfrentar o governo militar durante os anos de 1955 a 1958, a necessidade de reparação política e econômica excitam uma população jovem a consumir a subversão através de narrativas ficcionais. É nesta intersecção da acepção da temporalidade do público cativo e na ânsia democrática ao final dos anos de 1957 que a editora Frontera publica suas duas primeiras revistas dedicadas aos quadrinhos: *Frontera* e *Hora Cero*.

As revistas apresentam-se com composição dos principais artistas em atuação na Argentina durante a década de 40 e 50: Hugo Pratt, Francisco Solano López, Carlos Roume e Ivo Pavone. Aproveitando-se de temáticas contemporâneas, as publicações agregam, diametralmente oposta as publicações costumeiras dos anos anteriores, valores simbólicos através dos discursos políticos do período, que seguem com “tensão quanto a função social e função política da historieta, é dizer entre “expressão popular” e “mercado editorial” e a tensão entre o humor gráfico e a “historieta séria” (...) marcam nos *comics* argentino, um diferencial do “espírito nacional” pondo elementos ideológicos-morais que nos definem enquanto povo” (GALLO, 2015, p. 10).

Segundo Gisèle Sapiro em *La Sociología de la literatura* (2016, p. 30), a consagração do campo literário e, neste caso, cultural, é assegurado por três pontos-chaves: o produto, a distribuição e o consumidor. A consagração do projeto editorial do grupo Frontera segue à risca estes dispositivos de reciprocidade em redes: com o sucesso da publicação de *Hora Cero* e *Frontera*, houve a possibilidade de desdobramento da revista *Suplemento Semanal Hora Cero*. O suplemento de periodicidade semanal, beneficia-se da disposição gráfica e editorial para inserção ainda maior de distribuição e público. As historietas argentinas caracterizavam-se em fidelidade cativa através de

revistas do tipo *continuará*, ao caso, *Hora Cero* e *Frontera* ofereciam histórias longas e autoconclusivas em volumes únicos. Nesta questão, cada revista possuía o total de quatro histórias completas totalizando um número saliente de páginas pelo preço de \$2,50. Em contraposição, *SSHC* trazia em seu projeto gráfico três histórias, em preto e branco, do tipo *continuará* totalizando 16 páginas por publicação ao preço de \$1,50.

Gustavo Sorá (2011, p. 136) diz que, em grande medida, o formato de publicação de livros baratos e populares possibilitou a organização formal do campo literário argentino. *SSHC* assume esta característica de acessibilidade financeira pela diluição do preço de publicação para contribuir com a potencialidade da leitura democratizada e torna-se, nos anos 50, prática cultural a fim de reafirmar a identidade editorial argentina (SORÁ, 2011, p. 137-138). A esta classificação, podemos pensar em etapas de reafirmação do processo de confecção do produto cultural através da lógica de reciprocidade do leitor e produção industrial/editorial.

Conclusão:

O espaço de construção das Histórias em Quadrinhos por muitas vezes se confunde com as políticas públicas em voga. Contudo, percebendo a arte como objeto autônomo da mídia nacional, apresenta dentro de seus próprios interesses temáticas e iconografias consistente. Contudo, sempre retomando a característica comercial e o entendimento da circulação serializada em periodicidade regular, imputa ao leitor uma via ativa de leitura e contribuição intrínseca bem como a produção da própria revista mas, com mais significados, a elaboração qualificada do próprio cenário cultural em torno dos impressos.

Desta forma, é necessário a objetividade da análise em perceber a materialidade da documentação e, ainda mais importante, suas apropriações e representações no meio popular. Com ênfase na proximidade do cotidiano e a retórica editorial com base na aproximação de diálogos entre público e editorial, os quadrinhos passam de mídia descartável, nestas primeiras décadas do século XX, para tornar-se objeto de interesse do historiador para construção de uma interpretação sobre o passado. Por conta da sua característica base de distribuição massiva, é possível também escutar as vozes marginalizadas e silenciadas ao longo do tempo. Através de diversos interesses de Estado, a supressão deste discurso é de interesse ideológico. Não obstante, as *historietas* apresentam a comunhão popular e a resistência não apenas de uma cultura local mas também da superação burocrática para contextualização do contemporâneo. Sobretudo,

caro a este trabalho, a Argentina da primeira metade do novo século XX faz-se desenhada no nanquim de diversos artistas.

Bibliografia

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

COSSIA, Lautaro. **Héctor Oesterheld: En busca de una trayectoria intelectual.** In: REVISTA ACADÉMICA DE LA FEDERACIÓN LATINOAMERICANA DE FACULTADES DE COMUNICACIÓN SOCIAL: DIÁLOGOS DE LA COMUNICACIÓN, Nº78, ENERO - JULIO 2009

GALLO, Sebastián. **Heróes y antihéroes: historicización de la ironía en la historieta argentina.** In: Revista Lindes: estudios sociales del arte y cultura. Nº 9, junho de 2015 – Buenos Aires, Argentina.

GANDOLFO, Amadeo. TURNES, Pablo. VILCHES, Gerardo. **Historia de dos industrias: un debate en torno a la historieta argentina y española.** In: CuCo, Cuadernos de cómic n.º 8 (junio de 2017)

GENÉ, Marcela. **“Sisebutas” en Buenos Aires.** Family strips de los años veinte. Antíteses, v. 5, n. 9, p. 201-224, jan.-jul. 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

PETTITI, Eva Mara. **El viejo problema del analfabetismo sigue en pie: el escenario educativo en la provincia de Buenos Aires durante la década del '40.** Antíteses, v. 5, n. 9, p. 371-390, jan.-jul. 2012.

ROCK, David. **Argentina, 1930-1946.** In: BETHELL, Leslie (org.). História da América latina: Vol. X: A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.

SAPIRO, Gisèle. **La Sociología de la literatura.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

SARLO, Beatriz. **Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

SASTURAIN, Juan. **El domicilio de la aventura.** Buenos Aires: Colihue, 1995.

SCARZANELLA, Eugenea. **Entre dos exílios: Cesare Civita, um editor italiano em Buenos Aires, desde la Guerra Mundial hasta la ditadura militar (1941-1976).** In: Revista de Indias, 2009, vol. LXIX, núm. 245
Págs. 65-94.

SORÁ, Gustavo. El libro y la edición en Argentina Libros para todos y modelo hispanoamericano. In: Políticas de la memoria nº 11, CeDInCI-UnSAM, Buenos Aires, 2011, pp. 125-145

VAZQUEZ, Laura. **Del Parlamento a Hollywood:** tensiones y desplazamientos em la trayectoria del dibujante, caricaturista y editor Ramón Columba. In: 9ª Arte, vol. N. 1, p. 4-23, 1º semestre, São Paulo, 2013.

VAZQUEZ, Laura. **Un modelo a imitar:** Disney en Ezeiza y el proyecto empresarial de Dante Quinterno. Antíteses, v. 5, n. 9, p. 7-27, jan.-jul. 2012.

VAZQUEZ, Laura. SANTOS, Roberto Elísio dos. **Dante Quinterno e Maurício de Sousa:** para um estudo comparado entre Argentina e Brasil. In: Revista latinoamericana de ciencias de la comunicación, v. 10, n. 18 (10), julio 2013.

A PÓS-MODERNIDADE COMO INTERPRETAÇÃO DA CONTEMPORANEIDADE

*Luan Claro de Lima Mendonça*⁴³²

Para alguns estudiosos, a pós-modernidade como um conceito sócio-histórico, surgiria para definir a condição da qual nós na contemporaneidade estaríamos inseridos. Porém o que seria a pós-modernidade? Durante a nossa pesquisa sobre os estudos relacionados a contemporaneidade no campo da teoria, pudemos reconhecer outros termos que qualificam este momento histórico que teoricamente se iniciaria a partir de meados do século XX, como: Pós modernidade, Capitalismo tardio, Hipermmodernidade, Segunda Modernidade e Modernidade Líquida. Essas diferentes concepções da Contemporaneidade se divergem na historiografia – Visto que essas nomenclaturas vão servir para analisar um período que tem como característica a retórica às metanarrativas como o marxismo, o iluminismo e o positivismo.

Através de diversos autores que debatem a questão da pós-modernidade formou-se diferentes perspectivas de análise. O historiador britânico Perry Anderson em sua obra *As origens da pós-modernidade*, de 1998, propõe, de forma cronológica, relatar as origens das diversas interpretações que transitam pela questão da pós-modernidade, interpretadas por uma diversidade de intelectuais das ciências, literatura e das artes. A partir das contribuições de alguns desses intelectuais para o tema proposto, que, nos guiamos para organizar esse debate.

Uma das discussões mais características no debate sobre a pós-modernidade seria a da sua própria existência. Nesse sentido, a análise estabelecida pelo crítico literário estadunidense Fredric Jameson, que expõe a sua teoria na obra *Pós-Modernismo – A lógica cultural do capitalismo tardio*, de 1991, é fundamental. Jameson não acredita que estamos vivendo a pós-modernidade, para ele não houve uma ruptura com a modernidade, mas sim, um período de capitalismo tardio. A sua tese seria de que este momento histórico seria um novo desenvolvimento do próprio capitalismo moderno.

⁴³² Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). E-mail: luan.claro89@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio de Menezes.

Muitos intelectuais que faziam a crítica sobre o pós-modernismo nos anos de 1980 utilizavam do termo como um movimento estético. Apenas mais um modismo, do que uma faceta do próprio capitalismo. Entretanto, posteriormente Jameson reconhece que a pós-modernidade seria como uma estrutura que anda de braços dados com o capitalismo globalizado, atribuindo os problemas da pós-modernidade à vitória do neoliberalismo. Segundo ele, a globalização foi um fator significativo, mas foi um conceito pouco trabalhado na época.

No livro *As Ilusões do Pós-Modernismo*, de 1996, o filósofo Britânico Terry Eagleton distingue *Pós-Modernismo* como cultura contemporânea e *pós-modernidade* como período histórico. Eagleton, tal como Jameson, baseia a sua teoria na ideia de que, o ceticismo sobre um *télos* advindo da pós-modernidade surge da realidade concreta através do mais recente desdobramento do capitalismo. Ambos atribuem características específicas desse momento, como o fato das indústrias se tornarem entidades cada vez mais hegemônicas e se imporem sob a vida dos indivíduos.

Jameson pode ser encarado como um otimista em sua leitura da contemporaneidade, pois enxerga no fenômeno do pós-modernismo, um mundo mais humanizado do que foi na modernidade. Porém, reconhece a ideia de um problema emergencial. Jameson percebe uma mudança significativa no campo cultural, onde o mercado, convertido em uma espécie de rei Midas, cobiça transformar tudo que toca em mercadoria. Assim sendo, segundo o intelectual, a própria cultura se tornou um produto de consumo e nós, os consumidores, nos sentimos fascinados pela diversidade de escolhas, pelo fetichismo da aparência estética, a idealização da representação, o magnetismo pelo produto personalizado, customizado, que, de alguma forma, nos faz ter a ilusão de enxergar nosso próprio reflexo nos produtos, assim como no mito grego de Narciso que se afogou, sem saber, perseguindo seu próprio reflexo na superfície de um lago.

O geógrafo britânico David Harvey em seu livro *Condição Pós-Moderna* de 1989, ressalta o aspecto fragmentário, efêmero e descontínuo do pós-modernismo. Harvey, em seus estudos sobre o pós-modernismo, reflete se realmente rompemos com a modernidade, se ele apresentaria um caráter revolucionário devido a homogeneização dos novos discursos que desqualificam as metanarrativas e também aos importantes ganhos sociais obtidos com este fenômeno, que viriam a influenciar em uma significativa mobilidade econômica e sociocultural de grupos sociais marginalizados e criminalizados,

como os moradores das periferias, ou se esse fenômeno social não teria sido parte de uma estratégia de mercado.

Para muitos especialistas nesta discussão, a pós-modernidade apresenta-se como uma contraproposta à modernidade. No sentido de que ela se afirmaria com uma nova concepção de enxergar o mundo, nesse caso, o fenômeno do pós-modernismo dá ênfase e favorece a diversidade e a pluralidade como forças reformadoras de discursos como os de verdade absoluta, realidade concreta e racionalização, que predominavam até então, elevando o pragmatismo filosófico.

A modernidade em seus primeiros estágios primava pela autonomia, pela eficácia, pela produtividade e pela cientificidade, ela pregava o discurso de que estas qualidades emancipariam o homem, mas na prática isso não aconteceu, pelo contrário, as elites gestoras do sistema e os pequenos grupos abastados puderam aproveitar confortavelmente das revoluções tecnológicas, e o processo modernizador se tornou apenas uma nova forma de dominação das massas.

Consensualmente, entre diversos intelectuais, a pós-modernidade atingira seu auge, por volta dos anos de 1980, engajada a romper com o discurso de dominação ocidental, vigorosamente presente no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Utilizando de um discurso que pregava a valorização do ser humano como indivíduo livre, emancipado de quaisquer tipos de discursos deterministas e de ideologias de massa. Abrindo caminho para novos sentimentos resultantes dessa nova fase. Nem todos positivos, como o caso da individualização em excesso entre as pessoas, a perda da coletividade e a desvalorização da comunidade e das relações duradouras, mas de certa forma e talvez até bastante paradoxal, a pós-modernidade acaba se tornando um momento histórico que idealiza atitudes mais humanitárias e éticas.

A preocupação pelo “outro”, as críticas e apelos que surgiram para que abramos os olhos para outras esferas sociais que não as nossas próprias, seriam melhor compreendidas quando lembramos, por exemplo, dos movimentos das entidades reprimidas pelos discursos elitistas e conservadores, que encontraram entre as rachaduras da modernidade, estreitos espaços de fala para serem disputados entre as culturas hegemônicas. Espaços estes, que antes eram selados hermeticamente pelas classes dominantes que monopolizavam tais espaços de disseminação cultural, como os anfiteatros, as livrarias, as galerias de arte, os museus, o cinema, o rádio, e a TV. A partir da expansão da indústria cultural e a pluralidade dos nichos de mercado, os consumidores que não se sentiam “representados”, com determinados produtos ou certas manifestações

culturais que não contemplavam seus anseios, agora encontram pelo menos algumas pequenas opções diante das “prateleiras” do livre mercado globalizado.

Entre as classes desfavorecidas da nossa hierarquia social, encontram-se na ala de proscritos os negros e negras, as mulheres, os homossexuais, os povos colonizados e os jovens, que em poucas décadas marcaram seu espaço nas mídias ao levarem suas vozes que por muito tempo estavam emudecidos. Assim, indivíduos pertencentes aos grupos que permaneciam anônimos no campo da cultura puderam emergir, - mesmo que ainda de forma insatisfatória – à superfície da sociedade, através da música, da literatura, do teatro e do cinema. Mas, ainda assim, mantem-se o *status* de “cultura alternativa” para as manifestações minimamente toleradas, quando não, seriam criminalizadas e encarados pela grande maioria como cultura marginal, produtora de apologia contra determinados valores.

Um dos diversos fenômenos culturais que surgiram nas últimas décadas do século XX, mais especificamente entre os anos de 1980, como proposta de contracultura, por exemplo, foi o *Rap*. Um ritmo musical caracterizado historicamente pelo cunho político e denunciadoras em suas letras que retratam temas como a desigualdade social, o descaso do Estado, ao abuso e violência policial, a violência ideológica produzida pelas mídias e reproduzidas pela sociedade, o racismo, as chacinas que ocorrem longe dos olhares dos populares, a criminalização sofrida pelos moradores das periferias e favelas e a hipocrisia das pessoas.

Com a pós-modernidade, todo os tipos de expressões culturais, que, até então, estavam à margem do que era considerado cultura por muitos, envolto aos olhos “civilizados”, segregados dos grandes centros, restritos em “quebradas” e morros das favelas, se manifestam a partir da abertura de um novo mercado, no caso o mercado da contracultura, que objetivava alcançar nichos com gostos e particularidades bastante específicos. A partir desse momento, com tantas opções que a indústria cultural global abraçou e popularizou, nos conduziu a um tipo de ecletismo social que, conseqüentemente, transformou, não somente os indivíduos, mas também as suas relações, no sentido que agora os sujeitos estariam relativamente abertos /para as possibilidades de se pensar na questão do “outro”.

Contudo, quando se trata de viver em sociedade, nada seria tão pragmático quando refletimos sobre algumas das complexas faces da contemporaneidade, como: fugidia, efêmera, fragmentada e descontinuada - devemos levar em conta tais pontos para entendermos como se dá as relações entre a cultura e o público, dentro desse

contexto de efemeridade, em que a indústria cultural, aliada do sistema capitalista, através da lógica de dominação, aliena, suprime, traveste e flexibiliza centenas de diversos tipos e aspectos das culturas e tradições do globo, selecionando o que lhe seria conveniente e transformando-a em um fetiche, uma coisa para ser adquirida e consumida da forma que convir para o consumidor.

Nessa lógica, não apenas a cultura foi apropriada pelo mercado, mas nesse mesmo contexto teremos a presença de sujeitos históricos dos quais o mercado de consumo afanou suas imagens para transformar em mercadoria, como, por exemplo, as populares camisetas de Ernesto “Che” Guevara. Líder revolucionário cubano e uma das pessoas mais conhecidas no mundo todo como exemplo de militância radical em oposição ao regime capitalista do século XX. Porém, após sua morte, ironicamente, o mesmo sistema que o matou e o tachou de rebelde e assassino, o transformou em *pop art*, estampando seu rosto em um fundo branco, não apresentando nada que o ligue à sua causa, apenas sua imagem fragmentada e descolada de qualquer contexto histórico.

Essa apropriação de sua imagem, independentemente de qualquer outro motivo, se tornou uma grande fonte de lucro sob um determinado público que talvez até tivesse reconhecido sua trajetória, ironicamente fazendo de sua imagem um dos grandes ícones da indústria cultural. A morte de Che Guevara, não fez dele um mártir, mas sim uma alegoria, uma “representação”, uma imagem verossímil embutida de simbolismo, mas que só poderia ser decodificado por aqueles que tiveram acesso a história do guerrilheiro. Ele se tornou um símbolo do sentimento de luta, da visão esperançosa de futuro e da nostalgia a ideologia comunista e é através desse tipo de sentimento que esse sistema vigora. O valor sentimental que seria dado à imagem, o discurso que ela carrega gera um fetiche, uma afinidade derivada de uma relação, muitas vezes, abstrata entre o consumidor e o símbolo. Tornando o objeto algo personalizado para quem adquire. Isso seria extremamente confortável para o comércio, pois já não seria necessário nenhum trabalho de propaganda, pois o símbolo se vende sozinho como produção artística, banalizando a concepção que se tem de arte na modernidade.

A partir da segunda metade do século XX, a pós-modernidade começa a se estruturar a partir da possibilidade de que poderíamos compreender a realidade como um prisma multifacetado. Logo essa nova “filosofia” cria um paradigma de realidades múltiplas convivendo mutuamente na mesma realidade. E esse “novo olhar”, que os indivíduos desenvolverão em relação a todas as coisas, refletindo em suas relações sociais e causando mudanças em todas as esferas de produção.

O filósofo francês Gilles Lipovetsky, em seu livro *Os tempos hipermodernos* de 2004, teoriza a ideia de que já nos deslocamos, não só da modernidade, mas também, da pós-modernidade, que, para ele se tratou de um curto período transição que começaria em 1950 até o final do século XX. Sua teoria é que estamos em um período histórico do qual ele cunha de “hipermodernidade” que segundo ele, marca a chegada século XXI. Para o filósofo, o século XXI herda todas as características da modernidade do século XIX, mas que consegue ser flexível nas suas relações socioeconômicas, uma vez que rompe com o modelo disciplinador duro e racional. Lipovetsky identifica a hipermodernidade como um fenômeno em que as tradições perdem espaço para novas concepções de vida baseados no prazer pessoal, definindo-se uma sociedade em que todos os seus componentes seriam seduzidos pelo progresso científico, não como veículo de emancipação, mas como culto ao bem-estar individual.

O filósofo expõe sua teoria de que, houve mudanças significativas no modo de produção global durante a transição dos anos de 1980 para os anos 2000. Derivando mudanças psicológicas determinantes nas relações sociais que se distinguem dos comportamentos dos sujeitos pertencentes da modernidade - que já apresentavam características como o individualismo, o consumismo e o hedonismo - mas com a chegada do século XXI essas relações teriam se intensificado, e mais, para o Lipovetsky a Hipermodernidade se caracteriza pela forte presença da indiferença, do consumismo e do fetichismo.

Segundo Lipovetsky, a hipermodernidade ainda abraça as mesmas características sociais da modernidade, mas com a diferença de que essas se encontram com maior intensidade e maior urgência, pois, na contemporaneidade, as coisas se moveriam de forma acelerada e fluida. Para o intelectual, as relações de agora seriam “*hiper*”, ou seja, seriam relações que ocorrem baseadas na rapidez e no pragmatismo. Logo o consumo, a individualização e narcisismo se reconfiguram para hiperconsumo, hiperindividualização e hipernarcisismo. Para Lipovetsky, a contemporaneidade ou a hipermodernidade, como ele mesmo a chama, teria conseguido superar até os prazeres da ostentação como legitimador de status social que se tinha a partir de 1950 e passaria a valorizar fortemente a satisfação psicológica que a mercadoria proporciona. Para o filósofo, na hipermodernidade a individualização supera a idealização de emancipação social do século XIX. O hedonismo, por exemplo, na visão do filósofo, de certa forma era visto, ainda que acanhada, como algo positivo na pós-modernidade, como uma filosofia libertadora, pois a partir dali o indivíduo se tornaria alguém a ser valorizado,

decentralizado de grupos, porém, com a chegada do novo século, essa tendência se transforma em um axioma, culto ao “eu e eu mesmo”.

Alguns teóricos vão atribuir os sintomas da pós-modernidade como decorrentes de um período que se inicia a partir da segunda metade do século XX e prevalece até os dias de hoje, por muitos, designado pós-modernidade. Apesar de não haver um consenso entre os intelectuais no que concerne ao verdadeiro momento em que se deu a “ruptura” entre o período moderno e pós-moderno, ou se de fato houve tal rompimento, devido a uma série de argumentações entre diversas áreas do conhecimento, seria possível discernir.

A contemporaneidade, em teoria, traz consigo o discurso da elevação do indivíduo como “mestre” do seu próprio destino, da sua suposta emancipação social – da qual ele não seria mais ocultado por um bloco demográfico padronizado, mas “livre”, para usufruir de sua vida privada, independente de um Estado controlador. Podendo exigir seus próprios interesses, pessoais ou não, sem culpa e sem estar amarrada a pautas coletivas - por outro lado, houve excessos por parte da sociedade que ao perder muitas das suas idealizações utópicas, ou seu espírito revolucionário, abraçou com muita vontade o culto ao amor próprio, que se materializava no consumo excessivo e no acúmulo de bens materiais.

Para Lipovetsky, com a hipermodernidade, o narcisismo que desde a pós-modernidade já vinha se transformando, demonstra-se bastante paradoxal, devido seu estranho caráter dualista, que constrói sujeitos completamente contraditórios, presos em um eterno conflito interno. Por exemplo: na contemporaneidade, vivemos em um mundo extremamente competitivo, mas, ainda assim, seguiríamos reproduzindo um discurso ético do qual, não seria aplicado na prática pelos indivíduos. Nesse caso ainda poderíamos ouvir de alguém que “vencer não é o que importa”. E, se em teoria nós deveríamos ser educados desde crianças para estarmos preparados e independentes na vida adulta, o que ocorreria na prática seria a flexibilização disso, então hoje poderíamos dizer que, de certa forma, é comum os casos de jovens adultos ainda dependentes financeiramente dos pais ou parentes. Além disso, a sociedade, como um todo, ainda se encontra dependente do Estado e suas regras de conduta que controlam e punem através de leis, como forma de manutenção da “ordem”. Contudo, o Estado em seu discurso de representação, acaba deixando uma grande maioria da população à espera de auxílio e melhores condições de

vida. Logo, muitas pessoas têm de aprender da pior forma a serem independentes para sobreviverem.

A partir da leitura em que alguns intelectuais como Lipovetsky, fazem da /contemporaneidade, seria possível identificarmos em nosso meio, evidências que identificariam o consumismo, o hedonismo, e o individualismo como sintomas de algo que não sabemos ainda para onde nos levarão. Tais qualidades ainda manteriam em sua essência uma conotação pouco virtuosa, quando entramos no campo da ética. Porém, na contemporaneidade a compreensão do que tais qualidades representariam se flexibilizaram a ponto de se tornarem subjetivas, ou seja, na prática podemos observar como o fetichismo, a vaidade, a indiferença e o egocentrismo se tornaram qualidades inerentes dos sujeitos bem-sucedidos e dos carismáticos.

Até aqui, quando falamos de período pós-moderno encontramos um campo vasto de teorizações a respeito de seu recorte histórico e se realmente poderíamos afirmar que estamos à vivenciando, ou se houve de fato uma ruptura do período moderno. Contudo, partimos do pressuposto de que alguns dos principais estudiosos deste tema estão mais preocupados em entender as peculiaridades da contemporaneidade, em que, parece ocorrer uma maximização, senão, mudanças profundas nos comportamentos, apesar de ser um consenso entre os críticos que, mesmo na era moderna, a efemeridade já pairava sob a sociedade. Tal como afirma o sociólogo jamaicano Stuart Hall, em *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, 1992. Hall, parte da leitura de que mesmo com o caráter dinâmico da sociedade, ainda havia a ideia de permanência do século XIX para o XX, ou seja, mesmo com muitas mudanças acontecendo no âmbito das mentalidades, a crença pelo o que seria tradicional ainda era muito presente. Por exemplo, a ortodoxia das instituições, como: a família, o casamento, a religião, a política, os centros de ensino e entre outros. Porém, em *Modernidade Líquida*, Bauman constata que as instituições como se configuraram a partir de meados da década de XX se tornaram instituições zumbis, ou seja, ainda se arrastam, mas não possuem mais vida.

Para sociedade industrial do século XIX a ideia de dinamismo tem um peso totalmente diferente do que temos na contemporaneidade, pois este estava relacionado com a produção em grande escala como forma de ascensão cultural, diferente do que acontece na “modernidade líquida”, em que o consumo excessivo assume o caráter utópico. Para Karl Marx, essa relação com a produção seria determinante para perceber como se dão as relações sociais. Marx que tem o capitalismo como seu objeto de análise,

ênfatiza o papel da burguesia como determinante nas mudanças da sociedade, que por sua vez, influencia a esfera da produção

A partir da metáfora em destaque que o sociólogo Zygmunt Bauman retira as bases conceituais para a sua teoria sobre a liquidez da modernidade, percebendo a sociedade pós-moderna como mais um desdobramento do capitalismo. Uma vez que Marx identificou no sistema capitalista uma sociedade marcada pela falta de segurança, agitações e crises constantes, que afetaram profundamente as relações sociais na transição da sociedade de corte para a sociedade moderna. Para Marx as transformações bruscas do capitalismo seriam uma característica histórica particular da hegemonia burguesa que se estabeleceu através da dissolução de elementos que tinham valor sagrado em seu período anterior, o feudalismo, e que se imaginavam invioláveis, como: Deus, família, honra e lealdade. Tais dissoluções vinham em prol da criação de novos valores, oriundos dos processos de modernização, logo, nas palavras de Marx, na modernidade “tudo que é sólido se desmancha no ar”, ou seja, todos os antigos elementos que estruturavam a sociedade monárquica chegam à modernidade já enfraquecidas em decorrência de processos históricos pré-modernos, que se flexibilizaram a ponto de que fosse possível tais mudança dos valores culturais em que a burguesia almejava.

A metáfora de Marx tem o objetivo de ilustrar como se davam as relações sociais do século XIX, que por mais que ainda não houvesse uma ruptura total dos velhos valores, já apontava “rachaduras” que surgiam com a intenção de pulverizar as relações das antigas formas de vida que se apresentavam fragilizadas, para que em seu lugar se concretizasse “sólidos”, ou seja, a imposição de novas formas de relações sociais e materiais, mas que fossem mais duradouras e melhor adaptadas aos tempos modernos.

Não foi à toa, que, este trabalho, ao propor estabelecer um diálogo entre a questão da pós-modernidade e o contexto social do filme *O Congresso Futurista*, utilizou como apoio teórico, a obra *Modernidade Líquida* de Bauman, já que seu objeto de análise é a sociedade contemporânea, e sua escrita se dá como forma de denúncia das novas relações que surgiram com o fenômeno do século XX, que se desencadeia em um processo de “derretimento radical dos sólidos”. Porém não rompe com as formas de relação do século anterior.

O que Bauman propõem seria a ideia de que valores clássicos, como, por exemplo, a fidelidade, *a fides*, que de certa forma não desapareceu por completo, tornou-se “líquida”, “fluida”, ou seja, tal valor permanece, mas, agora sem sua forma “rígida” e “pesada”, da qual era socialmente exigido antes da Era moderna, isto é, virtudes clássicas

como honra, paixão, promessa, compromisso e lealdade, se já não se tornaram totalmente obsoletas, elas se encontram totalmente flexíveis no século XXI, uma vez que esses valores já se manifestavam no século XIX apresentando fragilidades, de modo que o fator confiança, se dilui, e a desconfiança no outro começa a ganhar solidez. Ao contrário da “modernidade dura”, na “modernidade líquida”, as relações baseadas no compromisso se tornaram fundamentalmente flexíveis, efêmeras, fugidias. Assim como os líquidos ou os gases que, apesar de manterem suas substâncias, a sua forma seria inconstante, transitória, volúvel, temporária. Tudo agora está em estado de “derretimento” perpétuo e vertiginoso, uma vez que nada mais seria feito para durar na “modernidade líquida”.

Se ao final do século XX perderíamos para sempre as ideologias de haver no futuro uma “sociedade melhor” e que seria o fim dos projetos coletivos como forma de luta, ao chegarmos até aqui no século XXI, percebemos que pelo contrário, ainda podemos encontrar os pequenos focos de resistência pelo mundo. Só no Brasil podemos mencionar grupos de luta como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Fundados durante a transição do século passado para o atual, tais grupos, apesar de bem enfraquecidos nos dias de hoje, se mantêm na caminhada por condições mais humanas aos membros desfavorecidos da sociedade. A prova de que o coletivismo, por mais que esteja perdendo a guerra contra a ideologia do individualismo, ainda existem pessoas que sabem que as conquistas são ganhas através da união.

Na contemporaneidade o individualismo, o narcisismo e o fetichismo, se tornaram um estilo de vida praticado por muitos, enquanto que, a reflexão nas questões que afligem as classes exploradas e o compromisso em deslegitimar o sistema que subjuga seus próprios membros em castas, deixa de ser prioridade entre as pessoas. Através desta pesquisa, nosso objetivo era de suscitar uma discussão que através de uma reflexão aprofundada, quem sabe, contribuir para uma mudança de atitude para um mundo onde valores humanísticos foram trocados pelo cômodo bem-estar individual.

Durante a pesquisa, pretendemos aproximar a discussão sobre a pós modernidade a partir do filme: “O congresso futurista” da qual nos utilizamos como objeto de análise e que teoricamente ilustraria a questão da pós-modernidade aplicada de forma extrema na vida das pessoas.

O longa-metragem é uma ficção científica distópica, que narra sobre um futuro em que a indústria do entretenimento se alia à indústria farmacêutica para

promover novas formas de consumir cinema. Uma espécie de “droga alucinógena” faz com que os espectadores possam se tornar personagens animados, baseados em ícones da indústria cultural dos anos 80.

Portanto iremos analisar a maneira com que o filme *O Congresso Futurista* dialoga com as teorias que orbitam alguns dos fenômenos sociais que seriam inerentes à contemporaneidade, como a degeneração de determinados valores humanistas e coletivistas e a canonização da subjetividade, nos atentando às metáforas que expressariam em demasia o individualismo, o consumismo, o hedonismo como as novas e efêmeras relações sociais uniformizadas do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Perry. **Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra Modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

IMDB. O Congresso futurista. **IMDb**. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt1821641/?ref_=nv_sr_1> Acesso em: 26 ago 2021.

JACOBY, Russel. **Imagem Imperfeita** - Pensamento utópico para uma época antiutópica. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo - A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ática, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004;

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. 12ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ANGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boi Tempo Editora, 2005.

REIS, José Carlos. **História & teoria**. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI NO GIRO DECOLONIAL: AS NOVAS ABORDAGENS DE FRONTEIRA

*Luan Frederico Paiva da Silva*⁴³³

RESUMO: O presente texto é resultado parcial da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História – UFG em nível de Mestrado, sob o título *Contribuições mariateguianas para o giro epistemológico no Sul global*. Com este artigo, pretendemos apresentar os novos caminhos teórico-metodológicos que as pesquisas sobre as ideias de José Carlos Mariátegui (1894-1930) estão percorrendo na atualidade, a fim de demonstrar a guinada de seus pesquisadores para o assim denominado “giro decolonial” que ocorre na América Latina. No século passado, os estudiosos de Mariátegui se interessavam pelo seu “marxismo aberto”, que pressupunha a participação dos povos indígenas enquanto protagonistas da luta socialista na América Latina. No presente, seus intérpretes exploram a capacidade que teve Mariátegui, de lidar com duas instâncias tão distantes, os saberes indígenas dos Andes e a ciência ocidental, na forma do marxismo, não mais privilegiando uma forma de conhecimento sobre a outra, mas partindo de um diálogo de fronteiras, onde toda forma de saber é válida e pertinente.

Palavras-chave: *Mariátegui; giro decolonial; povos indígenas; diálogo de fronteira.*

Introdução

No desenrolar deste artigo, pretendemos apresentar o “estado do conhecimento” das pesquisas sobre José Carlos Mariátegui, de forma mais específica, os estudos mais recentes sobre o autor, que nos últimos anos têm abandonado abordagens já saturadas, como o marxismo por exemplo e caminham em direção a novas maneiras de interpretação, tal como o programa de investigação modernidade/colonialidade/decolonialidade. Contudo, antes que avancemos nessa discussão, se faz necessário descrever brevemente o trajeto percorrido por Mariátegui, elucidando assim, nosso objetivo com este estudo.

Nesta seção introdutória, o leitor poderá conhecer parte de quem foi o peruano José Carlos Mariátegui, escritor e militante socialista/indigenista do início do século XX, que em sua curta vida – viveu entre 1894 e 1930 – superou muitas dificuldades

⁴³³ Discente do Programa de Pós-graduação em História – UFG em nível de Mestrado, com apoio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Linha de pesquisa do discente: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História. Orientador da pesquisa: professor Dr. Elias Nazareno.

decorrentes da falta de instrução formal e graves problemas de saúde, participando do que ele mesmo chamava de “missão heroica da juventude”. O que significava para o autor, lutar no campo da política e da escrita, pela constituição de um Peru integral, uma nação que tratasse como cidadão, não apenas as populações que viviam nos centros urbanos ou os descendentes dos colonizadores ibéricos, mas principalmente, seus verdadeiros fundadores, os povos indígenas andinos.

Mariátegui não cursou o ensino regular de seu tempo, estudou sozinho por meio de obras literárias e científicas, e aprendeu com as experiências que vivenciou no decorrer de sua vida no Peru e na Europa – esta última entre os anos de 1919 e 1923 – acerca dos costumes de solidariedade e cooperativismo dos povos andinos e das organizações socialistas que se fortaleceram com o fim da Guerra Mundial (1914-1918). O mais importante a se saber sobre Mariátegui, seja talvez, compreender que foi justamente essa rica e heterogênea vivência que teve o autor, que lhe possibilitou nos anos finais de sua vida, pensar o socialismo a partir das lutas indígenas na América Latina.

Tendo publicado apenas dois livros em vida, mas deixando várias páginas preparadas que se tornaram em obras póstumas, Mariátegui advogou pela revolução dos povos indígenas em todo o continente. Acreditava que na própria cultura destes povos, existia o germe de um socialismo americano:

O costume secular da *minka* subsiste nos territórios do Peru, da Bolívia, do Equador e do Chile; o trabalho que um parceiro, mesmo que não seja da comuna, não pode realizar por falta de ajudantes, por doença ou outro motivo similar, é realizado com a cooperação e o auxílio dos parceiros vizinhos, que por sua vez recebem parte do produto da colheita, quando sua quantidade o permitir, ou outra ajuda manual em uma próxima época. (MARIÁTEGUI, 2016: 111)

Em outra passagem, o autor aprofunda essa análise:

O socialismo encontra, tanto na subsistência das comunidades como nos grandes empreendimentos agrícolas, os elementos de uma solução socialista para a questão agrária, uma solução que tolerará em parte a exploração da terra pelos pequenos agricultores, onde o cooperativismo indígena ou a pequena propriedade recomendem que se mantenha a gestão individual – enquanto se avança na gestão coletiva da agricultura (...). Contudo, tal estímulo que se presta ao livre ressurgimento do povo indígena e à manifestação criadora de suas forças e de seu espírito nativo não significa absolutamente uma tendência romântica e anti-histórica de construção ou ressurreição do socialismo incaico – que correspondeu a condições históricas completamente superadas e do qual só restam os hábitos de cooperação e socialismo dos camponeses

indígenas (...). O socialismo pressupõe a técnica, a ciência, a etapa capitalista, e não pode introduzir o menor retrocesso na aquisição das conquistas da civilização moderna, mas, pelo contrário, traz a máxima e mais metódica aceleração da incorporação dessas conquistas a vida nacional. (MARIÁTEGUI, 2011: 206-207)

Nesse sentido, o que faz Mariátegui, ao nosso ver, é unir duas tradições de lugares distintos para gerar uma solução para os problemas sociais do seu momento e lugares presentes. Entretanto, como será demonstrado a seguir, apenas recentemente com as análises do sociólogo Aníbal Quijano, que é um dos fundadores do programa de investigação modernidade/colonialidade/decolonialidade e de pesquisadores posteriores, esse ponto tem sido tratado nos seus devidos termos, não privilegiando uma forma de conhecimento sobre a outra, como ocorreu entre os marxistas que leram Mariátegui no século XX.

As pesquisas sobre o marxismo em Mariátegui

A produção acadêmica sobre José Carlos Mariátegui, teve como um de seus primeiros pontos de debate ou polêmica, as concepções de um marxismo aberto e, portanto, heterodoxo, que culminaram em críticas que recebeu tanto de intelectuais latino-americanos, quanto europeus ou soviéticos. Como será demonstrado a seguir, o marxismo de Mariátegui terminou por se constituir durante a segunda metade do século XX, como um lugar de debate entre as esquerdas latino-americanas. Entretanto, os brasileiros tiveram um papel marginal nessa discussão, estando um tanto ausentes quando o assunto gira em torno das teses mariateguianas.

No século XX, temos o conhecimento de apenas seis autores brasileiros que escreveram sobre Mariátegui, ou a partir de suas elaborações, como no exemplo de Nelson Werneck Sodré (1911-1999), que ministrou um curso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) entre 1956 e 1964, intitulado: *Formação Histórica do Brasil*, em que utilizou os *7 ensayos*⁴³⁴ como referencial teórico. Em 1962, Sodré converteu o curso em um livro de mesmo título, no qual encontramos extensos trechos dos *7 ensayos* citados em notas de rodapé.

⁴³⁴ *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana* é a obra máxima de Mariátegui publicada ainda em vida. Reunindo sete ensaios distintos, o autor trata de temas relacionados ao passado originário indígena do Peru, seu período colonial, a Educação, a literatura nacional dentre outros temas, segundo o que ele dizia ser uma abordagem marxista. O livro foi publicado originalmente em 1928 e o acessamos por meio de uma edição venezuelana de 2007 da Biblioteca Ayacucho.

Os outros autores são, Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) o atualmente professor da Universidade de São Paulo e membro da Academia Brasileira de Letras, Alfredo Bosi, o fundador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) José Pedro Stédile, o professor membro do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas, Gabriel Lomba Santiago e Leila Almeida, hoje doutoranda em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Seguindo as evidências deixadas pelo sociólogo brasileiro Deni Ireneu Alfaro Rubbo em sua tese de doutorado⁴³⁵, acreditamos que no século XX, um dos maiores comentadores de Mariátegui, foi o argentino José Aricó (1931-1991). Intelectual comprometido com o marxismo e a construção do socialismo na América Latina, organizou em 1978 a obra *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. No prefácio o autor explica que a compilação tinha como objetivo popularizar estudos sobre o marxismo de Mariátegui que haviam se perdido ou eram de difícil acesso para um público com poucas proximidades com os meios acadêmicos e veículos de propaganda socialista que já não circulavam na região.

O autor ainda enfatizou as polêmicas em torno do marxismo de Mariátegui que marcaram aquele período. Autores ocidentais, como Antonio Melis, Robert Paris, e até representantes da União Soviética, como V. M. Miroshevski com seu *El “populismo” en el Perú. Papel de Mariátegui en la historia del pensamiento social latinoamericano*, publicado pela primeira vez em russo no *Istorik Marksist* de 1941 e no ano seguinte em espanhol na revista *Dialéctica*, aparecem nas páginas da coletânea.

Aricó (1978) ainda nos alerta que a seleção feita por ele, não objetiva estimular essa discussão. Ao contrário, pretende provar como os autores que tentaram ler Mariátegui como “marxista”, “aprista”, “soreliano” ou mesmo “populista”, estavam fadados a uma compreensão limitada, se não equívoca sobre o pensador peruano. O problema desses estudiosos, segundo o autor, era a incapacidade de entender Mariátegui dentro de sua realidade, projetando assim, outros contextos no mundo andino observado pelo autor dos 7 *ensayos*. Vejamos o caso de Miroshevski, ao tentar explicar o pensamento de Mariátegui:

⁴³⁵ *O labirinto periférico: José Carlos Mariátegui e a sociologia crítica latino-americana*, tese defendida em 2018 no departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, é provavelmente o estudo mais completo sobre Mariátegui feito no Brasil. A produção e avaliação do trabalho esteve acompanhada por outros especialistas no tema, tais como Michael Löwy e Luiz Bernardo Pericás. O estudo de Rubbo será comentado no último tópico desta seção.

Entre los representantes de las capas progresistas de la intelectualidad (...) se destacaba José Carlos Mariátegui, joven literato que aspiraba “arcercarse al pueblo”. Había mucha confusión en sus puntos de vista. Se consideraba “marxista”, pero al mismo tiempo tenía a Georges Sorel, teórico del anarcosindicalismo como su maestro. (MIROSHEVSKI, 1978: 58)

Onde Miroshevski via “confusão conceitual”, Aricó enxergava um campo teórico rico de possibilidades. Enquanto os dirigentes do comunismo soviético liam Marx dogmaticamente, considerando quaisquer elaborações que questionassem o programa da Internacional Comunista, fundada em 1919, como desvios “pequeno-burgueses”, Mariátegui teve uma formação distinta, tendo conhecido Marx, a partir da sua experiência italiana.

Para Aricó, é nesse ponto que a discussão sobre o marxismo de Mariátegui ganha sentido. “La discusión nos permite precisamente comprender el hecho paradójal que significa determinar la presencia del marxismo de Mariátegui precisamente allí donde los marxistas pretendieron rastrear sus vacilaciones frente a las ‘ideologías del enemigo de clase’” (ARICÓ, 1978: 14).

Ao contrário de Miroshevski (1978), que classificou o pensamento de Mariátegui como confuso, Antonio Melis (1978), ao modo de Aricó (1978), aprofundou-se nas origens desse marxismo. O intelectual italiano demonstra como a experiência italiana, de fato, contribuiu na formação do marxismo de Mariátegui, identificando autores como Georges Sorel (1845-1922) e Benedetto Croce (1866-1952), como principais fontes para o periodista peruano.

Anos mais tarde, com a publicação da biografia intelectual de Mariátegui, redigida por Leila Escorsim em 2006, *Mariátegui: vida e obra*, podemos encontrar posições semelhantes às de Antonio Melis (1978) acerca do marxismo de Mariátegui. Mesmo com a distância temporal entre os dois trabalhos, o entendimento de que a fase italiana da história de Mariátegui foi decisiva na formação de seu marxismo, continua dominante. Porém, Escorsim (2006) parece avançar, pontuando que a fase italiana representa apenas um dos motivos do seu amadurecimento intelectual, não podendo deixar de lado, o período pós-exílio em que esteve escrevendo ensaios como *Defensa del marxismo*.

Segundo Jorge del Prado (1910-1999), membro do Partido Socialista fundado por Mariátegui em 1928, até então, todos aqueles que tem se debruçado sobre sua obra, não

têm se importado com os detalhes práticos da sua vida, onde ele se encontrava diretamente com o movimento indígena peruano:

Muy ajeno a la teorización (...) inacabable, Mariátegui se dedicó a la organización de la massa indígena y a la formación de sólidos cuadros de dirección entre los índios, así como lo hizo entre la clase obrera. Nada o casi nada se ha dicho o escrito al respecto. Pero si preguntamos a los antiguos dirigentes de la vieja Federación Indígena Regional Peruana (lá más grande organización de esa índole que ha existido en el Perú) veremos que si Mariátegui no fue su fundador fue por lo menos uno de sus principales orientadores y animadores. (DEL PRADO, 1978: 76-77)

De certa maneira, a observação de del Prado, nos leva a reforçar a ideia de que o interesse inicial de estudiosos sobre Mariátegui, estava a princípio relacionada ao seu marxismo e não a outras contribuições que são tão válidas, se não mais importantes, como suas teorias sobre o cooperativismo indígena, por exemplo.

Simultaneamente a esse debate, em 1975, os 7 *ensayos* chegam ao Brasil em tradução portuguesa pela primeira vez. A organização da edição ficou a cargo do professor Florestan Fernandes, que também prefaciou o livro, dando devida atenção ao trajeto intelectual feito por Mariátegui, dos seus dilemas pessoais e cotidianos ao marxismo:

Muito se tem escrito sobre Mariátegui e o marxismo. Todavia, deixou-se de lado algo central. Não foi o marxismo que levou Mariátegui à revolução. Ao revés, foi sua inquietação intelectual e seus anseios políticos revolucionários, ambos intrinsecamente peruanos, embora universalizados e universalistas, que o levaram ao marxismo. (FERNANDES, 1975: 16-17)

Ainda no Brasil, em 1983, Héctor Alimonda publicou *José Carlos Mariátegui*, uma pequena biografia de 87 páginas em formato de livro de bolso, componente da coleção Encanto Radical da editora Brasiliense. Na ocasião, o autor trouxe ao público brasileiro os principais marcos da vida política do fundador do Partido Socialista do Peru, e sua militância na luta pelo reconhecimento da realidade peruana pelos marxistas soviéticos, no anseio de receber o devido apoio político que esperava da Internacional Comunista. A seguir, veremos outros autores que se dedicaram especificamente ao debate entre Mariátegui e os comunistas de Moscou.

Um das características do socialismo na América Latina, segundo Mariátegui, deveria ser sua atenção as especificidades locais, nesse caso, deveriam incorporar os

povos indígenas e suas tradições ao projeto revolucionário. “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano” (MARIÁTEGUI, 2016: 111).

Contudo, essas “especificidades” locais eram o que parecia mais absurdo aos soviéticos, como demonstra o historiador Alberto Flores Galindo, em *La agonía de Mariátegui: a polémica con la Komintern* (1980). Ao comentar sobre a opinião de Victorio Codovilla (1894-1970), membro dos Partidos Comunistas da Itália e Argentina, que atuava como representante dos soviéticos na I Conferência Comunista Latino-Americana, ocorrida em 1929 na Argentina, a qual Mariátegui encaminhou alguns de seus textos sobre a realidade peruana e as questões sociais dos indígenas, o autor explorou o eurocentrismo do marxismo soviético e a incompreensão de seus representantes em relação ao indigenismo de Mariátegui:

El otro término insoportable para Codovilla era “realidad peruana”, porque para la Komintern sólo existían los países “semicoloniales”, definidos por la específica relación de dependencia al capital imperialista, y era esta condición – como interpreta José Aricó – la que permitía trazar una táctica y una estrategia definidas a nivel continental. No existían las especificidades nacionales. El Perú era igual que México o la Argentina. (GALINDO, 1980: 28)

Alfredo Bosi publicou em 1990, *A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui*, artigo produzido em homenagem aos 60 anos de falecimento do pensador peruano. Na perspectiva de Bosi, o que fez do marxismo de Mariátegui algo original, era justamente seus elementos mais criticados pelos marxistas oficiais de Moscou, sua abertura e criatividade. Tendo se passado 61 anos desde o debate com Codovilla, a experiência do tempo teria comprovado que o dogmatismo não era o melhor caminho para construir o socialismo:

Passado mais de meio século, podemos identificar um ou outro acento demasiado otimista na sua posição, agora, já sem receio de que zelotes da ortodoxia nos venham alinhar entre os “críticos reacionários do marxismo”. Hoje sabemos com o sabor de cinza da experiência que não há conexão orgânica entre “pleno desenvolvimento das forças produtivas” e socialismo (pelo menos nas formas que este assumiu até agora), nem, muito menos, entre liberdade e Estado de partido único. (BOSI, 1990: 51)

Em uma dissertação para outorgar o grau de Mestre em História das Sociedades Agrárias pela Universidade Federal de Goiás, Leila Almeida (1999) defendeu a existência de uma certa “identidade latino-americana” nos escritos mariateguianos. Precisamente, uma identidade comum a todos os povos do continente que ao se perceberem como comuns, se uniriam na construção do socialismo indo-americano.

Em relação aos procedimentos utilizados na pesquisa, a autora afirma que esse “trabalho encontra-se voltado para as perspectivas de investigação no campo da história das idéias. Buscamos resgatar o universo do pensamento mariateguiano no seu contexto social-histórico, ou seja, como parte e “resultado” de sua experiência concreta de vida” (ALMEIDA, 1999: 12). Ao passo que a análise do discurso lhe ofereceu um caminho metodológico, pois, “a análise do discurso requer uma observação das condições sociais-históricas vivenciadas pelo autor, bem como a observação do transcurso de sua própria trajetória. E, junto dessa experiência, suas bases teórico-filosóficas. (ALMEIDA, 1999: 13)

A partir das obras que a autora possuía de Mariátegui, localizou suas influências teóricas, sem esquecer da trajetória do periodista peruano, contida em outras obras específicas sobre o assunto. Como resultado da dissertação, Almeida pontua o encontro de uma identidade latino-americana no projeto socialista de Mariátegui:

O socialismo em Mariátegui apresenta-se-nos como um projeto de identidade latino-americano, que além das fronteiras, acredita-se parte de uma perspectiva maior – a mundial. E, finalizando com palavras suas “*La revolución latino-americana, será nada más y nada menos que una etapa, una fase de la revolución mundial*”. Dessa forma, o projeto socialista em José Carlos Mariátegui representa um projeto político prospectivo – do futuro – da identidade latino-americana. (ALMEIDA, 1999: 148)

Mariátegui e as pesquisas na perspectiva do giro decolonial

Nesse campo, temos contato com autores marginais para o público brasileiro. Estamos nos referindo precisamente aos peruanos Aníbal Quijano (1928-2018) e César Germaná, que fizeram leituras bastante originais acerca dos escritos mariateguianos.

A trajetória política e intelectual de Quijano, pode ser caracterizada como uma sequência de encontros sucessivos com Mariátegui, que no decorrer do tempo, foi paulatinamente auxiliando-o em seu projeto de “descolonização epistêmica”. Iremos

demonstrar sucintamente algumas passagens do autor que comprovam essa influência mariateguiana em sua formação intelectual.

As leituras mais interessantes que Quijano fez de Mariátegui, começam em 1991, no prefácio de *Mariátegui: Textos Básicos*, onde conseguimos perceber o início de um esforço cognitivo no qual Quijano reconheceria mais tarde como a exigência da “descolonização epistêmica” da América Latina.

Esse primeiro momento da abertura epistemológica pode ser observado quando o autor identifica em Mariátegui um tipo diferente de narrativa, onde elementos como o “logos” e o “mito” são vistos como codependentes em um certo processo cognitivo específico da América Latina, devido suas origens indígenas. O modo de pensar ocidental, ao revés, tratava tais elementos como antagônicos, o que tornava inviável sua aplicação em nosso continente:

La escritura mariateguiana ha probado, exactamente, esa capacidad de recorrer el tiempo, produciendo, en cada época, una relación nueva con su mundo en torno y, de ese modo, nuevas lecturas. He sugerido [...] que aquello proviene de un modo de pensar, de indagar y de conocer, que se constituye por la unidad tensional entre dos paradigmas que la cultura dominante – la manera eurocéntrica de la modernidad – desune y opone como inconciliables: el logos y el mito. (QUIJANO, 1991: 09)

Avançando até o século XXI, chegamos a outros quatro autores que assim como Quijano, propõem releituras descentralizadas de Mariátegui. Em especial, Cesar Germaná – outro sociólogo peruano – têm comentado sobre o que chamou de leituras “escolásticas”, isto é, aqueles que apenas repetem as mesmas palavras do autor, caindo em anacronismos. Em contrapartida, existem as leituras “desfetichizadas”, onde o objetivo não é repetir Mariátegui, mas avançar a partir de suas constatações:

Esta otra forma de lectura podemos llamarla desfetichizada. Se lee para hacer avanzar nuestro conocimiento y no simplemente para repetirlo. En este caso, ya no se trata de determinar las conclusiones a las que llego la investigación de Mariátegui, sino de determinar la manera en la que trabajó para llegar a esas conclusiones; esto es, se trata de leer a Mariátegui no para repetirlo sino para encontrar la perspectiva de conocimiento que le permitió plantearse determinados problemas y la manera específica de resolverlos. Esta lectura desfetichizada es lo que hace vigente a la obra de Mariátegui. (GERMANÁ, 2017: 55)

Na Universidade Federal de Campina Grande, em 2017, Jórissa Danilla Nascimento Aguiar, defendeu sua tese de doutorado em Ciências Sociais, *Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista*

decolonial?. Ao final de sua narrativa, a autora escreve sobre o que chama de “esquerda decolonial marxista”, apontando Mariátegui como um de seus precursores. Partindo dos escritos do pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937), e de Mariátegui, Aguiar (2017) questiona as contribuições dos estudos decoloniais⁴³⁶ a partir de uma concepção aberta de marxismo:

Nossa crítica marxista ao grupo decolonial, ao passo que não desconsidera a importância de sua argumentação, atenta para o fato de que ao pensar em uma descolonização priorizando fatores culturalistas e subjetividades somente, não se avança numa luta efetiva contra a necessidade de frear a vulnerabilidade do subcontinente frente às mudanças na economia mundial. (AGUIAR, 2017: 184)

Semelhante análise pode ser encontrada em *O labirinto periférico: José Carlos Mariátegui e a sociologia crítica latino-americana* de D. I. A. Rubbo (2018), tese defendida na Universidade de São Paulo. Rubbo destacou em sua exposição, as principais leituras sobre Mariátegui, dando ênfase a interpretação quijaniana de seus escritos:

Durante a década de 1990, Mariátegui torna-se paulatinamente referência para a teoria da colonialidade da América Latina, em especial para Aníbal Quijano. Assim, em um contexto marcado pelo colapso do “socialismo real”, pelo fim da influência dos partidos comunistas, pela crise de paradigmas das ciências sociais e das análises globalizantes, a imagem de Mariátegui é desenhada dentro de uma condição de autonomia intelectual, não necessariamente associada ao marxismo, marcada por uma reflexão epistemológica sobre a especificidade da América Latina. (RUBBO, 2018: 373)

Assim como Aguiar (2017) aceita o marxismo como teoria revolucionária suficiente para pensar alternativas a América Latina, Rubbo (2018) parece chegar em raciocínio semelhante, destacando o próprio Mariátegui como exemplo da capacidade adaptativa do marxismo, que, portanto, serviu como fundamento de outras teorias, tais como a vertente decolonial a qual Quijano compôs.

Nos Estados Unidos, An Yountae, Doutor em Estudos Filosóficos de Religião na Universidade Drew, com vasta produção sobre a “descolonização epistêmica”, escreveu

⁴³⁶ Aguiar (2017) está se referindo aos postulados do Coletivo modernidade/colonialidade/decolonialidade. O grupo surgiu na virada do presente século, com o objetivo de entender – e consequentemente questionar – a influência da modernidade eurocêntrica que interfere no modo de ver, sentir e pensar dos latino-americanos. Um dos projetos intelectuais estabelecido como central nesse combate ao eurocentrismo, é a “descolonização epistemológica”. Se aprendemos a agir no mundo de uma certa maneira por influência da fase “colonial” da trajetória americana, o que o coletivo propõe, é um agir no mundo que tenha em mente os ensinamentos dos povos originários do continente (BALLESTRIN, 2013).

um artigo para a *Political Theology Journal* em 2017, intitulado *Secularism Meets Coloniality: Mariátegui's Andean Political Theology*.

Ao analisar os textos de Mariátegui sobre o que nesse estudo é chamado de “secularism”, Yountae investiga as relações entre as teorias de Mariátegui e Aníbal Quijano. Para o autor, foi ao reconhecer as estruturas heterogêneas de poder que se encontravam na sociedade peruana em específico e consequentemente em uma conjuntura global, é que Mariátegui inspira o “giro decolonial” de Quijano e Walter Mignolo. Embora o peruano esteja um tanto ausente nas narrativas decoloniais, sua influência nessa teoria lhe parece evidente:

O fato de que tanto Aníbal Quijano e Walter Mignolo – dois dos pensadores mais importantes que teorizaram a noção de colonialidade – reconhecerem a influência de Mariátegui em suas próprias análises da colonialidade testemunha a contribuição crucial que sua análise inicial do colonialismo fez para o pensamento decolonial da América Latina. No entanto, a importante crítica de Mariátegui ao colonialismo permaneceu um pouco subexplorada no trabalho de teóricos decoloniais. (YOUNTAE, 2017: 681, tradução minha)⁴³⁷

E o autor ainda complementa dizendo:

Sua compreensão do colonialismo e do poder é semelhante ao que os teóricos decoloniais contemporâneos cunharam recentemente como “colonialidade”. A distinção entre colonialismo e colonialidade, conforme articulada pelos pensadores decoloniais da América Latina e do Caribe é fundamental para analisar a circulação abrangente de poder que excede a instituição sócio-política do colonialismo. Se o colonialismo se refere ao evento histórico da colonização e suas condições materiais, a colonialidade aponta para a articulação do poder que inscreve e mantém a diferença colonial. A colonialidade sobrevive à descolonização do Estado-nação. Pois a colonialidade se manifesta não apenas através de estruturas socioeconômicas e políticas, mas também se inscreve no conhecimento e no ser. (YOUNTAE, 2017: 690, tradução minha)⁴³⁸

⁴³⁷ No original, The fact that both Anibal Quijano and Walter Mignolo – two of the most important thinkers who theorized the notion of coloniality – acknowledge Mariátegui’s influence in their own analysis of coloniality testify to the crucial contribution his early analysis of colonialism has made to Latin American decolonial thought. Nonetheless, Mariátegui’s important critique of colonialism has remained somewhat underexplored in the work of decolonial theorists (YOUNTAE, 2017: 681).

⁴³⁸ No original, His understanding of colonialism and power is in a way akin to what contemporary decolonial theorists have recently coined as “coloniality.” The distinction between colonialism and coloniality as articulated by Latin American and Caribbean decolonial thinkers is key for analyzing the all-encompassing circulation of power which exceeds the socio-political institution of colonialism. If colonialism refers to the historical event of colonization and its material conditions, coloniality points to the articulation of power that inscribes and maintains colonial difference. Coloniality survives decolonization of the nationstate. For, coloniality manifests not only through socio-economic and political structures, but also inscribes itself in knowledge and being (YOUNTAE, 2017: 690).

Conclusão

Ao fim desta breve exposição, esperamos ter consigo demonstrar que parte das ideias que chamamos hoje de “decoloniais” – pelo menos em sua forma institucional –, se originam da interpretação quijaniana dos escritos de Mariátegui. É fato que a decolonialidade é essencialmente indígena, entretanto, a discussão acadêmica e científica acerca dessa chave de leitura de mundo começa apenas quando Quijano cunha o conceito de “colonialidade”, enquanto herança cognitiva do nosso passado colonial.

As exigências acadêmicas pedem brevidade neste texto, contudo, acreditamos que por meio da apresentação dos argumentos de César Germaná e An Yountae, conseguimos aproximar o leitor dessa discussão, que vem ganhando espaço na última década dentro do ambiente acadêmico internacional.

Em seu tempo, Mariátegui tentou vincular duas tradições distintas. Sua herança intelectual permitiu a Quijano observar além do seu marxismo, uma nova maneira de ler a realidade social latino-americana. Uma forma descentralizada, que ao invés de negar ou subjugar outras formas de conhecimento, que não a acadêmica, parte da ideia de “complementaridade”, isto é, todo conhecimento é válido e pertinente.

Referências

AGUIAR, Jórissa Danilla Nascimento. **Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?**. Orientador: Gonzalo Adrian Rojas. 2017. Tese (Tese em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Campina Grande.

ALIMONDA, Héctor. **José Carlos Mariátegui**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALMEIDA, Leila. **A Identidade Latino-Americana em José Carlos Mariátegui**. Orientador: Horacio Gutiérrez. 1999. Dissertação (Dissertação em História). Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia.

ARICÓ, José (Org.). **Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano**. México: Ediciones Pasado y Presente, 1978.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11. Brasília, maio – agosto de 2013, p. 89-117.

BOSI, Alfredo. A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui. **Estudos Avançados** 4 (8). São Paulo, p. 50-61, 1990.

ESCORSIM, Leila. **Mariátegui: vida e obra**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, Florestan (Org.). Prefácio. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana**. 1ª ed. Trad. Salvador O. de Freitas e Caetano Lagrasta. Alfa-Ômega, 1975.

GALINDO, Alberto Flores. **La agonía de Mariátegui**: a polémica con la Komintern. Lima: DESCO, 1980.

GERMANÁ, César. El lugar de Amauta en la genealogía de la perspectiva de análisis de la descolonialidad del saber. **Utopía y praxis latinoamericana**. Vol. 22, n. 77, p. 47-55, 2017.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. 3ª ed. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Programa do partido socialista peruano. In: FONTES, Yuri Martins (Org.). **Defesa do marxismo: polémica revolucionária e outros escritos**. São Paulo: Boitempo, p. 205-210, 2011.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O socialismo indo-americano. In: LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Trad. Cláudia Schilling; Luís Carlos Borges. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, p. 110-112, 2016.

QUIJANO, Aníbal (Org.). Prefácio. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Mariátegui: Textos Básicos**. 1ª ed. Perú: Fondo de Cultura Económica, 1991.

RUBBO, D. I. A. **O labirinto periférico: José Carlos Mariátegui e a sociologia crítica latino-americana**. Orientador: Ruy Braga. 2018. Tese (Tese em Sociologia). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

RUBBO, D. I. A. Aníbal Quijano em seu labirinto: metamorfoses teóricas e utopias políticas. **Sociologias**, ano 21, n. 52, p. 240-269, 2019.

YOUNTAE, An. Secularism Meets Coloniality: Mariategui's Andean Political Theology. **Political Theology Journal**, vol. 18, p. 677-692, 2017.

GERALDINHO NOGUEIRA: UM CAIPIRA EM BELA VISTA DE GOIÁS

*Lucas Pires Ribeiro*⁴³⁹

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de apresentar um pouco da trajetória de vida de Geraldinho Nogueira, famoso contador de causos na região de Bela Vista de Goiás durante parte considerável do século XX. A apresentação em torno da trajetória de vida não se constitui unicamente enquanto uma descrição do *modus vivendi* de Geraldinho. Ao procurarmos compreender toda a estrutura e organização da vida do contador de causos, defendemos a tese de que os valores mais preponderantes da cultura caipira, estando representado pelos valores tradicionais/rústicos, passando pelas dificuldades sociais em decorrência da concentração de terra sob o poderio dos grandes proprietários, assim como a teia de sociabilidade e solidariedade presente no cotidiano, entre tantos outros fatores, foram fundamentais para moldar Geraldinho enquanto um indivíduo caipira. Valores da cultura caipira que não ficaram restritos apenas ao indivíduo, mas que foram importantes, também, em sua atividade artística, estando representada na excepcional capacidade de construir e comunicar causos. Por último, procuramos demonstrar a maneira pelo qual Geraldinho trouxe parte considerável desses valores do cotidiano para dentro do enredo narrativo. Essa pesquisa tem em Silva (2015), Castro (2010), Borges (2016) e Ribeiro (2017) os referenciais teóricos principais.

Palavras-chave: *Caipira. Geraldinho Nogueira. Causos. Rusticidade.*

Um olhar a partir da historiografia

Embora tenha feito muito sucesso entre os meados da década de 1980 até o início da década de 1990, tendo se tornado uma grande referência cultural e artística de Goiás, no âmbito das pesquisas acadêmicas existem poucos trabalhos que estão voltados para analisar a trajetória artística e cultural de Geraldinho Nogueira. Embora, a partir desse olhar atento à historiografia, torna-se importante ressaltar que na última década o interesse de pesquisadores e pesquisadoras referente ao famoso contador de causos tem aumentado de forma muito significativa. Nesse sentido, é possível destacar pesquisas de Carolina

⁴³⁹ Doutorando pelo programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). Orientador: Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha. E-mail de contato: lucas_nister@hotmail.com

Castro⁴⁴⁰ (2010), Ademir Silva⁴⁴¹ (2015), Lucas Ribeiro⁴⁴² (2017) e recentemente importante artigo publicado por Juliene Sousa & Luana Lima⁴⁴³ (2019).

Embora, conforme mencionado anteriormente, todas essas pesquisas sejam muito importantes, analisando Geraldinho Nogueira de diferentes formas, existe uma questão primordial que aproxima todas elas, a saber, o recorte temporal. O objetivo nesse espaço não está em fazer uma crítica a essas pesquisas, pelo contrário, a análise sobre o recorte temporal parte de uma constatação. De fato, o recorte temporal das pesquisas supracitadas procura pensar Geraldinho Nogueira a partir do sucesso midiático, ou mais precisamente, a partir da primeira aparição midiática de Geraldinho para o grande público, tendo como referência à propaganda institucional que fez para a extinta Caixa Econômica de Goiás (CAIXEGO⁴⁴⁴), e adentrando com intensidade na presença

⁴⁴⁰ A pesquisa de Carolina Castro se constitui enquanto dissertação de mestrado defendida no PPGH da Universidade Federal de Goiás no ano de 2010. A pesquisa é o primeiro trabalho de maior envergadura acadêmica para pensar a trajetória artística/cultural e o posicionamento de Geraldinho Nogueira diante das transformações sociais resultantes da modernização. A tese levantada pela autora é de que quando Geraldinho se depara com os valores modernos, passando a estabelecer uma relação mais estreita com esses valores, tendo a bicicleta e o rádio enquanto exemplos, e levando em consideração que as primeiras experiências não foram bem-sucedidas, o contador de causos teria optado pelo seu “mundo”, o mundo dos valores tradicionais.

⁴⁴¹ O artigo de Ademir Silva, *O domador de bicicletas: cultura, identidade e originalidade em Geraldinho Nogueira*, estabelece um diálogo muito atento com a tese central da pesquisa de Castro (2010). Diferentemente da supracitada autora, Silva (2015), a partir de uma releitura de importantes obras literárias que versam sobre o caipira desde o final do Oitocentos até parte considerável do século XX, interpreta Geraldinho Nogueira enquanto indivíduo caipira moldado pelos valores tradicionais, mas que diferentemente da perspectiva apresenta por Castro (2010), o autor assegura que Geraldinho teve sim dificuldades ao se deparar com o advento dos valores modernos no cotidiano caipira, mas que essas dificuldades não se constituíram enquanto empecilhos para recusar veemente os valores inerentes da modernidade. Pelo contrário, teria procurado adaptar as transformações em curso que a sociedade goiana passava a experimentar, de forma mais intensa, desde a segunda metade do século XX.

⁴⁴² Diferentemente de Castro (2010) e Silva (2010), a pesquisa de Ribeiro (2017), oriunda de dissertação de mestrado intitulada *Geraldinho Nogueira e a narrativa artesanal: Tradição & Modernidade na arte do narrador*, não procura fazer uma análise voltada para pensar Geraldinho a partir da cultura caipira de Goiás, questão central nas pesquisas mencionadas. Ribeiro (2017) envereda em um diálogo atento com o ensaio *O Narrador* de Walter Benjamin (2013), procurando demonstrar que apesar da consideração crítica do filósofo alemão acerca da condição da narrativa artesanal e da própria condição dos valores tradicionais dentro de um mundo envolto em transformações cada vez mais rápidas e dinâmicas, levando Benjamim a assegurar que o narrador não estaria mais presente no seio social. Porém, na leitura de Ribeiro (2017), Geraldinho Nogueira pode ser considerado não somente um contador de causos, mas um narrador artesanal de acordo com a classificação benjaminiana. Nesse sentido, o narrador não teria desaparecido pelo fato de estar presente entre nós, tendo em Geraldinho um representante.

⁴⁴³ A pesquisa das autoras Juliene Sousa & Luana Lima (2019), em formato de artigo científico intitulada *Regionalismo e variação linguística: uma reflexão sobre a linguagem caipira nos causos de Geraldinho*, tem por objetivo pensar os fenômenos linguísticos no Brasil a partir da sua variedade cultural. Nesse sentido, fazem uma análise minuciosa dos causos de Geraldinho no sentido de demonstrarem a presença da linguagem caipira nos enredos, fazendo todo um recorte histórico, social e cultural dessa linguagem caipira no estado de Goiás. Tendo os causos de Geraldinho e a linguagem caipira por perto, as supracitadas autoras abordam também o preconceito linguístico em torno do dialeto caipira.

⁴⁴⁴ Ao todo Geraldinho fez quatro comerciais para a Caixa, sendo possível encontrar todos no site de compartilhamento de vídeos *YouTube*. O primeiro comercial, mencionado acima, data do ano de 1984 e apresenta Geraldinho fazendo uma reflexão sobre a condição de vida do caipira, representando os

constante do contador de causos no programa *Frutos da Terra*. Programa que nesse contexto de meados da década de 1980 encontrava-se vinculado a grade de programação da TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo no estado de Goiás, sendo apresentado por Hamilton Carneiro.

Levando em consideração que Geraldinho Nogueira nasceu no dia 18 de dezembro de 1918 na região de Bela Vista de Goiás, mais precisamente na região do Aborrecido, e sua primeira aparição para o grande público somente ocorreu em meados da década de 1980, entende-se que existe uma longa trajetória de vida, de um pouco mais de sessenta anos, que ainda não suscitou o interesse das pesquisas acadêmicas publicadas sobre o contador de causos. Nesse sentido, conforme mencionado anteriormente, o presente artigo procura adentrar nessa longa trajetória de vida de Geraldinho no cotidiano de Bela Vista de Goiás, antes da introdução na grande mídia. O objetivo está na compreensão não somente do *modus vivendi* do contador de causos, mas observar como os valores da cultura caipira moldaram o indivíduo e, não menos importante, entender o modo no qual o indivíduo interpretou e atribui significado aos valores tradicionais/rústicos desse cotidiano.

Geraldinho Nogueira no cotidiano caipira de Bela Vista de Goiás

Iniciar esse tópico fazendo uma relação de Geraldinho Nogueira com o universo caipira da sua região de origem, local que passou toda a vida, não se constitui enquanto nenhuma novidade acadêmica, pelo contrário. Apesar de não terem o cotidiano caipira de Bela Vista de Goiás por perto, os pesquisadores e as pesquisadoras mencionadas no início desse artigo afirmam de forma categórica que Geraldinho é um indivíduo caipira, embora com algumas excepcionalidades conforme teremos a oportunidade de perceber. A partir dessa constatação é possível fazer uma pergunta que norteará esse artigo, a saber, o que faz de Geraldinho Nogueira um indivíduo caipira? Aparentemente, a resposta para essa pergunta parece estar no próprio título do tópico que abre essa sessão. Isso é, teoricamente o que faz do contador de causos um indivíduo caipira é o fato de ter vivido durante a vida toda envolto nos valores e nos costumes culturais desse cotidiano, envolto nos valores do meio rural de Goiás ao longo do século XX.

indivíduos mais pobres de uma forma em geral, afirmando que a vida difícil poderia ser melhorada a partir da nova Constituição que estava sendo desenhada para o Brasil, o que viria a ser a Constituição de 1988. Essa propaganda, tamanha a repercussão perante o grande público, introduziu Geraldinho enquanto uma atração fixa do programa *Frutos da Terra*.

No entanto, acreditamos que além de ter passado toda a longa trajetória de vida no meio rural, Geraldinho Nogueira será mais bem compreendido enquanto um indivíduo caipira na medida que for levado em consideração que se embeveceu dos valores e dos costumes culturais da grande roça goiana. Dentro dessa linha de raciocínio é importante ressaltar que o contador de causos não somente experienciou os valores tradicionais no dia a dia, mas como participou ativamente dos valores tradicionais/rústicos que moldaram Goiás no decorrer de um processo de longa duração. A partir dessa longevidade no tempo histórico, esses valores chegaram com muita intensidade nas primeiras décadas do século XX. O contador de causos participou e atribuiu significado a todos esses valores conforme perceberemos.

Na perspectiva de Borges (2016), a partir do declínio da mineração no final do século XVIII, Goiás passou por todo um processo de reorganização econômica, social e cultural, quando a economia centrada na pecuária e na agricultura passou a ter um papel preponderantemente dentro da estrutura socioespacial e política de Goiás. Na leitura do autor, essa estrutura econômica/social não ficou circunscrita ao Oitocentos, pelo contrário, permaneceu de forma muito preponderante até o início da segunda metade do século XX. A partir desse último contexto os projetos de modernização, tanto de nível federal quanto estadual, foram reduzindo a importância da fazenda-roça goiana na formação sociocultural de Goiás.

Essa redução da preponderância da fazenda-roça goiana está mais bem representada pela forte migração de pessoas do campo para os grandes, médios e, até mesmo, pequenos centros urbanos. Foi importante, para essa redução, a introdução do maquinário agrícola nas plantações, dispensando, desse modo, o trabalho executado por meeiros, arrendatários, parceiros e agregados, passando pelos meios de transporte que até então eram realizados pelos muares e carros-de boi, sendo substituídos por veículos motorizados como caminhões e camionetes, entre outros fatores. De acordo com Borges (2016), a partir da década de 1970, no contexto da Ditadura civil-militar de 1964-1985, o estado de Goiás se esforçou, no campo do imaginário, para construir o ideário de um estado moderno, esforçando-se para desconstruir a ideia de sertão, historicamente associada a perspectiva de estagnação/atraso, substituindo sertão por cerrado. Esse último compreendido enquanto sinônimo de modernização, sinônimo do que hoje é compreendido como celeiro do agronegócio.

O cerrado goiano em detrimento do sertão goiano não é somente um esforço político/institucional de se construir uma outra imagem para o estado de Goiás, mas é

também um reflexo das políticas institucionais modernizantes no território goiano ao longo do século XX, diminuindo, com isso, a preponderância da estrutura da fazenda-roça goiana que perdurou desde o final do século XVIII e permaneceu de forma muito ativa até a metade do século passado. Em detrimento do espaço e do objeto de reflexão desse artigo, não é possível problematizar toda a capacidade de re(e)xistência do caipira envolto nessas transformações. Re(e)xistência não no sentido de negar os valores modernizantes, mas de estabelecer uma relação no primeiro momento desconfiada com esses valores, porém, no decorrer do tempo, gradativamente foi se adaptando aos valores modernizantes, entretanto, sem necessariamente perder toda a carga de valores e costumes tradicionais/rústicos.

É possível entender melhor essa relação entre os valores tradicionais e os valores da modernização no cotidiano caipira a partir de Geraldinho Nogueira e, consequentemente, por meio de seus causos⁴⁴⁵. Nesse sentido, é possível afirmar que a inserção da modernização no território goiano diminui, consideravelmente, a influência da roça goiana, mas diminuição não significa esmorecimento total. Mas, afinal de contas, o que vem a ser a estrutura da fazenda-roça goiana? Para responder essa questão nos valem da leitura apresentada por Borges:

A Fazenda Goiana elencada consiste no lugar da seriema, do inhambu, do catingueiro, da jaracuçu, da pomba de bando, do sucuri. É, também, lugar da enxada, do monjolo, do carro de boi; do paiol, do pomar, do cutelo, da varanda, das estradinhas, das aguadas, da venda da roça, do pote cheio, da tuia, do compadre, da comadre, da moita, da cachaça, dos trieiros, dos queijos, linguiças pendurados sobre a trempe, das folhas de reis com as suas pousadas e o frango com macarrão, amarelinho de açafraão, do pilãozinho de socar o tempero, das caçarolas de ferro, da caçada, da pesca, do fogão de lenha sempre aceso na tepidez das casas aconchegantes. É o lugar também, do coronel, do Pai João, da Sianinha, do amansador de burro, do covarde, do mentiroso, do violeiro, do castrador de cavalo, da mula marchadora, da agricultura diversificada, do capador de porco, do meeiro, do camarada, da pecuária e tantos outros elementos que em funcionando, consistiram numa estrutura produtiva, que durante dois séculos, comandou a organização espacial de Goiás, tempo suficiente para enraizar e a nosso ver, se tornar base, matriz espacial de um território, de um povo (2012, p. 7-8).

⁴⁴⁵ Importante exemplo dessa relação envolvendo os valores tradicionais/rústicos com os valores da modernização pode ser mais bem identificado em *O caso do rádio*. O caso encontra-se originalmente no segundo volume do *CD Trova, Prosa & Viola*. No entanto, no site de compartilhamento de vídeos *YouTube* é possível encontrar em vários canais *O caso do rádio* na íntegra.

Toda essa estrutura organizacional apresentada por Borges, moldando o espaço da roça goiana, desde a presença do carro de boi, do violeiro, do dançador de catira, passando pela figura do meeiro, do amansador de burro ou de qualquer outro animal de tração, encontra-se diretamente associada ao cotidiano de Geraldinho Nogueira na região de Bela Vista de Goiás. Inclusive, e como não poderia ser diferente, muitos desses cenários, ou melhor dizendo, dessa paisagem apresentada por Borges (2012) descreve a própria condição de vida do contador de causos belavistense, tais como a casinha simples de adobe, o fogão de lenha dentro da residência servindo para o preparo da alimentação caipira, constituindo-se no arroz, feijão e carne suína, assim como o fogão de lenha que foi muito importante, também, para aquecer toda a família durante os dias frios do inverno. Diante da minuciosa descrição da paisagem cultural feita por Borges, envolvendo os costumes da roça goiana, somente um pequeno adendo, a roça goiana também foi o lugar dos contadores de causos, também foi o espaço ocupado e minuciosamente descrito nos enredos narrativos de Geraldinho Nogueira.

Como mencionamos anteriormente, a estrutura organizacional de Goiás em torno da fazenda-roça goiana adentrou de forma ativa durante as primeiras décadas do século XX, tendo penetrado intensamente na região de Bela Vista de Goiás. Os indivíduos dessa localidade, atores e atrizes sociais, vivenciaram toda essa carga cultural, social, econômica e política, tendo experienciando, por exemplo, a concentração de terra sob o poderio dos grandes fazendeiros, demandando desses indivíduos pobres muito esforço para garantirem as condições mínimas de sobrevivência, principalmente no plantio, cuidado e colheita dos gêneros alimentícios. Garantia alimentar trabalhando enquanto agregados, meeiros e arrendatários desses grandes proprietários. No entanto, o cotidiano caipira não esteve marcado somente pela teia da terra e do trabalho, mas pela forte presença dos valores e práticas culturais que foram transmitidas de geração em geração, quando se destacam as teias da sociabilidade e da solidariedade. Entre essas, as festividades religiosas e populares, pagodes na roça, Folia de Reis, prática do mutirão e tantas outras.

Entre esses atores e atrizes sociais, formados pela estrutura da roça goiana, encontra-se Geraldinho Nogueira. O contador de causos nasceu no ano de 1918 na Fazenda Aborrecido⁴⁴⁶, localidade próxima à cidade de Bela Vista de Goiás. Geraldinho

⁴⁴⁶ Não deixa de ser interessante de se observar que um dos contadores de causos que adquiriu notoriedade e relevância artística/cultural por narrar causos muito engraçados tenha nascido numa região que, se observada somente pelo nome, Aborrecido, parece não ter sido muito afeita a prática da diversão. Na

esteve casado em duas oportunidades, sendo a primeira delas com a senhora Sebastiana, conhecida popularmente na região como Dona Nica. Desse casamento, tiveram uma filha e um filho. Porém, o casamento durou relativamente pouco, pelo fato de que a senhora Sebastiana contraiu uma doença e poucos anos depois de casada veio a óbito. O falecimento decorreu de uma morte súbita. Tendo passado um tempo relativamente curto da morte da Dona Nica, primeira esposa, Geraldinho se casou novamente, dessa vez com a senhora Joana Bonifácio, conhecida na região de Bela Vista de Goiás enquanto Dona Pretinha.

O casamento com Dona Pretinha perdurou por muitas décadas, tendo findado somente em decorrência da morte de Geraldinho Nogueira no ano de 1993, vítima de trombose intestinal. Dessa relação com Dona Pretinha tiveram sete filhos/as. Enquanto indivíduo pobre do cotidiano caipira, Geraldinho se percebeu na necessidade de enveredar na prática do trabalho desde quando ainda era uma criança, exercendo o ofício de candieiro do seu avô, levando e trazendo produtos alimentícios de Bela Vista de Goiás para outras regiões, tais como para a Cidade de Goiás e para regiões além da fronteira goiana. Nesse sentido, se destaca o fluxo relativamente constante que fazia, levando e trazendo mercadorias, até a cidade de Uberlândia-MG.

A vida de Geraldinho, assim como de parte considerável da população caipira goiana dentro do século XX, foi marcada por muitas dificuldades sociais, demandando dos agentes caipiras muito esforço, muito trabalho, não somente no sentido individual, mas esforço no sentido coletivo, envolvendo todos os membros da família na teia do trabalho. Por exemplo, essa trajetória de vida difícil encontra-se presente em muitos casos de Geraldinho Nogueira, quando torna-se possível destacar *O caso do carro de boi*⁴⁴⁷. No caso, Geraldinho faz alusão tanto a importância de um dos principais meios de transporte no cotidiano caipira até a primeira metade do século XX, mencionando toda uma trajetória de vida caracterizada pelas dificuldades sociais. Essa dificuldade não está relacionada apenas ao indivíduo Geraldinho, mas abrangeu também, conforme mencionamos anteriormente, parte considerável da população caipira.

pesquisa de campo que está sendo realizada para a construção da tese de doutorado, os/as entrevistados têm afirmado que não somente o contador de casos e os próprios casos eram engraçados, mas Geraldinho Nogueira no cotidiano, nas relações sociais estabelecidas, era muito engraçado também. Como os/as entrevistados/as têm afirmado, Geraldinho pode ser considerado enquanto alguém engraçado por natureza, independentemente de estar contando casos ou não.

⁴⁴⁷ *O caso do carro de boi* é, indubitavelmente, um dos casos mais conhecidos de Geraldinho Nogueira por parte do grande público. O supracitado caso faz parte do segundo volume do *CD Trova, Prosa & Viola*. Além desse recurso audiovisual em formato de CD, no site de compartilhamento de vídeos YouTube é possível encontrar, por meio de vários, o caso na íntegra.

No início do enredo narrativo de *O causo do carro de boi*, em diálogo introdutório com o apresentador do programa *Frutos da Terra*, Hamilton Carneiro, o contador de causos faz questão de ressaltar um pouco da trajetória de vida difícil que experienciou diante do seu ofício de candieiro, percorrendo, segundo ele, essas estradas de Goiás. Para termos uma dimensão dessa trajetória envolta na dificuldade, optamos por apresentar a parte inicial do causo, tentando reproduzir a fonética de forma mais parecida com aquela narrada por Geraldinho Nogueira:

“Rapaiz, e ocê cantá esse negócio de carrero, eu lembrei do tempo que eu fui candieiro do meu avô. Eu já sufri demais aqui nessas istrada de Goiás, minino, buscano salê, arame num tal de roncado que tem pra culá. Descia pra aqui afora ia pá Goiás véi. Eu já sufri demais, minino”. Mais o véi (avô) já tava muito antigo, já fraco, foi logo ele laigo daquilo, vendeu a tenda, eu faiei uns tempo. Aí passado, eu já tava um capiau mais forte, eu fui trabaiá prum véi lá no Mata féi, um tal de Bastião do Migué Véi (...).

O preâmbulo do enredo narrativo é interessante por uma série de fatores, mas um deles em especial, estando mais bem representada pelo fato de Geraldinho Nogueira mencionar, em duas oportunidades, antes de iniciar propriamente o causo, que já sofreu demais nessas estradas de Goiás. Antes de darmos continuidade a essa reflexão em torno das dificuldades enfrentadas pelo contador de causos quando ainda era criança/adolescente, gostaríamos de fazer somente um adendo. De fato, embora os causos ofereçam todas as condições para a criatividade artística/inventiva do narrador belavistense, não sendo, necessariamente, uma reprodução literal da vida do indivíduo, pelo fato de Geraldinho ter se valido da sua capacidade criativa para acrescentar um fato aqui, rebaixar outro ali, exagerar em alguma situação acolá, retirar a dramaticidade de outra situação, não resta muitas dúvidas de que os causos trazem acontecimentos individuais ou coletivos, assim como práticas e valores culturais do cotidiano caipira de Bela Vista de Goiás e do cotidiano caipira goiano de uma forma mais abrangente para dentro do enredo narrativo. De acordo com as considerações de Carmo & Oliveira, pensando em toda essa relação do enredo narrativo com a realidade social, consideram válido observar o seguinte aspecto:

Os causos do Geraldinho demonstram uma vinculação com as práticas e as representações da cultura popular sertaneja goiana. Por isso, eles são um material raro e rico para estudar a maneira de pensar e agir que dominou uma época, mas que hoje é motivo de riso: o que é bastante

significativo da distância temporal e cultural dessa época em relação às passadas (2016, p. 424).

Embora não seja o objetivo desse artigo pensar à condição de Geraldinho enquanto representante da cultura popular goiana, pelo fato de que teríamos que enveredar por meio de uma análise minuciosa em torno do riso e do risível nos causos, compreendendo que a cultura popular tem o riso como elemento de subversão, de resistência e de enfrentamento aos poderes dominantes, nos valendo da leitura de Bakhtin (2013) no clássico *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais, à consideração dos autores acima, principalmente na parte inicial, é fundamental. Carmo & Oliveira (2016) afirmam que os causos têm uma relação estreita com a cultura popular sertaneja, podendo ser interpretados enquanto fontes de pesquisa para se compreender não somente o comportamento social, mas a forma de organização social de um povo, de uma época.

Nessa situação específica, os causos nos oferecem condições para entender melhor o *modus operandi* de vida dos caipiras de Bela Vista de Goiás e a sua própria organização social. Assim, quando Geraldinho afirma, no início do *O caso do carro de boi*, que já sofreu demais por essas estradas de Goiás, a afirmação, mais do que uma maneira de introduzir o enredo narrativo, desnuda uma realidade social que o acompanhou durante sua longa trajetória de vida. De fato, Geraldinho sofreu muito no cotidiano caipira belavistense, trabalhando enquanto candieiro do seu avô, depois enquanto agregado de alguns fazendeiros da região, conciliando o cuidado com o plantio dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, arroz, milho e feijão, com o ofício de carpinteiro e também de pedreiro, e mesmo quando conseguiu adquirir uma pequena propriedade de sete alqueires e meio a partir da segunda metade do século XX, o trabalho árduo para garantia das condições de sobrevivência não esmoreceu.

A afirmação em torno do sofrimento, relacionada a prática constante do trabalho, no decorrer da longa trajetória de vida foi uma constante no cotidiano do contador de causos e dos demais companheiros da região. Essa vida difícil imposta à Geraldinho e aos seus pares está relacionada a própria formação da estrutura agrária de Goiás que adquiriu um contorno maior a partir do depauperamento da exploração aurífera e maior protagonismo da fazenda-roça goiana. A fazenda-roça goiana se sustentou por meio da economia de subsistência representada pelo cultivo dos víveres de primeira necessidade e pela economia de exportação, tendo a carne bovina enquanto expoente principal. Porém, a estrutura agrária representada pela concentração de terras nas mãos dos grandes

fazendeiros e submissão da maioria da população, submissão da maioria dos trabalhadores da roça goiana, dificilmente será compreendida caso não seja analisada enquanto um problema de duração longa, acompanhando todo o Oitocentos. Na perspectiva de Anzai:

Em 1891, uma vez transferida para os Estados, as terras devolutas, na prática, foram colocadas em mão das oligarquias regionais, dos grandes fazendeiros. O antigo senhor de escravos se transformava em senhor de terras, subjugando agora o trabalho “livre”, que ia se tornando cada vez mais adequado pois, ao libertar o escravo, o dono das terras transformava em agregado. Juntavam-se pois, os libertos aos homens livres já existentes, sem lugar definido na sociedade (1985, p.23).

Enquanto indivíduo, Geralzinho Nogueira é uma das vítimas da concentração de terras em Goiás, é uma das vítimas da incapacidade do estado, que em muitas ocasiões estava em posse dessa mesma oligarquia, de produzir políticas públicas de redistribuição de terras. Essa possibilidade da redistribuição, conforme podemos observar na consideração de Anzai (1985), não foi facultada, pelo contrário, quando o estado de Goiás, em 1891, recebeu as terras devolutas, essas terras foram colocadas à disposição dos grandes fazendeiros. Porém, o final do Oitocentos não se apresenta enquanto uma política excepcional, mas uma continuidade da concentração de terras que vinha desde o período colonial com a política das sesmarias, passando pela Lei de Terras de 1850 e chegando, no final do século XIX, com as terras devolutas sendo ofertadas aos grandes proprietários, aumentando, ainda mais, o poder político, econômico e social da oligarquia goiana.

Toda essa estrutura agrária, caracterizada pelo poder econômico/político/social dos grandes fazendeiros esteve muito presente durante a primeira metade do século XX em Goiás. Em decorrência desses fatores, Geralzinho Nogueira, enquanto despossuído da terra, se percebeu na necessidade de trabalhar muito, não tendo nenhum receio de afirmar que “já sofreu demais, menino”. É como se o contador de causos estivesse falando, não somente para Hamilton Carneiro, seu interlocutor no *O caso do carro de boi*, mas para a população goiana de uma forma em geral, que se estava naquele espaço contando causos engraçados, rindo de tudo e de todos, inclusive dele mesmo, aquela felicidade não se constituía enquanto reflexo de uma vida marcada pelo conforto social, mas o riso solto do contador de causos acabava sendo uma maneira de retirar a dramaticidade de uma vida marcada pelas dificuldades sociais.

Se trabalhou muito, o fato de ter sido um despossuído da terra durante parte considerável da vida explica a necessidade do trabalho iniciado ainda na tenra idade. No entanto, em muitas oportunidades o esforço descomunal do contador de causos não foi suficiente para garantir as mínimas condições de sobrevivência. Nesse momento, não podendo contar com as políticas públicas do estado, tampouco com a sensibilidade dos grandes proprietários de terra, enquanto um indivíduo caipira, Geraldinho Nogueira se valeu da teia da sociabilidade e solidariedade se manifestando no cotidiano, que foi fundamental para socorrê-lo nas situações mais difíceis.

Por exemplo, quando a fartura na mesa faltou, a família Nogueira recebeu alegremente a visita de um compadre, de uma comadre, de um amigo próximo com um pedaço de carne de porco fresca para garantir, pelo menos por aquele ou por alguns dias, a desejada fartura na mesa. Quando os braços da família Nogueira, filhos e filhas, não foram suficientes para a lide no roçado, podendo comprometer todo o ciclo do plantio, cuidado e colheita dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, receberam a ajuda dos companheiros mais próximos, dos amigos e familiares na prática do mutirão. Sobre a prática do mutirão para “socorrer” Geraldinho Nogueira, Walter Carlos Lemes descreve o adjutório da seguinte maneira:

E, assim, a turma agarrava no cabo da enxada ou da foice, em conversa alta e animada, com cantorias estilo “capela”, visto que desacompanhado de instrumentos, só parando para o almoço ou quando o sol se punha no horizonte. Os homens vinham com os instrumentos, ou seja, as ferramentas batendo umas nas outras. À noite, o famoso pagode, o dançar agarradinho, para coroamento do evento. Na cozinha, a dona da casa, suas comadres e amigas, geralmente filhas, noras ou esposas dos trabalhadores no eito ou roçado, preparavam o café, o almoço, a merenda e o jantar. Pois bem. Em um desses eventos, em que Geraldinho foi o grande beneficiado, foi ele colhido de surpresa pelos treíçoeiros. Não estava preparado para fornecer uma refeição na dimensão exata do contingente de pessoas que apareceu em sua fazenda. Então, a pedido de sua esposa, apanhou sua bicicleta e foi até Bela Vista, que ficava a uma distância de uns quinze quilômetros, comprar carne para o almoço (2008, p. 42).

De acordo com Brandão (1981), no livro *Plantar, colher, comer*, o termo fazenda ou fazendinha era o termo como eram comumente conhecidas as pequenas propriedades, sítios/chácaras, em algumas regiões do estado de Goiás. Pela descrição de Lemes (2008), quando fala que Geraldinho não estava preparado para fornecer uma refeição adequada a quantidade de pessoas que apareceu na sua fazenda, a afirmação não está relacionada a

uma grande propriedade, isso porque Geraldinho, depois de muito trabalho enquanto agregado e carpinteiro na região, já na parte final de sua vida, conseguiu adquirir uma pequena propriedade de sete alqueires na região do Nuelo, proximidade de Bela Vista de Goiás. Porém, da descrição do mutirão feita por Lemes (2008), da reunião de companheiros e companheiras para dar “uma de mão” a alguém necessitado, Geraldinho Nogueira foi o escolhido da vez.

Durante a longa trajetória de vida, esse mutirão descrito pelo autor não foi o único que Geraldinho recebeu, pelo contrário. No entanto, o contador de causos não foi somente beneficiado, pelo fato de ter participado de inúmeros mutirões na região de Bela Vista de Goiás, madrugando para ajudar os companheiros necessitados da ajuda mútua. A prática do mutirão, enquanto uma prática muito marcante no cotidiano caipira, foi tão marcante para Geraldinho Nogueira que trouxe essa prática para dentro de um dos seus causos mais conhecidos, a saber, *O caso do osso*. Para ilustrar melhor a importância do mutirão para Geraldinho, tanto enquanto indivíduo quanto para a construção do enredo narrativo, na sequência apresentamos a parte inicial do caso supracitado. Nas palavras do narrador:

(...) Então, mais essa (possível namorada) o pai dela que era o defeituoso, um homi muito crespo, rípiado memo, sistemático. Ele não aceitava a família dele apresentá pra ninguém. Mais ela bunita demais, rapaiz. Nós encontrava ânsim, numa reunião, ela lá cá mãe dela, numa reza dum terço, e aquele sinalê de longe ânsim, ela deixava a gente animado. Aí envai desse tipi, rapaiz. Toda vez que nós encontrava ela num deixava eu desacossuá não. Mais (i) lá num dianteva, o pai dela num apresentava pra gente. E foi indo desse jeito. E um dia, o pai dela maico um muxirão pá roçá lá uma internada rapaiz. Quando ele chamô lá por causa, aí eu fiquei satisfeito, falei: “Esse dia vai dá do jeitin que eu tô com vontade”. E já fique cum pressa de chega o dia logo, tava demorando. Aí, quando no dia vespa, eu tinha uma foicinha veia rapaiz, eu fui lá pra pedra de amolá com essa foice e muntei na pedra memo, e puis essa foice que ficou aparano asa de mosquito⁴⁴⁸ (...).

A continuidade do caso descreve toda a peripécia do personagem de Geraldinho na prática do mutirão, tendo que lidar com a característica atípica do pai da sua pretende que, em detrimento da sociabilidade, se constituía enquanto alguém mais sistemático, não muito afeito as relações sociais mais estreitas. Além disso, o personagem, no final do enredo tem que lidar com um cachorro esfomeado que lhe ocasiona muitas complicações,

⁴⁴⁸ *O Caso do osso* está presente no primeiro volume do *CD Trova, Prosa & Viola*. Além disso, é possível encontrar o caso em vários canais no site de compartilhamento de vídeos *YouTube*.

inclusive com sua pretende. No entanto, mais do que descrever o desenrolar de *O caso do osso*, o mais importante a ser destacado é o quanto Geraldinho Nogueira não somente vivenciou o cotidiano caipira, mas como atribui significado aos valores, práticas e costumes culturais desse cotidiano, quando *O caso do osso*, assim como os demais são construídos a partir das vivências e experiências inerentes ao cotidiano caipira, desde as dificuldades socioculturais experienciadas pelos atores e atrizes sociais caipiras, até as práticas de sociabilidade e solidariedade presentes no meio, no qual a prática do mutirão se apresenta enquanto exemplo de suma importância.

Considerações finais

O presente artigo, que temporariamente se finda, é um pouco dos resultados que têm sido construídos na tese de doutorado dentro do programa do PPGH de História da Universidade Federal de Goiás. Mais do que apresentação e defesa de uma tese, o artigo procurou partir de uma constatação muito presente nas poucas, no entanto, importantes pesquisas sobre Geraldinho Nogueira, enfatizando os fatores que fazem de Geraldinho um indivíduo caipira. Mais do que uma “simples” constatação, a análise proposta procurou adentrar no cotidiano caipira da primeira metade do século XX, observando não somente o *modus vivendi*, mas os significados que Geraldinho atribuiu aos valores e costumes culturais desse cotidiano.

É possível que a melhor maneira de compreender o modo pelo qual o famoso contador de causos de Bela Vista de Goiás estabeleceu uma relação estreita com os valores, costumes e práticas culturais do cotidiano caipira seja por meio de uma análise atenta para com os causos. O enredo narrativo dos causos de Geraldinho Nogueira foi construído a partir das experiências e das vivências que estabeleceu com os companheiros do cotidiano belavistense. Por meio dessas experiências é possível identificar uma trajetória de vida, não somente individual, mas coletiva, permeada por muitas dificuldades sociais, conforme tivemos oportunidade de perceber por meio de *O caso do carro de boi*. No entanto, o cotidiano não esteve marcado apenas pelas dificuldades, mas nessa teia de relações sociais é possível encontrar toda a solidariedade e sociabilidade caipira, representada, nesse artigo, através da prática do mutirão, mais bem ilustrada no *O caso do osso*.

Em suma, o que faz de Geraldinho um indivíduo caipira não é o fato de ter vivido durante a longa trajetória de vida no meio rural, mas porque os valores mais elementares

da cultura caipira, tais como a paisagem cultural, os valores rústicos/tradicionais, os saberes passados de geração em geração, a teia da sociabilidade e da solidariedade marcaram consideravelmente toda a trajetória de vida do contador de causos. A preponderância desses valores foi de forma tão significativa que não se contentou apenas em vivenciar esses valores e costumes, mas fez questão de trazer toda essa carga cultural para dentro do enredo narrativo, ou melhor dizendo, para dentro dos famigerados causos.

Referências

ANZAI, Leny Caselli. *Vida Cotidiana na Zona Rural no Município de Goiás 1888-1930*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1985.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª edição. Tradução de Sérgio Paulo Roaunet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BORGES, Júlio César Pereira. *A Fazenda Goiana: matriz espacial do território e do mundo sertanejo de Goiás. XXI Encontro de Geografia agrária: "Territórios em disputa: Os desafios da Geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro"*. Uberlândia-MG, out. 2012.

BORGES, Júlio César Pereira. *Fazenda-roça goiana: matriz espacial do território e do sertanejo goiano*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 3ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CARMO, Carolina do Castro; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. "O Último Narrador": Os Causos de Geraldinho e os Saberes Populares em Goiás. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 26, n.3. p.415-426. jul/set. 2016.

CASTRO, Carolina do Carmo. *Práticas da cultura popular sertaneja: um contador de "causos"*, Geraldinho Nogueira. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Campus Samambaia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

LEMES, Walter Carlos. *Janelas do Tempo: Geraldinho Nogueira e outros escritos*. Goiânia: Kelps, 2008.

RIBEIRO, Lucas Pires. *Geralzinho Nogueira e a Narrativa Artesanal: Tradição & Modernidade na arte do narrador*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades) – Faculdade de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2017.

SILVA, Ademir Luiz da. O domador de bicicletas: cultura, identidade e originalidade em Geralzinho Nogueira. In: SILVA, Ademir Luiz da & OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de (Org.). *Saberes e modernização no cerrado*. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

SOUSA, Juliene Lopes de; LIMA, Luana Nunes Martins de. Regionalismo e variação linguística: uma reflexão sobre a linguagem caipira nos causos de Geralzinho. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Brasil, n.72, p. 63-82, abr. 2019.

O SURGIMENTO DA MÍDIA COMUNITÁRIA NA AUTOCONSTRUÇÃO DO JARDIM NOVA ESPERANÇA EM GOIÂNIA CONTADA A PARTIR DA COLABORAÇÃO E CO- TEORIZAÇÃO DE SEUS CONSTRUTORES(A) (1979-1983)

*Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes*⁴⁴⁹

RESUMO: A partir de uma série de entrevistas feitas com moradores(a) de uma ocupação urbana, tratadas como vestígios do passado, pretende-se com o presente artigo construir historicamente o surgimento da mídia comunitária na autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia-GO. Todavia, tal construção será vinculada a uma preocupação em problematizar um caminho metodológico que irá se afirmar basicamente com as noções de *colaboração*, *campo* e *co-teorização*, ideias problematizadas pela antropóloga Joanne Rappaport. Estas noções estão contidas em um projeto maior chamado de Epistemologias do Sul. Para além desta questão, busca-se evidenciar as nuances da vida cotidiana dos moradores(a) entrevistados referentes ao complexo movimento social construído pelos mesmos em relação ao processo autoconstrutivo de suas moradias.

Palavras-chave: *autoconstrução, ocupação urbana, mídia comunitária, epistemologias do sul.*

INTRODUÇÃO

No período de dois mil e dezessete (2017) a dois mil de dezenove (2019) foi realizada uma pesquisa de autoria própria que gerou uma dissertação de mestrado em história intitulada “*Uma história urbana da vida cotidiana da autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia (1979-1983)*”⁴⁵⁰. Nesta pesquisa, realizou-se uma série de reflexões em torno de um problema geral: a marginalidade e a invisibilidade do tema da autoconstrução em ocupações urbanas⁴⁵¹ na historiografia sobre a cidade Goiânia. De

⁴⁴⁹ Licenciado e Mestre em História pelo PPGH-UFG. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História- PPGH da Universidade Federal de Goiás-UFG- Campus Goiânia. luciusjacobgomes@gmail.com- Orientador: Luiz Sérgio Duarte da Silva.

⁴⁵⁰ Esta dissertação de mestrado em história foi defendida em 15/02/2019, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, PPGH, Campus Goiânia. Teve orientação do Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva (UFG), com arguição dos professores George Leonardo Seabra (UFT), Lucia Maria Moraes (PUC-GO), Edmar Aparecido de Barra e Lopes (UFG e UEG) e Jiani Fernando Langaro (UFG).

⁴⁵¹ Ermínia Maricato pontua que a autoconstrução trata da produção do espaço e a ocupação nem sempre se refere à produção (Cf. *FIM de Semana*. Roteiro e Direção: Renato Tapajós. Pesquisa e orientação: Erminia Maricato. Produção: Elsa Lopez Kathuni, Erminia Maricato, Renato Tapajós e W. Racy. Interlab Lider Revela AIC. 1976 (30 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>. Acesso em: 01 nov. 2018).

acordo com Maricato (1982), o conceito de autoconstrução está vinculado ao processo de construção da casa (própria ou não) por seus moradores, por moradores junto a seus parentes, vizinhos, amigos, e/ou por moradores que obtiveram a assistência de algum profissional da área da construção civil. A mesma autora, ainda sobre as características do processo autoconstrutivo, chama atenção que a importância quantitativa (e qualitativa) da autoconstrução junto ao proletariado das grandes cidades dos países capitalistas dependentes evidencia que os programas e políticas oficiais estatais de habitação são muito menos importantes na produção da habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais. Pois, é especialmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos) (MARICATO, 1982, p. 72-73). Além do mais, problematizou-se nesta pesquisa uma reflexão em torno de uma história especializada na área da história urbana⁴⁵².

Em síntese, a principal referência nos estudos em história urbana que escolhemos se aproxima das pesquisas feitas na virada do século XX no Brasil, sobre, no geral, o debate que Adriana Mara Vaz e Luiz Sérgio Duarte da Silva identificam como da “modernização urbana”. Essa fase foi referenciada pela motivação de se montar um projeto de modernização nacional, mediante o desenvolvimento de infraestruturas urbanas e regionais e divulgação de ideologia progressista. É também um momento de construção de uma nova representação sobre a cidade e das sociabilidades da vida urbana. Todavia, por conta das complexificações das funções urbanas, estes estudos também foram interpretados nos processos de exclusão e segregação. Em suas progressões, essa área problematizou a associação entre modernização urbana e habitação, chamando atenção para o problema da moradia das camadas mais vulneráveis em relação às ideias do pensamento urbanístico que, dentre outras coisas, estavam inseridas num projeto de urbanismo moderno. Outra área de interesse dessa linhagem de pesquisa diz respeito aos estudos de território e mercados de trabalho, que evidenciavam questões ligadas à territorialidade, história do lugar, apropriação e ao mercado informal de trabalho nas cidades. Outra referência que está presente nesse mesmo artigo e faz relação com os

interesses desta dissertação, diz respeito ao papel do pressuposto da interdisciplinaridade para se estudar a cidade.

O pressuposto básico está em dimensionar o campo do urbanismo com perspectivas interdisciplinares, no intuito de analisar as cidades e construir narrativas sobre as mesmas. Nessa perspectiva metodológica se fazem presentes análises de discursos oficiais, administrativos, historiográficos e “ordinários”, como a literatura, relatos memorialísticos, diários, artigos de jornais, dentre outros, que versam sobre a cidade. A ideia é se munir de outros vestígios do passado para identificar outras possibilidades de problematizar o espaço, que não analise de forma unilateral somente seus aspectos físicos (Cf. SILVA; OLIVEIRA, 2008, p. 75-79). Outra questão importante deste artigo é a identificação, pelos autores, da história dos seminários de história da cidade e do urbanismo no Brasil, que têm seu início na década de 1990, tendo o programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA como pioneiro nesse debate.

A ausência de uma historiografia sobre autoconstruções e ocupações urbanas na cidade foi encoberta por uma escrita da história que evidenciou de forma unilateral seu planejamento urbano formal. Outro problema de caráter sintomático foi identificar a carência de pesquisas que enfatizem as pessoas comuns na cidade e/ou o homem e/ou a mulher simples na cidade. Isto é, eventualmente, na historiografia sobre a cidade de Goiânia é perceptível uma escassez de investigações que trabalhem métodos mais próximos das pessoas do dia a dia⁴⁵³, como a história social, história da vida privada, da vida cotidiana, micro-história, história oral, dentre outros variados métodos. Além do mais, nas escolhas dos vestígios do passado (fontes históricas) existem poucas narrativas que chamem a atenção sobre essas pessoas comuns. Em razão destas inquietações, escolhi a autoconstrução do Jardim Nova Esperança. Esta autoconstrução não é exclusividade na história da cidade, uma vez que desde 1932, quando se começa a construção da cidade, tais fenômenos urbanos eram recorrentes. Desde a década de trinta podem se destacar alguns exemplos como: Botafogo, Vila Nova, Vila Operária e Macambira.

⁴⁵³ Nessa perspectiva, ver a dissertação de mestrado *Memória e cidade: lembranças do bairro da vila nova-1930 ao presente*, de Sílvia Clímaco Mattos (2008) e a dissertação de mestrado de Fernando Vianna Costa (2008). Ver também a tese de doutorado *Notas sobre a formação de Goiânia: uma história da vida cotidiana nas primeiras décadas da capital goiana (1930-1955)* de Matheus Nascimento Germano (2019). Em termos audiovisuais, há o documentário *Renova a Esperança*. O documentário é uma iniciativa da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (Facomb/UFG) em parceria com a Escuela de Cine e Artes Audiovisuales de La Paz, Bolívia..

A historiografia sobre a cidade de Goiânia que versa sobre o planejamento urbano planejado, geralmente é conceituada como “cidade legalizada”, “cidade planejada” ou “cidade formal”. Todavia, teve-se a intenção nesta pesquisa de problematizar, o que de forma geral, poderíamos chamar de informalidade urbana.⁴⁵⁴ Nesta intenção, usou-se basicamente dois grandes grupos teóricos. Um deles, foi a referência da escola da espoliação urbana, liderada pelo sociólogo Lúcio Kowarick e seus alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, formados basicamente por Raquel Rolnik, Ermínia Maricato e Nabil Bonduki. A outra foi representada pela sociologia da vida cotidiana de Henri Lefebvre e José de Souza Martins. Sobre os vestígios históricos trabalhados, destacam-se basicamente três tipos de fontes primárias: a imprensa comunitária, e/ou mídia comunitária, imprensa local (grande imprensa) e/ou mídia local e entrevistas com moradores(a) pioneiros da autoconstrução.

Sobre este presente artigo o objetivo geral é pensar um caminho metodológico para o trabalho específico com as fontes de entrevista. Além do mais, tem a intenção de construir o surgimento da mídia comunitária⁴⁵⁵ na vida cotidiana desta autoconstrução. Estas entrevistas foram cedidas por alguns moradores(a) pioneiros. No procedimento com as entrevistas estarão vinculados uma mistura de articulações contextuais. Primeiro, uma questão importante é situar a autoconstrução do Jardim Nova Esperança dentro do campo interdisciplinar da história urbana. Em segundo lugar, é importante a reflexão sobre a noção de vida cotidiana, que procura valorizar as miudezas da vida de todo dia das variadas mulheres e homens que vivenciaram os acontecimentos desta autoconstrução. Esta questão será problematizada com o auxílio de José de Souza Martins e Henri Lefebvre. Por fim, pretende-se articular a perspectiva da interculturalidade crítica e da decolonialidade a este artigo. Ou seja, agir a partir destes pressupostos teórico-metodológicos significa trabalhar nosso tema como um processo de resistência, uma vez que buscamos novas sociabilidades, políticas, éticas, epistemologias, dentre outras coisas.

Esta resistência reiteradamente é posta a margem por métodos, teorias, recortes temáticos, fontes primárias escolhidas, dentre outras coisas. A principal motivação em

⁴⁵⁴ Sobre esta noção dentro da área da história urbana ver o artigo intitulado *A informalidade urbana em questão* de (Cf. GONÇALVES; BAUTÈS; MANEIRO, 2018, p. 09-26).

⁴⁵⁵ Sobre os detalhes da conceituação de mídia comunitária ver: PERUZZO, C. M. K. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. *Anais do Núcleo de Comunicação para a Cidadania, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*, Belo Horizonte, p. 1-30, 2003.

resistir está associado a pensar diferentes possibilidades e alternativas em torno do problema da unilateralidade de abordagens epistêmicas ocidentais. Sobre esta questão o pressuposto é descolonizar as metodologias e/ou misturá-las, na intenção de problematizá-las. Dar mais atenção e valorização a outros saberes, principalmente em relação a narrativas de culturas que historicamente foram e continuam sendo subalternizadas. No geral propõe-se problematizar e refletir a fala dos personagens reais que viveram esta experiência da autoconstrução do Jardim Nova Esperança. A intenção fundamental é valorizar de onde vieram, de que culturas são, quais hábitos possuem, o que pensam, dentre outras questões. De forma específica, este artigo irá enfatizar como ocorreu o surgimento da mídia comunitária dentro desta autoconstrução. Isto é, buscará construir uma história urbana da vida cotidiana de tal surgimento, evidenciando a todo momento o papel dos seus principais articuladores. Neste artigo estes personagens reais são representados por Maria de Jesus Rodrigues, Edmar Joaquim de Oliveira e Geralda Santa Bárbara.

O CAMINHO METODOLÓGICO

Antes da interpretação sobre as entrevistas com os pioneiros da autoconstrução, é intenção deste artigo contextualizar a problematização que irá ser guia de nosso caminho metodológico com as mesmas. Esta problematização se somará aos autores associados a história urbana (alguns, dentre milhares) e a sociologia da vida cotidiana (José de Souza Martins e Henri Lefebvre). Esta escolha diz respeito a uma metodologia contida no que Boaventura de Souza Santos chama de epistemologias do sul. Esta epistemologia, entendida neste artigo de maneira mais geral, tem a motivação de refletir e agir sob a perspectiva de outros lugares e com princípios históricos-filosóficos distintos. Esta afirmação é importante, pois trata-se de uma epistemologia que está interessada em chamar atenção para questões, assuntos, pessoas, culturas, dentre outras coisas, que eventualmente são postas à margem nas investigações científicas na área das ciências humanas.

A obra *Epistemologias do Sul* (2010), organizada por Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses é parte da justificativa interpretativa desta proposta. Em um artigo específico de Enrique Dussel intitulado *Meditações Anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico na Modernidade* é identificado uma interpretação histórica diferente da usual, em que o conceito de modernidade é historicamente posto

temporalmente e territorialmente na América. Isto é, abandona-se como o autor denomina uma interpretação pejorativa acerca de um “Sul da Europa” e consequentemente da América Latina. Esta visão, problematiza o autor, foi construída epistemologicamente pelo Iluminismo do centro e do norte da Europa, desde a metade do século XVIII. Insiste que foi o Iluminismo que construiu um tipo de “fazer inconscientemente espalhado”. E que este modo de fazer construiu dentre outras coisas “três categorias que ocultaram a ‘exterioridade’ europeia: o orientalismo (descrito por Edward Said), o ocidentalismo eurocêntrico (fabricado, entre outros por Hegel) e a existência de um ‘Sul da Europa’” (DUSSEL, 2010, p.341, 342). De acordo com o mesmo o “Sul” foi em tempos passados

centro da história em volta do mediterrâneo (Grécia, Roma, os impérios de Espanha e Portugal, isto sem fazer referência ao mundo árabe do Magrebe, já desacreditado dois séculos antes), mas nessa altura já era um resíduo cultural, uma periferia cultural, porque para a Europa setentista que fazia a revolução Industrial, todo o mundo Mediterrâneo era um ‘mundo antigo’. Nas palavras de Pauw (1991), “*nos Pirinéus começa a África*”, e as Américas Ibéricas, como é evidente, colocavam-se como colônias dos já semiperiféricos Espanha e Portugal. Com isso, a América Latina simplesmente “desapareceu do mapa e da história” até hoje, inícios do século XXI. Tentar começar a reinstalá-la na geopolítica mundial e na história da filosofia é o objetivo deste pequeno trabalho, que será certamente criticado como ‘pretensioso’. (DUSSEL, 2010, p.341, 342).

Em síntese, é no contexto de resistência do lugar/tempo da história invisibilizada da América que ocorre a proposta de uma Epistemologia do Sul. Neste sentido, para ser possível “encarar a origem da modernidade com ‘novos olhos’ exige colocar-se fora da Europa germano-latina e vê-la como um observador externo (‘comprometido’, evidentemente, mas não como ‘ponto zero’ da observação)” (DUSSEL, 2010, p.343). Em *Lo Pedagógico e lo Decolonial Entretejiendo Caminhos* (2012) de Catherine Walsh é possível notar a importância da necessidade política de resistência e atuação não só do que o capitalismo produziu, mas sobretudo à civilização ocidental em relação às colonialidades. A autora cita no começo deste texto movimentos e comunidades (intelectuais ou não) de indígenas e afrodescendentes, principalmente nas regiões andinas, que passam por recorrentes momentos de avanços e retrocessos. Dentro de um quadro atual e de longa duração “*como luchas de descolonización, luchas que aún requieren el aprendizaje, desaprendizaje y reaprendizaje, la acción, creación e intervencion*” (WALSH, 2012, p.24). Trata-se de enfatizar a necessidade de montar um projeto, uma teoria crítica que crie novas maneiras de apropriação dos sentidos, tendo como referência “o horizonte de(s)colonial”. Em outros termos propõe-se práticas teóricas e pedagógicas de ação, retomando às memórias de longa duração, onde o pedagógico e o decolonial misturam-se. Segundo Walsh, “*Desde luego, fue con la invasion colonial-imperial de*

estas tierras de Abya-Yala que fueron renombradas “América” por los invasores como acto político, epistémico, colonial- que este enlace empezó tomar forma e sentido” (WALSH, 2012, p.25). Tal projeto está associado a ideia de modernidade e do seu lado constitutivo mais escuro, isto é, a colonialidade,⁴⁵⁶ que tem sua origem ligada a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinyu e Anahuac, na formação das Américas, do Caribe e o grande tráfico de africanos escravizados (MIGNOLO, 2017, p. 2). Todavia, existe uma resistência a este projeto que está associada a matriz colonial de poder (MCP) ou *el patrón colonial de poder*. Esta força “é a resposta específica à globalização e ao pensamento linear global, que surgiram dentro das histórias e sensibilidades da América do Sul e do Caribe” (MIGNOLO, 2017, p. 2).⁴⁵⁷ Numa contextualização básica, esta crítica está ancorada em uma tese, isto é, nas características específicas do discurso tal como ele foi construído:

A “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade- não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” no sentido exato de que a MCP é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais (MIGNOLO, 2017, p.2).

Ou seja, este contexto gerou um pensamento e ações descoloniais que se originaram e se desdobraram a partir do século XVI. Este movimento surgiu em resposta ao direcionamento das imposições opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos planejados para os lugares não europeus (MIGNOLO, 2017, p.2). Walter D. Mignolo (2017, p.2) enfatiza que a consciência e o conceito de descolonização interpretado como terceira opção ao capitalismo e ao comunismo se materializou nas conferências de Bandung e dos países não alinhados. Além do mais, este cenário, segundo mesmo autor

⁴⁵⁶ Sobre o conceito de colonialidade, Mignolo chama atenção que seu nascimento advém do sociólogo peruano Anibal Quijano, desde o final da década de 1980 até o início de 1990. Diz ter elaborado algo semelhante em seus escritos na publicação *histórias locais/projetos globais*, dentre outras publicações posteriores. Sobre esta questão, complementa “Desde então, a colonialidade foi concebida e explorada por mim como o lado mais escuro da modernidade. Quijano deu um novo sentido ao legado do termo *colonialismo*, particularmente como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de “descolonização” (e as lutas pela libertação na África e na Ásia). A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. (MIGNOLO, 2017, p.2). Mignolo faz questão de frisar que o conceito de colonialismo empregado por ele, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular, isto é, a ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade.

⁴⁵⁷ Mignolo argumenta que este projeto não pretende se tornar único. Diz ser uma opção particular dentro das opções descoloniais. (MIGNOLO, 2017, p.2).

faz parte de uma transformação de um mundo policêntrico e não capitalista, anterior a 1500 para uma ordem mundial monocêntrica e capitalista, de 1500 a 2000.

Para além dos pressupostos e interesses epistemológicos mais gerais discutidos até o momento, o presente artigo tem a intenção de articular um caminho metodológico de cunho específico na interpretação das entrevistas (que obviamente está na mesma linha de pensamento do que chamamos de epistemologias do sul). Trata-se de uma reflexão contida no artigo *Más Allá de la escritura: la epistemologia de la etnografia en colaboración*, da antropóloga Joanne Rappaport.⁴⁵⁸ Uma delas diz respeito a uma maior valorização do *trabalho de campo*. Esta autora em um debate com James Clifford, autor do livro *Writing Culture* evidencia que o mesmo está contido numa nova geração de pesquisadores que se importam muito mais com os textos escritos de suas monografias etnográficas do que com suas experiências nas pesquisas de campo. A autora propõe pensar a antropologia em seu contexto global em lugar de reduzi-la a sua manifestação estadunidense. Nesse sentido, identifica que a monografia etnográfica é só um de vários produtos possíveis de investigação, e que a reconceitualização da escritura só resolve parcialmente o problema de como a antropologia representa seu objeto. Joanne destaca que compreendeu esta perspectiva na Colômbia. Ela identificou que na Colômbia a etnografia se pensa como uma atividade assumida em *campo*, e não necessariamente como uma forma de *escritura* (RAPPAPORT, 2007, p.198-201 – tradução nossa). Além do mais, na Colômbia a prática etnográfica ocorre a longo prazo. Tal diagnóstico desafia as distinções feitas nos EUA entre investigação pura e antropologia aplicada.

A proposta de Joanne está mais próxima do que ela chama das noções de *Antropologia Pública* ou *Ativista*. Segundo a autora as atividades feitas por estas novas propostas não são escritas, mas se desenvolvem através de oficinas e outras reuniões cujos conteúdos são capturados só imperfeitamente nos resumos armazenados nos arquivos das organizações. A mesma crê que os antropólogos Colombianos lutaram “contra os demônios de representar o outro”, pelo menos em relação aos indígenas, com antecedência aos antropólogos estadunidenses, uma vez que suas investigações ocorreram em *colaboração* com as organizações nativas. Ao mesmo tempo, construíram interpretações de suas representações antropológicas considerando, dentre outras coisas,

⁴⁵⁸ Ver: RAPPAPORT, Joanne. *Más allá de la escritura: la epistemologia de la etnografia en colaboración*. *Revista Colombiana de Antropología*, Volume 43, enero-diciembre de 2007.

suas manifestações políticas. Rappaport ⁴⁵⁹ acredita que a antropologia Colombiana também tem suas próprias crises, no entanto, crê que a “crise de representação” evidenciada pelos antropólogos estadunidenses, principalmente ao que tange a seus métodos de etnografias escritas faz parte muito mais de um processo de institucionalização de uma antropologia específica produzida nos Estados Unidos, do que uma suposta internacionalização deste método. Além do mais, acredita que a antropologia Colombiana e outras antropologias podem servir de crítica ao modelo estadunidense, pois estão mais preocupadas com a perspectiva de *campo* (e de redefinir o que é campo) do que com a interpretação da etnografia escrita (RAPPAPORT, 2007, p.198-201 – tradução nossa).

Ainda sobre este texto e sobre nosso interesse metodológico com as entrevistas tem-se a intenção de focar no que a autora chama de *colaboração*. Isto é, esta reflexão se fundamenta epistemologicamente em uma metodologia etnográfica em *colaboração*. Este objetivo extrapola a questão moral e ética necessária na construção de uma pesquisa. Pois, para além de tais questões, tem-se a intenção, sobretudo, de pensar qual o potencial da *colaboração* no enriquecimento do pensamento antropológico durante a pesquisa (RAPPAPORT, 2007, p.198-201 – tradução nossa). Além do mais, é fundamental construir neste artigo a possibilidade da *co-teorização* com os grupos que estudamos, proporcionando tanto a nossos interlocutores como a nós mesmos novas ferramentas conceituais para dar sentido as nossas realidades contemporâneas. Nas palavras da mesma autora:

Em outras palavras a colaboração converte o espaço de trabalho de campo entendido como de coleta de dados em conceitualização forçando-nos a transferir a ênfase colocada na etnografia como escritura para a reconceitualização do trabalho de campo (RAPPAPORT, 2007, p.201).

Em síntese, é dentro desta contextualização ligada a *colaboração* e a *co-teorização* que buscamos construir um caminho metodológico para algumas entrevistas que foram feitas com alguns pioneiros da autoconstrução do Jardim Nova Esperança. São eles Maria de Jesus Rodrigues, Geralda Maria Santa Bárbara e Edmar Joaquim de

⁴⁵⁹ Rappaport fez estas reflexões através de suas experiências colaborativas na Colômbia, na análise de políticas étnicas na região do Cauca desde 1991, no contexto de uma nova constituição política que redefiniu a Colômbia como nação pluriétnica e multicultural. Realizou estas pesquisas com uma equipe interétnica, com investigadores indígenas, antropólogos colombianos, e acadêmicos estadunidenses.

Oliveira.⁴⁶⁰ A intenção geral é evidenciá-los na colaboração de suas vivências e sobretudo na co-teorização que os mesmos possam construir para uma maior compressão do recorte histórico estudado.

AS ENTREVISTAS, O CAMPO, A COLABORAÇÃO E A CO-TEORIZAÇÃO

Em entrevista⁴⁶¹ com Maria de Jesus Rodrigues, a mesma começa rememorando o surgimento da criação dos jornais impressos dentro da experiência da ocupação:

[...] Acho que a gente pode dar uma relebradinha de como é que surgiu a ideia dos boletins, né, porque a gente não tinha uma organização, em fala, olha, “nós vamos por aqui” foi surgindo a medida, né, dos acontecimentos, foi surgindo dessa necessidade de...⁴⁶²

É interessante notarmos no relato de Maria que, possivelmente pelo contexto temporal intenso que viveram durante os momentos iniciais da ocupação urbana, os pressupostos de criação, organização editorial, montagem, entre outras coisas, inerentes à produção de um jornal (principalmente institucionalizado), não foram recorrentes em suas experiências. Em seguida, Edmar⁴⁶³ começa a falar: “É assim ó, eu porque assim, eu tenho algumas imagens, assim, na minha mente, dos boletins, porque primeiro eles eram boletins, que era de uma folha só, com informações, né...”. Geralda diz em seguida: “Você quer que eu busque os boletins?”. Edmar responde:

Quero, acho que vai ser bem interessante... Então, assim, é, pois é, em 79, a década de 79 para 80, foi um período de grande formação política, formação das lutas, os movimentos estavam muito organizados no Brasil inteiro, foram as grandes greves no ABC, a luta contra a ditadura, né, essas questões todas influenciou diretamente no jardim nova esperança quando ele surge, no princípio, quando ele vai aparecer né, como uma resistência da posse urbana não é, e consequentemente quando o movimento começa a se organizar, também se sentiu a necessidade de politizar as pessoas, as pessoas precisavam ser politizadas, é a partir desse princípio é que surge a proposta de se criar uma forma de organizar as informações né, e de poder assim, essas informações é... nortear um caminho de resistência com essa população que estava chegando no Jardim Nova Esperança.⁴⁶⁴

⁴⁶⁰ Na data de 10 de janeiro de 2018, uma entrevista foi realizada com alguns pioneiros do Jardim Nova Esperança na casa de Geralda, localizada no Bairro Vera Cruz, em Goiânia. Participaram na condição de entrevistados: Maria de Jesus Rodrigues, Geralda, Edmar.

⁴⁶² RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

⁴⁶³ Edmar é artista plástico, foi um dos pioneiros da ocupação e, dentre outras coisas, atuou bastante na parte gráfica e artística da construção dos Boletins.

⁴⁶⁴ RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

Percebe-se que Edmar associa a necessidade de construção da imprensa comunitária ao contexto maior de intensificação de movimentos sociais que atuaram na região do ABC paulista no final da década de 1970 no estado de São Paulo, movimento que gerou inúmeras greves, sobretudo ao que se refere ao Parque Industrial de São Bernardo do Campo (SP) em busca de melhores condições de trabalho. Motivou também as movimentações sobre as manifestações contra a carestia, dentre vários outros contextos que geraram, em grande medida, o surgimento do Partido dos Trabalhadores em 1980⁴⁶⁵. Ao mesmo tempo, associa esse contexto gerado no ABC paulista à experiência da posse urbana na cidade de Goiânia. Esta associação faz parte de outro contexto engendrado pelo forçado êxodo rural estrutural imposto aos habitantes dos lugares rurais, tanto no ABC quanto em Goiânia. Ademais, em sua fala fica evidente a necessidade de usar como exemplo pedagógico esse contexto maior que estava acontecendo no estado de São Paulo com o movimento que ele participava em Goiânia. Assim como o mesmo disse: “surgiu a necessidade de politizar as pessoas, as pessoas precisavam ser politizadas”. Isto é, a ideia era pensar o geral para agir no específico e/ou agir a exemplo e aprendizado do outro. Maria em um segundo momento da conversa faz suas considerações sobre o surgimento da comunicação comunitária:

É agora, eu já, isso aí eu já vejo assim, por exemplo, essa maturidade política, acho que ela veio na sequência, a primeira, a primeira coisa, que aconteceu com relação aos boletins foi a necessidade de manter a população, de manter os moradores informados né, a gente precisava de um meio da população estar informada de todos os acontecimentos. E aí, o que a gente fazia? Escrevia né no papel, rodava no mimeógrafo, tirava cópia e distribuía. Mas, a partir daí foi que veio essa etapa da gente sentir a necessidade da politização, né, mas a primeira mesmo foi a necessidade de manter a população informada, sem um compromisso político, inclusive, era mais por garantia mesmo da moradia.⁴⁶⁶

De forma distinta a análise de Edmar, Maria interpreta que a necessidade de criação dos boletins veio primeiro e com mais intensidade para suprir as demandas de informação da movimentação da ocupação por moradia e só em um segundo momento houve ações de politização com a comunidade. A segunda parte de sua fala identifica

⁴⁶⁵ Sobre esse contexto, ver: MARTINS, José de Souza. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Editora Contexto, 2016. Obra que dá de forma densa a dimensão histórica e sociológica sobre este contexto. Para além desse livro, recomenda-se para uma maior compreensão do tema os documentários: *ABC da greve (1979-1990)* (Cf. *ABC da greve, 1979/90, São Paulo, SP*. Direção de Leon Hirszman. 1990. (75 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.), *Peões (PEÕES)*. Direção de Eduardo Coutinho. 2004. (85 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xl9mLhycm4Q>. Acesso em 05 de setembro de 2018.) e *Linha de montagem* (Cf. *LINHA de Montagem*. Direção de Renato Tapajós. 1982. (98 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svh-lGcSDmU>. Acesso em: 05 de setembro de 2018).

⁴⁶⁶ RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

questões importantes sobre a parte material de confecção dos boletins: “E aí, o que a gente fazia? Escrevia né... No papel, rodava no mimeógrafo,⁴⁶⁷ tirava cópia e distribuía”.

CONCLUSÃO

Como conclusão, é importante perceber em um primeiro momento que só foi possível problematizar e descobrir a sociabilidade e a história do surgimento da mídia comunitária desta autoconstrução estudada graças à *colaboração* mútua dos moradores em relação a evidenciação de seus rastros deixados no passado. Além do mais, foi a partir do trabalho da *co-teorização*, ou seja, da evidenciação, problematização e valorização dos saberes dos moradores(a) que foi possível construir algumas nuances da vida cotidiana dos mesmos.

Ademais, foi na valorização e ressignificação contínua do *trabalho de campo*, ao invés de uma simples análise da escritura das entrevistas que foi possível obter uma dimensão mais complexa dos detalhes cotidianos da construção da mídia comunitária desta ocupação urbana. Deduz-se que a construção desta mídia por parte dos moradores foi fundamental para a consolidação de suas estratégias em autoconstruir seus espaços de moradia.

Por fim, conclui-se que foi na vida cotidiana que estes sujeitos vivenciaram e construíram um complexo movimento social em busca da construção de suas moradias. Sobretudo, porque construíram a possibilidade do possível, que se manifesta de forma consciente na vida cotidiana. Na construção artesanal de jornais, nas representações por quadras, nas reuniões comunitárias, nos exemplos de lutas sociais de outros estados, nos momentos de lazer, dentre outros inúmeros acontecimentos cotidianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUSSEL, Henrique. *Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade*. In: SANTOS, Boaventura de S. MENESES M. P.(orgs). *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. P.341-395.

MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a arquitetura possível. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.

⁴⁶⁷ O mimeógrafo foi usado provavelmente pela primeira vez em 1887, mas só se tornou popular apenas no século XX. Patenteado por Thomas Edson foi uma das primeiras máquinas de impressão no mundo. Era uma forma prática e barata para impressões em pequenas tiragens, e foi muito utilizado nas escolas.

MARICATO, Ermínia. *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Uma Sociologia da Vida Cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo. Editora Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social* (Rev. Sociol.). USP, São Paulo, 10(1): p. 1-8, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Do PT das lutas sociais ao PT do Poder*. São Paulo. Editora Contexto, 2016.

MARTINS, José de Souza. Apontamentos sobre vida cotidiana e história (A propósito de um texto de Ronaldo Vainfas sobre “História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas”). Em: MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Editora Contexto, p. 83-96, 2008.

MIGNOLO, D. Walter. Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de ciências sociais*- Rio de Janeiro: Vol.32 Nº 94, 2017. Tradução: Marco Oliveira.

PERUZZO, C. M. K. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. *Anais do Núcleo de Comunicação para a Cidadania, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*, Belo Horizonte, p. 1-30, 2003.

RAPPAPORT, Joanne Más *Allá De La Escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración*. Revista colombiana de antropología, v. 43, p.198-225, enero-diciembre, 2007.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da; OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. História urbana: labirinto e fronteira - parte II. *Princípios* (São Paulo), v. 98, p. 75-79, 2008.

DECOLONIALIDADE, GÊNERO E MULHERES TRANSEXUAIS ENCARCERADAS

*Ludmila Soares Paiva*⁴⁶⁸

RESUMO: O presente trabalho busca um diálogo entre decolonialidade e os estudos de gênero, visando investigar se os direitos de mulheres transgêneros são garantidos no ambiente penitenciário do Brasil. Nossa hipótese é de que garantias como celas individuais, prisões diferenciadas não são proporcionadas a essa categoria devido a colonialidade do poder e de gênero, descrita pelos estudiosos decoloniais. A metodologia desse artigo se pautará em revisão bibliográfica. Verificamos que os estudos de gênero e decoloniais são parte de um conjunto que chamamos de teorias subalternas, com isso observamos que os direitos das mulheres transexuais não são garantidos em se tratando do sistema carcerário, concluímos que falta uma democracia que lute e haja contra a opressão e contra o preconceito e que, sobretudo, adequa o sistema prisional.

Palavras-chave: *colonialidade, gênero, sistema penitenciário, transgêneros.*

Introdução

O presente artigo terá como metodologia a revisão bibliográfica. Serão observados dados de fontes oficiais, visto que o contexto de pandemia da COVID-19 impediu que a pesquisa fosse de campo.

O objetivo deste artigo é reflexionar sobre as teorias de gênero e a decolonialidade e, ainda, investigar se os direitos de mulheres transgênero são garantidos no ambiente penitenciário do Brasil.

Nossa hipótese é de que garantias como celas individuais, prisões diferenciadas não são proporcionadas a essa categoria devido a colonialidade do poder e de gênero, a negação de humanidade às pessoas não brancas pode ser um fator que leva a que direitos de mulheres transgênero não sejam garantidos no sistema penitenciário do Brasil.

Observamos que as violações de direitos que acometem as mulheres transgêneros, tanto fora quanto dentro dos presídios ocorre em razão da situação de gênero. Os estudos de gênero começam a ser discutidos a partir da década de 60 com o movimento feminista e somente no final do século 20 é que a categoria gênero deixa de significar só “homem e mulher” para fazer menção a outros sujeitos que não são cisgêneros.

⁴⁶⁸ Mestranda do programa de Pós Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO. Graduada em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO.

Além disso, segundo dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen) a população carcerária é composta em grande maioria por jovens e negros, foi observado que 60,8% da população prisional era negra, constatando, assim, que à medida que a população prisional cresce no Brasil, eleva-se ainda mais o número de negros presos no Brasil.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 3º, inciso IV, estabelece como um de seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Em seu artigo 5º, inciso XLIX, há a garantia constitucional do respeito à integridade física e moral da pessoa presa.

Reflexões sobre Decolonialismo

O pensamento colonial surge na Europa a partir do século XV e coloca a Europa como o centro do mundo, como se dentre a hierarquia de valores a Europa estivesse no topo e todas as outras formas de pensar, de existir e de produzir fossem inferiores à Europa. O pensamento decolonial é um esforço para pensar outras maneiras de existir no mundo, de sentir o mundo que não necessariamente a europeia, dando espaço as formas de pensamento dos povos que foram colonizados como os povos ameríndios, africanos, chineses ou indianos, onde a Europa é colocada horizontalmente com outras formas de pensar, dentro de uma mesma categoria na escala de valores. A colonialidade do poder é a classificação social da população do mundo baseada na noção de raça, ocasionada pelo caráter colonial.

Sobre esse pensamento Mignolo (2017: 13) discute colonialidade: “Colonialidade equivale a uma matriz ou padrão de poder colonial, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade”. Esse processo que inaugura novas relações de poder a partir do século XVI, teria perdurado mesmo após o fim das relações coloniais no século XIX e XX.

Aníbal Quijano, sociólogo peruano, foi o primeiro autor a discutir e apresentar o termo colonialidade. Quijano (2000, 2007) utiliza esse termo para tentar entender a colonialidade através dos seguintes eixos: capital/trabalho, europeu(éia) não-europeu(éia). Com essa articulação o mesmo se dispõe a chamar a atenção para a questão de raça, o racismo dentro da perspectiva eurocêntrica funciona como um princípio

organizador da economia, da política e das formas de poder e existência (TONIAL, MAHEIRIE JUNIOR, 2017: 18). Para o autor Anibal Quijano:

a colonialidade de poder mostra como ocorre a dominação das potências centrais em relação às periféricas, uma dominação econômica e política sendo realizada através de uma diferença racial, étnica, de gênero, de classe, etc, que hierarquiza o dominador em relação ao dominado, e tem como objetivo controlar os recursos, trabalho, e os produtos em favor do mercado mundial capitalista os recursos e os produtos em prol do capital e do mercado mundial.

Cabe ressaltar que a ideia de Aníbal Quijano sobre colonialidade não pontua as relações de gênero que são tão importantes quanto às relações de raça propostas por ele, pois esse imaginário de gênero está presente sob os nomes de patriarcado, machismo, sexismo, heteronormatividade, etc (TONIAL, MAHEIRIE, JUNIOR, 2017: 21). Autoras como Maria Lugones (2014), Rita Segato (2010), McClintock (2010), dentre outras vêm questionar e discutir a respeito das relações de gênero presentes na sociedade atual e como essa relação está entelhada nas relações de raça, classe, economia e política. Este tem sido um desafio as citadas autoras feministas na contemporaneidade.

Logo podemos entender que a colonialidade está presente até os dias atuais, encrustada em conceitos etnocêntricos pensados e impostos pelo processo de colonização da América. Uma das ferramentas utilizadas para a existência dessa colonialidade é a modernidade, o que justifica várias ações que subalternizam a questão de gênero.

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade (LUGONES, 2014: 935).

Nesse movimento de intercessões e resistência à colonialidade, temos a decolonialidade que se apresenta como um movimento de ruptura com a modernidade ocidental que visa questionar fundamentos culturais e sociais, apresentando-se como uma ferramenta não só teórica, mas também política, levando questionamento às naturalizações eurocêtricas e uma ruptura com a história europeia única apresentada. A decolonialidade estuda o poder da representação, juntadas raça e gênero, capitalismo global, clássico e resistência, e se volta contra a narrativa evolucionista eurocêntrica que dominava ideologicamente os processos de colonização.

A decolonialidade surgiu através da crítica ao eurocentrismo; observa o antagonismo entre colonizado e colonizador e as formas de opressão dos povos. A colonialidade começou com a colonização, mas não acaba com ela, mesmo que a escravidão tenha sido abolida no Brasil em 1888 a nossa sociedade continua achando que é o homem branco, heterossexual e da elite que é o padrão ideal. A decolonialidade é uma tentativa de desmontar e desconstruir essa classificação que gera tanto problema em nossa sociedade.

Gênero

A partir da ruptura com o sistema colonial que era o paradigma predominante e com a insurgência dos subalternos ocorreu um terreno apto para questionar o saber colonizador e suas bases científicas. Segundo Boaventura Santos (1987: 40)

... O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis. Este colapso das distinções dicotômicas repercute-se nas disciplinas científicas que sobre elas se fundaram.

A palavra gênero surgiu através dos estudos feministas que teve como precursora Simone de Beauvoir, seu livro *O Segundo Sexo*, discorre sobre significados sociais para os quais não existiam nem palavras em 1949 e foi de extrema importância para compreender a condição de subordinação e desigualdade das mulheres. Os estudos de gênero sofreram mais impacto com o feminismo de segunda onda que começou a contestar o patriarcado e foi definido como um conjunto de estudos sobre a sexualidade humana que resultaram das lutas por igualdade de direitos e respeito às diferenças fundada basicamente para reconhecer de equivalência entre os sexos. Em 1963, a francesa Betty Friedan publica o livro denominado “*A Mística Feminista*”, retomando as ideias de Beauvoir e fazendo alastrar o movimento feminista por todo mundo.

Os corpos são interpretados de acordo com o meio social em que estão inseridos e cada cultura atribui a eles significados e papéis diferentes, o sexo se refere as características biológicas que diferenciam os homens e as mulheres. O sexo é determinado pelas partes genitais de cada corpo.

A antropóloga americana, Gayle Rubin, propôs o sistema gênero/sexo como forma de análise, visto que o gênero e o sexo são aspectos diferentes da vida humana, e por isso tem que ser distinguidos. Em seu livro, “Tráfico de Mulheres”, Gayle diz:

Como definição preliminar, podemos dizer que um sistema de sexo/gênero, consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade Humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.

Gênero serve para entender como a natureza e a cultura são aspectos distintos, mas que se relacionam entre si. Várias pesquisadoras, depois da Rubin, passaram a estudar Gênero em diversos campos das ciências humanas, como Joan Scott entre as historiadoras, Malilyn Strathern na antropologia, Judith Butler na filosofia escreveu o livro “Problemas de Gênero”, que é um marco importante nos estudos de Gênero.

Para Scott (1995), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” Para ela gênero é uma categoria de análise das relações de poder e sociais que produziram dominação e hierarquias. Seus estudos vão ampliar a categoria gênero.

Os estudos de gênero e feministas passaram a ser uma categoria importante nas pesquisas das ciências humanas e a partir dos anos 90, esses estudos passaram a questionar as relações de poder entre as categorias sociais. Foi quando surgiu a teoria queer, que teve teóricos importantes, como Jacques Lacan e Michel Foucault e suas proposições sobre a construção discursiva das sexualidades, que permitiu pela primeira vez um “discurso inverso”, onde os homossexuais poderiam defender seus interesses usando as categorias e terminologias que antes tinham sido utilizadas para marginalizá-los.

Outra importante teórica sobre os estudos queer foi Judith Butler (1990), que ampliou as reflexões sobre gênero e subjetividade. Para ela, o termo tem operado uma prática linguística com o propósito de degradar os sujeitos a quais se refere. Em seu livro, “Problemas de Gênero”, Butler questiona a distinção de sexo/gênero e problematiza a construção variável da identidade mostrando como os conceitos de performance e performatividade analisam o caráter construído do gênero. Ainda para ela, tanto sexo como gênero são construídos socialmente.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio Construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o Sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2010: 25)

A teoria queer mostra que as novas identidades sexuais, como os bissexuais, transexuais, homossexuais, questionaram a divisão binária da sociedade que via a heterossexualidade como orientação sexual normativa e ampliaram as pesquisas de gênero. Mesmo a cisheteronormatividade, o patriarcado e o machismo sendo consideradas instituições predominantes que se reproduzem de forma violenta sobre as populações mais vulneráveis, os debates sobre os direitos humanos vêm crescendo e busca reconhecer a pluralidade de gênero.

A teoria queer é indispensável para o entendimento dessas questões

Ela (a teoria queer) viabiliza a concepção crítica do Estado e da nação como construções que regulam as atividades sexuais para permitir a sua reprodução biológica e social. Ela também aponta que a (in)visibilidade de certos corpos em estratégias de segurança pode reforçar as ortodoxias e as hierarquias de gênero, sexo e sexualidade e que a globalização caracterizou-se pela comoditização do corpo e da identidade no nível internacional e pela domesticação da sexualidade sob a lógica do consumo, (JESUS, 2014).

A transexualidade é uma experiência identitária, onde há um antagonismo com as normas de gênero”. As transexuais são pessoas que “ousam reivindicar uma identidade de gênero diferente daquela informada por sua genitália.

Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. As normas de gênero definirão o considerado real, delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos (Butler, 1990).

Colonialidade de poder e mulheres transgênero encarceradas

Desde o século XIX, o encarceramento penal abrange tanto a transformação dos indivíduos como a privação de liberdade para fazer com que os indivíduos se comportem diante das normas. A prisão devia abranger todos os aspectos do indivíduo como sua

aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano e suas disposições morais, para Foucault (1987: 264):

Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa especialização, é “unidisciplinar”.

Segundo Foucault (2009), verdades médicas e jurídicas foram criadas para a criação da característica de anormalidade nos corpos que não se encaixavam e essas limitações aumentavam ainda mais esse padrão de “normalidade” dos discursos de poder.

A prisão surgiu ligada com o funcionamento da sociedade, como se fosse uma empresa para a modificação dos indivíduos, que pode funcionar no sistema legal através da privação de liberdade, para Foucault (1987: 265):

Na prisão, o governo pode dispor da liberdade da pessoa e do tempo do detento; a partir daí, concebe-se a potência da educação que, não em um só dia, mas na sucessão dos dias e mesmo dos anos pode regular para o homem o tempo da vigília e do sono, da atividade e do repouso, o número e a duração das refeições, a qualidade e a ração dos alimentos, a natureza e o produto do trabalho, o tempo da oração, o uso da palavra, e por assim dizer, até o do pensamento, aquela educação que, nos simples e curtos trajetos do refeitório à oficina, da oficina à cela, regula os movimentos do corpo até nos momentos de repouso determina o horário, aquela educação, em uma palavra, que se apodera do homem inteiro, de todas as faculdades físicas e morais que estão nele e do tempo em que ele mesmo está.

Apesar dos estudos de gênero terem se fortalecido, o patriarcado ainda prevalece. Há muita heteronormatividade sendo imposta, promovendo às pessoas transgênero um grande preconceito, sendo as mesmas criminalizadas.

Desde a colonização, há a banalização dos crimes cometidos por pessoas que não se encaixam nos padrões, como as pessoas transgênero, as negras, etc, que são perseguidas e tratadas como marginais. Essa questão de não identificar humanidade a sujeitos “diferentes” começa desde a colonização, e, segundo Anibal Quijano, define um novo padrão para as realizações de poder que perdura até os dias atuais e que os presídios são os lugares mais prováveis de se manifestar a colonialidade de poder e de gênero, ou seja, nos presídios são negados a humanidade para as pessoas negras e as pessoas não cisgêneras.

Observa-se que a situação de mulheres transexuais quando ingressam no sistema penitenciário é de exclusão, visto que há binarismo sexual no sistema carcerário brasileiro. Este último é baseado no sistema de gênero dos Estados Unidos e da Europa, que vincula o sexo dos indivíduos para separar a população entre homens e mulheres. Dessa forma, quem foge do padrão hétero-normativo sofre um flagrante desrespeito aos direitos fundamentais e de personalidade. Segundo Bomfim:

A busca pelo corpo apropriado ao gênero não é sinônimo de busca pela heterossexualidade. A cirurgia pode auxiliar na tentativa de minimizar problemas e conflitos potenciais pela inadequação às normas de gêneros, diante de uma dimensão identitária referente às discussões de gênero, principalmente em ambientes em que obriguem explicações sobre o mesmo.

A Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210/84, ratifica que a divisão do cárcere brasileiro é sexual-anatômica.

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

Art. 90. A penitenciária de homens será construída, em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação.

Em recente pesquisa, o Governo Federal mostrou a realidade da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no sistema carcerário brasileiro. Foi observado que essa população sofre tipos diferenciados de violência quando ingressam no sistema penitenciário, como prática de tortura e violência física, sexual e emocional; existe ainda tipos de torturas que são praticadas somente às populações transexuais nos presídios. As mulheres transexuais, rotineiramente, são obrigadas usar roupas masculinas e cortar os cabelos; também não são respeitados seus nomes sociais.

O Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, e as chamadas “minorias” são as classes que mais sofrem com a seletividade penal. Apenas 106 celas, dentre as 508 unidades que fizeram parte do estudo do Governo Federal, são específicas para a comunidade LGBT.

Uma vitória recente nos Tribunais, veio para tentar diminuir a violência que as mulheres transexuais sofrem ao ser encarceradas. O Ministro do Supremo Tribunal

Federal, Luís Roberto Barroso, determinou que as presas transexuais femininas possam escolher para qual presídios querem ser encaminhadas conforme sua identificação de gênero. A conquista se deu através de um longo processo entre a sociedade civil, através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 527 e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segundo o Ministro, as mulheres transexuais sofrem uma grande estigmatização pela sociedade. Possuem dificuldade em permanecer nas escolas, conseguir empregos e até receber atendimento médico e, em se tratando de encarceramento, as mesmas sofrem ainda mais com sua vulnerabilidade, sendo, portanto, dever do Estado a garantia de sua proteção.

Considerações Finais

Os estudos de gênero e os estudos decoloniais são parte de um conjunto que chamamos de teorias subalternas que fazem crítica aos discursos hegemônicos da cultura ocidental.

O presente texto buscou discutir temas importantes. O estudo de gênero decolonial está inserido no campo de reflexão de um novo pensamento descolonizador, observando que não é mais possível um único caminho científico para a obtenção de conhecimento, visto que nenhum saber é universal e as diferenças não justificam as desigualdades. A ampliação dos estudos de gênero com a criação da teoria queer tem contribuído para a obtenção de uma sociedade mais igualitária e justa. As experiências de subalternidade que as sociedades colonizadoras impuseram para minorias foram minimizadas com os estudos decoloniais que questionaram como a forma do saber foi construído.

Observamos que as minorias não são respeitadas e que o mundo é construído através da estética do feminino e masculino; qualquer padrão que está fora das “normas” é considerado abjeto.

Diante de tudo o que foi discutido ao longo do texto, verifica-se que o patriarcado é um poder que se impõe desde a colonização. Portanto pode-se concluir que os direitos das mulheres transexuais não são garantidos em se tratando do sistema carcerário. Para a conquista de direitos falta uma democracia que lute e haja contra a opressão e contra o preconceito e que, sobretudo, adeque o sistema prisional, visto que, ainda, é extremamente agressivo e defasado.

Referências

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, nov. 2013.

BALESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai/ago, 2013.

BELIZÁRIO, Fernanda. **Por uma teoria queer pós colonial**: colonialidade de gênero e heteronormatividade ocupando as fronteiras e espaços de tradução. In: Congresso Internacional em Estudos Culturais, V, 2016, Aveiro. Portugal. Atas. Aveiro: Grácio Editor, 2016.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOMFIM, Patrick Thiago dos Santos. **Discriminação e Preconceito**: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1939/1/Texto%20completo%20Patrick%20Thiago%20Bomfim%20-%202009.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil**: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/89/1/SNJ_mapa_encarceramento_2015.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 527**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF527_liminar_26jun2019.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

ELÍBIO JR., Antônio Manoel; *et. al.* Edward Said e o pós-colonialismo. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 29, p. 451-462, jul/dez 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987

JESUS, Diego Santos Vieira de. O mundo fora do Armário: teoria queer e relações internacionais. **Revista Ártemis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 41-50, 2014.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul/dez 2008.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set/dez 2014.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Espistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

OLIVEIRA, Thales Silva de. **Colonialidade e identidades periféricas**: uma análise sobre reconhecimento das populações LGBTTTQI de El Salvador. In: Seminário de Relações Internacionais, III, 2016, Caruaru. Brasil. Anais. Caruaru: Repositório Digital ASCES, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/194>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PAIVA, Franceilde Nascimento. **Vigiar e Punir**: o sistema prisional na visão de Foucault. 39 f. Monografia (Graduação em Filosofia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em <<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/1485/1/FrancileidePaiva.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2021

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Ver História**, Franca/SP, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: Epistemologias do sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo. **Nueva Antropología**, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

SANTANA, Paula Santos Sampaio. **A transgeneridade e o binário de gênero no sistema carcerário brasileiro**. 73 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade

de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em
<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16746/1/2016_PaulaSantosSampaioSantana_tcc.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, 2012.

SILVA, Josué Pereira da. Poder e Direito em Foucault: relendo Vigiar e Punir 40 anos depois. **Lua Nova**, n. 97, p. 139-171, abr. 2016. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452016000100139&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 fev. 2021

SILVEIRA, Felipe Lazzari da. **Travesti e o Cárcere**: O Trabalho Desenvolvido pela ONG Igualdade no Presídio Central de Porto Alegre. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10 (Anais Eletrônicos), 2013, Florianópolis.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da Unesp**, Assis/SP, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017.

PELA PÁTRIA E O PROGRESSO: TEORIAS RACIAIS E IMPRENSA NEGRA PAULISTA NO SÉCULO XIX

Maria Eduarda Ribeiro da Silva⁴⁶⁹

RESUMO: O presente artigo busca rastrear os debates empreendidos por homens e mulheres negras, no final século XIX, a respeito dos impactos das teorias raciais no Brasil. À luz das contribuições da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz e das experiências de negros e mulatos a partir da análise de periódicos *A Pátria* (1889) e *O Progresso* (1899), pertencentes a denominada imprensa negra paulista, procura-se elucidar como o racismo científico brasileiro se constituiu como uma apropriação original das ideias propostas pelo darwinismo e evolucionismo social, a partir de um contexto de criação de um projeto político nacional e um cenário abolicionista e pós-emancipação. Fundamentando-se na análise dos periódicos, a pesquisa visa apresentar como que diante das concepções raciais inferiorizantes formuladas no Oitocentos os jornalistas e literatos negros forjaram percepções acerca do projeto de nação e cidadania no período.

Palavras-chave: *Imprensa Negra. Racismo. Século XIX.*

Introdução

O racismo pode ser compreendido como uma forma sistemática de discriminação alicerçada na noção de raça, manifestando-se por meio de práticas conscientes e/ou inconscientes que resultam em desvantagens ou privilégios para indivíduos ou grupos conforme seu pertencimento racial (ALMEIDA, 2019, p.25). Não se tratando de um conceito estático, as concepções de raça no Brasil formulam-se em diálogo com as questões políticas e sociais que forjam determinado tempo e espaço.

Promotor de distinções que se materializam em violências físicas, psicológicas e simbólicas, retomar as concepções intelectuais que produziram as teorias raciais e pensá-las historicamente permite concebermos como intelectuais, “homens de côr”, políticos e cientistas mobilizaram noções raciais, evidenciando ou diluindo hierarquias sociais, que ainda nos são presentes. Trata-se, portanto, de uma questão acadêmica e política.

Neste contexto, à luz das contribuições da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz a respeito da recepção das teorias raciais no Brasil e suas (re)formulações no

469 Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG), sob orientação da professora doutora Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon e com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail para contato: maria_ribeirodasilva@discente.ufg.br.

final do século XIX, busca-se apresentar como homens e mulheres negros absorveram os discursos raciais e empreenderam projetos que viabilizassem seus direitos sociais e sua legítima cidadania questionada por um racismo científico em curso.

Contexto intelectual e discursos científicos: as doutrinas raciais entre o XVIII e XIX

Lilia Schwarcz, em sua obra *O espetáculo das raças* (1993), tendo em mente a “representação mestiça” que se fazia do Brasil e a incidência de teorias que priorizavam o tema racial nas análises dos problemas locais, tenciona investigar a relevância e as variações desse tipo de teoria no país, entre 1870 e 1930. Para tanto, a autora faz um resgate das ideias científicas dos séculos XVIII e XIX a fim de elucidar como a elite intelectual brasileira apropriou-se dos discursos raciais e como esse processo conviveu com o liberalismo político do período. Em 1996, Schwarcz retorna a temática, no artigo “Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX”, apresentando um balanço das principais teorias e seus autores. A partir das questões e reflexões postas pela autora, pretende-se discutir a formação do racismo científico brasileiro.

Os discursos que forjaram as doutrinas raciais no século XIX relacionam-se ao contexto intelectual do século XVIII e as reflexões acerca da diversidade entre os homens. De um lado, destacou-se a visão humanista herdeira da Revolução Francesa, que buscou naturalizar a igualdade humana e, de outro, uma reflexão ainda incipiente, sobre as diferenças básicas existentes entre os sujeitos humanos. No correr do oitocentos, a segunda perspectiva tornou-se mais influente, estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais (SCHWARCZ, 1993, 1996).

O termo *raça*, foi introduzido na literatura especializada, pelo naturalista francês Georges Cuvier, no início do século XIX, inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Antes disso a raça servia para descrever a origem do indivíduo, não uma hierarquia entre tipos biológicos (TELLES, 2004, p.21). A partir desse momento, delineou-se uma reorientação intelectual em reação a visão unitária da humanidade, em que a raça atuou com centralidade. O discurso racial, assim, surgiu como uma variante do debate sobre cidadania, à medida que os novos modelos discorriam mais sobre as determinações biológicas do grupo do que sobre o arbítrio do indivíduo (SCHWARCZ, 1993, p.47).

Este debate, por sua vez, inseriu-se em um cenário mais amplo marcado pelas discussões sobre a origem da humanidade. Neste viés, haviam cientistas que se congregaram em torno da ideia de que os homens possuíam uma origem una, em conforme com as escrituras sagradas, denominados de monogenistas e aqueles que acreditavam em uma hipótese poligenista e, portanto, partilhavam a crença na existência de vários centros de criação que corresponderiam as diferenças raciais observadas. Na perspectiva de Schwarcz (1996), essa visão poligenista permitiu o fortalecimento de estudos voltados para uma relação entre características biológicas e análise de comportamento. A frenologia, a antropometria e a antropologia criminal – marcada pelas proposições de Cesare Lombroso, que associava a criminalidade a um fenômeno físico e hereditário – são teorias resultantes do quadro científico do século XIX.

Ainda, na percepção da autora, a publicação de *A origem das espécies*, em 1859, de Charles Darwin ampliou os debates em curso e estabeleceu um paradigma à época calcado no conceito de evolução. As expressões utilizadas na obra como “sobrevivência do mais apto”, “luta por sobrevivência”, “adaptação” escapavam do campo biológico e ganhava espaço em outras ciências. Nas humanidades, por exemplo, o que valia para a vida também poderia ser aplicado para o homem e suas produções. Assim como a natureza, a sociedade era orientada por leis rígidas e o progresso humano era único e linear.

Simultaneamente, o nascimento da antropologia, marcado pelo “evolucionismo social” – representada por teóricos como Lewis Morgan, Edward Tylor – identificava que o desenvolvimento humano aconteceria por etapas fixas e pré-determinadas, havendo uma associação entre os elementos sociais, culturais e tecnológicos. Sendo a tecnologia aspecto fundamental de análise e comparação, para os evolucionistas a sociedade era dividida tal como uma pirâmide entre estágios que passavam da selvageria à barbárie e desta à civilização. Civilização e progresso, nesse sentido, eram compreendidos não como conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas modelos universais, bem como a humanidade era apreendida como una e inquebrantável (SCHWARCZ, 1993, 1996).

Em oposição a essa perspectiva científica una, estabeleceram-se as noções dos denominados “darwinistas sociais”. A partir da retomada dos excertos de Darwin, uma série de teóricos elegeram o “caráter essencial das raças” como objeto de estudo (SCHWARCZ, 1996, p.84). Este grupo esteve distribuído em duas perspectivas: os deterministas geográficos, cujos maiores representantes Friedrich Ratzel e Henry Buckle, defendiam a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação estava condicionado pelo meio (solo, vegetação, clima) e os deterministas raciais que viam de forma pessimista

a miscigenação. As raças, neste cenário, constituíram resultados finais, imutáveis e os caracteres adquiridos não seriam transmitidos nem mesmo por uma evolução social (SCHWARCZ, 1993, p.58)

Os teóricos raciais se baseavam em três fundamentos: a primeira tese afirmava a existência de distâncias raciais entre as raças humanas como as existentes entre o cavalo e o asno, o que implicaria na condenação do cruzamento racial; a segunda perspectiva assinalava uma continuidade entre características físicas e morais, sendo a divisão do mundo entre raças uma diferenciação também cultural e, por fim, a preponderância do grupo racial no comportamento dos indivíduos. Esses saberes sobre as raças instituiu um ideal político pautado na eliminação das classes “inferiores” e conservação dos “tipos puros”, através de uma política eugenista e consolidou as distinções entre os evolucionistas e os darwinistas sociais, tendo em vista que, para os últimos, apenas as sociedades livres de um processo de miscigenação e, portanto, puras, vivenciariam o progresso (SCHWARCZ, 1993, 1996).

Ciência e sociedade: racismo científico e imprensa negra paulista no século XIX

Uma vez que os espaços produzem saberes e que as ideias podem ser compreendidas à luz das considerações de uma economia moral da ciência, isto é, a noção de que os valores são historicamente construídos, modificados e destruídos, a recepção, transformação e criação de teorias raciais no Brasil no final do século XIX e início do XX, exigem uma reflexão a respeito de como os cientistas em determinado tempo e lugar dignificaram certos temas de estudo em relação a outros, acreditaram em certas evidências e rejeitaram outras e cultivaram determinados hábitos e métodos de investigação. Tratando-se a economia moral de uma parte da epistemologia histórica – a história das categorias de facticidade, evidência, objetividade – ela se constitui como uma possibilidade de investigação para o historiador (DASTON, 1995, p.23-24)

A década de 1870 estabeleceu-se como um momento marcado por uma série de transformações no espaço nacional. A Lei de Ventre Livre, de 1871, que firmou parte do processo de desmantelamento da escravidão, bem como o diálogo científico com os ideais positivista-evolucionista e o fortalecimento e amadurecimento de instituições como os museus etnográficos e as faculdades de direito que, a partir deste período, conformaram perfis próprios e conceberam modelos alternativos de análise, foram centrais nesta década (SCHWARCZ, 1993, p.14).

A instauração de centros de estudo e pesquisa no Brasil, data da vinda da família real para o país, quando se revelou a urgência de centros de saberes e pesquisa capazes de lidar com os impasses gerados. Não obstante, apenas nos anos setenta pode-se observar uma maior autonomia institucional, com um papel destacado para as diferentes instituições brasileiras. Nesses espaços, os interesses e debates não foram unívocos, mas a questão racial esteve presente como tema de análise e objeto de preocupação. Compreendendo que, se a realidade não se fundia as ideias, isto significava que a realidade estava errada e, portanto, deveria ser alterada, esse conjunto de intelectuais entendiam que o destino da nação passava por suas mãos, havendo uma necessidade de transformar os conceitos e modificar a realidade (SCHWARCZ, 1996, p.89-90).

Inseridos em um contexto de desmontagem e abolição da escravidão e da instauração de um novo projeto político nacional, as teorias raciais no Brasil foram contemporâneas a uma concepção e atuação de Estado de modelo liberal. Nesse sentido, enquanto a “categoria racial” apreendia os sujeitos sob a lógica do seu pertencimento a uma estrutura biológica singular partilhada por um grupo, o liberalismo fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal. A singularidade do racismo científico brasileiro revela-se na associação de modelos contraditórios e justifica-se no complexo jogo de interesses desenhado. Trata-se, neste cenário, de reflexões a respeito da substituição da mão-de-obra, a conservação da hierarquia social, o estabelecimento de critérios diferenciados de cidadania e a viabilização de um projeto nacional (SCHWARCZ, 1993).

As teorias raciais propagadas no século XIX basearam-se, pois, sob a ideia de que a humanidade estava dividida em raças e as diferentes raças conformavam uma hierarquia biológica, na qual os brancos ocupavam posição superior. As pautas do racismo científico brasileiro se situaram, em sua instância, na discussão sobre a mistura de raças e os riscos de degeneração delas decorridos (SANTOS & SILVA, 2018, p.256). As teorias raciais (re)formuladas no Brasil atualizaram o que combinava e descartaram aquilo que se traduzia como problemático para a construção de um argumento racial.

Do darwinismo social adotou-se a suposta diferença entre as raças e a sua natural hierarquia e do evolucionismo social destacou-se a noção de que as raças humanas estariam em constante progresso e aperfeiçoamento. Neste cenário, obliterou-se as perspectivas pessimistas e as “impossibilidades” em relação à miscigenação e o progresso e a noção de uma humanidade una. Os espaços de constituição dos saberes, por sua vez, estabeleceram vieses específicos, tais: o destaque à frenologia nos museus etnográficos;

a leitura dos germânicos pela Escola de Recife e a análise liberal da Escola de Direito paulista; a interpretação “católico-evolucionista” dos institutos históricos e geográficos e o modelo eugenista adotado pelas faculdades de medicina (SCHWARCZ, 1993).

No interior das formulações do racismo científico, os corpos brancos foram tomados como o “normal” e a mestiçagem como patológico. A política higienista de exclusão de corpos não-brancos vinculada a “cor branca projetada como ideia de progresso” (HOFBAUER, 2003, p.80), instituiu práticas eugenistas, em que o negro seria inferior e os mulatos degenerados (TELLES, 2004, p.21). Cabendo as elites políticas e intelectuais elaborar propostas que superassem os entraves da miscigenação e permitissem o progresso, a tentativa de embranquecimento populacional, estabelecida por projetos como a política de imigração para o Brasil de grupos brancos no século XIX e XX, inseriu-se neste viés.

Em um Brasil em que foi possível o “evolucionismo humano” que diferenciava as raças, negando a civilização e cidadania aos negros e mestiços, sem mencionar os efeitos de uma miscigenação já em curso, os discursos raciais formularam políticas vigilantes e excludentes e estiveram presentes nas discussões e ações cotidianas. Sendo os corpos negros o alvo central das teorias raciais no país, cabe compreender como esses sujeitos perceberam e vivenciaram os racismos⁴⁷⁰.

As experiências dos indivíduos negros no período escravista e pós-emancipação não podem ser tomadas como um todo homogêneo à medida que as vivências de libertos se diferenciam das condições de vida de escravizados, de homens que nasceram livres, de homens que nasceram livres e foram, em momento posterior, escravizados, de africanos e afrodescendentes. Assim como modificavam-se a partir de perspectivas de gênero e das possibilidades de mobilidade social.

Não obstante as particularidades desse conjunto formado por pessoas negras, essas figuras podem ser apreendidas como agentes históricos que perceberam paradigmas, valores e comportamentos de formas plurais e específicas, marcadas por suas experiências como pessoas de cor e, a partir dessas noções, desenvolveram lutas, sociabilidades e um repertório social, político e cultural próprio, forjando narrativas e histórias

2 O racismo não é um conceito unívoco, sendo definido enquanto fenômeno histórico. Assumindo formas e sentidos variados ao longo do tempo, o racismo entra como um mecanismo de exclusão, usando distintos critérios – seja a cor, o nascimento, as características físicas, a linguagem, os hábitos culturais, entre outros. Sobre o racismo no Brasil, consultar, entre outros: Gabriela dos Reis Sampaio, Ivana Stolze Lima, Marcelo Balaban, *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*, EDUFBA, 2019 e Sílvia Luiz de Almeida, *Racismo Estrutural*, Pólen Livros, 2019.

(DOMINGUES, 2019). Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro, foram alguns dos pensadores e literatos negros que teceram suas trajetórias, vivenciaram incertezas, estabeleceram estratégias e alianças e, principalmente, construíram seus entendimentos sobre o país do qual se consideravam parte e participante, mesmo quando tiveram seu pertencimento questionado em virtude de sua origem social (PINTO, 2018, p.23).

Estes e tantos outros “homens de cor”, buscaram de diferentes modos conquistar e manter seus espaços nos debates públicos sobre o rumo do país. Nesse sentido, a imprensa e, em especial, a imprensa negra, atuou como espaço privilegiado à participação de homens livres e recém-libertos e a expressão de seus anseios. A imprensa negra pode ser compreendida como o conjunto de produções jornalísticas de autoria de grupos negros, voltada para pessoas negras, que se inserem na luta contra a discriminação racial no Brasil. O primeiro periódico desse formato de imprensa de título *O Homem de Côr*, foi publicado no Rio de Janeiro, no ano de 1833, passando, a partir do seu terceiro número a se denominar *O Mulato ou o Homem de Côr*⁴⁷¹.

Considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais que tecem a virada do século XIX para o XX, São Paulo é um locus emblemático dado os processos de industrialização, comercialização do café, urbanização e desenvolvimento tecnológico que estavam em consonância com uma política de embranquecimento à luz das ideias racialistas e das hierarquias sociais (REIS, 2017, p.32-37). Esta conjuntura vinculada a massa de imigrantes europeus e a de migrantes negros em busca de melhores condições de vida, sinalizam à reelaboração e novos significados de estruturas ao mesmo tempo que atuam na manutenção da marginalização de corpos negros (HASENBALG, 1979, p.75).

Esses arranjos que operaram à exclusão de pessoas negras aconteceram não apenas no campo social, mas, simultaneamente, na própria territorialidade, uma vez que as reformas urbanas empreendidas nas primeiras décadas do século XX implicaram modificações espaciais que afastaram negros e negras dos grandes centros e das “zonas ricas” e os aproximaram das zonas periféricas. São nesses espaços que se constroem

4 Neste período e ao longo do corrente século XIX, outras produções de semelhante viés circularem pelo país, tais: Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho e O Lafuente, do Rio de Janeiro, em 1833; O Homem: realidade social ou Dissolução Social, de Recife, 1876; O Exemplo, de Porto Alegre, de 1892. A respeito da imprensa negra no século XIX, ver Ana Flávia Magalhães Pinto, De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do século XIX (1833-1899), (Dissertação de Mestrado), Universidade de Brasília, 2006.

inúmeras formas de associativismo como forma de resistência, entre eles: grupos carnavalescos, times de futebol, clubes dançantes e a imprensa negra (CARVALHO, 2009; REIS, 2017).

Nesse cenário, em um contexto de encerramento das disputas abolicionistas, da transição para o republicanismo e das formulações de um racismo científico brasileiro, na cidade de São Paulo, em dois de agosto de 1889, foi publicada a segunda edição do periódico *A Pátria*. Apresentando em suas páginas as questões que marcavam as experiências dos corpos negros naquele período, *A Pátria* “órgão dos homens de cor”, buscou refletir sobre os caminhos que possibilitassem a inclusão de homens e mulheres negros. Uma vez que “hontem deram a liberdade ao escravizado, mas esqueceram-se de que o liberto, que se transforma em cidadão, tem direito e precisão ter uma pátria” (LIMA, 1889, p.02), a realização das expectativas a respeito da garantia de seus direitos civis, para esses escritores negros passava, não obstante, pelo espectro político.

Sinalizando às limitações de atuação dos “partidos monárquicos” no que diz respeito às leis em prol da população de cor livre, liberta ou escravizada, na perspectiva dos redatores, para os homens de cor, “em nada influiu a queda dos conservadores, assim, como ascensão dos liberais ao poder. A política conservadora foi sempre para nós a da perseguição e de opressão” e a dos liberais depois de sete anos no poder sem se importar com a sorte dos escravizados tratou-se de uma política de desordem e desmandos (*A Pátria*, 1889, p.02). Nesta conjuntura, para o periódico, a formação de uma pátria democrática, onde domina o povo pelo povo e impera a igualdade, onde os negros outrora escravizados encontrariam a concretização dos seus direitos enquanto cidadãos realiza-se em uma nação republicana. Retomando os valores de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, é abraçando os ideais republicanos que *A Pátria* apresenta suas expectativas de futuro e defesa dos interesses dos homens de cor

Ao proclamar-se a República, os indivíduos de cor que se dedicaram à instituição do novo regime esperavam que com sua consolidação os preconceitos de cor pudessem se findar. As decepções não tardaram quando os indivíduos pretos livres e libertos perceberam que a República não significaria um avanço nas pautas e interesses que a eles pertenciam. Mais do que anunciar novos caminhos, o novo governo exprimia condições que se equivalem a situações iguais ou piores ao tempo de cativeiro. Publicado em São Paulo, em 1899, o jornal *O Progresso*, em seu primeiro número apontou os poucos avanços às pessoas de cor trazidas pelo novo modelo político. Assim,

Proclamou-se a República, o governo da igualdade, da fraternidade e quejandas liberdades. No movimento republicano, contavam-se *muitos pretos e mulatos (que vem dar no mesmo)* que prestavam e prestam serviços inolvidáveis ao novo regime.

Esperávamos nós, os negros, que, finalmente, ia desaparecer para sempre de nossa pátria o estúpido preconceito e que os brancos, empunhando a bandeira da igualdade e fraternidade, entrassem em franco convívio com os pretos, excluindo apenas os de mau comportamento, o que seria justíssimo.

Qual não foi, porém a nossa decepção ao vermos que o idiota preconceito em vez de diminuir cresce; que *os filhos dos pretos, que antigamente eram recebidos nas escolas públicas, são hoje recusados nos grupos escolares*; e que os soldados pretos que nos campos de batalha têm dado provas do heroísmo, são postos oficialmente abaixo do nível de seus camaradas; que os salões e reuniões de certa importância, muito de propósito não é convidado um só negro, por maiores que sejam seus merecimentos; que os poderes públicos, em vez de curar do adiantamento dos pretos, atiram-nos à margem, como coisa imprestável?

(OP, n.1, p.3 – grifos meus). (PINTO, 2006, p.147-148)

O artigo inserido nas páginas de *O Progresso* além de elucidar a dissolução das expectativas de homens e mulheres negros em relação ao início da era republicana, critica a violação aos direitos sociais dos indivíduos de cor que estavam em diálogo com as concepções acerca da inferioridade da raça negra. A exclusão racial delineou-se, portanto, não apenas no campo do discurso, mas em uma segregação social e espacial.

À vista disso, os jornalistas negros que teceram sobre suas experiências e expectativas, no final do Oitocentos, na cidade de São Paulo, se amalgamaram em torno da memória, do trabalho e da instrução em favor da construção de um projeto em prol do reerguimento da classe dos homens de cor. Rememorando os homens negros símbolos dos grandes feitos da raça ao mesmo tempo em que procuraram relacionar a atuação desses com oportunidades educacionais e uma atuação eficiente em distintos ofícios, esse órgão dos homens de cor buscou questionar um projeto científico em curso (PINTO, 2006, 147-153).

Abordando as relações entre os estudos físicos e biológicos a respeito das raças, nas páginas do impresso sinaliza-se que os sujeitos deveriam ser interpretados à luz das suas relações sociais com o meio, interpelando, então, as formulações científicas brasileiras que mesclavam o evolucionismo racial e o darwinismo social. Localiza-se no impresso uma outra proposição de se pensar o indivíduo de cor não como sujeito de uma inferioridade de caráter hereditário, não obstante alguém dotado de plenas capacidades, cujo passado é construído por feitos maravilhosos que engradeceram a pátria e o futuro está alicerçado no progresso do país.

Considerações finais

Tanto *A Pátria* quanto *O Progresso* trazem em suas folhas publicações que elucidam as condições dos homens de cor no pós-abolição e sinalizam para os debates no campo político e intelectual fomentados no período. O não reconhecimento de africanos e afrodescendentes livres e libertos como sujeitos pátrios e, portanto, dignos de gozar dos plenos direitos da nação, a exclusão de negros e negras de ambientes culturais e educacionais, a omissão dos poderes públicos são formas e práticas sociais resultantes das construções do racismo científico. Os periódicos da imprensa negra e a atuação de intelectuais negros no final do século XIX e início do XX atentaram-se e lutaram contra estes mecanismos que inferiorizavam as vivências e corpos negros em prol da manutenção de hierarquias sociais e dos privilégios de indivíduos brancos.

A imprensa negra – e distintas formas de associativismo e luta negra – concorreram nos espaços públicos por um outro projeto de nação que partia do reconhecimento da história das pessoas de cor livres e libertas e um consequente outro projeto de nação voltado à inserção desse grupo como sujeitos pertencentes a pátria e, portanto, cidadãos.

As construções discursivas postas pelo racismo científico no Brasil entre a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX estiveram em diálogo com ideias vigentes no cenário europeu e estadunidense e os processos inerentes as transformações políticas e sociais no país. A miscigenação e o progresso elementos centrais nos debates em curso foram, ao longo da década de 1930, modificadas, passando a serem compreendidos não como questões contraditórias, mas característica fundamental da formação brasileira, em que passa a imperar concepções a respeito da convivência entre as raças e uma democracia entre elas.

No século XXI tanto o racismo científico quanto a existência de uma democracia racial são perspectivas criticadas do ponto de vista das ciências. Não obstante, a forma como esses discursos reverberam socialmente sinalizam às questões da formulação e impacto dos próprios discursos científicos e do fazer ciência. Apesar de a raça ser um conceito superado, a racialização e o racismo enquanto sistema de manutenção de privilégios, bem como a construção da branquitude são pautas que necessitam de reflexões no campo das ciências e desconstruções no campo social.

Referências

Fonte

A Pátria

Bibliografia

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

DASTON, Lorraine. *The moral economy of science*. **Osiris**, v. 10, p. 2-24, 1995.

DOMINGUES, Petrônio José. *Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia*. Edições Sesc SP, 2019.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOFBAUER, Andreas. Conceito de “raça” e o ideário de “branqueamento” no século XIX. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 42, 2003.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do século XIX (1833-1899). (Dissertação de Mestrado), Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

_____. PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Editora Unicamp, 2018.

REIS, Ruan Levy Andrade. Letras de fogo, barreiras de lenha: a produção intelectual negra paulista em movimento (1915-1931). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis & BALABAN, Marcelo. “Introdução”. In: *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil* / Gabriela dos Reis Sampaio, Ivana Stolze Lima, Marcelo Balaban, organizadores. Salvador: EDUFBA, 2019, p.7-16.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, v. 34, n. 68, p. 253-268, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. Editora Companhia das Letras, 1993.

_____. SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 18, 1996.

TELLES, Edward. *O significado da raça na sociedade brasileira*. 2004. Disponível em: http://telles.faculty.soc.ucsb.edu/uploads/8/7/5/2/87525260/livro_o_significado_da_raca_na_sociedade_brasileira.pdf

O DESASTRE RADIOLÓGICO DO CÉSIO-137: OS PONTOS DE CONTAMINAÇÃO COMO LUGARES DE MEMÓRIA

*Maria Isabel Cardoso Teixeira*⁴⁷²

RESUMO: Em setembro de 1987 ocorreu um desastre radiológico em Goiânia devido ao vazamento e dispersão do elemento químico Césio-137. Pode-se dizer que este evento foi reconhecido nacional e internacionalmente e considerado como a maior tragédia ocorrida na capital goiana. Este artigo visa abordar acerca das políticas de memória que envolvem a configuração espacial diretamente afetada pela contaminação da fonte radioativa. Três décadas depois, ao observar os lugares que foram parte desse evento desastroso, percebe-se a inexistência de qualquer sinal, placa, memorial ou monumento oficial que evoque a memória das vítimas ou lembre a população do ocorrido. Sendo assim, partindo de demandas do presente e da reflexão de como a sociedade brasileira lida com catástrofes, o objeto de estudo serão os dois pontos de contaminação mais afetados pela radiação vistos como lugares de memórias sensíveis.

Palavras-chave: *Memória, Lugares de Memórias Sensíveis, Césio-137.*

1 Introdução

Em 13 de setembro de 1987, foi deflagrada uma cápsula do elemento químico Césio-137 na cidade de Goiânia em Goiás. Dois jovens catadores de papel entraram num lote com os escombros do Instituto Goiano de Radiologia que se localizava na Avenida Tocantins com a Rua 4 na região central da capital goianiense. Nessas ruínas, eles avistaram uma peça metálica que poderia ser vendida no ferro-velho, pois tratava-se de um momento em que ambos estavam desempregados, seria uma possibilidade de conseguir uma boa quantia. Roberto, 22 anos e Wagner, 18, recolheram uma parte da máquina desconhecida e levaram num carrinho de mão para a casa de Roberto, na rua 57, no Bairro Popular. Com um prego e martelo, eles romperam o cabeçote da máquina e assim houve o primeiro vazamento de um pó cinza. Eles não sabiam, mas eles recolheram uma parte do aparelho de teleterapia cuja fonte era o elemento radioativo Césio-137.

⁴⁷² Discente do Mestrado Acadêmico em História pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Goiás. Professora regente de História da Secretaria Municipal de Ensino/ Goiânia-Go. Orientador: Professor Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos. Endereço Eletrônico: isabelcardosohistoria@hotmail.com

Alguns dias depois, levaram a peça para ser vendida no ferro-velho pertencente a Devair Alves Ferreira e conseguiram o valor de 1600 cruzados no chumbo, bem aquém ao esperado (GABEIRA, 1987, p. 13). Os funcionários do estabelecimento, Israel e Admilson continuaram o trabalho de desmontar a peça. A cápsula retirada do aparelho, nas mãos de Devair revelou um brilho azul que o deixou fascinado e a partir daí se inicia a tragédia maior, o “drama azul” (VIEIRA, 2014, p. 20). O dono do ferro velho distribuiu o pó que o encantou para a vizinhança, amigos, parentes. Se por um lado, havia uma devoção quase mística à cápsula que emanava um brilho azul à noite, por outro, Maria Gabriela Ferreira, a esposa de Devair, passou a desconfiar que a substância brilhante trazia adoecimento para a sua família e tentou livrar-se dela.

Para tentar comprovar que estava certa sobre os malefícios do brilho azul, Maria Gabriela resolveu levar a peça de chumbo à Vigilância Sanitária para que alguém fizesse uma avaliação sobre a procedência do objeto. Dias se passaram, até que o físico Walter Mendes foi convocado para analisá-lo. Quando o físico chegou, portando um contador de radioatividade, que ele pegara emprestado de uma empresa, houve um disparo no alarme acusando um nível de radiação impressionante (IAEA, 1988, p. 27).

A partir deste momento, da identificação do elemento radioativo, iniciou-se o processo de conter os efeitos da radiação na cidade. Houve uma ação conjunta do Governo do Estado de Goiás e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para o trabalho de descontaminação das pessoas e áreas afetadas. Todos aqueles que tiveram contato com a cápsula através de Devair foram encaminhados para tratamentos de saúde na tentativa de descontaminação conforme a gravidade do índice de radiação. Os casos mais graves foram levados para o Hospital Marcílio Dias no Rio de Janeiro, alguns foram para o Hospital Geral de Goiás, outros para a sede da Febem para ficarem em quarentena (VIEIRA, 2014).

Tratou-se de um dos maiores acidentes radioativos do mundo não ligados a atividades industriais e/ou bélicas. O acidente inicialmente ocasionou em quatro óbitos e de acordo com o relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), com 249 pessoas contaminadas com a fonte de Césio-137 (IAEA, 1988). Entretanto, mais de três décadas após o evento radioativo, o número de vítimas reconhecidas pelo Estado ainda é objeto de contestação. Um exemplo é o fato de que a equipe de policiais, bombeiros e técnicos mobilizados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Estado de Goiás para o trabalho de isolamento das áreas contaminadas entraram com ações jurídicas visando a possibilidade de acessar os direitos concedidos às vítimas

oficiais, como aposentadoria e tratamento de saúde específicos. (SILVA, 1998) Sendo assim, esse acidente trata-se de um assunto em aberto que demanda ações de reparação material e simbólica.

A problemática relativa ao desastre radiológico do Césio-137 que será abordada neste artigo, é sobre as dinâmicas memoriais observadas na configuração do espaço público das áreas da cidade mais afetadas pela radioatividade. Mais especificamente, partindo de uma demanda do presente: além do distanciamento temporal que culmina com a perda de significados, percebe-se também que há práticas de construção de uma política de memória voltada para o esquecimento dessa experiência vivida. Um dos fatos que corroboram esta hipótese é o fato de Goiânia ser desprovida de monumentos, placas, museus ou memoriais que retomem o acidente radioativo ocorrido no ano de 1987, a despeito do impacto deste nas vidas das pessoas diretamente atingidas e os demais habitantes da capital goiana.

Embora não haja suportes materiais voltados para a memorialização do acidente radiológico com o Césio-137 em Goiânia, há lugares que, mesmo esvaziados, são ligados à esta ocorrência trágica e evocam as ações, dramas ocorridos, as pessoas que ali viveram, suas dores e suas perdas. Esses espaços são dotados de significados simbólicos, presentificam as experiências ali ocorridas e são tratados aqui como Lugares de Memória do desastre radiológico do Césio-137. Para este artigo, vamos abordar como objeto de pesquisa, dois pontos de contaminação do Césio-137, o lote da antiga Rua 26-A, atual rua Francisca Costa Cunha D. Tita, citada nos relatórios oficiais como Ferro-Velho I – Casa do Devair e o lote da antiga Rua 57, atual rua 57 - Paulo Henrique Andrade – casa de Roberto⁴⁷³.

2 O percurso dos lugares de memórias sensíveis.

Pierre Nora, organizador da coletânea *Les Lieux de Memoire*, escreveu um artigo traduzido para o português como “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares” em que ele afirma que naquele período da massificação e midiaticização que ele chama de “aceleração da história” era marcado pela perda da memória. Para lidar com essa perda do sentimento de continuidade, seria necessária a atribuição de lugares para

⁴⁷³ Outra evidência do apagamento simbólico que envolve esse tema é a alteração dos topônimos ocorrida após o desastre radiológico.

ancorar e cristalizar a memória: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7). Os lugares de memória podem ser:

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras de uma sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina nos particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 13).

Por tratar-se um conceito muito amplo, o historiador francês pretende elucidar alguns aspectos comuns dos lugares de memória; pois refere-se tanto a espaços físicos, monumentos, repositórios de objetos do passado, como museus e arquivos; e aspectos imateriais, como festividades e comemorações que trazem o sentido de tradição. Ele afirma que estes lugares de memória precisam ser constituídos de dois elementos: a aura simbólica e a vontade de memória. É a intenção do grupo que dota esses elementos materiais ou imateriais de um caráter de ativação das lembranças.

Já Andreas Huyssen discorda de Pierre Nora quanto à afirmação de que a aceleração do tempo proveniente do final do século XX e o surgimento de novas tecnologias, faria com que as sociedades perdessem seu interesse pela memória. Pelo contrário, ele afirma que desde a década de 1980, a sociedade ocidental passa por uma mudança de concepção em relação à percepção do tempo, um olhar mais voltado para o passado e a memória torna-se objeto de grande atenção cultural e política das sociedades ocidentais (HUYSEN, 2000). Ele aborda o processo de “boom da memória” como se o objetivo fosse barrar a amnésia e conseguir a recordação total, daí, as fortes iniciativas de rememoração pública e privada.

O autor associa este crescimento dos discursos da memória à fenômenos ligados aos debates em torno do Holocausto, mas também sobre a possibilidade de pensar outras situações de passados difíceis, como o genocídio em Ruanda ou o Apartheid na África do Sul ou até mesmo as situações pós regimes ditatoriais na América Latina (HUYSEN, 2000). Os temas da memória na América do Sul vêm à tona através das políticas em busca da memória e da verdade nas atividades da Justiça de Transição. A interligação das políticas de rememoração de modo a afastar o negacionismo, o esquecimento e ressaltar questões dos direitos humanos ainda é elemento crucial nas discussões memoriais do Brasil.

Como o patrimônio cultural é expressão política da memória (CAMPOS, 2019), nas últimas décadas houve a intensificação do debate acerca da patrimonialização de bens culturais que trazem à tona os significados de passados sensíveis, como por exemplo, o legado da ditadura (CYMBALISTA, 2017; NEVES, 2014; SOARES, 2011). A historiadora Débora Neves, por exemplo, aborda como se deram as políticas de patrimonialização de lugares controversos em Buenos Aires, como a Escola de Mecânica de la Armada (um Centro clandestino de detenção e tortura da ditadura militar argentina) e compara o processo de preservação com o Antigo Dops em São Paulo (2014). Este processo que envolve a preservação de legados de passados sensíveis, como a ditadura civil-militar brasileira, pode ser considerado como um instrumento para a reparação simbólica, enfocando o testemunho das vítimas, de modo a combater o esquecimento e esclarecer sobre o passado violento (SOARES, 2011).

A partir deste debate acerca da memória de passados difíceis, outras pesquisas propuseram uma ampliação do que a historiadora Cristina Meneguello chama de patrimônios sombrios, que são “de difícil leitura na trama da cidade, de difícil restauro por seu estado de ruína e abandono ou de dolorosa rememoração” (2014, p. 47). A pesquisa aqui desenvolvida insere-se nesse debate, pois, se trata de retomar temas de difíceis rememorações para os moradores da cidade de Goiânia, pois evidenciam experiências individuais e coletivas de morte, sofrimento, dor, medo e estigmas sociais.

3 As lacunas da memória radioativa

Os principais pontos de contaminação do Césio-137 na cidade de Goiânia foram os locais que tiveram os maiores índices de radiação definidos através de medição dosimétrica pelos técnicos do CNEN. De acordo com o relatório desta instituição, os locais aventados foram:

- Rua 57, casa 68, Setor Central; - Rua 17-A, Quadra 70 - Lote 26-B - Setor Aeroporto; - Rua 6, Quadra Q - Lote 18 - Setor Norte Ferroviário; - Rua P-19, Quadra 92 - Lote 4 - Setor dos Funcionários; - Rua 16-A, nº 792 - Vigilância Sanitária; - Rua 63 - Casa 179 - Setor Central; e - Rua 26-A, Quadra Z, Lote 30 - Setor Aeroporto. (COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, 1988, p. 16)

Essas áreas passaram por processos de descontaminação que consistiam em demolir e remover as casas, árvores e demais construções que ali existentes; tiveram camadas de solo removidas e depois concretadas; todos os objetos dos moradores foram considerados

como rejeitos radioativos e foram acondicionados em caixas e tambores; além das medições de radioatividade periódicas. (COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, 1988)

Conforme a afirmação da antropóloga Telma Camargo da Silva (1998, p. 124), além das ações de contenção e descontaminação do elemento radioativo, houve um processo de “domesticação do desastre”, ou seja, as instituições públicas, tanto federais quanto estaduais buscaram uma forma de colocar ordem e criar uma memória documental. Tentaram restringir a quantidade de indivíduos considerados contaminados pelo desastre; óbitos posteriores a 1987, mesmo de pessoas diretamente afetadas, não são consideradas como vítimas do césio, mas de outras doenças. Estabeleceram uma classificação de vítimas baseado não nas experiências individuais, mas sim em critérios biológicos, como níveis de radiação ou geográficos, como a população vizinha aos locais mais afetados.

Este processo de contenção, além do controle das narrativas, é percebido também nas configurações espaciais urbanas. Como afirmamos anteriormente, os pontos de contaminação mais afetados pela irradiação do elemento químico Césio-137 foram totalmente esvaziados e concretados. Além disso, percebe-se a ausência de elementos de memorialização oficiais do desastre radioativo, nestes espaços, como placas, monumentos, museus ou memoriais que rememorem este evento.

A fotografia 1 demonstra um dos pontos de contaminação nos dias de hoje. O espaço atualmente vazio e concretado destaca-se por localizar-se no Setor Aeroporto, uma região valorizada na capital goiana, com desenvolvimento habitacional, uma grande concentração de comércio local e de veículos e a presença de redes hospitalares. Em 1987, funcionava ali o ferro-velho, a residência de Devair e foi lá que o Césio-137 mostrou o seu brilho azul mais mortal. Naquele quintal, viviam e trabalhavam três das quatro primeiras vítimas fatais: Maria Gabriela Ferreira (38 anos), esposa de Devair; Israel Batista dos Santos e Admilson Alves, os dois últimos funcionários do ferro-velho. A criança Leide das Neves Ferreira (6 anos) que também não resistiu à exposição ao elemento radioativo, era sobrinha de Devair e morava em outro local que também foi considerado afetado pela contaminação radioativa. Porém, o lote, mesmo também tendo passado pelo processo de esvaziamento, hoje em dia está habitado por outra família.⁴⁷⁴

⁴⁷⁴ Esta pesquisa está em desenvolvimento no período de medidas sanitárias de isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19, por isso, há a dificuldade de encontrar os moradores atuais para obter maiores informações acerca do lote.

Trata-se de um lugar marcado pela experiência de sofrimento, cheio de significados simbólicos e históricos, no entanto, sem os sinais de mediação para a memória. As pessoas que testemunharam o evento reconhecem aquele espaço, tem conhecimento das situações ali ocorridas, porém, para os mais jovens e pessoas de outras cidades desconhecem completamente a história por trás daquele lote vazio.

FOTOGRAFIA 1: FERRO VELHO I - LOTE DE DEVAIR



Fonte: A autora (2020)

FOTOGRAFIA 2: LOTE DA RUA 57 – CASA DO ROBERTO.



Fonte: A autora (2020)

Já a fotografia 2 localiza-se na Rua Paulo Henrique Andrade, lote 68, Setor Central. Em 1987, era conhecida como rua 57 e essa região era chamada de Bairro Popular, marcada por ser uma região habitacional mais simples, formada após a construção do núcleo pioneiro de Goiânia. Este lugar em específico foi reconhecido por ser o espaço em que a cápsula de chumbo que continha Césio-137 foi rompida e ser onde o catador de papel Roberto Santos Alves morava. Além disso, era o lugar mais mencionado quando se referia ao desastre radioativo, pois a rua tornou-se sede da operação de contenção e descontaminação coordenada pela CNEN e o Governo do Estado de Goiás: “Era para lá que a maioria dos técnicos, operários e jornalistas se dirigiam” (VIEIRA, 2014, p. 29) Os desencontros das informações técnicas, o medo do perigo atômico, os estigmas que atingiram o local e o preconceito sofrido fez com que muitos moradores dos arredores se mudassem e a região passasse por desvalorização territorial. (SILVA, 1998; VIEIRA, 2014)

Tanto a memória quanto a sua expressão política que é o patrimônio cultural são alvos de disputas e negociações. Em relação ao desastre com o Césio-137 não é diferente, esse fator se apresenta através das posturas antagônicas do Estado e da sociedade civil em relação às demandas de memória relacionadas ao evento. Em 2009, o governo de Goiás instalou um outdoor no ponto de contaminação da rua 57 em que anunciava a construção

de um memorial em homenagem às vítimas do Césio-137, no entanto, o projeto até então não foi concretizado. (GOULART e ALVES, 2019)

Dez anos depois, numa entrevista para o Jornal Correio Braziliense, o artista plástico goiano Siron Franco⁴⁷⁵ questiona a postura governamental:

O processo de silenciamento desestimula até quem batalha há décadas pela memória da tragédia do césio 137. O artista plástico goiano Siron Franco desenvolveu dois projetos para dar de presente à cidade, mas nada sai do papel. (sic) ;Não entendo um negócio desses. Goiânia tem se mostrado uma cidade complicada. Por que não posso criar coisas para Goiânia? No mundo inteiro, há memoriais que perpetuam a história dos episódios, até mesmo geram renda, mas aqui, não; (sic), lamenta. (GOULART e ALVES, 2019)

Independentemente da postura do Governo do Estado de Goiás, a população das regiões afetadas tem se movimentado para rememorar o desastre radiológico Césio-137 e homenagear as vítimas. As faixas da Associação dos Moradores do setor Aeroporto espalhadas pela região Central de Goiânia (Fotografia 3) e os grafites do lote da rua 57 que contam os eventos da tragédia são exemplos dessa postura voltada para o não esquecimento.

FOTOGRAFIA 3: DEMANDAS DA POPULAÇÃO PELA MEMÓRIA



Fonte: A autora (2020)

⁴⁷⁵ Siron Franco, artista plástico goiano, pintor, desenhista, escultor, cuja obra é reconhecida nacional e internacionalmente. Durante a juventude, morou no Bairro Popular, em 1987 criou a “Série Césio” de pinturas sobre o acidente. É um reconhecido ativista na luta pelo direito das vítimas e pelo não esquecimento do desastre.

4 Considerações Finais

Ao pensarmos nos lugares de memórias sensíveis, precisamos nos referir ao modo como a política brasileira lida com o seu passado mais doloroso. Este tema toca nas demandas do presente, pois estamos passando por uma pandemia ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov 2 e mais de 500 mil vidas foram ceifadas. Convém refletir sobre as dores que são silenciadas, nas vítimas das catástrofes, na tradição política brasileira que opta pelo esquecimento, tão comum no espaço público brasileiro. Em tempos pandêmicos, é inevitável pensar como estes eventos serão lembrados no futuro, como as vítimas desta doença e de políticas de Estado ineficazes serão abordadas, como essa história será escrita.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Yussef. D. S. de. **Palanque e Patíbulo: o patrimônio cultural na Assembleia Nacional Constituinte (1987 - 1988)**. 2o ed. Goiânia: Editora Palavrear, 2019.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. **Relatório do acidente radiológico**. 1988.

CYMBALISTA, Renato. **Lugares de memória difícil: as medidas da lembrança e do esquecimento**. In: CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S.; KÜHL, B. M. (orgs.) . Patrimônio cultural: Memória e intervenções urbanas. Editora Annablume, 2017. p. 231–236.

GABEIRA, Fernando. **Goiânia, Rua 57: O nuclear na Terra do Sol**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

GOULART, Guilherme; ALVES, Renato. **Vítimas da tragédia com o cézio 137 em Goiânia reivindicam memorial**. Correio Braziliense. Brasília, 8 jul. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/07/08/interna-brasil,768979/vitimas-da-tragedia-com-o-cesio-137-em-goiania-reivindicam-memorial.shtml>
Acesso: 20/07/2021

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. 1. ed. Rio de Janeiro: 2000.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. **The Radiological accident in Goiânia**. Vienna, 1988.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônios sombrios, memórias sensíveis**. In: FLORES, M. B.; PETERLE, P. (orgs.) História e Arte: Herança, Memória e Patrimônio. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014.

NEVES, Deborah R. L. **A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, p. 7–28, 1993.

SILVA, Telma C. da. **Política da Memória: Recompondo as Lembranças no Caso do Desastre Radiológico de Goiânia**. In: FREITAS, C. B. de (org). Memória: anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Goiânia: Editora UCG, 1998. p. 117–138.

SOARES, Inês. V. P.; QUINALHA, Renan. H. **Lugares de Memória: Bens Culturais?** In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra A. S.; SOARES, Inês V. P.; LAGE, Cláudia M. F. (orgs) Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

VIEIRA, Suzane De A. **Césio-137, o drama azul: irradiação em narrativas**. Goiânia: Cânone Editorial, 2014.

WALTER BENJAMIM E A HISTÓRIA INTELECTUAL: ORIGEM E CONHECIMENTO

*Michelle Lira Rodrigues Santos*⁴⁷⁶

RESUMO: A pesquisa busca entender o contexto Histórico de Walter Benjamin, de modo que partiremos de sua concepção de método e as categorias de Origem e conhecimento para o compreendermos quanto Historiador. A epistemologia histórica no livro “Origem do drama trágico Alemão” nos permite problematizar seu objeto de estudo relacionando epistemologia com a estética por se fazerem entender no material. E isso, fundamentará no fragmento o teórico e o material sedimentado de história, tempo e narrativa e o literário. Para isso, compreenderemos as discussões sobre o objeto da filosofia do final do século XVIII e século XIX a partir de aspectos mais abrangentes do pensamento benjaminiano, assumindo como eixo norteador a construção de narrativas históricas, sua relação com a transmissão de experiência, distinção entre conhecimento e apresentação. Relacionaremos a noção de Origem com os efeitos da modernidade e epistemologia com a literatura. A análise das obras do campo da epistemologia, da história e da Filosofia contribuíram com a discussão sobre as possibilidades de formulação de questões para o autor, de forma tal, que a compreensão, pelo historiador, acontece por meio do jogo de linguagem que rege o vocabulário conceitual empregado tanto pelo autor quanto nas condições do momento histórico.

Palavras-chave: *Literatura, Epistemologia, História, Experiência.*

Desde o século XVIII até o início do século XX, as áreas dos saberes que estavam constituídas na História, Filosofia e Estética, e elas mesmas, tiveram como problematizações as apropriações da escrita em diferentes formas. Em muitos momentos essas configurações quase que se tornaram inabordáveis do ponto de vista da teoria da linguagem, principalmente, no que se relaciona a distinção do que é o literário e o que é o científico. Mas, até que ponto podemos manter essa escrita e narrativa desvinculada daquilo que é literatura?

A disciplina profissional da História, durante o século XIX, reivindicou ser uma ciência com preocupações que nos levaram pouco além do que seria o método e as metodologias. Sendo que até a metade do século XIX teríamos como tensões no campo dos saberes das humanidades: o anúncio científico da história, as ingerências culturais da

⁴⁷⁶ Mestranda bolsista pela CAPES do programa de pós-graduação em História da UFG. Orientada pelo professor Dr.: Tiago Santos Almeida

ciência natural e do positivismo⁴⁷⁷. Nota-se, assim, um movimento de universalização das formas, linguagem e escrita a partir de leis das ciências da natureza, formulado principalmente pela Física e matemática, para a história.

Nesse sentido, o século XVIII, com toda a Filosofia Iluminista e Kantiana, será visto pelos Românticos de Novalis e de Schlegel⁴⁷⁸ e pelo Idealismo especulativo, ambos nascentes, como um instrumento de libertação profundamente radical⁴⁷⁹. De modo que, na obra *Origem do Drama Trágico Alemão*⁴⁸⁰ mais especificamente no Prólogo epistemológico-crítico, Walter Benjamin veria como diálogo essas questões metodológicas e epistêmicas a pretensão de um projeto filosófico, que atendessem todas essas questões sob uma nova forma de pensar a linguagem, gêneros literários, crítica literária e a História. Na medida em que romperá com a cadeia de evidências que sustentava a filosofia iluminista. Por que, segundo Benjamin “é próprio da literatura

⁴⁷⁷ Cf. Allan Megill no texto: “Historiologia/filosofia da escrita história”. In: História e Narrativa: A ciência e a arte da escrita Histórica, 2016. O positivismo sistematizado por Augustos Conte (1798 – 1857) foi definido por três princípios: o primeiro é o *fenomenalismo* ou espectro que se refere a apenas as coisas que podem ser sentidas e experimentadas pelos sentidos ou por instrumentos científicos que são relevantes para o conhecimento. O segundo é o *correlacionismo* ou espectro de que entende as ciências com uma tarefa essencial e articulada com os fenômenos. E o terceiro é o *fisicismo* que é o espectro de que a Física é a maior ciência e deve ser os parâmetros para as outras ciências, ou seja, possuir leis universais. E a insistência de alguns historiadores em buscar leis universais para história, de modo em que o comportamento e a ação humana haveria uma regularidade. E os assuntos como epistemologia, justificativa cultural e sobre o ofício do historiador ou até mesmo sobre a consciência daqueles que os viam aqueles historiadores como profissionais foram pensados por raras exceções pouco reconhecidas, por exemplo, F. H. Bradley.

⁴⁷⁸ Haverá na obra *Origem do Drama trágico alemão* (2016) de Walter Benjamin a referência tanto ao Friedrich Schlegel, quanto ao Augustos Schlegel. Sempre que pronunciarmos apenas Schlegel, estamos no referindo ao Friedrich Schlegel, que foi um dos precursores do primeiro Romantismo de Iena. E quando formos nos referir a Augustos Schlegel nos referiremos como tal.

⁴⁷⁹ Cf. Roberto Machado (2006) o Idealismo é uma prioridade da formação judicativa no âmbito da filosofia. Ou seja, é uma compreensão de que a Filosofia depende de uma investigação sobre o modo como nós o produzimos e idealizamos o mundo. Sendo que em Kant, o idealismo está restrito ao âmbito da subjetividade transcendentalidade, por isso, o concebemos como idealismo transcendental. Enquanto, em Hegel o idealismo não está mais restrito ao âmbito subjetividade e sim no movimento do espírito, que é o lugar de unificação entre sujeito e objeto, de modo que as ideias “espelham” o modo como o mundo é. E assim, a síntese que irá permitir enxergar o sujeito a partir do objeto, e o objeto a partir do sujeito, para Hegel é o espírito, que fará o espelhamento entre sujeito e objeto. Caracterizando assim o Idealismo Especulativo. Uma vez, que ele não só “especulação” ou “raciocínio”, mas, também por causa desse movimento de “espelhar” o sujeito no objeto, e vice-versa.

⁴⁸⁰ A primeira edição desse texto publicada no Brasil foi traduzida pelo Sérgio Paulo Rouanet pela editora Brasiliense em 1984 e tem como título a seguinte tradução: *Origem do Drama Barroco Alemão*. Na edição pela editora Autêntica em 2016 a tradução foi feita pelo João Barrento, que tem como título: *Origem do Drama Trágico Alemão*. Essa mudança de interpretação vai acontecer porque o João Barrento irá entender que *Trauerspiel* (do título em alemão) deveria ser traduzido, de forma literal, por “drama lutuoso”. E esse termo pouco tem correspondência a designações de gênero em português; e como a tradução de “drama barroco” não está no termo original nem designa um gênero dramático particular e as versões desse texto em inglês já utilizavam os termos “Drama trágico” ele escolhe “drama trágico”. Assim, ele estabeleceria uma ligação a forma clássica da tragédia com uma operatividade do trabalho com o título. Lembrando que tragédia em alemão é *Tragödie*.

filosófica o ter de confrontar-se a cada passo com a questão da apresentação⁴⁸¹[*Darstellung*]” (BENJAMIN, 2016:15 - Tradução modificada).

A *apresentação* ou a *exposição* mesma do não-conceitual – que só pode ser expressado por meio do alegórico para os românticos – seria assim, segundo Maria João Cantinho, no livro *O Anjo melancólico* (2015), um conceito operatório e *modus operandi* filosófico por excelência dentro da filosofia literária e da história em Walter Benjamin. Já que iria estabelecer o modo pelo qual pode ser pensada a história, enquanto possibilidade, considerando a descontinuidade essencial. Opondo-se totalmente ao historicismo⁴⁸² vigente, que via na história um fluxo contínuo.

Assim, a experiência moderna estaria ligada ao processo instituído na linguagem. Diferente da experiência autêntica, baseada na tradição, – e que era “transmitida de pai para filho” (BENJAMIN, 1994:114). Enquanto, que a experiência proporcionada pela modernidade estaria se esfacelando indo rumo a uma experiência de choque⁴⁸³, que vai estar posta nas novas percepções e nas narrativas das obras de arte, em sua dimensão estética. Dada tanto pelas novas concepções culturais do papel da arte na sociedade, quanto pela transmissão da experiência ligada à desconstrução das narrativas tradicionais. Porque como “marca deste tempo: não há estilo novo, não há tradição popular desconhecida que não fale logo, com plena evidência, à sensibilidade dos contemporâneos.” (BENJAMIN, 2016: 43). Devido à procura do historiador da literatura em substituir de alguma forma o lugar do criador da obra, como se a obra pudesse ser

⁴⁸¹ Cf. Jean-Marie Gagnebin coloca no artigo *Do conceito de Darstellung em Walter Benjamin ou verdade e Beleza* (2005) existe uma questão de tradução do termo “representação” nessa obra do Benjamin, que pode comprometer o entendimento dela. Pois, a palavra utilizada por Benjamin, no alemão, no livro é *Darstellung*, que é para “apresentar” e caracterizar a escrita filosófica, e não “representar” no sentido clássico de representação mental de objetos exteriores ao sujeito, no qual, Benjamin toma distância. Por isso, sempre que citarmos trechos da obra, traduzida pelo João Barrento, que apresentar esse termo o substituiremos, a partir de então, por “apresentação ou exposição”, já que faz mais sentido que o termo “representação”, para a proposta benjaminiana.

⁴⁸² Cf. José Carlos Reis (2006) existem dificuldades entorno do termo “historismo alemão” e “historicismo”. A forma *historismo* apesar de ser predominante no alemão para se referir a esse paradigma emergente pós-revolução Francesa, ele teria como perspectiva o *antirracionalismo*, *anti-iluminismo* com limitações do pan-matematicismo, no qual, também entende a história como sendo a ciência do *espírito*. Enquanto, na França o termo seria “historicismo”, mas com um sentido completamente diferente de história, que estaria o da história como produção de futuro. Para Popper, por exemplo, o historicismo se refere a autores distantes do *historismo alemão clássico*. Havendo o *historismo* de Herder, Dithley, Simmel, Windelband, Rickel que não tem nenhuma relação com o *historismo* de Marx, Spengler, Toynbee, Comte.

⁴⁸³ As experiências modernas compreendidas por Benjamin refletem a tragédia e o choque de uma consciência que protege o organismo de estímulos provenientes de fora, impedido o armazenamento deles e a construção de uma memória. A consciência dos choques impede que o efeito traumático atinja os sujeitos, proporcionando uma desconstrução da transmissão da experiência e, por consequência, arruinando a possibilidade de uma memória. Essa experiência de choque é contraposta a uma experiência autêntica, porque ela é a própria essência da experiência moderna. Uma vez que a percepção só se transforma em experiência quando se liga às lembranças sensoriais do passado.

interpretada por quem a criou ou pelo historiador que a cria no processo da escrita. Pois, esse mesmo historiador literário alemão estaria discutindo sobre as novas termologias, novos estilos literários e novas epistemologias que pudessem ou não associar, configurar e renascer a cultura alemã com a sua história. Ainda mais se considerarmos os vários trabalhos acadêmicos no início do século XX e final do século XIX, que irão revalorizar e formular como gênero o Barroco Alemão.

Benjamin pensou o Barroco em um estilo⁴⁸⁴, que vê nos objetos aparentemente “insignificantes” uma oportunidade de explorar questões e princípios ligados a constituição da modernidade com a noção de Literatura. De forma tal que pudesse permear por um complexo jogo de ideias e diálogos sobre o método histórico-filosófico, que se anuncia antes do entreguerra como resposta as discussões do século XIX e XVIII sobre a concepção da narrativa e dos saberes que estão no embate entre o místico e o racional, as múltiplas questões que envolveram os debates das querelas dos antigos e dos modernos, construção da identidade nacional, estruturação do sistema de ensino e as consolidações das ciências; chamariam a atenção para o Barroco.

Benjamin não utiliza a literatura prosaica barroca, e sim peças teatrais. E essas peças eram para serem lidas e não para serem apresentadas. Mas, é importante ressaltar que após o fim da Primeira Guerra, o barroco alemão só se torna objeto de interesse acadêmico nas universidades alemãs de maneira ideologizada. Segundo Jane O. Newman (2011) a concepção de formação burckhardtiana é retomada, justamente, por causa da revalorização do barroco não apenas porque a estética pós-guerra relembra o luto do homem barroco, mas também para recuperação do passado e do orgulho nacional. E pensar sobre a escolha do objeto de estudo que é dada por um espaço-tempo ideal, no qual o espaço-tempo não é lhe dado como “tempo realista” acumulado pela erudição histórica, é entender que ele tem um ponto de vista na epistemologia (FOUCAULT, 2005 *apud* BACHELARD; SUZANNE).

⁴⁸⁴ Cf. Caio Souto (2019) o estilo histórico epistemológico parte da concepção de que o autor pertence a um corpo social, de uma tradição, que permite o autor dizer e fazer. De modo, que a coerção no e sobre o estilo, no impresso, se dá tanto pelo social quanto pelo epistemológico. Este estilo se dá não como uma noção propriamente histórica, mas meta-histórica permite revisar a história da instituição, da Escola. Pois, não é só a sociologia do conhecimento atribui valor ao social, pois a uma emancipação do social que nunca é total devido ao fazer histórico que vai pela historicidade, que não abole a distinção do científico e não científico, porém não os coloca um como superior ao outro. E, quando pensamos o estilo benjaminiano estamos pensando o momento em que lhe permitir esse fazer história, esse repensar histórico. De maneira, que ele entende o método, a história e a estética em contraposição a uma ciência historicista da história e de uma academia que pensava sobre o classicismo e o racionalismo kantiano e mesmo assim o levou a propor uma tese de livre docência sobre o Barroco para pensar a Literatura a partir de sua filosofia da linguagem e a *origem*

E para entendermos como esse contexto intelectual⁴⁸⁵ benjaminiano se constitui teremos que voltar um pouco no século XVIII após Immanuel Kant construir um sujeito que se livra da tutela epistêmica de figuras como: Deus e de uma natureza externa a ele. Ele se preocupou em deduzir as partes integrantes e as posições dentro do campo da subjetividade em relação ao mundo, não provando, assim, a existência da subjetividade quanto imaginação, conhecimento e razão. Levando seus leitores, em uma certa etapa ao privilégio de subjetividade, que é a libertação. Libertação essa que está sob o preço de uma limitação que restringe o campo do que pode se saber. A preocupação, seria então, em *deduzir-se* as operações dos elementos que constituem a subjetividade, ou seja, as *faculdades*.

Durante o século XIX alemão, então, teríamos algumas respostas para mostrar o elemento ao qual unificaria sujeito e objeto. Elas variariam entre a proposta da substância a partir da concepção de Espinosa, que iram se difundir em várias outras concepções, incluindo a do Fichte, em um primeiro momento, para pensar o princípio do *Eu*. E dos *historicistas* ao querer limitar a expansão do pensamento de Espinosa para as ciências humanas. A substância seria o elemento sintético e derivado do sujeito, de forma única desenvolveria diferentes modos de objetos e modos de sujeitos.

Já a doutrina das ciências⁴⁸⁶ do Johann Gottlieb Fichte desenvolvida desde 1794 queria encontrar o princípio que reuniria a subjetividade e a objetividade, identidade e diferença, e não apenas, do ponto de vista do funcionamento interno das faculdades, mas

⁴⁸⁵ Ao se falar da perspectiva do contexto intelectual de um autor buscassem entender as possibilidades, as circunstâncias e as condições históricas do ponto de vista das ideias, que levou esse autor a pensar e a construir conceitos no qual os problemas se tornaram passíveis de discussão e enunciação. Compreendendo, assim, os significados de um dado texto de um autor, ou até mesmo a motivação de se ter proferido tais termos ou conceitos de determinada forma no ato da escrita, que possui um tratado linguístico estabelecido por um tempo histórico determinado. Desse modo, o campo da História Intelectual⁴⁸⁵, nos possibilita a formulação de questões para o autor de modo que a compreensão, pelo historiador, aconteça por meio do jogo de linguagem que rege o vocabulário conceitual empregado pelo autor naquele momento e naquelas condições. Indo até as relações estabelecidas entre a narrativa e com o modo como ela se apresenta.

⁴⁸⁶ Cf. Johann Gottlieb Fichte (1984): A doutrina das ciências é uma teoria do século XIX do alemão de Johann Gottlieb Fichte. Ele se dedicava a encontrar um princípio de reunir subjetividade e objetividade, identidade e diferença, não apenas do ponto de vista do funcionamento interno das faculdades, mas, do modelo como o qual o “Eu” se relaciona com o mundo enquanto mundo e como parte do mundo, em dois movimentos. O primeiro é quando o “Eu” que se relaciona com o mundo é um “Eu” absoluto e não uma substância absoluta. Sendo que a dedução de unificação desse “Eu” tem com princípio geral o próprio “Eu”, no qual demonstra a identidade do “Eu” com o mundo mesmo através do “Eu” com o mundo. E quando o “Eu” encontra o “Não Eu” – isto é, o confronto, a contraposição daquilo que é consciência e do que não é objeto da consciência – iria ter em um determinado momento o movimento de identificação do “Eu” com o “Não Eu”, de uma forma tal que esse objeto, que aparece para a consciência, aparece a partir da consciência. E isto, o faz com que o reconhecimento do “Eu” com o “Não Eu” e do “Eu” com outra coisa que este “Não Eu” se transforme. E o segundo aconteceria na medida que o “Eu” se identifica como o “Não-Eu”, e aquilo que é o outro se transforma em “Eu”.

do modelo pelo qual o *Eu* se relaciona com o mundo enquanto mundo e parte do mundo. De modo, a se tornar esse o grande problema do Idealismo especulativo. Sendo que, Hegel irá desenvolver um caminho específico para isso: sobre como podem ser pensadas e fundadas a relação como o sujeito e objeto, encontrando o ponto de conjugação entre a atividade da subjetividade e a existência dela no mundo. E seria nesse ponto recuado que a Filosofia deveria ser depositada.

De certa maneira, Fichte na *doutrina das ciências* (1874) propõe que não seria a substância absoluta de Espinosa, a dedução de um princípio, de diferentes formas e funcionamento das *faculdades*, e que na verdade se dariam em um princípio geral e absoluto do *Eu*. No qual, demonstra a identidade do *Eu* com o mundo. Respondendo assim, na construção do *Eu* absoluto, a cisão entre natureza e liberdade, entre sujeito e objeto, tal como foi colocado por Kant, porque inclui todo um movimento de *autoposição* ou *reflexão* ⁴⁸⁷.

Essa complexa análise e teorização do *Eu*, desse primeiro Fichte da *Teoria sobre a doutrina das ciências* (1984), com o pensamento dos primeiros românticos, Novalis e Schelegel, é estabelecida por Benjamin em sua tese *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão* (2018), com um duplo movimento, sendo um de ruptura e outro de continuidade. Continuidade e aproximação no que se refere a relação da construção do conhecimento imediato e do pensar, que como veremos estariam ligadas a concepção da língua ou de linguagem. Isto é, esse pensar e o conhecimento imediato, serão interpretados aqui por Benjamin como a mesma coisa. Como podemos observar nesse trecho da tese:

Desse modo, pensar e reflexão são postos no mesmo plano. Isso não ocorre, no entanto, somente para assegurar ao pensar aquela infinitude que é dada na reflexão e que, sem uma determinação mais detalhada, aparece de modo questionável como pensar do pensar sobre si mesmo. Os românticos viram, antes, na natureza reflexionante do pensar uma garantia para o seu caráter intuitivo. Assim que, na história da filosofia,

⁴⁸⁷ Kant, em sua filosofia, formularia e se limitaria em partir de uma perspectiva, dedutiva, o encontro do “Eu” com o “Não Eu”, sendo que nesse momento há um confronto, contraposição daquilo que é consciência e não consciência com o objeto. Enquanto, Fichte irá avançar nessa perspectiva Kantiana em mostrar que em um determinado momento se dá um movimento de identificação entre o “Eu” e o “Não Eu, de tal modo que esse objeto aparece para a consciência a partir da consciência, e é nesse instante que eu tenho a identificação do “Eu” com o “Não Eu” e do “Eu” com outra coisa que esse “não Eu” se transforma. Porque na medida em que eu me identifico com o “outro” aquilo que é o “outro” se transforma em “Eu”. Com isso, parece que Fichte consegue resolver o problema da cisão kantiana entre sujeito e objeto. Porque inclui tudo em um movimento da “autoposição”. A “autoposição” do “Eu” é uma ação, pois ela não é pensada a partir de uma perspectiva de uma dedução teórica no sentido Kantiano, mas sim uma “ação” de se projetar-se sobre o outro e do identificar-se esse outro como um “Eu” absoluto, iria dizer,

em Kant senão pela primeira vez, ao menos de maneira explícita e enfática, afirmou-se a possibilidade de se pensar numa intuição intelectual? e, ao mesmo tempo, sua impossibilidade no campo da experiência, veio à tona um empenho múltiplo e quase febril de reconquistar este conceito para a filosofia como garantia de suas mais elevadas pretensões. Fichte, Schlegel, Novalis e Schelling tiveram a precedência neste empenho. (BENJAMIN, 2018: 30)

O trecho concluiria que a recepção de Benjamin sobre esse pensar que se coloca como reflexivo, é um pensar de si mesmo. Um pensar do pensar que conhece a si mesmo pela *intuição*. Havendo assim, uma reabilitação do conceito de *intuição intelectual*⁴⁸⁸, a partir da concepção de *autoposição* ou *reflexão* de Fichte apresentada no Schlegel. Pois, a reflexão irá permitir a constituição da intuição de si, ocasionada por um conhecimento que não se dá exteriormente, mas sim em determinações internas do próprio *Eu*, sem um sujeito ou uma significação.

Assim como Johann Hölderlin, na leitura de Benjamin tanto na *Origem do drama trágico Alemão* quanto no ensaio *Dois poemas de Friedrich Hölderlin: “Coragem de poeta” (Dichtermut), “Timidez” (Blödigkeit)* (2013), publicado pouco tempo depois da morte de um poeta e amigo de Benjamin, Fritz Heinle. Irá produzir uma crítica a filosofia fichtiana permeada pelo princípio de que a situação paradoxal de separação e identificação é ao mesmo tempo habitada pela intenção intelectual de uma unidade. Ou seja, para Benjamin a intuição intelectual será reabilitada pelos românticos como continuidade e no Hölderlin como ruptura em relação ao Fichte tardio. Porque a intuição intelectual estaria no momento da identidade, que existe ao mesmo tempo e na mesma medida de uma separação, e por isso, não é possível dizer que a uma separação como um único elemento, porque há também uma identificação, união. Ao invés de ver esse distanciamento e separação entre sujeito e mundo como algo que impede ou o torna impossível de olhar para o mundo tal como ele é (coisa-em-si). Ou, como só se fosse possível a partir da perspectiva daquilo que ele projeta no mundo enquanto sujeito (fenômeno). Isto significa que o Hölderlin vai mostrar que a fórmula fichtiana – *Eu = Eu* – é uma fórmula tensionada entre a separação e uma identidade incontornável. Porque a identidade incontornável é o “Ser”⁴⁸⁹.

⁴⁸⁸ A intuição intelectual é algo que Kant nega para os seres finitos. Toda intuição para Kant é uma intuição sensível. E não pode se ter uma intuição que não tenha sido mediada pelos sentidos, sendo uma questão da escolástica, por exemplo.

⁴⁸⁹ Cf. Johann Gottlieb Fichte (1794) o Ser é o que torna possível a compreensão da unidade desses dois termos do juízo “*Eu = Eu*”, de modo que o Ser que unifica as duas coisas, mas não se manifestaria se não através do “não-ser”. Em outras palavras, para usar os termos holderlinianos “próprio não se manifesta se não a partir do impróprio”

E *conhecimento imediato* fundamentado no pensamento benjaminiano desde a construção de sua tese, fundasse através de duas formas de consciência: consciência da forma da forma e da “forma da forma” ou consciência do saber e do saber do saber. Discutindo, assim, as questões do contexto da teoria do conhecimento, por acreditar que a filosofia precisa se retomar ao pensamento que não necessariamente se configure como fundamento científico, ou como apenas mediadora⁴⁹⁰ do tornar possível um tipo específico de conhecimento. Pois seria uma maneira de se buscar uma relação com a filosofia que se justificasse por si, e não a sua existência, em função de outra atividade. É apresentado, na *Origem do drama trágico alemão* a distinção sistemática, de modo que

o conhecimento é um haver. O seu próprio objeto é determinado pela necessidade de ser apropriado pela consciência, ainda que seja uma consciência transcendental. É próprio dele um caráter de posse, para o qual a *apresentação* é secundária. [...]. Uma das intenções mais profundas da filosofia nos seus começos – a doutrina platônica das ideias – será sempre a do postulado segundo o qual o objeto do conhecimento não coincide com a verdade. O conhecimento é questionável, a verdade não. O conhecimento dirige-se ao particular, mas não, de forma imediata, à sua unidade. A unidade do conhecimento, a existir, seria antes uma conexão estrutural apenas mediatizada, nomeadamente por via dos conhecimentos isolados e, de certo modo, da sua compensação recíproca, enquanto que na essência da verdade a unidade é uma determinação absolutamente imediata e direta. (BENJAMIN, 2016: 17-18 – Tradução modificada)

O conhecimento como sendo esse “haver”, “ter”, que é caracterizado pelo seu alvo de possui o objeto. Mesmo que o objeto se dê pela consciência. Porque o conhecimento determinado pela necessidade de ser apropriado pela consciência, com um caráter de posse prévio autodeterminante impulsiona ao mesmo tempo a linguagem e pensamento. Mas a *apresentação* se daria de forma secundária, justamente porque no momento em que há o encontro com o Ser, o ser se apresenta por meio de determinados elementos que se configuraram de tal forma, que o Ser o reconhecerá como aquilo que o nomeou, de forma imediata. E é nesse momento que o Ser toma consciência de si e do seu pensar. Porém, esses elementos que se mostraram não são os únicos que iram constituir o real ou o material o que levará o Ser “ter” uma nova percepção e conhecimento do objeto, dependendo assim da ordem e da forma como o material se *apresenta* ou se *expõe*.

Havendo assim “uma tentativa de determinar e legitimar o conhecimento imediato, que diverge de sua fundamentação posterior em Fichte através da intuição

⁴⁹⁰ Cf. BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*, 2016. p.16.

intelectual.” (BENJAMIN, 2018. p: 30). Benjamin, logo, estava entendendo que o conhecimento imediato não está sendo fundado apenas a partir da intuição intelectual por Fichte e sim como *método*.

A apresentação é a quintessência do seu método. Método é caminho não direto [Umweg]. A apresentação como caminho não direto: é esse o caráter metodológico do tratado. A sua primeira característica é a renúncia ao percurso ininterrupto da intenção. O pensamento volta continuamente ao princípio, regressa com minúcia à própria coisa. Este infatigável movimento de respiração é o modo de ser específico da contemplação. (BENJAMIN, 2016: 16 – Tradução modificada)

A expressão colocada aqui: “método é caminho não direto” é uma renúncia ao caminho bem traçado e determinado que o termo *método* nos encaminha de “caminho certo, reto, objetivo, ideal a se percorrer” em proveito dos desvios. De modo, que também renúncia ao “percurso ininterrupto da intenção”, isto é, renúncia à obediência aos mandamentos da vontade subjetiva do autor. E o fato de sempre haver um recomeçar e um retomar incessante da coisa mesma, que em sua totalidade sempre escapa como se o centro ordenado e simultaneamente inacessível do *pensar* e do *dizer* colocasse a enunciação filosófica. Enunciação essa que se ordenaria ao redor desse centro que provoca e impulsiona a linguagem, justamente porque sempre lhe escapa. É claro que poderíamos pensar essa figura da ausência de maneira profana que funda o próprio da linguagem, em uma espécie de imanência radical que se surrupia à expressão. Nesta relação intrínseca mora a verdade.

Havendo uma impossibilidade de uma evolução progressiva e dedutiva das formas artísticas já que a verdadeira contemplação estaria na rejeição do método dedutivo como recurso aos fenômenos salvando as suas singularidades quanto representação, ideia e a verdade. Com isso, nos perguntamos: O que levou Benjamin a pensar a verdade com esse caráter metafísico? Essa compreensão decorre do facto de Benjamin tomar a origem da linguagem como problema filosófico fundamental?

O retorno de Benjamin ao conceito da “doutrina platônica das ideias” sobre a verdade, nos revela um outro aspecto da verdade, que implica uma tensão erótica, como percurso filosófico, ressaltada no prefácio na busca de Eros pela beleza no livro *Banquete* de Platão. Em outras palavras, Benjamin recorre aos filósofos pré-Kantianos, não pelos aspectos da ontologia realista que lhes eram características, mas, sim para que nos interpretemos as “ideias” como sendo suprassensíveis, como em Platão. Pois,

o documento mais significativo a este respeito é, sobretudo *O Banquete*, que contém duas afirmações decisivas neste contexto. Aí, a verdade – o reino das ideias – é ilustrada como conteúdo essencial da beleza. Aí, a verdade é declarada bela. A compreensão deste ponto de vista platônico sobre a relação entre verdade e beleza é, não só um propósito fundamental de toda a filosofia da arte, mas também um pressuposto insubstituível para a determinação do conceito de verdade. (...) As duas afirmações referidas são talvez o domínio em que melhor se evidencia o modo de ser das ideias. A segunda dessas afirmações merece um comentário mais preciso. A tese de que a verdade é bela deve ser compreendida no contexto d’*O Banquete* em que se descrevem os vários graus de desejo erótico. *Eros* – é este o sentido dessas passagens do diálogo – não trai seu impulso originário ao orientar o seu desejo no sentido da verdade, pois também a verdade é bela. E o é, não tanto em si, mas para *Eros*. Afinal, a mesma relação determina o amor humano: o ser humano é belo para aquele que ama, e não em si. (...) O mesmo se passa com a verdade: ela não é bela em si, mas para aquele que a busca. (BENJAMIN, 2016: 18-19)

Segundo Jean D. Soares (2019) Benjamin produz uma releitura interpretativa de Platão sobre as ideias, que parte do pressuposto que o leitor tem claro o que elas são, ao salientar que em *O Banquete* “a verdade – o reino das ideias – é ilustrada como conteúdo essencial da verdade.” (BENJAMIN, 2016:18). Pois a relação ontológica de hierarquia que existia entre *ideias* e *verdade* para Platão sobre as imagens (Cf. PLATÃO, 2006, Livro X), para encontrar uma nova relação entre o estatuto estético – de onde a verdade é bela. Em outras palavras, Benjamin se desvia das discussões tradicionais em relação a teoria Platônica, que entende a contraposição entre verdade e falsidade sob a análise da ontologia por analogia com a “doutrina das ideias”, não haveria verdade ou beleza em si, mas sim para aqueles que as buscam. De maneira, que o desvio provocaria a produção de imagens.

Porque o *Eros* em Platão aspira ao belo e a beleza, de modo que a beleza representaria a verdade e existiria como um reflexo sensível do bom e verdadeiro em si, que é puramente inteligível. Há em Platão uma hierarquia ontológica do belo moço à beleza em si, passando pela pluralidade dos belos corpos e das belas almas. E a beleza é o último degrau antes de chegar à inteligibilidade pura da ideia, do Bem/Belo em si.

Segundo Jeanne-Marie Gagnebin (2006) se não levarmos em conta esses aspectos ontológicos da filosofia platônica, poderíamos pensar a leitura particular de Benjamin sobre *O Banquete* no prefácio, como sendo um recurso. Pois, Benjamin entenderia que não há uma subsunção da beleza à verdade em uma hierarquia ontológica que submete o sensível ao inteligível e o aparecer ao ser. E que a verdade e beleza teria uma relação de “co-pertencimento constitutivo, como essência e forma: como forma da verdade, a beleza

não pode se contentar em brilhar e aparecer, se quiser ser fiel à sua essência, à verdade; e, reciprocamente, como essência da beleza, a verdade não pode ser uma abstração inteligível “em si”, sob pena de desaparecer”(GAGNEBIN, 2006:190)

Se negarmos o caráter estético e fazemos uma classificação historicista sobre a história teremos na concepção de *Origem*, uma categoria histórica que não tem nada em comum com o sinônimo de gêneses. Porque Benjamin entende que,

“Origem” não designa o processo de devir de algo que nasceu, mas antes aquilo que emerge do processo de devir e desaparecer. A origem insere-se no fluxo do devir como um redemoinho que arrasta no seu movimento o material produzido no processo de gênese. O que é próprio da origem nunca se dá a ver no plano do factual, cru e manifesto. O seu ritmo só se revela a um ponto de vista duplo, que o reconhecem por um lado como restauração e reconstituição, e por outro como algo de incompleto e inacabado. Em todo o fenômeno originário tem lugar a determinação da figura através da qual uma ideia permanentemente se confronta com o mundo histórico, até atingir a completude na totalidade da sua história. A origem, portanto, não se destaca dos dados factuais, mas tem a ver com a sua pré e pós-história. (BENJAMIN, 16:34)

Não tem a ver, nesse sentido, com a mente ser uma “tabua rasa”, é algo radicalmente diferente disso, pois aquele que observa o material e a vida, que é carregada de vestígios do tempo, encontram de maneira imediata as temporalidades que coexistem na forma e estão sedimentadas de história. É como se encontrássemos no material “empacotamentos”, distribuídos em várias camadas, os traços da vida e do tempo passado e do presente, no qual, o tempo presente é ponto de partida. Ainda mais porque há algo anterior ao nascimento, ou surgimento, do objeto, e esse antes é determinante para entender o que é o depois, o presente. E é o crítico que confronta o mundo do histórico que não é factual, progressista e totalizante como as ciências historicistas do século XIX propõe. Isto é, o fazer o histórico pelo crítico benjaminiano – historiador – vai contra a utilização dos valores como sendo os mesmos para todas as sociedades, e que esses mesmos valores fossem compreendidos simultaneamente de forma que a humanidade seja dividida em fases de um desenvolvimento, de uma maneira geral e progressiva. De modo, que a *origem* seria a gêneses dos processos históricos. E não como o proposto pelo Benjamin que é de múltiplas narrativas e *epistêmes* carregadas de um antes que é histórico e um depois tão histórico quanto, ainda mais porque ele é o ponto de partida e não o seu surgimento.

No século XIX, perceberemos uma revalorização do mito dada principalmente pelo debate da querela dos antigos e dos modernos que coloca em oposição o que é natural

e o que é “espírito”, principalmente, porque depois de 1806 quando acontece a invasão napoleônica na Alemanha as questões identitárias são levadas a outras dimensões. Já que o processo de identificação nacional não passaria pela ideia de *progresso civilizatório*⁴⁹¹. Devido a situação alemã de constantes saques, sem unidade política territorial, linguística e técnica, que de alguma maneira precisaria “renascer” a partir de seu povo. Levando a uma mudança significativa para o papel do mito na identidade nacional alemã, de *fonte*⁴⁹². Fonte essa que não é algo que tem início no passado, ao contrário, é fluvial hidrográfico, de que começou, mas, continua fluindo subterraneamente, mesmo que de alguma maneira essa fonte possa secar, ou até mesmo submergir, ela continuaria presente.

E durante o século XX, através da mitologia e da ciência mitologia que se desenvolve ao longo do século XX (politicamente) se conta a história da humanidade. Por isso, que Lévi-Strauss⁴⁹³ vai precisar problematizar a noção de uma nova antropologia. O próprio exercício da antropologia é ele mesmo a mitologia. Então não se trata só de construir, de descobrir uma mitologia, mas, de pensar as dinâmicas de consolidação do mitológico no próprio exercício da narrativa. E a revalorização do mito continuaria com o conceito de *origem*. Mas, aqui ele parte da fluidez, um fluir contínuo, pois é a diferença que marca. Por exemplo, a reelaboração do mito na Alemanha em oposição a maneira como os mitos eram contados nos séculos XVII e XVIII no classicismo francês. E se pensarmos no contexto clássico, a *fonte*, mito, lenda era uma história aparte perdida no tempo e imemorial em que tinha a função inaugural uma arte poética. E o mito passaria a ser a consolidação de um programa de renascimento, elaborado tanto pelos românticos, quando podemos observar em Goethe, no conceito de *fenômeno originário* (*Urphänomen*). No qual entenderia que o singular e o universal coincidem, oferecendo uma visão completa do todo, pois ele é a origem do fenômeno emergindo no próprio fenômeno, já que a natureza estética do *fenômeno originário* emerge na Doutrina das cores de Fabenlehre. E em Nietzsche, após o *Nascimento da tragédia* (1992), que entende a *origem* como uma série de metáforas que vai das coisas ao grito das palavras ao pensamento articulado, que vai aos conceitos e sistemas filosóficos. Pois tudo se operaria por saltos; não existe nada natural que pudesse ser pensado com desejável de um ponto de vista definitivo, tudo seria artifício. E para Benjamin “a ideia é uma mônada – isso

⁴⁹¹ Consultar os textos: EAGLETON, Terry. *A ideologia da Estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. E ELIAS, Norbet. *O processo Civilizador: Uma história dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994, v.. I.

⁴⁹² SCHLEGEL, Friedrich. *Conversas sobre a poesia e outros fragmentos*, 1994.

significa, em suma, que cada ideia contém a imagem do mundo. A tarefa imposta à sua representação é nada mais nada menos que a do esboço dessa imagem abreviada do mundo.” (BENJAMIN, 2016:36)

Pode se afirmar, então, que este Benjamin, leitor de Kant, responde na categoria de *origem* suas aflições sobre a “*Was ist Aufklärung?*” na mesma medida que também se coloca como um autor de seu tempo e modernidade. Segundo Michael Foucault no texto “o que são as luzes” essa é uma “atitude de modernidade” (FOUCAULT, 2005a: 341) na medida em que Walter Benjamin cunha um conceito e uma análise histórica sobre a Literatura, arte e narrativa, terminologia e gênero, metodologia e estética; como uma preocupação do tempo presente que se transformou.

E segundo François Hartog (2017) no livro “Crer em história”, é pelo presente e no presente que se pensa o passado e os principais debates da história, o que nos possibilita pensar a historiografia dos dominantes sendo que os problemas da relação se dão na experiência e na escrita histórica, resolvendo na história os empasses da história. E é o que Benjamin propõe a partir tanto do conceito de *origem*, quanto do “método empírico” uma história não linear, de uma crítica e desconstrução do que era o progresso de modo que direcionamos a vida para um tipo de ciência, um tipo de técnica e a um tipo de cidade. Construindo um estilo que parte de uma epistemologia resistente, que abarca saberes que até então era desconsiderado, como o do drama barroco alemão, como da literatura e a História das múltiplas narrativas. Sendo que as condições da história operam as mudanças num devir que nos levam a compreender o contemporâneo.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Trad. João Barreto. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. *Experiência e Pobreza*. In: Magia e técnica, arte e política. 7. ed. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet; prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994

_____. *Dois poemas de Friedrich Hölderlin: “Coragem de poeta” (Dichtermut), “Timidez” (Blödigkeit)*. In: Escritos sobre mito e linguagem. 2 ed. Tradução: Susana kampff Lages e Ernani Chaves; prefácio: Jeanne-Marie Gagnebin. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*. 3. Ed. [5 reimpr.] Trad. Márcio Seligmann-Silva Belo. São Paulo: Iluminuras, 2018.

FICHTE, Johann Gottlieb. *A doutrina da ciência de 1794 e outros escritos*. 2. ed. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FOUCAULT, Michel. A vida: a experiência e a ciência. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Manoel Barros da Motta (org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 352-366. (Ditos e Escritos, II).

FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Manoel Barros da Motta (org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a. p. 335-351. (Ditos e Escritos, II).

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Do Conceito de Darstellung em Walter Benjamin ou Verdade e Beleza*. Revista KRITERION. Belo Horizonte, nº 112, p. 183-190, Dez/2005.

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MACHADO, Roberto. *O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MEGILL, Allan. *Historiologia/filosofia da escrita história*. História e Narrativa: A ciência e a arte da escrita Histórica In: MALERMA, Jurandir (Org.) História e narrativa: ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016.

NEWMAN, Jane O. *Benjamin's Library: Modernity, Nation and Baroque*. Cornell University Press. New York, 2011

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da Tragédia, ou Helenismo e pessimismo*. Tradução: J. Guinsburg, São Paulo: companhia das letras, 1992.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOARES, Jean D. *Recreações: Walter Benjamin, Tradução e Filosofia*. Revista Terceira Margem, Rio de Janeiro, v. 23, n. 39, 2019.

SOUTO, Caio. *O problema do estilo em epistemologia: entre sociologia das ciências e epistemologia histórica*. Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade. São Luís, v. 5, n. 2, p. 372 - 404, jul./dez. 2019.

A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO GOIANO: A DOMINAÇÃO PATRIARCAL DO IMAGINÁRIO COLETIVO

*Michelle Queiroz De Almeida*⁴⁹⁴

RESUMO: O presente trabalho pretende analisar a representatividade das mulheres em cargos de direção, confiança e de jurisdição no Poder Judiciário goiano em especial o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – TJGO, a partir do paradigma nacional do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Esta política pública constitucionalmente inclusiva no que diz respeito ao gênero feminino está em voga no presente estudo bem como os dados que revelam o quantitativo de representatividade dessas mulheres no TJGO. Para tanto, será considerado o movimento feminista, principalmente, e ainda dialogando com as conclusões de Chartier quanto ao poder que as representações mentais exercem nas pessoas e nos meios sociais nos quais elas estão inseridas. Será verificado como as mulheres estão cada vez mais se habilitando no exercício de profissões historicamente tidas como masculinas, e por que isso demorou tanto.

Palavra-chave: *Representatividade. Feminismo. Poder judiciário.*

Introdução

O presente artigo, utilizando-se da metodologia da revisão bibliográfica, observará dados e fontes oficiais para verificar quantitativos e qualitativos de ocupação de cargos tange a representatividade feminina no poder judiciário goiano.

Notem que o objetivo aqui é analisar a partir de quantidades de mulheres que são credenciadas para corroborar na prática forense em contrapartida com as jurisdicionadas goianas. Obviamente este número não é congruente. Em termos quantitativos, a população atendida pelo poder judiciário é razoavelmente equivalente do que diz respeito a homens e mulheres. Porém, do outro lado do “balcão”, onde estão sentados aqueles capazes de dizer o direito, esse número quantitativo pesa de sobremaneira para o lado masculino. Notem, como pode um poder saber do direito de tantas e tantas mulheres, se ele, o Poder Judiciário não as representam?

Mulheres empresárias, mulheres advogadas, mulheres servidoras públicas, mulheres juízas, mulheres desembargadoras, mulheres ministras de Estado. A

494 Mestranda em História vinculada a área de concentração de Poder e Representações Sociais, sob a orientação da Professora Doutora Maria Cristina

contemporaneidade nos permite verificar que a cada novo ano podemos notar mais mulheres em quantidade e representatividade em várias esferas de poder e cargos de direção e confiança no Brasil.

No entanto, ainda nota-se discrepância salarial com a preferência de dominação dos homens, e tratamento desigual na igualdade do labor. Esta constatação apesar de lamentável, é real. E precisa ser suscitada e muito bem analisada historiograficamente a fim de perceber as verdades sobre a dominação do feminino.

No texto *História Hoje*, em que se revela a posição de Roger Chartie como defensor da aproximação da História com a Ciências Sociais, ou seja, reler os clássicos para verdadeiramente entender as “representações mentais e as práticas sociais são sempre governadas por mecanismos e dependências desconhecidos dos princípios dos próprios sujeitos”(Rio de Janeiro, 2004). A construção das representações coletivas se dá neste contexto que “incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes se justificam, julgam e agem.”

Refletir sobre a história que lemos, por vezes nos fazem questionar onde estavam as mulheres quando a história foi escrita. Até por uma questão biológica sabemos que existem mulheres desde sempre. Ora, se não existissem mulheres não haveriam novos seres humanos gerados e nascidos, recriando e povoando o planeta terra a milhares de anos. Mas onde estão todas essas mulheres na história da Humanidade? Onde estão todas essas mulheres no poder Judiciário?

Para entender o movimento feminista na onda atual, é preciso entender o que ele enfrentou para oportunizar às jovens de hoje, escolherem e produzirem conteúdo e participar da vida pública como podemos notar atualmente.

Conhecer a historiografia do movimento feminista, e trazer para ótica atual um comportamento historicamente reprimido, demanda também suscitar o conflito o qual ele representa, e para isso escolhemos analisar as representações sociais segundo Chartier, visto que suas referências nos inspiram a concluir que tais representações do imaginário coletivo seriam fator determinante da rejeição do feminino para o segundo plano

Ao convidar para o debate as reflexões de Joana Maria Pedro em seu artigo “*Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*”, além de ressaltar certos apontamentos de Joan Scott realizados em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado em 1986, podemos notar que a revelação da reação das mulheres a um contexto de exclusão e por vezes violência resalta a importância de

finalmente ser ouvidas, e principalmente, reconhecer que sua crença no imaginário coletivo de dependência do masculino é um fator limitante ao exercício pleno de todas as capacidades, cargos e gestão.

As contribuições de Ângela Arruda em *“Feminismo, Gênero e Representações Sociais”*, e de Simone de Beauvoir em seu livro *“o segundo sexo, fatos e mitos”*, denotam a limitada representatividade feminina que notamos em órgãos de direção, poder ou governamentais poderiam ser tachado de falta de esforço pessoal das inseridas no gênero feminino. Entretanto esse texto argumentativo pretende polemizar que a questão na verdade é mais profunda, é uma herança histórica de exclusão e superação.

O local de abordagem do estudo após a devida contextualização do tema será o Judiciário estadual. A partir de informações extraídas do anuário de 2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019), será analisada a condição representativa feminina no poder judiciário de forma geral, mas com apontamentos regionais para o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

A representatividade social e o feminismo

Verificar a situação de hipovalorização do feminino está na moda. No entanto, é preciso buscar as representações do poder criadas para justificar e legitimar as diferenças entre homens e mulheres, a autoridade e o monopólio do poder. As lutas das mulheres são contra essas representações.

Porém, o que seria tal representação, do que é ser homem ou do que é ser mulher? O que pode fazer uma mulher sem perder sua essência ou atrapalhar a função do masculino no imaginário social?

Pois bem, Barros (São Paulo, 2011) aborda o conceito de representação de Carlo Ginzburg, e esclarece em seu artigo que podemos entender representação exatamente como o léxico da palavra, ou seja, ato de representar certo evento, ato ou coisa que na verdade não existe de fato. Outra vertente seria representar algo que até existe entretanto não pode ser visualizada no presente. Ginzburg (2001, p.85)enuncia: “Por um lado a representação faz às vezes a realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”.

Barros ainda relaciona os conceitos de Ginzburg a Chartier quanto a obra deste denominada *À beira da falésia*, no trecho em que este utiliza a palavra “representação”.

Nas definições antigas (por exemplo, aquela do Dictionnaire universel de Furetière em sua edição de 1727), as entradas da palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: de um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa (CHARTIER, 2002, p. 74).

Notem que em breve análise conceitual, e ainda sob os deslindes de Barros (São Paulo, 2011), fica evidente que a representação é sim um método de dominação e condicionamento muito além da agressão física ou do poder bélico, utiliza-se da fragilidade do imaginário para controlar a ideia da pessoa sobre si, e sobre o mundo, sem dúvida esta ferramenta foi essencial para a submissão do feminino e sua fragilização e exclusão exacerbada, pois que isso foi permitido e acolhido como verdade absoluta.

Na reflexão crítica de Chartier sobre A diferença entre os sexos (Paris, 1993), notamos que ele ressalta de um lado o mito representado pela dominação masculina e de outro está o núcleo da narrativa o trabalho permanente da diferença entre os sexos.

Chartier em a Diferença entre os sexos (Paris, 1993) ao avaliar criticamente as razões das diferenças gritantes e persistentes entre o homem e mulher, destaca três interrogações capazes de forçar a reflexão e permitir o entendimento da representatividade criada para a submissão do feminino.

A primeira indagação questiona “quais são os limites de validade e os critérios de permanência da oposição entre o feminino e o masculino?”

Logo em sequência, a segunda questão reside em saber qual seria a diferenciação entre a dominação do masculino e a dominação simbólica que supões a adesão dos próprios dominantes às categorias e recortes que fundam tal sujeição.

E a terceira interrogação trata da "temporalidade da história das relações entre os sexos" – uma temporalidade que é a "aquela emprestada da historiografia tradicional", no entanto revela-se injusta e ineficaz.

Pois bem, as respostas aos questionamentos acima suscitados, Chartier propõe uma vertente analítica sobre a situação submissional da mulher ao homem. Para tanto, ele nos faz voltar atenções para o início da idade moderna, ocasião em que tensões sobre a intenção do feminino em destacar-se do modelo padronizado e extrapolar opiniões próprias foi destacado nos estudos e empreendimento dirigido por Michelle Perrot e Georges Duby.

A primeira retrata um projeto de intelectual definido e pré-determinado, em verdadeira retomada de história social entre os sexos. Neste contexto, invocando o tema para a representatividade das mulheres no poder judiciário, será necessário verificar que os cargos ocupados por mulheres foram de maior expressividade apenas após a virada do século. Pois que desde o período de iluminação, após o século XVI, podemos notar uma masculinização das profissões.

É interessante questionar como seria possível dar conta da evolução da dependência feminina entre a Idade Média e o século XIX? Esta tentação de descrevê-la como a história de uma diminuição das possibilidades abertas às mulheres, ou mesmo a rivalidades de casas nobres e de linhagens que marcam as lutas políticas dos séculos XVI e XVII, e onde as mulheres encontravam seu lugar. Tudo isso sucede a sua marginalização na esfera pública que se constitui no século XVIII, a partir das sociabilidades masculinas.

Chartier demonstra que à relativa indistinção sexual que caracterizava inúmeras condições e Estados na Idade Média ou no século XVI, sucede-se a limitação das mulheres a profissões consideradas pelos homens (e muitas vezes por elas mesmas) como próprias ao seu sexo.

Nota-se que estas supostas constatações, que diagnosticam uma redução dos papéis que a mulher poderia ter, é evitar a armadilha de uma história linear que traça a progressiva conquista de autonomia e de igualdade femininas.

A diferença entre os sexos ao responder a primeira indagação nos adverte para a não conformação com eventuais diagnósticos prematuros, sob especificidades de diferenças, e sim buscar a definição da natureza e o local exato que reside tal diferenciação, pois poderá haver a igualdade de entendimento vislumbrado nos os dois sexos.

Volta-se a resposta da segunda indagação, em que se questiona a diferença da dominação do masculino e a dominação simbólica. Esta observação tem pertinência particular para um estudo do período moderno, entre o século XVI e o século XVIII, que conhece os avanços do "processo de civilização" (segundo a expressão de Norbert Elias) e onde o confisco – ao menos como tendência - do uso da força pelo Estado absolutista conduz a um recuo da violência bruta, a uma pacificação das relações entre os indivíduos, à substituição dos afrontamentos imediatamente corporais por lutas simbólicas.

Nesse ponto é preciso pedir licença às palavras de Chartier para convidar ao debate Pierre Bourdieu em seu livro “A dominação masculina”, em uma análise da sociedade em termos estruturais, a partir dos estudos de NASCIMENTO, é obvia a

distinção dos dominantes e dominados. A partir do preceito de gênero, temos que o masculino, é o dominante que por meio, principalmente, de sistemas simbólicos faz com que outro gênero, o feminino, seja submisso àquele. (NASCIMENTO, 2013, p.2)

Por fim, a terceira é a da "temporalidade da história das relações entre os sexos", ao que nota-se a história das mulheres vem sendo estudada e enunciada como a história da relação entre os sexos, porém, há outra razão que torna difícil perceber as articulações específicas em tal história: ela remete à inércia, nas longas durações, das representações que fundam em essência a estranheza, a inferioridade e a exclusão femininas.

A questão do gênero na representatividade

A análise da questão de gênero para os paradigmas historiográficos ganhou, com as ondas feministas uma ressignificação reveladora, no entanto antes de mais nada, o questionamento do feminino para Simone de Beauvoir (Paris, 1970, p 5) em seu livro o "Segundo Sexo", merece destaque quando esclarece que: "Todo mundo concorda em que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e contudo dizem-nos que a feminilidade "corre perigo".

Beauvoir (1970) ressalta que os antifeministas demonstram que as mulheres não são obviamente homens! E notem, a semelhança: a mulher assim como o homem, é um ser humano. A fêmea é fêmea em virtude de certa "carência de qualidades", diz Aristóteles. "Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural". E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser "ocasional".(BEAUVAIS, 1970, p: 10)

Em pouca análise podemos encontrar a construção masculina sobre a mulher como o outro que não a perfeição do homem. Tais paradigmas foram incutidos em séculos e séculos de história e interdependência e dominação que merecem detida análise, como a concebida por Beauvais, entretanto, pretendo encarar a virada do jogo e o efeito contemporâneo do feminismo atual.

A autora Joan Scott, historiadora feminista norte americana que nasceu em 1941, no texto gênero uma categoria útil para história, e nele se observa que gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que se constituem no interior de relações de poder, "uma construção social e cultural das diferenças sexuais" (Scott, 1989), a categoria gênero na história e nas ciências sociais "deve ser compreendida como a história da construção social das categorias do masculino e feminino, por meio

de discursos e práticas”. Para ela gênero é um significado cultural assumido pelo corpo sexuado.

Scott alertou para a maneira como os sexos se relacionavam nas divisões de tarefas e comportamentos, a história era construída pela narrativa do sexo masculino, como se os homens fossem os únicos sujeitos produtores de história, ela queria que a categoria gênero modificasse as desigualdades entre homens e mulheres(1989, p 3), Encontrou no pós estruturalismo a epistemologia necessária para tratar as mulheres como sujeitos históricos

Cerca de 30 (trinta) anos depois do livro *Segundo sexo*, parte 1, de Simone de Beauvois, Scott trás o potencial da análise histórica a partir do gênero feminino. Antes, porém, Simone terroriza a situação secundária desta mulher e coloca em fatos, quando como e por que teria ocorrido. Simone Beauvois(1970, p 11) sucita a situação relegada do feminino questionando a gênese de tal dualidade, em que o feminino ficou relegada a ser submetida, a estar em segundo plano existencial do homem.

Em geral as animosidades competitivas surgem a partir de um conflito. Beauvois concatena as ideias em um cenário em que os dois conseguisse impôr sua superioridade (mulher ou homem),esta deveria estabelecer-se como absoluta(1970, p15). A autora francesa, ressalta o enfoque na vitória inicial do homem ou das mulheres, caso contrário essa luta poderia nunca ter tido solução. A grande questão que parece estar em um estandarte é que o mundo sempre pertenceu aos homens e só hoje as coisas começam a mudar?

Acredito que essa mudança não foi exatamente hoje. Simone, conta que essas questões estão longe de ser novas. Existem respostas numerosas, entretanto o fato de ser a mulher o *Outro* (BEAUVOIS, 1970, p 15) contesta todas as justificações que os homens lhe puderam dar, a autora ressalta opiniões masculinas ao longo dos anos: (BEAUVOIS, 1970, P 16)

"Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte", escreveu, no século XVII, Poulain de La Barre, feminista pouco conhecido. Em toda parte e em qualquer época, os homens exibiram a satisfação que tiveram de se sentirem os reis da criação. (...)

É impressionante que no século XVI, a fim de manter a mulher casada sob tutela, apele-se para a autoridade de Santo Agostinho, declarando que “a mulher é um animal que não é nem firme nem estável”, enquanto à celibatária se reconhece o direito de gerir seus bens. Montaigne compreendeu muito bem a arbitrariedade e a injustiça do destino imposto à mulher: “Não carecem de razão

as mulheres quando recusam as regras que se introduziram no mundo, tanto mais quando foram os homens que as fizeram sem elas. Há, naturalmente, desentendimentos e disputas entre elas e nós”; mas êle não chega a defendê-las verdadeiramente.

Note-se que Beauvois extrai de opiniões históricas devidamente registradas na história o aprisionamento da mulher, (1970, p 17), ela revela que teria sido apenas no século XVIII que homens profundamente democratas passaram a encarar os fatos objetivamente, Didertot e Stuart Mil, mas foi somente no século XIX por causa da revolução industrial e a consequente necessidade da participação da mulher no trabalho produtor, como reserva de mão de obra, que as reivindicações feministas encontram solo fértil para alastrar suas raízes em um campo econômico.

O desafio a opressão do gênero e a mulher após a década de 70

Apesar das possibilidades nascedouras do capitalismo, o crescimento feminista arrefeceu a burguesia que logo posicionou-se em desfavor da mulher independente, e Beauvois (1970, p 70) demonstra que os antifeministas para demonstrar a inferioridade feminina valeram-se não só da religião, como também da filosofia, teologia, ciências, psicologia e biologia.

A resposta para o questionamento de Beauvais é extenso e vem sendo experimentado por inúmeras pesquisadoras feministas desde então Angela Arruda em seu artigo sobre feminismo, gênero e representações sociais pode contribuir para enlargar esta visionária batalha da mulher em seu posicionamento humanitário e historiador na produção de conteúdo histórico.

Arruda (2000, p.113) conta que as ciências sociais da década de 70 testemunhou ruptura epistemológica provocada pelas contribuições de ideias que surgiram justamente no seio do movimento feministas, dotados de conteúdo político, tais como: gênero, patriarcado e machismo Essa concepção como categoria onde está inserida a teoria feminista, veio romper com a perspectiva anterior, que teorizava os papéis e a condição feminina, como situação generalizada por sua natureza e características biológicas.

Essas novas perspectivas feministas (ARRUDA, 2000, p: 114) foram cristalizando-se devido a pressão dos fatos e a própria realidade social como fator de pressão social para mudança que o feminismo promoveu nas décadas de 70 e 80, além da ação e a sensibilidade de grupos de ativistas e de pesquisadores. Arruda (2000, p 115). O

interesse de compreender a mulher como objeto da dominação patriarcal bem como o processo de reprodução dessa dominação em suas faces múltiplas, são em grande parte corroboradores para evolução da teoria feminista, e devido a ela, as inúmeras conquistas, finalmente experimentadas pelas mulheres.

O debate sobre o a situação de submetimento da mulher atualmente é livre e bem vindo, com raras exceções a mentes ignorantes, mas isso mudou devagar, e nem sempre de forma suave, houveram mártires a se arriscar para serem ouvidas como mulheres. Uma mulher de muito destaque apontado notoriamente a autora abordado neste artigo Simone de Beauvoir. Dificilmente alguém não ouviu falar da "papisa do feminismo"! Publicado em 1949, "O Segundo Sexo" é citado em qualquer debate sobre gênero, seu livro criou as bases do feminismo que conhecemos hoje. Beauvois mapeou as formas de opressão masculina, no que tange ao patriarcado e a inferiorização da mulher. Na ocasião do lançamento de sua obra, ela chegou a ser chamada de "um atentado ao pudor". Levou mais de uma década para as mulheres entenderem a importância da publicação, mas foi baseada nela que vieram as reivindicações feministas dos anos 1960.

Nomes como os de Katherine Johnson "computador humano", não puderam ser relegados ao esquecimento devido sua importante contribuição para a Nasa americana pois foi cientista lá durante o tempo de segregação racial, ela teve sua história transformada em 'Estrelas Além do Tempo'. Física, cientista espacial e matemática, ela contribuiu para o desenvolvimento da aeronáutica estadunidense e para a exploração espacial do País.

Logo temos Coco Chanel, célebre estilista que nos livrou do espartilho e das vestimentas pesadas. Bertha Lutz Aprovado em 1932, influenciou o direito ao voto feminino no Brasil, bióloga e educadora brasileira que nasceu em São Paulo, em 1894. Leila Diniz Defensora do amor livre e do prazer sexual feminino, a atriz é considerada símbolo da revolução feminina em no Brasil retrógrado dos anos 1960 e 1970. Rose Marie Muraro Outra significativa voz do feminismo brasileiro, talvez a mais importante delas. Rose Marie foi uma intelectual que dedicou a sua vida pela luta à igualdade de direitos para as mulheres, tanto é que foi reconhecida pelo governo federal como Patrona do Feminismo Brasileiro em 2005, aos 75 anos. Escreveu mais de 40 obras sobre gênero, entre eles "A Sexualidade da Mulher Brasileira". Também foi traduziu muitos conteúdos estrangeiros sobre o tema.

Justiça em números: a representatividade feminina

Quando olhamos ao redor hoje, dentro de escolas primárias, percebemos um número similar de meninos e meninas, se seguirmos um pouco mais as escolas secundaristas mantém certa equidade, mas nas regiões carentes essa numeração não é tão equivalente devido a evasão escolar feminina decorrente de questões sociais. Mas o que realmente me revelou a mudança comportamental, foi observar as universidades. O número de mulheres frequentando a academia na área de humanas é comparativamente superior aos homens.

Eu ingressei na universidade em 2002 para área jurídica no turno vespertino, as mulheres eram quase 75% (setenta e cinco por cento) das pessoas frequentantes da sala. Isso parece destacar primeiramente, que as mulheres querem estudar, em seguida, elas passaram a se organizar para alcançar esse objetivo, primeiro se casando ou encontrando emprego para bancar seu curso, em seguida escolhendo um horário que a maioria esmagadora dos homens estaria no trabalho.

Essas são certamente conjecturas que merecem uma abordagem futura mais aprofundada. Porém neste trabalho preciso falar do efeito feminista na participação das mulheres no poder judiciário goiano. Para tanto a contribuição do artigo de Tânia Regina Silva Reckziegel e Gabriela Brandão Sé, quanto a Representatividade feminina no poder judiciário (2020, Revista CNJ, Brasília, v 4, n.1).

As autoras iniciam duas considerações destacando a questão do gênero como um desafio humanista. A igualdade de acesso as mulheres as carreiras jurídicas bem como promoções por antiguidade e merecimento, são metas possíveis. Por tudo que foi destacado até aqui no presente estudotorna-se evidente que a impossibilidade de algo não foi impecilho definitivo para todo um gênero dominado, em acensão. No entanto o diagnóstico realizado pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça nos anos de 2018 e 2019 refletem sobre a importância da presença da mulher na esfera do poder responsável por resguardar os direitos fundamentais dos cidadãos.

Reckziegel apesar de demonstrar a trajetória de conquistas femininas no poder judiciário antagoniza a questão com a revelação de que na prática (Reckziegel, 2020) as mulheres ainda estão em segundo plano, não estão nos círculos de alto escalão de poder, não são indicadas para cargos públicos de cúpula do poder judiciário. Para alcançar uma representatividade equânime, elas precisam ser muito mais, eficientes do que seus pares para merecerem o devido reconhecimento.

No entanto, existem diversos dispositivos legais que em tese defendem os direitos das mulheres e sua participação equânime na representatividade do poder judiciário. Um exemplo clássico é o artigo 5^a da Carta Constitucional Brasileira de 1988, em seu artigo 5º, inciso I (...) «*homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos dessa constituição*». Mas existem desigualdades que precisam ser respeitadas para que se igualem os diferentes, como o exemplo da maternidade que exige a dedicação do corpo feminino ao ato do nascimento, a Constituição no artigo 7º inciso VIII prevê com a devida vênia a licença a maternidade.

No entanto, não é só isso que retira a mulher de sua batalha por conquistas de empoderamento e conhecimento. Recentemente em um debate com amigas servidoras do Tribunal de Justiça, em que sugeria a situação de desigualdade de representatividade feminina no Tribunal de Justiça ao qual somos vinculadas, uma delas cassou de se mesma e disse que não se dedicou mais por isso não pôde conquistar um cargo melhor. A colocação conformista e destacada do fator histórico feminino a coloca em um fator de reduzida capacidade, o que certamente não condiz com a verdade.

Ao longo dos séculos as mulheres foram proibidas, queimadas, exploradas, abandonadas, mortas, exploradas, estupradas... As mulheres passaram então a ser desencorajadas para serem melhores, independentes e autossuficientes. Tratar a falta de representatividade do feminino em órgãos de direção como incapacidade das estudantes do gênero feminino é no mínimo desonesto e mais uma atitude repressora.

Então, ao invés de justificar porque as mulheres não estão em maior número em cargos de poder e decisão, escolhemos ressaltar e permanecer na desmistificação do entendimento das conquistas feministas nesta aparente quarta onda feminista.

REKZIEGEL conta que a primeira mulher na magistratura brasileira foi a Dra. Auri Moura Costa (Figueiredo, 2002), formada em direito em Recife, ingressou no Ministério Público do Ceará, e após aprovada no concurso público da magistratura foi nomeada em 1939, dizem que ela se forrou da barreira do gênero, devido ao seu nome, os examinadores acreditavam que tratava-se de um homem. Após as promoções de carreira em 1968 foi a primeira mulher presidente do Tribunal de Justiça eleitoral do Ceará. A primeira juíza federal foi também a primeira advogada do Estado da Bahia (Pinho, 2018), Dra Maria Rita Soares de Andrade, natural de Aracaju, empossada em 1967, na reimplantação da Justiça Federal.

A primeira ministra do Superior Tribunal de Justiça foi a Dra. Eliana Calmon, juíza de carreira empossada em 1999, jurista de notável combatividade na luta pela ética

e probidade nos cargos públicos. E ainda a primeira mulher corregedora do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

A primeira mulher ministra do Supremo Tribunal de Justiça – STF foi a ministra Ellen Gracie Northfleet que ingressou pelo quinto constitucional do Ministério Público Federal no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na composição inaugural, e em dezembro de 2000 tomou posse no STF, tendo sido a presidente da corte nos anos de 2006 a 2008, ela foi notável na eficiência e modernização da justiça. Em fevereiro de 2020 a primeira mulher assumiu a vaga de ministra do Tribunal Superior do Trabalho – TST, ministra Maria Cristina Peduzzi.

Situação de iminência no acesso das mulheres ao poder judiciário é notório. Veja-se que ainda com baixa representatividade, mas o lugar que até muito pouco tempo seria exclusivo de homens, passou a ser ocupado cada vez mais por mulheres, primeiro com cargos de área meio, servidoras e acessoras, e posteriormente como advogadas e promotoras.

O supramencionado órgão corregedor por excelência do poder Judiciário o CNJ, criado pela emenda constitucional 45 de 2004, tem a atribuição e competência de aprimorar a gestão estratégica do Poder Judiciário, conforme decorrente do artigo 103-B da Constituição Federal de 1988. Em consonância a sua função pressípu, o CNJ editou em 2018 a resolução n. 255 que instituiu a política nacional de incentivo a participação institucional feminina no Poder Judiciário e determinou a adoção de medidas, por todos os ramos do Poder judiciário, bem como suas unidades, a adotar medidas tendentes a assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional. Inclusive quanto a orientação dos órgãos judiciais a atuarem para incentivar as mulheres nos cargos de chefia e outros.

A partir dos esforços do CNJ vem sendo elaborado diagnóstico da participação feminina no poder judiciário em todo o Brasil. O levantamento considerou dados de 2010 a 2018 e apurou que nos últimos 10 anos 35,5% dos magistrados e 56,2 dos servidores eram mulheres (REKZIEGEL, 2020). Além disso, o levantamento de 2018 foi identificado que quanto maior o nível da carreira na Magistratura, menor a efetiva participação feminina, sendo ela representada por 44% dos juízes substitutos, 39% dos juízes titulares, 23% dos desembargadores e somente 16% dos ministros dos Tribunais superiores.

Se considerar o marco temporal de 1988 em que as mulheres ocupavam 24,6% dos cargos da magistratura, a participação diagnosticada nos últimos anos pelo CNJ teve

crecimento para 37,6%, apesar de pequena, houve evolução em tal composição comparativa.

Os dados do CNJ no que concernem aos servidores (CNJ, 2019), revelam superioridade na representatividade do gênero feminino com relação ao masculino, visto que foram apurados que 56,6% dos servidores que atuaram no poder judiciário nos últimos 10 anos são mulheres, e elas ocuparam mais cargos de confiança que os homens, no tocante ao percentual de 56,8%, quanto aos cargos de chefia, esse percentual é de 54,7% ocupados por mulheres nesse período (REKZIEGEL, 2020).

Os dados do CNJ são gerais, porem, diagnosticam os tribunais estaduais, federais, do trabalho, eleitorais e etc, de forma individualizada também. No entanto, existe um dado que é preciso destacar, pois marca nacionalmente o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – TJ/GO, ocorre que nosso tribunal de justiça estadual apresenta o maior percentual de ocupação de cargos de confiança e cargos comissionados por servidoras nos últimos 10(dez) anos, contando com um percentual de 68%.

Considerações finais

O gênero feminino está, mesmo, em toda parte! Na realidade, sempre esteve, mas em certos pontos da história essa presença foi ignorada, em outros momentos ela foi perseguida, por diversas vezes ela foi atacada. Entretanto, perseverou e estava lá como hoje está aqui.

As meninas nas escolas não fazem ideia de como são afortunadas por poder trilhar seu caminho livres da prisão jurídico dominadora que nossa antepassadas experimentaram.

No filme Suprema, há um momento em que a personagem de destaque está com sua filha atravessando a rua e elas são importunadas pelos homens que estão uniformizados do outro lado da rua, com uma abordagem de palavras de baixo calão. A mãe ficou constrangida e se sentiu inferiorizada por aquela abordagem chula, puxou o braço da filha para apertem dali imediatamente, a filha reagiu e disse palavras enérgicas direcionadas aos grosseirões que se calarão e elas seguirão seu caminho. Em um momento reflexivo posterior, a personagem da ministra da Suprema corte americana, decide que é hora de mudar as leis pois o mundo já mudou: as jovens como sua filha já haviam mudado e não estavam mais sob o julgo de inferiorização que ela experimentou. Aquele era o

momento de lutar pela legalização de um direito que já se sentia na pele, a reação feminina ao ultraje dominador do patriarcado.

Os antifeministas que insistem em ataques deselegantes à luta feminista em sua teoria de superação, podem ser classificados facilmente em dois grupos: ou são covardes com medo de sua capacidade mitigada ser facilmente neutralizado pelos talentos multifacetário das mulheres ou são simplesmente ignorantes por pensarem que as conquistas feministas de alguma forma são ruins para a humanidade.

O aspecto participativo do feminismo no poder judiciário foi enfocado principalmente nos dados que dizem respeito a composição de Tribunais e seus servidores, não chegaram a mensurar a representatividade no Ministério Público ou na Advocacia pública ou privada, esse ponto também merece detida consideração futura. Entretanto por sentir forte ímpeto de entendimento pelo Tribunal de Justiça Estadual de Goiás, o qual integro na qualidade de gestora de unidade como servidora efetiva, considere que esta representatividade mereceu enfoque precípuo em meus estudos.

Sabidamente as mulheres podem contribuir assim como os homens na formulação de conteúdo e políticas públicas, mas certamente a participação feminina nesses órgãos de gestão pode oportunizar grande crescimento para o conteúdo produzido e ainda garantir a verdadeira isonomia em tópicos verdadeiramente sentido por pares, considerando que mais de 50% da população brasileira é composta por mulheres.(REKZIEGEL, 2020).

Referências

ARRUDA, Angela. Feminismo, Gênero e Representações Sociais. In: NAVARRO-SWAIN, Tania (org.). Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Vol 8, n.1 e 2 Brasília: UnB, 2000.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. AS REPRESENTAÇÕES E OS SEUS ELEMENTOS. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011

BEAUVOIS. Simone de. O segundo Sexo. Librairie Gallimard Paris. Direitos exclusivos para língua portuguesa: Difusão Europeia do Livro: São Paulo. 1970.

BOURDIEU, Pierre. A DOMINAÇÃO MASCULINA. Tradução Maria Helena Kuhner, 2ª ed.. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro 2002 Pierre Bourdieu em seu livro “A dominação masculina”

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/05/cae277dd017bb4457755feb5eed9f.pdf>. Acesso em 15 jan.2021

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (Nota crítica). Cadernos pagu (4) 1995: pp. 37-47.

FIGUEIREDO, Maria da Graça. Senhoras da Justiça: A Trajetória das Mulheres no Poder Judiciário. São Paulo: Saraiva, 2012.

REKZIEGEL, Tânia Regina Silva e Gabriela Brandão Sé. Representatividade feminina no poder judiciário (Disponível em 15 de jun.2020, Revista CNJ, Brasília, v 4, n.1). <https://www.cnj.jus.br/ojs/index.php/revista-cnj/article/view/129>. Acesso em 10/02/2021.

SCOOT, Joan. Gender: Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. New York, Columbia University Press. 1989.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. Ed. Cortez. São Paulo, 2016.

A IMPRENSA CATÓLICA COMO FONTE DE PESQUISA

*Mylene Oliveira Gonçalves*⁴⁹⁵

RESUMO: A Igreja Católica é um dos segmentos que mais influenciaram a população ao longo dos anos, uma vez que auxiliou na construção da civilização, ditando normas, regras, padrões que deveriam ser seguidos pelo povo se esses quisessem “fazer a vontade de Deus”. Para tanto, a proposta da pesquisa se voltará para a compreensão da imprensa católica como fonte de pesquisa, já que no final do século XIX, a Igreja se apropriou dessa ferramenta para perpetuar sua hegemonia frente aos avanços da modernidade. Em face disso, a presente pesquisa tem como intuito analisar a imprensa católica como fonte de pesquisa para os estudos e compreensão da História das religiões. Portanto, objetivamos entender como foi estruturado os discursos e como a Igreja articulou estratégias para enfrentar as mudanças que a modernidade trazia, ou seja, evitar que os sujeitos, no seu meio social, coletivo ou individual, se corrompessem em decorrência dos “erros modernos”.

Palavras-chave: *Igreja, Fonte de pesquisa, Religião, Modernidade.*

A Igreja Católica é ainda hoje uma das principais instituições geradoras de sentido (BERGER; LUCKMANN, 2005) na sociedade ocidental, cuja crença pressupõe seu deus como um ser supostamente soberano, que conduz os sacerdotes a disciplinar os sujeitos em suas comunidades. Embora tais pressupostos e influência tenham seguido autoevidentes por séculos, os avanços da modernidade no final do século XIX não impediram uma mudança no comportamento dos sujeitos. Por isso, a Igreja Católica precisou de artifícios propriamente modernos, ou seja, formas de manter sua hegemonia no campo religioso, político e social, investindo, dentre outras coisas, na imprensa (periódicos) que disseminavam seus discursos religiosos.

Apesar da Igreja Católica ter essa busca constante por se manter hegemônica, essa luta se tornou cada vez mais complicada, uma vez que, ao passo que se consolidava a modernidade, os sujeitos estavam sendo inseridos em um mundo cada vez mais plural (BERGER, 2017).

⁴⁹⁵ Mestranda em História pelo programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Goiás, Campus Sudeste, sede Morrinhos.

Em face disso, a presente pesquisa tem como intuito analisar a imprensa católica como fonte de pesquisa para os estudos e compreensão da História das religiões. Portanto, objetivamos entender como foi estruturado os discursos e como a Igreja articulou estratégias para enfrentar as mudanças que a modernidade trazia, ou seja, evitar que os sujeitos, no seu meio social, coletivo ou individual, se corrompessem em decorrência dos “erros modernos”.

Assim, o presente artigo está estruturado em duas partes. Na primeira parte, apresentamos a Imprensa Católica como fonte de pesquisa e como essa imprensa utilizou-se de estratégias por meio de periódicos impressos para lutar contra a modernidade. No segundo momento, discutimos as articulações da Igreja Católica para promover discursos que visavam fazer com que os fiéis vissem todos os periódicos que não fossem da Igreja Católica como uma “má imprensa”.

1. A imprensa escrita como fonte de pesquisa

A imprensa escrita tornou-se uma fonte histórica desde meados do século passado, uma vez que é possível, desde então, compreender os fatos históricos por meio das interferências humanas que são registradas de várias formas, como, por exemplo, por meio de cartas, periódicos, crônicas, etc. Assim, é possível dizermos que as fontes históricas são as marcas da história, como menciona José D’Assunção Barros (2019).

Com isso, qualquer ação humana que tenha como intuito indicar/sinalizar algo, pode se tornar uma fonte histórica. Isso acontece, pois, para se compreender os acontecimentos, é preciso se ter algo palpável para ser analisado, e não bastaria apenas ser documentos oficiais, já que nem tudo o que está registrado é colocado como oficial.

Para tanto, de acordo com José D’Assunção Barros (2019, p. 1):

Este imenso conjunto de vestígios – dos mais simples aos mais complexos – constitui o universo de possibilidades de onde os historiadores irão constituir as suas fontes históricas. Também é verdade que os grandes processos naturais e planetários, mesmo sem a interferência originária do homem (mas incidindo sobre este), podem produzir vestígios que oportunamente poderão conformar fontes históricas.

As fontes tornam-se, assim, um universo facilitador das descobertas feitas pelos historiadores, sendo que para entender a construção das civilizações, é necessário o uso das fontes para uma argumentação concreta e embasada do discurso dos historiadores.

Sobre o assunto, Carla Pinsky afirma que:

O uso das fontes também tem uma história, porque os interesses dos historiadores variaram no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais. Ser historiador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento de fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso. (PINSKY, 2008, p.11)

O historiador precisa, portanto, estar atento para que o uso das suas fontes traga luz ao acontecido, e para isso, é necessário que ele esteja distante do seu objeto, ou seja, é preciso que o historiador não tenha nenhuma relação com seu objeto de pesquisa, bem como estar distante do seu próprio tempo.

Para tal propósito, a imprensa escrita usada como fonte de pesquisa tornou-se fundamental, pois evidencia-se ali o papel manipulador da imprensa na vida das pessoas, à medida que a imprensa escrita dissemina discursos que intervêm na vida social dos indivíduos. Tânia Regina de Luca assevera que:

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação. (LUCA, 2008, p.119).

Assim, a partir da imprensa escrita, podem ser discutidas várias temáticas, como questões raciais, de gênero, identidade, modos de vida, etc., o que trouxe ainda mais valorização para ter a imprensa escrita como fonte de pesquisa para o historiador, uma vez que também há discussões de classe, já que há sempre uma tentativa de “os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as ‘classes perigosas’” (PINSKY, 2008, p.120).

Uma outra característica da imprensa escrita é a necessidade de atingir os diversos públicos existentes, como forma de alcançar seu objetivo de “controle” do que pode ser dito como certo ou errado, formas de agir, pensar, vestir, o que estabelece uma relação de construção de identidade a partir do consumo das classes sociais. Mediante a isso, Pinsky menciona:

por meio da publicidade presente nas páginas de Ariel e A Cigarra, discute o caráter multifacetado da cidade de São Paulo, os diferentes estilos e padrões de vida que comportava, a diversidade de expectativas,

posturas e nuances dos vários grupos sociais diante da modernidade que se renunciava. (PINSKY, 2008, p.123).

Diante disso, a imprensa enquanto fonte de pesquisa, traz para a discussão temas como, gênero e infância, já que a imprensa pode ser tendenciosa a se tornar neutra mediante a situações tidas como problemáticas para a sociedade. Sob essa ótica, vê-se importância de utilizar a imprensa como fonte de pesquisa, pois é evidente sua influência sobre a vida social.

A grande imprensa diária brasileira de 15 estados da federação foi vasculhada entre 1995 e 1996 pelos integrantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos com o objetivo de coletar as notícias sobre homicídios. O resultado, no que tange à violência contra as mulheres, é a coletânea Primavera já partiu, que, ao lado dos muitos dados (aterradores) que fornece, cuidadosamente discriminados e problematizados, traz densas reflexões acerca da construção do discurso jornalístico, sua pretensa neutralidade e objetividade. (LUCA, 2008, p. 127)

Não esquecendo, também, como a imprensa pode influenciar as crianças, pois já se pensa na construção do indivíduo, o formatando desde a infância sobre as tendências políticas, sociais, gênero, como forma de facilitar um possível processo de manipulação, disseminação de discursos preconceituosos, discriminatórios. Mais uma vez, vê-se a necessidade de se utilizar a imprensa escrita como fonte de pesquisa para os historiadores, pois é parte fundamental das sociedades, na maioria das vezes, como instrumento de (des)informação.

Não obstante, a imprensa também é um objeto de extrema relevância para a política, sendo que está sempre registrando cada embate político pela busca de poder, e as tensões que isso provoca na sociedade, “As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder.” (LUCA, 2008, p. 128).

Diante de tais exposições, a imprensa escrita evidencia o papel transformador nos indivíduos/sociedades, pois apresenta posicionamentos, discursos, sejam eles tendenciosos ou não, mas auxilia na formação/formatação da sociedade. Sendo assim, é imprescindível análises profundas desse objeto de pesquisa, para a compreensão do meio.

2. A imprensa católica brasileira: a guerra da “boa imprensa”

A Igreja Católica durante muitos séculos estabeleceu sua hegemonia enquanto detentora do conhecimento em várias áreas da vida social, como nos segmentos intelectuais e políticos. Assim, a Igreja tinha como missão auxiliar os indivíduos moral e materialmente, a seguir as condutas ditas como corretas, ou seja, a instituição acreditava estar cumprindo com sua vocação divina.

Por meio dessa hegemonia, a Igreja articulou estratégias para conseguir sua permanência como uma instituição que dita e organiza toda a estrutura social. Por isso, a imprensa escrita foi usada pela Igreja como uma estratégia para essa permanência, uma vez que a modernidade, entre o final do século XIX e início do XX, se consolidava, causando mudanças nos valores e posicionamentos da sociedade, ou seja, historicamente a Igreja Católica influencia os indivíduos e as instituições sociais, políticas e culturais que o cercam.

Embates causados pelo avanço da modernidade fizeram com que a Igreja Católica se utilizasse de estratégias específicas, buscando uma reorganização e adaptação de si própria em meio a essa transição que estava acontecendo no final do século XIX. Assim,

Dessa síntese apreendemos a definição de Igreja como instituição inserida no mundo social. Da mesma forma, contribui para entender que essa instituição constitui suas bases sobre um sistema de práticas e representações, objetivando organizar tanto a estrutura natural dos seus fiéis como, a partir do trabalho religioso, o espaço do sagrado vinculado ao sobrenatural. (KLAUCK, 2011, p. 2)

Face a isso, ainda que a imprensa laica tenha sido intensamente criticada pela Santa Sé ao longo de todo o século XIX e XX, mediante a tais estratégias a Igreja Católica se apropriou dessa mesma imprensa para orquestrar seus discursos e conseguir estruturar sua permanência, especialmente em contextos como o do Brasil, cujo fim do regime de padroado representava uma ameaça clara à sua hegemonia. Além disso, neste mesmo contexto a modernidade se consolidava e com ela mudanças impactaram na vida dos indivíduos, nos seus costumes, e, por isso, nos valores constituídos e estabelecidos pela tradição católica. Com isso, a Igreja, viu a importância de estabelecer distinções entre a “boa” e a “má” imprensa, ou seja, era relevante construir essa distinção, para que os indivíduos entendessem a importância de consumir apenas a imprensa católica.

Por meio dessa estratégia, procurava-se destacar sua importância e sua adesão ao projeto de construção de uma rede de amplificação do jornalismo inspirado nas qualidades defendidas pela Santa Sé – o de ser um divulgador do ideário e dos princípios culturais do catolicismo. (SILVA, 2020, p.2)

Por conseguinte, essa “boa imprensa” seria usada para a formação intelectual dos indivíduos, como forma de indicar como eles deveriam se portar diante dos “erros modernos”. Além das disputas diante desses avanços modernos, a “boa imprensa” também tinha o intuito de construir a “má imprensa”, isto é, apresentar o quanto as pessoas deveriam evitar qualquer tipo de meio de comunicação que não fosse o que propagava a “boa-fé”.

Em relação ao catolicismo, órgãos de imprensa confessional como o jornal O Santamariense, publicado de 1922 a 1928, e o Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria, publicado de 1912 a 1924, denotam o quanto a Igreja católica precisou se empenhar na região para sanar a ignorância religiosa, que à época estava relacionada às outras crenças, e, combatendo-as, manter o seu prestígio. (BORIN, 2013, p. 3)

As possibilidades que o campo religioso traz para os indivíduos torna-se um jogo de interesses, em que busca-se cumprir com sua vocação na terra: atender ao chamado divino, salvando as almas da perdição. Por esse fator, a Igreja lutava para combater tudo o que se diferenciava dela, ou seja, espíritas, comunistas, protestantes, etc. Em decorrência desses fatores, a instituição precisava mostrar a importância dos periódicos católicos para a redenção moral e cultural da sociedade moderna.

A sociedade é constituída por normas e padrões que regem a vida dos indivíduos, uma vez que é preciso estabelecer essas normativas, em que se organizam e mantêm o controle dos papéis sociais atribuídos aos sujeitos individuais e coletivos. Como a mulher deve se portar, se vestir, por exemplo; ou como devem ser distribuídos os papéis sociais entre homens e mulheres. Assim, a Igreja Católica viu a necessidade de se ter periódicos que enfrentassem tudo o que poderia dificultar o cumprimento dos papéis estabelecidos. Por esse motivo, as religiões são produtoras (e em muitas circunstâncias legitimam) da realidade de muitos indivíduos, e a Igreja Católica sempre teve grande influência na sociedade brasileira. Como menciona Andressa Paula:

Com o aval da alta cúpula da Igreja tornou-se necessário a criação de um órgão responsável pela organização e pela regulamentação dos periódicos criados para a divulgação da fé cristã. Foi assim que o Centro da Boa Imprensa foi criado em 29 de janeiro 1910 pelo Frei Pedro Sinzig com o objetivo de combater a imprensa anticlerical e trazer aos lares católicos uma leitura edificadora que seguisse os preceitos da religião. (PAULA, 2019, p.4)

À vista disso, somente no caso específico da diocese paranaense, foram criados diversos periódicos para se trabalhar em prol da disseminação dos bons costumes: A *Cruzada* (1926), jornal *Cruzeiro* (1931-1932) de propriedade da Legião Paranaense da

Boa Imprensa, o jornal *Alvor* (1935-1936), órgão da associação dos ex-alunos do Instituto Santa Maria e *O Luzeiro* (1937-1939), periódico mensal da Confederação de Associações Católicas de Curitiba. (CAMPOS, 2010. *Apud*: PAULA, 2019, p. 168). Assim como no Paraná, em todos os estados da Federação foram criados periódicos para disseminar os discursos religiosos, como em Goiás com o surgimento dos jornais *A Cruz* (1890-1891), *O Lيدador* (1909-1917), o *Santuário da Trindade* (1922-1931) e o *Brasil Central* (1937-1960).

Com isso, a criação de vários periódicos católicos buscava consolidar o pensamento de que só havia o catolicismo como religião apropriada para os sujeitos, ou seja, apenas o catolicismo tinha como princípio estabelecer as regras e normas que pudessem fazer com que os indivíduos seguissem os mandamentos de Cristo.

Desse modo, a Igreja Católica articulou a estratégia de criar a “boa-imprensa”, com o intuito de impedir os “erros modernos”,⁴⁹⁶ pois os outros métodos utilizados tornavam-se obsoletos face ao sucesso e alcance da imprensa desde sua invenção ainda no século XVI.

Além disso, a imprensa Católica precisava, também, combater os “maus jornais”, pois esses propagavam o que ia contra os ensinamentos cristãos. Por meio disso, Almeida destaca:

Na carta pastoral que dá nome ao opúsculo, dom Eduardo Duarte Silva denuncia o perigo dos “maus jornais”, destacando a necessidade dos leigos se lançarem “com generoso entusiasmo no campo de batalha em defesa da fé combatida”, alistando-se “nas fileiras dos soldados da imprensa católica, escrevendo, imprimindo, promovendo, ajudando e propagando por toda a parte boas leituras e bons periódicos. (ALMEIDA, 2016, p. 7)

Ainda sobre a perspectiva de hegemonia da Igreja Católica, Almeida menciona:

Afinado com o tom belicista de dom Eduardo, o texto “Cruzada a favor da imprensa!” diferencia a “imprensa má” da “imprensa boa”, estabelece um paralelo entre presente e passado (quando “a barbárie muçulmana ameaçou a civilização cristã”), exorta os católicos a se engajarem numa nova “cruzada” em prol da “boa imprensa” e destaca as barreiras que dificultavam o estabelecimento dessa última no Brasil: “a ignorância, a inércia e o egoísmo de muitos católicos” que se recusavam a fornecer os “meios pecuniários” para que a imprensa boa

⁴⁹⁶ “Erros modernos” foi como o papa Pio IX definiu uma lista de princípios básicos da modernidade por meio da Encíclica *Quanta Cura* e seu anexo *Syllabus Errorum*, em 1864.

pudesse ter “uma existência desafogada, independente, digna e larga”. (ALMEIDA, 2016, p. 8).

Ainda assim, os pensamentos religiosos sofreram importantes impactos da modernidade, assim os indivíduos absorvem essas transformações advindas da modernidade, o que transforma a sociedade. Justamente por esse consumo é que se fez com que a Igreja Católica se organizasse para continuar influenciando as pessoas. E a partir dessas estratégias os editores católicos analisavam as outras religiões e tentavam compartilhar com os sujeitos o quão perigosas estas poderiam ser. Conforme destaca Augusto César Paz:

Utilizando a publicação francesa como voz autorizada para demonstrar os verdadeiros objetivos da Maçonaria, o artigo da Tribuna expunha, de maneira clara, qual eram os reais fins maçônicos que, na visão do periódico, seriam antes corruptores do que preocupados com a elevação e a defesa dos bons costumes. (PAZ, 1935, p.5).

Essa imprensa católica precisava esclarecer e trazer informações precisas para que os indivíduos se dedicassem às leituras da “boa imprensa”, o que evitaria a contaminação desses no meio tido como pecaminoso, para o catolicismo. Mais uma vez é possível se atentar ao de fato de que a Igreja Católica, tentava impor sua hegemonia enquanto religião suprema para a população. Borin assevera que:

No campo religioso, a preocupação com a informação e formação dos fiéis católicos são recorrentes no Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria, principalmente no sentido de melhor esclarecer os católicos da Diocese sobre crenças e religiões. O teor dos artigos publicados referia-se também à obrigação dos católicos sustentar o órgão Boa Imprensa que defendia a causa da Igreja, combatia o protestantismo, a maçonaria e as outras crenças. (BORIN, 2013, p. 7).

Os seguidores do catolicismo precisavam entender que essa manutenção do catolicismo no topo das religiões também era vocação deles, e não apenas da instituição. Por isso, nos periódicos também articulavam os dizeres acerca dessa missão divina. Ocorria, portanto, uma manipulação dos indivíduos em prol de uma religião específica, nesse caso o catolicismo.

A Igreja Católica reagia às mudanças que estavam se instalando no final do século XIX, pois ela queria evitar a quebra dos padrões estabelecidos pela instituição. Se não houvesse essa reação, o rompimento desses padrões resultaria em crise na instituição e em tudo o que ela acreditava e apregoava para seus fiéis.

As revoluções que ocorriam desde o final do século XVIII (Revoluções americana, francesa, haitiana... independência das américas espanhola e portuguesa e, já no final da primeira metade do século XIX, a chamada “primavera dos povos”), traziam medo e preocupações diante da busca incansável da Igreja em blindar seus fiéis para não se entregassem às heresias que a modernidade instalava com o passar do tempo. Consequentemente a Igreja Católica também sofreria com os avanços da modernidade e para isso seria necessária uma adaptação. Assim, destaca Klauf:

A instituição, que há séculos havia construído sua soberania estabelecendo uma “parceria” com a vida política, unindo as funções laicas e religiosas em suas mãos, se vê obrigada a rever seus posicionamentos, doutrinas, e, principalmente, a propor reações que possibilitassem a manutenção do seu espaço dentro da sociedade. (KLAUCK, 2011, p. 5)

Dessa forma, a modernidade trazia novidades para os sujeitos, embora trouxesse evolução e melhorias para os indivíduos inseridos em um passado retrógrado, a Igreja Católica se preocupava com as possíveis perversidades que essa modernidade poderia inserir nas pessoas, unindo forças com a criação de periódicos para propagar os “perigos” que essa modernidade traria, isto é, estratégias por meio da imprensa escrita para manter o seu poder, o seu domínio em todas as áreas sociais.

Com isso, em todos os estados da Federação criou-se periódicos católicos para contribuir com o clero na luta contra a difusão dos avanços da modernidade que trazia, também, novas religiões. Para tanto, essa difusão representaria a quebra de um padrão estabelecido pela Igreja Católica durante anos como religião superior a todas. Logo, a Igreja se preocupava com esses embates, uma vez que a civilização poderia se corromper.

Marta Rosa Borin, discute em um de seus artigos como a Igreja Católica apresentava os pontos que estavam sendo deixados de lado pelo clero, o que dera abertura para a crescente de novas religiões, como no caso do Rio Grande do Sul, o espiritismo. Em um dos periódicos criados, *Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria*, o Bispo Dom Miguel mencionou como a Igreja estava sendo imprudente com relação ao catecismo.

Através do Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria o bispo advertia o clero em relação ao desleixo com o catecismo nas paróquias e juntamente ele intimava os sacerdotes a combater o espiritismo. Nesse sentido, ele redigiu um mandato aos sacerdotes da Diocese, publicado em 1912, pois, após sua Visita Pastoral, nas paróquias observou a existência de uma “profunda ignorância religiosa da população local” devido, principalmente, às superstições. Então, mandou que “em cada paróquia, o mais breve possível e, no prazo máximo de treze meses”,

fosse constituída a Congregação da Doutrina Cristã, “de acordo com o disposto na Pastoral Coletiva de 1904”. (BORIN, 2013, p. 5)

O espiritismo em ascensão na sociedade era equiparado a uma desordem moral, pois faltava uma educação que ensinasse a população a ter uma maior devoção, como os cultos dominicais e as aulas de catecismo. Assim sendo, para promover uma restauração da religião Católica, a imprensa foi um instrumento de suma importância.

No campo religioso, a preocupação com a informação e formação dos fiéis católicos são recorrentes no Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria, principalmente no sentido de melhor esclarecer os católicos da Diocese sobre crenças e religiões. O teor dos artigos publicados referia-se também à obrigação dos católicos sustentar o órgão Boa Imprensa que defendia a causa da Igreja, combatia o protestantismo, a maçonaria e as outras crenças. (BORIN, 2013, p. 7)

Essa preocupação tornava-se ainda maior, à medida que o clero católico percebia que as outras religiões também se articulavam e estruturavam para utilizar os periódicos como estratégias de disseminação das outras crenças.

O trabalho do clero católico e do bispo de Santa Maria, sob o ponto de vista da defesa da fé e dos dogmas católicos era redobrada à medida que órgão de imprensa de outras crenças circulavam no Estado, como O Testemunho, publicado pelos metodistas e a revista Reacção, pelos maçons, seus opositores que não davam trégua e rebatiam os dogmas católicos através de seus impressos, pois a Constituição republicana lhes facultara isto quando aprovou a liberdade de culto. (BORIN, 2013, p. 7)

Dessa maneira, a Igreja Católica batalhou para a construção da imagem de uma “boa imprensa”, ou seja, a comunidade deveria consumir apenas os periódicos que apresentavam conteúdos para uma boa formação do indivíduo, isto é, que ensinassem os caminhos da santa-fé, com o intuito de aprimorar a moral e os bons costumes dos indivíduos, para que assim não se desviassem do que era colocado como correto aos olhos do clero católico.

Assim como destaca Silva:

Um dos exemplos concretos da acusação que as forças ligadas ao catolicismo faziam contra a moral duvidosa é um artigo, publicado no semanário A Tribuna, datado do dia 24 de janeiro de 1934, que tinha como assunto a “moral maçônica”. O texto narrava, com riqueza de detalhes, a organização do Congresso da liga pró-Estado laico e a participação ativa de várias lideranças, dentre elas a do grão-mestre da maçonaria local. (SILVA, p.4)

Destacando outro ponto que deve ser levado em consideração é a laicização do Estado e dos costumes. A imprensa católica surgiu para se opor e combater a

desmoralização da fé. Era preciso, portanto, uma reorientação da fé católica, ou seja, introjetar, novamente, nos indivíduos a defesa pela tradição e pensamento conservador.

Mariana, a diocese primaz de Minas, já havia conhecido essa espécie de doutrinação pela imprensa desde 1846, quando Dom Antonio Ferreira Viçoso (1844-1875) fundou ali a pioneira revista quinzenal religiosa: *Seleta Católica*, que anos mais tarde deu origem ao jornal *O Romano* (1851), que tinha por subtítulo o de *Miscelânea Dogmática, Moral, Ascética e Histórica*. Sucedem essas primeiras publicações *O Bom Ladrão: Periódico Religioso, Literário e Noticioso* (1873), cujo editor será o futuro arcebispo de Mariana, padre Silvério Gomes Pimenta, o *Boletim Marianense* (1886) e, já mais para o final do século, *O Viçoso* (1893), que aparece com o instigante subtítulo de *Periódico destinado a promover os interesses católicos sem descuidar dos outros interesses da Pátria e do Povo*. (SILVEIRA, 2013, p. 7)

Buscava-se, dessa forma, levar a visão oficial do catolicismo, para reordenar a hegemonia católica, livrando a população dos “ídolos modernos” apregoando a verdadeira fé, o que traria como base o fato de que sem a Igreja a família não se sustenta, a política se torna pecaminosa e a pátria caminha para a devastação. Mas a divulgação dessa “boa imprensa” viria com o cuidado de não menosprezar a “má imprensa”.

Conforme menciona Diego Omar Silveira:

Cabia, nessa ótica, aos jornalistas católicos assegurar a existência de uma “imprensa sadia e segura”, capaz de “informar sem falsear, distrair sem degradar e orientar sem violentar”. Verdadeiros “artífices da palavra”, deviam trabalhar esses jornalistas para educar “os leitores na apreciação do que é verdadeiro, bom e belo”, primando em sua escrita por uma “profunda sensibilidade cristã que impregne cada uma de vossas ações e espalhe com graça e distinção ‘o bom odor de Cristo’” na sociedade contemporânea. (SILVEIRA, 2013, p. 10)

Em Goiás, *O Jornal Santuário da Trindade*, também informava aos goianos como deveria ser a postura diante dos ataques à fé católica, destacando sempre a importância da “boa imprensa” com entusiasmo, já que essa seria a imprensa a levar os bons costumes para os cidadãos. Além disso, a “boa imprensa” era tida como uma imprensa livre de qualquer interesse, ou seja, era incorruptível, uma vez que essa imprensa buscava apenas “salvar almas”. Segundo Andréia Galvão (s/d., p. 3), o jornal *Santuário da Trindade*,

Ao longo de seus 9 anos de atuação, veiculou inúmeras matérias sobre a importância do incentivo à boa imprensa, por meio da assinatura e divulgação dos jornais católicos, como também do combate à má imprensa, através da repulsa aos folhetins e semanários antirreligiosos ou protestantes.

Apesar da Igreja em meados do século XIX não incentivar a leitura da imprensa escrita pelos seus fiéis, essa não encontrou outra forma para combater a “má imprensa” senão pela criação da “boa imprensa”.

Como apresenta Andressa Paula:

A circulação de ideias anticlericais apresentou-se como um dos principais problemas a serem combatidos pela Igreja Católica. Se a imprensa era o principal meio de divulgação dessas concepções seria necessário contra-ataca-la com o mesmo meio. Para combater a “má imprensa”, o Papa Leão XIII (pontificado: 1878-1903) em documento intitulado Sobre a Imprensa destacou que: [...] já que os perversos, principalmente em nossos tempos, abusam dos jornais para a difusão das más doutrinas e para a depravação dos costumes, considerai como vosso dever usar os mesmos meios: eles, indignamente, para a destruição; vós, santamente, para a edificação (LEÃO XIII, 1959, p. 9-10). (PAULA, 2019, p.4)

A Igreja Católica, apropriou-se da imprensa escrita em todos os estados da Federação. Assim, no Rio de Janeiro Dom Eduardo exortava a necessidade de os católicos exaltarem e propagarem a boa imprensa, usando muitas vezes, para isso, da ficção, como o gênero conto, como forma de denunciar os perigos da má imprensa.

Incluído no opúsculo, o conto sobre um jovem promissor que, influenciado por más leituras, se transforma num criminoso, apresenta uma estratégia que se tornou corrente nas publicações do gênero: o uso da ficção como instrumento de denúncia dos males causados pela má imprensa. (ALMEIDA, 2016, p. 8)

Logo, Frei Inácio Hinte, em Petrópolis, orquestrava a publicação de livros para a divulgação da boa imprensa, o que logo em seguida daria vida à imprensa nomeada como “*Vozes de Petrópolis*”, mais uma imprensa católica na luta contra a desordem moral, e que, futuramente, se tornaria a hoje conhecida e consolidada editora *Vozes*.

Mesmo com todo esse embate contra a má imprensa, o clero católico ainda via empecilhos para a boa formação dos cidadãos, já que a imprensa católica precisava se organizar para disseminar os discursos católicos no país. Por isso Claudio Aguiar de Almeida diz que:

Depois de denunciar as “condições materiais, mais ou menos precárias, dos jornais católicos, [que] muitas vezes não permitem à empresa pôr à testa um talento superior que saberá fazer valer suas ideias”, o franciscano indicou a solução para os problemas que impediam o desenvolvimento da imprensa católica no país: a organização de “um Centro na Capital Federal ou suas imediações” que imprima “à orientação de toda imprensa católica no Brasil o caráter de ação comum segura e enérgica”. Com perfil semelhante ao de uma agência de

notícias, esse “Centro” seria financiado por jornais católicos que lhe destinariam uma quantia mensal em troca de artigos e reportagens. (ALMEIDA, 2016, p.11)

Desse modo, a Igreja Católica, tentava alinhar-se diante de todos os movimentos de mudanças e novos cenários que chegavam ao Brasil, refletindo nas tendências conservadoras da e na modernização que se instaurava.

Considerações finais

Evidencia-se, por meio da rápida discussão proposta, os embates políticos, intelectuais, religiosos, que foram inseridos na imprensa desde o final do século XIX, com as mudanças advindas com a modernidade. A Igreja via seu poder e sua hegemonia ser ameaçadas pelos avanços dos “erros modernos”, o que articulava numa desmoralização da população.

Com isso, os estudos da imprensa escrita como fonte de pesquisa são essenciais, pois é possível perceber as perspectivas católicas diante das mudanças da modernidade que se consolidava no final do século XIX. À vista disso, a imprensa escrita seria capaz de ajudar na reformulação da Igreja e auxiliar no aumento da influência da mesma.

Desse modo, a história da imprensa alinha-se aos vários embates e discussões que entrecruzaram o final do século XIX, sendo uma forte influência para a criação da imprensa nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNOLIN, Adone. O debate entre História e Religião em uma breve história da História das Religiões: origens, endereço italiano e perspectivas de investigação. **Projeto História**, São Paulo, n.37, p. 13-39, dez. 2008

ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena Guerra: Imprensa, Catolicismo e Política nas duas primeiras décadas do século XX. **Revista História**, São Paulo, n. 174, 2016.

BARROS, D’Assunção José. Fontes Históricas – Uma introdução aos seus usos Historiográficos. **Revista Albuquerque**, Vol.3, nº1, 2010.

BARROS, José D’Assunção. “O uso dos jornais como fontes históricas”. In: **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. São Paulo: Vozes, 2019.

BERGER, Peter. **Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BERGER, Peter. **Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2017.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentidos: a orientação do Homem moderno**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2005.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, pluralismo e crise de sentidos: a orientação do Homem moderno*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2005

BORIN, Marta Rosa. A boa imprensa e a imprensa ímpia: Embates entre os agentes sociais católicos, espíritas no Rio Grande do Sul. **XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH: Conhecimento Histórico e diálogo social**. Natal (RN): UFRN, 2013.

GALVÃO, Andréia. Imprensa: veículo do bem e do mal - o Jornal Santuário da Trindade e o combate à má imprensa. **IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder**. Jataí: UFG, 2014.

KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. **Mneme – Revista de Humanidades**. Vol. 11, n.29, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. “História nos, dos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-149.

PAULA, Andressa. “Contra a ‘má imprensa’ a ‘boa imprensa’: periódicos a serviço da Igreja Católica”. In: PEREIRA, Denise (Org.). **Teologia das Religiões 2**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

PAULA, Andressa. “Contra a ‘má imprensa’ a ‘boa imprensa’: Periódicos a serviço da Igreja Católica. In: PEREIRA, Denise. (Org). **Teoria das Religiões 2**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

PETTAZZONI, Raffaele. O Método comparativo. **Debates do NER**. Porto Alegre. Ano 17, n. 30, p. 203-218, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. A “boa imprensa católica” na divulgação das visões sobre a Maçonaria na década de 1930. **Anais do XIII Encontro de História: Histórias e Mídias: Narrativas em Disputa**. Recife: UFPE, 2020.

SILVA, Eliane Moura da. Entre religião, cultura e história: a escola italiana das religiões. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 225-234, jul./dez. 2011.

SILVA, Paz Aciely César Augusto. “A “boa imprensa católica” na divulgação das visões sobre a Maçonaria na década de 1930”. *História e Mídias: Narrativas e disputas...*

SILVEIRA Diego Omar. “A peleja pela ‘Boa Imprensa’: reflexões sobre os jornais da Igreja, a Romanização dos costumes e a identidade Católica no Brasil.” **Encontro Nacional de História e Mídia**. Minas Gerais: 2013.

"ANA TURVA, LIÃO E MAGNÓLIA DESMAIADA: FICÇÃO, REALIDADE E O FEMININO NA OBRA *AS MENINAS* (1973), DE LYGIA FAGUNDES TELLES"

Natália Peres Carvalho⁴⁹⁷

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo central analisar as representações femininas presentes na obra “*As meninas*”, de Lygia Fagundes Telles. O romance, escrito e publicado pela primeira vez em 1973, tem seu enredo desenvolvido no conturbado período da Ditadura Militar no Brasil, que chega ao leitor por meio das três personagens principais, Ana Clara, Lia e Lorena, construídas por Lygia Fagundes Telles através das articulações entre juventude e as representações femininas plurais, especialmente por meio de três segmentos socioculturais: a cultura burguesa, militante e marginalizada. Assim, objetiva-se então, apresentar e discutir a maneira como Telles apresenta aos leitores três representações femininas decantadas da realidade, observadas na obra por meio da opção narrativa, das características formais das personagens, de suas visões de mundo, das suas origens sociais variadas e da maneira como se conectam com os demais personagens e com o contexto sócio-político em que estão inseridas. Assim sendo, os debates que são contemplados pelos estudos desenvolvidos na referida pesquisa de monografia contribuem para uma melhor compreensão do papel social e cultural da mulher brasileira naquele momento ao mesmo tempo em que se mostram como um contributo à historiografia recente que busca eleger a mulher como sujeito e objeto situados no primeiro plano da História.

Palavras-chave: Representações femininas; Literatura; *As Meninas*.

INTRODUÇÃO

Ana Clara, Lia e Lorena são personagens de um dos principais romances de Lygia Fagundes Telles, escrito e publicado pela primeira vez em 1973. A obra narra a história de Lorena, que tem uma grande sensibilidade artística e literária e mantém um romance com um homem casado; Lia, uma militante da esquerda armada que está tentando tirar o namorado da prisão; e Ana Clara, que está envolvida com drogas e dividida entre o noivo burguês e o amante traficante.

Dessa forma, o cotidiano das três personagens principais posto em perspectiva pela autora, põe-nos em contato com representações femininas construídas de forma

⁴⁹⁷ Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da UFG – nperescarvalho@gmail.com; Orientador: Marcos Antônio de Menezes

intensa, pois intersecciona juventude e questões em torno do feminino no contexto da ditadura militar brasileira. Entretanto, o faz sem, necessariamente, estar presa ao mesmo, pois a obra continua a circular e é apropriada por outras linguagens artísticas, como o cinema e o teatro a posteriori.

Nesse sentido, ainda no contexto da produção literária, no caso, o romance, Lygia Fagundes Telles, em entrevista para o Jornal *O Estado de São Paulo* (1995), nos aponta que essa obra foi decantada e produzida a partir da sua leitura da realidade brasileira de então, uma vez que parte da mesma para construir seu romance. Dessa feita, como nos aponta Antônio Candido, o romance catalisa a relação entre o real e o ficcional por intermédio da figuração dos personagens: “Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste” (CANDIDO, 2014, p. 55), sendo que desta relação ocorre o processo representacional, que no caso desta pesquisa, consiste na medida em que a autora centraliza nas três personagens a sua leitura da realidade através desse ponto de cruzamento entre o feminino e a juventude.

A opção narrativa, as características formais das personagens, as suas visões de mundo, suas origens sociais variadas e a maneira como se conectam com os demais personagens e o contexto sócio-político são alguns dos elementos que ganham destaque nessa análise. O período é marcado pela efervescência da contracultura que, por mais que tenha nascido nos Estados Unidos, chegou até o Brasil marcando principalmente a década de 1960, seja no teatro, cinema ou na música. A contracultura reafirmava que a juventude não estava relacionada a uma faixa etária e sim a uma classe social formada por pessoas que “recusavam a moral estabelecida, que valia para a juventude do mundo inteiro” e que tinham a “cultura como instrumento de transformação política” (COLLING, 1997, p. 37). Mesmo que completamente diferente uma das outras, podemos observar influências da contracultura tanto na personagem Lia, por meio dos paradoxos entre sua militância política de esquerda e suas lutas revolucionárias e em relação aos comportamentos emancipatórios da mulher, quanto na personagem Lorena, com suas preferências pela estética do mundo hippie mais que o comportamento deste grupo e, também, na personagem Ana Clara, que fazia uso de drogas e tinha uma vida sexual mais ativa.

Dessa maneira, o romance *As meninas* se constitui em objeto e fonte principal desta investigação, veículo que conduzirá a busca por compreender as representações

femininas produzidas por Telles naquele contexto, o da ditadura militar, em que o ideal de mulher preponderante na sociedade brasileira ainda era muito diferente dos perfis femininos apresentados pela autora na obra, porém, isso não significa que novos perfis femininos já estivessem em voga nessa mesma sociedade, sendo que a própria autora afirma que parte da realidade para construir suas personagens, como expressado anteriormente.

Nesse contexto, entre as décadas de 1960 e 1970, os acontecimentos políticos e culturais, em processos de embates, como a contracultura, remodelaram as aspirações depositadas sobre as mulheres, especialmente ao buscarem se inserir no espaço público das ideias, arte, política. “A articulação do público e do privado é um dos problemas maiores das sociedades democráticas. Ela está no centro da teoria política bem como da vida cotidiana. O cruzamento com a diferença entre os sexos é uma maneira de penetrar em seu funcionamento e compreender seus deslocamentos.” (PERROT, 2005, p. 465). Por suas obras, Lygia Fagundes Teles insere, pela ficção, personagens femininas, no caso as jovens estudantes, a fim de compreender toda essa efervescência das questões femininas de então.

ANA TURVA, LIÃO E MAGNÓLIA DESMAIADA: TRÊS PERSONAGENS, TRÊS REPRESENTAÇÕES DO UNIVERSO FEMININO.

Ana Clara Conceição é uma das personagens mais complexas do romance, principalmente pela variedade de assuntos que partem dela, como por exemplo, o uso de drogas, abusos sexuais, abortos, solidão, prostituição, etc., e também por esses assuntos chegaram ao leitor por meio do fluxo de consciência, um recurso literário explorado por Lygia Fagundes Telles no romance. Divergindo das outras personagens, que tinham vínculos com a militância política e a classe média, por exemplo, Ana Clara está praticamente sozinha na sua luta pela sobrevivência, a partir de suas vivências nada convencionais, sendo que ao mesmo tempo em que nega a normatividade social ela busca fazer parte desta, mas as suas práticas não se enquadram nos requisitos do *status quo*. Ela é órfã e teve uma infância marcada por grandes dificuldades financeiras, sendo que as lembranças que carrega de sua mãe estão ligadas a prostituição a qual ela viveu e também as agressões físicas que constantemente sofria de seus ditos “companheiros”. Outro fator

característico da nossa sociedade machista que marca a infância de Ana Clara são os abusos sexuais sofridos por ela e por sua mãe.

É descrita como uma mulher muito bonita e atraente, tanto por ela própria, quanto pelas outras personagens, que constantemente enfatizam sua beleza, sendo que ela é bastante narcisista, pois dá muito valor a isso, chegando a diminuir suas amigas, chamando Lia de muito gorda e Lorena de muito magra, deixando claro que está presa a certos padrões estéticos impostos sobre as mulheres.

As passagens de Ana Clara são confusas, aceleradas e conturbadas, como se ela estivesse sempre sobre o efeito das drogas que faz uso, vindo daí o apelido Ana Turva, dado a ela por suas amigas. Essa relação entre a juventude o uso de drogas é observado por Maria Hermínia Tavares de Almeida, que afirma que a modernização da sociedade e o autoritarismo vigente no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, influenciaram no uso de drogas por parte da juventude, seja como forma de protesto ou para fugir de sua própria realidade ou ainda colocar em xeque o conservadorismo da ordem política:

Com a modernização da sociedade os padrões de conduta privada também irão passar por mudanças, sendo que “Para a geração da classe média de esquerda que chegou à idade adulta sob o autoritarismo, o peso das circunstâncias políticas sobre as relações afetivas e familiares (acelerando, quem sabe, os vaivéns amorosos) misturava-se à liberação sexual e ao consumo de drogas, em especial maconha e LSD. Fumava-se e se tomavam bolinhas por prazer, angústia ou perplexidade, e também para afrontar o estranhado conservantismo do regime no plano dos costumes, para construir uma forma de ser oposição, de romper por vias transversas um perfil político de rejeição ao status quo – ainda que a esquerda tradicional, não menos do que a resistência militarizada, desdenhasse a CONTRACULTURA como a mais recente floração do escapismo e da inconsequência.” (ALMEIDA, 1998, p. 333-334)

O vício de Ana Clara em heroína é mantido principalmente pelo seu namorado, que é traficante e muito abusivo com ela, principalmente quando se trata das relações sexuais dos dois, pois a Ana Clara carrega transtornos pós-traumáticos em decorrência dos abusos sofridos na infância e seu namorado não a compreende.

A personagem constantemente afirma que um dos seus maiores desejos é enriquecer, o que não é difícil de compreendermos se analisarmos a condição social que ela esteve sujeita enquanto criança. Sendo que além do namoro, ela mantém um outro

relacionamento com um noivo rico, justamente por sua vontade de enriquecer e emergir socialmente. Inclusive, ela relata que para se casar com esse noivo irá precisar fazer uma vaginoplastia, com a intenção de recuperar sua virgindade, o que nos leva a pensar no ideal feminino do período, que estava totalmente ligado à pureza e a moral da mulher e que ainda se mantém até os dias de hoje.

Como dito, as passagens de Ana Clara são bastante confusas, sendo uma tarefa difícil para o leitor afirmar o que é realidade e o que são apenas alucinações provocadas pelo seu vício cada vez mais evidente em heroína, que provavelmente está relacionado ao seu desejo de fugir da própria realidade em que está inserida e escapar dos seus pensamentos, que a atormentam constantemente.

A outra personagem analisada é Lia de Melo Shultz, enquanto representação da mulher politizada, ou subversiva, como era chamada a juventude militante na época. Ela é estudante de Ciências Sociais e gosta de escrever romances nas suas horas vagas. Por meio dessa personagem Telles aborda diversos tabus, como por exemplo a da própria relação entre mulher e política, o da homossexualidade, pois a primeira experiência amorosa de Lia foi com outra mulher e também, por exemplo o da masturbação, pois Lia deixa claro que o prazer feminino era também uma forma de emancipação da mulher.

Lia se mostra despreocupada com sua aparência física e desapegada de vaidades, sendo descrita por suas amigas como descuidada, descuido esse que no mundo da militância é detectado por Ana Maria Colling quando esta afirma que:

As mulheres entrevistadas, na sua vontade de serem vistas somente como militantes, em detrimento de sua condição feminina, descuidavam-se de sua aparência pessoal. Mas, mesmo assim, sentiam uma espécie de inveja das outras mulheres que se faziam atraentes aos olhos masculinos, porque estas cultivavam atributos tipicamente femininos, como o trato pessoal. Para elas, isso acontecia porque, a partir da militância política, passavam a ter outros valores, e o cuidado com a aparência não merecia lugar nesta nova visão de mundo. (COLLING, 1997, p. 69)

Extremamente engajada politicamente, Lia representa, mesmo que pequena, a participação feminina na luta não só contra a ditadura, mas contra todos os padrões impostos às mulheres, que aos poucos iam sendo questionados e rompidos. De modo que por meio das passagens desta personagem é possível perceber que ela é marxista, de

esquerda e claro, feminista, representando este movimento que se faz presente cada vez mais no Brasil a partir dos decênios de 1960 e 1970. Quando ela é a narradora, é possível observar que seus pensamentos estão permeados de ideias a respeito da emancipação feminina, sob a qual ela acredita e sempre que tem uma oportunidade toca no assunto abertamente, procurando fazer com que haja uma reflexão a respeito da reprodução do machismo na sociedade.

Por fim, a última personagem das três analisadas é Lorena Vaz Leme, que representa a mulher burguesa, que como ela mesmo se define faz parte da “família dos delicados [...] dos sensíveis.”. É filha de fazendeiros, estudante de Direito e recebe das amigas o apelido de Magnólia Desmaiada, devido ao seu tom de pele muito claro. Das três meninas, é a única que possui automóvel, sendo esse um símbolo do seu poder aquisitivo, pois na época possuir um carro era um distintivo social, principalmente para uma jovem. Um dos principais dramas da vida de Lorena é o fato de vir de uma família extremamente tradicional e conservadora e estar apaixonada por um médico, que é bem mais velho, casado e com filhos. Porém, é um amor não correspondido, mas que toma grande parte de seus pensamentos.

De acordo com ela própria, suas atividades preferidas se resumem a tomar banhos demorados, ler poesias e tomar chás. Ela é uma grande amante de música e passa seus dias em seu quarto na companhia de seu toca-discos, ouvindo cantores como Caetano Veloso e Maria Bethânia, sendo essas referências de uma cultura da juventude, especialmente de uma classe média que adentra ao mercado consumidor da indústria fonográfica consolidada durante o regime militar. Sendo que por mais que ela não fosse engajada politicamente ela consumia músicas com ares políticos. Vale lembrar que é na década de 1960 e 1970 que o Brasil experimenta uma grande politização da produção artística, onde a esquerda acreditava que os artistas deveriam se posicionar contra o regime militar, resultando, por exemplo, em movimentos como o Tropicalismo.

É possível notar que Lorena tem sérios problemas de autoestima, principalmente quando fala da beleza extravagante da amiga Ana Clara. Ela sempre se questiona sobre sua beleza, se descrevendo como uma jovem muito pálida, magra, de pernas finas, com pouco seios e que queria muito ser bonita, demonstrando que tem dificuldades em se libertar dos padrões de beleza, se considerando como frágil e insegura. Outra questão que a aflige é o fato de ser virgem e a vontade que tem de ter experiências sexuais o mais

rápido possível. Porém, diferente da sua amiga Lia, considera que o sexo não deva ser feito como um ato de libertação, dando a entender, pela maneira que aborda o tema, que provavelmente considera que o ato deva ficar reservado ao casamento.

A VIDA DEPOIS DE AS MENINAS

Como apontado no início desta pesquisa, Ana Clara pode ser considerada a personagem mais complexa da obra de Lygia Fagundes Telles, principalmente pelo fluxo de consciência que é utilizado com frequência nas passagens relativas a ela. A jovem, que representa a mulher marginalizada, é carregada de tabus e assuntos que até hoje são recorrentes na nossa sociedade, como drogas, liberdade sexual, abortos, abuso sexuais e outros, além de apresentar características contraculturais. Ana Turva, uma jovem completamente solitária, mesmo quando na companhia de suas amigas ou de seu namorado; órfã de mãe e que não sabe quem é seu pai, que aspira um mundo de riquezas e está completamente presa ao padrão de beleza imposto sobre as mulheres, tem um final trágico ao fim do livro, que é a morte por overdose, aqui interpretada como o descaso da direita e da esquerda com determinados segmentos sociais.

Lia retrata, antes de mais nada, a representação da mulher que está em construção na década de 1970, marcada principalmente pelos movimentos de emancipação feminina e militância política em oposição ao regime militar instaurado no Brasil a partir de 1964. Lia é vista como uma jovem que abre mão de determinados comportamentos cotidianos e tidos como normais, sobretudo destinados as mulheres, para lutar por aquilo que ela acreditava, defendendo a luta feminina bem como os direitos das mulheres de não se contentar com o espaço privado do lar e de papéis que desde sempre foi sinônimo de feminino, como a maternidade e dependência da figura masculina, inclusive ela representa o revés desses lugares atribuídos as mulheres, vinculando-se ao segmento social universitário e militante.

Lorena representa a juventude burguesa, que vive em seu universo particular e na maioria das vezes alheia a realidade que a cerca. Sua amizade para com Ana Clara e Lia é reafirmada por meio da sua preocupação e também da ajuda financeira que ela oferta a elas. A personagem retrata uma juventude de classe média consumidora de produtos culturais, como por exemplo, as músicas produzidas durante o contexto dos anos de 1970, no Brasil. Conclui-se que é interessante notar que por mais que Lorena fizesse parte de uma juventude de classe média alienada, ela está em contato direto com outras juventudes,

no caso, a marginalizada e a militante, inclusive financiando as atividades das mesmas, tratando-se assim de processos de sociabilidades juvenis de caráter plural.

Podemos pensar também que a morte de Ana Clara, por overdose, nos faz refletir sobre o processo histórico de higienização que o nosso país passa até hoje, onde muitas “meninas” que vivem à margem seja pelas drogas, a prostituição ou da miséria, morrem ou são mortas todos os dias. Lia representa a incerteza que todo jovem militante estava sujeito durante a ditadura militar. Será que ela realmente embarcou para a Argélia com seu namorado? Será que foi presa? Não há como saber. Por fim, Lorena representa uma parcela da juventude brasileira de classe média dos anos de 1970 que, por um lado, aponta para uma burguesia que pouco se alterou, mas também representa as mudanças e enfrentamentos sociais vividos por estar em contato com outras representações femininas e ambíguas de juventude, e que no final se encontra sozinha em sua concha, tomando seus banhos, lendo suas poesias e ouvindo suas músicas, porém, sem a presença de Ana Clara e Lia, deixando assim um espaço em aberto acerca das relações que a movimentaram nos últimos tempos, ou seja, suas relações de amizade com outras figuras distintas, mas, ao mesmo tempo complementares, em que a personagem pode exercer laços de sociabilidade, com ares de assistencialismo, como parte das atividades de “resistência”, de parcela da classe média:

Apenas uma minoria muito restrita da população de classe média intelectualizada fez da resistência ao regime uma atividade em tempo integral. [...] Já para a parcela maior dos membros desse mesmo grupo, ser de oposição significava desenvolver formas de participação política compatíveis com a rotina cotidiana: trabalho ou estudo, família, amores, amizades, entretenimento. (ALMEIDA, 1998, p. 388)

CONCLUSÃO

Por meio da análise da obra, é possível observar que Lygia Fagundes Telles, por meio da sua percepção da realidade, constrói uma escrita feminina sobre os vários perfis juvenis que desabrochavam no Brasil dos anos de 1970. Nota-se que há uma transposição de arquétipos da juventude por meio das ações femininas, como salienta Ana Maria Colling (1997), ao afirmar que durante o século XX, marcado pela revolução do movimento feminista “as mulheres viraram o mundo de cabeça para baixo, desistindo do

papel de coadjuvantes da história para fazerem parte do elenco principal.” (COLLING, 1997, p. 39), sendo que:

Ao movimento feminista deve-se creditar uma parcela na mudança de comportamento entre homens e mulheres no Brasil. As mulheres começam a ocupar espaços exclusivamente masculinos. Prova disso é a Academia Brasileira de Letras, que desde sua fundação em 1896 até Rachel de Queiroz tornar-se imortal, em 1977, jamais permitira a nenhuma mulher participar do chá das cinco. Rachel abriu espaço e foi seguida de Dinah Silveira de Queiroz, Nélida Piñon e Lygia Fagundes Telles. (COLLING, 1997, p. 44)

Na obra *História das Mulheres no Brasil*, organizada por Mary Del Priore, no capítulo “Mulher, Mulheres” de Lygia Fagundes Telles, em que a autora aqui analisada nos conta alguns relatos sobre sua vida, quando ainda era estranho uma mulher entrar para a “Faculdade de Direito do Largo do São Francisco” e diz que ao contar seus planos para sua mãe a mesma lhe faz alguns questionamentos como: “Faculdade de Direito, filha? Entrar numa faculdade de homens, verdadeira temeridade que iria afastar os pretendentes, quem quer mulher que saiba latim? Todo homem tem medo de mulher inteligente, filha”, mas por fim aconselhou que a filha fizesse o que o coração pedia. A autora ainda faz uma referência à sua obra *As meninas*, em que sua personagem Lia diz que “Antes, a mulher era explicada pelo homem”, mas agora “é a própria mulher que se desembrulha, se explica”. Com essa fala a autora trata do nascimento tímido da literatura feminina, “na sua maioria, assustados testemunhos de estados d’alma, confissões e descobertas de moças num estilo intimista – o chamado estilo subjetivo com suas dúvidas e esperanças espartilhadas como elas mesmas, tentando assumir seus devaneios.” e que é expressado na obra *As Meninas*.

Observa-se que, de fato, as três representações femininas aqui apresentadas são decantadas do real, como sugere Theodor Adorno (2003) que, “a forma artística como conteúdo sócio-histórico decantado”, produz leituras, alterações, sentidos e negações de determinadas realidades, como o proposto por Telles a partir de Ana Clara, Lia e Lorena. Isso por meio da própria constituição do personagem do romance:

Contudo, a preparação especial de selecionados aspectos esquemáticos é de importância fundamental na obra ficcional — particularmente quando de certo nível estético — já que desta forma é solicitada a

imaginação concretizadora do apreciador. Tais aspectos esquemáticos, ligados à seleção cuidadosa e precisa da palavra certa com suas conotações peculiares, podem referir-se à aparência física ou aos processos psíquicos de um objeto ou personagem (ou de ambientes ou pessoas históricas etc.), podem salientar momentos visuais, táteis, auditivos etc. (CANDIDO, 1976, p.09)

Assim, as personagens Ana Clara, Lia e Lorena são construídas por Lygia Fagundes Telles a partir de sua preocupação com as várias facetas da juventude feminina de então, principalmente através de suas perspectivas a respeito dos segmentos sociais: a cultura burguesa, militante e marginalizada. Suas personagens, construídas de forma intensa e interseccionadas às questões em torno do feminino e interligadas ao contexto sócio histórico da ditadura militar no Brasil, nascem da relação entre o real e o ficcional por intermédio da figuração feita no romance. Dessa feita, acredita-se aqui que não há a desarticulação entre o real e o ficcional, sobretudo pelos procedimentos da verossimilhança, que são calcados e percebidos a partir da linguagem.

Ademais, essa pesquisa buscou contribuir para uma melhor compreensão do papel social e cultural da mulher brasileira naquele momento, observado de modo privilegiado pela escrita literária de Lygia Fagundes Telles. Além de agregar valor a historiografia recente, que busca eleger a mulher como sujeito e objeto situados no primeiro plano da História.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: O cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 319-410.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: O cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 319-410.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio (org.). **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 53-80.

CERTEAU, Michel de. História e psicanálise: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. CHIARELLI, Tadeu (org.). **Mulheres artistas: as pioneiras (1880-1930)**. São Paulo. Pinacoteca do Estado, 2015.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2004.

TELLES, Lygia Fagundes. **As Meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

AS TENDÊNCIAS RELIGIOSAS DO ROMANTISMO ALEMÃO

Nathaly Letticia Ferreira Gonçalves⁴⁹⁸

RESUMO: A proposta do presente texto visa refletir sobre o atrito conceitual frente ao fenômeno do romantismo alemão enquanto uma passagem histórica que precede a tantas possibilidades e nomenclaturas. Dessa maneira, buscaremos respaldar suas múltiplas a partir de dizeres literários, filosóficos, artísticos, religiosos e políticos. Diante do volume de interpretações face ao fenômeno, o objetivo da presente pesquisa é buscar examinar sua abordagem conceitual frente à literatura e a religião à luz de autores ligados ao movimento. Dessa forma, temos por finalidade contribuir e promover reflexões no que tange o repertório cultural do romantismo alemão, especificamente em sua primeira fase. Nesta abordagem, o presente texto discutirá as múltiplas do fenômeno romântico e suas variadas características.

Palavras-chave: *Romantismo. Religião. Modernidade. Frühromantik.*

Há muito se discute sobre as múltiplas atribuídas ao romantismo, tornando este fenômeno não pertencente apenas ao uso exclusivo da literatura. Suas possibilidades ultrapassam as nomenclaturas, tornando-o fonte de estudos e reflexões diante de suas (in)definições. Dessa forma, ao delinear sua passagem histórica e marcante, o presente artigo pretende fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema romantismo alemão especificamente em sua primeira fase, recortando temporalmente suas características.

Diante do volume de interpretações face ao fenômeno, o objetivo da presente pesquisa é buscar examinar sua abordagem conceitual frente à literatura, à religião, à luz dos autores Otto Carpeaux, *A história concisa da literatura alemã* (2013); Michael Löwy e Robert Sayre *Revolta e Melancolia* (2015); Jacob Guinsburg *O Romantismo* (2013). Dessa forma, nosso diálogo tratará de autores pelos quais refletem o romantismo enquanto uma corrente filosófica, literária, artística, política, religiosa e histórica, a fim de contribuir e promover reflexões no que tange o repertório cultural do romantismo alemão, especificamente em sua primeira fase. Nesta abordagem, o presente texto discutirá as múltiplas do fenômeno romântico e suas variadas possibilidades.

⁴⁹⁸ Mestranda em História pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás, Campus Sudeste, sede Morrinhos.

1. Romantismo na literatura: o *Frühromantik*

Jacob Guinsburg afirma que o romantismo adquire (in)definidos conceitos, sendo um pouco de cada atribuição. Define-se rotineiramente o romantismo ainda como “uma escola, uma tendência, uma forma, um fenômeno histórico, um estado de espírito? Provavelmente tudo isto junto e cada item separado” (GUINSBURG, J. p.23, 2013) Para Guinsburg, além de serem atribuídos títulos ligados à filosofia ou literatura, o romantismo é um fato histórico pois passa a ser presente além da produção artística. O projeto do romantismo enquanto literário surge com o idealismo de centralizar o “eu”, em busca de recriar o mundo a partir da sua imaginação, assim definiu Carpeaux. Com o cenário saudoso à Idade Média e seu conservadorismo, a primeira fase do romantismo alemão trouxe uma visão de mundo contrária aos aspectos modernos, fazendo, portanto, com que o homem daquele período estivesse em constantes conflitos consigo mesmo.

Considerado como o movimento primário em uma perspectiva literária e influente para os demais territórios na Europa, o romantismo ficou conhecido como o “mais especificamente alemão de todos” (CARPEAUX, 2013, p. 89); uma vertente que assume formatos originais, uma vez que, se comparado ao de outros pontos da Europa, suas raízes assumem características específicas que arrogam o movimento com legitimidade alemã. (CARPEAUX, 2013). Uma vez consolidado, o romantismo, a partir do século XVIII e parte do século XIX, tornou-se uma corrente considerada como um modo de vida, uma busca incessante pelo passado perdido e desencantado, apresentando traços de melancolia e intuição.

Acerca disso, para Michael Lowy e Robert Sayre, o romantismo foi sinalizado como o movimento fruto de uma reação anticapitalista, uma crítica ao século das luzes. Dessa maneira, o presente trabalho propõe-se a refletir sobre romantismo como um projeto de viés ideológico que assume um formato de sobrepor ou sobreviver à modernidade e às suas transformações.

Ao pensar as obras literárias do romantismo alemão, os seus precursores ganharam o título de “os irracionalistas de Iena”, sendo, portanto, parte de uma constelação que assumiria em suas obras o teor crítico da sociedade apresentada em questão. As primeiras obras publicadas tiveram origem na revista *Athenaum*, apresentando os irmãos Augustus Schlegel e Friedrich Schlegel como iniciadores.

Dotados de uma visão sentimentalista e melancólica, os românticos visavam repensar a forma de se viver. O *Frühromantik* enquanto um movimento cultural, destarte, visava valorizar os aspectos irracionais do ser humano. Seus intelectuais estavam lançados em um mundo “desencantado”, que os forçara a um processo de reencantamento. Suas obras eram pautadas na subjetividade do indivíduo, favorecendo o emocional marcado pelos sonhos, sentimentos, angústias; subjetividade essa que estava comprometida com a chegada do século das luzes. O espírito romântico estava marcado pela inquietude, e, na luta de conquistar o passado, objetivavam um mundo que outrora alimentava as lembranças romantizadas e era válvula de escape para a fuga da civilização moderna.

Destarte, ao lutarem contra a civilização moderna, na busca do “eu fragmentado”, do modo de vida perdido e do conservadorismo em decadência, o homem romântico buscava, na construção de obras artísticas e literárias, verificar o espelho do seu antigo eu, haja vista que:

De fato, na óptica romântica essa crítica está vinculada à experiência de uma perda; no real moderno uma coisa preciosa foi perdida, tanto no nível do indivíduo quanto no da humanidade. A visão romântica caracteriza-se pela convicção dolorosa e melancólica de que o presente carece de certos valores humanos essenciais, que foram alienados. (LÖWY, SAYRE, 2015, p. 43)

Por consequência, a sensibilidade do homem romântico surge como uma inquietação causada em oposição ao progresso; é evidente uma paixão ardente pelo país pelo viés do conservadorismo. O cerne da alma romântica era o desejo incessante pelo retorno dos valores que foram perdidos com o passar do tempo; o fragmento do “eu” desfigurado seria o âmago da luta do retorno à velha guarda. (LÖWY, SAYRE, p. 43)

Assim sendo, frente a um novo cenário de sobrevivência, o homem romântico objetivava retomar os aspectos sentimentais perdidos pelo viés da arte. Suas composições apresentavam teor sarcástico e de ironia, na literatura propriamente dita. A denúncia contra o novo modelo social era realizada com ambiguidade, raramente com denúncias francas, com um público-alvo a ser alcançado, e, geralmente, em suas críticas constava o teor irônico ao novo modelo de sociedade. Apresentando vales nebulosos, florestas escuras, ruínas, mitos; o homem romântico duvidava da racionalidade pura, sua relação com o universo poderia ser considerada insignificante. É na natureza que se contempla a maior característica da obra romântica: o desejo pelo eterno, aquilo que é infinito.

Utilizando-se de técnicas artísticas sombrias, a fim de representar um “vazio”, uma inquietação e uma melancolia que fora desencantada com o mundo perdido, o homem romântico tentava a subjetividade do “eu”, ligando-o à natureza e intentava encontrar uma ligação que o referenciava ao mundo medieval, algo que apresentava o cenário perfeito para o retrato romântico e sua sensibilidade atingida no processo de passagem de épocas.

2. As tendências religiosas do romantismo alemão

Para os nossos estudos, ao se desejar refletir sobre a relação entre romantismo e religião, nos pautamos apenas em apresentá-la como fonte de cultura e um fato social, um sistema cultural, assim como afirma Clifford Geertz (2008). Da mesma forma, como Durkheim, implicamos em deixar de lado os juízos de valor referente à religião sem buscar estabelecer verdades absolutas, mas, apenas, usá-la como instrumento de reflexão em relação ao “encantamento” do indivíduo.

Para o homem romântico, a sensibilidade e subjetividade produzem efeito nas emoções que são inerentes à alma e suas angústias tão questionáveis pelo contexto em que vivem. Sua sensibilidade requer o infinito, a esperança, o além mundo. Suas incertezas são questionadas e afirmadas na sentimentalidade de uma relação envolvida com o divino, objeto de esperança. No idealismo romântico a religião reflete sensações, aquilo que não se sabe, nem se vê, mas se sente e alimenta a fé. A fé partilha de um sentimento, não de uma certeza absoluta. Dessa maneira, as inclinações românticas partilhavam de alguns ideais basilares inerentes à religião, visto que as tentativas do homem romântico de retornar ao passado prestigioso, alcançaria um viés religioso, especialmente àquele ligado à Idade Média, “a tal ponto, que inúmeros críticos consideram a religião o principal traço do espírito romântico” (SAYRE, LÖWY, 2015, p.53).

Considera-se o objeto da religião uma fonte que emana poder e ordem, e o espírito romântico transpirava o desejo pelo conservadorismo, algo muito em comum com a popularidade da Igreja Católica no período medieval. A tentativa do homem romântico de resgatar seus valores rechaçados pela modernidade, soa como uma importante associação às tendências católicas, a fim de reafirmar a posição do cristianismo, o âmago da alma romântica, essencialmente religiosa. Todavia, o fenômeno não apenas buscou

recuperar a religião católica do passado, mas também lançou mão de subterfúgios ligados à magia, utilizando-se de elementos esotéricos e sobrenaturais, símbolos e serpentes, lendas pagãs, contos de fada e experiências góticas em suas obras literárias e artísticas, essas que estariam presentes não só na prosa, mas igualmente na poesia e na pintura.

Com a perda da autoevidência religiosa (BERGER; LUCKMANN, 2005), objeto de devoção, e do legítimo poder na Idade Moderna, o indivíduo romântico assistia com nostalgia e melancolia o adiantar do processo da civilização, abrindo mão da natureza que era agora de ocupação industrial, tornando o homem moderno cada vez mais condenado à sua própria sorte; sorte essa que estava ligada ao movimentar das correntes e das máquinas industriais. A chegada da modernidade e suas transformações fizeram, por muito tempo, estudiosos lançarem mãos de teorias como o declínio da religião, ou seja, o processo de secularização. Esse processo de secularização libertaria o homem das suas obrigações institucionais religiosas, algo que se tornaria uma ameaça à tais instituições, pois propunha um novo paradigma que poria fim aos valores ligados à Igreja. Essa estranheza despertaria inquietudes e colocaria de lado várias certezas. Para a alma romântica, a industrialização e o processo de modernização só causariam frieza e racionalismo, que inverteriam a subjetividade tenra em fabricação de uma sociedade friamente mecânica, tornando o indivíduo social um mero expectador do avançar do egoísmo e do sistema econômico como deus dos homens, revertendo e perdendo valores afetuosos, haja vista que para o sujeito romântico

O sentido histórico universalista da evolução da poesia e das artes em geral, coincidiu, para os românticos, que interiorizaram o sagrado e sacralizaram a arte – num contexto em que se confiava à religião a guarda dos valores tradicionais, senão a própria defesa da ordem instituída –, com o sentido do desenvolvimento espiritual da humanidade. (NUNES, 2019, p.71)

Dessa maneira, pelo viés da religião o espírito romântico encontraria uma visão restitutionista, fator muito pertinente aos pensadores universitários precursores da primeira fase do romantismo alemão; e sua instauração teve um de seus focos fundamentais predominantes na Alemanha. Ao recriar o passado, a religião pelas lentes do homem romântico torna-se o ponto base da evolução humanitária e seu “encontro” com o mundo místico, objeto de seus desejos, favorecendo a ascensão do romantismo alemão enquanto uma corrente cultural que perpassaria as transformações sociais vividas no contexto de conflito e inquietudes multifacetadas pela modernidade.

Os precursores do romantismo alemão, animados com a perspectiva filosófica em suas discussões, adotaram em seus estudos uma topicalização para refletir a teoria de Kant, sobre os aspectos do idealismo transcendental. Entretanto, vale ressaltar que a teoria esteve de certa forma aliada aos estudos e pontos de conversas para os idealistas românticos na sua primeira embarcação.

A religião e o seu retorno como objeto de afinidade com o romantismo tornam-se elementos notáveis para a reação do movimento romântico à modernidade e sua amplitude, pois ao se pensar o desencantamento do mundo com a perda de tutela da religião na era secular, aparentemente sugere que o seu retorno seria uma tentativa de sobrepor, reagir ou ressurgir a liderança religiosa que poderia estar em declínio, pelo viés das variadas frentes do romantismo enquanto uma corrente cultural que poderia influenciar seus seguidores e contribuir para a expansão dos valores pregados ali.

Em vista disso, torna-se de suma importância observar a relação entre a religião e romantismo e a forma como seus ideais associam-se, uma vez que ambos se assemelham por possuírem ideais de oposição ao mundo moderno. Haja vista que, na modernidade, para a Igreja Católica em queda de prestígio, era necessário propor estratégias de sobrevivência à ameaça moderna.

Dessa forma, a Igreja liderou um movimento de (re)ação contra o inimigo moderno, uma vez que “o início do século 19 alemão presenciou o ápice de uma espécie de ‘secularização interna’ do catolicismo” (GOMES FILHO, 2019, p. 24). Objetivando reforçar sua identidade, a Igreja reagiu a partir do movimento ultramontano: uma busca de centralizar o poder temporal e espiritual nas mãos do papa, algo em muito desejado pela reforma gregoriana já no século XI e orquestrado pela Igreja Católica ao longo de toda a sua relação com o poder secular na história. Já no Oitocentos, essa mesma Igreja enfrentava alguns desafios com a instauração dos princípios modernos e uma sociedade, agora, heterógena em seus costumes e cultura. Frente a um público que aceitava a conformação da Igreja, mas não abria mão do novo regime contemporâneo e cultural, o movimento ultramontano propunha firmar o catolicismo e vencer os desafios da modernidade em consolidação para garantir sua posição de autoridade máxima para os fiéis, buscando fortalecer a conduta de fé, tradições e religiosidades. Dessa forma, como afirma Robson Gomes Filho (2019, p. 22):

O Romantismo, como ficou conhecido este movimento fruto das crises do pensamento iluminista no início do século 19, abriu um importante

espaço para a valorização de elementos barrocos e místicos da religiosidade católica, permitindo, assim, a retomada – especialmente no meio intelectual e clerical – de elementos criticados pelo iluminismo, e que seriam depois a base de apropriação religiosa da ascensão ultramontana nos reinos germânicos.

Portanto, com a ascensão do Romantismo alemão, a Igreja Católica encontrou certa segurança nos ideais místicos e medievais da nova corrente em questão, pois, nas palavras de Robson Gomes Filho (2019, p. 39),

Se, por um lado, no final do século 18 o catolicismo da intelectualidade e burguesia bávara apresentou-se como um dos grandes centros do iluminismo religioso possível, por outro, entre a segunda e a quarta década do 19 foi o romantismo religioso católico que deu o tom no modo como a nova geração de padres dirigiria a vida religiosa da população local, reascendendo nas práticas cotidianas o caráter místico e miraculoso que a Ilustração tentara apagar, e, assim, antecipando em pelo menos duas décadas um reavivamento religioso reivindicado pelo ultramontanismo nos demais estados alemães.

Refletindo sobre o romantismo alemão em sua perspectiva religiosa, percebe-se a comum existência da relação deste com o esoterismo, sendo a filosofia e a religião os principais formadores do cerne romântico em uma perspectiva doutrinária, trazendo possibilidades de referência à doutrina atribuída ao misticismo. (FEDELI, 2019, p.37) Dessarte, ao refletirmos sobre o esoterismo enquanto um elemento comum à religião e ao o associarmos ao fenômeno do romantismo, nos deparamos com outra face religiosa, dessa vez o pietismo: uma religião mística “ligada ao coração”, ao sentimento, uma forte oposição às tendências liberais, princípios que promoveriam a filosofia que daria vida e característica à escola romântica alemã.

O pietismo, fundado por Philipp Jacoc Spenner, tornou-se uma religião que, apresentando seus cultos em ambientes ligados à natureza, buscava manter a chama espiritual para os fiéis que buscavam a experiência religiosa em certa medida bucólica, algo semelhante a uma fuga do pensamento racional, haja vista que o ideal de liberdade e a razão propriamente dita eram elementos que deveriam ser combatidos no homem religioso, ao passo que seria necessário se abrir mão da razão para não ser vítima da individualização, algo que levaria o homem a ser egoísta e centrado em si mesmo, separando-o do divino. Buscava-se, portanto, a busca da autoanulação em favor da crença. Dessa maneira, ao anular-se, o homem não concederia espaço à “carne” e viveria da subjetividade sentimental como forte relação entre o homem e a sociedade, bem como o homem e a natureza. (FEDELI, 2019, p.54)

Ao prosseguirmos as reflexões ligadas ao elemento esotérico percebe-se a associação deste aos princípios católicos, pois no contexto relacionado ao Iluminismo, para os românticos, o homem “moderno” seria, portanto, um inimigo da religião, algo que iria de encontro com os princípios românticos, uma vez que a busca pela razão e a explicação do universo em termos científicos contestaria a fé dos fiéis, advinda de um mundo sobrenatural e estendível ao natural, contrariando as forças e ações divinas. Assim como os românticos, o pietista apresentava traços sentimentais de melancolia, de angústia e de solidão.

Ao se pensar no sujeito influenciado pelo romantismo no viés da filosofia, é possível refletir que a tendência religiosa também era encontrada nos autores de renome no movimento alemão, pois esses eram fortemente influenciados por nomes ligados ao esoterismo, na crença de Deus e espírito como alma do mundo. Para os idealistas alemães, espírito e matéria são objetificados na natureza, sendo essa a criadora do Ser celestial; e o fruto da relação entre a Divindade e a sua aparição se revela na história, no cenário da natureza. Para os idealistas alemães a relação entre o divino e o homem se daria por meio do amor, e esse amor seria palco da exaltação da natureza que revelaria o divino aos homens. Nessa cena, ao se revelar a divindade, conseqüentemente se exaltaria a criação do bem e do mal, porém, em suas aparições no palco natural, seria por fim a redenção da maldade que reduz o homem, bem como para os idealistas essa redenção traria a união entre homem, Deus e o universo, em um só reino. (FEDELI, 2019, p.63)

As ideologias pertinentes aos idealistas alemães em sua primeira constelação, em Jena, partiam do pressuposto não apenas relacionado à natureza ontológica ou de teoria metafísica. Porém, essa “doutrina” associada à natureza como brasão do homem romântico, fundamentaria a teoria que diz respeito à religião e à sua importante representatividade para o ser humano.

Ao passo que a redenção produz a salvação do homem caído, os idealistas alemães, enquanto religiosos, cogitavam a crença de que o reino instaurado pelo amor facilitaria o bem comum, dando fim à desigualdade e extinguindo o papel da moeda e do governo, fatores esses que separavam os homens e os tornavam egoístas e individualistas. Assim sendo, seria o amor, a união entre os indivíduos, uma espécie de válvula de escape para o homem idealista e religioso na perspectiva romântica. Pois, somente pelo amor e

por amor o homem estaria livre de si mesmo e das amarras sociais impostas e pelas instituições que engendravam suas escolhas e comportamento.

As propostas do Iluminismo enquanto razão e do capitalismo só seriam de fato bem quistas pelos idealistas alemães quando estes fatores não mais excluíssem as massas, mas, por meio do reino imposto entre religião e homem, os unificasse. Assim como o romantismo ultrapassa as possíveis definições, buscando alcançar “seu lugar no mundo”, o viés religioso também aponta para a direção de um pensamento, uma cosmovisão, uma busca de “reencantar o mundo” que estava à beira do precipício com o processo civilizador ocidental. O romantismo assumiu uma roupagem que demonstra pressupostos religiosos, pois parte de seus autores possuíam essência religiosa.

Vale ressaltar um dos precursores da primeira fase do romantismo alemão, Friedrich Schlegel, (1772-1829), filho de pastor protestante, que recebeu influência familiar durante sua infância e em sua vida adulta se converteu ao catolicismo e “exigiu uma literatura universal e a revalorização da Idade Média e do Oriente.” (CARPEAUX, 2013, p.80) A teoria literária de Friedrich Schlegel, nas palavras do poeta e jornalista Christian Johann Heinrich Heine, em sua obra *A escola Romântica (Die romantische Schule)*, se dava “a partir do campanário de uma Igreja Católica”. (HEINE, 1985. *Apud*: MEDEIROS, 2015, p.23). Dessa forma, percebe-se que a religião se tratava de uma peça chave na formação humanística e artística do autor, levando-o a produzir em suas obras uma possível revalorização da Idade Média, época em que o domínio estava ligado diretamente à Igreja Católica, pois, segundo Robson Gomes Filho (2019, p.24) “em termos práticos, o romantismo exerceu sobre o catolicismo alemão das primeiras décadas do século 19 uma importante influência no retorno do misticismo”.

Friedrich Schlegel, ao ser considerado uma das figuras centrais do romantismo alemão em sua primeira fase, demonstrava um “profundo interesse pelas culturas da Idade Média que, para ele, davam expressão à espiritualidade e fantasia intimamente ligadas à vivência mística do Cristianismo antes da Reforma” (MARTINS, 2012, p. 405). Além disso, o romântico considerava que “estas estariam ausentes na sua própria época, dolorosamente concebida como imperfeita e culturalmente decadente” (MARTINS, 2012, p. 405) Como efeito deste pensamento, a necessidade de um romantismo “revolucionário’ para a soberania da irracionalidade, justifica-se, portanto, na necessidade

de obras que se baseassem em “poesias religiosas de inédita profundidade de sentimento”. (CARPEAUX, 2013, p.85).

Ao alicerçar-se na face religiosa, o romantismo, juntamente ao catolicismo somariam forças para protestar contra a civilização moderna e seus impactos progressistas e tecnológicos, algo que, na visão do homem medieval, apenas levaria à falência social do homem moral.

Após refletirmos sobre a posição conservadora de um dos seus precursores, o poeta Friedrich Schlegel, salientamos outro importante autor que portava pressupostos anti-modernos e evidenciaria seus apelos com vieses religiosos em suas obras. Trata-se de Friedrich Schleiermacher (1768-1834). Juntamente a Schlegel e outros autores, conforme Jacqueline Mariña (2020), Schleiermacher comungava na escola de pensamento da Universidade de Jena, círculo pelo qual valorizava a natureza e sua relação com o Ser supremo. Ao se pensar em religião para Schleiermacher, afirma-se sua essência na sensação e intuição, bem como sentimento. Seria na religião que o indivíduo encontraria consciência de si mesmo, fundamentada não pelas instituições e doutrinas, mas pela experiência com o Sagrado. A religião é a necessidade de infinitude, a liberdade do homem de provar, na natureza, a descoberta do Deus que se revela em experiências íntimas. A ambição pelo Absoluto seria sua sentimentalidade fundamental. Para o autor, o estágio “final” do ser humano seria seu encontro com o Absoluto e sua forma eficaz de tamanha grandiosidade poderia ser refletida nas obras de arte. Na constelação romântica, a religião não é apenas a cultura ou tradição herdada, mas uma espécie de relação entre o homem e o supremo, relação que se daria pelo desfrutar da natureza e seus mistérios, conduzindo a experiências que levariam à melancolia romântica e compensação das mazelas da vida.

3. Considerações finais

O presente estudo deu-se a fim de produzir reflexões acerca do romantismo alemão em sua primeira fase enquanto um fenômeno que se assemelha a perspectivas antimodernas, bem como observar suas tendências associadas ao discurso religioso. Dessa maneira, tornou-se necessário examinar o processo de construção e consolidação da modernidade, esta que causou estranheza e provocou uma reação da Igreja em busca de legítimo poder social, uma vez que sua autoridade apresentava declínio. Ao se pensar no homem romântico, entendemos que seus ideais, angústias e conflitos se associavam a

proposta de resgatar um passado medieval e saudoso, correspondendo, portanto, a expectativa da instituição de autoridade religiosa ao propor reações em busca de poder. Nossos estudos voltaram-se para o público de historiadores, literários, filósofos, entre outros, a fim de dialogar sobre a corrente quase inominável diante de multifaces e representatividades. Compreendemos que tais questões reflexivas partem de um pressuposto que requer investigar o impacto do pensamento religioso enquanto uma instituição de influência para a sociedade que se constrói ao longo do tempo.

Nosso estudo pautou-se em apenas promover uma discussão prévia acerca dessas possíveis relações entre o homem romântico e a religião. Compreendemos que a pesquisa apresenta limitações quanto às reflexões, algo que pode promover um pensamento diferente diante de outros olhares. Entretanto, contemplamos a proposta da pesquisa considerando êxito na investigação.

Referências

ALMEIDA, Fábio Py Murta. “Capítulo 3: Cristianismo romântico como tipo teológico-social”. In: **Lauro Bretones, um protestante heterodoxo no Brasil de 1948 a 1956**. Tese de Doutorado - Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016, pp. 103-149.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

CARPEAUX, Otto Maria. **A história concisa da literatura alemã**. São Paulo: Faro Editorial, 2013.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FIDELIS, Orlando. **Elementos esotéricos e cabalísticos nas visões de Anna Katharina Emmerick**. São Paulo: Flos Carmelli, 2019.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. LTC, 2008.

GOMES Filho, Robson Rodrigues. **Kulturkampf: a Igreja Católica e a construção da modernidade e nação alemã no século XIX** / Robson Rodrigues Gomes Filho – Curitiba: CRV, 2019.

GUINSBURG, J. “Romantismo, historicismo e história”. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. Editora Perspectiva...

GUINSBURG, J. “Cronologia do Romantismo”. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**.

LÖWI, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARINÁ, Jacqueline. Religion and early romanticism. In: MILLAN, Elizabeth (ed.) **Palgrave Handbook of German Romantic Philosophy**. Palgrave Macmillan, 2020, pp. 95-117.

MARTINS, Catarina Caldeira. **Friedrich Schlegel e Camões** Actas da VI reunião internacional de camonistas. presented at the 2012. Coimbra, 2012.

MEDEIROS, Constantino, Luz de. **A crítica literária de Friedrich Schlegel** / Constantino Luz de Medeiros – São Paulo, 2015.

NUNES, Benedito. “A Visão Romântica”. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. Editora Perspectiva...

SILVEIRA, Roberison W. D. Para pensar a unidade do primeiro romantismo alemão. **Existência e Arte**, v. 1, p. 114-139, 2012

TEMPORADA DE VERÃO: CONTINUIDADES DO DEBATE EM TORNO DA SEXUALIDADE E ESTÉTICA PÓS-TROPICALISTA

*Nathan Amaral Silva*⁴⁹⁹

RESUMO: Considerando as contribuições e embates realizados pelo movimento tropicalista entre 1967 e 1969, pode-se destacar num período pós-tropicalista nuances estéticas e políticas que perpassam os debates de sexualidade, corpo e cultura. No decorrer dos anos 1970, com o endurecimento do regime militar pós-AI-5 de 1968, as resistências e subversões do campo musical foram encontrando novos ambientes, indo além dos clássicos festivais de música dos anos 1960, com os artistas (especialmente aqueles ligados à contracultura) se estabelecendo em grupos de contestação ao autoritarismo, utilizando de recursos como a rebeldia estética. Lançado em 1974, o disco *Temporada de Verão*, de Gal, Gil e Caetano, compacta uma série de shows realizados na Bahia, contrapondo o clima repressivo do governo com a tropicalidade característica da estética do grupo.

Palavras-chave: *Tropicalismo; Sexualidade; Performance.*

Introdução

A performance corporal integra parte do projeto estético tropicalista desde seus primórdios em 1967, através de apresentações ao vivo em festivais de música, boates e programas de televisão, além de sua extensão em imagens ilustradas nos discos dos artistas. A sexualidade performática presente no movimento em atividade até 1969 (com a prisão e exílio de Gil e Caetano, considerados os artistas mentores) era mais contida aos debates sobre moral, costumes, família e domesticidade, levantando discussões típicas do final dos anos 1960 em um cotidiano ditatorial (que ainda encontraria sua intensificação da repressão nos momentos finais do movimento).

No período, a rebeldia sexual estava mais associada à moda tropicalista, com importante participação da artista plástica Regina Boni, que criava roupas brilhantes e cheias de plástico como forma de se adequar à androginia, dificultando o discernimento do público em relação aos padrões de gênero ligados às vestimentas. Segundo Butler (2013), o gênero parte de construções performativas e repetidas, caracterizando o sujeito

⁴⁹⁹ Mestrando do PPGH-UFG, orientado por Yussef Daibert Salomão de Campos, com apoio da CAPES. Endereço eletrônico: nathanammrr@gmail.com

em seu meio a partir de suas relações performativas em meio ao ambiente e sua cultura, seja pela associação ou pela dissimilação. Entre 1967 e 1969, embora as discussões em torno a liberdade sexual e dos gêneros estivesse em voga nos Estados Unidos e Europa através da contracultura, o contexto repressivo do Brasil tornava ainda mais subversivo o ato de quebrar com a expectativa de padrões de vestimentas (considerando, ainda, as formalidades típicas de eventos musicais, que buscavam exprimir uma imagem de seriedade e compromisso).

É após o exílio de Caetano e Gil no início de 1969 que os artistas tropicalistas passam a exprimir diferentes performances em torno do corpo e da sexualidade, trabalhando a psicodelia e a tropicalidade brasileira (abertamente inspirados pela antropofagia oswaldiana) na construção de imagens e ações que remeteriam à liberdade sexual em meio a um espaço de censura e violência.

O debate em torno da sexualidade, segundo Foucault (1993), é caracterizado por dispositivos de poder, dando significado subversivo ao próprio poder de fala sobre o objeto. Se os tropicalistas transgrediam os padrões de sexualidade para o Brasil no período, era porque haviam normas em torno do falar ou não de sexo e da sexualidade num todo. Afinal, o não falar sobre sexualidade não representava sua ausência, mas diferentes formas de controle em que esse tema teria importância significativa. Se parte de uma esquerda marxista, crítica aos tropicalistas, defendiam a importância de uma moral, também acompanhava a defesa de normas sexuais pelo poder (MOTTA, 1997). O mesmo vale para a repressão do governo, amparada na moral cristã, que utilizava dos dispositivos de poder para o controle dos corpos, mesmo que utilizasse da tortura sexual (JOFFILY, 2010).

Dispositivos de sexualidade no chamado pós-tropicalismo

Já na passagem para os anos 1970, pode-se destacar a tropicalista Gal Costa como principal representante do movimento no Brasil, atraindo cada vez mais jovens através de sua performance musical. Com o disco gravado ao vivo *FA-TAL - Gal a todo vapor*, em 1971, é consagrada como “musa tropicalista”, utilizando vestimentas em show que deixavam partes do corpo à mostra, além da clássica pose em que cantava sentada com as pernas abertas enquanto tocava seu violão, atitude bastante provocadora para uma mulher no período. Através de canções que falavam sobre o amor e o sexo pelo olhar de uma mulher, expressões corporais e tom de voz eram utilizados como instrumentos de

transmissão de uma mensagem de liberdade sexual, fortemente marcada também pelo uso excessivo do vermelho nas roupas e no disco como cor quente e de paixão.

A tropicalidade como conceito do corpo e do ambiente seria ainda mais explorado em 1973, já após o retorno de Caetano e Gil ao país no ano anterior, como podemos identificar nas capas dos discos *Araçá Azul* e *Índia*.



Capas dos discos *Araçá Azul* (1973), à esquerda, e *Índia* (1973), à direita.

A exposição e fragmentação dos corpos, o ambiente ensolarado, o uso de plantas na ambientação e as tangas como “tapa-sexo” de cores quentes destacam as figuras do indivíduo como sujeito livre e tropical, seja pelo masculino ou feminino, transmitindo a mensagem de liberdade sexual pela arte. Apesar de semelhantes, as capas obtiveram recepções diferentes. Enquanto o disco de Caetano foi rejeitado pelos ouvintes pelo caráter experimental das composições e arranjos, o de Gal teve sua capa censurada, mesmo que bem recebida pelos ouvintes.

As tangas também remetem a trajes de banho, característicos da imagem tropical do país associada às praias, ambientes importantes para a performance cotidiana dos artistas contraculturais durante os anos 1970. Um exemplo claro é o estabelecimento dos artistas e de outros jovens no Píer de Ipanema, construído na praia de Ipanema no início dos anos 1970, em que dunas de areia eram formadas e constituíam um espaço culturalmente separado da cidade do Rio de Janeiro que seria apelidado de “dunas da Gal”, em homenagem à cantora (VELOSO, 2017).

Nas dunas, uma espécie de território libertário transgredia os padrões culturais do país com o sexo e as drogas alucinógenas. Segundo Veloso (2017), no seu livro

autobiográfico *Verdade Tropical*, a sexualidade era performada nas dunas de forma livre, “abrigo” socialmente grupos sexualmente marginalizados como homossexuais, ainda que, segundo o artista, era mais descolado não se definir sexualmente.

Nesse período, a associação dos tropicalistas com a praia também era associada aos palcos, já que parte das apresentações ao vivo em teatro se localizavam no litoral e eram realizados anteriormente ou posteriormente às idas do público e dos próprios artistas para os banhos de mar e socialização nas areias. Em 1974, Gal, Gil e Caetano lançam em conjunto o disco *Temporada de Verão*, a partir de shows realizados no Teatro Vila Velha da Bahia.



Capa do disco *Temporada de Verão* (1974).

Apesar dos diferentes recortes em relação aos dois discos destacados anteriormente, a presença de cores fortes e vibrantes com a imagem de tropicalidade é reforçada. A colagem das imagens dos artistas parece brincar com o concretismo já presente nas composições tropicalistas, influenciados pela poesia concreta, formando uma espécie de figura unificada por fragmentos em formato de “T”, tendo a cantora como base vertical. A figura central de Gal, em que a mão não tampa seu rosto, é recortado para ilustrar o sol característico do calor representado pelo conceito dos artistas, ilustrado pela imagem praiana utilizada de fundo.

Importante destacar também que, além da expressão de pluralidade brasileira pretendida pelos tropicalistas, a figura da Bahia tem grande importância por suas formações culturais, de onde saíram com Maria Bethânia (irmã de Caetano) em 1965 para começar suas carreiras no sudeste. Gravado na Bahia, o disco e sua capa parecem expandir a canção *Back in Bahia* de Gilberto Gil, lançada em seu retorno ao país no disco *Expresso 2222* (1972), que narra a importância da sua volta para a terra natal (enquanto Brasil e enquanto Bahia) para o próprio ser, já que o exílio representaria não apenas uma tristeza política mas também cultural, vivendo a falta “de calor, de cor, de sal, de sol”⁵⁰⁰ na não-tropicalidade londrina (lugar onde morou durante o exílio).



Contracapa do disco.

A contracapa explora de maneira diferente a colagem de figuras dos artistas, ainda no padrão geométrico. Dessa vez, a fotografia de cada um é recortada para que um apareça “dentro” do outro, ainda com seus rostos fragmentados. A tropicalidade performada permanece pela ambientação de mar e sol, elementos que aparecem em todos os quadros que compõem a figura final. Além dos elementos naturais fotografados, os próprios corpos dos artistas compõem a tropicalidade da pele ao sol, cabelos molhados pelo mar e ao vento pela brisa litoral.

⁵⁰⁰ Trecho da canção *Back in Bahia* (1972).

Além da imagem, a lista de músicas remete aos conceitos já defendidos pelos tropicalistas desde os anos 1960, como o uso de guitarras associado às brasilidades musicais como o samba e a bossa nova. *Quem Nasceu* abre o disco cantado por Gal Costa reforçando a presença dos elementos da natureza no conceito do trabalho, citando o já destacado sol em contraposição com a lua, brincando com figuras. Também podemos destacar o uso dos termos “mãe natureza” e “templo do pai”, ambientando a discussão de feminino e masculino com a associação da terra, espaço físico, com o esotérico, seja pela natureza enquanto uma entidade sagrada e protetora (a também ser protegida) ou o templo, podendo ser visto como o próprio corpo do ser. Natureza, tempo, corpo, sol e lua parecem se mesclar pra falar das próprias relações humanas intra e interpessoais.

De Noite Na Cama narra o amor imaginado pelo corpo na cama, o que pode ser visto por outros olhares. Em 1973, Gal cantava em *Presente Cotidiano* (incluído no disco *Índia*) que “o corpo é natural da cama”, expressando através da letra de Luiz Melodia que o comportamento sexual do indivíduo faz parte de sua natureza e pode ser normalizado, cantando em um período de repressão. No disco de 1974, Caetano expressa em sua narrativa a vontade de amar e ser amado, desejando o outro enquanto permanece em sua cama.

A cama também aparece como destaque da canção seguinte, *O Conteúdo*, em que Caetano a exprime como “cama de prego” enquanto metáfora para sair da zona de conforto. Se anteriormente a cama servia como base para o corpo e as diversas formas de prazer na sexualidade (seja pelo próprio atrito do corpo ou por constituir uma base material pro sexo e pros sonhos amorosos), a cama de prego destaca o desconforto para a evolução espiritual, indo além do corpo e da matéria. Porém, a letra ainda explana o convívio social dos grupos contraculturais ao citar nomes importantes para o movimento como Jorge Mautner e os Novos Baianos.

Terremoto de Gil volta a utilizar a natureza em termos como “pé na terra”, “mamãe” e “papai”, servindo tanto pelo aspecto literal quanto pelo metafórico. O pé na terra poderia ser tanto a corporalidade em contato com a base e o mundo quanto “ser realista”, brincando com suas instabilidades através do nome da canção. Assim como na primeira canção do disco, mamãe e papai são entidades espirituais mas também carnisais, ligadas à ancestralidade espiritual e biológica e ao mundo enquanto natureza, a qual seríamos sujeitos. Já *O Relógio Quebrou*, também cantado por Gil, destaca o charme feminino de cantoras como Wanderléa e Gal Costa, brincando com estereótipos de feminilidade e “paquera”.

O *Sonho Acabou*, também presente no já citado *Expresso 2222*, exprime a retomada das idealizações da juventude e dos artistas em torno da contracultura, em que o movimento hippie da passagem da década enxergava o fim dos padrões moralizantes e repressivos. Já desiludidos, o autoritarismo no Brasil se mostrava cada vez pior, mesmo que as praias e o sol fossem parte da estética colorida e alto astral dos discos tropicalistas.

As últimas canções do curto disco (para os padrões de um álbum ao vivo) são *Cantiga do Sapo*, *Acontece* e um medley de *Felicidade (Felicidade Foi Embora) / Luar do Sertão*. A primeira soa como uma fábula infantil, cantando sobre o sapo na natureza (ainda que de forma humanizada) e seu tranquilo cotidiano, através de diálogos. *Acontece* retoma a intérprete Gal falando sobre o amor, dessa vez representado pelo seu fim, dialogando com o parceiro que deve partir. Apesar de não soar subversivo, destoava dos padrões domésticos da família brasileira em que a mulher, submissa ao marido, deveria ser sujeita ao casamento independente de sentimentos. Nesse caso, ela é livre o suficiente para se expressar e terminar relacionamentos já desgastados.

Felicidade (Felicidade Foi Embora) / Luar do Sertão, por fim, fecha o disco retomando a bossa de Vinicius de Moraes e Tom Jobim pela leveza da saudade, dessa vez não do amado companheiro mas do lar. Relembra em partes *Back in Bahia* e a própria situação de restabelecimento no tão amado país, mesmo com as repressões.

O disco destaca canções mais folclóricas mescladas às bossas e aos ideais de modernidade, especialmente no que tange os relacionamentos e a relação do sujeito consigo e seu corpo. As performances, ainda que gravadas em um teatro, são associadas a letras e imagens que exploram o corpo e a fauna como parte de um todo, como uma espécie de autoexploração e autoexposição. Trabalhos posteriores como o disco *Doces Bárbaros* (1976), também gravado ao vivo e contando com Bethânia para fechar um quarteto, elevam a experiência através da religiosidade temática, especialmente ligada ao candomblé.

Conclusão

Temporada de Verão se destaca em um período de transição governamental, embora a repressão anticomunista sobre os corpos e conteúdos permanecesse. Embora não fosse o primeiro disco dos artistas baianos após retornarem ao país, nem de Gal que permanecera, exprime de maneira concisa não apenas o projeto tropicalista do final da

década anterior mas as novas performances do grupo ao decorrer de suas carreiras, sem deixar de prestigiar desconstruções debatidas anteriormente.

O próprio contexto musical era distinto, se pensarmos que o movimento se iniciou em um ambiente cultural de tentativa de preservação da música brasileira contra as influências norte-americanas, em que canções de protesto se destacavam nos ambientes universitários em prol da defesa de uma pureza musical. Já em 1974, as guitarras e figurinos extravagantes (ou a falta de roupas longas) já eram associadas pela arte brasileira além dos próprios tropicalistas.

Vale ressaltar também que o exílio dos artistas trouxe certa aceitação de um público militante menos aberto anteriormente às discussões trazidas por eles. Em um período de abertura e expansão cultural e sexual no país, a política ditatorial ainda resistiria até 11 anos depois, em 1985, mas as recepções e assimilações da discussão sobre corpo e performance já encontravam frutos.

O pós-tropicalismo de 1974 era caracterizado por algumas rupturas já iniciadas no ano anterior pelos artistas, como a mudança de rumo de bandas características do movimento como Os Brazões e Os Mutantes, além da consagração de novos nomes como Secos e Molhados e O Terço, mais ligados ao Glam Rock e o Rock Progressivo dos anos 1970, se afastando da psicodelia típica da contracultura. As novas explorações artísticas dos artistas baianos, seja passeando pela bossa ou pelo samba, também se afastavam cada vez mais daquelas discussões típicas de 1968, que já se adaptavam a outras realidades. A memória cultural do período se transformava para outras disputas e concepções (NAPOLITANO, 2017).

Caetano e Gil já haviam feito um show que chegou a ser registrado e lançado em disco posteriormente, chamado *Barra 69*, gravado na Bahia logo antes de partirem para o exílio, e agora em 1974 pareciam gravar outro com Gal Costa como uma espécie de concretização de suas voltas ao país. Chegava a época de expansão das discotecas e do rock, junto com as passeatas cada vez mais fortes pelos direitos humanos e pela democracia no Brasil. Se roupas, cabelos rebeldes e libertação sexual ainda chocariam os mais conservadores pelo resto do século, ao menos já não eram algo inédito no decorrer da década de 1970.

Referências Bibliográficas

BARAT, Aïcha de Figueiredo. DINIZ, Júlio Cesar Valladão. **Capas de disco: modos de ler.** Rio de Janeiro, 2018, 297 p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

BRANCO, Edwar. **Todos os dias de Paupéria. Torquato Neto e a invenção da Tropicália.** São Paulo: Annablume, 2002.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. **TÓXICO-SUBVERSÃO: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante Ditadura Militar no Brasil.** Brasília, 2019. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. **Anos 90:** Porto Alegre, v. 16, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade.** 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CALADO, Carlos. **A divina comédia dos mutantes.** São Paulo: Editora 34, 2012.

DINIZ, Luiz Antonio Garcia. **Seja marginal, seja herói: a figura do herói e do anti-herói na obra de Hélio Oiticica.** SOLETRAS (UERJ), v. 23, p. 53-66, 2012.

DUNN, Christopher. **Brutalidade jardim.** São Paulo: Editora da UNESP. 2009.
FABRIS, Annateresa. **Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FAVARETTO, Celso. **Tropicália: alegoria, alegria.** Cotia: Ateliê Editorial, 1995.
FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: O cuidado de si.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2017.

GLUSBERG, Jorge. A liberação das linguagens. In:____. **A arte da performance.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOLDBERG, RoseLee. **A arte da performance: do futurismo ao presente.** Martins Fontes, 2006.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: UNESP, 2000.

MACIEL, Luis Carlos. **Nova Consciência/Jornalismo Contracultural: 1970 – 1972**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1955.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 1. “O PCB E a Moral Comunista”. **Locus: Revista De História** 3 (1).1997.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil. A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964- 1985)**. São Paulo: Intermeios, 2017.

NOLETO, Rafael da Silva. "Eu sou uma fruta 'gogóia', eu sou uma moça": Gal Costa e o Tropicalismo no feminino. **Per musi [online]**. 2014, n.30, pp.64-75. ISSN 1517-7599. <https://doi.org/10.1590/S1517-75992014000200009>.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.

PONTES, Heloisa. CESAR, Rafael do Nascimento. Da Orla à Sala de Jantar: Gênero e domesticidade na bossa nova e na tropicália. **Novos estudos CeBRAP**: São Paulo, v38n03 , pp. 667-688, set.–dez. 2019.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

RISÉRIO, Antonio. “Duas ou três coisas sobre a contracultura no Brasil”. In: **Anos 70: Trajetórias**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

VELOSO, Caetano. **Verdade tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Discos

COSTA, Gal. GIL, Gilberto. VELOSO, Caetano. **Temporada de Verão - Ao Vivo na Bahia**. Salvador: PolyGram/Phillips, 1974.

COSTA, Gal. **FA-TAL – Gal a todo vapor**. Rio de Janeiro: Phillips, 1971.
_____. **Índia**. Rio de Janeiro: Phillips, 1973.

GIL, Gilberto. **Expresso 2222**. Rio de Janeiro: Phillips, 1972.

VELOSO, Caetano. **Araçá Azul**. Rio de Janeiro: Phillips, 1973.

Fontes de jornais

VELOSO, Caetano. Depoimento à Marcia Cezimbra - **Jornal do Brasil** - 16/05/1991.

O NÃO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO VIOLAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Nayara Costa Guimarães⁵⁰¹

RESUMO: Este artigo objetiva abordar o direito de acesso à educação, bem como, apresentar breve panorama histórico das desigualdades social e educacional no interior da sociedade capitalista a partir das implicações econômicas e sociais subsidiadas pela fundamentação teórica marxista no atual contexto de crise pandêmica da COVID-19. Destacamos o não acesso às tecnologias digitais e à internet pelos estudantes das classes subalternas que tiveram aprofundadas as suas dificuldades econômicas e o desenvolvimento de seu processo formativo com a ocorrência da pandemia. Entendemos ser absolutamente prioritária a redução das desigualdades educacionais que conduzem à exclusão, bem como as injustiças sociais que se agravaram em decorrência da crise sanitária que assola o nosso país.

Palavra-chave: *Desigualdade Social. Educação. Pandemia. Inclusão.*

INTRODUÇÃO

A relação entre desigualdade social e a precarização do direito ao acesso à educação, que o título desta pesquisa enseja, sugere desde logo, conceituar e contextualizar o ambiente histórico em que essa relação se coloca como problema. Assim, é necessário desvendar conceitualmente a desigualdade social contemplada no capitalismo contemporâneo em tempos de pandemia.

Temos sujeitos ativos, que vivem condições materiais que são o resultado da atividade passada transformada pela atividade presente, considerando a necessidade de sobrevivência. Essa premissa pode ser observada de um modo empírico em nossa sociedade, assim como os sujeitos das diferentes classes sociais produzem o conhecimento num momento histórico, que expressam as suas realidades e necessidades humanas.

A pandemia evidenciou a necessidade de nos reinventarmos para ministrar aulas. Repentinamente, nos vimos obrigados a adotar o modo virtual como alternativa para a prevenção da saúde. A expansão da COVID-19 tem trazido impactos econômicos, sociais,

⁵⁰¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Goiás (PPGHIS/UEG/Morrinhos). Orientador: Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos.

políticos e culturais para a sociedade. Além do mais, os marcadores classe, raça e gênero têm se revelado como aspectos que vulnerabilizam diversos grupos populacionais.

De acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), órgão vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), apontam que mais de 20 milhões de lares no Brasil não possuem acesso à internet. Por isso, é necessário repensar as políticas públicas para a democratização do acesso da população à educação e às tecnologias de informação.

Desse modo, o reflexo nas vidas dos alunos é notório, acentuado pela crise sanitária que afetam a dignidade humana em suas trajetórias formativas. Nesse sentido, alguns questionamentos necessitam de investigação, pois permanecem sem respostas científicas em meio ao contexto pandêmico: Quais são as implicações políticas, econômicas e sociais que envolvem a vulnerabilidade de diversos grupos populacionais? Tais implicações alinham políticas públicas para democratização do acesso da população às tecnologias de informação? As relações de poder evidenciam a hegemonia capitalista para a reprodução das desigualdades sociais?

Em busca de tais respostas optamos pelo emprego de uma abordagem integrada ao contexto histórico em tempos de pandemia, já que entendemos que sintetiza elementos estruturais que representam as realidades educacionais de nosso país, considerando que o Estado não tem demonstrado a devida preocupação com a implementação de ações para minimizar/conter a propagação da COVID-19, bem como negligenciado a disponibilização de recursos essenciais para a realização e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de forma remota.

Luta de Classes: Desigualdades Sociais e Educacionais

Ao refletirmos sobre a humanidade observamos que as relações nas sociedades primitivas se caracterizavam pela utilização da força e da inteligência, em que a liderança era imposta aos mais fracos. No transcorrer da História essas relações foram sofrendo alterações significativas, mas sempre mantendo a existência daqueles que dominam e aqueles que são dominados. Com o advento do capitalismo tais relações se aprofundaram e evidenciaram a lutas entre duas classes sociais – donos dos meios de produção versus

vendedores de força de trabalho – expressas pelas transformações ontológica⁵⁰² e gnosiológica⁵⁰³.

Quem detém o capital tem as melhores condições socioeconômicas em oposição àqueles que não detêm a riqueza nem o capital, vivem com acesso restrito, ou nem tem acesso à alimentação, educação, moradia, saúde etc. De acordo com Karl Marx (2019) a desigualdade social é consequência da luta de classes, observada entre a classe dominante, que impõe o seu poder sobre as classes subalternas, ou seja, dominantes ou burguesia e dominados ou proletariado.

François Dubet (2001, p. 6), enfatiza a importância da fundamentação teórica de Karl Marx sobre a sociedade capitalista e evidencia as desigualdades entre as classes sociais que as estruturam, assim sendo, “as classes e as relações de classes se tornaram o objeto central da sociologia. As classes e as desigualdades de classes explicam a maior parte das condutas sociais e culturais”. Esse objeto de pesquisa tem mostrado realidades de vidas de muitos sujeitos e delineando o acesso à cultura e educação através da relação de dominação de classe. Assim como podemos observar abaixo:

[...] as relações entre as classes são também consideradas como relações de dominação e as classes sociais vistas como movimentos sociais, como atores coletivos, graças a uma consciência dos conflitos sociais. Assim, as relações de classes explicam, ao mesmo tempo, os modos de consumo, as identidades coletivas e individuais (os *habitus*) e a própria vida política parece estruturada por conflitos de classes e pelas orientações culturais que eles determinam. (DUBET, 2001, p. 7).

Considerando esse contexto, as Ciências Humanas e Sociais explicam a funcionalidade e a organização da sociedade. Na concepção de Dubet (2001, p. 6) “a sociologia da educação e, de maneira geral, todas as sociologias optam em graus variados por uma visão crítica. Mas estão também presentes num vasto espaço da sociologia funcionalista em que as análises da estratificação e da ordem social se superpõem”.

Dubet (2001, p. 6) afirma que “as principais desigualdades são oriundas do trabalho, a sociedade salarial organiza a coesão e a integração sociais a partir do trabalho que, ao mesmo tempo, opõe e une os indivíduos”. Desse modo, os direitos dos cidadãos estão ligados diretamente aos direitos políticos e sociais. O autor adere a uma visão próxima da democracia industrial ao propor um vasto afresco histórico no qual os direitos

⁵⁰² Ontológico relativo à ou próprio da ontologia, a investigação teórica do ser no *heideggerianismo*, relativo ao ser em si mesmo, em sua dimensão ampla e fundamental, em oposição ao ôntico, que se refere aos entes múltiplos e concretos da realidade.

⁵⁰³ Gnosiologia é a parte da Filosofia que estuda o conhecimento humano. Conforme [Paulo Freire](#), o Ciclo Gnosiológico é o processo de ensinar-aprender.

do indivíduo fecundam os direitos políticos que desembocam nos direitos sociais. Assim, a historicidade e o desenvolvimento do capitalismo incentivam e conduzem as desigualdades. Dessa maneira constrói uma dialética do excluído:

[...] assistido pelas políticas sociais, que se esforça para conquistar certa autonomia dentro da economia informal. Às desigualdades que opõem esses mundos se acrescentam as desigualdades internas a cada um deles e, sob este aspecto, as pessoas vivem num duplo registro de desigualdades (DUBET, 2001, p. 10).

Nesse sentido, é preciso considerar que as sociedades e o sistema delimitam os excluídos por meio das classes e quem se beneficiará da saúde e da educação por exemplo. Então a sociologia incumbiu-se de estudar a transformação da sociedade e como através do tempo as desigualdades são reproduzidas. De acordo com o autor:

Por muito tempo, o paradigma da reprodução dominou a sociologia da educação, atribuindo unicamente às desigualdades sociais a “responsabilidade” pelas desigualdades escolares. O paradigma do individualismo metodológico propôs uma alternativa teórica que não mudava o raciocínio nesse ponto. Nos dois casos, a escola era considerada como uma caixa preta neutra que simplesmente gravava as desigualdades sociais sob a forma de desvantagens culturais num caso e de agregação de cálculos racionais socialmente situados no outro (DUBET, 2001, p. 12-13).

Vinculada a essa concepção, Dubet (2001) observa a produção e reprodução das desigualdades dentro da escola em que uns têm acesso e outros não; “a escola acrescenta às desigualdades sociais suas próprias desigualdades. Faz necessário esforços para reduzir esses efeitos de exclusão e uma pedagogia que busque a equidade em todos os âmbitos da sociedade” (DUBET, 2001, p. 13). Nas palavras do autor, são:

[...] os alunos mais favorecidos socialmente que dispõem de maiores recursos para o sucesso, são também privilegiados por um conjunto de mecanismos sutis, próprio do funcionamento da escola, que beneficia os mais beneficiados. Essas estratégias escolares aprofundam as desigualdades e acentuam a exclusão escolar na medida em que mobilizam, junto aos pais, algo que não é só o capital cultural, este entendido como um conjunto de disposições e de capacidades, especialmente linguísticas. Apela a competências muito particulares referentes aos conhecimentos das regras ocultas do sistema (DUBET, 2003, p. 36).

Dubet (2003, p. 41) argumenta que “a exclusão não é somente um fenômeno sistêmico ‘objetivo’, é também uma experiência subjetiva da exclusão vivida potencialmente como uma destruição de si, já que cada um é responsável por sua própria educação, por sua própria aventura”. Dessa forma os alunos vão sendo perpassados por uma “nulidade”, que causa tanto a exclusão social quanto a exclusão escolar.

Direitos Sociais em Tempos de Pandemia da COVID-19

Arlindo Alegre Donário e Ricardo Borges dos Santos (2016) elucidam que Karl Marx foi um pensador fundamental frente ao sistema produtivo capitalista, na medida em que examinou em profundidade o sistema econômico e o desenvolvimento do homem como ser social e histórico a partir da luta de classes.

Donário e Santos (2016, p. 4) apontam que “Marx considera o homem mergulhado nas relações sociais, as quais moldam os seres humanos, bem como, influem no que pensam e no que fazem, levando às relações sociais que condicionem o comportamento individual”. O método dialético marxiano focaliza as contradições que demandam soluções, sendo empregado para uma interpretação da realidade na pesquisa qualitativa dos contextos histórico, social, político e econômico. Logo, a dialética fornece dados que indicam os fatores sociais.

Para que possamos realizar uma leitura sobre as desigualdades e necessidades sociais, recorreremos aos escritos de Ivo Tonet (2013), que define e diferencia duas classes sociais fundamentais em todos os modos de produção:

[...] aqueles que produzem a riqueza e aqueles que são proprietários dos meios de produção e se apropriam da maior parte da riqueza produzida. Entre essas duas classes existem outras, que não produzem a riqueza material, mas se apropriam de parte dela e, por isso mesmo são, do ponto de vista estrutural, menos importantes (TONET, 2013, p. 16).

Assim sendo, o processo social acontece por meio da luta e apropriação das classes sociais. Ademais, sobre as relações de domínio do poder é necessário citar as forças materiais e não materiais para entender as condições constituintes das classes dominante e dominada. Tonet (2013, p. 16) argumenta que a “manutenção do domínio de uma classe sobre a outra exige que a classe que quer dominar lance mão não apenas de forças materiais, mas também de forças não materiais (ideias e valores)” e, para tanto, precisa “dar origem a determinada concepção de mundo que fundamente o seu domínio”.

Carlos Nelson Coutinho (1999), por sua vez corrobora com as afirmações de Tonet (2013) ao apontar que:

[...] os indivíduos constroem coletivamente todos os bens sociais, toda a riqueza material e cultural e todas as instituições sociais e políticas, mas não são capazes – dada a divisão da sociedade em classes antagônicas – de se reapropriarem efetivamente desses bens por eles mesmos criados (COUTINHO, 199, p. 42).

Mediante tais pressupostos, torna-se imperioso ressaltar que os indivíduos constroem juntos a riqueza, mas esta é reservada e apropriada só por uma parcela da sociedade, ou seja, aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção. Segundo

Coutinho (1999, p. 43), “um dos conceitos que melhor expressa essa reabsorção dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos – que melhor expressa, portanto, a democracia – é precisamente o conceito de cidadania”, que se realiza quando da existência de uma democracia efetiva, na qual todos os sujeitos podem participar ativamente da vida política em sociedade, entretanto:

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 1999, p. 43).

Importante salientar que a cidadania está ligada a direitos de maneira individual ou coletiva. Coutinho (1999, p. 44) aclara que “os direitos são fenômenos sociais, são resultado da História”. Esses direitos são conduzidos pelas demandas sociais e pelo Estado. O autor esclarece que tais direitos são “aquilo que hoje quase todos consideram como direitos indiscutíveis, por exemplo, os chamados direitos sociais, como o direito ao trabalho, à saúde, à educação etc.” (COUTINHO, 1999, p. 44). Esses direitos que são defendidos, porém muitas vezes são anulados para muitos cidadãos.

Ainda de acordo com Coutinho (1999, p. 50), “entre tais direitos sociais, está a educação pública e universal, laica e gratuita. Contudo, ao analisarmos a realidade brasileira percebemos que esse direito não muitas vezes não tem sido assegurado pelo Estado, ou seja, as classes subalternas não têm acesso à educação de boa qualidade preconizada pela legislação nacional – Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Nas palavras de Coutinho (1999) a simples disposição de tais direitos na legislação brasileira:

[...] não garante automaticamente a sua efetiva materialização. Esse é, particularmente, o caso do Brasil. Mas, embora a conversão desses direitos sociais em direitos positivos não garanta sua plena materialização, é muito importante assegurar seu reconhecimento legal, já que isso facilita a luta para torna-los efetivamente um dever do Estado (COUTINHO, 1999, p. 51).

Portanto, apesar de previstos na legislação, os direitos sociais somente são efetivados através de muita luta, pois acontece no interior da sociedade capitalista temos o embate entre dominantes e dominados, exploradores e explorados, burguesia e proletariado. Assim sendo, para garantir a materialização dos direitos sociais para todos “é necessária a intensificação das lutas pela realização da cidadania, o estabelecimento de correlações de força favoráveis aos segmentos sociais efetivamente empenhados nessa realização” (COUTINHO, 1999, p. 51).

Nessa direção, destacamos a importância da implementação de políticas públicas que, de fato, privilegiem e assegurem às classes subalternas o acesso aos direitos sociais, sobretudo, à educação. Na concepção de Coutinho (1999), as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado no interior da sociedade capitalista têm se caracterizado como uma via de mão única, pois:

[...] somente a burguesia teria interesse num sistema educacional universal e gratuito, numa política previdenciária e de saúde etc, já que, por meio desses institutos, não só ampliaria sua taxa de acumulação, mas obteria ainda o consenso das classes trabalhadoras, integrando-as subalternamente ao capitalismo (COUTINHO, 1999, p. 51).

No atual contexto pandêmico, as classes subalternas têm sido as mais atingidas e prejudicadas tanto no processo de contágio quanto no enfrentamento das dificuldades que se impuseram em tal realidade, ou seja, as condições básicas para assegurar a sobrevivência vêm sendo agravadas pelo crescimento do desemprego, aumento da inflação, carência dos mais diversos recursos materiais para a satisfação de suas mais básicas necessidades.

No interior deste crítico cenário, nos deparamos com a falta de recursos materiais dos estudantes das classes subalternas para acompanhar as aulas de forma remota, ou seja, não dispõem de telefone celular, tablets, computadores, notebooks e acesso à internet, tornando impossível a realização de seu processo formativo escolar.

Ressaltamos que a utilização das tecnologias é fundamental na atualidade para que os estudantes tenham acesso aos conhecimentos, bem como imprescindíveis para que os professores possam desenvolver uma prática educativa de qualidade, incluindo e não excluindo as classes que não tem acesso ao universo tecnológico-informacional.

As desigualdades econômica, social e educacional se aprofundaram com a crise pandêmica da COVID-19, intensificando as contrariedades no interior da sociedade brasileira. Nesse sentido, torna-se necessário “conhecer a realidade social não para transformá-la radicalmente, mas para permitir a reprodução, certamente, com melhorias de sociabilidade” (TONET, 2013, p. 55). Por conseguinte, a melhoria de sociabilidade demanda transformações da sociedade, por meio de uma análise do processo histórico que demonstre a realidade social.

De acordo com Karl Marx (2019), tais transformações ocorrem de acordo com as forças dinâmicas internas da sociedade que, em consequência, são o resultado das relações de produção. O homem e suas relações sociais na conformidade da fundamentação teórica marxista, são moldados e sofrem a influência da sociedade no

modo que pensam e no que fazem, levando as relações sociais a condicionarem o comportamento individual e as possibilidades de integração e disposição com acesso à educação.

Pandemia da COVID-19, Educação e Acesso às TICs

O aprofundamento das desigualdades sociais tem posto desafios às políticas educacionais e sua à materialização nas escolas públicas, as quais ampliam os objetivos e as finalidades da educação no sentido de responder ou solucionar as contínuas demandas em relação à educação, pobreza e desigualdade social nos processos de planejamento e gestão em tempos de pandemia.

No início da pandemia da COVID-19 o isolamento social nos colocou em reclusão e tivemos que nos adaptar ao trabalho remoto que, por consequência, resultou na exclusão digital de boa parte dos estudantes do ensino público em nosso país. Desse modo, quem não estiver conectado, não terá acesso ao conhecimento. A atual crise sanitária colocou em evidência as carências materiais das classes subalternas, sobretudo, no que diz respeito ao acesso aos meios digitais, asseverando a vulnerabilidade econômica, social, educacional e cultural.

Maria Helena Silveira Bonilla e Paulo Cezar Souza de Oliveira (2011) em suas pesquisas, discutem sobre o tema inclusão digital para treinar as pessoas para o uso dos recursos tecnológicos e proporcionar melhores condições à sociedade para acessibilidade e conectividade, tendo em vista fortalecer a comunicação e a emancipação para a construção do conhecimento e denunciam que:

O abismo tecnológico produzido pela ausência do Estado provoca a incapacidade de grupos em situação de risco social exercerem sua cidadania, seja pela falta de acesso a informações e saberes necessários para solucionar problemas emergentes no seu cotidiano, seja pela impossibilidade de ingresso e permanência (BONILLA; OLIVEIRA, 201, p. 24).

Esta verificação reforça a necessidade de solucionar a falta de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Inferimos que o Estado é o poder que ordena a cultura, a escola e a construção da sociedade, disseminando representações coletivas que são interiorizadas e passam a ser a única verdade a ser seguida, gerando identidades desiguais.

Bonilla e Oliveira (2011, p. 24), entendem “que incluir digitalmente não é apenas o conhecimento sobre a utilização das TICs, mais sim, a capacidade de a partir destas, produzir informações e conhecimentos éticos e relevantes”. Dessa forma, esse acesso

deve ser igualitário para minimizar as desigualdades socioculturais. Os autores esclarecem que:

A compreensão e problematização do termo inclusão digital tem importância crucial no contexto contemporâneo, uma vez que tem se constituído em pauta das políticas públicas e objeto das ações de diferentes instituições – ONG, universidades, empresas, escolas. Tanto pelos diferentes significados atribuídos ao termo pelos diferentes atores sociais envolvidos, quanto pelas resultantes socioculturais e políticas que emergem das ações e interações relacionadas, a percepção dos sentidos construídos em torno da inclusão digital torna-se fundamental (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 24).

Acrescentamos que as desigualdades referentes ao acesso às tecnologias de informação “vêm sendo denominadas genericamente como *digital divide*, *gap digital*, *apartheid digital*, *infoexclusão*, ou *exclusão digital*, e têm justificado a formulação de numerosas políticas públicas com a finalidade de minimizá-las” (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 25). Segundo os autores tais medidas têm por objetivo propor a universalização do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação para combater a exclusão digital.

Apesar da evolução desse conceito é necessário, dizer que a inclusão digital é pauta política obrigatória em quase todos os governos e tema de estudos, mas não é entendida como primordial. Para Bonilla e Oliveira (2011, p. 31), “a abordagem das questões relacionadas às desigualdades quanto ao acesso e uso das TICs parece seguir o mesmo caminho reducionista que relaciona a exclusão social diretamente a uma nova forma de exclusão, agora denominada digital”.

Conforme afirmamos anteriormente, a ocorrência da crise pandêmica da COVID-19 nos impôs o isolamento social e demandou a intensificação da utilização dos meios digitais, em especial, nas atividades de ensino/educativas/educacionais. O uso dessas tecnologias se tornou imprescindível para a realização das aulas remotas (online) e aqueles que não possuíam os meios/recursos digitais não puderam estudar, aprofundando as desigualdades sociais e escolares. Nesse contexto, Bonilla e Oliveira (2011) nos apresentam o conceito de desfiliação, que:

[...] propõe uma abordagem coerente com a complexidade e dinâmica da multifacetada realidade social contemporânea. Diferente do tratamento superficial e paliativo que caracteriza as principais formulações políticas e intervenções sociais em nosso país, o conceito de desfiliação propõe perceber os processos e sobretudo as causas dos graves problemas sociais que afetam as populações em situações de desvantagens sociais crônicas (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 30).

Há que se ressaltar, o fato de que o principal argumento em favor da necessidade de realizar inclusão dos sujeitos na sociedade é por meio da universalização do acesso às

tecnologias digitais para instaurar políticas e ações denominadas de “inclusão digital”. De acordo com Bonilla e Oliveira (2011):

O termo inclusão digital tem sido frequentemente utilizado, em especial pelas organizações internacionais e pelo setor público, para compor um jargão apelativo nas abordagens políticas de caráter geral e populista. Uma espécie de nova e mirabolante solução para quase todos os entraves da sociedade contemporânea: pobreza, desigualdade social, carências educacionais, injustiça social, desemprego, violência, criminalidade, entre outros (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 33-34).

Assim, torna-se imperioso ressaltar que a problemática da exclusão digital causa exclusão social. A comunicação e a interação são direitos básicos do ser humano, então é necessário um processo dialético de inclusão a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação para a constituição de cidadãos protagonistas em uma sociedade com equidade.

Sob essa ótica, citamos o Sistema Educacional Brasileiro que não oferece condições de igualdade para os indivíduos, conforme o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) o não acesso às TICs prejudica os indivíduos em sua vida social e cultural e, portanto, a participação nas aulas online durante a pandemia, ou seja, é necessário possuir celulares e computadores, bem como acesso à internet em meio a esse contexto. De acordo com o relatório da OCDE (2021):

A situação social e econômica dos alunos, inclusive a raça, tem um impacto significativo nos resultados de aprendizagem. Os alunos de origens mais pobres não têm as mesmas oportunidades que seus colegas em melhor situação e tendem a frequentar escolas de qualidade inferior. Isso prejudica suas oportunidades na vida, medidas por sua inserção no mercado de trabalho e rendimentos, refletindo e agravando as desigualdades no País. O fechamento prolongado das escolas e os modelos de ensino a distância implementados durante a pandemia da COVID-19 também podem levar a perdas de aprendizagem, em particular, entre os alunos mais vulneráveis (OCDE, 2021, p. 22).

Em consenso com tais afirmações, destacamos que segundo a OCDE (2021, p. 24) a educação tem vivido em um ambiente inseguro, caracterizado pela evasão, baixo desempenho, “infrequências, sem contar saúde psicológica e social tanto dos alunos e professores”. Ainda na conformidade do relatório OCDE (2021, p. 24) “a falta de acesso a materiais básicos e recursos didáticos em casa pode impor uma barreira à aprendizagem, especialmente para os alunos mais vulneráveis. Mais uma vez, a crise da COVID-19 e a migração para o ensino a distância amplificaram esse problema”.

Considerações Finais

Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 40) enfatiza que com o sistema dominante capitalista vivemos em estado permanente de crise, “um oximoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas”. A pandemia da COVID-19 vem mostrar a crise era iminente em vários setores da sociedade e que alguns países não sofreram tanto, pois estavam preparados estruturalmente. O autor argumenta que “nos últimos quarenta anos vivemos em quarentena, na quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e a das discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode subsistir” (SOUZA SANTOS, 2020, p. 32).

É absolutamente prioritário reduzir as desigualdades educacionais e sociais que conduzem à exclusão, bem como as injustiças sociais que se agravaram na pandemia da COVID-19. É imprescindível que existam políticas públicas que garantam o acesso igualitário à educação como distribuição de chips 4G, de computadores para professores e incentivo para o acesso à internet, com vistas a minimizar as causas da exclusão para garantir os direitos sociais que têm sido sistematicamente suprimidos.

Portanto, é necessário criar projetos e efetivá-los, tendo vista assegurar a inclusão das classes que estão em condição de dominação, ou seja, que estão excluídas da sociedade para construir uma educação de qualidade e equidade. É preciso fomentar práticas que desenvolvam o conhecimento, a cultura e a educação com princípios de cidadania, respeitando os direitos humanos e sociais, assim como superar essa crise humanitária que abateu todo o mundo, mas que massacrrou socialmente os menos privilegiados financeiramente.

Referências

BARBOSA, O.; CUNHA, L. P. G. M. **Pandemia e a precarização do direito ao acesso à educação**. Revista Pet Economia, UFES. v. 1, jul. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/31745/21186>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>>. Acesso em: 4 set. 2020.

COUTINHO, C. N. Citizenship and modernity. **Perspectivas** São Paulo, v. 22, 1999.

DEGASPARI, S.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. **Apostila de normalização documentária**: com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação, 2006.

DONÁRIO, A. A.; SANTOS, R. B. A teoria de Karl Marx. **Centro de Análise Económica de Regulação Social (CARS)**, Universidade Autónoma de Lisboa, mai. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2020.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-19. 2001. Disponível em < <http://www.scielo.br/>> Acesso em: 10 jul. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 36 ed. Livro 1. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016.

OCDE. (2021). **Education in Brazil**: an international perspective: OECD 2021. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/ocde-com-apoio-do-todos-pela-educacao-lanca-relatorio-inedito-sobre-a-educacao-brasileira/>>
<<https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ONTOLÓGICO. **Oxford Languages**. Disponível em: <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

RIBEIRO, D. **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ontologia/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, 2020.

SANTOS, S. Alunos da rede pública ficam meses sem atividades remotas na pandemia. **Jornal Folha de São Paulo**, 30 ago. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/alunos-da-rede-publica-ficam-meses-sem-atividades-remotas-na-pandemia.shtml>>. Acesso em: 3 set. 2020.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/46e7eb_3de1f1cd3e8d49f6a259fa5cb5bc300b.pdf>. Acesso em: 6 set. 2020.

A EDUCAÇÃO E O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES⁵⁰⁴

Pâmela Cassimiro Soares Macêdo

RESUMO: A presente pesquisa problematiza o papel da Educação Básica no combate à violência doméstica praticada contra as mulheres no Brasil, em geral, e no município de Uberlândia-MG, em particular. Para isso realizou-se uma pesquisa exploratória analisando a produção acadêmica, publicada entre os anos 2000 a 2020, que trata a temática da violência contra as mulheres em Uberlândia-MG. A partir da análise dessa produção traçou-se o seguinte objetivo: compreender a percepção de estudantes e docentes da Educação Básica sobre o tema violência contra as mulheres. A metodologia empregada nesta pesquisa será a abordagem quali-quantitativa, a partir dos seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, análise da legislação em vigor, análise de dados disponibilizados por órgãos governamentais e não governamentais, aplicação de questionários, realização de entrevistas semiestruturadas e de oficinas de formação com jovens estudantes da escola campo sobre o tema violência doméstica contra as mulheres. Como resultado, espera-se que este trabalho aponte os aspectos sócio-históricos que sustentam a prática da violência contra as mulheres na sociedade brasileira, em geral, e na uberlandense, em particular.

Palavras-chave: *Educação; História; Uberlândia; Violência contra as Mulheres.*

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres, em particular a violência doméstica, tem sido denunciada por organismos nacionais e internacionais há décadas. No Brasil, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), em 2020 “[...] ao menos 630 mulheres procuraram uma autoridade policial diariamente para denunciar um episódio de violência doméstica” (2021: 93). Ainda segundo o Anuário, em 2020: “Em números absolutos, 1.350 mulheres foram assassinadas por sua condição de gênero, ou seja, morreram por ser mulheres” (2021: 93).

Em que pese a gravidade dos números, observa-se que este é um tema pouco tratado nas escolas brasileiras. Pouco ou quase nada se sabe sobre o que as e os jovens estudantes conhecem e pensam sobre o assunto. Faz-se urgente, portanto, voltar nosso

⁵⁰⁴ O presente artigo trata-se de Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Catalão Mestrado Profissional em História - PPGH-MP. Linha de Pesquisa 2: História, Sociedade e Práticas Educativas. Orientadora – Professora Dra. Eliane Martins de Freitas. E-mail da autora: pamelacassimiro@discente.ufcat.edu.br. À FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás), por conceder apoio financeiro permitindo minha dedicação exclusiva para a realização do meu curso de Mestrado.

olhar para o sistema de ensino, no sentido de mapear percepções sócio-históricas sobre a temática, bem como oferecer elementos que permitam a estas e estes jovens romperem com esta que já é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia.

Compreender a violência doméstica contra as mulheres é debater a história do Brasil, sua cultura e educação, pois trata-se de construção sócio-histórica de longa data. Mesmo com a promulgação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) para a proteção das mulheres, pouco se sabe sobre sua divulgação e discussão nas escolas, como ocorre, por exemplo, com o Programa Contra Drogas ou com o Código de Trânsito Brasileiro. Isso se agrava, ainda mais, quando se constata que os mecanismos sociais previstos na lei não foram instituídos de imediato. Conforme Guerra (2015: 12): “Em Uberlândia, não foi sequer criado o Juizado Especial Criminal e Civil para operacionalizá-la, com uma equipe multidisciplinar, como prevista. E a lei existe há nove anos”.

Diante disso, nossa hipótese é que a pouca capilaridade da discussão sobre a temática contribui para a manutenção da violência doméstica contra as mulheres e naturaliza as representações das mulheres como seres “inferiores”, “submissas” e vítimas de uma violência muitas vezes silenciosa, pois além da violência física, há, também, a violência moral, psicológica, sexual e patrimonial, conforme tipifica a Lei Maria da Penha.

Neste sentido, a presente pesquisa visa problematizar o papel da Educação Básica no combate à violência doméstica praticada contra as mulheres no Brasil, em geral, e no município de Uberlândia-MG, em particular. Partimos das seguintes questões: Quais os fatores deste contexto histórico que se relacionam com a violência contra as mulheres? Como utilizar a educação como objeto de investigação para operar uma conscientização da sociedade acerca da violência doméstica contra as mulheres? Como a atuação de professoras/es e alunas/os poderá tornar o combate da violência doméstica contra as mulheres mais eficaz dentro e fora das escolas?

A partir destas questões estabelecemos os seguintes objetivos específicos: Compreender os diferentes aspectos sócio-históricos que envolvem a temática da violência contra as mulheres no Brasil, em geral, e no município de Uberlândia-MG, em particular; Investigar a compreensão de alunas e alunos, dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia, sobre violência contra as mulheres; Investigar a compreensão de docentes, dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia, sobre violência contra as mulheres e o impacto desta no cotidiano escolar; Realizar oficinas de formação com jovens estudantes

sobre a temática com intuito de trazer melhorias na escola e na vida cotidiana das/os mesmas/os; Propiciar elementos para o combate à violência contra as mulheres.

A metodologia empregada será a abordagem quali-quantitativa, a partir dos seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, análise da legislação em vigor, análise de dados disponibilizados por órgãos governamentais e não governamentais, aplicação de questionários, realização de entrevistas semiestruturadas e de oficinas de formação com jovens estudantes da escola campo sobre o tema violência doméstica contra as mulheres. Como resultado, espera-se que este trabalho aponte os aspectos sócio-históricos que sustentam a prática da violência contra as mulheres na sociedade brasileira, em geral, e na uberlandense, em particular.

Apresentamos a seguir um panorama da produção acadêmica que trata a temática da violência contra as mulheres em Uberlândia-MG, publicada no período de 2000 a 2020. O levantamento bibliográfico foi realizado no *Scielo* Brasil, *Google Acadêmico*, Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Revista Caderno Espaço Feminino, do Núcleo de Estudos de Gênero (Neguem/UFU), utilizando como descritores as palavras chave: “violência doméstica contra a mulher”.

- A produção acadêmica sobre violência contra as mulheres em Uberlândia-MG – 2000 a 2020

Na pesquisa exploratória realizada sobre violência contra as mulheres em Uberlândia-MG (2000-2020) encontramos 22 produções, assim distribuídas: dez artigos publicados em periódicos científicos, seis dissertações de mestrado, uma tese de doutorado, quatro trabalhos de conclusão de curso de graduação e uma cartilha. A produção está distribuída nas seguintes áreas do conhecimento:

ÁREA DO CONHECIMENTO	QUANTIDADE
HISTÓRIA	07
PSICOLOGIA	02
EDUCAÇÃO	01
SAÚDE – MEDICINA E ENFERMAGEM	07
DIREITO	02
ODONTOLOGIA	01
CIÊNCIAS SOCIAIS	02

Tabela 1 – Distribuição da produção por áreas do conhecimento – 2000-2020

Fonte: Dados sistematizados pela autora

Esta produção é marcadamente realizada por mulheres, dentre elas as autoras com maior produção sobre a temática são: Cláudia Costa Guerra (História), Tânia Mendonça Marques (Psicologia) e Marilúcia Vieira Garcia (Ciências da Saúde). Algumas autoras começaram a pesquisar a violência doméstica em Uberlândia desde meados dos anos 1980 e continuam produzindo sobre o tema até os dias atuais.

De maneira geral é possível verificar que no período pesquisado, 2000 a 2020, há algumas descontinuidades temporais na publicação das pesquisas, visto a existência de alguns espaçamentos sem publicações no meio destes anos. De outro lado, verifica-se que há maior produção a partir de 2013. Além disso, verifica-se que no período de 2000 a 2014, existe a predominância de publicações na área da História, e no período de 2015 a 2020 a predominância da área da Saúde (Medicina e Enfermagem).

Outro dado relevante é que muitas dessas pesquisas estão relacionadas à ONG *SOS Mulher Família de Uberlândia*, criada em 1997. Nossa hipótese é que isso se dá em grande parte por que as três autoras citadas acima atuam diretamente na SOS Mulher, não só como voluntárias, mas também como membras da Diretoria Colegiada da instituição.

Verifica-se também algumas lacunas nos textos analisados, destaca-se particularmente: a ausência de diálogo com a educação e o pouco aprofundamento sobre a violência psicológica (muitas autoras a mencionam, mas não analisam a questão). No caso da predominância da violência física nestes estudos há que se considerar a subnotificação de outras formas de violência, em particular a psicológica, tanto nos documentos do aparato jurídico-policial (boletins de ocorrência, processos judiciais, dentre outros), quanto nos prontuários médicos. Conforme assinala Garcia *et al* (2008):

No Brasil, cerca de um terço das internações em unidades de emergência é consequência de violência, e a necessidade de internação em diversos casos de violência contra a mulher revela a gravidade das agressões a que a mulher é acometida. A violência doméstica é a causa de 50% dos homicídios de mulheres, que representam o último grau de uma escala de violência conjugal, que muitas vezes se inicia com o abuso psicológico. [...] A elevada ocorrência da violência psicológica encontrada na ONG SOS Mulher corrobora o estudo realizado por Galvão & Andrade no Centro de Atendimento à Mulher no Município de Londrina, Paraná, Brasil, que oferece atendimentos jurídicos, sociais e psicológicos às mulheres vítimas de violência, onde os autores encontraram maior prevalência das violências psicológica/emocional (56,4%) e física (32,1%) (GARCIA, *et al.*, 2008: 05)

Ainda neste diapasão, pode-se verificar também que as pesquisadoras encontraram dificuldades nos dados sobre violência sexual. Para Garcia *et al* (2008):

[A] Baixa ocorrência de violência sexual encontrada no presente estudo corrobora com a invisibilidade da questão, já apresentada em diversos

estudos, principalmente da violência sexual conjugal sofrida pelas mulheres que buscam ajuda nesses serviços. Essa baixa porcentagem pode ser explicada pelo fato de que a verdadeira ocorrência dessa violência é desconhecida, sendo uma das condições de maior subnotificação e sub registro em todo o mundo. [...] Quando se trata de violência sexual, especificamente, os desconhecidos são apontados como os principais agressores, mas esta predominância deve ser contextualizada para uma melhor compreensão deste fenômeno, pois nos casos de violência sexual doméstica as vítimas, quer por medo de vingança, sensação de culpa, desconhecimento dos direitos legais e/ou descrédito na justiça, muitas vezes não denunciam. [...] Acrescenta-se ainda o vínculo sentimental ou hierárquico entre vítimas e agressores como fatores que contribuem para a ausência de denúncia. Desse modo, entre as notificações sobressaem os registros de casos de violência sexual urbana e provocada por desconhecidos. (GARCIA, *et al.*, 2008: 06-09)

Conclui-se que essa pesquisa poderá relatar a gravidade da violência praticada contra a mulher e consequentemente traçar rumos para diminuir os dados apresentados.

Parece haver um Genocídio no mundo, no Brasil e em Uberlândia. O Feminicídio, assassinato de mulheres devido ao seu gênero e que desde 2015 passa a ser crime com agravante, qualificado e alteração na Lei Maria da Penha e no Código Penal e que se mostra para além da misoginia, ódio às mulheres (GUERRA, 2015: 05).

Apreciar as causas, tecer estudos, esboçar reflexões sobre este assunto possibilitam revisar paradigmas e comportamentos, além de apontar uma cultura conservadora. Portanto, essa pesquisa é em um estudo teórico e prático que diz respeito à violência doméstica contra a mulher, com o olhar voltado para a sociedade, para a educação e a História, como fatores operantes dos direitos fundamentais.

Há, portanto, a visualização de uma possível inserção de uma política pública no contexto escolar de Uberlândia, visto que, a ONU (Organização das Nações Unidas) prevê que a mulher tenha direito à educação e a informação (direitos fundamentais). Desta forma:

Para combater a violência de gênero é necessário que esta seja denunciada, sentida. Percebe-se que a violência que vitimiza as mulheres é como um “câncer” na sociedade e atua de forma lenta corroendo o interior das estruturas sociais, demora a ser descoberto e quando o é muitas vezes já está em estágio avançado. Este câncer mesmo curado deixa sequelas, sua marca é invisível pois está dentro dos “lares” e quando vem à tona, ou seja, no espaço público não é fácil de ser remediado. (SILVA; BORGES, 2013: 01).

Os trabalhos acadêmicos, em sua maioria, que tratam da violência doméstica contra a mulher, possuem diálogo limitado com o tema com a educação. Ou seja, torna-se uma lacuna a ser preenchida. Segundo Guerra:

Uma pesquisa no Scielo (agosto 2012) também aponta para produções nacionais sobre o tema com as palavras chave “violência doméstica”, onde foram elencados apenas 220 artigos científicos em periódicos. Deste total, vários são da área de saúde pública e poucos encontrados nas Ciências Sociais e História (GUERRA, 2014: 03).

Quando se tem contato com estes trabalhos e suas delimitações temporais ou temáticas, consegue-se visualizar melhor o cenário desta violência. Sendo assim:

O número de mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, no Planeta Terra, é maior do que o número de vítimas em todos os conflitos armados (Casa de Cultura da Mulher Negra, de Santos/94); a violência doméstica é a maior causa de ferimentos femininos em todo o mundo, e principal causa de morte de mulheres entre 14 e 44 anos (Relatório Direitos Humanos da Mulher da Human Rights Watch/96); 1 em cada cinco dias em que as mulheres faltam ao trabalho é motivado pela violência doméstica (Banco Mundial/98); o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa pelo pai de seus filhos, ex-marido ou atual companheiro é nove vezes maior que sofrer algum ataque violento na rua ou no local de trabalho (BID – Banco de Desenvolvimento/98); segundo a OMS, 30% das primeiras experiências sexuais das mulheres foram forçadas; 52% das mulheres são alvo de assédio sexual; incontáveis casos de homicídios são praticados pelo marido ou companheiro sob a alegação de legítima defesa da honra (Organização Mundial de Saúde/2001); 50% dos assassinos de mulheres são cometidos por seus parceiros e há uma média de 2,1 milhões de mulheres espancadas, por ano, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia. (Human Rights Watch./96 e Pesquisa Nacional da Fundação Perseu Abramo/2001 e revisão 2002); 1 mulher é espancada a cada 15 segundos no Brasil (Fundação Perseu Abramo 2001 e revisão 2002); a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (21%) aparece como segunda principal medida, seguida por um serviço telefônico gratuito – SOS Mulher e um serviço de atendimento psicológico para mulheres vítimas (propostas empatadas tecnicamente com 13% e 12%, na ordem), entre oito ações de políticas públicas sugeridas (Fundação Perseu Abramo 2001 e revisão 2002); entre os 5.000 processos crimes, selecionados 687 envolvendo crimes contra a mulher, pesquisados, no período de 1980 a 1994, no Fórum Abelardo Penna de Uberlândia, o estudo feito por essa pesquisadora, em nível de mestrado (GUERRA, 1998), revelou que 644 constituíram crimes contra a mulher, perfazendo em torno de 12,88% do total. (GUERRA, 2015: 05)

Sabe-se que em uma pesquisa acadêmica torna-se necessário demonstrar a relevância científica, cultural e social do tema de estudo. Logo, como definição destes três fatores neste trabalho, escolhe-se como relevância científica o fato de que não há dissertações, artigos científicos, TCCs, cartilhas ou teses que dialoguem diretamente com a Educação Básica quando o assunto é violência doméstica contra as mulheres.

Ilustra-se como relevância cultural o fato de existir um contexto histórico que tende a manter as mulheres em situação de subalternidade, ou seja, esboçando melhor tal

cenário, o sistema capitalista quando inserido na sociedade criou a divisão sexual do trabalho e consequentemente a manutenção do patriarcado. Veja:

[A violência doméstica contra as mulheres] é, muitas vezes, entendida como um fenômeno cultural, fazendo parte dos costumes e normas da sociedade que a aceita como uma forma de ação disciplinar praticada pelo pai em relação à esposa e filhas. Assim, esse desrespeito à dignidade das mulheres tem conivência da sociedade, além de ser facilitado pela impunidade dos agressores. (GARCIA, *et al.*, 2008: 01).

Quanto à relevância social, as estatísticas falam por si mesmas, trata-se de um tema que necessita de práticas que proporcionem experimentar uma diminuição destes dados. As leis por mais severas que sejam não conseguem impedir a atitude criminosa do agressor, tão pouco mantê-lo distante da vítima.

É preciso empregar os meios educacionais para que futuramente se possa ter uma narrativa diferente dos dados relativos às mortes de mulheres por seus companheiros e entes próximos.

Posto isto, passa-se a descrever outro problema muito comum, há muitas situações que os próprios profissionais de saúde não conseguem realizar, por exemplo, a notificação compulsória, que é um procedimento obrigatório quando estão de frente com uma vítima de violência doméstica.

A incompletude da informação encontrada em alguns campos de preenchimento das notificações remete à necessidade de capacitação profissional e incorporação das ações de vigilância epidemiológica à rotina do processo de trabalho nos serviços de saúde, bem como da divulgação do fluxo das vítimas na rede assistencial com finalidade de otimizar o preenchimento das fichas de notificação, dar visibilidade a sua importância para a garantia do desencadeamento de medidas que garantam o direito da mulher em situação de violência. (ANDRADE *et al.*, 2016: 08)

Identifica-se nos trabalhos analisados que a violência física, considerada como violência vermelha, é muito mais investigada do que a psicológica, o que faz com que a maioria das autoras não discorra sobre o tema, causando outra lacuna que necessita de preenchimento e de ser trabalhada nas escolas. É preciso ilustrar, esboçar e reafirmar a importância de saber o que é a violência psicológica que ceifa a vida de muitas mulheres no anonimato.

A ausência de alusão à violência psicológica nos prontuários médicos e nos laudos mostra que em serviços de atenção primária à saúde este tipo de violência somente é evidenciado em pesquisas pós-entrevistas com as vítimas. (GARCIA, *et al.*, 2008: 05)

A violência psicológica ainda é subnotificada, uma vez que muitas mulheres não buscam ajuda enquanto a violência não toma caráter

físico. Ela pode ser atribuída à desvalorização da mulher, que reduz sua autoestima, e em casos mais graves fomenta ideias suicidas. Destaca-se a possibilidade em muitos casos de superposição dos tipos de violência, em especial a inter-relação entre violência psicológica e física. (ANDRADE *et al*, 2016: 07)

Há que se avaliar também em que medida há uma banalização da violência psicológica ou chamada violência branca por ser mais velada, numa sociedade que ainda tem como representação que a violência está associada a marcas visíveis no corpo, facilmente comprovadas, a chamada violência vermelha mais explícita e visível. (GUERRA E PUGA, 2015: 15)

Portanto, mesmo existindo uma norma que proteja as mulheres, ela possui pouca eficácia. A violência doméstica contra as mulheres se perpetua de maneira intensa, o que leva a necessidade de uma pesquisa para busca de soluções. De acordo com AGUIAR (2012: 10): “Portanto, se é que é possível compreender por inteiro a posição da mulher na sociedade atual e a violência sofrida por ela, sem dúvida é preciso tomar como ponto de partida a sua história”.

Essa pesquisa se torna relevante porque a violência doméstica atinge um grande número de mulheres na nossa sociedade, de forma bastante sutil e minuciosa. É importante salientar, que essa análise não favorece um determinado grupo social, econômico, religioso ou cultural específico, mas busca igualar direitos a vítimas que passam por um sofrimento árduo.

Outro fato importante a se destacar é que mesmo com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, não houve redução nos índices de mortalidade das mulheres.

Portanto, mesmo existindo uma norma que proteja as mulheres, esta norma por si só tem pouca eficácia. A violência doméstica se perpetua de maneira intensa, o que leva a necessidade de uma pesquisa para busca de soluções.

A presente pesquisa se bem sucedida poderá proporcionar o registro da importância de tratar a violência doméstica contra as mulheres partindo do contexto escolar, o que de fato é inovador, já que a maioria dos trabalhos acadêmicos, como dito anteriormente, possuem diálogo limitado com a educação.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS GERAIS:

AGUIAR, Tâmar Mossmann de. **Mulher:** A "inferiorização" e violência doméstica: História da posição social feminina e análise da violência doméstica contra a mulher na atualidade. 2012. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) -

Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/67411>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. **Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

GARCIA, Leila Posenato; FREITAS; Lúcia Rolim Santana de; HOFELMANN, Doroteia Aparecida. Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 383-394, set. 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742013000300003>. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2021.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS DE UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS:

ALVES, Paula Fernanda Pereira de Araújo e. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Uberlândia/MG**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2015.467>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ANDRADE, Júlia de Oliveira *et al.* Indicadores da violência contra a mulher provenientes das notificações dos serviços de saúde de Minas Gerais-Brasil. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v. 25, n. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072016002880015>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

BORGES, Isabella Esteves. **Absorção de Demandas de Combate e Prevenção à Violência Doméstica: Um Estudo sobre a Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher de Uberlândia**. 2017. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20263>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CÔRTEZ, Marília Cunha. **Violência doméstica durante a pandemia do novo corona vírus: Revisão integrativa**. 2020. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/30069>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FARIA, Sheila Vilela Ribeiro. **Violências contra as mulheres na relação conjugal: uma pesquisa na Delegacia Adjunta de Repressão a Crimes Contra a Mulher (DARCCM) - Uberlândia (MG)**. 2007. 136p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251813>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FERNANDES, Luciana Aparecida Gadia *et al.* Violência doméstica: análise epidemiológica em um município do triângulo mineiro. **Caderno Espaço Feminino** -

Uberlândia-MG - v. 30, n. 2 – Jul./Dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/32507>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GARCIA, Marilúcia Vieira. **Aspectos epidemiológicos e clínicos da violência contra a mulher no município de Uberlândia, MG**. 2007. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/12869>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GARCIA, Marilúcia Vieira *et al.* Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2551-2563, Nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001100010>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

GONÇALVES, Flávio. **Vivência intrafamiliar: desencontros e violência**. 2003. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19665>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GONTIJO, Bárbara Dias Rezende. **Violência entre parceiros íntimos e sua relação com o consumo de álcool e drogas ilícitas em um estado brasileiro**. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18055>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GUERRA, Cláudia Costa. Experiência de sujeitos de Instituições Sociais, vinculadas à Rede de enfrentamento à violência conjugal e familiar em Uberlândia – MG. 1988 a 2012. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 27, n. 1 - Jan/jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/27781> Acesso em: 24 de fev. 2021.

GUERRA, Cláudia Costa. **Jogos de poder e metamorfoses: representações sociais de violências de gênero, na esfera conjugal, em Uberlândia-MG, de 1997 a 2017**. 2018. 420 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21423> Acesso em: 28 jul. 2021.

GUERRA, Cláudia Costa; LEMES, Viviane de Souza. Levantamento de dados sobre a violência conjugal e intrafamiliar na SOS Mulher Família de Uberlândia – janeiro a dezembro de 2005. **Caderno Espaço Feminino**, v.15, n.18, Jan./Jun. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/44>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GUERRA, Cláudia Costa. Movimentos sociais, políticas públicas, gênero e a experiência no neguem/UFU: Avanços e desafios históricos. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 28, n. 2 – jul./dez. 2015. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/34173> Acesso em: 24 de fev. 2021.

GUERRA, Cláudia Costa; PUGA, Vera Lúcia. Política pública pela não violência à mulher, conjugal e familiar: a experiência pioneira da PAM - Patrulha de Atendimento Multidisciplinar de Uberlândia-MG. **Fato & Versões - Revista de História** v. 7 n. 13

(2015). Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1281>. Acesso: em 20 de mar. 2021.

MARQUES, Tânia Mendonça; COLETA, Marília Ferreira Dela. Atribuição de causalidade e reações de mulheres que passaram por episódios de violência conjugal. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 205-218, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2021.

MARQUES, Tânia Mendonça. **Estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos**. 2005. 300fl Coleta. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26950>. Acesso em: 28 jul. 2021.

MIRANDA, Geraldo Henrique R. **Cartilha de Direitos Humanos**. Uberlândia: Ordem dos Advogados do Brasil. 13ª Subseção de Uberlândia, 2018.

MIRANDA, Maraísa Alves *et al.* Análise das características da violência exercida sobre as mulheres atendidas pela polícia militar de Minas Gerais em Uberlândia. **Braz. J. Heal. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 9248-9262 jul./aug. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n4-162>. Acesso em: 28 de julho de 2021.

SANTOS, Danúbia. **Políticas públicas preventivas à violência doméstica contra as mulheres implementada em Uberlândia, MG**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21453>. Acesso em: 28 jul. 2021.

SILVA, Luelma de Jesus; BORGES, Dulcina Tereza Bonati. VIOLÊNCIA CONJUGAL e INTRAFAMILIAR: Breve história da ONG SOS Ação Mulher Família e instituições públicas que combatem a violência contra a mulher em Uberlândia – 1985/ 2011. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 26, n. 1 - Jan./Jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/23863>. Acesso em: 28 jul. 2021.

VILLELA, Mariana. **Casos de violência contra a mulher com lesões em face**: revisão de literatura e avaliação de dados. 2019. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/25489>. Acesso em: 28 jul. 2021.

A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO MOVIMENTO CULTURAL DA CONGADA DO MUNICÍPIO DE ITUMBIARA, GOIÁS

*Pâmella Katrianny Souza Pontes Fiuza*⁵⁰⁵

RESUMO: Este trabalho tem a finalidade de apresentar a proposta de pesquisa para a construção da dissertação do Programa PPGHIS⁵⁰⁶, e objetiva discutir o papel, os saberes e fazeres da mulher para a manutenção e perpetuação da tradição cultural do Congo Beira Mar na cidade de Itumbiara. A congada, patrimônio cultural imaterial, é uma manifestação cultural religiosa, uma prática difundida em várias regiões do Brasil, símbolo da resistência negra e de sincretismo religioso. É evidente, pelas ruas da cidade, no mês de outubro, quando se celebra a festa de Nossa Senhora do Rosário, a padroeira dos negros. Uma congada pode ter de 50 a 200 participantes. É sempre mais evidente as representações masculinas, entretanto no movimento há sempre várias mulheres, o que nos leva a questionar: como a identidade feminina e o patrimônio cultural imaterial que é a congada se (re)afirmam a partir dos lugares de fala e espaços ocupados pelas mulheres, compreendendo-o também enquanto um lugar de resistência da mulher? A proposta terá relevância acadêmica e social, pois dará ênfase para a importância que as mulheres têm no grupo da congada, enquanto mantenedoras da tradição na cidade.

Palavras-chave: *congada, representatividade feminina, manifestação cultural.*

INTRODUÇÃO

A congada, patrimônio cultural imaterial, é uma manifestação cultural religiosa de formação afro-brasileira, que reúne elementos das tradições de Angola e do Congo, surgiu a partir do exercício de poder do colonizador europeu sobre o povo africano. O costume de coroar um rei se tornou uma manifestação cultural que os negros escravizados passaram a celebrar de forma espontânea.

No Brasil, a Congada surgiu no início do século XVII, e ainda hoje é uma prática difundida em várias regiões, mantendo alguns dos elementos da África e também do catolicismo, com muita música, dança, fé e devoção, momento em que os negros podiam celebrar e rememorar suas origens, louvar seus santos protetores, também pode ser conhecida como: congado ou congo e faz parte do folclore brasileiro.

O município de Itumbiara, localizado ao sul do estado de Goiás, na divisa do estado de Minas Gerais, possui cerca de cem mil habitantes, e é lar da Congada Congo Beira Mar. Mais evidente, pelas ruas da cidade, no mês de outubro, quando se celebra a

⁵⁰⁵ Mestranda do PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás.
E-mail: pkspfiuza@gmail.com. Professor Orientador Dr.º: André Luiz Caes.

⁵⁰⁶ PPGHIS - Programa de Pós-Graduação em História, Câmpus Sudeste, Morrinhos - GO.

festa de Nossa Senhora do Rosário, o Congo Beira Mar tem na festa a marca de sua representação, de tradição, de movimento social, resistência e garantia de construção de memória individual, coletiva, bem como o poder dos discursos dos sujeitos que a compõe, discursos esses “que se fazem constituídos na sociedade e que muitas vezes só aparecem em determinados acontecimentos, e condições de produção que permitem que eles sejam vistos” (DOCEMA, 2016, p.8) .

Uma congada pode ter de 50 a 200 participantes, dentre eles, homens, mulheres, idosos, crianças. É sempre mais evidente as representações masculinas, entretanto no movimento há sempre várias mulheres. Algumas figuras representadas podem variar de um movimento congadeiro para outro, todavia a predominância das características geralmente se mantém, devido a permanência histórica de sua origem. A presença de mulheres no movimento congadeiro e também no Congo Beira Mar vem mudando ao longo do tempo e já é possível perceber a mulher ocupando espaços de destaque e voz no movimento.

Diante desse contexto, faz-se necessário responder ao seguinte questionamento: como a identidade feminina e o patrimônio cultural imaterial que é a congada se (re)afirmam a partir dos lugares de fala e espaços ocupados pelas mulheres, compreendendo-o também enquanto um lugar de resistência da mulher?

No cenário do movimento cultural da congada a mulher sempre esteve presente, embora, muitas vezes, ocultada em seus papéis e sem lugar de fala diante de uma cultura tradicional. É praticamente inconcebível visualizar o movimento congadeiro funcionando sem a presença feminina desempenhando funções que passavam e passam muitas vezes despercebidas, mas que são de extrema necessidade para que os dias de festas, louvores, e para que o movimento funcione durante todo o ano. Elas também são as grandes responsáveis pela perpetuação dessa cultura, já que, carregam consigo o poder de lá na primeira infância ir transmitindo de geração a geração o amor e a necessidade de manter esse movimento vivo. É hipotético dizer também, que elas assumem uma importância no movimento para além de afazeres domésticos ou das danças nos dias de festa, e que internamente, e de modo ainda silenciado, assumem lugares de liderança, mas que não são expostos publicamente devido uma masculinidade enraizada na cultura do movimento que precisa ser desconstruída.

Há pouco tempo, com a propulsão das discussões acerca da identidade feminina, e a responsabilidade com que a mulher assume para garantir a perpetuação do movimento surge, bem timidamente, uma conquista pelo seu espaço no grupo, rompendo até mesmo

com paradigmas como o de que, quem podia fundar uma guarda era somente o homem. Já é possível, no Brasil, encontrar guardas femininas e fundadas com muita luta por mulheres. O Congo Beira Mar é um exemplo dessa representatividade feminina, pois após o falecimento de seu fundador ficou sem atividade por alguns anos e foi reativado pela filha do mesmo, atualmente é ela junto a outras mulheres que mantém ativa essa cultura.

Assim, a pesquisa objetiva: discutir o papel, os saberes e fazeres da mulher para a manutenção e perpetuação da tradição cultural e religiosa da congada Congo Beira Mar na cidade de Itumbiara, percorrendo os caminhos de: analisar a manifestação cultural do Congo Beira Mar no município de Itumbiara; Identificar como a mulher está inserida no movimento congadeiro; Especificar as atividades realizadas pelas mulheres no grupo de congada; Explorar as fontes históricas disponíveis do movimento da Congada Congo Beira Mar no município de Itumbiara, percebendo os lugares ocupados pelas mulheres e as atividades realizadas; Registrar as memórias das mulheres do movimento da Congada Moçambique Real no município de Itumbiara.

A pesquisa proposta é de suma relevância acadêmica e social, pois contribuirá dando ênfase para a importância que as mulheres têm no grupo da congada, enquanto mantenedoras da tradição na cidade e produzirá mais acervo historiográfico sobre a temática, também fomentará a reflexão acerca do assunto para pesquisas posteriores, bem como a divulgação da cultura congadeira de Itumbiara na sociedade, a conscientização da preservação desse bem cultural, pouco divulgado e conhecido na cidade e o rompimento de barreiras preconceituosas por parte de quem ainda não conhece o movimento, sua história de devoção religiosa e cultural.

Para isso a proposta é de uma pesquisa de caráter exploratório, com busca ativa em diversas fontes bibliográficas que abordem a temática da tradição congadeira, bem como a representatividade feminina e lugares de fala da mulher. Visitas ao movimento para conhecê-lo ainda mais, observar sua composição, características, os papéis desempenhados pelas mulheres, pesquisas nos acervos disponíveis e entrevistas orais também fazem parte da proposta, que culminará na produção de materiais que retratem o estudo.

A MANIFESTAÇÃO CULTURAL DA CONGADA

Historicamente a Congada é um movimento que surgiu na África a partir do exercício de poder do colonizador europeu sobre o povo africano. O costume de coroar um rei se tornou uma manifestação cultural que os negros escravizados passaram a

celebrar de forma espontânea. A coroação de um rei podia ser temporária ou vitalícia, o ritual dessa coroação tinha variações dependendo das regiões, entretanto algumas características principais nos bailados de coroação eram preservadas, dentre elas: o cortejo real, momento em que os bailarinos percorrem as ruas, dançando, cantando e acompanhando o rei; e a representação da embaixada de paz ou de guerra.

No Brasil, a Congada surgiu no início do século XVII, e ainda hoje é presente em várias regiões, é uma manifestação cheia de elementos da África e também do catolicismo, com muita música, dança, fé e devoção, momento em que os negros podiam celebrar e rememorar suas origens, louvar seus santos protetores. Fazem parte da cultura congadeira três esferas indissociáveis: religiosa, social e cultural, conforme explica Sousa:

A parte social corresponde aos almoços, cafés e jantares coletivos bem como os bingos, leilões e bailes, envolvendo apresentações artísticas e momentos dançantes, por exemplo, realização de forrós e pagodes. A parte cultural trata-se dos cortejos e apresentações das congadas na esfera pública da cidade. São momentos em que os ternos desfilam nas ruas, portando instrumentos, sobretudo os tambores, cantando, dançando e louvando os santos padroeiros, num ritual que envolve fé, devoção, memória, história e ancestralidade. (SOUSA, 2016, p. 16).

Essa importante expressão cultural e religiosa homenageia em sua maioria, São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário, entretanto há outros comumente homenageados como: Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Belém, Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Nossa Senhora da Guia, São Baltazar, São Domingos, Santa Efigênia, Santa Cruz, São Lourenço, São Sebastião. A manifestação também é símbolo da resistência negra e do sincretismo religioso, surgiu com os negros escravizados, e com a permissão do catolicismo português, que ofereceu a devoção a Nossa Senhora do Rosário aos negros, e estes deram forma ao culto e a festa com seus elementos africanos. Desde então, o reinado de Nossa Senhora do Rosário é uma festa que envolve muita alegria e rituais, como nos afirma Soares:

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário ou Congado, consiste num ciclo anual de homenagem à Nossa Senhora do Rosário que envolve a realização de novenas, o levantamento de mastros, procissões, cortejos,

coroações de reis e rainhas e cumprimento de promessas, cantos, danças, banquetes coletivos e entrega de coroas. (SOARES, 2009, p. 5).

Ainda na África, a elite congoleza passou por um processo de conversão ao cristianismo, e os negros despertaram a devoção à Nossa Senhora do Rosário. No Brasil, pescadores encontraram na água uma santa, Nossa Senhora da Conceição, e em 1646, D. João VI a declarou padroeira de Portugal e seus domínios, a imagem da santa, recebeu um rosário (terço dos negros), e assim surgiu uma fusão das devoções à Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário. O fim da monarquia e a abolição da escravidão foram uma contribuição para que a devoção à Nossa Senhora da Conceição passasse para santa Aparecida, reconhecida a partir do século XX como padroeira do Brasil.

Com a devoção a Nossa Senhora do Rosário, surge as irmandades, associações leigas que, atuavam como canais de ajuda mútua além dos propósitos religiosos, cheias de rituais africanos como a coroação do rei e da rainha, os cânticos, as danças e também “as congadas tem origem no âmbito das irmandades”. (SOUZA, 2002, p.19)

É possível perceber a importância das irmandades nas falas de José Pereira de Souza Júnior:

Essas associações, além de atividades religiosas que se manifestavam na organização de procissões, festas, coroação de reis e rainhas, também exerciam atribuições de caráter social, como: ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maus-tratos de seus senhores e ajuda para comprar ou negociar a carta de alforria. No entanto, uma das atribuições mais lembradas nos capítulos dos estatutos ou compromissos de irmandades refere-se à garantia de um enterro para os escravos, frequentemente abandonados por seus senhores nas portas das igrejas ou nas praias para que fossem levados pela maré da tarde. (JÚNIOR, 2009, p. 3).

Nos rituais das irmandades, nos reinados de Nossa Senhora do Rosário, remontam do século XVI e ainda hoje é possível perceber a coroação do rei e rainha do congo, representando as nações negras africanas. O costume de coroar um rei se tornou uma manifestação cultural que os negros escravizados passaram a celebrar de forma espontânea. Essa prática era aceita pelos colonizadores europeus que estabeleciam contato e relação com o rei como forma de camaradagem e conseguiam assim a

exploração escrava, “e os escravos obedeciam ou imaginavam obedecer aos seus reis congolezes que os mandavam trabalhar. Para os brancos”. (ANDRADE, 1935, p.38).

A coroação de um rei podia ser temporária ou vitalícia, o ritual dessa coroação tinha variações dependendo das regiões, entretanto algumas características principais nos bailados de coroação eram preservadas, dentre elas: o cortejo real, momento em que os bailarinos percorrem as ruas, dançando, cantando e acompanhando o rei; e a representação da embaixada de paz ou de guerra. A eleição e coroação do rei e rainha nos é apresentada da seguinte forma por Cascudo:

Cada um dos primeiros trazia na cabeça uma coroa de papel colorido e dourado. O Rei estava vestido com uma velha roupa de cores diversas, vermelho, verde e amarelo, manto, jaleco e calções. Trazia na mão um cetro de madeira, lindamente dourado. A rainha envergava-se com um vestido de seda azul, da moda antiga. (CASCUDO, 2003, p.73).

Mesmo que homenageando santos, sendo festejadas ou recebendo denominações diferentes umas das outras, em todas as festas permeiam a coroação do rei, remontando a tradição da história da África e os contos e cantos das lutas, guerras e fé. Nas regiões onde a congada é devota a São Benedito é comum que a festa aconteça em dezembro próximo ao Natal. As congadas devotas a Nossa Senhora do Rosário celebram sua festa no mês de outubro, mês da padroeira dos negros. Há eventos que também acontecem em maio, em comemoração à abolição da escravidão.

Câmara Cascudo define o Congado como “autos populares de motivação africana” (1993, p. 212), nele existem o Trono Corado que “representa o reino de Nossa Senhora, e é composto pelos Reis do Congo, Reis Perpétuos, Rei de São Benedito e Rainha de Santa Efigênia, e os Reis Festeiros” (SOARES, 2009, p. 10) e a Capitania que “é composta por aqueles que cantam, tocam e dançam” (SOARES, 2009, p. 10).

No Brasil há uma diversidade de famílias congadeiras, como: Candombe, Moçambique, Congo, Marujo, Caboclo, etc. A festividade é farta de elementos em sua composição, como: religiosidade, ritos, mitos, memória, cantos, danças, vestimentas, e pode se diferenciar em alguns aspectos de uma região pra outra, assim como os nomes que elas podem receber. Há lugares em que ela é denominada por Reinado, outros Congado ou Congada.

O Reinado define-se pelo conjunto das personagens “coroadas” que, nos dias de festa, recebem homenagens dos grupos rituais. [...] Tradicionalmente, destacam-se, à frente do Reinado, as figuras do Rei e da Rainha Congos. [...] Além do casal de reis congos, destacam-se os chamados Reis e Rainhas Perpétuos. Para completar este quadro estrutural é preciso mencionar, ainda, a presença de reis, rainhas, príncipes e princesas, em geral escolhidos anualmente e que se apresentam como representantes das coroas associadas aos santos da devoção congadeira. (SILVA, 2010, p. 24).

Congado ou Congada, é a definição mais simples, encontrada para designar a reunião de todos os ternos. Terno é a menor unidade do congado, agrupamento formado pelos participantes da festa, dançadores ou brincadores, que acompanha a realeza em cortejo, também conhecido como “guarda” ou “corte”. (SILVA, 2010, p. 17).

O Moçambique é considerado o senhor das coroas, guardião das majestades, nos rituais característicos dele os participantes dançam agrupados, com movimentos lentos, ombros curvados, sem afastar muito os pés do chão, usam um bastão e têm nele o símbolo do comando que desempenha a mesma função de um a espada, no Congo, usam como instrumentos, latinhas presas aos tornozelos como se fossem um chocalho, patangomes e gungas.

A REPRESENTATIVIDADE FEMININA E A MANUTENÇÃO DO MOVIMENTO DA CONGADA: UMA RELAÇÃO DE MEMÓRIA E TRADIÇÃO

A presença de mulheres, sempre foi e é evidente no movimento congadeiro brasileiro, e também no Congo Beira Mar, e “durante muitos anos, só se era permitido às mulheres participarem como rainhas, princesas, zeladoras, juízas bandeireiras e como responsáveis pelos enfeites e preparação da comida que é servida durante os rituais, nunca como caixeiras ou dançantes (SOUZA, 2002, p. 14) ou seja, a mulher estava sempre relacionada ao desempenho de um papel organizacional, sem visibilidade, silenciadas, mesmo promovendo a manutenção e perpetuação do movimento.

Esse cenário ao longo do tempo vem mudando e já é possível perceber a mulher ocupando espaços e voz no movimento congadeiro, que há algum tempo atrás se designava somente aos homens. O Congo Beira Mar é um exemplo dessa

representatividade feminina, pois após o falecimento de seu fundador ficou sem atividade por alguns anos e foi reativado pela filha do mesmo, atualmente é ela junto a outras mulheres que mantém ativa essa cultura. Tais conquistas femininas não foram fáceis, muitas vezes as mulheres eram punidas pelos lugares que tentavam ocupar.

Os registros e estudos sobre as mulheres, os papéis que desempenhavam e desempenham e a importância de sua figura para a manutenção e perpetuação de um congado ainda são poucos. Os papéis que as mulheres desempenham na comunidade congadeira vão além das atividades organizacionais, contribuem para a manutenção e perpetuação da tradição desse patrimônio cultural imaterial, bem como complementa os registros históricos sobre a tradição e permitem também dar voz as memórias femininas por muito tempo silenciadas.

Ao falarmos em memória é de suma importância destacar que memória e história se opõem, não se assemelham, como nos afirma Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por alguns grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (NORA, 2012, p. 9)

Sabendo que a memória é constituída do individual para o coletivo, que é uma reconstrução do passado, e a tradição é a transmissão de dados culturais do passado através da repetição, podemos afirmar, ao observarmos a constituição da congada e suas características, que o movimento desde sua origem, até os dias atuais se mantém sustentado por ambos, memória e tradição, perpetuando um fragmento cultural e histórico.

Nas festas, existem diversos elementos que permeiam a manifestação e proporcionam sentido a elas, a memória é um destes elementos. “A memória é o oitavo elemento indispensável à caracterização das festas, está ligada à história e origem da manifestação” (MARQUES; BRANDÃO, 2015 p. 14).

Em todos os momentos de festividade os congadeiros remontam às memórias de seus antepassados e mantém elementos básicos da tradição africana, como “nas cantorias

de improviso com intuito de costurar memórias do passado aos tempos presentes” (BRASILEIRO, 2016, p. 27), isso permite a reafirmação de suas identidades. Nas palavras de Jacy Alves de Seixas:

Toda memória é fundamentalmente “criação do passado”: uma reconstrução engajada do passado (muitas vezes subversiva, resgatando a periferia e os marginalizados) e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstroem sua identidade, inserindo-se assim nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento. (SEIXAS, 2004, p. 42).

A memória, seja ela apresentada por meio de objetos, ou pelas narrativas orais que permeiam o movimento, desenvolve em cada integrante o sentimento e certeza de pertencimento àquele grupo. Esses são, também, ao longo do tempo reprodutores de memória.

De facto, os complexos, as reminiscências comuns e as repartições (festas familiares), a conservação de saberes e símbolos (fotografias e respectivos álbuns, a casa dos pais ou dos avós, as campas e mausoléus, os marcos de propriedade, os papéis de família, os odores, as canções, as receitas de cozinha, a patronímia, os nomes), a par da responsabilidade da transmissão do conteúdo das heranças (espirituais ou materiais), são condições necessárias para a criação de um sentimento de pertença, em que os indivíduos se reconheçam dentro de totalidades genealógicas que, vindas do passado, pretendem, sem solução de continuidade, projectar-se no futuro. [...] sem a memória, as suas identidades não possuiriam dimensões simultaneamente filiadoras e escatológicas secularizadas. (CATROGA, 2009, p. 24).

A tradição permite a ligação entre os membros do movimento, é uma aliança, “aparece como um porto seguro. A tradição é um dos fatores que continua os ligando uns aos outros”. (RODRIGUES, 1996, p. 47).

A tradição na coroação do rei, na dança, na cantoria, nas vestimentas, no culto aos santos padroeiros ou na comida que é feita nos dias de festa acontecem da mesma

forma ano a ano. A pesquisa que Madalena Freitas fez sobre a congada de Caiapônia confirma esse pensamento:

Em 2010 e 2011 acompanhando o festejo da Congada em Caiapônia foi possível perceber que o entusiasmo dos componentes na realização da dança é deslumbrante. Outro fator que chama a atenção são as crianças que dançam acompanhando o terno, dando a entender que as gerações futuras darão continuidade à festa, uma vez que a Congada como manifestação cultural, perpassa a memória de seus componentes e fortalece a identidade dos negros da região, pois é também através da cultura que os negros podem construir laços com a ancestralidade. (FREITAS, 2015, p. 9).

Na congada, a disseminação de memórias no grupo está fortemente ligada às mulheres que vão transmitindo aos filhos, à família e à comunidade ao longo do tempo, como uma ponte que liga gerações e garante a manutenção da tradição ao longo do tempo.

CONCLUSÃO

A congada, manifestação cultural, também considerada patrimônio imaterial, é uma festividade carregada de diversos elementos em sua composição, todos esses elementos carregam uma historicidade, sendo que alguns sofreram alterações, outros permaneceram conforme a origem.

Afirmar que memória e tradição são elementos essenciais na manutenção da congada é possível pelo fato de que, sendo a memória, entendida de modo geral como algo carregado individualmente ou por grupos, natural e espontânea, reconstrução atualizada do passado, e a tradição um conjunto de dados, ensinamentos passados por famílias, grupos e gerações, ao observamos, através dos estudos bibliográficos disponíveis as características composicionais do movimento cultural da congada percebemos ambos, memória e tradição permeando seu espaço. Eles são a base forte do movimento, sustentam os mitos, ritos, crenças, religiosidade, cantos e dança que vão perpetuando no grupo que é composto por diversos integrantes, até mesmo crianças.

É possível perceber no movimento a presença da mulher ocupando variadas funções, como cozinhar, organização do espaço, responsabilidade com as vestimentas, danças, etc.; entretanto, há pouca visibilidade delas nos lugares de lideranças ou destaque.

Algumas pesquisas sobre a representatividade feminina e o espaço ocupado pelas mulheres no movimento evidenciam que ao longo do tempo as posições vêm mudando, inclusive a autonomia para fundação de congada feminina, ou manutenção de uma congada já fundada por homens, como é o caso do Congo Beira Mar, objeto da pesquisa, proposto para a construção da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás.

Há a necessidade da discussão dos papéis que a mulher vem desempenhando no movimento, para além dos tradicionalmente domésticos. É acreditando na representatividade feminina como grande responsável na manutenção e perpetuação da tradição cultural da congada, que a mulher é potencialmente mantenedora de memória e tradição repassadas geração a geração, que ela já ocupa lugares de destaque, mas ainda existem barreiras tanto culturais quanto sociais para tal, e que essa pesquisa é de grande relevância tanto para o meio acadêmico quanto para o social que a proposta de vem sendo desenvolvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. **Os congos**. Lanterna Verde, Rio de Janeiro, n.2, p. 36-53, fev.1935.

BRASILEIRO, Jeremias. **Coexistência Cultural e Religiosa nas Congadas de Minas Gerais**. Rascunhos Uberlândia, v.3, n.2, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/issn2358-3703.v3n2a2016-03>

CATROGA, Fernando. **Recordação e esquecimento. In. Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da História**. Lisboa: Almedina, 2009. p. 11-32.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do folclore brasileiro**. Vol.1 – 9ª ed. São Paulo: Global, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia 1993.

DOCEMA, Danilo Gianini. **Discurso e Memória: A arte de congo da/na festa de Nossa Senhora do Rosário em Espírito Santo do Dourado**. Pouso Alegre: Univás, 2016. 71f. P. 8.

FREITAS, Madalena Dias Silva. **A congada em Caiapônia: uma manifestação da população negra**. 2015. Disponível em: Acesso julho 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas.** – 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, Luana Moreira e BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar.** Ateliê Geográfico. Goiânia, v. 9, n. 3, p. 7-26, dez/2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Loyola, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Rio de Janeiro: Abrasco; São Paulo: Hucitec, 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e História. A problemática dos lugares.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, out. 2012. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> > Acesso: outubro 2020.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral.** In: Revista Projeto História São Paulo, EDUC, n.10 1997.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Tradição e Modernidade.** Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nº 9. Lisboa. Edições Colibri, 1996, pp. 301-306.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memórias em terras de História: Problemáticas atuais.** In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 37-58.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Sandra Inácio da. **A congada em Pires do Rio e Catalão: uma manifestação cultural.** Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Goiás. 2016.

SILVA, Rubens Alves. **Negros católicos ou catolicismo negro? Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro.** Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SOARES, Dalva Maria. **Salve Maria(s): Mulheres na tradição do Congado em Belo Horizonte, MG.** 2009. Dissertação (Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG 2009. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3322/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: outubro de 2020.

SOUSA, Luciana Pereira de. **Congadas de Goiânia: história, memória e identidades negras (1940-2000).** 2016. Dissertação de mestrado em história – Universidade Federal de Goiás, GO 2016. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Disserta%C3%A7%C3%A3oLuciana_Pereira_de_Sousa_PPGH.pdf Acesso: outubro de 2020.

SOUZA JUNIOR, José Pereira. **Irmandades religiosas: espaços de devoção e disputas políticas na Paraíba oitocentista.** 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=16560> Acesso: outubro de 2020.

SOUZA, Marina de Mello de. **Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TOLENTINO, Átila. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática.** In: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. (Org.). Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p.12 – 24. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf f Acesso: outubro de 2020.

SUBJETIVIDADES DO TÍTULO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE PARA OS VILABOENSES - PESQUISA EM ESTUDOS CULTURAIS MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Pedro Augusto Diniz Silva⁵⁰⁷

“Sobre tudo que foi, tudo o que é, tudo que será”
Vernant (1990).

RESUMO: Os títulos patrimoniais, na maioria dos casos, são frutos de embates sociais e disputas ideológicas que acarretam transformações, claramente objetivas como também subjetivas no tecido social de comunidades que passam por estes processos de reconhecimento de seus bens de expressivo valor cultural. A estes são conferidos, por órgãos oficiais, reconhecimento institucionalizados pelas políticas públicas de preservação e salvaguarda de patrimônios materiais, imateriais e naturais. A cidade de Goiás mantém o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, desde 2001. Durante estas duas recentes décadas, enquanto cineasta documentarista tive oportunidade de registrar cenas em épocas diferentes, que apontam para questionamentos acerca do nível de pertencimento individual e afetividade social que o vilaboense contemporâneo mantém em relação ao seu território e sua identidade cultural. Neste texto, demonstra as razões que substanciam esta pesquisa acadêmica, a metodologia a ser empregada em sua execução, dialogando com autores que se inclinaram a compreender a influência da memória individual na constituição da memória coletiva e ainda a implicação destas no fluxo histórico. O resultado final desta ação será condensado em um vídeo do gênero documentário intitulado: “Futuro do Pretérito”.

Palavras Chaves: *Cinema, Patrimônio, Memória, Festas Populares.*

Introdução

A exemplo de outras cidades históricas do Brasil, a Cidade de Goiás desde longa data convive com processos de patrimonialização de seus bens de valor cultural, sendo que muitas das vezes estes processos foram e são suscitados pela elite local e tantas outras promovidos por pesquisadores e pelos institutos oficiais que atuam na área de

⁵⁰⁷ Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina
Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais Memória e Patrimônio – Mestrado Profissional
Orientador: Prof. Dr. Thiago Sant’Anna
pedroaugustodiniz@gmail.com

identificação, recuperação e manutenção de patrimônios históricos de valor artístico nacional.

Gradativamente o cenário arquitetônico da antiga Vila Boa de Goiás, passou a fazer parte dos livros de tombamentos desta instituição, conferindo a estes bens alguns benefícios e rigorosa tutela em seu uso, manejo e, sobretudo nas intervenções estéticas e estruturais destes bens do patrimônio material do centro histórico da antiga Vila Boa de Goiás. Esta trajetória é marcada por avanços a partir de reconhecimento individualizado de construções históricas, em 1953, para conjuntos urbanos arquitetônicos em 1995 e culminados na demarcação de todo o centro histórico deste sítio e a sua expansão territorial em 2004.

Na cidade de Goiás o processo de patrimonialização pela preservação do núcleo histórico da cidade de Goiás, tem origem em 1939, provocado inicialmente por debates travados entre Lacerda de Athayde e D.L. Santana no jornal Cidade de Goyaz, conforme relata o grupo Águas do Cerrado (GWATÁ - UEG), em publicação extraída do texto “Os antecedentes da patrimonialização de Goiás de Moraes R.S.

“Foi a partir do jornalista paulista José Brito Broca, que em artigo intitulado “Visão de Goiânia” publicado em 1942 na revista Cultura Política, que se dá início a um conjunto de ações visando à conservação de bens culturais existente na cidade”. Entusiasmado com a sugestão de Brito Broca, Paulo Augusto Figueiredo (Presidente do Departamento Administrativo do Estado de Goiás), telegrafa a diversas autoridades estaduais e federais, propondo o encaminhamento da questão. A resposta do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) é dada em 10 de fevereiro de 1943 e afirma que a cidade se encontrava “gravemente desconfigurada” e que o pedido de tombamento não parecia ser acertado. Não obstante, em função de “louvável aspiração”, o Diretor do DPHAN Rodrigo de Melo Franco de Andrade aponta para necessidade de se realizar estudos mais aprofundados, sendo que este seria realizado pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Tal estudo só foi realizado em 1948 por Edgard Jacinto da Silva, no qual evidencia que 65% das edificações da antiga capital não sofreram qualquer alteração e 30% passaram por mudanças parciais, sendo que as alterações mais comuns foram a substituição de beirais por platibandas. Somente 5% das edificações eram completamente estranhas ao partido arquitetônico encontradas”.

Paralelamente a este trajetória, de reconhecimento dos bens de valor material, igrejas, praças, casarios e prédios públicos, na virada do século XIX para o século XX, a comunidade local, especialmente a elite intelectual vilaboense, passou a se empenhar para a conquista de mais um reconhecimento público de sua singularidade e potencialidade enquanto lugar de memória da cultura goiana e, para tanto reuniu vasto material de referência para o dossiê de candidatura ao título de patrimônio da humanidade. Este dossiê teve como referência simbólica a vida e obra da poetisa Cora Coralina e a maestria da artista plástica Goiandira do Couto em pintar telas utilizando areias da Serra Dourada, culminando na titulação de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, em 2001.

Foi neste ambiente, entre 1999 e 2001, acompanhando e registrando em imagens a movimentação e empenho da elite local para elaborar este dossiê o qual seria encaminhado para avaliação técnica na lista de cidades patrimônio mundial, foi que me deparei com situações que me levariam a querer entender como esta comunidade reagiria a esta titularidade em relação às suas identidades culturais e se ocorreria variações expressivas no nível de pertencimento que o cidadão vilaboense poderia passar a sentir perante o seu território. Estava em transcurso uma transformação conceitual sobre o universo simbólico para esta comunidade que até então detinha a alcunha de cidade berço da cultura goiana, mas em vista estava a possibilidade de se tornar um lugar de importância e relevância para todo o mundo ocidental, uma considerável alteração no paradigma social.

Debruçando sobre o passado mais remoto desta comunidade o que se observa é que a relação do povo deste lugar com as interferências estrangeiras, nem sempre deixaram boas recordações, sendo uma das mais emblemáticas a façanha do bandeirante Anhanguera que ao ameaçar colocar fogo nas águas do Rio Vermelho, caso se a ele não fosse revelado os locais das minas de diamantes, resultou numa desconfiança para com as interferências externas a este território, algo de preocupação compartilhada coletivamente e muitas das vezes repudiada veementemente. Em outra ocasião, num passado mais recente, esta cidade entrou em um estado de abandono e esquecimento durante décadas, quando houve a transferência da capital do Estado de Goiás, da antiga Vila Boa para a cidade de Goiânia, cidade concebida e construída dentro dos parâmetros da arquitetura e urbanismo originários da moderna escola francesa. Estes dois fatos históricos, não bem vistos e também não bem digeridos pelos vilaboenses, repercutem no imaginário social do povo deste lugar e à época de minha aproximação com esta comunidade, vinham à baila durante as conversas que travei com populares e com a elite

cultural deste lugar, ora permeados por ressentimentos e ora embalados por uma camada de sentimento que popularmente pode-se considerar como “ironias do destino”.

Mas, como estas lembranças poderiam impactar no processo de aceitação de novas transformações socioculturais, sendo que não caíram no esquecimento e estavam manifestas em todas as camadas sociais desta comunidade? Partindo desta premissa, ainda que sem nenhuma formalidade acadêmica ou método de pesquisa, me empenhei em registrar, no suporte audiovisual, o modo de celebrar a vida e os saberes populares do povo deste lugar, suas inumeráveis festas religiosas e folguedos de toda sorte, ao longo dos meses que antecederam o dia do seu reconhecimento pela UNESCO, em 13 de Dezembro de 2001 e a consequente transição de lugar da Vila Boa de Goiás para mais um sítio de expressão internacional, hoje conhecida como Cidade de Goiás, Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.

Durante a realização destes registros iniciais, entre os anos de 2000 e 2001, percebia e ouvia dizer que as vestimentas e instrumentos musicais para celebração das manifestações populares estavam recebendo um aporte especial, recursos financeiros oriundos do governo estadual, para que fossem substituídos os figurinos e instrumentos musicais por peças novas e simultaneamente a estas benesses, os trâmites burocráticos e convencionais para aquisição de novos objetos e roupas, outrora demasiadamente lento e por vezes sem sucesso, naquela época se dava com uma agilidade até então sem. O rufar dos tambores da banda de música que acompanha a procissão do Fogaréu e as túnicas utilizadas pelos Farricocos, naquele ano de transição, ganharam maior timbre e cores vibrantes, por exemplo.

Em parte, pode se considerar serem estas ações de interferência e apoio às manifestações da cultura popular local, bastante positivas, pois boa quantidade destes objetos substituídos, naquela época, realmente já demonstravam, até por demais, as marcas do tempo. No entanto, para fazer valer o velho ditado popular “quando a esmola é demais o santo desconfia” pude também ouvir em alto e bom tom que “era para inglês ver.” Falavam assim se referindo ao corpo técnico de elaboração do dossiê, a elite local, e tão pouco tinham ideia de que a avaliação final seria realizada por outro corpo técnico, localizado para além-mar e provavelmente em língua estrangeira. De certa forma, foram assertivos na percepção de quais interesses, a quem é a que estas mudanças, embora muito bem-vindas, inicialmente atendiam.

Desse processo de transformação conceitual e simbólica, fui testemunha ocular tanto durante a sua fase de preparação quanto da fase da transição definitiva, mas vendo

a demanda coletiva local pela instalação da faculdade de medicina na cidade de Goiás, encabeçada pelo Frei Marcos, perder força e espaço estratégico de luta para a conquista deste título que boa parcela da população não compreendia o seu significado e relevância para o município.

Neste cenário, já consagrado como bem de valor arquitetônico e paisagístico, portanto um sítio histórico por conta de suas edificações e urbanismo preservados, portanto um patrimônio material de interesse nacional, ao longo de todos os meses de cada ano, emergia pelas ruas, becos e praças da cidade de Goiás um rosário de festas tradicionais e de datas comemorativas que compõem, até hoje, um vasto calendário festivo e bastante vigoroso. Diante a este quadro de profusão de eventos sociais, foi necessário que eu fizesse um recorte temporal para que no futuro eu pudesse me valer de alguns parâmetros objetivos para interpretação das cenas produzidas por mim, com interesse investigativo.

Optei por considerar as celebrações da semana santa na cidade de Goiás, primeiramente por entender ser este momento onde ocorre com grande intensidade a participação, tanto das principais associações de classe promotoras deste evento, quanto da população residente no centro histórico e periferias e ainda atraindo considerado número de turistas para a cidade, mas, sobretudo por já dispor de um vasto acervo de imagens com cenas dos registros que realizei no ano 2000, compreendendo todos os eventos que compõem este evento religioso que abarca três semanas consecutivas de celebrações em campo aberto e internamente nas igrejas, entre os meses de março e abril de cada ano, sendo realizada desde 1745.

Cerca de uma década após a conquista do título de Cidade Patrimônio da Humanidade, mais precisamente em 2013, me dispus a registrar novamente todas as celebrações que compõem este importante período de celebrações das tradições locais. Para tanto registrei a sequência exata das três semanas que compõem este evento religioso, sendo a primeira semana dedicada ao Senhor dos Passos, a segunda semana dedicada a Nossa Senhora das Dores e a terceira a propriamente dita semana santa, quando ocorre a famosa Procissão do Fogaréu, pois os cortejos e procissões acontecem sempre no mesmo itinerário e horário me permitindo assim enquadramentos de cenas que pudessem vir a ser contrastados com as cenas realizadas no ano 2000, possibilitando assim uma leitura crítica e objetiva.

A partir de então, passei a delinear uma linha de investigação do ponto de visto de análise de cenas do acervo pessoal que eu estava consolidando, comparando-as em

quantidade de elementos em cena (personagens) e deste exercício pude observar que, ao longo de praticamente uma década, o número de participantes havia diminuído, embora o contingente populacional no município houvesse aumentado, uma contradição se estabelecia visivelmente.

Passados seis anos, em 2019, retornei para acompanhar esta mesma celebração religiosa, mas desta feita como observador desprovido dos aparatos tecnológicos para registro de imagem e som. Pretendia a olhos nus e com ouvidos atentos buscar perceber e entender quais foram as razões que corroboram na sustentação de minha dúvida inicial acerca dos possíveis efeitos subjetivos e também objetivos acarretaria nesta comunidade após passar a ser detentora de um título de envergadura internacional, em contraposição ao título de singelo reconhecimento afetivo de cidade “berço da cultura goiana”

Nesta ocasião pude presenciar que o ritmo da caminhada pelas ruas de pedras do centro histórico da cidade, durante a procissão do Fogaréu, evento que atrai maior número de turistas, o ritmo das passadas dos Farricocos empunhando suas tochas em labaredas de fogo, havia sofrido alteração em sua cadência tendendo para uma desaceleração da frenética e já conhecida correria imposta pela banda de música que a acompanha. Fora isto, presenciei que o apagar das luzes da iluminação pública no centro histórico, anteriormente um verdadeiro *blackout* em quase toda as ruas do perímetro urbano do centro histórico, em 2019, constatei que apenas nas ruas por onde passa a procissão em busca de Cristo estavam apagadas, favorecendo que parte do comércio local, bares, restaurantes e lojas de comércio varejista, continuassem funcionando normalmente, algo antes não visto por mim nas várias ocasiões que estive presente a este emblemático acontecimento na cidade de Goiás.

Estas e outras impressões fruto de observação empírica e testemunhal farão parte da abordagem que utilizarei durante as entrevistas com pessoas da comunidade, representantes das associações responsáveis pela realização deste evento e também durante a aplicação e análise da coleta de dados da pesquisa de campo. Este material coletado será condensado em um produto no formato de um vídeo documentário, proposto como produto final deste projeto de pesquisa. A opção pelo suporte audiovisual, tanto para a coleta de dados quanto para a apresentação do produto final, está embasada nas abordagens teóricas de interpretação conceitual que este estilo de produção de conhecimento tem alcançado perante as discussões de sua validade enquanto fonte histórica.

O documentário, entre as inúmeras tendências audiovisuais, pode então passar a ser considerada uma das adaptações culturais desenvolvidas na evolução da espécie humana, onde, a questão do conhecimento da realidade assume posição destacada. Sua forma de produção aproxima-o do fazer investigativo que também está presente na ciência. (Souza, 2001:19).

Segundo Andrea Fonseca Feitosa, Hélio Augusto Godoy de Souza assume uma posição mais centrada na possibilidade de investigação da prática documentária e na capacidade dela de elaborar conhecimento válido sobre o real. “Não somente pelo ponto de vista do dispositivo tecnológico que revelaria fenômenos não observados pelo ser humano, mas também pelo processo de participação investigativa no próprio fenômeno que se pretende conhecer” (SOUZA, 2001:21).

No entanto, a participação investigativa na produção da etapa final deste documentário, que seria realizada durante os preparativos das celebrações da semana santa na cidade de Goiás no ano de 2020, devido a fatores externos, a produção de novas entrevistas, coleta de depoimentos e tomadas de cenas em conformidade com os enquadramentos realizados nos anos anteriores, 2000 e 2013, esta fase foi inviabilizada devido às medidas de isolamento social impostas pela pandemia do Vírus Covid-19.

No entanto, surgiu a oportunidade de trazer à luz das redes sociais, parte do material coletado por mim no ano de 2013, das celebrações da Semana Santa na Cidade de Goiás. Esta ação foi realizada com apoio da prefeitura municipal do município e agregou todas as instituições da sociedade civil organizada que são responsáveis pelas diversas manifestações de cunho religioso que ocorrem durante a semana santa. A população frequentadora destes festejos pode acompanhar pelas redes sociais do município, nos mesmos horários e dias programados anteriormente a pandemia do Covid-19, todos os eventos por meio dos vídeos que montei utilizando cenas do meu acervo pessoal.

De certa maneira, esta ação virtual de manutenção da realização de uma das mais expressivas tradições deste município, acredito que virá favorecer a fase de desenvolvimento da de pesquisa em campo, tanto na aplicação dos questionários, quanto na gravação das entrevistas para o documentário, pois foram através destes recursos tecnológicos, as redes sociais, que pude dar publicidade ao material do meu acervo e ao mesmo tempo desenvolver uma campanha de aproximação objetiva com a comunidade local e, assim acredito encontrar maior receptividade junto ao público alvo durante o

processo de coleta de material para a formulação final dos produtos, relatório técnico e vídeo documentário.

Desenvolvimento

Esta pesquisa, objetiva analisar este período que compreende estas duas recentes décadas, após a conquista deste título de patrimônio cultural da humanidade, através de uma abordagem transdisciplinar na qual o recurso audiovisual será empregado enquanto suporte para coleta de material e suporte do produto final, aliado ao desenvolvimento de pesquisa em campo fundamentada na aplicação de um formulário com perguntas e respostas que abrangem a subjetividade social constituída por esta comunidade a cerca da mais recente honraria institucional, a relação desta com o indivíduo singular e plural vilaboense, e a relação deste cidadão para com a sua identidade cultural e seu engajamento com as festas tradicionais, através de histórias orais.

Nesse sentido, podemos lançar algumas perguntas que ajudarão a orientar essa análise: a) o patrimônio tombado alterou a lógica do patrimônio vivido pela população vilaboense?; b) em que níveis o título de patrimônio impactou a noção de pertencimento do/a cidadão vilaboense com suas tradições?; c) Quais fatores promoveram a redução na participação popular nas celebrações populares? e d) a perda de pertencimento e redução da participação popular podem alterar a dinâmica da memória social da cidade de Goiás?

O estudo será fundamentado na proposta metodológica da pesquisa-ação, que pressupõe o estabelecimento de um processo social de cooperação entre os pesquisadores e a comunidade envolvida na pesquisa Severino, (2007) Tal processo pressupõe a resolução de questões e/ou problemas em que a comunidade apresente. Desse modo, adotamos a modalidade de pesquisa-ação, pois além de compreender a situação pesquisada, pretendemos intervir de maneira tal que esta possa ser modificada. Assim, o processo de pesquisa poderá auxiliar na reflexão da situação atual, propondo caminhos para que os cidadãos vilaboenses detentores de saberes tradicionais sejam encorajados a manterem vivas as suas práticas e rituais.

Através da memória é possível identificar os fatores associados à permanência ou descontinuidade das práticas e expressões culturais, repercutindo na noção de pertencimento em relação ao seu lugar. Segundo Michael Polak, a memória não tem alcance sobre os estados passados e não os restitui em sua realidade de outrora, senão em razão de que ela não os confunde entre si, nem com outros mais antigos ou mais recentes, isto é, ela toma seu ponto de apoio nas diferenças. Portanto, é preciso confrontar a

memória popular, reconstituindo a sua história através das lembranças, em um processo dialético, de explicar o presente através dos fatos ocorridos no passado, os quais ainda teriam influência sobre um futuro próximo. Com isso, corroboramos com Halbwachs (1950) quando diz que ao lado de uma história escrita há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência.

A memória pode ser considerada a base da cultura da sociedade. Dessa forma, a memória representa a história viva, expressa pela oralidade, em instâncias diferenciadas, a individual e a coletiva, articulando o que podemos chamar de memória social Halbwachs (1925). A memória é constituída através da capacidade do ser humano em perceber o outro enquanto humano, ou seja, na historicidade vivida com o tempo, o homem representaria a vida por meio da compreensão do outro segundo Bergson (1896).

Em estudos historiográficos a memória deve ser entendida como a reapropriação do passado histórico. Assim, a memória social é uma construção coletiva, resultado de reconstituições, a qual se distingue da memória histórica, fruto de reconstruções. Portanto, não há memória social possível fora dos quadros sociais, em que os homens vivem, fixando e recortando suas lembranças, que por sua vez, podem ser reconstituídas por Ricoeur (1991); Halbwachs (1990). A lembrança é em larga medida uma reconstituição do passado com ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstituições feitas em épocas anteriores.

Segundo HALBWACHS (1990) “A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou se quisermos, ao lado de uma história escrita há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência”. Portanto, os processos de lembranças e esquecimentos de uma comunidade podem ser tratados como a matéria prima para construção de uma narrativa audiovisual, traduzindo a lógica de manutenção do patrimônio vivido por esta comunidade.

Muitas vezes o patrimônio imaterial, ou seja, as celebrações e manifestações da cultura popular, e toda a sua dinâmica social, ficam à margem das medidas de salvaguarda. Essa dinâmica acaba sendo determinada pela proposta turística local, sendo que o que não atende ao apelo da injeção de moeda circulante nos cofres do município e comércio local fica restrito a pequenos grupos de populares, correndo sérios riscos de cair no esquecimento. Em síntese, se estabelece um conflito de interesses entre o município para o munícipe e o município para o turista e consequentemente a perda de sentido de

pertencimento por parte da população, o que pode no futuro breve, comprometer a vitalidade das manifestações culturais da cidade, como no caso da cidade de Goiás, conhecida como o “berço da cultura goiana” (Tamaso, 2007).

Considerações finais

Investigar aspectos do nível de percepção subjetiva de povo Vilaboense em relação a uma representação simbólica, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade que seu município detém, desde 2001, considerando os seus desdobramentos e efeitos subliminares apresentados ao longo desta trajetória de duas décadas, possibilitará uma análise sobre a função social que estas titularidades promovidas pelos órgãos oficiais, exercem sobre as comunidades envolvidas. Mesmo ciente de que os pedidos de reconhecimento de bens de valor patrimonial partem das comunidades, há de se considerar a quem atendem estes processos de patrimonialização e quais interesses estão envoltos nessas proposituras. O desenvolvimento desta pesquisa e os seus resultados, poderá vir a ser o cenário no qual onde aqueles que foram coadjuvantes do processo de elaboração do dossiê para a Cidade de Goiás se encontrem com aqueles que estiveram à margem deste processo, mas que voluntariamente e ou involuntariamente desenvolveram, depois de transcorridas duas décadas de convivência social, afetiva e também prática, percepções e sentimentos de pertencimento ou não, acerca desta conquista institucionalizada a partir de 2001.

Referências:

ANTONIO SANTANA DA SILVA, Luiz; CAMPANHA DE CARVALHO MADIO, Telma. Uma discussão sobre documento audiovisual enquanto patrimônio arquivístico cultural no Brasil. **Ibersid**, 2012.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice. **Editora Revista dos Tribunais**, v. 189, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Anthropos Editorial, 2004.

MODENESI, Jean Calmon. Tempo e espaço, mudança e movimento, percepção-sensação e lembrança em Henri Bergson. **Geografares**, n. 9, p. 1-28, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SOARES, Renata Ribeiro Gomes de Queiroz et al. Em territórios do patrimônio cinematográfico: cinema, memória e patrimonialização. 2014.

SOUZA, Hélio Augusto Godoy de. Documentário, realidade e semiose: os sistemas audiovisuais como fontes de conhecimento. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

TAMASO, Izabela Maria. Em nome de patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. 2007.

Sites acessados:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/362/> <acessado em 31/07/2021>

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371307904_ARQUIVO_ARTIGO_ANPUHDocumentariocomofontehistorica2013.pdf <acessado em 27/07/2021>

CINE TEATRO SÃO JOAQUIM: A IMPLEMENTAÇÃO DO PAC-CIDADES HISTÓRICAS

Poliana Alves da Silva⁵⁰⁸

RESUMO: O presente trabalho, tem como proposta apresentar o levantamento parcial dados referentes a análise da obra de requalificação do Cine Teatro São Joaquim, localizado na Rua Moretti Foggia na cidade de Goiás. A obra é fruto da política pública federal PAC-Cidades Históricas iniciada em 2013, abrangendo quarenta e quatro cidades de vinte oito estados, logo, desenvolvendo quatrocentos e vinte e cinco obras, sendo seis na cidade de Goiás. Dessa forma, objetiva-se compreender com essa pesquisa o processo de implementação da política pública no teatro. A realização da obra teve a duração de dois anos com investimento ultrapassando os dez milhões de reais, marcado pelas críticas por parte da comunidade da cidade, em relação a demolição do prédio. Assim, o trabalho está estruturado em duas partes, a primeira aborda o desenvolvimento das políticas públicas e a última foca no processo de requalificação do Cine Teatro São Joaquim.

Palavras-Chave: *Cine Teatro São Joaquim. Requalificação. PAC-Cidades Históricas.*

Introdução

O presente trabalho tem como proposta realizar uma breve exposição sobre a aplicação da política pública federal, Programa PAC-Cidades Históricas, iniciada no ano de 2013. Com foco na obra de requalificação do Cine Teatro São Joaquim, fundado no ano de 1957, no Beco da Lapa na Cidade de Goiás. Contudo, sua atual localização é na Rua Moretti Foggia, em função da demolição da primeira edificação, em 1930 após uma enchente.

Os dados obtidos são sobre o levantamento parcial advindos da análise dos mais de 100 documentos referentes ao processo de requalificação do Cine Teatro São Joaquim contidos no site do IPHAN, por meio do processo 01516.000982/2014-04. O recorte espacial da pesquisa é Cidade de Goiás, que recebeu título de Patrimônio Histórico da Humanidade em 2001, pela UNESCO.

Dessa forma, o período da análise contemplará os anos de 2013 até 2017, início da efetivação do Programa até a conclusão da obra no Cine Teatro São Joaquim. A realização da obra no edifício teve duração de mais de dois anos, ou seja, de junho de

⁵⁰⁸ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio - PROMEP/UEG- Campus Cora Coralina e bolsista nível stricto sensu do programa Próprio de Bolsas da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: polianaalvessilva07@gmail.com. Sob orientação da Dr. Keley Cristina Carneiro.

2015 até julho de 2017. A reinauguração foi realizada com a apresentação da 19º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA).

Durante o processo de requalificação alguns acontecimentos geraram questionamentos entre a comunidade sobre o processo de demolição. Mesmo se tratando de uma edificação moderna contem aspectos tanto da memória como da identidade da comunidade vilaboense. Logo, esta pesquisa pauta na análise e uma política pública, na implementação.

Políticas Públicas no âmbito cultural

As políticas públicas são desenvolvidas com o intuito de beneficiar a população. Existem várias áreas que são implementadas as políticas públicas, no campo da educação, saúde, moradia e também da área da cultura, como o caso do patrimônio cultural, tanto material como imaterial. Logo, diversos autores trazem em seus estudos diversas definições sobre Políticas Públicas. No entanto, "a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz" (SOUZA, 2006: 24).

A formação das políticas públicas é resultado de um longo processo, que teve seu início nos Estados Unidos na década de 1960. Motivado por duas vertentes distintas, a primeira refere-se aos governos que se encontravam em dificuldades perante a sociedade industrializada, induziram a criação de políticas. A segunda motivação foram os pesquisadores das academias do campo das ciências sociais, que ampliaram os estudos acerca do tema políticas públicas (HAM; HILL, 1993: 14).

Dessa forma, observa-se que o processo de desenvolvimento de uma política pública é longo e requer a passagem por várias etapas, alguns estudiosos apresentam cinco e outros até seis etapas. A primeira parte é a elaboração da agenda, a segunda, identificação dos problemas, a terceira, análise das alternativas, a quarta, seleção das alternativas, quinta, implementação e a última avaliação. (SOUZA, 2006: 29). Contudo, essa pesquisa ficará restrita a princípio a penúltima fase desse ciclo, que é a implementação. No Brasil as políticas públicas no campo do patrimônio cultural foram dar seus primeiros passos somente na década de 1930.

O Estado no Brasil inicia a realização das interferências no campo cultural com intuito de desenvolver a ideologia de uma nação, com uma concepção de uma cultural

oficial. Logo, este aspecto pode ser averiguado com a criação do curso de Museus no ano de 1932, também por meio do Decreto nº 22.928, de 1933 que estabeleceu o Ouro Preto como monumento nacional. Além desses dois pontos outra referência de mediação do Estado no campo cultural retrata a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN, que se passou a chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), denominação que permanece até os dias atuais e a criação do Museu de Belas Artes com a Lei nº 378 de 1937 (CORÁ, 2014: 1095).

Dessa forma, o Estado passa a interferir na realização de políticas voltadas à área da cultura. Processo gradativo que ao longo dos anos vem sendo aprimorado e ampliado. Outro ponto a ser destacado na ação do Estado frente ao campo cultural é a implantação do artigo nº 216 dentro da constituição:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Algumas políticas públicas no campo da gestão do patrimônio material que podem ser elencadas são: o Programa Cidades Históricas (PCH), o Programa Monumenta e o Programa de Aceleração ao Crescimento Cidades Históricas (PAC-CH). As políticas públicas são desenvolvidas a princípio baseadas no patrimônio material, "preocupam-se em manter preservada a visão cultural do Estado, por meio dos heróis nacionais e dos prédios históricos, mas também devem se atentar para a cultura cotidiana das pessoas, o saber popular, os modos de fazer, as relações sociais da comunidade" (CORÁ, 2014: 1103).

O Programa Monumenta/BID, teve seu início no ano de 1999 com duração de quatorze anos com a sua finalização em 2013. Logo, no ano de 1999 foi criado o Regulamento Operativo 1200/OC-BR-RO, alguns anos após a elaboração este foi revisado, ou seja, no ano 2006. Neste regulamento era apresentado todas as documentações referentes ao programa Monumenta. A proposta do programa era o desenvolvimento da recuperação e restauração de edifícios pertencentes à área de

implantação do programa. Outra proposta do programa era a realização de cursos de para a capacitação de indivíduos no campo do restauro, realização de atividades no campo educacional, preparação de agentes culturais e de turismo e por fim desenvolvimento de atividades que gerassem recursos econômicos para as cidades em questão. O primeiro passo para a seleção das cidades era realização da carta consulta que detinham as informações acerca das cidades, esse processo foi um pouco complexo. O programa Monumenta tem como proposta principal a manutenção dos aspectos originais dos imóveis, assim atraindo turistas para as cidades contempladas. Contudo, após a quatro anos houve uma modificação da proposta inicial. Logo, a partir de 2003 inicia análise particular de cada cidade, sendo algumas voltadas para os monumentos históricos e outras para móveis privados (CARNEIRO, 2014: 65-67).

Dessa forma, após a finalização do Programa Monumenta inicia a efetivação do Programa PAC-Cidades Históricas, porém com aspectos distintos, mas voltados também para o campo do patrimônio, ambos os programas são ações do governo Federal em nível Nacional.

O programa PAC-Cidades Históricas foi uma política pública de âmbito federal que ocorreu em quarenta e quatro cidades de vinte oito estados do Brasil. Realizou-se desse modo duzentos e vinte e cinco obras em todo o território nacional. O programa faz parte do Programa de Aceleração ao Crescimento(PAC) iniciado em 2007, como tudo o linha PAC-Cidades Históricas tem a proposta voltada aos sítios históricos.

Antes da efetivação desta linha ocorreram outras duas tentativas de realização da criação do Programa PAC-Cidades Históricas uma no ano de 2009 e outra no ano de 2011. Porém, somente em 2013 que o Programa PAC-Cidades Históricas foi efetivada, contando os valores gastos na Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Em primeiro momento foram enviados os editais para a seleção das cidades, que necessitavam realizar o desenvolvimento de Planos de ações que contavam com a participação da comunidade para a elaboração escolha dos locais a serem contemplados pela política pública em questão. (LEAL, 2017: 53).

Na cidade de Goiás, foco desta pesquisa, foram desenvolvidas seis obras. A segunda maior obra de investimento é a requalificação do Cine Teatro São Joaquim, bem cultural, objeto deste estudo.

A Requalificação Cine Teatro São Joaquim

A Cidade de Goiás está localizada a cerca de 145 quilômetros da atual capital do Estado, Goiânia, na microrregião do Rio Vermelho. De acordo com Tamaso (2007), a cidade de Goiás foi fundada pelas bandeiras paulistas que adentraram o sertão a procura de minas auríferas. Em 1725, Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido como “O Anhanguera”, inicia o povoamento do que hoje é a cidade de Goiás. Durante cerca de duzentos(200) anos Goiás foi capital do Estado, após a transferência da capital para Goiânia se inicia processo de tombamento de prédios de modo isolado em Goiás em 1950. Somente em 2001, que a cidade conquista o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Posteriormente a obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, a cidade passou a receber investimentos de várias políticas públicas de âmbito federal, o Monumenta e o PAC-Cidades Históricas, responsável pela obra de requalificação do cine Teatro São Joaquim.

O Teatro São Joaquim foi fundado em 1857 no Beco da Lapa, posteriormente em virtude de uma catástrofe proeminente da ação da natureza, esse prédio foi afetado enchente do Rio Vermelho que ocasionou danos em sua estrutura, que já não se encontrava em bom estado. Logo, foi necessário a realização da demolição do Teatro em 1930. "Sua estrutura era de pau-a-pique, e ficava contíguo ao Rio Vermelho, próximo à Ponte da Lapa no beco do mesmo nome, no local onde hoje se encontra o Hotel Casa da Ponte. Era quase da altura da Igreja da Boa Morte (PASSOS, 2018: 259).

Atualmente no espaço ocupado pelo Teatro está situado o Hotel Casa da Ponte antigo hotel municipal. Outro ponto a ser observado, é que antes da sua demolição o Teatro passou a ser considerado Cine Teatro, por ter sido incluído apresentações cinematográficas proporcionadas pela Cine Goyano, que ocupou as salas do Teatro de 1909 até 1917.

No ano de 1894 também ocorreu a tentativa da mudança da local do Teatro para o largo do Chafariz motivado pela busca de um espaço mais adequado, ou seja, para alguns freqüentadores o local era considerado perigo por ser um beco. No entanto, essa mudança não foi efetivada como é mostrado no trecho da reportagem do jornal a seguir "Mas dois obstaculos, não invenciveis, apparecem desde logo oppondo-se a satisfação d' esse desideratum: -1º o terreno pertence ao governo federal; 2º é destinado a construção da enfermaria militar" (GOYAZ, 1894: 03). Os dois pontos citados no jornal apontam para não efetivação dessa mudança. Porém, vale ressaltar que o Cine Goyano construiu seu próprio prédio nesse espaço, hoje, situa-se o correio da Cidade de Goiás.

No ano de 1930 é elaborado a Lei nº 914 que permite o Estado fazer a doação do Teatro São Joaquim para Superintendência Municipal da Capital, que posteriormente realiza a demolição do prédio que se encontrava em condições precárias. No ano de 1951 é construído o prédio do Cine Anhanguera na rua Moretti Foggia, pelo Sr. Djari Alencastro Veiga com base no projeto realizado pelo arquiteto Dr. Aluísio Jubé. No ano de 1988 o Estado realiza a obtenção do espaço do Sr. Juarez Godinho, começa-se assim um processo de adaptação da antiga edificação para a inserção do Teatro São Joaquim. Logo, no ano de 1992 no dia 15 de julho o teatro foi reaberto pela Fundação Cultural do Estado de Goiás (PASSOS, 2008: 266).

Além do Cine Teatro São Joaquim a Cidade de Goiás, abrigou vários outros espaços cinematográficos que permitiram a população da cidade a participação em peças teatrais, exibição de filmes e orquestras, pode-se citar entre esses o Cine Progresso, Iris, Luso-Brasileiro entre outros. Estes espaços marcam a memória da comunidade, foram fontes de lazer para uma população que não dispunha de quase nenhuma outra forma de entretenimento na época. Apesar de serem restritos a camada mais alta da sociedade em função do valor dos ingressos a serem pagos para assistir as apresentações.

Após a reinauguração do Cine Teatro São Joaquim em 1922, um dos momentos mais importantes da trajetória do Teatro está pautado no processo de requalificação, iniciado em 2015, pela Empresa Marsou Engenharia Erieli. A obra foi uma das seis ações desenvolvidas na Cidade de Goiás, além dessa Restauração do Casarão da Escola de Artes Veiga Valle, Requalificação da Sede da Diocese de Goiás – instalação do Arquivo Diocesano, Restauração do Casarão da Prefeitura Municipal, Restauração do Mercado Municipal e Requalificação da Ponte da Cambaúba.

Vale ressaltar que estes espaços não foram selecionados no desenvolvimento do Plano de Ação da Cidade de Goiás. Houve uma mudança em relação os espaços:

Apesar de a Portaria/Iphan/PAC CH n.º 383, de 20 de agosto de 2013, ter sido publicada ainda na vigência do Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural firmado entre o Iphan/GO e a Prefeitura Municipal de Goiás, nenhuma das obras de intervenção do PAC CH na cidade conferem com aquelas definidas no Plano de Ação do Município(RELATÓRIO nº 201603222: 08).

Outro ponto observado na análise da requalificação do Cine Teatro São Joaquim é que antes mesmo da conclusão do projeto básico, as obras já tiveram início:

Ressalvam-se, entretanto, os processos licitatórios de contratação da requalificação do Cine Teatro São Joaquim e da restauração do Casarão da Prefeitura conduzidos pelo Município de Goiás, cujas intervenções iniciaram sem que os projetos básicos e executivos estivessem prontos

e aprovados pelo Iphan, contrariando a Portaria/Iphan n.º 420/2010 (RELATÓRIO n.º 201603222: 11).

A demolição da edificação para a construção de um novo prédio também gerou críticas na comunidade. A demolição do teatro foi motivada pela busca da adequação da estrutura da edificação ao seu entorno, por ser um prédio construído em 1950, ou seja, possuía características modernas, divergindo desse modo do seu entorno. Em uma matéria publicada no Jornal Popular, o arquiteto e urbanista Dalmo de Vieira Filho ressalta que a demolição do teatro foi uma ação necessária:

Manter a todo custo algumas paredes, erguidas com descuido, sem considerar a natureza nem a qualidade de sua execução, seria trocar o senso comum por um determinismo fatalista, deslocado da realidade. Diante da precariedade do arcabouço existente, sem desdouro para o conjunto tombado nem para a memória da maioria dos moradores, foi legítimo priorizar a paisagem urbana e a qualidade da obra pública em curso - essa sim fundamental ao município (JORNAL POPULAR, 2016: 02).

O Cine Teatro São Joaquim não possuía um valor cultural baseado na sua estrutura arquitetônica, mas sim a partir da importância para a memória da comunidade, do seu uso e trajetória. De acordo com Nora (1993) a memória está nos lugares, ou seja, “lugares de memória”. Assim, o teatro mesmo não sendo uma edificação considerada histórica apresenta relevância cultural em virtude de ser um espaço marcado pela memória da comunidade, sendo o primeiro teatro da cidade e do centro-oeste, em que ocorreram as primeiras exhibições cinematográficas e também fonte de laser para uma sociedade que não dispunha de muitas outras atrações.

Vale ressaltar também que o IPHAN esclarece no ofício n.º 117/16 que a demolição do teatro foi proposta após a remoção do telhado, neste momento que os técnicos observaram que seria inviável a manutenção das paredes originais, pois a retirada do telhado comprometeu as estruturas das paredes e não resistiria a inserção do novo telhado, "Assim, reafirmamos que não havia instabilidade estrutural **antes** do início da intervenção. Há constatação de instabilidade das paredes laterais do Cine Teatro **após** a demolição da estrutura metálica da cobertura - que cumpria função de travamento dos panos de alvenaria (OFICIO n.º 117/16: 02).

Depois da demolição da estrutura do teatro foi realizada a ação de monitoramento arqueológico no solo, com intuito de verificar a existência de elementos arqueológicos no sub-solo. Todo esse processo foi feito minuciosamente pela equipe técnica da empresa arqueologia e vestígio, que encontraram inúmeros objetos, cachimbos,

pregos e vasilhas cerâmicas entre outros. Logo, é perceptível que naquele espaço, antes da construção da edificação do teatro, havia casas no local. De acordo com dados apresentados no relatório de monitoramento houve dificuldades por parte da equipe de realizar o trabalho, em função da grande quantidade de matérias da demolição, ou seja, vigas de ação, encanação entre outros, assim sendo considerado um solo perturbado. (1º RELATÓRIO DE MEDIÇÃO PROJETO DE MONITORAMENTO E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA RESTAURAÇÃO DO CINETEATRO SÃO JOAQUIM NA CIDADE DA GOIÁS, 2015: 19)

Como já foi dito, a duração da obra no Cine Teatro foi de dois anos, ao longo desse período foi realizado o processo de requalificação que teve um investimento de mais de dez milhões. Após a conclusão da obra são verificados vários problemas na estrutura da edificação, com presença de cupins, rachaduras e um dos mais problemáticos a infiltração na parte que fica localizada o gerador de energia. “ Vimos através do presente, comunicar a Vossa Senhoria que foi encontrado um sério problema no telhado do Cine Teatro São Joaquim, na parte da **sala do gerador e da sala de alta tensão**” (OFÍCIO 008/2018: 01).

Logo, a equipe técnica responsável pela realização das vistorias solicitou a empresa licitante a solução dos problemas. Além dos problemas já citados, foi notado que as edificações ao entorno sofreram com algumas rachaduras nas paredes, fator proveniente da realização da obra no teatro. Após a solicitação da equipe do IPHAN por meio do envio de vários ofícios os problemas foram solucionados.

Considerações Finais

Conclui-se, que o Cine Teatro São Joaquim recebeu investimentos do Programa PAC-Cidades Históricas no ano de 2015, com sua obra se abrangendo até 2017. Realizou-se nesse período uma série de intervenções no prédio, que levaram a comunidade a desenvolverem críticas a determinadas atitudes tomadas por parte dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento da ação e manutenção da preservação do centro histórico. Logo, pode-se pontuar que a demolição da edificação anterior não foi bem aceita em um primeiro momento por parte da população vilaboense.

Dessa forma, abordar o campo da preservação patrimonial requer cuidado para não ocasionar visões inadequadas em relação a ações desenvolvidas, seja elas de grande ou pequeno porte. Logo, a requalificação do Cine Teatro foi uma ação governamental

marcada por alguns imprevistos ao longo da sua execução, desde o questionamento da população em relação à demolição até problemas estruturais como rachaduras e vazamentos no telhado. A empresa contratada realizou a solução dos problemas identificados, a partir da solicitação apresentada nos ofícios elaborados pela equipe técnica do IPHAN. Contudo, a questão da demolição da edificação do teatro ainda não é bem aceita por uma parcela da comunidade, em virtude da perda da memória e identidade existente no antigo prédio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Política Pública em Goiás- Go: O Programa Monumenta/BID (1995 a 2013) & a recuperação dos imóveis privados**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. **Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública. 2014.

HAM, Christopher e HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas** [Book] trans. Dagnino Renato and Renato Amorim. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

LEAL, Sarah Floresta. **PAC CIDADES HISTÓRICAS: Implicações e repercussões de uma política pública federal de preservação**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG (Dissertação de Mestrado, 2017).

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo: PUC, SP, N.10, p.7-28, 1993.

PASSOS, Elder Camargo de. **Goyaz: de arraial a patrimônio mundial**. Goiânia: Kelps, 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TAMASO, I. **Em Nome do Patrimônio: Representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás**. (Tese de doutorado). Brasília: UnB, 2007.

FONTES

1º RELATÓRIO DE MEDIÇÃO PROJETO DE MONITORAMENTO E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA RESTAURAÇÃO DO CINETEATRO SÃO JOAQUIM NA CIDADE DA GOIÁS, 2015. Disponível em:

https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFB_I_9S3DJjGLl0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17er_GYJfOcrc-boqx9bDGf4Cw_4GYrccw6a3wUp1CheucAQF6HalbRkWB1B Acesso em: 18 de julho de 2021.

GOYAZ, Jornal. 1894, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

JORNAL POPULAR. O Cineteatro São Joaquim. 2016. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

OFÍCIO 008/2018. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFB_I_9S3DJjGLl0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17er_GYJfOcrc-boqx9bDGf4Cw_4GYrccw6a3wUp1CheucAQF6HalbRkWB1B Acesso em: 18 de julho de 2021.

OFÍCIO nº 117/16. Documentação técnica referente a obra do Cineteatro São Joaquim: Goiânia. 2016.

PROCESSO 01516.000982/2014-04. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFB_I_9S3DJjGLl0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17er_GYJfOcrc-boqx9bDGf4Cw_4GYrccw6a3wUp1CheucAQF6HalbRkWB1B Acesso em: 18 de julho de 2021.

RELATÓRIO nº 201603222. Qual foi o Trabalho Realizado? Controladoria Geral da União. Disponível em: www.portaldatransparencia.gov.br. Acesso em: 18 de julho de 2021.

NEOREALISMO: CINEMA E HISTÓRIA NA ITÁLIA NO PÓS SEGUNDA GUERRA

*Renato Moreira Araújo*⁵⁰⁹

RESUMO: Esse artigo pretende abordar a relação entre cinema e história através do neorealismo italiano, um movimento cinematográfico que apesar de sua duração breve teve grande impacto no cinema da Itália como a nível mundial. Fazendo uma descrição do cinema italiano ainda no período do fascismo mostrando as continuidades e rupturas que o neorealismo promoveu passando por seu apogeu marcado pelo filme “Roma Cidade Aberta” e por seu declínio quando ocorre uma desilusão dos cineastas com a expectativa de grandes transformações sociais ao mesmo tempo que a perda de público para essas produções. As fortes críticas da igreja católica e do governo e o esgotamento dessa estética neorrealista também são motivos para o seu término como movimento. Porém seu legado será mantido por uma geração seguinte de cineastas na própria Itália e outros países como França e Brasil.

Palavras-chave: *Cinema, História, Cinema Italiano, Neorealismo.*

1. Introdução

O neorealismo foi um movimento cinematográfico que surgiu logo após o término da segunda guerra mundial na Itália, após a queda do regime fascista, diante de várias cidades em ruínas e de um país assolado por problemas sociais como a pobreza e o desemprego. Um conjunto de filmes vão representar essas questões que estavam presentes naquele momento, apesar de uma grande diversidade temática e estética entre esses filmes e seus cineastas, eles compartilham características comuns que eram: um repúdio e interpretação crítica do período fascista, sendo maior exemplo “*Roma Cidade Aberta*”, que valorizava a resistência italiana quanto às dificuldades que passavam as pessoas e sobretudo da classe trabalhadora após o fim do conflito, como é representado por “*Ladrões de Bicicleta*”. Esses filmes, assim como outros do mesmo período, tinham como objetivo mostrar a realidade como ela é, se contrapondo ao cinema anterior italiano que era marcado por dois gêneros principais: as comédias chamadas “telefone branco”, que eram filmadas em estúdio e retratavam o estilo de vida das classes mais altas e que pouco tocavam em temas políticos mas eram bastante populares entre o público, bem como ao cinema puramente de propaganda, que glorificava o regime fascista como suas

⁵⁰⁹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), e-mail: renatomoreiracs@gmail.com. Orientador : Roberto Abdala Júnior.

políticas colonialistas e militaristas, tentando incentivar a mobilização das pessoas na guerra ao lado do Eixo, que por outro lado tentava resistir ao cinema de *Hollywood*, que depois de uma circulação bastante restrita dentro da Itália devido a uma política protecionista com a vitória dos Aliados, liderados pelos EUA, passou a dominar o mercado cinematográfico italiano.

O Neorrealismo era uma forma de cinema que se afastava das filmagens em estúdio, utilizando ocasionalmente locações, como também fazendo uso de atores não-profissionais, embora a utilização de atores famosos não tenha sido totalmente deixada de lado. Tal gênero cinematográfico consistia de produções que foram realizadas com pouco recurso, o que se relacionava tanto com a situação econômica precária que limitava a realização de grandes produções, como também pelos efeitos da guerra que causaram danos a diversos estúdios como a Cinecittá, que foi uma grande cidade cinematográfica criada por Musolinni e que era umas das maiores da Europa, comparada em nível mundial a Hollywood.

Tal gênero tratou-se de um movimento que surgiu em um contexto bastante particular e teve grande influência posterior no cinema a nível mundial, embora tenha tido uma duração curta pois logo no início dos anos 50 com a recuperação da economia italiana, houve o início de seu declínio, de perda da popularidade e de uma repercussão negativa, tanto na igreja católica, quanto no governo, por transmitir uma imagem negativa do país e coincidindo com a inserção de várias pessoas na classe média, diante de um público que foi perdendo interesse de ver as dificuldades das classes trabalhadoras e que ansiava por ver uma Itália mais moderna, que tinha acesso a vários bens de consumo e que buscasse deixar para trás a imagem de um país atrasado e essencialmente agrário, como o que seria retratado por exemplos nos filmes de Fellini e Antonioni, cineastas que começaram suas carreiras ainda no período neorrealista mas logo no seu começo mostraram certo distanciamento de suas características.

Não se trata de definir de forma exata o começo e o término do neorrealismo, porque existem diversas controvérsias onde ocorra o fim do movimento mas de como o cinema italiano é um registro e uma fonte documental desse período histórico, demonstrado através desse movimento cinematográfico e como ocorre a relação entre cinema e história, onde nos filmes aparecem essas relações e como as mudanças que

ocorrem ao longo do tempo, o declínio do neorrealismo se vincula a um contexto que anteriormente estimulou seu surgimento e incentivou uma geração de cineastas a fazerem um registro daquele momento se dava pelo fato que a Itália estava passando por diversos momentos de mobilização social e política, onde setores como partidos políticos e a igreja estavam em conflito e por disputas de poder, e os cineastas não estavam alheios a isso, existia um sentimento ainda que vago de grandes transformações sociais e apenas durante o final dos anos 40 e começo dos 50 que esse sentimento sofreu retração, com o maior poder de setores conservadores tanto na política quanto na igreja, bem como fatores internos ao mercado cinematográfico italiano, com a popularidade crescente de filmes norte-americanos com vertentes mais comerciais do cinema italiano, relegando aos cineastas neorrealistas italianos um espaço mais restrito, tanto com bilheterias menores, quanto a um certo boicote de seus filmes nos principais festivais, bem como um certo desencanto e esgotamento da fórmula neorrealistas, com os próprios integrantes posteriormente se afastando das características do movimento.

Esse artigo tem como base as ideias de Marc Ferro e Pierre Sorlin para discutir a relação entre cinema e história, por serem os principais autores que discutem de uma forma mais sistemática os filmes como fontes documentais históricas, pois a historiografia até então, relegara um papel menor aos registros do passado como apenas uma manifestação superficial de uma cultura de massa, que não tinha a mesma importância que os documentos escritos e fontes de mais credibilidade e mesmo os filmes considerados históricos, eram questionados mais por serem fiéis em menor ou maior grau aos acontecimentos do que reconhecer que o cinema tem uma linguagem específica que se diferencia da escrita histórica.

Marc Ferro deu atenção a essa questão para demonstrar a influência que as representações histórias traziam ao imaginário social para legitimar determinados regimes políticos, seja na Alemanha durante o nazismo, na União Soviética como também nos EUA durante a segunda guerra mundial e nesse caso será abordado o papel do fascismo, que foi bastante influente na indústria cinematográfica anterior ao surgimento do neorrealismo italiano, tendo o cinema uma dupla função de interpretar sobre determinados ponto de vista os acontecimentos passados como também um agente da história podendo influenciar o futuro. Por outro lado, ele pode ser utilizado para fazer uma “contra análise da sociedade” de olhar de forma diferentes os fatos históricos, de

uma forma alternativa tanto sobre o ponto de vista de regimes políticos como de uma historiografia considerada mais tradicional. Porém, embora Ferro tenha grandes contribuições em sua teoria não estabeleceu suas ideias de formas sistemáticas seus comentários sobre cinema estão reunidos em ensaios e coletâneas em que faz breve comentários sobre alguns filmes e que em certa parte se limitam a uma análise mais de conteúdo em que se discutem o enredo dos filmes e as representações históricas e os discursos ideológicos presentes nessas obras e não tanto a estética e a linguagem cinematográfica e como se houvesse uma correspondência direta entre o contexto histórico e social com os filmes. O que Pierre Sorlin vai se contrapor, dando valor a importância da história incorporar uma análise semiótica ao cinema reconhecendo as particularidades da linguagem cinematográfica que não são apenas reflexos de relações sociais, econômicas e políticas embora reconheça a importância desses fatores na influência sobre o cinema.

2. Cinema antes do neorealismo

Desde os primórdios do cinema, a Itália sempre foi uma indústria cinematográfica bastante produtiva na Europa, desde a era muda, sendo uma das pioneiras no gênero dos filmes chamados épicos que eram produção bastante caras com figurinos e cenários bastante luxuosos e que se passavam no período da era antiga.

Mussolini chegou ao poder na Itália durante a década de 20 mas como aponta Wagner Pinheiro (2003) em seus primeiros anos no poder, o seu governo não fez ainda grandes mudanças e intervenções no cinema mas de maneira gradativa foram criadas instituições e organizações com o objetivo de fazer o cinema de propaganda política sobretudo filmes documentais e os que eram chamados “cinejornais” que faziam propaganda do regime e traziam notícias da guerra sendo uma espécie de antecessor dos telejornais televisivos atuais.

A indústria de cinema italiana tinha uma particularidade que embora estivesse sobre um regime autoritário ela não era tão controlada pelo estado como na Alemanha Nazista ou União Soviética, tendo inclusive alguma participação da iniciativa privada o que dava espaço as produções mais comerciais e com o objetivo principal do entretenimento, embora vale ressaltar que ainda existia uma forte censura mas essas produções não abordassem diretamente questões políticas eram permitidas elas tiveram

grande sucesso de bilheteria até mais que os filmes mais de propaganda. Foi apenas apenas na década de 30 que vieram políticas mais fortes de fomento e proteção ao cinema italiano:

“Somente em 1934 o governo se dispôs a salvar os produtores cinematográficos italianos impondo certos limites nas exportações estrangeiras, fomentando a exibição de filmes italianos e estabelecendo um pequeno fundo para financiar certas produções. Além disso, buscou-se ressuscitar outros negócios em bancarota, ajudar a reequipar estúdios e a construir entre 1936-1937, o gigantesco complexo da Cinecittá. Também houve, através do Ente Nazionale Italiano Cinematográfico (Enic), uma iniciativa do Estado Fascista em outorgar créditos, subsídios e prêmios aos produtores e distribuidores de filmes. (Perreira, p.106, 2003).

Essas ações tinham o objetivo de fazer o cinema italiano competir com igualdade em relação a ao cinema norte-americano tanto nos investimentos em produção e recursos técnicos como a Cinecittá, que era uma cidade cinematográfica com uma grandiosidade comparável a *Hollywood*, foi nessa época em que se tornaram populares as comédias chamadas “telefone branco” que tinha esse termo porque o telefones brancos eram um bem de consumo que eram associadas às classes altas e que eram caracterizadas por cenários e figurinos luxuosos e por abordar temas mais escapistas sem conotação política o próprio Vittorio de Sica antes de se tornar um diretor neorrealista trabalhou como ator em filmes desse gênero.

Além desses filmes tanto de comédia quanto de propaganda, existiram outros filmes que adotavam temáticas diferentes e uma linguagem mais inovadora e que Mariarosaria Fabris (1996) aponta que podem ser precursores do neorrealismo, pois neles aparecem características que seriam relacionados ao movimento como o uso de locações, atores não profissionais, uso de dialetos regionais e temas que retratam o povo comum. Embora esses elementos aparecem nesses filmes, não dá para se colocar que sejam críticos ao regime não tendo ainda um discurso social e político tão coeso como o neorrealismo. O próprio conceito do que seja cinema fascista é descrito de forma pouco precisa pois pode se restringir diretamente apenas aos filmes mais diretamente de propaganda e que eram produzidos diretamente pelo estado como os documentários e os cinejornais, como poderia abarcar essas comédias “telefone branco” pois o regime fascista começou a perceber que essas produções propagandísticas não atingiram tanto sucesso comercial que as mais vinculadas ao entretenimento e que passam representações ideias

de forma mais sutil e mais eficientes ou no mínimo conformistas e escapistas que não fossem ameaça a sua legitimação ao regime:

“Pensar a produção do cinema efetivada durante o fascismo na Itália imediatamente suscita ao menos uma questão básica de imediato: a definição em si própria, implicando a proposição sobre a existência ou não de uma estética fascista. Concorde-se aqui com a postura adotada por Ricci para diferenciar “cinema produzido sob o fascismo” de “cinema fascista”. A primeira seria toda uma ampla gama de produções efetivadas durante o período, que vai de documentários institucionais a melodramas escapistas, de épicos históricos, já uma tradição do cinema italiano, a todo ciclo de filmes de guerra. Trata-se, enfim, de toda produção cinematográfica italiana efetivada durante o período. A segunda proposição certamente é bem menos fácil de ser identificada”. (Vasconcelos, 2011 p.3)

Por esses critérios teria se dificuldade de se definir por exemplo um filme como “*Obsessão*” de 1943 e que o filme de estréia de Luchino Visconti e que antecipa em vários aspectos o neorrealismo italiano pelo uso de locações, por representar pessoas simples é por abordar temas poucos usuais como o adultério é por transparecer uma sexualidade mais aberta e que por isso inclusive sofreu censura do governo fascista embora seja uma adaptação de um romance policial norte-americano chama “*O destino bate à sua porta*” de forma não oficial o que gerou seu banimento nos EUA por vários anos por problemas de direitos autorais.

Embora o neorrealismo tenha sido visto como um ponto de ruptura em relação ao cinema anterior da Itália ele não surgiu de forma espontânea, como se o regime fascista anteriormente tivesse deixado escondido ou reprimido totalmente um cinema inovador e que logo com o fim da guerra e a queda desse governo emergisse filmes que rompesse totalmente com o que feito antes, Cid Vasconcelos (2011) aponta que essa percepção foi influenciada por dois fatores principais, como um certo desconhecimento de boa parte dos estudiosos do cinema fora da Itália dessas produções no período fascista que raramente eram exportados para outros países eram direcionados mais ao público interno como também dos cineastas que rejeitavam os filmes feitos nesse período e tentavam esquecer esse período traumático e até evitar de trazer a tona questões controversas como o começo da carreira de Roberto Rosellini que realizou filmes de propaganda do fascismo e que depois teve fama a nível internacional, com filmes considerados anti-fascistas e anti-nazistas como “*Roma Cidade Aberta*” e “*Paísa*”, o que poderia prejudicá-lo com a imagem de cineasta símbolo da resistência italiana.

Por fim, essa experiência prévia durante esse período foi importante para esses cineastas no ressurgimento do cinema italiano que sofreu fortemente efeitos da guerra com a destruição dos estúdios e com uma forte crise econômica que trouxe enormes dificuldades no financiamento e produção de filmes onde os recursos e dinheiro eram mais escassos mas como veteranos souberam contornar essas adversidades e fazer obras com bastante apuro técnico e com uma linguagem inovadora.

3. O apogeu do neorrealismo

O filme *“Roma cidade aberta”* lançado em 1945 pouco tempo após o fim da segunda guerra é considerado o marco inicial do movimento e conseguiu tanto sucesso de público quanto de crítica, tornando conhecido o cinema italiano no exterior, em países como França e Estados Unidos. Apesar de não ser um filme tão esteticamente inovador como os seus sucessores - ainda vinculado a narrativa convencional do cinema clássico - apresentava um sentido de urgência no aspecto de representar a resistência italiana e de apresentar uma mensagem de união nacional em diversos setores na sociedade italiana principalmente em um momento em que foi formado um governo de união nacional, reunindo os mais diversos grupos políticos como católicos, comunistas, socialistas e liberais, o que é representado no filme através dos dois protagonistas: um simpatizante do comunismo, membro da resistência italiana e um padre católico, onde ambos deixam suas diferenças de lado para resistir a ocupação alemã:

“Situar o início do neorrealismo em 1945, ou pouco anos antes, indica-nos para a profunda relação que liga a vida e arte num contexto social convulsionado pela guerra. Como fato social total, a Segunda Guerra desencadeou um processo de renovação da sociedade italiana. Nesse sentido, surge a acepção de um “neorrealismo histórico”. (Mendes, 2018, p.2)

Pode se dizer que o neorrealismo faz uma crônica social deste período e que usa as imagens como um recurso de transmitir uma mensagem e um discurso, como se elas pudessem transmitir uma verdade e transparência aos fatos mas não como o cinema fazia até então. através da montagem pois para o neorrealismo isso era uma forma de induzir o espectador, que o objetivo seria o oposto através de plano sequências e de que câmera não deveria manipular, apenas registrar de forma objetiva isso se relacionava com teorias sobre cinema em voga na época, representada por André Bazin que apresentavam em seus escritos a defesa de um cinema realista e suas idéias tinham proximidade com os pontos de vistas desses cineastas, embora se possa ressaltar que o neorrealismo não tenha um

conjunto de ideias muito coesas e coerentes do que seria uma estética realista mas que convergem na recusa da montagem e de abrir espaço para a improvisação de atores e de uma narrativa mais livre, sem seguir de forma restrita a convenção das narrações clássicas e que antecipam o que se chamaria de cinema moderno.

Jacques Aumont ilustra bem essas ideias André Bazin:

“Segundo ele, essa “escola se caracterizava por uma filmagem em externas ou em cenários(em oposição ao artifício da filmagem em estúdio), pelo recurso a atores não profissionais(por oposição às convenções “teatrais” da atuação dos atores profissionais), por um recurso a roteiros que se inspiravam nas técnicas do romance americano e referindo-se a personagens simples(em oposição às intrigas clássicas bem “amarradas” demais e aos heróis de condição extraordinária), onde a ação se rarefaz(por oposição aos acontecimentos espetaculares do filme comercial tradicional). Finalmente, o cinema neorrealista teria sido um cinema sem grandes meios, escapando, assim, às regras da instituição cinematográfica, em oposição às superproduções americanas ou italianas antes da guerra.” (Aumont, 2017 p.136)

Aumont nesse texto vai questionar esses postulados, pois eles não aparecem de forma integral nesses filmes, como não são suficientes no sentido de trazer um grau maior de impressão de realidade isso não está tão errado no caso sobretudo de “*Roma Cidade Aberta*” que viola parte desses postulados, por diversas cenas filmadas em estúdios e contar com atores profissionais além de utilizar recursos do cinema clássico mas não deixa de trazer certas inovações no sentido de articular esses elementos com um discurso social e político que não tinha aparecido até então no cinema italiano. O mérito do filme é articular forma e conteúdo em tentativas que não foram tão bem sucedidas como foi mencionado anteriormente em que havia uma falta de harmonia entre uma estética que se colocava como inovadora e diferente com um discurso pouco crítico socialmente.

O neorrealismo tem uma consciência histórica de seu momento e “*Roma Cidade Aberta*” tem como inspiração em partes, acontecimentos que ocorreram durante a guerra em seu texto “Rossellini e o Neorrealismo”, Euclides Santos Mendes menciona que o personagem Dom Pietro é inspirado em um padre da vida real que pertenceu a resistência e foi fuzilado pelos alemães, como também a personagem Pina foi inspirada em outra pessoa que existiu e seu filme seguinte “*Paísa*”, segue a mesma linha onde acontecimentos e personagens baseados em fatos reais se mesclam com outros mais ficcionais, existindo nos filmes uma pluralidade de pontos de vistas do efeito na guerra

sobre a sociedade, ainda que personagens individuais, eles são construídos como arquétipos de representações coletivas seja dos guerrilheiros da resistência, do clero, do povo comum, da ocupação alemão ou então dos soldados dos aliados particularmente no caso de “*Paísa*” existe uma mistura entre crônica, ficção, reportagem superando a fronteira entre o documental e o ficcional.

O cinema de certa forma se relaciona com a realidade e o neorealismo tem a ideia de diminuir a distância entre ambos, não de uma forma simplista e mecânica, como se existisse uma forma de trazer e duplicar a realidade e sim no sentido de trazer a complexidade do real que nunca aparece de forma transparente e simples o que o distingue do naturalismo, o que André Bazin (2014) sempre coloca que a realidade é ambígua e interpretada das mais diversas formas o que significa que o realismo de Rossellini é diferente do de Vittorio de Sica e Cesare Zavattini como também se diferencia em relação a Luchino Visconti o aspecto em comum compartilhado por eles e terem realizados seus filmes durante o mesmo período e que seus filmes fossem permeados por questões parecidas, porém suas diferentes trajetórias influenciavam suas diferentes interpretações daqueles acontecimentos.

Pierre Sorlin discute essa relação entre cinema o mundo real da seguinte forma:

“El mensaje no es la duplicación, la reproducción “de tamaño natural” de los datos observables, sino la transformación de estos datos conforme a principios admitidos en el seno de una formación social. Antes de descifrar un mensaje, conviene saber cómo está compuesto, qué preceptos obedece, lo que no equivale a encerrarse en el dominio de la forma; por ejemplo, a limitarse, si no ocupamos del cine, a las recetas técnicas; la construcción filmica es el proceso por el cual el cine de una época capta un fragmento del mundo exterior, lo reorganiza, le da una coherencia e produce, a partir de ese continuo que es el universo sensible, un objeto determinado, cerrado, discontinuo y transmisible; en otros términos, la construcción funda la imagen cinematográfica de la sociedad, la sociedad tal como se la muestra en el cine.” (Sorlin, 1985 p.230)

O cinema não capta e nem pode reproduzir o real em sua totalidade mas apenas um fragmento, ou seja o cinema neorealista italiano não é um reflexo de tudo que ocorria na Itália naquele período e sim uma parcela, uma parte, tanto que a produção cinematográfica naquele período nesse país estava bem longe de ser em sua maioria de filmes neorealistas existiam comédias e melodramas também que faziam as vezes até bem mais sucesso comercial. Apesar disso é inegável que o neorealismo abordava com

bastante detalhes questões que apareciam naquele momento, como reconstruir uma nação abalada pelo período do fascismo, assim como lidar com a miséria e o desemprego de boa parcela da população e com o abandono de crianças e idosos, problemas presentes nas grandes cidades mas houveram filmes que descreviam questões também do campo, sobretudo no sul da Itália considerada uma região essencialmente agrária e pouco industrializada em relação ao norte mais urbano e desenvolvido que remetia a histórica questão meridional.

Cada cineasta priorizou mais algumas dessas situações e através de Mariarosaria Fabris pode se dizer que dentro dos três principais diretores neorrealistas, pode se afirmar que Roberto Rossellini deu destaque aos efeitos da guerra na população e da ocupação alemã nos filmes “*Roma Cidade Aberta*”, que Vittorio de Sica enfatizou os problemas sociais como desemprego da classe trabalhadora como em “*Ladrões de Bicicleta*”, o abandono de velhos e crianças em “*Vítimas da Tormenta*” e em “*Umberto D*” e Luchino Visconti abordou o sul da Itália e as condições precária dos trabalhadores rurais em “*A Terra Treme*”, assim como outros cineastas abordaram um desses temas mencionados.

O filme “*Roma Cidade Aberta*” foi o que obteve maior sucesso de público e crítica, pois ia de encontro aos anseios e esperanças presentes na época no entanto as produções seguintes foram obtendo sucesso comercial mais moderado como “*Ladrões de bicicleta*” que apesar de um forte sucesso no exterior teve uma repercussão mediana na Itália o que é mencionado por Pierre Sorlin (1998) no artigo “*La sociedade italiana ante el Neorrealismo*” em que o primeiro filme lucrou praticamente cinco vezes mais que seu preço de custo, enquanto o segundo seu faturamento foi o dobro de seu orçamento um desempenho até bom no entanto não tão expressivo como o anterior, enquanto “*Terra Treme*” de Visconti teve um desempenho bastante modesto comercialmente.

Os anos de 1945 a 1948 podem ser considerados como o período de apogeu do neorrealismo, apesar das objeções mencionadas, como a de que ele esteja longe de ser representativo de tudo que era feito no cinema italiano e de maior sucesso comercial. Nessa fase em que a dimensão social aparece de forma mais direta e evidente em que esses cineastas fazem uma contra-análise da sociedade nos termos que coloca Marc Ferro (1992) pois se inicialmente “*Roma Cidade Aberta*” foi celebrado pelos mais diversos grupos sociais como um filme relevante tanto pelo governo, como tanto por católicos e

comunistas, era um momento em que existia um consenso social ainda que mínimo na reconstrução social e havia um governo de coalização que reunia diferentes forças políticas de superar uma mancha do passado, um filme vale ressaltar que não ficou isento de controvérsias por omitir o colaboracionismo de parcela de italianos com a ocupação alemã colocando os apenas como vítimas como também o papel de resistência da igreja católica não era em sua totalidade aos alemães.

4. Declínio do neorrealismo

A causa do declínio do neorrealismo são as mais diversas e se relacionam tanto com questões sociais, dentro da própria indústria cinematográfica italiana, quanto artísticas no sentido de um esgotamento e saturação da estética neorrealista e com a busca de formas novas de fazer filmes.

As primeiras se relacionam com as mudanças da sociedade italiana que após um período de crise econômica e de pobreza e desemprego em níveis alarmantes depois da segunda guerra mundial, iria apresentar nos anos 50 uma retomada do crescimento econômico o que se vai chamar de “milagre italiano”, onde o país vai passar de uma sociedade até então de maioria agrária por um forte processo de urbanização e de mobilidade social onde várias pessoas vão passar para a classe média e passam a ter acesso a diversos bens de comuns e aquelas representações que era comuns nos filmes neorrealistas, de uma multidão de pessoas miseráveis com cidades em ruínas e com costumes tradicionais, será rejeitado tanto pelo governo quanto pela sociedade, os filmes de Fellini e Antonioni mostraram bem esse momento onde automóveis, motocicletas serão bens de consumo bastante presentes e desejados, além de um estilo de vida mais sofisticado .

O segundo motivo se refere a mudanças na indústria cinematográfica italiana, onde depois de um período inicial de sucesso comercial os filmes do neorrealismo foram tendo um público cada vez menor, sendo “*Umberto D*” considerado a última grande obra de grande relevância desse tipo, que porém em sua época de lançamento foi um enorme fracasso e uma evidência que o público em geral não sentia mais vontade de ver os problemas sociais do país dentro da tela do cinema, procurando refúgio nas comédias e melodramas como aponta Pierre Sorlin (1998), outro problema eram as fortes críticas

vindas tanto da igreja quanto do governo que o neorrealismo mostra uma imagem negativa do país, o primeiro ministro Giulio Andreotti inclusive escreveu um texto analisado de forma negativa “*Umberto D*”, que ele trazia um retrato distorcido da Itália e conclamando que suas produções deveriam trazer um discurso mais otimista e uma representação positiva do país. A concorrência de Hollywood era outro problema para o cinema italiano, pois depois de um período no fascismo sobre uma legislação bastante protecionista para os filmes nacionais o fim do regime e com a ajuda econômica feita pelos EUA através do plano Marshall, houve uma pressão por uma política mais flexível a entrada de filmes americanos o que prejudicou a presenças maior desses filmes nos cinemas. O neorrealismo teve que se defrontar com o cinema de *Hollywood*, como também com as produções mais comerciais do próprio país.

No âmbito mais artístico e estético houve um gradativo distanciamento dos cineastas aos postulados do neorrealismo, onde as temáticas sociais sobre uma perspectiva realista foram sofrendo transformações sendo incorporando outros elementos, o que é demonstrado pelos filmes lançados em 1950 que mostraram uma transição como “*Stramboli*” de Rossellini, onde aparece de forma clara uma tendência que seria abordada em seus filmes seguintes, de deixar de lado a dimensão social diretamente e abordar questões mais existencialistas e religiosas, dando foco a temáticas individuais. “*Milagre em milão*” de Vittorio de Sica, ainda se mantém fiel ao abordar problemas sociais e nesse filme, seus personagens são sem-tetos, porém aparecem diversos elementos fantásticos e até cômicos, ele retornaria ao neorrealismo mais típico em “*Umberto D*”, ainda no entanto esse filme já aponta direções futuras do seu cinema de flertar com a comédia e se afastar do dramas neorrealistas. Em “*Belíssima*” Luchino Visconti em certos momentos vai se aproximar do melodrama o que se tornaria uma tendência em seus filmes seguintes através de seus filmes de época que retratam o passado da Itália.

Para Mariorosaria Fabris(1996) o projeto neorrealista não conseguiu concretizar seus objetivos:

“O erro do neo-realismo foi o de não ter sabido transformar a “ética da estética” em “estética”, apesar de acreditar tê-lo feito; consequentemente, a unidade ética começou a apresentar rachaduras quando as esperanças democrática do imediato após-guerra desvaneceram; rompeu-se diante do impacto da vontade restauradora do moderantismo centrista e das contradições da esquerda marxista; dissolveu-se sob a pressão daquela estética (aparentemente) sem ética”,

empenhada com suas funções consolatórias em preservar o status quo, e que, para melhor desempenhar seu papel, acabou por assumir as aparências do neo-realismo.(Fabris, 1996, p.147)

As diferentes causas para o seu declínio são relacionadas as causas apontadas anteriormente, que ajudam a entender porque o neorrealismo surgiu e teve um período em que teve uma boa recepção na Itália, sobretudo com “*Roma Cidade Aberta*”, onde as ideias do movimento tinham convergências com as expectativas da sociedade, algo que não durou muito tempo, com o surgimento de conflitos, porque o contexto social da Itália nos anos 50 sofreu grandes transformações, aquela situação social e histórica que aparecia representada não era mais a mesma, surgindo uma falta de sintonia entre os cineastas e o público o que é mencionado por Mariorosaria Fabris e Pierre Sorlin, através da menção das bilheterias, da imprensa, da igreja católica, do governo, críticos de cinema que eram de uma certa indiferença ou de rejeição desses filmes que recebiam maiores recepções fora da Itália, em países como EUA e França onde o termo neorrealismo sempre foi considerado um termo vago e pouco definido mas que apesar disso foi bastante influente no cinema a nível mundial posteriormente.

5. Conclusão

Cinema e história são duas partes inseparáveis quando se fala desse movimento, pois esses filmes foram feitos para registrar acontecimentos no calor daquele momento, são documentos históricos ainda que dentro da narrativa ficcional. O neorealismo teve uma duração efêmera, justamente por ter surgido em um momento único como foi a segunda guerra mundial de rupturas e transformações quando houve posteriormente a recuperação econômica o neorrealismo perdeu em parte, as suas motivações ainda que se mantivesse seus ideais aparecia uma certa desilusão e frustração com um país que deixou de lado um sentimento de união e solidariedade composto por pessoas da classe trabalhadora, para adotar valores mais individualistas e consumistas e que ascendia as classe médias. O seu legado nem por isso foi esquecido, influenciando uma geração posterior de cineastas italianos como de outros países como França, Brasil que adotando os seus postulados, ressignificando-os aos seus contextos locais.

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques, BERGALA, Alain, Marie, Michel, Vernet, Marc. **A estética do filme**. Campinas: Papirus Editora, 2017.

BAZIN, André. **O que é o cinema**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

FABRIS, Mariarosaria. **Neo-realismo italiano in: História do cinema mundial (org)**
MASCARELLO, Fernando. Campinas: Papirus editora, 2006.

FABRIS, Mariarosaria. O neo-realismo cinematográfico italiano. São Paulo: Edusp, 1996.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

MENDES, Euclides Santos. **Cinema, história e memória na Itália do Pós-guerra** in: Comunicação audiovisual do Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, XX, 2018, Vitória da Conquista p. 1-14.

PERREIRA, Wagner Pinheiro. **Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, franquismo e salazarismo**. História Questões & Debates, Curitiba, número 38 p.101-131, 2003.

SORLIN, Pierre. **La sociedad italiana ante el neorrealismo**. Comunicación y sociedad, Pamplona Vol XI número p.91-103. 1998.

SORLIN, Pierre. **Sociología del cine: La apertura para la historia de mañana**. Cidade do México: Fondo de cultura económica, 1985.

VASCONCELOS, Cid. **Qual realismo é o novo?: Estratégias de afirmação das origens do neorrealismo no discurso crítico do pós-guerra na Itália e na França**. Revista caderno comum, Santa Maria vol 20 n.2 p.2-19, maio/agosto, 2016

“QUERO ÁGUA PARA BEBER” – A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA POTÁVEL NAS DIVERSAS SOCIEDADES: A PRIVATIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Sara Franciene de Oliveira ⁵¹⁰

RESUMO: Objetivamos nesse trabalho elucidar e discutir sobre o reconhecimento da água como direito fundamental implícito constitucionalmente em virtude da sua manifestação como princípio universal de direito humano em face à privatização desse bem comum. Para atingir tal desiderato, inicialmente procurou-se estabelecer uma linha de estudo acerca da teoria geral dos direitos fundamentais e sua aplicabilidade. Na sequência, procurou demonstrar acerca da institucionalização do meio ambiente ecologicamente equilibrado no rol da ordem social e seu valor constitucional. E por fim, estabeleceu-se um debate acerca da privatização da água e suas implicações e consequências frente ao posicionamento de que esta pode ser vista como produto e não como um bem compartilhado por todos. Como referencial teórico, optou-se por uma pesquisa essencialmente bibliográfica, em doutrinas modernas que tratam o assunto e na legislação pertinente, utilizando para tanto, o método de pesquisa dedutivo.

Palavras- chave: *Água; Dignidade da Pessoa Humana; Direito fundamental; Meio Ambiente; Privatização.*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como tema o reconhecimento da água enquanto direito fundamental⁵¹¹ inerente ao homem em contraste à privatização desse bem comum⁵¹², dotado de valor social e o sustentáculo da vida na terra. Sendo fator

⁵¹⁰ Mestranda em História pela Universidade Federal de Catalão/UFCAT.Catalão- GO

Email:oliveirafarsara@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Jeanne Silva

⁵¹¹ Dimoulis e Martins (2012, p. 39 e p.40) lembram que a acepção “direitos fundamentais” decorre de se tratarem de direitos garantidos pela Constituição e por regerem a organização político-social do Estado, enquanto instituição. E acrescentam que o teor genérico e abstrato possibilita uma abrangência maior de direitos, que se propagam dentre vários campos.

⁵¹² 1º da Lei nº 9.433/97, a Política Nacional de Recursos Hídricos I – a água é um bem de domínio público; II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

limitante ao desenvolvimento sustentável, *pari passu* que caracteriza a positivação universal dos direitos naturais e inalienáveis ao ser humano⁵¹³.

O acesso equânime a esse bem universal é uma necessidade vital e elemento primordial garantidor de condições mínimas de dignidade e qualidade de vida humana, sendo fonte primária de existência.

Essa peculiar conexão entre o ser humano e a natureza nos remete a refletir sobre qual a real importância da água na história ambiental, social e universal. E tal reflexão nos direciona ao entendimento de que a água é a principal protagonista neste cenário de existência humana, por ser a seiva que alimenta a vida. A essencialidade primordial da água a caracteriza como *fortiori*⁵¹⁴ de direito fundamental coadunada à proteção da dignidade da vida e história humana.

Como problemática do assunto, abordaremos que a água é um direito fundamental inalienável, dado que o interesse do povo necessita estar em consonância com a gestão do Poder Público.

Considerar a água tratada como um produto comercial, convém o grande capital, ou seja, a subversão política e econômica pela privatização desse bem comum e universal.

Consequentemente, é possível estabelecer um questionamento acerca dos fatores condicionantes e determinantes no que diz respeito a privatização da água, sendo: Quais serão as implicações e consequências frente ao posicionamento de que a água pode ser vista como produto e não como um bem compartilhado por todos? A água é um direito ou produto comerciável? Ao privatizar a água solucionar questões como os problemas de escassez, desperdício no uso e gerenciamento dos recursos hídricos? Se é um direito fundamental qual a intenção em cedê-lo a iniciativa privada? Não estaríamos diante de uma comercialização da água, isto é, as transacionais não estariam interessadas no potencial de mercado que esta possui? Se a água não sofre crise de procura e sempre terá clientela, não estaríamos diante de um monopólio entre quem utiliza e os donos da água? E por fim, qual seria a resultante da privatização da água em face as populações menos favorecidas?

⁵¹³ Se o legislador constituinte procedeu à classificação de meio ambiente, e sendo a água um de seus elementos constitutivos, a ela se aplica a mesma classificação, sendo, portanto, bem público de uso comum do povo, fazendo com que se aplique à água o enunciado do caput do artigo 225 da CF/88. (MACHADO, 2000, p.421)

⁵¹⁴ Com maior razão, ou por maior razão, ou, ainda, com mais forte razão. (Enciclopédia jurídica)

Dessa forma, se faz necessário refletir e construir um entendimento histórico ambiental, legal e doutrinário sobre o reconhecimento da água enquanto direito fundamental, representado pela positivação dos direitos naturais e inalienáveis da pessoa enquanto ser humano e seu pertencimento e incorporação ao texto constitucional. Os quais regram a sistematização político-social do Estado, na qualidade de instituição, revelando o revestimento próprio de que serão respeitados, efetivados e concretizados.

Vale ressaltar, que os direitos fundamentais representa um sistema democrático ao limitar a ação dos cidadãos e até mesmo do Estado, no intuito de que nenhuma conduta venha tocar ou burlar a essência desses direitos, exteriorizando o valor contido ao expressar o princípio do reconhecimento e proteção da dimensão de direitos fundamentais.

Compreende-se que os direitos fundamentais formam a construção terminante ao patrimônio comum da humanidade pela sua trajetória gradativa ao consagrar-se no âmbito do direito constitucional e no direito internacional, isto é, o chamado direitos humanos. O meio ambiente como bem tutelado revela seu papel principal como direito fundamental da pessoa humana e a transcendência da norma constitucional entoa supremacia ao princípio maior, que é a geração de seu amparo e proteção no ordenamento jurídico.

A água é um direito fundamental implícito constitucionalmente em virtude da sua manifestação como princípio universal de direito humano. Ademais, é um recurso ambiental e sua essencialidade está intrinsecamente ligada à vida, refletindo-se em todo o sistema jurídico como basilar perante ao respeito à dignidade e subexistência humana.

Destarte, a água é um bem dotado de valor histórico, social e a vitalidade da vida na terra, fator limitante ao desenvolvimento sustentável, visto que caracteriza a positivação universal dos direitos naturais e inalienáveis ao homem. E o acesso equânime a esse bem comum é uma necessidade vital e elemento primordial garantidor de condições mínimas de dignidade e qualidade de vida humana, sendo fonte primária de existência.

Nesse sentido, compreende-se que esse direito inerente ao homem propicia o desenvolvimento sustentável, fortificado constitucionalmente como um direito medular no qual consolida a construção da cidadania ambiental e ecológica, onde os atores sociais de forma harmonizada têm a respeitabilidade e garantibilidade de alicerçar a vida de maneira digna com o ambiente e encontrar equilíbrio e coexistência entre si.

Conquanto, a água é notoriamente assentida como direito fundamental e inseparável na relação histórica do ser humano, ou seja, não se pode atribuir outra característica ou sentido a ela. Nessa perspectiva, de interesse global, a água é essencial à continuidade da vida e a justificativa daqueles que detêm o grande capital é de que fator do desperdício no uso e gerenciamento dos recursos hídricos fundamentaria a mercantilização da água, porém, um argumento sem fundo de verdade ao passo que o real interesse se dá pelo potencial de mercado que a água lhes fornece.

Outrossim, evidente a intenção das transnacionais pelo simples fato de ser um bem essencial e insubstituível que não sofrerá pela falta de procura, quer dizer, em outras palavras, sempre terá clientela. Dessarte, ao se tornar um monopólio cria-se uma sujeição entre aqueles utilizam e os “donos da água”, e a partir do momento que o poder público cede a privatização desses serviços, o resultado será a descaracterização do poder de autodeterminação dos cidadãos contrastado ao poder econômico.

O Estado não pode eximir-se do dever legal de cumprir com a sua função, redirecionando a responsabilidade estatal para as corporações privadas, globalizadas e mercados financeiros, uma vez que é o seu papel possibilitar e propiciar o acesso à água a todos e garantir todos os direitos básicos aos cidadãos.

Ademais, objetivamos discutir neste ensaio acerca do reconhecimento da água como direito fundamental implícito constitucionalmente em virtude da sua manifestação como princípio universal de direito humano traçando uma reflexão quanto a importância histórica ambiental, isto é, notória mudança expansiva da percepção humana e maneiras de pensar em face à privatização desse bem comum.

Bem como, construir um olhar sobre a água enquanto direito fundamental e inalienável do ser humano, com vistas à promoção de uma consciência crítica e interventiva entre todos os sujeitos da sociedade na luta contra a subversão política e econômica pela privatização desse bem comum e universal.

Nessa condução, consideramos que se torna imprescindível que o interesse comum da sobrevivência da humanidade venha estar acima da subversão política e econômica cega pela ambição, a fim de transmutar o liame entre sociedade, ser humano e natureza, ao subordinar-se aos princípios integradores no aspecto probó, social e protetivo da dignidade da pessoa humana.

1 TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os direitos fundamentais representam o alicerce do constitucionalismo contemporâneo, o qual representa a positivação dos direitos naturais e inalienáveis da pessoa enquanto ser humano. Tal processamento se dá na forma em que tais direitos são ascendidos à iminência, visto que se encontram incorporados no cume do ordenamento jurídico, isto é, a Constituição.

O pertencimento de tais direitos no texto constitucional revela o quão está revestido de supremacia, o que lhes confere a garantia de que serão respeitados, efetivados e concretizados, os quais vinculam o Estado, visto que organizam as interações entre os próprios particulares e dos particulares com o Estado, gerando esferas de proteção, prestação e intervenção. Em relação à questão da positivação⁵¹⁵, Canotilho (2003, p. 377) observa:

Não basta qualquer positivação. É necessário assinalar-lhes a dimensão de Fundamental Rights. Colocado no lugar cimeiro das fontes do direito: as normas constitucionais. Sem essa positivação, os direitos do homem são esperanças, aspirações, ideias, impulsos, ou até, por vezes, mera retórica política, mas não direitos protegidos sob a forma de normas [...] de direito constitucional.

Na mesma ótica, Dimoulis e Martins (2012, p. 39 e p.40) lembram que a acepção “direitos fundamentais” decorre de se tratarem de direitos garantidos pela Constituição e por regerem a organização político-social do Estado, enquanto instituição. E acrescentam que o teor genérico e abstrato possibilita uma abrangência maior de direitos, que se propagam dentre vários campos.

Além disso, ressaltam que pela força jurídica conferida à espécie, há o revestimento desta como “mínimo de direitos garantidos, podendo o legislador ordinário acrescentar outros, mas não tendo a possibilidade de abolir os tidos como fundamentais” (DIMOULIS; MARTINS 2009, p. 119).

Oportuno se torna dizer que os direitos fundamentais são característicos do sistema democrático, limitando a ação dos cidadãos e do próprio Estado, que diante da existência destes direitos não pode gerar nenhuma ação que burle os mesmos (MORAES, 2001, p. 56).

Nesse aspecto, Sarlet (2012, p. 100 – 103) postula ser este o valor contido neste princípio, enquanto expressão da liberdade humana de se projetar enquanto sujeito de

⁵¹⁵ O processo de positivação está ligado à questão da fundamentalidade dos direitos, que pode ser formal ou material. A fundamentalidade formal decorre do fato daquele enunciado estar prescrito pela constituição e ter força jurídica constitucional. Já a fundamentalidade material implica no reconhecimento de direitos fundamentais que não estão geograficamente localizados no texto constitucional. Sobre o tema, cf. Canotilho, p. 379 – 380 e Dimoulis; Martins, p. 40.

direitos, que exige o reconhecimento e proteção dos direitos fundamentais, consoante formar o norte axiológico da ordem jurídica.

Como definição de Direitos Fundamentais, Silva (2001, p. 182), ensina o seguinte fundamento:

No qualitativo fundamentais acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem sobrevive; fundamentais do homem no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados. Do homem, não como macho da espécie, mas no sentido de pessoa humana. Direitos Fundamentais do homem significa Direitos Fundamentais da pessoa humana ou direitos fundamentais.

Consequentemente, há uma relação de que os direitos fundamentais são direitos jurídicos positivados numa ordem de status constitucional, ou seja, incorpora-se direitos considerados inalienáveis e naturais do indivíduo numa dimensão de Fundamental Rights, ou seja, normas constitucionais (CANOTILHO, 1998, p. 347).

De acordo com Alexy (2003, p. 94), os direitos fundamentais, na condição de princípios, estão sujeitos a um mandado de otimização, diferenciando-os de outras normas constitucionais. Assim, estas normas ordenam que algo se realize na maior medida possível de acordo com as possibilidades fáticas e jurídicas.

Nesse sentido, Sarlet (2009, p. 268) esclarece que por estarem sujeitos a este mandado de otimização, a Constituição impõe aos órgãos estatais a tarefa de dar máxima eficácia aos direitos fundamentais. Um dos instrumentos para alcançar esta maximização é exatamente à regra de aplicação imediata, disposta no art. 5º, § 1º da Constituição Federal⁵¹⁶.

Na esfera da dogmática jurídica, o conceito que pode ser projetado para os direitos fundamentais, de acordo com as definições de Mendes (2004, p. 2-3), Dimoulis e Martins (2012, p. 40-41), é o de serem direitos públicos e subjetivos que servem de fundamento para a “ordem constitucional objetiva” e estão contidos no texto da Constituição.

Entende-se que os direitos considerados como de primeira geração são os individuais e políticos clássicos, que vem a partir da Magna Carta; os que são chamados de segunda geração são classificados como direitos sociais, econômicos e culturais; e finaliza-se com a terceira geração que traz os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade. Estes dedicam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável

⁵¹⁶ Título II – Direitos e garantias fundamentais. Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Art. 5º, § 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

qualidade de vida, ao progresso, a paz, a autodeterminação dos povos (Moraes, 2001, p.57-8).

Delinear e mensurar toda a profundidade que conceitua a definição teórica de Direitos Fundamentais em sua essência constitui cautela, contudo, valemo-nos do proeminente pensamento de Ferrajoli (2011, p.9), para esta aspiração:

São “direitos fundamentais” todos aqueles direitos subjetivos que dizem respeito universalmente a todos os seres humanos enquanto dotados do status de pessoa, ou de cidadão ou de pessoa capaz de agir.

De acordo com o entendimento de Bandieri (2011, p. 226), por sua vez, acrescenta que as declarações constitucionais partem do pressuposto implícito de que sua legitimação se sustenta na garantia dos direitos e deveres fundamentais, pois são elementos basilares da sociedade. Porém, esta garantia não se faz completa apenas com o texto escrito, mas também com instrumentos constitucionais capazes de tornar este texto eficaz. Entre estes instrumentos, inclui-se a aplicação imediata dos direitos fundamentais.

Desta forma, uma interpretação sistemática e teleológica da Constituição brasileira permite inferir que todos os direitos, cuja fundamentalidade não pode ser questionada, têm aplicabilidade imediata. Entretanto, apesar da aplicabilidade imediata ser regra, ela comporta duas exceções. A primeira surge quando a própria Constituição remete à concretização do direito fundamental ao legislador, quando diz que ele será exercido na forma estabelecida pela lei. A segunda é evidenciada quando a norma de direito fundamental não contiver os elementos mínimos que assegurem sua aplicabilidade, sendo necessária à assunção pelo Judiciário (SARLET, 2009, p. 264).

Os direitos fundamentais caracteriza a exteriorização da positivação universal dos direitos naturais e inalienáveis ao homem. E seu revestimento supremo enaltece a garantibilidade de que serão efetivos, eficazes, concretos e intocáveis.

Outrossim, são elementos substanciais da sociedade e sua legitimação vai além da norma escrita, visto que se faz necessário ferramentas constitucionais capazes de torná-lo eficaz, isto é, a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais.

Por fim, compreende-se que os direitos fundamentais formam a construção terminante ao patrimônio comum da humanidade pela sua trajetória gradativa ao consagrar-se no âmbito dos direitos fundamentais e direitos humanos.

2 O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E O RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Capítulo VI do Título VIII, dedicou-se a institucionalizar o meio ambiente no rol da ordem social e seu valor ideal, apresentando no art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nas palavras de Marum (2002, p. 133) a Constituição de 1988 vai ao encontro com a democracia e com a plena garantia de direitos fundamentais, colocando em seu texto pela primeira vez o meio ambiente como bem tutelado:

[...] a par dos direitos e deveres individuais e coletivos elencados no art.5º, acrescentou o legislador constituinte, no caput do art. 225, um novo direito fundamental da pessoa humana, direcionado ao desfrute de condições de vida adequada em um meio ambiente saudável ou, na dicção da lei, ecologicamente equilibrado [...].

A superioridade da norma constitucional revela o quão está revestida de soberania, visto que tutela o meio ambiente e subsidia a garantia o princípio maior, isto é:

Possuí-se evidentemente uma norma que tem a função de gerar o amparo ao ambiente e como sendo uma norma constitucional, em um ordenamento jurídico, se torna superior. Assim, afasta do sistema qualquer outra norma que possa destoar do seu princípio maior, a proteção, já que gozam de supremacia e rigidez constitucionais (ROCHA, 2000, p. 188).

A propósito, Silva (2003, p.58) aclara que o meio ambiente é onde se desenvolve a vida humana, por isso é exigido que como sendo um direito fundamental, venha a nos proporcionar qualidade para viver e progredir.

Dando seguimento ao pensamento e raciocínio esboçado acima, é inescusável ressaltar o protagonista principal nessa órbita ambiental, isto é, a água. Compreendido e manifestado como direito fundamental e essencial à perpetuação da vida de todos os seres vivos e o qual os outros direitos fundamentais não se concretizariam, quer dizer, seriam direitos esparsos.

O meio ambiente e sua intrínseca ligação à coexistência do homem nos faz refletir sobre a importância da água para subsistência da humanidade, visto que sem ela não há

vida, tornando-se um direito intocável. A Lei Federal nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, definiu a água como recurso ambiental⁵¹⁷.

Dessa forma, sendo a água um recurso ambiental, a ela se comunica o bem de uso comum do povo, destacada ainda a sua essencialidade à sadia qualidade de vida, fundamental à vida digna, garantia constitucional, fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro (art. 1º, III, da CF).⁵¹⁸ Esse é o contexto em que se recepciona o direito de águas no Brasil, qual seja, em nível de garantia constitucional, a *fortiori* de direito fundamental, por força do art. 5º da Constituição Federal.⁵¹⁹

No que diz respeito a direitos implícitos ou direitos fundamentais em sentido material, Sarlet (2009, p. 90) cita alguns exemplos que encontraram aceitação na esfera doutrinária e jurisprudencial, como o direito à resistência, à desobediência civil, à identidade genética da pessoa humana, garantias do sigilo fiscal e bancário. Então, conclui-se que é claramente correto extrair na letra da lei constitucional, o que de fato nela contem.

Vemos que a Carta Magna consagra a presença de direitos fundamentais que podem ser interpretados, pela forma implícita que se dá, sendo:

A Constituição, ao aceitar como fundamentais direitos decorrentes do regime e dos princípios, consagra a existência de direitos fundamentais não escritos, implícitos, que podem ser deduzidos por via de ato interpretativo, tendo como base direitos constantes no catálogo (SARLET, 2009, p. 85).

Na visão de Alcalá (2003, p. 94), é possível que a constituição contenha um direito que não tenha sido previamente disposto, mas para que ele possa ser considerado fundamental, é imprescindível que esteja de acordo com os fundamentos e os valores, e não seja contrário a direitos já expressos no texto constitucional.

Para Sarlet (2003, p. 84), existem direitos fundamentais universais e consensuais, dentre os quais o direito à água e o respeito à dignidade humana. Assim, reconhecer a água como direito fundamental consiste em atribuir ao Estado o dever de

⁵¹⁷ Lei Federal nº 6.938/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

⁵¹⁸ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana.

⁵¹⁹ Título II – Direitos e garantias fundamentais. Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos. art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...].

garantir um mínimo essencial à sadia qualidade de vida, das presentes e futuras gerações.

Porém, mais do que reconhecer a água como direito fundamental é necessária uma gestão participativa, efetiva e eficaz, isto é, nas palavras de Antônio Herman Benjamin (2007. p. 113) “a tutela ambiental não é um daqueles valores sociais em que basta assegurar uma liberdade negativa, orientada a rejeitar a intervenção ilegítima ou do abuso do Estado”, mas um conjunto de deveres positivos (obrigação de fazer) e deveres negativos (obrigação de não fazer).

Conforme ilustrado, depreende-se que a água é um direito fundamental implicitamente e explicitamente reconhecida constitucionalmente, adornada de caráter absoluto. Ademais, incorporada no meio ambiente ecologicamente equilibrado, tornando-a um direito inerente à dignidade humana, pois está diretamente ligada a sobrevivência da humanidade sendo indispensável à permanência da vida.

3 A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E SUAS IMPLICAÇÕES

A água desde os primórdios da história da humanidade nos mostrou sua importância substancial e essencial nas relações do homem, desde o suprimir das necessidades mais básicas ao se tornar objeto de disputa, o que resultou na desigualdade social quanto a seu acesso, pois notoriamente via-se a fonte de poder que dela emanava. Nas palavras de Petrella (2002, p. 59–60), a água:

Desde os tempos antigos, a água sempre foi um dos mais importantes reguladores sociais. As sociedades camponesas e as comunidades aldeãs, que tinham suas condições de vida muito ligadas ao solo, estruturaram-se ao redor da água. Na grande maioria, era considerada como um bem comum e a água tornava-se uma fonte de poder. Tornaram-se raros os casos em que todos os membros de uma sociedade estivessem num mesmo nível em relação à água, posto que o acesso a ela sempre envolveu desigualdade.

Contudo, nos tempos atuais o cenário não está muito diferente da realidade enfrentada no passado, visto que o acesso à água continua sendo ponto de desigualdade e pior, tema de privatização e exploração por meio de iniciativa privada, abrindo brecha a um entendimento dúbio de que a água pode ser vista como produto, quantificando seu valor enquanto mercadoria e não como um bem comum a todos, visto que é um direito fundamental e pertencente ao homem.

No entanto houve um favorecimento a partir da globalização para que grandes empresas transnacionais estivessem ampliando sua presença em serviços de

saneamento e ganhando o direito de explorar fontes de água. Surge então uma bipolaridade, com os que entendem a água como um produto que se pode manejar, engarrafar, pôr preço e vender, acreditando que a tecnologia e o mercado podem atender a necessidade humana através da iniciativa privada; frente aos ambientalistas que acreditam que a mesma não tem preço, nem dono, pertence a todos, sendo um direito fundamental e inegociável do ser humano (QUADRADO; VERGARA 2003, p.44).

O discurso utilizado para justificar o real interesse por parte dos que detêm o grande capital é que essa enorme supervalorização econômica da água deve-se ao argumento capitalista de que existe um admirável desperdício no uso e gerenciamento dos recursos hídricos, devido ao fato de que a maioria das sociedades até o momento considerou a água como um bem social e não como uma mercadoria (PETRELLA, 2002, p.77).

No entanto, não é o argumento de que a escassez da água tornou a mesma um bem de valia econômica que gerou tal fato, esse argumento responsabiliza principalmente o preço artificialmente baixo da água pelo desperdício, ou seja, um argumento sem um fundo de verdade. Na realidade, o preço da água subiu muito em todas as partes do mundo nos últimos dez anos, sem que tenha propiciado uma redução do desperdício, como também a superexploração agrícola, poluição industrial, falta de visão de longo prazo envolvendo um planejamento e um gerenciamento global integrado, ou a incapacidade de implementar esses elementos de maneira eficaz e coerente devido aos interesses econômicos e financeiros em jogo (PETRELLA, 2002, p.79-83).

A água é essencial para a perpetuação da vida do nosso planeta, um bem social, insubstituível e não um bem de mercado. Nas palavras de Petrella (2002, p. 84):

[...] Ter acesso à água, no entanto, não é uma questão de escolha. Todos precisam dela. O próprio fato de ela não poder ser substituída por nada mais, faz da água um bem básico que não pode ser subordinado a um único princípio sectorial da regulamentação, legitimação e valorização; ela se enquadra nos princípios do funcionamento da sociedade como um todo. Isso é precisamente aquilo que se chama de um bem social, um bem comum, básico a qualquer comunidade humana.

Para compreendermos como se dá o sistema e processo de desestatização, Barlow e Clarke, (2003, p. 106-7), leciona que de uma forma geral a privatização da água pode se dar de três maneiras. Na primeira, os governos vendem completamente o fornecimento da água pública e os sistemas de tratamento para as corporações privadas, a exemplo do que aconteceu no Reino Unido. Já a segunda maneira é o modelo que foi aplicado na França, por meio dos quais os governos cedem concessões ou leases às corporações de água para que elas assumam o fornecimento do serviço e do custo da operação e

manutenção do sistema. E a terceira maneira, é considerada um modelo mais restrito porque há uma corporação que é contratada pelo governo para administrar os serviços de água por uma taxa administrativa, mas a empresa não assume a coleta de receita nem auferir lucros. Afirma-se que a forma mais comum é o segundo modelo, chamado de “parcerias público-privado”.

Ademais, desta forma, hoje se configura uma disputa que está relacionada ao papel do setor privado, que domina quase todos os espaços, na decisão de quem obtém a água e porquê. O comércio da água por lucro se tornou um fenômeno novo, porque o setor privado ficou consciente do valor desta, vendendo lucro com a escassez. Através disto, a água promete ser para o século XXI o que o petróleo foi para o século XX: o artigo precioso que determina a riqueza e o poder das nações (BARLOW; CLARKE, 2003, p. 125).

Mediante a crise da água vemos cada vez mais o afastamento e a intenção de transferência do que é estatal para o domínio da iniciativa privada, sendo que na realidade o poder Público tem a incumbência de gestor desse bem, a fim de assegurar o interesse de todos.

Evidente que o mundo onde a crise da água ocorre, vive sob o domínio de uma corrida econômica global das corporações transnacionais, com isso os governos abandonam suas responsabilidades quanto ao interesse público ou bem comuns dos cidadãos, se entregando somente a interesses econômicos e dificultando um direito inerente ao ser humano: consumir água (BARLOW; CLARKE, 2003, p. 87-91).

Tal qual, Tovar (2002, p. 04) salienta que esse interesse das transnacionais explica-se pelas características muito especiais do potencial de mercado que a água possui para estas. Em primeiro lugar é um bem essencial e insubstituível, não sofre crise de procura, isto é, sempre existem clientes. Em seguida, acaba se tornando um monopólio, porque são limitadas as alternativas aos consumidores, criando-se uma forte dependência entre os utilizadores e os donos da água.

Enfim, é um recurso territorializado, como a sua utilização é próxima do local de ocorrência, assim torna-se fisicamente viável o controle regional por um grupo ou por uma transnacional deste bem. E acrescenta que ao se privatizar os serviços de água significa uma enorme cedência de poder político, isto é, do poder de autodeterminação dos cidadãos, em favor do poder econômico. Por isso que este procedimento tem tido a forte conivência da maior parte dos governos dos países ricos e impostos, como foi mencionado anteriormente, pelo Fundo Monetário Internacional e também pelo Banco Mundial e a União Europeia (TOVAR, 2003, p. 05).

A operação dos “senhores da água” na conjuntura atual ocorre da seguinte maneira:

O senhor da água obtém seu poder através da propriedade e do controle da água, ou através dos mecanismos de acesso, apropriação e uso em vigor, já que esses lhe permitem beneficiar-se ao máximo dos bens e serviços que a água gera ou faz ser possível gerar. O senhor da água é, assim, capaz de ampliar sua capacidade de ação (em termos de conhecimento, informação, tecnologia, finanças, relações sociais e poder cultural) e de perpetuar seu controle (PETRELLA, 2002, p. 60).

Embora exista a vertente de que o privativo possa oferecer alguma eficiência, é ilusório. Isso é uma falsidade. Eficácia é o grau de cumprimento do objetivo, e este é para o serviço público aumentar a qualidade de vida para as populações, enquanto que para o empresário é obter lucro. A eficácia do empresário mede-se pelo lucro obtido, e não pela satisfação dos cidadãos. Tem interesse para os acionistas e não para o povo (TOVAR, 2002, p. 08-9).

Portanto o interesse do povo deve estar em consonância com a gestão do Poder Público, para que não entre em detrimento do bem comum em face ao que convém o grande capital.

No momento em que se presume uma vida em sociedade, ocorre a renúncia da liberdade plena de atuação, em favor do é melhor e mais adequado para se conviver coletivamente. Muitas vezes o comportamento dos particulares, embora em consonância com a ordem jurídica, irá ferir os interesses e direitos da coletividade, acarretando a necessidade de disciplina hierárquica entre os direitos em choque (FREITAS, 2002, p. 103).

Por esse ângulo, como atribuição do Poder Público tem-se que o acesso à água tratada e de qualidade é um direito que todo cidadão possui visto que é um direito fundamental à sua sobrevivência e que deve ser promovido e mantido pelos Estados. Esse acesso para todos tem a função de promover novas formas de integração no aspecto social e de cidadania, especialmente levando-se em conta a saúde humana e a qualidade e expectativa de vida (TUNDISI, 2003, p. 103).

Contudo, o que se percebe é a desistência do Estado ao propiciar e cumprir com sua função, isto é, possibilitar o acesso à água a todos, passando a responsabilidade ao setor privado para que tenha nas mãos a gerência de direitos basilares.

Mas o que acontece é que em função da privatização, desregulamentação e liberalização, que são senhas dos sistemas normativos dos governos mundiais na área da economia, em muitos países o Estado e os políticos desistiram do seu papel principal de prover o acesso à água e passaram esse papel para as corporações privadas globalizadas e para os mercados financeiros, desencilhando-se de seu papel de gerir direitos básicos aos cidadãos (PETRELLA, 2002, p. 91).

Os conflitos gerados entre o poder público e a iniciativa privada são explicados pelo fato de que o repasse ao acesso dos recursos hídricos é bem distribuída pelo poder público aos grandes centros, mas em contrapartida em áreas periurbanas é promovida pelas companhias privadas, e para aclarar tão situação Tundisi (2003, p. 103) externa que :

Em grandes centros urbanos, especialmente de países em desenvolvimento ou emergentes, a população da área central recebe a água que o setor público distribui às residências, escolas, indústrias, clubes ou associações e comércio. Já a população situada em áreas periurbanas não tem acesso à água encanada e, portanto, depende da água distribuída por companhias privadas, em carros – pipas, tendo de pagar mais caro por uma água de pior qualidade.

A visão de Tundisi (2003, p. 103), segue a mesma lógica ao afirmar que os custos da água para as regiões abastecidas pelo poder público, ou seja, as regiões centrais são bem menos onerosos para a população do que a água distribuída pela iniciativa privada às regiões periurbanas. “A população da zona central das cidades, em muitos países, gasta 1% do salário com a água, enquanto que a população da zona periurbana gasta 15% do salário”.

Dessa maneira Barlow e Clarke (2003, p. 70-1) salienta que dentro das sociedades individuais é evidente a disparidade de acesso à água. As pessoas mais necessitadas de países pobres pagam muito mais pela água do que as pessoas ricas. A água que é subsidiada pelo governo, ou seja, a água municipal é fornecida aos ricos; sendo que as pessoas de classe médias têm a possibilidade de instalar reservatórios para armazenar a água distribuída pelo poder público. Contudo, o pobre precisa comprar água de transportadores particulares, que chegam a cobrar até 100 vezes a taxa municipal de fornecimento de água.

A questão principal mediante a privatização refletirá nas populações menos favorecida, que sofrerá com o impacto e as consequências negativas de tal processo, visto que a sua dignidade e direito a subsistência estará sob grave ameaça:

Todavia, a maior preocupação que se tem em relação ao privatizar a água, gira em torno das populações carentes. Teme-se que a privatização possa resultar na negativa desse bem, que é indispensável para a sobrevivência humana. Evidentemente, há que se resguardar tal situação, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da inviolabilidade do direito à vida (CF, art. 5º, caput). O ideal é que não haja nenhum tipo de cobrança desses usos de volumes de água tão insignificantes (FREITAS, 2002, p. 23).

E as implicações geradas pela privatização aos olhos de Tovar (2003, p. 03-04) versa que é inevitável na organização atual da sociedade, que os homens permaneçam ligados à água através de um processo artificial, “rede de serviços de água”. Mas no

momento que esta ligação possui um controle que não é do poder público, faz com que o privado tenha um poder comparável ao de quem possuísse um interruptor da máquina cardíaca dos outros homens. Assim, os indivíduos podem ser “desligados” da rede, privados do acesso à água, sendo que a quantidade liberada será medida e cobrada, a cada um será vendido o “direito à vida”.

Não podemos quantificar o valor da vida, e sem a água esse direito é violado, o que a torna um bem ímpar, social e universal a todos que não se pode ser substituído:

Dessa maneira, por ser um recurso esgotável e fundamental a água deve ser consumida de forma racional, ou seja, que as gerações presentes e futuras também possam desfrutar da mesma; assim sendo, acabou por adquirir um valor econômico, para que fosse empregada racionalmente. Porém, a água é mais que um bem econômico. Não é um bem que se enquadre nas relações de mercado, na qual os produtos que podem ser comercializados são capazes de ser substituídos por outros, a água é um bem insubstituível, único; por isso, é um bem social, não há opção de escolha, todos precisam dela (PETRELLA, 2002, p. 83-6).

Como conteúdo mínimo da dignidade de alguém, tem-se a água. Não se pode imaginar o ser humano vivendo sem água. E, sendo assim, o direito à água é inerente à dignidade humana, uma vez que esse é um dos princípios norteadores do Estado Democrático de Direito (art. 1º, in. III da Constituição Federal). Não se pode falar em dignidade da pessoa humana se não está assegurada a utilização da água, quer para beber, quer para sua higiene pessoal. Água, portanto com uma utilização regular é necessária, sendo inconcebível imaginar o conceito de dignidade respeitado sem a utilização pelo ser humano de um pouco de água (ARAÚJO, 2002, p. 31-2).

Nas palavras de Milaré (2016, p. 18), de fato, a natureza morta não serve ao homem. A utilização dos recursos naturais, inteligentemente realizada, deve subordinar-se aos princípios ecológicos e aos cânones de uma vida digna para todos, em que o interesse econômico cego de minorias ambiciosas não prevaleça sobre o interesse comum da sobrevivência da humanidade e do próprio Planeta.

Frente às reflexões aqui esboçadas, entende-se que o direito a água propicia a continuidade da vida, vez que está fortificada constitucionalmente como um direito fundamental. Assim, se faz necessário lutar, alicerçando-se nos rudimentos e princípios constitucionais garantidores e a proteção à dignidade da pessoa humana frente à subversão política e econômica que objetiva mercantilizar esse bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de existencialidade da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do exposto nesta pesquisa, conclui-se que a água é um direito fundamental implícito constitucionalmente em virtude da sua manifestação como princípio universal de direito humano. Ademais, é um recurso ambiental e sua essencialidade está intrinsecamente ligada à vida, refletindo-se em todo o sistema jurídico como basilar perante ao respeito à dignidade e subexistência humana.

Destarte, a água é um bem dotado de valor social e o sustentáculo da vida na terra, fator limitante ao desenvolvimento sustentável, no mesmo passo que caracteriza a positivação universal dos direitos naturais e inalienáveis ao homem. E o acesso equânime a esse bem comum é uma necessidade vital e elemento primordial garantidor de condições mínimas de dignidade e qualidade de vida humana, sendo fonte primária de existência.

Como problemática do assunto, abordamos no sentido de que a água é um direito fundamental inalienável, portanto o interesse do povo sempre deve estar em consonância com a gestão do Poder Público, para que o acesso à água tratada e de qualidade indispensável à sobrevivência não entre em detrimento ao que convém o grande capital, ou seja, a subversão política e econômica pela privatização desse bem comum e universal.

Dessa forma, no primeiro capítulo o destaque foi dado na construção de um entendimento doutrinário e legal sobre o reconhecimento da água enquanto direito fundamental, representado pela positivação dos direitos naturais e inalienáveis da pessoa enquanto ser humano e seu pertencimento e incorporação ao texto constitucional. Os quais regem a sistematização político-social do Estado, na qualidade de instituição, revelando o revestimento supralegal de que serão respeitados, efetivados e concretizados.

Vale ressaltar, que os direitos fundamentais representa um sistema democrático ao limitar a ação dos cidadãos e até mesmo do Estado, no intuito de que nenhuma conduta venha tocar ou burlar a essência desses direitos, exteriorizando o valor contido ao expressar o princípio do reconhecimento e proteção da dimensão de *Fundamental Rights*.

Por fim, compreende-se que os direitos fundamentais formam a construção terminante ao patrimônio comum da humanidade pela sua trajetória gradativa ao consagrar-se no âmbito do direito constitucional e no direito internacional, isto é, o chamado direitos humanos.

Na sequência, segundo capítulo, abordamos acerca da institucionalização do meio ambiente ecologicamente equilibrado no rol da ordem social e seu valor na Constituição

da República Federativa do Brasil de 1988 e associando-o ao reconhecimento da água como direito fundamental.

O meio ambiente como bem tutelado revela seu papel principal como direito fundamental da pessoa humana e a transcendência da norma constitucional entoa supremacia ao princípio maior, que é a geração de seu amparo e proteção no ordenamento jurídico.

Essa peculiar conexão entre o ser humano e a natureza nos remete a refletir sobre qual a real importância da água no universo ambiental, social e universal. E tal reflexão nos direciona ao entendimento de que a água é a principal protagonista neste cenário de existência humana, por ser a seiva que alimenta a vida. A essencialidade primordial da água a caracteriza como *fortiori* de direito fundamental coadunada à proteção da dignidade da vida humana.

Nesse sentido, compreende-se que esse direito inerente ao homem propicia o desenvolvimento sustentável, fortificado constitucionalmente como um direito medular no qual consolida a construção da cidadania ambiental e ecológica, onde os atores sociais de forma harmonizada têm a respeitabilidade e garantibilidade de alicerçar a vida de maneira digna com o ambiente e encontrar equilíbrio e coexistência entre si.

Por último, terceiro capítulo, estabeleceu-se um debate acerca da privatização da água e suas implicações e consequências frente ao posicionamento de que esta pode ser vista como produto e não como um bem compartilhado por todos.

Conquanto, a água é notoriamente assentida como direito fundamental e inseparável ao ser humano e não um bem de mercado. Nessa perspectiva, de interesse global, a água é essencial à continuidade da vida e a justificativa daqueles que detêm o grande capital é de que fator do desperdício no uso e gerenciamento dos recursos hídricos fundamentaria a mercantilização da água, porém, um argumento sem fundo de verdade ao passo que o real interesse se dá pelo potencial de mercado que a água lhes fornece.

Fica claro e evidente a intenção das transnacionais pelo simples fato de ser um bem essencial e insubstituível que não sofrerá pela falta de procura, quer dizer, em outras palavras, sempre terá clientela. Dessarte, ao se tornar um monopólio cria-se uma sujeição entre aqueles utilizam e os “donos da água”, e a partir do momento que o poder público cede a privatização desses serviços, o resultado será a descaracterização do poder de autodeterminação dos cidadãos contrastado ao poder econômico.

O Estado não pode se eximir de cumprir com sua função ao passar o bastão da responsabilidade estatal as corporações privadas e globalizadas para mercados

financeiros, uma vez que é o seu papel possibilitar e propiciar o acesso à água a todos e gerir direitos básicos aos cidadãos.

A maior preocupação encontra-se sobre as populações carentes que podem ser desligadas e privadas do acesso à água, pondo em risco seu direito constitucional à vida ao colocar preço e limitá-lo a quem pode pagar mais, ou seja, sendo vendido e negociado o direito de viver. É inaceitável, pois para haver dignidade, tem-se a água.

Nessa condução, a partir do o método dedutivo de pesquisa, consideramos que se torna imprescindível que o interesse comum da sobrevivência da humanidade venha estar acima da subversão política e econômica cega pela ambição, a fim de transmutar o liame entre sociedade, ser humano e natureza, ao subordinar-se aos princípios integradores no aspecto probro, social e protetivo da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ALCALÁ, Humberto, Nogueira. **Los derechos sociales como derechos fundamentales en el constitucionalismo chileno.** In: **Direitos, Deveres, E Garantias Fundamentais.** Salvador. Ed. JusPODIVM, 2011.

ALEXY, Robert. **Tres escritos de los derechos fundamentales y la teoría de los principios.** Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A Função Social da Água.** In **A tutela da Água e Algumas Implicações nos Direitos Fundamentais.** Bauru: 2002, p. 21-36.

BANDIERI, Luis María. **Derechos Fundamentales, ¿Deberes Fundamentales, In Derechos, Deveres e Garantias Fundamentais,** Org.George Salomão Leite, Ingo Wolfgang Sarlet, Miguel Carbonell. Salvador: Jus Podium, 2011.

BARLOW, M.; CLARKE, T. **Ouro azul.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2003.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** In: CANOTILHO, J. J. G; LEITE, J. R. M. (Orgs). **Direito constitucional ambiental brasileiro.** São Paulo: Saraiva 2007.

BRASIL, Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a **Política nacional de educação ambiental** e dá outras providências. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em 07 de Out de 2018.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e teoria da constituição.** 7 ed. Coimbra. Almedina, 2003.

_____. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 2. Ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Definição e características dos direitos fundamentais** In: LEITE, George Salomão; SARLET, Ingo Wolfgang (Coord.). **Direitos Fundamentais e Estado Constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Coimbra (Pt): Coimbra Editora, 2009

_____. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2012.

FERRAJOLI, Luigi. **Por uma Teoria dos Direitos e dos bens fundamentais**. Tradução Alexandre Salim et.al. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Águas – Aspectos Jurídicos e Ambientais**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2002.

MARUM, Jorge Alberto de Oliveira. **Meio Ambiente e Direitos Humanos. Revista de Direito Ambiental – Publicação oficial do instituto “O Direito por um Planeta Verde”**, São Paulo, ano 7, n. 28, out. – dez. 2002. ISSN 1413-1439.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MILARÉ, Edis. **Reação Jurídica à danosidade ambiental: Contribuição para o delineamento de um microsistema de responsabilidade**. Tese (Doutorado em Direito das Relações Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 2016.

PETRELLA, Ricardo. **O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial**. Petrópolis: Vozes, 2002.

QUADRADO, Adriano; VERGARA Rodrigo. **Vai faltar água?** Revista Superinteressante, edição 189, ano 17, n. 06, p.42-6, 10 jun. 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3. Ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 7ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

_____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros: 2001.

_____. **Direito Ambiental Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

TOVAR, Luisa. **A privatização dos Serviços de Água**. 2003. Disponível em: <<http://www.resistir.info/agua/serv-agua.html>> Acesso em 07 de Out de 2018.

_____. **A água é um direito, não uma mercadoria.** 2002. Disponível em:
<http://www.osverdes.pt/public_htm/agua_aud.html> Acesso em 07 de Out de 2018.

TUNDISI, José Galizia. Água no século XXI: **Enfrentando a escassez.** São Carlos:
Rima, IIE, 2003.

CIGANOS/ GADJÉS, E SEU CONVÍVIO

*Sheila Luiz de Sousa*⁵²⁰

Neste trabalho pretende se abordar as relações sócio culturais da comunidade cigana⁵²¹. Com os não ciganos. Buscando identificar possíveis relações econômicas dentre estes. Aspira se por meio desta análise arraigar informações que possam nos atribuir um panorama da história cultural destes povos em convívio com a sociedade não cigana. Desenvolvimento de trabalhos como este, têm a intenção de ocasionar o conhecimento da riqueza cultural deste povo e reduzir a imagem pejorativa que lhes é atribuída a séculos.

Para que possamos iniciar uma discussão produtiva a respeito do assunto iremos começar pela perseguição e punições aplicados como forma de correção por supostos crimes. Através dos métodos de violência simbólica sejam estas físicas ou simplesmente por forma de boatos degradantes, que são utilizados para limitar e coagir a perpetuação de seus costumes e linguagens. Formas estas que foram aplicadas tanto pelo estado quanto pela sociedade.

Aspectos relacionados à violência simbólica – seja a violência simbólica do Estado ou a violência simbólica do protesto popular – são articulados à noção utilizada por Thompson de “teatro do controle”. Em relação ao primeiro aspecto, o do “teatro de controle” exercido através das execuções públicas na Inglaterra do século XVIII. (BARROS. Pg,6)

E possível neste sentido produzir uma reflexão a respeito das perseguições e imposições sofridas pela população cigana durante sua história. Em Portugal no século XVIII. As punições aplicadas contra a população cigana pelo crime de ser cigano, e desta forma ser julgado como “vagabundo”, as punições eram de agressão física por meio de chibatadas em praça pública ao degredo para as galés⁵²² e até a deportação para a colônia no Brasil está se aplicava exclusivamente as mulheres e crianças. Se aplicavam a estas punições no intuito de os obrigarem a se sedentarizar.

⁵²⁰ luizsheila@gmail.com.

⁵²¹ O povo cigano se divide em três ramos: os “roms”, os “sintis” e os “calons”. Em nossa pesquisa trataremos de forma generalizada dessas três variações.

⁵²² As galés eram embarcações movidas a remo presentes desde a Antiguidade grega e romana, sendo mantidas durante a Idade Média e permanecendo no contexto das monarquias nacionais europeias.

A intenção desta discussão é levar o leitor a se questionar sobre a chegada dos ciganos em nosso país. A política de degredo de Portugal impunha ao nosso objeto a deportação para além de suas fronteiras, nosso país como colônia recebeu inúmeros homens e mulheres indesejados em Portugal, prostitutas, mendigos, ciganos e outros considerados pelos governantes como desajustados sociais. Nosso país inicialmente recebeu com maior frequência ciganos calon, por se tratarem dos indesejados persistentes em Portugal situação que prejudica a estética de nosso país colonizador. As regiões inóspitas da colônia serviriam como punição, mais de dupla forma favorecia a coroa, pois propiciava uma menor quantidade de relações sexuais entre negros, indígenas e os portugueses, pois afinal mesmo que ciganas as mulheres deportadas para além, mar ainda possuíam sangue português ou europeu.

Apenas as mulheres ciganas (talvez com seus filhos menores, mas certamente sem os seus maridos e filhos maiores, condenados às galés), eram deportadas para o Brasil, onde existia uma enorme escassez de mulheres brancas para os colonizadores portugueses que não quisessem ou, dependendo de sua posição social, não pudessem casar com uma índia ou com uma escrava negra africana, por sinal, um casamento durante muito tempo proibido. (MOONEN. Pg, 41-42)

Mesmo sendo ciganas sua linhagem sanguínea produzia pessoas de pele mais claras, apolítica de branqueamento da colônia fez se valer destas mulheres e de outras não ciganas. Não por acaso em momento do julgamento dos ciganos as famílias eram divididas, como já citamos os homens para o trabalho forçado, e as mulheres para o as colônias. Entre tanto já nos atemos o bastante a uma explanação superficial a respeito da chegada do nosso objeto de pesquisa ao Brasil, passemos ao debate sobre o que nesta análise nos interessa. As relações o sócio cultural entre estes.

Dois exemplos de atividades ligadas aos ciganos e que exigiam grande dedicação, eram o comércio de animais e o trabalho de saltimbanco e circense. As transações envolvendo cavalos e bestas de carga exigia perícia para avaliação da mercadoria a ser comprada, vendida ou trocada. Além de se utilizar das famosas habilidades retóricas para convencimento da outra pessoa. Já as atividades artísticas de acrobatas, ilusionistas e músicos, requeriam, sem dúvida, alto desenvolvimento de destreza corporal, além de muita capacidade de concentração mental. (TEIXEIRA. Pg, 51)

Estas relações entre os ciganos e não ciganos se basearam em sua maior parte por meio do comércio e de manifestações artísticas da parte cigana, dentro do comércio

material estes produzem inúmeras ferramentas de bastante utilidade para a sociedade com utensílios de cozinha produzidos a partir do artesanato com a fundição do cobre por exemplo.

Em algum momento de sua vida você, já deve ter tido contato direto ou indireto com um destes objetos bastante utilizados na culinária e em adornos de restaurantes. De fato, se trata de um trabalho bastante delicado e de bastante esmero da parte do artesão.

As artes circenses também foram uma forma de arrecadação de providências para boa parte da comunidade cigana. Por meio de seus dotes artísticos estes se mantiveram em uma situação econômica colonial, em Minas Gerais no ano de 1727 ciganos que se apresentavam na capitania mineira incluindo vila rica. Apresentavam comédias e operas considerada inapropriadas para os preceitos da igreja católica. Não podemos deixar de citar aqui a leitura das mãos, que as mulheres ciganas também praticavam com bastante frequência.

JUSTIFICATIVA

A cultura da sociedade brasileira não cigana agregou muito aos da cultura cigana entre tanto nem sempre se percebe que são traços remanescentes destes povos. Esta incapacidade de reconhecimento da contribuição cultural entre os povos pode se dizer que advém da ignorância a respeito desta rica cultura cigana.

Desta forma se faz necessário conhecer mais dos costumes destes, pois pouco se sabe a respeito, em grande parte os registros oficiais a respeito deste expõem uma parcela a margem da sociedade inferiorizada e por muitas vezes injustamente generalizada como infratores da pior estirpe.

Pensando nestas equívocas descrições dos ciganos achamos de bom tom uma breve exposição a respeito das relações econômicas e culturais entre estes, podemos ressaltar que no período colonial os ciganos além de prestar mão de obra como artesãos e artistas, mantinham também relações de comercialização de animais e de humanos escravizados.

Neste exercício econômico muitos se destacavam como grandes negociadores. Os dialetos se e que se podem ser chamados desta forma, são utilizados entre os ciganos sem sombra de dúvidas como meios de alta preservação de sua cultura.

Como negociantes era e ainda hoje é comum que se comuniquem entre eles durante grandes ou pequenas negociações, utilizando seus idiomas ou dialetos se e que se

pode ser denominar desta forma, essa pratica pode ser vista por gadjé como forma de trapaça.

Mas vem à mente do pesquisador uma questão intrigante, quando a negociação e feita entre indivíduos de países diferentes, com línguas diferentes, o brasileiro sempre questiona a honestidade do outro? Ou isso se atribui somente ao cigano? Acreditamos que que não sejamos capazes de responder tais questionamentos no momento.

Nesta esteira, é ainda dentro do Materialismo Histórico que encontraremos a inspiração para uma História Cultural que tomaremos a liberdade de adjetivar como “polifônica”. Pensar a Cultura em termos de polifonia é buscar as suas múltiplas vozes, seja para identificar as interações e contrastes entre extratos culturais diversificados no interior de uma mesma sociedade, seja para examinar o diálogo ou o “choque cultural” entre duas culturas distintas. (D’ASSUNÇÃO BARROS. Pg, 11)

Daí surge um de seus estereótipos, dizer que negociar com eles era bastante quanto perigoso, sendo que assim como qualquer não cigano eles não fazem negócio para perder. A relação do lucro a partir da venda de um animal ou de um humano escravizado, também lhe era cara. Não podemos eximir os ciganos da massa que almejava a ascensão econômica, mesmo que seu demais costume não se assemelhasse em quase nada aos gadgés⁵²³ a ambição por riquezas assim como outros desejos da carne e do espírito humano não são diferentes entre os ciganos.

Apesar de terem estado inseridos neste contexto social cultural a partir da colonização assim como já descrevemos anteriormente, os mecanismos de subalternização sempre foram aplicados sob os representantes desta cultura emparedando e oprimindo os, geração após geração. Estes mecanismos de exclusão ao acompanham a séculos, não e de nosso conhecimento um momento histórico ou um país ou estado, que tenha recebido os povos ciganos, sem produção de preconceitos e juízos de valores inferiorizastes.

Pois bem até o presente momento foi de nosso interesse uma breve exemplificação a respeito da comunidade cigana presente a partir da colonização brasileira, esta breve e superficial explanação sobre a relação econômica entre gadjé³ e ciganos nos pareceu necessária para que seja possível uma superficial compreensão a despeito da chegada destes povos ao nosso país. Demonstrado que a relação econômica entre os gadjé e os ciganos espoe a sua interação cultural.

⁵²³ Gadgés, ou *Gadjé*: *gadjé*, *gagin* ou *brasileiros* eram utilizados para chamar os não ciganos.

Sabe-se que o choque entre duas culturas é intenso durante estas transações, o cigano por sua busca preservar seu lucro assim como a gadjé, ambos detêm seus meios para que a negociação seja produtiva, cada qual dentro de sua representação cultural, o cigano se arma de seu dialeto para que de certa forma possa se defender, dialogando com outros ciganos que acompanham as negociações. Gadje da mesma forma usa e abusa de seus conhecimentos dentro de sua representação cultural, para a argumentação em busca de seu lucro. Adiante falemos precisamente de detalhes da representação cultural cigana.

Aquilo que os historiadores da cultura têm chamado de campo das representações pode abarcar tanto as representações produzidas ao nível individual (as representações artísticas, por exemplo), como as representações coletivas, os modos de pensar e de sentir (a que se referia a antiga noção de “mentalidades”), certos elementos que já fazem parte do âmbito do imaginário e, com especial importância, os “símbolos”, que constituem um dos recursos mais importantes da comunicação humana. (D’ASSUNÇÃO BARROS. Pg, 18)

O imaginário coletivo possui força suficiente para a produção de mitos e “verdades” diante das representações atribuídas a indivíduos. E desta forma os ciganos são envolvidos em uma rede interminável de mitos, e boatos. Na sua cidade provavelmente em alguns momentos um grupo de ciganos pode ter acampado nas imediações ou na área destinada a parques e circos. Ou possa ser possível que ciganos sedentarizados vivam em sua cidade. A marginalização destes por meio do imaginário coletivo se torna visível quando descrevem estes como ladrões, “olha os ciganos chegaram recolha suas roupas do varal”, “essas crianças são ciganas não deixe seus filhos brincarem com eles”, “menino vem para dentro que os ciganos vão te roubar.” Este imaginário coletivo produz um povo marginalizado e excluído da sociedade, criminalizado por preconceitos estabelecidos.

Por um lado, os ciganos também passaram a compartilhar desse discurso de normalidade, pois reconhecem que vivem de acordo com as normas de sociabilidades presentes entre os demais moradores. Por outro, reconhecem a permanência de preconceitos relacionadas ao fato de “serem ciganos”. (SILVA.Pg,93)

Perde-se muito por não buscar o estreitamento de laços do conhecimento para com os ciganos. Estes vêm a séculos lutando por seu direito de existir, na atualidade tem superado algumas barreiras a certa medida. Sejam ele nômade, seminômade ou

sedentário. Sim sedentário e de conhecimento do pesquisador grupos familiares que se sedentarizaram, que assimilaram sua cultura com as relações sociais com os gadjé.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A história cultural ou história das mentalidades permite que o historiador de voz aos esquecidos, sua riqueza está em buscar a voz do excluído da história, a história cigana se beneficia deste viés historiográfico, saindo assim das sombras do negacionismo cultural, para assumir seu lugar na história cultura.

Não mais, contudo, uma história biográfica, dos grandes vultos da História, mas muito mais biografias de gente simples, da gente sem importância, dos subalternos. Uma história de indivíduos que deriva, assim, de uma história social renovada: do estudo dos pobres, dos subalternos enquanto classe ou grupo, detentores de uma expressão cultural dita popular, passou-se a uma história de vida das pessoas humildes, na qual possam ser surpreendidos os sentimentos, as sensações, as emoções, os valores. (PESAVENTO. Sp.)

A diante a história cultural e seus métodos de estudo permitem o iluminar da cultura cigana seja ela por parte de suas relações internas e externas. Quando apontamos relações internas queremos nos referir ao convívio familiar, aos seus costumes divididos com as novas gerações por meio de histórias e canções. A escrita a bem pouco vem sendo utilizada pelos ciganos para registro de acontecimentos familiares. Ainda e bastante comum entre eles o analfabetismo. Principalmente entre as mulheres, que se casam muito jovens e são impedidas de estudar.

Tendo conhecimento de barreiras para um estudo bibliográfico optaremos aqui pelo uso da história oral. A oralidade como fonte para uma pesquisa não deve ser vista como uma simples ferramenta. O tratamento adequado traz variantes que podem produzir uma leitura crítica de verossimilhança com a verdade dos acontecimentos.

Que essa relação, diferente daquela que o historiador mantém com uma documentação inanimada, é de certa forma mais perigosa e temível, nem é preciso lembrar: uma testemunha não se deixa manipular tão facilmente quanto uma série estatística, e o encontro propiciado pela entrevista gera interações sobre as quais o historiador tem somente um domínio parcial. (FRANÇOIS. Pg, 9)

Nota se que o pesquisador não deve se iludir ao ponto de confiar que este tipo de investigação seja suscetível a distorção de dados, em casos que o pesquisador pretenda agir de má fé ou apenas por um deslize metodológico, destorcendo as informações adquiridas durante sua pesquisa. O historiador que opta pelo uso da história oral como método de pesquisa precisa estar consciente de que é necessário a produção de arquivos a respeito de suas entrevistas, deixando assim e meios para que novas pesquisas possam ser produzidas a partir de seu arquivo.

No campo da História Cultural, o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas. (PESAVENTO. Sp.)

Deste modo podemos definir a história cultural como a aproximação da verdade dos excluídos, de seus modos de vida, seus sentimentos e suas mentalidades. Mas sem deixar de lembrarmos sempre da distância entre a verdade e a narrativa produzida pelo historiador, narrativa esta que busca a verossimilhança da história dos excluídos dos registros oficiais.

Assim como FEBVRE e BLOCH, que condenavam, a produção histórica arreigada aos acontecimentos de ordem diplomática, políticas e militares seguimos nossos trabalhos com a intencionalidade para com a fidedignidade e proximidade dos acontecimentos históricos. Sabe se que se trata de um procedimento intrincado de juízos de valores, no métier do pesquisador e necessário que desvendemos indicadores que descrevem uma temporalidade que para nos se mostra desconhecida.

Pesquisar os hábitos de uma sociedade até pouco tempo considerada como agrafa nos impõe diversas barreiras além do juízo de valor dedicado aqui ao preconceito estabelecido pelo pesquisador. Buscaremos de forma racional nos afastar de nosso objeto o suficiente para que possamos produzir uma narrativa, fidedigna a sua história cultural, e seus desdobramentos junto a representatividade deste grupo junto a sociedade não cigana.

CONCLUSÃO

Abrimos espaço aqui para um questionamento recorrente em nosso métier, o que é cultura? Por muitas vezes somos questionados a respeito como se nos fossemos detentores da verdade e pudéssemos determinar o que pode ou não ser considerado como expressão cultural. Então façamos aqui um pequeno resumo como forma de conclusão deste trabalho para que tentemos desfazer o emaranhado de confusão criado pela dialética de que para que se considere como representação cultural e necessário que seja erudita, eurocêntrica, gótica e demais denominações de artes.

Por falarmos em arte levantamos outro ponto interessante, uma representação artística advir de uma formação em artes plásticas e visuais em uma renomada instituição, ou podemos considerar o um tapete produzido em uma barraca cigana, como obra de arte, levando em consideração que este foi produzido a partir de uma grade de madeira com pregos e fitas de retalhos. Seria possível considerar tal obra como expressão cultural a artística deste povo. Da mesma forma suas danças típicas, e suas canções. Acreditamos que sim, que todos exemplos e outras como sua linguagem são formas singulares de representação estética de sua cultura. Conviver com um povo diferente e ainda manter seus costumes e tradições nos demonstra que muito temos que aprender com o povo cigano.

Honrar as tradições com o fato casamento, em maior parte dos grupos familiares o sistema é patriarcal, sendo assim a voz do chefe do bando e lei, ninguém faz nada sem a autorização dele. Os casamentos por exemplo geralmente são arranjados, pelo chefe do grupo familiar, e os pais da noiva. Ela por sua vez obediente se casa sem mais questionamentos, a partir deste momento ela se torna membro de outra família devendo obediência a seu marido e sogro, entre os costumes dos ciganos que seguem a tradição e comum que o pai da noiva ofereça um valor em dinheiro ou propriedade, para que esses comessem a sua família. Nossa sociedade não cigana também já vivenciou esse costume.

Dando seguim cia ao assunto do casamento, quando chega o grande dia do casamento a festa é magnificamente linda, quanto mais abastada economicamente a família maior e a comemoração, a honra (virgindade) da moça é requisito principal para a união.

Esta festividade reuni toda a família da moça e dos rapas até mesmo aquele parente bem distante e convidado e comparece. E festa costuma durar de sete dias a mais, dependendo do ânimo da família. Dentro destes sete dias existe uma gama de representações de sua cultura.

As filhas mulheres se mantêm próximas às mães até o casamento, quando passam a compor a família do esposo. Já os filhos homens ficam sob a gerência total das mães até a fase de saírem junto com os pais para aprenderem o ofício do comércio e das negociações. Ao filho homem, geralmente o primeiro, é atribuído o papel de cuidar dos pais quando mais velhos. (KARPOWICZ. Pg,150)

Voltamos aqui a discussão inicial de nosso trabalho nos questionamos a respeito das relações econômicas entre os gadjé e os ciganos neste trecho nos é demonstrado pelo pesquisador as relações culturais a respeito de negociações, e comércio fica claro que se trata de um aprendizado passado de pai para filho. Não a distante de tantos outros, a negociação é vista por eles como uma arte. Ao ponto de se sentirem despostados quando não são chamados pelo comprador a negociar um acerto do valor de forma que o negócio fique favorável as duas partes.

Aqui também encontramos a descrição da mãe cigana, esta apesar de dever obediência a seu marido e responsável pela honra da família, o casamento de uma filha, e seu ápice como educadora e formadora de seus filhos, esse momento pode tanto elevar seu status na família como também a envergonhar eternamente.

Já dissemos parágrafos atrás a respeito da virgindade, pois bem o papel da mãe ensinar a suas filhas o dever da castidade, até seu casamento, além disso a obrigação dela educar a filha para que essa não cometa adultério.

Nota se que a virgindade da mulher cigana é de extrema importância, e a fidelidade ao esposo também, pressupostos que não são cobrados dos homens da mesma cultura. Caso venham a se envolver com mulheres, estas não sejam ciganas, de preferência que estes envolvimento não gerem uniões como o casamento.

A vida das famílias se constitui em torno dos laços familiares que irão fazer com outras famílias. Pela tradição cigana, a mulher casa-se a partir dos 12 anos, muitas vezes como resultado de promessa anteriormente feita pelos pais. No entanto, o casamento só se efetiva quando há o nascimento do primeiro filho. A mulher tem o papel da procriação e passagem da história oral para a família. (KARPOWICZ. Pg,158)

As famílias ciganas mantem a sua rede sanguínea através deste casamento, isso garante de certa forma que suas tradições não se percam, pois, a mulher além de receptáculo da vida e valorizada como produtora do status de respeitabilidade das famílias dentro do grupo, uma cigana grávida é protegida de todas as formas possíveis pois ela carrega em seu ventre mais uma semente de esperança para este povo tão sofrido.

Mesmo que para muitos pareça uma atrocidade o casamento tão jovem e bom ressaltarmos que normalmente estes casamentos acontecem em uma mesma faixa etária de idade. Por motivos das leis dos gadjé o casamento entre uma menor e um homem adulto vem se tornando cada vez mais raros ou até mesmo escasso. Pois quanto antes o homem se casar melhor ele e visto na comunidade cigana, sendo que para ser considerado um homem e necessário que este tenha constituído sua família.

Para os ciganos não exte a adolescência de crianças ele se casam e constroem sua família, dentro de sua estrutura cultural o casamento e um marco de maturidade, em sequência o nascimento dos filhos os elevam a velhice, seu gral de respeito dentro da comunidade de pende de como anda a sua família, a velhice chega com os netos. Quando a mulher cigana perde seu marido não lhe e permitido se casar novamente. No entanto a relatos de condições diferentes do geral. Não foi possível identificar até o presente momento se esse comportamento advenha de um grupo familiar diferente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. **História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. Textos de História**, UNB, Vol. 11, n. 1/2, 2003, p.145-171 (1-24). PDF

SILVA, Lailson Ferreira da. **A linguagem como sinal diacrítico entre os ciganos na cidade alta (limoeiro do norte – ce)**, Ariús, Campina Grande, v. 19, n.1, pp. 88-107, jan./jun. 2013

PESAVENTO, Sandra J. **Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar**. In: *História & história cultural*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 39-62. PDF

KARPOWICZ, Débora Soares. **Ciganos: História, Identidade e Cultura** -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

FRONTEIRA SANITÁRIA: A PASSAGEM DA COMISSÃO RONDON ENTRE CÁCERES E A CIDADE DE MATO GROSSO (1908)

Thais Teixeira do Nascimento⁵²⁴

RESUMO: Nesse trabalho tem como objetivo explorar o conceito de doença durante o período republicano brasileiro. Para isso, utilizaremos como bibliografia autores que nos ajudam a conceituar o que é considerado como *doença*, tais como os autores Leonidas Hegenberg (1980) e Moacyr Sciliar (2007). Após essa primeira conceituação, nos debruçaremos ao desenvolvimento da medicina tropical, partindo da identificação das doenças consideradas tropicais, utilizando como referência os trabalhos de André Vital (2011), Júlio César Schweickardt (2009), Jaime Benchimol (2000), Jaime Benchimol (2008) com André Felipe (2008). A discussão a respeito de uma “fronteira sanitária” entre a região amazônica e o restante do país utilizará as contribuições István Varga (2007) e Paulo Cesar Peiter (2005) em uma abordagem interdisciplinar com a *geografia da saúde*. Como fonte, utilizaremos dois relatórios emitidos pelos médicos tenentes da comissão Rondon. O primeiro escrito por Armando Calazans (1908) e o segundo por Joaquim Pinto Rabello (1909), relatando os desafios vividos durante a passagem entre Cáceres e a cidade do Mato Grosso, durante a construção de uma linha telegráfica entre o Mato Grosso e ao Amazonas.

Palavras-chave: *Doença, Profilaxia, Malária, Fronteira.*

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho temos como objetivo explorar o conceito de doença durante o período republicano brasileiro. Primeiramente identificaremos o conceito analisado a partir de trabalhos de autores Leonidas Hegenberg (1980) e Moacyr Sciliar (2007), após essa primeira conceituação, investigaremos sobre o desenvolvimento da chamada “Medicina tropical”. Para isso, utilizaremos como referência os trabalhos de André Vital (2011), Jaime Benchimol (2000) e Jaime Benchimol com André Felipe Silva (2008) e Júlio César Schweickardt (2009).

A partir de nosso estudo e com o auxílio dos autores supracitados, conseguimos identificar uma diferença significativa da forma com que a assistência médica se desenvolveu na região noroeste do Brasil em relação às demais localidades do país.

⁵²⁴ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás, e-mail: thaisteixeira31@outlook.com, orientador: Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro.

Partindo dessa distinção, é possível verificar a existência de uma “fronteira” em como esses serviços médicos eram oferecidos. Com as contribuições de István Varga (2007), e Paulo Cesar Peiter (2005) que trabalham com a chamada *Geografia da saúde*, vincularemos, em um trabalho interdisciplinar, a região geográfica e as doenças tropicais mais recorrentes na região amazônica.

Como fonte faremos uso de dois relatórios de médicos tenentes da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas. O primeiro, organizado pelo Dr. Armando Calazans⁵²⁵, publicado em 19 de abril de 1908, sobre a expedição realizada por ele e sua equipe entre as cidades de Cáceres e Mato Grosso, relatando informações sobre a geografia e o clima entre as duas regiões e a situação sanitária enfrentada pelos habitantes que residiam ou trabalhavam entre as duas cidades.

O segundo relatório, organizado pelo 1º médico tenente de 5º classe Joaquim Pinto Rabello, publicado em 05 de janeiro de 1909, trata a respeito do movimento sanitário ocorrido de 6 de junho a 31 de dezembro de 1908, período em que esteve no comando do serviço sanitário da comissão a pedido de Rondon. Em seu trabalho, Rabello foca em expor as doenças que mais foram presentes durante seu tempo no comando e quantas pessoas foram afetadas por cada uma delas.

O CONCEITO DE DOENÇA

Na tentativa definir algum conceito sempre é necessário associá-lo a conceitos pré-existentes, com o conceito de doença a situação não se modifica. No trabalho de Moacyr Scliar (2007: 30) é discutido a respeito dos conceitos de doença e saúde, indissociando-os. No que se refere ambos os conceitos, é apontado que seriam o reflexo da conjuntura social, econômica, política e cultural, estando sujeito a alterações conforme as concepções presentes na sociedade em que está sendo discutido.

Real ou imaginária, a doença, e sobretudo a doença transmissível, é um antigo acompanhante da espécie humana, como o revelam pesquisas paleontológicas. (...) Assim, a concepção mágico-religiosa partia, e parte, do princípio de que a doença resulta da ação de forças alheias ao organismo que neste se introduzem por causa do pecado ou de maldição. Para os antigos hebreus, a doença não era necessariamente devida à ação de demônios, ou de maus espíritos, mas representava, de qualquer modo, um sinal da cólera divina, diante dos pecados humanos (SCLIAR, 2007: 30).

⁵²⁵ Integrou os trabalhos da Comissão Rondon como médico entre março de 1907 e julho de 1908. (SIQUEIRA; MACHADO; ÁVILA, 2016: .46).

Como apontado pelo autor, a doença poderia ser compreendida como um sinal de desobediência divina, uma marca do pecado cometido que se tornara visível, como foi o caso da lepra⁵²⁶. Leonidas Hegenberg (1998, p.18), ao discutir sobre as concepções do conceito de doença ao longo dos anos aponta que nas “concepções primitivas”, as enfermidades eram compreendidas como fruto de uma invasão do corpo por organismos de matéria estranha ou até mesmo devido a “perda da alma”. Na medicina grega, que era associada a mitologia grega, compreendia as divindades como vinculadas à saúde. (SCLIAR, 2007: 32).

Após elencar as contribuições e o desenvolvimento do conhecimento médico entre a idade média e o Renascimento de forma breve, Hegenberg (1998: 23) aponta que o desenvolvimento gradativo dos conhecimentos médicos, sobretudo no que tange ao conhecimento da anatomia humana e seu funcionamento permite notar que,

(...) há várias maneiras de conceber a doença, resultantes de variados enfoques adotados pelos estudiosos do assunto. Apesar de algumas divergências, o pensamento dominante é o da doença como "entidade independente", algo que "ataca", ou acomete as pessoas em particular, um "algo" passível de ser distribuído em classes, gêneros e espécies. É com essa idéia no pano de fundo que se ingressa no século XIX.

Com o crescente desenvolvimento de novas técnicas e o avanço da ciência a análise do corpo humano e das possíveis causas tornou-se um movimento crescente que, no final do século XIX ficou conhecido como “revolução pasteuriana”. Isso porquê no laboratório de Louis Pasteur e posteriormente em outros, com o auxílio do microscópio tornou possível observar a existência de microrganismo possivelmente causadores de doenças e, a partir desse conhecimento, desenvolver medicamentos e vacinas (SCLIAR, 2007: 34).

Ainda no início de sua análise, Hegenberg (1998: 17), aborda sobre a evolução histórica do conceito de doença partindo da *Iatrologia*⁵²⁷, segundo o filósofo, “(...) os registros históricos atestam que a “arte de curar” não foi praticada sem que, paralelamente, deixasse de se apresentar o desejo de fundamentá-la e legitimá-la”.

Nesse sentido, a partir do interesse em sistematizar os procedimentos e o motivo pelo qual eles estariam sendo adotados, o conceito de *doença* pode ser identificado como uma união entre pensamento e ação, de tal forma que,

⁵²⁶ Atualmente conhecida como Hanseníase, é uma doença crônica granulomatosa proveniente de infecção causada pelo *Micobacterium leprae* (Bacilo de Hansen), que ataca a pele e os nervos, principalmente dos braços e das pernas, mas atualmente tem cura. (PEITER, 2005: 222).

⁵²⁷ Estudo ou ciência dos tratamentos de doenças.

Esse conceito organiza as idéias recolhidas nas concretas investigações e estabelece alicerces em que assentar cada fase da atividade médica; a ele cabe tornar inteligíveis as transformações que ocorrem no paciente, fundamentando, assim, eventuais indicações terapêuticas. O conceito de doença possibilita a ação médica. (HERGENBERG, 1998:17).

A partir da associação que pode ser feita entre a ocorrência de doenças e a possibilidade/ necessidade de ação médica podemos começar a dialogar a respeito de como o desenvolvimento dessas práticas médicas ocorreu, sobretudo a partir do final do século XIX e início do XX, momento em que se instituiu a microbiologia no Brasil (BENCHIMOL, 2000: 265) e o desenvolvimento da medicina tropical, conforme trataremos no tópico seguinte.

DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA TROPICAL E AS FRONTEIRAS SANITÁRIAS

Ao analisarmos a história das expedições de reconhecimento realizadas no Brasil, bem como em outras regiões do mundo, é possível identificar a presença de médicos como algo relevante, senão, essencial para a avaliação dos novos territórios explorados. Segundo Schweickardt (2009: 20), a categoria de doença tropical foi criada no contexto europeu, principalmente a partir da disciplina de medicina tropical⁵²⁸, fundada por Patrick Manson na London School Tropical of Medicine, em 1899. O historiador afirma também que,

As doenças tropicais permitem pensar questões como a divulgação e circulação das idéias científicas, a aplicabilidade destas idéias em termos locais, a utilização de técnicas e tecnologias para o combate das doenças, a elaboração das políticas públicas, a relação entre os médicos locais e as comissões médico-científicas externas, as condições geográficas da região. (SCHWEICKARDT, 2009: 20).

Portanto, ao vincularmos a ocorrência de doenças a uma localidade ou grupo específico percebemos que o estudo da história das ciências e da saúde não pode ser desassociado da história da região, devido as condições geográficas, culturais e socioeconômicas e históricas do grupo analisado.

⁵²⁸ A medicina tropical trata-se da área que trata com maior ênfase as doenças mais presentes nas regiões tropicais e subtropicais.

Com o crescente interesse de compreender os mecanismos de transmissão de doenças com etiologia microbiana suspeita ou atestada, as investigações realizadas cogitavam vários causadores para o acometimento de doenças, tais como água, alimentos, esgoto, dejetos humanos, animais e insetos. Na imprensa, tanto estrangeira, quanto brasileira, entre as especulações feitas sobre a causa de doenças começou a se divulgar muito sobre o papel de insetos na transmissão de doenças, sobretudo entre 1880 e 1890 (BENCHIMOL; SILVA, 2008: 720).

Ao discutir sobre o desenvolvimento da medicina tropical, associada aos casos incidentes de malária ocorridas no Brasil, Benchimol e Silva (2008: 722) demonstram que,

Em fins do século XIX houve intensos conflitos a propósito da identificação e, por consequência, da profilaxia e do tratamento de doenças em núcleos urbanos e zonas rurais do Sudeste do Brasil, convulsionados pela imigração estrangeira, mudança de regime político, industrialização e pelos desdobramentos socioeconômicos da derrocada do escravismo. As controvérsias sobre doenças que grassavam endêmica ou epidemicamente no país revelam a importância que a microbiologia adquiria na saúde pública.

No ponto de vista institucional, a demanda que provocou o crescimento e desenvolvimento da microbiologia, que teve como marco a criação do Instituto Bacteriológico de São Paulo em 1892 e o Instituto Bacteriológico Domingos Freire, instituto criado na mesma época, no Rio de Janeiro. Quanto aos estudos desempenhados por Adolpho Lutz e por outros bacteriologistas do Rio de Janeiro na década de 1890, assim como com os ingleses e italianos, houve um foco a respeito da etiologia da malária e sobre o seu modo de contaminação e transmissão (BENCHIMOL; SILVA, 2008: 722).

Assim como o desenvolvimento da microbiologia, a *Geografia da Saúde* também é uma área do conhecimento que está em progressivo desenvolvimento desde o século XIX. Destacando-se, entre seus objetivos, pela tentativa de proporcionar um estudo em que são exploradas as relações entre a espacialidade do processo “saúde-enfermidade”, isto é, a vinculação que pode ser estabelecida entre uma região geográfica e as doentes que seus habitantes ou transeuntes estão mais suscetíveis a serem infectados (PEITER, 2005: 5).

Júlio César Schweickardt (2009: 12), em sua tese, cujo objetivo “é refletir sobre as atividades de saneamento no Estado do Amazonas no período da Primeira República no Brasil”, ao abordar sobre a lógica que culminou na necessidade do desenvolvimento da medicina tropical, aponta que,

A percepção da natureza começou a ser problemática quando os brancos europeus se estabeleceram nas regiões tropicais, pois essas passaram a representar o perigo para sua saúde física e moral. Os trópicos se transformaram de uma visão romântica que valorizava a harmonia para um caos evidenciado pela doença e pelas pragas que castigavam os colonizadores. E, como ápice deste processo, surge a especialidade da medicina tropical no final do século XIX na Inglaterra, como uma pretensão de domínio sobre os trópicos e sobre o diferente (Arnold, 1996). (SCHWEICKARDT, 2009: 54).

Nesse sentido, podemos compreender que a medicina tropical surgiu como uma disciplina na qual são estudados os casos em que as patologias se manifestam em climas mais quentes. O domínio desse conhecimento seria essencial para que fosse possível ter um controle sobre a manifestação dessas doenças, evitando-as e dando fim às condições que propiciavam sua ocorrência, pra um melhor controle das regiões endêmicas e para uma melhor garantia de sua utilização com fins econômicos, como ocorreu com o tratamento de trabalhadores dentro do canteiro de obras da construção da ferrovia Madeira-Mamoré (1907- 1912) com o uso de quinina, a fim de evitar acessos ou acessos mais graves de malária.

Ainda na introdução de seu trabalho, Schweickardt (2009), amplia o debate a respeito de como o estudo das doenças tropicais. Além de uma questão de saúde pública cujo intuito era o tratamento para melhora da qualidade de vida dos habitantes dessa região, pode ser interpretada como um marcador que nos permite pensar sobre a divulgação e circulação de ideias científicas e de como sua aplicabilidade ocorria conforme a localidade de destino.

Pensando nas nuances que nos possibilitam visualizar a desigualdade de acesso a divulgação de métodos e tratamentos médicos, por meio das referências utilizadas em nosso trabalho buscamos retratar a existência de uma “fronteira sanitária”, não apenas no que se refere a forma como as doenças se manifestam, mas sobretudo em como o governo empenhou-se em trata-las.

Também se debruçando sobre a existência de uma fronteira sanitária, o médico e pesquisador István Varga (2007) em seu artigo busca tratar sobre a trajetória das políticas de controle de endemias no Brasil, utilizando o exemplo dos cuidados com o combate da malária no Maranhão como estudo de caso.

Entre os métodos utilizados com o objetivo de sanar as questões sanitárias, o médico enfatiza o movimento chamado de “campanhismo”, tais como o executado por Oswaldo Cruz na tentativa de conter a varíola a partir da vacinação obrigatória da

população brasileira. Para o autor, “(...) esta concepção militarizada e emergencial de enfrentamento de endemias” (VARGA, 2007: 30).

No entanto, mesmo utilizada como medida “emergencial de enfrentamento”, citando Sevcenko (1993), Varga (2007) expõe que essas medidas truculentas, mesmo que com o objetivo de garantir a saúde a partir do combate dos motivos pelos quais a população adoecia, além de pouco aceita, causou uma série de vítimas, tais como aqueles que tiveram o desalojamento compulsório decretado ou foram presos durante o movimento que ficou conhecido como “Revolta da Vacina”.

No que se refere ao desenvolvimento do campo da saúde pública, Varga (2007: 32) destaca que,

O campo da Saúde Pública polarizava-se, então, entre duas posições: uma via nas cidades e na priorização ao avanço da urbanização a perspectiva da conquista da modernidade, e a outra pretendia o resgate da nacionalidade a partir da abordagem prioritária de seu elo mais frágil: os sertões.

Segundo Varga (2007: 32), Oswaldo Cruz e seus companheiros de comissão estariam vinculados ao primeiro grupo, enquanto o segundo era composto por médicos das maiores cidades do país – Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) começaram a propor mudanças na forma como o método de saúde pública era aplicado até então. Esse movimento ficou conhecido como “reforma sanitária”. Nele, conforme o autor cita ter comentado em outro trabalho, publicado em 1996,

(...) esse modelo calcava-se em teorias em voga no campo das Ciências Sociais americanas da época, para as quais as doenças mais comuns entre as classes sociais subalternas eram resultantes de uma cultura da pobreza e da ignorância¹ decorrente, reprodutora de hábitos insalubres. Era necessário, assim, o reconhecimento dos fatores socioeconômicos que determinariam essa cultura, para definir as estratégias a serem adotadas para vencer as barreiras culturais e induzir essa população mais pobre (que além de ignorante e supersticiosa era tida como desorganizada) a aderir pacificamente às recomendações e medidas propostas pelos programas oficiais de saúde, o que contribuiria também para reintegrá-la à sociedade (...) (VARGA, 1997, apud VARGA, 2007).

Partindo da medida empreendida pelos médicos da “reforma sanitária”, e da ação de entender os fatores socioeconômicos e culturais das populações brasileiras mais pobres foi possível traçar um plano para que eles aderissem às medidas de saneamento de forma mais pacífica, possibilitando que esses também fossem integrados ao plano sanitário do governo. Segundo, André Vital (2011: 14),

A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas nasceu, não só para buscar sanar problemas estratégicos referentes à fronteira paraguaia, mas também para reforçar a vigilância da fronteira acreana e aumentar a comunicação com a Amazônia.

Quanto as contribuições da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, ou apenas “Comissão Rondon”, além do que já foi citado por Vital (2011), podemos destacar também a importância do reconhecimento territorial e do clima, bem como das doenças mais presentes na localidade para que as devidas ações fossem tomadas, para a melhoria na qualidade de vida dos habitantes da região e a viabilidade de utilização do espaço para continuidade da construção de linhas telegráficas no trajeto analisado.

No próximo tópico destacaremos esse movimento de identificação realizado pela Comissão Rondon a partir da análise dos relatórios dos médicos tenentes Armando Calazans (1908) e Joaquim Rabello (1909).

A AÇÃO DA COMISSÃO RONDON NA PASSAGEM NO MATO GROSSO E AS DOENÇAS TROPICAIS

No ano de 1907, o então presidente do Brasil, Affonso Penna (1906-1909) solicitou que o coronel Cândido Mariano da Silva Rondon ⁵²⁹ a chefiar uma comissão entre os estados do Mato Grosso e Amazonas a fim de construir uma linha telegráfica entre eles. A expedição, que contou com uma série de especialistas, além da construção da linha, também ficou responsável pelo levantamento de informações e análise da região pela qual eles passavam (VITAL, 2011: 546).

Em nosso trabalho, utilizaremos como fonte dois relatórios organizados por médicos tenentes da comissão Rondon para analisar o quadro nosológico apresentado no trajeto entre Cáceres até a cidade do Mato Grosso, em 1908. Primeiro documento, publicado em 19 de abril de 1908, por Armando Calazans e o segundo por Joaquim Pinto Rabello em 05 de janeiro de 1909.

Em seu relatório sobre “a secção de Cáceres ao Mato Grosso”⁵³⁰, Calazans (1908: 3) informou que eles iniciaram o serviço fazendo “(...) a dissecação do terreno, em parte

⁵²⁹ Nascido no distrito de Mimoso, foi responsável maior pela coordenação de um grande projeto que abarca não só a implantação do telégrafo, mas a introdução dos povos indígenas à sociedade envolvente, através do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores. (SIQUEIRA; MACHADO; ÁVILA, 2016: .7).

⁵³⁰ Cáceres é um município pertencente ao estado do Mato Grosso, no relatório, o destino “Mato Grosso”

húmido e outros cuidados de hygiene que urgião não adiar afim de cercarmos os soldados de algum conforto, garantindo-lhes saúde”.

O médico relata também que entre as providências tomadas durante a expedição, logo começaram a surgir os primeiros casos de febre intensa, que acometia cada vez mais pessoas da incursão a cada dia. Os acessos aconteciam de forma intermitente, sumindo em horas ou dias, mas já despertando a atenção de Calazans, que acreditava tratar-se de quadros de doenças infecciosas. (CALAZANS, 1908: 3).

Antes de falar os pormenores relativos à movimentação de doentes dentro da seção, é relatado a respeito do estado físico dos soldados encaminhamos à construção da linha telegráfica de Cáceres ao Mato Grosso. É noticiado, por exemplo, que entre os óbitos ocorridos devido a varíola ocorreram em pouca quantidade e apenas em pessoas que ainda não haviam sido vacinados. Entre a caracterização dada aos trabalhadores da linha telegráfica, Calazans (1908: 4) aponta que,

Em que pese á administração de quem quer que seja, 60% dos soldados vindos para estas paragens são indivíduos depauperados, enfraquecidos e muitos sem a robustez physica necessária para o serviço; outros, soffrendo de moléstias chronicas, syphiliticas e tantos outros em condicções de receptividade mórbida. Por isso não devemos estranhar que no nosso mappa, apenso ao presente relatório, consigne vários casos de moléstias, que ahi não apresentariam se, para estes importantes serviços de campo, mandassem indivíduos sãos e com a robustez indispensavel. Seria para dezejar que, ao empregandemrmos o serviço – Diamantino – Acre – nos fosse fornecido pessoal capaz de nos ajudar com vantagem a chegarmos ao fim de um trabalho, cuja conclusão tanto nos honrará

Como exposto no trecho acima, além da condição de possíveis doenças devido ao clima muito úmido da região entre Cáceres ao Mato Grosso, é relatado que muitos dos casos de doença poderiam acontecer com mais frequência e de forma mais acentuada devido a condição de saúde pré-existente dos trabalhadores encaminhados para a construção da linha telegráfica. As deficiências alimentares e o adoecimento por doenças crônicas os tornariam mais suscetíveis a contrair novas infecções presentes na região por onde eles passavam ou até mesmo dentro do canteiro de obras das linhas telegráficas.

Sobre a cidade e seus habitantes, Calazans (1908: 5) afirma que ao chegar no destina deles, “a cidade do Mato Grosso”, logo tornou-se notável que,

(...) a absoluta falta de hygiene; o povo ahi vai vivendo com insufficiente alimentação, mal vestido e residindo em velhos casebres em ruinas, onde mal penetra a luz e o ar; abusando dos banhos em horas

ou “cidade do Mato Grosso” possuem uma distância de 30,9km entre si. (SIQUEIRA; MACHADO; ÁVILA, 2016: 25).

de maior calor e quasi diariamente entregues a libações alcoolicas. Ou porque o senhor Major Chefe desta commissão mandasse proceder a rigorosa limpeza na abandonada cidade, abrindo valas para escoamento das aguas estagnadas, ou porque os habitantes fossem logo arrastados ao serviço de linhas e outros que lhes foram offerecidos e aceittos ou ainda porque se lhes offerecesse occasião de melhor se alimentarem ou por qualquer outras causas, o facto é que foi satisfatorio o estado sanitario d'aquella população e do nosso pessoal durante a nossa permanencia n'aquella cidade.

Conforme as observações do médico, a localidade é observada como sem nenhuma condição de higiene e a situação de seus habitantes também era precária, na qual a alimentação, a moradia e até mesmo as roupas não foram consideradas adequadas para Calazans como satisfatórias no ponto de vista sanitário. No entanto, apensar dessas condições, com a chegada da Comissão e ações por ela tomada, tais como a limpeza das valas em que havia água estagnada e a contratação das populações locais e oferecimento de melhores condições de vida a eles, tornou o local sanitariamente mais satisfatório.

A respeito das doenças presentes na região, o paludismo é citado como um dos que apresentava maiores casos de manifestação e, segundo as análises das três vezes que passaram o local e pelas informações da população local, tratava-se de uma doença endêmica, ocorrendo em uma certa época do ano, quando “baixam as águas” e as febres atacam a população (CALAZANS, 1908: 5).

Abordando sobre a “cidade de Matto Grosso”, o médico destaca que, devido a situação topográfica apresentada pela cidade, nunca poderia ter uma “salubridade completa”, tendo em vista o fato de suas terras serem baixas e anualmente ficarem alagadas durante o período de cheias do rio Guaporé. Outras informações destacadas pelo médico referente a outras doenças que acometiam as pessoas nessa região.

Entre as doenças citadas, então: “corrupção”, “retite gangrenosa epidêmica”, o paludismo e o bório. Mas nenhuma delas é explicada ou detalhada quanto aos sintomas apresentados nos pacientes que as contraíram nesse primeiro momento. No tópico que narra a saída da cidade de Mato Grosso, o paludismo é mais trabalhado, no qual é descrito como presente em suas múltiplas formas: febre intermitente, perniciosa, remittente, continua e larvada, bem como combinação dessas e muitos casos de remirrente biliosa e typho malaria. (CALAZANS, 1908: 9)

O 1º médico tenente de 5º classe, Dr. Joaquim Rabello em seu relatório, publicado em 1909, relata os movimentos sanitários na secção do tronco entre 6 de julho e 31 de dezembro de 1908. Primeiramente ele explica o motivo pelo qual seu relato corresponde

a esse recorte cronológico, cujo início corresponde ao momento em que a chefia da Comissão o convocou para assumir a missão no serviço sanitário junto ao acampamento.

Em sua chegada ao acampamento, Rabello afirma ter se deparado com um grupo de 20 pessoas, entre civis e militares, que precisavam de assistência médica, que foi imediatamente prestada por ele. Quanto as doenças tratadas, Rabello (1909: 25) relata que,

(...) verifica-se que o numero de baixas por molestias internas aproxima-se ao de baixas por ferimentos e molestias externas. Das molestias internas, o paludismo ganha a primasia em numero. Vêm em segundo logar as affecções do tubo gastro intestinal, o terceiro cabe ao rheumatismo nas suas diversas modalidades. Devocontudo declarar que o paludismo tem-se manifestado sob mais branda de suas fórmias – a febre intermitente quotidiana ou a terçã. Tanto assim, que o conhecimento hematozoario descoberto por Laveran, o emérito medico do exercicio francez, não conseguiu até o presente, felizmente, fazer uma unica victima. No entretanto, as informações prestadas a respeito ao paludismo por varios individuos empregados na industria extractiva da borracha eram demais desoladoras.

Embora Rabello (1909) não se aprofunde nas informações passadas pelos indivíduos que trabalhavam na indústria extrativista, a partir das páginas seguintes do relatório, que relatam as formas de tratamento aplicadas aos doentes que, mesmo debilitados, continuavam a trabalhar nos permite identificar não apenas a forma como a situação de vida dessas pessoas em muitas vezes era incompatível com uma boa qualidade de vida, como também nos proporciona perceber que a assistência médica disponível na região estava aquém do esperado e necessário para garantir o desenvolvimento econômico da região em detrimento da saúde das pessoas responsáveis pela coleta das matérias primas que impulsionavam a economia local. Esse tipo de situação também pode ser uma exemplificação do que trabalhamos nesse artigo como “fronteira sanitária”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho tivemos como propósito explorar o conceito de doença durante o período republicano brasileiro. Em meio a nossa análise, trabalhamos com os autores Leonidas Hegenberg (1980) e Moacyr Sciliar (2007), que nos ajudaram a conceituar o termo e, posteriormente interligamos seu desenvolvimento como fruto das concepções sociopolíticas e culturais aos quais ele está inserido.

Ao comentarmos a respeito de desenvolvimento do conceito de doença e das praticas médicas e de cura, destacamos a contribuição da “Medicina Tropical” como um

ramo que deu ênfase a necessidade de identificação das doenças consideradas tropicais, possibilitando o avanço nos conhecimentos médicos de suas causas e tratamentos. Feita a apresentação inicial da evolução desse ramo da ciência e de nomes médicos que podem ser considerados destaques nesse processo, tais como Oswaldo Cruz, Adolpho Lutz e Charles Laveran, por exemplo.

A partir das informações contidas nos relatórios dos tenentes médicos Armando Calazans (1908) e Joaquim Rabello (1909) sobre os acontecimentos durante a expedição de ambos em conjunto com a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, foram apresentadas informações quanto a topografia e o quadro nosológico presente na região em que perpassaram com a construção da linha telegráfica.

Além disso, nos apresentaram uma quantidade importante de informações a respeito das doenças mais presentes no território, mas também sobre a necessidade de tratamento médico a ser prestado aos habitantes da região e aos indivíduos que trabalhavam com a indústria extrativista naquela localidade.

Em nosso trabalho, com o auxílio de autores como Jaime Benchimol (2000), Jaime Benchimol com André Felipe Silva (2008), André Vital (2011) e Júlio César Schweickardt (2009), para não apenas compreender como ocorreu o desenvolvimento da medicina tropical, mas sobretudo de que forma as informações e técnicas conquistadas a partir dos avanços dessa área foram assimilados pela região noroeste do país.

Identificamos uma dificuldade no acesso a essas informações e cuidados médicos e, a partir dessa percepção em conjunto com a análise das informações obtidas através dos relatórios dos médicos tenentes da comissão Rondon supracitadas, acreditamos ser possível concluir que a chamada “fronteira sanitária” estudada por István Varga (2007) e Paulo Cesar Peiter (2005) pode ser exemplificada quando observamos o quadro sanitário e de assistência médica presente entre as cidades de Cáceres e Mato Grosso, nosso objeto de estudo nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

Fonte

CALAZANS, Armando. Secção de Cáceres a Matto Grosso. In: COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATÉGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS. N.º 6 - **Serviço Sanitário**. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1908, p. 1-19.

RABELLO, Joaquim P. Relatório do movimento sanitário ocorrido de 6 de Junho a 31 de Dezembro de 1908. In: COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATÉGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS. N.º 6 - **Serviço Sanitário**. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1908, p. 21-33.

Bibliografia

BENCHIMOL, Jaime L. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(2), 2000, p.265-292.

BENCHIMOL, Jaime L.; SILVA, André F. C. da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.3, jul.-set, 2008, p.719-762.

HEGENBERG, L. Evolução histórica do conceito de doença. In: **Doença: um estudo filosófico [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. p. 17-30. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/pdj2h/pdf/hegenberg-9788575412589-03.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

PEITER, Paulo Cesar. **A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio**, 2005, 334p. Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ: Rio de Janeiro, 2005.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)**, 2009, 425p. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Manaus, 2009.

SCLIAR. Moacyr. História do Conceito de Saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1), 2007, p.29-41.

SIQUEIRA, Elizabeth M.; MACHADO, Fernanda Q.; ÁVILA, Luciwaldo P. **O Brasil pelos brasileiros: Relatórios científicos da Comissão Rondon**. Ed. Fundação Ivete Vargas, Rio de Janeiro, 2016, 128p.

VARGA, István V. D. Fronteiras da Urbanidade Sanitária: sobre o controle da malária. **Saúde e Sociedade**, v.16, n.1, jan-abr, 2007, p.28-44.

VITAL, André V. **Comissão Rondon, política e saúde na Amazônia: a trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no Alto Madeira (1909-1919)**. 2011, 158p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

A ATUAÇÃO PÚBLICA DE LÍVIA NO CONTEXTO DA MORTE: A *CONSOLATIO AD LIUIAM*, DE AUTORIA ANÔNIMA (SÉCULO I a.C.), EM QUESTÃO

Thiago Silvério Martins⁵³¹

RESUMO: O seguinte artigo tem como objetivo apresentar os resultados parciais de nossa pesquisa de mestrado em andamento. Interessa-nos compreender a *Consolação a Lúvia*, do autor anônimo, para, desse modo, analisar o comportamento feminino de Lúvia, esposa de Augusto, frente à morte de seu filho Druso. Nesse contexto, a execução dos funerais aristocráticos demonstrava a preocupação com a produção, seleção e promoção de uma memória a partir efetivação dos rituais coletivos e procissões fúnebres, que deveriam ser realizados pela família do morto. Acreditamos que a morte e as atitudes emotivas frente ao luto e ao consolo são culturais e historicamente construídas. O corpo padece, mas a sociabilização, os sentimentos, emoções e práticas evocadas materializam formas de vivenciar a finitude humana e diferem de acordo com o tempo, espaço e grupos sociais específicos.

Palavras-chave: Morte, Memória, Família, Consolatória.

Com o objetivo de apresentar os resultados parciais de nossa pesquisa de mestrado, o seguinte artigo busca analisar, em termos históricos, a relação entre a experiência social da morte e a família imperial no período de Augusto. Pois, tal como entendemos, os mortos na *domus*⁵³² imperial passam a ser lembrados ou, dependendo das circunstâncias, condenados ao apagamento.⁵³³ De acordo com Norbet Elias (2001: 3), a morte e seus rituais evocam aspectos de sociabilização, dependem de contextos distintos e servem para garantir vida eterna aos que já foram. Nesse sentido, a sociedade romana encaixa-se nesse ideal, uma vez que, segundo supomos, os testemunhos documentais (e.g. *Consolação a Lúvia*, do autor anônimo, *Consolação a Márcia e Hélvia*, de Sêneca, epitáfios (OMENA e GONÇALVES, 2018), edifícios funerários, entre outros) apresentam elementos com os quais se evidenciam o respeito dos vivos para com os

⁵³¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História – UFG, bolsista CAPES, orientado pela Professora Doutora Luciane Munhoz de Omena. E-mail: thiagossilverio@gmail.com

⁵³² A palavra *domus* é entendida como lugar onde a família exerce influência direta na posição e prestígio de um indivíduo; sendo a riqueza e a respeitabilidade social símbolo de *status* e honras (SALLER, 1984: 349).

⁵³³ A expressão *domus Augusta* apareceu pela primeira vez no ano de 13 d.C., em Ovídio (MOREAU, 2005: 8), nas suas *Pônticas*. Citemos *in extenso*: “O momento é favorável às súplicas: ele se encontra feliz e vê consolidar a força de Roma em sua plenitude; sua esposa, incólume, conserva fielmente seu leito; seu filho amplia os confins do Império Ausônio; o próprio Germânico se supera a anos com seu valor, e a força de Druso não é menor que sua nobreza. Acrescente-se a isso que estão bem suas piedosas noras, suas netas e os filhos de seus netos, e os demais membros de sua Augusta casa (OVÍDIO, *Pônticas*, II.2.67-74).”

mortos – *pietas* – e, como propomos, as imagens da morte, do morto e do morrer tornaram-se elementos imprescindíveis à política augustana (OMENA e FUNARI, 2016).

Logo, interessa-nos pesquisar, nessa proposta de trabalho, a *Consolação a Livia*,⁵³⁴ do autor anônimo. A obra composta por 474 versos é destinada à Livia Drusila, esposa de Augusto, e se propõe a reconfortá-la pela morte de seu segundo filho, Nero Cláudio Druso (9 a.C.). Compreendemos que o texto consolatório articula, promove e destaca, ao longo de sua narrativa, a família imperial e o comportamento de Livia frente a finitude humana e à questão sucessorial. Por conseguinte, o contexto social da morte no ambiente imperial evoca símbolos de poder, a produção e a promoção da memória familiar a partir da execução dos rituais coletivos, incluindo a ocasião do culto aos mortos (DIXON, 1991, 1992; GEORGE, 2005; HALES, 2009; SALLER, 1994; SAVERY, 20003; SMITH, 2006).

A escolha de nossa investigação dialoga com um fato comum a toda humanidade: o enfrentamento com a morte. À época do Principado de Augusto, a morte proporcionava a realização de um espetáculo de poder, um instrumento de produção, seleção e transmissão de memória com base na execução dos rituais e das procissões fúnebres pela família do morto. Os atos repetidos, afetivos, teatralizados, que evocavam a religiosidade e o discurso institucional, evidenciavam a memória familiar e legitimavam a *gens*⁵³⁵ nos domínios do poder. Para os membros da aristocracia, as procissões fúnebres, a rota e as atividades que envolviam o funeral romano ofereciam uma valiosa oportunidade para construir, exhibir e aumentar a importância dos seus ancestrais e de sua *domus* frente à comunidade cívica (FRAVRO, JOHANSON, 2010: 12 e 16).

Suzanne Dixon (1992: 151) assinala que a partir da metade do século XX ocorre uma reação acadêmica contra o discurso de unidade sólida e harmoniosa da família com interesses comuns. A pesquisadora problematiza essa instituição a partir das renegociações dos papéis familiares como local de conflito, abusos e disputas em torno de um sistema moral, simbólico e emocional da unidade familiar. Para Luciane Munhoz de Omena (2018: 153) havia certa obrigatoriedade de as *gentes* patrícias estabelecerem

⁵³⁴ É interessante ressaltar que os manuscritos em que a *Consolação a Livia* aparecem são muito tardios – a partir do século XV (PEIRANO, 2012: 14) – e a própria palavra *consolatio* está ausente do poema. Hoje é principalmente chamada de *Consolatio ad Liuiam* (ROLÁN, SAQUERO, 1993; MOZLEY, 1957); *Ad Liuiam De Morte Drusi* (SCHOONHOVEN, 1992, p. 69) e *Epicedion Drusi* (BURNAM, 1727).

⁵³⁵ De acordo com C. J. Smith (2006: 2), as *gentes* relacionavam-se à herança, prestígio social e atuavam como marcadores de identidades para definir os grupos sociais com diferentes interesses, *status* social e reivindicação de poder.

alianças políticas a partir do matrimônio, transformando-o em instrumento de conexões no campo político. No contexto das reformas políticas e sociais propostas por Augusto, Lúvia deveria se adequar aos costumes e normas morais vinculadas à tradição romana reinstaurada pelo *Princeps* (CID LÓPEZ, 1998: 143).

A esposa de Augusto concretizaria o ideal de *matrona*, além de apresentar-se como modelo de casamento para o Império Romano. O novo sistema imperial trouxe uma mudança no movimento das mulheres da família de Augusto e, de acordo com Judith Ginsburg (2006: 104), a estabilidade do regime dependia em grande da atuação dessas últimas em assegurar uma sucessão sem problemas. Em uma época em que os casamentos eram cada vez mais políticos (MILNOR, 2009: 278), Lúvia representaria a restauração das práticas sociais vinculadas à fertilidade, à fidelidade aos seus maridos e, conseqüentemente, à *Res Publica*. A imperatriz atuou no Senado a partir da presença em festas, celebrações religiosas e realizou viagens na companhia do *Princeps*. Nesses eventos demonstrava o papel de boa mãe, esposa, madrasta e exerceu notável participação no culto imperial, já que se sentava ao lado do *Princeps* (TREGGIARI, 1971: 142 e 143; BAUMAN, 1992: 99; TAMANINI, 2015).

Nero Cláudio Druso, o filho mais novo de Lúvia, morreu em um acidente equestre em 9 a.C. durante as campanhas na Germânia (Cf. Dion Cássio, 55.1.5; Tácito. *Anais*. III.5.2). Seu funeral foi um grande acontecimento e, possivelmente, um dos primeiros eventos públicos de Lúvia liderando uma procissão pública (BRÄNNSTEDT, 2015: 47). Neste espaço, Lúvia, esposa do *Princeps* e membro da *domus* augustana, possuía uma posição pública. Por isso, esperava-se que, mesmo em luto, pudesse refletir a *uirtus*, mostrando-se firme mediante ao ocorrido, produzindo modelos de comportamentos e a imagem do ‘novo sucessor’, seu filho Tibério. O contexto da morte no ambiente imperial viabiliza um momento de conflito público, a transferência de poder e *status* social, além da redistribuição de posse de propriedades e disputas por papéis sociais (DIXON, 1992: 152).

Em vista disso, a consolatória envolve disputas no poder político: em 9 a.C., Druso morre, porém, Lúvia ainda tinha Tibério, que não estava garantido ao cargo, visto que os netos de Augusto, Lúcio e Caio, pertencentes a *gens Iulia*, ainda estavam vivos. Dessa maneira, ao escrever o texto que consola Lúvia, o autor estaria promovendo o nome do *Princeps* e de sua família, bem como apresentava a atuação de Lúvia dentro de sua *domus* e, ao mesmo tempo, sua *gens*. Embora a autoria e datação do texto não sejam definidas, acreditamos que o autor é contemporâneo de Druso e compunha o grupo de

personagens associados aos ciclos mais importantes de Augusto.⁵³⁶ O verso 202 é o único momento da narrativa que o autor identifica sua posição social como participante da ordem equestre, pois indica que estava presente nos últimos ritos da cerimônia fúnebre de Druso.⁵³⁷

Em nossa pesquisa propomos que o autor anônimo⁵³⁸ seja vinculado aos interesses de Lúvia e reforça sua descendência e ligação com Tibério – futuro imperador – com as *gentes Iulia* e *Claudia*. Para nós é mais plausível problematizar a escrita do texto em um momento de transição, pois quando o sistema político romano se organizou em torno de um imperador os personagens, as imagens e os eventos desse grupo deveriam transmitir a *concordia* – harmonia – para que isso pudesse refletir nos assuntos do governo, visto que as relações existentes na *domus* simbolizavam a *concordia* nas relações sociais com a comunidade (GLOYN, 2017: 3). Como Susan Treggiari (2005: 10) nos indica, os romanos do Principado de Augusto compreendiam que os eventos que aconteciam no ambiente doméstico refletiam na vida pública, política, econômica e religiosa.

No contexto mortuário, a sociabilização proporcionada a partir da morte é evidenciada na maioria dos funerais aristocráticos, em que a família tinha como preocupação de que forma as práticas mortuárias, os rituais e toda a pompa que os cortejos fúnebres evocavam atingiriam os habitantes da cidade. Realizadas de forma pública e conferindo visibilidade aos membros da *domus*, a partir da exibição do cortejo, as cerimônias fúnebres dos grupos aristocráticos reafirmavam suas conquistas, os nomes dos seus ancestrais e buscavam apresentar a reputação das famílias (HALES, 1971: 46). Além da dimensão política - pública, um dos aspectos perante a morte é a atenção no cumprimento das obrigações com os deuses, já que a religião romana se traduzia numa prática norteadora da vida e dos atos dos cidadãos. Evocava-se a recordação, atualização e repetição (SILVA, 2019: 19).

⁵³⁶ Embora a data e autoria da composição sejam inacessíveis, compreendemos que a temática do texto se associa ao período de Augusto, pois os temas abordados dialogam com o contexto cultural do período. Alguns pesquisadores propuseram várias datas para sua composição: imediatamente após a morte de Druso (COGITORE, 1995); entre 9 a.C. – 14 d.C. (VOLLMER, 1923; COPRAY, 1940); à época de Tibério, 14 d.C. – 37 d.C. (RICHMOND, 1981; WITLOX, 1934);

⁵³⁷ *funeris exequiis adsumus omnis eques. (Consolatio ad Liuiam, v. 202).*

⁵³⁸ Em nossa dissertação decidimos encarar o autor da *Consolação a Lúvia* como autor anônimo. Dedicamos um tópico para problematizarmos a questão do anonimato em diálogo com o trabalho de Tom Geue (2017). Nossa estratégia foi realizar a apresentação dos pesquisadores que acreditam em possíveis nomes para composição da obra e, dada a imprecisão autoral, escolhemos encará-lo como autor anônimo.

Entre as práticas mortuárias, considerava-se um insulto negar o sepultamento do cadáver, já que o mesmo não receberia os ritos funerários e não teria, portanto, descanso para sua alma (HOPE, 2009: 117). Quanto à família, estaria condenada à ausência de *pietas*. O culto aos mortos convertia-se numa prática social e cultural, uma vez que o cortejo fúnebre é entendido como prática política; mas, antes de tudo, é um ato sagrado. Segundo Valerie Hope (2003: 116), o termo *lembrança ritual* compreende os atos repetidos e religiosos ligados à lembrança dos mortos e dos seus ancestrais na busca de promover o seu passado. Com efeito, a realização do cortejo fúnebre transforma-se em uma produção de memória social, sinalizando o que deve ser lembrado ou condenado ao apagamento (ASSMANN, 2008: 28).

Por conseguinte, acreditamos que a consolatória endereçada à Lívía como manifestação da dor pela perda de Druso, integra o repertório documental atribuído ao contexto de Augusto e se constitui um veículo persuasivo – retórico que destacava e indicava, a partir da arte do convencimento, os comportamentos sociais esperados frente a situações de calamidades (KER, 2009: 92). Entendemos que a investigação das atitudes perante a morte, o luto e o consolo, presentes na *Consolação a Lívía*, alteram-se de contexto em contexto. Ademais, na sociedade romana, essas práticas evidenciavam o cuidado com os rituais religiosos e o culto aos mortos. Na medida que a morte de Druso se torna em interesse público, consideramos a escrita da obra como um discurso político e regulador de comportamentos.

A *Consolatio ad Liuiam* em questão.

Dada a versatilidade de obras que encontramos com o tema do consolo, reconhecemos a complexidade em definir com exatidão o padrão do gênero consolatório. De acordo com Scourfield (2013: 12), ao encarmos esses escritos, é necessário ir além da noção de gênero textual, pois a escrita dos textos que fornecem consolo é uma prática social que se preocupa com o alívio das emoções e pode assumir várias formas. Baltussen (2013: XIV), em uma definição provisória, acredita que o consolo antigo serviria para um propósito prático e poderia assumir um variado suporte teórico e estilístico. Por ter um caráter fluido e estabelecer relações com diversas formas e estilos textuais, que podem ser considerados como motivos consoladores, buscamos analisar o texto que consola Lívía a partir da sua função social de consolação. Segundo Mónica Celestino (1998):

As *consolationes* podiam adotar diversas formas literárias: epístola, composição poética ou tratado de corte doutrinal. Essa mesma diversidade é a que tem levado alguns estudiosos a negar a existência da *consolatio* como gênero peculiar e autônomo, com a ideia de que o conteúdo não deve ser categoricamente definido, mas sim, sua forma [...] para os antigos a *consolatio* não era um gênero literário bem determinado, precisamente pela diversidade de formas que podia assumir: quando dirigida particularmente a alguém, podia ser incluída ao gênero epistolar; pelo seu conteúdo temático, se assemelha aos *epicedios*; sua estreita relação com a retórica, sob a forma de *laudatio funebris* ou da *oratio consolatio*, a aproxima do *genus demonstraiuum*. (CELESTINO, 1998: 69).⁵³⁹

Elementos consolatórios e motivos para consolar são encontrados em muitos gêneros que não têm nenhum propósito consolatório específico. De acordo com Melanie Celine Stowell (2013: 26), a palavra *consolatio* aparece pela primeira vez na obra de Cícero (104 – 43 a.C.), que escolheu reunir diferentes argumentos consoladores das diferentes escolas filosóficas em uma tentativa de encontrar uma forma que pudesse apaziguar a turbulência deixada em sua alma com a morte de sua filha Túlia:

Há também aqueles que reúnem todos os tipos de argumentos consoladores - pois cada um é afetado de maneira diferente - da mesma forma que eu, em meu consolo, juntei tudo em uma tentativa de consolar; pois meu espírito estava agitado e eu estava tentando todos os meios para curá-lo. (Cícero, *Discussões Tusculanas*. 3.76) – Tradução da versão de Stowell, 2013: 26.⁵⁴⁰

Para evitar a exclusão de textos associados, compreendemos que a prática social da consolação objetivava a entrega de palavras de consolo para os destinatários que passam por situações de adversidades. Esses textos podem ser manuseados como código de comportamento em momentos de dor, principalmente, em nosso caso, quando essa dor se converte em dor pública. Cícero nos informa também a respeito das cinco tarefas do consolador e da reflexão das possíveis abordagens para o ato de consolar, a saber: “Remover totalmente a aflição, fazê-la diminuir, ou diminuí-la tanto quanto possível,

⁵³⁹ "Las consolationes podían adoptar diversas formas literárias: epístola, composición poética o tratado de corte doctrinal. Esa misma diversidad es la que ha empujado a algunos estudiosos a negar la existencia de la consolatio como género peculiar y autónomo, en la idea de que el contenido no debe ser lo categóricamente definitorio, sino, más bien la forma [...] para los antiguos la consolatio no era un género literario bien determinado, precisamente por la diversidad de formas que podía asumir: en cuanto dirigida a una persona particular, podía incluirse en el género epistolar; por su contenido temático, se emparenta con el epicedio; su estrecha relación con la retórica, bajo la forma de laudatio funebris o de oratio consolatoria, la acerca al *genus demonstraiuum*." (CELESTINO, 1998: 69)

⁵⁴⁰ sunt etiam qui haec omnia genera consolandi/ colligant - alius enim alio modo movetur - ut fere nos/ in consolatione omnia in consolationem unam/ coniecimus; erat enim in tumore animus et omnis in/ eo temptabatur curatio.

contê-la para que não possa se espalhar mais, ou desviá-la para outro lugar” (*Discussões Tusculanas*. 3,75-6). Os consoladores, considerados médicos da alma:

se julgavam indispensáveis, mostrando-se sempre prontos a socorrer os desfavorecidos de sorte, mesmo sem serem solicitados, com argumentos prévio e cuidadosamente preparados para combater os males que mais afligiam o homem, como a doença, a velhice, a pobreza, o exílio e, o maior deles, a morte (RAIJ, 1999: 13 e 14).

Portanto, entendemos que a experiência de escrever e receber uma consolação envolve uma mudança de horizonte do sofredor, como o significado, a importância e a potencialidade que confere às suas emoções em cada contexto específico (AGRELL, 2016: 12). Com efeito, reconhecemos diferenças funcionais e ocasionais na elaboração dos textos consolatórios em que se destacam o ato persuasivo de modificar a forma de pensar do sujeito que lamenta por alguma aflição (REDONET, 2001: 81). Em nosso contexto, identificamos que o autor da *Consolação a Lúvia* apresenta argumentos que objetivam consolar Lúvia e os enlutados pela morte de Druso, bem como organiza um discurso que tem por finalidade evocar práticas sociais e um ideal de comportamento cívico.

Em relação a estrutura da obra consideramos as hipóteses de Schantz (*apud* ROLÁN, SAQUERO, 1993: 18 e 19) já que o mesmo destaca a divisão do texto em três partes: *expositio* (versos 1 ao 166), momento em que o autor expõe a dor de Lúvia, recorda outras mortes vinculadas ao contexto da *domus* imperial, como, por exemplo, Marcelo, 23 a.C., Agripa, 12 a.C. e Otávia Menor, 11 a.C. e sinaliza a atuação de Druso no exército. Na segunda parte, temos a *lamentatio* (versos 167 ao 328), que destaca as virtudes e comportamentos de Druso e a comoção da comunidade cívica perante sua morte (*Consolação a Lúvia*, vv. 170-210). Por fim, a terceira parte compõe a *consolatio* (versos 329 -474). Nela percebe-se a atenção que o autor fornece para a forma que Lúvia controla sua dor, já que a sua conduta, mesmo no contexto de morte, deveria refletir a *uirtus* (*Consolação a Lúvia*, vv. 355 – 357).

Embora as mulheres imperiais sejam privadas de cargos públicos, a consolatória deixa claro que viviam sob olhar da população e que suas ações poderiam impactar diretamente os cidadãos romanos (*Consolação a Lúvia*, vv. 352 – 351). Com efeito, a morte e o cortejo fúnebre de Druso, evidenciados no texto a partir do seu *luctus* [...] *publicus* (*Consolação a Lúvia*, v. 66) e do funeral público (*Consolação a Lúvia*, vv. 169 – 190), garantem o processo de reintegração do grupo familiar no espaço social. Na ocasião da morte de Druso Lúvia recebeu honras como o *ius trium liberorum* e a concessão de

esculturas públicas (PRYZWASKY, 2008: 26). Além disso, destacamos que o poeta acrescenta um discurso direto de Lívía com uma extensa lamentação entre os versos 121 – 164, que, de acordo com Lovisa Brännstedt (2015: 38), fazem com que a consolatória seja o único texto antigo em que Lívía fala em primeira pessoa.

Na consolatória o autor anônimo evidencia as expectativas de Lívía para o retorno de Druso (*Consolação a Lívía*, vv. 29 – 36), pois, se tivesse retornado a Roma com vida, era responsabilidade especial de Lívía a preparação da carruagem para comemorar o seu retorno. Com a morte do jovem é seu dever, ainda, liderar a procissão fúnebre do filho:

Ignorante do teu destino, mãe,
preparavas-te, para cumprir seus votos em homenagem a Júpiter e à
Minerva, e preencher com presentes o venerado deus Marte,⁵⁴¹
e todos os deuses que é justo e certo honrar,
em seu sentimento de mãe você imaginou triunfos solenes,
talvez você já tenha cuidado da carruagem triunfal.
Em vez de triunfos solenes, você é obrigada a liderar a procissão
fúnebre,
e para Druso, no lugar da cidadela de Júpiter,
a tumba o esperava.⁵⁴² (vv. 21 – 26)⁵⁴³

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, além da *Consolação a Lívía*, destacamos a atuação de Lívía no contexto da morte de seu filho Druso também na *Consolação a Márcia*, de Sêneca (4 a.C. – 65 d.C.). Lívía em ambos os textos se apresenta como um exemplo para outras mulheres enlutadas. A *Consolação a Márcia* é uma obra dedicada a Márcia, filha de Aulo Cremúcio Cordo, para consolá-la pela morte de seu filho. Márcia é exposta a dois modelos opostos de como lidar com o luto: Otávia, irmã de Augusto, que nunca superou a dor pela morte do filho Marcelo, retirando-se da vida pública (Sêneca, *Ad Marciam*, II, 4), e Lívía, que após a morte de Druso encontrou conforto nos conselhos do filósofo Areus para controlar suas emoções (Sêneca, *Ad Marciam*, IV, 2), demonstrou autocontrole no cenário público – político de Roma e não temeu a exibição

⁵⁴¹ Na versão original Marte é nomeado como *Gradius*. Sendo um dos deuses que um general ou soldados poderiam jurar no momento de batalhas (Cf. Liv. AUC. 5. 52. 7. 3 *templi tenetur loquar? Quid de ancilibus uestris, Mars Gradiue tuque, Quirine pater? Hec omnia in profano dereri.*; Liv. AUC. 1. 20. 4. 1 *uenerabiles ac sanctas fecit. Salios item duodecim Marti Gradiuo legit, tunicaeque pictae insigne dedit et super tunicam.*; Liv. AUC. 2. 45. 14. 2 *M. Fabi, reuertar ex acie; si fallat, Iouem patrem Gariduumque Martem aliosque iratos inuocat deos. Idem deiceps.*).

⁵⁴² *solvere uota Ioui factorum ignara tuorum,/ mater, et armiferae soluere uota deae/ Gradiuumque patrem donis implere parabaz/ et quoscumque coli est iusque piumque deos,/ maternaque sacros agitabas mente triumphos,/ forsitan et curae iam tibi currus erat.* (*Consolatio ad Liuiam*, vv. 21 – 26).

⁵⁴³ Tradução nossa com base na versão de Tomás González Rolán e Pilar Saquero (1993), em Espanhol, e na versão de J. H. Mozley (1957), em Inglês.

pública. Em nossas análises, compreendemos que no contexto da morte o papel público dessas matronas deveria refletir a *uirtus*.

Sêneca descreve como Lívía se move no cortejo de Druso: ela para e chora por todas as incontáveis piras funerárias que ardiam em todo o caminho, pois em cada uma delas parecia estar perdendo o filho novamente (Sêneca, *Ad Marciam*, III, 1). No entanto, o ato público de tristeza de Lívía mudou de caráter assim que chegou em Roma e Druso foi sepultado. Então, ela deixou seu lamento junto ao corpo e não sofreu, segundo Sêneca, mais do que era respeitoso com Augusto, nem Tibério, visto que ainda estavam vivos (Sêneca, *Ad Marciam*, III, 2). Esse último argumento é reafirmado pelo autor anônimo na *Consolação a Lívía*, pois, segundo nos indicam os versos 470 – 474, não seria conveniente que a casa imperial estivesse em luto enquanto Augusto, seu marido, estivesse vivo. O seu luto se torna uma experiência compartilhada, pois além de ser esposa do *Princeps*, ela é exposta à toda população que acompanha o cortejo fúnebre de seu filho (*Consolação a Lívía*, vv. 173 - 208).⁵⁴⁴

Em outras consolações latinas a *laudatio funebris* dirige-se especialmente ao morto, mas na *Consolação a Lívía* o elogio estende-se para Antônio, esposa de Druso (vv. 299 – 318), Lívía (vv. 37 – 50; v. 341), Tibério (vv. 411 – 416) e Augusto (v. 72; v. 453; v. 465; v. 466; v. 473). Enquanto Lívía é retratada como a mãe de luto ideal, Antônio é caracterizada como esposa leal e como nora digna de Lívía – *Drusi digna parente nurus* – (*Consolação a Lívía*, v. 299). Segundo a pesquisadora Molly Pryzwansky (2008: 31), embora as duas mulheres estivessem de luto, o autor as concebe de forma distinta e esse último verso ilustra a primazia de Lívía no poema, pois as mães eram figuras mais importantes do que as esposas.

Lívía é, ao mesmo tempo, a mãe enlutada e um membro público – político e poderoso da família imperial. Como tal, lidera a procissão da morte do filho e não lamenta de forma descontrolada. Assim, supomos que a consolatória a nomeia *matrona* imperial (*Consolação a Lívía*, vv. 80 - 85), posiciona-a como uma das protagonistas de sua *domus* e evidencia o papel feminino no cenário político, tornando-a modelo exemplar, destinada a legitimar o sucessor de Augusto. O *funus publicum* de Druso projeta a *domus* Augusta,

⁵⁴⁴ Na *Consolação a Lívía* o relato do funeral público de Druso compreende os versos 173 a 208. Por ser um funeral público, o poema destaca também a participação de Augusto pronunciando a *laudatio funebris* ao morto (vv. 209 – 216), bem como a presença das cortes armadas ao redor da pira funerária (vv. 217 – 220) e apresenta também um diálogo entre as divindades Tíbre e Marte. Tíbre se apresenta impressionado com a morte de jovem e, inconsolável, ameaça aumentar o fluxo de suas águas para apagar as chamas da pira funerária (vv. 221 – 252).

reafirma a importância da descendência de sua *gens* na política e projeta Lúvia como matrona piedosa (*Consolação a Lúvia*, vv. 75 – 86). A pesquisadora Lovisa Brännstedt (2015: 39) argumenta que a morte de Druso se transformou em um divisor de águas para o papel público de Lúvia como *matrona* imperial, pois a realização do cortejo funerário, um evento político – público, colocou suas virtudes em exibição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto social do Principado de Augusto, a morte convertia-se em uma prática social, já que as procissões fúnebres evocariam identidades romanas (OMENA e FUNARI, 2017: 54). Dessa forma, o *status* dos enlutados e a presença do público no funeral de Druso exigia uma atuação ao nível de *exemplum* dos seus participantes. Nessas ocasiões, o público esperava demonstrações de autocontrole por parte da elite e julgava se eles lidavam com o luto de maneira digna à sua posição social (VEKSELIUS, 2018: 46). A finitude humana para as famílias aristocráticas evidenciava um espaço de concorrências e visibilidade, fundado na exibição no cortejo. Tornava-se artifício para reafirmar suas conquistas, o nome dos seus ancestrais e a manutenção da reputação da família (HALES, 1971: 46).

Como vimos, a residência doméstica do imperador era um importante local de construção de memória e traduzia-se em um espaço de definição de poder, à medida em que não havia segregação entre as atividades realizadas na vida pública e privada. Ao estudarmos as imagens de Lúvia, sobretudo, no contexto mortuário, percebemos que são formuladas para propagar e consolidar a manutenção de seu nome durante os governos de Augusto e Tibério. Nesse sentido, a Consolatória nos permite essa análise, pois confirma que suas atitudes eram observadas com interesse pelos romanos, já que era uma importante matrona que tinha como obrigação preocupar-se com os descendentes de sua dinastia. Logo, descrever acerca dos comportamentos de Lúvia frente à morte é uma forma de sociabilizar e educar o social.

REFERÊNCIAS:

AUTOR ANÔNIMO. *Consolatio ad Liviam*. Trad. Tomás González Rolán e Pilar Saquero. Madrid: Ediciones Clásicas, 1993.

CÍCERO, M. T. *Discussões Tusculanas*. Trad. de Bruno Fregni Bassetto. Uberlândia: UDFU, 2014.

SÉNECA. *Consolaciones, Diálogos, Apocolocintosis y Epístolas morales a Lucilio*. Estudio introductorio por J. M. Díaz Torres. Trad. de H. Mariné Ididro e I. Roca Meliá. Madrid: Gredos, 2013.

SÉNECA. *Diálogos*. Consolaciones a Marcia, a su Madre Helvia y a Polibio. Apocolocintosis. Intr., trad. y notas de J. Mariné Isidro. Madrid: Gredos, 1996.

OVID. *The Art of Love, and the other poems*. English translation by J. H Mozley. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1957.

OBRAS GERAIS

AGRELL, Beata. Consolation of Literature as Rhetorical Tradition: Issues and Examples. LIR. journal, n. 4, p. 11–38, 2016.

ASSMANN, Jan. Religión y memorial cultural. – 1a ed. – Buenos Aires: Lilmod, Libros de la Araucaria; 2008.

BALTUSSEN, Han. Cicero's Consolatio ad se: character, purpose and impact of a curious treatise. Greek and Roman consolations: Eight studies of a tradition and its afterlife, 2013, p. 67 91.

BAUMAN, Richard A. Women in the Augustan Principate. In: Women And Politics In Ancient Rome. London: Routledge, 1992.

BRÄNNSTEDT, Lovisa. Livia on the Move. In: ÖSTENBERG, Ida; MALMBERG, Simon; BJØRNEBYE, Jonas (ed.). The Moving City: processions, passages and promenades in ancient rome. London: Bloomsbury Academic, 2015. pp. 37-47.

CELESTINO, M. M. Las Consolaciones de Séneca. *Estudios humanísticos*. N. 20, 1998, pp. 69-84.

CID LÓPEZ, Rosa Maria. LIVIA VERSVS DIVA AVGVSTA. La mujer del Príncipe y el culto Imperial. Arys 1, 1998, pp. 139 – 155.

COGITORE, Isabelle. Praecursoria consolatoria: hypothèses de travail sur la Consolatio ad Liuiam de morte Drusi. Mélanges de l'Ecole française de Rome, v. 106, n. 2, 1994, pp. 1095-1117.

COPRAY, Th. *Consolatio ad Liuiam. Elegiae in Maecnatem*, Nimegen-Utrecht, 1940.

DIXON, Suzanne. The Roman Family: Ancient Society and History. Baltimore, Londres: The Johns Hopkins University Press, 1991.

_____. *The Roman Family*. Londres: The John Hopkins University Press, 1992, 279p.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FAVRO, Diane; JOHANSON, Christopher. Death in motion: funeral processions in the Roman forum. *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol. 69, No. 1, 2010, pp. 12-37.

GEORGE, Michele. Family Imagery and Family Values in Roman Italy. In: GEORGE, Michele (ed.). *The Roman Family in the Empire: Rome, Italy and beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2005, pp. 37 –66.

GEUE, Tom. *Juvenal and the Poetics of Anonymity*. Cambridge University Press, 2017.

GINSBURG, Judith. *Representing Agrippina: Constructions of Female Power in the Early Roman Empire*. APA American Classical Studies 50. New York: Oxford University Press, 2006.

GLOYN, Liz. *The ethics of the family in Seneca*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

HALES, Shelley. The house and the construction of memory. In: HALES, Shelley. *The Roman house and social identity*. Cambridge: University Press Cambridge, 2009, p. 40-60.

HOPE, Valerie M. *Roman Death: the Dying and the Dead in Ancient Rome*. New York: Continuum, 2009, 256p.

_____. Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier. In: WILLIAMS, Howard. *Archaeologies of remembrance*. New York: Ka\PP, 2003, pp. 113-140

KER, James. *The deaths of Seneca*. Oxford: University Press, 2009.

MILNOR, Kristina. Women in Roman historiography. In: FELDHERR, Andrew. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 276-287.

MOREAU, P. La *domus Augusta* et les formations de parenté à Rome. *Cahiers du Centre Gustave Glotz*, v. 16, 2005, pp. 7-23.

OMENA, Luciane M. de. Os laços entre família e morte nas consolatórias de Sêneca. In: GONÇALVES, Ana Teresa Marques; OMENA, Luciane Munhoz de. *Memória e materialidade*. Interpretações sobre Antiguidade. Jundiaí, SP: Paco, 2018, pp. 151-166.

_____; FUNARI, Pedro Paulo. O ridículo de um funeral: a simbologia da morte na sátira Apocolocyntosis de Sêneca. In: OMENA, Luciane Munhoz; FUNARI, Pedro P. A. *As experiências sociais da morte: diálogos interdisciplinares*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017, pp. 53 – 80.

_____; FUNARI, Pedro Paulo A. *Práticas funerárias no mediterrâneo romano*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

PEIRANO, Irene. *Recreating the past. The Consolatio ad Liviam and Elegiae in*

Maecenatem. In. The rhetoric of the Roman fake: Latin Pseudepigrapha in context. Cambridge University Press, New York, 2012. pp. 205 – 241.

PRYZWANSKY, Molly M. Feminine imperial ideals in the caesares of Suetonius. Thesis (Doctorate in Philosophy). Department of Classical Studies, Duke University, Durham, 2008. 263p.

RAIJ, C. F. de M. V. A filosofia da dor nas consolações de Sêneca. Letras Clássicas, nº 03, São Paulo, 1999, pp. 11-22.

REDONET, F. L. La consolatio de caecitate en la literatura latina. Helmantica: Revista de filología clásica y hebrea, Tomo 54, Nº 164-165, 2003, p. 369-390.

_____. *Palabras contra el dolor*. La consolacion filosofica latina de Ciceron a Fronton, Madrid, ed. Clàsicas, 2001.

RICHMOND, John. Doubtful Works ascribed to Ovid, Consolatio ad Liviam. ANRW II, v. 31, n. 4, 1981, pp. 2768-82.

SALLER, Richard. *Patriarchy, property and death in the Roman Family*. Cambridge University Press, 1994.

SCHOONHOVEN, H. *The Pseudo-Ovidian Ad Liuiam de morte Drusi*, Groningen, 1992.

SCOURFIELD J., The De mortalitate of Cyprian: consolation and context, in *Vigiliae Christianae* 50, 1996, pp. 12-41.

SILVA, Suiany Bueno. OS *PRODIGIA* E A *PAX DEORUM*: UMA ANÁLISE DA *SUPPLICATIO* EXPIATÓRIA EM AB *VRBE CONDITA* LIBRI DE TITO LÍVIO (SÉCULO I a.C.) [manuscrito] / Suiany Bueno Silva. - 2019. 228 f.

SMITH, C. J. *The Roman Clan. The gens from Ancient ideology to Modern Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

STOWELL, Robin et al. (Ed.). *The Cambridge companion to the cello*. Cambridge University Press, 1999.

TAMANINI, Andréia. *Domus Liuiiae*: família, gênero e identidade na *gens* imperial. *Ágora: Estudos Clássicos em Debate*, núm. 17, 2015, pp. 215 – 228.

TREGGIARI, Susan. Putting the Family Across: Cicero on Natural Affection. In: GEORGE, Michele (ed.). *The Roman Family in the Empire: Rome, Italy and beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2005. pp. 9 –36;

_____. Women in the time of Augustus. In: *The Age of Augustus*. 2005, pp. 130-147.

VEKSELIUS, Johan. Weeping for the *res publica*: Tears in Roman political culture. Lund, 2018. 237p.

VOLLMER, F. *Poetae Latini Minores*, Leipzig, 1911-1935, vol. II, fasc. 2, 1923, pp. 15-35.

WITLOX, Arnoldus. *Consolatio ad Liviam. Traiecti ad Mosam*, 1934.

O PARQUE MUNICIPAL MATA DA BICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS CONCEITOS DE RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL DE FORMOSA-GOIÁS

*Tiago de Oliveira Ferreira*⁵⁴⁵

RESUMO: Esta pesquisa consiste em demonstrar a trajetória ocorrida no projeto de requalificação do Parque Municipal Mata da Bica, situado na cidade de Formosa-Goiás, exemplificando como foi feito o processo de integração social ao patrimônio natural do lugar pesquisado. O foco de análise é o Memorial Ambiental para Projeto Básico de Paisagismo do Parque Municipal Mata da Bica. A interlocução com a comunidade traz apontamentos do que mudou em relação às narrativas que contam o percurso pelo qual o parque passou, durante a gestão pública atual, bem como os agentes públicos responsáveis pelo desenvolvimento deste projeto de requalificação. Trata-se também do diálogo com representantes das secretarias municipais de governo que foram envolvidos nesta transformação patrimonial sucedida num parque, cujas características mostram a importância de um bioma e a sua representatividade em ecossistema, situado na região central da cidade. Assim, compreende-se essas transformações arquitetônicas do lugar e seus impactos ambientais e sociais numa perspectiva de necessidade de integração sustentável entre o homem e meio ambiente, numa dinâmica que versa sobre a sensibilização social em manter preservado seu patrimônio histórico-cultural, na representatividade do meio ambiente, na forma do patrimônio natural.

Palavras-chave: *Mata da Bica, Patrimônio Natural, Formosa-Goiás.*

Introdução

O presente artigo centra-se em analisar o Parque Municipal Mata da Bica enquanto um espaço de patrimônio natural existente no centro da cidade de Formosa, no estado de Goiás. Nos últimos anos, houve um processo de requalificação no local que permitiu a integração da comunidade, fazendo com que este patrimônio se tornasse mais valorizado, em relação a sua representação cultural para a cidade.

O texto está dividido em duas partes. Primeiramente, aborda o processo histórico de formação do município de Formosa-GO a sua relação com o meio ambiente. Do mesmo modo, ressalta a importância que há na referência para o aspecto de riquezas

⁵⁴⁵ - Mestrando em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual de Goiás – PROMEP/UEG, Campus Cora Coralina – Cidade de Goiás-GO. E-mail: tiagoolifer87@gmail.com; Orientadora: Professora Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes.

naturais existentes abundantemente na região, tornando-se uma representação referencial cultural do município.

Por sua vez, a segunda parte tem como foco o Parque Municipal Mata da Bica enquanto patrimônio natural local. Nesta perspectiva, a proposta de análise centra-se no projeto de requalificação do Parque Municipal Mata da Bica e seus impactos, principalmente os sociais, que são os mais considerados para a proposição de pertencimento ao patrimônio natural, pela comunidade. Esta abordagem, voltada ao parque, visa torná-lo protagonista das ações de defesa e proteção do patrimônio, partindo da própria comunidade local, para a preservação da história de origem da cidade correlacionada aos aspectos naturais.

Por fim, discute-se as intervenções da política pública do município que se interessam em promover benefícios sociais, respeitando os direitos ambientais, na conversão de medidas executivas capazes de suscitar na comunidade o direito à apropriação dos espaços públicos e fazer com que sejam pautadas, no âmbito da administração, as necessidades que a cidade tem em manter preservado o seu patrimônio ambiental.

Formosa-GO: uma história de origem ligada à riqueza natural

No processo de colonização e ocupação do território que atualmente se compreende por município de Formosa, no estado de Goiás, destaca-se a grande quantidade de recursos hídricos existentes na região. Às margens das águas era possível trafegar rebanhos bovinos com segurança, no percurso que levava o gado de Minas Gerais à Bahia, por tropeiros em meados do século XVIII. Os animais e os tropeiros faziam uso dessas águas para suas sobrevivências durante o deslocamento entre as regiões pelas quais o rebanho era levado e Formosa então surgiu quando Goiás ainda pertencia à capitania de São Paulo. Assim, a cidade foi formada por antigos moradores do Arraial de Santo Antônio, no vale do Paranã, que acampavam na região.

Partindo dessas premissas, é possível estabelecer uma analogia entre o meio ambiente e suas contribuições para a formação urbe, Scifoni (2008:20) destacou aspectos que conotaram o nascimento da compreensão do patrimônio natural, abordando que:

O patrimônio natural nasceu, também no Brasil, sob a designação de monumentos naturais, sítios e paisagens naturais de feição notável, como uma categorização que qualificava o chamado monumento. Há o

monumento histórico, o artístico e o natural, todos fazendo parte de uma mesma preocupação nacional, digna de constar na lei maior do país (SCIFONI, 2008: 20).

O município de Formosa é considerado como o berço das águas, por abrigar em sua localização geográfica três nascentes das principais bacias hidrográficas da América do Sul, a do rio Amazonas, a do rio Prata e do rio São Francisco. Ainda acolhe uma gama de paisagens naturais que dão o caráter de cidade das belezas naturais do estado de Goiás, além de potencial polo produtor agrícola.

Para Rodrigues (2000: 87), o conceito que inicialmente provocou a discussão sobre o patrimônio ambiental urbano se tratava de mencionar o que caracterizava:

O conceito de patrimônio ambiental urbano procurava sintetizar elementos diversos, as ruas, as casas, a paisagem, de modo a compor a um só tempo o quadro material que dá suporte à memória e permite preservar o meio ambiente (RODRIGUES, 2000: 87).

São os próprios pesquisadores e moradores locais que contam sobre a história da cidade, remetendo-se às belezas naturais da região como os aspectos que nomearam a cidade como Formosa e, sobretudo, caracterizaram a localidade como um lugar de importante referência natural.

Na concepção de Santos (2002: 66), o bem de valor natural depende da vinculação entre o físico e o social. Assim, o homem vivifica substancialmente o meio, fator este que torna a paisagem indispensável na busca pela identidade do sujeito, mesmo que seja difícil distinguir o valor social do natural.

Partindo deste entendimento, é possível afirmar que desde as primeiras formas sociais existentes em Formosa, o vínculo entre o meio ambiente e a necessidade de recursos básicos do homem estabeleceu uma identidade exploratória desses bens naturais. Embora abundantes, sofreram a ação desta exploração, mas, em contrapartida, imprimiu uma identidade cultural naqueles que deixavam suas marcas e traçaram as características de seus lugares a partir de uma paisagem natural.

A este exemplo, é crível conotar que além da nomeação da própria cidade, sendo referenciada pelas formosas paisagens naturais, muitos bairros da cidade foram assim influenciados em seus nomes, apontando aspectos ambientais naturais para nomeá-los, por exemplo: o Setor Pau Ferro, onde está localizada uma árvore centenária desta espécie, pau ferro, o Setor Bosque, com a presença da reserva de vegetação densa do próprio

Parque Municipal Mata da Bica, o Setor Abreu, onde se localiza o lago do Abreu, entre outros.

Na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural aprovada pela Conferência Geral, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1972, o patrimônio natural foi definido como:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; Os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1972: 02).

Sob essa ótica em relatar a história da formação da cidade, em paralelo à representatividade que há no valor ambiental do lugar, há uma considerável afirmação social por parte da comunidade formosense que clarifica a importância existente no patrimônio ambiental como referência da própria cultura local.

Ainda que este trabalho apresente, predominantemente, um resultado advindo de fontes dialógicas da história, é inegável a contribuição que elas têm para a formação cultural que a própria comunidade se apropria para fazer menção aos constructos históricos-sociais formativos da origem da cidade.

Essa percepção é nítida quando se observa que os pontos turísticos de Formosa, ligados ao patrimônio natural, também são locais em que a comunidade desfruta de celebrações festivas, onde estão dispostos espaços de lazer e convivência, lugares de manifestações culturais típicas da cidade, entre outros. Embora não estejam elencados como os pontos principais das discussões a que esse trabalho se debruça, são afirmações de que a íntima ligação da cidade, da comunidade e da história perfazem o patrimônio natural, como sendo o foco das referências culturais de Formosa.

Scifoni (2008) propõe esta relação do homem com o meio ambiente de modo com que:

O patrimônio simboliza diferentes práticas sociais e memórias de diversos grupos nem sempre reconhecidos pela historiografia oficial. Do ponto de vista do patrimônio natural esse discurso evidencia outras naturezas, apropriadas socialmente e vividas intensamente: a natureza

como parte da memória coletiva, das histórias de vida, a natureza como componente das práticas socioespaciais (SCIFONI, 2008: 18).

O sentido do que se é referenciado assume um protagonismo importante no aspecto social afirmativo de valor patrimonial, segundo Viana (2012) assim, pode-se afirmar é que:

O que é autêntico, desde esse ponto de vista, é aquilo que é real e que se concretiza e materializa num dado momento. Aduz-se que o seu registro (sonoro, visual, literário) não é o fato cultural em si, mas a sua mera reprodução técnica – nos termos de Walter Benjamin – e que pode servir como referência para outras performances culturais, igualmente e necessariamente únicas, mesmo que parecidas e pertencentes a uma mesma tradição (VIANA, 2012: 07).

Nessa conjuntura, a apresentação do Parque Municipal Mata da Bica traz claramente a objetividade desta pesquisa, no que tange a sua formação, bem como o processo de requalificação pelo qual o parque passou, permitindo maior integração social ao seu bioma e espaço patrimonial. Além disso, possibilita o estudo desse bem natural como ponto de referência histórica narrada pela própria comunidade de Formosa, sobre seus ambientes naturais. Acerca dessas discussões, Campos (2017) ressalta que a autenticidade do patrimônio está alicerçada pela memória que o constrói, sobre perspectivas materiais ou imateriais, assim:

O objetivo principal é apontar a identidade social como legitimadora da proteção do patrimônio cultural em todas suas categorias, e demonstrar que não se deve montar uma pirâmide hierárquica entre as categorias do patrimônio cultural, e mais, que a identidade nacional é formada por uma miríade de identidades locais, entidades como conceitos construídos a partir de disputas entre tais identidades, que resultam em determinadas práticas políticas. Além disso, como a lei age como construtor de comunidades imaginadas (CAMPOS, 2017:17).

A questão correlacionada à memória e identidade, na citação acima, pode se associar às percepções construídas na história da comunidade de Formosa, que integra a relação com o patrimônio natural como narrativa de memória dos lugares os quais deram origem à formação da cidade.

De acordo com Pollak (1992:202), quando abordada à temática de memória e lugares, é oportuno relacionar o que a história coletiva representa a um grupo social, a partir de suas memórias. Assim “existem lugares de memória, lugares particularmente

ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter o apoio no tempo cronológico.” (POLLAK, 1992:202)

Partindo da premissa acerca das relações entre história, memória, patrimônio e lugares, é possível compreender que o significado de pertencimento de um grupo a um determinado espaço permite mensurar a correlação existente entre o homem e o meio. Portanto, o diálogo com a comunidade formosense contribuiu para analisar essa correlação, neste trabalho. A esse respeito, Pierre Nora (1993:07) ao discutir sobre a concepção de memória, afirma que:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993: 07).

O que a própria comunidade de Formosa narra, por meio de suas memórias ligadas ao contexto formativo do município e a locais específicos, como, por exemplo, um parque localizado na região central da cidade, exemplifica essa correlação entre o homem e o meio.

Em relação às discussões sobre patrimônio e localidade, ressalta-se que “não há como falar em patrimônio sem localizá-lo. O lugar e o território são intrínsecos à própria noção de patrimônio.” (CAMPOS, 2018: 103). Entender essa relação dinâmica sobre conceitos de lugar e de território clarifica o quão impossível é desvincular do patrimônio, seja conceitualmente, seja na vivência dos grupos ou na gestão do patrimônio, tais conceitos.

Para Campos (2018:109), a ideia de pertencimento ao lugar requer que seja feito, na comunidade, um processo de identificação e identidade, em que o lugar ao adquirir significado para o grupo passa a ser uma referência cultural. Assim, identifica-se um processo de humanização do espaço. Uma forma análoga de relacionar esses conceitos e as vivências sociais está proposta na dialogicidade compreendida entre a comunidade local de Formosa, quando ela relata sua intrínseca familiaridade aos aspectos existentes no patrimônio natural.

Isso demonstra a contribuição que determinados lugares imprime nas características culturais e especificidades de sentimentos oriundos das transformações e

mudanças que ocorrem ao longo do tempo, sejam elas pela ação do homem, ou por fenômenos naturais e isso pode ser exemplificado nos relatos que seguem.

O Parque Municipal Mata da Bica⁵⁴⁶ e seus reflexos sociais

O Parque Ecológico Mata da Bica, popularmente chamado pelos moradores de Mata da Bica, situa-se no centro da cidade de Formosa-Goiás. É uma área de nascente d'água que abriga em sua volta uma importante referência ecológica de vegetação densa, contendo espécies de flora e fauna que coabitam num espaço urbanístico centralizado.

A legislação municipal que garante preceitos de preservação ao parque municipal segue a normativa CONAMA Resolução Nº 369/2006, Art. 8 § 1º, que considera a área verde do local como domínio público. Além disso, prevê o desempenho de “função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização” (CONAMA, 2006: 98).

Figura 1: Parque Municipal Mata da Bica, Formosa-Goiás



Fonte: Acervo próprio do autor

⁵⁴⁶ - Ao longo do artigo, a sigla PMMB é usada para referir-se ao Parque Municipal Mata da Bica.

O documento principal de análise e estudo para subsidiar esta pesquisa foi o Memorial Ambiental para Projeto Básico de Paisagismo do Parque Municipal Mata da Bica⁵⁴⁷, Formosa-GO. Nele, estão contidas as principais informações referentes ao parque, às perspectivas de requalificação que deram norte às ações de ressignificação e ao projeto de reconfiguração arquitetônica, desenvolvido pela atual gestão. O memorial traz a seguinte consideração introdutória:

Observando as condições atuais da área de objeto deste estudo, a falta de proteção dos mananciais e a realidade ambiental constatada nos diagnósticos realizados, somaram a estes levantamentos prévios de dados às solicitações feitas pela gestão municipal e pela sociedade civil durante a audiência pública para a apresentação do Projeto do PMMB realizada no auditório da Prefeitura Municipal em 07 de junho de 2018 (PROJETO DO PMMB – FORMOSA-GO, 2020: 03).

Ainda está descrito no mesmo memorial que a participação comunitária neste procedimento de levantamento de dados e descrição sobre o local, foi crucial para que as intervenções pudessem ocorrer, respeitando, prioritariamente, os direitos ambientais. O objetivo central deste memorial é “propor soluções simples e exequíveis para remediação e mitigação de acordo com o que foi identificado nos diagnósticos.” (PROJETO DO PMMB – FORMOSA-GO, 2020: 04).

O Parque Municipal Mata da Bica foi concretizado, em 1990, quando a Lei Orgânica do Município foi decretada. Segundo Bernardes (2005), as medidas superficiais do parque são de 25,68 hectares. O PMMB é um espaço administrado pelo poder público local e está localizado na área central de Formosa, fazendo limites com os bairros da Formosinha, o Centro e o Bosque, contendo área de vegetação com resquícios de Mata Atlântica e nascente d’água.

O PMMB foi zoneado em seis zonas e especificidades distintas. Cada uma delas recebeu atenção e preservação, conforme as necessidades apresentadas. São elas:

- 1 – Zona de Proteção das Margens, Nascentes e Corpos Hídricos (ZPMNCH);
- 2 – Zona de Proteção Especial (ZPE);
- 3 – Zona de Recuperação (ZR);
- 4 – Zona de Uso Controlado (ZUC);
- 5 – Zona de Uso Educacional (ZUE);
- 6 – Zona de Uso Livre Intenso (ZULI).

⁵⁴⁷ - Neste artigo, o Memorial Ambiental para Projeto Básico de Paisagismo do Parque Municipal Mata da Bica, Formosa-GO, será denominado PROJETO DO PMMB.

Esses zoneamentos são essenciais para o uso e ocupação do solo. O carácter ambiental do parque é instituído “a partir do confrontamento de dados específicos do parque, considerando suas características de declividade, tipos de solo, presença de corpos hídricos, afloramento de águas, vegetação e microclima, além do levantamento de espécies de fauna e flora existentes” (PROJETO DO PMMB – FORMOSA-GO, 2020: 11)

A demonstração de preocupação relatada pela comunidade elucida o pensamento preservacionista voltado ao parque, logo, ao patrimônio natural. A aproximação e abertura do espaço para que as pessoas se integrassem a ele levantou tais questionamentos que fizeram com que a própria comunidade se sensibilizasse mais com os cuidados necessários ao parque.

Portanto, é impossível a tarefa de se separar cultura e lugar, cultura e território (CAMPOS, 2015: 105), como também pode ser impossível a tarefa de se perceber o que é um território, ou um lugar, sem considerar o que ele representa na vivência social ao qual está inserido. Assim, quando são propostos quaisquer projetos de intervenção aos lugares, devem ser, prioritariamente, respeitados tanto os direitos ambientais, quanto os sociais.

No que se refere aos projetos que estão sendo desenvolvidos ou estão em pauta para serem executados, voltados à valorização e reconhecimento dos espaços ambientais como um patrimônio natural no município de Formosa-GO, o secretário municipal de Meio Ambiente, o senhor Ian de Moraes Thomé⁵⁴⁸, externou a seguinte percepção:

Os projetos que estão sendo desenvolvidos eles estão bem canalizados aqui no Parque Ecológico Mata da Bica, justamente um local onde a gente quer a resignificação daquilo que o formosense tem como parâmetro mesmo de parque urbano. Então, é realmente mudar essa visão da população que tinha da Mata da Bica como um local insalubre, um local que não se tinha muito controle das pessoas que adentravam e agora com todas essas intervenções para incluir as pessoas de uma maneira sustentável ao parque, a nossa meta é justamente valorizar o patrimônio natural que é o Parque Ecológico Mata da Bica. (Ian, entrevistado em 24 de junho de 2021)

⁵⁴⁸ - Devido às restrições de contato e recomendações sanitárias de distanciamento social, causados pela pandemia de Covid-19, a entrevista com o Secretário de Meio Ambiente de Formosa-GO, Ian Thomé foi realizada remotamente.

A sustentabilidade referida pelo secretário consiste em ressignificar não apenas os aspectos que configuram o local desta intervenção de requalificação, mas também, dar novos significados ao despertar na comunidade a necessidade emergente em cuidar e preservar o patrimônio natural existente no parque.

É notória a preocupação com a biodiversidade existente no parque. Do mesmo modo, compreende-se que as possíveis maneiras de interação e integração social ao parque trouxeram, indiretamente, a problemática de oferta de educação ambiental implícita nas inquietações mencionadas pelos entrevistados, quanto ao bioma.

Outro morador da cidade de Formosa, que reside próximo ao parque, elencou as seguintes inquietações quanto às mudanças ocorridas neste Projeto de Mata da Bica, Riksson⁵⁴⁹, 27 anos, psicólogo, natural de Formosa, diz que:

Durante esse período, eu me recorro de algumas mudanças que aconteceram na nossa reserva da Mata da Bica, algumas eu considero como positivas e outras, um tanto quanto negativas. Um aspecto positivo que vejo nas mudanças na nossa reserva é o aumento de lazer oferecido e disponível na cidade, pois apesar de Formosa ter muitos anos de existência, nós não temos muitas opções de lazer e as mudanças recentes que aconteceram na Mata da Bica aumentou um pouco essas opções de lazer, onde é possível fazer uma caminhada, interagindo com a natureza, com animais do nosso cerrado, o que já entra num aspecto negativo que é a invasão pelo ser humano neste habitat dos animais, os quais podemos presenciar macacos, cobras ali no deck criado recentemente. (Declaração concedida em 21 de julho de 2021)

Ainda complementou mencionando que outro ponto negativo que aconteceu na mata foi a poluição. Nota-se que o esgoto cai no rio e o lixo fica exposto aos animais, acaba intoxicando e matando-os, até dentro das lixeiras, desde as da rodoviária até as que se encontram no deck. Percebe-se, também, que a mata está diminuindo cada vez mais na sua quantidade de águas disponível, havia bastante água e agora ela é apenas um pequeno lago, no deck.

São aspectos extremamente relevantes que sempre estiveram problematizados na questão estrutural da configuração do parque, mas que vieram à tona de modo mais evidente quando a comunidade se integrou ao espaço natural. Os danos e impactos poluentes são, evidentemente, marcas existentes no parque desde que o crescimento urbano e populacional circundou as margens deste patrimônio natural, porém, a

⁵⁴⁹ - Devido às restrições de contato e recomendações sanitárias de distanciamento social causados pela pandemia de Covid-19, as declarações de Riksson foram coletadas remotamente.

centralidade da obra de requalificação do parque visa justamente uma medida mitigadora a esses agravos.

A autora Simone Scifoni (2008) correlaciona este pensamento de memória coletiva ligada ao ambiente, demonstrando que: “O patrimônio natural inscreve-se, assim, na memória dos diversos grupos que compõe a sociedade e leva em conta o vínculo destes com uma natureza transformada em objeto de ação cultural, em objeto de apropriação social” (SCIFONI, 2008. p.32). Partindo dessa premissa, surgem as justificativas que preocupam a comunidade em relação aos cuidados para com o parque.

As discussões sobre diferentes pontos de vista formam um conceito bastante próximo sobre a preservação da integridade do ecossistema presente no parque, assim, a integração social voltou olhares também protecionistas para o parque. O papel da Secretária Municipal de Meio Ambiente em promover ações consonantes aos anseios sociais amplia o poder participativo comunitário, flexibilizando as práticas de cuidado e de maiores cobranças executivas que defendam o patrimônio natural de Formosa.

É interessante trazer nestas discussões alguns conceitos estabelecidos pelo próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no que concerne aos pressupostos patrimoniais. A esse respeito, destaca-se a Declaração de Lugares de Memória (2014), criada com o objetivo de preservação da memória. Assim, a Declaração consiste “num instrumento de proteção inédito, por meio desse reconhecimento, ainda que um bem cultural tenha perdido sua integridade e autenticidade, em consequência da ação humana ou do tempo, o Iphan poderá reconhecer a importância de seus valores simbólicos.” (IPHAN, 2014).

Isso poderia ser percebido no Parque Municipal Mata da Bica, enquanto lugar de memória e história, narrado sob diferentes perspectivas apresentadas nos diálogos com os participantes, e seus processos de modificação antes mesmo do projeto de requalificação apresentado, uma vez que as narrativas da memória da formação do município de Formosa estiveram, estreitamente, ligadas aos bens ambientais, ocasionando mudanças neles e necessidades iminentes de serem protegidos.

A proposta dessa integração visa incluir valor ambiental ao social, respeitando o bioma ali presente e integrar, também para preservar, as pessoas ao espaço. A partir do momento em que a participação social efetiva e proximal adentrou-se ao espaço ambiental, a necessidade em manter conservado o espaço passou a ser visível e vivenciada, agregando valor ao ecossistema e as pessoas, na oportunidade de usufruto deste espaço.

A execução da obra de integração social ao espaço de patrimônio natural, sobretudo expandiu os conhecimentos comunitários acerca da importância do Parque Municipal Mata da Bica para a cidade, assim como acendeu interesses participativos não apenas da presença da comunidade ao local, mas em participações em defesa do ecossistema como um todo, integrando o que há de valor histórico e cultural, ao que representa a performance configurativa do lugar.

Considerações Finais

Diante da compreensão do valor existente no patrimônio natural de Formosa, no que tange aos seus aspectos ambientais, a qualidade de patrimonialidade permeia os mais amplos significados das referências culturais possíveis, quando se torna integrado o homem ao patrimônio. Essa integração deve primar pela vivência cotidiana com esses bens e não somente um ato de valoração histórica ou monumental, destinada à apreciação ou contemplação. Sabe-se que são grandes os desafios contidos nos campos do patrimônio cultural e, um deles, pode ser claramente considerado o ato do pertencimento ao patrimônio natural.

O que para uns é patrimônio, para outros é apenas status de bens imateriais, ou materiais conquistados pela história e pelo poder, eleitos em detrimento a outros. O parque, após ressignificado, estimulou a participação dos próprios moradores ao local, bem como a presença de turistas que visitam a cidade, atraídos pelos demais patrimônios culturais da cidade. Nesta perspectiva, a articulação entre as esferas municipais do poder público contribui para que sejam mantidos os espaços naturais, de forma a aproximar ou integrar a população local e visitantes.

Do mesmo modo, é importante analisar as possibilidades dessas integrações serem minimamente causadoras de danos ou prejuízos aos biomas. Assim, destaca-se a responsabilidade pública na defesa dos direitos e deveres afins ao patrimônio cultural, especialmente quando se trata do patrimônio natural, garantindo o equilíbrio sustentável da vida humana e biodiversificada, na dialogicidade ativa com interesses comunitários presentes.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, D. **Sustentabilidade institucional e social de áreas protegidas em centros urbanos. O caso do Parque ecológico Mata da Bica em Formosa-Goiás.** 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília-UCB. Brasília-DF. 2005.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Os conceitos de lugar e território na composição do Patrimônio Cultural: Quilombos e terras indígenas na Constituição Federal brasileira. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 99 - 114, jul./set. 2018.

CAMPOS, Yussef D.S. **Percepção do Intangível:** entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial. 2ª Edição. Belo Horizonte-MG. Arraes Editores/Goiânia-GO. IU-UFG. 2017.

FORMOSA. **Lei Orgânica de Formosa.** 05 de abril de 1990. Formosa-GO. 2018.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837>> Acesso em 21 de julho de 2021.

MMA. **Ministério do Meio Ambiente.** Resolução CONAMA Nº 369, Artigo 8 §1º de 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História** (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/, PUC-SP), São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro-RJ. Vol. 05. N. 10. P 200-212. 1992.

PROJETO DO PMMB. **Memorial Ambiental para Projeto Básico de Paisagismo do Parque Municipal Mata da Bica - Formosa-GO.** Formosa-GO. 2020

RODRIGUES, M. **Imagens do passado:** a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo-SP. Editora da Unesp, 2000.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo-SP: EDUSP, 2002.

SCIFONI, Simone. **A Construção do Patrimônio Natural.** São Paulo-SP: FFLCH, 2008.

UNESCO. **Convenção para o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris. Unesco, 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>> Acesso em: Maio de 2021.

VIANA, Letícia C.R. **Patrimônio Imaterial, Performance e Identidade.** Universidade de Brasília-UNB/DF. Brasília-DF. 2012.

A CONSTRUÇÃO DO BAIRRO PONTAL NORTE: O EMBATE ENTRE ORALIDADES E “MEMÓRIA OFICIAL” NAS PERIFERIAS DE CATALÃO – GOIÁS (1980 - 1990)

*Valdivino Nunes dos Santos Junior*⁵⁵⁰

RESUMO: O que propomos aqui é uma análise historiográfica sobre a construção/formação e transformações vividas pelo Bairro Pontal Norte, na cidade de Catalão – Goiás, em suas primeiras décadas de existência. O lugar é situado e de certo modo sitiado, como veremos adiante, em uma das extremidades da cidade. Trata-se de um bairro habitado por trabalhadoras e trabalhadores; gente que se entrega a serviços duros como limpeza, reforma, transporte; são pequenos comerciantes de todo tipo; muitas professoras e professores; caminhoneiros; ocupam funções diversas nas mineradoras; além da massa de pequenos “empresários de si mesmos” neste cenário econômico de informalidade, terceirização, uberização e desemprego que marcam a ferro os nossos tempos. O bairro carrega vários estigmas como o de ser um lugar violento; por ser próximo à rodovia BR 050 com todos os transtornos que isso causa; por ser próximo das mineradoras e um lugar afetado pela poluição do ar. Por outro lado, existe um outro bairro que está se apagando, um bairro com pessoas e eventos marcantes que por mais repletos de particularidades que possam ser, carregam os signos dos contextos em que se inserem.

Palavras chave: *Pontal Norte. História oral. História goiana. Outras Memórias.*

Introdução:

O tema proposto no meu projeto de mestrado, agora transformado em artigo, é uma análise historiográfica sobre a construção/formação e transformações vividas pelo Bairro Pontal Norte, na cidade de Catalão – Goiás, em suas primeiras décadas de existência. O lugar é situado e de certo modo sitiado, como veremos adiante, em uma das extremidades da cidade. Trata-se de um bairro habitado por trabalhadoras e trabalhadores; gente que se entrega a serviços duros como limpeza, reforma, transporte; são pequenos comerciantes de todo tipo; muitas professoras e professores; caminhoneiros; ocupam funções diversas nas mineradoras; além da massa de pequenos “empresários de si mesmos” neste cenário econômico de informalidade, terceirização, uberização e desemprego que marcam a ferro os nossos tempos.

⁵⁵⁰ Universidade Federal de Catalão - UFCAT. Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em História – Catalão. Orientadora: Profa. Dra. Luzia Márcia Resende da Silva. nunesvaldivino@gmail.com.

Existe contudo, um outro bairro que está se apagando frente aos sérios problemas que de fato existem. Um bairro que conheci na infância, com pessoas e eventos marcantes repletos de particularidades mas carregados dos signos do contextos em que se insere.

O bairro Pontal Norte em textos acadêmicos, na visão do restante da cidade e as muitas outras memórias/histórias.

Localizei muitas dissertações, teses, monografias e artigos que englobam diferentes aspectos da cidade, todas vinculadas ao amplo campo das assim chamadas, Ciências Humanas. Os textos selecionados abordam o contexto histórico, socioespacial e político de Catalão, entretanto, o Pontal Norte, aparece indiretamente (não como tema principal) apenas em cinco trabalhos.

A cientista social, Juliana Vaz da Silva Nunes, afirma que, “o Bairro Pontal Norte, conforme informação do Requerimento 001/2013 do próprio Vereador Donizete, é constituído por cerca de 3.000 moradores.” (NUNES, 2017, p. 47). Ainda segundo a autora: “inclusive por parte de muitos candidatos que tentam criar uma base eleitoral entre os moradores. No jogo ilegal de compra de votos, o Pontal Norte é um dos roteiros preferidos.” (NUNES, 2017, p. 47)

Apesar do nome Pontal Norte, o bairro se encontra no extremo sudeste da cidade de catalão, essa região tem em sua parte alta, ao sul, um outro residencial denominado Vila Planalto, contudo, de modo geral, toda essa parte da cidade é conhecida apenas como Pontal. Fazendo limite com a Vila Planalto e ao lado esquerdo de quem, dentro do bairro, eventualmente se volte para o norte, começa a zona rural de catalão, um lugar genericamente conhecido como “Pasto do Taliba”. Ao lado direito, apenas alguns metros após o fim da área residencial, se encontra o secador da indústria de fertilizantes Mosaic e o Complexo Mineroquímico de Catalão. A sua frente, nosso eventual observador encontrará, traçando um eixo longitudinal que atravessa e divide a parte sul da cidade, dando assim a forma alongada do bairro, a rodovia BR 050. Longo abaixo, seguindo o mesmo traçado da rodovia, se encontra a linha férrea que atende as mineradoras.

Trago essa referência espacial em relação ao bairro, pois ela se faz importante uma vez que tal dinâmica territorial está diretamente relacionada com muitos dos temas que aqui aparecem. Isso fica claro, por exemplo, na seguinte citação extraída do trabalho de Nunes. A autora define o lugar no ano de 2017 como:

Um Bairro periférico da cidade, próximo às mineradoras, com poucos investimentos imobiliários, conhecido na região pela violência e muitas ocorrências ligadas ao tráfico de drogas. Durante as campanhas eleitorais, é um bairro muito visitado pelos candidatos, que sempre prometem melhorias, inclusive a construção de uma passarela de travessia do bairro, pois é separada do restante da cidade pela rodovia BR050. (NUNES, 2017, p. 47)

A referência espacial também é importante para deixar claro que a região é geograficamente cercada por todos os lados, sendo “separada do restante da cidade pela rodovia BR050”. O único ponto de entrada e saída “oficial” — embora pedestres e ciclistas se aventurem ao cruzar a rodovia e os trilhos em outros locais, por vezes até mais seguros que esse estipulado pelo poder público que desenha arbitrariamente a cidade — o que resulta em congestionamentos e acidentes frequentes.

Ainda na questão da rodovia e caminhando para conhecer um pouco da história do bairro, através da obra da geógrafa Priscila Celeste Martins, podemos localizar a origem da ocupação deste local dentro de um contexto histórico nacional. A autora afirma que após a instalação do regime autoritário de 1964, e especialmente na década de 1970, com os Planos Nacionais de Desenvolvimento, ocorreu a expansão das fronteiras econômicas do Brasil (MARTINS, 2011, p. 83). Segundo ela “São deste período as rodovias, os incentivos fiscais e o controle de todas as atividades tornando-as o grande mote do regime.” (MARTINS, 2011, p. 83). Ainda de acordo com Martins, “Dentre as rodovias construídas está a BR- 050 que liga São Paulo, o maior produtor e consumidor do país, a Brasília, a capital federal, passando por Catalão, que se tornou um grande marco na história do município.” (MARTINS, 2011, p. 83).

Através de Martins, tomamos conhecimento de que a concessão de alvará para criação do Bairro Pontal Norte, se deu no ano de 1980. (MARTINS, 2011, p. 89). No trabalho da autora, também podemos conhecer melhor o contexto histórico local dentro do qual a criação do bairro se insere.

A inserção de um número crescente de migrantes, principalmente, a partir de 1980 fez com que o sítio urbano fosse ampliado. Em função disto, nas bordas da antiga malha urbana existente até a metade dos anos 1970, foram criados novos bairros, cujas características residenciais passaram a expor, claramente, se pertenciam a trabalhadores de renda média, ou baixa. Estes novos bairros, surgidos de loteamentos recentes, não só introduziram novos arranjos espaciais como também fizeram com que, socialmente, ocorresse a reestruturação interna dos bairros mais antigos. (MARTINS, 2011, p. 90).

Evidentemente, conforme podemos verificar através dos fatos exemplos proporcionados pela história da ocupação e expansão urbana no Brasil, tão bem

caracterizados pelo termo já consolidado, ‘favelização’⁵⁵¹; esses “novos arranjos espaciais” foram pautados pela exclusão social e expulsão dos mais pobres das regiões centrais. “Com a desvalorização dos bairros tradicionais para se residir, muitos moradores antigos, se deslocaram para os novos bairros periféricos.” (MARTINS, 2011, p. 90). De acordo com a autora, “Isto ocorreu em função do encarecimento do custo de manutenção da moradia, da diminuição da qualidade de vida decorrente da transformação de ruas, antes pacatas em movimentadas e valorizadas áreas comerciais.” (MARTINS, 2011, p. 90).

A autora prossegue afirmando que “O prolongamento desta área urbana formava uma área considerada como suburbana em função de diversos fatores econômicos e sociais. Dentre eles, destacava-se as características marcantes de meio rural, misturadas com as do meio urbano.” (MARTINS, 2011, p. 90). Enquanto morador do lugar, pude verificar empiricamente essa transição conturbada do meio rural ao urbano que a autora descreve, transição que muito embora quase superada, perdura até hoje em insistentes reminiscências.

Outra citação ao Pontal que aparece na bibliografia consultada, se refere a questão da proximidade do bairro com as mineradoras. Edir Bueno, ao caracterizar alguns dos problemas que a cidade de Catalão enfrenta, afirma: “Notadamente, sabe-se que a poluição agride com mais eficácia, os que estão mais próximos; caso específico dos moradores do Pontal Norte e Vila Maria.” (BUENO, 2006, p. 117). A relação do bairro com as mineradoras é bem mais complexa e não se limita a poluição despejada no ar. Além do literal “sufoco” ambiental, existem fatores territoriais e sociais.

Outro ponto que já apareceu aqui é a violência e o tráfico de entorpecentes no bairro. Embora, em parte eu reconheça a existência dessa realidade, e de fato esteja familiarizado com exemplos de casos esporádicos de violência; considero essa fama pouco justa. Como se pode depreender da citação que vem a seguir, provavelmente essa imagem de lugar violento não existia antes do começo da última década. Mas de acordo com a geógrafa, Aline Hubaide Rosa.

Em 2012, um bairro que ainda não tinha se destacado no tráfico de entorpecentes aparece após registrar várias ocorrências, o bairro Pontal Norte [...]. Este bairro situa-se às margens da BR-050 próximo à alguns postos de gasolina e pontos de venda de entorpecentes. O tráfico no local acabou por

⁵⁵¹ Não por coincidência, em alguns bairros pobres da cidade de Catalão, existem áreas caracterizadas por construções simples e ocupação de terreno abandonado (público ou privado), referidas por moradores locais como “favelinha”.

refletir também no consumo [...] que aponta o Pontal Norte também como local de consumo de drogas. (ROSA, 2015, p. 108)

A própria autora, afirma que é “Importante salientar que assim como nos crimes de furto e roubo, os crimes de tráfico de entorpecentes e de posse de drogas para consumo próprio também ocorrem de maneira evidente nos bairros que margeiam as rodovias de acesso à cidade.” (ROSA, 2015, p. 110). Também considero evidente que a repressão policial é maior nas periferias, logo, a probabilidade de localizar traficantes e usuários também é maior. Tenho certeza, de que com o mesmo empenho e táticas empregadas na periferia pela polícia militar, seria possível localizar quantidades maiores de entorpecentes e talvez até mesmo de vendedores, nos bairros ricos da cidade. Bem como, também estou seguro de que uma redução da desigualdade social implicaria em redução de furtos e roubos, não só em Catalão, mas no país inteiro e em grande parte do mundo.

Uma importante conquista dos moradores do bairro é a Escola Municipal Pedro Netto Paranhos. Atualmente, a instituição oferece o ensino fundamental I e II para crianças e adolescentes do bairro Pontal Norte e adjacências. De acordo com seu Projeto Político Pedagógico - PPP, a instituição “[...] foi fundada em 18 de agosto do ano de 1983, na gestão do Prefeito Haley Margon Vaz, que atendendo as reivindicações dos moradores do Bairro Pontal Norte, cuja população crescera muito na década de 80.” (CATALÃO, 2016, pág.15).

É evidente que o propósito específico de um PPP não é problematizar temas do saber histórico popular ou acadêmico. Não obstante, o próprio documento oferece indícios de que os processos que levaram à construção da escola, são muito mais dinâmicos e de carácter menos passivo, do que sugere à explicação de uma demanda amparada pelo crescimento demográfico do bairro. Logo no parágrafo seguinte consta que:

Nesta época, no período matutino, eram atendidos alunos de 1ª a 4ª do Primeiro Grau; no período vespertino atendia crianças do Pré-escolar sob o nome de Tio Patinhas; e no período noturno funcionava o Ensino MOBREAL. Naquela época a Merenda Escolar já era servida aos alunos, porém, não existiam as tradicionais Merendeiras, e por isso, as próprias professoras se encarregavam de preparar a Merenda para os alunos. (CATALÃO, 2016, pág.16).

Notamos que nesta época de “construção” do bairro, a escola do Pontal Norte prestava um serviço amplo para a comunidade. Atendia crianças; crianças do primeiro grau; mas também oferecia uma importante ferramenta para o exercício da cidadania que

é a alfabetização e educação formal para jovens e adultos. Isso em uma época na qual o povo brasileiro (especialmente do nosso Brasil caipira) passava por um êxodo rural (já evidenciado anteriormente no trabalho de Martins) e apresentava elevados índices de analfabetismo.

Na citação, consta que as “próprias professoras se encarregavam” da merenda dos alunos. Conversando com residentes do bairro e com antigas funcionárias e funcionários da instituição, descobri outras versões que colocam essa informação em disputa. Segundo contaram essas fontes em conversa informal durante a elaboração da primeira versão do projeto, a merenda era preparada por Dona Maria Vitor, em sua própria residência, e transportada em uma bacia que levava apoiada na cabeça para ser distribuída aos educandos na escola. Dona Maria, é a matriarca da família Vitor, uma mulher negra que recentemente completou 90 anos de idade, ela e sua família foram alguns dos primeiros residentes do lugar e são pessoas notáveis do bairro. Entre seus filhos e filhas estão enfermeiras, professoras e capitães de dois diferentes Ternos de Congo — os Ternos são parte da festividade religiosa e cultural de matriz afro-brasileira conhecida como Congada que é centenária em Catalão —, tradição que herdaram do pai, Seu Sebastião, já falecido.

Uma das filhas de Dona Maria é Lucinha (Tia Lucinha para quem estudou na Pedro Netto entre os anos oitenta e 2010, quando ela se aposentou). Ela foi uma de minhas primeiras professoras e é uma profissional por quem tenho profundo respeito. De acordo com as informações que obtive, Lucinha começou a ministrar suas aulas antes mesmo de existir qualquer construção física que pudesse ser apontada como escola no bairro. Segundo afirmou mais de uma fonte, no terreno que ocupa um quarteirão onde hoje encontramos a creche, a quadra de esportes coberta e a referida instituição de ensino; era apenas um “pé de Pequi” (Caryocar brasiliense, árvore também conhecida como pequizeiro) que abrigava estudantes e professora durante as aulas.

Entre as pessoas que tomaram parte na criação, consolidação e desenvolvimento da escola municipal Pedro Netto Paranhos, diversas personagens se destacam ao longo dos anos. Todavia, não existe necessariamente um reconhecimento ou um registro público formal sobre a contribuição dessas pessoas para a instituição e para a comunidade catalana. Esse tipo de reconhecimento, como é comum ocorrer em nossa sociedade, fica restrito ao âmbito de uma história oficial ou de uma “memória oficial” (POLLAK, 1989, p. 03), que é aquela que valoriza e considera apenas o papel histórico das ditas autoridades, políticos e gestores.

O que notamos até aqui, é um confronto que opõe de um lado os números, dados, análises, e do outro as memórias de quem viveu e agiu em tudo isso, de quem tem “muitas memórias e outras histórias” (FENELON; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY; 2004, p. 05). Não se trata, logicamente, de desprezar o saber acadêmico até então formulado, entretanto, nesse confronto, a história oral se apresenta como uma força pujante de reabilitação do passado daquelas e daqueles até então, invisibilizados. Através dos textos acadêmicos aqui citados — deixando claro que o tema principal de nenhum destes trabalhos era o bairro Pontal Norte, portanto, as informações que temos são leituras “laterais” no contexto dessas obras — e também das informações que acrescento na condição morador do lugar e de pesquisador em um programa de pós graduação, é possível formar uma imagem de como é o lugar, quais são seus principais problemas, como surgiu essa ocupação residencial e qual foi o papel de algumas personagens locais nesse processo.

Dito isso, como nos lembra Pollak, “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’ [...]”. (POLLAK, 1989, pág. 05). Portanto, usar da história oral para ouvir e discutir o papel dessas pessoas que construíram e viveram no bairro, é mais que produzir um registro histórico sobre a origem do Pontal Norte. É “privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias” que não possuem rosto, que não possuem voz ao se elaborar planos diretores, calcular números oferecidos pela polícia, estabelecer patrimônios coletivos e estudar a cidade. É trazer gente para apresentar sua imagem de como é o lugar, quais são seus principais problemas, como surgiu essa ocupação residencial e qual foi o papel de algumas personagens locais nesse processo.

Expectativas em relação ao trabalho.

O objetivo geral deste trabalho é remontar o passado de um bairro periférico da cidade de Catalão - GO, que foi construído por ações de pessoas interessadas e atuantes em sua comunidade. É remontar este passado justamente através do olhar dessas pessoas que não são mencionadas na memória oficial, não são festejadas nas cerimônias públicas e não dão nome para nenhum lugar do bairro ou da cidade. Contribuir com a instrumentalização da história regional e da cidade, com um trabalho acadêmico que

discute o papel de pessoas reais para além de dados brutos, estereótipos, preconceitos de classe ou de qualquer natureza.

Pretendemos apontar de que forma as pessoas entrevistadas agiram sobre o processo de construção e transformação do bairro Pontal Norte. Como essas pessoas foram afetadas e afetaram as demais ao decidir (ou serem condicionadas) a passar vários dos anos de suas vidas aqui. Sempre interessados em escapar do “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989, p. 09) promovido pelos registros oficiais que enaltecem apenas os feitos das “grandes” figuras em detrimento das demais. Quem sabe oferecer assim, um instrumento de “formação histórica” (RÜSEN, 2007, p.95) para a comunidade local e demais pessoas interessadas pelo tema. E por fim, apontar inevitavelmente — já que só se pode conhecer a História considerando o tempo presente de quem a narra ou produz historiografia —, as afetações dos dias atuais e as transformações vividas pelos moradores e moradoras do pontal Norte.

Bases teóricas do trabalho.

Trabalhos realizados com base na história oral, sempre despertaram meu interesse. Uma das principais referências e influências deste projeto, Michael Pollak, desenvolve seu trabalho com base nesse método de pesquisa. Apesar de não ter lidado com entrevistas em meu TCC, a contribuição teórica deste autor foi de grande importância durante o processo de escrita do texto e fundamentação das análises. Em relação à contribuição da história oral ao combate daquilo que definimos como *invisibilização* da participação popular na História, Pollak afirma que:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (POLLAK, 1989, pág. 05).

O tipo de fazer historiográfico que propõe reabilitar a memória de grupos periféricos e marginais mencionado acima, do mesmo modo que o processo de invisibilização, também exerce influência direta sobre a formação da identidade das pessoas, sobre seu agir cotidiano e sobre a formação de sua orientação histórica. Para colocar a questão nos termos de Jörn Rüsen, “Orientação histórica da vida humana para dentro [constitui a] (identidade) e para fora [orienta a] (práxis)” (RÜSEN, 2007, p. 87).

Por mais restrito que uma dissertação de mestrado possa ser em relação ao grande público, pretendemos modestamente, dar um pequeno impulso a um direcionamento do “pensamento histórico” que ligue a vida prática, cotidiana; a uma “constituição científica”, ou seja, historiográfica. “O que se pode alcançar, aqui, por intermédio da ciência, é enunciado pela expressão clássica ‘formação’”. (RÜSEN, 2007, p. 87).

Pretendemos ter ao longo do trabalho, a capacidade de acionar saberes científicos sem perder de vista essa abordagem que faz da “[...] empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica” (POLLAK, 1989, pág. 05). Se formos bem sucedidos, quem sabe os resultados aqui obtidos, possam compor um arcabouço de argumentos históricos válidos para embasar as lutas do presente. Trata-se de um intento que busca um elemento forte que “reabilita a periferia e a marginalidade”. É neste sentido que o subtítulo deste projeto propõe “o embate entre oralidades e ‘memória oficial’ nas periferias de Catalão.”; trata-se de um embate nas periferias da memória constituída e da cidade.

As versões oficiais do passado, em geral são construídas, e sua transmissão é regulamentada por grupos ou classes sociais que detém algum tipo de poder sobre as demais. Não recordar o passado de um bairro, de uma escola, de uma comunidade constituída pela classe trabalhadora; ter esse passado como algo que não é digno de um registro formal, é uma escolha. Essa escolha, atua sobre a formação da memória exercendo influência direta no desenrolar do tempo presente. Deste modo, a história oral surge como uma ferramenta de excelência, embora não a única, no que se refere à retomada das memórias coletivas dos mais pobres. Neste sentido, Portelli ensina e adverte que:

A história oral não reside onde as classes operárias falam por si próprias. A afirmação contrária, naturalmente, não seria totalmente infundada: o relato de uma greve nas palavras e memórias de trabalhadores, ao invés daqueles da polícia e da (sempre inamistosa) imprensa, obviamente ajuda (embora não automaticamente) a equilibrar a distorção implícita naquelas fontes. Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classe dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante. (PORTELLI, 1997, p. 37)

O trabalho aqui projetado, busca compreender e discutir o passado de construção coletiva de uma região esquecida — ou pior, estereotipada — da cidade, o desenvolvimento e as transformações de seus moradores; aparelhos públicos e espaço físico. Neste sentido concordamos com a historiadora Déa Fenelon que afirma.

Tudo isso para enfatizar, mais uma vez, a idéia de que a cidade é uma construção dos homens e, portanto, nunca pode ser apenas estritamente racional. Ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro. A mudança é característica das cidades, mas essas mudanças têm história, personagens e uma trama de desejos individuais e projetos. (FENELON, 1999, p. 291)

Revirar através de entrevistas, as “memórias subterrâneas” de que fala Pollak, por si só tem impacto nas ações dos envolvidos — nas minhas inclusive que estou me descobrindo ao descobrir o lugar em que habitei por quase toda vida. Segundo o autor; “[...] essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa.” (POLLAK, 1989, pág. 05).

Bases metodológicas do trabalho:

O trabalho que apresento, está baseado na metodologia de trabalho fundamentada pela história oral. Meu principal objetivo metodológico é buscar na medida do possível, preencher as lacunas formadas pela “memória oficial” e desde esse ponto, questionar ou desconstruir versões consolidadas (ou invisibilizadas) do passado para dar destaque e apresentar as personagens que realmente tomaram parte no processo histórico cotidiano de construção do Bairro Pontal Norte. Pretendo fazer isso através de uma história social com enfoque nos excluídos pela “memória dominante” (INÁCIO, 2014, p.12), utilizando a história oral para trazer seus relatos de vida.

Outra fonte de informação crucial para a realização do trabalho proposto são as teses, dissertações, artigos e livros publicados, principalmente por universidades públicas, e especialmente aqueles que tratam da história regional ou de processos de pesquisa e escrita que encontraram desafios similares aos que me deparo. É o caso da obra de Inácio citada acima.

Atualmente enfrentamos uma pandemia global que de um modo ou de outro limita à atividade humana em todos os setores. Contudo, pretendo coletar as entrevistas no final do primeiro trimestre de 2022, o processo de vacinação caminha, embora recheado de polêmicas. Todavia, é possível adotar medidas de segurança para entrevistador e entrevistados durante a realização das gravações.

Empregaremos gravadores de áudio, mas sempre fazendo uso de mais de um aparelho para assegurar a captação e qualidade técnica das entrevistas. Com o avanço da

tecnologia e diminuição dos preços de aparelhos eletrônicos, gravações de áudios se tornaram um recurso cada vez mais acessível.

Estão sendo resolvidos os últimos detalhes do processo de submissão do trabalho ao conselho de ética para pesquisas que envolvem seres humanos. O referencial bibliográfico básico já foi entregue pela professora Luzia e me encontro na fase de leituras e fichamentos. O Material bibliográfico específico sobre o bairro também já foi levantado, catalogado e em parte, até mesmo analisado.

Considerações finais.

O trabalho que iniciamos passou por muitas transformações desde sua elaboração inicial. É de extrema importância para essas transformações e adequações, as contribuições de minha orientadora, Luzia Márcia. Desde quando se deu a entrevista de seleção de candidatos para o programa de mestrado, Luzia que fez parte da banca examinadora, notava que ao partir para as entrevistas, o tema inicial que era o processo histórico de construção da escola municipal Pedro Netto Paranhos, poderia ser atravessado pela construção do próprio bairro. De fato, nos testemunhos das pessoas com as quais conversei antes de elaborar o projeto, emergia esse contexto maior, muito embora meu apego ao tema inicial me impedisse de notar essas nuances. É partindo dessas perspectivas acadêmicas apresentadas ao longo do texto e com essa uma motivação pessoal que me liga ao tema, que seguimos em frente.

Referências bibliográficas básicas.

BUENO. Edir de Paiva. **CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS E QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE DE CATALÃO (GO), NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.** In. **BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA.** vol. 26, núm. 2, julio-diciembre, 2006, pp. 104-127. Universidade Federal de Goiás. Goiás, Brasil.

CATALÃO. **ESCOLA E COMUNIDADE: Uma Integração Possível e Necessária.** Projeto Político Pedagógico Da Escola Municipal “Pedro Netto Paranhos”. Catalão, 2016.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 3.439,** de 08 de dezembro de 2016.

FENELON. Déa Ribeiro. **SÃO PAULO: Patrimônio Histórico-Cultural E Referências Culturais.** Proj. História. São Paulo, 1999.

_____. **SÃO PAULO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E REFERÊNCIAS CULTURAIS.** Proj. História (18), maio. São Paulo, 1999.

INÁCIO. Juliana Lemes. **CULTURAS, MEMÓRIAS E OUTRAS HISTÓRIAS: PROCESSOS E DISPUTAS NA E PELA CIDADE DE NOVA PONTE/MG (1960-2013)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia. - 2014.

MARTINS. Priscila Celeste. **OS “GIGANTES” NA DINÂMICA URBANA DE CATALÃO (GO): a atuação do capital – da especulação à verticalização (1975-2010)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás - Campus de Catalão, Departamento de Geografia, 2011.

PELEGRINI, Sandra C. A.; SANTOS, Ana Paula dos.; FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). **MUITAS MEMÓRIAS, OUTRAS HISTÓRIAS**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

NUNES. Juliana Vaz da Silva. **ENTRE O ALTAR DA CÂMARA E O PLENÁRIO DA IGREJA: políticos evangélicos na cidade de Catalão-GO**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2017.

ROSA. Aline Hubaide. **A GEOGRAFIA DO CRIME: TERRITORIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS CRIMES E A INFLUÊNCIA DO COMÉRCIO ILEGAL, NO TRÁFICO E NO CONSUMO DE DROGAS NA CIDADE DE CATALÃO (GO)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2015.

POLLAK, Michael. **MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, p. 3-15. n. 3, 1989.

PORTELLI. Alessandro. **O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE**. Proj. História (14), fevereiro. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro, Revisão Técnica: Déa Ribeiro Fenelón. São Paulo, 1997.

_____. **O MASSACRE DE CIVITELLA VAI DI CHIANA (TOSCANA, 29 DE JUNHO DE 1944)**. In. FERREIRA. Marieta de Moraes e AMADO. Janaína. **USOS & ABUSOS DE LA HISTÓRIA ORAL**. Fundação Getúlio Vargas. Brasil. 1998. Cap. 8. pp. 103-130.

RÜSEN. Jörn. **HISTÓRIA VIVA: Teoria da História: Formas e Funções do Conhecimento histórico**. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 2007.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **CONSIDERAÇÕES E CONFUSÕES EM TORNO DE HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA DE VIDA E BIOGRAFIA**. Universidade de Caxias do Sul. MÉTIS: história & cultura – v. 1, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 2002.

DE CAPELA A CORETO: A PERCEPÇÃO DOS TURISTAS QUANTO À RESSIGNIFICAÇÃO DA PRAÇA CORONEL CHICO DE SÁ – PIRENÓPOLIS (GO)

*Victor Henrique Fernandes e Oliveira*⁵⁵²

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade o registro de subsídios essenciais de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), vinculado à Universidade Estadual de Goiás (UEG). Registraremos as percepções de turistas quanto à Praça Coronel Chico de Sá, popularmente conhecida como “Praça do Coreto”, cujo contexto histórico envolve outro bem cultural já destituído materialmente: a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Esse local, embora atualmente ressignificado, pode ser considerado território de manifestações culturais negras. Nesse sentido, pensando em um legado de uma provável disputa entre memórias, buscaremos verificar as possíveis ausências e presenças da contribuição dos Povos e Comunidades de Matriz Africana percebidas por atores sociais externos ao lugar.

Palavras-chave: *Lugar de Memória; Pirenópolis; Povos e Comunidades de Matriz Africana; Ressignificação.*

Considerações iniciais

Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, atualmente, Pirenópolis – Goiás, teve sua ocupação ensejada pela exploração de minérios a partir de 1727, o que culminou na intensificação do comércio de escravos na região, que tinham acesso restrito à Igreja Matriz (Igreja de Nossa Senhora do Rosário), frequentada pelas famílias mais abastadas, especialmente paulistas e portuguesas. (CURADO, 2012). Por tal limitação, entre os anos de 1743 e 1757 foi edificado templo religioso católico ligado à população negra do lugar: a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

O referido templo é um legado da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, associação religiosa formada por integrantes negros com finalidades religiosas e sociais. Também vincula-se à Irmandade de São Benedito, que posteriormente ocupou um dos altares laterais da Capela, que foi demolida em 1944, três anos após o tombamento da Igreja Matriz.

⁵⁵² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual de Goiás (PROMEP-UEG) sob a orientação da Prof. Dra. Luana Nunes Martins de Lima. E-mail: victorfernandes.doc@gmail.com

Atualmente, a praça que ocupa o local da construção demolida encontra-se edificada no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis, tombado em 1990 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em razão de sua localização, a presença do turista é regular no local que, por sua nova estrutura, foi visivelmente ressignificado.

Nesse sentido, considerando a conjuntura histórica da Praça Coronel Chico de Sá a contribuição dos negros na construção identitária de Pirenópolis, buscaremos apresentar aportes teóricos quanto às irmandades negras e sua presença em Pirenópolis; demonstrar a conexão dessas associações com o templo religioso demolido; expor os possíveis rastros históricos que ainda permeiam o local para, finalmente, registrar as percepções dos turistas quanto ao enredo ora debatido.

Negros em Meia Ponte: mineração e irmandades

Dos “Estudos sobre a Formação Urbana da Cidade de Pirenópolis”, anexo ao processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade (processo nº 1.181-T-85) (IPHAN, 1985), pode-se verificar que a gênese de ocupação e desenvolvimento urbano de Pirenópolis, até então denominada de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia ponte, seguindo os padrões coloniais, esteve vinculada à atividade mineradora e à religiosidade.

Esse documento, em razão da ausência de fontes documentais e oficiais relativas ao processo de formação e expansão de Pirenópolis, especialmente quanto aos anos iniciais, foi confeccionado em sua grande parte por meio da tradição oral. Elaborado por José Simões de B. Pessoa, à época arquiteto da Coordenadoria de Proteção do SPHAN e Marcia Regina R. Chuva, à época historiadora da Coordenadoria do Proteção da SPHAN, é considerado por eles suficientemente sólido e verossímil em razão dos relatos e do conhecimento prévio quanto a processos semelhantes em outros arraiais goianos.

O Estudo, que divide a evolução urbana de Meia Ponte em momentos distintos, sendo o primeiro considerado entre os anos de 1727 a 1731, registra que em ocupação primitiva e precária, um simples acampamento de garimpeiros à margem do Rio das Almas iniciou o povoamento de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte. O desenvolvimento inicial do povoado se limitou à margem esquerda do rio, vez que o lado oposto era de um único proprietário, chamado de Luciano Nunes Teixeira, senhor de grande número de escravos. (IPHAN, 1985)

Conforme a tradição oral, a primeira rua teria sido a rua Direita, cuja extensão iria do largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (iniciada em 1728) até a margem oposta do córrego Lava-pés, o que atesta a presença religiosa desde os primeiros anos de ocupação. A escolha da porção territorial que marcaria o núcleo de desenvolvimento urbano foi motivada pela fuga da insalubridade do garimpo. Nesse sentido, as primeiras casas construídas em Meia Ponte se localizavam em ponto mais alto ao da área de mineração. (IPHAN, 1985).

O ápice da atividade mineradora de Meia Ponte ocorreu no segundo momento estabelecido entre 1732 a 1750, sendo abundante a mão de obra escrava nesse período. Os primeiros comboios (ilegais⁵⁵³) de escravos, trazidos de Salvador, começaram a chegar em Meia Ponte entre 1732 e 1733. O comércio de escravo em Goiás era feito especialmente através da Bahia, vez que os negros africanos que desembarcavam no Rio de Janeiro eram vendidos às Minas Gerais (IPHAN, 1985).

Posteriormente, a dinâmica de crescimento do distrito passou por nova alteração, a partir do prolongamento da chamada Rua do Rosário, ultrapassando o córrego da Prata. A referida rua se encontrava próxima à zona de garimpo e foi em suas proximidades que, em razão do acesso restrito dos negros à Matriz (Igreja de Nossa Senhora do Rosário), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi edificada, sugerindo a ocupação dessa área por negros forros e escravos, em sentido contrário ao do crescimento do núcleo urbano principal. (IPHAN, 1985)

A Igreja dos Pretos, cujo início de sua edificação é datado de 1743, foi um legado da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, primeira confraria religiosa composta por irmãos negros em Meia Ponte. Segundo Scarano (1978: 41) a Igreja utilizava as irmandades como instrumento integrador do africano recém-chegado “numa sociedade católica e branca”. O contato religioso agia como meio de coesão entre brancos e pretos a partir da ligação por meio das mesmas crenças “ainda quando fossem, em muitos casos, forçadas e superficiais” (SCARANO, 1978: 41).

Conforme defende Boschi (1986), a aceitação da instituição das confrarias negras tinha como objetivo preservar as relações de dominação e submissão existentes. A união de pessoas era instrumento “despersonalizador” destas e, conseqüentemente, canalizador da força estatal. Nesse sentido, a localização das reuniões das irmandades negras, por

⁵⁵³ Salles (1992) registra que somente em 7 de setembro de 1752 há o registro oficial da chegada do primeiro comboio de negros em Goiás. Não se sabe quanto ao montante, pois em razão do imposto de capitação e os dízimos havia a tendência de sonegação.

exemplo, levava a uma maior vigilância, ao contrário dos quilombos, que se localizavam em locais de difícil acesso. No entanto, possivelmente os senhores mais rigorosos e desconfiados não aprovavam tais liberdades, pois “uma igreja própria podia-se transformar num centro de revolta; e os trabalhos noturnos na sua construção facilitavam a fuga de escravos”. (OTT, 1968: 122).

A mais disseminada e conhecida das irmandades negras era de Nossa Senhora do Rosário. Conforme Scarano (1978), os negros a cultuavam desde os séculos XV e XVI, em Portugal, no entanto, a autora indaga que não há explicações ou razões claras para a escolha da Santa como protetora desse grupo. Seu culto se popularizou com a batalha de Lepanto e a recitação do rosário (terço) foram difundidas pelos dominicanos.

No Brasil, também se registra devoção dos negros à Santa Efigênia, São Benedito, Santo Antônio de Catagerona, São Gonçalo e São Onofre, “os quais, segundo a hagiografia tradicional, eram pretos ou pardos e gozavam por isso de singular popularidade”. (SCARANO, 1978: 38). São Benedito seria o mais familiar entre “os santos de cor”, cujo culto, desenvolvido na Europa, alcançou grande aceitação no país “por parte de escravos, forros, pardos e mesmo brancos.” SCARANO (1978: 38)

Quintão (2002) registra que havia a concepção de que as irmandades eram desconsideradas como forma de resistência, ao contrário, os associados a essas confrarias eram considerados submissos à escravidão, alheios às tensões e conflitos sociais. Nesse viés, Boschi (1986: 156) descreve a associação dos negros às irmandades como uma manifestação “adesista, passiva e conformista”, com ausência de consciência de classe, logo, inexistência de consciência política. Os fundamentos para esse discurso estariam embasados no fato de as irmandades negras se basearem nos modelos exteriorizados pelos brancos (europeus). Desse modo, por uma “assimilação unilateral”, o negro incorporaria às suas personalidades comportamentos e atitude dos brancos com os quais conviviam.

Segundo Quintão (2002), se as irmandades foram utilizadas como meio de controle e integração do negro no contexto escravocrata, em sentido oposto, o negro soube utilizar desse recurso transformando-o em espaço de solidariedade, reivindicação social e protesto racial. As irmandades negras, então, podem ser visualizadas ambigualmente, pois também foram mecanismo de preservação da identidade e dignidade.

No mesmo sentido, Russel-Wood (2005) defende que as irmandades negras supriam necessidades coletivas e individuais dos negros e pardos da colônia, categorizadas em educação religiosa (socorro espiritual), assistência médica e a busca de identidade. “[...] criaram micro-estruturas de poder, conceberam estratégias de alianças,

estabeleceram regras de sociabilidade, abriram canais de negociação e ativaram formas de resistência [...]” (REIS, 1996: 5).

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário teve sua autorização por meio de Provisão datada de 22/12/1742 e assinada pelo visitador Joseph de Frias e Vasconcellos. Além da referida irmandade, tempos depois se formalizou confraria dedicada a outro santo de devoção negra, a Irmandade de São Benedito, que passou a ocupar um dos altares laterais da Igreja dos Pretos. (LÔBO, 2006).

Lôbo (2006: 41) expõe que mesmo as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São benedito terem se formalizado em momentos distintos e possuírem organizações administrativas próprias “atuavam juntas como associações corporativas em que a solidariedade fundava-se na convivência entre matrizes culturais diversas, representando os diferentes grupos sociais presentes, regulados pelo critério étnico.” E dentre as tarefas desenvolvidas, seguindo o modelo das demais irmandades, estavam a arrecadação de fundos, financiamento de funerais dos irmãos, manutenção do templo, além da organização de festejos religiosos, como o Reinado e o Juizado, ainda presentes nas tradições de Pirenópolis (no entanto, ressignificados, conforme registraremos adiante).

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que “representou um marco fundamental de identidade por abrigar duas confrarias cujos membros, em sua maioria, eram negros, forros e escravos”, em razão de óbices financeiros e ausência de tempo livre por parte dos escravos, teve seu processo de construção de forma árdua e lenta, em aproximadamente quatorze anos de trabalho (Jayme (1971) estima o ano de 1757 para a finalização da edificação).

Inicialmente construída em estilo colonial, mesmo aspecto arquitetônico da Matriz, a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos possuiu uma única torre por mais de 100 anos. Em 1870, outra torre foi edificada. Na ocasião da construção da segunda torre, a Capela passou por um trabalho de restauração no telhado e pintura (por dentro e por fora). (JAYME e JAYME, 2002).

Na década de 40, a Igreja dos Pretos, que estava em bom estado de conservação, passou por reforma que visou alterar seu estilo arquitetônico em prol da modernidade. De colonial passou a ter um estilo neogótico, com apenas uma única torre central. As mudanças, conforme registros de Jayme (1971) retiraram da planta original os torreões, a sacristia e o consistório e ocasionaram em falha na estrutura da igreja, que teve sua demolição autorizada em 1944, pelo Comendador Crithovam, autoridade diocesana à época.

O templo era, então, um ponto de união das irmandades negras de Meia Ponte. Um local de manifestações próprias, que, mesmo com as restrições da Igreja Católica, continham elementos ancestrais. Como registra Jayme (1983, p. 258) “suas festas tinham a marca da raça: banda de caixas (zabumba, rufo, caixa, pífano, etc).”. Toda a cidade participava, “sem preconceito e sem barreiras de cor”.

O lugar ressignificado

Hoje, no antigo Largo da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, encontra-se uma praça com um coreto edificado em sua planta. A praça, localizada na Rua Aurora, está inserida na área do conjunto patrimonial tombado pelo IPHAN em 1990⁵⁵⁴, e já se encontrava construída no ato de tombamento, conforme fotografias anexas no processo administrativo. Inicialmente chamada de “Praça do Rosário”, foi oficialmente batizada com o nome de “Praça Coronel Chico de Sá”, mas é popularmente conhecida como “Praça do Coreto”.

Simbolicamente, a Praça que um dia foi Igreja possui o nome de um de seus antigos frequentadores. Coronel Chico de Sá nasceu escravo, mas tornou-se o homem mais rico de Pirenópolis na ocasião de sua morte (JAYME, 1983). Apesar disso, visivelmente, não há no local nada que represente o passado ligado às manifestações imateriais ou materiais externadas pelos negros em irmandades.

Ressaltamos que no interior do coreto havia um memorial dedicado à antiga Igreja, por meio de placas de vidro que registravam a história do lugar. No entanto, em algumas visitas à Pirenópolis, constatamos uma impermanência das referidas placas, que foram retiradas parcial ou totalmente com o passar dos tempos. Atualmente, as placas não se encontram fixadas no local.

Em que pese a ausência (ou impermanência) de elementos materiais visíveis que remetam o local como território negro, em seu subterrâneo ainda há simbólica reminiscência material do passado, isso porque a história da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é marcada por sepultamentos, não só de membros da Irmandade, como também de terceiros, que por humildade ou voto, desejassem ali serem exumados (por meio de pagamento de taxa de sepultamento à fábrica da Capela).

No ano 2000, a Praça Chico de Sá passou por intervenções subterrâneas motivadas pela implantação de rede de telefonia, oportunidade em que foram encontradas ossadas

⁵⁵⁴ Inscrição nº 530 do Livro do Tombo Histórico, em 10/01/1990.

humanas na região. À época, o início das intervenções ocorreu sem o devido amparo técnico e sem a prévia aprovação do IPHAN, o que motivou um resgate de emergência dos remanescentes encontrados (IPHAN, 2002).

No ano seguinte, foi incluído no contrato das obras a imposição de resgate arqueológico dos remanescentes encontrados sob a direção da equipe de pesquisadores do NARQ (Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás), que atuou na área em atividades de campo entre os meses de fevereiro e julho de 2020. A orientação do NARQ aos obreiros era a de desviar as intervenções no entorno do coreto sempre que a alteração não ocasionasse prejuízo à obra. Desse modo, para fins de preservação, foram diminuídas as intervenções no local, bem como alterado o procedimento do escavamento das valas, que passaram a ter somente 30 cm de profundidade, afetando somente o aterro da praça. (IPHAN, 2002).

A equipe do NARQ considerou a área como de baixo valor informativo a partir da avaliação do tipo de solo encontrado nas intervenções, bem como das orientações relativas aos procedimentos em sítios de cemitérios. Essa classificação está relacionada às possibilidades de verificação, por meio dos remanescentes, de questões relativas às condições de vida da população escrava de Meia Ponte. Conforme enfatizado, as informações bioantropológicas (sexo, idade, altura, ancestralidade e possíveis patologias ósseas) de poucos indivíduos não seriam capazes de consolidar essa verificação. (IPHAN, 2002).

Segundo exposto no relatório de campo (IPHAN, 2002)., para informações mais complexas e seguras seria necessária a escavação de ampla área do cemitério. Essa intervenção mais drástica só se justificaria por motivos expressivos, visto que em razão do tipo de solo da área, composto por quartzo micáceo em decomposição, fator retentor de umidade, há grande possibilidade de não haver maiores vestígios de ossos conservados no local,

Além dos ossos humanos, na Praça do Coreto também foram encontrados cerâmica, vidro, louça, metal e um esteio de aroeira de 45 cm a 1.00 cm de profundidade. Conforme as recomendações dispostas no documento de atividades de laboratório do projeto, a cerâmica encontrada nas escavações possui influências africanas ao se comparar o material com os de origem afrodescendente encontrados em outros sítios arqueológicos urbanos. No entanto, o material resgatado em Pirenópolis apresenta decoração que se difere dos demais artefatos. Essa constatação, somado ao fato de a localização ser de interesse da Fundação Palmares, conforme retira-se do Relatório de

Atividades do ano de 2001 dessa entidade, indica a necessidade de pesquisa aprofundada com escavações em áreas menos perturbadas (seja pelo homem, seja pela natureza), não realizadas até o presente. (IPHAN, 2002)

Na contemporaneidade, frequentada por moradores e turistas, a praça recebe a conhecida “Feira das Artes”, onde se vende artesanato e comida aos finais de semana. Até o momento, constatamos que a feira é a lembrança mais recorrente dos turistas ao pensarem na Praça. No entanto, outros usos e significados podem estar presentes no local, o que iremos vislumbrar com a conclusão da pesquisa. Sem prejuízo, os próprios eventos que permeiam o lugar levam-no à sua resignificação, a partir de novos usos, distantes daqueles que um dia eram presentes.

Das percepções externas quanto ao lugar (os olhares dos turistas)

Para verificar a percepção dos turistas acerca da cidade de Pirenópolis, seu patrimônio e manifestações da cultura negra porventura notadas em suas visitas no lugar, bem como suas percepções e possíveis usos da Praça Chico de Sá (Praça do Coreto), foi encaminhado via redes sociais (*Instagram* e *Facebook*) ou e-mail, de forma individual, convite para o preenchimento de questionário através da plataforma *Google Forms*. A participação também se deu por meio de indicação dos participantes anteriores a pessoas que já haviam visitado a cidade.

O principal critério de seleção dos participantes desse grupo foi a necessidade de visita a cidade de Pirenópolis por pelo menos uma vez por motivos de turismo e lazer, sendo excluídas as pessoas menores de 18 anos de idade para a resolução do questionário. Foram registradas 50 respostas, o que se considera, em razão da natureza do questionário, número suficiente para a coleta dos dados aqui almejados.

Ao serem questionados acerca de qual a primeira lembrança que viria à mente em relação à Praça do Coreto, a maioria dos turistas mencionou a Feira das Artes e o artesanato vendido no local. Também foram relatados alguns eventos ocasionais, como roda de samba realizada dentro do Coreto, sarau e carnaval. Além disso, o lugar também está relacionado a memórias afetivas ligadas a amigos e familiares.

Questionamos por meio de pergunta de caráter fechado acerca do conhecimento quanto a edificação e demolição da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que se localizava onde hoje encontra-se materializada a Praça do Coreto por meio da seguinte indagação: “você tem conhecimento que onde hoje se encontra a Praça do Coreto já foi

edificada uma Igreja, denominada "Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos", frequentada, em suma, pela população negra de Pirenópolis e demolida aproximadamente em 1944?"

Do questionamento acima, 86% declararam não ter conhecimento sobre o perguntando, enquanto 14% tinham conhecimento acerca da existência do templo religioso demolido. Consideramos que o acesso às fontes de informação relacionadas à existência da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos por parte dos turistas denotou proatividade, interesse ou ligação institucional. Nenhum dos questionados que afirmou ter conhecimento acerca da Igreja obteve a informação de maneira orgânica, ocasional, sem intermédio. Essa constatação pôde ser reforçada com outro questionamento realizado aos turistas, de forma objetiva: "você consegue se recordar de algum elemento/símbolo/imagem na Praça do Coreto que relacione o lugar atual com a Igreja de Nossa Senhora dos Pretos que lá se localizava antes de ser demolida?"

Dessa indagação, 100% dos questionados responderam negativamente. Relembremos aqui a inconstância de permanência (parcial ou total) do memorial relativo à história do local, bem como questionamos acerca da visibilidade das placas informativas, pois, mesmo que na oportunidade da visita dos turistas à praça as placas ainda estivessem fixadas, não foram suficientemente impactantes para que tivessem sua atenção.

Também foi apresentada a seguinte pergunta: "levando em consideração que o contexto de ocupação de Pirenópolis esteve relacionado ao processo de escravidão, como turista, você consegue visualizar manifestações da cultura negra na cidade?" De maneira objetiva, 60% dos questionados responderam que sim e 40% responderam negativamente.

Em complemento, aos turistas que afirmaram visualizar manifestações da cultura negra em Pirenópolis, foi perguntado quais as manifestações haviam sido percebidas. Notamos que em que pese as lembranças dos questionados relacionarem a presença negra ao passado da cidade, suas percepções se ligam exclusivamente ao contexto escravocrata e não a manifestações culturais diretas (ou atuais) dos povos e comunidades de matriz africana.

Das falas levantadas, também percebemos a ligação, pelos turistas, entre as manifestações culturais negras e as festividades religiosas da cidade. Das respostas

registradas, somente duas mencionam diretamente rituais associados ao *Reinado*: as congadas⁵⁵⁵ e o coro e a orquestra de Nossa Senhora do Rosário⁵⁵⁶.

Ressaltamos que a Festa do Divino é a celebração religiosa de Pirenópolis mais conhecida. A Festa incorpora manifestações e representações diversas em sua estrutura, a exemplo das Cavalhadas e do Reinado, cuja origem está relacionada às irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito.

Conforme estudos de Lôbo (2006), em que pese o Reinado ainda ser mantido nas tradições de Pirenópolis, a festividade passou por dinâmico processo de transformação, que culminou no desaparecimento do festejo original, mas transcendeu o aspecto religioso com significados e usos diversos. Nesse viés, atualmente não é possível perceber a nítida presença negra no Reinado, não sendo mais um festejo demarcado por fronteiras sociais e éticas. No entanto, a participação das pessoas nos rituais é instrumento gerador de memória coletiva, capaz de reproduzir a historicidade de eventos passados relacionados à presença do negro na cidade, ocasionando o que a autora registra como “interação passado/presente”.

Considerações finais

As percepções, sentidos e lembranças provenientes de atores externos nos direcionam a algumas reflexões quanto aspectos relacionados às disputas pela memória, pois vislumbramos apagamentos ou a atenuação da contribuição dos Povos e Comunidades de Matriz Africana em Pirenópolis. Apagamentos, pois imperceptíveis em territórios como a Praça do Coreto. Atenuação, pois em que pese o histórico de políticas institucionais preservarem elementos de cultura alheios aos grupos minoritários, que ocasionaram apagamentos, a presença negra ainda persiste no imaginário dos turistas, especialmente no tocante ao período escravagista.

⁵⁵⁵ Conforme Lôbo (2006, p. 45), atualmente, “assim como a Festa do Divino incorpora o Reinado como uma festa menor, o Reinado incorpora a Congada como uma manifestação dentro dos seus festejos [...]. Estes não pertencem à comunidade local. Seus integrantes, em sua maioria negros oriundos de Minas Gerais, vivem em regiões do entorno de Goiânia, e tomam parte da Festa do Divino há pelo menos 17 anos”.

⁵⁵⁶ “O coral participa da novena do Espírito Santo cantando em latim um repertório tradicional de música sacra, acompanhado por uma pequena orquestra formada por músicos da Banda Phoenix. O coral também costuma se apresentar na missa solene do domingo do Divino e nas missas do Reinado, dedicadas à Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito” (IPHAN, 2017, p. 102-103.). Nota-se que apesar de associado ao Reinado, o coral não é manifestação exclusiva dessa celebração.

Ainda não é possível afirmar com cautela que o bem cultural demolido resiste na memória dos moradores de Pirenópolis ou se há relação de afetividade com o referido bem, o que vislumbraremos com a conclusão da pesquisa. No entanto, mesmo em caso de inexistência de memórias afetivas ou indagações dos moradores de Pirenópolis relacionadas à demolição da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, o que não acreditamos, a Praça do Coreto deve ser visualizada como território que problematiza as questões de disputas pela memória, território detentor de vestígios das ações de exclusão institucionais e território gerador de indagações acerca da história, da “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, conforme registra Nora (1993: 9).

Referências

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CURADO, João Guilherme da Trindade. **Apontamentos sobre os negros em Meia Ponte nos séculos XVIII e XIX**. In: Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir - Narrar: VI. 2012. Teresina: Universidade Federal do Piauí – UFPI

IPHAN. **Processo nº 1.181-T-85**. Processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis – Goiás, 1985.

_____. **Processo nº 015 16. 000026/2002 -81**. Acompanhamento e resgate arqueológico da obra subterrânea na cidade de Pirenópolis – Goiás, 2002.

_____. **Dossiê: festa do Divino Espírito Santo – Pirenópolis-GO**. Brasília: IPHAN, 2017.

JAYME, Jarbas. **Esbôço histórico de Pirenópolis**. 1. ed. póstuma. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1971.

JAYME, José Sisenando. **Pirenópolis (Humorismo e Folclore)**. Pirenópolis, 1983.

JAYME, Jarbas; JAYME, José Sisenando. **Casas de Deus e Casas dos Mortos**. v. 2. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002.

LÔBO, Tereza Caroline. **A singularidade de um lugar festivo: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito em Pirenópolis**. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo (10). dez, 1993.

OTT, Carlos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. **Afro-Asia**. n. 6-7, p. 119-126, 1968.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII)**. São Paulo: Annablume, 2002

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo**, v. 2, n.º. 3, p. 7-33, 1996.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Tradução: Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ENCANTARIA MARANHENSE: REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A TRADIÇÃO RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA DE CODÓ-MA

Victor Hugo Basilio Nunes⁵⁵⁷

RESUMO: As inserções das matrizes africana e indígena na história do Brasil vêm sendo pensada de maneiras distintas em diferentes tempos históricos, os postulados que norteiam tais reflexões nos informam das transformações sociais decorrentes das várias formas de conflito racial inseridos na dinâmica social. As novas possibilidades que esta temática alcança na produção acadêmica está intimamente ligada às transformações sociais ocorridas no Brasil. Neste sentido, os estudos sobre religiões afro-brasileiras se inscrevem neste contexto como indicador de uma demanda social que aponta para revisões históricas sobre o papel dos negros e indígenas na formação social brasileira. Neste artigo discutiremos como o terecô, nome dado a encantaria de Codó-MA, vem sendo representado no campo dos estudos sobre as religiões afro-brasileiras. A construção do tema para a antropologia e o interesse do grande público demonstram as representações que se criaram sobre os poderes sobrenaturais daquela região que sem dúvida é local de forte tradição religiosa afro-brasileira.

Palavras-chave: *encantaria maranhense, terecô, agenciamento.*

1. INTRODUÇÃO

A cidade Codó está localizada no leste maranhense, possui território de 4.361, 344km² população estimada em 123.116 pessoas é classificada como bioma cerrado.⁵⁵⁸ O início do povoamento de Codó ocorre em 1780 através de colonizadores portugueses e escravos africanos que passaram a desenvolver a agricultura. No século dezanove a produção de algodão ganha destaque naquela região, Codó é elevado à condição de cidade em 16 de abril de 1896, se destaca no processo de industrialização do Maranhão com a instalação da Companhia Manufatureira e Agrícola em 1892 que funcionou até 1962.

Localmente a região é chamada de Mata de Cocal devido à predominância da palmeira do coco babaçu. Tem como principais municípios Bacabal, Codó e Caxias,

⁵⁵⁷ Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Goiás, Goiânia - Goiás
E-mail: victorhugobasilio@gmail.com
Orientador: Leandro Mendes Rocha
Agência financiadora: CNPQ

⁵⁵⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/historico> Acessado em: 18/01/2021.

na região da Mata de Cocais uma religião surgiu, o terecô, essa religião tem como epicentro do seu surgimento o povoado de Santo Antônio dos Pretos que pertence ao município de Codó. Uma característica marcante dessa tradição é o culto aos encantados no qual se destacam os encantados da família de Légua Boji Bua, que viveram e se encantaram na região. A cidade de Codó pode ser compreendida como o grande centro difusor do terecô.

Mata zombana, tambor da mata, terecô foram os principais nomes que encontramos e que ao fim tratam da mesma forma de tradição religiosa afro-brasileira, que surge na Mata dos Cocais com destaque para a região de Codó. De acordo com relatos orais era praticado nas matas, sem local definido para evitar a perseguição policial. Como nos mostra Ferretti (2000) nos anos 1930 com a chegada da Mãe de Santo Maria Piauí a Codó passa a sofrer influência da umbanda e ganha projeção internacional com a fama alcançada por Mestre Bitá do Barão se consolidando no imaginário nacional como terra de feiticeiros.

2. LITERATURA ANTROPOLÓGICA SOBRE O TERCÔ: EM BUSCA DA PUREZA RITUAL

Iniciaremos nossa análise com a literatura antropológica produzida sobre o terecô. A trajetória dos estudos realizados sobre o terecô começa com o antropólogo Octávio da Costa Eduardo que esteve, entre 1943 e 1944, em Santo Antônio dos Pretos povoado situado na zona rural do município de Codó. Costa Eduardo (1966) produziu um estudo em comparação entre a área rural, Santo Antônio dos Pretos, e a área urbana, no caso São Luís, no que se refere às tradições afro-brasileiras. Em sua obra: “The Negro in Northern Brazil: a Study in Acculturation” (1966), defende a tese de que os rituais complexos foram descaracterizados no meio rural, afirma não ser possível reconhecer divindades africanas no que ele chama de “crenças rurais” e que no lugar de divindades africanas estão os encantados.

Rural belief. African deities, in recognizable form, are all but entirely absent in the religion of the rural Negroes in Maranhão, but in their place are African-like spirits called *encantados*, believed to “possess” certain persons during ritualistic dances. (COSTA EDUARDO, 1966: 57)

O autor desqualifica o caráter sagrado do ritual sustentado na afirmação de ausência de cerimônias de iniciação, na ausência de um líder e no uso de bebida alcoólica durante o ritual o que ele compreende como fator desintegrador, vejamos,

The group which participates actively in the ritual for the *encantados* forms what perhaps may be thought of as a religious organization, though it is so formal that it can scarcely be termed that. It holds monthly or bimonthly dances which are almost the only occasions for formal participation in worship. Certainly admission to this group requires no ceremonies of initiation, while drinking on the part of most “members” during a dance deprives the ritual of some of its sacred character, and acts as a disintegrating factor. The group even lacks the direction of an acknowledged priest, though there are two men who take charge of the arrangements for the dances, and have important functions during them. (COSTA EDUARDO, 1966: 62)

Costa Eduardo (1966) destaca a ausência de iniciação, o uso de bebida alcoólica, a ausência de líder, para ele o *terecô* se caracteriza como um culto rural jêje descaracterizado e desintegrado quase que condenado a desaparecer.

Posteriormente, Roger Bastide (1971), baseado nos estudos de Costa Eduardo (1966), abordou o *terecô* na obra: “As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição a Uma Sociologia das Interpretações de Civilizações” (1971). Para Bastide (1971) os *candomblés jêje-nagô* são compreendidos como de cultura mais avançada dotados de pureza ritual, sendo esses os *candomblés kêtú* da Bahia e a Casa das Minas do Maranhão. As demais religiões afro-brasileiras estariam mais próximas da magia o que justificaria a perseguição policial destas. Outro elemento destacado por Bastide (1971) em sua análise diz como o meio rural funcionou como elemento desagregador das tradições religiosas afro-brasileiras, para o autor o surgimento de seitas africanas organizadas estava condicionado ao meio urbano. Vejamos o que o autor nos diz,

No Maranhão, Octavio da Costa Eduardo descreveu o que resta das religiões *daomeanas* na cidadezinha de S. Antônio. Não há igreja católica nessa vila e a sua população mais ou menos se compõe quase que só de negros analfabetos e camponeses. Suas divindades ancestrais não morreram e aí ainda não se esqueceram dos nomes Verequete e Sobo; e a essas duas divindades *daomeanas* é mister acrescentar um deus *ioruba*, Eowa, uma deusa *angola*, Calunga, considerada aqui como a expressão da morte, enquanto sobreviveu no Rio de Janeiro sob outro aspecto – o de rainha do mar. Mas esses deuses não descem. E pensamos que não descem porque não existe cerimônia de iniciação. Já vimos que, para os *Voduns* e os *Orixás* poderem descer, é mister preliminarmente “fixá-los” na cabeça de seus filhos; os negros de S. Antônio não o esqueceram, mas como já não mais conhecem o segredo dos ritos

propiciatórios, os deuses de seus pais já não podem subsistir, exceto como imagens mentais, não como realidades viventes. Foram os encantados que os substituíram, porque o seu culto é infinitamente mais simples, não exige sacrifícios pecuniários importantes, ao mesmo tempo em que dão aos fiéis a mesma alegria da possessão o mesmo transe místico. (...) Em certas casas se encontra o mourão central, que é também especificamente africano, isto é, daomeano, em torno do qual os fiéis rodam em sentido contrário aos dos ponteiros de um relógio. Propriamente falando, não há sacerdote, e, como já dissemos, também não há iniciação, esta substituída simplesmente por um batismo, segundo o rito católico, do espírito que desce sobre um novo cavalo. Ao contrário do que ocorre nas seitas tradicionais, o número de homens montados pelos encantados é tão grande quanto o das mulheres. Esses encantados falam pela boca de seus filhos ou filhas, dão conselhos, receitam remédios, propõem os melhores meios para resolver dificuldades da vida. Em suma, essas festas parecem corresponder a uma dupla necessidade: à do divertimento em uma povoação que não tem muitas outras e à direção, tanto material como espiritual, de uma população isolada, abandonada à sua sorte. (BASTIDE, 1971: 397-398)

Buscamos problematizar certa compreensão que se tem a certa da religiosidade afro-brasileira organizada a partir da relação entre as noções de pureza e mistura que no campo das religiões afro-brasileiras se traduz em maior africanidade contrapondo-se ao sincretismo. Compreendemos que esta noção de africanidade destacada por Bastide (1971) se assemelha a ideias defendidas por autores como Nina Rodrigues (1988), Arthur Ramos (1951) e Edson Carneiro (1969) sobre o candomblé Baiano ao afirmarem a superioridade da tradição kêtú em detrimento das tradições banto e indígenas. Neste sentido a abordagem feita à religiosidade afro-brasileira no Maranhão privilegiaria a tradição jêje (mina) de São Luís em detrimento das tradições do interior em especial o terecô de Codó. Como observamos na citação acima Bastide (1971) se refere ao Maranhão destacando dois terreiros de São Luís, Casa das Minas e Casa Nagô, como exemplos da herança Daomeana e Yorubana, ressaltando sua africanidade.

Compreendemos que esta abordagem se organiza através dos mesmos pressupostos que orientaram os primeiros trabalhos sobre o candomblé na Bahia fundamentados nas noções de puro/misturado, sincretizado/africanizado, atribuindo à tradição kêtú-nagô o status de candomblé puro ou modelo a ser seguido. Nossa tese central se configura como crítica a essa ideia de pureza ritual que hierarquiza tradições, cultos e terreiros. É diante da dinâmica entre terreiros de candomblé e tendas de terecô que buscamos investigar de que forma essas práticas podem nos dizer dos conflitos identitários relacionados às chamadas nações no candomblé e no terecô.

Outra antropóloga que escreveu sobre o terecô foi Mundicarmo Ferretti (2000), ela esteve em Codó nas festas de Mestre Bitá em agosto de 1986, Maria Piauí e Santo Antônio dos Pretos em junho de 1989. Em 1994 e 1996 esteve em Codó para assistir rituais realizados no terreiro de Mãe Antoninha, em 1997 esteve com Mãe Antoninha já doente. Sua principal obra foi “Encantaria de “Barba Soeira”: Codó, capital da magia negra?” (2000), publicada pela Comissão Maranhense de Folclore.

A tese de Mundicarmo Ferretti (2000) consiste em defender a existência do terecô tradicional que tem em Mãe Antoninha sua guardiã. Outra forte característica de seu trabalho é a tentativa de desqualificar a importância de Mestre Bitá do Barão para a cidade de Codó compreendendo que Mestre Bitá contribuiu para a descaracterização do terecô tradicional com a introdução de elementos da umbanda na encantaria codoense.

Apesar de se falar da existência, em Codó, de antigos “feiticeiros” (não terecozeiros) e da realização, por eles, de trabalhos para o “mal”, tudo indica que a fama de realização de trabalhos na “linha negra”, com Exu, por terreiros de Codó, começou depois da década de 1950 e da abertura dos salões de Maria Piauí e Bitá do Barão. Tudo indica também que o surgimento ou incremento dessa linha em terreiros de Terecô de Codó tenha ocorrido mais por influência recebida da Macumba do Rio de Janeiro e da filiação de terecozeiros codoenses à Federações de Umbanda capital e de outros Estados do que com a propalada “banda preta” de Légua Bogi. (FERRETTI, 2000:167)

Mundicarmo Ferretti (2000) repudia toda forma de conexão do terecô com o feitiço e a magia, porém reconhece que a fama atribuída aos poderes mágicos daquela região está além do simples dilema de pureza ritual levantado por ela, vejamos,

A existência no Terecô de entidades “meio brancas e meio negras” e a existência, no passado, naquele município, de afamados praticantes da “magia negra” (feiticeiros ou curadores que, por dinheiro, faziam “qualquer trabalho”), deve ter facilitado a penetração da Quimbanda e pode explicar porque, atualmente, a “linha negra” tem sido recebida ali com tanta simpatia e naturalidade pelos terecozeiros de Codó e por sua clientela. (FERRETTI, 2000: 142)

Apesar de reconhecer que existe um mercado de trabalhos espirituais em Codó, desconsidera o papel das atribuições do poder espiritual no agenciamento que a comunidade local realiza, principalmente, as atividades econômicas relacionadas a trabalhos espirituais que se caracteriza como uma importante atividade econômica da cidade.

É evidente o interesse da antropóloga em defender que Mãe Antoninha representa o terecô tradicional,

Antoninha, como já falamos mais de uma vez, era conhecida como a mãe de santo mais antiga e mais apegada à tradição do Terecô de Codó. Além de ser um elo importante entre o povoado de Santo Antônio e a cidade de Codó, colocava, continuamente, a questão da tradição e da modernização do Terecô. Por essa razão, despertou o nosso interesse, desde o início da pesquisa. Apesar de Dona Antoninha ter morado algum tempo em São Luís e em São Paulo, de ter feito algumas outras viagens para fora do Maranhão, de ter feito um curso de Umbanda, por correspondência, e de ter feito alguma leitura umbandista, se apresentava como seguidora da tradição religiosa afro que recebera de sua mãe de santo e apegada às suas “pedrinhas”. Definia-se como “da mata do coco, da pedra, do chão” e dizia que não aceitava Exu e Pombagira em seu salão. Abria o tambor cantando “Dom Variê” e não “Ibarabô”, guardava suas pedras em casa em um caixão de madeira, e chamava de “vodunso” as entidades espirituais recebidas no Terecô, tal como foi encontrado por Costa Eduardo no povoado de Santo Antônio dos Pretos, em 1943-1944. (FERRETTI, 2000: 109)

Como podemos observar a autora busca fundamentar sua tese na compreensão de que existe um terecô tradicional e que Mãe Antoninha é sua representante máxima, se apoia na descrição de Costa Eduardo (1966) destacando o povoado de Santo Antônio dos Pretos como marca de tradicionalidade no terecô. Mãe Antoninha faleceu em 1997 e passou, ainda em vida, sua tenda de terecô, a Tenda Santa Bárbara, para o comando de Mãe Maria dos Santos. Para Mundicarmo Ferretti a escolha na sucessão desta importante tenda não foi a melhor para a manutenção do terecô tradicional e novamente ela apresenta Mestre Bitá do Barão como articulador da descaracterização do terecô. Vejamos como a antropóloga se refere a Mestre Bitá e Mãe Maria dos Santos, duas importantes lideranças religiosas de Codó,

Maria dos Santos gostava de coisas modernas e de roupas luxuosas, com brilho. Em 6 de janeiro de 1994 iniciou o toque de gravador na mão e usou roupa nylon. Em 1995, “sonhava” com uma saia de lamê verde. Em dezembro de 1996 colocou som e venda de bebidas na festa de fim de ano do terreiro e, embora tenha feito roupa bordada em Richelieu para as tobôssas, usou, na abertura da festa, nylon trabalhado industrialmente. Gostava também de preparar mesa de doces e bolo confeitado nas festas de seus guias. O estilo de Maria dos Santos parecia pautado no do Bitá, que parece ter também influenciado Dona Antoninha que, apesar de mais velha do que ele, dançou muitos anos no seu salão e tinha por ele grande admiração. Logo após o falecimento de Dona Antoninha, parecia que aquela influência ia aumentar, pois antes dele ocorrer o Bitá já estava sendo apresentado como alguém que

poderia orientar e acompanhar os passos da nova mãe de santo e o filho de Maria dos Santos fora preparado por ele. Na festa do fim de ano de 1996, a Tenda Santa Bárbara não parecia tão empenhada em desenvolver o “nagô de Codó” quando em acompanhar o movimento umbandista que ver crescendo na capital e no interior do Estado do Maranhão e que ali era liderado pelo Bitá.” (FERRETTI, 2000: 133-134)

Nesse sentido a afirmação da tradição e negação do agenciamento em torno do feitiço e do poder naquela região se caracterizam como um discurso político socialmente construído, no qual a antropóloga impõe a sua concepção sobre o que é tradicional no terecô para desqualificar inclusive a linha sucessória de uma tradicional tenda de terecô. Ressaltamos que nos contatos que tivemos com a comunidade do terecô em Codó percebemos um profundo respeito de todos por Mãe Maria dos Santos e a compreensão de que em seu barracão se bate o terecô tradicional ou como ela gosta de chamar a mata zombana.

Dentre os trabalhos acadêmicos mais recentes se destaca a tese de doutorado em antropologia de Martina Ahlert, “Cidade relicário: uma etnografia sobre o terecô, precisão e Encantaria em Codó (Maranhão)”, defendida em 2013. Caracteriza-se como um importante trabalho etnográfico, riquíssimo em detalhes, que apresenta a territorialidade do terecô em Codó e nos traz dados importantes,

A Secretaria de Cultura e Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Codó (criada em 2009) estima que se pode encontrar, no município, um número aproximado de duzentas tendas, sejam elas de terecô, candomblé ou umbanda. A Associação de Umbanda, Candomblé e Religiões Afro-brasileiras de Codó e Região realizou um levantamento sobre a quantidade destes locais e afirma que existem 294 tendas e 109 quartos de santo na cidade. Independente da discrepância entre os números encontrados é possível notar a grande presença destes espaços entre os 118.072 habitantes, dispostos na zona rural e urbana. (AHLERT, 2013: 23)

Para nos ajudar a pensar de forma ampliada as problemáticas quem envolvem a relação entre feitiço e religiões afro-brasileiras tão presentes no imaginário que cerca Codó, recorremos a Yvonne Maggie que em seu livro “Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil” (1992), nos mostra que “a crença na magia e na capacidade de produzir malefícios por meios ocultos e sobrenaturais é bastante generalizada no Brasil desde os tempos coloniais” (MAGGIE, 1992: 22). Na obra percebemos que o feitiço passa a ser elemento de acusação que desqualificam terreiros, enquanto os terreiros vinculados

às práticas mágicas, caracterizados como impuros eram mais reprimidos os que eram considerados “nagôs puros” alcançavam prestígio passando a ser considerados como religião, sendo menos perseguidos pela polícia. Maggie (1992) relativiza o feitiço na sociedade brasileira e problematiza a hierarquia operada pela ideia de feitiço nas religiões afro-brasileiras, vejamos o que ela nos diz,

Aprofundando a ideia, pode-se pensar que o Brasil é representado como uma sociedade hierárquica, relacional, porque aqui se acredita no feitiço, esse operador lógico da esfera da ação. Haveria sociedades totêmicas, que classificam grupos sociais igualitários. Como em Roberto DaMatta, a morte ou os mortos nesta sociedade, o feitiço é aqui considerado um bom contraponto para pensar a popularidade (no sentido de universalidade) da maneira de pensar relacionando. Estas conclusões levam a repensar a concepção de magia na sociedade brasileira contemporânea e o modo como ela se relaciona com as concepções de religião. A teoria da feitiçaria implica nessa ideia de um sistema de pensar, de uma forma de conhecimento diferente a ciência e da religião, sobretudo porque pode correr paralelamente a elas. O feitiço não seria sobrevivência do arcaísmo na sociedade brasileira. Está no centro mesmo da sua maneira de pensar contemporânea. (MAGGIE, 1992: 273-274)

Como nos mostra Maggie (1992) ao pensarmos sobre a representação de Codó no imaginário nacional, como “capital da macumba”, pensamos também sobre o lugar do feitiço na sociedade brasileira. Destacamos a importância de pesquisas como a que apresentamos neste artigo para se aprofundar nos estudos sobre as religiões afro-brasileiras problematizando concepções etnocêntricas que alimentam teorias como o nagô-centrismo.

Percebemos na história das religiões afro-brasileiras no Maranhão a presença de múltiplos agenciamentos. Compreendendo como agenciamento a relação que se estabelece entre o indivíduo e a estrutura, como diálogo entre tradição e renovação, como espaço de transação e negociação, no qual se estabelece uma tensão em torno do termo tradicional, destacando o caráter processual. Estas características reforçam a abordagem que propomos, direcionada para uma visão processual em contraposição a uma visão essencialista. O agenciamento como nos mostra Hannerz (1997) supõe necessariamente uma trajetória que é histórica e determinada por múltiplos fatores e uma origem que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem se acoplar. Ao entrarmos em contato com o universo do terecô adotamos um posicionamento de abordagem que se distancia das oposições:

tradicional/descaracterizado, puro/misturado, entendemos que os binarismos devem ser deixados de lado e que o olhar lançado às religiões afro-brasileiras deve ser orientado por uma compreensão processual evitando o essencialismo.

3. CONSIDERAÇÕES

Para Prandi (1991) as religiões afro-brasileiras são formadas por nações. A palavra nação, neste contexto, pode ser definida como uma nação política, que se organiza entorno de práticas e ritos partilhados pelos terreiros pertencentes à determinada nação buscando sua origem na diáspora africana nas Américas. Desta forma os grupos que falavam a língua yorubá entre eles os de Oyó, Abeokutá, Ijexá e Egbá vieram constituir o candomblé denominado de nação kêtú. Kêtú era uma cidade que ficava onde hoje está a Nigéria, mas no Brasil passou a designar o culto de candomblé da nação kêtú. O que é chamado de nação jêje é a tradição religiosa formada pelos povos vindos da região do antigo Reino do Dahomé, reino africano que durou do século dezessete a dezenove. Situado no atual Benin estabeleceu intensas relações com comerciantes de escravos, comércio alimentado com inúmeras guerras com os povos de língua yorubá. A língua dos candomblés jêje é o fon. Os candomblés da nação angola foram desenvolvidos no Brasil com a chegada de africanos vindos de Angola e Congo de língua banto.

Essa afirmação nos apresenta um tipo de sincretismo, não entre as religiões afro-brasileiras e o catolicismo, mas entre diferentes nações e divindades, o que não é comum no universo religioso afro-brasileiro, cada vez mais inclinado na busca de uma pureza de ritual. Levantamos como possível explicação ao posicionamento de manter em um terreiro diferentes nações, o agenciamento frente às transformações ocorridas no cenário da religiosidade afro-brasileira.

Neste sentido problematizamos certa compreensão que se tem a certa da religiosidade afro-brasileira maranhense organizada a partir da ideia de que a capital, São Luís, seria detentora de culto mais puro, com relação à noção de africanidade, e o interior, especialmente Codó, mais sincrético. Compreendemos que a abordagem feita à religiosidade afro-brasileira no Maranhão privilegiaria a tradição jêje (mina) de São Luís em detrimento das tradições do interior em especial o terecô de Codó.

Ressaltamos que as nações no campo da religiosidade afro-brasileira não têm uma correspondência linear no seu processo de formação no continente africano e

transferência para a América. Em muitos casos, as denominações de certos grupos eram atribuídas por povos vizinhos. Em outros casos, os portos de embarque podem ter sido um dos critérios na elaboração de categorias tais como, Mina, Angola, Cabo Verde, dentre outros, que posteriormente deram origem as nações hoje observadas no Brasil em candomblés, maracatus, congadas e outras manifestações da religiosidade e cultura afro-brasileira. É bem provável que muitas dessas denominações não correspondessem necessariamente às autodenominações étnicas utilizadas pelos africanos em suas regiões de origem. É levando em conta estes elementos que devemos entender a formação de uma série de nações africanas no contexto colonial brasileiro. Luís Nicolau Parés (2007) nos mostra que,

Nagô, Anagô ou Anagonu era o etnônimo ou autodenominação de um grupo de fala iorubá que habitava a região do Egbado, na atual Nigéria, mas que emigrou e se disseminou por várias partes da atual República do Benim. Ao mesmo tempo, os habitantes do Daomé, reino que se manteve desde meados do século XVII até o final do século XIX, começaram a utilizar o termo “nagô”, que na língua fon tinha provavelmente um sentido derogatório, para designar uma pluralidade de povos iorubá-falantes sob a influência do reino de Oyo, seu vizinho e temido inimigo. Desse modo, uma autodenominação étnica, restrita a um grupo particular, passou a ser utilizada por membros alheios a essa comunidade para assinalar um grupo de povos mais amplo. A lógica dessa generalização reside no fato de esses povos compartilharem uma série de componentes culturais, como língua, hábitos e costumes. Com o tempo, esse grupo de povos de fala iorubá passou a assimilar a denominação externa imposta pelos daomeanos e, uma vez desprendida do seu sentido derogatório inicial, a utilizá-la como autodenominação. Por sua vez, os traficantes europeus apropriaram-se do uso local que os daomeanos faziam do termo “nagô”, e este foi assim transferido ao Brasil, preservando a dimensão genérica e inclusiva estabelecida pelos daomeanos. (PARÉS, 2007: 25)

Para compreendermos melhor este cenário é preciso explorarmos os limites e as possibilidades dos conceitos de hibridismo, sincretismo e agenciamento, que nos ajudam a compreender como as nações de candomblé se constituem como arena de disputa por prestígio nas relações entre terreiros no universo das religiões afro-brasileiras. Para Ulf Hannerz (1997) hibridez parece ser atualmente o termo genérico preferido, talvez por uma fácil mobilidade entre disciplinas. Como nos mostra o autor, apesar de seu tom biológico é um termo forte principalmente no campo dos estudos literários, em grande parte pela presença na obra de Mikhail Bakhtin (2010). É possível inferirmos que, para Bakhtin, a hibridez representava antes de tudo a coexistência de duas línguas, duas

consciências linguísticas, mesmo dentro de uma única fala. Para fazer a crítica cultural do colonialismo, a hibridez passa a significar a subversão, a desestabilização da autoridade cultural colonial. Para Ferreti (2014) o hibridismo remete a uma metáfora biológica adotada no século XIX, muitas vezes na perspectiva de imprimir caráter científico ao comportamento humano. Autores como Canclini (1997) diferenciam o termo hibridismo de sincretismo, por considerarem que sincretismo está mais relacionado com religiões e hibridismo com outros aspectos da cultura. Ferreti (2014) conclui,

Que não reconhecemos a existência de grandes diferenças entre sincretismo e hibridismo, embora possam ser diferenciados [...] podemos considerar que, em sociedades como a nossa, o sincretismo pode ser considerado como fato social total, relacionado com instituições religiosas, políticas, familiares, econômicas, estéticas, culturais, que ao mesmo tempo é imposto e voluntário. A sociedade brasileira é complexa e se caracteriza pelo encontro e a mistura entre povos e culturas diversas, e este encontro é enriquecedor. Assim a mistura e o sincretismo constituem elemento central em nossa sociedade, como pode ser evidenciado, entre outros aspectos, nas religiões e na cultura popular. (FERRETI, 2014: 30)

Canclini (2001) chama a atenção para a hibridação como um conceito em construção, que pode ser compreendido como um termo de tradução entre mestiçagem, sincretismo, fusão e os vocábulos empregados para designar misturas particulares. O autor destaca que talvez a questão decisiva não seja estabelecer qual desses conceitos abrange mais e é mais fecundo, mas sim, continuar o debate em torno de princípios teóricos e procedimentos metodológicos que nos ajudem a tornar as relações mais traduzíveis, ou seja, a aceitar o que cada um ganha e perde ao hibridar-se.

Ao entrarmos em contato com o universo do candomblé e do terecô adotamos um posicionamento de abordagem que se distancia das oposições: tradicional/descaracterizado, puro/misturado, entendemos que os binarismos devem ser deixados de lado e que o olhar lançado às religiões afro-brasileiras deve ser orientado por uma compreensão processual evitando os essencialismos.

A ideia de quanto mais próximo da África mais puro produziu o processo de africanização, observado não só aqui no Brasil, mas no contexto de religiões afro-caribenhas, conforme evidencia Capone (2004). Nesse sentido a preservação da tradição, afirmação de africanidade e negação do sincretismo se caracterizam como um discurso político socialmente construído.

Isso nos mostra que as tradições são reinterpretadas e transformadas, os discursos que marcam a diferença que legitima ou desqualifica um terreiro com relação a outros abrem um campo a ser trabalhado: o que está por trás e qual a função política da noção de tradição que hierarquiza terreiros? É na problemática da africanização, da intenção de estabelecer um vínculo com a África que assume um sentimento político, que se estabelece o paradigma de pureza, em que, a busca de um tradicionalismo africano se contrapõe as características afro-brasileiras.

Compreendemos que há lacunas que abrem possibilidades outras a serem trabalhadas tais como, observar se essa relação polarizada entre tradicional/descaracterizado realmente existe. Se há uma visão essencialista da cultura e a compreensão de uma coerência formal que privilegia o culto com relação ao indivíduo.

4. REFERÊNCIAS:

AHLERT, Martina. **Cidade relicário: uma etnografia sobre o terecô, precisão e Encantaria em Codó (Maranhão)**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2013.

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição a Uma Sociologia das Interpretações de Civilizações**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. 6ª edição São Paulo: Hucitec, 2010.

CAPONE, Stefania. **A busca da África no candomblé: Tradição e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, EDUSP, 1997, p.283-350.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas. In: **Introdução à Edição de As Culturas Híbridas em Tempos de Globalização**. São Paulo: EDUSP, 2001, p.XVII-XL.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Edições de Ouro. Rio de Janeiro, RJ. 1969. [1948]

COSTA EDUARDO, Octavio da. **The Negro in Northern Brazil: a Study in Acculturation**. Washington: University of Washington Press - Seattle and London, 1966. [1948]

FERRETTI, Sergio. **Sincretismo e hibridismo na cultura popular**. Revista Pós Ci. Soc. v.11, n.21, jan/jun. 2014.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Encantaria de “Barba Soeira”: Codó, capital da magia negra?**, São Luís: Comissão Maranhense de Folclore-CMF, 2000.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. Mana vol.3, n.1, 1997, p. 7-39.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

PRANDI, José Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova**. São Paulo: HUCITEC: Editora Universitária de São Paulo, 1991.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988. [1932]

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro: etnografia religiosa**. 3ª edição São Paulo: editora nacional, 1951. [1934]

OSWALD DE ANDRADE, PAU-BRASIL E A CRÍTICA: BALBUCIAMENTO IMBECIL E SUICÍDIO LITERÁRIO

*Zandélli Lira Cruvinel*⁵⁵⁹

RESUMO: Após a Semana de Arte Moderna de 1922, a intelectualidade brasileira se lançaria em uma crescente investigação sobre a cultura e a história nacionais. Nesse contexto, em 1924, Oswald de Andrade publica seu Manifesto Pau-Brasil, e em 1925, o Livro de Poesias Pau-Brasil. Suas ideias são recebidas com entusiasmo por membros do modernismo, mas despertam críticas ferinas em outros, como o diplomata e escritor Graça Aranha e o escritor e crítico literário Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima). No entanto, a historiografia sobre Oswald de Andrade tende a valorizar mais o período da Revista de Antropofagia do que os anos 1924-1927. Concentram-se as pesquisas também nas áreas das Letras. Proponho, a partir da teoria da Estética da Recepção de Robert Jauss (1994), abordar o momento de diálogo e debate sobre a cultura, literatura e história brasileira, que ocorria pelas páginas da imprensa, e que tocavam no caso da poesia pau-brasil. O objetivo dessa pesquisa tem sido encontrar nesses textos elementos que demonstrem a especificidade desse momento, a fim de caracterizar o pensamento brasileiro da segunda metade da década de 1920.

Palavras-chave: *Pau-Brasil; Recepção; Modernismo.*

Nos anos 20 do século XX, a intelectualidade modernista brasileira se debruçava sobre a questão da cultura nacional, especialmente no que era relativo a um tipo, modelo ou forma do caráter brasileiro. Passada a eclosão da Primeira Guerra Mundial um crescente espírito cívico e nacionalista dos anos 10, na primeira metade da década de 20 políticos e intelectuais lidaram também com o centenário da Independência, em 1922. No mesmo ano, foi realizada a Semana de Arte Moderna no Teatro Municipal de São Paulo, da qual Oswald de Andrade foi um dos organizadores. Já em 1924, o poeta lança o Manifesto Pau-Brasil, no Correio da Manhã (RJ) e em 1925, o Livro de Poesias Pau-Brasil.

Em seus projetos, temas relacionados ao caráter nacional brasileiro são abordados. No entanto, é o Manifesto Antropófago (1928) e a Revista de Antropofagia (1928-1929) que recebem mais atenção, na obra oswaldiana, como produtos desse momento de agitação cultural, sendo que o projeto estético Pau-Brasil fica relegado a condição de “antessala da antropofagia” (NUNES), preparador e precursor do momento seguinte, em

⁵⁵⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás – PPGH-UFG. Orientanda do Professor Doutor Ulisses do Valle. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: zandellicruvinel@gmail.com.

1928. Essa ótica, embora congruente, pode obliterar a especificidade dos anos 1924-1927 no pensamento modernista, literário e intelectual brasileiro.

Por outro lado, o próprio *status* de Oswald de Andrade na história da literatura brasileira é o de modernista agitador, precursor de grandes transformações no pensamento nacional sobre estética, arte, sociedade e mesmo história. Muitas das intuições poéticas oswaldianas, sobretudo aquelas que eram inovadoras para o período, são colocadas nas prateleiras da história literária como troféus do pensamento e intelectualidade brasileiros. E, novamente, por mais que o poeta possa ter seus méritos nesse quesito, e essa abordagem tenha uma razão de ser, considera-lo de início um renovador, agitador cultural e visionário, pode inferiorizar outras posturas e orientações que lhe fossem contemporâneas, a fim de ressaltar o lugar de Oswald de Andrade.

Para esclarecer esses pontos, retomo brevemente os principais trabalhos na historiografia sobre Oswald de Andrade, principalmente aqueles que se dedicam ao estudo das ideias do autor. Dentre os inúmeros estudos que abordam as ideias oswaldianas expressas nos manifestos *Pau-Brasil* (1924) e *Antropófago* (1928), destaco, em primeiro lugar, os de Haroldo de Campos (1991; 2005; 2006), Augusto de Campos (1975; 2015) e Décio Pignatari (1958; 1964; 2002). Os irmãos Campos, junto com Décio Pignatari, formavam o grupo *Noigandres*, em 1952. Interessados em poesia, pesquisaram os processos de escrita e composição de Oswald de Andrade, utilizando-o como uma das referências na formação da Poesia Concreta no Brasil. Oswald, que faleceu em 1954, chegou a ser entrevistado pelos jovens poetas.

Depois dos tempos agitados de 1920, Oswald de Andrade queixava-se, ao final de sua vida, de não ter reconhecimento no meio intelectual, como testemunha a filha Marília de Andrade: “Ouvi-o muitas vezes queixar-se, desencorajado, de que suas ideias não eram aceitas, sua obra não era lida e talvez seu valor nunca chegasse a ser reconhecido. Sentia-se abandonado e sem grandes esperanças” (ANDRADE, 2011: 34). Os poetas concretistas Augusto, Haroldo e Décio se ocuparam de resgatar a obra oswaldiana e contribuíram com os estudos literários das mesmas.⁵⁶⁰

Segundo Geraldo Ferraz, jornalista, escritor e também secretário da *Revista de Antropofagia*, a geração de universitários de 1937-38 já tinha a intenção de renovação

⁵⁶⁰ Nos anos 70, por iniciativa da Editora Civilização Brasileira, foram lançadas as *Obras Completas de Oswald de Andrade*, em 11 volumes. Já nos anos 90, a Editora Globo lançou novas edições, compondo as *Obras Completas de Oswald de Andrade*, em 20 volumes. Haroldo de Campos e Benedito Nunes prefaciaram *Pau-Brasil* (1991) e *A utopia antropofágica* (1995) respectivamente.

literária: “é a geração de Lourival Gomes de Machado, Antônio Cândido, o pessoal da revista *Clima*, Paulo Emílio Salles Gomes etc... Mas houve a peste dos integralistas no meio” (FERRAZ, apud BOAVENTURA, 1985: 211). Com a cisão nos meios intelectuais e a Segunda Guerra, só na década de 1950 tornaria a haver tal inquietação nos meios literários. Para ele, a geração de poetas concretistas “nada mais é do que a retomada das ideias de um grupo holandês, suíço...” (1985: 211).

De toda forma, é o esforço dos concretistas que tira Oswald de Andrade do esquecimento. Na década de 1960, com a encenação da peça teatral *O Rei da Vela*, Oswald entre em definitivo no repertório artístico:

Virou moda, pegou. Pai do tropicalismo, inspirador de Caetano, exemplo dos críticos literários, objeto de estudo das teses de doutoramento, herói incondicional dos jovens inconformados, modelo para escritores iniciantes, autor preferido dos grupos de teatro amador (ANDRADE, 2011: 45).

Sob esse manto de resgate e valorização, Oswald de Andrade retorna para a cena da literatura brasileira. Outros testemunhos importantes foram os do poeta Raul Bopp (1977; 2012), que também fora colaborador da *Revista de Antropofagia* (1928-1929). Já na década de 1970 comenta o período de agitação que cercava os anos finais da Primeira República e marcava o fim da fase modernista de Oswald de Andrade.

Outro contemporâneo de Oswald, que também o entrevistou, foi Mário da Silva Brito. Jornalista, poeta e ensaísta, Mário contribuiu com a historiografia não apenas sobre Oswald de Andrade, mas também sobre o cenário modernista brasileiro (1966; 1968; 1970; 1971). Benedito Nunes (1979; 2011) e Antônio Cândido (1977; 2006), contemporâneos de Oswald, escreveram estudos literários (Cândido) e reflexivos (Nunes) sobre a obra oswaldiana. Com a retomada do legado do autor da Antropofagia cultural, Marília de Andrade acentua: “Oswald subiu de repente ao patamar dos mitos” (2011: 45).

Ainda na fase de ostracismo de Oswald de Andrade, Marília relembra a presença de dois dos autores citados: “Quase nenhum intelectual fazia-lhe companhia, às vésperas de sua morte. Antônio Cândido e Mário da Silva Brito eram fiéis amigos e admiradores” (2011: 34). A compensação da reclusão de Oswald de Andrade é avultosa: o autor é lembrado ainda como o jovem inquieto da década de 20, ressaltando o heroísmo da empreitada.

Mais recentemente, Maria Eugênia Boaventura (1995,), professora e pesquisadora no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, tem produzido e orientado

pesquisas sobre o modernismo brasileiro. É de sua autoria a importante biografia de Oswald de Andrade, publicada em 1995. Organizou também o volume *Estética e Política* (1992), da Editora Globo, que reúne artigos do poeta, e o volume *Os dentes do dragão* (1990), mesma editora, com entrevistas concedidas por Oswald na imprensa. A pesquisa de sua tese de doutoramento resultou no livro *A vanguarda antropofágica* (1985), obra igualmente importante no corpo de pesquisas sobre Oswald de Andrade.

Outra biografia do poeta, mais recente, foi elaborada pela professora e pesquisadora Maria Augusta Fonseca, do departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, que também orienta e pesquisa temas relacionado ao modernismo no Brasil. Além dessas pesquisadoras, menciono Vera Lúcia Oliveira (2002), Beatriz Azevedo (2016), João César de Castro Rocha (2011; 2017), pelo peso que esses trabalhos representam para o estudo do modernismo.

Como fica claro, a maioria dos trabalhos sobre Oswald de Andrade segue algumas tendências: privilegiam o momento da *Antropofagia* estética; foram realizados em parte por artistas/escritores, em parte por pesquisadores das áreas de Letras: estudos da linguagem, teoria literária e literatura comparada. Aqui, ressalto dois pontos: em primeiro lugar, naturalmente, privilegia-se, nas pesquisas vinculadas aos departamentos de letras e literatura, aspectos internos e estilísticos do texto. Em segundo lugar, há também um aspecto de utilidade quando escritores literários, como foram os concretistas, e artistas, como a pesquisadora Beatriz Azevedo, pesquisam o autor (a *Antropofagia*, nesse sentido, passaria também por uma apreciação positiva logo de início, como ferramenta artística que serve aos autores). Em terceiro lugar, quer me parecer que a característica que marcava a retomada da obra oswaldiana, de valorização e até consolo do poeta, perpetrada tanto pelos concretistas Augusto, Haroldo e Décio, quanto pelos escritores Cândido e Brito, na década de 1950, ainda acompanha nosso olhar quando o assunto é Oswald de Andrade; talvez ainda paguemos o tributo pelo esquecimento ao que o autor foi submetido.

Cabe então retirá-lo da tecitura que o entroniza, e procurar as pontas soltas, os nós e os arremates que, ao mesmo tempo em que o dignificam, silenciam, potencialmente, os ruídos que possam ter coexistido com a voz do autor. Aqui começa o problema que orienta esta pesquisa: compor o cenário dos anos 1924-1927, tomando em consideração também as críticas negativas e restrições que as ideias expressas em *Pau-Brasil* receberam, a fim de realizar uma abordagem que não privilegie apenas o caráter vanguardista e renovador

do movimento modernista, mas dê indícios dos entraves que fizeram parte do pensamento brasileiro daquele momento.

Uma estratégia viável, e que escolho, é partir das considerações do crítico alemão Hans Robert Jauss (1994). Particularmente, partir de suas observações sobre a obra de arte canonizada e sua proposta de estratégia de pesquisa para abordar uma tal obra (nesse caso, um texto) que tenha atingido esse *status*. O objetivo, insisto, não é desqualificar ou questionar o valor tanto da obra oswaldiana, quanto da crítica e da historiografia produzida, mas fazer o esforço de analisar as críticas que lhe foram feitas no período de divulgação de suas ideias, a fim de abordar de forma mais ampla o ambiente intelectual em que ele estava, e com quem dialogava. Reitero que falar da área de origem dessas pesquisas não é supor um maior rigor científico ou metodológico para a pesquisa histórica, mas demarcar a especificidade do meu trabalho, e até mesmo os desafios que ele envolve.

Para Jauss (1994), a obra de arte canonizada é aquela que atinge certo grau de automação, a ponto de tornar-se uma obviedade dentro de um conjunto de expectativas: se, em um primeiro momento, ela gerou algum desconforto, propôs perguntas aos receptores, conteve tentativas de repostas para perguntas existentes no período, em suma, apresentou alguma novidade ou movimento ao seu horizonte contemporâneo, ao ser canonizada, deixa de trazer em sua superfície os estranhamentos e questões que, em seu momento histórico, transpassavam o debate do público que primeiro a recebeu. O clássico tende à naturalização do que um dia pode ter sido diferença, à instituição de uma regra, um paradigma: é também a repetição de processos. Consequentemente, o juízo que crie um critério estético/valorativo para a apreciação da arte, dentro do qual uma característica a priori, essencialista, externa ao contexto histórico, defina a classicidade de uma obra de arte, reduz o caráter histórico dessa obra que é tomada como parte de um cânone, suplantando, a partir do presente e de um crivo de valor específico, os embates que podem ter envolvido e até marcado característica e intimamente a composição de uma determinada realização estética. O desafio, portanto, é retirar Oswald de Andrade da aceção linear e aquietada que apazigua e reduz suas propostas ao paradigma, à regra de uma arte modernista.

A finalidade dessa atitude é a aposta em uma novidade dentro dos recônditos do modernismo brasileiro: encontrar as perguntas, questões, carências de sentido que impulsionavam intelectuais e artistas. Assim, retomar o significado das ideias oswaldianas, dentro de seu contexto intelectual, exige que o que há nelas de automatizado

e canonizado seja suspenso e, então, compreendidos os embates que deram contorno à elaboração da obra. Essa suspensão pode significar, portanto, não ancorar a investigação na aparente segurança do que já se tenha produzido em torno do assunto, nem nas definições correntes e comuns para o que foram *Antropofagia* e *Pau-Brasil*. Uma atividade que faz desviar os olhos do que já se sabe, fazendo o esforço de ler Oswald de Andrade “a contrapelo da experiência que se fez hábito, divisar-lhe novamente o caráter artístico” (JAUSS, 1994: 31).

Recolocar, portanto, as inquietações que faziam parte do momento contemporâneo ao lançamento da obra/texto, buscando entrever nas manifestações do público e da crítica, aspectos que influíram na própria concepção do texto, e que serviram para avaliar seu valor estético. Trata-se de uma valorização do leitor e expectador como produtor do sentido da obra de arte, além de possibilitar a composição de uma história da literatura – ao estabelecer um critério de apreciação que se localiza na recepção, e não em ideais externos do tempo de produção e recepção de uma obra/texto.

A *distância estética*, um dos conceitos propostos por Jauss, serve como instrumento para tal leitura. Ela corresponderia ao que “medeia entre o horizonte de expectativa preexistente e a aparição de uma obra nova” (JAUSS, 1994: 31). Ou seja, o espaço existente entre o que o público, leitor ou receptor, tem por natural, conhecido, referencial e familiar, e o que surge com uma nova obra de arte – o que ela contém em relação ao que se espera.

Os leitores de Oswald de Andrade, aqueles que comentaram seus textos, e, portanto, cujas opiniões podem indicar a distância estética entre as obras de Oswald abordadas por esta pesquisa e as expectativas do público contemporâneo, foram fundamentalmente membros da elite intelectual brasileira. Artistas, escritores, jornalistas, críticos literários, redatores de jornal, esses interlocutores dedicaram algumas linhas em suas crônicas e artigos de jornal para comentar as ideias oswaldianas. No período, o principal meio para divulgação de ideias e textos literários, assim como de participação no debate público, era por intermédio da imprensa. Logo, as principais fontes desta pesquisa são textos publicados em jornais e periódicos entre 1924 e 1929. O retorno às fontes primárias é o eixo central desta pesquisa.⁵⁶¹

Parte dos aspectos da recepção das ideias de Oswald pode ser encontrada em dois momentos principais: na crítica que Graça Aranha faz ao primitivismo (como era

⁵⁶¹ Utilizo como principal ferramenta de pesquisa o arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

chamado o projeto estético oswaldiano), referindo-se veladamente a Oswald de Andrade, nas entrelinhas de sua palestra *O espírito moderno*, proferida na Academia Brasileira de Letras em 19 de junho de 1924;⁵⁶² no artigo do crítico literário Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima), *Literatura suicida*, publicado pelo crítico n’*O Jornal*.⁵⁶³

Graça Aranha, em 1924, se opõe ao primitivismo pois esse representaria a incultura, herdada dos “miseráveis selvagens rudimentares” (GRAÇA ARANHA, 2008: 339). A crítica à tendência primitivista que se esboçava nos movimentos artísticos é pontual. Rejeita-se, nesse caso, (e por um expoente do movimento modernista na época) tudo que faça o Brasil retornar para um lugar de incultura, de “paralisia literária”. Esse elemento, o *retorno*, o indesejado embrutecimento de uma cultura que se queria civilizada e moderna, será excessivamente abordado nas críticas posteriores. Afinal, para Graça, “ser brasileiro não significa ser bárbaro” (2008: 339). A menção ao “balbucimento” literário, levantada por Graça Aranha, será seguida por críticos posteriores, que apontarão nas intenções oswaldianas o perigo de retorno ao rudimentar, de desfalecimento da cultura e das conquistas que, sob duras penas, se fizeram até o momento.

O homem culto de hoje não pode fazer tal retrocesso, como o que perdeu a inocência não pode adquiri-la. [...]. *Ser brasileiro não é ser selvagem*, ser humilde, *escravo do terror*, *balbuciar uma linguagem imbecil*, rebuscar os motivos da poesia e da literatura unicamente numa pretendida ingenuidade popular, turvada pelas influências e deformações da tradição europeia. Ser brasileiro é ver tudo, sentir tudo como brasileiro, seja a nossa vida, seja a civilização estrangeira, seja o presente, seja o passado. É no espírito que está a manumissão nacional, *o espírito que pela cultura vence a natureza*, a nossa metafísica, a nossa inteligência e nos transfigura em uma força criadora, livre e *construtora da nação* [grifos meus] (GRAÇA ARANHA, 2008: 339).

A crítica (não tão) velada de Graça Aranha acerta em cheio o primitivismo oswaldiano. Nos meses e anos subsequentes, muito do que aparece na conferência de 1924 será pontuado por novas críticas e considerações tanto do texto de Oswald de Andrade, quanto da arte modernista em geral. De alguma forma, mesmo os não partidários do movimento modernista utilizam alguns dos argumentos de Graça Aranha para com o primitivismo, principalmente a recusa pelo retorno ao passado, à selvageria e

⁵⁶² O ESPÍRITO moderno. **Jornal do Brasil**. n. 148, p. 07. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1924.

⁵⁶³ ATHAYDE, Tristão de. *Literatura suicida*; I, lucidez. **O Jornal**. Rio de Janeiro, n. 2001, p. 04. 28 jun. 1925.

ao estado de natureza. As expressões do poeta são contundentes: para ser brasileiro não se deveria cair na incultura, nem ser “escravo do terror” (2008: 339). O terror para uma mente modernista (e com tendências positivistas) é justamente o retrospecto, o regresso, e última análise, o terror é o passado. Mais do que julgar a concepção do autor, quero ressaltar que sua postura dá indícios do que seriam os maiores problemas enfrentados por aqueles que queriam possuir uma “força criadora livre e construtora da nação”.

Oswald de Andrade, conhecido por compor e liderar a tendência primitivista, reage às críticas tecidas nas entrelinhas da conferência (que não o cita nominalmente ao mencionar o primitivismo), em seu artigo *Modernismo atrasado*, seis dias depois da conferência de Graça Aranha.⁵⁶⁴ O poeta cita trechos da fala de Graça e os toma para si, pontuando: “Eu, pelo menos, me sinto aí à vontade, depois que publiquei o meu *Manifesto da Poesia Pau Brasil*”.⁵⁶⁵ Para ele, Graça Aranha havia tido um contato superficial e teórico com a estética cubista: “nunca visitou um ateliê cubista ou uma galeria moderna”, e por isso suas críticas eram um “palavrório mental que o faz passar no juízo dos crédulos por homem de super-cultura”, o que, no entanto, “tira-lhe toda autoridade para se meter em movimentos modernistas”.

Por fim, reitera sua posição: “A minha situação obriga-me a repelir a falsa e errada ofensiva de Graça Aranha”, e ressalta seu trabalho estético: “[não] abdicó das conquistas atualistas, porque me tenho empenhado há alguns anos no Brasil e na Europa”. Oswald insistirá nesse ponto posteriormente: em reafirmar que sua proposta não abria mão das conquistas da civilização, que era construtiva, que era propositiva e que não se tratava apenas de dissolução, caos e barbárie. Ironicamente, ao passo que a crítica sobre o primitivismo recai no impensável retrocesso ao passado e à selvageria, por outro lado, é também o empenho de Oswald de Andrade “há alguns anos no Brasil e na Europa”, ou seja, seu lado cosmopolita, que será alvo de outra parcela das críticas. De todo modo, a discordância com os ataques de Graça Aranha e as referências à conferência desse último permanecerão, no entanto, na posterior elaboração do *Movimento Antropofágico* (1928), e não cessarão de serem ofertadas críticas para Oswald de Andrade que questionem

⁵⁶⁴ ANDRADE, Oswald. *Modernismo atrasado*. **Correio da Manhã**. n. 9237. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1924. O texto é reproduzido também no periódico *Para Todos*, do Rio de Janeiro, no dia 05 de julho de 1924 (n. 290, p. 01-02).

⁵⁶⁵ “[...] maior despeito me causou o inventor de ‘Malazarte’ quando, conseguindo me identificar com uma perícia de gabinete policial, num trechozinho da sua palestra, deixou de por meu nome e qualidades. Lê-se: ‘Os escritores que no Brasil procuram dar de nossa vida a impressão de selvageria, de embrutecimento [...]’” (*Modernismo atrasado*, junho de 1924); trecho de Graça Aranha em citação direta feita por Oswald de Andrade em seu artigo.

justamente o *regresso* e o *retorno* ao rudimentar como componentes de seus projetos artísticos.⁵⁶⁶

No ano seguinte, Tristão de Athayde classifica a poesia pau-brasil como suicida. Em seu artigo, Athayde toma em consideração a poesia pau-brasil, projeto que havia sido exposto um ano antes, por meio do *Manifesto Pau-Brasil* (*Correio da Manhã*, 1924), mas que em 1925 se desenvolvera no *Livro de Poesias Pau-Brasil*. Tomando em consideração o momento literário, Athayde aponta a existência de “dois perigos a evitar”: combater, por um lado, “o ceticismo ou o determinismo no pensamento”, e, por outro lado, “a submissão ao modernismo destruidor europeu, que os novos começam a assimilar e a reproduzir como a tendência moderna e original de nossas letras”. É com o modernismo destruidor que Athayde identifica a poesia pau-brasil, e é ela que caracteriza como uma “literatura suicida”, que tende à dissolução, ao irracionalismo:

o que pretendeu, portanto, o sr. Oswald de Andrade e o grupo de seus admiradores, é abolir todo o esforço poético no sentido da lógica, da beleza da construção, e nadar no instintivo, na bobagem, na mediocridade. Exaltar a vulgaridade. Chegar ao puro balbuciamiento infantil. Reproduzir a mentalidade do imbecil, do homem do povo ou do almofadinha dos cafés. Curvar o joelho diante de todos os prosaísmos. Voltar ao bárbaro ou deleitar-se no suburbano. Em suma: a liberdade absoluta, puro subjetivismo arbitrário (ATHAYDE, 1925, n. 2001, p. 04).

Na historiografia sobre o modernismo, apenas duas autoras citam esse trecho de “Literatura suicida”: Maria Eugênia Boaventura (1995) e Beatriz Azevedo (2016). Boaventura menciona o artigo de Athayde (1995: 114) ao dar ênfase na recepção negativa de Pau-Brasil pela crítica, porém, o faz sempre ressaltando as características positivas, na visão da autora, do projeto oswaldiano: “[...] Pau Brasil despertou críticas negativas na maior parte dos modernistas. Poucos foram sensíveis e suficientemente desprendidos para concordarem com o caráter transformador e inventivo dessas duas obras” (1995: 112). A crítica de Athayde é exposta no texto de Boaventura após a defesa das ideias de Oswald.

Azevedo, referenciando Boaventura, cita o mesmo trecho do artigo de Athayde, porém segue a tendência apontada acima, inserindo as considerações de Athayde após

⁵⁶⁶ No *Manifesto Antropófago* “serão vários os postulados de Graça Aranha que Oswald vai rebater. Um deles, por exemplo, é: ‘O Brasil não recebeu nenhuma herança estética dos seus primitivos habitantes, míseros selvagens rudimentares. Toda a cultura nos veio dos fundadores europeus’ (Graça Aranha, *O Espírito Moderno*)”; O aforismo 16 do manifesto também traz uma referência e inversão às teses de Graça Aranha (AZEVEDO, 2018, p. 128 e 135).

afirmar que “nem sempre as postulações e a literatura de Oswald de Andrade foram bem compreendidas” (p. 70). Na sequência, afirma que a “resposta” à Athayde foi ter sido ironizado pela Revista de Antropofagia, ao ser chamado de “Tristinho de Athaúde”, arrematando com a consideração de que “Tristão parece não ter compreendido, no calor da hora, os textos de Oswald, que por si só respondem sua crítica” (2016: 70-71). Porém, o artigo “Literatura Suicida” foi publicado em 1925, e respondido por Oswald de Andrade e Cassiano Ricardo no mesmo ano; a brincadeira com o nome do crítico só aparece em 1929, não podendo ser considerada uma resposta direta à crítica em *Literatura Suicida*.

Independente da (in)compreensão de Athayde, é interessante reinseri-lo em seu contexto discursivo: alguns elementos de sua crítica já estavam presentes na palestra de Graça Aranha, proferida em 1924, na ABL. Outro elemento importante é o diálogo que ocorre com o crítico, que na resposta de Oswald de Andrade⁵⁶⁷, é sim levado a sério. Não me parece que as críticas de Athayde possam ser reduzidas apenas a incompreensão, já que mesmo que não tenha compreendido Oswald, elas expressam preocupações não isoladas: a recusa por um projeto que beire o retorno à barbárie e irracionalidade, a necessidade de construção de uma cultura, a tensão entre cosmopolitismo e nacionalismo e entre autenticidade e inautenticidade; enfim, explicitando que o que estava em jogo não eram apenas problemas literários, mas também, históricos.

Também a crítica de Graça Aranha cai em descrédito na bibliografia sobre Oswald. Porém, falar mais profundamente dos aspectos que compuseram essas críticas (o medo da tendência ao irracional), pode sugerir aspectos mais complexos do momento intelectual do período. Além disso, uma grande questão no momento era a possibilidade ou não de uma identidade brasileira autêntica. Nesse sentido, assumir o retorno para as culturas indígenas e nativas como elemento de autenticidade tinha implicações profundas no complexo construto das noções de alteridade, identidade nacional e nacionalidade. No sentido de uma história das ideias, cabe refletir sobre o significado que *ser brasileiro* carregava para esses diferentes atores.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

⁵⁶⁷ ANDRADE, Oswald de. A Poesia Pau Brasil. **O Jornal**. n. 2071, p. 04. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1925.

ANDRADE, Marília de. Oswald e Maria Antonieta – Fragmentos. Memória e Fantasia. In: ROCHA, João César de Castro. *Antropofagia, Hoje?* Oswald de Andrade em Cena. São Paulo: É Realizações, 2011.

ANDRADE, Oswald de. Pau Brasil. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 1991.

ANDRADE, Oswald de. A utopia antropofágica. 2 ed. São Paulo: Editora Globo, 1995.

AZEVEDO, Beatriz. *Antropofagia: Palimpsesto Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. *O salão e a selva: uma biografia ilustrada do Oswald de Andrade*. São Paulo/Campinas: Ex Libris/Unicamp, 1995.

BOPP, Raul. *Movimentos modernistas no Brasil – 1922-1928*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2012.

BOPP, Raul. Vida e morte da antropofagia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BRITO, Mário da Silva. A revolução modernista. In: COUTINHO, Afirânio, (org). *A literatura no Brasil*. 2 ed, v. 5, Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1970.

BRITO, Mário da Silva. Ângulo e horizonte (de Oswald de Andrade à ficção científica).

BRITO, Mário da Silva. *A Poesia do Modernismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro: Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

CAMPOS, Augusto. *Poesia, antipoesia, antropofagia & Cia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CAMPOS, Augusto. Revistas Re-vistas: Os Antropófagos (Introdução à reedição fac-similar). *Revista de Antropofagia*. São Paulo: Editora Abril, 1975.

CAMPOS, Haroldo de. Serafim: um grande não-livro. In: ANDRADE, Oswald. *Serafim Ponte Grande*. São Paulo: Globo, 2005.

CAMPOS, Haroldo de. Uma poética da radicalidade. In: ANDRADE, Oswald. *Pau-Brasil*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1991.

CAMPOS, Haroldo. Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira. In: CAMPOS, Haroldo. *Metalinguagem e outras metas*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

GRAÇA ARANHA, José Pereira da. Espírito moderno. In: **Revista Brasileira**. Fase VII, ano XV, nº 57, out-nov-dez., p. 327-341, 2008.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*. Uma teoria do Efeito Estético. Vol. 01. São Paulo: Editora 34, 1996.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

NUNES, Benedito. *Oswald canibal*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

NUNES, Benedito. Antropofagia ao alcance de todos. In: ANDRADE, Oswald. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 2011.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Poesia, mito e história no modernismo brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PIGNATARI, Décio. “Oswald de Andrade: riso (clandestino) na cara da burrice”. In: *Jornal do Centro de Ciências, Letras e Artes*. Campinas, 1958.

PIGNATARI, Décio. *Marco zero de Andrade*. São Paulo, 1964.

PIGNATARI, Décio. Tempo: invenção e inversão. In: ANDRADE, Oswald de. *Um homem sem profissão. Memórias e confissões, sob as ordens de mamãe*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2002.

ROCHA, João César de Castro. *Antropofagia, Hoje? Oswald de Andrade em Cena*. São Paulo: É Realizações, 2011.

ROCHA, João César de Castro. *Culturas Shakespearianas*. São Paulo: É Realizações, 2017.

Artigos de jornal

O ESPÍRITO moderno. **Jornal do Brasil**. n. 148, p. 07. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=30071. Acesso em: 13 jul. 2021.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto da Poesia Pau Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 9147, 18 mar. 1924. Letras & artes, p. 05. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=18756. Acesso em 25 jan. 2021.

ANDRADE, Oswald. Modernismo atrasado. **Correio da Manhã**. n. 9237, p. 2. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=20051. Acesso em: 17 nov. 2020.

ATHAYDE, Tristão de. Literatura suicida; I, lucidez. **O Jornal**. n. 2001, p. 04. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_02&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=21347. Acesso em: 14 abr. 2021.

ATHAYDE, Tristão. Literatura suicida; II, Atenção. **O Jornal**. n. 2007, p. 04. Rio de Janeiro, 05 de julho de 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_02&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=21447. Acesso em: 27 mar. 2021.

ANAIS DO II FÓRUM GOIANO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA & XIV SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG/PUC – GO

Realizado entre os dias 20 e 21 de Setembro de 2021 (Online)

Realização

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG)
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História (Catalão)

Organização Geral

Fabiana de Souza Fredrigo
Jiani Fernando Langaro
Renata Cristina de S. Nascimento
Thaís Alves Marinho

Monitores

Ana Paula Fonseca Silvino Melo
Dávila Resende Ferreira
Ian Lorscheider Freitas Dallavechia
João Victor Nunes Bernardes
Leonardo Barbosa Faria
Mayara Stephane Gomes
Millena Gabrielle da Costa
Pollyana Custódia Ferreira Santos
Taís Nathanny Pereira da Silva
Verônica Teles dos Santos Silva
Wemerson dos Santos Romualdo

